



LIVRO DE QUESTÕES

2018

Livro Digital
com
2018 Questões

Questões selecionadas e comentadas
para concursos público.

WWW.NOVACONCURSOS.COM.BR

2018

Questões

Comentadas e Gabaritadas

JN031-2017

ANO NOVO
CARREIRA
 NOVA

**MUITAS OPORTUNIDADES
ESPERAM POR VOCÊ EM 2018!**



NOVA
CONCURSOS

SUMÁRIO

Livro de Questões Comentadas e Gabaritadas

Língua Portuguesa.....	01
Matemática	80
Raciocínio Lógico.....	160
Informática	266
Direito Constitucional	383
Direito Administrativo.....	480

LÍNGUA PORTUGUESA

1-) (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC/ SP – ADMINISTRADOR - VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) A má distribuição de riquezas e a desigualdade social está no centro dos debates atuais.

(B) Políticos, economistas e teóricos diverge em relação aos efeitos da desigualdade social.

(C) A diferença entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres é um fenômeno crescente.

(D) A má distribuição de riquezas tem sido muito criticado por alguns teóricos.

(E) Os debates relacionado à distribuição de riquezas não são de exclusividade dos economistas.

Realizei a correção nos itens:

(A) A má distribuição de riquezas e a desigualdade social está = estão

(B) Políticos, economistas e teóricos diverge = divergem

(C) A diferença entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres é um fenômeno crescente.

(D) A má distribuição de riquezas tem sido muito criticado = criticada

(E) Os debates relacionado = relacionados

RESPOSTA: "C".

2-) (COREN/SP – ADVOGADO – VUNESP/2013) Seguindo a norma-padrão da língua portuguesa, a frase – Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte. – recebe o acréscimo correto das vírgulas em:

(A) Um levantamento mostrou, que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias, diárias dessa fonte.

(B) Um levantamento mostrou que, os adolescentes americanos consomem, em média 357 calorias diárias dessa fonte.

(C) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem, em média, 357 calorias diárias dessa fonte.

(D) Um levantamento, mostrou que os adolescentes americanos, consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte.

(E) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos, consomem em média 357 calorias diárias, dessa fonte.

Assinalei com um "X" onde há pontuação inadequada ou faltante:

(A) Um levantamento mostrou, (X) que os adolescentes americanos consomem (X) em média (X) 357 calorias, (X) diárias dessa fonte.

(B) Um levantamento mostrou que, (X) os adolescentes americanos consomem, em média (X) 357 calorias diárias dessa fonte.

(C) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem, em média, 357 calorias diárias dessa fonte.

(D) Um levantamento, (X) mostrou que os adolescentes americanos, (X) consomem (X) em média (X) 357 calorias diárias dessa fonte.

(E) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos, (X) consomem (X) em média (X) 357 calorias diárias, (X) dessa fonte.

RESPOSTA: "C".

3-) (TRT/RO E AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:

a) Destinam-se aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.

b) As duas tábuas em que se comprimem o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como "compro ouro".

c) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.

d) Ao se revogarem o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.

e) Não sensibilizavam aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

Fiz as correções entre parênteses:

a) Destinam-se (destina-se) aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.

b) As duas tábuas em que se comprimem (comprime) o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como "compro ouro".

c) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.

d) Ao se revogarem (revogar) o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.

e) Não sensibilizavam (sensibilizava) aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

RESPOSTA: "C".

4-) (TRE/PA- ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV/2011) Assinale a palavra que tenha sido acentuada seguindo a mesma regra que distribuídos.

(A) sócio

(B) sofrê-lo

(C) lúcidos

(D) constituí

(E) órfãos

- Distribuímos = regra do hiato
 (A) sócio = paroxítona terminada em ditongo
 (B) sofrê-lo = oxítona (não se considera o pronome oblíquo. Nunca!)
 (C) lúcidos = proparoxítona
 (D) constituí = regra do hiato (diferente de "constitui" – oxítona: cons-ti-tui)
 (E) órfãos = paroxítona terminada em "ão"

RESPOSTA: "D".

5-) (TRT/PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012)
A concordância verbal está plenamente observada na frase:

(A) **Provocam** muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.

(B) **Sempre deverão** haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.

(C) **Um dos argumentos** trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.

(D) **O número de templos** em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.

(E) **Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação** como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.

- (A) Provocam = provoca (o posicionamento)
 (B) Sempre deverão haver bons motivos = deverá haver
 (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem = consiste.
 (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem = ocorre
 (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.

RESPOSTA: "E".

6-) (TRE/PA- ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV/2011)
Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, NÃO se deve usar Vossa Excelência para

- (A) **embaixadores.**
 (B) **conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais.**
 (C) **prefeitos municipais.**
 (D) **presidentes das Câmaras de Vereadores.**
 (E) **vereadores.**

(...) O uso do pronome de tratamento Vossa Senhoria (abreviado V. Sa.) para vereadores está correto, sim. Numa Câmara de Vereadores só se usa Vossa Excelência para o seu presidente, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (1991).

(Fonte: <http://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-de-tail.php?id=393>)

RESPOSTA: "E".

7-) (TRE/AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010)
... valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais.

Transpondo para a voz ativa a frase acima, o verbo passará a ser, corretamente,

- (A) **perceba.**
 (B) **foi percebido.**
 (C) **tenham percebido.**
 (D) **devam perceber.**
 (E) **estava percebendo.**

... valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais = dois verbos na voz passiva, então teremos um na ativa: que a sociedade perceba os valores e princípios...

RESPOSTA: "A"

8-) (TRE/AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) A
concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

(A) **A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.**

(B) **A confiança dos cidadãos em seus dirigentes devem ser embasados na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.**

(C) **Eleições livres e diretas é garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.**

(D) **As instituições fundamentais de um regime democrático não pode estar subordinado às ordens indiscriminadas de um único poder central.**

(E) **O interesse de todos os cidadãos estão voltados para o momento eleitoral, que expõem as diferentes opiniões existentes na sociedade.**

Fiz os acertos entre parênteses:

(A) A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.

(B) A confiança dos cidadãos em seus dirigentes deve ser embasados (embasada) na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.

(C) Eleições livres e diretas é (são) garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita (respeitam) tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.

(D) As instituições fundamentais de um regime democrático não pode (podem) estar subordinado (subordinadas) às ordens indiscriminadas de um único poder central.

(E) O interesse de todos os cidadãos estão (está) voltados (voltado) para o momento eleitoral, que expõem (ex-põe) as diferentes opiniões existentes na sociedade.

RESPOSTA: "A".

9-) (TRE/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2010)
A frase que admite transposição para a voz passiva é:

(A) O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.

(B) O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.

(C) O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.

(D) As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).

(E) Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.

(A) O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.

(B) O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.

- Uma grande diversidade de fenômenos é unificada e explicada pelo conceito...

(C) O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.

(D) As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).

(E) Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.

RESPOSTA: "B".

10-) (MPE/AM - AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO - FCC/2013) "Quando a gente entra nas serrarias, vê dezenas de caminhões parados", revelou o analista ambiental Geraldo Motta.

Substituindo-se Quando por Se, os verbos sublinhados devem sofrer as seguintes alterações:

(A) entrar – vira

(B) entrava – tinha visto

(C) entrasse – veria

(D) entraria – veria

(E) entrava – teria visto

Se a gente entrasse (verbo no singular) na serraria, veria = entrasse / veria.

RESPOSTA: "C".

11-) (TRE/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2010)
A pontuação está inteiramente adequada na frase:

a) Será preciso, talvez, redefinir a infância já que as crianças de hoje, ao que tudo indica nada mais têm a ver com as de ontem.

b) Será preciso, talvez redefinir a infância: já que as crianças, de hoje, ao que tudo indica nada têm a ver, com as de ontem.

c) Será preciso, talvez: redefinir a infância, já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

d) Será preciso, talvez redefinir a infância? - já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

e) Será preciso, talvez, redefinir a infância, já que as crianças de hoje, ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

Devido à igualdade textual entre os itens, a apresentação da alternativa correta indica quais são as inadequações nas demais.

RESPOSTA: "E".

12-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012)
No trecho: "O crescimento econômico, se associado à ampliação do emprego, PODE melhorar o quadro aqui sumariamente descrito.", se passarmos o verbo destacado para o futuro do pretérito do indicativo, teremos a forma:

A) puder.

B) poderia.

C) pôde.

D) poderá.

E) pudesse.

Conjugando o verbo "poder" no futuro do pretérito do Indicativo: eu poderia, tu poderias, ele poderia, nós poderíamos, vós poderíeis, eles poderiam. O sujeito da oração é crescimento econômico (singular), portanto, terceira pessoa do singular (ele) = poderia.

RESPOSTA: "B".

13-) (TRE/AP - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011)
Entre as frases que seguem, a única correta é:

a) Ele se esqueceu de que?

b) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.

c) Embora devêssemos, não fomos excessivos nas críticas.

d) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.

e) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

(A) Ele se esqueceu de que? = quê?

(B) Era tão ruim (ruim) aquele texto, que não deu para distribuí-lo (distribuí-lo) entre os presentes.

(C) Embora devêssemos (devêssemos) , não fomos excessivos nas críticas.

(D) O juiz (juiz) nunca (se) negou a atender às reivindicações dos funcionários.

(E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

RESPOSTA: "E".

14-) (FUNDAÇÃO CASA/SP - AGENTE ADMINISTRATIVO - VUNESP/2011 - ADAPTADA) Observe as frases do texto:

I, Cerca de 75 por cento dos países obtêm nota negativa...

II,... à Venezuela, de Chávez, que obtém a pior classificação do continente americano (2,0)...

Assim como ocorre com o verbo "obter" nas frases I e II, a concordância segue as mesmas regras, na ordem dos exemplos, em:

(A) Todas as pessoas têm boas perspectivas para o próximo ano. Será que alguém tem opinião diferente da maioria?

(B) Vem muita gente prestigiar as nossas festas juninas. Vêm pessoas de muito longe para brincar de quadrilha.

(C) Pouca gente quis voltar mais cedo para casa. Quase todos quiseram ficar até o nascer do sol na praia.

(D) Existem pessoas bem intencionadas por aqui, mas também existem umas que não merecem nossa atenção.

(E) Aqueles que não atrapalham muito ajudam.

Em I, obtêm está no plural; em II, no singular. Vamos aos itens:

(A) Todas as pessoas têm (plural) ... Será que alguém tem (singular)

(B) Vem (singular) muita gente... Vêm pessoas (plural)

(C) Pouca gente quis (singular)... Quase todos quiseram (plural)

(D) Existem (plural) pessoas ... mas também existem umas (plural)

(E) Aqueles que não atrapalham muito ajudam (ambas as formas estão no plural)

RESPOSTA: "A".

15-) (CETESB/SP - ANALISTA ADMINISTRATIVO - RECURSOS HUMANOS - VUNESP/2013 - ADAPTADA) Considere as orações: ... sabíamos respeitar os mais velhos! / E quando eles falavam nós calávamos a boca!

Alterando apenas o tempo dos verbos destacados para o tempo presente, sem qualquer outro ajuste, tem-se, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

(A) ... soubemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falaram nós calamos a boca!

(B) ... saberíamos respeitar os mais velhos! / E quando eles falassem nós calaríamos a boca!

(C) ... soubéssemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falassem nós calaríamos a boca!

(D) ... saberemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falarem nós calaremos a boca!

(E) ... sabemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falam nós calamos a boca!

No presente: nós sabemos / eles falam.

RESPOSTA: "E".

16-) (UNESP/SP - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - VUNESP/2012) A correlação entre as formas verbais está correta em:

(A) Se o consumo desnecessário vier a crescer, o planeta não resistiu.

(B) Se todas as partes do mundo estiverem com alto poder de consumo, o planeta em breve sofrerá um colapso.

(C) Caso todo prazer, como o da comida, o da bebida, o do jogo, o do sexo e o do consumo não conhecesse distorções patológicas, não haverá vícios.

(D) Se os meios tecnológicos não tivessem se tornado tão eficientes, talvez as coisas não ficaram tão baratas.

(E) Se as pessoas não se propuserem a consumir conscientemente, a oferta de produtos supérfluos cresce.

Fiz as correções necessárias:

(A) Se o consumo desnecessário vier a crescer, o planeta não resistiu = resistirá

(B) Se todas as partes do mundo estiverem com alto poder de consumo, o planeta em breve sofrerá um colapso.

(C) Caso todo prazer, como o da comida, o da bebida, o do jogo, o do sexo e o do consumo não conhecesse distorções patológicas, não haverá = haveria

(D) Se os meios tecnológicos não tivessem se tornado tão eficientes, talvez as coisas não ficaram = ficariam (ou teriam ficado)

(E) Se as pessoas não se propuserem a consumir conscientemente, a oferta de produtos supérfluos cresce = crescerá

RESPOSTA: "B".

17-) (TJ/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - VUNESP/2010) Assinale a alternativa que preenche adequadamente e de acordo com a norma culta a lacuna da frase: Quando um candidato trêmulo _____ eu lhe faria a pergunta mais deliciosa de todas.

(A) entrasse

(B) entraria

(C) entrava

(D) entrar

(E) entrou

O verbo "faria" está no futuro do pretérito, ou seja, indica que é uma ação que, para acontecer, depende de outra. Exemplo: Quando um candidato entrasse, eu faria / Se ele entrar, eu farei / Caso ele entre, eu faço...

RESPOSTA: "A".

18-) (TJ/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - VUNESP/2010 - ADAPTADA)

Assinale a alternativa de concordância que pode ser considerada correta como variante da frase do texto – A maioria considera aceitável que um convidado chegue mais de duas horas ...

- (A) A maioria dos cariocas consideram aceitável que um convidado chegue mais de duas horas...
 (B) A maioria dos cariocas considera aceitáveis que um convidado chegue mais de duas horas...
 (C) As maiorias dos cariocas considera aceitáveis que um convidado chegue mais de duas horas...
 (D) As maiorias dos cariocas consideram aceitáveis que um convidado chegue mais de duas horas...
 (E) As maiorias dos cariocas consideram aceitável que um convidado cheguem mais de duas horas...

Fiz as indicações:

- (A) A maioria dos cariocas consideram (ou considera, tanto faz) aceitável que um convidado chegue mais de duas horas...
 (B) A maioria dos cariocas considera (ok) aceitáveis (aceitável) que um convidado chegue mais de duas horas...
 (C) As (A) maiorias (maioria) dos cariocas considera (ok) aceitáveis (aceitável) que um convidado chegue mais de duas horas...
 (D) As (A) maiorias (maioria) dos cariocas consideram (ok) aceitáveis (aceitável) que um convidado chegue mais de duas horas...
 (E) As (A) maiorias (maioria) dos cariocas consideram (ok) aceitável que um convidado cheguem (chegue) mais de duas horas...

RESPOSTA: "A".

- 19-) (TJ/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA – VUNESP/2010)** Assinale a alternativa em que as palavras são acentuadas graficamente pelos mesmos motivos que justificam, respectivamente, as acentuações de: década, relógios, suíços.
 (A) flexíveis, cartório, tênis.
 (B) inferência, provável, saída.
 (C) óbvio, após, países.
 (D) islâmico, cenário, propôs.
 (E) república, empresária, graúda.

Década = proparoxítona / relógios = paroxítona terminada em ditongo / suíços = regra do hiato

- (A) flexíveis e cartório = paroxítonas terminadas em ditongo / tênis = paroxítona terminada em "i" (seguida de "s")
 (B) inferência = paroxítona terminada em ditongo / provável = paroxítona terminada em "l" / saída = regra do hiato
 (C) óbvio = paroxítona terminada em ditongo / após = oxítona terminada em "o" + "s" / países = regra do hiato
 (D) islâmico = proparoxítona / cenário = paroxítona terminada em ditongo / propôs = oxítona terminada em "o" + "s"
 (E) república = proparoxítona / empresária = paroxítona terminada em ditongo / graúda = regra do hiato

RESPOSTA: "E".

20-) (POLÍCIA CIVIL/SP – AGENTE POLICIAL - VUNESP/2013) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

- (A) A população, de um modo geral, está à espera de que, com o novo texto, a lei seca possa coibir os acidentes.
 (B) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem a sua postura.
 (C) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições muito mais severas.
 (D) À ninguém é dado o direito de colocar em risco a vida dos demais motoristas e de pedestres.
 (E) Cabe à todos na sociedade zelar pelo cumprimento da nova lei para que ela possa funcionar.

- (A) A população, de um modo geral, está à espera (dá para substituir por "esperando") de que
 (B) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem (antes de verbo)
 (C) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições (generalizando, palavra no plural)
 (D) À ninguém (pronome indefinido)
 (E) Cabe à todos (pronome indefinido)

RESPOSTA: "A".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013 - ADAPTADO) Leia o texto, para responder às questões de números 21 e 22.

Veja, aí estão eles, a bailar seu diabólico "pas de deux" (*): sentado, ao fundo do restaurante, o cliente paulista acena, assovia, agita os braços num agônico polichinelo; encostado à parede, marmóreo e impassível, o garçom carioca o ignora com redobrada atenção. O paulista estrebucha: "Amigô?!", "Chefê?!", "Parceirô?!"; o garçom boceja, tira um fiapo do ombro, olha pro lustre.

Eu disse "cliente paulista", percebo a redundância: o paulista é sempre cliente. Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta "débito ou crédito?".[...] Como pode ele entender que o fato de estar pagando não garantirá a atenção do garçom carioca? Como pode o ignóbil paulista, nascido e criado na crua batalha entre burgueses e proletários, compreender o discreto charme da aristocracia?

Sim, meu caro paulista: o garçom carioca é antes de tudo um nobre. Um antigo membro da corte que esconde, por trás da carapinha entediada, do descaso e da gravata borboleta, saudades do imperador. [...] Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20: levou gim tônics para Vinícius e caipirinhas para Sinatra, uísques para Tom e leites para Nelson, recebeu gordas gorjetas de Orson Welles e autógrafos de Rockfeller; ainda hoje fala de futebol com Roberto Carlos e ouve conselhos de João Gilberto. Continua tão nobre quanto sempre foi, seu orgulho permanece intacto.

Até que chega esse paulista, esse homem bidimensional e sem poesia, de camisa polo, meia soquete e sapatênis, achando que o jacarezinho de sua Lacoste é um crachá universal, capaz de abrir todas as portas. Ah, paulishhhhta otááário, nenhum emblema preencherá o vazio que carrega no peito - pensa o garçom, antes de conduzi-lo à última mesa do restaurante, a caminho do banheiro, e ali esquecê-lo para todo o sempre.

Veja, veja como ele se debate, como se debaterá amanhã, depois de amanhã e até a Quarta-Feira de Cinzas, maldizendo a Guanabara, saudoso das várzeas do Tietê, onde a desigualdade é tão mais organizada: "Ô, companheirô, faz meia hora que eu cheguei, dava pra ver um cardápio?!". Acalme-se, conterrâneo.

Acostume-se com sua existência plebeia. O garçom carioca não está aí para servi-lo, você é que foi ao restaurante para homenageá-lo.

(Antonio Prata, Cliente paulista, garçom carioca. Folha de S.Paulo, 06.02.2013)

(*) Um tipo de coreografia, de dança.

21-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa contendo passagem em que o autor simula dialogar com o leitor.

(A) Acalme-se, conterrâneo. Acostume-se com sua existência plebeia.

(B) Ô, companheiro, faz meia hora que eu cheguei...

(C) Veja, aí estão eles, a bailar seu diabólico "pas de deux".

(D) Sim, meu caro paulista...

(E) Ah, paulishhhhta otááário...

Em "meu caro paulista", o autor está dirigindo-se a nós, leitores.

RESPOSTA: "D".

22-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) O contexto em que se encontra a passagem - *Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20* (2.º parágrafo) - leva a concluir, corretamente, que a menção a

(A) príncipes e princesas constitui uma referência em sentido não literal.

(B) reis e rainhas constitui uma referência em sentido não literal.

(C) príncipes, princesas, reis e rainhas constitui uma referência em sentido não literal.

(D) príncipes, princesas, reis e rainhas constitui uma referência em sentido literal.

(E) reis e rainhas constitui uma referência em sentido literal.

Pela leitura do texto infere-se que os "reis e rainhas" do século 20 são as personalidades da mídia, os "famosos" e "famosas". Quanto a príncipes e princesas do século 19, esses eram da corte, literalmente.

RESPOSTA: "B".

23-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) O sentido de *marmóreo* (adjetivo) equivale ao da expressão *de mármore*. Assinale a alternativa contendo as expressões com sentidos equivalentes, respectivamente, aos das palavras *ígneo* e *pétreo*.

(A) De corda; de plástico.

(B) De fogo; de madeira.

(C) De madeira; de pedra.

(D) De fogo; de pedra.

(E) De plástico; de cinza.

Questão que pode ser resolvida usando a lógica ou associação de palavras! Veja: a ignição do carro lembra-nos fogo, combustão... Pedra, petrificado. Encontrou a resposta?

RESPOSTA: "D".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013 - ADAPTADO) Para responder às questões de números 24 e 25, considere a seguinte passagem: *Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta "débito ou crédito?"*.

24-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Nesse contexto, o verbo *estereotipar* tem sentido de

(A) considerar ao acaso, sem premeditação.

(B) aceitar uma ideia mesmo sem estar convencido dela.

(C) adotar como referência de qualidade.

(D) julgar de acordo com normas legais.

(E) classificar segundo ideias preconcebidas.

Classificar conforme regras conhecidas, mas não confirmadas se verdadeiras.

RESPOSTA: "E".

25-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Nessa passagem, a palavra *cujas* tem sentido de

(A) lugar, referindo-se ao ambiente em que ocorre a pergunta mencionada.

(B) posse, referindo-se às interações sociais do paulista.

(C) dúvida, pois a decisão entre débito ou crédito ainda não foi tomada.

(D) tempo, referindo-se ao momento em que terminam as interações sociais.

(E) condição em que se deve dar a transação financeira mencionada.

O pronome "cujo" geralmente nos dá o sentido de posse: O livros cujas folhas (lê-se: as folhas dos livros).

RESPOSTA: "B".

26-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que a oração destacada expressa finalidade, em relação à outra que compõe o período.

(A) *Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20...*

(B) *Pensa o garçom, antes de conduzi-lo à última mesa do restaurante...*

(C) *Você é que foi ao restaurante para homenageá-lo.*

(D) *... nenhum emblema preencherá o vazio que carrega no peito ...*

(E) *O garçom boceja, tira um fiapo do ombro...*

Vamos às análises:

A - Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19 = a conjunção inicial é condicional.

B - antes de conduzi-lo à última mesa do restaurante = conjunção temporal (dá-nos noção de tempo)

C - para homenageá-lo = nessa oração temos a noção do motivo (qual a finalidade) da ação de "ter ido ao restaurante", segundo o texto

D - que carrega no peito – o "que" funciona como pronome relativo (podemos substituí-lo por "o qual" carrega no peito)

E - tira um fiapo do ombro – temos aqui uma oração assindética (sem conjunção "final")

RESPOSTA: "C".

27-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2011) Em – A falta de modos dos homens da Casa de Windsor é proverbial, mas o príncipe Edward dizendo bobagens para estranhos no Quirguistão incomodou a embaixadora americana.

A conjunção destacada pode ser substituída por

A) portanto. (B) como. (C) no entanto. (D) porque. (E) ou.

O "mas" é uma conjunção adversativa, dando a ideia de oposição entre as informações apresentadas pelas orações, o que acontece no enunciado da questão. Em "A", temos uma conclusiva; "B", comparativa; "C", adversativa; "D", explicativa; "E", alternativa.

RESPOSTA: "C".

28-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa contendo palavra formada por prefixo.

(A) Máquina.

(B) Brilhantismo.

(C) Hipertexto.

(D) Textualidade.

(E) Arquivamento.

A – Máquina = sem acréscimo de afixos (prefixo ou sufixo)

B - Brilhantismo. = acréscimo de sufixo (ismo)

C – Hipertexto = acréscimo de prefixo (hiper)

D – Textualidade = acréscimo de sufixo (idade)

E – Arquivamento = acréscimo de sufixo (mento)

RESPOSTA: "C".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013 - ADAPTADA) Para responder a esta questão, considere as palavras destacadas nas seguintes passagens do texto:

Desde o surgimento da ideia de hipertexto...

... informações ligadas especialmente à pesquisa acadêmica,

... uma "máquina poética", algo que funcionasse por analogia e associação...

Quando o cientista Vannevar Bush [...] concebeu a ideia de hipertexto...

... 20 anos depois de seu artigo fundador...

29-) As palavras destacadas que expressam ideia de tempo são:

(A) algo, especialmente e Quando.

(B) Desde, especialmente e algo.

(C) especialmente, Quando e depois.

(D) Desde, Quando e depois.

(E) Desde, algo e depois.

As palavras que nos dão a noção, ideia de tempo são: desde, quando e depois.

RESPOSTA: "D".

30- (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa contendo frase com redação de acordo com a norma-padrão de concordância.

(A) Pensava na necessidade de ser substituído de imediato os métodos existentes.

(B) Substitui-se os métodos de recuperação de informações que se ligava especialmente à pesquisa acadêmica.

(C) No hipertexto, a textualidade funciona por sequências fixas que se estabeleceram previamente.

(D) O inventor pensava em textos que já deveria estar disponíveis em rede.

(E) Era procurado por ele máquinas com as quais pudesse capturar o brilhantismo anárquico da imaginação humana.

Coloquei entre parênteses a correção:

(A) Pensava na necessidade de ser substituído (serem substituídos) de imediato os métodos existentes.

(B) Substitui-se (substituem-se) os métodos de recuperação de informações que se ligava (ligavam) especialmente à pesquisa acadêmica.

(C) No hipertexto, a textualidade funciona por sequências fixas que se estabeleceram previamente.

(D) O inventor pensava em textos que já deveria (deveriam) estar disponíveis em rede.

(E) Era procurado (eram procuradas) por ele máquinas com as quais pudesse capturar o brilhantismo anárquico da imaginação humana.

RESPOSTA: "C".

31-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa com as palavras acentuadas segundo as regras de acentuação, respectivamente, de intercâmbio e antropológico.

(A) Distúrbio e acórdão.

(B) Máquina e jiló.

(C) Alvará e Vândalo.

(D) Consciência e características.

(E) Órgão e órfãs.

Para que saibamos qual alternativa assinalar, primeiro temos que classificar as palavras do enunciado quanto à posição de sua sílaba tônica:

Intercâmbio = paroxítona terminada em ditongo; Antropológico = proparoxítona (todas são acentuadas). Agora, vamos à análise dos itens apresentados:

(A) Distúrbio = paroxítona terminada em ditongo; acórdão = paroxítona terminada em "ão"

(B) Máquina = proparoxítona; jiló = oxítona terminada em "o"

(C) Alvará = oxítona terminada em "a"; Vândalo = proparoxítona

(D) Consciência = paroxítona terminada em ditongo; características = proparoxítona

(E) Órgão e órfãs = ambas: paroxítona terminada em "ão" e "ã", respectivamente.

RESPOSTA: "D".

32-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Na passagem – *Nesse contexto, governos e empresas estão fechando o cerco contra a corrupção e a fraude, valendo-se dos mais variados mecanismos...* – a oração destacada expressa, em relação à anterior, sentido que responde à pergunta:

(A) "Quando?"

(B) "Por quê?"

(C) "Como?"

(D) "Para quê?"

(E) "Onde?"

Questão que envolve conhecimento de coesão e coerência. Se perguntássemos à primeira oração "COMO o governo está fechando o cerco contra a corrupção?", obteríamos a resposta apresentada pela oração em destaque.

RESPOSTA: "C".

33-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que todos os verbos estão empregados de acordo com a norma-padrão.

(A) Enviaram o texto, para que o revíssemos antes da impressão definitiva.

(B) Não haverá prova do crime se o réu se manter em silêncio.

(C) Vão pagar horas-extras aos que se dispõem a trabalhar no feriado.

(D) Ficarão surpresos quando o verem com a toga...

(E) Se você quer a promoção, é necessário que a requeira a seu superior.

Realizei a correção entre parênteses:

(A) Enviaram o texto, para que o revíssemos antes da impressão definitiva.

(B) Não haverá prova do crime se o réu se manter (mantiver) em silêncio.

(C) Vão pagar horas-extras aos que se dispõem (dispu)serem a trabalhar no feriado.

(D) Ficarão surpresos quando o verem (virem) com a toga...

(E) Se você quer a promoção, é necessário que a requeira (requeira) a seu superior.

RESPOSTA: "A".

34-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa que completa as lacunas do trecho a seguir, empregando o sinal indicativo de crase de acordo com a norma-padrão.

Não nos sujeitamos ___ corrupção; tampouco cedemos espaço ___ nenhuma ação que se proponha ___ prejudicar nossas instituições.

(A) à ... à ... à

(B) a ... à ... à

(C) à ... a ... a

(D) à ... à ... a

(E) a ... a ... à

Vamos por partes!

- Quem se sujeita, sujeita-se A algo ou A alguém, portanto: pede preposição;

- quem cede, cede algo A alguém, então teremos objeto direto e indireto;

- quem se propõe, propõe-se A alguma coisa.

Vejam os:

Não nos sujeitamos À corrupção; tampouco cedemos espaço A nenhuma ação que se proponha A prejudicar nossas instituições.

* Sujeitar A + A corrupção;

* ceder espaço (objeto direto) A nenhuma ação (objeto indireto. Não há acento indicativo de crase, pois "nenhuma" é pronome indefinido);

* que se proponha A prejudicar (objeto indireto, no caso, oração subordinada com função de objeto indireto. Não há acento indicativo de crase porque temos um verbo no infinitivo – "prejudicar").

RESPOSTA: "C".

35-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) Analise a propaganda do programa Cinco Minutos.



Em norma-padrão da língua portuguesa, a frase da propaganda, adaptada, assume a seguinte redação:

(A) CINCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não matem-na porisso.

(B) CINCO MINUTOS: as vezes, dura mais, mas não matem-na por isso.

(C) CINCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não a matem por isso.

(D) CINCO MINUTOS: as vezes, dura mais, mas não lhe matem por isso.

(E) CINCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não a matem porisso.

A questão envolve colocação pronominal e ortografia. Começamos pela mais fácil: ortografia! A palavra "por isso" é escrita separadamente. Assim, já descartamos duas alternativas ("A" e "E"). Quanto à colocação pronominal, temos a presença do advérbio "não", que sabemos ser um "ímã" para o pronome oblíquo, fazendo-nos aplicar a regra da próclise (pronome antes do verbo). Então, a forma correta é "mas não A matem" (por que A e não LHE? Porque quem mata, mata algo ou alguém, objeto direto. O "lhe" é usado para objeto indireto. Se não tivéssemos a conjunção "mas" nem o advérbio "não", a forma "matem-na" estaria correta, já que, após vírgula, o ideal é que utilizemos ênclise – pronome oblíquo após o verbo).

RESPOSTA: "C".

36-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) Falha no Facebook _____ dados de 6 milhões de usuários. Números de telefone e e-mails de parte dos usuários do site _____ para download a partir da ferramenta "Baixe uma cópia dos seus dados", presente na seção "Geral" da categoria "Privacidade", sem o consentimento dos cadastrados da rede social.

(http://veja.abril.com.br, 21.06.2013. Adaptado)

Em norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com

(A) expõe ... estava disponível

(B) expõe ... estavam disponíveis

(C) expõem ... estavam disponível

(D) expõem ... estava disponível

(E) expõem ... estava disponíveis

Sublinhei os sujeitos das orações para facilitar a percepção da concordância verbal:

Falha no Facebook expõe dados de 6 milhões de usuários.

Números de telefone e e-mails de parte dos usuários do site estavam disponíveis

"expõe" e "estavam disponíveis".

RESPOSTA: "B".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013 - ADAPTADA) Leia o texto para responder às questões de números 37 e 38.

Metrópoles desenvolvidas arcam com parte do custo do transporte público. Fazem-no não só por populismo dos políticos locais mas também para imprimir mais eficiência ao sistema. E, se a discussão se dá em termos de definir o nível ideal de subsídio, a gratuidade deixa de ser um delírio para tornar-se a posição mais extrema num leque de possibilidades.

Sou contra a tarifa zero, porque ela traz uma outra classe de problemas que já foi bem analisada pelo pessoal da teoria dos jogos: se não houver pagamento individual, aumenta a tendência de as pessoas usarem ônibus até para andar de uma esquina a outra, o que é ruim para o sistema e para a saúde.

Para complicar mais, vale lembrar que a discussão surge no contexto de prefeituras com orçamentos apertados e áreas ainda mais prioritárias como educação e saúde para atender.

(Hélio Schwartzman, Tarifa zero, um delírio? Folha de S.Paulo, 21.06.2013. Adaptado)

37-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) A ideia central do texto pode ser sintetizada da seguinte forma, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa:

(A) Daqui a pouco teremos à passagem gratuita.

(B) Não existe condições de se implantar a passagem gratuita.

(C) É necessário a implementação da passagem gratuita.

(D) O povo prefere mais passagem paga que gratuita.

(E) A passagem barata é preferível à gratuita.

Fiz as correções entre parênteses:

(A) Daqui à (a) pouco teremos à (a) passagem gratuita.

(B) Não existe (existem) condições de se implantar a passagem gratuita.

(C) É necessário (necessária) a implementação da passagem gratuita.

(D) O povo prefere mais passagem paga que (paga à) gratuita.

(E) A passagem barata é preferível à gratuita.

O verbo "preferir" pede preposição: Prefiro água a vinho (e não: "do que vinho")

RESPOSTA: "E".

38-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) Na passagem – ... e ausência de candidatos para preencher-las. –, substituindo-se o verbo preencher por concorrer e atendendo-se à norma-padrão, obtém-se:

(A) ... e ausência de candidatos para concorrer a elas.

(B) ... e ausência de candidatos para concorrer à elas.

(C) ... e ausência de candidatos para concorrer-lhes.

(D) ... e ausência de candidatos para concorrê-las.

(E) ... e ausência de candidatos para lhes concorrer.

Vamos por exclusão: "à elas" está errada, já que não temos acento indicativo de crase antes de pronome pessoal; quando temos um verbo no infinitivo, podemos usar a construção: verbo + preposição + pronome pessoal. Por exemplo: Dar a eles (ao invés de "dar-lhes").

RESPOSTA: "A".

39-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) A Polícia Militar prendeu, nesta semana, um homem de 37 anos, acusado de _____ de drogas e _____ à avó de 74 anos de idade. Ele foi preso em _____ com uma pequena quantidade de drogas no bairro Irapuá II, em Florianópolis, após várias denúncias de vizinhos. De acordo com o Comandante do 3.º BPM, o acusado era conhecido na região pela atuação no crime.

(www.cidadeverde.com/florianopolis. Acesso em 23.06.2013. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

(A) tráfico ... mal-tratos ... flagrante

(B) tráfico ... maltratos ... fragrante

(C) tráfico ... maus-trato ... flagrante

(D) tráfico ... maus-tratos ... fragrante

(E) tráfico ... mau-trato ... fragrante

Questão de ortografia. Vamos às exclusões: Polícia trabalha com criminosos pegos em "flagrante", no "flagra"; "fragrante" relaciona-se a aroma, fragrância. Assim, já descartamos os itens "B" e "E". "Tráfego" tem relação com trânsito, transitar, trafegar. "Tráfico" é o que consideramos ilegal, praticado por traficante. Descartamos o item "C" também. Sobrou-nos "Maus-tratos"/mal-tratos. O tratamento dado à avó foi ruim, mau (adjetivo). Sendo assim, o correto é "maus-tratos".

RESPOSTA: "D".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013 - ADAPTADA) Leia o texto para responder às questões de números 40 e 41.

Outro dia, meu pai veio me visitar e trouxe uma caixa de caquis, lá de Sorocaba. Eu os lavei, botei numa tigela na varanda e comemos um por um, num silêncio reverencial, nos olhando de vez em quando. Enquanto comia, eu pensava: Deus do céu, como caqui é bom! Caqui é maravilhoso! O que tenho feito eu desta curta vida, tão afastado dos caquis?!

Meus amigos e amigas e parentes queridos são como os caquis: nunca os encontro. Quando os encontro, relembro como é prazeroso vê-los, mas depois que vão embora me esqueço da revelação. Por que não os vejo sempre, toda semana, todos os dias desta curta vida?

Já sei: devem ficar escondidos de mim, guardados numa caixa, lá em Sorocaba.

(Antônio Prata, Apolpando. Folha de S.Paulo, 29.05.2013)

40-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) A oração – ... nunca os encontro. (2.º parágrafo) – assume, em voz passiva, a seguinte redação:

(A) ... eu nunca encontro eles.

(B) ... eles nunca têm sido encontrados por mim.

(C) ... nunca se encontram eles.

(D) ... eu nunca os tenho encontrado.

(E) ... eles nunca são encontrados por mim.

"Traduzindo" a oração destacada: "eu nunca encontro eles" (Observação: colocação pronominal feita dessa forma apenas para esclarecer a voz verbal!). Ao passarmos da voz ativa para a voz passiva, teremos a seguinte construção: "eles nunca são encontrados por mim".

RESPOSTA: "E".

41-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) Considerando o contexto, assinale a alternativa em que há termos empregados em sentido figurado.

(A) Outro dia, meu pai veio me visitar... (1.º parágrafo)

(B) ... e trouxe uma caixa de caquis, lá de Sorocaba. (1.º parágrafo)

- (C) ... devem ficar escondidos de mim, guardados numa caixa... (último parágrafo)
 (D) Enquanto comia, eu pensava... (1.º parágrafo)
 (E) ... botei numa tigela na varanda e comemos um por um... (1.º parágrafo)

Sublinhei os termos que estão relacionados (os pronomes e verbos retomam os seguintes substantivos abaixo):

Meus amigos e amigas e parentes queridos são como os caquis...

Quando os encontro, relembro como é prazeroso vê-los...

devem ficar escondidos de mim, guardados numa caixa, lá em Sorocaba...

Através da leitura acima, percebemos que o autor refere-se aos amigos, amigas e parentes. Ao dizer que ficam guardados em caixas, obviamente, está utilizando uma linguagem conotativa, figurada.

RESPOSTA: "C".

42-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ANALISTA DE SISTEMAS - FCC/2012) Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que se mantém corretamente no singular é:

- (A) a modernização do Rio se teria feito (as obras de modernização)
 (B) Mas nunca se esquece ele de que (esses autores)
 (C) por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil (as mais belas cidades do Brasil)
 (D) continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses (tradições no Rio de Janeiro)
 (E) do que a cidade parece ter de eterno (as belezas da cidade)

Fiz as anotações ao lado:

- (A) a modernização do Rio se teria feito (as obras de modernização) = se teriam feito
 (B) Mas nunca se esquece ele de que (esses autores) = se esquecem
 (C) por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil (as mais belas cidades do Brasil) = por que vêm passando
 (D) continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses (tradições no Rio de Janeiro) = continua a haver
 (E) do que a cidade parece ter de eterno (as belezas da cidade) = parecem ter

RESPOSTA: "D".

43-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ANALISTA DE SISTEMAS - FCC/2012) Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento estão empregados nos segmentos transcritos em:

- (A) A vida é triste e complicada. // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.
 (B) ... alguém dará o nosso recado sem endereço. // A vida é triste e complicada.
 (C) Tinha razão o rapaz... // Depois de esperar duas ou três horas...

- (D) Para quem espera nervosamente... // Depois de esperar duas ou três horas...
 (E) Tinha razão o rapaz... // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.

Análise abaixo:

- (A) A vida é = verbo de ligação // ... mergulhemos = intransitivo
 (B) ... alguém dará = transitivo direto e indireto (no contexto, apenas direto) // A vida é = verbo de ligação
 (C) Tinha = transitivo direto // Depois de esperar = transitivo direto
 (D) Para quem espera = pode ser considerado intransitivo – (NESTE CONTEXTO) // Depois de esperar = transitivo direto
 (E) Tinha = transitivo direto // ... mergulhemos = intransitivo

RESPOSTA: "C".

44-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ANALISTA DE SISTEMAS - FCC/2012) A frase que admite transposição para a voz PASSIVA é:

- (A) Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes...
 (B) O chapéu dele está aí...
 (C) ... chegou à conclusão de que o funcionário...
 (D) Leio a reclamação de um repórter irritado...
 (E) ... precisava falar com um delegado...

A única alternativa que possibilita a transposição para a voz passiva é a: A reclamação de um repórter irritado foi lida por mim".

RESPOSTA: "D".

45-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ANALISTA DE SISTEMAS - FCC/2012) ... e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Do mesmo modo que se justifica o sinal indicativo de crase em destaque na frase acima, está correto o seu emprego em:

- (A) e chegou à uma conclusão totalmente inesperada.
 (B) e chegou então à tirar conclusões precipitadas.
 (C) e chegou à tempo de ouvir as conclusões finais.
 (D) e chegou finalmente à inevitável conclusão.
 (E) e chegou à conclusões as mais disparatadas.

Vamos por exclusão:

- (A) e chegou à uma = não há acento grave antes de artigo indefinido
 (B) e chegou então à tirar = não há acento grave antes de verbo no infinitivo
 (C) e chegou à tempo = não há acento grave antes de palavra masculina

(D) e chegou finalmente à inevitável conclusão.

(E) e chegou às conclusões = não há acento grave quando a preposição está no singular e a palavra que a acompanha não tem a presença do artigo definido (há generalização). Haveria acento se a construção fosse: "chegou às conclusões as mais disparatadas".

RESPOSTA: "D".

46-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Leia o texto para responder à questão.

Tufão "Tembin" causa destruição em Taiwan; 5 mil evacuaram



Imagem mostra morador entre árvores que foram derrubadas nesta sexta-feira (24), durante passagem do tufão Tembin, em Taitung, no leste de Taiwan. Segundo a agência AFP, ao menos 5 mil pessoas foram evacuadas das regiões expostas a deslizamentos de terra diante da ameaça do tufão, de categoria 4 na escala Saffir-Simpson (1 a 5), que atingiu o condado de Pingtung às 5h (18h de Brasília), segundo a agência nacional de meteorologia.

(Disponível em <http://noticias.uol.com.br/album/album-do-dia/2012/08/24/imagens-do-dia-24-de-agosto-de-2012.htm?abrefoto=9>. Acesso em 24.08.2012)

A respeito do emprego de verbos nessa notícia, pode-se afirmar que:

I. "evacuar" suscita duplicidade de sentido quando empregado na voz ativa ou na passiva;

II. "foram derrubadas" e "foram evacuadas" estão na voz passiva e indicam tempo pretérito;

III. "mostra" e "atingiu" estão na voz ativa e indicam, respectivamente, tempo pretérito e tempo presente;

IV. "mostra" e "foram derrubadas" estão na voz passiva e indicam tempo passado.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

Questão que envolve interpretação, conhecimento de Vozes e Tempos Verbais, além de Ambiguidade. Farei as observações nos itens:

I. "evacuar" suscita duplicidade de sentido quando empregado na voz ativa ou na passiva;

= tanto "evacuaram" quanto "foram evacuadas" apresentam duplo sentido

II. "foram derrubadas" e "foram evacuadas" estão na voz passiva e indicam tempo pretérito;

III. "mostra" e "atingiu" estão na voz ativa e indicam, respectivamente, tempo pretérito e tempo presente; = houve uma inversão: "mostra" está no presente e "atingiu" está no pretérito perfeito

IV. "mostra" e "foram derrubadas" estão na voz passiva e indicam tempo passado.

= "mostra" está na voz ativa e tempo presente; "foram derrubadas" sim, está na voz passiva e tempo passado.

Itens corretos: I e II.

RESPOSTA: "A".

47-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Seguem a mesma regra de acentuação gráfica relativa às palavras paroxítonas:

(A) probatório; condenatório; crédito.

(B) máquina; denúncia; ilícita.

(C) denúncia; funcionário; improcedência.

(D) máquina; improcedência; probatório.

(E) condenatório; funcionário; frágil.

Vamos a elas:

(A) probatório = paroxítona terminada em ditongo; condenatório = paroxítona terminada em ditongo; crédito = proparoxítona.

(B) máquina = proparoxítona; denúncia = paroxítona terminada em ditongo; ilícita = proparoxítona.

(C) Denúncia = paroxítona terminada em ditongo; funcionário = paroxítona terminada em ditongo; improcedência = paroxítona terminada em ditongo

(D) máquina; improcedência; probatório = classificações apresentadas acima

(E) condenatório; funcionário = classificações apresentadas acima / Frágil = paroxítona terminada em "l"

RESPOSTA: "C".

48-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Em – os procedimentos se tornaram muito mais céleres e fáceis – o termo destacado apresenta como antônimo:

(A) ágeis.

(B) modernos.

(C) desenvoltos.

(D) arcaicos.

(E) morosos.

Ao estudarmos conteúdo de Direito, percebemos que um dos princípios da Justiça é o da celeridade, da rapidez no julgamento/andamento do processo, o que nos facilita responder à questão: antônimo de célere, rápido = moroso.

RESPOSTA: "E".

49-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Considere a frase a seguir.

Esses recursos chegam ao STF depois de passar por uma "peneira" no tribunal de origem.

Preserva-se o mesmo sentido e regência do verbo chegar da frase em:

- (A) O dinheiro não chegou para as despesas do mês.
- (B) Ela não chega à mãe em beleza e inteligência.
- (C) Uma desgraça nunca chega só.
- (D) Chega de reclamações, disse o juiz.
- (E) Apesar de chegar cedo à seção eleitoral, não conseguiu votar.

No enunciado, o verbo "chegar" exerce a função de verbo transitivo indireto, pedindo preposição: chegar a que lugar, aonde? A alternativa que também apresenta o mesmo sentido é a: chegou à seção eleitoral.

RESPOSTA: "E".

50-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Considere o trecho.

Em audiência pública realizada na última sexta-feira (24), o ministro Marco Aurélio se mostrou preocupado e afirmou que tem receio de que o julgamento do mensalão não termine até o final do ano.

Nesse trecho, a relação estabelecida entre as orações ligadas pela conjunção "e" é de

- (A) contraposição.
- (B) exclusão.
- (C) tempo.
- (D) adição.
- (E) alternância.

A ideia apresentada pela conjunção "e", nesse texto, é de adição.

RESPOSTA: "D".

51-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012 - ADAPTADA) A corte seguiu à risca um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segue essa mesma regra de uso da crase a alternativa:

(A) (A lei) ameaça despejar milhares de marginais precoces de volta às ruas.

(B) A felicidade é o sonho que se oferece às pessoas.

(C) Telefonei ontem à sua tia.

(D) Ficou rodando de carro à toa por muito tempo.

(E) Não ceda à tentação.

O termo "seguiu à risca" dá-nos uma ideia de "modo". Dentre as alternativas apresentadas, o item que nos passa o mesmo sentido é: Ficou rodando de carro à toa por muito tempo.

RESPOSTA: "D".

52-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Considere o trecho.

Dentro e fora de campo, a vida do juiz de futebol Juarez Gomes da Silva é uma eterna bola dividida. De ante mão, ele já carrega a fama de vilão de espetáculo: ao surgir no gramado ao lado dos bandeirinhas, a recepção vêm sob a forma de vaia, xingamentos e bombardeio de objetos.

No texto apresentado, há

(A) um erro de grafia (ante mão) e outro de concordância verbal (vêm).

(B) dois erros de grafia (ante mão/ sob).

(C) dois erros de concordância nominal (vaia/ xingamentos).

(D) um erro de grafia (sob) e um erro de concordância nominal (vaia).

(E) um erro de grafia (recepção) e um erro de concordância verbal (vêm).

No trecho há um erro ortográfico (antemão é a forma correta); "vêm" está no plural, mas o seu sujeito (a recepção) está no singular, portanto o correto é "vem".

RESPOSTA: "A".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012 - ADAPTADA) Leia o texto, para responder às questões de números 53 e 54.

Nas últimas três décadas, as milícias, organizações criminosas lideradas por policiais e ex-policiais, vêm se alastrando no Rio de Janeiro. Elas avançaram sobre os domínios do tráfico, passaram a comandar territórios da cidade e consolidaram seu poder à base do assistencialismo e do medo. Como têm centenas de milhares de pessoas sob seu jugo, essas gangues de farda ganham força em períodos eleitorais, quando são procuradas por candidatos em busca de apoio, arbitram sobre quem faz campanha em seu pedaço e lançam nomes egressos de suas próprias fileiras.

(Veja, 26.09.2012. Adaptado)

53-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012) Sabendo que o aposto é empregado para precisar, explicar um termo antecedente, assinale a alternativa contendo passagem do texto com essa função.

- (A) ...quem faz campanha em seu pedaço...
- (B) ...nomes egressos de suas próprias fileiras.
- (C) ...centenas de milhares de pessoas sob seu jugo...
- (D) ...quando são procuradas por candidatos em busca de apoio...
- (E) ...organizações criminosas lideradas por policiais e ex-policiais...

Retirando do texto o trecho, perceberemos que o item que apresenta um aposto (termo que explica um antecedente) é o seguinte: as milícias, organizações criminosas lideradas por policiais e ex-policiais, vêm se alastrando no Rio de Janeiro.

RESPOSTA: "E".

54-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012) A passagem do texto em que se encontra adjunto adverbial expressando circunstância de modo é:

- (A) ...no Rio de Janeiro.
- (B) ...em períodos eleitorais...
- (C) ...à base do assistencialismo e do medo.
- (D) ...de suas próprias fileiras.
- (E) ...sobre os domínios do tráfico...

Para "descobrirmos" um adjunto adverbial de modo, perguntamos ao verbo: "como?" No texto, dentre as alternativas apresentadas, a que responde a essa pergunta adequadamente é: "consolidaram seu poder (como?) = à base do assistencialismo e do medo."

RESPOSTA: "C".

55-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012) Assinale a alternativa em que os pronomes estão empregados e colocados na frase de acordo com a norma-padrão.

- (A) Nos surpreende, a cada dia, constatar a invasão das milícias, que espalham-se pelas favelas, ditando-as suas leis.
- (B) Depois de invadir vários territórios da cidade, as milícias dominaram eles e ali instalaram-se.
- (C) Há candidatos que usam as gangues: as procuram movidos pelo interesse em ter elas como aliadas.
- (D) Quase nunca vê-se reação das comunidades diante do terror que as milícias as impõem.
- (E) Milicianos instalam-se nas comunidades e impõem seu poder; consolidam-no pela prática do terror.

Fiz as correções:

- (A) que espalham-se = que se espalham (pronomes relativos)
- (B) e ali instalaram-se = ali se instalaram (advérbio)
- (C) Há candidatos que usam as gangues: as procuram = procuram-nas (depois de pontuação)
- (D) Quase nunca vê-se = nunca se vê (advérbio)
- (E) Milicianos instalam-se...; consolidam-no pela prática do terror

RESPOSTA: "E".

56-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012) Assinale a alternativa em que a concordância nominal está de acordo com a norma-padrão.

- (A) Vê-se que ficou assegurado à família a guarda do menor.
- (B) Fica claro que o problema atinge os setores público e privado.
- (C) Ainda não identificada pela polícia, as pessoas responsáveis pelo assalto estão à solta.
- (D) Já foi divulgado na mídia alguma coisa a respeito do acidente?
- (E) Se foi incluso no contrato, a cláusula não pode ser desconsiderada.

Fiz as correções entre parênteses:

- (A) Vê-se que ficou assegurado (assegurada) à família a guarda do menor.
- (B) Fica claro que o problema atinge os setores público e privado.
- (C) Ainda não identificada (identificadas) pela polícia, as pessoas responsáveis pelo assalto estão à solta.
- (D) Já foi divulgado (divulgada) na mídia alguma coisa a respeito do acidente?
- (E) Se foi incluso (inclusa - ou incluída, já que funciona como verbo) no contrato, a cláusula não pode ser desconsiderada.

RESPOSTA: "B".

57-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012) Assinale a alternativa em que todos os verbos estão conjugados segundo a norma-padrão.

- (A) Absteu-se do álcool durante anos; agora, voltou ao vício.
- (B) Perderam seus documentos durante a viagem, mas já os reaveram.
- (C) Avisem-me, se vocês verem que estão ocorrendo conflitos.
- (D) Só haverá acordo se nós propormos uma boa indenização.
- (E) Antes do jantar, a criançada se entretinha com jogos eletrônicos.

Correção à frente:

- (A) Absteu-se = absteve-se
- (B) mas já os reaveram = reouveram
- (C) se vocês verem = virem
- (D) Só haverá acordo se nós propormos = propusermos
- (E) Antes do jantar, a criança se entretinha com jogos eletrônicos.

RESPOSTA: "E".

58-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2011- ADAPTADA) Em – Tudo indica que 250 mil documentos secretos foram copiados por um jovem soldado num CD enquanto fingia ouvir Lady Gaga. – a palavra destacada exprime ideia de

- (A) Hipótese
- (B) Condição
- (C) Concessão
- (D) Causa
- (E) Tempo

A conjunção destacada dá-nos a informação com relação ao momento, ao "tempo" em que a ação foi praticada.

RESPOSTA: "E".

59-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2011) Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal.

- (A) Começaram as investigações pelas ações do jovem soldado.
- (B) Um jovem soldado e a WikiLeaks divulgou informações secretas.
- (C) Mais de um relatório diplomático vazaram na internet.
- (D) Repartições, investimentos, pessoas, nada impediram o jovem soldado.
- (E) Os telegramas relacionados com o Brasil foi, para o ministro Jobim, muito negativos.

Fiz as correções à frente:

- (A) Começaram as investigações pelas ações do jovem soldado.
- (B) Um jovem soldado e a WikiLeaks divulgou = divulgaram
- (C) Mais de um relatório diplomático vazaram = vazou
- (D) Repartições, investimentos, pessoas, nada impediram = impediu
- (E) Os telegramas relacionados com o Brasil foi = foram

RESPOSTA: "A".

60-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2011) Assinale a alternativa cujo emprego do pronome está em conformidade com a norma padrão da língua.

- (A) Não autorizam-nos a ler os comentários sigilosos.
- (B) Nos falaram que a diplomacia americana está abalada.
- (C) Ninguém o informou sobre o caso WikiLeaks.
- (D) Conformado, se rendeu às punições.
- (E) Todos querem que combata-se a corrupção.

Fiz as correções à frente:

- (A) Não autorizam-nos = não nos autorizam
- (B) Nos falaram = falaram-nos
- (C) Ninguém o informou sobre o caso WikiLeaks.
- (D) Conformado, se rendeu = rendeu-se
- (E) Todos querem que combata-se = que se combata

RESPOSTA: "C".

61-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2011) Em: – mamãe está recortando o jornal. – ao se substituir o jornal por um pronome, de acordo com a norma culta, tem-se:

- (A) recortando-lo.
- (B) recortando-o.
- (C) recortando-no.
- (D) recortando-lhe.
- (E) recortando ele.

O verbo "recortar" pede objeto direto (recortar o quê?). Sabemos que "lhe" é para objeto indireto, então descartamos a alternativa "D". O pronome "no" é usado quando o verbo termina em "m": encontraram-no, amam-no. Então eliminamos mais uma, a "C". O "lo" geralmente é empregado quando o verbo termina em sílaba tônica: amá-lo, acatá-lo, incluí-lo. Chegamos, então, à resposta: recortando-o.

RESPOSTA: "B".

62-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2011) Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta.

- (A) Havia cooperativas de catadores na cidade de São Paulo.
- (B) O lixo de casas e condomínios vão para aterros.
- (C) O tratamento e a destinação corretos do lixo evitaria que 35% deles fosse despejado em aterros.
- (D) Fazem dois anos que a prefeitura adia a questão do lixo.
- (E) Somos nós quem paga a conta pelo descaso com a coleta de lixo.

Fiz as correções à frente:

- (A) Havia cooperativas = havia (sentido de Existir)
- (B) O lixo de casas e condomínios vão = vai
- (C) O tratamento e a destinação corretos do lixo evitaria que 35% deles fosse = fossem

(D) Fazem dois anos = faz (sentido de tempo passado: singular)

(E) Somos nós quem paga a conta pelo descaso com a coleta de lixo

* outra forma correta seria: Somos nós que pagamos.

RESPOSTA: "E".

63-) (TRE/AP - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011)
Está corretamente empregada a palavra destacada na frase

a) Constitue uma grande tarefa transportar todo aquele material.

b) As pessoas mais conscientes requereram anulação daquele privilégio.

c) Os fiscais reteram o material dos artistas.

d) Quando ele vir até aqui, trataremos do assunto.

e) Se eles porem as pastas na caixa ainda hoje, pode despachá-la imediatamente.

a) Constitue (constitui) uma grande tarefa transportar todo aquele material.

b) As pessoas mais conscientes requereram anulação daquele privilégio.

c) Os fiscais reteram (retiveram) o material dos artistas.

d) Quando ele vir (vier) até aqui, trataremos do assunto.

e) Se eles porem (puserem) as pastas na caixa ainda hoje, pode despachá-la imediatamente.

RESPOSTA: "B".

64-) (TRE/RS - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2010)
... a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho ...

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:

a) tinha interrompido.

b) foram interrompidas.

c) fora interrompido.

d) haviam sido interrompidas.

e) haveriam de ser interrompidas.

... a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho = voz ativa com um verbo, então a passiva terá dois: comunicações com o vizinho foram interrompidas pela Coreia...

RESPOSTA: "B".

65-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - ADMINISTRADOR - UFPR/2013) Assinale a alternativa que apresenta um dito popular que parafraseia o conteúdo expresso no excerto: "*Se você está em casa, não pode sair. Se você está na rua, não pode entrar*".

a) "Se correr o bicho pega, se ficar, o bicho come".

b) "Quando o gato sai, os ratos fazem a festa".

c) "Um dia da caça, o outro do caçador".

d) "Manda quem pode, obedece quem precisa".

Dentre as alternativas apresentadas, a que reafirma a ideia do excerto (não há muita saída, não há escolhas) é: "*Se você está em casa, não pode sair. Se você está na rua, não pode entrar*".

RESPOSTA: "A".

66-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE - TÉCNICO EM MICROINFORMÁTICA - CESPE/2012) As palavras "conteúdo", "calúnia" e "injúria" são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

"Conteúdo" é acentuada seguindo a regra do hiato; calúnia = paroxítona terminada em ditongo; injúria = paroxítona terminada em ditongo.

RESPOSTA: "ERRADO".

67-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE - TÉCNICO EM MICROINFORMÁTICA - CESPE/2012) O correio eletrônico é uma forma de comunicação célere, na qual deve ser utilizada linguagem compatível com a comunicação oficial, embora não seja definida uma forma rígida para sua estrutura.

O correio eletrônico ("e-mail"), por seu baixo custo e celeridade, transformou-se na principal forma de comunicação para transmissão de documentos.

Um dos atrativos de comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir forma rígida para sua estrutura. Entretanto, deve-se evitar o uso de linguagem incompatível com uma comunicação oficial (v. 1.2 A Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais).

(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

RESPOSTA: "CERTO".

(TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014 - ADAPTADO) Atenção: Para responder às questões de números 68 a 72, considere o texto abaixo.

O MAQUINISTA empurra a manopla do acelerador. O trem cargueiro começa a avançar pelos vastos e desertos prados do Cazaquistão, deixando para trás a fronteira com a China.

O trem segue mais ou menos o mesmo percurso da lendária Rota da Seda, antigo caminho que ligava a China à Europa e era usado para o transporte de especiarias, pedras preciosas e, evidentemente, seda, até cair em desuso, seis séculos atrás.

Hoje, a rota está sendo retomada para transportar uma carga igualmente preciosa: laptops e acessórios de informática fabricados na China e enviados por trem expresso para Londres, Paris, Berlim e Roma.

A Rota da Seda nunca foi uma rota única, mas sim uma teia de caminhos trilhados por caravanas de camelos e cavalos a partir de 120 a.C., quando Xi'an - cidade do centro-oeste chinês, mais conhecida por seus guerreiros de terracota - era a capital da China.

As caravanas começavam cruzando os desertos do oeste da China, viajavam por cordilheiras que acompanhavam as fronteiras ocidentais chinesas e então percorriam as pouco povoadas estepes da Ásia Central até o mar Cáspio e além.

Esses caminhos floresceram durante os primórdios da Idade Média. Mas, à medida que a navegação marítima se expandiu e que o centro político da China se deslocou para Pequim, a atividade econômica do país migrou na direção da costa.

Hoje, a geografia econômica está mudando outra vez. Os custos trabalhistas nas cidades do leste da China dispararam na última década. Por isso as indústrias estão transferindo sua produção para o interior do país.

O envio de produtos por caminhão das fábricas do interior para os portos de Shenzhen ou Xangai – e de lá por navios que contornam a Índia e cruzam o canal de Suez – é algo que leva cinco semanas. O trem da Rota da Seda reduz esse tempo para três semanas. A rota marítima ainda é mais barata do que o trem, mas o custo do tempo agregado por mar é considerável.

Inicialmente, a experiência foi realizada nos meses de verão, mas agora algumas empresas planejam usar o frete ferroviário no próximo inverno boreal. Para isso adotam complexas providências para proteger a carga das temperaturas que podem atingir 40 °C negativos.

(Adaptado de: www1.folha.uol.com.br/FSP/newyorktimes/122473)

68-) (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)
Depreende-se corretamente do texto:

(A) A lendária Rota da Seda foi abandonada porque as caravanas de camelos e cavalos tinham dificuldade de enfrentar o frio extremo da região.

(B) A expansão da navegação marítima colaborou para que, no passado, a atividade comercial da China migrasse na direção da costa.

(C) O frete ferroviário deve ser substituído pelo transporte marítimo no inverno, já que a carga a ser transportada pode ser danificada pelas baixas temperaturas.

(D) A partir da retomada da Rota da Seda, as fábricas chinesas voltaram a exportar quantidades significativas de especiarias.

(E) A navegação chinesa se expandiu e o transporte marítimo atingiu o seu auge durante a época em que Xi'an era a capital da China.

Interpretação que requer, apenas, uma leitura atenciosa do texto para que se chegue à resposta correta: A expansão da navegação marítima colaborou para que, no passado, a atividade comercial da China migrasse na direção da costa.

RESPOSTA: "B".

69-) (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)
... e então percorriam as pouco povoadas estepes da Ásia Central até o mar Cáspio e além. (5º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... e de lá por navios que contornam a Índia...

(B) ... era a capital da China.

(C) A Rota da Seda nunca foi uma rota única...

(D) ... dispararam na última década.

(E) ... que acompanham as fronteiras ocidentais chinesas...

Percorriam = Pretérito Imperfeito do Indicativo

A = contornam – presente do Indicativo

B = era = pretérito imperfeito do Indicativo

C = foi = pretérito perfeito do Indicativo

D = dispararam = pretérito mais-que-perfeito do Indicativo

E = acompanham = presente do Indicativo

RESPOSTA: "B".

70-) (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)
Para isso adotam complexas providências para proteger a carga das temperaturas que podem atingir 40°C negativos. (último parágrafo).

Sem que se faça nenhuma outra alteração no segmento acima, mantêm-se a correção e, em linhas gerais, o sentido original, substituindo-se

(A) atingir por cair à.

(B) adotam por recorrem.

(C) para proteger por afim de proteger.

(D) complexas por amplas.

(E) isso por tanto.

Já podemos descartar a alternativa "C" de imediato, já que a ortografia correta seria "a fim" (com a intenção de), não "afim" (= afinidade); quanto à alternativa "A", não teria acento grave (crase) no "a", pois "graus" é palavra masculina; "complexas" e "amplas" não são palavras sinônimas, já que "as providências" podem ser "restritas", mas complexas.

RESPOSTA: "E".

71-) (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)
cruzando os desertos do oeste da China – que contornam a Índia – adotam complexas providências

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados acima foram corretamente substituídos por um pronome, respectivamente, em:

(A) os cruzando - que contornam-lhe - adotam-as

(B) cruzando-lhes - que contornam-na - as adotam

(C) cruzando-os - que lhe contornam - adotam-lhes

(D) cruzando-os - que a contornam - adotam-nas

(E) lhes cruzando - que contornam-a - as adotam

Não podemos utilizar "lhes", que corresponde ao objeto indireto (verbo "cruzar" pede objeto direto: cruzar o quê?), portanto já desconsideramos as alternativas "B" e "D". Ao iniciarmos um parágrafo (já que no enunciado temos uma oração assim) devemos usar ênclise: (cruzando -os); na segunda oração temos um pronome relativo (dá

para substituímos por "o qual"), o que nos obriga a usar a próclise (que a contorna): "adotam" exige objeto direto (adotam quem ou o quê?), chegando à resposta: adotam-nas (quando o verbo terminar em "m" e usarmos um pronome oblíquo direto, lembre-se do alfabeto: JKLM – N!).

RESPOSTA: "D".

72-) (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)

... que acompanham as fronteiras ocidentais chinesas...

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima está em:

- (A) A Rota da Seda nunca foi uma rota única...
- (B) Esses caminhos floresceram durante os primórdios da Idade Média.
- (C) ... viajavam por cordilheiras...
- (D) ... até cair em desuso, seis séculos atrás.
- (E) O maquinista empurra a manopla do acelerador.

Acompanhar é transitivo direto (acompanhar quem ou o quê - não há preposição):

A = foi = verbo de ligação (ser) – não há complemento, mas sim, predicativo do sujeito (rota única);

B = floresceram = intransitivo (durante os primórdios = adjunto adverbial);

C = viajavam = intransitivo (por cordilheiras = adjunto adverbial);

D = cair = intransitivo;

E = empurra = transitivo direto (empurrar quem ou o quê?)

RESPOSTA: "E".

73-) (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)

Ela consagra a vitória da razão abstrata, que é a instância suprema de toda a cultura moderna, versada no rigor das matemáticas que passarão a reger os sistemas de controle do tempo e do espaço.

Afirma-se corretamente sobre a frase acima:

- (A) As vírgulas isolam um segmento explicativo.
- (B) O verbo *consagra*, no contexto, não admite transposição para a voz passiva.
- (C) No segmento *que passarão a reger os sistemas de controle do tempo e do espaço*, o elemento sublinhado pode ser substituído por "com que", sem prejuízo para o sentido original.
- (D) O segmento *versada no rigor* está corretamente traduzido, no contexto, por "de acordo com os princípios".
- (E) O segmento *que passarão a reger os sistemas de controle do tempo e do espaço* pode ser substituído por "cujos sistemas de controle do tempo e do espaço passarão a reger".

(D) O segmento *versada no rigor* está corretamente traduzido, no contexto, por "de acordo com os princípios".

(E) O segmento *que passarão a reger os sistemas de controle do tempo e do espaço* pode ser substituído por "cujos sistemas de controle do tempo e do espaço passarão a reger".

B = admite voz passiva: A vitória da razão abstrata é consagrada por ela.

C = substituição adequada: as quais

D = versada = baseada

E = o pronome relativo "cujos" daria sentido diferente à frase, já que lemos "de trás para frente" (por exemplo: árvore cujas folhas – folhas das árvores). No segmento, "as matemáticas regerão os sistemas". Com a alteração proposta pela alternativa, os sistemas que regeriam as matemáticas, e não seriam regidos por ela – diferente do que consta no enunciado.

RESPOSTA: "A".

74-) (TRF/2ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.

(B) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.

(C) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.

(D) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.

(E) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos shoppings pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.

Em "A", teríamos "evite-se"; "B", "dispõe"; em "C", "cabe"; em "D", "haveria".

RESPOSTA: "E".

75-) (TRF/2ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) A pontuação está plenamente adequada na frase:

(A) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos que, a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas, ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.

(B) O cronista diante da possibilidade, de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos, que a princípio desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.

(C) O cronista diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo convence-se, de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.

(D) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento mas, ao fim e ao cabo convence-se de que está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.

(E) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo, convence-se de que, está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.

A pontuação segue regras e, muitas vezes, é alterada conforme a intenção do escritor. Como as frases do exercício são idênticas, acredito que não há necessidade de indicar nas demais os locais que apresentam inadequação, já que a correta indica os erros nas demais.

RESPOSTA: "A".

76-) (TRF/2ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)

Amemos as ilhas, mas não emprestemos às ilhas o condão mágico da felicidade, pois quando fantasiamos as ilhas esquecemo-nos de ilhas que, ao habitar, leva-se para elas tudo o que já nos habita.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

(A) lhes emprestemos – lhes fantasiamos – habitá-las

(B) emprestemos-lhes – as fantasiamos – habitar-lhes

(C) as emprestemos – fantasiamo-las – as habitar

(D) lhes emprestemos – as fantasiamos – habitá-las

(E) as emprestemos – lhes fantasiamos – habitar-lhes

Quando temos a presença de um advérbio na oração, a regra é a próclise: "mas não lhes emprestemos" ("lhes" tem a função de objeto indireto, como na frase do enunciado – vide a ocorrência da crase = emprestemos o que a quem); seguindo o raciocínio, temos na segunda etapa a presença de outro advérbio: mais um caso para próclise (quando as fantasiamos); na terceira ocorrência, temos "habitá-las" (verbo oxítono – objeto direto).

RESPOSTA: "D".

77-) (TRF/2ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) O emprego, a grafia e a flexão dos verbos estão corretos em:

(A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requiseram mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.

(B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge do esquecimento, em 1974.

(C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobreviram longos anos de esquecimento.

(D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.

(E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.

Acrescentei as formas verbais adequadas nas orações analisadas:

(A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requiseram (requereram) mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.

(B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge (emerge) do esquecimento, em 1974.

(C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobreviram (sobrevieram) longos anos de esquecimento.

(D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.

(E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, (obtivesse) agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.

RESPOSTA: "D".

78-) (TRF/2ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:

(A) Se o porquê da importância primitiva de Paraty estava na sua localização estratégica, a importância de que goza atualmente está na relevância histórica porque é reconhecida.

(B) Ninguém teria porque negar a Paraty esse duplo merecimento de ser poesia e história, por que o tempo a escolheu para ser preservada e a natureza, para ser bela.

(C) Os dissabores por que passa uma cidade turística devem ser prevenidos e evitados pela Casa Azul, porque ela nasceu para disciplinar o turismo.

(D) Porque teria a cidade passado por tão longos anos de esquecimento? Criou-se uma estrada de ferro, eis porque.

(E) Não há porquê imaginar que um esquecimento é sempre deplorável; veja-se como e por que Paraty acabou se tornando um atraente centro turístico.

Coloquei à frente dos termos em destaque a forma correta:

(A) Se o por quê (porquê) da importância primitiva de Paraty estava na sua localização estratégica, a importância de que goza atualmente está na relevância histórica porque (por que = pela qual) é reconhecida.

(B) Ninguém teria porque negar a Paraty esse duplo merecimento de ser poesia e história, por que (porque) o tempo a escolheu para ser preservada e a natureza, para ser bela.

(C) Os dissabores por que (=pelos quais) passa uma cidade turística devem ser prevenidos e evitados pela Casa Azul, porque ela nasceu para disciplinar o turismo.

(D) Porque (por que) teria a cidade passado por tão longos anos de esquecimento? Criou-se uma estrada de ferro, eis porque (porquê).

(E) Não há porquê (porque) imaginar que um esquecimento é sempre deplorável; veja-se como e por quê (por que) Paraty acabou se tornando um atraente centro turístico.

RESPOSTA: "C".

(TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014 - ADAPTADO) Atenção: Para responder às questões de números 79 e 80, considere o texto abaixo.

A guerra dos dez anos começou quando um fazendeiro cubano, Carlos Manuel de Céspedes, e duzentos homens mal armados tomaram a cidade de Santiago e proclamaram a independência do país em relação à metrópole espanhola. Mas a Espanha reagiu. Quatro anos depois, Céspedes foi deposto por um tribunal cubano e, em março de 1874, foi capturado e fuzilado por soldados espanhóis.

Entrementes, ansioso por derrubar medidas espanholas de restrição ao comércio, o governo americano apoiara abertamente os revolucionários e Nova York, Nova Orleans e Key West tinham aberto seus portos a milhares de cubanos em fuga. Em poucos anos Key West transformou-se de uma pequena vila de pescadores numa importante comunidade produtora de charutos. Despontava a nova capital mundial do Havana.

Os trabalhadores que imigraram para os Estados Unidos levaram com eles a instituição do "lector". Uma ilustração da revista Practical Magazine mostra um desses leitores sentado de pernas cruzadas, óculos e chapéu de abas largas, um livro nas mãos, enquanto uma fileira de trabalhadores enrolam charutos com o que parece ser uma atenção enlevada.

O material dessas leituras em voz alta, decidido de antemão pelos operários (que pagavam o "lector" do próprio salário), ia de histórias e tratados políticos a romances e coleções de poesia. Tinham seus prediletos: O conde de Monte Cristo, de Alexandre Dumas, por exemplo, tornou-se uma escolha tão popular que um grupo de trabalhadores escreveu ao autor pouco antes da morte dele, em 1870, pedindo-lhe que cedesse o nome de seu herói para um charuto; Dumas consentiu.

Segundo Mário Sanchez, um pintor de Key West, as leituras decorriam em silêncio concentrado e não eram permitidos comentários ou questões antes do final da sessão.

(Adaptado de: MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Cia das Letras, 1996, Maia Soares. São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 134-

136)

79-) (TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) Depreende-se do texto que

(A) a atividade de ler em voz alta, conduzida pelo "lector", permitia que os operários produzissem mais, pois trabalhavam com maior concentração.

(B) o hábito de ler em voz alta, levado originalmente de Cuba para os Estados Unidos, relaciona-se ao valor atribuído à leitura, que é determinado culturalmente.

(C) os operários cubanos homenagearam Alexandre Dumas ao atribuírem a um charuto o nome de um dos personagens do escritor.

(D) ao contratar um leitor, os operários cubanos podiam superar, em parte, a condição de analfabetismo a que estavam submetidos.

(E) os charuteiros cubanos, organizados coletivamente, compartilhavam a ideia de que a fruição de um texto deveria ser comunitária, não individual.

Interpretação textual. As alternativas estão relacionadas ao tema, mas a que foi abordada explicitamente no texto é: "os operários cubanos homenagearam Alexandre Dumas ao atribuírem a um charuto o nome de um dos personagens do escritor".

RESPOSTA: "C".

80-) (TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)

Tinham seus prediletos ... (4º parágrafo).

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) Dumas consentiu.

(B) ... levaram com eles a instituição do "lector".

(C) ... enquanto uma fileira de trabalhadores enrolam charutos...

(D) Despontava a nova capital mundial do Havana.

(E) ... que cedesse o nome de seu herói...

Tinham = pretérito imperfeito do Indicativo. Vamos às alternativas:

Consentiu = pretérito perfeito / levaram = pretérito perfeito (e mais-que-perfeito) do Indicativo

Despontava = pretérito imperfeito do Indicativo.

Cedesse = pretérito do Subjuntivo

RESPOSTA: "D".

(TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014 - ADAPTADO) Atenção: Para responder à questão de número 81, considere o trecho abaixo.

Reunir-se para ouvir alguém ler tornou-se uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média. Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de leitores.

Embora alguns desses senhores afortunados ocasionalmente emprestassem seus livros, eles o faziam para um número limitado de pessoas da própria classe ou família.

(Adaptado de: MANGUEL, Alberto, op.cit.)

81-) (TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) Mantêm-se a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, substituindo-se Embora (2º parágrafo) por

- (A) Contudo.
- (B) Desde que.
- (C) Porquanto.
- (D) Uma vez que.
- (E) Conquanto.

"Embora" é uma conjunção concessiva (apresenta uma exceção à regra). A outra conjunção concessiva é "conquanto".

RESPOSTA: "E".

(TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014 - ADAPTADO) Atenção: Para responder às questões de números 82 a 84, considere o texto abaixo.

Foi por me sentir genuinamente desidentificado com qualquer espécie de regionalismo que escrevi coisas como: "Não sou brasileiro, não sou estrangeiro / Não sou de nenhum lugar, sou de lugar nenhum" / "Riquezas são diferenças".

Ao mesmo tempo, creio só terem sido possíveis tais formulações pessoais pelo fato de eu haver nascido e vivido em São Paulo. Por essa ser uma cidade que permite, ou mesmo propicia, esse desapego para com raízes geográficas, raciais, culturais. Por eu ver São Paulo como um gigante liquidificador onde as informações diversas se misturam, gerando novas interpretações, exceções.

Por sua multiplicidade de referências étnicas, linguísticas, culturais, religiosas, arquitetônicas, culinárias...

São Paulo não tem símbolos que deem conta de sua diversidade. Nada aqui é típico daqui. Não temos um corcovado, uma arara, um cartão postal. São Paulo são muitas cidades em uma.

Sempre me pareceram sem sentido as guerras, os fundamentalismos, a intolerância ante a diversidade.

Assim, fui me sentindo cada vez mais um cidadão do planeta. Acabei atribuindo parte desse sentimento à formação miscigenada do Brasil.

Acontece que a miscigenação brasileira parece ter se multiplicado em São Paulo, num ambiente urbano que foi crescendo para todos os lados, sem limites.

Até a instabilidade climática daqui parece haver contribuído para essa formação aberta ao acaso, à imprevisibilidade das misturas.

Ao mesmo tempo, temos preservados inúmeros nomes indígenas designando lugares, como Ibirapuera, Anhangabaú, Butantã etc. Primitivismo em contexto cosmopolita, como soube vislumbrar Oswald de Andrade.

Não é à toa que partiram daqui várias manifestações culturais.

São Paulo fragmentária, com sua paisagem recortada entre praças e prédios; com o ruído dos carros entrando pelas janelas dos apartamentos como se fosse o ruído longínquo do mar; com seus crepúsculos intensificados pela poluição; seus problemas de trânsito, miséria e violência convivendo com suas múltiplas ofertas de lazer e cultura; com seu crescimento indiscriminado, sem nenhum planejamento urbano; com suas belas alamedas arborizadas e avenidas de feiura infinita.

(Adaptado de: ANTUNES, Arnaldo. Alma paulista. Disponível em <http://www.arnaldoantunes.com.br>).

82-) (TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) No texto, o autor

(A) descreve São Paulo como uma cidade marcada por contrastes de diversas ordens.

(B) assinala a relevância da análise de Oswald de Andrade a respeito do provincianismo da antiga São Paulo.

(C) critica o fato de nomes indígenas, ininteligíveis, designarem, ainda hoje, lugares comuns da cidade de São Paulo.

(D) sugere que o trânsito, com seus ruídos longínquos, é o principal problema da cidade de São Paulo.

(E) utiliza-se da ironia ao elogiar a instabilidade climática e a paisagem recortada da cidade de São Paulo.

Questão fácil! Ao ler o texto e analisar as alternativas, a única que está evidente no texto é: "descreve São Paulo como uma cidade marcada por contrastes de diversas ordens".

RESPOSTA: "A".

83-) (TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) O verbo flexionado no plural que também estaria corretamente flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração fosse feita, encontra-se em:

(A) Não é à toa que partiram daqui várias manifestações culturais...

(B) Sempre me pareceram sem sentido as guerras...

(C) São Paulo são muitas cidades em uma.

(D) São Paulo não tem símbolos que deem conta de...

(E) ... onde as informações diversas se misturam...

Vamos item a item:

A = o verbo "partiram" não poderia ser utilizado no singular, já que está concordando com "várias manifestações";

B = "pareceram" concorda com "as guerras", permanecendo no plural;

C = o verbo "ser" pode concordar tanto com o sujeito (São Paulo) quanto com o predicativo "cidades"

D = "deem" deve permanecer no plural, já que concorda com "símbolos" (lembrando: o verbo "deem" não é mais acentuado!)

E = "misturam" fica no plural, pois concorda com "informações".

RESPOSTA: "C".

84-) (TRF/3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) As regras de concordância estão plenamente respeitadas em:

(A) O crescimento indiscriminado que se observa na cidade de São Paulo fazem com que alguns de seus bairros sejam modificados em poucos anos.

(B) Devem-se às múltiplas ofertas de lazer e cultura a atração que São Paulo exerce sobre alguns turistas.

(C) Apesar de a cidade de São Paulo exibir belas alamedas arborizadas, deveriam haver mais áreas verdes na cidade.

(D) O ruído dos carros, que entram pelas janelas dos apartamentos, perturbam boa parte dos paulistanos.

(E) Na maioria dos bairros de São Paulo, encontram-se referências culinárias provenientes de diversas partes do planeta.

Corrigi os verbos em cada alternativa:

A = fazem (faz) – concorda com “o crescimento”

B = devem-se (deve-se) – concorda com “a atração”

C = deveriam haver (deveria). O verbo “haver” é impessoal, não varia, portanto seu auxiliar também não.

D = entram (entra) – concorda com “o ruído”

E = correta (lembrando que, ao se utilizar a expressão “a maioria de”, o verbo pode estar no singular também: “a maioria dos bairros encontra-se”).

RESPOSTA: “E”.

85-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Os verbos empregados nos mesmos tempo e modo estão agrupados em:

(A) foi - estava - adquiriu

(B) viviam - estava - torna

(C) pode - vivem - torna

(D) adquiriu - foi - pode

(E) apareceu - pode – eram

A = foi – pretérito perfeito do Indicativo / estava – pretérito imperfeito do Indicativo / adquiriu – pretérito perfeito do Indicativo;

B = viviam e estava – pretérito imperfeito do Indicativo / torna – presente do Indicativo;

C = os três estão no presente do Indicativo;

D = adquiriu e foi – pretérito perfeito do Indicativo / pode – presente do Indicativo;

E = apareceu – pretérito perfeito do Indicativo / pode – presente do Indicativo / eram – pretérito imperfeito do Indicativo. (lembrando que “pôde” é o verbo “poder” no pretérito perfeito do Indicativo).

RESPOSTA: “C”.

86-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) A importância de Rodolfo Coelho Cavalcante para o movimento cordelista pode ser comparada à de outros dois grandes nomes...

Sem qualquer outra alteração da frase acima e sem prejuízo da correção, o elemento grifado pode ser substituído por:

(A) contrastada.

(B) confrontada.

(C) ombreada.

(D) rivalizada.

(E) equiparada.

Ao participar de um concurso, não temos acesso a dicionários para que verifiquemos o significado das palavras, por isso, caso não saibamos o que significam, devemos analisá-las dentro do contexto em que se encontram. No exercício acima, a que se “encaixa” é “equiparada”.

RESPOSTA: “E”.

87-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Os folheteiros vivem em feiras, mercados, praças e locais de peregrinação.

O verbo da frase acima NÃO pode ser mantido no plural caso o segmento grifado seja substituído por:

(A) Há folheteiros que

(B) A maior parte dos folheteiros

(C) O folheteiro e sua família

(D) O grosso dos folheteiros

(E) Cada um dos folheteiros

A - Há folheteiros que vivem (concorda com o objeto “folheteiros”)

B – A maior parte dos folheteiros vivem/vive (opcional)

C – O folheteiro e sua família vivem (sujeito composto)

D – O grosso dos folheteiros vive/vivem (opcional)

E – Cada um dos folheteiros vive = somente no singular

RESPOSTA: “E”.

88-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas em:

(A) Enquanto não se disporem a considerar o cordel sem preconceitos, as pessoas não serão capazes de fruir dessas criações poéticas tão originais.

(B) Ainda que nem sempre detenha o mesmo status atribuído à arte erudita, o cordel vem sendo estudado hoje nas melhores universidades do país.

(C) Rodolfo Coelho Cavalcante deve ter percebido que a situação dos cordelistas não mudaria a não ser que eles mesmos requizessem o respeito que faziam por merecer.

(D) Se não proveem do preconceito, a desvalorização e a pouca visibilidade dessa arte popular tão rica só pode ser resultado do puro e simples desconhecimento.

(E) Rodolfo Coelho Cavalcante entreveu que os problemas dos cordelistas estavam diretamente ligados à falta de representatividade.

Coloquei entre parênteses a forma verbal correta:

(A) Enquanto não se disporem (dispuserem) a considerar o cordel sem preconceitos, as pessoas não serão capazes de fruir dessas criações poéticas tão originais.

(B) Ainda que nem sempre detenha o mesmo status atribuído à arte erudita, o cordel vem sendo estudado hoje nas melhores universidades do país.

(C) Rodolfo Coelho Cavalcante deve ter percebido que a situação dos cordelistas não mudaria a não ser que eles mesmos requizessem (requeressem) o respeito que faziam por merecer.

(D) Se não proveem (provêm) do preconceito, a desvalorização e a pouca visibilidade dessa arte popular tão rica só pode (podem) ser resultado do puro e simples desconhecimento.

(E) Rodolfo Coelho Cavalcante entrevistou (entreviu) que os problemas dos cordelistas estavam diretamente ligados à falta de representatividade.

RESPOSTA: "B".

89-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) A frase que NÃO admite transposição para a voz passiva está em:

- (A) Quando Rodolfo surgiu...
- (B) ... adquiriu as impressoras...
- (C) ... e sustentar, às vezes, família numerosa.
- (D) ... acolheu-o como patrono.
- (E) ... que montou [...] a primeira grande folhetaria do Recife ...

B = as impressoras foram adquiridas...

C = família numerosa é sustentada...

D = foi acolhido como patrono...

E = a primeira grande folhetaria do Recife foi montada...

RESPOSTA: "A".

90-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012 - ADAPTADO) O segmento grifado foi substituído por um pronome de modo INCORRETO em:

- (A) Quando publicou Um estudo em vermelho = o publicou
- (B) fazer as pessoas acreditarem = fazê-las acreditarem
- (C) resolveu tentar a sorte = resolveu tentá-la
- (D) citar os três detetives fictícios mais famosos = citar-lhes
- (E) tivera mais sucesso na medicina = tivera-o

A – está correta a próclise devido à presença do advérbio "quando"

B – fazê-las = correto;

C = tentá-la = correto;

D = citá-los (objeto direto; lhes é para objeto indireto)

E = tivera-o = correto

RESPOSTA: "D".

91-) (TRF/5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) O detetive Gervase Fen, que apareceu em 1944, é um homem de face corada, muito afeito frases inteligentes e citações dos clássicos; sua esposa, Dolly, uma dama meiga e sossegada, fica sentada tricotando tranquilamente, impassível propensão de seu marido investigar assassinatos.

(Adaptado de P.D.James, op.cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) à - à - a
- (B) a - à - a
- (C) à - a - à
- (D) a - à - à
- (E) à - a - a

Afeito a frases (generalizando, já que o "a" está no singular e "frases", no plural)

Impassível à propensão (regência nominal: pede preposição)

A investigar (antes de verbo no infinitivo não há acento indicativo de crase)

Sequência: a / à / a.

RESPOSTA: "B".

92-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – OFICIAL JUDICIÁRIO – FUNDEP/2010) Considerando o acento tônico e a classificação quanto ao número de sílabas, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Psiquiatra – Paroxítona – Quatro sílabas
- B) Noticiário – Proparoxítona – Seis sílabas
- C) Absoluto – Paroxítona – Cinco sílabas
- D) Ódio – Oxítona – Duas sílabas

A) Psiquiatra – Paroxítona – Quatro sílabas
Psi - qui - a - tra = quatro sílabas; sílaba tônica: "a" = paroxítona

B) Noticiário – Proparoxítona – Seis sílabas
No - ti - ci - á - rio = cinco sílabas; sílaba tônica: "á" = paroxítona

C) Absoluto – Paroxítona – Cinco sílabas
Ab - so - lu - to = quatro sílabas; sílaba tônica: "lu" = paroxítona

D) Ódio – Oxítona – Duas sílabas
Ó - dio = duas sílabas; sílaba tônica: "ó" = paroxítona

RESPOSTA: "A".

93-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – OFICIAL JUDICIÁRIO – FUNDEP/2010) Assinale a afirmativa em que se aplica a mesma regra de acentuação.

- A) tevê – pôde – vê
- B) únicas – histórias – saudáveis
- C) indivíduo – séria – noticiários
- D) diário – máximo – satélite

A) tevê – pôde – vê

Tevê = oxítona terminada em “e”; pôde (pretérito perfeito do Indicativo) = acento diferencial (que ainda prevalece após o Novo Acordo Ortográfico) para diferenciar de “pode” – presente do Indicativo; vê = monossílabo terminada em “e”

B) únicas – histórias – saudáveis

Únicas = proparoxítona; história = paroxítona terminada em ditongo; saudáveis = paroxítona terminada em ditongo.

C) indivíduo – séria – noticiários

Indivíduo = paroxítona terminada em ditongo; séria = paroxítona terminada em ditongo; noticiários = paroxítona terminada em ditongo.

D) diário – máximo – satélite

Diário = paroxítona terminada em ditongo; máximo = proparoxítona; satélite = proparoxítona.

RESPOSTA: “C”.

94-) (TRF/ 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Ou pretendia.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- a) ... ao que der ...
- b) ... virava a palavra pelo avesso ...
- c) Não teria graça ...
- d) ... um conto que sai de um palíndromo ...
- e) ... como decidiu o seu destino de escritor.

Pretendia = pretérito imperfeito do Indicativo

- a) ... ao que der ... = futuro do Subjuntivo
- b) ... virava = pretérito imperfeito do Indicativo
- c) Não teria = futuro do pretérito do Indicativo
- d) ... um conto que sai = presente do Indicativo
- e) ... como decidiu = pretérito perfeito do Indicativo

RESPOSTA: “B”.

95-) (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Ao se substituir o elemento grifado em um segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:

- a) Julio Cortázar tem um conto = Julio Cortázar tem-no
- b) ele encontrou esta frase = ele encontrou-a
- c) desarticular as palavras = desarticular-lhes
- d) dava arroz à raposa = dava-lhe arroz
- e) não só encantou o menino = não só o encantou

- a) Julio Cortázar tem um conto = Julio Cortázar tem-no
- b) ele encontrou esta frase = ele encontrou-a
- c) desarticular as palavras = desarticular-lhes = desarticulá-las
- d) dava arroz à raposa = dava-lhe arroz
- e) não só encantou o menino = não só o encantou

RESPOSTA: “C”.

96-) (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional [...] observe outro preceito ...

Transpondo-se o segmento grifado acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é observado.
- b) seja observado.
- c) ser observado.
- d) é observada.
- e) for observado.

a comunidade internacional [...] observe outro preceito = se na voz ativa

temos um verbo, na passiva teremos dois: outro preceito seja observado.

RESPOSTA: “B”.

97-) (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012)

... o recurso à coerção atenta contra os princípios do direito internacional ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- a) Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos ...
- b) ... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa ...
- c) A ONU constitui o foro privilegiado para ...
- d) Em meados da década de 90 surgiram vozes que ...
- e) ... a relação [...] passou por várias etapas.

Atenta = verbo transitivo indireto (pede objeto indireto)

- a) Se nossos objetivos maiores incluem a decidida = verbo transitivo direto / objeto direto
- b) ... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa = verbo transitivo direto e indireto – objeto direto e indireto
- c) A ONU constitui o foro privilegiado para = verbo transitivo direto / objeto direto ...
- d) Em meados da década de 90 surgiram vozes = verbo transitivo direto / objeto direto ...
- e) ... a relação [...] passou por várias etapas = verbo transitivo indireto (pede objeto indireto)

RESPOSTA: “E”.

98-) (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) O verbo flexionado no singular que também pode ser corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está destacado em:

- a) Para promover os direitos humanos, a consolidação da democracia em todos os países é extremamente necessária.
- b) Cada um dos países do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) há de zelar pela manutenção dos Direitos Humanos.

c) A comunidade internacional trata os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.

d) A maior parte dos países compreende que o direito ao trabalho é de vital importância para o desenvolvimento de povos e nações.

e) A declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, reconhece uma série de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento.

Sublinhei os termos que se relacionam, justificando a concordância verbal:

a) Para promover os direitos humanos, a consolidação da democracia em todos os países é extremamente necessária.

b) Cada um dos países do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) há de zelar pela manutenção dos Direitos Humanos.

c) A comunidade internacional trata os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.

d) A maior parte dos países compreende (ou "compreendem" = facultativo; tanto concorda com "a maior parte" quanto com "países") que o direito ao trabalho é de vital importância para o desenvolvimento de povos e nações.

e) A declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, reconhece uma série de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento.

RESPOSTA: "D".

99-) (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

a) Como já se disse, poeta é aquele que, ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

b) Como, já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo, com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

c) Como já se disse poeta é aquele, que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia acumulamos, ao longo da vida adulta.

d) Como já se disse poeta, é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos, e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia acumulamos ao longo da vida adulta.

e) Como já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se, conscientemente, à difícil arte do desaprender passa a ver, o mundo, com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que quase sempre, à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

Devido à igualdade textual, a indicação da alternativa correta aponta as inadequações nas demais.

RESPOSTA: "A".

100-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) *O engajamento moral e político não chegou a constituir um deslocamento da atenção intelectual de Said ...*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante é:

a) se constituiu.

b) chegou a ser constituído.

c) teria chegado a constituir.

d) chega a se constituir.

e) chegaria a ser constituído.

O engajamento moral e político não chegou a constituir um deslocamento da atenção intelectual de Said = dois verbos na voz ativa, mas com presença de preposição e, um deles, no infinitivo, então o verbo auxiliar "ser" ficará no infinitivo (na voz passiva) e o verbo principal (constituir) ficará no particípio: Um deslocamento da atenção intelectual de Said não chegou a ser constituído pelo engajamento...

RESPOSTA: "B".

101-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) Observam-se corretamente as regras de concordância verbal e nominal em:

a) O desenraizamento, não só entre intelectuais como entre os mais diversos tipos de pessoas, das mais sofisticadas às mais humildes, são cada vez mais comuns nos dias de hoje.

b) A importância de intelectuais como Edward Said e Tony Judt, que não se furtaram ao debate sobre questões polêmicas de seu tempo, não estão apenas nos livros que escreveram.

c) Nada indica que o conflito no Oriente Médio entre árabes e judeus, responsável por tantas mortes e tanto sofrimento, estejam próximos de serem resolvidos ou pelo menos de terem alguma trégua.

d) Intelectuais que têm compromisso apenas com a verdade, ainda que conscientes de que esta é até certo ponto relativa, costumam encontrar muito mais detratores que admiradores.

e) No final do século XX já não se via muitos intelectuais e escritores como Edward Said, que não apenas era notícia pelos livros que publicavam como pelas posições que corajosamente assumiam.

Fiz as correções entre parênteses:

a) O desenraizamento, não só entre intelectuais como entre os mais diversos tipos de pessoas, das mais sofisticadas às mais humildes, são (é) cada vez mais comuns (co-mum) nos dias de hoje.

b) A importância de intelectuais como Edward Said e Tony Judt, que não se furtaram ao debate sobre questões polêmicas de seu tempo, não estão (está) apenas nos livros que escreveram.

c) Nada indica que o conflito no Oriente Médio entre árabes e judeus, responsável por tantas mortes e tanto sofrimento, estejam (esteja) próximos (próximo) de serem (ser) resolvidos (resolvido) ou pelo menos de terem (ter) alguma trégua.

d) Intelectuais que têm compromisso apenas com a verdade, ainda que conscientes de que esta é até certo ponto relativa, costumam encontrar muito mais detratores que admiradores.

e) No final do século XX já não se via (viam) muitos intelectuais e escritores como Edward Said, que não apenas era (eram) notícia pelos livros que publicavam como pelas posições que corajosamente assumiam.

RESPOSTA: "D".

(TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012 - ADAPTADO) Atenção: As questões de números 102 e 103 baseiam-se nos Textos I e II, a seguir.

Texto I

No Pão de Açúcar

De cada dia

Dai-nos Senhor

A Poesia

De cada dia

(Andrade, Oswald. Pau-Brasil. Obras completas de Oswald de Andrade. São Paulo, Globo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 63)

Texto II

O texto abaixo reproduz algumas afirmativas do Manifesto Pau-Brasil, que Oswald de Andrade, um dos mentores do movimento modernista brasileiro de 1922, lançou no Correio da Manhã em 18 de março de 1924.

A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafreão e de ocre nos verdes da Favela, sob o sol cabralino, são fatos estéticos. O carnaval do Rio é o acontecimento religioso da raça. Pau-Brasil. Wagner submerge ante os cordões de Botafogo. Bárbaro e nosso. A formação étnica rica.

A poesia Pau-Brasil. Ágil e cândida. Como uma criança.

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.

Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres.

Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de "dorme nenê que o bicho vem pegá" e de equações.

Obuses de elevadores, cubos de arranha-céus e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa.

(<http://www.lumiarte.com/luardeoutono/oswald/manifpauabr.html> acesso em 11/02/2012)

102-) (TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) *Wagner submerge ante os cordões de Botafogo.*

A afirmativa que exprime corretamente, com outras palavras, o sentido original da frase acima é:

(A) Os cordões de Botafogo superam Wagner.

(B) Wagner supera o que se faz nos cordões de Botafogo.

(C) Botafogo, com seus cordões, retoma a superioridade de Wagner.

(D) Diante dos cordões de Botafogo, Wagner será a superação.

(E) Para os cordões de Botafogo, Wagner é superior.

Pela leitura do texto e analisando a afirmativa do enunciado, entende-se que os cordões de Botafogo superam Wagner.

RESPOSTA: "A".

103-) (TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) ... o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais para reduzir a queima de combustíveis.

A mesma relação entre o verbo grifado e o complemento se reproduz em:

(A) ... a Idade da Pedra não acabou por falta de pedras...

(B) ... o estilo de vida e o modo da produção (...) são os principais responsáveis...

(C) ... que ameaçam a nossa própria existência.

(D) ... e a da China triplicou.

(E) Mas o homem moderno estaria preparado...

O verbo grifado é transitivo direto (pressiona quem? o quê?):

A – acabou – intransitivo

B – são – verbo de ligação

C – ameaçam quem? – transitivo direto

D – triplicou = no contexto: intransitivo

E – estaria – verbo de ligação

RESPOSTA: "C".

104-) (TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) O verbo que, dadas as alterações entre parênteses propostas para o segmento grifado, deverá ser colocado no plural, está em:

(A) Não há dúvida de que o estilo de vida... (dúvidas)

(B) O que não se sabe... (ninguém nas regiões do planeta)

(C) O consumo mundial não dá sinal de trégua... (O consumo mundial de barris de petróleo)

(D) Um aumento elevado no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima... (Constantes aumentos)

(E) o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais... (a preocupação em torno das mudanças climáticas)

- (A) Não há dúvida de que o estilo de vida... (dúvidas) = "há" permaneceria no singular
 (B) O que não se sabe ... (ninguém nas regiões do planeta) = "sabe" permaneceria no singular
 (C) O consumo mundial não dá sinal de trégua ... (O consumo mundial de barris de petróleo) = "dá" permaneceria no singular
 (D) Um aumento elevado no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima... Constantes aumentos) = "reflete" passaria para "refletem-se"
 (E) o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais... (a preocupação em torno das mudanças climáticas) = "pressiona" permaneceria no singular

RESPOSTA: "D".

105-) (TRF/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) "Gosto de Ouro Preto", explicou Elizabeth ao poeta Robert Lowell...

No segmento acima, o verbo "gostar" está empregado exatamente com a mesma regência com que está empregado o verbo da seguinte frase:

- (A) Os manifestantes de todas as idades desfilaram pelas ruas da cidade.
 (B) Não junte este líquido verde com aquele abrasivo.
 (C) A casa pertence aos Nemer desde 1982.
 (D) Patrocinou o evento do último sábado.
 (E) Encontraram com um comerciante essas anotações.

Regência do verbo "gostar": transitivo indireto.

- A – desfilaram – intransitivo
 B – junte – transitivo direto
 C – pertence – transitivo indireto
 D – patrocinou – transitivo direto
 E – transitivo direto preposicionado

RESPOSTA: "C".

106-) (TRF/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) As palavras estão corretamente grafadas na seguinte frase:

- (A) Que eles viajem sempre é muito bom, mas não é boa a ansiedade com que enfrentam o excesso de passageiros nos aeroportos.
 (B) Comete muitos deslises, talvez por sua espontaneidade, mas nada que ponha em cheque sua reputação de pessoa cortês.
 (C) Ele era rabugento e tinha ojeriza ao hábito do sócio de descançar após o almoço sob a frondosa árvore do pátio.
 (D) Não sei se isso influe, mas a persistência dessa mágoa pode estar sendo o grande impecilho na superação dessa sua crise.
 (E) O diretor exitou ao aprovar a retenção dessa alta quantia, mas não quiz ser taxado de conivente na concessão de privilégios ilegítimos.

Fiz a correção entre parênteses:

- (A) Que eles viajem sempre é muito bom, mas não é boa a ansiedade com que enfrentam o excesso de passageiros nos aeroportos.
 (B) Comete muitos deslises (deslizes), talvez por sua espontaneidade, mas nada que ponha em cheque (xeque) sua reputação de pessoa cortês.
 (C) Ele era rabugento e tinha ojeriza ao hábito do sócio de descançar (descansar) após o almoço sob a frondosa (frondosa) árvore do pátio.
 (D) Não sei se isso influe (influi), mas a persistência dessa mágoa pode estar sendo o grande impecilho (empecilho) na superação dessa sua crise.
 (E) O diretor exitou (hesitou) ao aprovar a retenção dessa alta quantia, mas não quiz (quis) ser taxado de conivente na concessão de privilégios ilegítimos.

RESPOSTA: "A".

107-) (TRF/4ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2010) A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, está INCORRETA em:

- a) continua a provocar irritação = continua a provocá-la.
 b) a constituir um deslocamento = a lhe constituir.
 c) batalhar [...] contra a leucemia = batalhar contra ela.
 d) que treinavam a elite = que a treinavam.
 e) gerou uma subdisciplina acadêmica = gerou-a.

- a) continua a provocar irritação = continua a provocá-la.
 b) a constituir um deslocamento = a lhe constituir. = constituiu-lo
 c) batalhar [...] contra a leucemia = batalhar contra ela.
 d) que treinavam a elite = que a treinavam.
 e) gerou uma subdisciplina acadêmica = gerou-a.

RESPOSTA: "B".

108-) (CETESB/SP - ESCRITURÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que a concordância das formas verbais destacadas está de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Fazem dez anos que deixei de trabalhar em higienização subterrânea.
 (B) Ainda existe muitas pessoas que discriminam os trabalhadores da área de limpeza.
 (C) No trabalho em meio a tanta sujeira, havia altos riscos de se contrair alguma doença.
 (D) Eu passava a manhã no subterrâneo: quando era sete da manhã, eu já estava fazendo meu serviço.
 (E) As companhias de limpeza, apenas recentemente, começou a adotar medidas mais rigorosas para a proteção de seus funcionários.

Fiz as correções:

- (A) Fazem dez anos = faz (sentido de tempo = singular)
 (B) Ainda existe muitas pessoas = existem
 (C) No trabalho em meio a tanta sujeira, havia altos riscos
 (D) Eu passava a manhã no subterrâneo: quando era sete da manhã = eram
 (E) As companhias de limpeza, apenas recentemente, começou = começaram

RESPOSTA: "C".

109-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) Apenas uma das opções abaixo está correta quanto à concordância nominal. Aponte-a.

- A) O Brasil apresenta bastante problemas sociais.
 B) A situação ficou meia complicada depois das mudanças.
 C) É necessário segurança para se viver bem.
 D) Esses cidadãos estão quite com suas obrigações.
 E) Os soldados permaneceram alertas durante a manifestação.

Fiz as correções:

- A) O Brasil apresenta bastante = bastantes.
 B) A situação ficou meia = meio
 C) É necessário segurança para se viver bem.
 D) Esses cidadãos estão quite = quites
 E) Os soldados permaneceram alertas = alerta

RESPOSTA: "C".

110-) (TJ/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA – VUNESP/2010) Assinale a alternativa em que a frase – É ela que faz o interlocutor se emocionar... – está corretamente reescrita, tendo um pronome assumindo as mesmas relações de sentido expressas pela expressão destacada, de acordo com a norma-padrão.

- (A) É ela que emociona-o.
 (B) É ela que o emociona.
 (C) É ela que emociona-lhe.
 (D) É ela que emociona ele.
 (E) É ela que ele emociona.

Como temos a presença do "que" (independente de sua função), devemos usar a próclise: É ela que o emociona.

RESPOSTA: "B".

111-) (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI/RJ - ORIENTADOR PEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO BENJAMIN CONSTANT/2013) Assinale o item em que a vírgula foi usada para isolar o aposto.

- (A) Ele já morou em Natal, em Fortaleza, em São Paulo.
 (B) Os dois rapazes, Rodrigo e Paulo, eram primos.
 (C) Com muito cuidado, a advogada analisou o documento.

(D) A igreja era pequena e pobre. Os altares, humildes.

(E) Você ainda não sabe, mocinha vaidosa, que a vida é difícil.

(A) Ele já morou em Natal, em Fortaleza, em São Paulo. = enumeração

(B) Os dois rapazes, Rodrigo e Paulo, eram primos. = explicação de um termo anterior (aposto)

(C) Com muito cuidado, a advogada analisou o documento. = advérbio

(D) A igreja era pequena e pobre. Os altares, humildes. = zeugma

(E) Você ainda não sabe, mocinha vaidosa, que a vida é difícil. = vocativo

RESPOSTA: "B".

112-) (BANCO DO BRASIL – MÉDICO DO TRABALHO – FCC/2012) Atente para as seguintes frases:

I. Quem nos ensina a olhar são os pintores e fotógrafos, que andam em volta dos objetos à procura de novos ângulos.

II. Felizes as pessoas que, todos os dias, sabem encontrar companhia em tudo o que as cerca.

III. Em silêncio, nos oferecerão sua muda companhia.

A supressão da(s) vírgula(s) acarretará mudança de sentido para o que está APENAS em

- (A) I.
 (B) II.
 (C) II e III.
 (D) I e II.
 (E) III.

I. Quem nos ensina a olhar são **os pintores e fotógrafos que** andam em volta dos objetos à procura de novos ângulos. = agora teremos uma restrição (adjetiva restritiva)

II. Felizes as pessoas **que todos os dias sabem** encontrar companhia em tudo o que as cerca. = facultativo o uso da vírgula (advérbio)

III. Em silêncio, nos oferecerão sua muda companhia. = facultativo o uso da vírgula (advérbio)

RESPOSTA: "A".

113-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) Apenas uma das frases abaixo foge à norma culta no que se refere à colocação pronominal. Aponte-a.

- A) Enviar-lhe-ei por Sedex os documentos solicitados.
 B) Quem se candidataria à prefeito nesse momento?
 C) O jogo que realiza-se hoje contará com a presença de políticos eminentes.
 D) Viu-se obrigado a tomar uma atitude que não desejava.
 E) Realizar-se-á uma nova eleição.

- A) Enviar-lhe-ei por Sedex os documentos solicitados.
= correta
B) Quem se candidataria à prefeito nesse momento?
= correta
C) O jogo que realiza-se = o jogo que se realiza
D) Viu-se obrigado a tomar uma atitude que não dessejava. = correta
E) Realizar-se-á uma nova eleição. = correta

RESPOSTA: "C".

114-) (BANCO DO BRASIL – MÉDICO DO TRABALHO – FCC/2012) Ficava difícil se apoiar em algum chavão. O período acima passa de composto a simples caso se substitua o elemento sublinhado por
(A) para algum chavão apoiá-lo.
(B) que algum chavão o apoiasse.
(C) apoiá-lo em algum chavão.
(D) algum chavão vir a apoiá-lo.
(E) o apoio em algum chavão.

Para que tenhamos um período simples é necessária a presença de um único verbo. Fazendo a alteração e mantendo o sentido da frase inicial, a alternativa "o apoio em algum chavão" é a que está escrita de maneira correta.

RESPOSTA: "E".

115-) (SEE/SP – PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II E PROFESSOR II – LÍNGUA PORTUGUESA - FCC/2011) ...permite que os criadores tomem atitudes quando a proliferação de algas tóxicas ameaça os peixes.

A transposição para a voz passiva da oração grifada acima teria, de acordo com a norma culta, como forma verbal resultante:

- (A) ameaçavam.
(B) foram ameaçadas.
(C) ameacarem.
(D) estiver sendo ameaçada.
(E) forem ameaçados.

Quando a proliferação ameaça os peixes = voz ativa
Quando os peixes forem ameaçados pela proliferação...
= voz passiva

RESPOSTA: "E".

116-) (COPERGÁS - TÉCNICO OPERACIONAL MECÂNICO - FCC/2011 - ADAPTADA)

... para desovar e criar seus filhotes até que sejam capazes de seguir para o oceano.

O verbo que se encontra conjugado nos mesmos tempo e modo que o grifado na frase acima está em:

- (A) ... espaços que misturam água do mar e de rios em meio a árvores de raízes expostas.
(B) ... que ela prejudique ainda mais a vida dos peixes e das pessoas.
(C) ... Mario Barletta, que, com seu grupo, percorre os estuários da América do Sul.

(D) ... que várias espécies de peixes precisam de redutos distintos no mangue ...

(E) ... uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco verificou que várias espécies de peixes ...

"Sejam" está no presente do Subjuntivo.

- (A) ... espaços que misturam = presente do Indicativo
(B) ... que ela prejudique = presente do Subjuntivo
(C) ... Mario Barletta, que, com seu grupo, percorre = presente do Indicativo
(D) ... que várias espécies de peixes precisam = presente do Indicativo
(E) ... uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco verificou = pretérito perfeito do Indicativo

RESPOSTA: "B".

117-) (SABESP – TECNÓLOGO – FCC/2014) A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo INCORRETO em:

- (A) que permitiu à civilização = que lhe permitiu
(B) envolveu diferentes fatores = envolveu-os
(C) para fazer a dragagem = para fazê-la
(D) que desviava a água = que lhe desviava
(E) supriam a necessidade = supriam-na

(A) que permitiu à civilização = que lhe permitiu = correta

(B) envolveu diferentes fatores = envolveu-os = correta

(C) para fazer a dragagem = para fazê-la = correta

(D) que desviava a água = que lhe desviava = que a desviava

(E) supriam a necessidade = supriam-na = correta

RESPOSTA: "D".

118-) (SABESP – TECNÓLOGO – FCC/2014) Considerada a substituição do segmento grifado pelo que está entre parênteses ao final da transcrição, o verbo que deverá permanecer no singular está em:

(A) ... disse o pesquisador à Folha de S. Paulo. (os pesquisadores)

(B) Segundo ele, a mudança climática contribuiu para a ruína dessa sociedade... (as mudanças do clima)

(C) No sistema havia também uma estação... (várias estações)

(D) ... a civilização maia da América Central tinha um método sustentável de gerenciamento da água. (os povos que habitavam a América Central)

(E) Um estudo publicado recentemente mostra que a civilização maia... (Estudos como o que acabou de ser publicado).

(A) ... disse (disseram) (os pesquisadores)

(B) Segundo ele, a mudança climática contribuiu (contribuíram) (as mudanças do clima)

(C) No sistema havia (várias estações) = permanecerá no singular

(D) ... a civilização maia da América Central tinha (ti-nham) (os povos que habitavam a América Central)

(E) Um estudo publicado recentemente mostra (mos-tram) (Estudos como o que acabou de ser publicado).

RESPOSTA: "C".

119-) (SABESP – TECNÓLOGO – FCC/2014) *É importante que a inserção da perspectiva da sustentabilidade na cultura empresarial, por meio das ações e projetos de Educação Ambiental, esteja alinhada a esses conceitos.*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado na frase acima está em:

(A) ... a Empresa desenvolve todas as suas ações, políticas...

(B) ... as definições de Educação Ambiental são abrangentes...

(C) ... também se associa o Desenvolvimento Sustentável...

(D) ... e incorporou [...] também aspectos de desenvolvimento humano.

(E)... e reforce a identidade das comunidades.

O verbo "esteja" está no presente do Subjuntivo.

(A) ... a Empresa desenvolve = presente do Indicativo

(B) ... as definições de Educação Ambiental são = presente do Indicativo

(C) ... também se associa o Desenvolvimento Sustentável... = presente do Indicativo

(D) ... e incorporou [...] = pretérito perfeito do Indicativo

(E)... e reforce a identidade das comunidades. = presente do Subjuntivo.

RESPOSTA: "E".

120-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) *Se a tendência se mantiver, teremos cada vez mais...*

Ao substituir o segmento grifado acima por "Caso a tendência", a continuação que mantém a correção e o sentido da frase original é:

a) se mantenha, teremos cada vez mais...

b) fosse mantida, teríamos cada vez mais...

c) se manter, teremos cada vez mais...

d) for mantida, teremos cada vez mais...

e) seja mantida, teríamos cada vez mais...

Ao empregarmos o termo "caso a", conjugaremos o verbo utilizando o modo hipotético (Subjuntivo). A transformação será: Caso a tendência se mantenha, teremos cada vez mais...

RESPOSTA: "A".

121-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) *Não se trata de negar crianças o acesso aos meios eletrônicos, tarefa indesejável e mesmo impossível de ser realizada, mas de impor limites utilização desses equipamentos tão sedutores, para que elas também possam se dedicar outras atividades fundamentais para o seu desenvolvimento.*

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

a) às - a - à

b) as - a - à

c) às - à - a

d) as - à - a

e) às - à - à

Não se trata de negar às (regência verbal de "negar" pede objeto direto – o acesso – e indireto – às crianças) crianças o acesso aos meios eletrônicos, tarefa indesejável e mesmo impossível de ser realizada, mas de impor limites à (regência verbal de "impor" pede objeto direto – limites – e indireto – à utilização) utilização desses equipamentos tão sedutores, para que elas também possam se dedicar a (regência verbal de "dedicar" pede preposição, mas há presença de pronome indefinido) outras atividades fundamentais para o seu desenvolvimento.

RESPOSTA: "C".

122-) (SABESP – TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - FCC/2014) *Reconstruam o pátio da escola - entender essa estranha melancolia - restabelecer o elo*

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

(A) Reconstruam-no - entendê-la - restabelecê-lo

(B) Reconstruam-lhe - a entender - restabelecer-lhe

(C) O reconstruam - entender-lhe - restabelecê-lo

(D) Reconstruam-no - lhe entender - restabelecer-no

(E) O reconstruam - entendê-la - restabelecer-lhe

O verbo "reconstruir" é transitivo direto. O objeto direto será "no", sobrando-nos as alternativas A e D. "E n - tender" também requer objeto direto (em D, o "lhe" exerce a função de indireto). Então, temos: reconstruam-no / entendê-la / restabelecê-lo.

RESPOSTA: "A".

123-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) *... o aparelho de tevê era um móvel exclusivo da sala de estar ...*

A frase cujo verbo está flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado na frase acima é:

a) ... adultos que passaram a maior parte de sua infância e adolescência ...

b) ... com que aumentasse a exposição aos meios eletrônicos.

c) ... que não roubavam muito tempo dos estudos e das brincadeiras com amigos.

d) ... a tevê ganhou tempo de programação, variedade de canais e cores...

e) O leitor com 50 anos talvez resgate na memória uma época...

Era = pretérito imperfeito do Indicativo

a) ... adultos que passaram = pretérito imperfeito (e mais-que-perfeito) do Indicativo

b) ... com que aumentasse = pretérito do Subjuntivo

c) ... que não roubavam pretérito imperfeito do Indicativo

d) ... a tevê ganhou = pretérito perfeito do Indicativo

e) O leitor com 50 anos talvez resgate = presente do Subjuntivo

RESPOSTA: "C".

124-) (TRF/4ª REGIÃO – ENFERMAGEM – FCC/2010)
Não é raro que a escola esteja completamente desvinculada das atividades culturais

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está na frase:

a) Mas raramente há referência ao analfabetismo funcional daquela larga parcela da população...

b) ...porque está aquém do manejo minimamente competente da informação cultural ...

c) ...ainda que saiba ler e escrever ...

d) ... que se esmeram em falar o "computacionês" incompreensível.

e) ... e permitem a qualquer semialfabetizado ...

Esteja = presente do Subjuntivo

a) Mas raramente há = presente do Indicativo

b) ... porque está = presente do Indicativo

c) ... ainda que saiba = presente do Subjuntivo

d) ... que se esmeram = presente do Indicativo

e) ... e permitem = presente do Indicativo

RESPOSTA: "C".

125-) (POLÍCIA CIVIL/SP – PERITO CRIMINAL – VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão.

(A) Em sua dissertação, Jason Lindo e Charles Stoecker expõem que se manifestam até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por estes no Vietnã.

(B) Se manifesta até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo expõem Jason Lindo e Charles Stoecker em sua dissertação.

(C) Em sua dissertação, Jason Lindo e Charles Stoecker expõe que manifesta-se até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por estes no Vietnã.

(D) Se manifestam até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo expõe Jason Lindo e Charles Stoecker em sua dissertação.

(E) Manifesta-se até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo Jason Lindo e Charles Stoecker expõem em sua dissertação.

(A) Em sua dissertação, Jason Lindo e Charles Stoecker expõem que se manifestam (manifesta) até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por estes no Vietnã.

(B) Se manifesta (manifesta-se) até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo expõem Jason Lindo e Charles Stoecker em sua dissertação.

(C) Em sua dissertação, Jason Lindo e Charles Stoecker expõe (expõem) que (se) manifesta-se (X) até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por estes no Vietnã.

(D) Se manifestam (manifesta-se) até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo expõe Jason Lindo e Charles Stoecker em sua dissertação.

(E) Manifesta-se até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo Jason Lindo e Charles Stoecker expõem em sua dissertação.

RESPOSTA: "E".

126-) (POLÍCIA CIVIL/SP – PERITO CRIMINAL – VUNESP/2013) Observe os enunciados:

• A Guerra do Vietnã se faz presente até hoje.

• A probabilidade de um veterano branco ser preso por um crime violento é significativamente mais alta do que...

Os advérbios em destaque expressam, respectivamente, circunstâncias de

(A) lugar e modo.

(B) tempo e intensidade.

(C) modo e intensidade.

(D) tempo e causa.

(E) tempo e modo.

"Hoje" = tempo; geralmente os advérbios terminados em "-mente" são de modo (= com significância).

RESPOSTA: "E".

127-) (POLÍCIA CIVIL/SP – PERITO CRIMINAL – VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto à regência nominal e verbal.

(A) Quando o bebedor tem consciência que precisa de ajuda, não se opõe interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(B) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe de interromper e controlar o processo destrutivo, o que o permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(C) Quando o bebedor tem consciência que precisa de ajuda, não se opõe a interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(D) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe a interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(E) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe a interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(A) Quando o bebedor tem consciência (de) que precisa de ajuda, não se opõe (a) interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(B) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe (a) interromper e controlar o processo destrutivo, o que (lhe) permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(C) Quando o bebedor tem consciência (de) que precisa de ajuda, não se opõe em (a) interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(D) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe a interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

(E) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe (a) contra interromper e controlar o processo destrutivo, o que o (lhe) permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

RESPOSTA: "D".

128-) (TRF/4ª REGIÃO – ENFERMAGEM – FCC/2010)
A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

a) Os dados obtidos nas pesquisas levam os especialistas à conclusão de que um pequeno grupo de uma das tribos africanas teria saído em busca de melhores condições de vida em lugares mais distantes.

b) Pesquisas genéticas abre caminho para a descoberta do tratamento de certas doenças, pois sabem-se que pessoas de grupos diferentes reagem de forma diferenciada aos medicamentos.

c) O mapeamento genético de povos africanos têm sido negligenciados porque, segundo pesquisadores, o acesso aos locais onde vivem é difícil e ocorre limitações em razão de hábitos e de crenças.

d) Será importante para o tratamento de doenças genéticas de populações, até mesmo as que se localiza em regiões distantes e de difícil acesso, os resultados obtidos nas mais recentes pesquisas.

e) A reconstituição feita a partir de fósseis faciais mostram como deveria ser o rosto dos homens primitivos, ou seja, daqueles que teria dado origem às atuais populações dos países europeus.

Fiz as correções entre parênteses e sublinhei os termos que se relacionam:

a) Os dados obtidos nas pesquisas levam os especialistas à conclusão de que um pequeno grupo de uma das tribos africanas teria saído em busca de melhores condições de vida em lugares mais distantes.

b) Pesquisas genéticas abre (abrem) caminho para a descoberta do tratamento de certas doenças, pois (se) sabem-se (sabe) que pessoas de grupos diferentes reagem de forma diferenciada aos medicamentos.

c) O mapeamento genético de povos africanos têm (tem) sido negligenciados (negligenciado) porque, segundo pesquisadores, o acesso aos locais onde vivem é difícil e ocorre (ocorrem) limitações em razão de hábitos e de crenças.

d) Será (SERÃO) importante (IMPORTANTES) para o tratamento de doenças genéticas de populações, até mesmo as que se localiza (localizam) em regiões distantes e de difícil acesso, OS RESULTADOS obtidos nas mais recentes pesquisas.

e) A reconstituição feita a partir de fósseis faciais mostram (mostra) como deveria ser o rosto dos homens primitivos, ou seja, daqueles que teria (teriam) dado origem às atuais populações dos países europeus.

RESPOSTA: "A".

129-) (TRF/4ª REGIÃO – ODONTOLOGIA – FCC/2010)
Ao se reconstruir uma frase do texto, houve deslizamento à concordância verbal em:

a) Deveram-se às manobras de desconversas, na definição das tarefas dos países, o impasse final das negociações entabuladas em Copenhague.

b) Sequer foi possível, na COP-15, estabelecer um financiamento para os países pobres a quem coubesse adotar políticas de mitigação das emissões.

c) Se todos esperávamos um bom acordo na COP-15, frustrou-nos o que dela acabou resultando.

d) Acabou culminando num final dramático, naquele 18 de dezembro de 2009, o período de duas semanas de acaloradas discussões.

e) Às nações pobres propôs-se uma ajuda de US\$ 30 bilhões, medida a que não deu aval nenhum dos países insatisfeitos com as conversas finais.

Fiz as correções entre parênteses e sublinhei os termos que se relacionam:

a) Deveram-se (deveu-se) às manobras de desconversas, na definição das tarefas dos países, o impasse final das negociações entabuladas em Copenhague.

b) Sequer foi possível, na COP-15, estabelecer um financiamento para os países pobres a quem coubesse adotar políticas de mitigação das emissões.

c) Se todos esperávamos um bom acordo na COP-15, frustrou-nos o que dela acabou resultando.

d) Acabou culminando num final dramático, naquele 18 de dezembro de 2009, o período de duas semanas de acaloradas discussões.

e) Às nações pobres propôs-se uma ajuda de US\$ 30 bilhões, medida a que não deu aval nenhum dos países insatisfeitos com as conversas finais.

RESPOSTA: "A".

130-) (METRÔ/SP – AGENTE DE ESTAÇÃO – FCC/2010 - ADAPTADA) ... estima-se que sejam 20 línguas.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está na frase:

(A) ... cada um dos homens começou a falar uma língua diferente...

(B) Se na Bíblia a pluralidade linguística era uma condenação...

(C) ... guardam a alma de um povo, sua história, seus costumes e conhecimentos...

(D) Por isso, caíram em desuso.

(E) ... que um idioma mais forte (...) sufoque um mais fraco.

"Sejam" – presente do Subjuntivo.

(A) ... cada um dos homens começou = pretérito perfeito do Indicativo

(B) Se na Bíblia a pluralidade linguística era = pretérito imperfeito do Indicativo

(C) ... guardam a alma = presente do Indicativo

(D) Por isso, caíram em desuso. = pretérito mais-que-perfeito do Indicativo

(E) ... que um idioma mais forte (...) sufoque um mais fraco. = presente do Subjuntivo

RESPOSTA: "E".

131-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) Em qual das opções abaixo o acento indicativo de crase foi corretamente indicado?

A) O dia fora quente, mas à noite estava fria e escura.

B) Ninguém se referira à essa ideia antes.

C) Esta era à medida certa do quarto.

D) Ela fechou a porta e saiu às pressas.

E) Os rapazes sempre gostaram de andar à cavalo.

A) O dia fora quente, mas à noite = mas a noite (artigo e substantivo. Diferente de: Estudo à noite = período do dia)

B) Ninguém se referira à essa ideia antes. = a essa (antes de pronome demonstrativo)

C) Esta era à medida certa do quarto. = a medida (artigo e substantivo, no caso. Diferente da conjunção proporcional: À medida que lia, mais aprendia)

D) Ela fechou a porta e saiu às pressas. = correta (advérbio de modo = apressadamente)

E) Os rapazes sempre gostaram de andar à cavalo. = palavra masculina

RESPOSTA: "D".

132-) (PREFEITURA DE SERTÃOZINHO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – VUNESP/2012) Quanto ao emprego da(s) vírgula(s), assinale a alternativa em que a frase está escrita corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Câmeras e fotocopiadoras quando utilizadas, produzem radiação ultravioleta para gerar luz.

(B) Câmeras e fotocopiadoras, quando utilizadas, produzem radiação ultravioleta para gerar luz.

(C) Câmeras e fotocopiadoras, quando utilizadas produzem radiação ultravioleta para gerar, luz.

(D) Câmeras e fotocopiadoras quando utilizadas, produzem radiação ultravioleta para gerar, luz.

(E) Câmeras e fotocopiadoras, quando utilizadas, produzem, radiação ultravioleta para gerar luz.

Como os itens possuem o mesmo texto, não identifiquei as incorreções nos demais, já que a alternativa correta indica quais são as pontuações inadequadas.

RESPOSTA: "B".

(PREFEITURA DE SERTÃOZINHO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – VUNESP/2012) Leia o poema para responder às questões de números 133 e 134.

DA DISCRIÇÃO

Mário Quintana

Não te abras com teu amigo

Que ele um outro amigo tem.

E o amigo do teu amigo

Possui amigos também...

(http://pensador.uol.com.br/poemas_de_amizade)

133-) (PREFEITURA DE SERTÃOZINHO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – VUNESP/2012) De acordo com o poema, é correto afirmar que

(A) não se deve ter amigos, pois criar laços de amizade é algo ruim.

(B) amigo que não guarda segredos não merece respeito.

(C) o melhor amigo é aquele que não possui outros amigos.

(D) revelar segredos para o amigo pode ser arriscado.

(E) entre amigos, não devem existir segredos.

Pela leitura do poema identifica-se, apenas, a informação contida na alternativa: revelar segredos para o amigo pode ser arriscado.

RESPOSTA: "D".

134-) (PREFEITURA DE SERTÃOZINHO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – VUNESP/2012) No verso – Não te abras com teu amigo – o verbo em destaque foi empregado em sentido figurado.

Assinale a alternativa em que esse mesmo verbo "abrir" continua sendo empregado em sentido figurado.

(A) Ao abrir a porta, não havia ninguém.

(B) Ele não pôde abrir a lata porque não tinha um abridor.

(C) Para aprender, é preciso abrir a mente.

(D) Pela manhã, quando abri os olhos, já estava em casa.

(E) Os ladrões abriram o cofre com um maçarico.

Em todas as alternativas o verbo “abrir” está empregado em seu sentido denotativo. No item C, conotativo (“abrir a mente” = aberto a mudanças, novas ideias).

RESPOSTA: “C”.

135-)(TRF/4ª REGIÃO-ODONTOLOGIA-FCC/2010)
O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:

a) Orson Welles talvez não imaginasse o risco da tragédia que (poder) provocar as dramatizações de sua transmissão radiofônica.

b) Quaisquer que sejam as técnicas, não lhes (caber) determinar por si mesmas o sentido que ganhará sua aplicação.

c) Muito do que se (prever) nos usos de uma nova técnica depende, para realizar-se, do que se chama “vontade política”.

d) Nenhuma das vantagens que (oferecer) a tecnologia mais ousada é capaz de satisfazer as aspirações humanas.

e) Quando não se (reconhecer) nas ciências o bem que elas nos trazem, as saídas místicas surgem como solução.

a) Orson Welles talvez não imaginasse o risco da tragédia que ... (poder) provocar as dramatizações = poderiam

b) Quaisquer que sejam as técnicas, não lhes ... (caber) = cabe (não cabe a elas...)

c) Muito do que se (prever) nos usos = prevê

d) Nenhuma das vantagens que (oferecer) a tecnologia = oferece

e) Quando não se (reconhecer) = reconhece

RESPOSTA: “A”.

136-)(POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012 - ADAPTADA) “É justo RECONHECER que medidas vêm sendo tomadas no sentido de reverter o quadro atual.”

A oração destacada exerce, em relação à primeira, a função de:

A) sujeito.

B) objeto direto.

C) objeto indireto.

D) aposto.

E) predicativo.

Se substituirmos a oração “reconhecer” pelo pronome “isso” teremos: É justo isso, ou, ISSO é justo. Temos um exemplo de oração subordinada substantiva subjetiva - reduzida de infinitivo (função de sujeito da oração principal).

RESPOSTA: “A”.

(GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – AGENTE PENITENCIÁRIO – VUNESP/2013) Leia o poema para responder às questões de números 137 a 140.

Casamento

Há mulheres que dizem:

Meu marido, se quiser pescar, pesque, mas que limpe os peixes.

Eu não. A qualquer hora da noite me levanto, ajudo a escamar, abrir, retalhar e salgar.

É tão bom, só a gente sozinhos na cozinha, de vez em quando os cotovelos se esbarram, ele fala coisas como “este foi difícil”

“prateou no ar dando rabanadas” e faz o gesto com a mão.

O silêncio de quando nos vimos a primeira vez atravessa a cozinha como um rio profundo.

Por fim, os peixes na travessa, vamos dormir.

Coisas prateadas espocam: somos noivo e noiva.

(Adélia Prado, Poesia Reunida)

137-)(GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – AGENTE PENITENCIÁRIO – VUNESP/2013) A ideia central do poema de Adélia Prado é mostrar que

(A) as mulheres que amam valorizam o cotidiano e não gostam que os maridos frequentemente pescarias, pois acham difícil limpar os peixes.

(B) o eu lírico do poema pertence ao grupo de mulheres que não gostam de limpar os peixes, embora valorizem os esbarrões de cotovelos na cozinha.

(C) há mulheres casadas que não gostam de ficar sozinhas com seus maridos na cozinha, enquanto limpam os peixes.

(D) as mulheres que amam valorizam os momentos mais simples do cotidiano vividos com a pessoa amada.

(E) o casamento exige levantar a qualquer hora da noite, para limpar, abrir e salgar o peixe.

Pela leitura do texto percebe-se, claramente, que a autora narra um momento simples, mas que é prazeroso ao casal.

RESPOSTA: “D”.

138-)(GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – AGENTE PENITENCIÁRIO – VUNESP/2013) Leia as afirmações seguintes.

I. Em – *Há mulheres que dizem ...* – substituindo-se a forma verbal em destaque pelo verbo existir, tem-se, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa: *Existem mulheres que dizem ...*

II. A expressão “*por fim*” (13.º verso) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por “*finalmente*”.

III. Conservando-se o mesmo tempo verbal de – ... *se quiser pescar, pesque*, ... – e substituindo-se por outros verbos, a forma correta será – *se quiser navegar, navegue*.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I.

As únicas afirmações corretas são as dos itens I e II.

RESPOSTA: "A".

139-) (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – AGENTE PENITENCIÁRIO – VUNESP/2013) Considere o trecho a seguir.

Meu marido, se quiser pescar, pesque, (2.º verso)

[...]

ele fala coisas como "este foi difícil"

[...]

e faz o gesto com a mão (10.º verso)

As conjunções em destaque – se e e – estabelecem, correta e respectivamente, relações de

- (A) causa e adição.
- (B) conclusão e explicação.
- (C) tempo e oposição.
- (D) oposição e condição.
- (E) condição e adição.

"Se" = conjunção condicional / "e" = conjunção aditiva

RESPOSTA: "E".

140-) (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – AGENTE PENITENCIÁRIO – VUNESP/2013) As aspas empregadas nos versos 8.º e 9.º servem para

- (A) indicar uma citação do autor.
- (B) explicar uma expressão.
- (C) salientar expressão de outra língua.
- (D) isolar falas de personagem do restante do texto.
- (E) intercalar ideia complementar ao texto.

Através da leitura do poema percebemos o porquê das aspas: servem para indicar as falas da personagem.

RESPOSTA: "D".

(MPE/AM-AGENTE TÉCNICO JURÍDICO-FCC/2013 - ADAPTADA) Considere a frase abaixo para responder às questões de números 141 e 142.

... *que o trabalho dá sentido à vida*.

141-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO JURÍDICO – FCC/2013) O verbo que apresenta idêntica regência está na frase:

- (A) A satisfação, então, vem de fora...
- (B) ... enfrentar a situação de filho de beltrano e de sicrana...
- (C) ... antes dividir com alguém o sucedido...
- (D) Assim, fracassar na execução de uma profissão ou ofício...
- (E) ... preencher o vazio de uma existência sem rosto.

O verbo "dar" é transitivo direto e indireto: dar algo a alguém ou a algo.

- (A) A satisfação, então, vem de fora... = intransitivo
- (B) ... enfrentar a situação = transitivo direto
- (C) ... antes dividir com alguém o sucedido... = transitivo direto e indireto
- (D) Assim, fracassar = intransitivo
- (E) ... preencher o vazio = transitivo direto

RESPOSTA: "C".

142-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO JURÍDICO – FCC/2013) O sinal indicativo de crase deverá ser mantido se a palavra vida for substituída por:

- (A) toda circunstância que nos faça felizes.
- (B) muitas coisas boas que a vida nos oferece.
- (C) que seja possível a obtenção do sucesso.
- (D) contingência de viver que recebemos ao nascer.
- (E) investir em nossa realização pessoal.

dá sentido a toda / dá sentido a muitas coisas / dá sentido a que seja / dá sentido à contingência / dá sentido a investir

RESPOSTA: "D".

143-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO JURÍDICO – FCC/2013) *Não existe neles beleza específica*.

A mesma função sintática do termo grifado acima está no segmento também grifado em:

- (A) ... ela me parece colocar a poesia em sua real posição diante das outras artes...
- (B) A comparação pode parecer orgulhosa...
- (C) ... insistem filósofos, críticos e mesmo os próprios poetas...
- (D) ... a de ser expressão verbal rítmica ao mundo informe de sensações, sentimentos e pressentimentos dos outros...
- (E) Ele vive no vórtice dessas contradições, no eixo desses contrários.

Beleza não existe neles = sujeito

- (A) ... ela me parece colocar a poesia = objeto direto
- (B) A comparação pode parecer orgulhosa... = predicativo
- (C) ... insistem filósofos, críticos e mesmo os próprios poetas... = sujeito

(D) ... a de ser expressão verbal rítmica ao mundo in-forme de sensações, sentimentos e pressentimentos dos outros... = adjunto adverbial

(E) Ele vive no vórtice dessas contradições, no eixo des-ses contrários. = adjunto adverbial

RESPOSTA: "C".

144-) (IAMSPE/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Assinale a alternativa em que a frase está pontuada corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) A chegada maciça de haitianos ao Brasil, é uma ótima oportunidade para refletir sobre o que transforma, grupos de pessoas em povos.

(B) A distinção, mais do que uma minudência jurídica traz consigo, duas visões de mundo antagônicas.

(C) O que definia um povo para ele, era a vontade das pessoas de construir um futuro juntas.

(D) Que quase todos os países do Novo Mundo, tenham adotado o jus soli, não é coincidência.

(E) Restringir, assim, a concessão de vistos a haitianos, como parece querer parte do governo, é uma ideia que vai contra o espírito que presidiu a criação do Brasil.

Assinalei com "X" as pontuações faltantes ou inadequadas:

(A) A chegada maciça de haitianos ao Brasil, (X) é uma ótima oportunidade para refletir sobre o que transforma, (X) grupos de pessoas em povos.

(B) A distinção, mais do que uma minudência jurídica (X) traz consigo, (X) duas visões de mundo antagônicas.

(C) O que definia um povo (X) para ele, (X) era a vontade das pessoas de construir um futuro juntas.

(D) Que quase todos os países do Novo Mundo, (X) tenham adotado o jus soli, não é coincidência.

(E) Restringir, assim, a concessão de vistos a haitianos, como parece querer parte do governo, é uma ideia que vai contra o espírito que presidiu a criação do Brasil.

RESPOSTA: "E".

145-) (IAMSPE/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Assinale a frase correta quanto à concordância.

(A) Adentra as fronteiras do Brasil, a cada dia, centenas de haitianos em busca de abrigo e trabalho.

(B) A população de haitianos não tem sido bem recebida por brasileiros, que a consideram ameaça a seus postos de trabalho.

(C) Roupas e alimento lhes são fornecidos por algumas ONGs, mas as contribuições ainda são insuficiente para atender a todos.

(D) Há quem defenda o retorno desses haitianos a seu país, alegando que não haverão condições dignas de subsistência para eles no Brasil.

(E) Em algumas cidades do norte do Brasil, serviços como recapeamento de ruas e avenidas já têm sido realizado por mão de obra haitiana.

(A) Adentra (adentram) as fronteiras do Brasil, a cada dia, centenas de haitianos em busca de abrigo e trabalho.

(B) A população de haitianos não tem sido bem recebida por brasileiros, que a consideram ameaça a seus postos de trabalho.

(C) Roupas e alimento lhes são fornecidos por algumas ONGs, mas as contribuições ainda são insuficiente (insuficientes) para atender a todos.

(D) Há quem defenda o retorno desses haitianos a seu país, alegando que não haverão (haverá) condições dignas de subsistência para eles no Brasil.

(E) Em algumas cidades do norte do Brasil, serviços como recapeamento de ruas e avenidas já têm sido realizado (realizados) por mão de obra haitiana.

RESPOSTA: "B".

146-) (IAMSPE/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Assinale a alternativa correta quanto ao uso do acento indicativo de crase.

(A) Seu povo lançou-se à diversas aventuras.

(B) O mar se impõe à qualquer embarcação.

(C) Depois de alguns meses, voltaremos à esta terra.

(D) O medo de partir equipara-se à esperança de voltar.

(E) O rei enviou-o à uma missão muito perigosa.

(A) Seu povo lançou-se à diversas aventuras = a diversas

(B) O mar se impõe à qualquer embarcação. = a qualquer

(C) Depois de alguns meses, voltaremos à esta terra. = a esta

(D) O medo de partir equipara-se à esperança de voltar.

(E) O rei enviou-o à uma missão muito perigosa. = a uma missão

RESPOSTA: "D".

147-) (CREMESP/SP – ANALISTA CONTÁBIL – VUNESP/2011 - adaptada) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas:

Morador de Bruxelas, morto em junho, teria contraído _____ bactéria resistente _____ vacina aplicada, no país asiático, após o acidente e _____ hospitalização.

(A) a ... à ... à

(B) à ... a ... à

(C) à ... a ... a

(D) a ... à ... a

(E) à ... à ... a

Contraído o quê? A bactéria (objeto direto, sem preposição) = a

Resistente a quê? À vacina (com preposição) = à

Após o quê? A hospitalização = a

A / à / a –

RESPOSTA: "D".

(CREFITO/SP – ANALISTA FINANCEIRO – VUNESP/2012 - ADAPTADA) Para responder às questões de números 148 e 149, considere o trecho a seguir.

Uma lei que, por todo esse empenho do governo estadual, "pegou". E justamente no Rio, dos tantos jeitinhos e esquemas e da vista grossa.

148-) (CREFITO/SP – ANALISTA FINANCEIRO – VUNESP/2012) No contexto em que está empregada, a expressão "pegou" assume um sentido que também está presente em:

- (A) Já não há dúvidas de que essa moda pegou.
- (B) O carro a álcool não pegou por causa do frio.
- (C) O trem pegou o ônibus no cruzamento.
- (D) Ele, sem emprego, pegou o serviço temporário.
- (E) Ele correu atrás do ladrão e o pegou.

A alternativa que apresenta o verbo "pegou" em seu sentido conotativo é a letra "A".

RESPOSTA: "A".

149-) (CREFITO/SP – ANALISTA FINANCEIRO – VUNESP/2012) Considere os enunciados a seguir.

I. Uma lei que, devido a todo esse empenho do governo estadual, "pegou".

II. Uma lei que, devido esse empenho todo do governo estadual, "pegou".

III. Uma lei que, devido à todo esse empenho do governo estadual, "pegou".

IV. Uma lei que, devido ao empenho todo do governo estadual, "pegou".

Quanto à regência e ao uso ou não do acento indicativo da crase, estão corretos apenas os enunciados

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

I. Uma lei que, devido a todo esse empenho do governo estadual, "pegou". = correta

II. Uma lei que, devido (a) esse empenho todo do governo estadual, "pegou".

III. Uma lei que, devido à (a) todo esse empenho do governo estadual, "pegou".

IV Uma lei que, devido ao empenho todo do governo estadual, "pegou". = correta

I e IV estão corretas

RESPOSTA: "B".

150-) (TST – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

(A) Objetos voadores não identificados, mais conhecidos como óvnis foram, não apenas objeto, de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes de sucesso, principalmente aqueles produzidos em Hollywood essa verdadeira fábrica de sonhos.

(B) Objetos voadores, não identificados, mais conhecidos como óvnis foram, não apenas objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes de sucesso, principalmente, aqueles produzidos em Hollywood essa verdadeira fábrica de sonhos.

(C) Objetos voadores não identificados mais conhecidos, como óvnis foram não apenas, objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes, de sucesso, principalmente aqueles produzidos, em Hollywood, essa verdadeira fábrica de sonhos.

(D) Objetos voadores não identificados, mais conhecidos como óvnis, foram não apenas objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes de sucesso, principalmente aqueles produzidos em Hollywood, essa verdadeira fábrica de sonhos.

(E) Objetos voadores, não identificados, mais conhecidos como óvnis foram não apenas, objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes, de sucesso principalmente aqueles produzidos em Hollywood, essa verdadeira fábrica de sonhos.

Como as alternativas apresentam o mesmo assunto, não identifiquei as inadequações nas demais, já que a correta indica qual a pontuação adequada.

RESPOSTA: "D".

151-) (FUNDAÇÃO PROCON/SP – ANALISTA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO I – VUNESP/2013) *A pesquisa foi feita em abril em 15 drogarias nas cinco regiões do município de São Paulo. Foram pesquisados 58 medicamentos, sendo 29 de referência e 29 genéricos.*

Assinale a alternativa em que a substituição da forma verbal destacada não altera a concordância e o tempo verbal, e em que a colocação pronominal está correta.

- (A) Se pesquisou
- (B) Pesquisar-se-ão
- (C) Pesquisam-se
- (D) Pesquisaram-se
- (E) Se pesquisariam

(A) Se pesquisou = pesquisou-se

(B) Pesquisar-se-ão = alteração do tempo verbal (futuro do presente)

(C) Pesquisam-se = presente do Indicativo

(D) Pesquisaram-se = pretérito perfeito do Indicativo

(E) Se pesquisariam = pesquisaram-se

RESPOSTA: "D".

152-) (COREN/SP – ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO – VUNESP/2013) Considerando o uso do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

• Todos os deputados mostraram-se favoráveis ____ redução da jornada de trabalho dos profissionais da saúde.

• A última redação do projeto passou ____ incluir algumas reivindicações dos servidores que não faziam parte de sua primeira versão.

• Agora o projeto de lei será submetido ____ uma análise criteriosa do governador e de seus assessores.

(A) à ... à ... à

(B) à ... a ... a

(C) a ... à ... à

(D) à ... a ... à

(E) a ... à ... a

Favoráveis a quê? = à redução

Passou a incluir – verbo no infinitivo (sem acento indicativo de crase)

Submetido a quê? = a uma (artigo indefinido)

à / a / a =

RESPOSTA: "B".

153-) (UNESP/SP – CAMPUS DE TUPÃ – ASSISTENTE OPERACIONAL II – ÁREA DE ATUAÇÃO: REPARAÇÃO GERAL – VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que o emprego das vírgulas está correto.

(A) Frederico muito assustado, na porta da sala, observava, aquelas pessoas silenciosas.

(B) Frederico, muito assustado, na porta da sala observava, aquelas pessoas, silenciosas.

(C) Frederico muito assustado, na porta da sala observava, aquelas pessoas, silenciosas.

(D) Frederico, muito assustado, na porta da sala, observava aquelas pessoas silenciosas.

(E) Frederico muito, assustado, na porta da sala observava, aquelas pessoas silenciosas.

Como as alternativas apresentam o mesmo assunto, não identifiquei as inadequações nas demais alternativas, já que a correta indica qual a pontuação adequada.

RESPOSTA: "D".

154-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES – FCC/2014 - ADAPTADA) No trecho *Refiro-me aos livros que foram escritos e publicados, mas estão – talvez para sempre – à espera de serem lidos*, o uso do acento de crase obedece à mesma regra seguida em:

(A) Acostumou-se àquela situação, já que não sabia como evitá-la.

(B) Informou à paciente que os remédios haviam surtido efeito.

(C) Vou ficar irritada se você não me deixar assistir à novela.

(D) Acabou se confundindo, após usar à exaustão a velha fórmula.

(E) Comunique às minhas alunas que as provas estão corrigidas.

*Dica: Dá para substituímos "à espera" por "esperando". Se tem sentido, então o "a" tem acento grave. Diferente de: A espera deixou-me irritada! "Esperando deixou-me irritada... Nesse caso, não "deu"! Então o "a" não tem acento grave.

As alternativas A, B, C e D apresentam "à" devido à regência dos verbos (acostumou-se à, informou algo a alguém, assistir à (sentido de ver) e comunicou algo a alguém). A única que não obedece à regência, mas que nos dá uma noção de advérbio de modo (exaustivamente) é a alternativa D.

RESPOSTA: "D".

(SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014 - ADAPTADA) Atenção: Para responder às questões de números 155 a 157, considere o texto abaixo.

A marca da solidão

Deitado de bruços, sobre as pedras quentes do chão de paralelepípedos, o menino espia. Tem os braços dobrados e a testa pousada sobre eles, seu rosto formando uma tenda de penumbra na tarde quente.

Observa as ranhuras entre uma pedra e outra. Há, dentro de cada uma delas, um diminuto caminho de terra, com pedrinhas e tufo minúsculos de musgos, formando pequenas plantas, ínfimos bonsais só visíveis aos olhos de quem é capaz de parar de viver para, apenas, ver. Quando se tem a marca da solidão na alma, o mundo cabe numa fresta.

(SEIXAS, Heloisa. Contos mais que mínimos. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar, 2010. p. 47)

155-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014) No texto, o substantivo usado para ressaltar o universo reduzido no qual o menino detém sua atenção é

(A) fresta.

(B) marca.

(C) alma.

(D) solidão.

(E) penumbra.

Com palavras do próprio texto responderemos: o mundo cabe numa fresta.

RESPOSTA: "A".

156-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014) No primeiro parágrafo, a palavra utilizada em sentido figurado é

- (A) menino.
- (B) chão.
- (C) testa.
- (D) penumbra.
- (E) tenda.

Novamente, responderemos com frase do texto: seu rosto formando uma tenda.

RESPOSTA: "E".

157-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014) No primeiro parágrafo, o pronome "eles" substitui a palavra

- (A) braços.
- (B) quentes.
- (C) paralelepípedos.
- (D) braços.
- (E) tufos.

*Lembre-se: durante a realização de sua prova, use o caderno de questões! Grife-o, faça flechas, sublinhe, enfim, destaque o que for necessário para facilitar a compreensão!

Retomando o texto: Tem os braços dobrados e a testa pousada sobre eles.

RESPOSTA: "D".

158-) (IAMSPE/SP – ATENDENTE – [PAJEM] - CCI) – VUNESP/2011) Assinale a alternativa em que o trecho – *Mas ela cresceu ...* – está corretamente reescrito no plural, com o verbo no tempo futuro.

- (A) Mas elas cresceram...
- (B) Mas elas cresciam...
- (C) Mas elas cresçam...
- (D) Mas elas crescem...
- (E) Mas elas crescerão...

Futuro do verbo "crescer": crescerão. Teremos: mas elas crescerão...

RESPOSTA: "E".

159-) (IAMSPE/SP – ATENDENTE – [PAJEM – CCI] – VUNESP/2011 - ADAPTADA) Assinale a alternativa em que o trecho – *O teste decisivo e derradeiro para ele, cidadão ansioso e sofredor...* – está escrito corretamente no plural.

- (A) Os testes decisivo e derradeiros para eles, cidadãos ansioso e sofredores...
- (B) Os testes decisivos e derradeiros para eles, cidadãos ansioso e sofredores...
- (C) Os testes decisivos e derradeiros para eles, cidadãos ansiosos e sofredores...
- (D) Os testes decisivo e derradeiros para eles, cidadãos ansioso e sofredores...
- (E) Os testes decisivos e derradeiros para eles, cidadãos ansiosos e sofredores...

Como os itens apresentam o mesmo texto, a alternativa correta já indica onde estão as inadequações nos demais itens.

RESPOSTA: "C".

160-) (IAMSPE/SP – ATENDENTE [PAJEM – CCI] – VUNESP/2011) Assinale a alternativa que apresenta o uso correto das vírgulas.

- (A) Marta antes do almoço, arrumou o berço do bebê, as camas, e a sala de visitas.
- (B) Marta, antes do almoço arrumou, o berço do bebê as camas, e a sala de visitas.
- (C) Marta, antes do almoço, arrumou, o berço do bebê, as camas, e a sala de visitas.
- (D) Marta, antes do almoço, arrumou o berço do bebê, as camas e a sala de visitas.
- (E) Marta antes do almoço, arrumou, o berço do bebê, as camas, e a sala de visitas.

Como os itens apresentam o mesmo texto, a alternativa correta já indica as inadequações nos demais itens.

RESPOSTA: "D".

161-) (IAMSPE/SP – ATENDENTE [PAJEM – CCI] – VUNESP/2011). Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está correto.

- (A) O bebê chorava à cada duas horas.
- (B) Às mulheres da rua, Marta entregou convite para a festa.
- (C) Joel mostrou-se tranquilo à partir do seu aniversário.
- (D) O casal veio à pé até a cidade.
- (E) Marta falou de sua situação primeiro à uma vizinha.

- (A) O bebê chorava à cada = a cada duas horas .
- (B) Às mulheres da rua, Marta entregou convite para a festa. (Marta entregou o convite às mulheres da rua)
- (C) Joel mostrou-se tranquilo à partir = a partir (verbo no infinitivo)
- (D) O casal veio à pé até a cidade. = a pé
- (E) Marta falou de sua situação primeiro à uma vizinha. = a uma (artigo indefinido)

RESPOSTA: "B".

162-) (IAMSPE/SP – ATENDENTE [PAJEM – CCI] – VUNESP/2011) *Eu e meu vizinho _____ encontramos na casa de Joel quando fui buscar este livro para _____ ler.*

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) se ... eu
- (B) si ... mim
- (C) nos ... mim
- (D) se ... mim
- (E) nos ... eu

Eu + meu vizinho = nós; nós nos... / antes de verbo no infinitivo devemos usar "eu", não "mim" (cuidado com a pegadinha: "Para mim, ler é um prazer!" Nesse caso, além da presença da vírgula, nota-se que é uma "opinião", não a prática de uma ação.)

RESPOSTA: "E".

163-) (IAMSPE/SP – ATENDENTE [PAJEM – CCI] – VUNESP/2011) Considerando a concordância das palavras, assinale a alternativa correta.

- (A) Muitas preocupações, naquela noite, tinha entristecido Joel.
- (B) Estava ali, na mesa, os papéis recebidos por Marta.
- (C) Já se conhece as causas da sua tristeza.
- (D) O relacionamento entre as pessoas não estavam agradável.
- (E) Nesta semana, houve alguns comentários sobre Joel e Marta.

(A) Muitas preocupações, naquela noite, tinha (tinham) entristecido Joel.

(B) Estava (estavam) ali, na mesa, os papéis recebidos por Marta.

(C) Já se conhece (conhecem) as causas da sua tristeza.

(D) O relacionamento entre as pessoas não estavam (estava) agradável.

(E) Nesta semana, houve alguns comentários sobre Joel e Marta.

RESPOSTA: "E".

(UFTM/MG – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013 - ADAPTADA) Leia o texto para responder às questões de números 164 a 167.

RIO DE JANEIRO – A Prefeitura do Rio está lançando a Operação Lixo Zero, que vai multar quem emporcalhar a cidade. Em primeira instância, a campanha é educativa. Equipes da Companhia Municipal de Limpeza Urbana estão percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos jogando coisas onde não devem e alertá-los para o que os espera. Em breve, com guardas municipais, policiais militares e 600 fiscais em ação, as multas começarão a chegar para quem tratar a via pública como a casa da sogra.

Imagina-se que, quando essa lei começar para valer, os recordistas de multas serão os cerca de 300 jovens golpistas que, nas últimas semanas, se habituaram a tomar as ruas, pichar monumentos, vandalizar prédios públicos, quebrar orelhões, arrancar postes, apedrejar vitrines, depredar bancos, saquear lojas e, por uma estranha compulsão, destruir lixeiras, jogar o lixo no asfalto e armar barricadas de fogo com ele.

É verdade que, no seu "bullying" político, eles não estão nem aí para a cidade, que é de todos – e que, por algum motivo, parecem querer levar ao colapso.

Pois, já que a lei não permite prendê-los por vandalismo, saque, formação de quadrilha, desacato à autoridade, resistência à prisão e nem mesmo por ataque aos órgãos públicos, talvez seja possível enquadrá-los por sujar a rua.

(Ruy Castro, Por sujar a rua. Folha de S.Paulo, 21.08.2013. Adaptado)

164-) (UFTM/MG – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013) Na oração – ... parecem querer levar ao colapso. – (3.º parágrafo), o termo em destaque é sinônimo de

- (A) progresso.
- (B) descaso.
- (C) vitória.
- (D) tédio.
- (E) ruína.

Pela leitura do texto, compreende-se que a intenção do autor ao utilizar a expressão "levar ao colapso" refere-se à queda, ao fim, à ruína da cidade.

RESPOSTA: "E".

165-) (UFTM/MG – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013) O texto apresenta variação no uso da linguagem, oscilando entre a mais formal e a mais espontânea. Desta última, há exemplo em:

- (A) A Prefeitura do Rio está lançando a Operação Lixo Zero...
- (B) Em primeira instância, a campanha é educativa.
- (C) ... para quem tratar a via pública como a casa da sogra.
- (D) ... jogar o lixo no asfalto e armar barricadas de fogo com ele.
- (E) ... talvez seja possível enquadrá-los por sujar a rua.

A linguagem informal, espontânea, está mais evidente no uso da expressão "casa da sogra".

RESPOSTA: "C".

166-) (UFTM/MG – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013) Na frase – ... eles não estão nem aí para a cidade... – (3.º parágrafo), o pronome em destaque refere-se aos

- (A) fiscais.
- (B) policiais.
- (C) políticos.
- (D) jovens golpistas.
- (E) maus cidadãos.

Para responder à questão, retomemos o texto:

Imagina-se que, quando essa lei começar para valer, os recordistas de multas serão os cerca de 300 jovens golpistas que, nas últimas semanas, se habituaram a tomar as ruas, pichar monumentos, vandalizar prédios públicos, quebrar orelhões, arrancar postes, apedrejar vitrines, depredar bancos, saquear lojas e, por uma estranha compulsão, destruir lixeiras, jogar o lixo no asfalto e armar barricadas de fogo com ele.

É verdade que, no seu "bullying" político, eles não estão nem aí para a cidade, que é de todos – e que, por algum motivo, parecem querer levar ao colapso.

Identifiquei os termos que se relacionam (faça esse esquema ao realizar seu concurso, o que facilita muito a compreensão textual). Através disso chegamos à conclusão de que o termo "eles" relaciona-se a "jovens golpistas".

RESPOSTA: "D".

167-) (UFTM/MG – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto à concordância.

(A) Terá equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberá multas para quem destratar a via pública.

(B) Haverá equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberão multas para quem destratar a via pública.

(C) Existirão equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberá multas para quem destratar a via pública.

(D) Haverão equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberão multas para quem destratar a via pública.

(E) Existirá equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberão multas para quem destratar a via pública.

(A) Terá (haverá) equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberá (caberão) multas para quem destratar a via pública.

(B) Haverá equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberão multas para quem destratar a via pública.

(C) Existirão equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberá (caberão) multas para quem destratar a via pública.

(D) Haverão (haverá) equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberão multas para quem destratar a via pública.

(E) Existirá (existirão) equipes percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos, e caberão multas para quem destratar a via pública.

RESPOSTA: "B".

168-) (UFTM – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto ao emprego e à colocação pronominal.

(A) Os porcalhões do Rio que se cuidem, pois a Prefeitura vai multá-los.

(B) Os porcalhões do Rio que cuidem-se, pois a Prefeitura vai lhes multar.

(C) Os porcalhões do Rio que se cuidem, pois a Prefeitura vai multar eles.

(D) Se cuidem os porcalhões do Rio, pois a Prefeitura os vai multar.

(E) Cuidem-se os porcalhões do Rio, pois a Prefeitura lhes vai multar.

(A) Os porcalhões do Rio que se cuidem, pois a Prefeitura vai multá-los.

(B) Os porcalhões do Rio que cuidem-se, pois a Prefeitura vai lhes multar.

(C) Os porcalhões do Rio que se cuidem, pois a Prefeitura vai multar eles.

(D) Se cuidem os porcalhões do Rio, pois a Prefeitura os vai multar.

(E) Cuidem-se os porcalhões do Rio, pois a Prefeitura lhes vai multar.

Como as alternativas apresentam o mesmo texto, o item correto já indica onde estão as inadequações nos demais.

RESPOSTA: "A"

(PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ENGENHEIRO – ÁREA CIVIL – VUNESP/2011 - ADAPTADA) Leia o texto para responder às questões de números 169 a 171.

Bolsa rosa, contas no vermelho

Não fosse por um detalhe crucial – de onde tirar o dinheiro –, a criação de um regime de aposentadoria para milhões de donas de casa brasileiras de baixa renda até poderia fazer sentido. Há diversos projetos de lei em tramitação na Câmara para reconhecer os direitos das mulheres dedicadas integralmente às tarefas domésticas. Mas eles ignoram o impacto econômico que isso teria nas contas públicas. A deputada Alice Portugal (PT-SC), defensora da criação dessa espécie de bolsa-cor-de-rosa, afirma que "muitas vezes, após 35 anos de casamento, o marido vai embora, e ela (a mulher), que prestou serviços a vida inteira, não tem amparo".

Caso a bondade seja aprovada, haverá custo adicional de 5,4 bilhões de reais por ano.

(Exame, edição 988, ano 45, n.º 5, 23.03.2011)

169-) (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ENGENHEIRO – ÁREA CIVIL – VUNESP/2011) O tema desse texto é

(A) o uso de bolsas cor-de-rosa pelas donas de casa brasileiras.

(B) o desamparo das mulheres abandonadas pelos maridos.

(C) a falta de dinheiro para pagar salários a mulheres de baixa renda no Brasil.

(D) o alto custo das contas públicas brasileiras.

(E) o impacto econômico da aposentadoria de donas de casa nas contas públicas.

Pela leitura do texto, fica evidente que ele aponta o impacto econômico que o pagamento de aposentadoria às donas de casa causará às contas públicas.

RESPOSTA: "E".

170-) (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ENGENHEIRO – ÁREA CIVIL – VUNESP/2011) A frase do texto – “Caso a bondade seja aprovada, haverá custo adicional de 5,4 bilhões de reais por ano.” – indica

- (A) ironia.
- (B) respeito.
- (C) indignação.
- (D) frustração.
- (E) aprovação.

O termo que facilita a resposta à questão é: Caso a bondade seja aprovada = ironia.

RESPOSTA: “A”.

171-) (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ENGENHEIRO – ÁREA CIVIL – VUNESP/2011) Considere as frases:

I. Há diversos projetos de lei em tramitação na Câmara.

II. Caso a bondade seja aprovada, haverá custo adicional de 5,4 bilhões de reais por ano.

Assinale a alternativa que, respectivamente, substitui o verbo *haver* pelo verbo *existir*, conservando o tempo e o modo.

- (A) Existe – existe
- (B) Existem – existirão
- (C) Existirão – existirá
- (D) Existem – existirá
- (E) Existiriam – existiria

Há = presente do Indicativo / haverá = futuro do presente do indicativo.

Ao substituírmos pelo verbo “existir”, lembremo-nos de que esse sofrerá flexão de número (irá para o plural, caso seja necessário):

I. Existem diversos projetos de lei em tramitação na Câmara.

II. Caso a bondade seja aprovada, existirá custo adicional de 5,4 bilhões de reais por ano.

Existem / existirá.

RESPOSTA: “D”.

172-) (TRF/1ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)

Assim como os antigos moralistas escreviam máximas, deu-me vontade de escrever o que se poderia chamar de mínimas, ou seja, alguma coisa que, ajustada às limitações do meu engenho, traduzisse um tipo de experiência vivida, que não chega a alcançar a sabedoria mas que, de qualquer modo, é resultado de viver. Andei reunindo pedacinhos de papel em que estas anotações vadias foram feitas e ofereço-as ao leitor, sem que pretenda convencê-lo do que penso nem convidá-lo a repensar suas ideias. São palavras que, de modo canhestro, aspiram a enveredar pelo avesso das coisas, admitindo-se que elas tenham um avesso, nem sempre perceptível mas às vezes curioso ou surpreendente.

(Carlos Drummond de Andrade. O avesso das coisas [aforismos]. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 3)

...em que estas anotações vadias foram feitas...

Observando o contexto em que a frase acima foi empregada, a sua transposição para a voz ativa produz corretamente a seguinte forma verbal:

- a) fizeram-se.
- b) tinha feito.
- c) fiz.
- d) faziam.
- e) poderia fazer.

... em que estas anotações vadias foram feitas = dois verbos na voz passiva, então teremos um na ativa: caderninho em que fiz anotações vadias...

RESPOSTA: “C”.

173-) (TRF/3ª REGIÃO – PSQUIATRIA – FCC/2014) Em nossa cultura, experiências passamos soma-se dor, considerada como um elemento formador do caráter, contexto pathos pode converter-se em êthos.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) às - porque - a - em que
- b) às - pelas quais - à - de que
- c) as - que - à - com que
- d) às - por que - a - no qual
- e) as - por que - a - do qual

Em nossa cultura, às experiências (a dor é somada com as experiências, somada às experiências – objeto indireto) por que (= pelas quais) passamos soma-se a dor (objeto direto), considerada como um elemento formador do caráter, contexto no qual pathos pode converter-se em êthos.

RESPOSTA: “D”.

174-) (TST – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) Considere:

..... angústia de imaginar que o homem pode estar só no universo soma-se a curiosidade humana, que se prende tudo o que é desconhecido, para que não desapareça de todo o interesse por pistas que dariam embasamento teses de que haveria vida em outros planetas.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) À - a - às
- (B) A - à - as
- (C) À - a - as
- (D) A - a - às
- (E) À - à - as

Leia “voltando” os termos do texto: Soma-se a curiosidade humana a angústia de imaginar = ficamos com os itens A e E, somente. Quem se prende, prende-se A algo ou A alguém, então: “que se prende a tudo (sem acento indicativo de crase, por ser um pronome indefinido); embasamento A quê? às teses. Temos: à / a / às.

RESPOSTA: “A”.

175-) (TRF/4ª REGIÃO – TAQUIGRAFIA – FCC/2010)
Está plenamente adequada a pontuação da frase:

a) Por vezes uma obra literária acaba mesmo, sem o pretender, influenciando no plano político e social, pois o caminho do escritor não é traçado tão somente, pelo que ele prevê mas também, pelas forças do acaso ou pelas determinações sociais.

b) Por vezes, uma obra literária acaba, mesmo sem o pretender, influenciando no plano político e social, pois o caminho do escritor não é traçado tão somente pelo que ele prevê, mas também pelas forças do acaso ou pelas determinações sociais.

c) Por vezes, uma obra literária, acaba mesmo sem o pretender, influenciando no plano político e social, pois o caminho do escritor não é traçado tão somente pelo que ele prevê, mas também, pelas forças do acaso, ou pelas determinações sociais.

d) Por vezes uma obra literária acaba mesmo sem o pretender, influenciando no plano político e social; pois o caminho do escritor não é traçado, tão somente, pelo que ele prevê mas também, pelas forças do acaso ou pelas determinações sociais.

e) Por vezes, uma obra literária acaba mesmo sem o pretender, influenciando no plano político e social pois o caminho do escritor, não é traçado, tão somente, pelo que ele prevê, mas também pelas forças do acaso, ou pelas determinações sociais.

Tendo em vista a igualdade textual entre os itens, a indicação da alternativa correta aponta as inadequações presentes nas demais.

RESPOSTA: "B".

176-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – GUARDA MUNICIPAL – VUNESP/2011) Em – *Por que, ainda hoje, pomos em risco nossas vidas, a vida de muitos, a vida de todos, produzindo a guerra?* – a figura de linguagem presente, conforme as expressões em destaque, é a

- (A) sinestesia.
- (B) metáfora.
- (C) antítese.
- (D) hipérbole.
- (E) gradação.

Gradação: Consiste em dispor as ideias por meio de palavras, sinônimas ou não, em ordem crescente ou decrescente.

(fonte: <http://www.soportugues.com.br/secoes/estil/estil7.php>)

RESPOSTA: "E".

(PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – GUARDA MUNICIPAL – VUNESP/2011 - ADAPTADA)
Leia o texto para responder às questões de números 177 a 179.

Desde o dia do ataque, agentes da guarda municipal fazem vigília na porta do colégio. Como o matador Wellington de Oliveira era ex-aluno, passou à vontade pelo portão. Mas o debate sobre como garantir a segurança nas escolas públicas permanece aceso. Nas escolas da rede municipal do Rio, funcionários encarregados da merenda e de outras funções eram também incumbidos de zelar pela portaria. A ideia agora é dotar as escolas de porteiros responsáveis pela entrada e saída de visitantes devidamente identificados. Também haverá mais inspetores, de modo que cada colégio conte com um deles por andar. O mais difícil será amenizar a sensação de insegurança que restou. Recentemente, ao ouvirem a movimentação de estudantes no corredor, os alunos de uma das turmas da Tasso de Oliveira saíram correndo, no meio da aula, aos berros. "Aquele dia marcou nossa vida para sempre", afirma Luís Mar duk, diretor da escola.

(Veja, 25.05.2011)

177-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – GUARDA MUNICIPAL – VUNESP/2011) De acordo com o texto, o ataque de Wellington de Oliveira

- (A) foi rapidamente esquecido pelos alunos da escola.
- (B) foi facilitado pelos funcionários da escola.
- (C) se deu mesmo com vigília da guarda municipal.
- (D) alterou a rotina da escola Tasso da Silveira.
- (E) tem reforçado a sensação de segurança.

Utilizando trechos do texto: Desde o dia do ataque, agentes da guarda municipal fazem vigília na porta do colégio... "Aquele dia marcou nossa vida para sempre"...

RESPOSTA: "D".

178-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – GUARDA MUNICIPAL – VUNESP/2011) A frase – *Como o matador Wellington de Oliveira era ex-aluno, passou à vontade pelo portão.* – equivale a:

- (A) O matador Wellington de Oliveira passou à vontade pelo portão, portanto era ex-aluno.
- (B) O matador Wellington de Oliveira passou à vontade pelo portão, mas era ex-aluno.
- (C) O matador Wellington de Oliveira passou à vontade pelo portão, porque era ex-aluno.
- (D) O matador Wellington de Oliveira passou à vontade pelo portão, conforme era ex-aluno.
- (E) O matador Wellington de Oliveira passou à vontade pelo portão, apesar de ser ex-aluno.

A alternativa que apresenta coerência com o enunciado é a que tem a presença da conjunção explicativa – "porque".

RESPOSTA: "C".

179-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/ SP – GUARDA MUNICIPAL – VUNESP/2011) Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à acentuação.

(A) As escolas do Rio contratarão mais inspetores, tornando possível maior controle do acesso de pessoas a esses locais.

(B) As escolas do Rio, contratarão mais inspetores tornando possível maior controle do acesso de pessoas a esses locais.

(C) As escolas, do Rio, contratarão mais inspetores, tornando possível maior controle do acesso de pessoas a esses locais.

(D) As escolas do Rio contratarão mais inspetores, tornando possível maior controle do acesso de pessoas a esses locais.

(E) As escolas do Rio, contratarão mais inspetores, tornando possível maior controle do acesso de pessoas a esses locais.

Como as alternativas apresentam o mesmo texto, não indiquei nas demais as incorreções.

RESPOSTA: "A".

180-) (CREFITO/SP – OPERADOR DE VÍDEO – VUNESP/2012) Assinale a alternativa correta quanto à concordância.

(A) As pessoas, então, não estavam adequadamente protegidas.

(B) Nenhuma pessoa, então, estava adequadamente protegido.

(C) Os envolvidos, então, não estavam adequadamente protegido.

(D) Todas as pessoas, então, não estavam adequadamente protegido.

(E) Os envolvidos, então, não estava adequadamente protegidos.

(A) As pessoas, então, não estavam adequadamente protegidas.

(B) Nenhuma pessoa, então, estava adequadamente protegido = protegida

(C) Os envolvidos, então, não estavam adequadamente protegido = protegidos

(D) Todas as pessoas, então, não estavam adequadamente protegido = protegidas

(E) Os envolvidos, então, não estava (estavam) adequadamente protegidos.

RESPOSTA: "A".

(CREFITO/SP – OPERADOR DE VÍDEO – VUNESP/2012 - ADAPTADA) Leia o poema de Carlos Drummond de Andrade para responder às questões de números 181 a 182.

*Quero me casar
Quero me casar
na noite na rua
no mar ou no céu
quero me casar.*

*Procuro uma noiva
loura morena
preta ou azul
uma noiva verde
uma noiva no ar
como um passarinho.
Depressa, que o amor
não pode esperar.*

181-) (CREFITO/SP – OPERADOR DE VÍDEO – VUNESP/2012) No poema, revelam-se os seguintes sentidos:

(A) solidão, irritação e angústia.

(B) vontade, medo e tranquilidade.

(C) descaso, imprudência e agitação.

(D) autoridade, investigação e impaciência.

(E) desejo, busca e pressa.

Quero = desejo / Procuro = busca / Depressa = pressa

RESPOSTA: "E".

182-) (CREFITO/SP – OPERADOR DE VÍDEO – VUNESP/2012) As expressões "na rua" e "Depressa" são indicativas, respectivamente, de

(A) tempo e lugar.

(B) modo e intensidade.

(C) causa e tempo.

(D) lugar e modo.

(E) intensidade e lugar.

Na rua = lugar; depressa (apressadamente, com pressa) = modo

RESPOSTA: "D".

183-) (CREFITO/SP – SECRETÁRIO – VUNESP/2012) Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal e ao uso ou não do acento indicativo da crase.

(A) O texto faz referência a duas amazônias, que se destacam pela extensão e pela riqueza que guardam. Refere-se, também, à localização da Amazônia Azul.

(B) O texto faz referência à duas amazônias, que destacam-se pela extensão e pela riqueza que guardam. Refere-se, também, a localização da Amazônia Azul.

(C) O texto faz referência a duas amazônias, que destacam-se pela extensão e pela riqueza que guardam. Se refere, também, a localização da Amazônia Azul.

(D) O texto faz referência à duas amazônias, que se destacam pela extensão e pela riqueza que guardam. Se refere, também, à localização da Amazônia Azul.

(E) O texto faz referência a duas amazônias, que destacam-se pela extensão e pela riqueza que guardam. Refere-se, também, à localização da Amazônia Azul.

Como os itens apresentam o mesmo texto, a alternativa correta já indica quais são as incorreções nas demais.

RESPOSTA: "A".

184-) (CEAGESP/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO - VUNESP/2010) Em – *Podemos escolher o futuro que queremos para nós e nossos filhos ou podemos deixar que escolham um futuro menos positivo e mais sombrio.* – a conjunção “ou” estabelece entre as orações uma relação de

(A) adição, indicando os dois tipos de futuro com os quais as pessoas deverão se defrontar em breve.

(B) adversidade, indicando as duas informações que se opõem conforme o tipo de futuro descrito.

(C) alternância, indicando as duas informações que compõem as opções sobre o futuro desejado.

(D) causa, indicando os motivos que levarão as pessoas a terem de escolher um dos futuros possíveis.

(E) consequência, indicando os desastres que advirão ao mundo, no futuro, pela ignorância das pessoas.

A conjunção “ou” é alternativa, ou seja, expressa escolhas, alternativas entre as ações citadas nas orações ligadas por ela.

RESPOSTA: “C”.

185-) (CEAGESP/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO - VUNESP/2010) Assinale a alternativa em que a frase está correta quanto à regência e ao uso ou não do acento indicativo da crase.

(A) Tendo chegado a capital dinamarquesa sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(B) Tendo chegado à esta capital sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(C) Tendo chegado àquela cidade sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(D) Tendo chegado à capital dinamarquesa sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(E) Tendo chegado a bela capital dinamarquesa sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(A) Tendo chegado a (à) capital dinamarquesa sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza (de) que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(B) Tendo chegado à (a) esta capital sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(C) Tendo chegado àquela cidade sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza (de) que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(D) Tendo chegado à capital dinamarquesa sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

(E) Tendo chegado a (à) bela capital dinamarquesa sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de que Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional.

RESPOSTA: “D”.

(CEAGESP/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – VUNESP/2010 - ADAPTADA) Para responder às questões de números 186 e 187, considere o trecho:

Se formos bem-sucedidos no combate às mudanças climáticas, o mundo terá sido transformado pelos nossos esforços.

186-) (CEAGESP/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO - VUNESP/2010) O tempo verbal composto terá sido indica ação

(A) concluída no tempo presente, em função da informação apresentada na oração inicial do trecho.

(B) possível de ocorrer no futuro, como decorrência da hipótese apresentada na oração inicial do trecho.

(C) em andamento no tempo presente e que se finalizará no futuro, como causa do que se afirma na oração inicial do trecho.

(D) impossível de ocorrer no passado e, por essa razão, sem previsão para o futuro, conforme se afirma na oração inicial do trecho.

(E) concluída no passado e, portanto, podendo ocorrer no futuro, conforme se afirma na oração inicial do trecho.

Terá sido corresponde ao verbo será = (ação que pode vir a acontecer, dependendo de que outra também aconteça. Se fôssemos ... o mundo seria).

RESPOSTA: “B”.

187-) (CEAGESP/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – VUNESP/2010) Em voz ativa, a segunda oração do período assume a seguinte redação:

(A) o mundo se transformará com os nossos esforços.

(B) os nossos esforços transformarão o mundo.

(C) os nossos esforços terão transformado o mundo.

(D) transforma-se o mundo por nossos esforços.

(E) os nossos esforços serão transformados pelo mundo.

A segunda frase do período é: o mundo terá sido transformado pelos nossos esforços.

A voz ativa: Os esforços terão transformado o mundo.

RESPOSTA: “C”.

188-) (TRF/4ª REGIÃO – TAQUIGRAFIA – FCC/2010) Constitui exemplo de uso de linguagem figurada o elemento sublinhado na frase:

I. Foi acusado de ser o cabeça do movimento.

II. Ele emprega sempre a palavra literalmente atribuindo-lhe um sentido inteiramente inadequado.

III. Ignoro o porquê de você se aborrecer comigo.

IV. Seus pensamentos são fantasmagorias que não o deixam em paz.

Atende ao enunciado APENAS o que está em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I e III.

I. Foi acusado de ser o cabeça do movimento. = o líder, o mentor (figurado)

II. Ele emprega sempre a palavra literalmente atribuindo-lhe um sentido inteiramente inadequado. (linguagem denotativa)

III. Ignoro o porquê de você se aborrecer comigo. (= o motivo; denotação)

IV. Seus pensamentos são fantasmagorias que não o deixam em paz. (perturbações; figurado).

RESPOSTA: "B".

189-) (TST – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012)

Cronistas de reinos passados, gênios das navegações [...] não falam de discos, pratos ou charutos voadores ...

O verbo que NÃO foi empregado com o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está em:

- (A) ... sequer pensarmos em outros mundos ...
- (B) Enjoaram de nós?
- (C) Venceu a hipótese de naves ...
- (D) Começou com um piloto norte-americano de caças ...
- (E) ... que simplesmente desistimos deles?

O verbo "falar" exige objeto direto, mas no enunciado ele apresenta preposição (indireto).

- (A) ... sequer pensarmos **em** = indireto
- (B) Enjoaram **de** nós? = indireto
- (C) Venceu a = objeto direto ("a" é artigo)
- (D) Começou **com** = indireto
- (E) ... que simplesmente desistimos deles (**de** + eles) = indireto

RESPOSTA: "C".

190-) (TRT/SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2010)

Mas a novela não é um retrato do Brasil, ou melhor, é sim...

O emprego da expressão grifada acima assinala uma

- a) contradição involuntária.
- b) repetição para realçar a ideia.
- c) retificação do que havia sido dito.
- d) conclusão decorrente da afirmativa inicial.
- e) condição básica de um fato evidente.

A expressão em destaque é usada para consertar, retificar uma informação dada anteriormente. É utilizada comumente, por isso, a resposta à questão torna-se mais fácil, desde que saibamos em qual contexto tal expressão é empregada.

RESPOSTA: "C".

191-) (TRF/4ª REGIÃO – TAQUIGRAFIA – FCC/2010)

Considere:

Chama-se "situação de discurso" o conjunto das circunstâncias no meio das quais se desenrola um ato de enunciação (seja ele escrito ou oral). É preciso entender com isso ao mesmo tempo o ambiente físico e social em que este ato se dá, a imagem que dele têm os interlocutores, a identidade desses, a ideia que cada um faz do outro (inclusive a representação que cada um possui daquilo que o outro pensa sobre ele), os acontecimentos que precederam o ato de enunciação (especialmente as relações que tiveram antes os interlocutores, e principalmente as trocas de palavras em que se insere a enunciação em questão).

(Ducrot, O.; Todorov, T. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 297-8)

Segundo o texto, é correto afirmar:

- a) A análise discursiva deve se ater ao estudo dos enunciados.
- b) Os enunciados produzem a enunciação.
- c) A descrição da enunciação é determinada pela identidade dos interlocutores.
- d) Dados exteriores aos enunciados são apêndices à compreensão.
- e) O conceito de situação de discurso engloba a enunciação e seu entorno.

Utilizemos trechos do texto para que consigamos responder à questão (não se esqueça: você pode – **deve** – fazer isso em seu concurso também!): ...conjunto das circunstâncias no meio das quais se desenrola um ato de enunciação (...) É preciso entender com isso ao mesmo tempo o ambiente físico e social em que este ato se dá. = enunciação e seu contexto, ambiente no qual a situação de discurso ocorre.

RESPOSTA: "E".

192-) (TRF/4ª REGIÃO – TAQUIGRAFIA – FCC/2010)

Ainda que os termos sublinhados se flexionem no plural, todas as formas verbais permanecerão as mesmas em:

- a) Mesmo que haja eventual hesitação, não apraz a muito escritor renunciar ao que lhe traz a solidão mais fecunda.
- b) Outra influência que pode incidir sobre o escritor representa-se nos modelos de linguagem dominantes.
- c) Exprime-se na obra literária a qualidade das coisas que somente nela se dá a ver, com a singularidade de seu olhar.
- d) À obra literária já se atribuiu a propriedade de um espelho; hoje, valoriza-se seu processo de construção.
- e) Falar por aquele a quem não se permite qualquer depoimento é um dos objetivos a que visa a obra literária.

a) Mesmo que haja eventual hesitação, não apraz a muito escritor renunciar ao que lhe traz a solidão mais fecunda.

Mesmo que haja eventuais hesitações, não apraz a muitos escritores renunciar ao que lhe (lhes) traz a solidão mais fecunda.

b) Outra influência que pode incidir sobre o escritor representa-se nos modelos de linguagem dominantes.

Outras influências que pode (podem) incidir sobre o escritor representa-se (representam-se) nos modelos de linguagem dominantes.

c) Exprime-se na obra literária a qualidade das coisas que somente nela se dá a ver, com a singularidade de seu olhar.

Exprime-se (exprimem-se) na obra literária as qualidades das coisas que somente nelas se dá (dão) a ver, com a singularidade de seu olhar.

d) À obra literária já se atribuiu a propriedade de um espelho; hoje, valoriza-se seu processo de construção.

À obra literária já se atribuiu (atribuíram) as propriedades de um espelho; hoje, valoriza-se (valorizam-se) seus processos de construção.

e) Falar por aquele a quem não se permite qualquer depoimento é um dos objetivos a que visa a obra literária.

Falar por aquele a quem não se permite (permitem) quaisquer depoimentos é um dos objetivos a que visa (visam) as obras literárias.

RESPOSTA: "A".

193-) (POLÍCIA MILITAR/SP – SOLDADO PM DE 2ª CLASSE – VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua.

(A) Já é utilizado, em Los Angeles, algoritmos sofisticados para prever futuros delitos.

(B) Com o auxílio do PredPol, são calculados a distribuição e a frequência dos crimes.

(C) Em seguida, as áreas ameaçadas são as que recebe um policiamento mais intenso.

(D) Os policiais são informados sobre os locais onde os crimes são mais frequente.

(E) Estão sendo reimaginadas, na era das montanhas de dados, todas as atividades.

(A) Já é (são) utilizado (utilizados), em Los Angeles, algoritmos

(B) Com o auxílio do PredPol, são calculados (calculadas) a distribuição e a frequência dos crimes.

(C) Em seguida, as áreas ameaçadas são as que recebe (recebem)

(D) Os policiais são informados sobre os locais onde os crimes são mais frequente (frequentes).

(E) Estão sendo reimaginadas, na era das montanhas de dados, todas as atividades.

RESPOSTA: "E".

194-) (POLÍCIA MILITAR/SP – SOLDADO PM DE 2ª CLASSE – VUNESP/2013 - adaptada) Considere a passagem:

O problema foi na hora em que meu cunhado tentou virar a chave. Nada. Nem um barulhinho sequer. A bateria entregava os pontos. Chamamos o guarda e comentamos que, se deixássemos o automóvel ali, dificilmente retornaríamos para resgatá-lo.

A forma pronominal -lo, em destaque, refere-se a

(A) automóvel.

(B) cunhado.

(C) barulhinho.

(D) problema.

(E) ali.

se deixássemos o **automóvel** ali, dificilmente retornaríamos para resgatá-**lo**. (= resgatar "ele", o automóvel).

RESPOSTA: "A".

195-) (POLÍCIA MILITAR/SP – SOLDADO PM DE 2ª CLASSE – VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

(A) O executivo passou à trabalhar mais depois que foi promovido.

(B) A promoção não levou à um aumento significativo no salário.

(C) Para melhorar sua renda, ele deverá dedicar-se à algumas horas-extras.

(D) Seus esforços estão direcionados à quitação da dívida do MBA.

(E) Ele espera chegar à qualquer posição de prestígio em alguns anos.

(A) O executivo passou à (a) trabalhar = verbo no infinitivo

(B) A promoção não levou à (a) um aumento = artigo indefinido

(C) Para melhorar sua renda, ele deverá dedicar-se à (a) algumas = palavra no plural (generalizando)

(D) Seus esforços estão direcionados à quitação

(E) Ele espera chegar à (a) qualquer = pronome indefinido

RESPOSTA: "D".

196-) (COREN/SP – TELEFONISTA – VUNESP/2013 - ADAPTADA) Nos trechos a seguir, o pronome pessoal oblíquo substitui adequadamente o(s) termo(s) destacado(s) em:

(A) Contrariando esses ideais...: Contrariando-nos...

(B) ... nem todos os casais buscavam a bênção...: buscavam-lhe...

(C) ... os noivos deveriam apresentar à autoridade...: apresentá-la...

(D) ... além de aguardar denúncias...: além de aguardar-lhes...

(E) Para burlar essas normas...: Para burlá-las...

- (A) Contrariando esses ideais...: Contrariando-**os**...
 (B) ... nem todos os casais buscavam a bênção...: busca-**am-na** (lembre-se do alfabeto! J, K, L, **M, N** – para objetos diretos)
 (C) ... os noivos deveriam apresentar à autoridade...: apresentar-lhe...
 (D) ... além de aguardar denúncias...: além de aguardá-las...
 (E) Para burlar essas normas...: Para burlá-las...

RESPOSTA: "E".

197-) (COREN/SP – TELEFONISTA – VUNESP/2013)
 Quanto ao emprego ou não da crase, a frase está correta em:

- (A) Muitos casais ficavam na igreja a espera da **bênção do padre**.
 (B) O casamento cristão na Colônia obedecia às normas impostas pelo Arcebispado da Bahia.
 (C) Quem realizasse um casamento fora dos moldes cristãos era condenado a uma pena severa.
 (D) Nem todos os casais se obrigavam à **buscar a bênção**.
 (E) Mulheres brancas chegavam as terras brasileiras para se casar com os homens brancos.

- (A) Muitos casais ficavam na igreja a espera (à espera) da bênção do padre.
 (B) O casamento cristão na Colônia obedecia às normas impostas pelo Arcebispado da Bahia.
 (C) Quem realizasse um casamento fora dos moldes cristãos era condenado à (a) uma pena severa.
 (D) Nem todos os casais se obrigavam à (a) buscar a bênção.
 (E) Mulheres brancas chegavam as (às) terras brasileiras para se casar com os homens brancos.

RESPOSTA: "B".

198-) (COREN/SP – TELEFONISTA – VUNESP/2013)
 As concordâncias verbal e nominal estão de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Havia**m** informações falsificadas inclusa no processo.
 (B) O enfermeiro de plantão está quites com as obrigações da semana.
 (C) Ou se lutam pelas leis ambientais ou se instauram o caos no planeta.
 (D) Os dados que comprovam minhas hipóteses se-guem anexas ao processo.
 (E) Vai fazer dois meses que enviei o comprovante das inscrições anexo ao processo.
 (A) Havia**m** (havia) informações falsificadas inclusa (in-clusas) no processo.
 (B) O enfermeiro de plantão está quites (quite) com as obrigações da semana.
 (C) Ou se lutam (luta) pelas leis ambientais ou se ins-tauram (instaura) o caos no planeta.

- (D) Os dados que comprovam minhas hipóteses se-guem anexas (anexos) ao processo.
 (E) Vai fazer dois meses que enviei o comprovante das inscrições anexo ao processo.

RESPOSTA: "E".

199-) (COREN/SP – TELEFONISTA – VUNESP/2013)
 A forma verbal está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Ambientalistas **interviram** para defender seu ponto de vista perante o Conama.
 (B) Se os órgãos ambientais detessem os projetos poluentes, a qualidade de vida da população melhora-ria.
 (C) Se o abaixo-assinado online obtiver o alcance desejado, os ambientalistas ficarão satisfeitos.
 (D) Quando o governo propor muitas pesadas aos poluidores, diminuirão as infrações.
 (E) Se o Conama ver a proposta do Proam, talvez a aceite.

- (A) Ambientalistas **interviram** (intervieram) para defen-der seu ponto de vista perante o Conama.
 (B) Se os órgãos ambientais detessem (detivessem) os projetos poluentes, a qualidade de vida da população me-lhoraria.
 (C) Se o abaixo-assinado online obtiver o alcance dese-jado, os ambientalistas ficarão satisfeitos.
 (D) Quando o governo propor (propuser) muitas pesa-das aos poluidores, diminuirão as infrações.
 (E) Se o Conama ver (vir) a proposta do Proam, talvez a aceite.

RESPOSTA: "C".

200-) (DCTA – TECNOLOGISTA JÚNIOR [AERONÁU-TICA] – VUNESP/2013) Considerando-se o emprego do pronome *você*, as formas verbais em – *Vai, meu irmão/ Pega esse avião* – estariam em conformidade com a modalidade-padrão em

- (A) **Vá/Pegue**
 (B) **Vão/Peguem**
 (C) **Vá/Pegam**
 (D) **Vão/Pegue**
 (E) **Vão/Pegam**

O pronome de tratamento "você" corresponde, para conjugarmos os verbos, à terceira pessoa do singular. Para conjugar no Modo Imperativo Afirmativo, basta "copiar-mos", literalmente, do presente do Subjuntivo. Veja: Que eu vá, que tu vás, que ele vá = Vá (você).

Já para o verbo "pegar", temos: que eu pegue, que tu pegues, que ele pegue = Pegue (você)
 Vá / pegue.

RESPOSTA: "A".

201-) (DCTA-TECNOLOGISTA JÚNIOR [AERONÁUTICA] – VUNESP/2013 - ADAPTADA) Os versos do poema reescritos assumem versão correta quanto à colocação pronominal em:

- (A) Aos da pesada, não diga-lhes que lamentamos./ Me envie uma notícia boa.
- (B) Aos da pesada, não diga-lhes que nos lamentamos./ Me envie uma notícia boa.
- (C) Aos da pesada, não lhes diga que lamentamos./ Envie-me uma notícia boa.
- (D) Aos da pesada, não lhes diga que nos lamentamos./ Envie-me uma notícia boa.
- (E) Aos da pesada, não lhes diga que nos lamentamos./ Me envie uma notícia boa.

Como os itens apresentam o mesmo texto, a alternativa correta já indica as inadequações nas demais. Vale a dica: não se inicia um parágrafo com pronome oblíquo (Me envie).

RESPOSTA: "D".

202-) (POLÍCIA CIVIL/SP – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à colocação pronominal.

- (A) Infelizmente, se transformou, o ímpeto de Hagar, num passo lento depois que casamos.
- (B) Depois que casamos, infelizmente se transformou, o ímpeto de Hagar num passo lento.
- (C) Infelizmente se transformou o ímpeto de Hagar num passo lento, depois que casamos.
- (D) Se transformou num passo lento, infelizmente, o ímpeto de Hagar depois que casamos.
- (E) Depois que casamos infelizmente transformou-se num passo lento o ímpeto de Hagar.

Fiz as inclusões e assinalei (X) as exclusões de pontuação:

- (A) Infelizmente ,(X) se transformou (ou: Infelizmente, transformou-se)
- (B) Depois que casamos, infelizmente se transformou, (X) o ímpeto de Hagar num passo lento.
- (C) Infelizmente se transformou o ímpeto de Hagar num passo lento, depois que casamos.
- (D) Se transformou (transformou-se) num passo lento, infelizmente, o ímpeto de Hagar (,) depois que casamos.
- (E) Depois que casamos (,) infelizmente transformou-se (se transformou) num passo lento o ímpeto de Hagar.

RESPOSTA: "C".

203-) (POLÍCIA CIVIL/SP – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP/2013) *Depois da Constituição, o Código Penal é a mais importante peça jurídica. É ele que define os limites de fato _____ liberdade individual e estabelece quando o Estado está autorizado _____ exercer violência contra o cidadão, encarcerando-_____.*

(Folha de S.Paulo, 17.06.2012. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) à ... à ... o
- (B) a ... a ... lhe
- (C) a ... à ... o
- (D) à ... à ... lhe
- (E) à ... a ... o

Define os limites para a liberdade, à liberdade / Autorizado a exercer (verbo no infinitivo)

Encarcerando ele (objeto direto) = encarcerando-o
À / a / o.

RESPOSTA: "E".

204-) (TST – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) O verbo empregado no plural que também poderia ter sido flexionado no singular, sem prejuízo para a correção, está em:

- (A) Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções sobre ...
- (B) Todos os jogos se compõem de duas partes ...
- (C) As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus ...
- (D) Mas, por algum motivo, a maioria das pessoas têm mais facilidade para ...
- (E) ... todos os hábitos da mente que inibem a excelência do desempenho.

(A) Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções = somente no plural

(B) Todos os jogos se compõem de duas partes = somente no plural

(C) As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem = somente no plural

(D) Mas, por algum motivo, a maioria das pessoas têm = ou tem (concordar com "a maioria")

(E) ... todos os hábitos da mente que inibem = somente no plural

RESPOSTA: "D".

205-) (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ANALISTA DE SISTEMAS – VUNESP/2012) Observe as frases:

I. *Alguns analistas sugerem que a atual súbita valorização das empresas de internet representa a mesma "exuberância irracional" dos anos 90.*

II. *Alguns analistas comentam de que a atual súbita valorização das empresas de internet representa a mesma "exuberância irracional" dos anos 90.*

III. *Alguns analistas têm certeza que a atual súbita valorização das empresas de internet representa a mesma "exuberância irracional" dos anos 90.*

Quanto à regência, está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.

I. Alguns analistas sugerem que a atual súbita valorização das empresas de internet representa a mesma "exuberância irracional" dos anos 90.

II. Alguns analistas comentam de (X) que a atual súbita valorização das empresas de internet representa a mesma "exuberância irracional" dos anos 90.

III. Alguns analistas têm certeza (de) que a atual súbita valorização das empresas de internet representa a mesma "exuberância irracional" dos anos 90.

RESPOSTA: "A".

206-) (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ANALISTA DE SISTEMAS – VUNESP/2012) Assinale a alternativa correta quanto à concordância, segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) No fim dos anos 90, valorizou-se empresas virtuais sem plano de negócio e sem nenhum lucro.

(B) Já fazem uns 20 anos que se viveu o auge da bolha da internet, com supervalorização de empresas digitais.

(C) Das aquelas arapucas digitais dos fins dos anos 90 sobram pouco investimento.

(D) Alguns analistas veem que existem novamente empresas de internet com súbita valorização.

(E) Veem-se novamente que circulam promessas de multiplicação bilionária do capital de empresas de alta tecnologia.

(A) No fim dos anos 90, valorizou-se (valorizaram-se) empresas virtuais sem plano de negócio e sem nenhum lucro.

(B) Já fazem (faz) uns 20 anos que se viveu o auge da bolha da internet, com supervalorização de empresas digitais.

(C) Das aquelas arapucas digitais dos fins dos anos 90 sobram (sobrou) pouco investimento.

(D) Alguns analistas veem que existem novamente empresas de internet com súbita valorização.

(E) Vê-se novamente que circulam promessas de multiplicação bilionária do capital de empresas de alta tecnologia.

RESPOSTA: "D".

207-) (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ANALISTA DE SISTEMAS – VUNESP/2012)

Todas as pessoas envolvidas de alguma forma com o ensino já _____ de ouvir que os trabalhos escolares atuais são feitos na base do copy e parte de trechos inteiros da Wikipédia. Não existe mais pesquisa, ninguém _____ em aprender, tudo _____ a ficar no computador o dia inteiro...

(Galileu, outubro de 2010)

As lacunas do período devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com

(A) se cansaram ... esforça-se ... resume-se

(B) cansaram-se ... esforça-se ... resume-se

(C) se cansaram ... esforça-se ... se resume

(D) cansaram-se ... se esforça ... resume-se

(E) se cansaram ... se esforça ... se resume

O advérbio "atrai" pronome oblíquo: já se; pronomes indefinidos também "atraem": "ninguém se" e "tudo se".

RESPOSTA: "E".

208-) (ANATEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-PE/2012) O acento grave, que é sinal indicativo de crase em "acesso à Internet", justifica-se porque a regência do termo "acesso" exige complemento antecedido pela preposição a e a palavra "Internet" está antecedida por artigo definido feminino.

Explicação correta para justificar a ocorrência do acento indicativo de crase na expressão "acesso à Internet".

RESPOSTA: "CERTO".

209-) (ANATEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-PE/2012)

A análise dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios relativa ao ano de 2004 traz um resultado surpreendente: em todas as faixas de renda, o número de domicílios que têm apenas telefone celular aumentou. O maior salto ocorreu nas faixas entre um e dois salários mínimos e entre dois e cinco salários mínimos: mais 7% em cada uma delas. Entretanto, a presença unicamente do celular também expandiu-se na menor faixa de renda (menos de um salário mínimo), mais 4%, e na maior faixa de renda (mais de 20 salários mínimos), mais 0,32%. Em decorrência do fenômeno da expansão dos que só têm celular — a taxa de penetração passou de 11,20%, em 2003, para 16,47%, em 2004 —, houve uma diminuição dos telefones fixos. A presença do telefone fixo na casa dos brasileiros caiu de 50,83% para 48,89%.

Internet: <www.anatel.gov.br> (com adaptações)

Em "expandiu-se", o pronome "se" indica que o sujeito do período é indeterminado.

Voltemos ao texto: Entretanto, a presença unicamente do celular também expandiu-se na menor faixa de renda = "a presença unicamente do celular expandiu". Sujeito simples.

RESPOSTA: "ERRADO".

210-) (ANATEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-PE/2012) A forma verbal "têm" está no plural porque concorda com o antecedente do pronome relativo.

Recorramos, novamente, ao texto: (...) o número de domicílios que têm apenas telefone celular aumentou = domicílios "que/os quais" (pronome relativo) têm apenas telefone celular aumentou.

RESPOSTA: "CERTO".

211-)(ANATEL–TÉCNICO ADMINISTRATIVO–CES-PE/2012) Nas palavras “análise” e “mínimos”, o emprego do acento gráfico tem justificativas gramaticais diferentes.

Análise = proparoxítona / mínimos = proparoxítona. Ambas são acentuadas pela mesma regra (antepenúltima sílaba é tônica, “mais forte”).

RESPOSTA: “ERRADO”.

212-)(ANCINE–TÉCNICO ADMINISTRATIVO–CES-PE/2012)

O riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo, toda a sociedade, a história, a concepção de mundo. É uma verdade que se diz sobre o mundo, que se estende a todas as coisas e à qual nada escapa. É, de alguma maneira, o aspecto festivo do mundo inteiro, em todos os seus níveis, uma espécie de segunda revelação do mundo.

Mikhail Bakhtin. A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 73 (com adaptações).

Na linha 1, o elemento “ele” tem como referente textual “O riso”.

Vamos ao texto: O riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo (...). Os termos relacionam-se. O pronome “ele” retoma o sujeito “riso”.

RESPOSTA: “CERTO”.

213-)(ANCINE–TÉCNICO ADMINISTRATIVO–CES-PE/2012) Os vocábulo “indivíduo”, “diária” e “paciência” recebem acento gráfico com base na mesma regra de acentuação gráfica.

Indivíduo = paroxítona terminada em ditongo; diária = paroxítona terminada em ditongo; paciência = paroxítona terminada em ditongo. Os três vocábulo são acentuados devido à mesma regra.

RESPOSTA: “CERTO”.

(ANEEL–TÉCNICO ADMINISTRATIVO–CESPE/2010 - ADAPTADA) LEIA O TEXTO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 214 E 215.

Vão surgindo novos sinais do crescente otimismo da indústria com relação ao futuro próximo. Um deles refere-se às exportações. “O comércio mundial já está voltando a se abrir para as empresas”, diz o gerente executivo de pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, para explicar a melhora das expectativas dos industriais com relação ao mercado externo.

Quanto ao mercado interno, as expectativas da indústria não se modificaram. Mas isso não é um mau sinal, pois elas já eram francamente otimistas. Há algum tempo, a pesquisa da CNI, realizada mensalmente

a partir de 2010, registra grande otimismo da indústria com relação à demanda interna. Trata-se de um sentimento generalizado. Em todos os setores industriais, a expressiva maioria dos entrevistados acredita no aumento das vendas internas.

O Estado de S.Paulo, Editorial, 30/3/2010 (com adaptações).

214-)(ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-PE/2010) Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

O emprego do acento grave indicativo de crase em “refere-se às” justifica-se pela regência do verbo referir, que exige complemento com a preposição a, e pela presença do artigo definido feminino plural.

“Um deles refere-se às exportações.” O verbo “referir-se” pede preposição, pois quem “se refere”, “refere-se” a algo ou a alguém. Portanto, a explicação contida no enunciado da questão está correta.

RESPOSTA: “CERTO”.

215-)(ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-PE/2010) O nome próprio “Renato da Fonseca” está entre vírgulas por tratar-se de um vocativo.

Recorramos ao texto (lembre-se de fazer a mesma coisa no dia do seu concurso!): (...) diz o gerente executivo de pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, para explicar a melhora das expectativas. O termo em destaque não está exercendo a função de vocativo, já que não é utilizado para evocar, chamar o interlocutor do diálogo. Sua função é de aposto – explicar quem é o gerente executivo da CNI.

RESPOSTA: “ERRADO”.

216-)(ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-PE/2010)

Só agora, quase cinco meses depois do apagão que atingiu pelo menos 1.800 cidades em 18 estados do país, surge uma explicação oficial satisfatória para o corte abrupto e generalizado de energia no final de 2009.

Segundo relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a responsabilidade recai sobre a empresa estatal Furnas, cujas linhas de transmissão cruzam os mais de 900 km que separam Itaipu de São Paulo.

Equipamentos obsoletos, falta de manutenção e de investimentos e também erros operacionais conspiraram para produzir a mais séria falha do sistema de geração e distribuição de energia do país desde o traumático racionamento de 2001.

Folha de S.Paulo, Editorial, 30/3/2010 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima apresentado, julgue os próximos itens.

A oração “que atingiu pelo menos 1.800 cidades em 18 estados do país” tem, nesse contexto, valor restritivo.

Voltemos ao texto: “depois do apagão que atingiu pelo menos 1.800 cidades”. O “que” pode ser substituído por “o qual”, portanto, trata-se de um pronome relativo (oração subordinada adjetiva). Quando há presença de vírgula, temos uma adjetiva explicativa (generaliza a informação da oração principal. A construção seria: “do apagão, que atingiu pelo menos 1800 cidades em 18 estados do país”); quando não há, temos uma adjetiva restritiva (restringe, delimita a informação – como no caso do exercício).

RESPOSTA: “CERTO”.

217-) (ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2010) O emprego de vírgula logo após “obsoletos” justifica-se por isolar expressão com função adverbial.

Texto: Equipamentos obsoletos, falta de manutenção e de investimentos e também erros operacionais (...) = a vírgula tem a função de enumerar exemplos, justificativas para a ocorrência do apagão.

RESPOSTA: “ERRADO”.

218-) (ANTT – TODOS OS CARGOS – NÍVEL INTERMEDIÁRIO – CESPE/2013)

Muitos são contra a privatização de rodovias e a cobrança de pedágio. Realmente, pode-se dizer que é pagar impostos duas vezes; no entanto, no Brasil, grande parte das rodovias que não são privatizadas não possui boas condições de tráfego. Ou seja, pagamos apenas uma vez, mas não temos rodovias de qualidade. O governo federal e os governos estaduais nem sempre têm condições de manter as rodovias em perfeitas condições. A privatização surge como alternativa para resolver esse problema. Com o auxílio da iniciativa privada, o governo consegue fazer muito mais em pouco tempo.

Internet: <<http://administracaoesuccesso.com/>> (com adaptações).

A forma verbal “têm” está no plural porque concorda com “O governo federal e os governos estaduais”, que é sujeito composto.

Vamos ao nosso aliado! O governo federal e os governos estaduais nem sempre têm condições. Os termos relacionam-se (sujeito composto por dois núcleos: governo federal, governos estaduais). Justificativa correta.

RESPOSTA: “CERTO”.

219-) (PORTO DE SANTOS/SP – PROJETISTA – VUNESP/2011) Assinale a alternativa em que a pontuação está correta.

- (A) A esmola conforme se sabe, nunca foi a solução.
- (B) A esmola, conforme se sabe, nunca foi, a solução.
- (C) A esmola conforme, se sabe, nunca foi a solução.
- (D) A esmola, conforme se sabe nunca foi, a solução.
- (E) A esmola, conforme se sabe, nunca foi a solução.

Como os itens apresentam o mesmo texto, não indiquei as inadequações nos demais, já que a alternativa correta acaba identificando-as.

RESPOSTA: “E”.

220-) (PORTO DE SANTOS/SP – PROJETISTA – VUNESP/2011) Assinale a alternativa em que o acento indicador da crase está corretamente empregado.

- (A) Eles não conheciam à artimanha daquele pedinte.
- (B) De outubro à dezembro, ele conseguiu muito dinheiro.
- (C) Ele se dizia preso à cadeira de rodas há 10 anos.
- (D) Vários mendigos estão nas ruas de segunda à domingo.
- (E) Há mulheres que usam à criança para causar piedade.

(A) Eles não conheciam à artimanha = a artimanha (objeto direto)

(B) De outubro à dezembro, ele conseguiu muito dinheiro. = outubro a dezembro

(C) Ele se dizia preso à cadeira de rodas há 10 anos.

(D) Vários mendigos estão nas ruas de segunda à domingo. = segunda a domingo

(E) Há mulheres que usam à criança para causar piedade. = a criança (objeto direto)

RESPOSTA: “C”.

221-) (PORTO DE SANTOS/SP – PROJETISTA – VUNESP/2011) Considere as frases:

- I. O mendigo não interessou-se pelo trabalho.
 - II. Ele é o mesmo senhor que nos pediu dinheiro ontem.
 - III. Me informaram que a idosa não era tão pobre.
- A colocação pronominal está de acordo com a norma culta apenas em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

I. O mendigo não interessou-se = não se interessou (advérbio)

II. Ele é o mesmo senhor que nos pediu dinheiro ontem. = (pronome)

III. Me informaram que a idosa não era tão pobre. = Informaram-me (início de período)

RESPOSTA: "B".

222-) (PORTO DE SANTOS/SP – PROJETISTA – VUNESP/2011) *Nós não estamos _____ desconfiar _____ pessoas que pedem ajuda.*

- (A) habituado ... por ... em
- (B) habituados ... a ... de
- (C) habituados ... em ... com
- (D) habituado ... com ... de
- (E) habituado ... a ... por

"Habituaados a" = regência nominal / "desconfiar de" = regência verbal.

RESPOSTA: "B".

223-) (POLÍCIA CIVIL/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Assinale a alternativa em que a reescrita da frase – *Os bons mecânicos sabiam lidar com máquinas e construir toda espécie de engenhoca.* – está correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Toda espécie de engenhoca eram construídas por bons mecânicos, os quais sabia lidar com máquinas.
- (B) Toda espécie de engenhoca era construída por bons mecânicos, os quais sabia lidar com máquinas.
- (C) Toda espécie de engenhoca eram construída por bons mecânicos, os quais sabiam lidar com máquinas.
- (D) Toda espécie de engenhoca era construídas por bons mecânicos, os quais sabia lidar com máquinas.
- (E) Toda espécie de engenhoca era construída por bons mecânicos, os quais sabiam lidar com máquinas.

Fiz as correções entre parênteses:

(A) Toda espécie de engenhoca eram (era) construídas (construída) por bons mecânicos, os quais sabia (sabiam) lidar com máquinas.

(B) Toda espécie de engenhoca era construída por bons mecânicos, os quais sabia (sabiam) lidar com máquinas.

(C) Toda espécie de engenhoca eram (era) construída por bons mecânicos, os quais sabiam lidar com máquinas.

(D) Toda espécie de engenhoca era construídas (construída) por bons mecânicos, os quais sabia (sabiam) lidar com máquinas.

(E) Toda espécie de engenhoca era construída por bons mecânicos, os quais sabiam lidar com máquinas.

RESPOSTA: "E".

224-) (POLÍCIA CIVIL/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Considerando as regras de concordância verbal, o termo em destaque na frase – *Segundo alguns historiadores, houve dois sacolejões maiores na história da humanidade.* – pode ser corretamente substituído por:

- (A) ocorreram.
- (B) sucedeu-se.
- (C) existiu.
- (D) houveram.
- (E) aconteceu.

Vamos por exclusão! Se substituíssemos "houve" por "existir", esse deve ir para o plural, já que temos "dois sacolejões" e é com ele que o verbo concordará (sujeito). O mesmo aconteceria com os verbos: "sucede" (sucederam-se) e "aconteceu" (aconteceram). "Houveram" é incorreta, já que no sentido de "existir" ele é invariável ("houve", como no enunciado).

RESPOSTA: "A".

225-) (POLÍCIA CIVIL/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Assinale a alternativa correta quanto à concordância das palavras, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Parece haver um descontentamento generalizado dos empresário em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recentes pesquisas.

(B) Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recente pesquisas.

(C) Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recentes pesquisas.

(D) Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formado, conforme a constatação de recentes pesquisas.

(E) Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recentes pesquisa.

Já que os itens apresentam o mesmo texto, ao indicar a alternativa correta, automaticamente encontramos as incorreções presentes nas demais.

RESPOSTA: "C".

226-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP – AGENTE OPERACIONAL – VUNESP/2012 - ADAPTA-DA) Assinale a alternativa que apresenta o trecho – ... *o doutorando enviou seu estudo para a Sociedade Britânica de Psicologia para apreciação e não esperava que houvesse tanta publicidade.* – reescrito de acordo com a norma-padrão, com indicação de ação a se realizar e correta correlação verbal.

(A) ... o doutorando enviaria seu estudo para a Sociedade Britânica de Psicologia para apreciação e não esperava que haveria tanta publicidade.

(B) ... o doutorando envia seu estudo para a Sociedade Britânica de Psicologia para apreciação e não esperará que houvesse tanta publicidade.

(C) ... o doutorando enviara seu estudo para a Sociedade Britânica de Psicologia para apreciação e não esperara que haverá tanta publicidade.

(D) ... o doutorando enviará seu estudo para a Sociedade Britânica de Psicologia para apreciação e não esperará que haja tanta publicidade.

O exercício quer que conjuguemos o verbo no futuro do presente (ação a se realizar). Como o enunciado é específico (quer determinado tempo verbal), não fiz as correções nas demais alternativas, pois, em um concurso, perderíamos tempo consertando os itens que não nos interessam. Vamos à construção: o doutorando enviou (enviará) seu estudo para a Sociedade Britânica de Psicologia para apreciação e não esperava (esperará) que houvesse (haja) tanta publicidade. = enviará / esperará / haja.

RESPOSTA: "D".

227-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP - AGENTE OPERACIONAL – VUNESP/2012) Leia as orações a seguir.

I. É proibido o uso de aparelhos celulares em postos de gasolina.

II. Bastantes pessoas fazem uso diário de telefones móveis em nossa sociedade.

III. Os vigias de banco estão sempre alerta para evitar o uso de celulares em agências.

A concordância nominal está correta em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

I. É proibido o uso de aparelhos celulares em postos de gasolina.

II. Bastantes pessoas fazem uso diário de telefones móveis em nossa sociedade.

III. Os vigias de banco estão sempre alerta para evitar o uso de celulares em agências.

*Observação:

Na sua origem italiana, 'alerta' é interjeição (Alerta!) que passa a ser também advérbio em português. Portanto, como todo advérbio, é palavra invariável, ou seja, não tem singular nem plural, nem flexiona no feminino. Assim consta nos dicionários de Cândido Figueiredo (1949), Antenor Nascentes e Francisco Fernandes, e nas gramáticas de Evanildo Bechara e Luiz Antonio Sacconi. Estes autores não mencionam 'alerta' como adjetivo e exemplificam: Estejamos alerta / São pessoas alerta.

(Fonte: <http://www.vestibulandoweb.com.br/portugues/portugues-lerta.asp>)

RESPOSTA: "D".

228-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP - AGENTE OPERACIONAL – VUNESP/2012) Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão da língua.

(A) Compareceu, segundo a Worcester News e o TG Daily, cerca de 100 pessoas para a pesquisa.

(B) Somos nós que conduzimos a pesquisa na Universidade de Worcester.

(C) Haviām muitas pesquisas paradas antes da chegada de Richard Balding.

(D) Fazem vinte anos que não chegam a resultado conclusivo sobre o uso de celulares.

(A) Compareceu (compareceram), segundo a Worcester News e o TG Daily, cerca de 100 pessoas para a pesquisa.

(B) Somos nós que conduzimos a pesquisa na Universidade de Worcester.

(C) Haviām (havia) muitas pesquisas paradas antes da chegada de Richard Balding.

(D) Fazem (faz) vinte anos que não chegam a resultado conclusivo sobre o uso de celulares.

RESPOSTA: "B".

229-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP - AGENTE OPERACIONAL – VUNESP/2012 - adaptada) Assinale a alternativa que apresenta o termo em destaque no trecho – Se tão contrário a si é o mesmo amor? – com a mesma função que aparece no poema.

(A) Vendem-se casas.

(B) Ela se arrependeu do que fez.

(C) Você sairá só se for possível.

(D) Vá-se para bem longe de seus inimigos.

Se tão contrário a si é o mesmo amor? = conjunção condicional

(A) Vendem-se casas.= pronome apassivador (casa são vendas)

(B) Ela se arrependeu do que fez.= pronome reflexivo

(C) Você sairá só se for possível. = conjunção condicional

(D) Vá-se para bem longe de seus inimigos. = partícula de realce

*Observação:

partícula de realce - o SE servirá neste caso para realçar aquilo que está sendo dito, e portanto poderá ser retirado da frase sem prejudicar a sua estrutura sintática e coesão.

(fonte: <http://www.infoescola.com/portugues/funcoes-do-se/>)

RESPOSTA: "C".

230-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP - AGENTE OPERACIONAL – VUNESP/2012) Leia as orações a seguir.

I. Me diga se há amor nas ações humanas.

II. Perdoei-lhe, mas não quero vê-la.

III. Não procure-me amanhã.

A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão apenas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.

I. Me diga se há amor nas ações humanas. = Diga-me (início de período)

II. Perdoei-lhe, mas não quero vê-la.

III. Não procure-me amanhã. = não me procure

RESPOSTA: "B".

231-) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/ SP - AGENTE OPERACIONAL – VUNESP/2012) O uso do acento indicativo da ocorrência de crase está de acordo com a norma-padrão em:

(A) Naquele curso, os alunos assistem às aulas pela internet e começaram a estudar poesia.

(B) Enviaremos a editora e à vossa senhoria os poemas reunidos para análise.

(C) O escritor não dá ouvidos à reclamações que não tratem de seus textos.

(D) No que se refere à esquema da métrica, os poetas clássicos são mais cuidadosos.

Fiz as correções entre parênteses:

(A) Naquele curso, os alunos assistem às aulas pela internet e começaram a estudar poesia.

(B) Enviaremos a (à) editora e à (a) vossa senhoria os poemas reunidos para análise.

(C) O escritor não dá ouvidos à (a) reclamações que não tratem de seus textos.

(D) No que se refere à (a) esquema da métrica, os poetas clássicos são mais cuidadosos.

RESPOSTA: "A".

232-) (INFRAERO – ENGENHEIRO SANITARISTA – FCC/2011) As normas de concordância verbal estão plenamente contempladas na frase:

(A) Sempre poderá ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.

(B) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam efeitos decisivos para a trama.

(C) Reservam-se a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.

(D) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.

(E) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.

Fiz as correções entre parênteses:

(A) Sempre poderá (poderão) ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.

(B) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam (acarreta) efeitos decisivos para a trama.

(C) Reservam-se (reserva-se) a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.

(D) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem (exerce) papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.

(E) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.

RESPOSTA: "E".

233-) (INFRAERO – ENGENHEIRO SANITARISTA – FCC/2011) Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:

(A) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes, de pequenas providências que, tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.

(B) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes, de pequenas providências que tomadas por figurantes, aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.

(C) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela dependem muitas vezes de pequenas providências, que, tomadas por figurantes aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.

(D) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.

(E) Os personagens principais de uma história, responsáveis, pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes, aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.

Como os itens apresentam o mesmo texto, a indicação da alternativa correta aponta quais são as incorreções nas demais.

RESPOSTA: "A".

234-) (INFRAERO – ENGENHEIRO SANITARISTA – FCC/2011) Transpondo-se para a voz passiva a frase *Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista*, a forma verbal obtida será:

- (A) pode ser obscurecido.
- (B) obscurecerá.
- (C) pode ter obscurecido.
- (D) pode ser obscurecida.
- (E) será obscurecida.

Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista.

Se na voz ativa temos um verbo, na passiva teremos dois; se na ativa temos dois, na passiva teremos três. Então: A atuação de um protagonista pode ser obscurecida por um figurante.

RESPOSTA: "D".

235-) (INFRAERO – ENGENHEIRO SANITARISTA – FCC/2011) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher adequadamente a lacuna da seguinte frase:

(A) Aos esforços de cada um dos indivíduos (competir), muitas vezes, promover as conquistas de um grupo.

(B) Não (cumprir) aos membros de um grupo culpar-se individualmente pelo fracasso de um trabalho.

(C) Sim, a união faz a força, mas a cada um dos indivíduos do grupo (caber) também contar com suas próprias forças.

(D) Não se imagine que das renúncias pessoais dos indivíduos (depende) o sucesso de um grupo.

(E) Os ganhos que se (obter) com o trabalho de um grupo traduzem o comprometimento de cada indivíduo.

(A) Aos esforços de cada um dos indivíduos (competir), muitas vezes, promover as conquistas de um grupo. = permanece no singular

(B) Não (cumprir) aos membros de um grupo culpar-se individualmente pelo fracasso de um trabalho. = permanece no singular

(C) Sim, a união faz a força, mas a cada um dos indivíduos do grupo (caber) também contar com suas próprias forças. = permanece no singular

(D) Não se imagine que das renúncias pessoais dos indivíduos (depende) o sucesso de um grupo. = permanece no singular

(E) Os ganhos que se (obter) com o trabalho de um grupo traduzem o comprometimento de cada indivíduo. = vai para o plural: obtêm

RESPOSTA: "E".

236-) (INFRAERO – ENGENHEIRO SANITARISTA – FCC/2011) Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

(A) Não imaginou que prejudicaria o grupo se atender a uma necessidade que fosse inteiramente sua.

(B) Caso a partida de vôlei terminasse naquele instante, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano estará prejudicado.

(C) A menos que se promova alguma mudança na condução deste trabalho, nosso grupo estaria fadado a fracassar.

(D) Ainda que surgissem dificuldades maiores do que as que o nosso grupo enfrentou, elas haveriam de ser transpostas.

(E) Nenhum de nós teria enfrentado tantos dissabores pessoais, caso os líderes do grupo houvessem demonstrado maior generosidade.

(A) Não imaginou que prejudicaria o grupo se atender (atendesse) a uma necessidade que fosse inteiramente sua.

(B) Caso a partida de vôlei terminasse naquele instante, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano estará (estaria) prejudicado.

(C) A menos que se promova alguma mudança na condução deste trabalho, nosso grupo estaria (estará) fadado a fracassar.

(D) Ainda que surgissem dificuldades maiores do que as que o nosso grupo enfrentou, elas haveriam de ser transpostas.

(E) Nenhum de nós teria enfrentado tantos dissabores pessoais, caso os líderes do grupo houvessem (houvessem) demonstrado maior generosidade.

RESPOSTA: "D".

237-) (PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA INGLESA – VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Existe, hoje, tablets, lousas interativas e aplicativos desenvolvidos especialmente para a educação.

(B) Foi incorporado, à educação atual, alguns valores e expectativas da sociedade do conhecimento.

(C) Com o passar dos anos, devem haver cada vez mais computadores portáteis nas escolas brasileiras.

(D) O número de alunos que declaram ter aprendido a usar o computador e/ou a internet sozinhos aumenta a cada dia.

(E) De acordo com a pesquisa, 44% dos alunos do ensino público e 54% do ensino privado dispõe de internet em seus celulares.

(A) Existe (existem), hoje, tablets, lousas interativas e aplicativos desenvolvidos especialmente para a educação.

(B) Foi (foram) incorporado (incorporados), à educação atual, alguns valores e expectativas da sociedade do conhecimento.

(C) Com o passar dos anos, devem (deve) haver cada vez mais computadores portáteis nas escolas brasileiras.

(D) O número de alunos que declaram ter aprendido a usar o computador e/ou a internet sozinhos aumenta a cada dia.

(E) De acordo com a pesquisa, 44% dos alunos do ensino público e 54% do ensino privado dispõe (dispõem) de internet em seus celulares.

RESPOSTA: "D".

238-)(PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ/SP – PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – LÍNGUA PORTUGUESA/LÍNGUA INGLESA – VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

(A) O amplo acesso à tecnologia parece ter se tornado imprescindível no contexto atual da educação.

(B) Muitas mudanças deverão ocorrer para que a escola esteja adaptada à esta nova era da comunicação digital.

(C) Atualmente, os professores estão mais capacitados à aplicar as ferramentas da informática em sala de aula.

(D) Não basta ter computadores modernos, é preciso saber conduzir o aluno à uma abordagem crítica dos conteúdos acessados.

(E) Os professores devem adaptar-se à novos aplicativos desenvolvidos especialmente para a educação.

(A) O amplo acesso à tecnologia

(B) Muitas mudanças deverão ocorrer para que a escola esteja adaptada à (a) esta nova era da comunicação digital.

(C) Atualmente, os professores estão mais capacitados à (a) aplicar as ferramentas da informática em sala de aula.

(D) Não basta ter computadores modernos, é preciso saber conduzir o aluno à (a) uma abordagem crítica dos conteúdos acessados.

(E) Os professores devem adaptar-se à (a) novos aplicativos desenvolvidos especialmente para a educação.

RESPOSTA: "A".

239-)(ANTT – TODOS OS CARGOS – NÍVEL INTERMEDIÁRIO – CESPE/2013) Em "a privatização" e em "a cobrança", o emprego do sinal indicativo de crase é opcional.

Muitos são contra a privatização de rodovias e a cobrança de pedágio. A regência nominal de "contra" pede artigo, não preposição: contra quem? Contra o quê? A crase não é opcional, é proibida!

RESPOSTA: "ERRADO".

240-)(BACEN – TÉCNICO DO BANCO CENTRAL – CESGRANRIO/2010) As palavras que se acentuam pelas mesmas regras de "conferência", "razoável", "países" e "será", respectivamente, são

a) trajetória, inútil, café e baú.

b) exercício, balaústre, níveis e sofá.

c) necessário, túnel, infindáveis e só.

d) médio, nível, raízes e você.

e) éter, hífen, propôs e saída.

Vamos classificar as palavras do enunciado:

1-) Conferência = paroxítona terminada em ditongo

2-) razoável = paroxítona terminada em "l"

3-) países = regra do hiato

4-) será = oxítona terminada em "a"

a) trajetória, inútil, café e baú.

Trajétoria = paroxítona terminada em ditongo; inútil = paroxítona terminada em "l"; café = oxítona terminada em "e"

b) exercício, balaústre, níveis e sofá.

Exercício = paroxítona terminada em ditongo; balaústre = regra do hiato; níveis = paroxítona terminada em "i + s"; sofá = oxítona terminada em "a".

c) necessário, túnel, infindáveis e só.

Necessário = paroxítona terminada em ditongo; túnel = paroxítona terminada em "l"; infindáveis = paroxítona terminada em "i + s"; só = monossílabo terminada em "o".

d) médio, nível, raízes e você.

Médio = paroxítona terminada em ditongo; nível = paroxítona terminada em "l"; raízes = regra do hiato; será = oxítona terminada em "a".

e) éter, hífen, propôs e saída.

Éter = paroxítona terminada em "r"; hífen = paroxítona terminada em "n"; propôs = oxítona terminada em "o + s"; saída = regra do hiato.

RESPOSTA: "D".

241-)(BACEN – TÉCNICO DO BANCO CENTRAL – CESGRANRIO/2010) Leia as frases abaixo

A Inglaterra aprovou uma lei pela qual o país terá de cortar em 80% ____ suas emissões de carbono.

O fato de as cifras virem ____ tona antes da conferência é outro sinal alentador. Esse cipoal de números torna complexa ____ discussão em Copenhague, mas não a inviabiliza. O Presidente Barack Obama anunciou que vai ____ Copenhague e que se compromete com um corte de 17% até 2020.

As palavras que, na sequência, preenchem as lacunas acima corretamente são

a) as - à - a - a.

b) às - à - a - a.

c) às - a - à - à.

d) as - a - a - à.

e) as - a - a - a.

A Inglaterra aprovou uma lei pela qual o país terá de cortar em 80% as suas emissões (objeto direto, sem preposição) de carbono.

O fato de as cifras virem à tona (locução adverbial de lugar) antes da conferência é outro sinal alentador. Esse cipoal de números torna complexa a discussão (objeto direto) em Copenhague, mas não a inviabiliza. O Presidente Barack Obama anunciou que vai a Copenhague (use a reginha do "vou a, volto de, crase pra quê? Vou a Copenhague, volto de Copenhague) e que se compromete com um corte de 17% até 2020.

RESPOSTA: "A".

242-)(GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON – ADVOGADO – CEPERJ/2012) As palavras "consumismo" e "consumista" são exemplos do seguinte tipo de derivação:

- A) prefixal
- B) sufixal
- C) regressiva
- D) parassintética
- E) reduplicativa

Ambas as palavras derivam de "consumo", acrescentando-se o sufixo "ismo" e "ista", respectivamente. Portanto: derivação sufixal.

*Observação: Reduplicativa = a reduplicação da parte inicial do lexema. Ex.: papá, mamã (linguagem infantil); Lulu, Zezé (denotação de carinho em nomes de parentesco) (fonte: <http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero1/02.htm>)

RESPOSTA: B

243-) (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON – ADVOGADO – CEPERJ/2012) "todos que são impactados pelas mídias de massa"

O fragmento transcrito acima apresenta uma construção na voz passiva do verbo. Outro exemplo de voz passiva encontra-se em:

- A) "As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família"
- B) "A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil"
- C) "evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo."
- D) "Elas são assediadas pelo mercado"
- E) "valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética"

A) "As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família" = voz ativa

B) "A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil" = ativa (verbo de ligação); não dá para passar para a passiva

C) "evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo." = ativa

D) "Elas são assediadas pelo mercado" = voz passiva

E) "valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética" = ativa (verbo de ligação); não dá para passar para a passiva

RESPOSTA: "D".

244-) (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON – ADVOGADO – CEPERJ/2012 - ADAPTADA) Quanto à colocação pronominal, um fragmento que exemplifica um caso de próclise obrigatória, de acordo com a norma culta da língua, está em:

- A) "Hoje, todos são estimulados a consumir de modo inconsequente."
- B) "todos voltam os olhares para a infância"
- C) "a publicidade não se dirige às crianças"
- D) "esse mercado movimentou cerca de R\$ 39 bilhões"
- E) "Elas sentem-se mais atraídas por produtos e serviços"

A alternativa que apresenta uma obrigatoriedade do uso da próclise é a "C", devido à presença do advérbio "não".

RESPOSTA: "C".

245-) (METRÔ/SP – ADVOGADO TRAINEE – FCC/2010) Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

(A) Por vezes não se compreendem, mesmo expressões como as do texto, porque os símbolos, não deixam de ser enigmáticos, quando não obscuros.

(B) Por vezes, não se compreendem mesmo expressões, como as do texto, porque os símbolos não deixam de ser, enigmáticos, quando não obscuros.

(C) Por vezes não se compreendem mesmo, expressões como as do texto porque, os símbolos, não deixam de ser enigmáticos, quando não, obscuros.

(D) Por vezes não se compreendem, mesmo expressões como as do texto porque os símbolos não deixam de ser, enigmáticos, quando não obscuros.

(E) Por vezes, não se compreendem, mesmo, expressões como as do texto, porque os símbolos não deixam de ser enigmáticos, quando não, obscuros.

Visto que os itens apresentam texto igual, não identifiquei as incorreções nas demais alternativas, pois a correta já realiza tal função!

RESPOSTA: "E".

246-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) ... justamente onde funcionavam as principais repartições públicas da Colônia.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

(A) O tráfico negreiro, por si só, era um dos setores mais dinâmicos da economia.

(B) O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831 ...

(C) Os historiadores estimam ...

(D) ... a prefeitura pôs em execução uma ampla reforma da decadente zona portuária.

(E) ... os burocratas começaram a ficar perturbados

...

Funcionavam = pretérito imperfeito do Indicativo

(A) O tráfico negreiro, por si só, era = pretérito imperfeito do Indicativo

(B) O Valongo deixou = pretérito perfeito do Indicativo

(C) Os historiadores estimam ... = presente do Indicativo

(D) ... a prefeitura pôs = pretérito perfeito do Indicativo

(E) ... os burocratas começaram = pretérito mais-que-perfeito do Indicativo

RESPOSTA: "A".

247-) (METRÔ/SP – ADVOGADO TRAINEE – FCC/2010) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher corretamente a lacuna da frase:

(A) A lista de itens que representam os objetivos do BNDES (dizer) respeito ao apoio aos projetos de transporte urbano.

(B) Caso não se (levar) em conta os objetivos do BNDES, nenhum projeto de transporte urbano contará com o apoio desse órgão.

(C) Não (faltar) a essa relação de objetivos, como é óbvio, os que se apresentam intimamente associados à preservação do meio ambiente.

(D) A cada objetivo (corresponder), é claro, medidas específicas de gerenciamento e fiscalização das iniciativas a serem tomadas.

(E) No caso de (ocorrer) quaisquer irregularidades na implementação de um projeto, o apoio do BNDES estará suspenso, até que tudo se apure.

(A) A lista de itens que representam os objetivos do BNDES (dizer) = diz

(B) Caso não se (levar) em conta os objetivos do BNDES, = levem

(C) Não (faltar) a essa relação de objetivos, como é óbvio, os que se apresentam intimamente associados à preservação do meio ambiente. = faltam

(D) A cada objetivo (corresponder), é claro, medidas específicas de gerenciamento e fiscalização das iniciativas a serem tomadas. = correspondem

(E) No caso de (ocorrer) quaisquer irregularidades na implementação de um projeto, o apoio do BNDES estará suspenso, até que tudo se apure. = ocorrerem

RESPOSTA: "A".

248-) (BACEN – TÉCNICO DO BANCO CENTRAL – CESGRANRIO/2010)

A imprensa internacional foi convidada para assistir os debates em Copenhague.

De acordo com a norma escrita padrão da língua, na frase acima há um DESVIO de

- a) regência nominal.
- b) regência verbal.
- c) concordância nominal.
- d) concordância verbal.
- e) pontuação.

A imprensa internacional foi convidada para assistir os debates em Copenhague. O verbo "assistir", no contexto, foi utilizado com o sentido de "presenciar", não o de "ajudar", portanto, verbo transitivo indireto (sua regência pede preposição): "foi convidada para assistir aos debates".

RESPOSTA: "B".

249-) (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Que forma verbal está empregada no mesmo tempo e modo que pudemos?

- a) Forem
- b) Cresceu
- c) Será
- d) Deixem
- e) Indicam

Pudemos = pretérito perfeito do Indicativo

a) Forem = futuro do Subjuntivo

b) Cresceu = pretérito perfeito do Indicativo

c) Será = futuro do presente do Indicativo

d) Deixem = presente do Subjuntivo (e Imperativo Afirmativo)

e) Indicam = presente do Indicativo

RESPOSTA: "B".

250-) (BNDES – TÉCNICO DE ARQUIVO – CESGRANRIO/2011) Há omissão do sinal indicativo da crase em:

a) Os vizinhos tomaram providências a respeito dos latidos.

b) O autor se refere a dupla de artistas como adoráveis.

c) Agradei a ele pelo magnífico presente.

d) Os cães continuaram a latir sem parar.

e) Ela visita a avó todos os domingos.

Fiz as indicações entre parênteses:

a) Os vizinhos tomaram providências a respeito (palavra masculina) dos latidos.

b) O autor se refere a dupla (refere-se a quê? a quem? verbo pede preposição = à dupla) de artistas como adoráveis.

c) Agradei a ele (pronome pessoal) pelo magnífico presente.

d) Os cães continuaram a latir (verbo no infinitivo) sem parar.

e) Ela visita a avó (objeto direto) todos os domingos.

RESPOSTA: "B".

251-) (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG – ASSISTENTE LEGISLATIVO – FUMARC/2012) Em "Quando vendedores como vocês o assediavam, ele respondeu: *Estou apenas observando quanta coisa existe de que não preciso para ser feliz.*", o é

- a) artigo definido.
- b) artigo indefinido.
- c) pronome demonstrativo.
- d) pronome pessoal do caso oblíquo.

O "o" é artigo definido em uma análise morfológica, mas o enunciado pede dentro de um contexto ("Em"), então analisaremos sintaticamente. Para que entendamos, façamos a transformação: "como vocês assediavam 'ele'". Assediavam quem? Ele = objeto direto (pronome pessoal do caso oblíquo). *Dica: pronome oBlíquo funciona como oBjeito da oração; o reto, como sujeito.

RESPOSTA: "D".

252-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) ... das varandas pendiam colchas, toalhas bordadas e outros adereços.

O segmento grifado exerce na frase acima a função de

- (A) sujeito.
- (B) objeto direto.
- (C) objeto indireto.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) adjunto adnominal.

A oração está na ordem inversa: o sujeito está no final; é das colchas, toalhas bordadas e outros adereços que o "verbo está falando", ou seja, os termos grifados são o sujeito da oração.

RESPOSTA: 'A'.

253-) (DPE/SP – AGENTE DE DEFENSORIA – ASSISTENTE SOCIAL – FCC/2010) A pontuação está inteiramente correta em:

(A) Quando prefeito de Palmeira dos Índios Graciliano, nem todos o sabem, escreveu a propósito de sua gestão, um relatório que se tornou memorável.

(B) O autor do texto, até onde se pode avaliar não investe contra a linguagem técnica se esta é produtiva, mas contra excessos que a tornam ineficaz.

(C) Ao caracterizar várias linguagens, correspondentes a vários ofícios, o autor não deixou de se valer da ironia, essa arma habitual dos céticos.

(D) A ética rigorosa que Graciliano revela na escritura dos romances, está também nesse relatório de prefeito muito autocrítico e enxuto.

(E) A retórica entendida como arte do discurso, pode ser eficaz ou inútil, dependendo dos propósitos e do talento, de quem a manipula.

Fiz a marcação (X) onde deve haver uma pontuação (ou exclusão):

(A) Quando prefeito de Palmeira dos Índios (X) Graciliano, nem todos o sabem, escreveu (X) a propósito de sua gestão, um relatório que se tornou memorável.

(B) O autor do texto, até onde se pode avaliar (X) não investe contra a linguagem técnica se esta é produtiva, mas contra excessos que a tornam ineficaz.

(C) Ao caracterizar várias linguagens, correspondentes a vários ofícios, o autor não deixou de se valer da ironia, essa arma habitual dos céticos.

(D) A ética rigorosa que Graciliano revela na escritura dos romances, (X) está também nesse relatório de prefeito (X) muito autocrítico e enxuto.

(E) A retórica entendida como arte do discurso, (X) pode ser eficaz ou inútil, dependendo dos propósitos e do talento, (X) de quem a manipula.

RESPOSTA: 'C'.

254-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) As ruas estavam ocupadas pela multidão...

A forma verbal resultante da transposição da frase acima para a voz ativa é:

- (A) ocupava-se.
- (B) ocupavam.
- (C) ocupou.
- (D) ocupa.
- (E) ocupava.

As ruas estavam ocupadas pela multidão = dois verbos na passiva, um verbo na ativa:

A multidão ocupava as ruas.

RESPOSTA: "E".

256-) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO – AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2010) As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) Há frases que se repete à exaustão e que, exatamente por isso, passam a soar como se constituíssem cada uma delas uma verdade incontestável.

(B) Frases sempre haverão que, à força de se repetirem ao longo do tempo, acabam sendo tomadas como verdades absolutas.

(C) Quando a muitas pessoas interessam dar crédito a frases feitas e lugares-comuns, há o risco de se cristalizar falsos juízos.

(D) O hábito da repetição mecânica de frases feitas e lugares-comuns acabam por nos conduzirem à fixação de muitos preconceitos.

(E) Cabe aos indivíduos mais conscientes combater o chavão e o lugar-comum, para que não se percam de vista os legítimos valores sociais.

(A) Há frases que se repete (repetem) à exaustão e que, exatamente por isso, passam a soar como se constituíssem cada uma delas uma verdade incontestável.

(B) Frases sempre haverão (haverá) que, à força de se repetirem ao longo do tempo, acabam sendo tomadas como verdades absolutas.

(C) Quando a muitas pessoas interessam dar crédito a frases feitas e lugares-comuns, há o risco de se cristalizar (cristalizarem) falsos juízos.

(D) O hábito da repetição mecânica de frases feitas e lugares-comuns acabam (acaba) por nos conduzirem (conduzir) à fixação de muitos preconceitos.

(E) Cabe aos indivíduos mais conscientes combater o chavão e o lugar-comum, para que não se percam de vista os legítimos valores sociais

RESPOSTA: "E".

257-) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO – AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2010) A chancela da representatividade, que legitima os legisladores, não os autoriza em hipótese alguma a duplicar os vícios sociais (...).

Nessa frase, são exemplos de uma mesma função sintática os termos

- (A) os legisladores e os vícios sociais.
- (B) A chancela e os legisladores.
- (C) da representatividade e autoriza.
- (D) em hipótese alguma e da representatividade.
- (E) A chancela e os vícios sociais.

(A) os legisladores e os vícios sociais. = ambos exercem a função de objeto direto

(B) A chancela = sujeito / os legisladores = objeto direto

(C) da representatividade = complemento nominal / autoriza = verbo transitivo direto e indireto

(D) em hipótese alguma = adjunto adverbial / da representatividade = complemento nominal

(E) A chancela = sujeito / os vícios sociais = objeto direto

RESPOSTA: "A".

258-) (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON – AGENTE ADMINISTRATIVO – CEPERJ/2012) De acordo com as regras gramaticais, em alguns casos é obrigatória a próclise, ou seja, a colocação do pronome antes do verbo. Um exemplo de próclise obrigatória, segundo a chamada norma culta da língua, está em:

- A) "Posso lhe dizer"
- B) "Um homem nos recebeu"
- C) "para várias de nós não haveria volta"
- D) "O infortúnio tinha nos unido."
- E) "Mas não se preocupe"

A presença do advérbio "não" exige a próclise.

RESPOSTA: "E".

259-) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO – AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2010) O senso comum vê o tempo apenas como um constante fluir, não distingue o tempo como um fenômeno complexo, nem considera o tempo como uma realidade interior; muitos chegam mesmo a confundir o tempo com os ponteiros de um relógio.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) lhe distingue - lhe considera - confundi-lo
- (B) o distingue - o considera - confundi-lo
- (C) o distingue - o considera - confundir-lhe
- (D) distingue-o - considera-o - lhe confundir
- (E) distingue-o - lhe considera - confundir-lhe

O advérbio "não" atrai o pronome (exigirá próclise): não o distingue. Ficamos, então, com os itens B e C. "Nem" também "atrai": nem o considera. "Confundir" pede objeto direto (confundir quem?): confundi-lo

O distingue / o considera / confundi-lo.

RESPOSTA: "B".

260-) (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG – ASSISTENTE LEGISLATIVO – FUMARC/2012) Os verbos destacados estão flexionados no pretérito imperfeito do indicativo, exceto em

- a) "Mas se não pode comprar, certamente vai se sentir no inferno..."
- b) Outro dia, eu observava o movimento do aeroporto de São Paulo [...]"
- c) "Na Idade Média, as cidades adquiriam status construindo uma catedral [...]"
- d) "[...] mas como a companhia aérea oferecia um outro café, todos comiam vorazmente."

"Mas se não pode comprar, certamente vai se sentir no inferno..." = "se sentirá" - futuro do presente do Indicativo.

RESPOSTA: "A".

261-) (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG – ASSISTENTE LEGISLATIVO – FUMARC/2012) Em "É curioso: a maioria dos shopping centers tem linhas arquitetônicas de catedrais estilizadas [...]", a oração destacada tem a função de

- a) sujeito da 1ª oração.
- b) aposto da 1ª oração.
- c) predicativo da 1ª oração.
- d) objeto direto da 1ª oração.

"É curioso: a maioria dos shopping centers tem linhas arquitetônicas de catedrais estilizadas". A oração destacada pode ser substituída pelo pronome "isso", portanto temos uma oração subordinada substantiva. Se não tivéssemos a presença dos dois-pontos, a classificação seria "subjativa", já que funcionaria como sujeito da oração principal (Isso é curioso). Como temos os dois-pontos, sua função é de "aposto" = apositiva.

RESPOSTA: "B".

262-) (CEMIG-TELECOM – ADVOGADO JÚNIOR – FUMARC/2010) A concordância verbal está CORRETA em:

- a) Durante a entressafra, dadas essas circunstâncias, poderão haver oscilações nos preços dos alimentos.
- b) O consumo indiscriminado desse tipo de medicamentos podem levar a alterações de comportamento.
- c) A publicação de rumores sobre o mau desempenho das empresas preocuparam os acionistas.
- d) Alguns dos engenheiros do setor solicitaram à secretária que os inscrevesse no evento.

Fiz os acertos entre parênteses:

a) Durante a entressafra, dadas essas circunstâncias, poderão (poderá) haver oscilações nos preços dos alimentos. = "haver" no sentido de "existir" é invariável, portanto seu auxiliar também.

b) O consumo indiscriminado desse tipo de medicamentos podem (pode) levar a alterações de comportamento.

c) A publicação de rumores sobre o mau desempenho das empresas preocuparam (preocupou) os acionistas.

d) Alguns dos engenheiros do setor solicitaram à secretária que os inscrevesse no evento.

RESPOSTA: "D".

263-) (COLÉGIO PEDRO II/RJ – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – AOC/2010) "A carga foi desviada e a viatura, com os vigilantes, abandonada em Pirituba, na zona norte de São Paulo."

Pela leitura do fragmento acima, é correto afirmar que, em sua estrutura sintática, houve supressão da expressão

- a) vigilantes.
- b) carga.
- c) viatura.
- d) foi.
- e) desviada.

"A carga foi desviada e a viatura, com os vigilantes, abandonada em Pirituba, na zona norte de São Paulo." Trata-se da figura de linguagem (de construção ou sintaxe) "zeugma", que consiste na omissão de um termo já citado anteriormente (diferente da elipse, que o termo não é citado, mas facilmente identificado). No enunciado temos a narração de que a carga foi desviada e de que a viatura foi abandonada.

RESPOSTA: "D".

264-) (COLÉGIO PEDRO II/RJ – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – AOC/2010) Em "Segundo os pesquisadores, há brechas na fiscalização por parte da PF.", o sujeito é

- (A) inexistente.
- (B) simples.
- (C) composto.
- (D) paciente.
- (E) indeterminado.

"Segundo os pesquisadores, há brechas na fiscalização por parte da PF" = o verbo "haver", no sentido de "existir"/"ocorrer", é impessoal, permanece na terceira pessoa do singular, pois não há sujeito. O termo grifado tem a função de objeto direto.

RESPOSTA: "A".

265-) (COLÉGIO PEDRO II/RJ – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – AOC/2010) Em "Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Sou da Paz.", a expressão destacada é

- (A) adjunto adnominal.
- (B) sujeito paciente.
- (C) objeto indireto.
- (D) complemento nominal.
- (E) agente da passiva.

No enunciado temos uma oração com a voz passiva do verbo. Transformando-a em ativa, teremos: "O Instituto Sou da Paz divulgou dados". Nessa, "Instituto Sou da Paz" funciona como sujeito da oração, ou seja, na passiva sua função é a de agente da passiva. O sujeito paciente é "os dados".

RESPOSTA: "E".

266-) (SABESP/SP – AGENTE DE SANEAMENTO AMBIENTAL 01 – FCC/2014 - ADAPTADA) ... a navegação rio abaixo entre os séculos XVIII e XIX, começava em Araritaguaba...

O verbo conjugado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

- (A) ... o Tietê é um regato.
- (B) ... ou perto delas moram 30 milhões de pessoas...
- (C) O desenvolvimento econômico e demográfico custou caro ao rio.
- (D) O rio Tietê nasce acima dos mil metros de altitude...
- (E) ... e traziam ouro.

"Começava" = pretérito imperfeito do Indicativo

(A) ... o Tietê é um regato. = presente do Indicativo

(B) ... ou perto delas moram 30 milhões de pessoas... = presente do Indicativo

(C) O desenvolvimento econômico e demográfico custou caro ao rio. = pretérito perfeito do Indicativo

(D) O rio Tietê nasce acima dos mil metros de altitude... = presente do Indicativo

(E) ... e traziam ouro. = pretérito imperfeito do Indicativo

RESPOSTA: "E".

267-) (SABESP/SP – AGENTE DE SANEAMENTO AMBIENTAL 01 – FCC/2014) Até o século passado, as margens e várzeas do Tietê pela população, das enchentes e do risco de doenças que depois delas.

Os espaços da frase acima estarão corretamente preenchidos, na ordem dada, por:

- (A) eram evitadas – temerosa – apareciam
- (B) era evitadas – temerosa – aparecia
- (C) era evitado – temerosas – apareciam
- (D) era evitada – temeroso – aparecia
- (E) eram evitadas – temeroso – aparecia

Destaquei os termos que se relacionam:

Até o século passado, as margens e várzeas do Tietê eram evitadas pela **população**, **temerosa** das enchentes e do risco de DOENÇAS que APARECIAM depois delas.

Eram evitadas / temerosa / apareciam.

RESPOSTA: "A".

268-)(SABESP/SP-AGENTE DE SANITAMENTO AMBIENTAL 01 – FCC/2014 - adaptada) O segmento grifado está corretamente substituído pelo pronome correspondente em:

(A) Sem precisar atravessar a cidade = atravessar-lhe

(B) Eles serviriam para receber a enorme quantidade de lixo = recebê-lo

(C) Um grupo de pesquisadores da USP tem um projeto = tem-os

(D) O primeiro envolve a construção de uma série de portos = envolve-lhe

(E) O Hidroanel Metropolitano pretende resolver o problema em São Paulo = resolvê-lo

(A) atravessar a cidade = atravessar-lhe (atravessá-la)
(B) receber a enorme quantidade de lixo = recebê-lo (recebê-la)

(C) tem um projeto = tem-os (tem-no)

(D) envolve a construção de uma série de portos = envolve-lhe (envolve-a)

(E) O Hidroanel Metropolitano pretende resolver o problema em São Paulo = resolvê-lo

RESPOSTA: "E".

(MPE/AM – AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013 - ADAPTADA) Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 269 a 271.

O rio

Ser como o rio que deflui

Silencioso dentro da noite.

Não temer as trevas da noite.

Se há estrelas nos céus, refleti-las.

E se os céus se pejam de nuvens,

Como o rio as nuvens são água,

Refleti-las também sem mágoa

Nas profundidades tranquilas.

(Manuel Bandeira. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro. Nova Aguilar: 1993. p. 285)

269-)(MPE/AM-AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) O poeta

(A) considera a participação dos seres humanos na natureza, por estarem submetidos a uma série ininterrupta de acontecimentos rotineiros.

(B) se volta para o necessário respeito aos elementos da natureza, como garantia de uma vida tranquila, sem sobressaltos inesperados.

(C) demonstra desencanto em relação aos problemas cotidianos, por sua habitual ocorrência a exemplo da natureza, sem qualquer solução possível.

(D) alude à fatalidade do destino humano sujeito a contínuas alterações, semelhantes às impostas pela natureza a um rio, que flui incessantemente.

(E) propõe adaptação às circunstâncias da vida, sejam elas favoráveis ou não, as quais devem ser analisadas e, principalmente, aceitas.

Com palavras do texto podemos responder à questão: Ser como o rio ... Não temer as trevas da noite ... Refleti-las também sem mágoa.

RESPOSTA: "E".

270-)(MPE/AM-AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) Considere as afirmativas abaixo:

I. O poema se desenvolve em forma de mandamentos, especialmente em razão do emprego de formas verbais de infinitivo.

II. Percebe-se corretamente uma atmosfera onírica nos versos *que deflui* / *Silencioso dentro da noite*, em oposição à realidade mostrada em *E se os céus se pejam de nuvens*.

III. O verso *Como o rio as nuvens são água* introduz comparação que corrobora a visão exposta no poema.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II.

(D) II e III.

(E) III.

I. O poema se desenvolve em forma de mandamentos, especialmente em razão do emprego de formas verbais de infinitivo.

II. Percebe-se corretamente uma atmosfera onírica nos versos *que deflui* / *Silencioso dentro da noite*, em oposição à realidade mostrada em *E se os céus se pejam de nuvens* = não há descrição da realidade, são suposições

III. O verso *Como o rio as nuvens são água* introduz comparação que corrobora a visão exposta no poema. = correta

RESPOSTA: "B".

271-)(MPE/AM-AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) O emprego de *ser* no 1º verso indica

(A) aproximação do sentido do infinitivo histórico ou narrativo.

(B) suavização de uma ordem imprescindível.

(C) substituição do imperativo, mantendo-se a noção de ordem.

(D) intenção de evidenciar o sujeito oculto da ação verbal.

(E) destaque do agente da ação verbal, para evitar ambiguidade.

O poeta não utiliza o verbo "seja" (imperativo), mas através do poema ele nos "aconselha" a que assumamos as posturas por ele descritas usando os verbos no infinitivo (ordem de uma maneira mais sutil).

RESPOSTA: "C".

272-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) Substituindo-se o segmento grifado nas frases abaixo por outro, proposto entre parênteses ao final, o verbo que poderá permanecer corretamente no singular está em:

- (A) tem papel relevante o sentimento de justiça. (os sentimentos de justiça)
- (B) o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça. (as normas do Direito)
- (C) que torna ainda mais problemático (as complexas funções de gestão)
- (D) A justiça é o tema dos temas (As vertentes da justiça)
- (E) Essa problematidade não afasta a força (Esses dilemas da ordem jurídica)

- (A) (os sentimentos de justiça) = têm
- (B) (as normas do Direito) = estejam permeadas e reguladas
- (C) (as complexas funções de gestão) = tornam
- (D) A justiça é o tema dos temas (As vertentes da justiça) = "são" ou "é" (o verbo "ser" apresenta uma particularidade: pode concordar com o sujeito ou com o predicativo)
- (E) (Esses dilemas da ordem jurídica) = não afastam

RESPOSTA: "D".

273-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) Claro que não me estou referindo a essa vulgar comunicação festiva e efervescente.

O vocábulo a deverá receber o sinal indicativo de crase se o segmento grifado for substituído por:

- (A) leitura apressada e sem profundidade.
- (B) cada um de nós neste formigueiro.
- (C) exemplo de obras publicadas recentemente.
- (D) uma comunicação festiva e virtual.
- (E) respeito de autores reconhecidos pelo público.

referindo a essa vulgar comunicação festiva e efervescente.

- Referindo à leitura apressada e sem profundidade.
- Referindo a cada um de nós neste formigueiro
- Referindo a exemplo de obras publicadas recentemente
- Referindo a uma comunicação festiva e virtual
- referindo a respeito de autores reconhecidos pelo público

RESPOSTA: "A".

274-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) Tristes interrogações para se fazerem num mundo que já foi civilizado.

A forma verbal grifada acima tem sentido semelhante a

- (A) precisar fazer.
- (B) serem feitas.
- (C) precisa ser feitas.
- (D) virem sendo feitas.
- (E) vier a ser feitas.

A alternativa que apresenta o mesmo sentido é = serem feitas.

RESPOSTA: "B".

275-) (MPE/AM – AGENTE TÉCNICO COMUNICÓLOGO – FCC/2013) As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

- (A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima.
- (B) Obras que se considera clássicas na literatura sempre delineia novos caminhos, pois é capaz de encantar o leitor ao ultrapassar os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.
- (C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhe permitem criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.
- (D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realiza plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.
- (E) Consta, na literatura mundial, obras-primas que constitui leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

(A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima.

(B) Obras que se considera (consideram) clássicas na literatura sempre delineia (delineiam) novos caminhos, pois é (são) capaz (capazes) de encantar o leitor ao ultrapassar (ultrapassarem) os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.

(C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhe permitem (permite-lhe) criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.

(D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realiza (realizam) plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.

(E) Consta (constam), na literatura mundial, obras-primas que constitui (constituem) leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

RESPOSTA: "A".

276-) (MPE/RS – AGENTE ADMINISTRATIVO – FCC/2010) A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

(A) A redução da emissão de partículas poluentes pelo escapamento dos carros é uma das metas que devem ser atingidas pelos órgãos responsáveis pela organização do trânsito nas grandes cidades.

(B) Em cidades maiores, inúmeros moradores, para fugir da violência e do estresse urbano, se mudou para condomínios fechados próximos e passou a depender de carro para seus deslocamentos.

(C) O planejamento urbano das grandes e médias cidades nem sempre acompanharam os deslocamentos de grandes contingentes da população, que depende de transporte coletivo para ir e vir do trabalho diariamente.

(D) O número de automóveis nos países desenvolvidos costumam ser mais elevados, mas nessas cidades existe bons sistemas de transporte coletivo e as pessoas usam seus carros apenas para viagens e passeios de fins de semana.

(E) No caso das regiões metropolitanas brasileiras, é necessário os investimentos na expansão de sistemas integrados de transporte coletivo, para desestimular o uso de veículos particulares no dia a dia das cidades.

(A) A redução da emissão de partículas poluentes pelo escapamento dos carros é uma das metas que devem ser atingidas pelos órgãos responsáveis pela organização do trânsito nas grandes cidades.

(B) Em cidades maiores, inúmeros moradores, para fugir da violência e do estresse urbano, se mudou (mudaram-se) para condomínios fechados próximos e passou (passaram) a depender de carro para seus deslocamentos.

(C) O planejamento urbano das grandes e médias cidades nem sempre acompanharam (acompanhou) os deslocamentos de grandes contingentes da população, que depende (dependem) de transporte coletivo para ir e vir do trabalho diariamente.

(D) O número de automóveis nos países desenvolvidos costumam (costuma) ser mais elevados (elevado), mas nessas cidades existe (existem) bons sistemas de transporte coletivo e as pessoas usam seus carros apenas para viagens e passeios de fins de semana.

(E) No caso das regiões metropolitanas brasileiras, é (são) necessário (necessários) os investimentos na expansão de sistemas integrados de transporte coletivo, para desestimular o uso de veículos particulares no dia a dia das cidades.

RESPOSTA: "A".

277-) (MPE/AM – AGENTE DE APOIO – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013) ... pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.

O verbo que exige, no contexto, o mesmo tipo de complementos que o grifado acima está empregado em:

(A) ... que existe uma coisa chamada EXÉRCITO...

(B) ... como se isso aqui fosse casa da sogra?

(C) ... compareceu em companhia da mulher à delegacia...

(D) Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro...

(E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

"Pedir" é transitivo direto (que desse um jeito nos filhos do sueco = oração subordinada substantiva objetiva direta = função de objeto direto) e indireto (ao delegado)

(A) ... que existe uma coisa chamada EXÉRCITO... = transitivo direto

(B) ... como se isso aqui fosse casa da sogra? = verbo de ligação

(C) ... compareceu em companhia da mulher à delegacia... = intransitivo

(D) Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro... = transitivo direto e indireto

(E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento. ... = transitivo direto

RESPOSTA: "D".

278-) (MPE/AM – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013) Leia o texto a seguir.

Para a próxima década, os Estados Unidos um excelente orçamento de exportações. Para os otimistas, 10% uma meta possível. Por outro lado, cerca de 20 milhões de norte-americanos não que essa realidade seja possível.

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

(A) prometem – parecem – acreditam

(B) promete – parecem – acredita

(C) prometem – parece – acreditam

(D) promete – parece – acredita

(E) prometem – parece – acredita

Para a próxima década, os Estados Unidos prometem um excelente orçamento de exportações. Para os otimistas, 10% parecem uma meta possível. Por outro lado, cerca de 20 milhões de norte-americanos não acreditam que essa realidade seja possível.

*Dica: como não há determinante na porcentagem para que façamos a concordância verbal (por exemplo: 40% das pessoas acreditam, 15% da renda foi encaminhada), devemos considerar o numeral, no caso, 10 = que é plural. Por isso o verbo será "parecem". Se fosse 1%, a forma verbal seria "parece".

Prometem / parecem / acreditam.

RESPOSTA: "A".

279-) (MPE/AM – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013) Leia o fragmento a seguir.

Naquela noite, a moça vem para casa se sentindo muito feliz; mesmo que o rapaz não queira, seus olhos só têm olhos para ela.

Substituindo-se vem por viria, a frase se manterá correta caso os verbos sublinhados sejam substituídos, respectivamente, por

- (A) quisesse – terão.
- (B) quiser – tiveram.
- (C) quiser – tivera.
- (D) quisesse – teriam.
- (E) quisesse – terá.

Naquela noite, a moça viria para casa se sentindo muito feliz; mesmo que o rapaz não quisesse, seus olhos só teriam olhos para ela. Viria / quisesse / teriam.

RESPOSTA: "D".

280-) (MPE/AM – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013)

... tuitou de forma provocativa na terça-feira...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está grifado em:

- (A) Não sou tão ingênuo e emocional...
- (B) ... sem fraude, o estrago teria sido maior...
- (C) Imagine, Putin quer restaurar glórias passadas...
- (D) ... que foi para a rua protestar.
- (E) Dá um certo prazer, é verdade...

"Tuitou" = pretérito perfeito do Indicativo

(A) Não sou tão ingênuo e emocional... = presente do Indicativo

(B) ... sem fraude, o estrago teria sido maior... = futuro do pretérito do Indicativo

(C) Imagine, Putin quer restaurar glórias passadas... = presente do Indicativo

(D) ... que foi para a rua protestar. = pretérito perfeito do Indicativo

(E) Dá um certo prazer, é verdade... = presente do Indicativo

RESPOSTA: "D".

281-) (MPE/AM – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013) Leia o fragmento a seguir.

Os dois elevadores entraram em pane ao mesmo tempo e todo mundo precisou usar a escada. Por sorte dos moradores e visitantes, o prédio, antigo, só tinha seis andares, e ninguém se estafava em demasia para subir ao seu andar; os idosos, claro, mas esses, não precisando sair todos os dias obrigatoriamente, muito bem esperar o conserto sem inconvenientes insuportáveis. Talvez até que fiquem retidos em casa por um ou dois dias em benefício para eles, por mantê-los afastados dos perigos das ruas, mesmo sendo contra a vontade.

(Adaptado de: José J. Veiga, Vestido de fustão. In: Ob-
jetos turbulentos. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1997,
p. 53)

Preenchem corretamente as lacunas do trecho acima, na ordem dada:

- (A) há – poderão – resultavam
- (B) há – poderia – resulte
- (C) havia – poderiam – resultasse
- (D) haviam – poderiam – resultasse
- (E) havia – poderia – resultariam

... havia os idosos, claro, mas esses, não precisando sair todos os dias obrigatoriamente, poderiam muito bem esperar o conserto sem inconvenientes insuportáveis. Talvez até que fiquem retidos em casa por um ou dois dias resultasse em benefício para eles, por mantê-los afastados dos perigos das ruas, mesmo sendo contra a vontade. Havia / poderiam / resultasse.

RESPOSTA: "C".

282-) (MPE/AM – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013) Os sinais de pontuação estão empregados corretamente em:

(A) Duas explicações, do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque, o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

(B) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

(C) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque; o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

(D) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes, receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

(E) Duas explicações, do treinamento para consultores iniciantes, receberam destaque; o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas por outro lado, faltou falar das metas, de vendas associadas aos dois temas.

Devido à igualdade textual apresentada nas alternativas, a indicação do item correto acaba indicando as inadequações nos demais.

RESPOSTA: "B".

283-) (MPE/AM – MOTORISTA SEGURANÇA – FCC/2013) Leia o texto a seguir.

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que cartomante restituiu-lhe confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

(Machado de Assis. A cartomante. In: Várias histórias.
Rio de Janeiro: Globo, 1997, p. 6)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) à – a – a
- (B) a – a – à
- (C) à – a – à
- (D) à – à – a
- (E) a – à – à

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu à cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que a cartomante restituiu-lhe a confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

"correu" para a (preposição); vimos que a cartomante (artigo + substantivo); restituiu "o quê?" "a quem?": restituiu-lhe a (ela = objeto indireto) a confiança (objeto direto)
A / a / a.

RESPOSTA: "A".

284-)(MPE/AM - MOTORISTA SEGURANÇA - FCC/2013) Os trabalhadores passaram mais tempo na escola...

O segmento grifado acima possui a mesma função sintática que o destacado em:

- (A) ... o que reduz a média de ganho da categoria.
- (B) ... houve mais ofertas de trabalhadores dessa classe.
- (C) O crescimento da escolaridade também foi impulsionado...
- (D) ... elevando a fatia dos brasileiros com ensino médio...
- (E) ... impulsionado pelo aumento do número de universidades...

"Os trabalhadores" = sujeito

(A) ... o que reduz a média de ganho da categoria. = objeto direto

(B) ... houve mais ofertas de trabalhadores dessa classe. = objeto direto

(C) O crescimento da escolaridade também foi impulsionado... = sujeito

(D) ... elevando a fatia dos brasileiros com ensino médio... = objeto direto

(E) ... impulsionado pelo aumento do número de universidades... = agente da passiva

RESPOSTA: "C".

285-)(INSS-CIÊNCIASCONTÁBEIS-FUNRIO/2013) Conhecido comercial da tevê fala de uma "cerveja que desce redondo". O sentido atribuído à palavra "redondo" refere-se

- A) à mesa do bar que aparece no cenário dos comerciais de cerveja.
- B) à própria cerveja que pode ser assim considerada em sentido denotativo.
- C) ao ato de descer facilmente, que, nesse caso, significa escorrer pela garganta.

D) ao líquido da bebida, que toma o formato arredondado da garrafa que o contém.

E) ao pronome relativo empregado na frase, para substituir o termo cerveja.

Questão de interpretação da linguagem publicitária: "descer redondo" significa que a cerveja desce facilmente, de maneira agradável.

RESPOSTA: "C".

286-)(INSS-CIÊNCIASCONTÁBEIS-FUNRIO/2013) Conforme a posição que as palavras ocupem na frase, sua significação e seu papel gramatical podem mudar. É isso que pode ocorrer com um dos adjetivos grifados nas alternativas abaixo: ele mudará de significado e classe se for antecipado ao substantivo com o qual se relaciona. Assinale-o.

A) A fábrica fica perto de uma praça antiga, hoje bem pouco arborizada.

B) Amanhã cedo sairemos em comitiva para inaugurar uma fábrica nova.

C) Nessa fábrica, bem provavelmente conheceremos equipamentos modernos.

D) Os operários dedicados dessa fábrica moram em bairros próximos e bem localizados.

E) Os produtos dessa fábrica demandam vigilância forte na sua fase de armazenamento.

A única alternativa que sofrerá alteração caso coloquemos o adjetivo anteposto ao substantivo é a "B", pois ao "inaugurar uma fábrica nova" = abriremos uma filial da mesma; mas, ao "inaugurar uma nova fábrica" = não se refere, necessariamente, à mesma fábrica.

RESPOSTA: "B".

287-)(GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROCON - AGENTE ADMINISTRATIVO - CEPERJ/2012) "àquela altura já éramos amigas. O infortúnio tinha nos unido."

O trecho acima poderia ser reescrito, unindo-se as orações por meio de um conectivo. A reescritura que preservaria o sentido original do trecho seria:

- A) contudo o infortúnio tinha nos unido
- B) porque o infortúnio tinha nos unido
- C) embora o infortúnio tinha nos unido
- D) portanto o infortúnio tinha nos unido
- E) enquanto o infortúnio tinha nos unido

Àquela altura já éramos amigas, porque (= pois) o infortúnio... (conjunção explicativa).

RESPOSTA: "B".

288-)(INSS–CIÊNCIASCONTÁBEIS–FUNRIO/2013)
O jornal *O Globo* de 25/10/2011 deu a seguinte notícia:
“A vitória avassaladora da Presidente argentina pode abrir caminho para que Cristina Kirchner avance com projetos cada vez mais polêmicos, entre eles o de uma reforma constitucional que incluiria a possibilidade de reeleição indefinida, atitude negada por ela durante a campanha.” Considerando apenas os dados disponíveis no texto, pode-se fazer a seguinte interpretação da notícia:

A) A maneira pela qual se deu a vitória de Cristina Kirchner talvez sirva como argumento para uma possível reforma constitucional.

B) Cristina Kirchner pretende aprovar a possibilidade de reeleição indefinida, embora essa atitude contrarie o que foi dito durante a sua campanha eleitoral.

C) Para dar sequência a projetos de reforma, impõe-se que Cristina Kirchner abra os caminhos criados por sua vitória nas urnas.

D) Depois de eleita, Cristina Kirchner ameaça a sociedade argentina com uma polêmica reforma constitucional que vai de encontro com a liberdade de imprensa.

E) Por conta do procedimento autoritário de Cristina Kirchner, a reeleição presidencial pode ser colocada em discussão após sua vitória.

Com base nos dados apresentados no enunciado, a alternativa que condiz com as informações presentes no texto é: “A maneira pela qual se deu a vitória de Cristina Kirchner talvez sirva como argumento para uma possível reforma constitucional”.

RESPOSTA: “A”.

289-)(INSS – ANALISTA – LETRAS – FUNRIO/2013 - ADAPTADA) *“Talvez num ímpeto eu prefira colar a boca à areia estéril”*. Supondo que o eu lírico desse continuidade a esse verso, uma das possibilidades adequadas às regras da língua padrão seria a que está contida, coerentemente, na seguinte alternativa:

A) Talvez num ímpeto eu prefira colar a boca à areia estéril do que abrir meus lábios para ninguém.

B) Talvez num ímpeto eu prefira colar a boca à areia estéril a abrir meus lábios para ninguém.

C) Talvez num ímpeto eu prefira colar a boca à areia estéril ao invés de abrir meus lábios para ninguém.

D) Talvez num ímpeto eu prefira colar a boca à areia estéril que abrir meus lábios para ninguém.

E) Talvez num ímpeto eu prefira colar a boca à areia estéril e abrir meus lábios para ninguém.

O verbo “preferir” exige a preposição “a”, não “de”: Prefiro água a vinho (e não “do que” vinho).

RESPOSTA: “B”.

290-)(INSS – ANALISTA – LETRAS – FUNRIO/2013 - ADAPTADA) Na primeira frase do texto, o autor diz: *“A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive.”* Esse trecho valoriza as funções que estão centradas no emissor e no destinatário, equiparadas pelo autor à função referencial. Essas outras funções denominam-se respectivamente

A) emotiva e conativa.

B) poética e fática.

C) emotiva e fática.

D) poética e conativa.

E) imaginativa e heurística

Função Emotiva: que dá vazão a conteúdos de natureza emotiva. Está centrada no sujeito emissor

Função apelativa (ou conativa) : orientada para o destinatário e procura levar o receptor a reagir.

(Fonte: <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=2051>)

RESPOSTA: “A”.

291-)(INSS – ANALISTA – LETRAS – FUNRIO/2013) Comercial da tevê diz: *“Nossos produtos têm coisas que vai marcar para sempre sua vida.”* A frase contém um desvio de concordância porque o verbo

A) deveria estar no plural para concordar com o substantivo “coisas”, antecedente do relativo.

B) só pode ficar no singular quando o pronome relativo “que” não tem antecedente explícito.

C) está no singular, tendo concordado atrativamente com o pronome “que”, também singular.

D) precisa concordar com o sujeito da oração principal quando integra locução verbal de orações adjetivas.

E) teria de estar no plural para concordar com “produtos” e evitar ambiguidade com “coisas”.

“Nossos produtos têm coisas que vai (vão) marcar para sempre sua vida.”

RESPOSTA: “A”.

292-)(GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON – ADVOGADO – CEPERJ/2012 - ADAPTADA) O emprego da vírgula marca anteposição de termos, com alteração da ordem direta da frase, no seguinte exemplo do texto:

A) “O consumismo é uma ideologia, um hábito mental forjado que se tornou umas das características culturais mais marcantes da sociedade atual.”

B) “obesidade infantil, erotização precoce, consumo precoce de tabaco e álcool, estresse familiar, banalização da agressividade e violência, entre outras.”

C) “Para o mercado, antes de tudo, a criança é um consumidor em formação”

D) "A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil, que cada vez mais cedo é chamado a participar do universo adulto"

E) "salvo decisões relacionadas a planos de seguro, combustível e produtos de limpeza."

" Antes de tudo, a criança é um consumidor em formação para o mercado" = o termo foi anteposto ao sujeito da oração (a criança). Nas demais alternativas, há a ordem direta: sujeito + predicado, ou apenas enumeração de exemplos.

RESPOSTA: "C".

293-) (INSS – ANALISTA – LETRAS – FUNRIO/2013)

Os manuais de estilo mostram a hipérbole como uma figura de linguagem que *"consiste em usar formas e expressões (não plausíveis) que representem o exagero pretendido para se apresentar uma ideia"*. Reconheça qual das alternativas abaixo, em vez de conter um exagero de grandeza, contém um exagero de diminuição.

A) Eu quero ter um milhão de amigos e bem mais forte poder cantar.

B) Só uma palavra me devora: aquela que meu coração não diz.

C) A paixão veio assim, afluyente sem fim, rio que não deságua.

D) Eu devia te deixar, mas vou continuar para castigar meu pobre coração.

E) Madalena foi pro mar, e eu fiquei a ver navios.

Dentre as alternativas apresentadas, a que expressa um sentido não plausível para representar o exagero é: "o que me devora é o meu silêncio".

RESPOSTA: "B".

294-) (COLÉGIO PEDRO II/RJ – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – AOCP/2010) Em "Outra sugere que os seguranças podem estar sendo procurados...", a oração destacada é

(A) subordinada substantiva objetiva indireta.

(B) subordinada substantiva subjetiva.

(C) subordinada substantiva objetiva direta.

(D) subordinada substantiva predicativa.

(E) subordinada substantiva completiva nominal.

Outra sugere que os seguranças podem estar sendo procurados = a oração destacada completa o verbo "sugere" – presente na oração principal. "Sugere" o quê? = pede objeto direto. Portanto, a função da oração destacada é de objeto direto da principal (subordinada substantiva objetiva direta).

RESPOSTA: "C".

295-) (CORREIOS – CARTEIRO – CESPE/2011) São acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica os vocábulos

A) também e coincidência.

B) quilômetros e tivéssemos.

C) jogá-la e incrível.

D) Escócia e nós.

E) correspondência e três.

A) também e coincidência.

Também = oxítônica terminada em "e + m"; coincidência = paroxítônica terminada em ditongo

B) quilômetros e tivéssemos.

Quilômetros = proparoxítônica; tivéssemos = proparoxítônica

C) jogá-la e incrível.

Oxítônica terminada em "a"; incrível = paroxítônica terminada em "l"

D) Escócia e nós.

Escócia = paroxítônica terminada em ditongo; nós = monossílaba terminada em "o + s"

E) correspondência e três.

Correspondência = paroxítônica terminada em ditongo; três = monossílaba terminada em "e + s"

RESPOSTA: "B".

296-) (CORREIOS – CARTEIRO – CESPE/2011)

Um carteiro chega ao portão do hospício e grita:

— Carta para o 9.326!!!

Um louco pega o envelope, abre-o e vê que a carta está em

branco, e um outro pergunta:

— Quem te mandou essa carta?

— Minha irmã.

— Mas por que não está escrito nada?

— Ah, porque nós brigamos e não estamos nos falando!

Internet: <www.humortadela.com.br/piada> (com adaptações).

O efeito surpresa e de humor que se extrai do texto acima decorre

A) da identificação numérica atribuída ao louco.

B) da expressão utilizada pelo carteiro ao entregar a carta no hospício.

C) do fato de outro louco querer saber quem enviou a carta.

D) da explicação dada pelo louco para a carta em branco.

E) do fato de a irmã do louco ter brigado com ele.

Geralmente o efeito de humor desses gêneros textuais aparece no desfecho da história, ao final, como nesse: "Ah, porque nós brigamos e não estamos nos falando".

RESPOSTA: "D".

297-) (CORREIOS – CARTEIRO – CESPE/2011)

Um homem se dirige à recepcionista de uma clínica:

— Por favor, quero falar com o dr. Pedro.

— O senhor tem hora?

O sujeito olha para o relógio e diz:

— Sim. São duas e meia.

— Não, não... Eu quero saber se o senhor é paciente.

— O que a senhora acha? Faz seis meses que ele não me paga o aluguel do consultório...

Internet: <www.humortadela.com.br/piada> (com adaptações).

No texto acima, a recepcionista dirige-se duas vezes ao homem para saber se ele

A) verificou o horário de chegada e está sob os cuidados do dr. Pedro.

B) pode indicar-lhe as horas e decidiu esperar o pagamento do aluguel.

C) tem relógio e sabe esperar.

D) marcou consulta e está calmo.

E) marcou consulta para aquele dia e está sob os cuidados do dr. Pedro.

"O senhor tem hora? (...) Não, não... Eu quero saber se o senhor é paciente" = a recepcionista quer saber se ele marcou horário e se é paciente do Dr. Pedro.

RESPOSTA: "E".

298-) (CRECI/MG – PROFISSIONAL DE SUPORTE ADMINISTRATIVO – CETRO/2012) De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

Estaremos ____ 7h15min na escola para assistir ____ aulas e fazer ____ prova final.

(A) as/ às/ a

(B) as/ as/ a

(C) às/ às/ à

(D) às/ às/ a

Estaremos às 7h15min (antes de horas) na escola para assistir às aulas (verbo "assistir" empregado no sentido de "presenciar" pede preposição) e fazer a prova final. (objeto direto, sem preposição)

RESPOSTA: "D".

299-) (CREF/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à regência verbal, assinale a alternativa cujo verbo grifado tenha a mesma regência do destacado na frase abaixo.

A má postura corporal piora o humor.

(A) Tudo é uma combinação de um trabalho de fortalecimento com alongamento.

(B) A má postura desencadeia outras doenças.

(C) Todos precisam de exercícios físicos.

(D) Alguns exercícios são ótimos para melhorar a postura.

(E) Para o bem-estar, necessitamos de disciplina corporal.

A má postura corporal piora o humor. = verbo transitivo direto (piora o quê? – pede objeto direto, sem preposição)

(A) Tudo é uma combinação de um trabalho de fortalecimento com alongamento. = verbo de ligação

(B) A má postura desencadeia outras doenças. = verbo transitivo direto

(C) Todos precisam de exercícios físicos. = verbo transitivo indireto

(D) Alguns exercícios são ótimos para melhorar a postura. = verbo de ligação

(E) Para o bem-estar, necessitamos de disciplina corporal. = verbo transitivo indireto

RESPOSTA: "B".

300-) (CREF/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) Assinale a alternativa correta quanto à classificação das palavras grifadas no período abaixo.

A (1)má postura (2)corporal piora o (3)humor (4)e pode até causar depressão.

(A) (1) substantivo/ (2) adjetivo/ (3) substantivo/ (4) conjunção

(B) (1) adjetivo/ (2) adjetivo/ (3) substantivo/ (4) conjunção

(C) (1) adjetivo/ (2) substantivo/ (3) substantivo/ (4) conjunção

(D) (1) substantivo/ (2) adjetivo/ (3) adjetivo/ (4) preposição

(E) (1) adjetivo/ (2) substantivo/ (3) adjetivo/ (4) preposição

A (1)má postura (2)corporal piora o (3)humor (4)e pode até causar depressão. Em (1) temos um adjetivo qualificando o substantivo "postura"; em (2) outro adjetivo (do corpo); (3) humor é substantivo; (4) "e" é conjunção aditiva (no caso).

RESPOSTA: "B".

301-) (METRÔ/SP – ENGENHEIRO JÚNIOR CIVIL – FCC/2012) Sobre a frase "*As minhocas, que não conhecem civilização, queixam-se quando as arrancamos da terra*" é correto afirmar que

(A) a supressão das vírgulas alteraria o sentido do que se diz, restringindo o alcance do termo minhocas.

(B) o pronome "as" deverá ser substituído por lhes, caso venhamos a empregar desenterramos, em vez de arrancamos da terra.

(C) o segmento que não conhecem civilização expressa um efeito da ação indicada em quando as arrancamos da terra.

(D) a construção quando as arrancamos resultará, na transposição para a voz passiva, em quando as temos arrancado.

(E) As minhocas (...) queixam-se é construção que exemplifica um caso de voz passiva, equivalente a Vendem-se casas.

"As minhocas, que não conhecem civilização, queixam-se quando as arrancamos da terra

A oração destacada é adjetiva explicativa, ou seja, generaliza, explica que TODAS as minhocas não conhecem a civilização. Se retirarmos a vírgula, a oração passará a ser classificada como adjetiva restritiva, alterando, também, seu sentido, já que restringirá o "quadro" de minhocas que se queixam quando arrancadas da terra: "somente as que não conhecem a civilização".

RESPOSTA: "A".

302-) (METRÔ/SP – ENGENHEIRO JÚNIOR CIVIL – FCC/2012) As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:

(A) Pareceriam natural para as minhocas, mas não para os homens, locomoverem-se por grandes distâncias embaixo da terra.

(B) A lembrança dos antigos trens, em que fez tantas viagens, despertaram no autor imagens nostálgicas e poéticas.

(C) Economiza-se trinta ou quarenta minutos quando se preferem utilizar o metrô ou um táxi, em lugar de ônibus.

(D) Os movimentos apressados a que se assiste, quando se está no centro de uma metrópole, traduzem bem a ansiedade moderna.

(E) Fazem parte das nossas experiências metropolitanas esse ir e vir atarantado pela cidade, na luta ingente contra o relógio.

(A) Pareceriam (parecia) natural para as minhocas, mas não para os homens, locomover-se por grandes distâncias embaixo da terra.

(B) A lembrança dos antigos trens, em que fez tantas viagens, despertaram (despertou) no autor imagens nostálgicas e poéticas.

(C) Economiza-se trinta ou quarenta minutos quando se preferem (prefere) utilizar o metrô ou um táxi, em lugar de ônibus. (preferir metrô ou táxi a ônibus)

(D) Os movimentos apressados a que se assiste, quando se está no centro de uma metrópole, traduzem bem a ansiedade moderna.

(E) Fazem (faz) parte das nossas experiências metropolitanas esse ir e vir atarantado pela cidade, na luta ingente contra o relógio.

RESPOSTA: "D".

303-) (METRÔ/SP – ENGENHEIRO JÚNIOR CIVIL – FCC/2012) Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

(A) Nem bem saí pela porta automática e subi as escadas rolantes, logo me encontraria diante da luz do sol e do ar fresco da manhã.

(B) Eu havia presumido que aquela viagem de metrô satisfizesse plenamente as expectativas que venho alimentando.

(C) Se as minhocas dispusessem de olhos, provavelmente não terão reclamado por as expormos à luz do dia.

(D) Não fossem as urgências impostas pela vida moderna, não teria sido necessário acelerar tanto o ritmo de nossas viagens urbanas.

(E) Como haveremos de comparar as antigas viagens de trem com estas que realizássemos por meio de túneis entre estações subterrâneas?

(A) Nem bem saí pela porta automática e subi as escadas rolantes, logo me encontraria (encontrei) diante da luz do sol e do ar fresco da manhã.

(B) Eu havia presumido que aquela viagem de metrô satisfizesse (satisfaria) plenamente as expectativas que venho alimentando.

(C) Se as minhocas dispusessem de olhos, provavelmente não terão (teriam) reclamado por as expormos à luz do dia.

(D) Não fossem as urgências impostas pela vida moderna, não teria sido necessário acelerar tanto o ritmo de nossas viagens urbanas.

(E) Como haveremos de comparar as antigas viagens de trem com estas que realizássemos (realizamos) por meio de túneis entre estações subterrâneas?

RESPOSTA: "D".

304-) (METRÔ/SP – ENGENHEIRO JÚNIOR CIVIL – FCC/2012) O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado em uma forma do singular para preencher de modo adequado a lacuna da frase:

(A) A Claude Lévi-Strauss não (sensibilizar) os louvores com que nossa sociedade costuma homenagear o personalismo.

(B) Intelectuais como Lévi-Strauss não se (permitir) cultivar vaidades e futilidades, preferindo concentrar-se em seu trabalho.

(C) Não (faltar) ao livro de memórias de Lévi-Strauss relatos de experiências pessoais que marcaram a vida do antropólogo.

(D) (transparecer) nas páginas da biografia escrita por Wilcken a harmonia possível entre um homem de letras e um cientista.

(E) Não (constar) do livro de memórias de Lévi-Strauss confissões sentimentais ou apelos piegas.

(A) A Claude Lévi-Strauss não (sensibilizar) os louvores com que nossa sociedade costuma homenagear o personalismo. (sensibilizam = o "a" do início do período é uma preposição, já que os louvores não sensibilizam a quem? A Claude Lévi)

(B) Intelectuais como Lévi-Strauss não se (permitir) cultivar vaidades e futilidades, preferindo concentrar-se em seu trabalho. (permitem)

(C) Não (faltar) ao livro de memórias de Lévi-Strauss relatos de experiências pessoais que marcaram a vida do antropólogo. (faltam)

(D) (transparecer) nas páginas da biografia escrita por Wilcken a harmonia possível entre um homem de letras e um cientista. (transparece)

(E) Não (constar) do livro de memórias de Lévi-Strauss confissões sentimentais ou apelos piegas. (constam)

RESPOSTA: "D".

305-) (METRÔ/SP – ENGENHEIRO JÚNIOR CIVIL – FCC/2012) Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

(A) Como antropólogo, Lévi-Strauss, revolucionou o conceito de cultura até então utilizado, em sentido muito restrito, em prejuízo por exemplo do reconhecimento do saber dos povos primitivos, que o antropólogo foi estudar de perto participando de seu cotidiano.

(B) Como antropólogo Lévi-Strauss revolucionou o conceito de cultura até então utilizado, em sentido muito restrito em prejuízo, por exemplo, do reconhecimento do saber dos povos primitivos que, o antropólogo, foi estudar de perto, participando de seu cotidiano.

(C) Como antropólogo, Lévi-Strauss revolucionou o conceito de cultura, até então utilizado em sentido muito restrito, em prejuízo, por exemplo, do reconhecimento do saber dos povos primitivos, que o antropólogo foi estudar de perto, participando de seu cotidiano.

(D) Como antropólogo, Lévi-Strauss revolucionou o conceito de cultura, até então, utilizado em sentido muito restrito, em prejuízo por exemplo, do reconhecimento do saber dos povos primitivos, que o antropólogo foi estudar, de perto, participando de seu cotidiano.

(E) Como antropólogo Lévi-Strauss revolucionou o conceito de cultura até então, utilizado, em sentido muito restrito, em prejuízo por exemplo do reconhecimento do saber, dos povos primitivos, que o antropólogo foi estudar, de perto participando de seu cotidiano.

Como as alternativas apresentam o mesmo texto, ao apresentar o item correto percebem-se as incorreções nos demais.

RESPOSTA: "C".

306-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CASA CIVIL – EXECUTIVO PÚBLICO – FCC/2010) Transpondo a frase o diretor estava promovendo seu filme para a voz passiva, obtém-se corretamente o seguinte segmento:

- (A) tinha recebido promoção.
- (B) estaria sendo promovido.
- (C) fizera a promoção.
- (D) estava sendo promovido.
- (E) havia sido promovido.

o diretor estava promovendo seu filme = dois verbos na voz ativa, três na passiva: seu filme estava sendo produzido.

RESPOSTA: "D".

307-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) Considerando-se o emprego da crase e as regras de concordância, estão corretas as frases que se encontram em:

(A) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atiravam flores à ele. Esse e outros eventos relacionados à independência do Brasil foi registrado pelo pintor Jean-Baptiste Debret.

(B) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atirava flores à ele. Esse e outros eventos relacionado à independência do Brasil foi registrado pelo pintor Jean-Baptiste Debret.

(C) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atiravam flores a ele. Esse e outros eventos relacionados a independência do Brasil foi registrado pelo pintor Jean-Baptiste Debret.

(D) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atirava flores a ele. Esse e outros eventos relacionados à independência do Brasil foram registrados pelo pintor Jean-Baptiste Debret.

(E) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atirava flores à ele. Esse e outros eventos relacionados a independência do Brasil foram registrados pelo pintor Jean-Baptiste Debret.

As alternativas apresentam o mesmo texto, portanto, ao identificar a correta, ficam claras as inadequações nas demais.

RESPOSTA: "D".

308-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) Diz o autor que pelo menos cinco anos vem contando os dias para sua aposentadoria (daqui seis meses, segundo seus cálculos), partir da qual pensa em dedicar-se jardinagem.

Completam adequadamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) há - a - a - à
- (B) a - há - a - à
- (C) há - a - à - a
- (D) a - há - à - à
- (E) há - há - a - a

Diz o autor que há (sentido de tempo passado) pelo menos cinco anos vem contando os dias para sua aposentadoria (daqui a [tempo futuro] seis meses, segundo seus cálculos), a partir da qual pensa em dedicar-se à jardinagem. Há / a / a / à.

RESPOSTA: "A".

309-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

(A) Embora ansioso, por aposentar-se, o autor não parece convicto de que, o ócio lhe fará bem; tanto assim que vez ou outra imagina atividades, que passará a exercer.

(B) Embora ansioso por aposentar-se o autor, não parece convicto, de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.

(C) Embora ansioso por aposentar-se, o autor, não parece convicto de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que, vez ou outra, imagina atividades, que passará a exercer.

(D) Embora ansioso por aposentar-se, o autor não parece convicto de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que, vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.

(E) Embora ansioso, por aposentar-se, o autor não parece convicto de que o ócio lhe fará bem: tanto assim, que vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.

Como as alternativas apresentam o mesmo texto, ao indicar a correta, ficam claras as incorreções nas demais.

RESPOSTA: "D".

310-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que poderá permanecer corretamente empregado no singular está em:

(A) 1 milhão entrou no país pelo Valongo (1 milhão de escravos)

(B) quando foi proibida a importação de escravos (as atividades escravocratas)

(C) o Império construiu o Cais da Imperatriz (os representantes do Império)

(D) O maior porto de chegada de escravos desapareceu (Os portos)

(E) O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831 (As adjacências do Valongo)

(A) (1 milhão de escravos) = entraram ou entrou, tanto faz

(B) quando foi proibida (as atividades escravocratas) = foram proibidas

(C) construiu o Cais da Imperatriz (os representantes do Império) = construíram

(D) de chegada de escravos desapareceu (Os portos) = desapareceram

(E) deixou de ser porto negreiro em 1831 (As adjacências do Valongo) = deixaram

RESPOSTA: "A".

311-) (METRÔ/SP – TÉCNICO SISTEMAS METROVIÁRIOS CIVIL – FCC/2014 - ADAPTADA) ...'sertanejo' indicava indistintamente as músicas produzidas no interior do país...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) vinham indicadas.

(B) era indicado.

(C) eram indicadas.

(D) tinha indicado.

(E) foi indicada.

'sertanejo' indicava indistintamente as músicas produzidas no interior do país.

As músicas produzidas no país eram indicadas pelo sertanejo, indistintamente.

RESPOSTA: "C".

312-) (METRÔ/SP – TÉCNICO SISTEMAS METROVIÁRIOS CIVIL – FCC/2014)

... ele conciliava as noites de boemia com a rotina de professor, pesquisador e zoólogo famoso.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima se encontra em:

(A) Tem músicas com Toquinho, Elton Medeiros e Paulinho Nogueira.

(B) As músicas eram todas de Vanzolini.

(C) Por mais incrível que possa parecer...

(D) ... os fortes laços que unem campo e cidade.

(E) ... porque não espalha...

Conciliava = pretérito imperfeito do Indicativo

(A) Tem músicas = presente do Indicativo

(B) As músicas eram todas de Vanzolini. = pretérito imperfeito do Indicativo

(C) Por mais incrível que possa parecer... = presente do Subjuntivo

(D) ... os fortes laços que unem campo e cidade. = presente do Indicativo

(E) ... porque não espalha... = presente do Indicativo

RESPOSTA: "B".

313-) (INFRAERO – CADASTRO RESERVA OPERACIONAL PROFISSIONAL DE TRÁFEGO AÉREO – FCC/2011) A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

(A) Seria o caso de aceitar "expressionismo abstrato"? = Seria o caso de aceitá-lo?

(B) De Kooning recusa sistemas, teorias = De Kooning os recusa.

(C) criaria obrigações = criaria-lhes.

(D) pode lhe permitir realizar rupturas = pode lhe permitir realizá-las.

(E) a fim de merecer o título de moderno = a fim de merecê-lo.

(A) Seria o caso de aceitar "expressionismo abstrato"? = Seria o caso de aceitá-lo?

(B) De Kooning recusa sistemas, teorias = De Kooning os recusa.

(C) criaria obrigações = criaria-lhes. = **criar-lhes-ia**

(D) pode lhe permitir realizar rupturas = pode lhe permitir realizá-las.

(E) a fim de merecer o título de moderno = a fim de merecê-lo.

RESPOSTA: "C".

314-) (INFRAERO – CADASTRO RESERVA OPERACIONAL PROFISSIONAL DE TRÁFEGO AÉREO – FCC/2011 - ADAPTADA)

... ele empreende, de maneira quase clandestina, a série Mulheres.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) foi empreendida.

(B) são empreendidos.

(C) foi empreendido.

(D) é empreendida.

(E) são empreendidas.

ele empreende, de maneira quase clandestina, a série Mulheres.

A série de mulheres é empreendida por ele, de maneira quase clandestina

RESPOSTA: "D".

315 -) (INFRAERO – CADASTRO RESERVA OPERACIONAL PROFISSIONAL DE TRÁFEGO AÉREO – FCC/2011) *No campo da pintura, o surgimento da fotografia leva vários pintores refletir sobre a legitimidade de se retratar figura humana e até mesmo sobre a possibilidade de se abandonar por completo qualquer representação cujo efeito artístico pretenda despertar ilusão do real.*

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, respectivamente:

(A) a - à - a

(B) à - à - a

(C) à - à - à

(D) à - a - a

(E) a - a - a

No campo da pintura, o surgimento da fotografia leva vários pintores a (verbo no infinitivo) refletir sobre a legitimidade de se retratar a (objeto direto: a figura) figura humana e até mesmo sobre a possibilidade de se abandonar por completo qualquer representação cujo efeito artístico pretenda despertar . a (objeto direto: a ilusão) ilusão do real. A / a / a

RESPOSTA: "E".

316-) (INFRAERO – CADASTRO RESERVA OPERACIONAL PROFISSIONAL DE TRÁFEGO AÉREO – FCC/2011) *À medida que o grupo em sua fuga, mais acentuadas as diferenças entre seus integrantes.*

As formas verbais que preenchem corretamente as lacunas da frase acima, respeitando a correlação de sentido, estão em:

(A) avançaria - tornaram-se

(B) avança - iriam se tornando

(C) avançava - iam se tornando

(D) avançasse - irão tornar-se

(E) avançou - se tornariam

À medida que o grupo avançava em sua fuga, iam se tornando mais acentuadas as diferenças entre seus integrantes. Avançava / iam se tornando

RESPOSTA: "C".

317-) (INFRAERO – CADASTRO RESERVA OPERACIONAL PROFISSIONAL DE TRÁFEGO AÉREO – FCC/2011) *O período corretamente pontuado é:*

(A) Os filmes que, mostram a luta pela sobrevivência em condições hostis nem sempre conseguem agradar, aos espectadores.

(B) Várias experiências de prisioneiros, semelhantes entre si, podem ser reunidas e fazer parte de uma mesma história ficcional.

(C) A história de heroísmo e de determinação que nem sempre, é convincente, se passa em um cenário marcado, pelo frio.

(D) Caminhar por um extenso território gelado, é correr riscos iminentes que comprometem, a sobrevivência.

(E) Para os fugitivos que se propunham, a alcançar a liberdade, nada poderia parecer, realmente intransponível.

Fiz as marcações (X) onde as pontuações estão inadequadas ou faltantes:

(A) Os filmes que,(X) mostram a luta pela sobrevivência em condições hostis nem sempre conseguem agradar, (X) aos espectadores.

(B) Várias experiências de prisioneiros, semelhantes entre si, podem ser reunidas e fazer parte de uma mesma história ficcional.

(C) A história de heroísmo e de determinação (X) que nem sempre, (X) é convincente, se passa em um cenário marcado, (X) pelo frio.

(D) Caminhar por um extenso território gelado, (X) é correr riscos iminentes (X) que comprometem, (X) a sobrevivência.

(E) Para os fugitivos que se propunham, (X) a alcançar a liberdade, nada poderia parecer, (X) realmente intransponível.

RESPOSTA: "B".

318-) (CREF/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à acentuação, assinale a alternativa cuja oração esteja completamente correta.

(A) A Sociedade Brasileira de Reumatologia reconhece os meritos do colágeno para pacientes com artrose.

(B) Vegetais não são fontes de colágeno, mas são fontes de proteína.

(C) O colágeno promove elasticidade e resistencia à pele, alem de beneficiar os músculos.

(D) A produção de colágeno vai diminuindo a partir dos 30 anos, o que pode deixar a pele flacida e as cartilagens das articulações desgastadas.

(E) Em alguns casos, as pessoas recorrem aos suplementos nutricionais e vitamínicos com aminoácidos que estimulam a produção de colágeno.

Correções entre parênteses:

(A) A Sociedade Brasileira de Reumatologia reconhece os meritos (méritos) do colágeno para pacientes com artrose.

(B) Vegetais não são fontes de colágeno, mas são fontes de proteína. (proteína)

(C) O colágeno promove elasticidade e resistencia (resistência) à pele, alem (além) de beneficiar os músculos.

(D) A produção de colágeno vai diminuindo a partir dos 30 anos, o que pode deixar a pele flacida (flácida) e as cartilagens das articulações desgastadas.

(E) Em alguns casos, as pessoas recorrem aos suplementos nutricionais e vitamínicos com aminoácidos que estimulam a produção de colágeno.

RESPOSTA: "E".

319-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) *Fomos uma geração de bons meninos.*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) Nos anos de 1970 e 80 ainda surgiram heróis interessantes...

(B) Os heróis eram o exemplo máximo de bravura, doação pessoal e virtude.

(C) Atualmente não sei.

(D) Gibis abasteciam de ética o vasto campo da fantasia infantil...

(E) ... mas alguns parecem cheios de rancor...

Fomos = pretérito perfeito do Indicativo

(A) Nos anos de 1970 e 80 ainda surgiram = pretérito perfeito do Indicativo

(B) Os heróis eram = pretérito imperfeito do Indicativo

(C) Atualmente não sei. = presente do Indicativo

(D) Gibis abasteciam = pretérito imperfeito do Indicativo

(E) ... mas alguns parecem cheios de rancor... = presente do Indicativo

RESPOSTA: "A".

320-) (CREF/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

(A) Não culpe-o por suas escolhas erradas.

(B) Entregar-lhe-ei, pessoalmente, os documentos requisitados.

(C) A pessoa que procurou-me não conhecia meu pai.

(D) Tudo deixa-me feliz quando estou em paz.

(E) Tornaria-se diretor da empresa.

(A) Não culpe-o = não o culpe

(B) Entregar-lhe-ei, pessoalmente, os documentos requisitados.

(C) A pessoa que procurou-me = que me procurou

(D) Tudo deixa-me = tudo me deixa feliz

(E) Tornaria-se = tornar-se-ia

RESPOSTA: "B".

321-) (CREF/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras da ocorrência ou não de crase, assinale a alternativa correta.

(A) O veleiro estava as margens do lago.

(B) Enviei o convite àquele jornalista.

(C) As vendedoras foram submetidas à um teste.

(D) Sua aversão à cachorros não é normal.

(E) A noite, reuniam-se e conversavam sobre os acontecimentos do dia.

(A) O veleiro estava as margens = às margens (advérbio de lugar)

(B) Enviei o convite àquele jornalista. = enviei o quê? – o convite (objeto direto) a quem? – a + aquele: àquele (objeto indireto)

(C) As vendedoras foram submetidas à um = a um (artigo indefinido)

(D) Sua aversão à cachorros = a cachorros (masculina)

(E) A noite = à noite (advérbio de tempo)

RESPOSTA: "B".

322-) (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON-AGENTE ADMINISTRATIVO-CEPERJ/2012 - adaptada) Um exemplo de construção na voz passiva está em:

- (A) "A Gulliver recolherá 6 mil brinquedos"
- (B) "o consumidor pode solicitar a devolução do dinheiro"
- (C) "enviar o brinquedo por sedex"
- (D) "A empresa também é obrigada pelo Código de Defesa do Consumidor"
- (E) "A empresa fez campanha para recolher"

- (A) "A Gulliver recolherá 6 mil brinquedos" = voz ativa
- (B) "o consumidor pode solicitar a devolução do dinheiro" = voz ativa
- (C) "enviar o brinquedo por sedex" = voz ativa
- (D) "A empresa também é obrigada pelo Código de Defesa do Consumidor" = voz passiva
- (E) "A empresa fez campanha para recolher" = voz ativa

RESPOSTA: "D".

323-) (CREFITO/RJ-ES – TERAPEUTA OCUPACIONAL – CEPUERJ/2013) Dos verbos apresentados abaixo, aquele que forma substantivo utilizando sufixo diferente dos demais é:

- a) desenvolver
- b) restaurar
- c) ampliar
- d) liberar

- a) desenvolver = desenvolvimento
- b) restaurar = restauração
- c) ampliar = ampliação
- d) liberar = liberação

RESPOSTA: "A".

324-) (CREFITO/RJ-ES-TERAPEUTA OCUPACIONAL – CEPUERJ/2013) Levando em conta o processo de formação, a palavra "musculoesquelética" constitui exemplo de:

- a) derivação prefixal
- b) derivação regressiva
- c) composição por justaposição
- d) composição por aglutinação

musculoesquelética = músculo + esquelética (justaposição; não houve alteração nas palavras, foram apenas colocadas uma ao lado da outra).

RESPOSTA: "C".

325-) (CREFITO/RJ-ES-TERAPEUTA OCUPACIONAL – CEPUERJ/2013) No trecho "... A preocupação com a saúde e o bem-estar mantém aquecido o mercado para o fisioterapeuta...", o emprego da forma verbal no singular se justifica pela concordância com o núcleo:

- a) "saúde"
- b) "bem-estar"
- c) "preocupação"
- d) "fisioterapeuta"

"A preocupação com a saúde e o bem-estar mantém aquecido o mercado para o fisioterapeuta" = os termos em destaque relacionam-se, por isso o uso do verbo no singular.

RESPOSTA: "C".

326-) (EMTU/SP-AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-CAI-P-IMES/2012) Assinale a alternativa em que pelo menos um vocábulo não seja acentuado pela mesma regra de acentuação.

- A) preferências – possível – ônus.
- B) benéfica – hábitos – psíquico.
- C) há – têm – já.
- D) saúde – país – veículo.

A) preferências – possível – ônus.
Preferências = paroxítona terminada em ditongo; possível = paroxítona terminada em "l"; ônus = paroxítona terminada em "u + s"

B) benéfica – hábitos – psíquico.
Benéfica = proparoxítona; hábitos = proparoxítona; psíquico = proparoxítona

C) há – têm – já.
Há = oxítona terminada em "a"; têm = monossílabo terminada em "e + m"; já = oxítona terminada em "a"

D) saúde – país – veículo.
Saúde = regra do hiato; país = regra do hiato; veículo = regra do hiato

RESPOSTA: "C".

327-) (EMTU/SP-AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-CAI-P-IMES/2012) Observe a concordância verbal nas frases abaixo e coloque (C) para correto e (E) para errado.

- () A multidão aplaudiu entusiasmada o belíssimo gol.
- () A multidão aplaudiram entusiasmada o belíssimo gol.
- () A maioria dos torcedores vibrou com o impedimento do jogador adversário.
- () A maioria dos torcedores vibraram com o impedimento do jogador adversário.

Assinale a alternativa correta.

- A) E – C – C – C.
- B) C – E – C – C.
- C) C – C – C – C.
- D) C – C – E – C.

A multidão aplaudiu entusiasmada o belíssimo gol.
A multidão aplaudiram (aplaudiu) entusiasmada o belíssimo gol.

A maioria dos torcedores vibrou com o impedimento do jogador adversário.

A maioria dos torcedores vibraram com o impedimento do jogador adversário. (podemos concordar tanto com um quanto com o outro dos termos grifados – quando tivermos a expressão “a maioria de”).

RESPOSTA: “B”.

328-)(EMTU/SP–ANALISTA ADMINISTRATIVO JÚNIOR – CAIP-IMES/2012) Marque a frase inaceitável, do ponto de vista da concordância nominal.

- A) No calor, é bom bebermos bastante líquido.
- B) Nunca foi permitido presença de estranhos nesse departamento.
- C) Nos dias de hoje, é necessária paciência.
- D) Aprendi com minha avó que água de melissa é ótimo para os nervos.

Fiz o acerto necessário:

- A) No calor, é bom bebermos bastante líquido.
- B) Nunca foi permitido presença de estranhos nesse departamento.

(Correta. Se tivéssemos a presença de um artigo definido, a oração seria: Nunca foi permitida a presença)

- C) Nos dias de hoje, é necessária (necessário) paciência. (não temos o artigo definido “a”, portanto: necessário)
- D) Aprendi com minha avó que água de melissa é ótimo para os nervos.

(Correta. Se tivéssemos a presença de um artigo definido, a oração seria: a água de melissa é ótima)

RESPOSTA: “C”.

329 -) (FNDE – TÉCNICO EM FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS – CESPE/2012) O emprego do sinal indicativo de crase em “adequando os objetivos às necessidades” justifica-se pela regência do verbo adequar, que exige complemento regido pela preposição “a”, e pela presença de artigo definido feminino antes de “necessidades”.

“Adequar o quê? – os objetivos (objeto direto) – adequar o quê a quê? – a + as (=às) necessidades – objeto indireto. A explicação do enunciado está correta.

RESPOSTA: “CERTO”.

330-) (IBAMA – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) As palavras “pó”, “só” e “céu” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

Pó = monossílabo terminada em “o”; só = monossílabo terminada em “o”; céu = monossílabo terminada em ditongo aberto “éu”.

RESPOSTA: “ERRADO”.

331-) (TJ/RJ – TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo adequado a lacuna desta frase:

(A) Será que um dia se (atingir) a cifra de inimagináveis vinte bilhões de habitantes?

(B) Infelizmente não (caber) aos homens, desde a sua criação, escolher a solidariedade como seu atributo natural.

(C) Não é difícil imaginar o que nos (reservar) o adensamento das aglomerações urbanas.

(D) Aos jornais se (impor) reduzir as páginas, o mesmo ocorrendo com o palavreado de seus articulistas.

(E) Até mesmo a regime de emagrecimento (dever) submeter-se os homens do futuro.

(A) (atingir) a cifra = atingirá

(B) (caber) aos homens, = cabe

(C) o que nos (reservar) o adensamento = reserva

(D) Aos jornais se (impor) reduzir as páginas, o mesmo ocorrendo com o palavreado de seus articulistas. = impõe

(E) (dever) submeter-se os homens do futuro. = devem

RESPOSTA: “E”.

332-) (INFRAERO – ARQUIVISTA – FCC/2011) As normas de concordância verbal estão plenamente contempladas na frase:

a) Sempre poderá ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.

b) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam efeitos decisivos para a trama.

c) Reservam-se a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.

d) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.

e) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.

Fiz os acertos entre parênteses:

a) Sempre poderá (poderão) ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.

b) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam (acarreta) efeitos decisivos para a trama.

c) Reservam-se (reserva-se) a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.

d) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem (exerce) papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.

e) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.

RESPOSTA: "E".

333-) (INFRAERO – ARQUIVISTA – FCC/2011) Transpondo-se para a voz passiva a frase *Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista, a forma verbal obtida será:*

- a) pode ser obscurecido.
- b) obscurecerá.
- c) pode ter obscurecido.
- d) pode ser obscurecida.
- e) será obscurecida.

Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista = dois verbos na voz ativa, então teremos três na passiva: A atuação de um protagonista pode ser obscurecida por m figurante.

RESPOSTA: "D".

334-) (MAPA – ANALISTA DE SISTEMAS – FUNDAÇÃO DOM CINTRA/2010) O conectivo inicial do trecho *"Se bem sucedida, essa tática poderia, por exemplo (tomando uma cidade pequena), fazer aparecer os mesmos dez eleitores em 30 urnas"* introduz no período o sentido de:

- a) causa;
- b) condição;
- c) oposição;
- d) consequência;
- e) finalidade.

O "se" exerce várias funções (pronome reflexivo, partícula apassivadora, índice de indeterminação o sujeito, conjunção). Cabe a nós analisarmos a sua função dentro do contexto do enunciado da questão: a ideia transmitida é de uma hipótese, uma condição para que tal fato aconteça (a tática sendo bem sucedida aparecerão os eleitores). Conjunção condicional.

RESPOSTA: "B".

335-) (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) ... *muita gente se surpreenderia ao descobrir que Adoniran era também cantor-compositor.*

O verbo que possui o mesmo tipo de complemento que o destacado acima está empregado em:

- (A) E Adoniran estava tão estabelecido como ator...
- (B) Primeiro surgiu o cantor-compositor...
- (C) Sim, hoje em dia esse título parece pleonástico...
- (D) Adoniran Barbosa era tão talentoso e versátil...
- (E) ... a Revista do Rádio noticiava uma grande revolução...

Descobrir = exige objeto direto

- (A) E Adoniran estava = verbo de ligação
- (B) Primeiro surgiu o cantor-compositor. = intransitivo
- (C) Sim, hoje em dia esse título parece pleonástico = verbo de ligação
- (D) Adoniran Barbosa era tão talentoso e versátil = verbo de ligação
- (E) ... a Revista do Rádio noticiava = exige objeto direto

RESPOSTA: "E".

336-) (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – FCC/2012) *Consta que, durante o verão, em meio beleza das montanhas dos Alpes, Mahler buscava inspiração necessária para compor sinfonias que, felizmente, foram legadas gerações futuras.*

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) à - à - as
- (B) a - a - às
- (C) à - a - às
- (D) a - à - às
- (E) à - a - as

Consta que, durante o verão, em meio à . beleza das montanhas dos Alpes, Mahler buscava a inspiração (objeto direto) necessária para compor sinfonias que, felizmente, foram legadas às gerações (complemento nominal) futuras. À / a / as

RESPOSTA: "C".

337-) (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – FCC/2012) As normas de concordância estão plenamente atendidas em:

(A) Sempre houveram pessoas sensíveis o suficiente para perceberem a enorme riqueza e a profundidade que poderiam atingir a música de Mahler.

(B) Entre os que reconheceram o talento de Mahler em vida está o escultor francês Auguste Rodin, que esculpiu, em 1909, vários bustos do compositor.

(C) Prematuramente falecido, Mahler não chegou a usufruir do prestígio que lhe dedicaram, anos depois de sua morte, a geração seguinte.

(D) Mahler foi regente titular da Ópera Imperial de Viena, da qual se tornou diretor artístico em 1897, sendo que, depois de anos no cargo, certas perseguições os fizera abandonar a função.

(E) Não couberam aos contemporâneos de Mahler prestar-lhe as justas homenagens que cabem a um gênio artístico de sua envergadura.

(A) Sempre houveram (houve) pessoas sensíveis o suficiente para perceberem (perceber) a enorme riqueza e a profundidade que poderiam (poderia) atingir a música de Mahler.

(B) Entre os que reconheceram o talento de Mahler em vida está o escultor francês Auguste Rodin, que esculpiu, em 1909, vários bustos do compositor.

(C) Prematuramente falecido, Mahler não chegou a usufruir do prestígio que lhe dedicaram (dedicou), anos depois de sua morte, a geração seguinte.

(D) Mahler foi regente titular da Ópera Imperial de Viena, da qual se tornou diretor artístico em 1897, sendo que, depois de anos no cargo, certas perseguições os (o) fizera (fizeram) abandonar a função.

(E) Não couberam (coube) aos contemporâneos de Mahler prestar-lhe as justas homenagens que cabem a um gênio artístico de sua envergadura.

RESPOSTA: "B".

(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010 - ADAPTADA)
Atenção: As questões de números 337 a 338 referem-se ao texto abaixo.

Liderança é uma palavra frequentemente associada a feitos e realizações de grandes personagens da história e da vida social ou, então, a uma dimensão mágica, em que algumas poucas pessoas teriam habilidades inatas ou o dom de transformar-se em grandes líderes, capazes de influenciar outras e, assim, obter e manter o poder.

Os estudos sobre o tema, no entanto, mostram que a maioria das pessoas pode tornar-se líder, ou pelo menos desenvolver consideravelmente as suas capacidades de liderança.

Paulo Roberto Motta diz: "líderes são pessoas comuns que aprendem habilidades comuns, mas que, no seu conjunto, formam uma pessoa incomum". De fato, são necessárias algumas habilidades, mas elas podem ser aprendidas tanto através das experiências da vida, quanto da formação voltada para essa finalidade.

O fenômeno da liderança só ocorre na inter-relação; envolve duas ou mais pessoas e a existência de necessidades para serem atendidas ou objetivos para serem alcançados, que requerem a interação cooperativa dos membros envolvidos. Não pressupõe proximidade física ou temporal: pode-se ter a mente e/ou o comportamento influenciado por um escritor ou por um líder religioso que nunca se viu ou que viveu noutra época. [...]

Se a legitimidade da liderança se baseia na aceitação do poder de influência do líder, implica dizer que parte desse poder encontra-se no próprio grupo. É nessa premissa que se fundamenta a maioria das teorias contemporâneas sobre liderança.

Daí definirem liderança como a arte de usar o poder que existe nas pessoas ou a arte de liderar as pessoas para fazerem o que se requer delas, da maneira mais efetiva e humana possível. [...]

(Augusta E.E.H. Barbosa do Amaral e Sandra Souza Pinto. Gestão de pessoas, in Desenvolvimento gerencial na Administração pública do Estado de São Paulo, org. Lais Macedo de Oliveira e Maria Cristina Pinto Galvão, Secretaria de Gestão pública, São Paulo: Fundap, 2. ed., 2009, p. 290 e 292, com adaptações)

337-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010) De acordo com o texto, liderança

(A) é a habilidade de chefiar outras pessoas que não pode ser desenvolvida por aqueles que somente executam tarefas em seu ambiente de trabalho.

(B) é típica de épocas passadas, como qualidades de heróis da história da humanidade, que realizaram grandes feitos e se tornaram poderosos através deles.

(C) vem a ser a capacidade, que pode ser inata ou até mesmo adquirida, de conseguir resultados desejáveis daqueles que constituem a equipe de trabalho.

(D) torna-se legítima se houver consenso em todos os grupos quanto à escolha do líder e ao modo como ele irá mobilizar esses grupos em torno de seus objetivos pessoais.

Utilizando trechos do próprio texto, podemos chegar à conclusão: O fenômeno da liderança só ocorre na inter-relação; envolve duas ou mais pessoas e a existência de necessidades para serem atendidas ou objetivos para serem alcançados, que requerem a interação cooperativa dos membros envolvidos = equipe

RESPOSTA: "C".

338-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010) O texto deixa claro que

(A) a importância do líder baseia-se na valorização de todo o grupo em torno da realização de um objetivo comum.

(B) o líder é o elemento essencial dentro de uma organização, pois sem ele não se poderá atingir qualquer meta ou objetivo.

(C) pode não haver condições de liderança em algumas equipes, caso não se estabeleçam atividades específicas para cada um de seus membros.

(D) a liderança é um dom que independe da participação dos componentes de uma equipe em um ambiente de trabalho.

O texto deixa claro que a importância do líder baseia-se na valorização de todo o grupo em torno da realização de um objetivo comum.

RESPOSTA: "A".

MATEMÁTICA

339. (PREF. JUNDIAI/SP – ELETRICISTA – MAKIYAMA/2013) Dentre os nove competidores de um campeonato municipal de esportes radicais, somente os quatro primeiros colocados participaram do campeonato estadual. Sendo assim, quantas combinações são possíveis de serem formadas com quatro desses nove competidores?

- A) 126
- B) 120
- C) 224
- D) 212
- E) 156

$$C_{9,4} = \frac{9!}{5!4!} = \frac{9 \cdot 8 \cdot 7 \cdot 6 \cdot 5!}{5! \cdot 24} = 126$$

RESPOSTA: "A".

340. (PREF. LAGOA DA CONFUSÃO/TO – ORIENTADOR SOCIAL – IDECAN/2013) Renato é mais velho que Jorge de forma que a razão entre o número de anagramas de seus nomes representa a diferença entre suas idades. Se Jorge tem 20 anos, a idade de Renato é

- A) 24.
- B) 25.
- C) 26.
- D) 27.
- E) 28.

Anagramas de RENATO

$$\overline{6.5.4.3.2.1} = 720$$

Anagramas de JORGE

$$\overline{5.4.3.2.1} = 120$$

$$\text{Razão dos anagramas: } \frac{720}{120} = 6$$

Se Jorge tem 20 anos, Renato tem $20 + 6 = 26$ anos

RESPOSTA: "C".

341. (PREF. NEPOMUCENO/MG – PORTEIRO – CONSULPLAN/2013) Uma dona de casa troca a toalha de rosto do banheiro diariamente e só volta a repeti-la depois que já tiver utilizado todas as toalhas. Sabe-se que a dona de casa dispõe de 8 toalhas diferentes. De quantas maneiras ela pode ter utilizado as toalhas nos primeiros 5 dias de um mês?

- A) 4650.
- B) 5180.
- C) 5460.
- D) 6720.
- E) 7260.

$$\overline{8.7.6.5.4} = 6720$$

RESPOSTA: "D".

342. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Com a palavra PERMUTA é possível formar ____ anagramas começados por consoante e terminados por vogal.

- A) 120
- B) 480
- C) 1.440
- D) 5.040

$$\overline{P5.4.3.2.1} A = 120$$

$$120 \cdot 2 (\text{letras E e U}) = 240$$

$120 + 240 = 360$ anagramas com a letra P

$360 \cdot 4 = 1440$ (serão 4 tipos por ter 4 consoantes)

RESPOSTA: "C".

343. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) Assinale a alternativa que apresenta o número de anagramas da palavra QUARTEL que começam com AR.

- A) 80.
- B) 120.
- C) 240.
- D) 720.

$$AR \overline{5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1} = 120$$

RESPOSTA: "B".

344. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) Uma lei de certo país determinou que as placas das viaturas de polícia deveriam ter 3 algarismos seguidos de 4 letras do alfabeto grego (24 letras).

Sendo assim, o número de placas diferentes será igual a

- A) 175.760.000.
- B) 183.617.280.
- C) 331.776.000.
- D) 358.800.000.

Algarismos possíveis: $0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 = 10$ algarismos

$$\overline{10 \cdot 10 \cdot 10 \cdot 24 \cdot 24 \cdot 24 \cdot 24} = 331.776.000$$

RESPOSTA: "C".

344. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) São lançados dois dados e multiplicados os números de pontos obtidos em cada um deles. A quantidade de produtos distintos que se pode obter nesse processo é

- A) 36.
B) 27.
C) 30.
D) 21.
E) 18.

$$\overline{6.6}=36$$

Mas, como pode haver o mesmo produto por ser dois dados, $36/2=18$

RESPOSTA: "E".

345. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Quantos são os anagramas da palavra TESOURA?

- A) 2300
B) 5040
C) 4500
D) 1000
E) 6500

$$\overline{7.6.5.4.3.2.1}=5040$$

Anagramas são quaisquer palavras que podem ser formadas com as letras, independente se formam palavras que existam ou não.

RESPOSTA: "B".

346. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Analise as sentenças abaixo.

- I. $4! + 3! = 7!$
II. $4! \cdot 3! = 12!$
III. $5! + 5! = 2 \cdot 5!$

É correto o que se apresenta em

- A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) I, II e III.

I falsa

$$4!=24$$

$$3!=6$$

$$7!=5040$$

II falsa

$$4! \cdot 3! \neq 12!$$

III verdadeira

$$5!=120$$

$$5!+5!=240$$

$$2 \cdot 5!=240$$

RESPOSTA: "C".

347. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Uma empresa de propaganda pretende criar panfletos coloridos para divulgar certo produto. O papel pode ser laranja, azul, preto, amarelo, vermelho ou roxo, enquanto o texto é escrito no panfleto em preto, vermelho ou branco.

De quantos modos distintos é possível escolher uma cor para o fundo e uma cor para o texto se, por uma questão de contraste, as cores do fundo e do texto não podem ser iguais?

- A) 13
B) 14
C) 16
D) 17
E) 18

$$\overline{6.3}=18$$

Tirando as possibilidades de papel e texto iguais:

P P e V V=2 possibilidades

$$18-2=16 \text{ possibilidades}$$

RESPOSTA: "C".

348. (PREF. NEPOMUCENO/MG – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – CONSULPLAN/2013) Numa sala há 3 ventiladores de teto e 4 lâmpadas, todos com interruptores independentes. De quantas maneiras é possível ventilar e iluminar essa sala mantendo, pelo menos, 2 ventiladores ligados e 3 lâmpadas acesas?

- A) 12.
B) 18.
C) 20.
D) 24.
E) 36.

1ª possibilidade: 2 ventiladores e 3 lâmpadas

$$C_{3,2} = \frac{3!}{1!2!} = 3$$

$$C_{4,3} = \frac{4!}{1!3!} = 4$$

$$C_{3,2} \cdot C_{4,3} = 3 \cdot 4 = 12$$

2ª possibilidade: 2 ventiladores e 4 lâmpadas

$$C_{3,2} = \frac{3!}{1!2!} = 3$$

$$C_{4,4} = \frac{4!}{0!4!} = 1$$

$$C_{3,2} \cdot C_{4,4} = 3 \cdot 1 = 3$$

3ª possibilidade: 3 ventiladores e 3 lâmpadas

$$C_{3,3} = \frac{3!}{0!3!} = 1$$

$$C_{4,3} = \frac{4!}{1!3!} = 4$$

$$C_{3,3} \cdot C_{4,3} = 1 \cdot 4 = 4$$

4ª possibilidade: 3 ventiladores e 4 lâmpadas

$$C_{3,3} = \frac{3!}{0!3!} = 1$$

$$C_{4,4} = \frac{4!}{0!4!} = 1$$

$$C_{3,3} \cdot C_{4,4} = 1 \cdot 1 = 1$$

Somando as possibilidades: $12+3+4+1=20$

RESPOSTA: "C".

349. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Se enfileirarmos três dados iguais, obteremos um agrupamento dentre quantos possíveis.

- A) 150
- B) 200
- C) 410
- D) 216
- E) 320

$$C_{6,1} \cdot C_{6,1} \cdot C_{6,1}$$

$$C_{6,1} = \frac{6!}{1!5!} = \frac{6 \cdot 5!}{5!} = 6$$

$$6 \cdot 6 \cdot 6 = 216$$

RESPOSTA: "D".

350. (TJ/RS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA – FAURGS/2012) Um técnico judiciário deve agrupar 4 processos do juiz A, 3 do juiz B e 2 do juiz C, de modo que os processos de um mesmo juiz fiquem sempre juntos e em qualquer ordem. A quantidade de maneiras diferentes de efetuar o agrupamento é de

- A) 32.
- B) 38.
- C) 288.
- D) 864.
- E) 1728.

$$\text{Juiz A: } P_4 = 4! = 24$$

$$\text{Juiz B: } P_3 = 3! = 6$$

$$\text{Juiz C: } P_2 = 2! = 2$$

$$24 \cdot 6 \cdot 2 = 288. P_3 = 288 \cdot 6 = 1728$$

A P_3 deve ser feita, pois os processos tem que ficar juntos, mas não falam em que ordem podendo ser de qualquer juiz antes.

Portanto pode haver permutação entre eles.

RESPOSTA: "E".

351. (TJ/RS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA – FAURGS/2012) O Tribunal de Justiça está utilizando um código de leitura de barras composto por 5 barras para identificar os pertences de uma determinada seção de trabalho. As barras podem ser pretas ou brancas. Se não pode haver código com todas as barras da mesma cor, o número de códigos diferentes que se pode obter é de

- A) 10.
- B) 30.
- C) 50.
- D) 150.
- E) 250.

$2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 = 32$ possibilidades se pudesse ser qualquer uma das cores

Mas, temos que tirar código todo preto e todo branco.
 $32 - 2 = 30$

RESPOSTA: "B".

352. (PETROBRAS – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO/2012) Certa empresa identifica as diferentes peças que produz, utilizando códigos numéricos compostos de 5 dígitos, mantendo, sempre, o seguinte padrão: os dois últimos dígitos de cada código são iguais entre si, mas diferentes dos demais. Por exemplo, o código "03344" é válido, já o código "34544", não.

Quantos códigos diferentes podem ser criados?

- A) 3.312
- B) 4.608
- C) 5.040
- D) 7.000
- E) 7.290

$$9 \cdot 9 \cdot 9 \cdot 1 \cdot 1 = 729$$

São 10 possibilidades para os últimos dois dígitos:
 $729 \cdot 10 = 7290$

RESPOSTA: "E".

353. (DNIT – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRATIVA – ESAF/2012) Os pintores Antônio e Batista farão uma exposição de seus quadros. Antônio vai expor 3 quadros distintos e Batista 2 quadros distintos. Os quadros serão expostos em uma mesma parede e em linha reta, sendo que os quadros de um mesmo pintor devem ficar juntos. Então, o número de possibilidades distintas de montar essa exposição é igual a:

- A) 5
 - B) 12
 - C) 24
 - D) 6
 - E) 15
- Para Antônio
 $--- P_3 = 3! = 6$

Para Batista

$$_2P_2 = 2! = 2$$

E pode haver permutação dos dois expositores:

$$6.2.2 = 24$$

RESPOSTA: "C".

354. (CRMV/RJ – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – FUNDAÇÃO BIO-RIO/2014) Um anagrama de uma palavra é um reordenamento de todas as suas letras. Por exemplo, ADEUS é um anagrama de SAUDE e OOV é um anagrama de OVO. A palavra MOTO possui a seguinte quantidade de anagramas:

- A) 8
- B) 10
- C) 12
- D) 16
- E) 20

Como tem letra repetida:

$$P_4^2 = \frac{4!}{2!} = \frac{4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1}{2} = 12$$

RESPOSTA: "C".

355. (TJ/PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA – FCC/2012) A palavra GOTEIRA é formada por sete letras diferentes. Uma sequência dessas letras, em outra ordem, é TEIGORA. Podem ser escritas 5040 sequências diferentes com essas sete letras. São 24 as sequências que terminam com as letras GRT, nessa ordem, e começam com as quatro vogais. Dentre essas 24, a sequência AEIOGRT é a primeira delas, se forem listadas alfabeticamente. A sequência IOAEGRT ocuparia, nessa listagem alfabética, a posição de número

- A) 11.
- B) 13.
- C) 17.
- D) 22.
- E) 23.

$$A_ _ _ \text{ GRT } P_3 = 3! = 6$$

$$E_ _ _ \text{ GRT } P_3 = 3! = 6$$

$$IA_ _ \text{ GRT } P_2 = 2! = 2$$

$$IE_ _ \text{ GRT } P_2 = 2! = 2$$

IOAEGRT-17ª da sequência

RESPOSTA: "C".

356. (SEED/SP – AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – VUNESP/2012) Um restaurante possui pratos principais e individuais. Cinco dos pratos são com peixe, 4 com carne vermelha, 3 com frango, e 4 apenas com vegetais. Alberto, Bianca e Carolina pretendem fazer um pedido com três pratos principais individuais, um para cada. Alberto não come carne vermelha nem frango, Bianca só come vegetais, e Carolina só não come vegetais. O total de pedidos diferentes que podem ser feitos atendendo as restrições alimentares dos três é igual a

$$A) 384.$$

$$B) 392.$$

$$C) 396.$$

$$D) 416.$$

$$E) 432.$$

$$\text{Para Alberto: } 5+4=9$$

$$\text{Para Bianca: } 4$$

$$\text{Para Carolina: } 12$$

$$_ _ _ \\ 9.4.12 = 432$$

RESPOSTA: "E".

357. (SAMU/SC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – SPDM/2012) O total de números de 3 algarismos que terminam por um número par e que podem ser formados pelos algarismos 3,4,5,7,8, com repetição, é de:

$$A) 50$$

$$B) 100$$

$$C) 75$$

$$D) 80$$

O último algarismo pode ser 4 ou 8

$$_ _ _ \\ 5.5.2 = 50$$

RESPOSTA: "A".

358. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

$$A) 15.$$

$$B) 21.$$

$$C) 18.$$

$$D) 27.$$

$$E) 16.$$

7 vereadores se inscreveram nas 3.

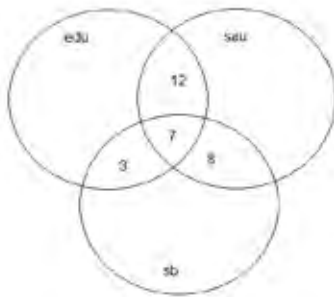
APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

$$\text{Portanto, } 30 - 7 - 12 - 8 = 3$$

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.



Só em saneamento se inscreveram: $3+7+8=18$

RESPOSTA: "C".

359. (TRT 19ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2014) Dos 46 técnicos que estão aptos para arquivar documentos 15 deles também estão aptos para classificar processos e os demais estão aptos para atender ao público. Há outros 11 técnicos que estão aptos para atender ao público, mas não são capazes de arquivar documentos. Dentre esses últimos técnicos mencionados, 4 deles também são capazes de classificar processos. Sabe-se que aqueles que classificam processos são, ao todo, 27 técnicos. Considerando que todos os técnicos que executam essas três tarefas foram citados anteriormente, eles somam um total de

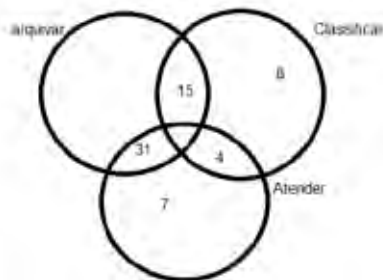
- A) 58.
- B) 65.
- C) 76.
- D) 53.
- E) 95.

15 técnicos arquivam e classificam

$46-15=31$ arquivam e atendem

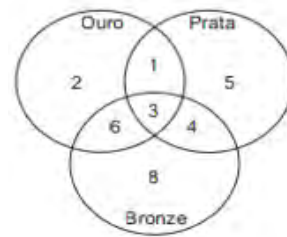
4 classificam e atendem

Classificam: $15+4=19$ como são 27 faltam 8



RESPOSTA: "B".

360. (METRÔ/SP – OFICIAL LOGISTICA –ALMOXARIFADO I – FCC/2014) O diagrama indica a distribuição de atletas da delegação de um país nos jogos universitários por medalha conquistada. Sabe-se que esse país conquistou medalhas apenas em modalidades individuais. Sabe-se ainda que cada atleta da delegação desse país que ganhou uma ou mais medalhas não ganhou mais de uma medalha do mesmo tipo (ouro, prata, bronze). De acordo com o diagrama, por exemplo, 2 atletas da delegação desse país ganharam, cada um, apenas uma medalha de ouro.



A análise adequada do diagrama permite concluir corretamente que o número de medalhas conquistadas por esse país nessa edição dos jogos universitários foi de

- A) 15.
- B) 29.
- C) 52.
- D) 46.
- E) 40.

O diagrama mostra o número de atletas que ganharam medalhas.

No caso das intersecções, devemos multiplicar por 2 por ser 2 medalhas e na intersecção das três medalhas multiplica-se por 3.

Intersecções:

$$6 \cdot 2 = 12$$

$$1 \cdot 2 = 2$$

$$4 \cdot 2 = 8$$

$$3 \cdot 3 = 9$$

Somando as outras:

$$2+5+8+12+2+8+9=46$$

RESPOSTA: "D".

361. (PREF. CAMAÇARI/BA – TÉC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NM – AOCP/2014) Qual é o número de elementos que formam o conjunto dos múltiplos estritamente positivos do número 3, menores que 31?

- A) 9
 - B) 10
 - C) 11
 - D) 12
 - E) 13
- $A=\{3,6,9,12,15,18,21,24,27,30\}$

10 elementos

RESPOSTA: "B".

362. (PREF. CAMAÇARI/BA – TÉC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NM – AOCP/2014) Considere dois conjuntos A e B, sabendo que $A \cap B = \{3\}$, $A \cup B = \{0; 1; 2; 3; 5\}$ e $A - B = \{1; 2\}$, assinale a alternativa que apresenta o conjunto B.

- A) $\{1;2;3\}$
- B) $\{0;3\}$
- C) $\{0;1;2;3;5\}$
- D) $\{3;5\}$
- E) $\{0;3;5\}$

LIVRO DE QUESTÕES

A intersecção dos dois conjuntos, mostra que 3 é elemento de B.

A-B são os elementos que tem em A e não em B.

Então de $A \cup B$, tiramos que $B=\{0;3;5\}$.

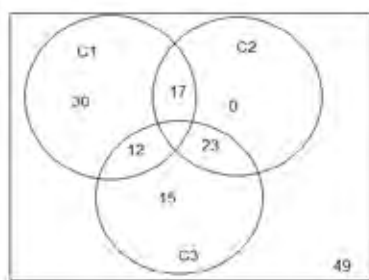
RESPOSTA: "E".

363. (TJ/BA – ANAISTA JUDICIARIO – BANCO DE DADOS – FAPERP/2012) Foi realizada uma pesquisa, com um grupo de pessoas, envolvendo a preferência por até duas marcas de carros dentre as marcas C1, C2 e C3. A pesquisa apresentou os seguintes dados:

- 59 preferem a marca C1
- 40 preferem a marca C2
- 50 preferem a marca C3.
- 17 preferem as marcas C1 e C2.
- 12 preferem as marcas C1 e C3
- 23 preferem as marcas C2 e C3
- 49 não preferem nenhuma das três marcas.

O número de pessoas que preferem apenas a marca C2 é igual a

- A) 0
- B) 15
- C) 25.
- D) 40.



O número de pessoas que preferem apenas a marca C2 é zero.

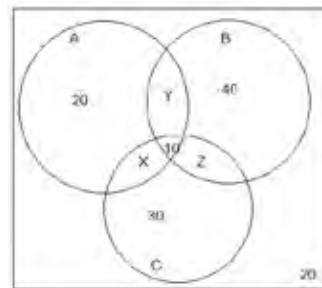
RESPOSTA: "A".

364. (TJ/PE – OFICIAL DE JUSTIÇA – JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO – FCC/2012) Em um clube com 160 associados, três pessoas, A, B e C (não associados), manifestam seu interesse em participar da eleição para ser o presidente deste clube. Uma pesquisa realizada com todos os 160 associados revelou que

- 20 sócios não simpatizam com qualquer uma destas pessoas.
- 20 sócios simpatizam apenas com a pessoa A.
- 40 sócios simpatizam apenas com a pessoa B.
- 30 sócios simpatizam apenas com a pessoa C.
- 10 sócios simpatizam com as pessoas A, B e C.

A quantidade de sócios que simpatizam com pelo menos duas destas pessoas é

- A) 20.
- B) 30.
- C) 40.
- D) 50.
- E) 60.



$$A+B+C=90$$

Simpatiza com as três: 10

Não simpatizam com nenhuma 20

$$90+10+20=120 \text{ pessoas}$$

Como têm 160 pessoas:

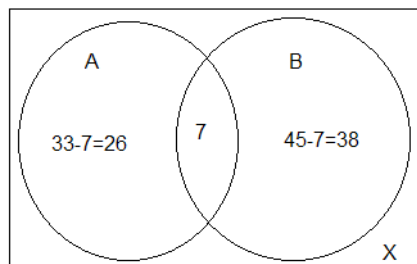
$$X+Y+Z=160-120=40 \text{ pessoas}$$

Portanto, a quantidade de sócios que simpatizam com pelo menos 2 são 40 (dos sócios que simpatizam com duas pessoas) + 10 (simpatizam com três)=50

RESPOSTA: "D".

365. (EBSERH/HU-UFS/SE - TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA - AOCP /2014) Em uma pequena cidade, circulam apenas dois jornais diferentes. O jornal A e o jornal B. Uma pesquisa realizada com os moradores dessa cidade mostrou que 33% lê o jornal A, 45% lê o jornal B, e 7% leem os jornais A e B. Sendo assim, quantos porcentos não leem nenhum dos dois jornais?

- A) 15%
- B) 25%
- C) 27%
- D) 29%
- E) 35%



$$26+7+38+x=100$$

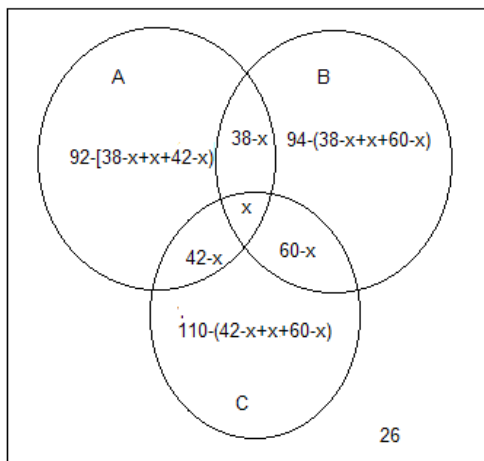
$$x=100-71$$

$$x=29\%$$

RESPOSTA: "D".

366. (METRÔ/SP – ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO – FCC/2014) Uma pesquisa, com 200 pessoas, investigou como eram utilizadas as três linhas: A, B e C do Metrô de uma cidade. Verificou-se que 92 pessoas utilizam a linha A; 94 pessoas utilizam a linha B e 110 pessoas utilizam a linha C. Utilizam as linhas A e B um total de 38 pessoas, as linhas A e C um total de 42 pessoas e as linhas B e C um total de 60 pessoas; 26 pessoas que não se utilizam dessas linhas. Desta maneira, conclui-se corretamente que o número de entrevistados que utilizam as linhas A e B e C é igual a

- A) 50.
- B) 26.
- C) 56.
- D) 10.
- E) 18.



$$92 - 38 + x - x - 42 + x + 94 - 38 + x - x - 60 + x + 110 - 42 + x - x - 60 + x + 38 - x + x + 42 - x + 60 - x + 26 = 200$$

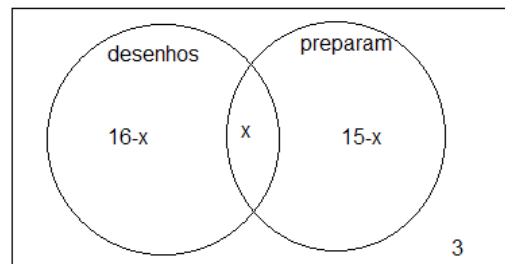
$$X = 200 - 182$$

$$X = 18$$

RESPOSTA: "E".

367. (TJ/RS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA – FAURGS/2012) Observando-se, durante certo período, o trabalho de 24 desenhistas do Tribunal de Justiça, verificou-se que 16 executaram desenhos arquitetônicos, 15 prepararam croquis e 3 realizaram outras atividades. O número de desenhistas que executaram desenho arquitetônico e prepararam croquis, nesse período, é de

- A) 10.
- B) 11.
- C) 12.
- D) 13.
- E) 14.



$$16 - x + x + 15 - x + 3 = 24$$

$$-x = 24 - 34$$

$$X = 10$$

RESPOSTA: "A".

368. (TJ/RS – OFICIAL DE TRANSPORTE – CETRO/2013) Dados os conjuntos $A = \{x \mid x \text{ é vogal da palavra CARRO}\}$ e $B = \{x \mid x \text{ é letra da palavra CAMINHO}\}$, é correto afirmar que $A \cap B$ tem

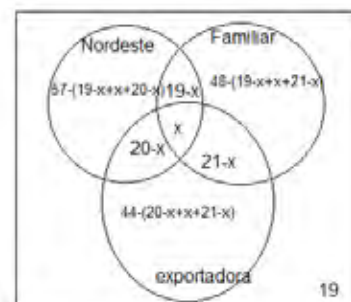
- A) 1 elemento.
- B) 2 elementos.
- C) 3 elementos.
- D) 4 elementos.
- E) 5 elementos.

Como o conjunto A é dado pelas vogais: $A = \{A, O\}$, portanto $A \cap B = \{A, O\}$

RESPOSTA: "B".

369. (CGU – ADMINISTRATIVA – ESAF/2012) Em um grupo de 120 empresas, 57 estão situadas na Região Nordeste, 48 são empresas familiares, 44 são empresas exportadoras e 19 não se enquadram em nenhuma das classificações acima. Das empresas do Nordeste, 19 são familiares e 20 são exportadoras. Das empresas familiares, 21 são exportadoras. O número de empresas do Nordeste que são ao mesmo tempo familiares e exportadoras é

- A) 21.
- B) 14.
- C) 16.
- D) 19.
- E) 12.



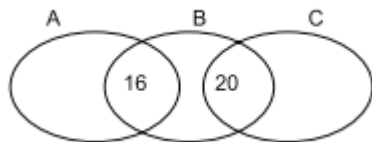
$$57 - 19 - 20 + x + 19 - x + 48 - 19 - 21 + x + x + 20 - x + 21 - x + 44 - 20 - 21 + x + 19 = 120$$

$$X = 120 - 108$$

$$X = 12$$

RESPOSTA: "E".

370. (MPE/ES – AGENTE DE APOIO-ADMINISTRATIVA – VUNESP/2013) No diagrama, observe os conjuntos A, B e C, as intersecções entre A e B e entre B e C, e a quantidade de elementos que pertencem a cada uma das intersecções.



Sabe-se que pertence apenas ao conjunto A o dobro do número de elementos que pertencem à intersecção entre A e B. Sabe-se que pertence, apenas ao conjunto C, o dobro do número de elementos que pertencem à intersecção entre B e C. Sabe-se que o número de elementos que pertencem apenas ao conjunto B é igual à metade da soma da quantidade de elementos que pertencem à intersecção de A e B, com a quantidade de elementos da intersecção entre B e C. Dessa maneira, pode-se afirmar corretamente que o número total de elementos dos conjuntos A, B e C é igual a

- A) 90.
- B) 108.
- C) 126.
- D) 162.
- E) 180.

$$A = 2 \cdot 16 = 32$$

$$C = 2 \cdot 20 = 40$$

$$B = (16 + 20) / 2 = 18$$

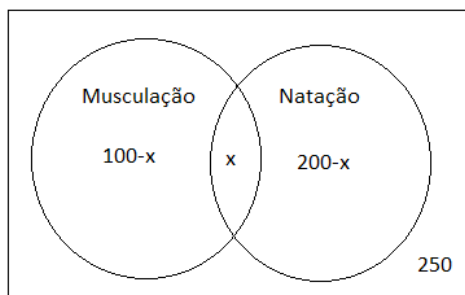
$$A + B + C = 32 + 18 + 40 = 90$$

$$90 + 16 + 20 = 126.$$

RESPOSTA: "C".

371. (MPE/AC – ANALISTA ADMINISTRATIVO – FMP/2013) Dos 500 frequentadores de uma academia de ginástica, 100 dedicam-se à musculação, 200 à natação e 250 a outras atividades que não musculação nem natação. O número de frequentadores da academia que se dedicam simultaneamente à musculação e à natação é

- A) 50.
- B) 100.
- C) 200.
- D) 250.
- E) 300.



$$100 - x + x + 200 - x + 250 = 500$$

$$-x = 500 - 550$$

$$X = 50$$

RESPOSTA: "A".

372. (CREMEGO – AGENTE ADMINISTRATIVO – QUA-DRIX/2012) Considere os conjuntos:

$$A = \{1, 3, 5, 6, 9, 11, 12\} \text{ e } B = \{2, 6, 8, 10, 13, 25\}$$

Quanto são os elementos do conjunto A-B?

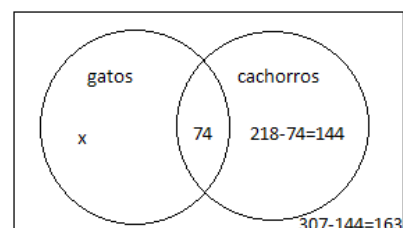
- A) 6
- B) 5
- C) 7
- D) 9
- E) 1

$$A - B = \{1, 3, 5, 9, 11, 12\}$$

RESPOSTA: "A".

373. (SECAD/TO – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – AOCP/2012) Em um bairro da cidade, as famílias foram entrevistadas. Nesta entrevista, a primeira pergunta era "Sua família possui gatos?" e a segunda era "Sua família possui cachorros?". Constatou-se que 218 famílias responderam "sim" na segunda pergunta, 307 responderam "não" na primeira pergunta e 74 responderam "sim" em ambas as perguntas. Sabendo que neste bairro 418 famílias foram entrevistadas, quantas famílias possuem apenas gatos?

- A) 21 famílias.
- B) 28 famílias.
- C) 31 famílias.
- D) 37 famílias.
- E) 43 famílias.



163 são as pessoas que responderam não para as duas perguntas

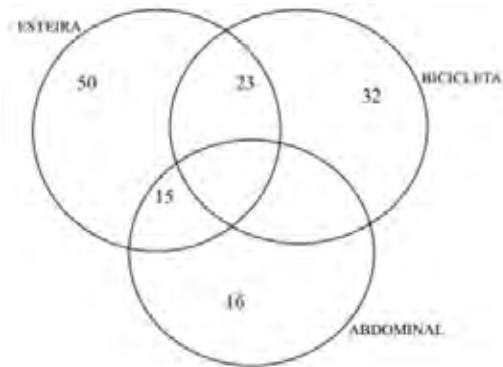
$$X + 74 + 144 + 163 = 418$$

$$X = 418 - 381$$

$$X = 37$$

RESPOSTA: "D".

374. (IAMSPE – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) O diagrama mostra pessoas que praticam es- teira, sendo seus praticantes homens e mulheres, bicicleta, sendo seus praticantes somente homens e abdominal, sen- do seus praticantes somente mulheres.



- A) apenas 23 pessoas são homens.
 B) apenas 31 pessoas são mulheres.
 C) 55 pessoas praticam esteira e bicicleta.
 D) 42 pessoas fazem esteira e são mulheres.
 E) 88 pessoas fazem esteira.

A-No mínimo tem $32+23=55$ homens

B-No mínimo 31 mulheres, sem contar as que fazem apenas esteira

C- 23 pessoas praticam esteira e bicicleta

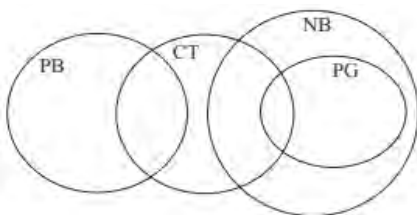
D- $50+23+15=88$ pessoas fazem esteira e não da pra saber quantas são mulheres.

RESPOSTA: "E".

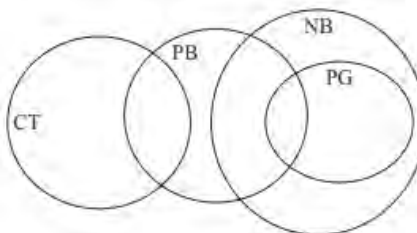
375. (IAMSPE – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Em uma empresa, quase todos os contadores(CT) são programadores(PG). Apenas um contador não é programador. Alguns publicitários(PB) dessa empresa são programadores, mas não todos. Uma enquête realizada nessa empresa apresentou como resultado que todos os programadores possuem um notebook(NB).

Sendo assim, uma representação possível para essa situação é:

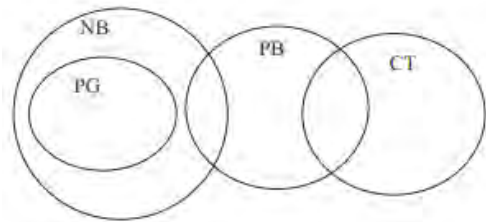
A)



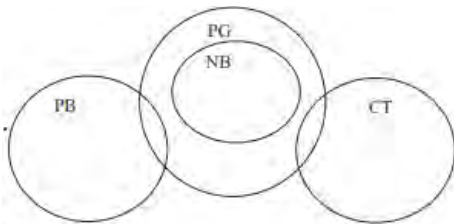
B)



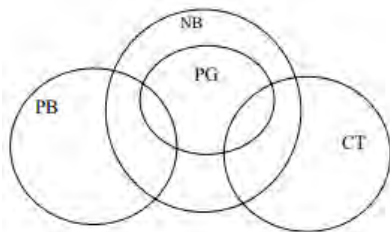
C)



D)



E)



CT tem que ter intersecção com PG(exclui B e C)

PB tem que ter intersecção com PG(exclui A)

Todos os programadores possuem notebook, ou seja, alguns publicitários e contadores têm notebook.

RESPOSTA: "E".

376. (CPTM – ALMOXARIFE – MAKIYAMA/2013) Considere um conjunto A formado por todos os números naturais de 0 a 15, um conjunto B formado por todos os números pares de 1 a 10 e C um conjunto formado por todos os números naturais de 0 a 12 que são divisíveis por 3. Sobre esses três conjuntos, podemos corretamente afirmar que:

- A) $A \subset B \cap C \supset B$
 B) $B \cup C = \{0,6,12\} \cap A \supset C$
 C) $A \cup B = \{2,4,6,8,10\} \cap B \subset C$
 D) $A \supset B \cap C \subset C$
 E) $B \cap C = \{6\} \cap A \supset B$

$A=\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15\}$

$B=\{2, 4, 6, 8, 10\}$

$C=\{3, 6, 9, 12\}$

Lembrando que a "abertura" do sinal $\cap$, sempre vai estar para o conjunto maior.

Alternativa A-errada, pois está falando que o conjunto A está dentro do B

LIVRO DE QUESTÕES

B-símbolo de união coloca todos os números

C-mesma coisa que a alternativa B

D- $A \supset B$, mas $A \subset C$

RESPOSTA: "E".

377. (CODESP – AUXILIAR DE ENFERMAGEM – CONSULPLAN/2012) Sejam os conjuntos $A = \{2, 4, 6, 7, x, 11, 12, 15, 18\}$, $B = \{4, 5, 7, 8, 9, 11, y, 14, 15, 16\}$ e $C = \{4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, z, 17\}$, cujos elementos estão dispostos em ordem crescente. Se a interseção desses 3 conjuntos possui 5 elementos, então a soma de x , y e z é

- A) 29.
- B) 40.
- C) 34.
- D) 51.
- E) 36.

$$A \cap B \cap C = \{4, 11\}$$

Agora, precisamos descobrir os valores de x, y, z para saber quais são os outros 3 elementos da interseção

Como os números estão em ordem crescente:

$X=9$, para poder ser outro elemento da interseção.

$Y=12$

$Z=15$

$$A \cap B \cap C = \{4, 9, 11, 12, 15\}$$

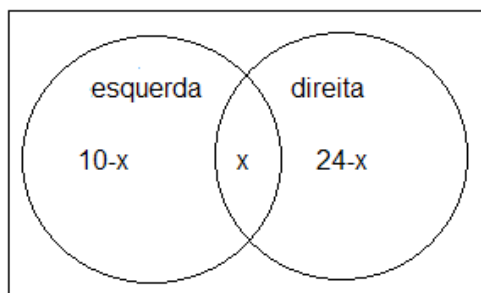
$$\text{Soma: } x+y+z=9+12+15=36$$

RESPOSTA: "E".

378. (ALMT – EDITOR GRÁFICO – FGV/2013) De um grupo de 30 jogadores do futebol mato-grossense, 24 chutam com a perna direita e 10 chutam com a perna esquerda.

Desse grupo de 30 jogadores, a quantidade daqueles que chutam somente com a perna esquerda é

- A) 3.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7.



$$10-x+x+24-x=30$$

$$-x=30-34$$

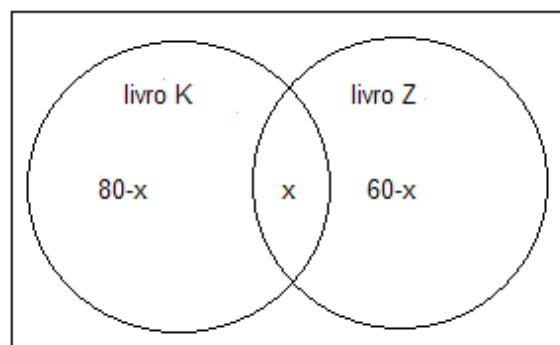
$$X=4$$

$$\text{Esquedra: } 10-x=10-4=6$$

RESPOSTA: "D".

379. (INES – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – MAGNUS CONCURSOS/2014) Numa biblioteca são lidos apenas dois livros, K e Z. 80% dos seus frequentadores leem o livro K e 60% o livro Z. Sabendo-se que todo frequentador é leitor de pelo menos um dos livros, a opção que corresponde ao percentual de frequentadores que leem ambos, é representado:

- A) 26%
- B) 40%
- C) 34%
- D) 78%
- E) 38%



$$80-x+x+60-x=100$$

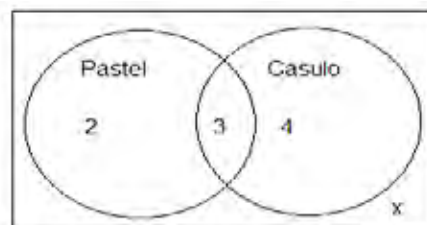
$$-x=100-140$$

$$X=40\%$$

RESPOSTA: "B".

380. (INES – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – MAGNUS CONCURSOS/2014) Numa recepção, foram servidos os salgados pastel e casulo. Nessa, estavam presentes 10 pessoas, das quais 5 comeram pastel, 7 comeram casulo e 3 comeram as duas. Quantas pessoas não comeram nenhum dos dois salgados?

- A) 0
- B) 5
- C) 1
- D) 3
- E) 2



$$2+3+4+x=10$$

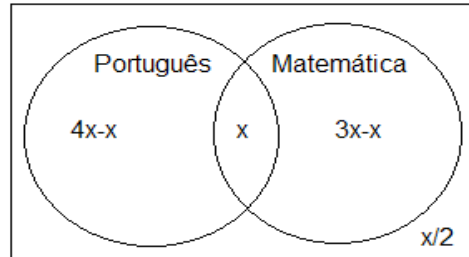
$$X=10-9$$

$$X=1$$

RESPOSTA: "C".

381. (IBGE – ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – CESGRANRIO/2013) Num concurso, cada um dos 520 candidatos inscritos fez uma prova de português e uma de matemática. Para ser aprovada, o candidato deve ser aprovado em ambas as provas. O número de candidatos que foi aprovado em matemática é igual ao triplo do número de candidatos aprovados no concurso, e o número de candidatos aprovados em português é igual ao quádruplo do número de candidatos aprovados em nenhuma das duas provas é igual a metade do número de candidatos aprovados no concurso. Quantos candidatos foram aprovados ao todo?

- A) 60
- B) 80
- C) 100
- D) 120
- E) 130



$$3X - X + X + 4X - X + X/2 = 520$$

$$6,5X = 520$$

$$X = 80$$

RESPOSTA: "B".

382. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Em uma seção de uma empresa com 20 funcionários, a distribuição dos salários mensais, segundo os cargos que ocupam, é a seguinte:

CARGO	N.º DE EMPREGADOS	SALÁRIO MENSAL (R\$)
Gerentes	2	X
Secretários	8	1.700,00
Estagiários	10	1.200,00

Sabendo-se que o salário médio desses funcionários é de R\$ 1.490,00, pode-se concluir que o salário de cada um dos dois gerentes é de

- A) R\$ 2.900,00.
- B) R\$ 4.200,00.
- C) R\$ 2.100,00.
- D) R\$ 1.900,00.
- E) R\$ 3.400,00.

$$Média = \frac{2x + 8 \cdot 1700 + 10 \cdot 1200}{20}$$

$$1490 = \frac{2x + 8 \cdot 1700 + 10 \cdot 1200}{20}$$

$$2x + 13600 + 12000 = 29800$$

$$2x = 4200$$

$$x = 2100$$

Cada um dos gerentes recebem R\$ 2100,00

RESPOSTA: "C".

383. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012) Em época de Natal, uma pesquisadora colheu dados de opinião dos clientes sobre shopping centers, seguindo os critérios da tabela seguinte:

CRITÉRIO	PESO
Estacionamento	3
Preços	2
Variedade de lojas	3
Decoração	2

Um shopping recebeu nota 8 para “estacionamento” e “preços” e nota 7 para os demais critérios. Logo, a média final atingida por esse shopping foi

- A) 7,5.
- B) 7,6.
- C) 7,7.
- D) 7,8.
- E) 7,9.

$$\frac{8 \cdot 3 + 8 \cdot 2 + 7 \cdot 3 + 7 \cdot 2}{10} = 7,5$$

RESPOSTA: “A”.

384. (SEED/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2013) Em certo departamento, trabalham homens e mulheres, sendo que nesse grupo há 10 homens a mais que o número de mulheres. A média salarial desse departamento é de R\$ 3.800,00. Entretanto, calculando separadamente, verifica-se que a média salarial dos homens é de R\$ 4.000,00, enquanto a média salarial das mulheres é de R\$ 3.500,00. O número de homens que trabalham nesse departamento é igual a

- A) 20.
- B) 40.
- C) 30.
- D) 25.
- E) 15.

Salário homens: SH

Salário mulher: SM

Homens: $x+10$

Mulheres: x

$$\frac{SH}{x+10} = 4000 \quad SH = 4000x + 40000$$

$$\frac{SM}{x} = 3500 \quad SM = 3500x$$

$$\frac{SH+SM}{x+x+10} = 3800$$

$$\frac{SH+SM}{2x+10} = 3800$$

$$7600x + 38000 = SH + SM$$

Substituindo SH e SM:

$$7600x + 38000 = 4000x + 40000 + 3500x$$

$$100x = 2000$$

$$X = 20$$

$$\text{Homens: } x+10 = 20+10 = 30$$

RESPOSTA: “C”.

385. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/PB – ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2013) A média aritmética simples entre dois números é igual à metade da soma desses números. Utilizando essa definição, a média aritmética simples entre é igual a

- A) $\frac{1}{2}$
- B) $\frac{2}{9}$
- C) $\frac{8}{9}$
- D) $\left(\frac{2}{3}\right)^2$
- E) $\left(\frac{1}{2}\right)^2$

Pela definição:

$$\frac{\frac{1}{3} + \frac{5}{9}}{2} = \frac{\frac{3+5}{9}}{2} = \frac{\frac{8}{9}}{2} = \frac{8}{18} = \frac{4}{9} = \left(\frac{2}{3}\right)^2$$

RESPOSTA: “D”.

386. (PC/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Em uma empresa com 5 funcionários, a soma dos dois menores salários é R\$4.000,00, e a soma dos três maiores salários é R\$12.000,00. Excluindo-se o menor e o maior desses cinco salários, a média dos 3 restantes é R\$3.000,00, podendo-se concluir que a média aritmética entre o menor e o maior desses salários é igual a

- A) R\$3.500,00.
- B) R\$3.400,00.
- C) R\$3.050,00.
- D) R\$2.800,00.
- E) R\$2.500,00.

$$X_1 + X_2 + X_3 + X_4 + X_5$$

$$X_1 + X_2 = 4000$$

$$X_3 + X_4 + X_5 = 12000$$

$$x_2 + x_3 + x_4 = 9000$$

$$x_1 + x_2 + x_3 + x_4 + x_5 = 4000 + 12000 = 16000$$

Sendo x_1 e x_5 o menor e o maior salário respectivamente:

$$x_1 + 9000 + x_5 = 16000$$

$$x_1 + x_5 = 16000 - 9000 = 7000$$

Então, a média aritmética:

$$\frac{x_1 + x_2}{2} = \frac{7000}{2} = 3500$$

RESPOSTA: "A".

387. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Em um grupo de pessoas, há 5 pessoas com 1,80m de altura, 6 com 1,70m e 4 com 1,90m. Logo, é correto afirmar que a média aritmética das alturas desse grupo é, aproximadamente, de

- A) 1,82m.
- B) 1,73m.
- C) 1,87m.
- D) 1,79m.

$$\frac{5 \cdot 1,80 + 6 \cdot 1,70 + 4 \cdot 1,90}{15} \approx 1,79$$

RESPOSTA: "D".

388. (SEAP – AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA – VUNESP/2013) Uma pessoa comprou quatro cadeiras iguais para sua cozinha, pagando R\$ 120,00 por cada uma delas, três cadeiras de praia por R\$ 90,00 cada uma delas e dois banquinhos iguais, de madeira. Considerando-se o total de peças compradas, na média, o preço de uma peça saiu por R\$ 94,00. O preço de cada banquinho era de

- A) R\$ 44,00.
- B) R\$ 56,00.
- C) R\$ 52,00.
- D) R\$ 48,00.
- E) R\$ 40,00.

Total de objetos: $4+3+2=9$

Cadeiras de cozinha: $120 \div 4=480$

Cadeiras de praia: $90 \div 3=270$

Banquinhos : $2x$

$$\frac{480 + 270 + 2x}{9} = 94$$

$$2x + 750 = 846$$

$$2x = 96$$

$$x = 48$$

Cada banquinhos custa R\$48,00.

RESPOSTA: "D".

389. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Considere o conjunto de dados abaixo, referente ao salário médio dos funcionários de uma empresa.

1500
1300
1200
1250
1600
1100
1450
1210
1980
1420

O valor da Mediana é:

- A) 1240
- B) 1500
- C) 1360
- D) 1600
- E) 1420

Colocando na ordem crescente:

1100;1200;1210;1250;1300;1420;1450;1500;1600;1980

A mediana é o número que se encontra no meio. Nesse caso que tem 10 números(par) é a média do 5º e 6º números:

$$\frac{1300 + 1420}{2} = \frac{2720}{2} = 1360$$

RESPOSTA: "C".

390. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Considere o seguinte conjunto:

{15; 17; 21; 25; 25; 29; 33; 35}

A média, a mediana e a moda desse conjunto de dados são, respectivamente,

- A) 1, 2 e 3
- B) 5, 7 e 9
- C) 7, 9 e 5
- D) 25, 25 e 25
- E) 25, 27 e 29

$$\text{Média} = \frac{15+17+21+25+25+29+33+35}{8} = 25$$

A mediana é a média entre o 4º e 5º termo:

$$\text{Mediana} = \frac{25 + 25}{2} = 25$$

Moda é o número que mais aparece: 25

RESPOSTA: "D".

391. (IAMSPE – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) A tabela mostra o número de funcionários por cargo em certa empresa, com seus respectivos salários em janeiro de 2012.

Número de funcionários	2	3	5
Salário em reais	1.200,00	2.200,00	X

LIVRO DE QUESTÕES

Se a média de todos esses salários foi, em janeiro de 2012, igual a R\$ 2.500,00, pode-se concluir que o valor de X da tabela é

- A) R\$ 2.600,00.
- B) R\$ 2.800,00.
- C) R\$ 3.000,00.
- D) R\$ 3.200,00.
- E) R\$ 3.600,00.

$$\frac{2 \cdot 1200 + 3 \cdot 2200 + 5X}{10} = 2500$$

$$2400 + 6600 + 5X = 25000$$

$$5X = 25000 - 2400 - 6600$$

$$X = 3200$$

RESPOSTA: "D".

392. (COREN/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2013) Um caminhão de entregas estava carregado com 240 caixas de diferentes produtos, sendo a média aritmética das massas das caixas igual a 10,5 kg. Após descarregar n caixas, cuja massa total era 560 kg, a média aritmética das massas das caixas restantes no caminhão passou a ser igual a 9,8 kg.

Desse modo, é correto afirmar que

- A) n = 44.
- B) n = 40.
- C) n = 35.
- D) n = 30.
- E) n = 26

$$\frac{x}{240} = 10,5$$

$$x = 2520 \text{ kg}$$

$$2520 - 560 = 1960 \text{ kg}$$

$$\frac{1960}{240 - n} = 9,8$$

$$9,8(240 - n) = 1960$$

$$2352 - 9,8n = 1960$$

$$-9,8n = -392$$

$$n = 40$$

RESPOSTA: "B".

393. (UFABC/SP – TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGENS DE SINAIS – VUNESP/2013) Daniel trabalha 8 horas por dia, de segunda a sexta-feira, e 10 horas aos sábados. O valor da hora trabalhada aos sábados é o dobro do valor recebido nos outros dias. Em um determinado mês, Daniel trabalhou 25 dias, sendo que 5 dias foram sábados, e recebeu, em média, R\$ 26,00 por hora. O valor da hora trabalhada aos sábados é

- A) R\$ 32,00.
- B) R\$ 36,00.
- C) R\$ 42,00.
- D) R\$ 48,00.
- E) R\$ 52,00.

$$5 \text{ sábados: } 5 \cdot 10 = 50 \text{ horas}$$

$$20 \text{ dias de segunda a sexta: } 20 \cdot 8 = 160 \text{ horas}$$

Sendo x o valor da hora trabalhada de dia de semana e 2x o valor de sábado (sábado é o dobro do valor recebido nos outros dias)

$$\text{Total de horas: } 50 + 160 = 210 \text{ horas}$$

$$\frac{50 \cdot 2x + 160 \cdot x}{210} = 26$$

$$100x + 160x = 5460$$

$$260x = 5460$$

$$x = 21$$

Ele recebe R\$ 21,00 de segunda a sexta por hora, portanto recebe R\$ 42,00 por hora aos sábados.

RESPOSTA: "C".

394. (SPTRANS – AGENTE DE INFORMAÇÕES – VUNESP/2012) A tabela mostra o número de acidentes com motos, em determinada cidade, no decorrer de 5 dias.

	N.º DE ACIDENTES COM MOTOS
2.ª feira	6
3.ª feira	3
4.ª feira	4
5.ª feira	2
6.ª feira	?

Na média, o número de acidentes por dia foi 4,4. Se tivesse ocorrido mais um acidente na 6.ª feira, a média diária desses 5 dias teria sido de

- A) 4,5.
- B) 4,6.
- C) 4,7.
- D) 4,8.
- E) 4,9.

Número de acidentes na sexta: X

$$\frac{6 + 3 + 4 + 2 + X}{5} = 4,4$$

$$15 + X = 22$$

$$X=7$$

$$\frac{15+8}{5} = Y$$

$$5Y=23$$

$$Y=4,6$$

RESPOSTA: "B".

(SEFAZ/RJ – ANALISTA DE CONTROLE INTERNO – CEPERJ/2013) Observe os números relacionados a seguir, e responda às questões de números 395 e 396.

4	7	3
9	6	8
8	7	8

395. A mediana desses valores vale:

- A) 6
- B) 6,5
- C) 7
- D) 7,5
- E) 8

Colocando em ordem crescente:

3; 4; 6; 7; 7; 8; 8; 8; 9

São 9 elementos, então a mediana é o quinto elemento $(9+1)/2$

Mediana 7

RESPOSTA: "C".

A moda desses valores vale:

- A) 8
- B) 7
- C) 6
- D) 5
- E) 4

Moda é o elemento que aparece com mais frequência:

8

RESPOSTA: "A".

396. (UEM/PR – AGENTE UNIVERSITÁRIO – MOTORISTA – UEM/2013) A média aritmética simples de três números é 10 e a média aritmética simples de dois desses números é 5.

Nessas condições, o terceiro número é igual a

- A) 10.
- B) 14.
- C) 15.
- D) 18.
- E) 20.

Números: x, y e z
 $(x+y+z)/3 = 10$

$$\frac{x+y}{2} = 5$$

$$x+y=10$$

$$\frac{10+z}{3} = 10$$

$$Z=30-10=20$$

RESPOSTA: "E".

397. (SEED/SP – AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – VUNESP/2012) A média aritmética entre três números inteiros positivos é igual a x , e a média aritmética entre o maior e o menor desses números é igual a y . Sendo assim, o número intermediário entre os três números mencionados é, necessariamente, igual a

- A) $2x$
- B) $x + 2y$
- C) x
- D) $3x - 2y$
- E) $x + y$

$$\frac{x_1 + x_2 + x_3}{3} = x$$

$$\frac{x_1 + x_3}{2} = y$$

$$x_1 + x_3 = 2y$$

$$\frac{2y + x_2}{3} = x$$

$$x_2 = 3x - 2y$$

RESPOSTA: "D".

398. (UNESP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Em uma instituição, a nota final de cada disciplina é composta pela média aritmética ponderada de 3 avaliações: A1, A2 e A3.

A avaliação A1 tem peso um e as demais avaliações têm peso dois, cada uma delas. Um aluno que tirou, em determinada disciplina, notas 3, 7 e 5 na A1, A2 e A3, respectivamente, teve, como nota final, nessa disciplina,

- A) 5.
- B) 5,4.
- C) 5,5.
- D) 6.
- E) 6,4.

$$M = \frac{3 + 7 \cdot 2 + 5 \cdot 2}{5} = \frac{27}{5} = 5,4$$

RESPOSTA: "B".

LIVRO DE QUESTÕES

399. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) A tabela a seguir apresenta o número de usuários internos atendidos por um departamento de uma determinada fundação, de segunda a sexta-feira, da semana anterior.

DIA DA SEMANA	NÚMERO DE ATENDIMENTOS INTERNOS
Segunda-feira	52
Terça-feira	47
Quarta-feira	38
Quinta-feira	45
Sexta-feira	53
Total	235

Com base nas informações da tabela, é possível afirmar que o número médio de atendimentos diário, daqueles dias, foi

- A) 120
- B) 117,5.
- C) 110.
- D) 54,5.
- E) 47.

$$\frac{52 + 47 + 38 + 45 + 53}{5} = 47$$

RESPOSTA: "E".

400. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) A nota média $0 \leq M \leq 10$ de análise dos projetos recebidos por uma determinada instituição, efetuada para fins de financiamento, é calculada pela média aritmética ponderada das notas das fases F_1 , F_2 e F_3 , pelas quais todos os projetos passam no período de avaliação. Se a fase F_1 tem peso 1, a fase F_2 , peso 2, e a fase F_3 , peso 3, e todas elas são avaliadas com notas que variam de zero a dez, um projeto que teve nota M igual a 8 e notas 7 e 8,5 nas fases F_1 e F_2 , respectivamente, ele teve a fase F_3 avaliada com nota

- A) 7,5.
- B) 8.
- C) 8,5.
- D) 9.
- E) 9,5.

$$M = \frac{P_1 \cdot x_1 + P_2 \cdot x_2 + P_3 \cdot x_3 + C... + P_n \cdot x_n}{P_1 + P_2 + P_3 + C... + P_n}$$

$$\frac{7 + 2 \cdot 8,5 + 3 \cdot F_3}{6} = 8$$

$$3F_3 = 48 - 24$$

$$F_3 = 8$$

RESPOSTA: "B".

401. (PREF. IMARUÍ – AGENTE EDUCADOR – PREF. IMARUÍ/2014) Certa quantia em dinheiro foi dividida igualmente entre três pessoas, cada pessoa gastou a metade do dinheiro que ganhou e $\frac{1}{3}$ (um terço) do restante de cada uma foi colocado em um recipiente totalizando R\$900,00 (novecentos reais), qual foi a quantia dividida inicialmente?

- A) R\$900,00
- B) R\$1.800,00
- C) R\$2.700,00
- D) R\$5.400,00

Quantidade a ser dividida: x

Se $\frac{1}{3}$ de cada um foi colocado em um recipiente e deu R\$900,00, quer dizer que cada uma colocou R\$300,00. A pessoa gastou metade, e ficou com metade.

Então foi guardado no recipiente, $\frac{1}{3}$ da metade do que a pessoa tinha.

Se a quantia foi dividida em 3 pessoas, ela tem $x/3$

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{1}{2} \cdot \frac{x}{3} = 300$$

$$x = 300 \cdot 18 = 5400$$

RESPOSTA: "D".

402. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Um quadrado é chamado mágico quando suas casas são preenchidas por números cuja soma em cada uma das linhas, colunas ou diagonais é sempre a mesma.

O quadrado abaixo é mágico.

15	10	$x - 2$	6
4	x	16	9
$3x - 1$	11	2	7
$\frac{-x + 7}{2}$	8	13	$2x + 2$

Um estudante determinou os valores desconhecidos corretamente e para $3x - 1$ atribuiu

- A) 14
- B) 12
- C) 5
- D) 3
- E) 1

Igualando a 1ª linha com a 3ª

$$\begin{aligned} 15 + 10 + x - 2 + 6 &= 3x - 1 + 11 + 2 + 7 \\ 2x &= 10 \\ x &= 5 \\ 3x - 1 &= 14 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "A".

403. (PGE/BA – ASSISTENTE DE PROCURADORIA – FCC/2013) A prefeitura de um município brasileiro anunciou que 3/5 da verba destinada ao transporte público seriam aplicados na construção de novas linhas de metrô. O restante da verba seria igualmente distribuído entre quatro outras frentes: corredores de ônibus, melhoria das estações de trem, novos terminais de ônibus e subsídio a passagens. Se o site da prefeitura informa que serão gastos R\$ 520 milhões com a melhoria das estações de trem, então o gasto com a construção de novas linhas de metrô, em reais, será de

- A) 3,12 bilhões.
- B) 2,86 bilhões.
- C) 2,60 bilhões.
- D) 2,34 bilhões.
- E) 2,08 bilhões.

520 milhões para as melhorias das estações de trem, como foi distribuído igualmente, corredores de ônibus, novos terminais e subsídio de passagem também receberam cada um 520 milhões.

Restante da verba foi de $520 \cdot 4 = 2080$

Verba: y

$$\begin{aligned} \frac{3}{5}y + 2080 \cdot 10^6 &= y \\ \frac{3}{5}y - y &= -2080 \cdot 10^6 \\ -2y &= -10400 \cdot 10^6 \\ y &= 5200 \cdot 10^6 \\ \frac{3}{5}5200 \cdot 10^6 &= 3120 \cdot 10^6 = 3,12 \cdot 10^9 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "A".

404. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Um funcionário de uma empresa deve executar uma tarefa em 4 semanas. Esse funcionário executou 3/8 da tarefa na 1ª semana. Na 2ª semana, ele executou 1/3 do que havia executado na 1ª semana. Na 3ª e 4ª semanas, o funcionário termina a execução da tarefa e verifica que na 3ª semana executou o dobro do que havia executado na 4ª semana. Sendo assim, a fração de toda a tarefa que esse funcionário executou na 4ª semana é igual a

- A) 5/16.
- B) 1/6.
- C) 8/24.
- D) 1/4.
- E) 2/5.

Tarefa: x

Primeira semana: $3/8x$

$$2 \text{ semana: } \frac{1}{3} \cdot \frac{3}{8}x = \frac{1}{8}x$$

$$1^a \text{ e } 2^a \text{ semana: } \frac{3}{8}x + \frac{1}{8}x = \frac{4}{8}x = \frac{1}{2}x$$

Na 3ª e 4ª semana devem ser feito a outra metade.

3ª semana: $2y$

4ª semana: y

$$2y + y = \frac{1}{2}x$$

$$3y = \frac{1}{2}x$$

$$y = \frac{1}{6}x$$

RESPOSTA: "B".

405. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Bia tem 10 anos a mais que Luana, que tem 7 anos a menos que Felícia. Qual é a diferença de idades entre Bia e Felícia?

- A) 3 anos.
- B) 7 anos.
- C) 5 anos.
- D) 10 anos.
- E) 17 anos.

Luana: x

Bia: $x + 10$

Felícia: $x + 7$

$$\text{Bia-Felícia} = x + 10 - x - 7 = 3$$

RESPOSTA: "A".

406. (DAE AMERICANAS/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – SHDIAS/2013) Em uma praça, Graziela estava conversando com Rodrigo. Graziela perguntou a Rodrigo qual era sua idade, e ele respondeu da seguinte forma:

- 2/5 de minha idade adicionados de 3 anos correspondem à metade de minha idade.

Qual é a idade de Rodrigo?

- A) Rodrigo tem 25 anos.
- B) Rodrigo tem 30 anos.
- C) Rodrigo tem 35 anos.
- D) Rodrigo tem 40 anos.

Idade de Rodrigo: x

$$\frac{2}{5}x + 3 = \frac{1}{2}x$$

$$\frac{2}{5}x - \frac{1}{2}x = -3$$

$$\text{Mmc}(2,5) = 10$$

$$\frac{4x - 5x}{10} = -3$$

$$4x - 5x = -30$$

$$x = 30$$

RESPOSTA: "B".

LIVRO DE QUESTÕES

407. (PREF. JUNDIAI/SP – ELETRICISTA – MAKIYAMA/2013) Para que a equação $(3m-9)x^2-7x+6=0$ seja uma equação de segundo grau, o valor de m deverá, necessariamente, ser diferente de:

- A) 1.
 - B) 2.
 - C) 3.
 - D) 0.
 - E) 9.
- $3m-9 \neq 0$
 $3m \neq 9$
 $m \neq 3$

RESPOSTA: "C".

408. (METRO/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METRO-VIÁRIA I - FCC/2013) Dois amigos foram a uma pizzaria. O mais velho comeu da pizza que compraram. Ainda da mesma pizza o mais novo comeu da quantidade que seu amigo havia comido. Sendo assim, e sabendo que mais nada dessa pizza foi comido, a fração da pizza que restou foi

- A) $\frac{3}{5}$
- B) $\frac{7}{8}$
- C) $\frac{1}{10}$
- D) $\frac{3}{10}$
- E) $\frac{36}{40}$

pizza: x

$$\text{mais velho: } \frac{3}{8}x$$

$$\text{mais novo: } \frac{7}{5} \cdot \frac{3}{8}x = \frac{21}{40}x$$

$$\frac{3}{8}x + \frac{21}{40}x + y = x$$

$$y = x - \frac{3}{8}x - \frac{21}{40}x$$

$$y = \frac{40x - 15x - 21x}{40} = \frac{4x}{40} = \frac{1}{10}x$$

Sobrou 1/10 da pizza.

RESPOSTA: "C".

409. (METRO/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METRO-VIÁRIA I - FCC/2013) Glauco foi à livraria e comprou 3 exemplares do livro J. Comprou 4 exemplares do livro K, com preço unitário de 15 reais a mais que o preço unitário do livro J. Comprou também um álbum de fotografias que custou a terça parte do preço unitário do livro K.

Glauco pagou com duas cédulas de 100 reais e recebeu o troco de 3 reais. Glauco pagou pelo álbum o valor, em reais, igual a

- A) 33.
- B) 132.
- C) 54.
- D) 44.
- E) 11.

Preço livro J: x

Preço do livro K = x + 15

$$\text{álbum: } \frac{x + 15}{3}$$

valor pago: 197 reais

$$3x + 4(x + 15) + \frac{x + 15}{3} = 197$$

$$\frac{9x + 12(x + 15) + x + 15}{3} = 197$$

$$9x + 12x + 180 + x + 15 = 591$$

$$22x = 396$$

$$x = 18$$

$$\text{álbum: } \frac{x + 15}{3} = \frac{18 + 15}{3} = 11$$

RESPOSTA: "E".

410. (METRO/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METRO-VIÁRIA I - FCC/2013) Hoje, a soma das idades de três irmãos é 65 anos. Exatamente dez anos antes, a idade do mais velho era o dobro da idade do irmão do meio, que por sua vez tinha o dobro da idade do irmão mais novo. Daqui a dez anos, a idade do irmão mais velho será, em anos, igual a

- A) 55.
- B) 25.
- C) 40.
- D) 50.
- E) 35.

Irmão mais novo: x

Irmão do meio: 2x

Irmão mais velho: 4x

Hoje:

Irmão mais novo: x + 10

Irmão do meio: 2x + 10

Irmão mais velho: 4x + 10

$$x + 10 + 2x + 10 + 4x + 10 = 65$$

$$7x = 65 - 30$$

$$7x = 35$$

$$x=5$$

hoje:

$$\text{Irmão mais novo: } x+10=5+10=15$$

$$\text{Irmão do meio: } 2x+10=10+10=20$$

$$\text{Irmão mais velho: } 4x+10=20+10=30$$

Daqui a dez anos

$$\text{Irmão mais novo: } 15+10=25$$

$$\text{Irmão do meio: } 20+10=30$$

$$\text{Irmão mais velho: } 30+10=40$$

RESPOSTA: "C".

411. (PREF. NEPOMUCENO/MG – SERVENTE DE OBRAS – CONSULPLAN/2013) Se a soma de dois números consecutivos é igual a 101, então a metade do sucessor do maior desses números é

A)23.

B)24.

C)25.

D)26.

E)27.

Primeiro número:x

Maior número:x+1

$$x + x + 1 = 101$$

$$2x = 100$$

$$x = 50$$

$$\text{Maior número: } x+1=50+1=51$$

Sucessor :52

$$\frac{52}{2} = 26$$

RESPOSTA: "D".

412. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013) Qual a equação do 2º grau cujas raízes são 1 e 3/2?

$$A) x^2 - 3x + 4 = 0$$

$$B) -3x^2 - 5x + 1 = 0$$

$$C) 3x^2 + 5x + 2 = 0$$

$$D) 2x^2 - 5x + 3 = 0$$

Como as raízes foram dadas, para saber qual a equação:

$$x^2 - Sx + P = 0$$

$$S = 1 + \frac{3}{2} = \frac{5}{2}$$

$$P = 1 \cdot \frac{3}{2} = \frac{3}{2}$$

$$x^2 - \frac{5}{2}x + \frac{3}{2} = 0$$

$$2x^2 - 5x + 3 = 0$$

RESPOSTA: "D".

413. (SABESP/SP – AGENTE DE SANEAMENTO AMBIENTAL – FCC/2014) Somando-se certo número positivo x ao numerador, e subtraindo-se o mesmo número x do denominador da fração 2/3 obtém-se como resultado, o número 5. Sendo assim, x é igual a

A) 52/25.

B) 13/6.

C) 7/3.

D) 5/2.

E) 47/23.

$$\frac{2+x}{3-x} = 5$$

$$15 - 5x = 2 + x$$

$$6x = 13$$

$$x = \frac{13}{6}$$

RESPOSTA: "B".

414. (SABESP – TÉCNICO EM SISTEMAS DE SANEAMENTO-QUÍMICA – FCC/2014) Uma empresa resolveu doar a seus funcionários uma determinada quantia. Essa quantia seria dividida igualmente entre 3, ou 5, ou 7 funcionários. Se fosse dividida entre 3 funcionários, cada um deles receberia 4 mil reais a mais do que se a quantia fosse dividida entre 7 funcionários. A diretoria da empresa resolveu dividir para 5 funcionários. Sendo assim, a quantia que cada um desses 5 funcionários recebeu é, em reais, igual a

A) 4.600,00.

B) 4.200,00.

C) 4.800,00.

D) 5.200,00.

E) 3.900,00.

Quantia: x

$$\frac{x}{3} = \frac{x}{7} + 4000$$

$$Mmc(3,7)=21$$

$$7x = 3x + 84000$$

$$4x = 84000$$

$$x = 21000$$

A quantia que vai ser dividida é de R\$21.000,00

$$\frac{21000}{5} = 4200$$

RESPOSTA: "B".

415. (TRF 3ª – ANALISTA JUDICIÁRIO-INFORMÁTICA – FCC/2014) O dinheiro de Antônio é a quarta parte do de Bianca que, por sua vez, é 80% do dinheiro de Cláudia. Mexendo apenas no dinheiro de Antônio, um aumento de x% fará com que ele fique com o mesmo dinheiro que Cláudia tem.

Nas condições dadas, x é igual a

- A) 500.
- B) 800.
- C) 900.
- D) 400.
- E) 300.

Cláudia: y

Bianca: 0,8y

$$\text{Antônio: } \frac{1}{4} \cdot 0,8y = 0,2y$$

$$0,2y + 0,2y \cdot \frac{x}{100} = y$$

$$y \left(0,2 + \frac{0,2x}{100} \right) = y$$

$$0,2 + \frac{0,2x}{100} = 1$$

$$0,2x = 0,8 \cdot 100$$

$$x = 400$$

RESPOSTA: "D".

416. (TRF 3ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2014) Um técnico precisava arquivar x processos em seu dia de trabalho. Outro técnico precisava arquivar y processos, diferente de x, em seu dia de trabalho. O primeiro técnico arquivou, no período da manhã, 2/3 dos processos que precisava arquivar naquele dia. No período da tarde, esse técnico arquivou 3/8 dos processos que arquivara pela manhã e ainda restaram 14 processos para serem arquivados. O segundo técnico arquivou, no período da manhã, 3/5 dos processos que precisava arquivar naquele dia. No período da tarde, o segundo técnico arquivou 5/18 dos processos que arquivara pela manhã e ainda restaram 42 processos para serem arquivados.

Dessa forma, é possível determinar que, o técnico que arquivou mais processos no período da tarde superou o que o outro arquivou, também no período da tarde, em um número de processos igual a

- A) 4.
- B) 18.
- C) 12.
- D) 30.
- E) 15.

Primeiro técnico

Processos: x

Manhã: 2/3x

$$\text{Tarde: } \frac{2}{3} \cdot \frac{3}{8}x = \frac{2}{8}x = \frac{1}{4}x$$

$$\frac{2}{3}x + \frac{1}{4}x + 14 = x$$

$$\frac{8x+3x+168}{12} = x$$

$$11x + 168 = 12x$$

$$x = 168 \text{ processos}$$

$$\text{Tarde: } \frac{1}{4} \cdot 168 = 42 \text{ processos}$$

Segundo técnico

Processos: y

Manhã: 3/5y

$$\text{Tarde: } \frac{3}{5} \cdot \frac{5}{18}y = \frac{3}{18}y = \frac{1}{6}y$$

$$\frac{18y+5y+1260}{30} = y$$

$$18y + 5y + 1260 = 30y$$

$$-7y = -1260$$

$$y = 180$$

$$\text{tarde: } \frac{1}{6} \cdot 180 = 30 \text{ processos}$$

RESPOSTA: "C".

417. (UFOP/MG – ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS – UFOP/2013) Um professor, ao corrigir uma prova de múltipla escolha com 60 questões, definiu que a cada resposta correta o aluno acumularia 5 pontos e perderia 1 ponto a cada resposta errada ou questão não respondida.

Quantas questões um aluno que totalizou 210 pontos acertou?

- A) 15
- B) 30
- C) 45
- D) 50

Acertos: x

Erros: 60-x

$$5x - (60-x) = 210$$

$$5x - 60 + x = 210$$

$$6x = 270$$

$$x = 45$$

RESPOSTA "C".

418. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) Para comprar uma bicicleta no valor de R\$ 240,00, um jovem juntou durante oito meses 1/4 da mesada que recebe de seu pai. No dia em que iria comprar a bicicleta, sua mãe colaborou com R\$ 60,00, mas, mesmo assim, ainda lhe faltavam R\$ 20,00. A mesada que seu pai lhe dá é de

- A) R\$ 68,00.
- B) R\$ 72,00.
- C) R\$ 76,00.
- D) R\$ 80,00.
- E) R\$ 84,00.

Mesada: x

Durante oito meses ele conseguiu guardar:

$$\frac{1}{4} \cdot 8x = 2x$$

$$2x + 60 + 20 = 240$$

$$2x = 160$$

X=80
Mesada é de R\$ 80,00.

RESPOSTA: "D".

419. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) Hoje, a minha idade é o dobro da idade de meu filho e a idade de meu filho é o triplo da idade de meu neto. Se daqui a 6 anos a soma de nossas idades for de 118 anos, eu tenho, a mais do que o meu neto,

- A) 45 anos.
B) 48 anos.
C) 50 anos.
D) 54 anos.
E) 60 anos.
Neto: x
Pai: 3x
Vô: 6x
6 anos
 $x+6+3x+6+6x+6=118$
 $10x=118-18$
 $10x=100$
X=10

Neto: 10 anos
Vô: 60 anos
Diferença: 60-10=50 anos

RESPOSTA: "C".

420. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Cem gramas de certo bolo têm 270 kcal. Pedro comeu 20 g de bolo a mais que Vitor e, ao todo, os dois ingeriram 378 kcal.

Quantos gramas de bolo Pedro comeu?

- A) 55
B) 60
C) 75
D) 80
E) 90

100g-----270 kcal
Xg-----378
X=140g

Pedro e Vitor comeram juntos 140g
Vitor : x
Pedro: x+20
 $x+x+20=140$
 $2x=120$
X=60

Pedro: $x+20=60+20=80g$

RESPOSTA: "D".

421. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Mauro precisava resolver alguns exercícios de Matemática. Ele resolveu 1/5 dos exercícios no primeiro dia. No segundo dia, resolveu 2/3 dos exercícios restantes e, no terceiro dia, os 12 últimos exercícios.

Ao todo, quantos exercícios Mauro resolveu?

- A) 30
B) 40
C) 45
D) 75
E) 90

Exercícios: x

$$1^{\circ} \text{ dia: } \frac{1}{5}x = \frac{3}{15}x$$

$$2^{\circ} \text{ dia: } \frac{2}{3} \cdot \frac{4}{5}x = \frac{8}{15}x$$

3° dia: 12

No primeiro e no segundo dia resolveram $\frac{11}{15}x$

$$\text{terceiro dia: } 1 - \frac{11}{15} = \frac{4}{15}x$$

$$\frac{4}{15}x = 12$$

$$x = 45$$

RESPOSTA: "C".

422. (DPE/SP – AGENTE DE DEFENSORIA PÚBLICA – FCC/2013) Carlos e Alberto disputam um jogo, um contra o outro, sendo que a cada jogada o dinheiro que um perde é equivalente ao que o outro ganha. De início, Carlos tem o dobro do dinheiro de Alberto para apostar. Depois de algumas partidas, Carlos perdeu R\$ 400,00 e, nessa nova situação, Alberto passou a ter o dobro do dinheiro de Carlos. No início desse jogo, Carlos e Alberto tinham, juntos, para apostar um total de

- A) R\$ 1.200,00.
B) R\$ 1.100,00.
C) R\$ 1.250,00.
D) R\$ 1.150,00.
E) R\$ 1.050,00.

Carlos: C
Alberto: A

Início

$$C=2A$$

Depois de algumas partidas

Carlos perdeu 400: $2A-400$

Alberto ganhou esses 400 e ficou com o dobro de Carlos

$$A+400=2(2A-400)$$

$$A+400=4A-800$$

$$A+400=4A-800$$

$$3A=1200$$

LIVRO DE QUESTÕES

$$\begin{aligned} A &= 400 \\ C &= 2A = 800 \\ A + C &= 400 + 800 = 1200 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "A".

423. (TJ/SP - AUXILIAR DE SAÚDE JUDICIÁRIO - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – VUNESP/2013) A água do mar contém 2,5% da sua massa em sal. Para obtenção de 600 gramas de sal a partir de água do mar, são necessários x quilogramas de água do mar. Nesse caso x é igual a

- A) 24.
- B) 25.
- C) 21.
- D) 14.
- E) 18.

$$600 \text{ gramas} = 0,6\text{kg}$$

$$\frac{2,5}{100} \cdot x = 0,6$$

$$x = \frac{60}{2,5} = 24\text{kg}$$

RESPOSTA: "A".

424. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Em uma papelaria há duas máquinas de xerox. Uma é mais nova e mais rápida do que a outra. A produção da máquina antiga é igual a $\frac{1}{3}$ da produção da máquina mais nova. Em uma semana, as duas máquinas produziram juntas 3 924 folhas xerocadas. Dessa quantidade, o número de folhas que a máquina mais rápida xerocou é

- A) 1 762.
- B) 2 943.
- C) 1 397.
- D) 2 125.
- E) 981.

$$\begin{aligned} \text{Máquina nova: } x \\ \text{Máquina velha: } \frac{1}{3}x \end{aligned}$$

$$x + \frac{1}{3}x = 3924$$

$$3x + x = 11772$$

$$x = 2943$$

RESPOSTA: "B".

425. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012) Em um dia, um auxiliar de escritório computou o recebimento de 123 correspondências eletrônicas, todas enviadas do Estado de São Paulo ou do Estado do Rio de Janeiro. Se foram 15 correspondências a mais do Estado de São Paulo, o total das do Estado do Rio de Janeiro foi

- A) 24.
- B) 39.
- C) 54.
- D) 69.
- E) 84.

$$\begin{aligned} \text{Estado do Rio de Janeiro: } x \\ \text{Estado de São Paulo: } x+15 \end{aligned}$$

$$x + x + 15 = 123$$

$$2x = 108$$

$$x = 54$$

RESPOSTA: "C".

426. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) No bloco A de certo presídio, há o triplo de presos do bloco B e, no bloco C, há a metade de presos do bloco B. Sabendo que o total de presos nos três blocos é igual a 7.506, pode-se concluir que, no bloco A, há

- A) 5.000 presos.
- B) 5.004 presos.
- C) 5.018 presos.
- D) 5.046 presos.

$$\text{Bloco B: } x$$

$$\text{Bloco A: } 3x$$

$$\text{Bloco C: } \frac{1}{2}x$$

$$x + 3x + \frac{1}{2}x = 7506$$

$$9x = 15012$$

Ao invés de dividir por 9 e depois multiplicar por 3 pra saber quantos presos tem no bloco A, vamos dividir por 3 o número 15012.

$$3x = 5004$$

RESPOSTA: "B".

427. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) O valor de x na equação é $5 \cdot 3^{x+1} + 3^{x-2} = 408$ é

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

$$3^{x+1}(5 + 3^{-3}) = 408$$

$$3^{x+1}\left(5 + \frac{1}{27}\right) = 408$$

$$3^{x+1}\left(\frac{136}{27}\right) = 408$$

$$3^{x+1} = 408 \cdot \frac{27}{136}$$

$$3^{x+1} = 81$$

$$3^x \cdot 3 = 81$$

$$3^x = 27$$

$$3^x = 3^3$$

$$x = 3$$

RESPOSTA: "C".

428. (PREF. NEPOMUCENO/MG – PORTEIRO – CONSULPLAN/2013) Carlos tem, atualmente, 20 anos. Há x anos a idade de Carlos era um terço da idade de Flávio e metade da idade de Sérgio. Qual o valor de x , considerando que Flávio é 13 anos mais velho do que Sérgio?

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.
- E) 10.

Há x anos
Sérgio: y
Flávio: $y+13$

$$\text{Carlos: } \frac{1}{3}(y+13)$$

$$\frac{1}{3}(y+13) = \frac{1}{2}y \text{ (idade de Carlos é metade de Sérgio)}$$

$$2(y+13) = 3y$$

$$2y + 26 = 3y$$

$$y = 26$$

$$\text{Carlos: } \frac{26+13}{3} = 13$$

Há x anos Carlos tinha 13, atualmente tem 20 anos.
Portanto $x=7$

RESPOSTA: "B".

429. (PREF. NEPOMUCENO/MG – PORTEIRO – CONSULPLAN/2013) Três caixas de fósforo possuem, respectivamente, x , $2x-1$ e $3x+2$ palitos, num total de 73 unidades. Quantos palitos foram retirados da caixa com mais palitos, sabendo-se que cada caixa vem com 40 palitos?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

$$X+2x-1+3x+2=73$$

$$6x=72$$

$$X=12$$

A caixa que tem mais palitos: $3x+2=38$

Então foram retirados: $40-38=2$ palitos

RESPOSTA: "B".

430. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013) O dobro da menor raiz da equação de 2º grau dada por $x^2-6x=-8$ é:

- 2
- 4
- 8
- 12

$$x^2-6x+8=0$$

$$\Delta = 36 - 32 = 4$$

$$x = \frac{6 \pm 2}{2}$$

$$x_1 = \frac{6+2}{2} = 4$$

$$x_2 = \frac{6-2}{2} = 2$$

Dobro da menor raiz: $2 \cdot 2=4$

RESPOSTA: "B".

431. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) É correto afirmar que a solução da equação exponencial é

$$A) S = \{0, 1\}.$$

$$B) S = \{-1, 0\}.$$

$$C) S = \{-2, 1\}.$$

$$D) S = \{1/3, 1\}$$

$$3 \cdot (3^x)^2 - 4 \cdot 3^x + 1 = 0$$

$$3^x = y$$

$$3y^2 - 4y + 1 = 0$$

$$\Delta = 16 - 12 = 4$$

$$y = \frac{(4 \pm 2)}{6}$$

$$y_1 = 1 \quad y_2 = \frac{1}{3}$$

Voltando:

$$3^x = 1$$

$$3^x = 3^0$$

$$x = 0$$

$$3^x = \frac{1}{3}$$

$$3^x = 3^{-1}$$

$$x = -1$$

RESPOSTA: "B".

432. (SEAP – AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA – VUNESP/2013) Com um pote de chocolate em pó, uma padaria prepara várias xícaras de café especial, colocando em cada uma delas 30 g de chocolate em pó. Se essa padaria colocar apenas 20 g de chocolate em pó, em cada xícara de café especial, poderá preparar, com o mesmo pote inicial de chocolate, 10 xícaras a mais de café especial. A quantidade inicial de chocolate em pó do pote, em gramas, era de

- A) 500.
- B) 600.
- C) 550.
- D) 650.
- E) 450.

$$\frac{x}{30} = y \quad x = 30y$$

$$\frac{x}{20} = y + 10 \quad x = 20y + 200$$

Igualando as duas equações

$$30y = 20y + 200$$

$$10y = 200$$

$$y = 20$$

Voltando

$$x = 30 \cdot 20 = 600$$

RESPOSTA: "B".

433. (TJ/SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) Alésio, Bernardo e Cláudio investiram dinheiro, juntos, em um negócio. Cláudio investiu dois terços do que Bernardo investiu. Bernardo investiu 20% do total investido por Alésio e Cláudio juntos. Se o investimento total dos três nesse negócio foi de R\$ 19.080,00, então aquele que colocou menos dinheiro investiu

A) R\$ 2.660,00.

B) R\$ 3.816,00.

C) R\$ 2.060,00.

D) R\$ 3.180,00.

E) R\$ 2.120,00.

Alésio: A

Bernardo: B

Cláudio: C

$$B = 0,2(A+C)$$

$$C = 2/3B$$

$$A+B+C=19080$$

Substituindo B:

$$A+0,2(A+C)+C=19080$$

$$1,2A+1,2C=19080$$

$$1,2(A+C)=19080$$

$$A+C=15900$$

$$B=0,2 \cdot 15900=3180$$

$$C = \frac{2}{3} 3180 = 2120$$

$$A=19080-3180-2120=13780$$

Quem investiu menos foi Carlos R\$2120,00

RESPOSTA: "E".

434. (TJ/AM – ANALISTA JUDICIÁRIO I – ADMINISTRAÇÃO – FGV/2013) Certo casal teve um único filho. Quando o filho fez 6 anos o pai disse para sua esposa:

"Hoje, a minha idade é 5 vezes a idade do meu filho".

Anos depois, no dia do aniversário do filho, o pai disse para sua esposa:

"Hoje, a minha idade é o dobro da idade do meu filho".

O número de anos decorridos da primeira declaração para a segunda foi de

A) 10.

B) 18.

C) 20.

D) 24.

E) 28.

Filho: 6 anos

Pai: 5.6=30 anos

X: anos decorridos

$$2(6+x)=30+x$$

$$12+2x=30+x$$

$$X=18$$

RESPOSTA: "B".

435. (CGU – ADMINISTRATIVA – ESAF/2012) Um segmento de reta de tamanho unitário é dividido em duas partes com comprimentos x e $1-x$ respectivamente.

Calcule o valor mais próximo de x de maneira que

$$x = (1-x) / x, \text{ usando } \sqrt{5}=2,24.$$

A) 0,62

B) 0,38

C) 1,62

D) 0,5

E) $1/\pi$

$$x = \frac{1-x}{x}$$

$$x^2 = 1-x$$

$$x^2 + x - 1 = 0$$

$$\Delta = 1 + 4 = 5$$

$$x = \frac{-1 \pm \sqrt{5}}{2}$$

$$x_1 = \frac{(-1 + 2,24)}{2} = 0,62$$

$$x_2 = \frac{-1 - 2,24}{2} = -1,62 (\text{não convém})$$

RESPOSTA: "A".

436. (EMTU/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – CAIPI-MES/2013) Marcos tem o dobro mais R\$ 1,00 do valor em dinheiro que tem Roberto e, juntos, eles têm R\$ 128,50. Sendo assim, Marcos tem:

A) R\$ 42,50.

B) R\$ 55,50.

C) R\$ 72,00.

D) R\$ 86,00.

Marcos: $2x+1$

Roberto: x

$$2x+1+x=128,50$$

$$3x=127,50$$

$$X=42,50$$

$$\text{Marcos: } 2.42,50+1=86$$

RESPOSTA: "D".

437. (SABESP – ANALISTA DE GESTÃO I -CONTABILIDADE – FCC/2012) No conjunto dos números reais, a inequação $(x - 1)(x + 5) + x \leq (2x - 1)^2$ apresenta como conjunto solução:

- A) $\mathbb{R}$
- B) $\{x \in \mathbb{R} / x \leq -2 \text{ ou } x \geq -1\}$
- C) $\{x \in \mathbb{R} / -2 \leq x \leq -1\}$
- D) $\{x \in \mathbb{R} / x \leq 1 \text{ ou } x \geq 2\}$
- E) $\{x \in \mathbb{R} / 1 \leq x \leq 2\}$

$$x^2 + 5x - x - 5 + x \leq 4x^2 - 4x + 1$$

$$-3x^2 + 9x - 6 \leq 0$$

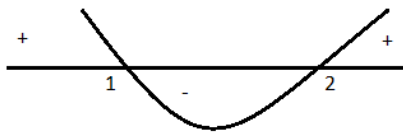
$$-x^2 + 3x - 2 \leq 0$$

$$x^2 - 3x + 2 \geq 0$$

$$x = \frac{3 \pm 1}{2}$$

$$x_1 = 2$$

$$x_2 = 1$$



$$S = \{x \in \mathbb{R} / x \leq 1 \text{ ou } x \geq 2\}$$

RESPOSTA: "D".

438. (CASA DA MOEDA – AUXILIAR DE OPERAÇÃO INDUSTRIAL – CESGRANRIO/2012) Qual é o menor valor inteiro que satisfaz a desigualdade apresentada a seguir?

$$9x + 2(3x - 4) > 11x - 14$$

- A) -2
- B) -1
- C) 0
- D) 1
- E) 2

$$9x + 6x - 8 > 11x - 14$$

$$15x - 8 > 11x - 14$$

$$4x > -6$$

$$x > -3/2$$

O menor valor inteiro que satisfaz a desigualdade é -1.

RESPOSTA: "B".

439. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) Se 1 é raiz da equação $3x^3 - 15x^2 - 3x + m = 0$ então as outras duas raízes são

- A) -1 e 5.
- B) -2 e 3.
- C) -1 e -5.
- D) -2 e -3.

$$x = 1$$

$$3 - 15 - 3 + m = 0$$

$$m = 15$$

Dividindo por 3:

$$x^3 - 5x^2 - x + 5 = 0$$

1	1	-5	-1	5
	1	-4	-5	0

$$x^2 - 4x - 5 = 0$$

$$\Delta = 16 + 20 = 36$$

$$x = \frac{4 \pm 6}{2}$$

$$x_1 = 5 \text{ e } x_2 = -1$$

RESPOSTA: "A".

440. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Temos que a raiz do polinômio $p(x) = x^2 - mx + 6$ é igual a 6. O valor de m é:

- A) 15
- B) 7
- C) 10
- D) 8
- E) 5

Lembrando que a fórmula pode ser escrita como $x^2 - Sx + P$, temos que $P(\text{produto}) = 6$ e se uma das raízes é 6, a outra é 1.

$$\text{Então a soma é } 6 + 1 = 7$$

$$S = m = 7$$

RESPOSTA: "B".

441. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Determine o valor de a e b, respectivamente, no polinômio $p(x) = x^3 + ax^2 + (b - 18)x + 1$, sabendo que 1 é raiz do polinômio e $p(2) = 25$.

- A) 10 e 6
- B) 8 e 9
- C) 4 e 5
- D) 6 e 12
- E) 14 e 20

Se 1 é raiz do polinômio, então:

$$p(1) = 0$$

$$0 = 1^3 + a1^2 + (b - 18)1 + 1$$

$$0 = 1 + a + b - 18 + 1$$

$$a + b = 16$$

$$p(2) = 25$$

Devemos fazer $x = 2$

$$25 = 2^3 + a2^2 + (b - 18)2 + 1$$

$$25 = 8 + 4a + 2b - 36 + 1$$

$$4a + 2b = 52 \text{ (:2)}$$

$$2a + b = 26$$

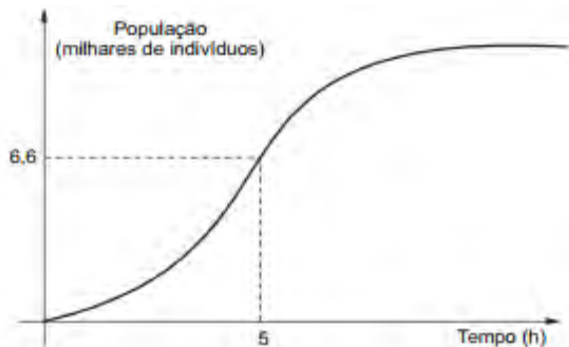
$$\begin{cases} a + b = 16 \\ 2a + b = 26 \end{cases}$$

Multiplicando a primeira por $(x-1)$ e somando na segunda:

$$a = 10 \text{ e } b = 6$$

RESPOSTA: "A".

442. (SABESP – ANALISTA DE GESTÃO I -CONTABILIDADE – FCC/2012) Durante um experimento, um pesquisador controlou o número de indivíduos de uma espécie de micro-organismos ao longo do tempo, tendo obtido o gráfico abaixo.



A análise do gráfico permitiu concluir que a população p , em milhares de indivíduos, pode ser bem representada, em função do tempo t , em horas, pela função:

$$p(t) = \begin{cases} \left(\frac{3}{2}\right)^t - 1, & \text{se } 0 \leq t \leq 5 \\ 11 - 142 \cdot \left(\frac{1}{2}\right)^t, & \text{se } t > 5 \end{cases}$$

De acordo com o modelo representado pela função, a população de micro-organismos atingirá 10 milhares de indivíduos num instante t que está entre

- A) 5 e 6 horas.
- B) 6 e 7 horas.
- C) 7 e 8 horas.
- D) 8 e 9 horas.
- E) 9 e 10 horas.

Para ter 10 milhares, $t > 5$

$$p(t) = 11 - 142 \cdot \left(\frac{1}{2}\right)^t$$

$$10 = 11 - 142 \cdot \left(\frac{1}{2}\right)^t$$

$$-1 = -142 \cdot \left(\frac{1}{2}\right)^t$$

$$\frac{1}{142} = \left(\frac{1}{2}\right)^t$$

$$2^t \approx 142$$

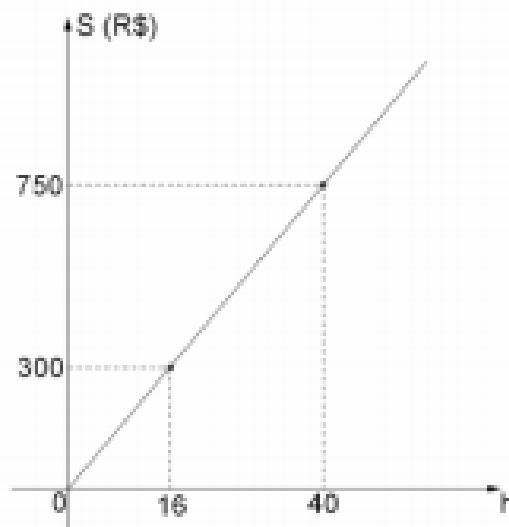
$$2^7 = 128$$

$$2^8 = 256$$

Atingirá 10 milhares entre 7 e 8 horas

RESPOSTA: "C".

443. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) O gráfico abaixo representa o salário bruto (S) de um policial militar em função das horas (h) trabalhadas em certa cidade. Portanto, o valor que este policial receberá por 186 horas é



- A) R\$3.487,50.
- B) R\$3.506,25.
- C) R\$3.534,00.
- D) R\$3.553,00.

$$\frac{300}{16} = \frac{750}{40} = \frac{x}{186}$$

$$40x = 750 \cdot 186$$

$$x = 3487,50$$

RESPOSTA: "A".

444. (PREF. JUNDIAI/SP – ELETRICISTA – MAKIYAMA/2013) Em determinado estacionamento cobra-se R\$ 3,00 por hora que o veículo permanece estacionado. Além disso, uma taxa fixa de R\$ 2,50 é somada à tarifa final. Seja t o número de horas que um veículo permanece estacionado e T a tarifa final, assinale a seguir a equação que descreve, em reais, o valor de T :

- A) $T=3t$
- B) $T=3t + 2,50$
- C) $T=3t + 2.50t$
- D) $T=3t + 7,50$
- E) $T=7,50t + 3$

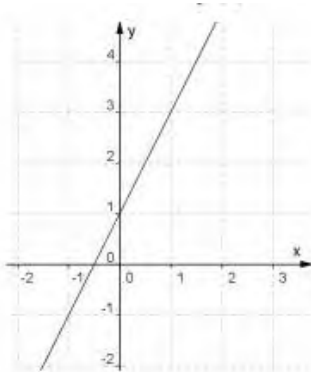
3 deve ser multiplicado por t , pois depende da quantidade de tempo, e acrescentado 2,50 fixo

$$T=3t+2,50$$

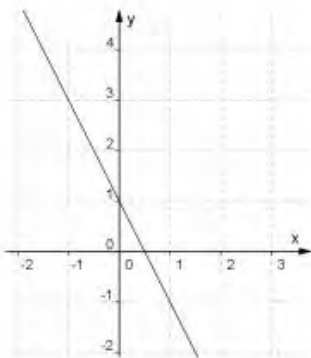
RESPOSTA: "B".

445. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Assinale a alternativa que apresenta o gráfico da função polinomial de 1º grau $f(x) = -2x + 1$.

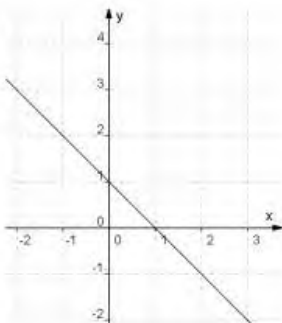
(A)



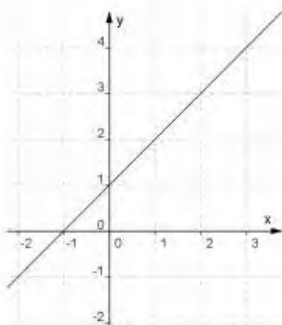
(B)



(C)



(D)



$F(x) = ax + b$
Corta o eixo x: $-b/a = 1/2$
 $X = 0$
 $1 = b(V)$
 $-1 = -a + 1$
 $a = -2(V)$

RESPOSTA: "B".

446. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Dada a função $f(x) = -4x + 15$, sabendo que $f(x) = 35$, então

- A) $x = 5$.
- B) $x = 6$.
- C) $x = -6$.
- D) $x = -5$.

$$\begin{aligned} 35 &= -4x + 15 \\ -4x &= 20 \\ X &= -5 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "D".

447. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Sabe-se que, sob um certo ângulo de tiro, a altura h atingida por uma bala, em metros, em função do tempo t , em segundos, é dada por $h(t) = -3t^2 + 15t$.

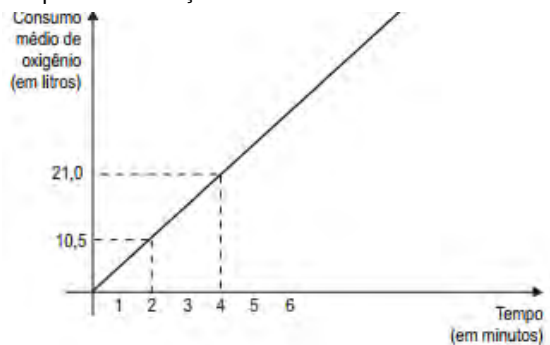
Portanto, é correto afirmar que, depois de 3s, a bala atingirá

- A) 18 metros.
- B) 20 metros.
- C) 27 metros.
- D) 32 metros.

$$h(3) = -3 \cdot 3^2 + 15 \cdot 3 = 18$$

RESPOSTA: "A".

448. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) O gráfico abaixo apresenta o consumo médio de oxigênio, em função do tempo, de um atleta de 70 kg ao praticar natação.



Considere que o consumo médio de oxigênio seja diretamente proporcional à massa do atleta.

Qual será, em litros, o consumo médio de oxigênio de um atleta de 80 kg, durante 10 minutos de prática de natação?

- A) 50,0
- B) 52,5
- C) 55,0
- D) 57,5
- E) 60,0

A proporção de oxigênio/tempo:

$$\frac{10,5}{2} = \frac{21,0}{4} = \frac{x}{10}$$

$$4x = 210$$

LIVRO DE QUESTÕES

X=52,5 litros de oxigênio em 10 minutos para uma pessoa de 70 kg

52,5litros----70kg

x-----80kg

x=60 litros

RESPOSTA: "E".

449. (PETROBRAS – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO/2012) Considere as funções, ambas de domínio $\mathbb{R}^+$.

Se $h(5)=1/2$, então $g(b+9)$ é um número real compreendido entre

A) 5 e 6

B) 3 e 5

C) 3 e 4

D) 2 e 3

E) 1 e 2

$$h(5) = \log_b 5$$

$$\frac{1}{2} = \log_b 5$$

$$b^{\frac{1}{2}} = 5$$

$$\sqrt{b} = 5$$

$$b = 25$$

$$g(25 + 9) = \log_2(25 + 9)$$

$$g(34) = y$$

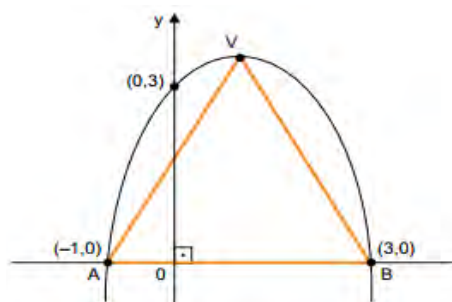
$$2^y = 34$$

$$2^5 = 32 \text{ e } 2^6 = 64$$

Portanto $g(b+9)$ é um número entre 5 e 6

RESPOSTA: "A".

450. (PM/SP – OFICIAL – VUNESP/2013) Na figura, tem-se o gráfico de uma parábola.



Os vértices do triângulo AVB estão sobre a parábola, sendo que os vértices A e B estão sobre o eixo das abscissas e o vértice V é o ponto máximo da parábola. A área do triângulo AVB, cujas medidas dos lados estão em centímetros, é, em centímetros quadrados, igual a

A) 8.

B) 9.

C) 12.

D) 14.

E) 16.

As raízes são -1 e 3

Sendo função do 2º grau: $-(x^2 - Sx + P) = 0$ (concavidade pra baixo $a < 0$)

$$-x^2 + Sx - P = 0$$

$$S = -1 + 3 = 2$$

$$P = -1 \cdot 3 = -3$$

$$-x^2 + 2x + 3 = 0$$

$$h_{\text{triângulo}} = V_y = -\frac{\Delta}{4a}$$

$$\Delta = b^2 - 4ac = 4 + 12 = 16$$

$$h_{\text{triângulo}} = 4$$

Base: -1 até 0 e 0 até 3

$$\text{Base: } 1 + 3 = 4$$

$$A_{\text{triângulo}} = b \cdot \frac{h}{2} = 4 \cdot \frac{4}{2} = 8 \text{ cm}^2$$

RESPOSTA: "A".

451. (PETROBRAS – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO/2012)

$$\text{Se } f(x) = \begin{cases} 2x - p, & \text{se } x \leq 1 \\ mx - 1, & \text{se } 1 < x < 6 \\ \frac{7x + 4}{2}, & \text{se } x \geq 6 \end{cases} \text{ é uma função contínua,}$$

De domínio real, então, $m - p$ é igual a

A) 3

B) 4

C) 5

D) 64

E) 7

$$f(1) = 2 \cdot 1 - p$$

$$f(1) = m - 1$$

$$2 - p = m - 1$$

$$f(6) = 6m - 1$$

$$f(6) = \frac{42 + 4}{2} = 23$$

$$23 = 6m - 1$$

$$m = 4$$

$$2 - p = m - 1$$

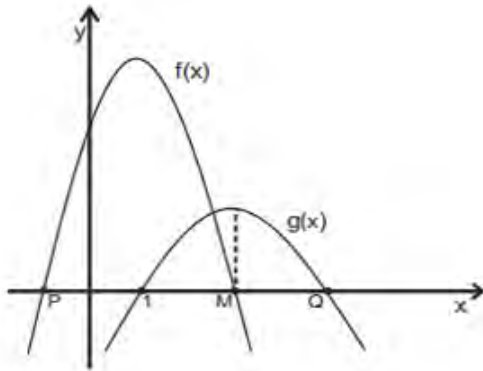
$$2 - p = 4 - 1$$

$$p = -1$$

$$m - p = 4 - (-1) = 5$$

RESPOSTA: "C".

452. (PETROBRAS – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO/2012) Sejam $f(x) = -2x^2 + 4x + 16$ e $g(x) = ax^2 + bx + c$ funções quadráticas de domínio real, cujos gráficos estão representados acima. A função $f(x)$ intercepta o eixo das abscissas nos pontos $P(x_P, 0)$ e $M(x_M, 0)$ e $g(x)$, nos pontos $(1, 0)$ e $Q(x_Q, 0)$.



Se $g(x)$ assume valor máximo quando $x = x_M$, conclui-se que x_Q é igual a

- A) 3
- B) 7
- C) 9
- D) 11
- E) 13

$$\Delta = 16 + 128 = 144$$

$$x = \frac{-4 \pm 12}{-4}$$

$$x_1 = -2$$

$$x_2 = 4$$

$$-\frac{b}{2a} = 4$$

$$-b = 8a$$

A soma das raízes é $-b/a$

$$-\frac{b}{a} = 8$$

Se já sabemos que uma raiz é 1:

$$1 + x_Q = 8$$

$$x_Q = 7$$

RESPOSTA: "B".

453. (SANEPAR – TÉCNICO AMBIENTAL – UEL/COPS/2013) Em determinada condição, a quantidade de cloro em uma piscina após t horas é dada por $C(-t) = 1000 \times (0,9)^t$. Respeitando as condições citadas, foram colocados 1000 gramas de cloro em uma piscina cheia de água.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, após quantas horas esta quantidade de cloro na piscina se reduz à metade.

- A) 3
- B) 4
- C) 5
- D) 6
- E) 7

$$500 = 1000 \cdot 0,9^t$$

Aplicando log:

$$\frac{500}{1000} = 0,9^t$$

$$0,5 = 0,9^t$$

$$\log 0,5 = t \cdot \log 0,9$$

$$-0,3 = t \cdot -0,05$$

$$t = \frac{0,3}{0,05} = 6$$

RESPOSTA: "D".

454. (CPTM – ALMOXARIFE – MAKIYAMA/2013) Em um laboratório de pesquisa descobriu-se que o crescimento da população de um determinado tipo de bactéria é descrito pela função, onde $N(t)$ é o número de bactérias no instante t (t em horas) e a e b são constantes reais. No início da observação havia 1500 bactérias e após duas horas de observação havia 4500. Com essas informações, concluímos que os valores de a e b , respectivamente são:

- A) 3000 e 1.
- B) 4500 e 0,5.
- C) 1500 e 0,5.
- D) 1500 e 1.
- E) 3000 e 0,5.

$$N(t) = a \cdot 3^{bt}$$

$$\text{Início: } t=0$$

$$1500 = a \cdot 3^0$$

$$a = 1500$$

$$N(2) = 1500 \cdot 3^{2b}$$

$$4500 = 1500 \cdot 3^{2b}$$

$$3 = 3^{2b}$$

$$2b = 1$$

$$b = 1/2$$

RESPOSTA: "C".

455. (PREF. AMPARO/SP – AGENTE ESCOLAR – CON-RIO/2014) Um tanque que tem formato de um cilindro tem em sua base

28 m de diâmetro e 20 m de altura. Calcule o seu volume.

- A) 123088 litros
- B) 1230880 litros
- C) 12308800 litros
- D) N.D.A.

$$r = \frac{d}{2} = \frac{28}{2} = 14m$$

Fazendo $\pi = 3,14$

RESPOSTA: "C".

456. (PREF. AMPARO/SP – AGENTE ESCOLAR – CONRIO/2014) Qual o volume de uma esfera que tem 30 metros de diâmetro?

- A) 141300000 litros.
- B) 14130000 litros.
- C) 1413000 litros.
- D) N.D.A.

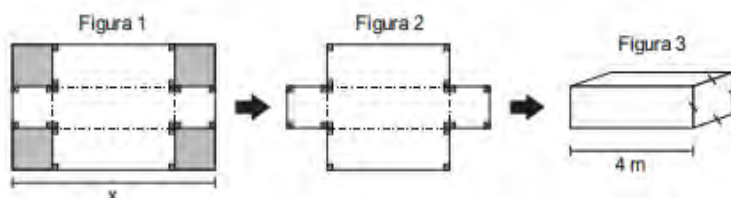
$$r = \frac{d}{2} = \frac{30}{2} = 15m$$

Fazendo $\pi=3,14$

$$V = \frac{4}{3}\pi r^3 = \frac{4}{3} \cdot 3,14 \cdot 15^3 = 14130m^3 = 14130000 \text{ litros}$$

RESPOSTA: "B".

457. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/PB – ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2013) Uma chapa metálica retangular é formada por três retângulos idênticos e seis quadrados idênticos. Um dos lados dessa chapa mede x metros, conforme indica a Figura 1. Dos "cantos" da chapa foram retirados quatro dos seis quadrados, conforme indica a Figura 2. Em seguida, a chapa foi dobrada nas indicações tracejadas formando uma caixa com a forma de paralelepípedo reto retangular com uma aresta medindo 4 m, conforme indica a Figura 3.



Dado:

O volume de paralelepípedo reto retangular é igual ao produto do comprimento pela largura e pela altura.

Sabendo que o volume da caixa obtida é $25 m^3$, então, x é igual a

- A) 8.
- B) 9,5.
- C) 8,5.
- D) 10,5.
- E) 9.

$(x-4)/2$ é o comprimento do quadrado sem o retângulo.

Como o volume vai usar o comprimento do retângulo e o comprimento de dois quadrados:

$$V = 4 \cdot \frac{x-4}{2} \cdot \frac{x-4}{2} = 25$$

$$x^2 - 8x + 16 = 25$$

$$x^2 - 8x - 9 = 0$$

$$\Delta = 64 + 36 = 100$$

$$x = \frac{8 \pm 10}{2}$$

$$x_1 = 9$$

$$x_2 = -1 (\text{não convém})$$

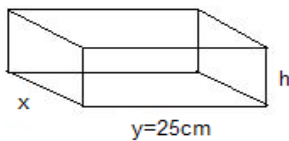
Então valor de $x=9$.

RESPOSTA: "E".

458. (PREF. CORBÉLIA/PR – CONTADOR – FAUEL/2014) Um paralelepípedo reto retângulo possui largura x, comprimento y e altura h. Sabe-se que o comprimento y desse paralelepípedo mede 25 cm e que x e h são múltiplos de 2 e 3, respectivamente. Sabe-se ainda que o volume desse paralelepípedo é de $900 cm^3$, e sua superfície (área total) mede $722 cm^2$. A medida da altura h desse paralelepípedo é igual a:

- A) 4 cm.
- B) 6 cm.
- C) 9 cm.
- D) 12 cm

Fazendo a figura da questão:



$$V = xyh$$

$$900 = x \cdot 25 \cdot h$$

$$xh = 36$$

$$x = \frac{36}{h}$$

$$Q_t = 2 \cdot 25 \cdot h + 2 \cdot xh + 2 \cdot 25x$$

$$722 = 50h + 2xh + 50x$$

$$722 = 50h + 2 \cdot 36 + 50 \cdot \frac{36}{h}$$

$$50h + 72 + \frac{1800}{h} = 722$$

$$50h^2 + 72h + 1800 = 722h$$

$$50h^2 - 650h + 1800 = 0$$

$$h^2 - 13h + 36 = 0$$

$$\Delta = 169 - 144 = 25$$

$$h = \frac{13 \pm 5}{2}$$

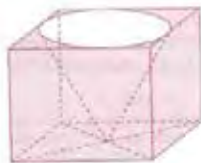
$$h_1 = 9$$

$$h_2 = 4$$

Como a altura deve ser múltiplo de 3: $h=9\text{cm}$

RESPOSTA: "C".

459. (CREA/PR – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNDATEC/2013) Para responder a questão, observe a figura a seguir:



A figura acima apresenta um porta-lápis que é formado por um cubo, com aresta de 12cm, do qual foi retirado uma parte cônica. Nesse sentido, o volume do porta-lápis é

A) $1728\pi \text{ cm}^3$

B) $1588\pi \text{ cm}^3$

C) $(1728-432\pi) \text{ cm}^3$

D) $1548\pi \text{ cm}^3$

E) $(1728-144\pi) \text{ cm}^3$

$$V = a^3 = 12^3 = 1728\text{cm}^3$$

$$V_{\text{cone}} = \frac{1}{3}\pi r^2 \cdot h = \pi 6^2 \cdot \frac{12}{3} = 144\pi\text{cm}^3$$

$$V_{\text{lápis}} = (1728 - 144\pi)\text{cm}^3$$

RESPOSTA "E".

460. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Se aumentarmos em 20% (vinte por cento) as arestas de um paralelepípedo retângulo, em quantos por cento o seu volume será aumentado:

A) 72,8%

B) 35,5%

C) 40 %

D) 25,32%

E) 60,7%

$$V=abc$$

Se cada lado aumentou 20%: $a+0,2a=1,2^a$

$$b+0,2b=1,2b$$

$$c+0,2c=1,2c$$

$$V=1,2a.1,2b.1,2c=1,728abc$$

Aumentou em $0,728=72,8\%$

RESPOSTA: "A".

461. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) Para descobrir o volume de um objeto irregular e cheio de pontas, João encheu completamente um aquário de 30 cm de comprimento (a), 20 cm de largura (b) e 10 cm de altura (c).

Ao mergulhar completamente esse objeto no aquário, parte da água transbordou. Ao retirar o objeto, João observou que a água ocupava $\frac{3}{4}$ da altura do aquário.

Dado: volume do aquário

$$V = a.b.c$$

Ele concluiu, corretamente, que o volume desse objeto, em litros, é de

A) 1,5.

B) 1,8.

C) 2,0.

D) 2,2.

E) 2,5.

$$V_{\text{aquário}} = 30 \cdot 20 \cdot 10 = 6000\text{cm}^3$$

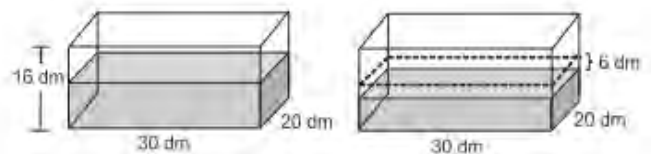
$$\text{Depois } c = \frac{3}{4} 10 = \frac{15}{2} \text{ cm}$$

$$V_{\text{depois}} = 30 \cdot 20 \cdot \frac{15}{2} = 4500\text{cm}^3$$

$$V_{\text{objeto}} = 6000 - 4500 = 1500\text{cm}^3 = 1500\text{ml} = 1,5\text{l}$$

RESPOSTA: "A".

462. (PETROBRAS - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JÚNIOR – CESGRANRIO/2013) Um reservatório em forma de paralelepípedo, com 16dm de altura, 30dm de comprimento e 20dm de largura, estava apoiado sobre uma base horizontal e continha água até a metade de sua capacidade. Parte da água foi consumida e, assim, o nível da água baixou 6dm, como mostra a figura a seguir.



Quantos litros de água foram consumidos?

- A) 1800
B) 2400
C) 3600
D) 5400
E) 7200

Altura: 8 dm (metade)

$$V_{\text{reservatório}} = 8 \cdot 30 \cdot 20 = 4800 \text{ dm}^3$$

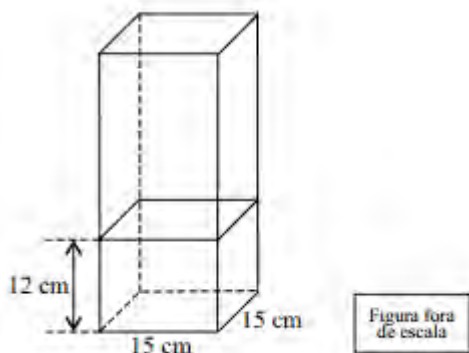
Depois de consumida:

$$V_{\text{depois}} = 2 \cdot 30 \cdot 20 = 1200 \text{ dm}^3$$

Foi consumido: $4800 - 1200 = 3600 \text{ dm}^3 = 3600 \text{ litros}$

RESPOSTA: "C".

463. (SEAP – AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA – VUNESP/2013) Um vaso de base quadrada, medindo 15 cm de lado, tem água até uma altura de 12 cm, conforme mostra a figura.



Sabendo que o volume máximo de água nesse vaso é de 4,5 litros, então o número máximo de litro(s) de água que ainda cabe(m) nele é

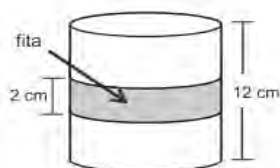
- A) 1,4.
B) 2,0.
C) 1,2.
D) 1,8.
E) 1,6.

$$V = 15 \cdot 15 \cdot 12 = 2700 \text{ cm}^3 = 2700 \text{ ml} = 2,7 \text{ l}$$

Portanto, podem ser colocados $4,5 - 2,7 = 1,8 \text{ l}$

RESPOSTA: "D".

464. (PETROBRAS – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO/2012) Uma fita retangular de 2 cm de largura foi colocada em torno de uma pequena lata cilíndrica de 12 cm de altura e $192\pi \text{ cm}^3$ de volume, dando uma volta completa em torno da lata, como ilustra o modelo abaixo.



A área da região da superfície da lata ocupada pela fita é, em cm^2 , igual a

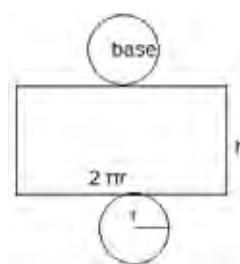
- A) 8π
B) 12π
C) 16π
D) 24π
E) 32π

$$V = \pi r^2 \cdot h$$

$$192\pi = \pi r^2 \cdot 12$$

$$r^2 = 16$$

$$r = 4 \text{ cm}$$

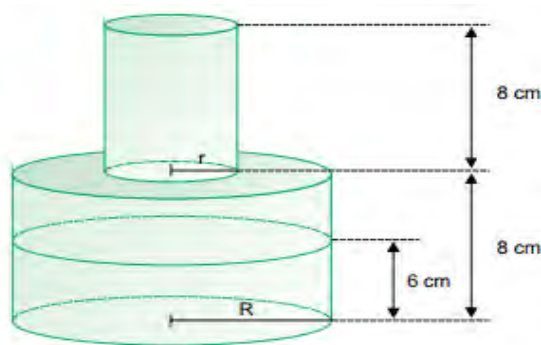


$$C = 2\pi r = 2\pi \cdot 4 = 8\pi$$

$$\text{área}_{\text{fita}} = 2 \cdot 8\pi = 16\pi \text{ cm}^2$$

RESPOSTA: "C".

465. (PM/SP – OFICIAL – VUNESP/2013) Uma garrafa de vidro tem a forma de dois cilindros sobrepostos, ambos com 8 cm de altura e bases com raios R e r, conforme mostra a figura.



O volume da água, quando seu nível atinge 6 cm de altura, é igual a $96\pi \text{ cm}^3$.

Quando totalmente cheio, o volume da água é igual a $178\pi \text{ cm}^3$. Desse modo, é correto afirmar que R e r medem, em centímetros, respectivamente,

- A) 4,0 e 2,0.
B) 4,0 e 2,5.
C) 5,0 e 3,0.
D) 6,25 e 4,0.
E) 6,25 e 4,5.

$$V_{cilindro} = \pi R^2 h$$

$$96\pi = \pi R^2 6$$

$$R^2 = 16$$

$$R = 4\text{ cm}$$

$$V_{8maior} = \pi R^2 h$$

$$V_8 = \pi \cdot 16 \cdot 8 = 128\pi \text{ cm}^3$$

$$V_{cilindromenor} = 178\pi - 128\pi = 50\pi \text{ cm}^3$$

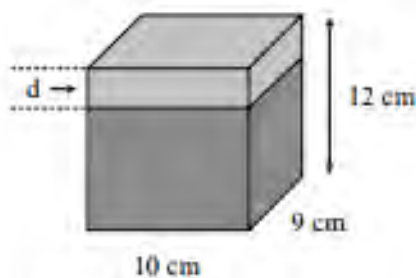
$$50\pi = \pi r^2 \cdot 8$$

$$r^2 = 6,25$$

$$r = 2,5$$

RESPOSTA: "B".

466. (SPTRANS – AGENTE DE INFORMAÇÕES – VUNESP/2012) Uma caixa de plástico tem as seguintes dimensões internas: 9 cm por 10 cm de base e 12 cm de altura, conforme mostra a figura.



Se dentro dessa caixa forem despejados os conteúdo de 3 latinhas de refrigerantes, com 255 ml cada uma, a distância d entre a altura que o líquido atinge na caixa e a borda superior dessa caixa, em cm, será de

A) 4,50.

B) 4,25.

C) 4,00.

D) 3,75.

E) 3,50.

$$255 \cdot 3 = 765 \text{ ml} = 765 \text{ cm}^3$$

Sendo x a altura que o refrigerante ficará:

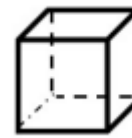
$$10 \cdot 9 \cdot x = 765$$

$$X = 8,5 \text{ cm}$$

$$\text{Altura do cubo-altura do refrigerante} = 12 - 8,5 = 3,5 \text{ cm}$$

RESPOSTA: "E".

467. (SANEAGO – AGENTE ADMINISTRATIVO – IBEG/2013) Uma caixa com formato de um cubo, sem tampa, cujas faces são quadrados com 25 cm de lado, será pintada por dentro e por fora.



A área total que será pintada é em metros quadrados igual a:

A) 6.250 m²

B) 5.000 m²

C) 0,500 m²

D) 62,5 m²

E) 0,625 m²

$$A = 5a^2$$

A área do cubo normal é $6a^2$, mas no caso em questão não tem tampa, por isso é 5

$$A = 5 \cdot 25^2 = 3125 \text{ cm}^2$$

Como vai ser pintado por dentro e por fora:

$$3125 \cdot 2 = 6250 \text{ cm}^2 = 0,625 \text{ m}^2$$

RESPOSTA: "E".

468. (SEED/SP – AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – VUNESP/2012) Uma embalagem de suco tem a forma de paralelepípedo reto-retângulo com capacidade de 294 mL e arestas da base medindo 5 e 6 centímetros, como mostra a figura



Desprezando-se a espessura das paredes e considerando que 1 mL equivale a 1 cm³, a altura da embalagem, em centímetros, é igual a

A) 9,4.

B) 9,5.

C) 9,6.

D) 9,8.

E) 10,2.

$$h = \text{altura da caixa}$$

$$294 \text{ ml} = 294 \text{ cm}^3$$

$$V_{caixa} = 5 \cdot 6 \cdot h$$

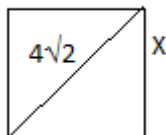
$$294 = 30h$$

$$h = 9,8 \text{ cm}$$

RESPOSTA: "D".

469. (DETRAN /RJ – ANALISTA DE DOCUMENTAÇÃO – EXATUS/2012) Dana possui um prisma quadrangular regular, cuja diagonal da base mede $4\sqrt{2}$ cm e altura equivalente ao triplo da medida da aresta da base. O volume desse prisma é de:

- A) 48 cm³.
- B) 172 cm³.
- C) 96 cm³.
- D) 192 cm³.



$$D^2 = 2x^2$$

$$(4\sqrt{2})^2 = 2x^2$$

$$32 = 2x^2$$

$$x^2 = 16$$

$$x = 4$$

$$h = 3x = 12$$

$$V = Ab \cdot h$$

$$Ab = 16 \cdot 12 = 192 \text{ cm}^3$$

RESPOSTA: "D".

470. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2012) Um cilindro circular reto possui altura igual ao raio de sua base. Se a razão entre o volume do cilindro, dado em metros cúbicos, e a sua área total, dada em metros quadrados, é igual a 2 metros, então a área lateral do cilindro, em m², é igual a

- A) 128π
- B) 64π
- C) 48π
- D) 32π
- E) 16π

$$V = Ab \cdot h = \pi r^2 h$$

$$At = 2 \pi r(h + r)$$

Sendo $h = r$

$$V = \pi r^3$$

$$At = 2 \pi r(2r) = 4 \pi r^2$$

$$\frac{V}{At} = \frac{\pi r^3}{4 \pi r^2}$$

$$2 = \frac{r}{4}$$

$$r = 8$$

$$Al = 2 \pi r h = 2 \pi \cdot 8 \cdot 8 = 128 \pi$$

RESPOSTA: "A".

471. (SAMU/SC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – SPDM/2012) O perímetro de uma piscina de forma retangular é de 17 metros, sendo que o maior lado do retângulo mede 3,5 metros a mais que o menor lado. O volume dessa piscina, cuja altura é igual em toda sua extensão e mede 2 metros, é de:

- A) 30 m³
- B) 24 m³
- C) 15 m³
- D) 36 m³

$$x + x + x + 3,5 + x + 3,5 = 17$$

$$4x = 17 - 7$$

$$4x = 10$$

$$x = 2,5$$

$$\text{Lado menor: } 2,5 \text{ m}$$

$$\text{Lado maior: } 2,5 + 3,5 = 6 \text{ m}$$

$$V_{\text{piscina}} = 2,5 \cdot 6 \cdot 2 = 30 \text{ m}^3$$

RESPOSTA: "A".

472. (CRC/PR – ASSISTENTE DE REGISTRO PROFISSIONAL I – IESES/2012) Um paralelepípedo de isopor tem dimensões 5π cm de altura, 14 cm de largura e 20 cm de comprimento. No seu interior, existe uma cavidade esférica de diâmetro 12 cm. A quantidade de isopor presente no paralelepípedo, medida em cm³, é igual a:

- A) 842π
- B) 600π
- C) 1240π
- D) 1112π

$$V_{\text{esfera}} = \frac{4}{3} \pi r^3$$

$$V_{\text{esfera}} = \frac{4}{3} \pi 6^3 = 288 \pi \text{ cm}^3$$

$$V_{\text{paralelepípedo}} = 5\pi \cdot 14 \cdot 20 = 1400 \pi \text{ cm}^3$$

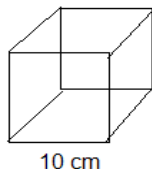
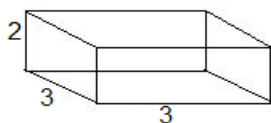
$$\text{Quantidade} = 1400\pi - 288\pi = 1112\pi \text{ cm}^3$$

RESPOSTA: "D".

473. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) O volume relativo à capacidade total de um reservatório no formato de um paralelepípedo retângulo, de arestas internas medindo 3, 3 e 2 metros, precisa ser distribuído igualmente em reservatórios idênticos com formato cúbico de arestas internas medindo 10 centímetros, sem desperdício.

O número mínimo de reservatórios menores para essa distribuição é

- A) 18.
- B) 180.
- C) 1800.
- D) 18000.
- E) 180000.



$$V_{\text{paralelepipedo}} = 2 \cdot 3 \cdot 3 = 18 \text{ m}^3 = 18000000 \text{ cm}^3$$

$$V_{\text{cubo}} = 10^3 = 1000 \text{ cm}^3$$

$$18000000/1000 = 18000 \text{ cubos}$$

RESPOSTA: "D".

474. (CPTM – ANALISTA DE COMUNICAÇÃO JÚNIOR – MAKIYAMA/2013) Determinado brinquedo consiste em um cubo formado por certo número de cubos menores e de mesmo tamanho, todos têm 2 centímetros de aresta. Se o cubo maior tem 216 cm^3 de volume, qual a quantidade de cubos menores necessários para formá-lo?

A) 9

B) 27

C) 36

D) 16

E) 18

$$V_{\text{cubo}} = a^3$$

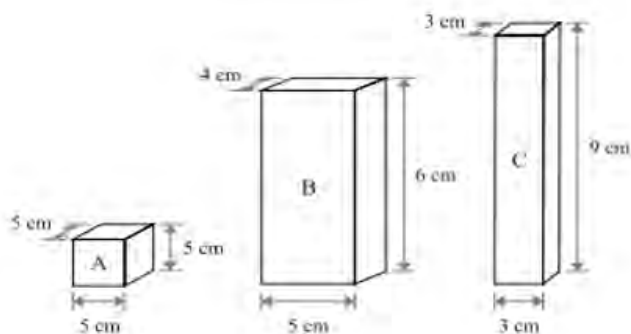
$$V = 2^3$$

$$V = 8 \text{ cm}^3$$

$$216/8 = 27$$

RESPOSTA: "B".

475. (CREFITO/SP – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO – VUNESP/2012) Muitos sucos, hoje em dia, são vendidos em "caixinhas". As figuras a seguir representam três embalagens (A, B e C) para acondicionar suco. Cada figura é um bloco retangular.



Analisando as três representações e considerando a capacidade total de cada embalagem, pode-se afirmar que

A) nas três caixas cabem a mesma quantidade de suco: 125 cm^3 .

B) na caixa A cabe a maior quantidade de suco.

C) na caixa B cabe a maior quantidade de suco.

D) na caixa C cabe a maior quantidade de suco.

E) faltam informações para se calcular a quantidade de suco que cabe em cada caixa.

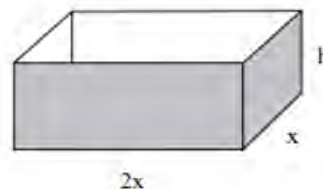
$$V_A = 5 \cdot 5 \cdot 5 = 125 \text{ cm}^3$$

$$V_B = 5 \cdot 6 \cdot 4 = 120 \text{ cm}^3$$

$$V_C = 3 \cdot 9 \cdot 3 = 81 \text{ cm}^3$$

RESPOSTA: "B".

476. (EMPLASA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Pretende-se construir uma caixa com faces retangulares e ângulos retos, sem tampa, conforme mostra a figura, sendo que essa caixa deverá ter volume igual a 800 cm^3 .



A) 200.

B) 180.

C) 170.

D) 160.

E) 140.

$$V = 2x \cdot x \cdot 5$$

$$800 = 5 \cdot 2x^2$$

$$x^2 = 80$$

$$Ab = 2x^2 = 2 \cdot 80 = 160$$

RESPOSTA: "D".

477. (PM/SP – OFICIAL – VUNESP/2013) Um cubo de madeira maciça, de aresta igual a 10 cm, recebeu um corte que dividiu-o em dois prismas triangulares congruentes, conforme mostrado nas figuras.



A área da superfície do corte, de forma retangular, é, em centímetros quadrados, igual a

A) $100\sqrt{5}$

B) $100\sqrt{2}$

C) $10 + 100\sqrt{5}$

D) $10 + 100\sqrt{2}$

E) $10 + \sqrt{10}$



$$X^2 = 10^2 + 10^2$$

$$X = 10\sqrt{2}$$

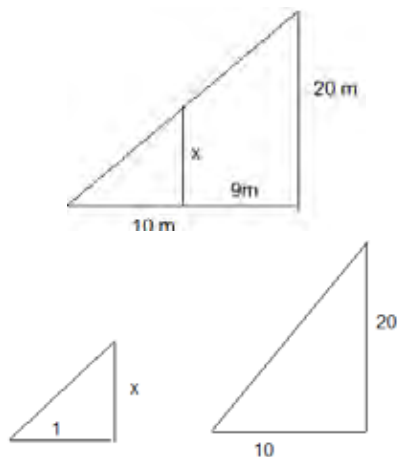
Y é a aresta do cubo=10cm

$$A_{superfície} = 10 \cdot 10\sqrt{2} = 100\sqrt{2}cm^2$$

RESPOSTA: "B".

478. (TJ/BA – ANALISTA JUDICIÁRIO – BANCO DE DADOS – FAPERP/2012) Um edifício de 20 metros de altura, projeta, num dado momento, uma sombra de 10 metros de extensão. Qual deve ser a altura máxima de um indivíduo para que, de pé e distando 9 metros da base do edifício, tenha sua sombra projetada integralmente na sombra do edifício?

- A) 1,70 metro.
- B) 1,80 metro.
- C) 1,90 metro.
- D) 2 metros.



Esses dois triângulos são semelhantes, portanto

$$\frac{1}{x} = \frac{10}{20}$$

$$10x = 20$$

$$x = 2$$

RESPOSTA: "D".

479. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Um arquiteto, em um de seus projetos, fez algumas medições e dentre elas mediu dois ângulos complementares. Um desses ângulos mediu 65° e o outro,

- A) 115°
- B) 90°
- C) 180°
- D) 25°
- E) 60°

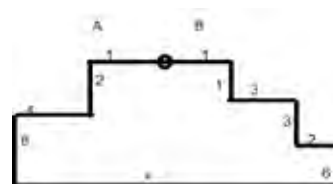
Ângulos complementares somam 90° .

Se um mede 65 o outro mede: $90-65=25^\circ$

RESPOSTA: "D".

480. (TRT 6ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO- ADMINISTRATIVA – FCC/2012) Duas pessoas, A e B, estão de costas, encostadas uma na outra num terreno plano. Estão olhando para direções opostas. A pessoa A caminha 1 metro na direção que olha, gira 90° para esquerda e caminha 2 metros nessa nova direção, gira 90° para a direita e caminha 4 metros nessa nova direção, gira 90° para esquerda e caminha 8 metros nessa nova direção e para. A pessoa B caminha 1 metro na direção que olha, gira 90° para sua direita e caminha 1 metro nessa nova direção, gira 90° para sua esquerda e caminha 3 metros nessa nova direção, gira 90° para sua direita e caminha 3 metros nessa nova direção, gira 90° para sua esquerda e caminha 2 metros nessa nova direção, gira 90° para sua direita e caminha 6 metros nessa nova direção e para. Após esses movimentos de ambas as pessoas, a distância entre elas é de:

- A) 8 metros.
- B) 9 metros.
- C) 10 metros.
- D) 11 metros.
- E) 12 metros.



$$x = 1 + 4 + 1 + 3 + 2 = 11 \text{ metros.}$$

RESPOSTA "D".

481. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Em torno de um ponto são construídos ângulos proporcionais a 3, 7, 10 e 16. O valor do menor desses ângulos é:

- A) 90°
- B) 45°
- C) 15°
- D) 30°
- E) 20°

Como estão ao redor de um ponto, os ângulos somam 360°

$$3x + 7x + 10x + 16x = 360$$

$$36x = 360$$

$$x = 10$$

$$\text{Menor ângulo } 3x = 3 \cdot 10 = 30^\circ$$

RESPOSTA: "D".

482. (COREN/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2013) Sabe-se que, em um triângulo, o ângulo $\hat{A}$ mede 40° , e que, subtraindo-se a medida do ângulo da medida do ângulo $\hat{C}$, obtém-se 60° . Nesse caso, é correto afirmar que a medida, em graus, do maior ângulo desse triângulo é

A) 120° .

B) 110° .

C) 100° .

D) 90° .

E) 80° .

$$\hat{A} + \hat{B} + \hat{C} = 180$$

$$40^\circ + \hat{B} + \hat{C} = 180$$

$$\hat{B} + \hat{C} = 140$$

$$\hat{B} - \hat{C} = 60$$

$$\begin{cases} \hat{B} + \hat{C} = 140 \\ \hat{B} - \hat{C} = 60 \end{cases}$$

$$\hat{B} - \hat{C} = 60$$

Somando as duas equações:

$$2\hat{B} = 200$$

$$\hat{B} = 100^\circ \therefore \hat{C} = 40^\circ$$

O maior ângulo é 100°

RESPOSTA: "C".

483. (SEED/SP – AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – VUNESP/2012) Em um gráfico de setores (ou gráfico de "pizza") que mostra o resultado de uma pesquisa, um setor que representa 30% do total de indivíduos pesquisados deve ser construído com ângulo central de medida igual a

A) 54° .

B) 108° .

C) 126° .

D) 150° .

E) 252° .

$$100\% \rightarrow 360^\circ$$

$$30\% \rightarrow X$$

$$X = 108^\circ$$

RESPOSTA: "B".

484. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Sobre as medidas m e n , respectivamente dos ângulos $\hat{e}$ e $\hat{f}$, sabe-se o seguinte: a soma delas é equivalente à medida de um ângulo raso e a diferença entre elas é equivalente à medida de um ângulo reto. Supondo-se o ângulo $\hat{e}$ com a maior medida, uma possível relação entre m e n é

A) $m = 2n$.

B) $m = 3n$.

C) $m = 4n$.

D) $m = 5n$.

E) $m = 6n$.

$$\begin{cases} m + n = 180 \\ m - n = 90 \end{cases}$$

$$m - n = 90$$

Somando as duas equações

$$2m = 270$$

$$m = 135$$

$$n = 180 - 135 = 45$$

$$m = 3n$$

RESPOSTA: "B".

485. (CPTM – ALMOXARIFE – MAKIYAMA/2013) Em um triângulo isósceles, o ângulo suplementar a um dos ângulos congruentes mede 100° . A soma da medida do maior ângulo interno com o menor ângulo interno deste triângulo é:

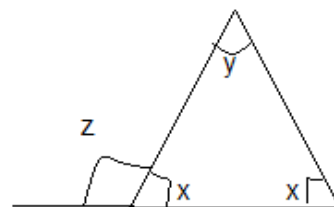
A) 100°

B) 80°

C) 160°

D) 120°

E) 90°



$$Z = 100^\circ$$

$$Z = x + y$$

Portanto, a soma dos ângulos internos é 100°

RESPOSTA: "A".

486. (PREF. AMPARO/SP – AGENTE ESCOLAR – CONRIO/2014) A área do terreno é de 60 m^2 . Ele mede $(X+4)$ metros de comprimento por X metros de largura. Descubra qual é a medida do comprimento desse terreno.

A) 4 metros.

B) 6 metros.

C) 8 metros.

D) 10 metros.

$$A_{\text{terreno}} = A_{\text{retângulo}} = (X + 4)X$$

$$60 = X^2 + X$$

$$X^2 + 4X - 60 = 0$$

$$\Delta = 16 + 240 = 256$$

$$X = \frac{-4 \pm 16}{2}$$

$$X_1 = 6$$

$$X_2 = -10 (\text{não convém})$$

Comprimento: $x + 4 = 6 + 4 = 10$

RESPOSTA: "D".

487. (PREF. AMPARO/SP – AGENTE ESCOLAR – CON-RIO/2014) Uma circunferência tem um diâmetro de 8 metros. Calcule a sua área.

A) 50,21 m²

B) 50,22 m²

C) 50,23 m²

D) 50,24 m²

$$r = \frac{d}{2} = \frac{8}{2} = 4m$$

$$\pi = 3,14.$$

$$A_{\text{circ}} = \pi r^2 = 3,14 \cdot 4^2 = 50,24m^2$$

RESPOSTA: "D".

488. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Um terreno retangular de 500 metros de comprimento por 750 metros de largura será cercado com 4 fios de arame farpado. A quantidade necessária de arame farpado, expressa em quilômetros, é

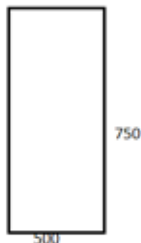
A) 10

B) 8

C) 7,5

D) 7

E) 5

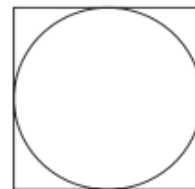


$$P = 500 + 500 + 750 + 750 = 2500$$

$$\text{Como são 4 fios: } 2500 \cdot 4 = 10000m = 10km$$

RESPOSTA: "A".

489. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Para se obter a área de um círculo, multiplica-se o quadrado de medida do raio pelo número π , que vale aproximadamente 3,14. Para se obter a área de um quadrado, basta elevar a medida do lado ao quadrado. Na figura, temos um círculo inscrito em um quadrado de área igual a 100cm².



A área aproximada da região do quadrado não coberta pelo círculo, em centímetro quadrados, é

A) 78,5.

B) 84,3.

C) 21,5.

D) 157.

E) 62,7.

$$A_{\text{quadrado}} = l^2$$

$$100 = l^2$$

$$l = 10 \therefore r = \frac{l}{2} = \frac{10}{2} = 5$$

$$A_{\text{circ}} = \pi r^2 = 3,14 \cdot 5^2 = 78,5$$

$$A_{\text{região}} = A_{\text{quadrado}} - A_{\text{circ}} = 100 - 78,5 = 21,5cm^2$$

RESPOSTA: "C".

490. (PREF. CORBÉLIA/PR – CONTADOR – FAUEL/2014) Um terreno em formato retangular possui largura medindo $\frac{3}{4}$ da medida do seu comprimento. Sabe-se que a área desse terreno mede 108m². O semiperímetro desse terreno mede:

A) 18m.

B) 21m.

C) 24m.

D) 27m.

Comprimento: x

Largura: $\frac{3}{4}x$

$$A_{\text{retângulo}} = \text{comprimento} \cdot \text{largura}$$

$$108 = x \cdot \frac{3}{4}x$$

$$3x^2 = 432$$

$$x^2 = 144$$

$$x = 12m$$

$$\text{Perímetro} = 2\text{comprimento} + 2\text{largura}$$

$$\text{perímetro} = 2 \cdot 12 + 2 \cdot \frac{3}{4} \cdot 12 = 24 + 18 = 42m$$

$$\text{semiperímetro} = \frac{42}{2} = 21m$$

RESPOSTA: "B".

491. (CREA/PR – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNDATEC/2013) Acrescendo 3cm ao lado de um quadrado, a área aumentará em 39cm^2 . Nesse sentido, a medida da diagonal do quadrado inicial é

- A) 5cm
- B)
- C) 6cm
- D)
- E) 8cm

Lado: x

$$x^2 = A$$

$$(x+3)^2 = A+39$$

$$x^2 + 6x + 9 = A + 39$$

Substituindo:

$$A + 6x + 9 = A + 39$$

$$6x = 30$$

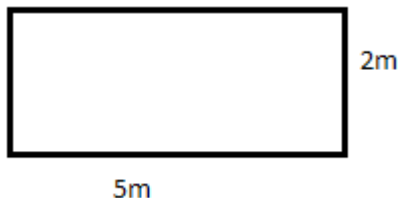
$$x = 5$$

$$\text{Diagonal do quadrado: } x\sqrt{2} = 5\sqrt{2}$$

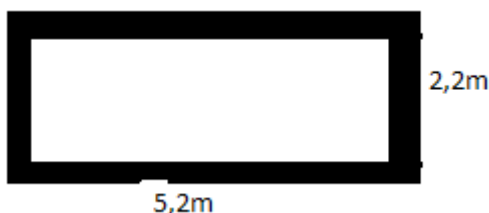
RESPOSTA "B".

492. (METRO/SP – AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I – FCC/2013) Para aumentar a área de um tapete retangular de 2 m por 5 m foi costurada uma faixa em sua volta de exatos 10 cm de largura e que manteve o formato retangular do tapete. A porcentagem de aumento da área do tapete é igual a

- A) 12,2.
- B) 14,4.
- C) 20,4.
- D) 10,2.
- E) 10,4.



Área = 10m^2
Com a faixa:



Área = $11,44\text{m}^2$
Aumento: $11,44 - 10 = 1,44\text{m}^2$
 $10 \text{ ---- } 100\%$
 $1,44 \text{ ---- } x$
 $x = 14,4\%$

RESPOSTA: "B".

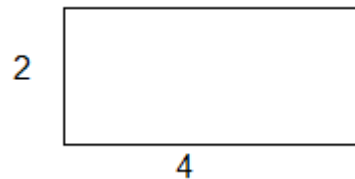
493. (METRO/SP – AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I – FCC/2013) O raio de uma roda de trem mede, aproximadamente, 0,4 m. Sabendo que o comprimento de uma circunferência é dado pela fórmula $C = 2 \cdot \pi \cdot R$ (C: comprimento; considere π igual a 3,1 nessa questão; R : raio da roda). O número mínimo de voltas completas (desconsidere qualquer arrasto ou patinar da roda) para que uma dessas rodas percorra 1 km, é

- A) 248.
 - B) 620.
 - C) 800.
 - D) 404.
 - E) 992.
- $C = 2\pi r = 2 \cdot 3,1 \cdot 0,4 = 2,48\text{m}$
 $1\text{km} = 1000\text{m}$
 $1000 : 2,48 = 404$

RESPOSTA: "D".

494. (PREF. ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC – FARMACÊUTICO – ALTERNATIVE CONCURSOS/2013) Um retângulo possui seus lados valendo 2cm e 4cm, então o perímetro desse retângulo em cm é de:

- A) 8
- B) 12
- C) 10
- D) 18



$$P = 2 + 2 + 4 + 4 = 12\text{cm}$$

RESPOSTA: "B".

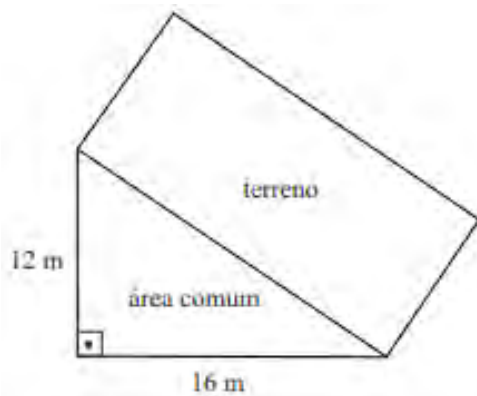
495. (PREF. ÁGUAS DE CHAPECÓ – OPERADOR DE MÁQUINAS – ALTERNATIVE CONCURSOS) Sabendo-se que um terreno possui 15 metros de largura e 18 metros de comprimento, qual é sua área total?

- A) 180.
- B) 200.
- C) 270.
- D) 320.

$$A_{\text{terreno}} = 15 \cdot 18 = 270\text{m}^2$$

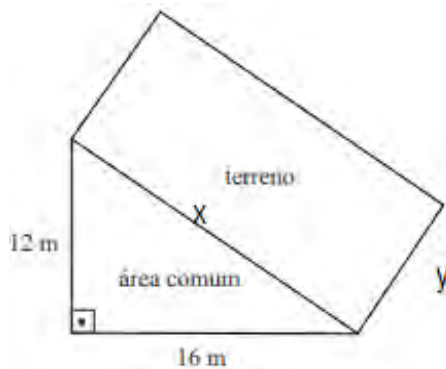
RESPOSTA: "C".

496. (UFABC/SP – TECNÓLOGO-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – VUNESP/2013) Um terreno retangular de um condomínio tem um dos lados que faz divisa inteiramente com uma área comum do loteamento, como mostra a figura. A área comum é um triângulo retângulo com as medidas dos catetos indicadas na figura.



Sabendo-se que a área do terreno retangular é 160m^2 , o seu perímetro é

- A) 40m.
- B) 56m.
- C) 72m.
- D) 80m.
- E) 96m.



$$x^2 = 12^2 + 16^2$$

$$x^2 = 400$$

$$x = 20\text{m}$$

$$A_{\text{retângulo}} = xy$$

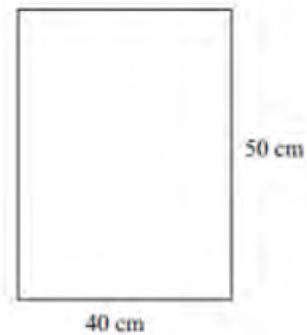
$$160 = 20y$$

$$y = 8\text{m}$$

$$P = 20 + 20 + 8 + 8 = 56\text{m}$$

RESPOSTA: "B".

497. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) Um jornal tem 50 folhas. Cada folha mede 50 cm por 40 cm. Um pintor utiliza-o para forrar o chão de uma sala. Supondo que não haja espaços entre cada folha e nem folhas sobrepostas, a superfície que ele consegue forrar com esse jornal é:



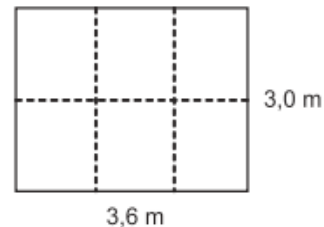
- A) 10 m^2
- B) 12 m^2
- C) 14 m^2
- D) 15 m^2
- E) 16 m^2

$$A_{\text{folha}} = 40 \cdot 50 = 2000\text{cm}^2 = 0,2\text{m}^2$$

$$0,2 \cdot 50 = 10\text{m}^2$$

RESPOSTA: "A".

498. (PETROBRAS - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JÚNIOR – CESGRANRIO/2013) Para fazer uma pequena horta, Pedro dividiu uma área retangular de 3,0m de comprimento por 3,6m de largura em seis partes iguais, como mostra a figura abaixo.



Qual é, em m^2 , a área de cada parte?

- A) 0,3
- B) 0,6
- C) 1,2
- D) 1,8
- E) 3,0

$$\frac{3,6}{3} = 1,2\text{m}$$

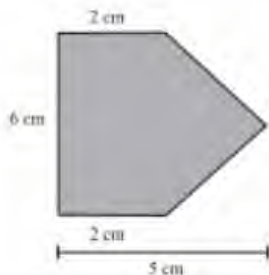
$$\frac{3}{2} = 1,5\text{m}$$

$$A_{\text{parte}} = 1,2 \cdot 1,5 = 1,8\text{m}^2$$

RESPOSTA: "D".

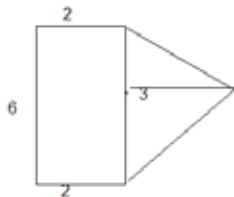
LIVRO DE QUESTÕES

499. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Ricardo esteve em um lançamento imobiliário onde a maquete, referente aos terrenos, obedecia a uma escala de 1:500. Ricardo se interessou por um terreno de esquina, conforme mostra a figura da maquete.



A área, em metros quadrados, desse terreno é de

- A) 300.
- B) 755.
- C) 120.
- D) 525.
- E) 600.



Pela escala 1cm-500cm

- 1cm:5m
- 2cm:10m
- 6cm:30m
- 3cm:15m

$$A_{\text{triângulo}} = b \cdot \frac{h}{2} = 30 \cdot \frac{15}{2} = 225 \text{ m}^2$$

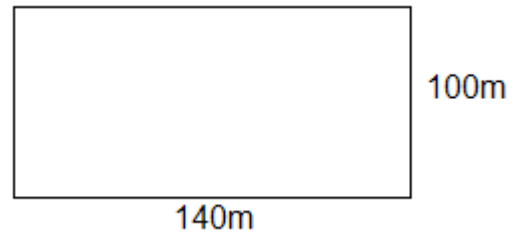
$$A_{\text{retângulo}} = b \cdot h = 30 \cdot 10 = 300 \text{ m}^2$$

$$A_{\text{terreno}} = 225 + 300 = 525 \text{ m}^2$$

RESPOSTA: "D".

500. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) O dono de uma fábrica irá instalar cerca elétrica no estacionamento que tem forma retangular de dimensões 100 m por 140 m. Também, por motivo de segurança, pretende, a cada 40 metros, instalar uma câmera. Sendo assim, ele utilizará de cerca elétrica, em metros, e de câmeras, respectivamente,

- A) 480 e 12.
- B) 380 e 25.
- C) 420 e 53.
- D) 395 e 30.
- E) 240 e 40.



Cerca elétrica em toda a volta: $140 + 140 + 100 + 100 = 480 \text{ m}$.

$$\frac{140}{40} = 3,5 \text{ câmeras}$$

Como a cada 40 metros terá uma câmera, arredondando temos 4 câmeras.

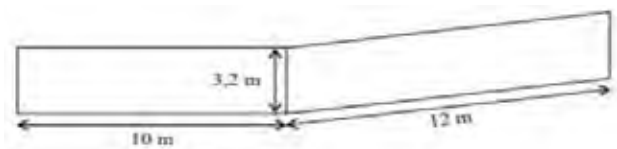
$$\frac{100}{40} = 2,5$$

E na largura terá 3 câmeras

Portanto, $4 \cdot 3 = 12$ câmeras.

RESPOSTA: "A".

501. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012) Uma empresa cobra 9 reais para efetuar serviço de acabamento e pintura de parede, a cada metro quadrado. Outra empresa cobra, pelo mesmo serviço, 12 reais. A seguinte superfície (composta por duas paredes) deverá ser pintada



Considerando essa superfície, a diferença cobrada pelo serviço das duas empresas será de

- A) R\$ 211,20.
- B) R\$ 311,20.
- C) R\$ 411,20.
- D) R\$ 511,20.
- E) R\$ 611,20.

$$10 \cdot 3,2 = 32 \text{ m}^2$$

$$12 \cdot 3,2 = 38,4 \text{ m}^2$$

$$\text{Total parede: } 32 + 38,4 = 70,4 \text{ m}^2$$

Primeira empresa: R\$9,00

$$9 \cdot 70,4 = 633,60$$

$$x = 70,4$$

$$x = \text{R\$ } 633,60$$

LIVRO DE QUESTÕES

Segunda empresa: R\$ 12,00

12----1m²

x-----70,4

x=R\$ 844,80

Diferença: R\$844,80 – R\$633,60=R\$ 211,20

RESPOSTA: "A".

502. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Um hectare (ha) é uma unidade agrária de área. Equivale à área de uma região quadrada cujo lado mede 100 m. Determine a área, em hectares, da chácara ilustrada abaixo.



- A) 4 ha.
- B) 40 ha.
- C) 400 ha.
- D) 4000 ha.

$$A_{ret} = 500 \cdot 800 = 400000m^2$$

1ha-----10000m²

x-----400000

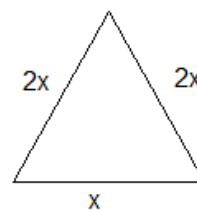
x=40ha

RESPOSTA: "B".

503. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Em um triângulo isósceles, o perímetro mede 105 cm. Sabe-se que a base tem a metade da medida de cada um dos outros dois lados. Nessas condições, as medidas dos lados desse triângulo correspondem a

- A) Base: 21 cm e outros lados medem 42 cm cada.
- B) Base: 26,25 cm e outros lados medem 52,5 cm cada.
- C) Base: 17,5 cm e outros lados medem 35 cm cada.
- D) Base: 35 cm e outros lados medem 70 cm cada.

Lembrando que triângulo isósceles tem dois lados iguais.



$$P=2x+2x+x$$

$$105=5x$$

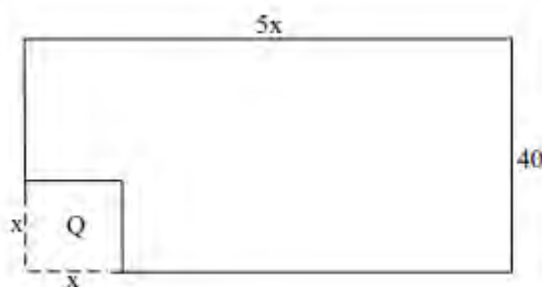
$$X=21$$

Base: 21

Lados: 21.2=42

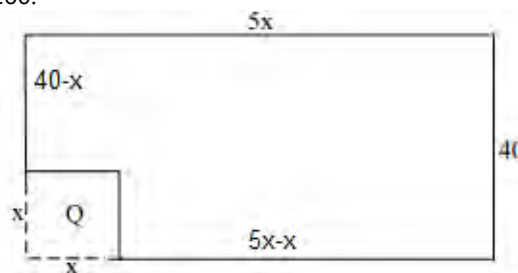
RESPOSTA: "A".

504. (TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) A figura mostra um terreno retangular cujas dimensões indicadas estão em metros.



O proprietário cedeu a um vizinho a região quadrada indicada por Q na figura, com área de 225m². O perímetro (soma das medidas dos lados), em metros, do terreno remanescente, após a cessão, é igual a

- A) 240.
- B) 210.
- C) 200.
- D) 230.
- E) 260.



$$x^2 = 225$$

$$x = 15$$

$$P=5x+40+5x-x+x+x+40-x$$

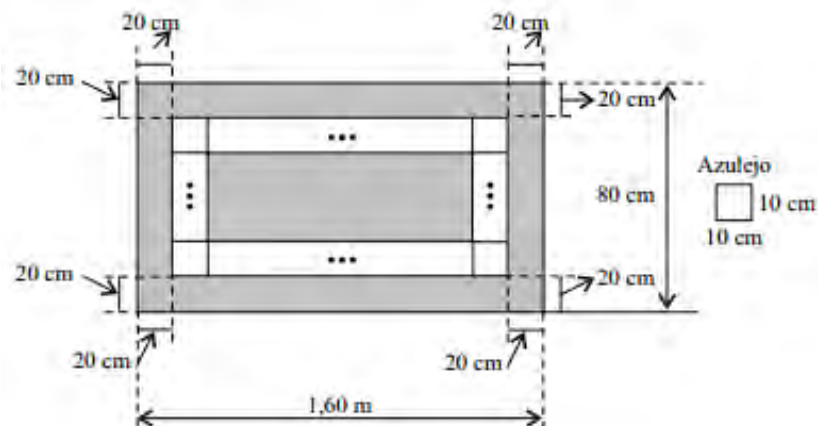
$$P=10x+80$$

$$P=150+80=230m$$

RESPOSTA: "D".

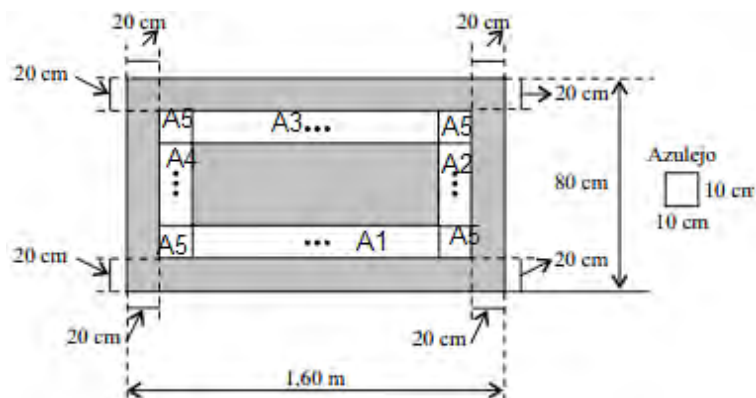
LIVRO DE QUESTÕES

505. (SEAP – AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA – VUNESP/2013) O tampo de uma mesa retangular de madeira, com 1,60 m de comprimento por 80 cm de largura, tem uma faixa de azulejos brancos distantes 20 cm das laterais, conforme mostra a figura.



Sabendo que todos os azulejos são quadrados e iguais, com 10 cm de lado, pode-se concluir que a área da mesa, em m^2 , não ocupada pelos azulejos, é de

- A) 1,00.
- B) 0,90.
- C) 1,06.
- D) 0,94.
- E) 0,86.



$$A5 = 10 \cdot 10 = 100 \text{ cm}^2$$

$$A1 = A3 = 100 \cdot 10 = 1000 \text{ cm}^2$$

$$A2 = A4 = 20 \cdot 10 = 200 \text{ cm}^2$$

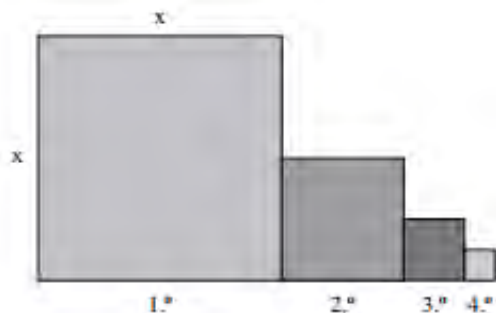
$$A = 160 \cdot 80 = 12800 \text{ cm}^2$$

$$S = A1 + A2 + A3 + A4 + 4A5 = 1000 + 200 + 1000 + 200 + 400 = 2800 \text{ cm}^2$$

$$A - S = 12800 - 2800 = 10000 \text{ cm}^2 = 1 \text{ m}^2$$

RESPOSTA: "A".

506. (TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Observe a sequência de quadrados, em que a medida do lado de cada quadrado, a partir do segundo, é igual à metade da medida do lado do quadrado imediatamente anterior.



Nessas condições, é correto afirmar que a razão entre a área do 3.º quadrado e a área do 2.º quadrado, nessa ordem, é

- A) 1/4
- B) 1/12
- C) 1/10
- D) 1/8
- E) 1/2

Como a medida é metade do anterior, as áreas são 1/4 da área anterior.

Área 1.º: x^2

Área 2.º: $x^2/4$

Área 3.º: $x^2/16$

Área 4.º: $x^2/64$

RESPOSTA: "A".

507. (IAMSPE – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Nos 3 primeiros dias da semana, Lúcia resolveu percorrer o perímetro de uma praça circular de 0,1 km de raio, da seguinte forma: no primeiro dia, deu uma volta completa; no segundo dia, deu 1,5 volta na praça e, no último dia, 2,5 voltas. Nos 3 dias, ela caminhou um total, em metros, de

(Use $\pi = 3,14$)

- A) 15 700.
- B) 7 850.
- C) 6 280.
- D) 3 410.
- E) 3 140.

Comprimento círculo: $2\pi r$

0,1km=100m

$C = 2 \cdot \pi \cdot 100 = 200 \cdot 3,14 = 628m$

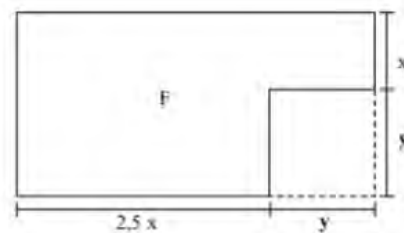
1,5 voltas=628 1,5=942 m

2,5 voltas=628 2,5=1570 m

Total: 628+942+1570=3140 m

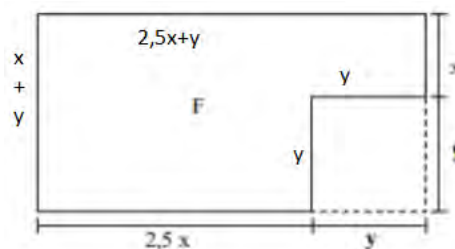
RESPOSTA: "E".

508. (COREN/SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2013) De uma folha retangular F foi recortada uma região quadrada de lado y, conforme mostra a figura.



O perímetro da folha, após o recorte, pode ser corretamente expresso por

- A) $5x - 2y$.
- B) $5x + 2y$.
- C) $7x - 4y$.
- D) $7x - 2y$.
- E) $7x + 4y$.



$$P = 2,5x + y + x + y + y + 2,5x + x + y$$

$$P = 7x + 4y.$$

RESPOSTA: "E".

509. (IAMSPE – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Comparando um terreno com 1,3 milhão de m^2 com a superfície de um quadrado com essa mesma área, pode-se afirmar que a medida do lado do quadrado está compreendida, em km, de

- A) 0,1 a 1,0.
- B) 1,0 a 1,1.
- C) 1,1 a 1,2.
- D) 1,2 a 1,3.
- E) 1,3 a 1,4.

$$1300000 m^2 = 1,3 km^2$$

$$x^2 = 1,3$$

Para não precisar achar a raiz, vamos analisar as alternativas

A - O máximo vai ser 1, então não é essa alternativa

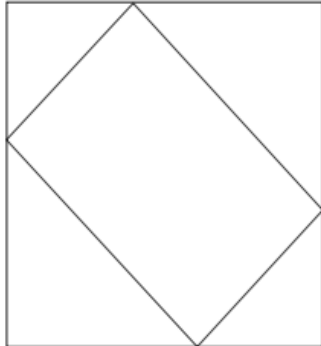
B - A área o máximo vai ser $1,21(1,1^2)$, então também não pode ser.

C - A área ficaria entre 1,21 e $1,44(1,2^2)$ essa é a alternativa certa, pois nossa área é $1,3 km^2$.

As outras alternativa já ficam muito acima.

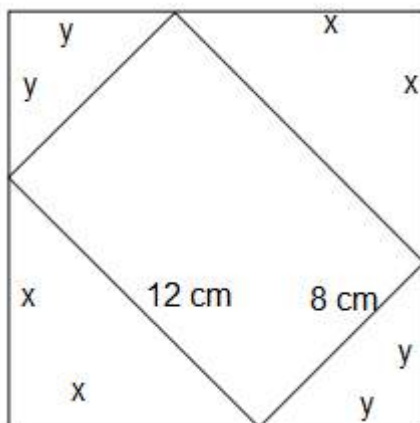
RESPOSTA: "C".

510. (UFABC/SP – TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGENS DE SINAIS – VUNESP/2013) O retângulo inscrito no quadrado tem lado maior medindo 12 cm e lado menor medindo 8 cm.



A área desse quadrado, em cm^2 , é igual a

- A) 176.
- B) 184.
- C) 192.
- D) 200.
- E) 208.



$$\begin{array}{r|l} 72 & 2 \\ 36 & 2 \\ 18 & 2 \\ 9 & 3 \\ 3 & 3 \\ 1 & \end{array}$$

$$x = 6\sqrt{2}$$

$$\begin{aligned} 2y^2 &= 64 \\ y^2 &= 32 \end{aligned}$$

$$\begin{array}{r|l} 32 & 2 \\ 16 & 2 \\ 8 & 2 \\ 4 & 2 \\ 2 & 2 \\ 1 & \end{array}$$

$$y = 4\sqrt{2}$$

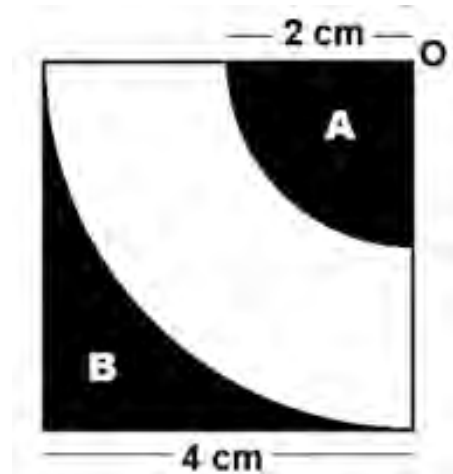
$$A_{\text{quadrado}} = (x + y)^2 = x^2 + 2xy + y^2$$

$$A_{\text{quadrado}} = (6\sqrt{2})^2 + 2 \cdot 6\sqrt{2} \cdot 4\sqrt{2} + (4\sqrt{2})^2$$

$$A_{\text{quadrado}} = 72 + 96 + 32 = 200 \text{ cm}^2$$

RESPOSTA: "D".

511. (TJ/PB – ANALISTA JUDICIÁRIO – ASSISTÊNCIA SOCIAL – FAPERP/2012) A figura exibe um quadrado Q, cujo lado mede 4 cm, e dois arcos de circunferência com centro no seu vértice O, um de raio 2 cm e o outro de raio 4 cm. Sobre as áreas S(A) e S(B) das regiões, respectivamente, A e B, que aparecem sombreadas, e S(Q), de Q, pode-se assegurar:



- A) $S(A) < S(B)$.
- B) $S(A) = S(B)$.
- C) $S(A) = (3/2)S(B)$.
- D) $2[S(A) + S(B)] = S(Q)$.

$$A_{\text{círculo}} = \pi r^2$$

$$S(A) = \frac{1}{4} \pi r^2$$

$$S(A) = \frac{1}{4} \pi 2^2 = \pi \text{ cm}^2$$

$$S(Q) = 4^2 = 16 \text{ cm}^2$$

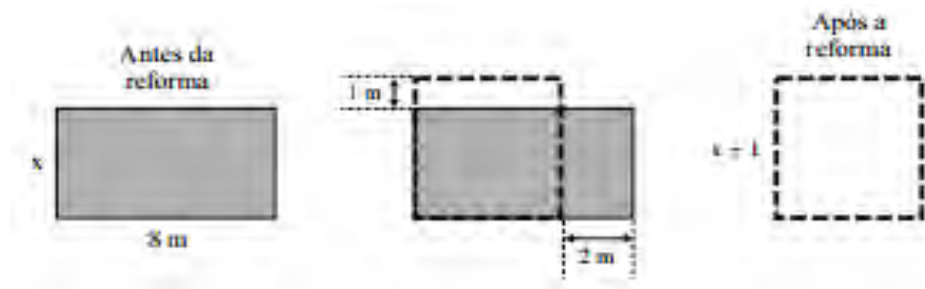
$$S(B) = S(Q) - \frac{1}{4} \pi 4^2$$

$$S(B) = (16 - 4\pi) \text{ cm}^2$$

$$S(A) < S(B)$$

RESPOSTA: "A".

512. (SPTRANS – AGENTE DE INFORMAÇÕES – VUNESP/2012) Uma sala retangular, com 8m de comprimento, será reformada e passará a ter 2m a menos no comprimento e 1m a mais na largura, mantendo-se, porém, a mesma área, conforme mostram as figuras.



O perímetro da sala após a reforma, em relação ao perímetro antes da reforma, ficou

- A) o mesmo.
- B) 3 m menor.
- C) 3 m maior.
- D) 2 m maior.
- E) 2 m menor.

$$P_{antes} = x + x + 8 + 8 = 16 + 2x$$

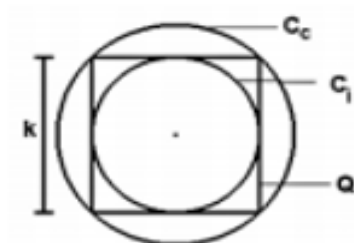
$$P_{depois} = x + 1 + x + 1 + 6 + 6 = 2x + 14$$

$$P_{depois} - P_{antes} = 2x + 14 - 2x - 16 = -2$$

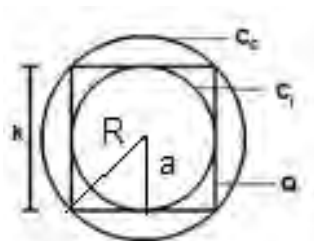
O perímetro ficou 2m menor.

RESPOSTA: "E".

513. (TJ/PB – TÉCNICO JUDICIÁRIO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FAPERP/2012) Seja Q um quadrado de lado k. Sejam C_i e C_c respectivamente, os círculos inscrito e circunscrito em Q. A razão entre a área de C_c e a área de C_i , isto é, $\text{área}(C_c)/\text{área}(C_i)$ é igual a:



- A) 2.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 8.



$$\text{área}C_c = \pi R^2$$

a=apótema do quadrado

$$a = \frac{R\sqrt{2}}{2} = \text{raio da } \mathcal{C}_i$$

$$A = \pi \left(\frac{R\sqrt{2}}{2} \right)^2 = \frac{1}{2} \pi R^2$$

$$\frac{\text{área } \mathcal{C}_c}{\text{área } \mathcal{C}_i} = \frac{\pi R^2}{\frac{1}{2} \pi R^2} = 2$$

RESPOSTA: "A".

514. (SEED/SP – AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – VUNESP/2012) ABCD representa uma sala retangular, e DEFG, uma placa quadrada de forração colocada perfeitamente no canto do piso dessa sala. Descontada a área da sala ocupada pela placa, o restante tem 243 m².



Nas condições descritas, além da placa já colocada, o total de placas idênticas a ela necessárias para preencher totalmente o resto do piso da sala ABCD, sem sobreposição ou sobras, é

- A) 23.
- B) 24.
- C) 25.
- D) 26.
- E) 27.

$$\text{Área da sala: } 21 \times 12 = 252 \text{ m}^2$$

$$\text{área do quadrado: } 252 - 243 = 9 \text{ m}^2$$

$$252/9 = 28$$

Como já tem uma placa: 27 placas para cobrir

RESPOSTA: "E".

515. (SEED/SP – AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – VUNESP/2012) Um papel de parede é vendido por R\$ 25,00 o metro linear, sendo que sua forma é retangular, com largura fixa de 80 centímetros. Uma compra única de R\$ 450,00 desse papel de parede permite preencher, no máximo, uma parede de área, em m², igual a

- A) 14,4.
- B) 14,8.
- C) 15,6.
- D) 15,8.
- E) 16,2.

$$450/25 = 18 \text{ m}$$

$$80 \text{ cm} = 0,8 \text{ m}$$

A área que essa quantidade pode cobrir é: $18 \times 0,8 = 14,4 \text{ m}^2$

RESPOSTA: "A".

516. (CDP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I – FADSP/2012) Para construir um porto, dispõe-se de um terreno retangular com perímetro igual a 1.200 metros, sendo que a largura do terreno é igual à metade do seu comprimento. Margeando o rio e as laterais, haverá uma rua de mesma largura em toda a sua extensão, conforme esboço abaixo, restando ainda 64.800 m² na parte retangular interna. Qual a largura da rua?



- A) 22 m.
- B) 20 m.
- C) 18 m.
- D) 16 m.

Largura: x

Comprimento: 2x

$$2x + 2x + x + x = 1200$$

$$6x = 1200$$

$$x = 200$$

$$\text{Área} = 2x^2$$

$$A = 2 \cdot 200^2 = 80000 \text{ m}^2$$

$$A_{\text{rua}} = A_{\text{terreno}} - A_{\text{interna}}$$

$$A_{\text{rua}} = 80000 - 64800 = 15200 \text{ m}^2$$

Largura da rua: x

$$200x + 200x + (400 - 2x)x = 15200$$

$$400x + 400x - 2x^2 = 15200$$

$$-x^2 + 400x - 7600 = 0$$

$$\Delta = 400^2 - 4 \cdot (-1) \cdot (-7600) = 129600$$

$$x = \frac{-400 \pm 360}{-2}$$

$$x_1 = \frac{-400 + 360}{-2} = 20$$

$$x_2 = \frac{-400 - 360}{-2} = 380 \text{ (não convém, pois é maior que o terreno)}$$

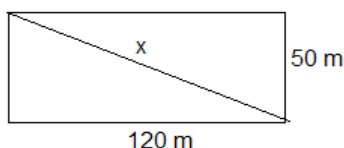
Largura da rua: 20

RESPOSTA: "B".

LIVRO DE QUESTÕES

517. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Um terreno retangular com lados medindo 120 e 50 metros será dividido, por uma das diagonais do retângulo que o delimita, em dois terrenos triangulares. O perímetro, em metros, e a área, em metros quadrados, de cada um desses terrenos triangulares serão, respectivamente,

- A) 300 e 9000.
- B) 300 e 6000.
- C) 300 e 3000.
- D) 170 e 6000.
- E) 170 e 3000.



$$\begin{aligned} X^2 &= 120^2 + 50^2 \\ X^2 &= 14400 + 2500 \\ X^2 &= 16900 \\ X &= 130 \\ P &= 120 + 50 + 130 = 300\text{m} \end{aligned}$$

$$A = 120 \cdot \frac{50}{2} = 3000\text{m}^2$$

RESPOSTA: "C".

518. (PGE/BA – ASSISTENTE DE PROCURADORIA – FCC/2013) Uma faculdade irá inaugurar um novo espaço para sua biblioteca, composto por três salões. Estima-se que, nesse espaço, poderão ser armazenados até 120.000 livros, sendo 60.000 no salão maior, 15.000 no menor e os demais no intermediário. Como a faculdade conta atualmente com apenas 44.000 livros, a bibliotecária decidiu colocar, em cada salão, uma quantidade de livros diretamente proporcional à respectiva capacidade máxima de armazenamento. Considerando a estimativa feita, a quantidade de livros que a bibliotecária colocará no salão intermediário é igual a

- A) 17.000.
- B) 17.500.
- C) 16.500.
- D) 18.500.
- E) 18.000.

Como é diretamente proporcional, podemos analisar da seguinte forma: No salão maior, percebe-se que é a metade dos livros, no salão menor é 1/8 dos livros.

Então, como tem 44.000 livros, no salão maior ficará com 22.000 e no salão menor é 5.500 livros.

$$\begin{aligned} 22000 + 5500 &= 27500 \\ \text{Salão intermediário: } 44.000 - 27.500 &= 16.500 \text{ livros} \end{aligned}$$

RESPOSTA: "C".

519. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Na tabela abaixo, a sequência de números da coluna A é inversamente proporcional à sequência de números da coluna B.

A	B
16	60
12	X
8	120
4	240

A letra X representa o número

- A) 90.
- B) 80.
- C) 96.
- D) 84.
- E) 72.

$$\frac{16}{\frac{1}{60}} = \frac{12}{\frac{1}{X}}$$

$$16 \cdot 60 = 12 \cdot X$$

$$X = 80$$

RESPOSTA: "B".

520. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Uma empresa foi constituída por três sócios, que investiram, respectivamente, R\$60.000,00, R\$40.000,00 e R\$20.000,00. No final do primeiro ano de funcionamento, a empresa obteve um lucro de R\$18.600,00 para dividir entre os sócios em quantias diretamente proporcionais ao que foi investido. O sócio que menos investiu deverá receber

- A) R\$2.100,00.
- B) R\$2.800,00.
- C) R\$3.400,00.
- D) R\$4.000,00.
- E) R\$3.100,00.

$$20000 : 40000 : 60000$$

$$1 : 2 : 3$$

$$K + 2K + 3K = 18600$$

$$6K = 18600$$

$$K = 3100$$

O sócio que investiu R\$20.000,00 receberá R\$3.100,00

RESPOSTA: "E".

521. (PREF. JUNDIAI/SP – ELETRICISTA – MAKIYAMA/2013) Um criador tem quatrocentas ovelhas que produzem igualmente, quando estão sãs, 4 quilogramas de lã ao ano, sendo que, para transportar essa lã, são necessários 80 pacotes com capacidade para 20 quilogramas. No entanto, uma grave doença atingiu algumas de suas ovelhas, de forma que, destas, este ano, não será retirada lã. Portanto, a quantidade de pacotes necessários no transporte também será menor. Assim, podemos afirmar que:

A) A quantidade de pacotes necessários no transporte é inversamente proporcional ao número de ovelhas doentes.

B) A quantidade de lã produzida neste ano é inversamente proporcional ao número de ovelhas saudáveis.

C) A quantidade de pacotes necessários no transporte é inversamente proporcional à quantidade de lã produzida nesse ano.

D) A quantidade de lã produzida neste ano é diretamente proporcional ao número de ovelhas doentes.

E) A quantidade de pacotes necessários no transporte é diretamente proporcional ao número de ovelhas doentes.

Letra B – errada – quanto menos lã produzida, menos ovelhas saudáveis tem(diretamente)

Letra C – errada – quanto menos pacotes necessários, é porque a quantidade de lã produzida foi baixa(diretamente)

Letra D – errada – quanto mais ovelhas doentes, menos lã é produzida (inversamente)

Letra E – errada – quanto menos lã produzida, mais ovelhas doentes(inversamente)

RESPOSTA: "A".

522. (METRÔ/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I - FCC/2013) Um mosaico foi construído com triângulos, quadrados e hexágonos. A quantidade de polígonos de cada tipo é proporcional ao número de lados do próprio polígono. Sabe-se que a quantidade total de polígonos do mosaico é 351. A quantidade de triângulos e quadrados somada supera a quantidade de hexágonos em

A) 108.

B) 27.

C) 35.

D) 162.

E) 81.

triângulos: 3x

quadrado: 4x

hexágono: 6x

$$3x + 4x + 6x = 351$$

$$13x = 351$$

$$x = 27$$

$$3x + 4x = 3 \cdot 27 + 4 \cdot 27 = 81 + 108 = 189$$

$$6x = 6 \cdot 27 = 162$$

$$189 - 162 = 27$$

RESPOSTA: "B".

523. (METRÔ/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I - FCC/2013) Repartir dinheiro proporcionalmente às vezes dá até briga. Os mais altos querem que seja divisão proporcional à altura. Os mais velhos querem que seja divisão proporcional à idade. Nesse caso, Roberto com 1,75 m e 25 anos e Mônica, sua irmã, com 1,50 m e 20 anos precisavam dividir proporcionalmente a quantia de R\$ 29.250,00. Decidiram, no par ou ímpar, quem escolheria um dos critérios: altura ou idade. Mônica ganhou e decidiu a maneira que mais lhe favorecia. O valor, em reais, que Mônica recebeu a mais do que pela divisão no outro critério, é igual a

A) 500.

B) 400.

C) 300.

D) 250.

E) 50.

Pela altura:

$$1,75x + 1,50x = 29250$$

$$3,25x = 29250$$

$$x = 9000$$

$$\text{Mônica: } 1,5 \cdot 9000 = 13500$$

Pela idade

$$25x + 20x = 29250$$

$$45x = 29250$$

$$x = 650$$

$$\text{Mônica: } 20 \cdot 650 = 13000$$

$$13500 - 13000 = 500$$

RESPOSTA: "A".

524. (PC/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Foram construídos dois reservatórios de água. A razão entre os volumes internos do primeiro e do segundo é de 2 para 5, e a soma desses volumes é 14m³. Assim, o valor absoluto da diferença entre as capacidades desses dois reservatórios, em litros, é igual a

A) 8000.

B) 6000.

C) 4000.

D) 6500.

E) 9000.

Primeiro: 2k

Segundo: 5k

$$2k + 5k = 14$$

$$7k = 14$$

$$k = 2$$

$$\text{Primeiro: } 2 \cdot 2 = 4$$

$$\text{Segundo: } 5 \cdot 2 = 10$$

$$\text{Diferença: } 10 - 4 = 6\text{m}^3$$

$$1\text{m}^3 \text{-----} 1000\text{L}$$

$$6\text{-----}x$$

$$X = 6000\text{L}$$

RESPOSTA: "B".

525. (PREF. NEPOMUCENO/MG – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – CONSULPLAN/2013) Num zoológico, a razão entre o número de aves e mamíferos é igual à razão entre o número de anfíbios e répteis.

Considerando que o número de aves, mamíferos e anfíbios são, respectivamente, iguais a 39, 57 e 26, quantos répteis existem neste zoológico?

A) 31.

B) 34.

C) 36.

D) 38.

E) 43.

LIVRO DE QUESTÕES

$$\frac{\text{Aves}}{\text{mamíferos}} = \frac{\text{anfíbios}}{\text{répteis}}$$

$$\frac{39}{57} = \frac{26}{\text{répteis}}$$

$$\text{répteis} = 57 \cdot \frac{26}{39} = 38$$

RESPOSTA: "D".

526. (PREF. PAULISTANA/PI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IMA/2014) Uma herança de R\$ 750.000,00 deve ser repartida entre três herdeiros, em partes proporcionais a suas idades que são de 5, 8 e 12 anos. O mais velho receberá o valor de:

- A) R\$ 420.000,00
- B) R\$ 250.000,00
- C) R\$ 360.000,00
- D) R\$ 400.000,00
- E) R\$ 350.000,00

$$5x + 8x + 12x = 750.000$$

$$25x = 750.000$$

$$x = 30.000$$

$$\text{O mais velho receberá: } 12 \cdot 30.000 = 360.000$$

RESPOSTA: "C".

527. (TRF 2ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Duas empresas X e Y têm, respectivamente, 60 e 90 funcionários. Sabe-se que, certo dia, em virtude de uma greve dos motoristas de ônibus, apenas 42 funcionários de X compareceram ao trabalho e que, em Y, a frequência dos funcionários ocorreu na mesma razão. Nessas condições, quantos funcionários de Y faltaram ao trabalho nesse dia?

- A) 36.
- B) 33.
- C) 30.
- D) 27.
- E) 20.

$$\frac{60}{90} = \frac{42}{z}$$

$$z = 63$$

Na empresa Y compareceram 63 funcionários, então $90 - 63 = 27$ faltaram

528. (TRF 3ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2014) Quatro funcionários dividirão, em partes diretamente proporcionais aos anos dedicados para a empresa, um bônus de R\$36.000,00. Sabe-se que dentre esses quatro funcionários um deles já possui 2 anos trabalhados, outro possui 7 anos trabalhados, outro possui 6 anos trabalhados e o outro terá direito, nessa divisão, à quantia de R\$6.000,00. Dessa maneira, o número de anos dedicados para a empresa, desse último funcionário citado, é igual a

- A) 5.
- B) 7.
- C) 2.
- D) 3.
- E) 4.

$$2x + 7x + 6x + 6000 = 36000$$

$$15x = 30000$$

$$x = 2000$$

Como o último recebeu R\$6.000,00, significa que ele se dedicou 3 anos a empresa, pois $2000 \cdot 3 = 6000$

RESPOSTA "D".

529. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Mariana e Laura compraram um saco com 120 balas que custava R\$ 7,50. Laura contribuiu com R\$ 4,50, e Mariana, com o restante.

Se as balas forem divididas em partes diretamente proporcionais ao valor pago por cada menina, com quantas balas Mariana ficará?

- A) 36
 - B) 48
 - C) 54
 - D) 72
 - E) 96
- $$7,5x = 120$$
- $$x = 16$$

$$\text{Mariana: } 16 \cdot 3 = 48 \text{ balas}$$

RESPOSTA: "B".

530. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012) Na biblioteca de uma faculdade, a relação entre a quantidade de livros e de revistas era de 1 para 4. Com a compra de novos exemplares, essa relação passou a ser de 2 para 3.

Assinale a única tabela que está associada corretamente a essa situação.

A)

	Nº de livros	Nº de revistas
Antes da compra	50	200
Após a compra	200	300

B)

	Nº de livros	Nº de revistas
Antes da compra	50	200
Após a compra	300	200

C)

	Nº de livros	Nº de revistas
Antes da compra	200	50
Após a compra	200	300

D)

	Nº de livros	Nº de revistas
Antes da compra	200	50
Após a compra	300	200

E)

	Nº de livros	Nº de revistas
Antes da compra	200	200
Após a compra	50	300

1 livro: 4 revistas
Significa que o número de revistas é 4x o número de livros.

50 livros: 200 revistas

Depois da compra
2 livros :3 revistas
200 livros: 300 revistas

RESPOSTA: "A".

531. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012)
Uma rede varejista teve um faturamento anual de 4,2 bilhões de reais com 240 lojas em um estado. Considerando que esse faturamento é proporcional ao número de lojas, em outro estado em que há 180 lojas, o faturamento anual, em bilhões de reais, foi de

- A) 2,75.
- B) 2,95.
- C) 3,15.
- D) 3,35.
- E) 3,55.

$$\frac{4,2}{240} = \frac{x}{180}$$

$$240x = 756$$

$$x = 3,15 \text{ bilhões.}$$

RESPOSTA: "C".

532. (PREF. IMARUÍ – AGENTE EDUCADOR – PREF. IMARUÍ/2014) De cada dez alunos de uma sala de aula, seis são do sexo feminino. Sabendo que nesta sala de aula há dezoito alunos do sexo feminino, quantos são do sexo masculino?

- A) Doze alunos.
- B) Quatorze alunos.
- C) Dezesesseis alunos.
- D) Vinte alunos.

6 do sexo feminino: 4 sexo masculino

$$\frac{6}{4} = \frac{18}{x}$$

$$6x = 72$$

$$x = 12$$

RESPOSTA: "A".

533. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Em um processo seletivo diferenciado, os candidatos obtiveram os seguintes resultados:

- Alana resolveu 11 testes e acertou 5
- Beatriz resolveu 14 testes e acertou 6
- Cristiane resolveu 15 testes e acertou 7
- Daniel resolveu 17 testes e acertou 8
- Edson resolveu 21 testes e acertou 9

O candidato contratado, de melhor desempenho, foi:

- A) Edson.
- B) Daniel.
- C) Cristiane.
- D) Beatriz.
- E) Alana.

$$\text{Alana: } \frac{5}{11} = 0,45$$

$$\text{Beatriz: } \frac{6}{14} = 0,42$$

$$\text{Cristiane: } \frac{7}{15} = 0,46$$

$$\text{Daniel: } \frac{8}{17} = 0,47$$

$$\text{Edson: } \frac{9}{21} = 0,42$$

Daniel teve o melhor desempenho.

RESPOSTA: "B".

534. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Em um vestibular para o curso de marketing, participaram 3600 candidatos para 150 vagas. A razão entre o número de vagas e o número de candidatos, nessa ordem, foi

- A) 1/15
- B) 1/ 25
- C) 1/24
- D) 1/ 20
- E) 1/18

$$\frac{150 \text{ vagas}}{3600 \text{ candidatos}} = \frac{1}{24}$$

RESPOSTA: "C".

535. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Uma prefeitura destinou a quantia de 54 milhões de reais para a construção de três escolas de educação infantil. A área a ser construída em cada escola é, respectivamente, 1.500 m², 1.200 m² e 900 m² e a quantia destinada à cada escola é diretamente proporcional a área a ser construída.

Sendo assim, a quantia destinada à construção da escola com 1.500 m² é, em reais, igual a

- A) 22,5 milhões.
 - B) 13,5 milhões.
 - C) 15 milhões.
 - D) 27 milhões.
 - E) 21,75 milhões.
- $$1500x + 1200x + 900x = 54000000$$

$$3600x = 54000000$$

$$X = 15000$$

Escola de 1500 m²: $1500 \cdot 15000 = 22500000 = 22,5$ milhões.

RESPOSTA: "A".

536. (TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) Em um dia de muita chuva e trânsito caótico, 2/5 dos alunos de certa escola chegaram atrasados, sendo que 1/4 dos atrasados tiveram mais de 30 minutos de atraso. Sabendo que todos os demais alunos chegaram no horário, pode-se afirmar que nesse dia, nessa escola, a razão entre o número de alunos que chegaram com mais de 30 minutos de atraso e número de alunos que chegaram no horário, nessa ordem, foi de

- A) 2:3.
- B) 1:3.
- C) 1:6.
- D) 3:4.
- E) 2:5.

Se 2/5 chegaram atrasados

$$1 - \frac{2}{5} = \frac{3}{5} \text{ chegaram no horário}$$

$$\frac{2}{5} \cdot \frac{1}{4} = \frac{1}{10} \text{ tiveram mais de 30 minutos de atraso}$$

$$\text{razão} = \frac{1}{\frac{3}{5}} = \frac{5}{3}$$

$$\text{razão} = \frac{1}{10} \cdot \frac{5}{3} = \frac{1}{6}$$

RESPOSTA: "C".

537. (ANVISA – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) Marcos, Mário e Mateus trabalharam 4, 6 e 10 horas, respectivamente, e devem receber, pelo serviço, um total de R\$2.400,00. Considerando que o pagamento será proporcional às horas trabalhadas, assinale a alternativa que apresenta o valor recebido por Mário e Mateus, juntos.

- A) R\$1.200,00.
 - B) R\$1.520,00.
 - C) R\$1.800,00.
 - D) R\$1.920,00.
 - E) R\$2.100,00.
- $$4x + 6x + 10x = 2400$$
- $$20x = 2400$$
- $$X = 120$$

$$\text{Mário e Mateus: } 6x + 10x = 16x = 1920$$

RESPOSTA: "D".

538. (TJ/MT – AGENTE DE INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – TJ/2012) A Revista Veja, de 24/10/2012, apresenta dados sobre o problema do trânsito nas grandes metrópoles do mundo e, em particular, informa que o brasileiro perde 80 minutos do dia em engarrafamentos no trânsito. A partir dessa informação, qual é a razão entre o tempo perdido em engarrafamentos e o tempo de um dia?

- A) 2/9
- B) 5/24
- C) 1/18
- D) 1/3

1 dia- 24 horas-1440 minutos

$$\frac{80}{1440} = \frac{1}{18}$$

RESPOSTA: "C".

539. (TJ/SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) Para pintar completamente uma parede, são necessários 4,8 litros de tinta pura, ou 6,3 litros de uma mistura de tinta pura com um produto químico. Sabe-se que a mistura de tinta tem que ser feita com 5 partes de tinta pura para cada 4 partes de produto químico. Se o custo dos 4,8 litros de tinta é igual ao dos 6,3 litros de mistura de tinta, a razão entre o preço do litro do produto químico pelo preço do litro de tinta pura, nessa ordem, é

- A) 13/28
- B) 17/28
- C) 1/2
- D) 15/28
- E) 4/7

Custo litros de tinta pura: x

Custo litros de produto químico: y

A Cada 9 partes, 5 é de tinta pura e 4 de produto químico.

$$6,3 \cdot \frac{5}{9} = 3,5 \text{ litros de tinta pura}$$

6,3-3,5=2,8 litros de produto químico.

$$4,8x=3,5x+2,8y$$

$$4,8x-3,5x=2,8y$$

$$1,3x=2,8y$$

$$\frac{y}{x} = \frac{1,3}{2,8} = \frac{13}{28}$$

RESPOSTA: "A".

540. (IAMSPE – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) De cada 15 salas de certo edifício, 2 estão em reforma. O total de salas em reforma é 42. Dentre as que não estão em reforma, 1/7 está sendo pintada. Portanto, o número de salas que estão sendo pintadas é

A) 72.

B) 52.

C) 45.

D) 39.

E) 37.

$$\frac{15}{2} = \frac{x}{42}$$

X=315 salas no edifício

315-42=273 não estão em reforma.

$$273 \cdot \frac{1}{7} = 39 \text{ estão sendo pintadas}$$

RESPOSTA: "D".

541. (UFABC/SP – TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGENS DE SINAIS – VUNESP/2013) Alice, Bianca e Carla trabalharam na organização da biblioteca da escola e, juntas, receberam como pagamento um total de R\$900,00. Como cada uma delas trabalhou um número diferente de horas, as três decidiram que a divisão do dinheiro deveria ser proporcional ao tempo trabalhado. Alice trabalhou por 4 horas, e Bianca, que trabalhou 30 minutos menos do que Alice, recebeu R\$210,00. A parte devida a Carla foi de

A) R\$400,00.

B) R\$425,00.

C) R\$450,00.

D) R\$475,00.

E) R\$500,00.

Alice: 4 horas=240 minutos

Bianca: 3 horas 30 minutos=210 minutos

Carla: Y

K: constante

$$210k=210$$

$$k=1$$

Carla: Y

$$240+210+Y=900$$

$$Y=900-450$$

$$Y=450$$

RESPOSTA: "C".

542. (EMTU/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – CAIPI-MES/2013) Uma calçada retilínea com 171 metros precisa ser dividida em três pedaços de comprimentos proporcionais aos números 2, 3 e 4. O maior pedaço deverá medir:

A) 78 metros.

B) 82 metros.

C) 76 metros.

D) 80 metros.

$$2x+3x+4x=171$$

$$9x=171$$

$$x=19$$

$$\text{Maior pedaço: } 4x=4 \cdot 19=76 \text{ metros}$$

RESPOSTA: "C".

543. (EMTU/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – CAIPI-MES/2013) A razão entre o número de ligações atendidas na segunda-feira e o número de ligações atendidas na terça-feira passada por uma telefonista, nessa ordem, é 2/3. Se na terça-feira ela atendeu a 180 telefonemas, na segunda-feira ela atendeu a:

A) 125.

B) 120.

C) 135.

D) 140.

SEGUNDA-FEIRA: S

TERÇA-FEIRA: T

$$\frac{S}{T} = \frac{2}{3} = \frac{x}{180}$$

$$x=120$$

RESPOSTA: "B".

544. (POLICIA CIVIL/SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP/2013) De acordo com Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, atualmente existem, ao todo, 152 unidades prisionais no estado. Essas unidades dividem-se em Centros de Progressão Penitenciária (CPP), Centros de Detenção Provisória (CDP), Centros de Ressocialização, Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), Penitenciárias e Hospitais.

(<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/usm.html>.

Adaptado)

Se a razão entre o número de CDPs e o número total de unidades prisionais é $\frac{1}{4}$, então, o número de CDPs no Estado de São Paulo é

A) 25.

B) 43.

C) 57.

D) 19.

E) 38.

$$\frac{CDP}{total} = \frac{1}{4} = \frac{CDP}{152}$$

$$CDP=38$$

RESPOSTA: "E".

545. (CDP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I – FADESP/2012) Após a inscrição de um Concurso Público, a concorrência equivalia à razão de 20 candidatos para 7 vagas. No dia da prova, faltaram 36 candidatos e a concorrência passou a ser equivalente à razão de 19 candidatos para 7 vagas. Quantos candidatos inscreveram-se nesse concurso?

- A) 252.
- B) 640.
- C) 684.
- D) 720.

Número de candidatos: x
Número de vagas: y

$$\frac{20}{7} = \frac{x}{y}$$

$$7x = 20y$$

$$\frac{19}{7} = \frac{x - 36}{y}$$

$$7x - 252 = 19y$$

Substituindo:
 $20y - 252 = 19y$
 $Y = 252$

$$x = \frac{252 \cdot 20}{7} = 720$$

RESPOSTA: "D".

546. (SAMU/SC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – SPDM/2012) Carlos dividirá R\$ 8.400,00 de forma inversamente proporcional à idade de seus dois filhos: Marcos, de 12 anos, e Fábio, de 9 anos. O valor que caberá a Fábio será de:

- A) R\$ 3.600,00
- B) R\$ 4.800,00
- C) R\$ 7.000,00
- D) R\$ 5.600,00

Marcos: a

$$\frac{a}{12} + \frac{b}{9} = \frac{a+b}{12+9}$$

$$\frac{b}{9} = \frac{8400}{36} - \frac{a}{36}$$

$$\frac{7}{36}b = \frac{8400}{9}$$

$$b = 4800$$

RESPOSTA: "B".

547. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Em uma fundação, verificou-se que a razão entre o número de atendimentos a usuários internos e o número de atendimento total aos usuários (internos e externos), em um determinado dia, nessa ordem, foi de 3/5. Sabendo que o número de usuários externos atendidos foi 140, pode-se concluir que, no total, o número de usuários atendidos foi

- A) 84.
- B) 100.
- C) 217.
- D) 280.
- E) 350.

Usuários internos: I

Usuários externos: E

$$\frac{I}{I+E} = \frac{3}{5} = \frac{I}{I+140}$$

$$5I = 3I + 420$$

$$2I = 420$$

$$I = 210$$

$$I+E = 210+140 = 350$$

RESPOSTA: "E".

548. (SABESP – ANALISTA DE GESTÃO I -CONTABILIDADE – FCC/2012) Renato aplicou uma quantia no regime de capitalização de juros simples de 1,25% ao mês. Ao final de um ano, sacou todo o dinheiro da aplicação, gastou metade dele para comprar um imóvel e aplicou o restante, por quatro meses, em outro fundo, que rendia juros simples de 1,5% ao mês. Ao final desse período, ele encerrou a aplicação, sacando um total de R\$ 95.082,00. A quantia inicial, em reais, aplicada por Renato no primeiro investimento foi de

- A) 154.000,00
- B) 156.000,00
- C) 158.000,00
- D) 160.000,00
- E) 162.000,00

Quantia inicial: C

$$J = C \cdot 0,0125 \cdot 12$$

$$J = 0,15C$$

$$M = C + J$$

$$M = C + 0,15C = 1,15C$$

Final de 1 ano:

$$M = \frac{1}{2} \cdot 1,15C$$

$$M = 0,575C$$

A outra metade foi aplicada de novo rendendo 1,5% ao mês:

$$J = 0,575C \cdot 0,015 \cdot 4 = 0,0345C$$

$$M = C + J$$

$$M = 0,575C + 0,0345C$$

$$95082 = 0,6095C$$

$$C = 156000$$

A quantia inicial foi de R\$ 156.000,00

RESPOSTA: "B".

549. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) José Luiz aplicou R\$60.000,00 num fundo de investimento, em regime de juros compostos, com taxa de 2% ao mês.

Após 3 meses, o montante que José Luiz poderá sacar é

- A) R\$63.600,00.
- B) R\$63.672,48.
- C) R\$63.854,58.
- D) R\$62.425,00.
- E) R\$62.400,00.

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 60000(1 + 0,02)^3$$

$$M = 60000(1,02)^3 = 63672,48$$

RESPOSTA: "B".

550. (CREA/PR – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNDATEC/2013) Um empréstimo de R\$ 50.000,00 será pago no prazo de 5 meses, com juros simples de 2,5% a.m. (ao mês). Nesse sentido, o valor da dívida na data do seu vencimento será:

- A) R\$6.250,00.
- B) R\$16.250,00.
- C) R\$42.650,00.
- D) R\$56.250,00.
- E) R\$62.250,00.

$$J = Cin$$

$$J = \text{juros}$$

$$C = \text{capital}$$

$$i = \text{taxa}$$

$$n = \text{tempo}$$

$$J = 50000 \cdot 0,025 \cdot 5$$

$$J = 6250$$

$$M = C + J$$

$$M = 50000 + 6250 = 56250$$

O valor da dívida é R\$56250,00

RESPOSTA: "D".

551. (PREF. JUNDIAI/SP – ELETRICISTA – MAKIYAMA/2013) Teresa pagou uma conta no valor de R\$ 400,00 com seis dias de atraso. Por isso, foi acrescido, sobre o valor da conta, juro de 0,5% em regime simples, para cada dia de atraso. Com isso, qual foi o valor total pago por Teresa?

- A) R\$ 420,00.
- B) R\$ 412,00.
- C) R\$ 410,00.
- D) R\$ 415,00.
- E) R\$ 422,00.

$$J = Cin$$

$$J = 400 \cdot 0,005 \cdot 6 = 12$$

$$M = C + J$$

$$M = 400 + 12 = 412$$

O valor que ela deve pagar é R\$412,00.

RESPOSTA: "B".

552. (PM/SE – SOLDADO 3ªCLASSE – FUNCAB/2014) Polícia autua 16 condutores durante blitz da Lei Seca

No dia 27 de novembro, uma equipe da Companhia de Polícia de Trânsito(CPTran) da Polícia Militar do Estado de Sergipe realizou blitz da Lei Seca na Avenida Beira Mar. Durante a ação, a polícia autuou 16 condutores.

Segundo o capitão Fábio <achado, comandante da CP-Tran, 12 pessoas foram notificadas por infrações diversas e quatro por desobediência à Lei Seca[...].

O quarteto detido foi multado em R\$1.910,54 cada e teve a Carteira Nacional de Trânsito (CNH) suspensa por um ano. (Fonte: PM/SE 28/11/13, modificada)

Investindo um capital inicial no valor total das quatro multas durante um período de dez meses, com juros de 5% ao mês, no sistema de juros simples, o total de juros obtidos será:

- A) R\$2.768,15
- B) R\$1.595,27
- C) R\$3.821,08
- D) R\$9.552,70
- E) R\$1.910,54

$$1910,54 \cdot 4 = 7642,16$$

$$J = Cin$$

$$J = 7642,16 \cdot 0,05 \cdot 10 = 3821,08$$

O juros obtido será R\$3821,08

RESPOSTA: "C".

553. (PC/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2014) Uma pessoa pegou emprestada certa quantia por dez meses, à taxa de juros simples de 4% ao mês. O valor do empréstimo, acrescido dos juros, deverá ser pago em 10 parcelas iguais de R\$1.260,00. Nesse caso, o juro total desse empréstimo será

- A) R\$4.800,00.
- B) R\$3.800,00.
- C) R\$4.600,00.
- D) R\$3.600,00.
- E) R\$4.200,00.

$$M = C(1 + in)$$

$$1260,10 = C(1 + 0,04 \cdot 10)$$

$$C = 9000$$

$$J = Cin$$

$$J = 9000 \cdot 0,04 \cdot 10 = 3600$$

Dica: para lembrar da fórmula do Juro Simples: $J = Cin$ (JUROS SIMPles)

RESPOSTA: "D".

554. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013) Qual a porcentagem de rendimento mensal de um capital de R\$ 5.000,00 que rende R\$ 420,00 após 6 meses?

(Considere juros simples)

- A) 2,2%
- B) 1,6%
- C) 1,4%
- D) 0,7%

$$J = Cin$$

$$420 = 5000 \cdot i \cdot 6$$

$$i = \frac{420}{5000 \cdot 6} = 0,014 = 1,4\%$$

RESPOSTA: "C".

555. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013) Uma aplicação financeira rende mensalmente 0,72%. Após 3 meses, um capital investido de R\$ 14.000,00 renderá: (Considere juros compostos)

- A) R\$ 267,92
- B) R\$ 285,49
- C) R\$ 300,45
- E) R\$ 304,58

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 14.000(1 + 0,0072)^3 = 14304,58$$

$$M = C + J$$

$$J = 14304,58 - 14000 = 304,58$$

RESPOSTA: "D".

556. (TRF 2ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Um capital de R\$ 25 000,00, aplicado a juros simples e à taxa anual de 12%, ao final de um período de 15 meses produzirá o montante de

- A) R\$ 37 000,00.
- B) R\$ 37 250,00.
- C) R\$ 32 500,00.
- D) R\$ 28 750,00.
- E) R\$ 25 250,00.

$$i = 12\% \text{ ao ano} = 12/12 = 1\% \text{ ao mês}$$

$$J = Cin$$

$$J = 25000 \cdot 0,01 \cdot 15 = 3750$$

$$M = C + J$$

$$M = 25000 + 3750 = 28750$$

O valor do montante será de R\$ 28750,00.

RESPOSTA: "D".

557. (UFABC/SP – TECNÓLOGO-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – VUNESP/2013) Félix aplicou uma quantia de R\$ 7.000,00 com taxa de juro simples de 2% ao mês, durante 10 meses. O montante gerado correspondeu a 40% dos 10 meses de salário líquido que Félix recebeu nesse período. Portanto, o salário líquido mensal de Félix é

- A) R\$ 1.200,00.
- B) R\$ 1.400,00.
- C) R\$ 1.800,00.
- D) R\$ 2.100,00.
- E) R\$ 2.400,00.

$$J = Cin$$

$$J = 7000 \cdot 0,02 \cdot 10 = 1400$$

$$M = C + J$$

$$M = 7000 + 1400 = 8400$$

$$8400 \text{ ---- } 40\%$$

$$x \text{ ---- } 100$$

$$x = 21000$$

R\$ 21000,00 em 10 meses

$$\frac{21000}{10} = 2100 \text{ por mês}$$

RESPOSTA: "D".

558. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Paulo aplicou R\$ 10.000,00 em um fundo de investimentos que rendeu juros de 6% em um ano. Ao término desse ano, Paulo manteve aplicados tanto os R\$ 10.000,00 quanto os juros obtidos nesse primeiro ano e, ainda, aplicou mais R\$ 4.400,00. Ele deixou seu dinheiro investido por mais um ano e, ao final desses dois anos, seu saldo (valor aplicado mais juros) foi de R\$ 16.050,00.

Sabendo-se que, ao longo desses dois anos, Paulo não fez qualquer retirada, qual foi a taxa anual de juros no segundo ano?

- A) 5%
- B) 6%
- C) 7%
- D) 8%
- E) 9%

$$J = Cin$$

$$J = 10000 \cdot 0,06 \cdot 1 = 600$$

$$M = C + J$$

$$M = 10000 + 600 = 10600$$

Ao final do primeiro ano:
 $R\$ 10600,00 + R\$ 4400,00 = R\$ 15000,00$

Segundo ano
 $M = C + J$
 $16050 = 15000 + J$
 $J = 1050$
 $J = Cin$
 $1050 = 15000 \cdot i \cdot 1$
 $i = 0,07 = 7\%$

RESPOSTA: "C".

559. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012)
 Para fazer a troca de um automóvel, Alex utilizou seu carro usado como entrada nas seguintes condições:

Carro novo = R\$ 45.000,00.
 Carro usado = R\$ 18.000,00.
 Financiamento (da diferença) em 10 parcelas com juros simples de 1% ao mês.

Nessas condições, o valor de cada parcela paga por Alex, em reais, foi de

- A) 2.650,00.
- B) 2.780,00.
- C) 2.830,00.
- D) 2.970,00.
- E) 3.110,00.

Diferença: $45000 - 18000 = 27000$

$J = Cin$
 $J = 2700 \cdot 0,01 \cdot 10 = 2700$
 Conta: $27000 + 2700 = 29700$

Cada parcela vai ser de $\frac{29700}{10} = R\$ 2970,00$

RESPOSTA: "D".

560. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Para resgatar, no mínimo, o triplo de um capital aplicado a juro simples, à taxa de 5% a.m., o tempo, em meses, que uma pessoa tem de esperar é

- A) 30.
- B) 50.
- C) 10.
- D) 20.
- E) 40.

$M = C(1 + in)$
 $3x = x(1 + 0,05n)$
 $3 = 1 + 0,05n$
 $0,05n = 2$
 $n = 40 \text{ meses}$

RESPOSTA: "E".

561. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/PB - ASSISTENTE LEGISLATIVO – FCC/2013) A fórmula, $J = \frac{Cit}{100}$, possibilita o cálculo de juros simples J que é gerado a partir de um capital C , a taxa de juros i % e durante um determinado período de tempo t . Os juros gerados a partir de um capital de R\$ 12.000,00, empresta do à taxa de 2% ao mês, durante 3 meses é, em reais, igual a

- A) 1.200.
- B) 2.400.
- C) 240.
- D) 7.200.
- E) 720.

$J = \frac{Cit}{100}$
 $J = 12000 \cdot 0,02 \cdot 3 = 720$

RESPOSTA: "E".

562. (SEAP – AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA – VUNESP/2013) A taxa mensal de juro simples de uma aplicação é de 0,60%. O número de meses necessários para que um capital de R\$ 1.000,00 colocado nessa aplicação renda um juro de, no mínimo, R\$ 50,00 é

- A) 9.
- B) 11.
- C) 15.
- D) 7.
- E) 13.

$J = Cin$
 $50 = 1000 \cdot 0,006 \cdot n$
 $n = 8,33$

O número mínimo é de 9 meses.

RESPOSTA: "A".

563. (TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Certo capital foi aplicado a juros simples, à taxa de 1,5% ao mês. Para que seja possível resgatar um montante igual a $\frac{7}{4}$ do capital inicial, o tempo mínimo que esse capital deverá permanecer aplicado é:

- A) 3 anos e 4 meses.
- B) 3 anos e 9 meses.
- C) 4 anos e 2 meses.
- D) 2 anos e 8 meses.
- E) 2 anos e 10 meses.

$M = \frac{7}{4} C$
 $M = C(1 + in)$

$$\frac{7}{4}C = C(1 + in)$$

$$1 + 0,015n = \frac{7}{4}$$

$$0,015n = \frac{3}{4}$$

$$n = 50 \text{ meses}$$

1 ano ---- 12 meses

x ----- 50

x = 4,16 anos

1 ano ---- 12 meses

0,16 ---- x

X = 1,92 meses, aproximadamente 2 meses

O tempo mínimo de aplicação é de 4 anos e 2 meses

RESPOSTA: "C".

564. (PM/SP – OFICIAL – VUNESP/2013) Pretendendo aplicar em um fundo que rende juros compostos, um investidor fez uma simulação. Na simulação feita, se ele aplicar hoje R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 daqui a um ano, e não fizer nenhuma retirada, o saldo daqui a dois anos será de R\$ 38.400,00. Desse modo, é correto afirmar que a taxa anual de juros considerada nessa simulação foi de

- A) 12%.
- B) 15%.
- C) 18%.
- D) 20%.
- E) 21%.

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 10000(1 + i)$$

Depois de 1 ano ele acrescentou 20000 a conta, portanto o montante que deu de 1 ano, mais 20000 é o capital do próximo ano.

$$M = (30000 + 10000i) \cdot (1 + i)$$

$$38400 = 30000 + 30000i + 10000i + 10000i^2 \quad || : 400$$

$$96 = 75 + 100i + 25i^2$$

$$25i^2 + 100i - 21 = 0$$

$$\Delta = 100^2 - 4 \cdot 25 \cdot (-21) = 12100$$

$$i = \frac{-100 \pm 110}{50}$$

$$i_1 = \frac{-100 + 110}{50} = \frac{10}{50} = 0,2$$

$$i_2 = \frac{-100 - 110}{50} = -4,4 \text{ (não convém)}$$

É correto afirmar que a taxa é de 20%

RESPOSTA: "D".

565. (IAMSPE – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Uma pessoa emprestou certo capital à taxa de 2,5% ao mês, durante um período. Se o regime do empréstimo foi de juro simples, os juros serão 1/4 do valor do capital emprestado em

- A) 14 meses.
- B) 12 meses.
- C) 10 meses.
- D) 9 meses.
- E) 8 meses.

$$J = Cin$$

$$\frac{1}{4}C = C \cdot 0,025 \cdot n$$

$$n = \frac{0,25}{0,025} = 10 \text{ meses}$$

RESPOSTA: "C".

566. (TRT 1ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2013) Juliano possui R\$ 29.000,00 aplicados em um regime de juros compostos e deseja comprar um carro cujo preço à vista é R\$30.000,00. Se nos próximos meses essa aplicação render 1% ao mês e o preço do carro se mantiver, o número mínimo de meses necessário para que Juliano tenha em sua aplicação uma quantia suficiente para comprar o carro é

- A) 7.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 3.

$$M = C(1 + i)^t$$

$$30000 = 29000(1 + 0,01)^t$$

$$1,0344 = (1,01)^t$$

Teremos que substituir os valores de t, portanto vamos começar dos números mais baixos:

$$1,01^3 = 1,0303, \text{ está próximo, mas ainda é menor}$$

$$1,01^4 = 1,0406$$

Como t=4 passou o número que precisava (1,0344), então ele tem que aplicar no mínimo por 4 meses.

RESPOSTA: "B".

567. (EMTU/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – CAIPI-MES/2013) Um capital de R\$ 5 000,00, aplicado no regime de juros compostos, por um período de 2 meses, com uma taxa de juros efetiva de 1% ao mês, gera juros totais de:

- A) R\$ 100,00.
- B) R\$ 100,50.
- C) R\$ 150,00.
- D) R\$ 150,50.

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 5000(1 + 0,01)^2 = 5100,50$$

$$J = M - C = 5100,50 - 5000 = 100,50$$

RESPOSTA: "B".

568. (DETRAN/SP – AGENTE ESTADUAL DE TRÂNSITO – VUNESP/2013) Uma pessoa que aplica um capital a juros simples, durante 4 anos com a taxa de 2% a.m, no final desse período irá resgatar, em relação ao capital inicial, quase o

- A) Sêxtuplo.
- B) Quíntuplo
- C) Triplo.
- D) Quádruplo.
- E) Dobro.

$$4 \text{ anos} = 48 \text{ meses}$$

$$M = C(1 + in)$$

$$M = C(1 + 0,02.48)$$

$$M = 1,96C$$

RESPOSTA: "E".

569. (UEM/PR – AGENTE UNIVERSITÁRIO – MOTORISTA – UEM/2013) Um investidor aplicou, a juros simples, uma quantia à taxa de 5% ao mês, durante 6 meses e, em seguida, o montante foi aplicado, a juros simples, por um período de 6 meses, à taxa de 4% ao mês. No final de 12 meses, o novo montante foi de R\$ 806,00. Qual o valor da quantia aplicada inicialmente?

- A) R\$ 450,00
- B) R\$ 500,00
- C) R\$ 520,00
- D) R\$ 550,00
- E) R\$ 600,00

$$M = C(1 + in)$$

$$M = C(1 + 0,05.6)$$

$$M = 1,3C$$

2ª etapa: montante aplicado por 6 meses a taxa de 4%

$$M = 1,3C(1 + 0,04.6) = 1,612C$$

$$1,612C = 806$$

$$C = 500$$

RESPOSTA: "B".

570. (UNESP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Um capital foi emprestado para ser quitado no período de 1 mês, a uma taxa de juro nominal de 60% ao ano. Se o valor dos juros pagos pelo empréstimo foi de R\$ 125,00, então conclui-se, corretamente, que o capital emprestado foi de

- A) R\$ 75,00.
- B) R\$ 208,33.

$$C) \text{ R\$ } 1.200,00.$$

$$D) \text{ R\$ } 1.008,33.$$

$$E) \text{ R\$ } 2.500,00.$$

$$60\% \text{ ano} = 5\% \text{ ao mês}$$

$$J = Cin$$

$$125 = C.0,05.1$$

$$C = 2500$$

RESPOSTA: "E".

571. (SAMU/SC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – SPDM/2012) Carla investiu R\$ 2.000,00 no regime de juros simples durante 4 meses a uma taxa de 5% ao mês. Ana investiu o dobro do que investiu Carla durante 2 meses a uma taxa de juros 5% ao mês no regime de juros compostos.

Os valores de juros que Carla e Ana receberam são, respectivamente:

$$A) \text{ R\$ } 400,00 \text{ e R\$ } 420,00$$

$$B) \text{ R\$ } 410,00 \text{ e R\$ } 400,00$$

$$C) \text{ R\$ } 420,00 \text{ e R\$ } 400,00$$

$$D) \text{ R\$ } 400,00 \text{ e R\$ } 410,00$$

Carla

$$J = Cin$$

$$J = 2000 \cdot 0,05 \cdot 4 = 400$$

Ana

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 4000(1 + 0,05)^2$$

$$M = 4410$$

$$J = M - C$$

$$J = 4410 - 4000 = 410$$

RESPOSTA: "D".

572. (CRC/PR – ASSISTENTE DE REGISTRO PROFISSIONAL I – IESES/2012) Determinada dívida contraída a 8 meses soma um montante atual de R\$ 26526,40. Considerando que o valor inicial da dívida era de R\$ 22480,00, e que a correção mensal foi realizada com juros simples, então pode-se afirmar que a taxa de juros aplicada na correção da dívida é de:

$$A) 1,75\%$$

$$B) 1,82\%$$

$$C) 2,50\%$$

$$D) 2,25\%$$

$$M = C(1 + in)$$

$$26526,40 = 22480(1 + 8i)$$

$$26526,40 - 22480 = 179840i$$

$$i = 0,0225 = 2,25\%$$

RESPOSTA: "D".

LIVRO DE QUESTÕES

573. (CRF/SC – ATENDENTE TÉCNICO – CRF/2012) Envidado, seu Anastácio resolve quitar, após 5 meses, uma dívida de 800 reais com aplicação de juros simples de 4% ao mês. Nessas condições, é correto afirmar que o montante que seu Anastácio deverá desembolsar para quitar a dívida é de:

- A) R\$ 1.000,00
- B) R\$ 960,00
- C) R\$ 920,00
- D) R\$ 820,00

$$M = C(1 + in)$$

$$M = 800(1 + 0,04 \cdot 5)$$

$$M = 960$$

RESPOSTA: "B".

574. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) A fim de contribuir com a aquisição do primeiro veículo do seu filho, um pai emprestou a ele um capital de R\$ 10.000,00 a juro simples. O tratado foi que o filho devolveria todo o valor emprestado, de uma só vez, após 8 meses, com taxa de juros anual de 18%. O montante que o filho deverá devolver no final do prazo tratado será de

- A) R\$ 11.200,00.
- B) R\$ 11.800,00.
- C) R\$ 14.400,00.
- D) R\$ 18.900,00.
- E) R\$ 24.400,00.

$$18/12 = 1,5\% \text{ ao mês}$$

$$M = C(1 + in)$$

$$M = 10000(1 + 0,015 \cdot 8)$$

$$M = 11200$$

RESPOSTA: "A".

575. (CASA DA MOEDA – AUXILIAR DE OPERAÇÃO INDUSTRIAL – CESGRANRIO/2012) Uma quantia de R\$ 20.000,00 aplicada a uma taxa de 2% ao mês no regime de juros compostos, ao final de três meses, gera um montante, em reais, de

- A) 20.120,24
- B) 21.200,00
- C) 21.224,16
- D) 26.000,00
- E) 34.560,00

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 20000(1 + 0,02)^3 = 21224,16$$

RESPOSTA: "C".

576. (CPTM – CONSERVADOR DE VIA PERMANENTE – MAKIYAMA/2012) Mara depositou R\$ 800,00 em sua caderneta de poupança (juros simples), no mês de julho/2012. Qual será o seu saldo em agosto/2012, se a poupança rendeu, nesse período, 4,5%?

- A) R\$ 836,00.
- B) R\$ 946,00.
- C) R\$ 816,00.
- D) R\$ 916,00.
- E) R\$ 896,00.

$$M = C(1 + in)$$

$$M = 800(1 + 0,045 \cdot 1)$$

$$M = 836,00$$

RESPOSTA: "A".

577. (BANCO DO BRASIL – ESCRITURÁRIO – CESGRANRIO/2012) João tomou um empréstimo de R\$900,00 a juros compostos de 10% ao mês. Dois meses depois, João pagou R\$600,00 e, um mês após esse pagamento, liquidou o empréstimo.

O valor desse último pagamento foi, em reais, aproximadamente,

- A) 240,00
- B) 330,00
- C) 429,00
- D) 489,00
- E) 538,00

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 900(1 + 0,1)^2$$

$$M = 1089,00$$

Depois de dois meses João pagou R\$ 600,00.

$$1089 - 600 = 489$$

$$M = 489(1 + 0,1)^1 = 537,90$$

RESPOSTA: "E".

578. (PM/SE – SOLDADO 3ªCLASSE – FUNCAB/2014) A matriz abaixo registra as ocorrências policiais em uma das regiões da cidade durante uma semana.

$$M = \begin{pmatrix} 10 & 12 & 11 & 10 & 13 & 17 & 19 \\ 15 & 18 & 12 & 11 & 12 & 10 & 11 \\ 10 & 10 & 19 & 10 & 18 & 25 & 16 \end{pmatrix}$$

Sendo $M = (a_{ij})_{3 \times 7}$ com cada elemento a_{ij} representando o número de ocorrência no turno i do dia j da semana.

O número total de ocorrências no 2º turno do 2º dia, somando como 3º turno do 6º dia e com o 1º turno do 7º dia será:

- A) 61
- B) 59
- C) 58
- D) 60
- E) 62

Turno i – linha da matriz
Turno j – coluna da matriz

2º turno do 2º dia – a22=18
3º turno do 6º dia-a36=25
1º turno do 7º dia-a17=19

Somando: 18+25+19=62

RESPOSTA: "E".

579. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) Considere a seguinte sentença envolvendo matrizes:

$$\begin{pmatrix} 6 & y \\ 7 & 2 \end{pmatrix} + \begin{pmatrix} 1 & -3 \\ 8 & 5 \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 7 & 7 \\ 15 & 7 \end{pmatrix}$$

Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta o valor de y que torna a sentença verdadeira.

- A) 4.
- B) 6.
- C) 8.
- D) 10.

$$\begin{cases} 6 + 1 = 7 & y - 3 = 7 \\ 7 + 8 = 15 & 2 + 5 = 7 \end{cases}$$

y=10

RESPOSTA: "D".

580. (PM/SP – SARGENTO CFS – CETRO/2012) É correto afirmar que o determinante $\begin{vmatrix} 1 & x \\ -2 & 4 \end{vmatrix}$ é igual a zero para x igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) -2.
- D) -1.

$$\begin{aligned} D &= 4 - (-2x) \\ 0 &= 4 + 2x \\ X &= -2 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "C".

581. (CGU – ADMINISTRATIVA – ESAF/2012) Calcule o determinante da matriz:

$$\begin{pmatrix} \cos x & \sin x \\ \sin x & \cos x \end{pmatrix}$$

- A) 1
- B) 0
- C) cos 2x
- D) sen 2x
- E) sen x/2

$$\begin{aligned} \det &= \cos^2 x - \sin^2 x \\ \det &= \cos 2x \end{aligned}$$

RESPOSTA: "C".

582. (CPTM – ALMOXARIFE – MAKIYAMA/2013) Assinale a alternativa que apresente o resultado da multiplicação das matrizes A e B abaixo:

A) $\begin{pmatrix} -1 & -5 \\ 1 & 15 \end{pmatrix}$

B) $\begin{pmatrix} 1 & 5 \\ -1 & 15 \end{pmatrix}$

C) $\begin{pmatrix} 1 & 5 \\ 1 & -15 \end{pmatrix}$

D) $\begin{pmatrix} 1 & 5 \\ 1 & 15 \end{pmatrix}$

E) $\begin{pmatrix} -1 & 5 \\ 1 & 15 \end{pmatrix}$

$$A \cdot B = \begin{pmatrix} 2 \cdot 0 + 1 \cdot 1 & 2 \cdot 4 + 1 \cdot (-3) \\ 3 \cdot 0 + (-1) \cdot 1 & 3 \cdot 4 + (-1) \cdot (-3) \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 1 & 5 \\ -1 & 15 \end{pmatrix}$$

$$A \cdot B = \begin{pmatrix} 1 & 5 \\ -1 & 15 \end{pmatrix}$$

RESPOSTA: "B".

583. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012) Para fazer um mesmo percurso, uma pessoa levou o seguinte tempo, de acordo com o meio de transporte escolhido:

TIPO DE TRANSPORTE	TEMPO GASTO
Metrô e ônibus	1 h 21 min
Ônibus executivo	53 min
Táxi	48 min

A diferença entre o maior e o menor tempo, em minutos, é de

- A) 29.
- B) 30.
- C) 31.
- D) 32.
- E) 33.

$$\begin{array}{r} 60 \\ - 41 \\ \hline 19 \end{array} \quad \begin{array}{r} 21 \text{ min} \\ - 48 \text{ min} \\ \hline 33 \text{ min} \end{array}$$

RESPOSTA: "E".

584. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Uma competição de corrida de rua teve início às 8h 04min. O primeiro atleta cruzou a linha de chegada às 12h 02min 05s. Ele perdeu 35s para ajustar seu tênis durante o percurso. Se esse atleta não tivesse tido problema com o tênis, perdendo assim alguns segundos, ele teria cruzado a linha de chegada com o tempo de

- A) 3h 58min 05s.
- B) 3h 57min 30s.
- C) 3h 58min 30s.
- D) 3h 58min 35s.
- E) 3h 57min 50s.

$$\begin{array}{r} 11h \quad 60min \\ 12h \quad 02min \quad 05s \\ - 8h \quad 04min \\ \hline 3h \quad 58min \quad 05s \end{array}$$

Ele fez a prova em 3h 58 min e 05 s, se não tivesse tido problema teria feito em:

$$\begin{array}{r} 57min \quad 60s \\ 3h \quad 58min \quad 05s \\ - 35s \\ \hline 3h \quad 57min \quad 30s \end{array}$$

RESPOSTA: "B".

585. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) A família de André viaja mensalmente de carro. O percurso total de ida é de 320 km. Fazem sempre uma parada de 15 minutos exatamente no meio do percurso. Na última viagem, a 1ª parte da viagem foi realizada com uma velocidade média de 80 km/h e, na 2ª parte a velocidade média foi de 64 km/h. Considerando que a família iniciou sua viagem às 8h30min, pode-se afirmar corretamente que chegou ao destino às

- A) 12h15min.
- B) 12h30min.
- C) 12h45min.
- D) 13h00min.
- E) 13h15min.

$$\frac{320}{2} = 160km$$

1ª parte:
80km----1h
160---x
X=2 horas

2ª parte:
64----1hora
160---x
X=2,5 horas

O percurso demorou $2+2,5=4,5$ horas+15 minutos de pausa=4 horas e 45 minutos

Portanto, chegará ao local às 13h 15min

RESPOSTA: "E".

586. (PREF. NEPOMUCENO/MG – SERVENTE DE OBRAS – CONSULPLAN/2013) Numa viagem, um ônibus deslocou 70 km a cada hora. Se a viagem teve início às 14 horas e 30 minutos e a distância percorrida foi de 140 km, então o ônibus chegou ao seu destino às

- A) 15 horas.
- B) 16 horas.
- C) 17 horas
- D) 15 horas e 30 minutos.
- E) 16 horas e 30 minutos.

70km-----1h
140km----x
X=2 horas

Como a viagem teve início às 14:30 depois de 2 horas será 16 horas e 30 minutos.

RESPOSTA: "E".

587. (SABESP/SP – AGENTE DE SANEAMENTO AMBIENTAL – FCC/2014) Uma piscina está vazia e tem capacidade de $65,4m^3$ de água. A vazão da torneira que irá encher continuamente essa piscina é de 250mL por segundo. Nessas condições, o tempo necessário e suficiente para encher essa piscina é de

Dado: $1m^3$ equivale a $1000dm^3$

- A) 73 horas e 40 minutos.
- B) 72 horas e 10 minutos.
- C) 73 horas e 06 minutos.
- D) 72 horas e 20 minutos.
- E) 72 horas e 40 minutos.

$1m^3$ -----1000dm³
65,4-----x
X=65400 dm³

$1dm^3$ ----1000ml
65400----y
Y=65400000ml

Vazão da torneira 250ml por segundo

250 ml-----1s
65400000---z
Z=261600s

1 hora-----3600s
x-----261600
x=72,67 h
1hora---60 minutos
0,67-----y
Y=40 minutos

O tempo necessário para encher o tanque é de 72 horas e 40 minutos.

RESPOSTA: "E".

589. (CÂMARA DE CANITAR/SP – SERVIÇOS GERAIS – INDEC/2013) Em uma hora, uma pessoa percorre caminhando uma distância de 2,8 km. Em 2 horas e 45 minutos de caminhada, qual será a distância percorrida?

- A) 7,70 km
- B) 6,86 km
- C) 6,35 km
- D) 5,80 km

1h=60 minutos
2h=120minutos
120+45=165 minutos
2,8km-----60 minutos
X-----165
X=7,7km

RESPOSTA: "A".

590. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Um professor de ginástica estava escolhendo músicas para uma aula. As quatro primeiras músicas que ele escolheu totalizavam 15 minutos, sendo que a primeira tinha 3 minutos e 28 segundos de duração, a segunda, 4 minutos e 30 segundos, e as duas últimas, exatamente a mesma duração.

Qual era a duração da terceira música?

- A) 3 min 1 s
- B) 3 min 31 s
- C) 3 min 51 s
- D) 4 min 1 s
- E) 4 min 11 s

14 min
~~15 min 60 s~~
-7 min 58s

7 min 2 s

A terceira e quarta música somam juntas 7 minutos e 2 segundos, portanto cada música terá:

$$\frac{7 \text{ min } 2 \text{ s}}{2}$$

$$\frac{7}{2} = 3,5 \text{ min} = 3 \text{ min } 30 \text{ s}$$

$$\frac{2}{2} = 1 \text{ s}$$

Cada música tem 3 min 31 s.

RESPOSTA: "B".

591. (SABESP – TÉCNICO EM SISTEMAS DE SANEAMENTO-QUÍMICA – FCC/2014) Para encher de água um tanque, cuja capacidade é de 900 litros, foi providenciada uma torneira que, quando aberta, apresenta uma vazão de 800 mililitros de água por minuto. Com o tanque vazio, a torneira foi aberta às 20 horas e 30 minutos para enchê-lo. O término do enchimento do tanque se deu, no dia seguinte, às

- A) 15 horas e 15 minutos.
- B) 14 horas e 30 minutos.
- C) 16 horas e 55 minutos.
- D) 15 horas e 25 minutos.
- E) 17 horas e 15 minutos.

800 ml----1 minuto
900000ml ---x
X=1125 minutos

1 hora-----60 minutos
y-----1125
y=18,75 horas

1 hora----60 minutos
0,75-----z
Z=45 minutos

Para encher o tanque vai demorar 18 horas e 45 minutos.

Portanto, o enchimento do tanque se deu às 15 horas e 15 minutos.

RESPOSTA: "A".

592. (PREF. CAMAÇARI/BA – TÉC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NM – AOCP/2014) Joana levou 3 horas e 53 minutos para resolver uma prova de concurso, já Ana levou 2 horas e 25 minutos para resolver a mesma prova. Comparando o tempo das duas candidatas, qual foi a diferença encontrada?

- A) 67 minutos.
- B) 75 minutos.
- C) 88 minutos.

LIVRO DE QUESTÕES

- D) 91 minutos.
E) 94 minutos.

$$\begin{array}{r} 3\text{h } 53\text{min} \\ -2\text{h } 25\text{min} \\ \hline 1\text{h } 28\text{min} \end{array}$$

1h-60 minutos
Então a diferença entre as duas é de $60+28=88$ minutos

RESPOSTA: "C".

593. (TJ/MT – AGENTE DE INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – TJ/2012) Admita que um voo, de São Paulo para Cuiabá, decolou no sábado, dia 20/10/2012, às 23 horas e que a viagem teve uma duração de 2 horas e 15 minutos. Sabendo-se que à zero hora do dia 21/10/2012 começou o horário de verão, em que os relógios foram adiantados em 1 hora, que Cuiabá está entre as cidades que adotou o horário de verão, e que o horário de São Paulo é uma hora a mais que o de Cuiabá devido ao fuso horário, qual foi o horário que o avião aterrissou em Cuiabá?

- A) 1 hora e 15 minutos do dia 21/10/2012
B) 15 minutos do dia 21/10/2012
C) 23 horas e 15 minutos do dia 20/10/2012
D) 23 horas e 45 minutos do dia 20/10/2012

$$23\text{h}+2\text{h } 15\text{min}=01\text{h } 15\text{ min}$$

Como entrou o horário de verão, teríamos que somar 1 hora, mas Cuiabá é uma hora a menos que São Paulo, assim teríamos que tirar uma hora.

Portanto, chegará 1 hora e 15 minutos.

RESPOSTA: "A".

594. (METRÔ/SP – ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO – FCC/2014) Em um pequeno ramal do Metrô, um trem parte da estação inicial até o destino final e volta à estação inicial em exatos 25 minutos. Em outro ramal, parte outro trem da mesma estação inicial, vai até o destino final e volta à estação inicial em exatos 35 minutos. Suponha que os dois trens realizem sucessivas viagens, sempre com a mesma duração e sem qualquer intervalo de tempo entre uma viagem e a seguinte. Sabendo que às 8 horas e 10 minutos os dois trens partiram simultaneamente da estação inicial, após as 17 horas deste mesmo dia, a primeira vez que esse fato ocorrerá novamente será às

- A) 17 horas e 30 minutos.
B) 19 horas e 50 minutos.
C) 18 horas e 45 minutos.
D) 19 horas e 15 minutos.
E) 20 horas e 5 minutos.

$$\begin{array}{r} 25, 35 \\ 5, 7 \\ 1, 7 \\ 1, 1 \end{array} \quad \begin{array}{l} 5 \\ 5 \\ 7 \\ 7 \end{array}$$

$$\text{Mmc}(25,35)=5.5.7=175\text{min}=2\text{ horas } 55\text{ minutos}$$

$$\begin{array}{r} \cancel{17\text{h}} \quad 60\text{ minutos} \\ -8\text{ h } 10\text{ minutos} \\ \hline 8\text{h } 50\text{ minutos} \end{array}$$

$$8\text{h } 50\text{ minutos}=60.8+50=530\text{ minutos}$$

$$\begin{array}{r} 530 \\ 005 \overline{) 175} \\ \underline{005} \quad 3 \end{array}$$

Como sobrou 5 minutos, quer dizer que os trens passaram a última vez juntos às 16h 55 min
 $16\text{h } 55\text{ minutos}+2\text{ horas } 55\text{ minutos}=19\text{h } 50\text{ minutos}$

RESPOSTA: "B".

595. (EMTU/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – CAIPI-MES/2013) Às 13 horas, 25 minutos e 30 segundos teve início uma corrida de moto. O vencedor concluiu a prova após 6.130 segundos, ou seja, às:

- A) 14 horas, 17 minutos e 40 segundos.
B) 15 horas, 17 minutos e 40 segundos.
C) 15 horas, 7 minutos e 40 segundos.
D) 14 horas, 7 minutos e 40 segundos.

$$1\text{ minuto}=60\text{ s}$$

$$x=6130\text{ s}$$

$$x=102,17\text{ minutos}$$

$$1\text{ minuto}=60\text{ s}$$

$$0,17=10\text{ segundos}$$

$$Y=10\text{ segundos}$$

$$1\text{ hora}=60\text{ minutos}$$

$$x=102$$

$$x=1,7\text{ hora}$$

$$1\text{ hora}=60\text{ minutos}$$

$$0,7=42\text{ minutos}$$

$$Z=42\text{ minutos}$$

Ele demorou 1 hora 42 minutos e 10 segundos para terminar a prova

$$30\text{ segundos}+10\text{ segundos}=40\text{ segundos}$$

$$25\text{ minutos}+42\text{ minutos}=67\text{ minutos}=1\text{ hora } 7\text{ minutos}$$

$$13\text{h}+1\text{h}+1\text{h}=15\text{ horas}$$

Então o vencedor concluiu a prova às 15 horas 7 minutos e 40 segundos

RESPOSTA: "C".

596. (CRC/PR – ASSISTENTE DE REGISTRO PROFISSIONAL I – IESES/2012) Suponha que em 5h através de um canal escoem 2844 m^3 de água.

Mantendo constante esse escoamento, pode-se afirmar que, em 8s, o número de litros de água que escoam pelo canal é:

- A) 1845
B) 816
C) 1264
D) 528

1 hora = 3600 s
5h = 5.3600 = 18000s
18000 ----- 2844000 litros
8 ----- x

X = 1264 litros

RESPOSTA: "C".

597. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Em um relatório, a massa de determinado material utilizado em uma pesquisa deve ser registrada em múltiplos ou submúltiplos de tonelada. Sabendo que uma tonelada corresponde a 1000 quilogramas, e que é necessário registrar nesse relatório a utilização de dois mil gramas daquele material, o registro correspondente a essa utilização, em tonelada, deverá ser de

- A) 0,2.
B) 0,02.
C) 0,002.
D) 0,0002.
E) 0,00002.

2000 gramas = 2kg
2kg = 0,002 toneladas

RESPOSTA: "C".

598. (CASA DA MOEDA – AUXILIAR DE OPERAÇÃO INDUSTRIAL – CESGRANRIO/2012) Marta e Roberta participaram de um concurso, e seus respectivos tempos gastos para completar a prova foram de 9900 segundos e de 2,6 horas.

A diferença entre os tempos, em minutos, gastos pelas candidatas nessa prova, foi de

- A) 9
B) 15
C) 39
D) 69
E) 90

1 minuto ----- 60s
x ----- 9900
x = 165 minutos

1 hora --- 60 minutos
2,6 ----- x
X = 156 minutos

165 - 156 = 9 minutos

RESPOSTA: "A".

599. (EBSERH/HU-UFS/SE - TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA - AOCP /2014) Um aluno levou 1 hora e 40 minutos ininterruptos para fazer um trabalho de matemática. Se ele concluiu o trabalho depois de decorrer $\frac{2}{3}$ de um dia, então que horas ele iniciou o trabalho?

- A) 14 horas.
B) 14 horas e 10 minutos.
C) 14 horas e 20 minutos.
D) 14 horas e 40 minutos.
E) 14 horas e 50 minutos.

Um dia = 24 horas

$$24 \cdot \frac{2}{3} = 16 \text{ horas}$$

Ele acabou o exercício às 16h

Se ele demorou 1 hora e 40 minutos:

$$\begin{array}{r} 15h \\ 16h 60 \text{ min} \\ - 1h 40 \text{ min} \\ \hline 14h 20 \text{ min} \end{array}$$

RESPOSTA: "C".

600. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Uma pizzeria funciona todos os dias da semana e sempre tem promoções para seus clientes. A cada 4 dias, o cliente tem desconto na compra da pizza de calabresa; a cada 3 dias, na compra de duas pizzas, ganha uma mini pizza doce, e uma vez por semana tem a promoção de refrigerantes. Se hoje estão as três promoções vigentes, esse ocorrido voltará a acontecer daqui a quantas semanas?

- A) 40.
B) 12.
C) 84.
D) 22.
E) 7.

Para saber quantas semanas, temos que achar o mmc(3,4,7)

$$\begin{array}{r|l} 3, 4, 7 & 2 \\ 3, 2, 7 & 2 \\ 3, 1, 7 & 3 \\ 1, 1, 7 & 7 \\ 1, 1, 1 & \end{array}$$

$$\text{Mmc}(3,4,7) = 2.2.3.7 = 84$$

A promoção volta a acontecer 84 dias

1 semana — 7 dias

x ----- 84

x = 12 semanas

RESPOSTA: "B".

LIVRO DE QUESTÕES

601. (PGE/BA – ASSISTENTE DE PROCURADORIA – FCC/2013) O número de times que compõem a liga de futebol amador de um bairro, que é menor do que 50, permite que as equipes sejam divididas em grupos de 4, 6 ou 8 componentes, sem que sobrem times sem grupo. Tendo apenas essas informações, é possível concluir que a liga é composta por x ou por y times. A soma $x+y$ é igual a

- A) 96
- B) 72
- C) 60
- D) 120
- E) 80

$$\begin{array}{r|l} 4,6,8 & 2 \\ 2,3,4 & 2 \\ 1,3,2 & 2 \\ 1,3,1 & 3 \\ 1,1,1 & 3 \end{array}$$

O $\text{mmc}(4,6,8)=24$

Depois do 24, o número 48 é o próximo múltiplo e menor que 50

$$X+y=24+48=72$$

RESPOSTA: "B".

602. (DAE AMERICANAS/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – SHDIAS/2013) O menor múltiplo comum de 60 e 75 é:

- A) 150.
- B) 300.
- C) 450.
- D) 600.

$$\begin{array}{r|l} 60,75 & 2 \\ 30,75 & 2 \\ 15,75 & 3 \\ 5,25 & 5 \\ 1,5 & 5 \\ 1,1 & 5 \end{array}$$

$$\text{Mmc}(60,75)=2.2.3.5.5=300$$

RESPOSTA: "B".

603. (PM/SE – SOLDADO 3ª CLASSE – FUNCAB/2014) O policiamento em uma praça da cidade é realizado por um grupo de policiais, divididos da seguinte maneira:

Grupo	Intervalo de passagem
Policiais a pé	40 em 40 minutos
Policiais de moto	60 em 60 minutos
Policiais em viaturas	80 em 80 minutos

Toda vez que o grupo completo se encontra, troca informações sobre as ocorrências. O tempo mínimo em minutos, entre dois encontros desse grupo completo será:

- A) 160
- B) 200
- C) 240
- D) 150
- E) 180

Devemos achar o $\text{mmc}(40,60,80)$

$$\begin{array}{r|l} 40,60,80 & 2 \\ 20,30,40 & 2 \\ 10,15,20 & 2 \\ 5,15,10 & 2 \\ 5,15,5 & 3 \\ 5,5,5 & 5 \\ 1,1,1 & 3 \end{array}$$

$$\text{mmc}(40,60,80) = 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 3 \cdot 5 = 240$$

RESPOSTA: "C".

604. (SEAP – AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA – VUNESP/2013) Um funcionário de um depósito de louças está formando pilhas nas prateleiras, todas com a mesma quantidade de pratos, e percebeu que com os pratos disponíveis seria possível formar pilhas com 12, ou com 10, ou com 14 pratos em cada uma das pilhas, não sobrando nenhum prato. O menor número de pratos que esse funcionário está arrumando nas prateleiras é

- A) 420.
- B) 460.
- C) 380.
- D) 360.
- E) 500.

Vamos achar o $\text{mmc}(10, 12, 14)$

$$\begin{array}{r|l} 10,12,14 & 2 \\ 5,6,7 & 2 \\ 5,3,7 & 3 \\ 5,1,7 & 5 \\ 1,1,7 & 7 \\ 1,1,1 & 7 \end{array}$$

$$\text{Mmc}(10,12,14)=420$$

RESPOSTA: "A".

605. (METRÔ/SP – USINADOR FERRAMENTEIRO – FCC/2014) Na linha 1 de um sistema de Metrô, os trens partem 2,4 em 2,4 minutos. Na linha 2 desse mesmo sistema, os trens partem de 1,8 em 1,8 minutos. Se dois trens partem, simultaneamente das linhas 1 e 2 às 13 horas, o próximo horário desse dia em que partirão dois trens simultaneamente dessas duas linhas será às 13 horas,

- A) 10 minutos e 48 segundos.
- B) 7 minutos e 12 segundos.
- C) 6 minutos e 30 segundos.
- D) 7 minutos e 20 segundos.
- E) 6 minutos e 48 segundos.

Como os trens passam de 2,4 e 1,8 minutos, vamos achar o $\text{mmc}(18,24)$ e dividir por 10, assim acharemos os minutos

18, 24	2
9, 12	2
9, 6	2
9, 3	3
3, 1	3
1, 1	

$$Mmc(18,24)=72$$

Portanto, será 7,2 minutos

1 minuto---60s

0,2-----x

X=12 segundos

Portanto se encontrarão depois de 7 minutos e 12 segundos

RESPOSTA: "B".

606. (UFABC/SP – TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGENS DE SINAIS – VUNESP/2013) Três consultores de uma empresa prestam serviços em diversas cidades do país. Eles passam a maior parte do tempo nessas cidades e retornam à sede da empresa por apenas um dia, ao término de cada serviço. Paulo sempre retorna à sede da empresa a cada 3 dias, Pedro sempre retorna a cada 8 dias, e Plínio sempre retorna a cada 12 dias. Sabendo-se que no dia 1 de agosto esses três funcionários estavam na sede da empresa, o número de vezes em que os três voltarão a se encontrar na sede da empresa, até o dia 20 de dezembro, será

- A) 4.
- B) 5.
- C) 6.
- D) 7.
- E) 8.

3, 8, 12	2
3, 4, 6	2
3, 2, 3	2
3, 1, 3	3
1, 1, 1	

$$Mmc(3, 8, 12)=24$$

A cada 24 dias, eles se encontram.

Agosto=31 dias

Setembro=30 dias

Outubro=31 dias

Novembro =30 dias

Dezembro=20 dias

Soma dos dias dos meses=31+30+31+30+20=142 dias

$$\frac{142}{24} = 5C$$

RESPOSTA: "B".

607. (SPTRANS – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – VUNESP/2012) Hoje, três pilotos se encontraram no saguão do aeroporto antes de os aviões decolarem. Sabe-se que o 1.º piloto decola desse aeroporto a cada 5 dias, o 2.º, a cada 8 dias, e, o 3.º, a cada 10 dias.

Desse modo, esses três pilotos irão decolar desse aeroporto novamente, no mesmo dia, daqui a

- A) 30 dias.
- B) 40 dias.
- C) 44 dias.
- D) 48 dias.
- E) 50 dias.

Temos que achar o mmc(5,8,10) para saber quando se encontrarão.

5, 8, 10	2
5, 4, 5	2
5, 2, 5	2
5, 1, 5	5
1, 1, 1	

$$Mmc(5, 8, 10)=40 \text{ dias}$$

RESPOSTA: "B".

608. (CREFONO 4ª – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – QUADRIX/2012) De uma estação ferroviária, parte um trem para o Paraguai a cada 6 dias, e outro trem para o Uruguai a cada 4 dias. Se hoje saírem os dois trens, um para cada país, quantos dias irão demorar até saírem ambos juntos novamente?

- A) 12
- B) 14
- C) 16
- D) 18
- E) 20

4, 6	2
2, 3	2
1, 3	3
1, 1	

$$Mmc(4,6)=2.2.3=12$$

RESPOSTA: "A".

609. (UNESP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Suponha que você seja o(a) responsável pela elaboração e entrega de três relatórios: um relatório A, que deve ser elaborado bimestralmente; um relatório B, que deve ser elaborado trimestralmente; e um relatório C, que deve ser elaborado de 4 em 4 meses. Suponha, também, que a entrega dos três relatórios deva ocorrer no último dia útil de cada respectivo período. Se no último dia útil deste mês você tiver que entregar todos os três relatórios, então é verdade que a próxima vez em que você entregará os três relatórios A, B e C, no mesmo dia, será após

- A) 12 meses
- B) 15 meses.
- C) 18 meses.
- D) 21 meses.
- E) 24 meses.

A-2 em 2 meses

B-3 em 3 meses

C-4 em 4 meses

2,3,4	2
1,3,2	2
1,3,1	3
1,1,1	

Mmc(2,3,4)=12

Após 12 meses

RESPOSTA: "A".

610. (FAPESP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – VUNESP/2012) Suponha que de dois em dois anos uma fundação publique edital para bolsas em uma área A, de três em três anos para uma área B e, de 18 em 18 meses, para uma área C. Se em janeiro de 2012, essa fundação publicou, ao mesmo tempo, edital para essas três áreas, então o próximo ano previsto para que ela novamente publique edital para essas três áreas, ao mesmo tempo, será em

A) 2015.

B) 2016.

C) 2017.

D) 2018.

E) 2019.

2 anos=24 meses

3 anos=36 meses

18, 24, 36	2
9, 12, 18	2
9, 6, 9	2
9, 3, 9	3
3, 1, 3	3
1, 1, 1	

Mmc(18, 24, 36)=72 meses

72 meses=6 anos

2012+6=2018

RESPOSTA: "D".

611. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) A partir de 1º de março, uma cantina escolar adotou um sistema de recebimento por cartão eletrônico. Esse cartão funciona como uma conta corrente: coloca-se crédito e vão sendo debitados os gastos. É possível o saldo negativo. Enzo toma lanche diariamente na cantina e sua mãe credita valores no cartão todas as semanas. Ao final de março, ele anotou o seu consumo e os pagamentos na seguinte tabela:

	Valor Gasto	Valor Creditado
1ª semana	R\$ 27,00	R\$ 40,00
2ª semana	R\$ 33,00	R\$ 30,00
3ª semana	R\$ 42,00	R\$ 35,00
4ª semana	R\$ 25,00	R\$ 15,00

No final do mês, Enzo observou que tinha

A) crédito de R\$ 7,00.

B) débito de R\$ 7,00.

C) crédito de R\$ 5,00.

D) débito de R\$ 5,00.

E) empatado suas despesas e seus créditos.

crédito: $40+30+35+15=120$

débito: $27+33+42+25=127$

$120-127=-7$

Ele tem um débito de R\$ 7,00.

RESPOSTA: "B".

612. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Mariana abriu seu cofrinho com 120 moedas e separou-as:

– 1 real: $\frac{1}{4}$ das moedas

– 50 centavos: $\frac{1}{3}$ das moedas

– 25 centavos: $\frac{2}{5}$ das moedas

– 10 centavos: as restantes

Mariana totalizou a quantia contida no cofre em

A) R\$ 62,20.

B) R\$ 52,20.

C) R\$ 50,20.

D) R\$ 56,20.

E) R\$ 66,20.

1 real: $120 \cdot \frac{1}{4} = 30 \text{ moedas}$

50 centavos: $\frac{1}{3} \cdot 120 = 40 \text{ moedas}$

25 centavos: $\frac{2}{5} \cdot 120 = 48 \text{ moedas}$

10 centavos: $120 - 118 \text{ moedas} = 2 \text{ moedas}$

$30 + 40 \cdot 0,5 + 48 \cdot 0,25 + 2 \cdot 0,10 = 62,20$

Mariana totalizou R\$ 62,20.

RESPOSTA: "A".

613. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Um comerciante tem 8 prateleiras em seu empório para organizar os produtos de limpeza. Adquiriu 100 caixas desses produtos com 20 unidades cada uma, sendo que a quantidade total de unidades compradas será distribuída igualmente entre essas prateleiras. Desse modo, cada prateleira receberá um número de unidades, desses produtos, igual a

- A) 40
- B) 50
- C) 100
- D) 160
- E) 250

Total de unidades: $100 \cdot 20 = 2000$ unidades

$$\frac{2000}{8} = 250 \text{ Unidades em cada prateleira.}$$

RESPOSTA: "E".

614. (PREF. IMARUI/SC – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PREF. IMARUI/2014) José, funcionário público, recebe salário bruto de R\$ 2000,00. Em sua folha de pagamento vem o desconto de R\$ 200,00 de INSS e R\$ 35,00 de sindicato. Qual o salário líquido de José?

- A) R\$ 1800,00
- B) R\$ 1765,00
- C) R\$ 1675,00
- D) R\$ 1665,00

$$2000 - 200 = 1800 - 35 = 1765$$

O salário líquido de José é R\$ 1765,00.

RESPOSTA: "B".

615. (PM/SE – SOLDADO 3ª CLASSE – FUNCAB/2014) Numa operação policial de rotina, que abordou 800 pessoas, verificou-se que $\frac{3}{4}$ dessas pessoas eram homens e $\frac{1}{5}$ deles foram detidos. Já entre as mulheres abordadas, $\frac{1}{8}$ foram detidas.

Qual o total de pessoas detidas nessa operação policial?

- A) 145
- B) 185
- C) 220
- D) 260
- E) 120

$$800 \cdot \frac{3}{4} = 600 \text{ homens}$$

$$600 \cdot \frac{1}{5} = 120 \text{ homens detidos}$$

Como $\frac{3}{4}$ eram homens, $\frac{1}{4}$ eram mulheres

$$800 \cdot \frac{1}{4} = 200 \text{ mulheres}$$

$$200 \cdot \frac{1}{8} = 25 \text{ mulheres detidas}$$

Total de pessoas detidas: $120 + 25 = 145$

RESPOSTA: "A".

616. (PREF. ÁGUAS DE CHAPECÓ – OPERADOR DE MÁQUINAS – ALTERNATIVE CONCURSOS) Em uma loja, as compras feitas a prazo podem ser pagas em até 12 vezes sem juros. Se João comprar uma geladeira no valor de R\$ 2.100,00 em 12 vezes, pagará uma prestação de:

- A) R\$ 150,00.
- B) R\$ 175,00.
- C) R\$ 200,00.
- D) R\$ 225,00.

$$\frac{2100}{12} = 175$$

Cada prestação será de R\$ 175,00

RESPOSTA: "B".

617. (PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA/2013) Ontem, eu tinha 345 bolinhas de gude em minha coleção. Porém, hoje, participei de um campeonato com meus amigos e perdi 67 bolinhas, mas ganhei outras 90. Sendo assim, qual a quantidade de bolinhas que tenho agora, depois de participar do campeonato?

- A) 368
- B) 270
- C) 365
- D) 290
- E) 376

$$345 - 67 = 278$$

Depois ganhou 90

$$278 + 90 = 368$$

RESPOSTA: "A".

618. (PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA/2013) Quando perguntado sobre qual era a sua idade, o professor de matemática respondeu:

"O produto das frações $\frac{9}{5}$ e $\frac{75}{3}$ fornece a minha idade!". Sendo assim, podemos afirmar que o professor tem:

- A) 40 anos.
- B) 35 anos.
- C) 45 anos.
- D) 30 anos.
- E) 42 anos.

$$\frac{9}{5} \cdot \frac{75}{3} = \frac{675}{15} = 45 \text{ anos}$$

RESPOSTA: "C".

619. (PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA/2013) Durante um mutirão para promover a limpeza de uma cidade, os 15000 voluntários foram igualmente divididos entre as cinco regiões de tal cidade. Sendo assim, cada região contou com um número de voluntários igual a:

- A) 2500
- B) 3200
- C) 1500
- D) 3000
- E) 2000

$$\frac{15000}{5} = 3000C$$

Cada região terá 3000 voluntários.

RESPOSTA: "D".

620. (PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA/2013) Em determinada loja, o pagamento de um computador pode ser feito sem entrada, em 12 parcelas de R\$ 250,00. Sendo assim, um cliente que opte por essa forma de pagamento deverá pagar pelo computador um total de:

- A) R\$ 2500,00
- B) R\$ 3000,00
- C) R\$ 1900,00
- D) R\$ 3300,00
- E) R\$ 2700,00

$$250 \cdot 12 = 3000$$

O computador custa R\$3000,00.

RESPOSTA: "B".

621. (PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA/2013) De acordo com determinada receita de bolo, são necessários $\frac{3}{4}$ de xícara de açúcar para fazer meia receita. Se Joaquim deseja fazer uma quantidade equivalente a duas receitas, temos que serão necessárias:

- A) 2 xícaras de açúcar.
- B) 1,5 xícara de açúcar.
- C) 3 xícaras de açúcar.
- D) 2,5 xícaras de açúcar.
- E) 3,5 xícaras de açúcar.

Como são duas receitas, $0,5 \cdot 4 = 2$

$$\frac{3}{4} \cdot 4 = \frac{12}{4} = 3$$

RESPOSTA: "C".

622. (PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA/2013) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- A) $\frac{1}{4}$
- B) $\frac{3}{10}$
- C) $\frac{2}{9}$
- D) $\frac{4}{5}$
- E) $\frac{3}{2}$

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5 + 9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

RESPOSTA: "B".

623. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013) Em uma banca de revistas existe um total de 870 exemplares dos mais variados temas. Metade das revistas é da editora A, dentre as demais, um terço são publicações antigas. Qual o número de exemplares que não são da Editora A e nem são antigas?

- A) 320
- B) 290
- C) 435
- D) 145

editora A: $870/2 = 435$ revistas

publicações antigas: $435/3 = 145$ revistas

$$435 + 145 = 580$$

$$870 - 580 = 290$$

O número de exemplares que não são da Editora A e nem são antigas são 290.

RESPOSTA: "B".

624. (TRF 2ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Uma operação λ é definida por: $w^\lambda = 1 - 6w$, para todo inteiro w .

Com base nessa definição, é correto afirmar que a soma $2^\lambda + (1^\lambda)^\lambda$ é igual a

- A) -20.
- B) -15.
- C) -12.
- D) 15.
- E) 20.

Pela definição:
Fazendo $w=2$

$$2^\lambda = 1 - 6 \cdot 2 = -11$$

$$1^\lambda = 1 - 6 \cdot 1 = -5$$

$$(1^\lambda)^\lambda = 1 - 6 \cdot (-5) = 31$$

$$2^\lambda + (1^\lambda)^\lambda = -11 + 31 = 20$$

RESPOSTA: "E".

625. (TRF 2ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Considere as seguintes afirmações:

I. Para todo número inteiro x , tem-se

$$\frac{4^{x-1} + 4^x + 4^{x+1}}{4^{x-2} + 4^{x-1}} = 16,8$$

II. $\left(\frac{1}{83} + 0,4444 \dots\right) : \frac{11}{135} = 30$

III. Efetuando-se $\left(\sqrt[4]{6+2\sqrt{5}}\right) \cdot \left(\sqrt[4]{6-2\sqrt{5}}\right)$ obtém-se um número maior que 5.

Relativamente a essas afirmações, é certo que

- A) I, II, e III são verdadeiras.
- B) Apenas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas II e III são verdadeiras.
- D) Apenas uma é verdadeira.
- E) I, II e III são falsas.

$$I \quad \frac{4^x(4^{-1} + 1 + 4)}{4^x(4^{-2} + 4^{-1})}$$

$$\frac{\frac{1}{4} + 5}{\frac{1}{16} + \frac{1}{4}} = \frac{\frac{1+20}{4}}{\frac{1+4}{16}} = \frac{\frac{21}{4}}{\frac{5}{16}} = \frac{21}{4} \cdot \frac{16}{5} = \frac{21 \cdot 4}{5} = 16,8$$

$$II \quad \frac{1}{83} = \frac{1}{\sqrt[3]{8}} = 2$$

$$10x = 4,4444\dots$$

$$-x = 0,4444\dots$$

$$9x = 4$$

$$x = 4/9$$

$$\left(2 + \frac{4}{9}\right) : \frac{11}{135} = \frac{18+4}{9} \cdot \frac{135}{11} = \frac{22}{9} \cdot \frac{135}{11} = \frac{2 \cdot 135}{9} = 30$$

$$III \quad \sqrt[4]{6^2 - 20} = \sqrt[4]{16} = 2$$

Portanto, apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

RESPOSTA: "B".

626. (TRT 6ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO- ADMINISTRATIVA – FCC/2012) Em uma praia chamava a atenção um catador de cocos (a água do coco já havia sido retirada). Ele só pegava cocos inteiros e agia da seguinte maneira: o primeiro coco ele coloca inteiro de um lado; o segundo ele dividia ao meio e colocava as metades em outro lado; o terceiro coco ele dividia em três partes iguais e colocava os terços de coco em um terceiro lugar, diferente dos outros lugares; o quarto coco ele dividia em quatro partes iguais e colocava os quartos de coco em um quarto lugar diferente dos outros lugares. No quinto coco agia como se fosse o primeiro coco e colocava inteiro de um lado, o seguinte dividia ao meio, o seguinte em três partes iguais, o seguinte em quatro partes iguais e seguia na sequência: inteiro, meios, três partes iguais, quatro partes iguais. Fez isso com exatamente 59 cocos quando alguém disse ao catador: eu quero três quintos dos seus terços de coco e metade dos seus quartos de coco. O catador consentiu e deu para a pessoa

- A) 52 pedaços de coco.
- B) 55 pedaços de coco.
- C) 59 pedaços de coco.
- D) 98 pedaços de coco.
- E) 101 pedaços de coco.

$$\frac{59}{4} = 14 \text{ resto } 3$$

14 vezes iguais

Coco inteiro: 14

Metades: $14 \cdot 2 = 28$

Terça parte: $14 \cdot 3 = 42$

Quarta parte: $14 \cdot 4 = 56$

3 cocos: 1 coco inteiro, metade dos cocos, terça parte

Quantidade total

Coco inteiro: 15

Metades: 30

Terça parte: 45

Quarta parte 56

$$\frac{3}{5} \cdot 45 + \frac{1}{2} \cdot 56 = 27 + 28 = 55$$

RESPOSTA: "B".

627. (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014) Ruth tem somente R\$ 2.200,00 e deseja gastar a maior quantidade possível, sem ficar devendo na loja.

Verificou o preço de alguns produtos:

TV: R\$ 562,00

DVD: R\$ 399,00

Micro-ondas: R\$ 429,00

Geladeira: R\$ 1.213,00

Na aquisição dos produtos, conforme as condições mencionadas, e pagando a compra em dinheiro, o troco recebido será de:

- A) R\$ 84,00
- B) R\$ 74,00
- C) R\$ 36,00
- D) R\$ 26,00
- E) R\$ 16,00

Geladeira+tv+DVD=1213+562+399=2174
Troco:2200-2174=26 reais

RESPOSTA: "D".

628. (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014)
Dirce comprou 7 lapiseiras e pagou R\$ 8,30, em cada uma delas. Pagou com uma nota de 100 reais e obteve um desconto de 10 centavos. Quantos reais ela recebeu de troco?

- A) R\$ 40,00
- B) R\$ 42,00
- C) R\$ 44,00
- D) R\$ 46,00
- E) R\$ 48,00

$$8,3 \cdot 7 = 58,1$$

Como recebeu um desconto de 10 centavos, Dirce pagou 58 reais

Troco:100-58=42 reais

RESPOSTA: "B".

629. (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014)
A mãe do Vitor fez um bolo e repartiu em 24 pedaços, todos de mesmo tamanho. A mãe e o pai comeram juntos, 1/4 do bolo. O Vitor e a sua irmã comeram, cada um deles, 1/4 do bolo. Quantos pedaços de bolo sobraram?

- A) 4
- B) 6
- C) 8
- D) 10
- E) 12

$$\frac{1}{4} + \frac{1}{4} + \frac{1}{4} = \frac{3}{4}$$

Sobrou 1/4 do bolo.

$$24 \cdot \frac{1}{4} = 6 \text{ pedaços}$$

RESPOSTA "B".

630. (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014)
Paulo recebeu R\$1.000,00 de salário. Ele gastou 1/4 do salário com aluguel da casa e 3/5 do salário com outras despesas. Do salário que Paulo recebeu, quantos reais ainda restam?

- A) R\$ 120,00
- B) R\$ 150,00
- C) R\$ 180,00
- D) R\$ 210,00
- E) R\$ 240,00

$$\text{Aluguel: } 1000 \cdot \frac{1}{4} = 250$$

$$\text{Outras despesas: } 1000 \cdot \frac{3}{5} = 600$$

$$250 + 600 = 850$$

Restam :1000-850=R\$150,00

RESPOSTA: "B".

631. (UFABC/SP – TECNÓLOGO-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – VUNESP/2013) Um jardineiro preencheu parcialmente, com água, 3 baldes com capacidade de 15 litros cada um. O primeiro balde foi preenchido com 2/3 de sua capacidade, o segundo com 3/5 da capacidade, e o terceiro, com um volume correspondente à média dos volumes dos outros dois baldes. A soma dos volumes de água nos três baldes, em litros, é

- A) 27.
- B) 27,5.
- C) 28.
- D) 28,5.
- E) 29.

Primeiro balde:

$$\frac{2}{3} \cdot 15 = 10 \text{ litros}$$

Segundo balde:

$$\frac{3}{5} \cdot 15 = 9 \text{ litros}$$

Terceiro balde:

$$\frac{10+9}{2} = 9,5 \text{ litros}$$

A soma dos volumes é : 10+9+9,5=28,5 litros

RESPOSTA: "D".

632. (UFOP/MG – ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS – UFOP/2013) Uma pessoa caminha 5 minutos em ritmo normal e, em seguida, 2 minutos em ritmo acelerado e, assim, sucessivamente, sempre intercalando os ritmos da caminhada (5 minutos normais e 2 minutos acelerados). A caminhada foi iniciada em ritmo normal, e foi interrompida após 55 minutos do início.

O tempo que essa pessoa caminhou aceleradamente foi:

- A) 6 minutos
- B) 10 minutos
- C) 15 minutos
- D) 20 minutos

A caminhada sempre vai ser 5 minutos e depois 2 minutos, então 7 minutos ao total.

Dividindo o total da caminhada pelo tempo, temos:

$$\frac{55}{7} = 7 \text{ e resto } 6$$

Assim, sabemos que a pessoa caminhou 7. (5 minutos + 2 minutos) + 6 minutos (5 minutos + 1 minuto)

Aceleradamente caminhou:14+1=15 minutos

RESPOSTA: "C".

633. (PREF. JUNDIAI/SP – ELETRICISTA – MAKIYA-MA/2013) Analise as operações a seguir:

I $a^b a^c = a^x$

II $\frac{a^b}{a^c} = a^y$

III $(a^c)^2 = a^z$

De acordo com as propriedades da potenciação, temos que, respectivamente, nas operações I, II e III:

A) $X=b-c$, $y=b+c$ e $z=c/2$.

B) $X=b+c$, $y=b-c$ e $z=2c$.

C) $X=2bc$, $y=-2bc$ e $z=2c$.

D) $X=c-b$, $y=b-c$ e $z=c-2$.

E) $X=2b$, $y=2c$ e $z=c+2$.

I da propriedade das potências, temos:

$$a^x = a^{b+c} \Rightarrow x = b + c$$

$$II \ a^y = a^{b-c} \Rightarrow y = b - c$$

$$III \ a^{2c} = a^z \Rightarrow z = 2c$$

RESPOSTA: "B".

634. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) De um total de 180 candidatos, $\frac{2}{5}$ estudam inglês, $\frac{2}{9}$ estudam francês, $\frac{1}{3}$ estuda espanhol e o restante estuda alemão. O número de candidatos que estuda alemão é:

A) 6.

B) 7.

C) 8.

D) 9.

E) 10.

$$\frac{2}{5} + \frac{2}{9} + \frac{1}{3}$$

$$Mmc(3,5,9)=45$$

$$\frac{18+10+15}{45} = \frac{43}{45}$$

O restante estuda alemão: $\frac{2}{45}$

$$180 \cdot \frac{2}{45} = 8$$

RESPOSTA: "C".

635. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) Em um estado do Sudeste, um Agente de Apoio Operacional tem um salário mensal de: salário base R\$ 617,16 e uma gratificação de R\$ 185,15. No mês passado, ele fez 8 horas extras a R\$ 8,50 cada hora, mas precisou faltar um dia e foi descontado em R\$ 28,40. No mês passado, seu salário totalizou

A) R\$ 810,81.

B) R\$ 821,31.

C) R\$ 838,51.

D) R\$ 841,91.

E) R\$ 870,31.

$$\text{salário mensal: } 617,16 + 185,15 = 802,31$$

$$\text{horas extras: } 8,5 \cdot 8 = 68$$

$$\text{mês passado: } 802,31 + 68,00 - 28,40 = 841,91$$

Salário foi R\$ 841,91.

RESPOSTA: "D".

636. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – VUNESP/2013) Dois irmãos dividiram igualmente entre si uma herança.

Após um ano, um deles, com aplicações financeiras, havia triplicado o valor recebido, enquanto o outro havia gasto grande parte, reduzindo o valor recebido a sua terça parte.

Em relação ao valor que coube a cada um na herança, o irmão que aplicou tinha a mais do que aquele que gastou o equivalente a

A) $\frac{2}{3}$

B) $\frac{4}{3}$

C) $\frac{5}{3}$

D) $\frac{7}{3}$

E) $\frac{8}{3}$

Herança: x

$$3x - \frac{1}{3}x = \frac{8}{3}x$$

RESPOSTA: "E".

637. (PETROBRAS - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JÚNIOR – CESGRANRIO/2013) Ao comprar seis balas e um bombom, Júlio gastou R\$1,70. Se o bombom custa R\$0,80, qual é o preço de cada bala?

A) R\$0,05

B) R\$0,15

C) R\$0,18

D) R\$0,30

E) R\$0,50

$$1,70 - 0,80 = 0,90$$

Ele gastou R\$ 0,90 em balas.

$$\frac{0,90}{6} = 0,15$$

Cada bala custa R\$ 0,15.

RESPOSTA: "B".

638. (DPE/RS – ANALISTA ADMINISTRAÇÃO – FCC/2013) Em uma empresa, $\frac{2}{3}$ dos funcionários são homens e $\frac{3}{5}$ falam inglês. Sabendo que $\frac{1}{12}$ dos funcionários são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de funcionários, uma fração equivalente a

- A) $\frac{3}{10}$
- B) $\frac{7}{20}$
- C) $\frac{2}{5}$
- D) $\frac{9}{20}$
- E) $\frac{1}{2}$

$$\text{Mmc}(3,5,12)=60$$

$$\frac{2}{3} = \frac{40}{60} \text{ são homens}$$

$$1 - \frac{40}{60} = \frac{20}{60} \text{ são mulheres}$$

$$\frac{1}{12} = \frac{5}{60} \text{ das mulheres não falam inglês}$$

$$\frac{20}{60} - \frac{5}{60} = \frac{15}{60} \text{ das mulheres falam inglês}$$

$$\frac{3}{5} = \frac{36}{60} \text{ das pessoas falam inglês}$$

$$\frac{36}{60} - \frac{15}{60} = \frac{21}{60} \text{ dos homens falam inglês}$$

$$\frac{21}{60} = \frac{7}{20}$$

RESPOSTA: "B".

639. (DPE/RS – ANALISTA ADMINISTRAÇÃO – FCC/2013) A soma S é dada por:

$$S = \sqrt{2} + \sqrt{8} + 2\sqrt{2} + 2\sqrt{8} + 3\sqrt{2} + 3\sqrt{8} + 4\sqrt{2} + 4\sqrt{8} + 5\sqrt{2} + 5\sqrt{8}$$

Dessa forma, S é igual a

- A) $\sqrt{90}$
- B) $\sqrt{405}$
- C) $\sqrt{900}$
- D) $\sqrt{4050}$
- E) $\sqrt{9000}$

$$S = 15\sqrt{2} + 15\sqrt{8}$$

$$\sqrt{8} = 2\sqrt{2}$$

$$S = 15\sqrt{2} + 30\sqrt{2} = 45\sqrt{2}$$

$$S = \sqrt{4050}$$

RESPOSTA: "D".

640. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-GRANRIO/2013) Parque Estadual Serra do Conduru, localizado no Sul da Bahia, ocupa uma área de aproximadamente 9.270 hectares. Dessa área, 7 em cada 9 hectares são ocupados por florestas.

Qual é, em hectares, a área desse Parque NÃO ocupada por florestas?

- A) 2.060
- B) 2.640
- C) 3.210
- D) 5.100
- E) 7.210

$$\frac{7}{9} \cdot 9270 = 7210 \text{ hectares são ocupados por floresta}$$

$$9270 - 7210 = 2060 \text{ não ocupada}$$

RESPOSTA: "A".

641. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-GRANRIO/2013) Gilberto levava no bolso três moedas de R\$ 0,50, cinco de R\$ 0,10 e quatro de R\$ 0,25. Gilberto retirou do bolso oito dessas moedas, dando quatro para cada filho.

A diferença entre as quantias recebidas pelos dois filhos de Gilberto é de, no máximo,

- A) R\$ 0,45
- B) R\$ 0,90
- C) R\$ 1,10
- D) R\$ 1,15
- E) R\$ 1,35

Supondo que as quatro primeiras moedas sejam as 3 de R\$ 0,50 e 1 de R\$ 0,25 (maiores valores).

Um filho receberia : $1,50 + 0,25 = \text{R\$ } 1,75$

E as outras quatro moedas sejam de menor valor: 4 de R\$ 0,10 = R\$ 0,40.

A maior diferença seria de $1,75 - 0,40 = 1,35$

Dica: sempre que fala a maior diferença tem que o maior valor possível – o menor valor.

RESPOSTA: "E".

642. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CES-GRANRIO/2013) Multiplicando-se o maior número inteiro menor do que 8 pelo menor número inteiro maior do que -8, o resultado encontrado será

- A) - 72
- B) - 63
- C) - 56
- D) - 49
- E) - 42

Maior inteiro menor que 8 é o 7

Menor inteiro maior que -8 é o -7.

Portanto: $7 \cdot (-7) = -49$

RESPOSTA: "D".

643. (CREFITO/SP – ALMOXARIFE – VUNESP/2012) O sucessor do dobro de determinado número é 23. Esse mesmo determinado número somado a 1 e, depois, dobrado será igual a

- A) 24.
- B) 22.
- C) 20.
- D) 18.
- E) 16.

Se o sucessor é 23, o dobro do número é 22, portanto o número é 11.

$$(11+1) \cdot 2=24$$

RESPOSTA: "A".

644. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Um atleta, participando de uma prova de triatlo, percorreu 120 km da seguinte maneira: 1/10 em corrida, 7/10 de bicicleta e o restante a nado. Esse atleta, para completar a prova, teve de nadar

- A) 18 km.
- B) 20 km.
- C) 24 km.
- D) 26 km.

$$\frac{1}{10} + \frac{7}{10} = \frac{8}{10} \text{ de Corrida e Bicicleta}$$

$$\text{nado: } 1 - \frac{8}{10} = \frac{2}{10}$$

$$120 \cdot \frac{2}{10} = 24 \text{ km}$$

RESPOSTA: "C".

645. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Em um jogo de tabuleiro, Carla e Mateus obtiveram os seguintes resultados:

Carla	
1ª partida	Ganhou 520 pontos
2ª partida	Perdeu 220 pontos
3ª partida	Perdeu 485 pontos
4ª partida	Ganhou 635 pontos

Mateus	
1ª partida	Perdeu 280 pontos
2ª partida	Ganhou 675 pontos
3ª partida	Ganhou 295 pontos
4ª partida	Perdeu 115 pontos

Ao término dessas quatro partidas,

- A) Carla perdeu por uma diferença de 150 pontos.
- B) Mateus perdeu por uma diferença de 175 pontos.
- C) Mateus ganhou por uma diferença de 125 pontos.
- D) Carla e Mateus empataram.

Carla: $520-220-485+635=450$ pontos

Mateus: $-280+675+295-115=575$ pontos

Diferença: $575-450=125$ pontos

RESPOSTA: "C".

646. (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – IN-DEC/2013) O resultado do produto: $(2\sqrt{2} + 1) \cdot (\sqrt{2} - 1)$ é:

A) $\sqrt{2} - 1$

B) 2

C) $2\sqrt{2}$

D) $3 - \sqrt{2}$

$$(2\sqrt{2} + 1) \cdot (\sqrt{2} - 1) = 2(\sqrt{2})^2 - 2\sqrt{2} + \sqrt{2} - 1 = 4 - \sqrt{2} - 1 = 3 - \sqrt{2}$$

RESPOSTA: "D".

647. (TJ/SP - AUXILIAR DE SAÚDE JUDICIÁRIO - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – VUNESP/2013) Para numerar as páginas de um livro, uma impressora gasta 0,001 mL por cada algarismo impresso. Por exemplo, para numerar as páginas 7, 58 e 290 gasta-se, respectivamente, 0,001 mL, 0,002 mL e 0,003 mL de tinta. O total de tinta que será gasto para numerar da página 1 até a página 1 000 de um livro, em mL, será

- A) 1,111.
- B) 2,003.
- C) 2,893.
- D) 1,003.
- E) 2,561.

1 a 9 = 9 algarismos = $0,001 \cdot 9 = 0,009$ ml

De 10 a 99, temos que saber quantos números tem.

$$99-10+1=90.$$

OBS: soma 1, pois quando subtraímos exclui-se o primeiro número.

90 números de 2 algarismos: $0,002 \cdot 90 = 0,18$ ml

De 100 a 999

$999-100+1=900$ números

$900 \cdot 0,003 = 2,7$ ml

$1000 = 0,004$ ml

Somando: $0,009 + 0,18 + 2,7 + 0,004 = 2,893$

RESPOSTA: "C".

648. (TJ/SP - AUXILIAR DE SAÚDE JUDICIÁRIO - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – VUNESP/2013) O número de frações cujo valor está entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{5}{9}$ e que possuem numerador inteiro positivo e denominador igual a 36, é

- A) 9.
- B) 8.
- C) 12.
- D) 10.
- E) 11.

$$\frac{1}{4} = \frac{9}{36}$$

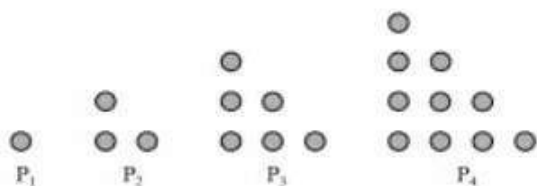
$$\frac{5}{9} = \frac{20}{36}$$

O número de frações é:

$$20 - 9 - 1 = 10$$

RESPOSTA: "D".

649. (SAP/SP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I – VUNESP/2013) Observe a sequência de figuras com bolinhas.



Mantendo-se essa lei de formação, o número de bolinhas na 13ª posição (P13) será de

- A) 91.
- B) 74.
- C) 63.
- D) 58.
- E) 89.

$$P(13) = 13 + 12 + 11 + 10 + 9 + 8 + 7 + 6 + 5 + 4 + 3 + 2 + 1 = 91 \text{ bolinhas}$$

RESPOSTA: "A".

650. (PREF. IMARUÍ – AGENTE EDUCADOR – PREF. IMARUÍ/2014) Sobre o conjunto dos números reais é CORRETO dizer:

- A) O conjunto dos números reais reúne somente os números racionais.
- B) $\mathbb{R}^*$ é o conjunto dos números reais não negativos.
- C) Sendo $A = \{-1, 0\}$, os elementos do conjunto A não são números reais.
- D) As dízimas não periódicas são números reais.

- A) errada - O conjunto dos números reais tem os conjuntos: naturais, inteiros, racionais e irracionais.
- B) errada - $\mathbb{R}^*$ são os reais sem o zero.
- C) errada - -1 e 0 são números reais.

RESPOSTA: "D".

651. (SABESP – ANALISTA DE GESTÃO I -CONTABILIDADE – FCC/2012) Uma montadora de automóveis possui cinco unidades produtivas num mesmo país. No último ano, cada uma dessas unidades produziu 364.098 automóveis. Toda a produção foi igualmente distribuída entre os mercados consumidores de sete países. O número de automóveis que cada país recebeu foi

- A) 26.007
- B) 26.070
- C) 206.070
- D) 260.007
- E) 260.070

$$364098 \cdot 5 = 1820490 \text{ automóveis}$$

$$\frac{1820490}{7} = 260070$$

RESPOSTA: "E".

652. (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Em um jogo matemático, cada jogador tem direito a 5 cartões marcados com um número, sendo que todos os jogadores recebem os mesmos números. Após todos os jogadores receberem seus cartões, aleatoriamente, realizam uma determinada tarefa que também é sorteada. Vence o jogo quem cumprir a tarefa corretamente. Em uma rodada em que a tarefa era colocar os números marcados nos cartões em ordem crescente, venceu o jogador que apresentou a sequência

- A) $-4; -1; \sqrt[3]{16}; \sqrt[3]{25}; \frac{14}{3}$
- B) $-1; -4; \sqrt[3]{16}; \sqrt[3]{\frac{14}{3}}; \sqrt[3]{25}$
- C) $-1; -4; \sqrt[3]{\frac{14}{3}}; \sqrt[3]{16}; \sqrt[3]{25}$
- D) $-4; -1; \sqrt[3]{16}; \frac{14}{3}; \sqrt[3]{25}$
- E) $-4; -1; \sqrt[3]{\frac{14}{3}}; \sqrt[3]{16}; \sqrt[3]{25}$

$$\sqrt[3]{16} = 4$$

$$\sqrt[3]{25} = 5$$

$$\frac{14}{3} = 4,67$$

A ordem crescente é: $-4; -1; \sqrt[3]{16}; \frac{14}{3}; \sqrt[3]{25}$

RESPOSTA: "D".

653. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Uma forma de gelo tem 21 compartimentos iguais com capacidade de 8 ml cada. Para encher totalmente com água três formas iguais a essa é necessário

- A) exatamente um litro.
- B) exatamente meio litro.
- C) mais de um litro.
- D) entre meio litro e um litro.

$$21 \cdot 8 = 168 \text{ ml cada forma}$$

$$168 \cdot 3 = 504 \text{ ml}$$

Portanto, são necessários entre meio litro e um litro.

RESPOSTA: "D".

654. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Amanda trabalha em uma ONG que cuida de crianças e vai etiquetar as caixas de recreação, especificando nelas o tipo e a turma mais adequada ao uso.

Recreação	Turmas
Instrumentos Musicais (IM)	1 a 2 anos (I)
Tabuleiros (T)	3 a 4 anos (II)
Blocos de encaixe (B)	5 a 6 anos (III)
Livros (L)	7 a 8 anos (IV)
Quebra-cabeças (QC)	9 a 10 anos (V)

Como exemplo, a etiqueta QC - III será colocada na caixa que contém um quebra-cabeça para o grupo de 5 a 6 anos.

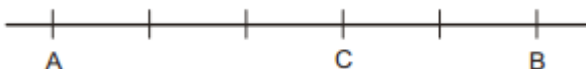
Considerando que há recreação de todos os tipos para todas as turmas, o número de tipos diferentes de etiquetas que Amanda irá fazer é

- A) 25.
- B) 125.
- C) 625.
- D) 3125.

$$5 \text{ recreações para 5 turmas: } 5 \cdot 5 = 25$$

RESPOSTA: "A".

655. (SEPLAG - POLÍCIA MILITAR/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FCC/2012) Parte de uma estrada está dividida em cinco trechos iguais por postos de combustíveis. De acordo com a figura abaixo, o carro estacionado no posto A está localizado no quilômetro 250,4 e o B está no quilômetro 376. O carro C está localizado no quilômetro



- A) 350,88.
- B) 325,76.
- C) 300,64.
- D) 275,52.

A diferença entre A e B é de 125,6

$$376 - 250,4 = 125,6$$

$$\frac{125,6}{5} = 25,12 \text{ cada parte}$$

$$25,12 \cdot 3 = 75,36$$

$$250,4 + 75,36 = 325,76$$

RESPOSTA: "B".

656. (PM/SP - CABO - CETRO/2012) Para certo crime, com pena de reclusão de seis a vinte anos, poderá ocorrer a diminuição da pena de um sexto a um terço. Supondo que ao infrator tenha sido aplicada a diminuição mínima sobre a pena máxima, a pena atribuída a ele é de

- A) 14 anos e 4 meses.
- B) 15 anos e 3 meses.
- C) 16 anos e 8 meses.
- D) 17 anos e 2 meses.

Pena máxima: 20 anos

Diminuição mínima: um sexto

$$20 \cdot \frac{1}{6} = 3,33 \text{ anos}$$

$$20 - 3,33 = 16,67 \text{ anos}$$

1 ano-----12 meses

0,67----x

X=8 meses

A pena atribuída é de 16 anos e 8 meses

RESPOSTA: "C".

657. (SEAP - AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA - VUNESP/2013) Ao conferir a nota fiscal de uma compra feita em um supermercado, no valor de R\$ 63,50, José percebeu que, por engano, o caixa havia registrado 2 litros iguais de óleo a mais do que ele havia comprado e que não havia registrado um litro de leite, o que fez com que o valor da compra ficasse R\$ 5,10 maior do que o valor correto. Se o valor do litro de leite era de R\$ 2,50, então o valor de um litro de óleo era de

- A) R\$ 3,40.
- B) R\$ 3,80.
- C) R\$ 3,20.
- D) R\$ 3,60.
- E) R\$ 3,00.

$$63,50 - 5,10 = 58,40$$

R\$58,40 é o valor certo da compra com o leite.

$$58,40 - 2,50 = 55,90 \text{ -valor sem o leite}$$

$$63,50 - 55,90 = 7,60 \text{ valor dos dois óleos}$$

$$\frac{7,60}{2} = 3,80$$

O valor de cada óleo é R\$3,80

RESPOSTA: "B".

658. (ANVISA – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CETRO/2013) No planejamento de uma festa, considera-se que, em média, cada pessoa bebe 3 copos de 300mL de refrigerante. Numa festa, foram servidas integralmente 36 garrafas de 2,5L. Com base nesses números, e admitindo que todos tomaram refrigerante, é correto afirmar que o número médio de pessoas nessa festa era

A) 90.

B) 95.

C) 100.

D) 105.

E) 110.

$$36 \cdot 2,5 = 90L = 90000ml$$

$$\frac{90000}{300} = 300 \text{ copos}$$

Como cada pessoa consumiu em média 3 copos

$$\frac{300}{3} = 100 \text{ pessoas}$$

RESPOSTA: "C".

659. (METRÔ/SP – ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO – FCC/2014) resultado dessa expressão numérica:

$$\frac{2^{2^{2^2}}}{((2^2)^2)^2} \cdot \frac{(2^2)^{2^2}}{(2^{2^2})^2}$$

é igual a

A) 256.

B) 128.

C) 64.

D) 512.

E) 1.

$$2^{2^{2^2}} = 2^{16}$$

$$((2^2)^2)^2 = 2^8$$

$$(2^2)^{2^2} = 2^8$$

$$(2^{2^2})^2 = 2^8$$

$$\frac{2^{16}}{2^8} \cdot \frac{2^8}{2^8} = 2^8 = 256$$

RESPOSTA: "A".

660. (PM/SP – CABO – CETRO/2012) Assinale a alternativa que apresenta o módulo do número complexo abaixo.

$$z = \frac{(1 + 2i)^2}{i}$$

A) 36.

B) 25.

C) 5.

D) 6.

$$z = \frac{1 + 4i - 4}{i} = \frac{-3 + 4i}{i} \cdot \frac{i}{i} = 3i + 4$$

$$|z| = \sqrt{3^2 + 4^2} = 5$$

RESPOSTA: "C".

661. (TRF 2ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Considere a igualdade $x + (4 + y) \cdot i = (6 - x) + 2yi$, em que x e y são números reais e i é a unidade imaginária. O módulo do número complexo $z = x + yi$, é um número

A) maior que 10.

B) quadrado perfeito.

C) irracional.

D) racional não inteiro.

E) primo.

$$x = 6 - x$$

$$x = 3$$

$$4 + y = 2y$$

$$y = 4$$

$$|z| = \sqrt{3^2 + 4^2} = 5$$

RESPOSTA "E".

662. (CPTM – ALMOXARIFE – MAKIYAMA/2013) Assinale a alternativa correspondente à forma trigonométrica do número complexo $z = 1 + i$:

A) $z = \sqrt{2}(\cos \frac{\pi}{4} + i \cdot \sin \frac{\pi}{4})$

B) $z = 2(\cos \frac{\pi}{4} + i \cdot \sin \frac{\pi}{4})$

C) $z = \frac{\sqrt{2}}{2}(\cos \frac{\pi}{4} + i \cdot \sin \frac{\pi}{4})$

D) $z = \frac{1}{2}(\cos \frac{\pi}{4} + i \cdot \sin \frac{\pi}{4})$

E) $z = \frac{\sqrt{2}}{2}(\cos \frac{\pi}{3} + i \cdot \sin \frac{\pi}{3})$

$$\rho = \sqrt{1^2 + 1^2} = \sqrt{2}$$

$$\cos \theta = \frac{1}{\sqrt{2}} = \frac{\sqrt{2}}{2} = \sin \theta$$

$$\theta = \frac{\pi}{4}$$

$$z = \sqrt{2} \left(\cos \frac{\pi}{4} + i \cdot \sin \frac{\pi}{4} \right)$$

RESPOSTA: "A".

663. (CPTM – ALMOXARIFE – MAKIYAMA/2013) O valor do módulo do número complexo ($i^{62} + i^{123}$) é:

- A) Um número natural.
- B) Um número irracional maior que 5.
- C) Um número racional menor que 2.
- D) Um número irracional maior que 3.
- E) Um número irracional menor que 2.

$$62/4=15 \text{ e resto } 2 \text{ então } i^{62}=i^2=-1$$

$$123/4=30 \text{ e resto } 3 \text{ então } i^{123}=i^3=-i$$

$$i^{62} + i^{123} = -1 - i$$

$$\sqrt{(-1)^2 + (-1)^2} = \sqrt{2}$$

RESPOSTA: "E".

664. (PREF. AMPARO/SP – AGENTE ESCOLAR – CONRIO/2014) Descubra o 99º termo da P.A. (45, 48, 51,...)

- A) 339
- B) 337
- C) 333
- D) 331

$$r=48-45=3$$

$$a_1 = 45$$

$$a_n = a_1 + (n - 1)r$$

$$a_{99} = 45 + 98 \cdot 3 = 339$$

RESPOSTA: "A".

665. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Uma sequência inicia-se com o número 0,3. A partir do 2º termo, a regra de obtenção dos novos termos é o termo anterior menos 0,07. Dessa maneira o número que corresponde à soma do 4º e do 7º termos dessa sequência é

- A) -6,7.
- B) 0,23.
- C) -3,1.
- D) -0,03.
- E) -0,23.

$$a_n = a_1 - (n - 1)r$$

$$a_4 = 0,3 - 3 \cdot 0,07 = 0,09$$

$$a_7 = 0,3 - 6 \cdot 0,07 = -0,12$$

$$S = a_4 + a_7 = 0,09 - 0,12 = -0,03$$

RESPOSTA: "D".

666. (MPE/AM – AGENTE DE APOIO- ADMINISTRATIVO – FCC/2013) Considere a sequência numérica formada pelos números inteiros positivos que são divisíveis por 4, cujos oito primeiros elementos são dados a seguir.

$$(4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, \dots)$$

O último algarismo do 234º elemento dessa sequência é

- A) 0
- B) 2
- C) 4
- D) 6
- E) 8

$$a_n = a_1 + (n - 1)r$$

$$a_{234} = 4 + 233 \cdot 4 = 936$$

Portanto, o último algarismo é 6.

RESPOSTA: "D".

667. (PREF. LAGOA DA CONFUSÃO/TO – ORIENTADOR SOCIAL – IDECAN/2013) Durante uma pesquisa, foi constatado que a cada dia triplicava o volume de lixo em um certo lago. Se no 7º dia dessa pesquisa havia 3645 m³ de lixo nesse lago, então o volume de lixo que havia no 1º dia da pesquisa era

- A) 4 m³.
- B) 5 m³.
- C) 6 m³.
- D) 7 m³.
- E) 8 m³.

$$q=3$$

$$a_n = a_1 \cdot q^{n-1}$$

$$3645 = a_1 \cdot 3^6$$

$$a_1 = \frac{3645}{729} = 5$$

RESPOSTA: "B".

668. (PREF. NEPOMUCENO/MG – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – CONSULPLAN/2013) O primeiro e o terceiro termos de uma progressão geométrica crescente são, respectivamente, 4 e 100. A soma do segundo e quarto termos dessa sequência é igual a

- A) 210.
B) 250.
C) 360.
D) 480.
E) 520.

$$a_n = a_1 \cdot q^{n-1}$$

$$a_3 = a_1 \cdot q^2$$

$$100 = 4 \cdot q^2$$

$$q^2 = 25$$

$$q = 5$$

$$a_2 = a_1 \cdot q = 4 \cdot 5 = 20$$

$$a_4 = a_3 \cdot q = 100 \cdot 5 = 500$$

$$a_2 + a_4 = 20 + 500 = 520$$

RESPOSTA: "E".

669. (PREF. NEPOMUCENO/MG – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – CONSULPLAN/2013) Jonas começou uma caminhada no quarteirão com a intenção de completar 4 voltas em torno do mesmo. Se, a cada volta, ele demora 5 minutos a mais que o tempo gasto na volta anterior, gastando nas 4 voltas um total de 1 hora e 2 minutos, então o tempo gasto para completar a primeira volta foi de

- A) 6 minutos.
B) 7 minutos.
C) 8 minutos.
D) 9 minutos.
E) 10 minutos.

$$r = 5 \text{ minutos}$$

$$1 \text{ hora e } 2 \text{ minutos} = 62 \text{ minutos}$$

$$a_4 = a_1 + 3r$$

$$a_4 = a_1 + 3 \cdot 5 = a_1 + 15$$

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n)n}{2}$$

$$S_4 = \frac{(a_1 + a_4)4}{2}$$

$$62 = 2(a_1 + a_1 + 15)$$

$$31 = 2a_1 + 15$$

$$2a_1 = 16$$

$$a_1 = 8 \text{ minutos}$$

RESPOSTA: "C".

670. (TRF 3ª – ANALISTA JUDICIÁRIO-INFORMÁTICA – FCC/2014) Um tabuleiro de xadrez possui 64 casas. Se fosse possível colocar 1 grão de arroz na primeira casa, 4 grãos na segunda, 16 grãos na terceira, 64 grãos na quarta, 256 na quinta, e assim sucessivamente, o total de grãos de arroz que deveria ser colocado na 64ª casa desse tabuleiro seria igual a

- A) 264.
B) 2126.
C) 266.
D) 2128.
E) 2256.

Pelos valores apresentados, é uma PG de razão 4

$$A_{64} = ?$$

$$a_1 = 1$$

$$q = 4$$

$$n = 64$$

$$a_n = a_1 \cdot q^{n-1}$$

$$a_n = 1 \cdot 4^{63} = (2^2)^{63} = 2^{126}$$

RESPOSTA: "B".

671. (TRF 2ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Considere que os termos da sucessão seguinte foram obtidos segundo determinado padrão.

(20, 21, 19, 22, 18, 23, 17, ...)

Se, de acordo com o padrão estabelecido, X e Y são o décimo e o décimo terceiro termos dessa sucessão, então a razão Y/X é igual a

- A) 44%.
B) 48%.
C) 56%.
D) 58%.
E) 64%.

Pensando no décimo termo da sequência como o 5º termo da sequência par(2º termo, 4º termo..):

$$a_1 = 21 \text{ e } r = 1$$

$$a_n = a_1 + (n - 1)r$$

$$a_5 = 21 + 4 = 25 = X$$

Décimo terceiro termo é o 7º termo da sequência ímpar

A sequência ímpar(1º termo, 3º termo..) a r = -1

$$a_7 = a_1 - (n - 1)r$$

$$a_7 = 20 - 6 = 14 = Y$$

$$\frac{Y}{X} = \frac{14}{25} = 0,56 = 56\%$$

RESPOSTA: "C".

672. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Progressões aritméticas são sequências numéricas nas quais a diferença entre dois termos consecutivos é constante.

A sequência (5, 8, 11, 14, 17, ..., 68, 71) é uma progressão aritmética finita que possui

- A) 67 termos
B) 33 termos
C) 28 termos
D) 23 termos
E) 21 termos

$$a_n = 71$$

$$a_1 = 5$$

$$r = 8 - 5 = 3$$

$$a_n = a_1 + (n - 1)r$$

$$71 = 5 + (n - 1)3$$

$$3n - 3 + 5 = 71$$

$$3n = 69$$

$$n = 23 \text{ termos}$$

RESPOSTA: "D".

673. (METRÔ/SP – USINADOR FERRAMENTEIRO – FCC/2014) O setor de almoxarifado do Metrô necessita numerar peças de 1 até 100 com adesivos. Cada adesivo utilizado no processo tem um único algarismo de 0 a 9. Por exemplo, para fazer a numeração da peça número 100 são gastos três adesivos (um algarismo 1 e dois algarismos 0). Sendo assim, o total de algarismos 9 que serão usados no processo completo de numeração das peças é igual a

- A) 20.
- B) 10.
- C) 19.
- D) 18.
- E) 9.

$$99 = 9 + (n - 1)10$$

$$10n - 10 + 9 = 99$$

$$n = 10$$

Vamos tirar o 99 pra ser contato a parte: $10 - 1 = 9$

$$99 = 90 + (n - 1)$$

$$n = 99 - 90 + 1 = 10$$

São 19 números que possuem o algarismo 9, mas o 99 possui 2

$$19 + 1 = 20$$

RESPOSTA: "A".

674. (TJ/MT – DISTRIBUIDOR, CONTADOR E PARTIDOR – TJ/2012) Considere que, no mês de setembro, o número de e-mails recebidos por uma empresa cresceu diariamente obedecendo a uma progressão aritmética de razão 8. Se no primeiro dia a empresa recebeu 112 e-mails, quantos e-mails foram recebidos nos 30 dias de setembro?

- A) 13.680
- B) 8.640
- C) 11.232
- D) 6.840

$$a_{30} = a_1 + 29r$$

$$a_{30} = 112 + 29 \cdot 8 = 344$$

$$S_{30} = (a_1 + a_{30}) \cdot \frac{n}{2}$$

$$S_{30} = \frac{112 + 344}{2} \cdot 30 = 6840$$

RESPOSTA: "D".

RACIOCÍNIO LÓGICO

(TCU – Analista de controle externo - UnB/Cespe/2014) Em geral, empresas públicas ou privadas utilizam códigos para protocolar a entrada e a saída de documentos e processos. Considere que se deseja gerar códigos cujos caracteres pertençam ao conjunto das 26 letras de um alfabeto, que possui apenas 5 vogais. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

675. (TCU – Analista de controle externo - UNB/CESPE/2014) Se os protocolos de uma empresa devem conter 4 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então podem ser gerados menos de 400.000 protocolos distintos.

() CERTA () ERRADA

Se os protocolos de uma empresa devem conter 4 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então podem ser gerados menos de 400.000 protocolos distintos.

Para cada "casa" citada anteriormente, podemos locar 26 letras, pois é permitida a repetição das letras, formando, assim:

$$26 \times 26 \times 26 \times 26 = 456.976 \text{ códigos distintos}$$

RESPOSTA: "ERRADA".

676. (TCU – Analista de controle externo - UnB/Cespe/2014) Se uma empresa decide não usar as 5 vogais em seus códigos, que poderão ter 1, 2 ou 3 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então é possível obter mais de 1000 códigos distintos.

() CERTA () ERRADA

Se uma empresa decide não usar as 5 vogais em seus códigos, que poderão ter 1, 2 ou 3 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então é possível obter mais de 1000 códigos distintos.

Como não serão permitidas as vogais, então teremos 21 letras para obtenção dos códigos.

Observação: será permitida a REPETIÇÃO das letras, excluindo as vogais.

$$21 \text{ letras (código formado por uma letra)} = 21 \text{ códigos}$$

$$21 \times 21 \text{ (código formado por duas letras)} = 441 \text{ códigos}$$

$$21 \times 21 \times 21 = 9.261 \text{ códigos}$$

Assim sendo, serão obtidos:

$$21 + 441 + 9.261 =$$

RESPOSTA: "ERRADA".

677. (TCU – Analista de controle externo - UnB/Cespe/2014) O número total de códigos diferentes formados por 3 letras distintas e superior a 15000.

() CERTA () ERRADA

O número total de códigos diferentes formados por 3 letras distintas e superior a 15000.

$$26 \times 25 \times 24 = 15600 \text{ códigos}$$

RESPOSTA: "CERTA".

(TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) Nas eleições municipais de uma pequena cidade, 30 candidatos disputam 9 vagas para a câmara de vereadores. Na sessão de posse, os nove eleitos escolhem a mesa diretora, que será composta por presidente, primeiro e segundo secretários, sendo proibido a um mesmo parlamentar ocupar mais de um desses cargos. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

678. (TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) A quantidade de maneiras distintas de se formar a mesa diretora da câmara municipal é superior a 500.

() CERTA () ERRADA

Após serem escolhidos os 9 candidatos, esses formarão a mesa diretora, que será composta por um presidente, primeiro e segundo secretários, ou seja, por 3 desses integrantes. A escolha será feita pelo arranjo simples de 9 pessoas escolhidas 3 a 3, já que a ordem dos elementos escolhidos altera a formação da mesa diretora.

$$A_9^3 = 9.8.7 = 504 \text{ formas distintas da mesa da diretora}$$

RESPOSTA: "CERTA".

679. (TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) A quantidade de maneiras distintas para se formar a câmara de vereadores dessa cidade é igual a $30!/(9! \times 21!)$.

() CERTA () ERRADA

Para a escolha dos 9 vereadores dos 30 candidatos, faremos uma combinação simples dos 30 candidatos escolhidos 9 a 9, pois aqui, a ordem de escolha não altera o agrupamento formado, já que, ao ser escolhidos, por exemplo, um agrupamento de 9 pessoas, essas mesmas pessoas não poderão ser escolhidas novamente, mesmo em outra ordem.

$$C_m^p = \frac{m!}{p!(m-p)!} = \frac{30!}{9!(30-9)!} = \frac{30!}{9!21!}$$

RESPOSTA: "CERTA".

680. (TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) Sabendo-se que um eleitor vota em apenas um candidato a vereador, é correto afirmar que a quantidade de maneiras distintas de um cidadão escolher um candidato é superior a 50.

() CERTA () ERRADA

Só existem 30 candidatos, logo não tem como haver 50 formas distintas de escolher um candidato.

RESPOSTA: "ERRADA".

681. (VALEC - Assistente Administrativo - FEM-PERJ/2012) Uma "capicua" é um número que escrito de trás para a frente é igual ao número original. Por exemplo: 232 e 1345431 são "capicuas". A quantidade de "capicuas" de sete algarismos que começam com o algarismo 1 é igual a:

- A) 400
- B) 520
- C) 640
- D) 1000
- E) 1200

Considerando-se os algarismos de 0 a 9 (0; 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9), podemos formar a seguinte quantidade de "capicuas" de sete algarismos, que inicia-se com o algarismo 1.
 $1 \times 10 \times 10 \times 10 \times 1 \times 1 \times 1 = 10 \times 10 \times 10 = 1000$ capicuas

RESPOSTA: "D".

682. (VALEC - Assistente Administrativo - FEM-PERJ/2012) Uma rodovia tem 320 km. A concessionária da rodovia resolveu instalar painéis interativos a cada 10 km, nos dois sentidos da rodovia. Em cada sentido, o primeiro painel será instalado exatamente no início da rodovia, e o último, exatamente ao final da rodovia. Assim, a concessionária terá de instalar a seguinte quantidade total de painéis:

- A) 32
- B) 64
- C) 65
- D) 66
- E) 72

Tem-se a seguinte sequência numérica:

marco zero: 1º painel.
 marco 10 km: 2º painel.
 marco 20 km: 3º painel.

...

Marco 320 km : n-ésimo painel.

Obtendo-se a seguinte sequência numérica dada pela progressão aritmética (PA):

$$PA(0; 10; 20; \dots; 320) \begin{cases} a_1 = 0 \\ r = 10 \\ a_n = 320 \end{cases}$$

Sendo a fórmula que define o termo geral de uma PA dada por $a_n = a_1 + (n-1).r$, teremos:

$$320 = 0 + (n-1).10 \rightarrow \frac{320}{10} = n-1 \rightarrow n = 1 + 32 = 33$$

$n = 33$ painéis, em apenas um dos sentidos da rodovia. Para o sentido inverso têm-se mais 33 painéis o que totaliza:

$33 + 33 = 66$ painéis, ao todo.

RESPOSTA: "D".

683. (VALEC – Assistente Administrativo - FEMPERJ/2012) Num certo ano, 10% de uma floresta foram desmatados. No ano seguinte, 20% da floresta remanescente foi desmatada e, no ano seguinte, a floresta remanescente perdeu mais 10% de sua área. Assim, a floresta perdeu, nesse período, a seguinte porcentagem de sua área original:

- A) 35,2%
- B) 36,4%
- C) 37,4%
- D) 38,6%
- E) 40,0%

Considerando-se o total inicial da floresta, antes do 1º desmatamento, igual a 100% teremos, após os desmatamentos sucessivos, o seguinte percentual de floresta desmatado:

1º ano: foram desmatados 10% do total (100%), logo, sobraram 90% de floresta não desmatada.

2º ano: foram desmatados 20% da floresta remanescente (90%), logo, sobraram 90% – 20% de 90%.

90% – 20% de 90%. = 90% – 18% = 72% de floresta não desmatada.

3º ano: foram desmatados 10% da floresta remanescente (72%), logo, sobraram 72% – 10% de 72%.

72% – 10% de 72%. = 72% – 7,2% = 64,8% de floresta não desmatada.

Portanto, foram desmatados 100% – 64,8% = 35,2%

RESPOSTA: "A".

684. (BRDE – Analista de sistemas - AOCP/2012) Quantos subconjuntos podemos formar com 3 bolas azuis e 2 vermelhas, de um conjunto contendo 7 bolas azuis e 5 vermelhas?

- A) 250
- B) 5040
- C) 210
- D) 350
- E) 270

Podemos interpretar esse enunciado da seguinte forma: "de um conjunto de 7 bolas azuis e 5 bolas vermelhas, quantos agrupamentos de 3 bolas azuis e 2 bolas vermelhas podemos formar?"

Nesse caso tem-se uma combinação simples de 7 bolas azuis escolhidas 3 a 3 permutando-se com a combinação simples de 5 bolas vermelhas escolhidas 2 a 2.

Lembramos que, formamos agrupamentos por combinação, quando a ordem dos elementos escolhidos não altera o agrupamento formado. Por exemplo, um agrupamento formado pelas bolas vermelhas V1 V2 V3 será idêntico a qualquer outro agrupamento formado por essas mesmas bolas, porém e outra ordem. Logo, a ordem desses elementos escolhidos não altera o próprio agrupamento.

$$C_7^3 \cdot C_5^2 = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4}{3 \cdot 2 \cdot 1} \cdot \frac{5 \cdot 4}{2 \cdot 1} = 35 \cdot 10 = 350 \text{ agrupamentos}$$

RESPOSTA: "D".

(PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) Conta-se na mitologia grega que Hércules, em um acesso de loucura, matou sua família. Para expiar seu crime, foi enviado a presença do rei Euristeu, que lhe apresentou uma série de provas a serem cumpridas por ele, conhecidas como Os doze trabalhos de Hércules. Entre esses trabalhos, encontram-se: matar o leão de Neméia, capturar a corça de Cerinéia e capturar o javali de Erimanto. Considere que a Hércules seja dada a escolha de preparar uma lista colocando em ordem os doze trabalhos a serem executados, e que a escolha dessa ordem seja totalmente aleatória. Além disso, considere que somente um trabalho seja executado de cada vez. Com relação ao número de possíveis listas que Hércules poderia preparar, julgue os itens subsequentes.

685. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas que Hercules poderia preparar e superior a 12x10!

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas que Hercules poderia preparar e superior a 12x10!.

"Considere que a Hercules seja dada a escolha de preparar uma lista colocando em ordem os doze trabalhos a serem executados, e que a escolha dessa ordem seja totalmente aleatória".

Seja a lista de tarefas dada a Hercules contendo as 12 tarefas representada a seguir. Lembrando que a ordem de escolha ficara a critério de Hercules.

Então, permutando (trocando) as tarefas de posição, vai gerar uma nova sequencia, ou seja, uma nova ordem da realização de suas tarefas, assim, o numero de possibilidades de Hercules começar e terminar suas tarefas será dada pela permutação dessas tarefas.

12x11x10x9x8x7x6x5x4x3x2x1 ou simplesmente:

12! = 12 x 11 x 10!

Como 12x11x10! e diferente de 12x10!.

RESPOSTA: "ERRADA".

686. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas contendo o trabalho "matar o leão de Neméia" na primeira posição é inferior a 240 x 990 x 56 x 30.

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas contendo o trabalho "matar o leão de Neméia" na primeira posição é inferior a 240 x 990 x 56 x 30.

Fixando a tarefa "matar leão de Neméia" na primeira posição, vão sobrar 11 tarefas para serem permutadas nas demais casas:

x.....=x.11!

Sendo X a posição já ocupada pela tarefa "matar leão de Nemeia".

Reagrupando os valores, temos:

$$24 \times 990 \times 56 \times 30.$$

Portanto, inferior a $240 \times 990 \times 56 \times 30$, tornando este item ERRADO.

RESPOSTA: "ERRADA".

687. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" na primeira posição e "capturar o javali de Erimanto" na terceira posição e inferior a $72 \times 42 \times 20 \times 6$.

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" na primeira posição e "capturar o javali de Erimanto" na terceira posição e inferior a $72 \times 42 \times 20 \times 6$.

Fixando as tarefas "capturar a corça de Cerinéia" na primeira posição e "capturar o javali de Erimanto" na terceira posição, restam 10 tarefas a serem permutadas nas demais posições, assim, temos que:

$$X \cdot 1 \cdot x \cdot 2 \cdot 3 \cdot 4 \cdot 5 \cdot 6 \cdot 7 \cdot 8 \cdot 9 \cdot 10$$

Sendo "X" as posições já ocupadas pelas tarefas "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto", ainda sobram 10 posições a serem permutadas.

Ou seja:

$$10 \times 72 \times 42 \times 20 \times 6$$

Portanto, teremos $10 \times 72 \times 42 \times 20 \times 6$, um valor superior e diferente de $72 \times 42 \times 20 \times 6$

RESPOSTA: "ERRADA".

688. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto" nas últimas duas posições, em qualquer ordem, e inferior a $6! \times 8!$.

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto" nas últimas duas posições, em qualquer ordem, e inferior a $6! \times 8!$.

Fixando as tarefas "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto" nas duas últimas posições, e lembrando que essas tarefas podem ser permutadas entre si, pois são colocadas em qualquer ordem, assim, restaram 10 posições a serem permutadas.

$$10 \cdot 9 \cdot 8 \cdot 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 \cdot x \cdot x$$

Sendo "X" as posições já ocupadas pelas tarefas "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto", podendo ser permutadas entre si, ainda, sobram 10 posições a serem permutadas.

Ou seja:

$$90 \times 8! \times 2 \text{ que equivale a } 180 \times 8!$$

Sendo 180 um valor inferior a $6!$ ($6! = 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 720$), logo o valor

$180 \times 8!$ será inferior a $6! \times 8!$, tornando este item CERTO.

RESPOSTA: "CERTA".

(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Considere que em um escritório trabalham 11 pessoas: 3 possuem nível superior, 6 tem o nível médio e 2 são de nível fundamental. Será formada, com esses empregados, uma equipe de 4 elementos para realizar um trabalho de pesquisa. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes, acerca dessa equipe.

689. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Se essa equipe for formada somente com empregados de nível médio e fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 60 maneiras distintas.

() CERTA () ERRADA

Se essa equipe for formada somente com empregados de nível médio e fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 60 maneiras distintas.

Das 11 pessoas, 3 são de nível superior(S), 3 nível médio(M), e 2 são de nível fundamental(F)

Sendo a equipe formada apenas pelos funcionários de escolaridade de nível Médio e Fundamental teremos apenas 3 possibilidades de formação das equipes:

1ª POSSIBILIDADE: Somente 1 funcionário de nível Fundamental e os demais de nível médio.

$$C_2^1 \cdot C_6^3 = 2!/1!(2-1)! \cdot 6!/3!(6-3)! = 40 \text{ equipes distintas}$$

2ª POSSIBILIDADE: com 2 funcionários de nível Fundamental e os demais de nível médio.

$$C_2^2 \cdot C_6^2 = 2!/2!(2-2)! \cdot 6!/2!(6-2)! = 15 \text{ equipes distintas}$$

3ª POSSIBILIDADE: Uma equipe formada por funcionários apenas de Nível Médio.

$$C_6^4 = 6!/4!(6-4)! = 15 \text{ equipes distintas}$$

Somando-se os resultados obtidos nas 3 possibilidades anteriores, encontramos:

$$40 + 15 + 15 = 70 \text{ equipes distintas}$$

Como o item afirma que a equipe poderá ser formada por mais de 60 maneiras distintas.

RESPOSTA: "CERTA".

690. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Se essa equipe incluir todos os empregados de nível fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 40 maneiras distintas.

() CERTA () ERRADA

Se essa equipe incluir todos os empregados de nível fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 40 maneiras distintas.

1ª POSSIBILIDADE: Equipes contendo 2 funcionários de nível fundamental e os demais de nível Superior.

$$C_2^2 \cdot C_3^2 = 2!/2!(2-2)! \cdot 3!/2!(3-2)! = 3 \text{ equipes distintas}$$

2ª POSSIBILIDADE: Equipes contendo 2 funcionários nível fundamental e os demais de nível médio.

$$C_2^2 \cdot C_6^2 = 2!/2!(2-2)! \cdot 6!/2!(6-2)! = 15 \text{ equipes distintas}$$

3ª POSSIBILIDADE: Equipes contendo 2 funcionários de nível fundamental e os demais de nível médio ou superior.

$$C_2^2 \cdot C_6^1 \cdot C_3^1 = 2!/2!(2-2)! \cdot 6!/1!(6-1)! \cdot 3!/1!(3-1)! = 18 \text{ equipes distintas}$$

Somando-se os resultados obtidos nas 3 possibilidades, teremos:

$$3 + 15 + 18 = 36 \text{ equipes distintas}$$

Como o afirmado neste item, diz que existirão mais de 40 maneiras distintas para a formação das equipes.

RESPOSTA: "ERRADA".

691. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Formando-se a equipe com dois empregados de nível médio, e dois de nível superior, então essa equipe poderá ser formada de, no máximo, 40 maneiras distintas.

() CERTA () ERRADA

Formando-se a equipe com dois empregados de nível médio, e dois de nível superior, então essa equipe poderá ser formada de, no máximo, 40 maneiras distintas.

Formando-se as equipes com 2 empregados de nível Médio e 2 de Nível Superior, então teremos apenas 1 possibilidade de formação de equipes, já que excluimos todos os funcionários de nível Fundamental.

$$C_3^2 \cdot C_6^2 = 3!/2!(3-2)! \cdot 6!/2!(6-2)! = 45 \text{ equipes distintas}$$

De acordo com a afirmativa do item seriam de, no máximo, 40 equipes distintas.

RESPOSTA: "ERRADA".

692. (Banco do Brasil/TO - Escriturário - Cespe/UnB/2012) Considere que o BB tenha escolhido alguns nomes de pessoas para serem usados em uma propaganda na televisão, em expressões do tipo Banco do Bruno, Banco da Rosa etc. Suponha também, que a quantidade total de nomes escolhidos para aparecer na propaganda seja 12 e que, em cada inserção da propaganda na TV, sempre apareçam somente dois nomes distintos.

Nesse caso, a quantidade de inserções com pares diferentes de nomes distintos que pode ocorrer é inferior a 70.

Julgue o enunciado acima.

Com 12 nomes distintos entre si aparecendo de dois em dois, teremos uma combinação simples desses nomes para formarmos um total de possibilidades distintas.

$$C_{12}^2 = 12!/2!(12-2)! = 66 \text{ duplas de nomes distintos}$$

Portanto, é verdadeira.

693. (Banco do Brasil/TO - Escriturário - Cespe/UnB/2012) Há exatamente 495 maneiras diferentes de se distribuírem 12 funcionários de um banco em 3 agências, de modo que cada agência receba 4 funcionários.

Julgue o enunciado acima.

Sejam as agências A, B e C que deverão receber 4 dos 12 funcionários mencionados no item.

Para a primeira agência, A, temos uma escolha baseada em um agrupamento de 4 pessoas escolhidas dentre as 12 funcionários, possíveis a ocupar essas vagas, ou seja, uma combinação de 12 funcionários escolhidos 4 a 4.

Agência A:

$$C_{12}^4 = 12!/4!(12-4)! = 495$$

Maneiras distintas de escolhermos dentre 12 funcionários, 4 funcionários para ocupar uma das 4 vagas da agência A.

Fixando 4 funcionários na primeira agência, A, teremos, ainda, 8 funcionários que poderão ocupar 4 vagas na agência B. Portanto, para escolhermos esse novo agrupamento, teremos uma nova combinação, agora, de 8 funcionários, escolhidos 4 a 4.

Agência B:

$$C_8^4 = 8!/4!(8-4)! = 70$$

Maneiras distintas de escolhermos dentre 8 funcionários, 4 funcionários para ocupar 4 vagas da agência B.

Por último, ainda sobram 4 funcionários para ocupar as últimas 4 vagas da última agência C.

Portanto, teremos apenas um tipo de agrupamento formado por esses 4 funcionários.

Agência C:

$$C_4^4 = 4!/4!(4-4)! = 1$$

Pelo princípio multiplicativo, podemos permutar a escolha dos funcionários entre as 3 agências A, B e C, ou seja, teremos um total de possibilidades dada por:

$495 \times 70 \times 1 = 34.650$ maneiras distintas de locarmos esses funcionários nas 3 agências

Portanto, questão errada.

694. (USP – VESTIBULAR - FUVEST/2012) Considere todas as trinta e duas sequências, com cinco elementos cada uma, que podem ser formadas com os algarismos 0 e 1. Quantas dessas sequências possuem pelo menos três zeros em posições consecutivas?

- a) 3
- b) 5
- c) 8
- d) 12
- e) 16

Utilizando os algarismos 0 e 1 e, considerando as sequências com 5 elementos, temos:

I) 5 sequências com exatamente 3 zeros em posições consecutivas (00010, 00011, 01000 e 11000)

II) 2 sequências com exatamente 4 zeros em posições consecutivas (00001 e 10000)

III) 1 sequência com 5 zeros (00000)

Portanto, o número de sequências com pelo menos três zeros em posições consecutivas é $5 + 2 + 1 = 8$

RESPOSTA: "C".

695. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) De uma urna contendo 10 bolas coloridas, sendo 4 brancas, 3 pretas, 2 vermelhas e 1 verde, retiram-se de uma vez 4 bolas. Quantos são os casos possíveis em que aparecem exatamente uma bola de cada cor?

Como a urna contém 4 bolas brancas, existem 4 maneiras possíveis de retirar uma bola branca; analogamente, 3 pretas, 2 vermelhas e 1 verde. Assim, pelo Princípio Fundamental da Contagem, o número de casos possíveis em que aparecem exatamente uma bola de cada cor é $4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 24$

RESPOSTA: "C".

696. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) Um estudante deseja colorir o mapa da região Centro-Oeste (ilustrado abaixo) de modo que territórios adjacentes sejam de cores distintas. Por exemplo, já que Goiás e o distrito Federal têm fronteira em comum, terão de ser coloridos de forma diferente. Supondo que o estudante dispõe de quatro cores distintas e cada território seja de uma única cor, calcule de quantas maneiras ele pode colorir os territórios do mapa.



Obs.: a região externa à região Centro Oeste não será colorida; a palavra território refere-se à extensão considerável de terra, e não à competência administrativa.

Observe o número de possibilidades da cor de cada território, dispondo de 4 cores:

I) MT = 4

II) GO = 3 (diferente de MT)

III) DF = 3 (diferente de GO)

IV) MS = 2 (diferente de MT e GO)

Assim, pelo Princípio Fundamental da Contagem, o número de maneiras de colorir o mapa é $4 \cdot 3 \cdot 3 \cdot 2 = 72$

RESPOSTA: "72".

697. (UEL – VESTIBULAR - COPS/2012) Para responder um questionário preenche-se o cartão apresentado a seguir, colocando-se X em uma só RESPOSTA para cada questão.

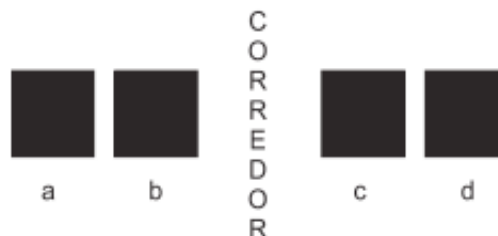
cartão de resposta					
questões	1	2	3	4	5
sim					
não					

Há quantas maneiras distintas para responder esse questionário?

Como há duas possibilidades para a RESPOSTA de cada questão, pelo Princípio Fundamental da Contagem, o número de maneiras distintas de responder as 5 questões é $2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 = 25 = 32$

RESPOSTA: "C".

698. (UNESP - VESTIBULAR - VUNESP/2013) Quatro amigos vão ocupar as poltronas a, b, c, d de um ônibus dispostas na mesma fila horizontal, mas em lados diferentes em relação ao corredor, conforme a ilustração.



Dois deles desejam sentar-se juntos, seja do mesmo lado do corredor, seja em lados diferentes. Nessas condições, de quantas maneiras distintas os quatro podem ocupar as poltronas referidas, considerando-se distintas as posições em que pelo menos dois dos amigos ocupem poltronas diferentes?

- A) 24
- B) 18
- C) 16
- D) 12
- E) 6

Existem 6 maneiras de os dois amigos sentarem juntos (ab, ba, bc, cb, cd, dc). Para cada uma das seis possibilidades existem duas formas de os outros se acomodarem. Assim sendo, o total de possibilidades é $6 \cdot 2 = 12$

RESPOSTA: "D".

699. (UFSCar - VESTIBULAR - VUNESP/2013) Um encontro científico conta com a participação de pesquisadores de três áreas, sendo eles: 7 químicos, 5 físicos e 4 matemáticos. No encerramento do encontro, o grupo decidiu formar uma comissão de dois cientistas para representar o grupo em um congresso. Tendo sido estabelecido que a dupla deveria ser formada por cientistas de áreas diferentes, o total de duplas distintas que podem representar o grupo no congresso é igual a:

- A) 46
- B) 59
- C) 77
- D) 83
- E) 91

Sendo, os pesquisadores das três áreas (7 químicos, 5 físicos e 4 matemáticos), e as comissões compostas por dois cientistas de áreas diferentes, temos 3 situações possíveis:

- I) 1 químico e 1 matemático: $7 \cdot 4 = 28$ duplas
- II) 1 químico e 1 físico: $7 \cdot 5 = 35$ duplas
- III) 1 matemático e 1 físico: $4 \cdot 5 = 20$ duplas

Assim, o total de duplas distintas é $28 + 35 + 20 = 83$

RESPOSTA: "D".

700. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) Cada um dos círculos da figura ao lado deverá ser pintado com uma única cor, escolhida dentre quatro disponíveis. Sabendo-se que dois círculos consecutivos nunca serão pintados com a mesma cor, então o número de formas de se pintar os círculos é:



- A) 100
- B) 240
- C) 729
- D) 2916
- E) 5040

Considerando o 1o. círculo (da esquerda), ele pode ser pintado por qualquer uma das 4 cores disponíveis. Cada um dos demais círculos pode ser pintado pelas 3 cores restantes possíveis (exceto a cor do círculo que o antecede).

Portanto, pelo princípio fundamental da contagem, o número total de possibilidades de pintar os círculos, é igual a:

$$4 \cdot 3 \cdot 3 \cdot 3 \cdot 3 \cdot 3 \cdot 3 = 2916$$

RESPOSTA: "D".

701. (UNESP - VESTIBULAR - VUNESP/2012) Uma rede de supermercados fornece a seus clientes um cartão de crédito cuja identificação é formada por 3 letras distintas (dentre 26), seguidas de 4 algarismos distintos. Uma determinada cidade receberá os cartões que têm L como terceira letra, o último algarismo é zero e o penúltimo é 1. A quantidade total de cartões distintos oferecidos por tal rede de supermercados para essa cidade é

- A) 33 600.
- B) 37 800.
- C) 43 200.
- D) 58 500.
- E) 67 600.

A numeração dos cartões dessa cidade é do tipo



A primeira letra pode ser escolhida entre as 25 restantes e a segunda letra entre as 24 restantes.

O primeiro algarismo pode ser escolhido entre os 8 restantes e o segundo entre os sete restantes.

Desta forma, o número de cartões é $25 \cdot 24 \cdot 8 \cdot 7 = 33\ 600$

RESPOSTA: "A".

702. (UEL - VESTIBULAR - COPS/2012) Um professor de Matemática comprou dois livros para premiar dois alunos de uma classe de 42 alunos. Como são dois livros diferentes, de quantos modos distintos pode ocorrer a premiação?

- A) 861
- B) 1722
- C) 1764
- D) 3444
- E) 2^{42}

Já que os livros são diferentes, o número de maneiras de distribuir esses livros é $A_{42,2} = 42 \cdot 41 = 1722$

RESPOSTA: "B".

703. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) O número de equipes de trabalho que poderão ser formadas num grupo de dez indivíduos, devendo cada equipe ser constituída por um coordenador, um secretário e um digitador, é:

- A) 240
B) 360
C) 480
D) 600
E) 720

Existem 10 maneiras para escolher o coordenador, 9 maneiras para o secretário e 8 para o digitador, assim, o número de equipes é $10 \cdot 9 \cdot 8 = 720$ ou $A_{10,3} = 10 \cdot 9 \cdot 8 = 720$

RESPOSTA: "E".

704. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2012)
Aconteceu um acidente: a chuva molhou o papel onde Teodoro marcou o telefone de Aninha e apagou os três últimos algarismos. Restaram apenas os dígitos 58347. Observador, Teodoro lembrou que o número do telefone da linda garota era um número par, não divisível por 5 e que não havia algarismos repetidos. Apaixonado, resolveu testar todas as combinações numéricas possíveis. Azarado! Restava apenas uma possibilidade, quando se esgotaram os créditos do seu telefone celular. Até então, Teodoro havia feito quantas ligações?

- A) 23
B) 59
C) 39
D) 35
E) 29

Os algarismos que restam não podem ser 5, 8, 3, 4 ou 7 e, além disso, o último só pode ser 2 ou 6. Os dois algarismos que restam podem ser obtidos de 4 . 3 maneiras diferentes.

Portanto, o total de possibilidades é $2 \cdot 4 \cdot 3 = 24$.

Quando se esgotaram os créditos do seu telefone celular,

Teodoro havia feito $24 - 1 = 23$ ligações.

RESPOSTA: "A".

705. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) O número total de inteiros positivos que podem ser formados com algarismos 1, 2, 3 e 4, se nenhum algarismo é repetido em nenhum inteiro, é:

- A) 54
B) 56
C) 58
D) 60
E) 64

Dispondo dos algarismos 1, 2, 3 e 4, sem repetição, podem ser formados:

I) Números com 1 algarismo, num total de 4

II) Números com 2 algarismos, num total de $4 \cdot 3 = 12$

III) Números com 3 algarismos, num total de $4 \cdot 3 \cdot 2 = 24$

IV) Números com 4 algarismos, num total de $4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 24$

Assim, a quantidade pedida é $4 + 12 + 24 + 24 = 64$

RESPOSTA: "E".

706. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) O total de números inteiros com todos os algarismos distintos, compreendidos entre 11 e 1000 é?

- A) 576
B) 648
C) 728
D) 738
E) 741

Dispondo dos algarismos de 0 a 9, sem repetição, para formar números entre 11 e 1000, temos:

I) Números com 2 algarismos, começando com 1, num total de 8.

II) Números com 2 algarismos, começando com algarismo diferente de zero e de 1, num total de $8 \cdot 9 = 72$

III) Números com 3 algarismos, começando com algarismo diferente de zero, num total de $9 \cdot 9 \cdot 8 = 648$

Assim, a quantidade pedida é $8 + 72 + 648 = 728$

RESPOSTA: "C".

707. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) UM trem de passageiros é constituído de uma locomotiva e 6 vagões distintos, sendo um deles vagão-restaurante. Sabendo que a locomotiva deve ir a frente da composição e que o vagão restaurante não pode ser colocado imediatamente após a locomotiva, de quantos modos diferentes é possível montar essa composição é:

- A) 120
B) 320
C) 500
D) 600
E) 720

Dos 6 vagões do trem, um deles é o restaurante, assim, após a locomotiva deve ser colocado um dos outros 5 vagões. Para as demais posições não há restrições, logo, pode-se permutar os 4 vagões restantes com o restaurante. Portanto, o número de maneiras de montar a composição é $5 \cdot P_5 = 5 \cdot 5! = 5 \cdot 120 = 600$

RESPOSTA: "D".

(FGV/SP - Administração - FGV/2012) Um processo industrial deve passar pelas etapas A, B, C, D e E. (questões 708 e 709)

708. (FGV/SP - Administração - FGV/2012) Quantas sequências de etapas podem ser delineadas se A e B devem ficar juntas no início do processo e A deve preceder B?

As etapas são do tipo

A	B			
---	---	--	--	--

, num total de

$P_3 = 3! = 3 \cdot 2 \cdot 1 = 6$

RESPOSTA: "6".

709. (FGV/SP - Administração - FGV/2012) Quantas sequências de etapas podem ser delineadas se A e B devem ficar juntas, em qualquer ordem, e não necessariamente no início do processo?

Se A e B devem ficar juntas, podem ser consideradas como uma única etapa que será permutada com as outras três (C, D e E), totalizando $P_4 = 4! = 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 24$ maneiras.

Para A e B juntas, em qualquer ordem, existem $P_2 = 2! = 2 \cdot 1 = 2$ maneiras.

Assim, o número total de sequências é $P_4 \cdot P_2 = 24 \cdot 2 = 48$

RESPOSTA: "48".

710. (USP - VESTIBULAR - Fuvest/2012) Um lotação possui três bancos para passageiros, cada um com três lugares, e deve transportar os três membros da família Sousa, o casal Lúcia e Mauro e mais quatro pessoas. Além disso,

1. a família Sousa quer ocupar um mesmo banco;

2. Lúcia e Mauro querem sentar-se lado a lado.

Nessas condições, o número de maneiras distintas de dispor os nove passageiros no lotação é igual a

A) 928

B) 1152

C) 1828

D) 2412

E) 3456

Existem 3 formas de escolher o banco em que a família Souza irá sentar e P_3 formas de posicioná-la nesse banco. Existem 2 formas de escolher, entre os bancos que sobraram, aquele em que o casal Lúcia e Mauro senta. Para cada um desses bancos existem duas formas de posicionar o casal (à esquerda ou à direita do banco, por exemplo) e, para cada uma dessas formas, P_2 maneiras de o casal trocar de lugar entre si.

Existem P_4 formas de posicionar as quatro outras pessoas.

Assim, no total, temos:

$3 \cdot P_3 \cdot 2 \cdot 2 \cdot P_2 \cdot P_4 = 12 \cdot 3! \cdot 2! \cdot 4! = 3456$ maneiras distintas de dispor os passageiros no lotação.

RESPOSTA: "E".

711. (UFC - VESTIBULAR - UFC/2012) Dispondo-se de abacaxi, acerola, goiaba, laranja, maçã, mamão e melão, calcule de quantos sabores diferentes pode-se preparar um suco usando-se 3 frutas distintas.

$$C_{7,3} = \frac{7!}{3!4!} = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5}{3 \cdot 2 \cdot 1} = 35$$

RESPOSTA: "35".

712. (PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) De um grupo constituído de 6 enfermeiros e 2 médicos, deseja-se formar comissões de 5 pessoas. Quantas dessas comissões podem ser formadas se os 2 médicos devem, necessariamente, fazer parte de todas as comissões?

A) 10

B) 15

C) 20

D) 168

E) 336

Para comissões de 5 pessoas com, necessariamente, 2 médicos, devem-se escolher, portanto, 3 enfermeiros entre os 6 existentes. O número de maneiras de escolhê-los é $C_{6,3} = 6 \cdot 5 \cdot 4 / 3 \cdot 2 \cdot 1 = 20$

RESPOSTA: "C".

713. (PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) Um juiz dispõe de 10 pessoas, das quais somente 4 são advogados, para formar um júri com 7 jurados.

O número de formas de compor o júri com pelo menos 1 advogado, é:

A) 120

B) 108

C) 160

D) 140

E) 128

I) Todos os júris de 7 pessoas tem pelo menos um advogado.

II) O número de formas de compor o júri é $C_{7,10} = 10! / 7!3! = 10 \cdot 9 \cdot 8 / 6 = 120$

RESPOSTA: "A".

714. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2012) Em uma universidade no departamento de veterinária, existem 7 professores com especialização em parasitologia e 4 em microbiologia. Em um congresso para a exposição dos seus trabalhos, serão formadas equipes de seguinte forma: 4 com especialização em parasitologia e 2 em microbiologia. Quantas equipes diferentes poderão ser formadas?

Dos 7 professores especializados em Parasitologia, devem ser escolhidos 4 e, dos 4 especializados em Microbiologia, devem ser escolhidos 2. Assim, o número de equipes diferentes que poderão ser formadas é

$$C_{7,4} \cdot C_{4,2} = 7 \cdot 6 \cdot 5 / 3 \cdot 2 \cdot 1 \cdot 4 \cdot 3 / 2 \cdot 1 = 35 \cdot 6 = 210$$

RESPOSTA: 210 equipes distintas.

715. (ESPCEX - VESTIBULAR - 2012) A equipe de professores de uma escola possui um banco de questões de matemática composto de 5 questões sobre parábolas, 4 sobre circunferências e 4 sobre retas. De quantas maneiras distintas a equipe pode montar uma prova com 8 questões, sendo 3 de parábolas, 2 de circunferências e 3 de retas?

- A) 80
- B) 96
- C) 240
- D) 640
- E) 1280

$$C_{5,3} \cdot C_{4,2} \cdot C_{4,3} =$$

RESPOSTA: "C".

716. (USP - VESTIBULAR - FUVEST/2012) Participam de um torneio de voleibol, 20 times distribuídos em 4 chaves, de 5 times cada. Na 1ª fase do torneio, os times jogam entre si uma única vez (um único turno), todos contra todos em cada chave, sendo que os 2 melhores de cada chave passam para a 2ª fase.

Na 2ª fase, os jogos são eliminatórios; depois de cada partida, apenas o vencedor permanece no torneio.

Logo, o número de jogos necessários até que se apure o campeão do torneio é

- A) 39
- B) 41
- C) 43
- D) 45
- E) 47

Na primeira fase, foram realizados $4 \cdot C_{5,2} = 4 \cdot 10 = 40$ jogos; na segunda fase, 4 jogos; na terceira fase, 2 jogos e na final, 1 jogo.

O total de jogos é $40 + 4 + 2 + 1 = 47$

RESPOSTA: "E".

717. (UNIFESP - VESTIBULAR - VUNESP/2012) O corpo clínico da pediatria de um certo hospital é composto por 12 profissionais, dos quais 3 são capacitados para atuação junto a crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. Para fins de assessoria, deverá ser criada uma comissão de 3 profissionais, de tal maneira que 1 deles, pelo menos, tenha a capacitação referida.

Quantas comissões distintas podem ser formadas nestas condições?

- A) 792
- B) 494
- C) 369
- D) 136
- E) 108

Existem 3 possibilidades:

I) A comissão é formada por 1 especialista e 2 outros profissionais. Assim, tem-se: $C_{3,1} \cdot C_{9,2} = 3 \cdot 36 = 108$

II) A comissão é formada por 2 especialistas e 1 outro profissional. Assim, tem-se: $C_{3,2} \cdot C_{9,1} = 3 \cdot 9 = 27$

III) A comissão é formada por 3 especialistas. Assim, tem-se: $C_{3,3} = 1$

O total de comissões possíveis de se formar é: $108 + 27 + 1 = 136$

RESPOSTA: "D".

718. (IBMEC - VESTIBULAR - 2012) Considere um cubo ABCDEFGH, cujas arestas medem 2 cm. O Número de maneiras diferentes de escolher três de seus vértices de modo que a área do triângulo por eles determinados seja maior do que 2 cm^2 é igual a

- A) 32
- B) 36
- C) 40
- D) 48
- E) 56

Para que a área de um dos triângulos seja maior que 2 cm^2 , seus 3 vértices não podem pertencer a uma mesma face do cubo.

Resulta, então $C_{8,3} - 6 \cdot C_{4,3} = 56 - 6 \cdot 4 = 32$

RESPOSTA: "A".

719. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2012) O número de permutações da palavra ECONOMIA que não começam nem terminam com a letra O é

- A) 9400
- B) 9600
- C) 9800
- D) 10200
- E) 10800

I) O número total de permutações da palavra economia é

II) O número de permutações que começam com O é P_7 . O número das que terminam em O também é P_7 .

III) O número de permutações que começam e terminam com O é P_6 .

IV) O número de permutações pedidas é $P_7 + P_6 = 10800$

RESPOSTA: "E".

720. (ITA - VESTIBULAR - 2012) O número de soluções inteiras, maiores ou iguais a zero, da equação $x + y + z + w = 5$ é:

- A) 36
- B) 48
- C) 52
- D) 54
- E) 56

Encontrar as soluções inteiras e não negativas da equação $x + y + z + w = 5$ consiste em distribuir 5 unidades nos quadros abaixo:

$$\boxed{} + \boxed{} + \boxed{} + \boxed{} = 5$$

Observe alguns exemplos:

$_ + _ + _ + _$ fi solução (2; 1; 0; 2)

$_ + _ + _ + _$ fi solução (1; 0; 0; 4)

Assim, o número de soluções diferentes é dado por

$$P_{8}^{(5|,3+)} = \frac{8!}{5!3!} = 56$$

RESPOSTA: "E".

(PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) Dez rapazes, em férias no litoral, estão organizando um torneio de voleibol de praia. Cinco deles são selecionados para escolher os parceiros e capitanear as cinco equipes a serem formadas, cada uma com dois jogadores. (questões 721 e 722)

721. (PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) Nessas condições, quantas possibilidades de formação de equipes eles têm?

Considerando, num total de 10 rapazes, 5 capitães das equipes e 5 outros jogadores.

Definidos os 5 capitães e suas respectivas equipes, o número de maneiras de completar as 5 equipes com os 5 outros jogadores é

$$P_5 = 5! = 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 120$$

RESPOSTA: "120".

722. (PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) Uma vez formadas as cinco equipes, quantas partidas se realizarão, se cada uma das equipes deverá enfrentar todas as outras uma única vez?

O número de partidas entre as 5 equipes é $C_{5,2} = \frac{5 \cdot 4}{2 \cdot 1} = 10$

RESPOSTA: "10".

723. (Banco do Brasil - Escriturário - Cesgranrio/2014) Para cadastrar-se em um site de compras coletivas, Guilherme precisará criar uma senha numérica com, no mínimo, 4 e, no máximo, 6 dígitos. Ele utilizará apenas algarismos de sua data de nascimento: 26/03/1980.

Quantas senhas diferentes Guilherme poderá criar se optar por uma senha sem algarismos repetidos?

- A) 5.040
- B) 8.400
- C) 16.870
- D) 20.160
- E) 28.560

Algarismos utilizados na formação das senhas = 7
senhas com 4 algarismos = $7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 = 840$
senhas com 5 algarismos = $7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 = 2520$
senhas com 6 algarismos = $7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 = 5040$
total de senhas = $840 + 2520 + 5040 = 8400$ (letra b)

RESPOSTA "B".

724. (Banco do Brasil - Escriturário - Cesgranrio/2014) Se todos os anagramas da palavra BRASIL forem dispostos em ordem alfabética, o primeiro anagrama cuja última letra é "B" ocupará que posição?

- A) 5ª
- B) 25ª
- C) 34ª
- D) 49ª
- E) 121ª

palavra BRASIL em ordem alfabética: ABILRS
iniciadas com as letras AB = $4! = 24$
iniciadas com as letras AIB = $3! = 6$
iniciadas com as letras AILB = $2! = 2$
iniciadas com as letras AILRBS = 1
iniciadas com as letras AILRSB = 1
logo: $24 + 6 + 2 + 1 + 1 = 34$

RESPOSTA "C".

725. (Banco do Brasil - Escriturário - Cesgranrio/2014) Um grupo de 40 pessoas, homens e mulheres, está reunido em uma sala. Todos têm mais de 30 e menos de 50 anos. Alguns homens têm menos de 40 anos, e algumas mulheres, mais de 35 anos. Considere que a idade de cada pessoa seja representada por um número inteiro (anos completados até a presente data).

Desse modo, afirma-se que, nesse grupo, há

- A) 19 pessoas, no mínimo, de idades diferentes.
- B) um homem, pelo menos, de 45 anos.
- C) alguma mulher de 39 anos.
- D) pessoas com a mesma idade.
- E) um homem e uma mulher, necessariamente, cujas idades são iguais.

Se todos têm entre 30 a 50, mesmo que sejam 31 a 39 para alguns homens e 36 a 50 para algumas mulheres, independente da idade que tenham cada um, todos terão que ser representados por um número inteiro (30,40 ou 50). Sendo assim, a mulher de 39, por ex. terá que ser representada pelo número 40 (inteiro).

Os homens com menos de 40, representados por 30 (inteiro), não especifica quantos homens tem entre 35 a 40, então a letra D não é válida, assim como também não

especifica quantos homens tem acima de 40, tornando inválida a letra A. O mínimo para se ter idade diferente, representados com números inteiros é 1 (20 pessoas com 30, 19 pessoas com 40 e 1 pessoa com 50) então a letra E não é válida. Como todos são representados por números inteiros, as idades disponíveis são 30, 40 e 50, fazendo com que as idades se repitam, tornando a RESPOSTA: C como correta.

RESPOSTA "C".

726. (Banco do Brasil – Escriturário – Cesgranrio/2014) Uma pessoa dispõe de balas de hortelã, de caramelo e de coco e pretende "montar" saquinhos com 13 balas cada, de modo que, em cada saquinho, haja, no mínimo, três balas de cada sabor. Um saquinho diferencia-se de outro pela quantidade de balas de cada sabor. Por exemplo, seis balas de hortelã, quatro de coco e três de caramelo compõem um saquinho diferente de outro que contenha seis balas de coco, quatro de hortelã e três de caramelo.

Sendo assim, quantos saquinhos diferentes podem ser "montados"?

- A) 4
- B) 6
- C) 9
- D) 12
- E) 15

Hortelã / Caramelo / Coco

6 / 4 / 3 -> nessa situação temos um arranjo, já que a ordem dos números importa (são números diferentes). Assim, $3! = 6$. Temos 6 maneiras diferentes de arranjar esses números, 6 maneiras diferentes de formar os saquinhos. (6/4/3; 4/6/3; 4/3/6; 6/3/4; 3/6/4; 3/4/6)

7 / 3 / 3 -> nessa situação não temos um arranjo, mas sim uma combinação, pois a ordem dos números não importa (já que temos números repetidos). Assim, $C = 3!/2! = 6/2 = 3$. Temos então 3 maneiras diferentes de combinar esse par de 3 com o 7. (7/3/3; 3/7/3; 3/3/7)

5 / 5 / 3 -> nessa situação não temos um arranjo, mas sim uma combinação, pois a ordem dos números não importa (já que temos números repetidos). Assim, $C = 3!/2! = 6/2 = 3$. Temos então 3 maneiras diferentes de combinar esse par de 5 com o 3. (5/5/3; 5/3/5; 3/5/5)

5 / 4 / 4 -> nessa situação não temos um arranjo, mas sim uma combinação, pois a ordem dos números não importa (já que temos números repetidos). Assim, $C = 3!/2! = 6/2 = 3$. Temos então 3 maneiras diferentes de combinar esse par de 4 com o 5. (5/4/4; 4/4/5; 4/5/4)

Portanto, $6 + 3 + 3 + 3 = 15$

RESPOSTA "E".

727. (USP - VESTIBULAR - FUVEST/2012) – Escolhido ao acaso um elemento do conjunto dos divisores positivos de 60, a probabilidade de que ele seja primo é:

A) $\frac{1}{2}$

B) $\frac{1}{3}$

C) $\frac{1}{4}$

D) $\frac{1}{5}$

E) $\frac{1}{6}$

60	2	1
30	2	2
15	3	3, 6, 12
5	5	5, 10, 20, 15, 30, 60
1		

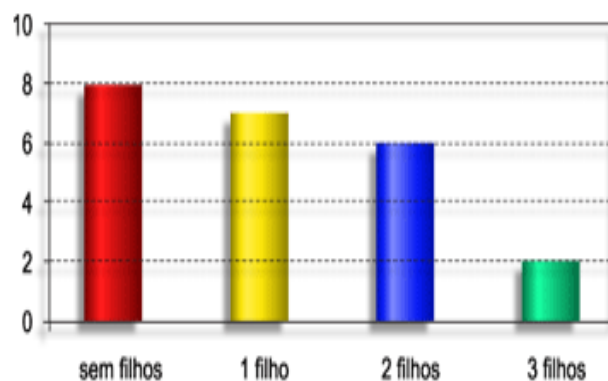
II) Os divisores positivos de 60 são: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 12, 15, 20, 30 e 60.

III) O número 60 tem 12 divisores positivos, assim, o espaço amostral tem 12 elementos, dos quais 3 são primos.

IV) $P(\text{primo}) = \frac{3}{12} = \frac{1}{4}$

RESPOSTA: "C".

728. (ENEM - VESTIBULAR - 2012) – As 23 ex-alunas de uma turma que completou o Ensino Médio há 10 anos se encontraram em uma reunião comemorativa. Várias delas haviam se casado e tido filhos. A distribuição das mulheres, de acordo com a quantidade de filhos, é mostrada no gráfico abaixo. Um prêmio foi sorteado entre todos os filhos dessas ex-alunas. A probabilidade de que a criança premiada tenha sido um(a) filho(a) único(a) é



A) $\frac{1}{3}$

B) $\frac{1}{4}$

C) $\frac{7}{15}$

D) $\frac{7}{23}$

E) $\frac{7}{25}$

A partir da distribuição apresentada no gráfico, temos:

8 mulheres sem filhos.

7 mulheres com 1 filho.

6 mulheres com 2 filhos.

2 mulheres com 3 filhos.

Como as 23 mulheres têm um total de 25 filhos, a probabilidade de que a criança

premiada tenha sido um(a) filho(a) único(a) é igual a $P = \frac{7}{25}$.

RESPOSTA: "E".

729. (PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) – Lançando-se simultaneamente dois dados não viciados, a probabilidade de que suas faces superiores exibam soma igual a 7 ou 9 é: **RESPOSTA: s**

A) $\frac{1}{6}$

B) $\frac{4}{9}$

C) $\frac{2}{11}$

D) $\frac{5}{18}$

E) $\frac{3}{7}$

$$P(\text{soma 7 ou soma 9}) = \frac{6}{36} + \frac{4}{36} = \frac{10}{36} = \frac{5}{18}$$

RESPOSTA: "D".

730. (ITA - VESTIBULAR -2012) – Retiram-se 3 bolas de uma urna que contém 4 bolas verdes, 5 bolas azuis e 7 bolas brancas. Se P_1 é a probabilidade de não sair bola azul e P_2 é a probabilidade de todas as bolas saírem com a mesma cor, então a **RESPOSTA: que mais se aproxima de $P_1 + P_2$ é:**

A) 0,21.

B) 0,25.

C) 0,28

D) 0,35.

E) 0,40

$$I) P_1 = \frac{11}{16} \cdot \frac{10}{15} \cdot \frac{9}{14} = \frac{990}{3360}$$

$$II) P_2 = \frac{4}{16} \cdot \frac{3}{14} \cdot \frac{2}{14} + \frac{5}{16} \cdot \frac{4}{14} \cdot \frac{3}{14} + \frac{7}{16} \cdot \frac{6}{14} \cdot \frac{5}{14} = \frac{24 + 60 + 210}{16 \cdot 15 \cdot 14} = \frac{294}{3360}$$

$$III) P_1 + P_2 = \frac{990 + 294}{3360} \approx 0,38$$

IV) A alternativa que mais se aproxima de $P_1 + P_2$ é a E.

RESPOSTA: "E".

731. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2012)

– Num espaço amostral, dois eventos independentes A e B são tais que $P(A \cup B) = 0,8$ e $P(A) = 0,3$. Podemos concluir que o valor de $P(B)$ é:

A) 0,5

B) 5/7

C) 0,6

D) 7/15

E) 0,7

Sejam A e B eventos independentes,

$P(A \cap B) = P(A) \cdot P(B)$ e como

$P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$,

temos:

$$P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A) \cdot P(B) \Rightarrow$$

$$\Rightarrow 0,8 = 0,3 + P(B) - 0,3 \cdot P(B) \Rightarrow$$

$$\Rightarrow 0,7 \cdot P(B) = 0,5 \Rightarrow P(B) = \frac{5}{7}$$

RESPOSTA: "B".

732. (CGU - Analista de Finanças e Controle - ESAF/2012) Um dado de seis faces numeradas de 1 a 6 é viciado de modo que, quando lançado, a probabilidade de ocorrer uma face par qualquer é 300% maior do que a probabilidade de ocorrer uma face ímpar qualquer. Em dois lançamentos desse dado, a probabilidade de que ocorram exatamente uma face par e uma face ímpar (não necessariamente nesta ordem) é igual a:

A) 0,1600

B) 0,1875

C) 0,3200

D) 0,3750

E) 1

Observe que no problema temos um dado "viciado"

Na realidade um dado "padrão" é um cubo em que todas as faces têm a mesma possibilidade de sair, ou seja, por exemplo, ao calcularmos a probabilidade de em um lançamento do dado "padrão" termos o número 5 como face superior basta efetuarmos a seguinte divisão:

A = evento de jogar o dado e sair o número 5 na face superior.

$P(A)$ = probabilidade do evento A ocorrer = nº de possibilidades de A ocorrer / nº total de resultados que podem ocorrer (também conhecido como espaço amostral).

Observem que $P(A)$ é uma divisão onde o numerador é apenas o número 1 (possibilidade de sair o número 5) e o denominador é o número 6 (são todas as possibilidades do espaço amostral, ou seja, de sair números distintos no dado, podendo sair 1, 2, 3, 4, 5 e até o 6).

Então no dado "padrão" $P(A) = 1/6$ (verifique que esta probabilidade é a mesma para qualquer outro número, não somente para o número 5).

Neste dado "viciado", a probabilidade de sair um resultado par é 300% maior que a probabilidade de sair um resultado ímpar.

A = sair nº 1 $P(A) = x$

B = sair nº 2 $P(B) = 300\%x = 3x$

C = sair nº 3 $P(C) = x$

D = sair nº 4 $P(D) = 300\%x = 3x$

E = sair nº 5 $P(E) = x$

F = sair nº 6 $P(F) = 300\%x = 3x$

Tem-se ainda que a probabilidade de sair dois resultados seguidos é dada pela multiplicação das probabilidades de dar cada um dos resultados isoladamente.

No dado se você quer jogar o dado duas vezes seguidas e tirar um número par e um número ímpar, não importa a ordem, desse modo:

A = evento de tirar um número par

$P(A)$ = probabilidade de jogar o número e dar par

B = evento de tirar um número ímpar

$P(B)$ = probabilidade de jogar o número e dar ímpar

A = tirar os números 2, 4 e 6 = $3x + 3x + 3x = 9x$

Espaço amostral = total de possibilidades =

$x(\text{sair } 1) + x(\text{sair } 3) + x(\text{sair } 5) + 3x(\text{sair } 2) + 3x(\text{sair } 4) + 3x(\text{sair } 6) = 12x$

$P(A) = 9x / 12x = 9 / 12$

B = tirar os números 1, 3 e 5 = $x + x + x = 3x$

Espaço amostral = total de possibilidades =

$x(\text{sair } 1) + x(\text{sair } 3) + x(\text{sair } 5) + 3x(\text{sair } 2) + 3x(\text{sair } 4) + 3x(\text{sair } 6) = 12x$

$P(A) = 3x / 12x = 3 / 12$

Probabilidade de sair um número par e depois um número ímpar = $P(A) \times P(B)$

Onde $P(A) \times P(B) = 9/12 \times 3/12 = 3/4 \times 1/4 = 3/16 = 0,1875 = 18,75\%$

Mas não se deve esquecer da probabilidade de sair primeiro um número ímpar e depois um número par = $P(B) \times P(A)$

Como os dois resultados resolvem o problema a probabilidade de ambos deverá ser somada, ou seja, a probabilidade de que ocorram exatamente uma face par e uma face ímpar (não necessariamente nesta ordem) é igual a $P(A) \times P(B) + P(B) \times P(A) = 0,1875 + 0,1875 = 0,375$

RESPOSTA: "D".

733. (PC/SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial - Vunesp/2012) Numa pesquisa feita com 200 homens, observou-se que 80 eram casados, 20 separados, 10 eram viúvos e 90 eram solteiros. Escolhido um homem ao acaso, a probabilidade de ele não ser solteiro é

A) 0,65

B) 0,6

C) 0,55

D) 0,5

E) 0,35

Dos 200 homens, 110 não são solteiros e a probabilidade pedida é, portanto $\frac{110}{200} = 0,55 = 55\%$

RESPOSTA: "C".

734. (UFU - VESTIBULAR - 2012) De uma urna que contém bolas numeradas de 1 a 100 será retirada uma bola. Sabendo-se que qualquer uma das bolas tem a mesma chance de ser retirada, qual é a probabilidade de se retirar uma bola, cujo número é um quadrado perfeito ou um cubo perfeito?

A) 0,14

B) 0,1

C) 0,12

D) 0,16

E) 0,2

I) O número de bolas na urna é 100, numeradas de 1 a 100.

II) As bolas cujo número é um quadrado perfeito são 1, 4, 9, 16, 25, 36, 49, 64, 81 e 100, num total de 10 bolas.

III) As bolas cujo número é um cubo perfeito são 1, 8, 27 e 64, num total de 4 bolas.

IV) Observando que as bolas com número 1 e número 64 foram contadas duas vezes, a probabilidade pedida é

$$\frac{10 + 4 - 2}{100} = \frac{12}{100} = 0,12$$

RESPOSTA: "C".

735. (MACKENZIE - VESTIBULAR - 2012) Escolhe-se ao acaso um número de três algarismos distintos tomados do conjunto {1,2,3,4,5}. A possibilidade de nesse número aparecer o algarismo 2 e não aparecer o algarismo 4 é:

A) 3/5

B) 4/5

C) 3/10

D) 5/10

E) 7/10

I) Existem $A_{5,3} = 5 \cdot 4 \cdot 3 = 60$ números de três algarismos distintos tomados do conjunto $\{1; 2; 3; 4; 5\}$.

II) Existem $3 \cdot A_{3,2} = 3 \cdot 3 \cdot 2 = 18$ números de três algarismos distintos, tomados do conjunto $\{1; 2; 3; 4; 5\}$, nos quais aparece o algarismo 2 e não aparece o algarismo 4, que são do tipo $2 \square \square$ ou $\square 2 \square$ ou $\square \square 2$.

III) Assim, a probabilidade pedida é $\frac{18}{60} = \frac{3}{10}$

RESPOSTA: "C".

736. (MACKENZIE - VESTIBULAR - 2012) 4 Homens e 4 mulheres devem ocupar os 8 lugares de um banco. Qual é a probabilidade de que nunca fiquem lado a lado duas pessoas do mesmo sexo?

- A) 1/56
- B) 1
- C) 1/16
- D) 1/32
- E) 1/35

I) O número de maneiras distintas das 8 pessoas ocuparem os lugares é $P_8=8!$

II) Sendo 4 homens e 4 mulheres, para que nunca fiquem lado a lado duas pessoas do mesmo sexo, existem duas maneiras de posicioná-las: HMHMHMHM ou MHMHMHMH

III) Para cada uma dessas maneiras, pode-se permutar os 4 homens entre si e as 4 mulheres entre si, assim, a probabilidade pedida é

$$\frac{2 \cdot P_4 \cdot P_4}{P_8} = 1.4! \cdot \frac{4!}{8!} = \frac{1}{35}$$

RESPOSTA: "E".

737. (UEL/PR - VESTIBULAR - COPS/2012) Considere um cubo e suas arestas. A probabilidade de escolhermos um par de arestas distintas desse cubo e elas serem paralelas entre si é:

- A) 2/33
- B) 5/66
- C) 1/11
- D) 4/33
- E) 3/11

I) Das 12 arestas de um cubo, o número de maneiras de escolher duas é $C_{12,2} = \frac{12 \cdot 11}{2 \cdot 1} = 66$

II) As 12 arestas do cubo podem ser divididas em 3 grupos de 4 arestas paralelas, assim, o número de maneiras de escolher duas paralelas é $3 \cdot C_{4,2} = 3 \cdot 6 = 18$

III) A probabilidade pedida é $\frac{18}{66} = \frac{3}{11}$

RESPOSTA: "E".

738. (USP - VESTIBULAR - FUVEST/2012) Dois dados cúbicos, não viciados, com faces numeradas de 1 a 6, serão lançados simultaneamente. A probabilidade de que sejam sorteados dois números consecutivos, cuja soma seja um número primo, é de

- A) 2/9
- B) 1/3
- C) 4/9
- D) 5/9
- E) 2/3

Os 36 resultados possíveis no lançamento de dois dados têm somas que variam de 2 a 12. Neste intervalo, os primos possíveis são 2, 3, 5, 7 e 11.

Os pares de resultados cujos números são consecutivos e a soma resulta em número primo são:

(1;2), (2;1), (2;3), (3;2), (3;4), (4;3), (5;6) e (6;5), pois $1 + 2 = 2 + 1 = 3$, $2 + 3 = 3 + 2 = 5$, $3 + 4 = 4 + 3 = 7$ e $5 + 6 = 6 + 5 = 11$, num total de 8 possibilidades.

Assim, a probabilidade é $p = \frac{8}{36} = \frac{2}{9}$

RESPOSTA: "A".

739. (CGU - Analista de Finanças e Controle - ESAF/2012) Uma caixa contém 3 bolas brancas e 2 pretas. Duas bolas serão retiradas dessa caixa, uma a uma e sem reposição, qual a probabilidade de serem da mesma cor?

- A) 55%
- B) 50%
- C) 40%
- D) 45%
- E) 35%

Espaço amostral (S): 3 bolas brancas e 2 bolas pretas. Número de elementos do espaço amostral: $n(S) = 5$ bolas.

Nesse caso, ou as duas bolas serão brancas, ou pretas.

Probabilidade de ambas serem brancas (sem reposição):

$$P(B \text{ e } B) = \frac{3}{5} \times \frac{2}{4} \Rightarrow P(B \text{ e } B) = \frac{6^{+2}}{20_2} = \frac{3}{10}$$

Probabilidade de ambas serem pretas (sem reposição):

$$P(P \text{ e } P) = \frac{2}{5} \times \frac{1}{4} \Rightarrow P(P \text{ e } P) = \frac{2^{+2}}{20_2} = \frac{1}{10}$$

Portanto, a probabilidade de serem da mesma cor será dada por:

$$P(B \text{ e } B) \text{ ou } P(P \text{ e } P) = \frac{3}{10} + \frac{1}{10} \Rightarrow P(B \text{ e } B) \text{ ou } P(P \text{ e } P) = \frac{4}{10} \text{ ou } 0,4 \text{ ou } 40\%$$

RESPOSTA: "C".

740. (CGU - Analista de Finanças e Controle – ESAF/2012) O número de centenas ímpares e maiores do que trezentos, com algarismos distintos, formadas pelos algarismos 1, 2, 3, 4 e 6, é igual a

- A) 15
B) 9
C) 18
D) 6
E) 12

Centenas iniciando-se pelo algarismo 3 e terminando, necessariamente, com o algarismo 1.

$$\underbrace{1}_3 \times \underbrace{3}_{2; 4 \text{ ou } 6} \times \underbrace{1}_1 = 3 \text{ possibilidades.}$$

Centenas iniciando-se pelo algarismo 4 e terminando, necessariamente, com o algarismo 1.

$$\underbrace{1}_4 \times \underbrace{3}_{2; 3; \text{ ou } 6} \times \underbrace{1}_1 = 3 \text{ possibilidades.}$$

Centenas iniciando-se pelo algarismo 4 e terminando, necessariamente, com o algarismo 3.

$$\underbrace{1}_4 \times \underbrace{3}_{1; 2; \text{ ou } 6} \times \underbrace{1}_3 = 3 \text{ possibilidades.}$$

Centenas iniciando-se pelo algarismo 6 e terminando, necessariamente, com o algarismo 1.

$$\underbrace{1}_6 \times \underbrace{3}_{2; 3; \text{ ou } 4} \times \underbrace{1}_1 = 3 \text{ possibilidades.}$$

Centenas iniciando-se pelo algarismo 6 e terminando, necessariamente, com o algarismo 3.

$$\underbrace{1}_6 \times \underbrace{3}_{1; 2; \text{ ou } 4} \times \underbrace{1}_3 = 3 \text{ possibilidades.}$$

Num total de $3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$ possibilidades

RESPOSTA: "A".

741. (CGU - Analista de Finanças e Controle – ESAF/2012) Dos aprovados em um concurso público, os seis primeiros foram Ana, Bianca, Carlos, Danilo, Emerson e Fabiano. Esses seis aprovados serão alocados nas salas numeradas de 1 a 6, sendo um em cada sala e obedecendo a determinação de que na sala 1 será alocado um homem. Então, o número de possibilidades distintas de alocação desses seis aprovados é igual a

- A) 720
B) 480
C) 610
D) 360
E) 540

Na 1ª sala teremos 4 possibilidades de escolhas, ou seja, apenas os 4 homens.

Na 2ª sala teremos 5 possibilidades de escolhas, ou seja, 3 homens e 2 mulheres, já que 1 dos homens estará presente na 1ª sala.

Na 3ª sala teremos 4 possibilidades de escolhas, já que 2 das 6 pessoas já estão alocadas nas duas primeiras salas.

E, assim, sucessivamente, teremos para as demais salas, as seguintes possibilidades.

Na 4ª sala teremos 3 possibilidades.

Na 5ª sala teremos 2 possibilidades.

$$\underbrace{4}_{\text{sala 1}} \times \underbrace{5}_{\text{sala 2}} \times \underbrace{4}_{\text{sala 3}} \times \underbrace{3}_{\text{sala 4}} \times \underbrace{2}_{\text{sala 5}} = 480 \text{ possibilidades.}$$

4 possibilidades 5 possibilidades 4 possibilidades 3 possibilidades 2 possibilidades

RESPOSTA: "B".

742. (CGU - Analista de Finanças e Controle – ESAF/2012) Uma reunião no Ministério da Fazenda será composta por seis pessoas, a Presidenta, o Vice-Presidente e quatro Ministros. De quantas formas distintas essas seis pessoas podem se sentar em torno de uma mesa redonda, de modo que a Presidenta e o Vice-Presidente fiquem juntos?

- A) 96
B) 360
C) 120
D) 48
E) 24

Consideraremos, inicialmente, a Presidenta e o Vice-Presidente como sendo "única pessoa". Assim, não havendo mais restrições, a quantidade de formas distintas que essas 5 pessoas poderão sentar-se em torno de uma mesa redonda será dada pela permutação circular:

$(PC)_5 = (5 - 1)! \quad (PC)_5 = 4! \quad (PC)_5 = 4.3.2.1 \quad (PC)_5 = 24$ FORMAS DISTINTAS

Mesmo estando juntos, a Presidenta e o Vice-Presidente, os mesmos poderão permutar entre si de lugares, logo, devemos multiplicar o resultado anterior por 2!.

Total de formas distintas = $24.2! = 24.2 = 48$

RESPOSTA: "D".

743. (PETROBRAS - Administrador Júnior - Cesgranrio/2012) Em uma reunião social, cada convidado cumprimentou uma única vez todos os outros com um aperto de mão, o que resultou em 45 desses cumprimentos. Nesse contexto, e correto afirmar que:

Apenas 12 pessoas participaram da reunião.
() CERTA () ERRADA

O agrupamento a ser escolhido não permitira a permutação de sua primeira escolha. Por exemplo, se um convidado A apertar a mão direita de um convidado B, o mesmo candidato A não poderá apertar a mão esquerda do convidado B, pois resultaria no mesmo cumprimento a

uma mesma pessoa. Portanto, o agrupamento escolhido e uma combinação, entre "x" convidados escolhidos dois a dois (pois o candidato poderá apertar a mão esquerda ou a direita de outro convidado).

$$C^2 = 45 \rightarrow x! / 2!(x-2)! = 45 \rightarrow x(x-1)(x-2)! / 2(x-2)! = 45 \rightarrow x(x-1) = 90 \rightarrow x^2 - x - 90 = 0$$

Determinando os valores reais das raízes por soma e produto temos:

$$S = 1$$

$$P = -90$$

Raízes são 10 e -9, portanto $x=10$, pois o outro resultado é negativo.

RESPOSTA: "ERRADA".

744. (PETROBRAS - Administrador Júnior - Cesgranrio/2012) Em uma classe de 9 alunos, todos se dão bem, com exceção de Andréia, que vive brigando com Manoel e Alberto.

Nessa classe, será constituída uma comissão de cinco alunos, com a exigência de que cada membro se relacione bem com todos os outros.

Quantas comissões podem ser formadas?

- A) 71
- B) 75
- C) 80
- D) 83
- E) 87

Do total de comissões possíveis, devemos excluir aquelas em que aparecem Andréia e Manoel (C6;3), Andréia e Alberto (C6;3) e Andréia, Manoel e Alberto (C6;2). Dessa forma, o número de comissões possíveis é:

$$C_{9,5} - 2 \cdot C_{6,3} - C_{6,2} = 9 \cdot 8 \cdot 7 \cdot 6 / 4 \cdot 3 \cdot 2 - 2 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 / 3 \cdot 2 \cdot 1 - 6 \cdot 5 / 2 \cdot 1 = 126 - 40 - 15 = 71$$

RESPOSTA: "A".

745. (MACKENZIE - VESTIBULAR - 2012) Dentre os anagramas distintos que podemos formar com n letras, das quais somente 2 são iguais, 120 apresentam essas duas letras iguais juntas. Quanto vale n?

- A) 4
- B) 5
- C) 6
- D) 7
- E) 122

Sejam L, L as duas letras iguais e L1, L2, L3, ... Ln-2 as outras n-2. Se as duas letras iguais devem ficar juntas então devemos calcular as permutações de n-1 elementos, pois as duas letras iguais valem por uma única letra.

Assim sendo:

$$(n-1)! = 120 \leftrightarrow (n-1)! = 1 \cdot 2 \cdot 3 \cdot 4 \cdot 5 \leftrightarrow (n-1)! = 5! \leftrightarrow n-1 = 5 \leftrightarrow n = 6$$

RESPOSTA: "C".

746. (MACKENZIE - VESTIBULAR - 2012) O número de comissões diferentes, de 2 pessoas, que podemos formar com os n diretores de uma firma, é k. Se, no entanto, ao formar estas comissões, tivermos que indicar uma das pessoas para presidente e a outra para suplente podemos formar k + 3 comissões diferentes. Então, n vale:

- A) 3
- B) 10
- C) 13
- D) 30
- E) 40

I) O número de comissões diferentes, de 2 pessoas cada, que podemos formar com os n diretores de uma firma é $C_{n,2}$.

$$\text{Logo: } C_{n,2} = k \leftrightarrow \frac{n!}{2!(n-2)!} = k \leftrightarrow n \cdot (n-1) = 2k$$

II) Se, ao formar estas comissões, tivermos que indicar um das pessoas para presidente e a outra para suplente então número de comissões será $A_{n,2}$ e portanto:

$$A_{n,2} = k + 3 \\ n \cdot (n-1) = k + 3$$

$$\text{III) De (a) e (b), temos: } 2k = k + 3 \leftrightarrow k = 3$$

$$\text{IV) } n(n-1) = 2k \leftrightarrow n(n-1) = 6 \leftrightarrow n = 3$$

RESPOSTA: "A".

(TRT 17ª Região/ES - Técnico Judiciário - Cespe/Unb/2013) Em razão da limitação de recursos humanos, a direção de determinada unidade do MPU determinou ser prioridade analisar os processos em que se investiguem crimes contra a administração pública que envolvam autoridades influentes ou desvio de altos valores. A partir dessas informações, considerando P = conjunto dos processos em análise da unidade, A = processos de P que envolvem autoridades influentes, B = processos de P que envolvem desvio de altos valores, $C_p(X)$ = processos de P que não estão no conjunto, e supondo que, dos processos de P, são de A e são de B, julgue os itens a seguir. (questões 745 a 747)

747. (TRT 17ª Região/ES - Técnico Judiciário - Cespe/Unb/2013) Selecionando-se ao acaso um processo em trâmite na unidade em questão, a probabilidade de que ele não envolva autoridade influente será superior a 30%.

() CERTA () ERRADA

Se 2/3 dos processos são de A, ou seja, envolvem autoridades influentes, então 1/3 dos processos não envolvem autoridades influentes. Assim, o item está correto, pois $1/3 > 0,30 = 30\%$.

RESPOSTA: "CERTA".

748. (TRT 17ª Região/ES - Técnico Judiciário - Cespe/Unb/2013) O conjunto $C_p(A) \cup C_p(B)$ corresponde aos processos da unidade que não são prioritários para a análise.

() CERTA () ERRADA

O conjunto dos processos que não são prioritários para a análise são os não envolvem autoridades influentes e não envolvem desvio de altos valores. Tal conjunto está corretamente representado por $C_p(A) \cap C_p(B)$.

RESPOSTA: "ERRADA".

749. (TRT 17ª Região/ES - Técnico Judiciário - Cespe/Unb/2013) A quantidade de processos com prioridade de análise por envolverem, simultaneamente, autoridades influentes e desvios de altos valores é inferior à de processos que não são prioritários para a análise.

() CERTA () ERRADA

As quantidades de processos envolvendo autoridades influentes e desvios de altos valores devem, necessariamente, satisfazer a seguinte relação:

$$n(P) = n(A) + n(B) - n(A \cap B) + n(N)$$

em que $n(P)$ é a quantidade total de processos da unidade, $n(A)$ é a quantidade de processos do conjunto A, $n(B)$ é a quantidade de processos do conjunto (B), $n(A \cap B)$ é a quantidade de processos que simultaneamente pertencem ao conjunto A e ao B, e $n(N)$ é igual à quantidade de processos que não são prioritários para a análise.

Sem perda de generalidade, vamos considerar que existam 15 processos na unidade. Nesta hipótese, teríamos:

$$n(P) = 15, n(A) = 10 \text{ (2/3 de 15)}, n(B) = 9 \text{ (3/5 de 15)}$$

Assim, a relação entre as quantidades seria:

$$n(P) = n(A) + n(B) - n(A \cap B) + n(N)$$

$$15 = 10 + 9 - n(A \cap B) + n(N)$$

$$n(A \cap B) = 4 + n(N)$$

O resultado indica que a quantidade de processos com prioridade de análise por envolverem, simultaneamente, autoridades influentes e desvios de altos valores é 4 unidades maior do que à de processos que não são prioritários para a análise, ou seja, a quantidade de processos com prioridade de análise por envolverem, simultaneamente, autoridades influentes e desvios de altos valores é superior à de processos que não são prioritários para a análise.

RESPOSTA: "ERRADA".

750. (PC/PR – Delegado de Polícia - COPS/Uel/2013) Três integrantes da Polícia Civil, Silva, Nascimento e Barbosa, participam de uma competição de MMA. Silva e Nascimento têm as mesmas chances de vencer, e cada um tem duas vezes mais chances de vencer do que Barbosa. Assinale a RESPOSTA: que apresenta, corretamente, a probabilidade de Silva ou Barbosa vencer a competição.

- A) 2/15
- B) 1/5
- C) 2/3
- D) 3/5
- E) 4/5

Sejam $p(S)$, $p(N)$ e $p(B)$ as probabilidades de Silva, Nascimento e Barbosa, respectivamente, vencerem a competição. Se as probabilidades de Silva e Nascimento são iguais e, cada uma delas é igual ao dobro da probabilidade de Barbosa, então:

$$p(S) = 2x$$

$$p(N) = 2x$$

$$p(B) = x$$

Como necessariamente um deles será o vencedor, a soma das probabilidades deve ser igual a 1 (100%), ou seja:

$$p(S) + p(N) + p(B) = 1$$

$$2x + 2x + x = 1$$

$$5x = 1$$

$$x = 1/5$$

Desta forma, a probabilidade de Barbosa ou Silva vencer a competição é igual a 1 (100%) menos a probabilidade de Nascimento ser o vencedor:

$$p(B \text{ ou } S) = 1 - p(N)$$

$$p(B \text{ ou } S) = 1 - 2/5$$

$$p(B \text{ ou } S) = 3/5$$

RESPOSTA: "D".

751. (PC/PR – Delegado de Polícia - COPS/Uel/2013) Em uma investigação há 10 suspeitos, que o delegado deverá interrogar. Para maiores esclarecimentos, o delegado também fará interrogatórios em grupos de 2, 3, 4 e 5 pessoas, considerando todas as variações possíveis. Com base nessas considerações, assinale a RESPOSTA: que apresenta, corretamente, a quantidade de interrogatórios que o delegado deverá fazer.

A) 45

B) 210

C) 252

D) 627

E) 637

Existem 10 maneiras de o delegado interrogar cada um dos 10 suspeitos. A escolha de 2 pessoas quaisquer dentre 10 para o interrogatório pode ser feita de $C_{10,2}$ modos. A escolha de 3 pessoas quaisquer dentre 10 para o interrogatório pode ser feita de $C_{10,3}$ modos. A escolha de 4 pessoas quaisquer dentre 10 para o interrogatório pode ser feita de $C_{10,4}$ modos. A escolha de 5 pessoas quaisquer dentre 10 para o interrogatório pode ser feita de $C_{10,5}$ modos. Portanto, o delegado deverá fazer uma quantidade de interrogatórios, N , dada por:

$$N = 10 + C_{10}^2 + C_{10}^3 + C_{10}^4 + C_{10}^5$$

$$N = 10 + \frac{10 \cdot 9}{2 \cdot 1} + \frac{10 \cdot 9 \cdot 8}{3 \cdot 2 \cdot 1} + \frac{10 \cdot 9 \cdot 8 \cdot 7}{4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1} + \frac{10 \cdot 9 \cdot 8 \cdot 7 \cdot 6}{5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1}$$

$$N = 10 + 45 + 120 + 210 + 252$$

$$N = 637$$

RESPOSTA: "E".

752. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2014) Dois eventos A e B de um espaço amostral são independentes. A probabilidade do evento A é $P(A) = 0,4$ e a probabilidade da união de A com B é $P(A \cup B) = 0,8$. Pode-se concluir que a probabilidade do evento B é:

- A) $5/6$
- B) $4/5$
- C) $3/4$
- D) $2/3$
- E) $1/2$

Se os eventos A e B do mesmo espaço amostral são independentes, então, $P(AB) = P(A) \cdot P(B)$, assim:

$$\begin{cases} P(A) = 0,4 \\ P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B) = 0,8 \rightarrow \\ P(A \cup B) = P(A) \cdot P(B) \end{cases}$$

$$0,4 + P(B) - 0,4P(B) = 0,8C$$

$$0,6P(B) = 0,4C$$

$$P(B) = \frac{2}{3}$$

RESPOSTA: "D".

753. (Economia - VESTIBULAR - FGV/2012) As seis faces do dado A estão marcadas com 1, 2, 3, 3, 5, 6; e as seis faces do dado B estão marcadas com 1, 2, 4, 4, 5 e 6. Considere que os dados A e B são honestos no sentido de que a chance de ocorrência de cada uma de suas faces é a mesma. Se os dados A e B forem lançados simultaneamente, a probabilidade de que a soma dos números obtidos seja ímpar é igual a

A) $\frac{5}{9}$

B) $\frac{1}{2}$

C) $\frac{4}{9}$

D) $\frac{1}{3}$

E) $\frac{2}{9}$

A partir do enunciado, as possibilidades das somas dos números obtidos estão representadas na tabela abaixo.

	1	2	3	3	5	6
1	2	3	4	4	6	7
2	3	4	5	5	7	8
4	5	6	7	7	9	10
4	5	6	7	7	9	10
5	6	7	8	8	10	11
6	7	8	9	9	11	12

Notando que dentre as 36 possibilidades, a soma obtida é ímpar em 20 possibilidades, conclui-se que, a probabilidade de que a soma dos números obtidos seja ímpar é:

$$P = \frac{20}{36} = \frac{5}{9}$$

RESPOSTA: "A".

754. (Economia - VESTIBULAR - FGV/2012) O total de maneiras de distribuirmos n objetos diferentes em duas caixas diferentes de forma que nenhuma delas fique vazia é igual a

- A) $2n - 1$.
- B) $2n - 2$.
- C) $2n - 1$.
- D) $2n - 2$.
- E) $2n$.

O número de maneiras de distribuirmos n objetos diferentes em duas caixas diferentes é dado por:

$$C_{n,1} + C_{n,2} + C_{n,3} + \dots + C_{n,n-1} = (2^n - \binom{n}{0} - \binom{n}{1}) = 2^n - 2$$

RESPOSTA: "B".

755. (MPE/TO - Todos os cargos - CESPE/2013) Um dirigente sugeriu a criação de um torneio de futebol chamado Copa dos Campeões, disputado apenas pelos oito países que já foram campeões mundiais: os três sul-americanos (Uruguai, Brasil e Argentina) e os cinco europeus (Itália, Alemanha, Inglaterra, França e Espanha). As oito seleções seriam divididas em dois grupos de quatro, sendo os jogos do grupo A disputados no Rio de Janeiro e os do grupo B em São Paulo.

Considerando os integrantes de cada grupo e as cidades onde serão realizados os jogos, o número de maneiras diferentes de dividir as oito seleções de modo que as três sul-americanas não fiquem no mesmo grupo é

- A) 140.
B) 120.
C) 70.
D) 60.
E) 40.

1) Se as três seleções sul-americanas não ficarem no mesmo grupo deveremos ter duas em um grupo e uma no outro grupo. Existem $C_{3,2}$ formas de escolher as duas que ficarão juntas.

2) Existem $C_{5,2}$ formas de escolher as outras duas seleções que completarão o grupo onde se encontram as duas sul-americanas juntas. As demais seleções ficarão no outro grupo.

3) Existem duas maneiras de escolher as cidades onde cada grupo jogará.

4) O total de maneiras de selecionar esses grupos é

$$2 \cdot C_{3,2} \cdot C_{5,2} = 60$$

RESPOSTA: "D".

756. (CHESF – Administração – Cesgranrio/2012)
Para preencher vagas disponíveis, o departamento de pessoal de uma empresa aplicou um teste em 44 candidatos, solicitando, entre outras informações, que o candidato respondesse se já havia trabalhado:

I - em setor de montagem eletromecânica de equipamentos;

II - em setor de conserto de tubulações urbanas;

III - em setor de ampliações e reformas de subestações de baixa e de alta tensão.

Analizados os testes, o departamento concluiu que todos os candidatos tinham experiência em pelo menos um dos setores citados anteriormente e que tinham respondido afirmativamente:

-28 pessoas a RESPOSTA: I;

-4 pessoas somente a RESPOSTA: I;

-1 pessoa somente a RESPOSTA: III;

-21 pessoas as RESPOSTA: s I e II;

-11 pessoas as RESPOSTA: s II e III;

-13 pessoas as RESPOSTA: s I e III.

Com base nas informações anteriores, assinale a opção incorreta:

A) Apenas 10 candidatos tem experiência nos 3 setores.

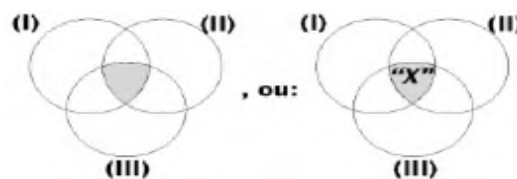
B) O Somente 36 candidatos tem experiência no setor de conserto de tubulações urbanas.

C) Apenas 15 candidatos tem experiência no setor de ampliações e reformas de subestações.

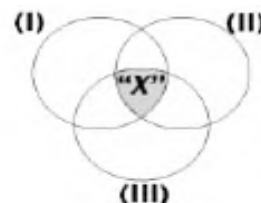
D) Somente 2 candidatos tem experiência apenas nos setores de montagem e de ampliações e reformas de subestações.

E) Somente 1 candidato tem experiência apenas nos setores de conserto de tubulações urbanas e de ampliações e reformas de subestações.

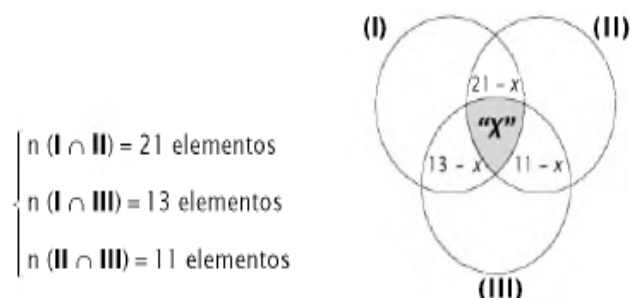
A representação dos três conjuntos, I, II e III, por diagrama s de Venn, pode ser dada por:



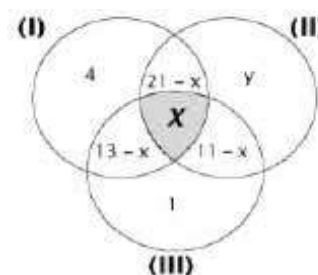
Convém indicar inicialmente por "x" o numero de elementos de $(I \cap II \cap III)$, isto e, o numero de candidatos que tinham experiência nos três setores classificados.



A seguir indicaremos o numero de elementos comuns de $(I \cap II)$, $(I \cap III)$ e $(II \cap III)$ por "x". Logo, os elementos excedentes a "x", são, respectivamente: $(21 - x)$; $(13 - x)$ e $(11 - x)$. Assim, então, podemos representar o que se segue:



Completando o restante do diagrama de Venn com os valores citados no enunciado, temos:



Para determinarmos os valores de "x" e "y", consideramos o primeiro dado do enunciado:

-28 pessoas a RESPOSTA: I.

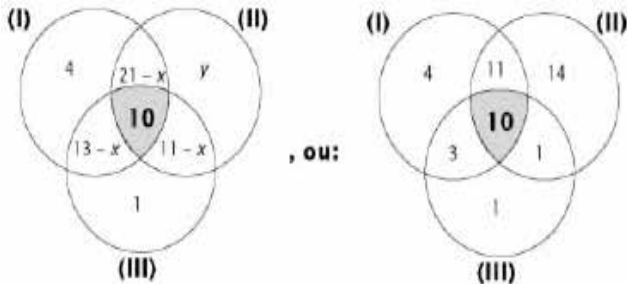
Logo, podemos dizer que:

$$4 + (13 - x) + x + (21 - x) = 28 \quad 4 + 13 - x + x + 21 - x = 28 \quad 38 - x = 28 \quad -x = 28 - 38 \quad -x = -10 \quad x = 10 \text{ candidatos.}$$

De acordo com os dados da questão, a soma de todos os elementos contidos no diagrama de Venn acima é 44. Assim sendo, podemos determinar o valor de "y":

$4 + (13 - 10) + 10 + (21 - 10) + (11 - x) + 1 + y = 44$, e substituindo " $x = 10$ ", vem:
 $30 + y = 44 \Rightarrow y = 44 - 30 \Rightarrow y = 14$ candidatos

Concluimos, então, que o diagrama de Venn pode ser apresentado das seguintes formas abaixo:



Assim sendo, a única RESPOSTA: que discorda do diagrama de Venn acima e o item c, que afirma que somente 2 (e não 3!!!) candidatos tem experiência apenas nos setores de montagem e de ampliações e reformas de subestações.

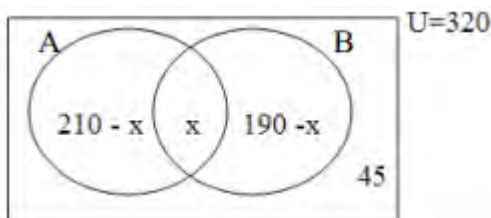
RESPOSTA: "C".

757. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013) Numa pesquisa, sobre a preferência entre 2 produtos, foram entrevistadas 320 pessoas e chegou-se ao seguinte resultado: 210 preferiram o produto A, 190 preferiram o produto B e 45 nenhum dos dois. Portanto, o total de entrevistados que preferiram somente um dos produtos foi de:

- A) 150
- B) 125
- C) 35
- D) 85

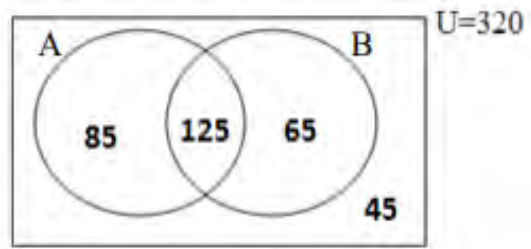
Devemos fazer o digrama, começando pelas interseções:

- Preferiram os dois produtos: x.
- Preferiram somente o produto A: $210 - x$.
- Preferiram somente o produto B: $190 - x$
- Não opinaram: 45 pessoas.
- Total: 320 pessoas.



$$\begin{aligned}
 210 - x + x + 190 - x + 45 &= 320 \\
 445 - x &= 320 \\
 -x &= 320 - 445 \\
 -x &= -125 \\
 x &= 125
 \end{aligned}$$

Substituindo o valor de x, teremos:



O total de entrevistados que preferiram somente um dos produtos (ou o A ou o B) foi de:
 $85 + 65 = 150$

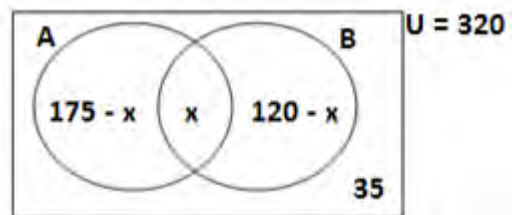
RESPOSTA: "A".

758. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013) Numa pesquisa com 320 pessoas sobre a escolha entre dois produtos A e B constatou-se que: 175 escolheram o produto A, 120 escolheram o produto B e 35 não opinaram, podemos dizer então que:

- A) 20 pessoas escolheram os dois produtos.
- B) 110 pessoas escolheram somente o produto B.
- C) 155 pessoas escolheram somente o produto A.
- D) 275 pessoas gostam do produto A ou do produto B.
- E) Menos de 10 pessoas escolheram os dois produtos.

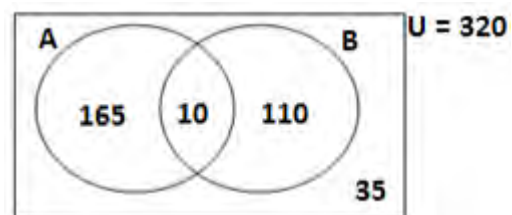
Devemos fazer o digrama, começando pelas interseções:

- Escolheram os dois produtos: x.
- Escolheram somente o produto A: $175 - x$.
- Escolheram somente o produto B: $120 - x$.
- Não opinaram: 35 pessoas.
- Total: 320 pessoas.



$$\begin{aligned}
 175 - x + x + 120 - x + 35 &= 320 \\
 330 - x &= 320 \\
 -x &= -10 \\
 x &= 10
 \end{aligned}$$

Substituindo o valor de x, teremos:



- 10 pessoas escolheram os dois produtos.
- 165 pessoas escolheram somente o produto A.
- 110 pessoas escolheram apenas o produto B.
- $165 + 10 + 110 = 285$ pessoas gostam do produto A ou do produto B.

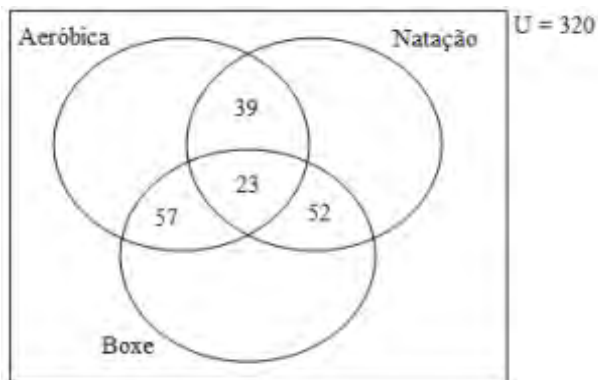
RESPOSTA: "B".

759. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013) Dos 320 alunos de uma academia de ginástica, sabe-se que 170 praticam aeróbica, 148 praticam natação, 172 praticam boxe, 80 praticam aeróbica e boxe, 75 praticam natação e boxe, 62 praticam aeróbica e natação e 23 praticam os três. Nessas condições podemos afirmar que:

- ☞ 40 alunos praticam somente natação.
- ☞ 74 alunos praticam natação ou aeróbica.
- ☞ 91 alunos praticam aeróbica ou boxe.
- ☞ O total de alunos que não fazem aeróbica, boxe e natação é igual a 34.
- ☞ 51 alunos praticam somente boxe.

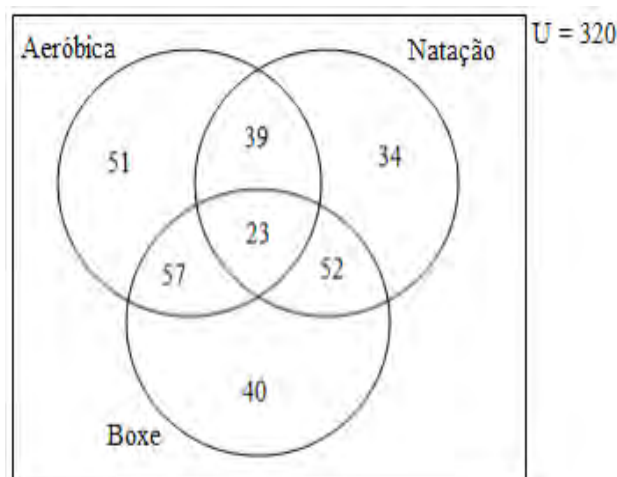
Devemos fazer o digrama, começando pelas interseções de dentro para fora:

- Praticam os três: 23 alunos
- Praticam somente aeróbica e natação = $62 - 23 = 39$ alunos.
- Praticam somente natação e boxe: $75 - 23 = 52$ alunos.
- Praticam somente aeróbica e boxe: $80 - 23 = 57$ alunos.

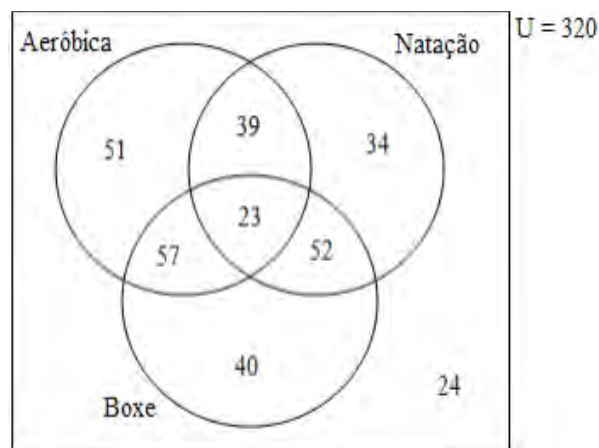


Prosseguindo, temos que:

- 170 praticam aeróbica: $170 - (39 + 23 + 57) = 51$ praticam somente aeróbica.
- 148 praticam natação: $148 - (39 + 23 + 52) = 34$ praticam somente natação.
- 172 praticam boxe: $172 - (57 + 23 + 52) = 40$ praticam somente boxe.



Somando todos os valores: $51 + 39 + 34 + 57 + 23 + 52 + 40 = 296$, como no total são 320 alunos, podemos concluir que $320 - 296 = 24$ alunos não praticam aeróbica, boxe, ou natação.



- praticam somente natação: 34 alunos
- praticam natação ou aeróbica: $51 + 39 + 34 + 57 + 23 + 52 = 256$ alunos.
- praticam aeróbica ou boxe: $51 + 39 + 57 + 23 + 52 + 40 = 262$ alunos.
- O total de alunos que não fazem aeróbica, boxe e natação é igual a 24.
- praticam somente boxe: 40 alunos

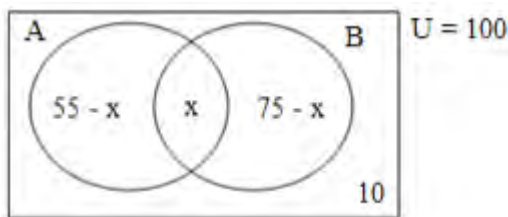
Essa questão não possui RESPOSTA: correta. Deveria ter sido anulada. O gabarito apontado pela IBFC foi a letra C.

760. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013) Dois candidatos A e B disputaram um cargo numa empresa. Os funcionários da empresa poderiam votar nos dois ou em apenas um deles ou em nenhum deles. O resultado foi o seguinte: 55% dos funcionários escolheram o candidato A, 75% escolheram o candidato B, 10% dos votos foram em branco. Pode-se afirmar então que o total de funcionários que escolheram somente um dentre os dois candidatos foi de:

- A) 50%
B) 40%
C) 90%
D) 120%

Mais uma vez devemos fazer o digrama, começando pelas interseções:

- Votaram nos dois candidatos: x %.
- Votaram somente no candidato A: $55 - x$ %.
- Escolheram somente o produto B: $75 - x$ %.
- Votos em branco: 10%
- Total: 100%



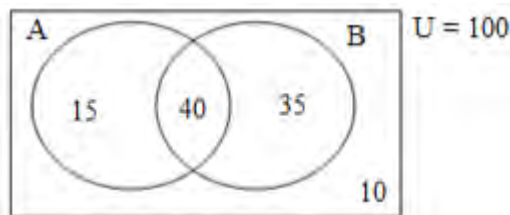
$$55 - x + x + 75 - x + 10 = 100$$

$$140 - x = 100$$

$$-x = -40$$

$$x = 40$$

Então:



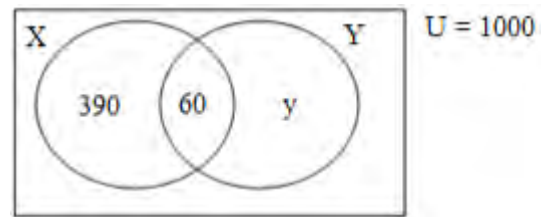
Pode-se afirmar então que o total de funcionários que escolheram somente um dentre os dois candidatos foi de: $15\% + 35\% = 50\%$.

RESPOSTA: "A".

761. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013) Uma pesquisa, envolvendo 1.000 pessoas, verificou que todas estavam contaminadas por um dos vírus X ou Y ou por ambos. Se havia 450 pessoas contaminadas pelo vírus X e, dessas, 60 estavam contaminadas por ambos os vírus, qual o número de pessoas contaminadas apenas pelo vírus Y?

- A) 390
B) 490
C) 510
D) 550
E) 610

Novamente devemos começar pela interseção: 60 pessoas estavam contaminadas pelos dois vírus.
Contaminadas somente pelo vírus X: $450 - 60 = 390$



$$390 + 60 + y = 1000$$

$$450 + y = 1000$$

$$y = 1000 - 450$$

$$y = 550$$

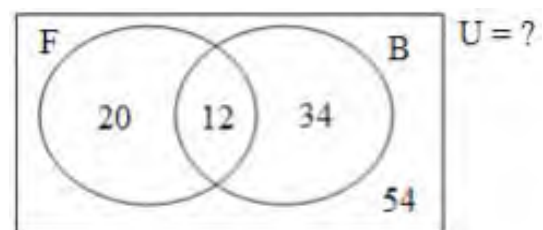
RESPOSTA: "D".

762. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013) Em uma escola, são praticados dois esportes – futebol e basquete – do seguinte modo: 54 alunos praticam apenas um esporte; 32 praticam futebol; 12 praticam ambos e 74 não praticam basquete. Qual é o total de alunos da escola?

- A) 108.
B) 120.
C) 124.
D) 128.
E) 132.

- Praticam os dois: 12 alunos
- Praticam apenas futebol: $32 - 12 = 20$ alunos
- Se 54 alunos praticam apenas um esporte e 20 alunos praticam apenas futebol, então $54 - 20 = 34$ praticam apenas basquete.

- Os alunos que não praticam basquete são aqueles que praticam apenas futebol mais aqueles que não praticam nenhum dos dois esportes, logo, $74 - 20 = 54$ não praticam nenhum dos dois esportes.



$$U = 20 + 12 + 34 + 54$$

$$U = 120 \text{ alunos}$$

RESPOSTA: "B".

763. (ANVISA - Técnico Administrativo - CETRO/2013) Considere as premissas:

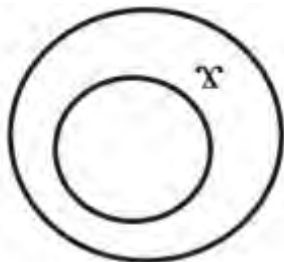
- P1: Todos os x são y .
P2: Todos os y são x .
P3: Quem é x não é y .

Assinale a **RESPOSTA**: que não é uma consequência lógica das três premissas apresentadas.

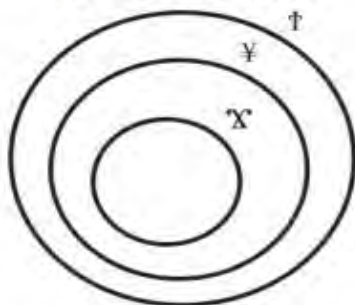
- A) Os x não são ϵ .
- B) Os y não são ϵ .
- C) Os t não são ϵ .
- D) Os t são y .
- E) Os x são t .

Representando as premissas P1, P2 e P3 por diagramas lógicos, teremos:

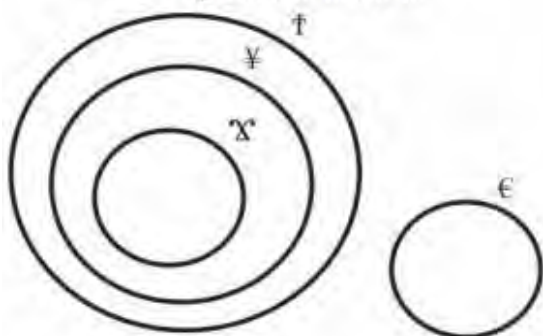
P1: Todos os x são y .



P2: Todos os y são t .



P3: Quem é ϵ não é t .



Logo, podemos concluir que:

- (a) Se todos os x são y e todos os y são t , portanto, Todos os x são t .
- (b) Quem é ϵ não é t , logo, também não será nem x , nem y .

RESPOSTA: "D".

764. (ANVISA - Técnico Administrativo - CETRO/2013) Em um pote de doces, sabe-se que existe pelo menos um chiclete que é de hortelã. Sabe-se, também, que todos os doces do pote que são de sabor hortelã são verdes. Segue-se, portanto, necessariamente que

- A) todo doce verde é de hortelã.
- B) todo doce verde é chiclete.
- C) nada que não seja verde é chiclete.
- D) algum chiclete é verde.
- E) Algum chiclete não é verde.

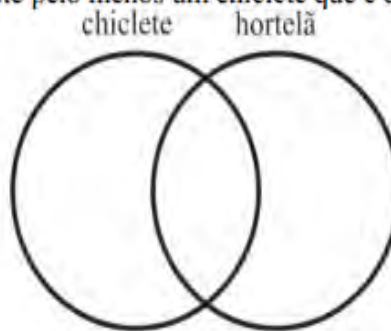
Sejam as premissas:

P1: Existe pelo menos um chiclete que é de hortelã.

P2: Todos os doces do pote que são de sabor hortelã são verdes.

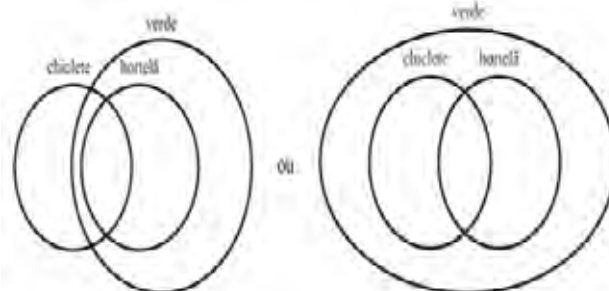
Portanto, representando as **premissas** P1 e P2 na forma de diagramas lógicos, obteremos a seguinte situação conclusiva:

P1: Existe pelo menos um chiclete que é de hortelã.



P2: Todos os doces do pote que são de sabor hortelã são verdes.

Podendo ser representa de duas formas:



Por esses diagramas, podemos concluir que:

- (a) Nem todo chiclete é de hortelã e verde.
- (b) algum chiclete é de hortelã e verde.
- (c) todos os chicletes podem ser verdes ou não.

RESPOSTA: "D".

LIVRO DE QUESTÕES

765. (Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – Técnico agropecuário - AOCP/2012) Uma determinada creche possui 24 crianças, das quais:

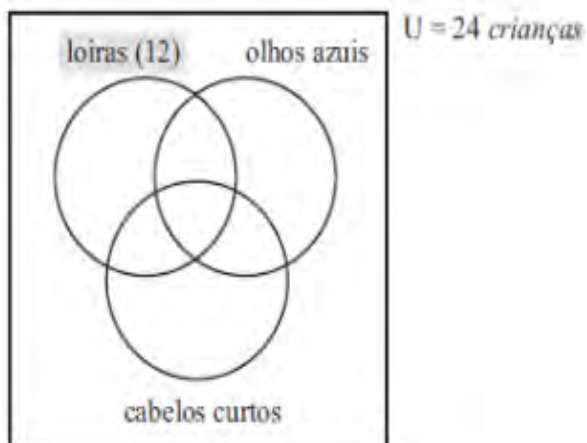
- 12 são loiras;
- 6 têm olhos azuis;
- 15 têm cabelos curtos;
- 2 são loiras, têm olhos azuis e não têm cabelos curtos;
- 2 têm olhos azuis e cabelos curtos e não são loiras;
- 1 é loira, tem olhos azuis e cabelos curtos.

Então, nessa creche, o número de crianças que são loiras, têm cabelos curtos, mas não têm olhos azuis é de:

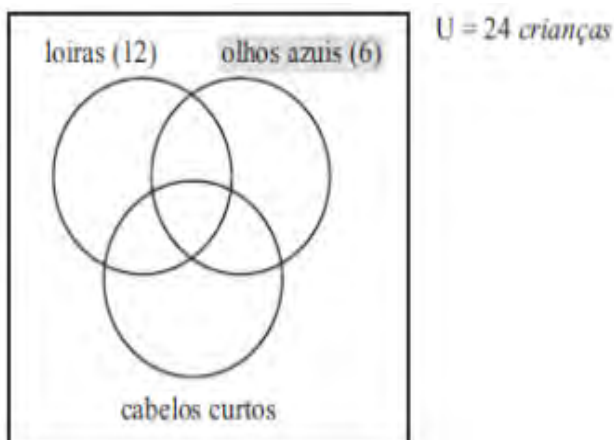
- A) 3.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7.

Montaremos o diagrama dos 3 conjuntos citados de Euler-Venn, passo a passo, a seguir:

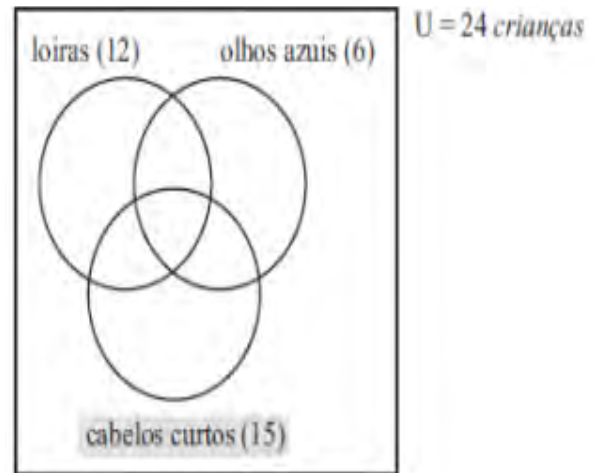
1º passo: 12 são loiras;



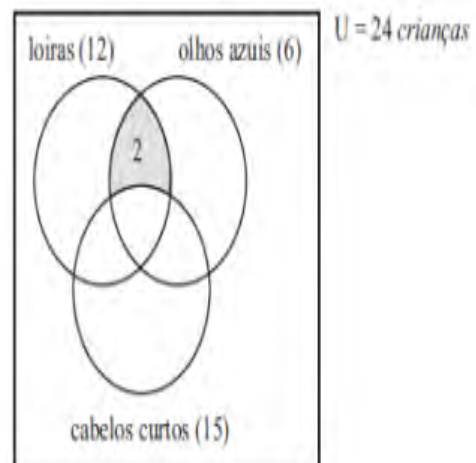
2º passo: 6 têm olhos azuis;



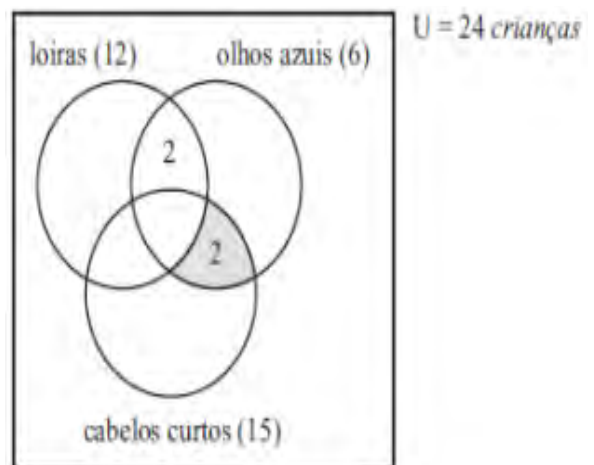
3º passo: 15 têm cabelos curtos;



4º passo: 2 são loiras, têm olhos azuis e não têm cabelos curtos;

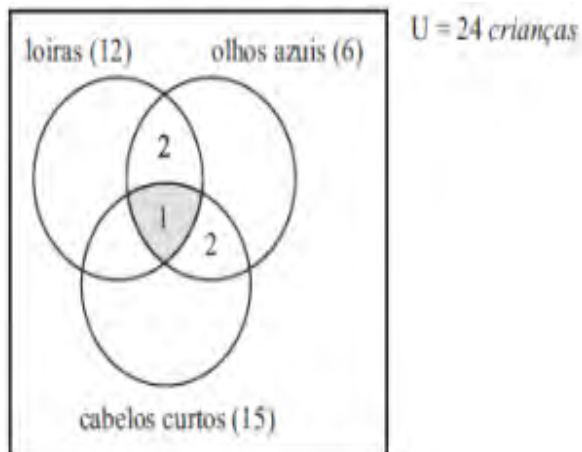


5º passo: 2 têm olhos azuis e cabelos curtos e não são loiras;



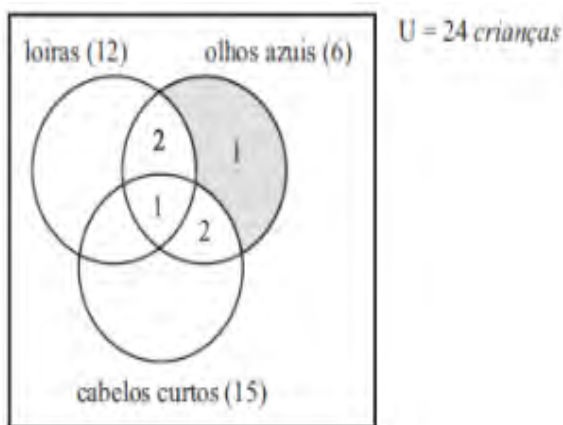
LIVRO DE QUESTÕES

6º passo: 1 é loira, tem olhos azuis e cabelos curtos.

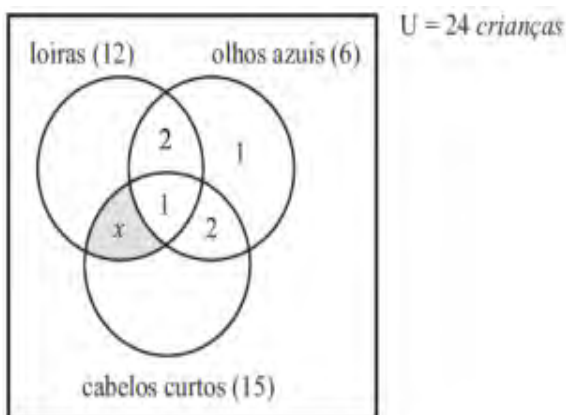


7º passo: preenchimento dos espaços restantes.

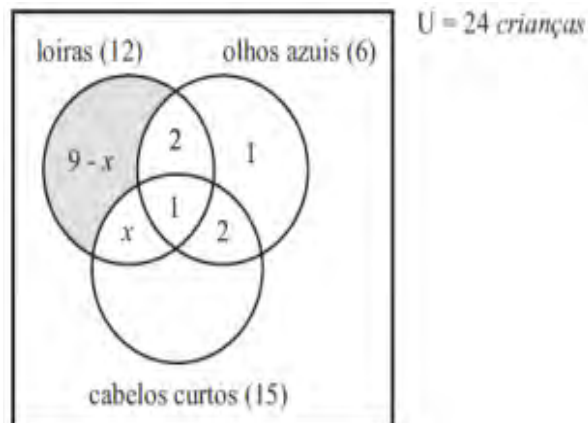
(a) 1 criança possui, somente, olhos azuis;



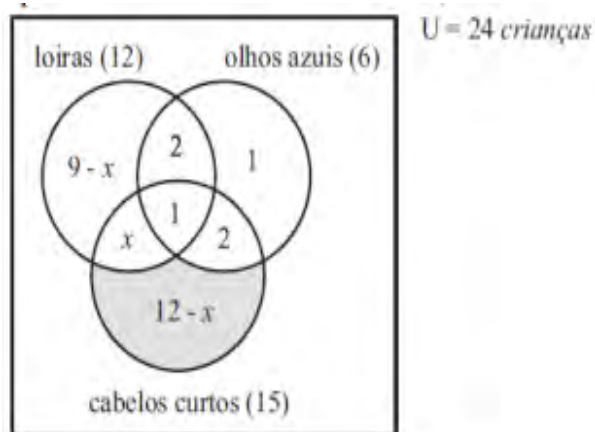
(b) "x" são loiras, têm cabelos curtos e não têm olhos azuis;



(c) " $12 - (2 + 1 + x) = 9 - x$ " são, somente, loiras;



(d) " $15 - (2 + 1 + x) = 12 - x$ " possuem, somente, cabelos curtos;



Portanto, a soma das partes desse diagrama é igual a 24:

$$9 - x + x + 1 + 2 + 2 + 1 + 12 - x = 24$$

$$27 - x = 24$$

$$x = 3$$

RESPOSTA: "A".

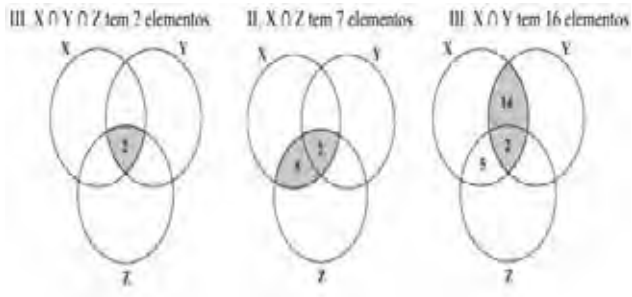
766. (Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – Técnico agropecuário - AOC/2012) Considere três conjuntos finitos X, Y e Z. Sabendo que

- I. $X \cap Y$ tem 16 elementos;
- II. $X \cap Z$ tem 7 elementos e
- III. $X \cap Y \cap Z$ tem 2 elementos.

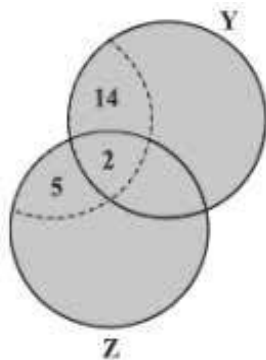
O número de elementos de $(Y \cup Z) \cap X$ é

- A) 2.
- B) 7.
- C) 16.
- D) 21.
- E) 25.

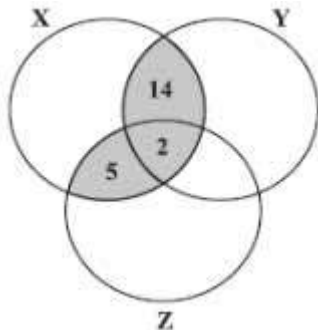
Inicialmente, representaremos o que foi dado pelo enunciado:



Primeiramente, determinaremos $(Y \cup Z)$:



E, a seguir, $(Y \cup Z) \cap X$:



$$14 + 2 + 5 = 21 \text{ elementos}$$

RESPOSTA: "D".

767. (Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – Técnico agropecuário - AOCP/2012) Em um bairro da cidade, as famílias foram entrevistadas. Nesta entrevista, a primeira pergunta era

"Sua família possui gatos?" e a segunda era "Sua família possui cachorros?". Constatou-se que 218 famílias responderam "sim" na segunda pergunta, 307 responderam "não" na primeira pergunta e 74 responderam "sim" em ambas as perguntas. Sabendo que neste bairro 418 famílias foram entrevistadas, quantas famílias possuem apenas gatos?

- A) 21 famílias.
B) 28 famílias.
C) 31 famílias.
D) 37 famílias.
E) 43 famílias.

De acordo com a pesquisa feita com 418 famílias de um determinado bairro de cidade, foram obtidas as seguintes Respostas:

- (a) 218 famílias responderam que possuíam cachorros;
(b) 307 responderam que não possuíam gatos;
(c) 74 possuíam gatos e cachorros;

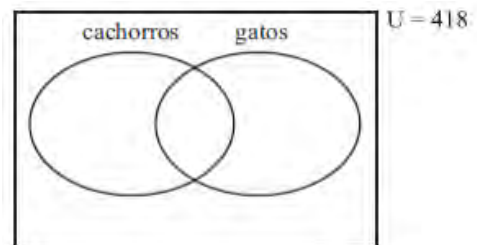
Perguntas feitas:

1ª pergunta: "Sua família possui gatos?"

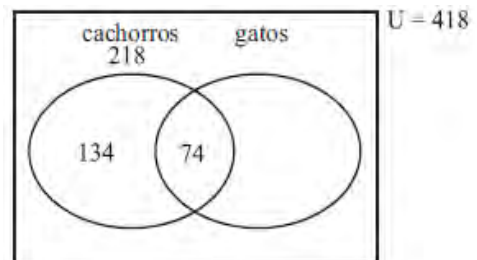
2ª pergunta: "Sua família possui cachorros?"

Representando os raciocínios anteriores no diagrama de Euler-Venn, teremos:

1º raciocínio: "...418 famílias foram entrevistadas...".

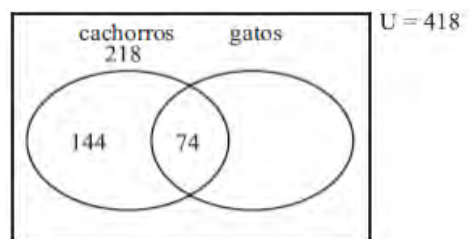


2º raciocínio: "...74 responderam 'sim' em ambas as perguntas..".



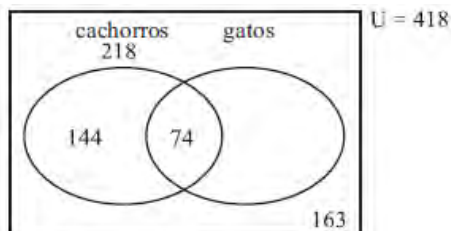
3º raciocínio: "Constatou-se que 218 famílias responderam 'sim' na segunda pergunta...".

Portanto: $218 - 74 = 144$ famílias responderam que possuem, somente, cachorro em suas residências.



LIVRO DE QUESTÕES

4º raciocínio: "...307 responderam "não" na primeira pergunta.". Nesse caso, tem-se que 307 famílias afirmam não possui gatos em suas residências, ou seja, podem possuir cachorros ou não. Sabendo-se que 144 famílias possuem cachorros, então, assim, $307 - 144 = 163$ pessoas não possuem nem gatos, nem cachorros.



5º raciocínio: determinação do número de pessoas que possuem, somente, gatos. Do total de pessoas entrevistadas (418) subtrairemos as quantidades encontradas até aqui:

Possuem somente gatos = $418 - (74 + 144 + 163) = 418 - 381 = 37$ famílias.

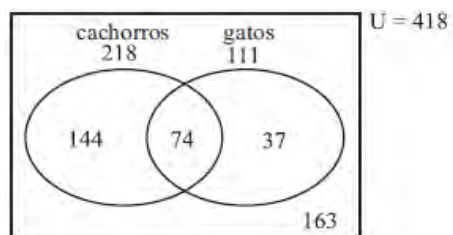


Diagrama final

RESPOSTA: "D".

768. (INSS – Técnico Administrativo – FCC/2012) Em uma turma de 100 alunos, 63 sabem escrever apenas com a mão direita, 5 não sabem escrever, 25% dos restantes sabem escrever tanto com a mão direita quanto com a esquerda, e os demais alunos sabem escrever apenas com a mão esquerda. Dessa turma, a porcentagem de alunos que sabe escrever com apenas uma das duas mãos é de:

- ☞ 86%
- ☞ 87%
- ☞ 88%
- ☞ 89%
- ☞ 90%

Estamos diante de uma questão de conjunto onde o conjunto universo $U = 100$.

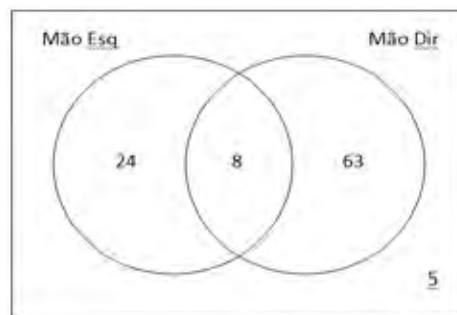
63 Alunos escrevem apenas com a mão direita e 5 não sabem escrever, totalizando até o momento 68 alunos. Como o total de alunos é 100, resta então $(100 - 68) = 32$ alunos.

25% desses 32 alunos escrevem com as duas mãos, ou seja, $(25\% \cdot 32) = (0,25 \cdot 32) = 8$ alunos.

Com os 63 que escrevem somente com a Mão direita, os 8 que escrevem com as duas e com os 5 que não sabem escrever, temos um total de $(63 + 8 + 5) = 76$.

Como o total é 100 alunos, então os alunos que escrevem apenas com a Mão esquerda é $(100 - 76) = 24$ alunos.

Vejamos isso no diagrama de Venn.



O percentual dos alunos que escrevem com apenas uma das mãos é $(24 + 63) = 87$ alunos. Como o total é 100%, então 87 alunos representa 87% da turma.

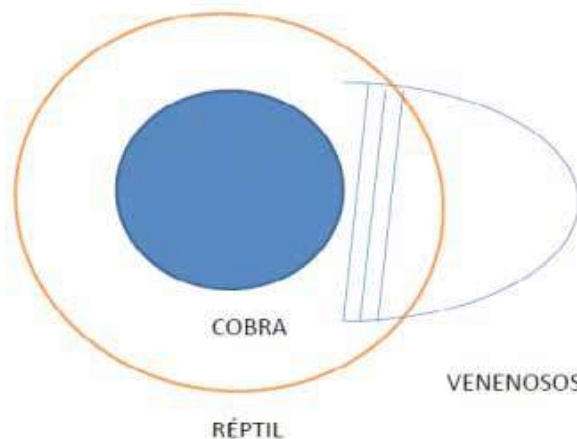
RESPOSTA: "B".

769. (TCE/GO – Técnico de Controle Externo – FCC/2013) São dadas as afirmações:

- Toda cobra é um réptil.
- Existem répteis venenosos.

Se as duas afirmações são verdadeiras, então, com certeza, também é verdade que:

- A) Se existe uma cobra venenosa, então ela é um réptil.
- B) toda cobra é venenosa.
- C) algum réptil venenoso é uma cobra.
- D) qualquer réptil é uma cobra.
- D) Se existe um réptil venenoso, então ele é uma cobra.



RESPOSTA: "A".

770. (MPU – Técnico de Apoio Especializado – FCC/2012) Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

- Todo motorista que não obedece às leis de trânsito é multado.

- Existem pessoas idôneas que são multadas.

Com base nessas afirmações é verdade que:

A) se um motorista é idôneo e não obedece às leis de trânsito, então ele é multado.

B) se um motorista não respeita as leis de trânsito, então ele é idôneo.

C) todo motorista é uma pessoa idônea.

D) toda pessoa idônea obedece às leis de trânsito.

E) toda pessoa idônea não é multada.

- Todo motorista que não obedece às leis de trânsito é multado.
- Existem pessoas idôneas que são multadas.



RESPOSTA: "A".

(STF - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2013) Uma organização contratou convênios com um plano de saúde, um plano de previdência privada e uma seguradora de veículos para adesão voluntária ia de seus 5.350 empregados. Sabe-se que as adesões ficaram assim distribuídas:

- 870 aderiram ao plano de saúde e ao seguro de veículos;

- 580 aderiram ao seguro de veículos e ao plano de previdência;

- 1.230 aderiram aos planos de saúde e de previdência;

- 320 aderiram apenas ao seguro de veículos

- 2.280 aderiram ao plano de previdência;

- 350 aderiram as três modalidades de convenio;

- 280 não aderiram a nenhum convenio.

Com base nessa situação, julgue os itens seguintes (questões 99 a 102)

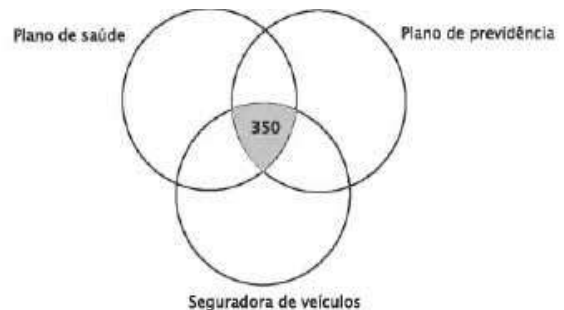
771. (STF - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2013) Os Mais de 2.000 empregados aderiram apenas ao plano de saúde.

() CERTA () ERRADA

Inicialmente, montaremos o diagrama de Venn, entre os três conjuntos (plano de saúde, plano de previdência

privada e seguradora de veículos), como os dados citados no texto anterior:

Todo diagrama de Venn inicia-se pela interseção dos valores de seus conjuntos, assim, temos que: 350 aderiram as três modalidades de convenio.



A seguir, determinaremos as intersecções entre os conjuntos: plano de saúde e plano de previdência; plano de saúde e seguradora de veículos e, por ultimo, entre o plano de previdência e a seguradora de veículos.



Para a conclusão da montagem do diagrama de Venn, determinaremos os demais conjuntos, ou seja, aqueles que somente escolheram entre plano de saúde, plano de previdência privada e seguradora de veículos.



Onde "U" é determinado "conjunto universo", ou seja, a soma de todos os elementos contidos dentro do diagrama de Venn.

O Mais 2000 empregados aderiram apenas aos planos de saúde.

Sendo U o conjunto universo a soma de todos os elementos do diagrama de Venn, então temos que:

$U = 5.350$ empregados e, com isso, podemos escrever:

$x = 350 + 880 + 520 + 230 + 820 + 320 + 280 = 5.350$

LIVRO DE QUESTÕES

$$x = 5.350 - 3.400$$

$$x = 1.950 \text{ empregados}$$

RESPOSTA: "ERRADA".

772. (STF - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2013) O número de empregados que aderiram apenas aos planos de saúde e de previdência foram 850.

() CERTA () ERRADA

O número de empregados que aderiram apenas aos planos de saúde e de previdência foram 850.

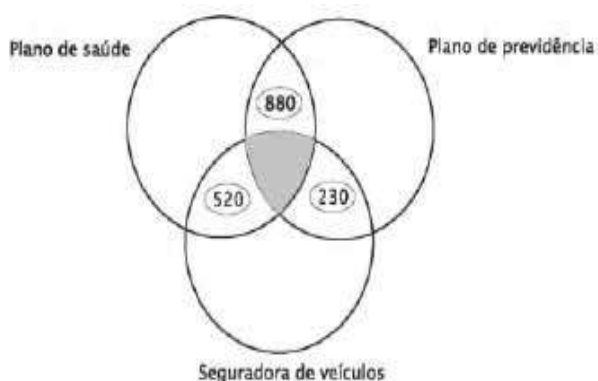


Resposta: ERRADO, pois 880 aderiram aos planos de saúde e de previdência.

773. (STF - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2013) O número de empregados que aderiram a apenas duas modalidades de convênios foi inferior a 1.650.

() CERTA () ERRADA

O número de empregados que aderiram a apenas duas modalidades de convênios foi inferior a 1.650.



Aqueles que escolheram apenas duas modalidades somam:

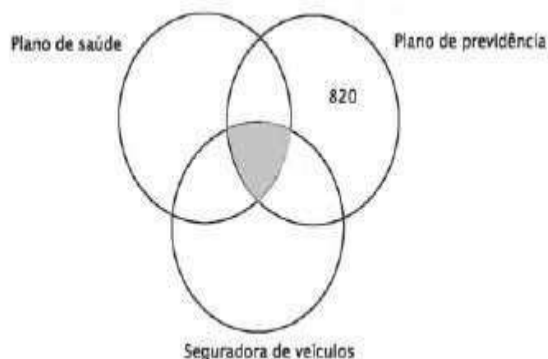
$$880 + 520 + 230 = 1.630 \text{ empregados.}$$

Resposta: CERTO, pois: $1.630 < 1.650$

774. (STF - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2013) Menos de 900 empregados aderiram apenas ao plano de previdência.

() CERTA () ERRADA

Menos de 900 empregados aderiram apenas ao plano de previdência.



Resposta: CERTO, pois 820 é inferior a 900

(MPE/TO – Analista - Cespe/UnB/2012) Depois de uma campanha publicitária para melhorar o nível de conhecimento e de informação das pessoas, os 31 empregados de uma empresa passaram a assinar os jornais CT, FT e JT, da seguinte forma:

-cada um dos empregados assinou pelo menos um dos jornais;

-2 empregados assinaram os 3 jornais;

-3 empregados assinaram apenas os jornais CT e JT;

-8 empregados assinaram apenas o jornal JT;

-4 empregados assinaram os jornais CT e FT;

-13 empregados assinaram o jornal JT;

-16 empregados assinaram o jornal CT.

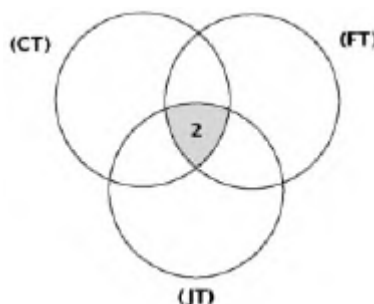
Julgue os itens a seguir: (questões 103 a 107)

775. (MPE/TO – Analista - Cespe/UnB/2012) Nenhum empregado assinou apenas os jornais FT e JT.

() CERTA () ERRADA

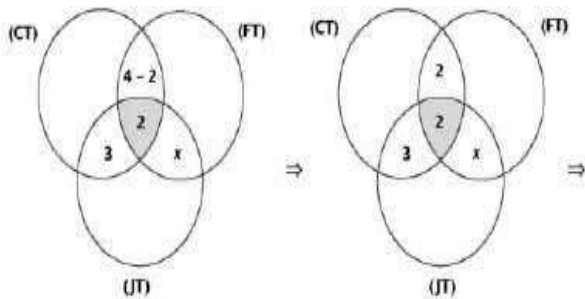
Através do diagrama de Venn, determinaremos a quantidade de pessoas que assinaram cada tipo de jornal.

Todo diagrama de Venn inicia-se pela intersecção dos valores de seus conjuntos, assim, temos que: 2 empregados assinaram os três jornais.

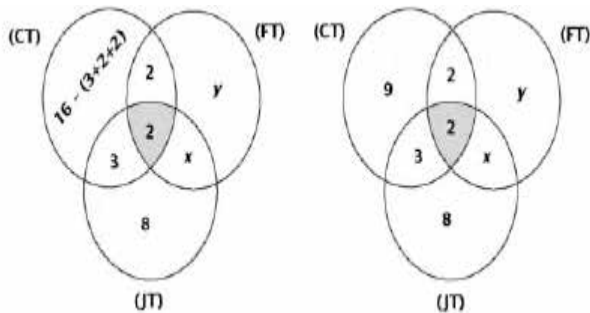


A seguir, determinaremos as intersecções entre os conjuntos: (CT) e (FT); (FT) e (JT) e, por último, entre (JT) e (CT). Pelo enunciado do item, temos que:

- 3 empregados assinaram apenas os jornais (CT) e (JT);
- 4 empregados assinaram os jornais (CT) e (FT);
- "x" empregados assinaram os jornais (FT) e (JT).



Para a conclusão da montagem do diagrama de Venn, determinaremos os demais conjuntos, ou seja, aqueles que somente escolheram entre os jornais (CT), (FT) e (JT).



Pelo enunciado da questão, podemos determinar os valores "x" e "y" mencionados no diagrama de Venn, anteriormente.

- 13 empregados assinaram o jornal (JT).
- 31 empregados de uma empresa passaram a assinar os jornais (CT), (FT) e (JT), sendo que cada um dos empregados assinou pelo menos um dos jornais.

Se 13 empregados assinaram o jornal (JT), então, temos que:

$$2 + 3 + 8 + x = 13$$

$$x = 13 - 13$$

$$x = 0$$

Para $x = 0$, temos que nenhum dos empregados assinou, somente, os jornais (FT) e (JT).

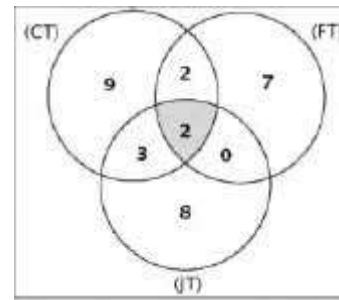
Para determinarmos o valor de "y", utilizaremos o conjunto Universo do diagrama de Venn, ou seja, o valor total dos empregados (31 empregados) que fizeram a assinatura dos jornais.

$$2 + 2 + 3 + 9 + 8 + x + y = 31$$

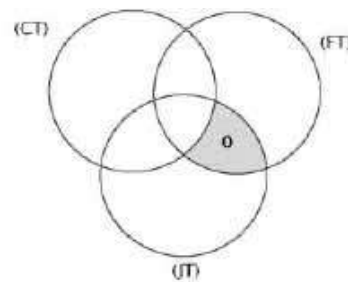
$$y = 31 - 24$$

$$y = 7 \text{ empregados}$$

Finalizando o diagrama de Venn, temos:



Com base nessas informações, é correto afirmar que: nenhum empregado assinou apenas os jornais FT e JT.

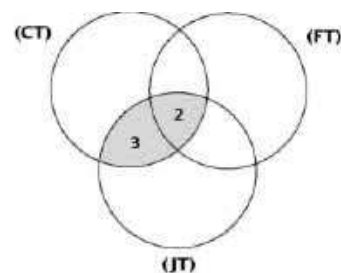


De acordo com o diagrama de Venn demonstrado anteriormente e simplificado acima.

RESPOSTA: "CERTA".

776. (MPE/TO – Analista - Cespe/UnB/2012) 6 empregados assinaram os jornais CT e JT.
() CERTA () ERRADA

6 empregados assinaram os jornais CT e JT.

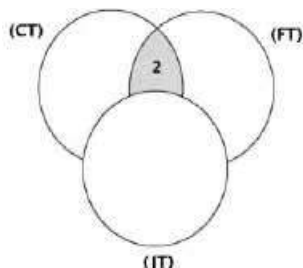


De acordo com o diagrama de Venn demonstrado anteriormente e simplificado acima.

Resposta: ERRADO, pois, apenas $3 + 2 = 5$ empregados assinaram os jornais (CT) e (JT).

777. (MPE/TO – Analista - Cespe/UnB/2012) 3 empregados assinaram apenas os jornais CT e FT.
() CERTA () ERRADA

3 empregados assinaram apenas os jornais CT e FT.



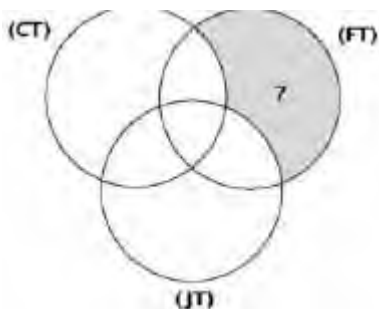
De acordo com o diagrama de Venn demonstrado anteriormente e simplificado acima.

Resposta: ERRADO, pois, apenas 2 empregados e não 3 assinaram os jornais (CT) e (FT).

778. (MPE/TO – Analista - Cespe/UnB/2012) 7 empregados assinaram apenas o jornal FT.

() CERTA () ERRADA

D) 7 empregados assinaram apenas o jornal FT.

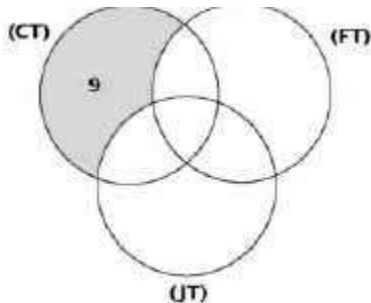


De acordo com o diagrama de Venn demonstrado anteriormente e simplificado acima, concluímos que o item está CERTO, pois, exatamente, 7 empregados assinaram, somente, o jornal (FT).

779. (MPE/TO – Analista - Cespe/UnB/2012) 10 empregados assinaram apenas o jornal CT.

() CERTA () ERRADA

10 empregados assinaram apenas o jornal CT.



De acordo com o diagrama de Venn demonstrado e simplificado anteriormente.

Resposta: ERRADO, pois, exatamente, 9 empregados assinaram, somente, o jornal CT.

(Seguer/ES – Analista Executivo - Cespe/UnB/2012)
A partir dessas informações, julgue os itens seguintes. (questões 780 a 782)

780. (Seguer/ES – Analista Executivo - Cespe/UnB/2012) A proposição “Se o referido entrevistado às vezes se ofende ao receber críticas, então ele raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades” é verdadeira.

() CERTA () ERRADA

Seja a proposição composta: “Se o referido entrevistado às vezes se ofende ao então ele raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades”, que adotaremos as seguintes simbologias para representá-las.

A: “O referido entrevistado às vezes se ofende ao receber críticas”.

B: “O referido entrevistado raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades”. proposições na tabela anterior, teremos que:

A: “O referido entrevistado às vezes se ofende ao receber críticas” -verdadeiro

B: “O referido entrevistado raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades” -falsa

Sabemos que, . AB , que é lida como “se A então B”, é “F” quando A é “V” e B sentença: “Se o referido entrevistado às vezes se ofende ao receber críticas, então “ele raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades” falsa, já que a primeira proposição (A) é verdadeira e a segunda proposição (B) é falsa.

Resposta: ERRADO, pois o mesmo afirma que é verdadeira.

781. (Seguer/ES – Analista Executivo - Cespe/UnB/2012) A proposição “Sempre que o referido entrevistado passa por período de estresse, sua saúde física fica debilitada e ele acaba doente, além disso, ele raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades” é falsa

() CERTA () ERRADA

Seja a proposição composta “Sempre que o referido entrevistado passa por período de estresse, sua saúde física fica debilitada e ele acaba doente, além disso, ele raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades”, adotaremos as seguintes simbologias para representá-las.

A: “Sempre que o referido entrevistado passa por período de estresse, sua saúde física fica debilitada e ele acaba doente”

B: “O referido entrevistado raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades” da tabela anterior, teremos que:

A: “Sempre que o referido entrevistado passa por período de estresse, sua saúde física fica debilitada e ele acaba doente” -verdadeira .

B: “O referido entrevistado raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades” -falsa

Sabemos que, $A \wedge B$, que é lida como "A e B", é V quando A e B são "V", caso contrário é "F" tanto, a sentença: "Sempre que o referido entrevistado passa por períodos de estresse, sua saúde física fica debilitada e ele acaba doente" e, além disso, ele raramente costuma exagerar seus defeitos e e minimizar suas qualidades **é falsa**, já que a primeira proposição (A) é verdadeira segunda proposição e a (B) é falsa, ou seja, uma das proposições é falsa o que torna $A \wedge B = F$.

Resposta: CERTO, pois afirma que a sentença é FALSA.

782. (Seguer/ES – Analista Executivo - Cespe/UnB/2012) Considere que um conjunto de empregados de uma empresa tenha respondido integralmente ao teste apresentado e tenha sido verificado o que 15 deles fizeram uso da opção "às vezes", 9 "raramente", 13 "sempre".

Além disso, 4 desses empregados usaram as opções "às vezes" e "raramente", e 8 usaram "às vezes" e "sempre", 4 usaram "sempre" e "raramente", e 3 usaram "às vezes", "sempre" e "raramente".

Nessa situação é correto afirmar que menos de 30 empregados dessa empresa responderam ao teste.

() CERTA () ERRADA

Sejam, então, os conjuntos:

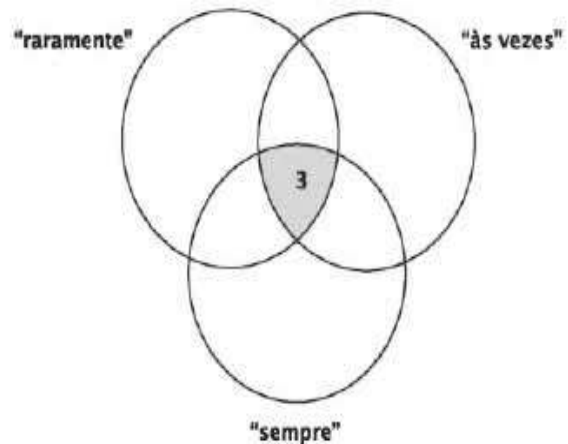
- Pergunta: "raramente"
- Pergunta: "às vezes"
- Pergunta: "sempre"

Correlacionamentos:

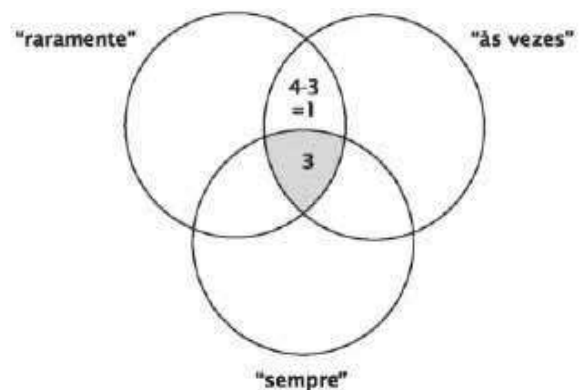
15 deles fizeram uso da opção "às vezes";
9 da opção "raramente";
13 da opção "sempre";
4 desses empregados usaram as opções "às vezes" e "raramente";
8 usaram as opções "às vezes" e "sempre";
4 usaram as opções "raramente" e "sempre";
3 usaram "às vezes", "sempre" e "raramente"

Em seguida, montaremos o diagrama de Venn iniciando pela intersecção entre os três conjuntos, seguido pelas intersecções tomadas 2 a 2 (intersecções entre "raramente" e "às vezes", entre "raramente" e "sempre" e, finalmente, entre "às vezes" e "sempre"); por último preencheremos com as quantidades que representam "somente" cada um dos determinados conjuntos.

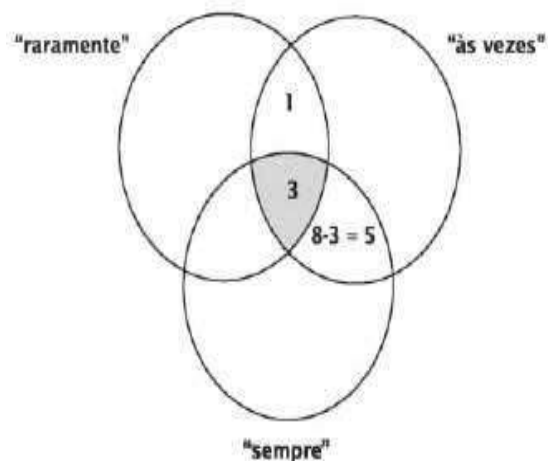
1º) Intersecção entre os três conjuntos: "3 usaram "às vezes", "sempre" e "raramente";



2º) Intersecção tomadas 2 a 2: "4 desses empregados usaram as opções "às vezes" e "raramente"

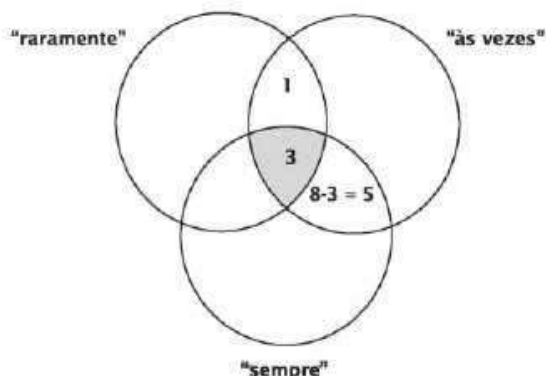


3º) Intersecção tomadas 2 a 2: "8 usaram as opções "às vezes" e "sempre"

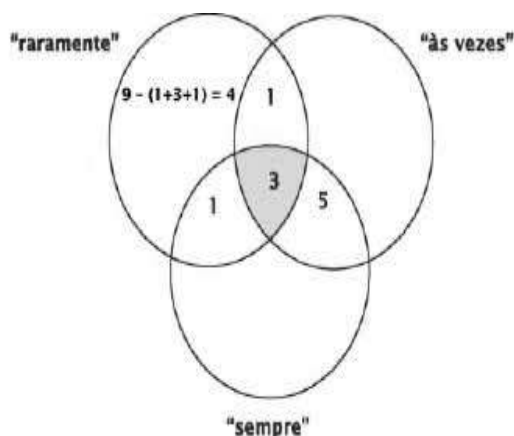


LIVRO DE QUESTÕES

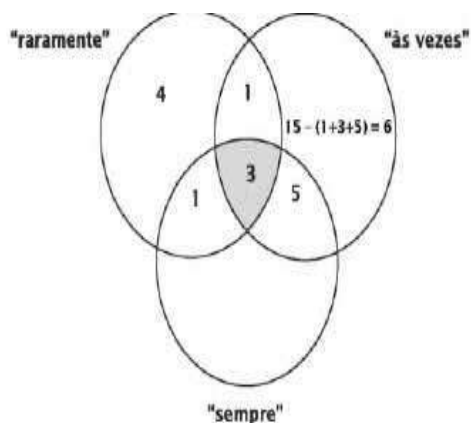
4º) Intersecção tomadas 2 a 2: "4 usaram as opções "raramente" e "sempre"



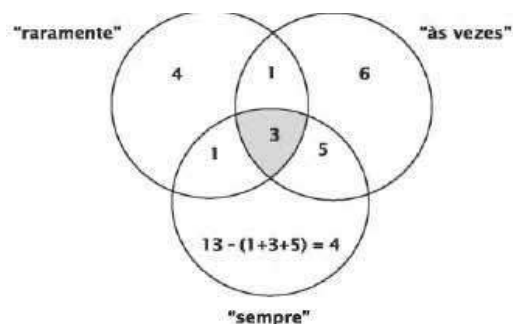
5º) Quantidades que representam "somente" um determinado conjunto: "9, da opção "raramente""



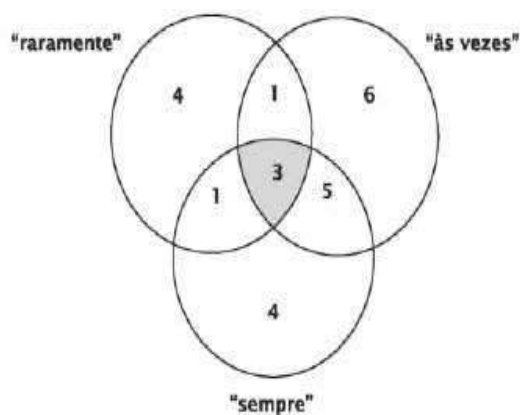
6º) Quantidades que representam "somente" um determinado conjunto: da opção "às vezes";



7º) Quantidades que representam "somente" um determinado conjunto: "13, da opção "sempre""



O total de empregados será dado pela soma de todos os elementos do diagrama de Venn, ou seja:



$4 + 1 + 6 + 5 + 4 + 1 + 3 = 24$ elementos, ou simplesmente, 24 empregados.

RESPOSTA: "CERTA".

(PETROBRAS – Administrador Junior - Cesgranrio/2013) Um posto de abastecimento de combustíveis vende gasolina comum (GC), álcool anidro (AA) e óleo diesel (OD). Em uma pesquisa realizada com 200 clientes, cada entrevistado declarou que seus veículos consomem pelo menos um dos produtos citados, de acordo com a tabela abaixo.

produto	quantidade de clientes proprietários de veículos que consomem o produto
GC	120
AA	75
GC e OD	60
AA e OD	50
GC e AA	30
GC, AA e OD	20

Considerando essas informações e que cada veículo consome apenas um tipo de combustível, e correto afirmar que:

(Questões 783 a 785)

783. (PETROBRAS – Administrador Junior - Cesgranrio/2013) 35 clientes possuem apenas veículos que consomem OD.

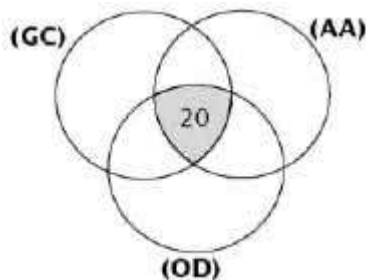
() CERTA () ERRADA

De acordo com os dados, montamos o seguinte diagrama de Venn:

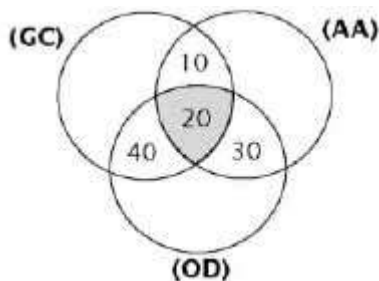
Lembrando que:

- Gasolina comum (GC): 120
- álcool anidro (AA): 75
- gasolina comum e óleo diesel (GC OD): 60
- álcool anidro e óleo diesel (AA OD): 50
- gasolina comum e álcool anidro (GC n AA): 30
- gasolina comum, álcool anidro e óleo diesel (GC AA OD): 20

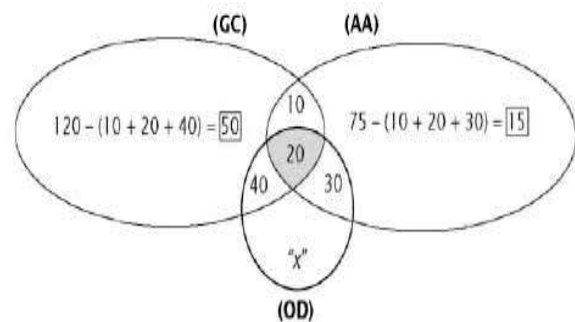
I - Convém indicar inicialmente o número de elementos de GCAAOD, isto é, o número de pessoas que declararam que seus veículos consomem os três produtos citados.



II - A seguir, indicaremos o número de elementos de GCAA (30); AAOD (50) e GCOD (60), depois de descontarmos (20) da interseção dos 3 conjuntos dados, vem:



III - Indicamos, agora, o número de elementos de GC (120), de AA (75) e de GC U AA U OD (200); como não conhecemos o número de elementos de OD, indicamos por "x" o número de elementos de OD - (GCUAA):



35 clientes possuem apenas veículos que consomem OD.

Como todos os clientes entrevistados consomem pelo menos 1 dos 3 tipos de combustível, então a soma de todos os elementos dos 3 conjuntos do diagrama vale 200 (total de entrevistas) e, assim, teremos:

$$50 + 40 + 20 + 10 + 15 + 30 + x = 200$$

$$x = 200 - 165 = 35$$

RESPOSTA: "CERTA".

784. (PETROBRAS – Administrador Junior - Cesgranrio/2013) Pelo menos dois produtos são consumidos pelos veículos de mais de 120 clientes.

() CERTA () ERRADA

Pelo menos dois produtos são consumidos pelos veículos de mais de 120 clientes.

- GC : 120 clientes;
- OD : 125 clientes;
- AA : 75 clientes.

Assim, apenas um dos produtos (GC) é consumido pelos veículos de mais de 120 clientes.

RESPOSTA: "ERRADA".

785. (PETROBRAS – Administrador Junior - Cesgranrio/2013) 10 clientes possuem mais de um veículo, sendo que pelo menos um desses veículos consome GC e outro consome AA, mas não possuem nenhum veículo que consome OD.

() CERTA () ERRADA

10 clientes possuem mais de um veículo, sendo que pelo menos um desses veículos consome GC e outro consome AA, mas não possuem nenhum veículo que consome OD.

De fato, de acordo com o diagrama de Venn, a interseção entre (GC) e (AA), que exclui os elementos de (OD), equivale a: $n[(GCAA) - OD] = 10$.

RESPOSTA: "CERTA".

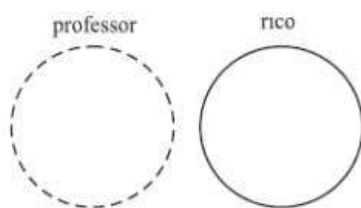
786. (MF - MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Em uma cidade as seguintes premissas são verdadeiras: Nenhum professor é rico.

Alguns políticos são ricos. Então, pode-se afirmar que:

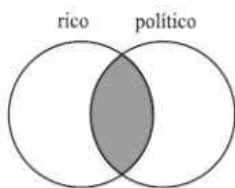
- A) Nenhum professor é político.
- B) Alguns professores são políticos.
- C) Alguns políticos são professores.
- D) Alguns políticos não são professores.
- E) Nenhum político é professor.

Representaremos, inicialmente, por meio de diagramas lógicos, as proposições categóricas expressas no argumento do texto do enunciado:

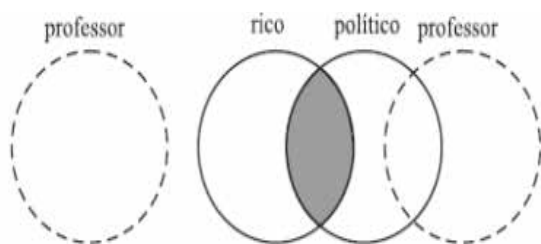
"Nenhum professor é rico"



"Alguns políticos são ricos"



Fazendo a união dos diagramas anteriores, podemos obter as seguintes relações:



Deste diagrama final, podemos obter as seguintes conclusões:

RESPOSTA: "D".

787. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2014) Em uma pesquisa de mercado sobre o uso de notebooks e tablets foram obtidos, entre os indivíduos pesquisados, os seguintes resultados:

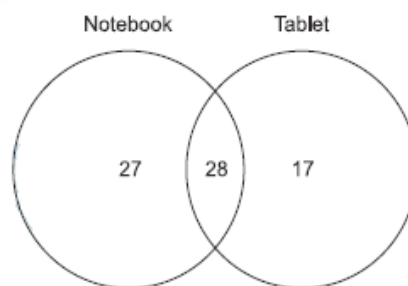
- 55 usam notebook;
- 45 usam tablet, e
- 27 usam apenas notebook.

Sabendo que todos os pesquisados utilizam pelo menos um desses dois equipamentos, então, dentre os pesquisados, o número dos que usam apenas tablet é

- A) 8.
- B) 17.
- C) 27.
- D) 36.
- E) 45.

I) O número de pesquisados que usam tablet e notebook é $55 - 27 = 28$

II) O número dos que usam apenas tablet é $45 - 28 = 17$



RESPOSTA: "B".

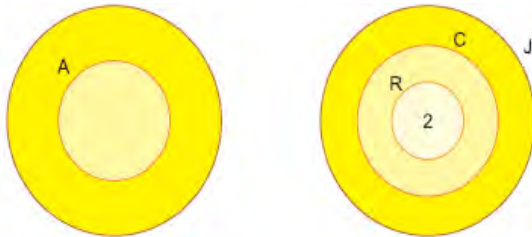
788. (MPE/TO - Analista - CESPE/2012) Dentro de um grupo de tradutores de livros, todos os que falam alemão também falam inglês, mas nenhum que fala inglês fala japonês. Além disso, os dois únicos que falam russo também falam coreano. Sabendo que todo integrante desse grupo que fala coreano também fala japonês, pode-se concluir que, necessariamente,

- A) todos os tradutores que falam japonês também falam russo.
- B) todos os tradutores que falam alemão também falam coreano.
- C) pelo menos um tradutor que fala inglês também fala coreano.
- D) nenhum dos tradutores fala japonês e também russo.
- E) nenhum dos tradutores fala russo e também alemão.

Seja A, I, J, C e R os conjuntos de tradutores de livros que falam, respectivamente, Alemão, Inglês, Japonês, Coreano e Russo, temos:

- 1) Da frase "todos que falam alemão também falam inglês", pode-se concluir que $A \subset I$.
- 2) Da frase "nenhum que fala inglês fala japonês", pode-se concluir $I \cap J = \emptyset$.
- 3) Da frase "os dois únicos que falam russo também falam coreano", pode-se concluir que $n(R) = 2$ e $R \subset C$.
- 4) Da frase "todo integrante desse grupo que fala coreano também fala japonês", pode-se concluir que $C \subset J$.

Assim, é possível construir o seguinte diagrama:



Desta forma, o que se pode necessariamente concluir é que "nenhum dos tradutores fala russo e também alemão".

RESPOSTA: "E".

789. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) Considere verdadeiras as seguintes premissas:

Todas as pessoas que andam de trem moram longe do centro.

Todas as pessoas que andam de carro não andam de ônibus.

Algumas pessoas andam de ônibus e de trem.

Portanto,

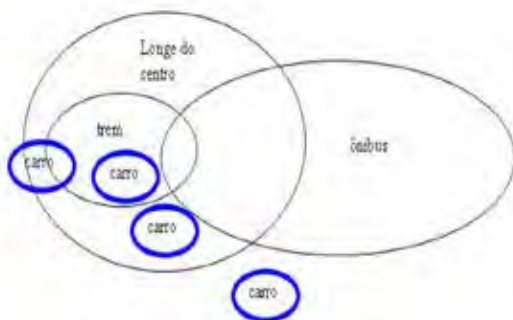
A) algumas pessoas que moram próximo do centro andam de carro ou de ônibus.

B) algumas pessoas que moram longe do centro não andam de carro.

C) todas as pessoas que moram próximo do centro andam de trem.

D) algumas pessoas que andam de carro moram longe do centro.

E) todas as pessoas que andam de carro moram longe do centro.



Os conjuntos de "carro" acima são as possibilidades de localização desse grupo, sendo que todos ficam afastados do conjunto ônibus e não podemos garantir quaisquer destes com certeza.

O conjunto de "carro" só não pode se misturar com ônibus e, como há pessoas que andam de trem e ônibus, então podemos concluir que há pessoas que andam de trem que não andam de carro. Quais? Aquelas que andam de ônibus, pois se anda de ônibus não anda de carro.

Como todos os que andam de trem moram longe, en-

tão também podemos concluir que algumas pessoas que moram longe não andam de carro. Quais? Aquelas que andam de trem e ônibus, pois todos os que andam de ônibus não andam de carro.

RESPOSTA: "B".

790. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013) Numa pesquisa com alunos das Fatecs foram feitas, entre outras, duas perguntas:

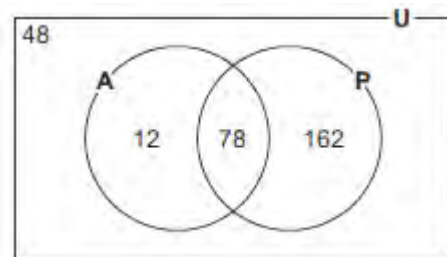
• Você se declara afrodescendente?

	Sim		Não
--	-----	--	-----

• Você fez o ensino médio integralmente em escola pública?

	Sim		Não
--	-----	--	-----

Com os dados obtidos na pesquisa, foi construído o diagrama de Euler-Venn da figura.



No diagrama, considere que:

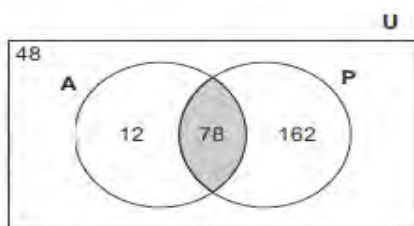
- U é o conjunto universo da pesquisa;
- A é o conjunto dos alunos que se declaram afrodescendentes; e
- P é o conjunto dos alunos que fizeram o ensino médio integralmente em escola pública.

De acordo com os dados do diagrama, o número de alunos consultados que responderam "Sim" às duas perguntas e o número dos que responderam "Não" às duas perguntas são, respectivamente,

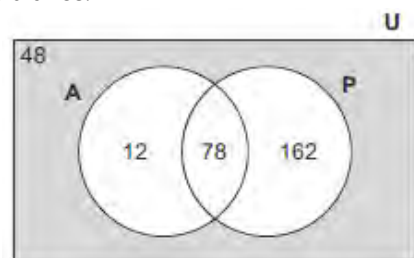
- A) 78 e 162.
- B) 78 e 48.
- C) 90 e 60.
- D) 90 e 210.
- E) 174 e 270.

Os alunos que responderam "sim" as duas perguntas estão na intersecção dos conjuntos A e P, num total de 78 alunos.

LIVRO DE QUESTÕES



Os alunos que responderam "não" as duas perguntas estão no complementar da união dos conjuntos A e P, num total de 48 alunos.



RESPOSTA: "B".

791. (TCE/RJ – Auditor de controle externo - CES-PE/2012) João adora subir e descer degraus, o que faz de um jeito um pouco estranho, mas sistemático. Em cada movimento, João sobe um ou mais degraus e desce zero ou mais degraus. Numa dessas subidas, os primeiros movimentos de João foram:

1. subiu um e desceu zero
2. subiu um e desceu um
3. subiu dois e desceu um
4. subiu três e desceu dois
5. subiu cinco e desceu três

João pisou pela primeira vez no trigésimo (30) degrau da escada no movimento de número:

- A) 6
- B) 7
- C) 8
- D) 9
- E) 10

Seguindo-se o padrão apresentado tem-se que, a partir do terceiro passo, adiciona-se as quantidades de subir e descer dos dois passos anteriores, como na sequência de Fibonacci:

etapa	subiu	desceu	alcançou o	parou no
1	1	0	1º	1º
2	1	1	2º	1º
3	2	1	3º	2º
4	3	2	5º	3º
5	5	3	8º	5º
6	8	5	13º	8º
7	13	8	21º	13º
8	21	13	34º	21º

Portanto, o trigésimo degrau será alcançado no movimento 8

RESPOSTA: "C".

792. (TCE/RJ – Auditor de controle externo - CES-PE/2012) Num campeonato de futebol, todos os times jogaram entre si duas vezes, em turno e retorno. Houve 132 jogos. O número de times participando do campeonato era de:

- A) 8;
- B) 9;
- C) 10;
- D) 11;
- E) 12

Para que um time jogue uma partida com todos os outros times de um campeonato com turno apenas, tem-se $(N-1) + (N-2) + \dots + 3 + 2 + 1$, onde N é a quantidade de times. Para o retorno basta dobrar a quantidade de partidas.

Times	Turno	Total
8	$7+6+5+4+3+2+1=28$	56
9	$8+28 = 36$	72
10	$9+36 = 45$	90
11	$10+45 = 55$	110
12	$11+55 = 66$	132

RESPOSTA: "E".

793. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2014) Observe que, em cada linha do quadro, a sequência de algarismos da coluna (II) foi formada a partir da sequência de algarismos da coluna (I), aplicando-se critérios diferentes para os algarismos ímpares e para os algarismos pares.

Com base nos mesmos critérios, a sequência de algarismos que substitui, corretamente, o ponto de interrogação da quarta linha e segunda coluna do quadro é

- A) 143092
- B) 183496
- C) 321496
- D) 941032
- E) 983416

(I)	(II)
189654	165492
567498	547296
743856	325674
369214	?

Um critério para os Algarismos Pares e que "os da coluna II" são duas unidades a menos que os correspondentes Algarismos da Coluna (I).

	8		6		4		6		4		2
	6		4		8		4		2		6
	4		8		6		2		6		4
	6		2		4		④		⑥		②

Um critério para os Algarismos Ímpares e que os da Coluna (II) são os mesmos da Coluna (I) escritos em ordem crescente, da esquerda para a direita.

(I)						(II)					
1		9		5		1		5		9	
5		7		9		5		7		9	
7		3		5		3		5		7	
3		9		1		①		③		⑤	

De acordo com os critérios citados, a sequência de Algarismos que substitui, corretamente, o ponto de interrogação da quarta linha e segunda coluna é

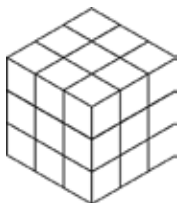
1	4	3	0	9	2
---	---	---	---	---	---

RESPOSTA: "A".

794. (TCE/RJ – Auditor de controle externo - CES-PE/2012) Um cubo feito de madeira maciça clara teve suas faces pintadas de preto. Se esse cubo for serrado regularmente e dividido em 27 cubos, todos do mesmo tamanho, o número dos cubos resultantes com apenas duas de suas faces pintadas de preto é:

- A) 8;
- B) 12;
- C) 16;
- D) 20;
- E) 24.

Ao dividir-se o cubo de madeira em 27 cubos menores tem-se:



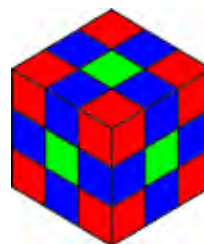
Os 8 cubinhos dos vértices do cubo (realçados de vermelho) terão três faces pintadas de preto.

Os 6 cubinhos do centro das faces do cubo (realçados de verde) terão uma face pintada de preto.

1 cubinho ficará no centro do cubo (não visível de nenhum ângulo) e não terá nenhuma face pintada de preto.

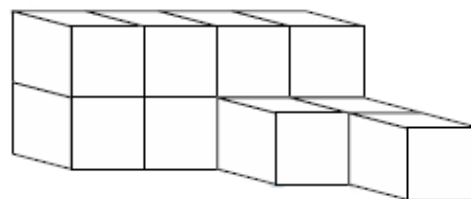
Tem-se então que um total de 15 cubinhos não terão duas faces pintadas de preto.

Logo, dos 27 cubinhos, $(27 - 15 = 12)$ 12 deles (realçados de azul) terão duas faces pintadas de preto.



RESPOSTA: "B".

795. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2014) O sólido da figura é formado por cubos de aresta 1 cm os quais foram sobrepostos e/ou colocados lado a lado.



Para se completar esse sólido, formando um paralelepípedo retângulo com dimensões 3 cm x 3 cm x 4 cm, são necessários N cubos de aresta 1 cm.

O valor mínimo de N é

- A) 13.
- B) 18.
- C) 19.
- D) 25.
- E) 27.

O número N de cubos de aresta 1 cm necessários, e suficientes, para completar um paralelepípedo retângulo com dimensões 3 cm x 3 cm x 4 cm é

$$N = (3 \cdot 3 \cdot 4) - 11 = 36 - 11 = 25$$

RESPOSTA: "D".

796. (HUB/EBSERH – Técnico em informática - IBFC/2013) Em uma escola, são conhecidos os seguintes dados sobre os alunos formados no Ensino Médio, em certo ano:

	rapazes	moças
aprovados em algum vestibular	171	178
reprovados nos vestibulares que fizeram		95
não fizeram vestibular	52	

Analizando o quadro acima, percebe-se que alguns dados não foram divulgados. Sabe-se que o total dos alunos formados no Ensino Médio, nesse ano é de 632 e, desses, o número de rapazes é 315.

Sobre esta situação hipotética, assinale a RESPOSTA: correta.

A) O número de rapazes formados é maior do que o de moças formadas.

B) O número de rapazes aprovados em algum vestibular é maior do que o de moças aprovadas em algum vestibular.

C) O número de rapazes que não fizeram vestibulares é maior do que o de moças que não fizeram vestibular.

D) O número de todos os alunos aprovados em vestibular é inferior à soma dos reprovados com os que não fizeram.

E) O número total de alunos aprovados em vestibular não atinge a metade dos alunos formados nesse ano.

Insira uma linha e uma coluna no final da tabela, indicando o total.

O número total de alunos é igual a 632 é que o número de rapazes é igual a 315, então:

	rapazes	moças	total
aprovados em algum vestibular	171	178	
reprovados nos vestibulares que fizeram		95	
não fizeram vestibular	52		
total	315		632

Logo,

O número de moças será igual a $632 - 315 = 317$

O número de rapazes reprovados nos vestibulares: $315 - 171 - 52 = 92$

O número total de aprovados em algum vestibular: $171 + 178 = 349$

	rapazes	moças	total
aprovados em algum vestibular	171	178	349
reprovados nos vestibulares que fizeram	92	95	
não fizeram vestibular	52		
total	315	317	632

Prosseguindo no preenchimento dos quadros:

O número total de reprovados nos vestibulares: $92 + 95 = 187$

O número de moças que não fizeram o vestibular: $317 - 178 - 95 = 44$

O número total de alunos que não fizeram vestibular: $52 + 44 = 96$

	rapazes	moças	total
aprovados em algum vestibular	171	178	349
reprovados nos vestibulares que fizeram	92	95	187
não fizeram vestibular	52	44	96
total	315	317	632

Após todas etapas, constatamos que o número de rapazes que não fizeram vestibular (52) é maior que o número de moças que não fizeram vestibular (44).

RESPOSTA: "C".

797. (SEAP/DF - ANALISTA DE COMUNICAÇÃO - IADES/2013) Se todo arquiteto é desenhista, existe professor que é arquiteto, mas algum desenhista não é professor, então é correto afirmar que

A) existe professor que não é arquiteto.

B) existe arquiteto que não é professor.

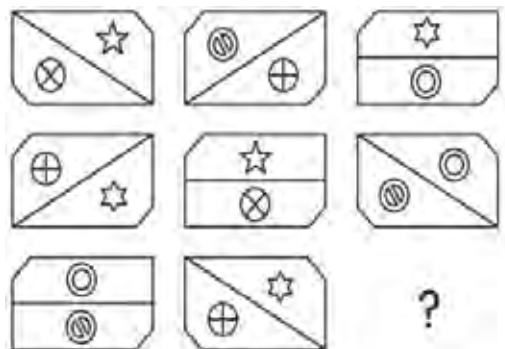
C) algum professor não é desenhista.

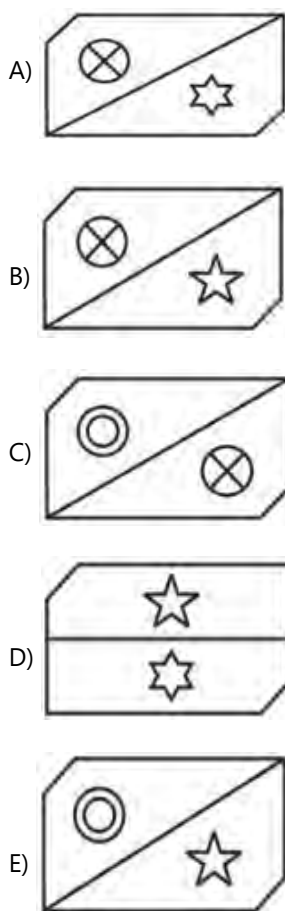
D) todo arquiteto que é professor é também desenhista. (E) algum desenhista

A única opção que podemos ter certeza que está certa é a RESPOSTA: D, pois como todo arquiteto é desenhista, logo se ele é professor também, logicamente também será desenhista.

RESPOSTA: "D".

798. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) Observe a sequência abaixo e, em seguida, assinale a RESPOSTA: que preenche corretamente o espaço do ponto de interrogação.



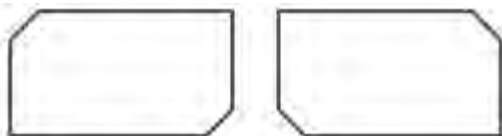


Essa sequência lógica apresenta 3 padrões distintos, a saber:

1º padrão lógico: a figura externa. Observem que sempre vão conter, em cada linha, os seguintes formatos de figuras:



Sendo a última linha formada pelas figuras:



Logo, a 3ª figura deverá ser formada pela seguinte figura:



2º padrão lógico: o traço interno da figura. Observem que sempre vão conter, em figura, internamente, os seguintes traços:



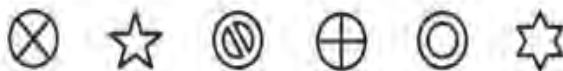
Sendo a última linha formada pelos traços:



Logo, a 3ª figura deverá ser preenchida pelo seguinte traço:



3º padrão lógico: as figuras que preenchem as partes internas. Observem que sempre vão conter, em cada linha, internamente, as seguintes figuras:



Sendo a última linha formada pelas seguintes figuras:



Logo, para completar a 3ª figura deverá conter as figuras que faltaram:



RESPOSTA: "B".

LIVRO DE QUESTÕES

799. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) Uma propriedade lógica define a sucessão: JUIZ, FARINHA, MACACO, ABELHA, MALETA, * .

Sendo assim, assinale a RESPOSTA: que substitui o asterisco corretamente.

- A) PALITO.
- B) CABELO.
- C) JILÓ.
- D) LOUSA.
- E) ELEFANTE

As letras que iniciam cada vocábulo representa, nessa ordem, os meses do ano:

JUIZ – JANEIRO;

FARINHA – FEVEREIRO;

MACACO – MARÇO;

ABELHA – ABRIL;

MALETA – MAIO;

Portanto, o próximo vocábulo deverá começar por "J", pois o próximo mês da sequência é JUNHO.

JILÓ – JUNHO.

RESPOSTA: "C".

800. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) Observe a sucessão de vocábulos formados todos com sete letras:

LOSANGO – ICEBERG – BRUCUTU – DOIDICE

Assinale a RESPOSTA: que apresenta o próximo vocábulo da sucessão acima:

- A) NOVENTA
- B) LEGISTA
- C) MARASMO
- D) PROFANO
- E) SUPIMPA

Pode ser observada, em cada vocábulo da sucessão, a existência de duas vogais idênticas repetidas:

LOSANGO – ICEBERG – BRUCUTU – DOIDICE

Observem que, em vermelho, ocorrem as seguintes repetições de vogais: "OO" – "EE" – "UU" – II; faltando, portanto, um vocábulo que repita a vogal "A" que, nesse caso, encontra-se na RESPOSTA: "(C)". Então veja: MARASMO

RESPOSTA: "C".

801. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) Três mulheres, Aline, Beatriz e Carla namoram Roberto, Francisco e Paulo, mas não se sabe quem namora quem. Cada mulher pratica um esporte: atletismo, natação e basquete, mas também não se sabe quem pratica o quê. Sobre esta situação, sabe-se que:

- I) A moça que joga basquete namora Paulo.
- II) Carla pratica natação.
- III) Francisco não namora Carla.
- IV) Beatriz não joga basquete.

Com base nessas informações, é incorreto afirmar que:

- A) Paulo é o namorado de Aline.
- B) Roberto namora Carla.
- C) Aline joga basquete.
- D) Atletismo é o esporte de Beatriz.
- E) Beatriz é a namorada de Roberto.

Faremos uma tabela de correlacionamento de informações entre as moças, os rapazes e os possíveis esportes que cada uma pratica, represento na tabela a seguir:

LIVRO DE QUESTÕES

	Roberto	Francisco	Paulo	atletismo	natação	Basquete
Aline						
Beatriz						
Carla						

Observação: marcaremos com “não” as discordâncias e com “sim” as concordâncias lógicas. Analisando cada informação dada, teremos:

1ª informação: A moça que joga basquete namora Paulo.
Nada podemos inferir sobre essa informação.

2ª informação: Carla pratica natação	Roberto	Francisco	Paulo	atletismo	Natação	basquete
Aline					Não	
Beatriz					Não	
Carla				não	Sim	não

3ª informação: Francisco não namora Carla.

	Roberto	Francisco	Paulo	atletismo	natação	Basquete
Aline					não	
Beatriz					não	
Carla		não		não	sim	Não

4ª informação: Beatriz não joga basquete.

	Roberto	Francisco	Paulo	atletismo	natação	Basquete
Aline					não	
Beatriz					não	Não
Carla		não		não	sim	Não

De acordo com a 4ª informação, podemos afirmar que Beatriz pratica atletismo, e consequentemente, Aline joga basquete.

	Roberto	Francisco	Paulo	atletismo	natação	Basquete
Aline					não	
Beatriz				sim	não	Não
Carla		não		não	sim	Não

Voltando a 1ª informação, tem-se que: “A moça que joga basquete namora Paulo”. Sabendo-se que Aline joga basquete, então é ela quem namora Paulo.

E, consequentemente, Beatriz namora com Francisco, e Carla namora com Roberto

	Roberto	Francisco	Paulo	atletismo	natação	Basquete
Aline	não	não	sim	não	não	Sim
Beatriz	não	sim	não	sim	não	Não
Carla	sim	não	não	não	sim	Não

LIVRO DE QUESTÕES

Portanto, temos as seguintes conclusões:
Aline namora com Paulo e joga basquete.
Beatriz namora com Francisco e pratica atletismo.
Carla namora com Roberto e faz natação.

RESPOSTA: "E".

802. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) O conjunto de números abaixo obedece a uma propriedade lógica. Sendo assim, assinale a RESPOSTA: que apresenta um número que pode pertencer a esse conjunto. {539, 403, 4.118, 521, 4, 490, ?}

- A) 50.871
- B) 71
- C) 6.244
- D) 873
- E) 44

Destacando-se, apenas, os algarismos que iniciam da esquerda para direita, cada número dessa sequência lógica, teremos:

539, 403, 4.118, 521, 4, 490, ...

O próximo número deverá iniciar-se pelo algarismo 5. Que, nesse caso, apresenta-se na RESPOSTA: "A" (50.871).

RESPOSTA: "A".

803. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) Analise as palavras abaixo, que formam uma sucessão lógica e, em seguida, assinale a RESPOSTA: que preenche corretamente a lacuna.

NENHUM, FREGUÊS, BRINCO, REPETE, PROMOVE, _____ .

- A) BRONZE
- B) LIXO
- C) MENINO
- D) CHAVEIRO
- E) HERÓI

Nessa sequência lógica, a banca, sutilmente, mostra a sequência dos números ímpares a partir do número "UM", que se formam nas últimas sílabas ou letras, a se ver:

NENHUM, FREGUÊS, BRINCO, REPETE, PROMOVE, _____ .

UM, TRÊS, CINCO, SETE, NOVE, _____ .

Portanto, a próxima palavra deverá induzir a formação do número ONZE em suas últimas sílabas ou letras que, nesse caso será a palavra BRONZE.

RESPOSTA: "A".

804. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) As bandas de rock preferidas de Jonas, Marcelo e Ricardo são, não necessariamente nessa ordem, Metálica, Motôhead e Megadeth. Um deles comprou um CD de sua banda favorita, o outro comprou um DVD e o outro comprou uma camiseta. Sabe-se que:

1. Marcelo comprou um CD.
2. A banda preferida de Ricardo é o Megadeth.
3. Jonas não comprou um DVD e não gosta de Motôhead.

Logo, a camiseta o DVD e o CD são, respectivamente, das bandas.

- A) Metálica, Motôhead e Megadeth.
- B) Megadeth, Motôhead e Metálica.
- C) Motôhead, Metálica e Megadeth.
- D) Megadeth, Metálica e Motôhead.
- E) Metálica, Megadeth e Motôhead.

Faremos uma tabela de correlacionamento de informações entre os rapazes, suas bandas preferidas e o que foi comprado por cada um, represento a seguir:

LIVRO DE QUESTÕES

	Metalica	Motöhead	Megadeath	CD	DVD	camiseta
Jonas						
Marcelo						
Ricardo						

Observação: marcaremos com “não” as discordâncias e com “sim” as concordâncias lógicas.

Analisando cada informação dada, teremos:

1ª informação: Marcelo comprou um CD.

	Metalica	Motöhead	Megadeath	CD	DVD	camiseta
Jonas				não		
Marcelo				sim	não	não
Ricardo				não		

2ª informação: A banda preferida de Ricardo é o Megadeth.

3ª informação: Jonas não comprou um DVD e não gosta de Motöhead.

	Metalica	Motöhead	Megadeath	CD	DVD	camiseta
Jonas		não	não	não	não	
Marcelo			não	sim	não	não
Ricardo	não	não	sim	não		

De acordo com o preenchimento da tabela com a última informação, podemos afirmar que Jonas gosta da banda Metálica e comprou uma camiseta e, Marcelo da banda Motöhead e Ricardo comprou um DVD.

	Metalica	Motöhead	Megadeath	CD	DVD	camiseta
Jonas	sim	não	não	não	não	sim
Marcelo	não	sim	não	sim	não	não
Ricardo	não	não	sim	não	sim	não

Logo, teremos as seguintes conclusões:

Jonas gosta da banda Metálica e comprou uma camiseta.

Marcelo gosta da banda Motöhead e comprou um CD.

Ricardo gosta da banda Megadeath e comprou um DVD

RESPOSTA: “E”.

805. (VALEC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FEMPERJ/2012) Observe a sequência:

121, 119, 116, 112, 107, ...

O próximo termo é:

- A) 99**
- B) 100**
- C) 101**
- D) 102**
- E) 103**

121 diminuiu 2 unidades 119

119 diminuiu 3 unidades 116

116 diminuiu 4 unidades 112

112 diminuiu 5 unidades 107 ...

LIVRO DE QUESTÕES

Portanto, seguindo esse padrão lógico, o próximo número será um valor diminuído de 6 unidades do número 107: 107 diminuiu 6 unidades 101

RESPOSTA: "C".

806. (VALEC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FEMPERJ/2012) Minha idade somada com as de meus dez irmãos é igual a 334. Se ninguém falecer, daqui a doze anos a soma de nossas idades será igual a:

- A) 346
- B) 398
- C) 454
- D) 462
- E) 466

Sejam as seguintes idades:

- minha idade = a
- do meu 1º irmão = b
- do meu 2º irmão = c
- do meu 3º irmão = d
- do meu 4º irmão = e
- do meu 5º irmão = f
- do meu 6º irmão = g
- do meu 7º irmão = h
- do meu 8º irmão = i
- do meu 9º irmão = j
- do meu 10º irmão = k

De acordo com o enunciado, tem-se que:

$$a + b + c + d + e + f + g + h + i + j + k = 334$$

Daqui a 12 anos, juntos, teremos:

$$a + 12 + b + 12 + c + 12 + d + 12 + e + 12 + f + 12 + g + 12 + h + 12 + i + 12 + j + 12 + k + 12$$

$$12 \times 11 + (a + b + c + d + e + f + g + h + i + j + k)$$

$$132 + 334 = 466 \text{ anos}$$

RESPOSTA: "E".

807. (BRDE – ANALISTA DE SISTEMAS - AOC/2012) Complete o elemento faltante, considerando a sequência a seguir:

1 2 4 8 ? 32 64

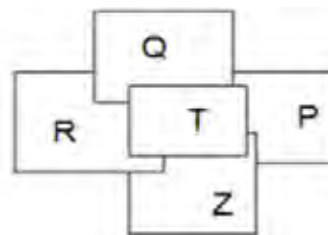
- A) 26
- B) 12
- C) 20
- D) 16
- E) 34

Observe que, todo número subsequente é o dobro do número anterior:

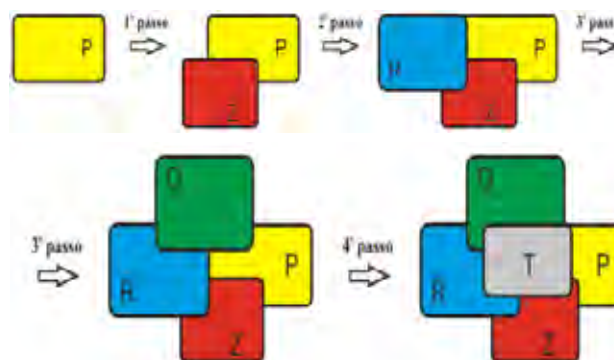
1	x2	2
2	x2	4
4	x2	8
8	x2	16
16	x2	32
32	x2	64

RESPOSTA: "D".

808. (BRDE – ANALISTA DE SISTEMAS - AOC/2012) Assinale a RESPOSTA: que apresenta a ordem em que os 5 retângulos foram colocados.



- A) TQRZP
- B) PZRQT
- C) RTZPQ
- D) ZPRTQ
- E) PZRTQ



Portanto, teremos a seguinte sequência de formação: PZRQT

RESPOSTA: "B".

809. (BRDE – ANALISTA DE SISTEMAS - AOC/2012) Dois amigos disputavam um jogo, no qual é atribuído três pontos por vitória e é retirado dois pontos por derrota em cada rodada. Sabendo que ambos começaram com 10 pontos, que um deles ganhou exatamente quatro rodadas e o outro terminou o jogo com 11 pontos, então, quantas rodadas os amigos jogaram?

- A) 5
- B) 6
- C) 7
- D) 8
- E) 9

De acordo com o texto podemos inferir que, se um deles ganhou exatamente 4 rodadas, logo o outro, que fez 11 pontos, perdeu 4 rodadas. Se é atribuído 3 pontos por vitória e retirado 2 pontos por derrota, então, aquele que fez 11 pontos jogou "x" partidas e perdeu 4 delas, então esse amigo ganhou "x - 4" partidas e, iniciando-se com 10 pontos, teremos o seguinte raciocínio para a montagem da equação a seguir: "a quantidade de pontos que ganhou ("3.(x - 4)") subtraído da quantidade de pontos que perdeu ("2.4") será igual a quantidade de pontos que conquistou ("11").

RESPOSTA: "C".

(PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Considerando que 300 pessoas tenham sido selecionadas para trabalhar em locais de apoio na próxima copa do mundo e que 175 dessas pessoas sejam do sexo masculino, julgue os seguintes itens. (questões 810 a 812)

810. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se, em um dia de jogo, funcionarem 24 postos de apoio e se cada posto necessitar de 6 mulheres e 6 homens, então a quantidade de pessoas selecionadas será suficiente.

() CERTA () ERRADA

Das 300 pessoas, 175 são homens e 125 são mulheres. Se, em um dia de jogo, funcionarem 24 postos de apoio e se cada posto necessitar de 6 mulheres e 6 homens, então teremos que ter, no mínimo:

6 homens por posto ´ 24 postos = 144 homens disponíveis, e

6 mulheres por posto ´ 24 postos = 144 mulheres disponíveis.

A quantidade total de homens (175 homens disponíveis) garante o preenchimento desses 24 postos, porém a quantidade de mulheres disponíveis (125 mulheres) não é suficiente para preencher as 144 vagas para os 24 postos.

RESPOSTA: "ERRADA".

811. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) É impossível dividir as 300 pessoas em grupos de modo que todos os grupos tenham a mesma quantidade de mulheres e a mesma quantidade de homens.

() CERTA () ERRADA

Nesse caso, determinaremos o MDC (Máximo Divisor Comum) entre 125 e 175, que é:

125	;	175	5 (divisor comum)
25		35	5 (divisor comum)
5		7	5
1		7	7
1		1	

MDC (125 ; 175) = 5 ´ 5 = 25

Portanto, podemos formar:

$$\frac{125}{25} = 5 \text{ grupos de mulheres}$$

$$\frac{175}{25} = 7 \text{ grupos de homens}$$

Sendo possível.

RESPOSTA: "ERRADA".

812. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Considere que 50 locais de apoio sejam espalhados pela cidade. Considere ainda que cada um deles necessite, para funcionar corretamente, de 3 pessoas trabalhando por dia, independentemente do sexo. Nessa situação, se todas as pessoas selecionadas forem designadas para esses locais de apoio e se cada uma delas intercalar um dia de trabalho com um dia de folga ou vice-versa, então os postos funcionarão da forma desejada.

() CERTA () ERRADA

Se em cada local, para funcionar corretamente, são necessários 3 funcionários por dia, então teremos que ter, por dia, 50 . 3 = 150 *pessoas por dia*; e se cada uma delas intercalar um dia de trabalho com um dia de folga ou vice-versa, então podemos ter o possível arranjo:

No 1º dia de trabalho, teremos as 150 primeiras pessoas trabalhando e, se todas folgarem no 2º dia de trabalho, as outras 150 pessoas ocuparão suas respectivas vagas.

Para o 3º dia, as 150 primeiras pessoas voltarão ao trabalho, ocasionado a possibilidade daquelas que estavam trabalhando folgarem....e, assim, sucessivamente.

RESPOSTA: "CERTA".

813. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Em um ano de 365 dias, quantas vezes, no máximo, pode ocorrer sexta-feira 13?

- A) 5
- B) 4
- C) 3
- D) 2
- E) 1

Suponha que em janeiro tivemos sexta-feira 13. Vejamos o que acontece com o dia 13 dos outros meses. Como janeiro tem 31 dias, a diferença de dias até 13 de fevereiro é de 31 dias. Como cada semana tem 7 dias, isso dá 4 semanas e 3 dias. Então em fevereiro o dia 13 cai 3 dias depois da sexta, ou seja, na segunda.

Como fevereiro tem 28 dias (ano de 365 dias), em março o dia 13 cairá no mesmo dia da semana que em fevereiro, ou seja, na segunda.

Como março tem 31 dias, em abril acontece o mesmo que de janeiro pra fevereiro, cairá 3 dias depois da segunda, ou seja, numa quinta.

Como abril tem 30 dias, em maio o dia 13 cairá 2 dias depois da quinta, ou seja, num sábado.

E assim, você pode ver pra todos os meses, o que dá o seguinte:

jan sex
fev seg
mar seg
abr qui
mai sab
jun ter
jul qui
ago dom
set qua
out sex
nov seg
dez qua

Veja que só tivemos duas sextas-feiras 13. Mas qual o dia da semana que mais apareceu? Foi a segunda-feira que apareceu 3 vezes. Então, podemos fazer com que um dia da semana se repita 3 vezes no ano para o dia 13. Para isso, basta que 13 de janeiro não seja sexta. Se queremos que em fevereiro, ao invés do dia 13 ser segunda, que ele seja sexta, basta que 13 de janeiro seja terça. Aí a tabela se transforma. Onde tinha segunda será sexta:

jan	ter
fev	sex
mar	sex
abr	seg
mai	qua
jun	sab
jul	seg
ago	qui
set	dom
out	ter
nov	sex
dez	dom

E como esse é o máximo de dias da semana que se repete, teremos no máximo 3 sextas-feiras 13 no ano! E veja que todo ano tem pelo menos uma sexta-feira 13.

RESPOSTA: "C".

814. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) O professor Epaminondas, no primeiro dia de aula, apostou que, entre os alunos daquela classe, pelo menos dois fariam aniversário no mesmo dia do mês. O professor tinha certeza de que ganharia a aposta, pois naquela classe o número de alunos era maior ou igual a

- A) 15
- B) 32
- C) 28
- D) 31
- E) 30

Nessa questão, para você ter certeza de que o professor ia ganhar a aposta, precisamos ter 32 alunos na classe. Pois se tivermos apenas 31 alunos, cada um pode fazer aniversário num dia do mês e não repetir ninguém.

Se tivermos mais um aluno, ou seja, 32, esse último terá que fazer aniversário no mesmo dia que um dos outros 31.

RESPOSTA: "D".

815. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Numa biblioteca há 2500 livros. Nenhum tem mais de 500 páginas. Pode-se afirmar que:

- A) o número total de páginas é superior a 500.000
- b) há pelo menos 3 livros com o mesmo número de páginas
- C) existe algum livro com menos de 50 páginas
- D) existe pelo menos um livro com exatamente 152 páginas
- E) o número total de páginas é inferior a 900.000

Analizando RESPOSTA: por RESPOSTA:

a) Não necessariamente.

Como temos 2500 livros e cada um tem no máximo 500 páginas, pode ser que todos tenham, por exemplo, 10 páginas, não pode? Nesse caso o número total de páginas seria o número de livros vezes o número de páginas por livro $2500 \times 10 = 25.000$ páginas que é inferior a 500.000.

b) Com certeza

Digamos que tenhamos todos os livros com número de páginas diferente. Poderíamos ter o primeiro com 1 página, o 2º com 2 páginas, o 3º com 3 páginas ... e assim sucessivamente até o 500º livro que teria 500 páginas. Como nenhum ultrapassa 500 páginas o 501º livro, teria que repetir algum nº de páginas que já foi. Digamos então que o 501º também tivesse 1 página, o 502º tivesse 2 páginas, o 503º tivesse 3 páginas e assim sucessivamente até o 1000º livro que teria também 500 páginas. Já temos dois livros com cada número de páginas. e o 1001º livro teria que repetir novamente algum nº de páginas que já passou. Pela terceira vez apareceria um mesmo nº de páginas e ainda faltam 1500 livros. Isso quer dizer que não só esta RESPOSTA: está certa, como na verdade, há pelo menos 5 livros com o mesmo nº de páginas pois são 2500 livros. E isso na pior das hipóteses.

c) Não necessariamente.

Pode ser que todos os 2500 livros tenham, por exemplo, 100 páginas, qual o problema? Não contradiz nenhuma condição do problema.

d) Também não é necessário que isso aconteça. Da mesma forma que no item c), se todos os livros tiverem 100 páginas, nenhum terá 152 páginas e não contrariamos nada do exercício.

e) Não necessariamente.

Pode ser que todos os livros tenham exatas 500 páginas, não? O enunciado disse que nenhum tem mais de 500, mas pode ser que todos tenham 500 páginas. Nesse caso, o número total de páginas seria o número de livros vezes o número de páginas por livro:

$2500 \times 500 = 1.250.000$ páginas que é superior a 900.000

RESPOSTA: "B".

816. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Uma floresta tem 1.000.000 de árvores. Nenhuma tem mais de 300.000 folhas. Então:

- A) duas árvores quaisquer nunca terão o mesmo número de folhas
- B) há pelo menos uma árvore com uma só folha
- C) existem pelo menos duas árvores com o mesmo número de folhas
- D) o número médio de folhas por árvore é 150.000
- E) o número total de folhas na floresta pode ser maior que 1012

Analizando RESPOSTA: por RESPOSTA:

a) Por que não? Nada impede que todas as árvores tenham, por exemplo, duas folhas. Nenhuma delas teria mais de 300.000 folhas e poderíamos ter 1.000.000 de árvores assim.

b) Digamos que tivéssemos 1.000.000 de árvores com apenas duas folhas como antes, satisfaria as condições e nenhuma teria uma folha só.

c) Vamos tentar colocar um número de folhas diferente para cada árvore. A 1ª não terá nenhuma folha, a 2ª terá uma folha, a 3ª terá duas folhas, a 4ª terá três folhas...e assim sucessivamente. Quando chegarmos na árvore de número 300.000, ela terá 299.999 folhas. A árvore de número 300.001 terá 300.000 folhas e a árvore de número 300.002 não poderá ter mais do que 300.000 folhas pelas condições do problema, então terá que ter o mesmo número de folhas de alguma das outras árvores. Até chegarmos na árvore de nº 1.000.000, com certeza teremos repetido um mesmo número de folhas para duas árvores, pelo menos.

RESPOSTA: "C".

817. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) João é mais velho que Pedro, que é mais novo que Carlos; Antônio é mais velho do que Carlos, que é mais novo do que João. Antônio não é mais novo do que João e todos os quatros meninos tem idades diferentes. O mais jovem é:

- A) João
- B) Antônio
- C) Pedro
- D) Carlos

E) Impossível de identificar a partir dos dados apresentados.

Para resolver essa questão você pode pegar uma folha e ir escrevendo os nomes. Quando alguém for mais velho, você escreve o nome acima do outro, sempre deixando um espaço para inserir mais nomes no meio. Eu fiz assim:

João é mais velho que Pedro, que é mais novo que Carlos (vou colocar entre parênteses quando houver mais de uma possibilidade):

(Carlos)

João

(Carlos)

Pedro

Antônio é mais velho do que Carlos, que é mais novo do que João

(Antônio)

João

(Antônio)

Carlos

Pedro

Antônio não é mais novo do que João

Antônio

João

Carlos

Pedro

O mais jovem é Pedro.

RESPOSTA: "C".

818. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Considerando que em uma festa existem 15 pessoas, não podemos afirmar que:

A) pelo menos duas nasceram no mesmo mês do ano.

B) pelo menos três nasceram no mesmo dia da semana.

C) se uma pessoa conhece as demais então existem pelo menos duas com o mesmo número de conhecidos (o conhecer alguém é recíproco).

D) se uma pessoa não conhece ninguém então pode não existir duas pessoas com o mesmo número de conhecidos (o conhecer alguém é recíproco).

E) a diferença de idade "em anos " de duas delas é um múltiplo de 14.

Vamos analisar as 5 RESPOSTA: s:

a) pelo menos duas nasceram no mesmo mês do ano.

Se cada uma fizesse aniversário em um mês diferente, poderíamos ter no máximo doze meses diferentes, como são 15 pessoas, pelo menos 3 vão ter que repetir meses de aniversário.

Essa afirmação é verdadeira.

b) pelo menos três nasceram no mesmo dia da semana.

Se cada pessoa fizesse aniversário em um dia diferente da semana, teríamos 2 pessoas para cada dia, dando um total de 14 pessoas, como são 15 pessoas a décima quinta repetirá pela 3ª vez um dos dias da semana.

Essa afirmação é verdadeira.

c) se uma pessoa conhece as demais então existem pelo menos duas com o mesmo número de conhecidos (o conhecer alguém é recíproco).

Se uma pessoa conhece as demais, ela conhece 14 pessoas. As outras pessoas podem conhecer de 1 a 14 pessoas, já que conhecem pelo menos aquele que conhece todas. Digamos que cada uma conheça um número diferente de pessoas, como só temos 14 possibilidades, cada uma conheceria 1, 2, 3, 4... até 14 pessoas. Mas a primeira pessoa já conhecia 14 pessoas, então temos duas pessoas com o mesmo número de conhecidos. E se a última pessoa não conhecer 14 pessoas, ela terá que conhecer um número menor, que já existe alguém que conhece o mesmo número de pessoas.

Essa afirmação é verdadeira.

d) se uma pessoa não conhece ninguém então pode não existir duas pessoas com o mesmo número de conhecidos (o conhecer alguém é recíproco).

Se uma pessoa não conhece ninguém, as outras 14 pessoas podem conhecer de 0 a 13 pessoas. E novamente pelo menos duas pessoas terão o mesmo número de conhecidos. Se cada um conhece um número diferente de pessoas, digamos que nessa ordem 0, 1, 2, 3, ... até 13, só temos 14 possibilidades para 14 pessoas, mas já temos uma pessoa que não conhece ninguém. Essa afirmação é FALSA.

RESPOSTA: "D".

819. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Uma caixa contém 900 cartões, numerados de 100 a 999. Retiramos ao acaso (sem reposição) cartões da caixa e anotamos a soma dos seus algarismos. Qual a menor quantidade de cartões que devem ser retirados da caixa para garantirmos que pelo menos 3 destas somas sejam iguais?

- A) 51
- B) 52
- C) 53
- D) 54
- E) 55

Nessa pergunta, vamos usar mais a lógica do que cálculos. Pensei o seguinte, qual a maior soma que podemos encontrar com três números? Será quando os três forem iguais a 9 e teremos $9 + 9 + 9 = 27$.

E qual a soma mínima, será no número 100, cuja soma dos algarismos é $1 + 0 + 0 = 1$. Não tem soma menor que 1 e nem maior que 27.

Mas só tem um número que dá soma igual a 1 e só um número que dá soma igual a 27, que são 100 e 999. Qualquer outro número entre 100 e 999, terá a soma dos algarismos entre 2 e 26, inclusive. Como temos que encontrar 3 destas somas iguais, temos que ver se há pelo menos 3 de cada total. Já vimos que 1 e 27 só aparecem uma vez. Agora será que temos 3 vezes pelo menos o total 2?

101, 110, 200

Todos têm a soma dos algarismos igual a 2. Já 26, temos: 989, 998, 899. Também tem 3! E qualquer outro total que quiser terá pelo menos 3.

Então na pior das hipóteses, podemos pegar 27 cartões da caixa e nenhum terá a mesma soma. Depois começará a repetir, mas não haverá mais a soma 1 e nem a soma 27, então só pegaremos mais 25 cartões diferentes. Então teremos um cartão com soma 1, um cartão com soma 27 e dois cartões com cada um dos outros totais entre 2 e 26. Agora o próximo cartão terá como total algum número que já saiu duas vezes!

Então podemos pegar 27 cartões, mais 25 cartões e mais um cartão que com certeza teremos 3 cartões com a mesma soma:

$$27 + 25 + 1 = 53$$

Pode ser que isso aconteça antes, é até muito provável, mas para ter certeza mesmo, com 53 cartões não tem erro.

RESPOSTA: "C".

820. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Três amigos, Brenner, Flávio e Choquito, foram ao mercado com suas mulheres: Maria, Bráulia e Ana. Não se sabe quem casado com quem. Isto pode ser descoberto com base nos dados seguintes: cada um destas seis pessoas pagou, para cada objeto comprado, tantos reais quantos objetos comprou. Cada homem gastou 48 reais a mais do que sua mulher. Além disso, Brenner comprou 9 objetos a mais que Ana e Flávio 7 objetos a mais que Maria. Podemos afirmar que Flávio é marido de:

- A) Bráulia
- B) Maria
- C) Ana
- D) Nada se pode afirmar
- E) duas delas

Nesse problema não podemos concluir muita coisa com o que foi dado. Podemos ter duas RESPOSTAS. Sabemos que não podem ser casados:

Brenner (Be) e Ana (A)
Flávio (F) e Maria (M)
Choquito (C) e Bráulia (Ba)

Isso porque Brenner gastou 9 a mais que Ana e Flávio gastou 7 a mais que Maria, sendo que cada homem gastou 48 a mais que sua mulher. E Choquito não pode ser marido de Bráulia porque se somarmos a quantidade que todos os homens gastaram com as quantidades que cada mulher gastou, a soma dos homens deve ser a soma das mulheres mais $48 + 48 + 48 = 144$, porque cada homem gastou 48 a mais que sua mulher, então os 3 juntos gastaram 3 vezes 48 a mais que as 3 mulheres juntas:

$$\text{Homens} = \text{Mulheres} + 148$$

Como sabemos que:

$$\text{Be} = \text{A} + 9$$

$$\text{F} = \text{M} + 7$$

Podemos escrever que, se Choquito comprou x a mais que Bráulia:

$$\text{Be} = \text{A} + 9$$

$$\text{F} = \text{M} + 7$$

$$\text{C} = \text{Ba} + x$$

Somando tudo:

$$\text{Be} + \text{F} + \text{C} = \text{A} + \text{M} + \text{Ba} + 9 + 7 + x$$

$$\text{Be} + \text{F} + \text{C} = \text{A} + \text{M} + \text{Ba} + 16 + x$$

$$\text{Homens} = \text{Mulheres} + 16 + x$$

Mas sabemos que Homens = Mulheres + 148, então:

$$\text{Homens} = \text{Mulheres} + 16 + x$$

$$\text{Mulheres} + 16 + x = \text{Mulheres} + 148$$

$$16 + x = 148$$

$$x = 128$$

Então, como Choquito comprou 128 a mais que Bráulia, não pode ser seu marido. Assim temos duas opções de casais:

C e M

Be e Ba

F e A

Ou ainda:

C e A

F e Ba

Be e M

E posso aqui dar dois exemplos de situações que satisfazem todas as condições do enunciado para os dois tipos de uniões de casais diferentes:

$$\text{C} = 138 \text{ e } \text{M} = 90$$

$$\text{Be} = 58 \text{ e } \text{Ba} = 10$$

$$\text{F} = 97 \text{ e } \text{A} = 49$$

Ou ainda:

$$\text{C} = 138 \text{ e } \text{Ac} = 90$$

$$\text{F} = 58 \text{ e } \text{Ba} = 10$$

Be = 99 e M = 51

Pode conferir que todas essas condições estão satisfeitas nos dois casos:

- Três amigos: Brenner, Flávio e Choquito;
 - Suas mulheres: Maria, Bráulio e Ana;
 - Cada homem gastou 48 reais a mais do que sua mulher;
 - Brenner comprou 9 objetos mais que Ana;
 - Flávio 7 objetos a mais que Maria.
- Assim, Flávio pode ser marido de Bráulio ou de Ana.

RESPOSTA: "D".

821. (Receita Federal - Auditor Fiscal - ESAF/2013)
A afirmação "A menina tem olhos azuis ou o menino é loiro" tem como sentença logicamente equivalente:

- A) se o menino é loiro, então a menina tem olhos azuis.
- B) se a menina tem olhos azuis, então o menino é loiro.
- C) se a menina não tem olhos azuis, então o menino é loiro.
- D) não é verdade que se a menina tem olhos azuis, então o menino é loiro.
- E) Não é verdade que se o menino é loiro, então a menina tem olhos azuis.

P é suficiente para Q;

Q é necessário para P;

- A menina tem olhos azuis ou o menino é loiro: ~P V Q
- Se a menina não tem olhos azuis, então o menino é loiro: P → Q

RESPOSTA: "C".

822. (TRT 1ª Região - Técnico Judiciário - FCC/2012)
Há dois casais (marido e mulher) dentre Carolina, Débora, Gabriel e Marcos. A respeito do estado brasileiro (E) e da região do Brasil (R) que cada uma dessas quatro pessoas nasceu, sabe-se que:

- Carolina nasceu na mesma R que seu marido, mas E diferente;
- Gabriel nasceu no Rio de Janeiro, e sua esposa na região Nordeste do Brasil;
- Os pais de Marcos nasceram no Rio Grande do Sul, mas ele nasceu em outra R;
- Débora nasceu no mesmo E que Marcos.

É correto afirmar que:

- A) Marcos nasceu na mesma R que Gabriel.
- B) Carolina e Débora nasceram na mesma R.
- C) Gabriel é marido de Carolina.
- D) Marcos não é baiano.

As afirmações I e IV falam que Carolina nasceu no estado diferente de seu marido e Débora nasceu no mesmo estado que Marcos, ou seja:

Débora é mulher de Gabriel

Carolina é mulher de Marcos

Como Gabriel nasceu no Rio de Janeiro e sua esposa é da região Nordeste, consequentemente Débora é nordestina.

Débora nasceu no mesmo estado que Marcos, ou seja, ele também é nordestino.

Como há uma proposição afirmando que Carolina nasceu na mesma região que o marido, podemos concluir que ela também é nordestina

RESPOSTA: "B".

823. (TRT 1ª Região - Técnico Judiciário - FCC/2012)
Há dois casais (marido e mulher) dentre Carolina, Débora, Gabriel e Marcos. A respeito do estado brasileiro (E) e da região do Brasil (R) que cada uma dessas quatro pessoas nasceu, sabe-se que:

- Carolina nasceu na mesma R que seu marido, mas E diferente;
- Gabriel nasceu no Rio de Janeiro, e sua esposa na região Nordeste do Brasil;
- Os pais de Marcos nasceram no Rio Grande do Sul, mas ele nasceu em outra R;
- Débora nasceu no mesmo E que Marcos.

É correto afirmar que:

- A) Marcos nasceu na mesma R que Gabriel.
- B) Carolina e Débora nasceram na mesma R.
- C) Gabriel é marido de Carolina.
- D) Marcos não é baiano.

As afirmações I e IV falam que Carolina nasceu no estado diferente de seu marido e Débora nasceu no mesmo estado que Marcos, ou seja:

Débora é mulher de Gabriel

Carolina é mulher de Marcos

Como Gabriel nasceu no Rio de Janeiro e sua esposa é da região Nordeste, consequentemente Débora é nordestina.

Débora nasceu no mesmo estado que Marcos, ou seja, ele também é nordestino.

Como há uma proposição afirmando que Carolina nasceu na mesma região que o marido, podemos concluir que ela também é nordestina

RESPOSTA: "B".

824. (PC/DF - Perito Criminal - FUNIVERSA/2012)
Cinco amigos encontraram-se em um bar e, depois de algumas horas de muita conversa, dividiram igualmente a conta, a qual fora de, exatos, R\$ 200,00, já com a gorjeta incluída. Como se encontravam ligeiramente alterados pelo álcool ingerido, ocorreu uma dificuldade no fechamento da conta. Depois que todos julgaram ter contribuído com sua parte na despesa, o total colocado sobre a mesa era de R\$ 160,00, apenas, formados por uma nota de R\$ 100,00, uma de R\$ 20,00 e quatro de R\$ 10,00. Seguiram-se, então, as seguintes declarações, to-

das verdadeiras: Antônio: — Basílio pagou. Eu vi quando ele pagou. Danton: — Carlos também pagou, mas do Basílio não sei dizer. Eduardo: — Só sei que alguém pagou com quatro notas de R\$ 10,00. Basílio: — Aquela nota de R\$ 100,00 ali foi o Antônio quem colocou, eu vi quando ele pegou seus R\$ 60,00 de troco. Carlos: — Sim, e nos R\$ 60,00 que ele retirou, estava a nota de R\$ 50,00 que o Eduardo colocou na mesa. Imediatamente após essas falas, o garçom, que ouvira atentamente o que fora dito e conhecia todos do grupo, dirigiu-se exatamente àquele que ainda não havia contribuído para a despesa e disse: O senhor pretende usar seu cartão e ficar com o troco em espécie? Com base nas informações do texto, o garçom fez a pergunta a:

- A) Antônio
- B) Basílio
- C) Carlos
- D) Danton
- E) Eduardo

O enunciado informa que todas as informações dadas são verdadeiras, portanto:

Basílio pagou;

Carlos pagou;

Antônio pagou com R\$ 100,00 reais e retirou da mesa o troco de R\$ 60,00 reais. Incluindo a nota de R\$ 50,00 que havia sido dada por Eduardo.

Eduardo pagou, portanto sobra Danton.

RESPOSTA: "D".

825. (TJM/SP - Analista de Sistemas - Vunesp/2012) Se afino as cordas, então o instrumento soa bem. Se o instrumento soa bem, então toco muito bem. Ou não toco muito bem ou sonho acordado. Afirmo ser verdadeira a frase: não sonho acordado. Dessa forma, conclui-se que

- A) sonho dormindo.
- B) o instrumento afinado não soa bem.
- C) as cordas não foram afinadas.
- D) mesmo afinado o instrumento não soa bem.
- E) toco bem acordado e dormindo.

Afirmção: Não sonho acordado. Isso nos leva a pensar na frase: «Ou não toco muito bem ou sonho acordado». Porque se ele não sonha acordado também não toca muito bem.

Se o instrumento soa bem, então toco muito bem.

Se afino as cordas, então o instrumento soa bem.

Ou seja, como já se sabe que ele não toca bem, consequentemente o instrumento não soa bem e as cordas não estão afinadas.

RESPOSTA: "C".

826. (TJ/RJ - Analista Judiciário - FCC/2012) Considere a seguinte análise, feita por um comentarista esportivo durante um torneio de futebol. Se o Brasil vencer ou empatar o jogo contra o Equador, então es-

tará classificado para a semifinal, independentemente de outros resultados. Classificando-se para a semifinal, a equipe brasileira vai enfrentar o Uruguai. De acordo com essa análise, conclui-se que se o Brasil

A) não enfrentar o Uruguai, necessariamente terá perdido o jogo para o Equador.

B) não se classificar para a semifinal, terá necessariamente empatado o jogo com o Equador.

C) enfrentar o Uruguai, necessariamente terá vencido ou empatado seu jogo contra o Equador.

D) perder seu jogo contra o Equador, necessariamente não se classificará para a semifinal.

E) se classificar para a semifinal, então necessariamente não terá sido derrotado pelo Equador.

A: Vencer o jogo contra o Equador

B: Empatar o jogo

C: Ir para a semifinal

D: Enfrentar o Uruguai

Não se fala na questão que se o Brasil perder ele não vai para a semifinal;

A letra B está incorreta porque o fato de empatar o Equador classifica o Brasil.

A letra C está errada porque o termo necessariamente generaliza a informação;

A questão D também está incorreta porque o Brasil pode perder o jogo e mesmo assim se classificar;

A classificação pode acontecer de 3 formas: ganhando, perdendo ou empatando fazendo com a questão e fique incorreta.

RESPOSTA: "A".

827. (TCE/SP - Agente de Fiscalização Financeira - FCC/2012) Se a tinta é de boa qualidade então a pintura melhora a aparência do ambiente. Se o pintor é um bom pintor até usando tinta ruim a aparência do ambiente melhora. O ambiente foi pintado. A aparência do ambiente melhorou. Então, a partir dessas afirmações, é verdade que:

A) O pintor era um bom pintor ou a tinta era de boa qualidade.

B) O pintor era um bom pintor e a tinta era ruim.

C) A tinta não era de boa qualidade.

D) A tinta era de boa qualidade e o pintor não era bom pintor.

E) Bons pintores não usam tinta ruim.

Premissas:

Tinta boa: pintura melhora a aparência;

Pintor bom: pintura melhora a aparência;

Sabendo que o ambiente foi pintado e aparência melhorou. Mas, o ambiente pode ter sido melhorado por outros motivos;

A pintura só pode melhorar a aparência se usar tinta boa ou se for um pintor bom.

RESPOSTA: "A".

828. (PGE/BA - Assistente de Procuradoria - FCC/2013) Eu sou homem. O filho de Cláudio é pai do meu filho. Nesse caso, o que eu sou de Cláudio?

- A) Avô
- B) Neto
- C) Filho
- D) Bisavô
- E) Pai

Observe a frase: O filho de Cláudio é pai do meu filho. Ora, o pai do meu filho sou eu! Portanto, a frase diz que "O filho de Cláudio sou eu". Logo, eu sou o filho de Cláudio.

RESPOSTA: "C".

829. (BAHIAGÁS – Técnico de Processos Organizacionais – FCC/2012) Observe a sequência que foi criada com uma lógica matemática:

- 7; 29; quarenta;
- 8; 11; vinte;
- 3; 31; trinta;
- 5; 73; oitenta;
- 6; 52;

A palavra que completa o espaço é:

- A) noventa.
- B) sessenta.
- C) trinta.
- D) vinte.
- E) dez.

Observe que:

- A dezena mais próxima de $7 + 29$ é quarenta;
- A dezena mais próxima de $8 + 11$ é vinte;
- A dezena mais próxima de $3 + 31$ é trinta;
- A dezena mais próxima de $5 + 73$ é oitenta;
- A dezena mais próxima de $6 + 52$; sessenta.

RESPOSTA: "B".

830. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2012) Os habitantes de certo país podem ser classificados em políticos e não políticos. Todos os políticos sempre mentem e todos os não políticos sempre falam a verdade. Um estrangeiro, em visita ao referido país, encontra-se com 3 nativos, I, II, III. Perguntando ao nativo I se ele é político, o estrangeiro recebe uma RESPOSTA que não consegue ouvir direito. O nativo II informa, então, que I negou ser um político. Mas o nativo III afirma que I é realmente um político. Quantos dos 3 nativos são políticos?

- A) Zero
- B) Um
- C) Dois
- D) NDA

A questão trata do tema verdades e mentiras. Ao perguntar ao nativo se ele é político, levando-se em consideração que todos os políticos mentem, foi o mesmo que perguntar se ele é mentiroso. Pelo primeiro aspecto fixo de verdades e mentiras, perguntado a alguém se ele mente, este só poderá responder não.

Analisando cada RESPOSTA, teremos:

Dessa forma é claro que o nativo I respondeu: "Não".

Nada podemos afirmar sobre ele, a não ser que disse "não".

O nativo II diz: "O nativo I disse 'não'".

O nativo II é verdadeiro.

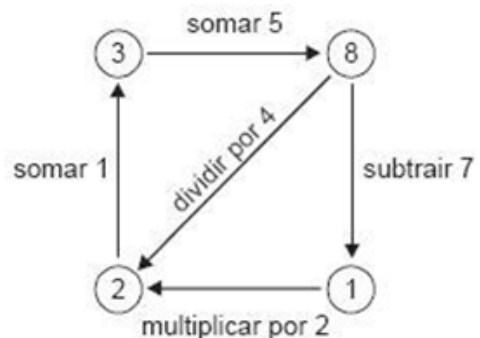
O nativo III diz: "O nativo I é político, ou seja, mentiroso".

Assim, de acordo com o terceiro aspecto fixo de verdades e mentiras, um dos dois está mentido, enquanto o outro diz a verdade.

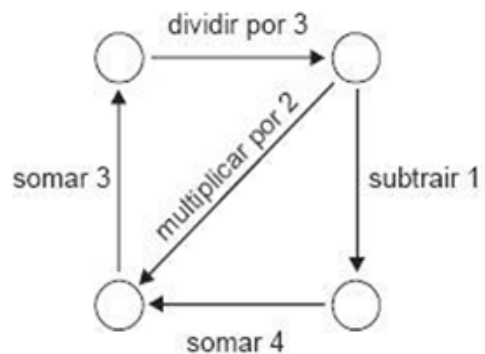
Podemos concluir que o nativo II é verdadeiro e que entre o nativo I e o nativo III temos mais um verdadeiro. Assim, apenas um é mentiroso, ou seja, apenas um é político.

RESPOSTA: "B".

831. (TRF 5ª REGIÃO – Técnico Judiciário – FCC/2012) Observe o diagrama.



Usando a mesma ideia, é possível determinar os números do interior de cada um dos 4 círculos do diagrama a seguir.



Desses quatro números, o:

- A) maior é 6
- B) menor é 4
- C) menor é 3
- D) maior é 12
- E) maior é 9

Chamemos de x o valor na "bolinha" do canto superior direito. Seguindo as operações, temos:

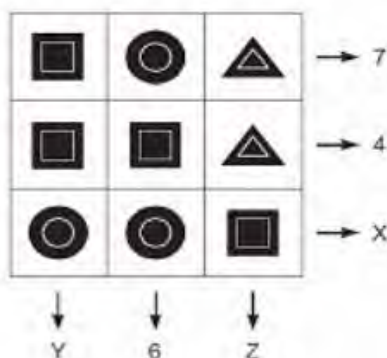
$$2x = x - 1 + 4$$

$$x = 3$$

Os valores em cada "bolinha" seriam: 3, 2, 6 e 9. Portanto, o maior é o 9.

RESPOSTA: "E".

832. (TRT/Mato Grosso - Analista Judiciário - FCC/2014) A figura indica três símbolos, dispostos em um quadrado de 3 linhas e 3 colunas, sendo que cada símbolo representa um número inteiro. Ao lado das linhas e colunas do quadrado, são indicadas as somas dos correspondentes números de cada linha ou coluna, algumas delas representadas pelas letras X, Y e Z.



Nas condições dadas. $X + Y + Z$ é igual a

- A) 17
- B) 18
- C) 19
- D) 20
- E) 21

Chamaremos de $A =$, $B =$, e $C =$. Então:

Somas das linhas (horizontal)

$$A + B + C = 7$$

$$2A + C = 4$$

$$A + 2B = X$$

Soma das colunas (vertical)

$$2A + B = Y$$

$$A + 2B = 6$$

$$A + 2C = Z$$

Substituindo em X, Y e Z e substituindo, temos agora uma soma em função de A, B e C. Vejamos:

$$X + Y + Z = A + 2B + 2A + B + A + 2C = 4A + 3B + 2C$$

Somando as demais equações e obtendo uma única equação, temos:

$$\begin{array}{rcl} A & + B & + C = 7 \\ 2A & & + C = 4 \\ \hline A & + 2B & = 6 \\ 4A + 3B + 2C & = & 17 \end{array}$$

Note que a soma obtida resulta numa expressão algébrica idêntica a da soma de X, Y e Z. Portanto a soma de $X + Y + Z = 17$. Chegando a RESPOSTA de letra A.

RESPOSTA: "A".

833. (TRT 24ª Região - Técnico Judiciário - FCC/2013) Sabe-se que Vitor e Valentina trabalham como Auxiliares de Enfermagem em uma empresa e, sistematicamente, seus respectivos plantões ocorrem a cada 8 dias e a cada 6 dias. Assim sendo, se no último dia de Natal - 25/12/2010 - ambos estiveram de plantão, então, mantido o padrão de regularidade, uma nova coincidência de datas de seus plantões em 2011, com certeza, NÃO ocorrerá em:

- A) 18 de janeiro.
- B) 10 de fevereiro.
- C) 31 de março.
- D) 24 de abril.
- E) 18 de maio.

Ambos deram plantão em 25 de dezembro de 2010. A partir de 25/12/2010 Vitor trabalhará a cada 8 dias e Valentina a cada 6 dias. Portanto, em vários outros dias seguintes eles se encontrarão na empresa. E quais serão estes dias? Os dias em que os dois se encontrarão na empresa serão os múltiplos de 8 e de 6.

Como o MMC(8, 6) = 24 então, a cada 24 dias os dois voltarão a se encontrar na empresa.

Daí, somando-se 24 a partir de 25/12/2010, temos:

$$25/12/2010 + 24 \text{ dias} = 18/01/2011$$

$$18/01/2011 + 24 \text{ dias} = 11/02/2011$$

$$11/02/2011 + 24 \text{ dias} = 07/03/2011$$

$$07/03/2011 + 24 \text{ dias} = 31/03/2011$$

$$31/03/2011 + 24 \text{ dias} = 24/04/2011$$

$$24/04/2011 + 24 \text{ dias} = 18/05/2011$$

Perceba que dentre as datas encontradas das novas coincidências dos plantões, não está incluída 10 de fevereiro.

RESPOSTA: "B".

834. (BAHIAGÁS - Técnico de Processos Organizacionais - FCC/2013) Observe a sequência que foi criada com uma lógica matemática:

- 7; 29; quarenta;
- 8; 11; vinte;
- 3; 31; trinta;
- 5; 73; oitenta;
- 6; 52;

A palavra que completa o espaço é:

- A) noventa.
- B) sessenta.
- C) trinta.
- D) vinte.
- E) dez.

Observe que a dezena mais próxima de $7 + 29$ é quarenta; A dezena mais próxima de $8 + 11$ é vinte; A dezena mais próxima de $3 + 31$ é trinta; A dezena mais próxima de $5 + 73$ é oitenta; A dezena mais próxima de $6 + 52$; sessenta.

RESPOSTA: "B".

835. (TJ/SE – Técnico Judiciário – FCC/2013) Considere que os dois primeiros pares de palavras foram escritos segundo determinado critério.

temperamento – totem
traficante – tetra
massificar – ?

De acordo com esse mesmo critério, uma palavra que substituiria o ponto de interrogação é:

- A) ramas.
- B) maras.
- C) armas.
- D) samar.
- E) asmar.

temperamento – totem
traficante – tetra
massificar – ar-mas

RESPOSTA: "C".

836. (TRT 24ª REGIÃO – Técnico Judiciário – FCC/2013) Certo escritório anunciou uma vaga para escriturários e uma das formas de seleção dos candidatos era testar sua habilidade em digitar textos, em que cada um recebia uma lista com uma sucessão de códigos, que deveria ser copiada. Embora não fosse um bom digitador, Salomão concorreu a essa vaga e o resultado de seu teste é mostrado abaixo.

Lista original da empresa	Lista digitada por Salomão
X Y 1 D E Q 2 O	X Y I D E O 2 Q
A B C O 9 T S 1	A B C O 9 T S 1
2 5 X V O O 9 F	2 5 X U O O 9 F
5 J H 1 N 3 6 M	5 J H 1 N 3 6 M
K 2 4 E 6 B C 3	K 2 4 F 6 B C 3
2 1 M 6 4 N A O	2 1 N 9 4 M A O

O número de erros cometidos por Salomão foi igual

a:

- A) 7.
- B) 8.
- C) 9.
- D) 10.
- E) 11.

Lista original da empresa	Lista digitada por Salomão
X Y 1 D E Q 2 O	X Y I D E O 2 Q
A B C O 9 T S 1	A B C O 9 T S 1
2 5 X V O O 9 F	2 5 X U O O 9 F
5 J H 1 N 3 6 M	5 J H 1 N 3 6 M
K 2 4 E 6 B C 3	K 2 4 F 6 B C 3
2 1 M 6 4 N A O	2 1 N 9 4 M A O

RESPOSTA: "C".

837. (TRT 22ª Região – Técnico Judiciário – FCC/2012) No esquema abaixo, considere a relação existente entre o primeiro e o segundo grupos de letras, a contar da esquerda. A mesma relação deve existir entre o terceiro grupo e o quarto, que está faltando.

A C E B : D F H E :: L N P M : ?

O grupo de letras que substitui corretamente o ponto de interrogação é

- A) N P R O
- B) N Q S R
- C) O Q S P
- D) O R T P
- E) P R T Q

Vejam que de A para D, avançamos 3 casas. O mesmo vai acontecer de L para a próxima, ou seja, vai para a letra O. De C para F nas duas primeiras sequências, avança apenas três casas. Dessa forma, de N para a próxima, avança três também, logo vamos para a letra Q. A sequência será OQSP.

A C E B : D F H E :: L N P M : O Q S P

+3 +3

RESPOSTA: "C".

838. (DNOCS - Agente Administrativo – FCC/2013) Três Agentes Administrativos – Almir, Noronha e Creuza – trabalham no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas: um, no setor de atendimento ao público, outro no setor de compras e o terceiro no almoxarifado. Sabe-se que:

- Esses Agentes estão lotados no Ceará, em Pernambuco e na Bahia;
- Almir não está lotado na Bahia e nem trabalha no setor de compras;
- Creuza trabalha no almoxarifado;

LIVRO DE QUESTÕES

- O Agente lotado no Ceará trabalha no setor de compras.

Com base nessas informações, é correto afirmar que o Agente lotado no Ceará e o Agente que trabalha no setor de atendimento ao público são, respectivamente,

- A) Almir e Noronha.
- B) Creuza e Noronha.
- C) Noronha e Creuza.
- D) Creuza e Almir.
- E) Noronha e Almir.

Retire os elementos do enunciado e preencha uma tabela com SIM ou NÃO, de acordo com as informações fornecidas. Ao encontrar um SIM em uma célula, preencha o restante da linha e da coluna com NÃO.

	Local de trabalho			Estados de lotação		
	Atendimen- to	C o m - pras	Almoxarifa- do	Ceará	Pernambu- co	B a - hia
Almir	S	N	N	N	S	N
N o r o - nha	N	S	N	S	N	N
Creuza	N	N	S	N	N	S

RESPOSTA: "E".

839. (METRÔ/SP - AGENTE DE SEGURANÇA - FCC/2012) Suponha que às 5h30min de certo dia, dois trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo partiram simultaneamente de um mesmo terminal T e seguiram por linhas diferentes. Considerando que a cada 78 minutos da partida um dos trens retorna a T, enquanto que o outro o faz a cada 84 minutos, então, nesse dia, ambos se encontraram novamente em T às:

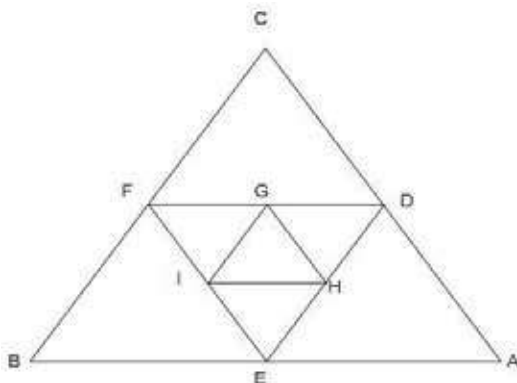
- A) 19h42min.
- B) 21h48min.
- C) 21h36min.
- D) 23h42min.
- E) 23h48min.

O próximo encontro se dará após um tempo que corresponde ao m.m.c. de 78 e 84.

Calculando o m.m.c.(78;84) encontramos 1.092, ou seja, o encontro ocorrerá após 1.092 minutos. Mas 1.092 equivale a 18h 12min. Como o 1º encontro se deu às 5h 30min, o próximo será às 23h 42min.

RESPOSTA: "D".

840. (TCE/SP - Agente de Fiscalização Financeira – FCC/2012) Na figura, o segmento AB mede 20 m e o ponto E situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento BC mede 20 m e o ponto F situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento AC mede 20 m e o ponto D situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento DE mede 10 m e o ponto H situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento EF mede 10 m e o ponto I situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento DF mede 10 m e o ponto G situa-se exatamente na metade dessa distância. Os segmentos GH, HI e GI apresentam a mesma medida e é 5 m. A distância percorrida por um caminhante que caminha sobre os lados da figura seguindo uma única vez o percurso sugerido pelas letras ABCDEFGHI é, em metros,



- A) 85.
B) 90.
C) 95.
D) 100.
E) 105.

O problema nos informa que as temos as seguintes medidas:

AB=20 m; BC=20 m; AC=20m (triângulo maior da figura)

DE=10 m; EF=10 m; DF=10 m (triângulo médio da figura)

GH=5 m; GI=5 m; IH=5 m (triângulo menor da figura)

E os pontos médios (F, G,D,E,I,H)

Se fosse o caminho completasse o perímetro de um triângulo, teríamos:

60 m (AB + BC + CA)

30 m (DE + EF + DF)

15 m (GH + GI + IH)

Mas observem que o caminho percorrido não chega a completar um triângulo, ou seja, sempre falta um lado, neste caso devemos subtrair um lado de cada triângulo, ficando da seguinte forma:

40 m (AB + BC)

20 m (DE + EF)

10 m (GH + GI)

70 m (onde está os 15 metros??)

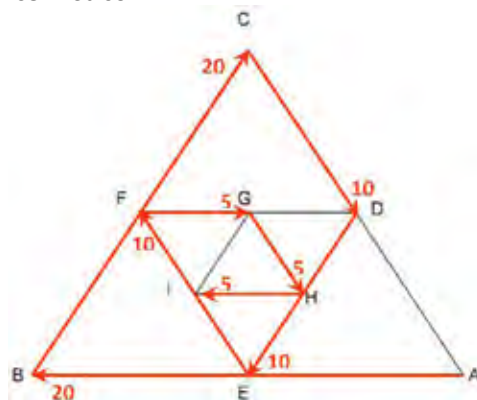
Observe que o trajeto é

A B C D E F G H I

40m 20 m 10 m

|-----| |-----|
10 m 5m

Somando tudo: $40+10+20+5+10 = 85$ metros



RESPOSTA: "A"

841. (TCE/SP – Agente de Fiscalização Financeira - FCC/2012) Considere as informações disponíveis sobre três amigos que jogam futebol:

- I. Um é atacante, o outro goleiro e o outro zagueiro;
- II. Marcelo é atacante;
- III. Jonas não é o mais baixo dos três;
- IV. Bruno é mais alto que o goleiro.

É correto afirmar que:

- A) Bruno é o mais alto dos três;
- B) Jonas é zagueiro;
- C) Jonas é o mais alto dos três;
- D) Bruno é mais baixo que Marcelo;
- E) Marcelo é mais alto que Jonas.

LIVRO DE QUESTÕES

Tem-se 3 pessoas, 3 posições no time e 3 alturas:

	Atacante	Goleiro	Zagueiro	Baixo	Meio	Alto
Marcelo						
Jonas						
Bruno						

A primeira informação é de que Marcelo é o atacante:

	Atacante	Goleiro	Zagueiro	Baixo	Meio	Alto
Marcelo	V	F	F			
Jonas	F					
Bruno	F					

Depois tem-se que Jonas não é o mais baixo:

	Atacante	Goleiro	Zagueiro	Baixo	Meio	Alto
Marcelo	V	F	F			
Jonas	F			F		
Bruno	F					

Por último tem-se que Bruno é mais alto que o goleiro. Isto significa que Bruno não é goleiro, nem pode ser o mais baixo de todos:

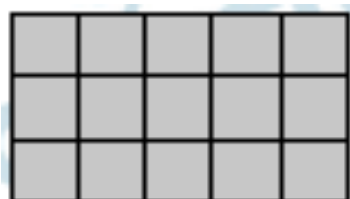
	Atacante	Goleiro	Zagueiro	Baixo	Meio	Alto
Marcelo	V	F	F			
Jonas	F			F		
Bruno	F	F		F		

Logo, completa-se as tabelas com as possibilidades:

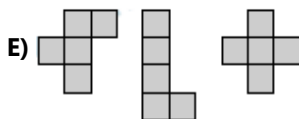
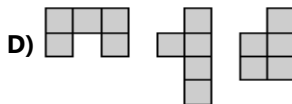
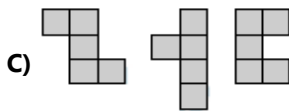
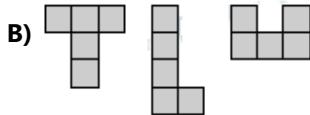
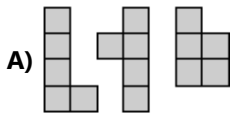
	Atacante	Goleiro	Zagueiro	Baixo	Meio	Alto
Marcelo	V	F	F	V	F	F
Jonas	F	V	F	F	V	F
Bruno	F	F	V	F	F	V

RESPOSTA: "A".

842. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2014) Um quebra-cabeça e composto por apenas três peças que, quando encaixadas corretamente, formam o retângulo da figura



Assinale a RESPOSTA: que apresenta as três peças que permitem montar esse quebra-cabeça.



A configuração que permite montar o quebra-cabeça utiliza as peças constantes na RESPOSTA: D, como mostra a figura abaixo.



RESPOSTA: "D".

843. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013)
Seja M um subconjunto finito do conjunto dos números inteiros.

Sobre os elementos de M, considere as seguintes informações:

- 40 são números primos;
- 50 são números positivos;
- 14 são números não primos e não positivos e
- 8 são números primos e positivos.

Considerando M o subconjunto dos inteiros com menor número de elementos que satisfazem, simultaneamente, as informações, pode-se afirmar corretamente que em M há

- A) 112 elementos.
- B) 64 números que não são primos.
- C) 90 números que são primos ou positivos.
- D) 42 números que são positivos e não primos.
- E) 36 números que são primos e não positivos.

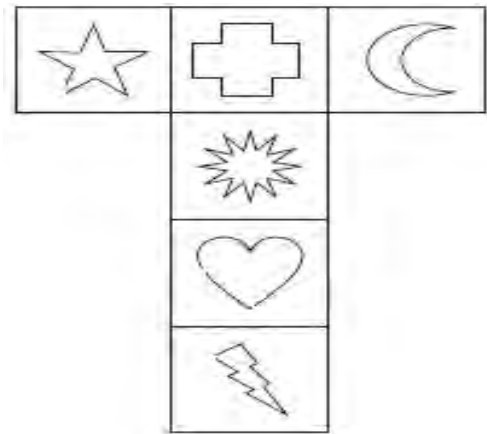
Os dados da questão permitem montar a seguinte tabela, com o número mínimo de elemento de M.

	primos	não primos	total
positivos	8	42	50
não positivos	32	14	46
total	40	56	96

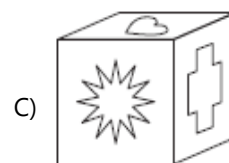
Assim, 42 números são positivos e não primos.

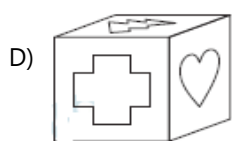
RESPOSTA: "D".

844. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013)
A figura mostra a planificação de um cubo, que apresenta imagens em suas faces.



O cubo montado a partir dessa planificação é





☆ e ♥ estão em faces opostas do cubo, assim como é , o que impossibilita as RESPOSTA: s a, b, c e d.

RESPOSTA: "E".

845. (TCE/SP – Agente de Fiscalização Financeira - FCC/2012) 165189715 é para a palavra "perigo" o mesmo que 21141141 é para a palavra:

- A) abaixo;
- B) cinema;
- C) boneca;
- D) banana;
- E) gravita.

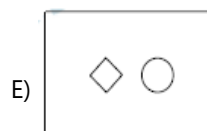
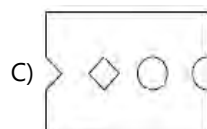
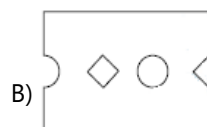
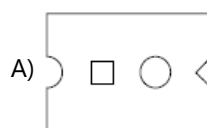
Usou-se, para cada letra, o número correspondente à sua posição na ordem alfabética:

P	E	R	I	G	O
16	5	18	9	7	15
A	B	A	I	X	O
1	2	1	9	24	15
C	I	N	E	M	A
3	9	14	5	13	1
B	O	N	E	C	A
2	15	14	5	3	1
B	A	N	A	N	A
2	1	14	1	14	1

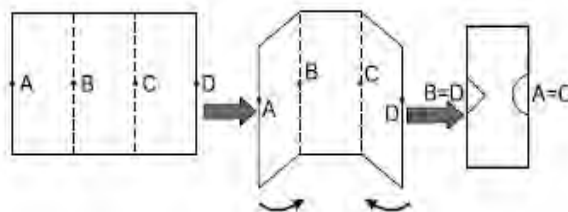
G	R	A	V	I	T	A
7	18	1	22	9	20	1

RESPOSTA: "D".

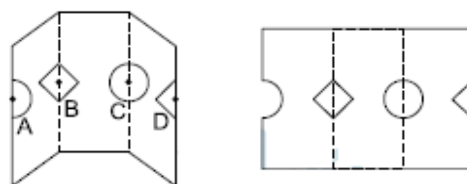
846. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013) Uma folha de papel retangular foi dobrada em três partes congruentes, conforme a sequência apresentada na figura do retângulo obtido, foram recortados um semicírculo e um triângulo retângulo isósceles, conforme figura 2.



No processo de dobra, os pontos A e C coincidirão e serão centros dos semicírculos.



Os pontos B e D também coincidirão e estarão na hipotenusa do triângulo retângulo isósceles. O processo de desdobra gera a folha da RESPOSTA: b.



RESPOSTA: "B".

847. (DNIT - Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes - ESAF/2012) No reino de Leones, em 1995, o setor público e o setor privado empregavam o mesmo número de pessoas. De 1995 para 2000, o número de empregados no setor público decresceu mais do que cresceu o número de empregados no setor privado.

Curiosamente, porém, a taxa de desemprego no reino (medida pela razão entre o número total de desempregados e o número total da força de trabalho) permaneceu exatamente a mesma durante o período 1995-2000. Ora, sabe-se que as estatísticas econômicas e demográficas, em Leones, são extremamente precisas. Sabe-se, ainda, que toda a pessoa que faz parte da força de trabalho do reino encontra-se em uma e em somente uma das seguintes situações:

- a) está desempregada;
- b) está empregada no setor público;
- c) está empregada no setor privado.

Pode-se, portanto, concluir que, durante o período considerado (1995-2000), ocorreu em Leones necessariamente o seguinte:

- A) A força de trabalho total diminuiu.
- B) O emprego total aumentou.
- C) O total de desempregados permaneceu constante.
- D) Os salários pagos pelo setor privado aumentaram, em média, mais do que os do setor público.
- E) Um número crescente de pessoas procuraram trabalho no setor privado.

Na questão compara-se a força de trabalho de dois anos, a saber:

1995

O Setor Privado empregou X pessoas

O Setor Público empregou X pessoas

Existem D desempregados

2001

O Setor Privado empregou $X + a$ pessoas

O Setor Público empregou $X - b$ pessoas

Existem D' desempregados

Observando-se que b é maior que a (pois, o número de empregados no setor público decresceu mais do que cresceu o número de empregados no setor privado).

Observando-se que não se sabe o valor de D e D' No entanto foi dado que a taxa de desemprego (medida pela razão entre o número total de desempregados e o número total da força de trabalho) nos dois anos é igual e afirmou-se que toda a pessoa que faz parte da força de trabalho do reino encontra-se em uma e somente uma das seguintes situações:

- a) está desempregada;
- b) está empregada no setor público;
- c) está empregada no setor privado.

Desse modo, pode-se calcular de forma algébrica as taxas de desemprego:

Em 1995 taxa de desemprego = $D / (D + X + X) = D / (D + 2X)$
Em 2000 taxa de desemprego = $D' / (D' + X + a + X - b) = D' / (D' + 2X - b + a)$

A princípio apenas pode-se afirmar que as taxas de desemprego são iguais, mas qual a relação entre o número de desempregados nos dois anos estudados, se não sabemos melhor analisar todas as possibilidades:

1a. hipótese $D = D'$

Se isto fosse verdade observe que a força de trabalho teria diminuído, pois:

Força de trabalho de 1995 = $D + 2X$

Força de trabalho de 2000 = $D + 2X - b + a$ onde b é maior que a (logo este valor é menor que o anterior).

Teste com valores:

$D = 5$

$X = 10$

$b = 3$

$a = 1$

Força de trabalho de 1995 = $D + 2X = 5 + 20 = 25$

Força de trabalho de 2000 = $D + 2X - b + a = 5 + 20 - 3 + 1 = 23$

Neste caso duas seriam as RESPOSTAS do problema: (a) A força de trabalho total Diminuiu e (b) O total de desempregados permaneceu constante.

Portanto, esta hipótese não é RESPOSTA para a questão.

2a. hipótese $D > D'$

Se isto fosse verdade observe que a força de trabalho teria diminuído, pois:

Força de trabalho de 1995 = $D + 2X$

Força de trabalho de 2000 = $D' + 2X - b + a$ onde b é maior que a (logo este valor é menor que o anterior).

Teste com valores (veja que estes valores devem resultar a mesma taxa de desemprego):

$D = 5$

$D' = 3$

$X = 10$

$b = 10$

$a = 2$

taxa de desemprego de 1995 = $D / (D + 2X) = 5 / 25 = 20\%$

taxa de desemprego de 2000 = $D' / (D' + 2X - b + a) = 3 / (3 + 20 - 10 + 2) = 3/15 = 20\%$

Agora observem a força de trabalho:

Força de trabalho de 1995 = $D + 2X = 5 + 20 = 25$

Força de trabalho de 2000 = $D' + 2X - b + a = 3 + 20 - 10 + 2 = 15$

Pode-se deduzir que a força de trabalho diminuiu

3a. hipótese $D < D'$

Isto não é verdade, pois não existe combinação numérica que torne ao mesmo tempo $D < D'$ e as taxas de desemprego dos dois anos iguais (pode tentar).

Agora vamos analisar as RESPOSTA: s:

a) correta, de acordo com a 2a. e única hipótese viável, pois somente ela apresenta uma única RESPOSTA.

b) errada, pois se só existem vagas no serviço público ou no serviço privado, se em 1995 ambos ocupavam meio a meio e em 2000 o setor público diminuiu mais do que o privado aumentou então o emprego total diminuiu, basta comparar:

Emprego Total em 1995 = $2X$
 Emprego Total em 2000 = $2X - b + a$ (menor que o de 1995 pois b é maior que a).

c) errada, esta possibilidade é desmentida pela 2a. hipótese.

d) errada, em nenhum momento existe afirmação sobre os salários pagos pelo setor privado em relação aos do setor público.

e) errada, a informação dada no texto é apenas relativa, ou seja, o número de empregados no setor público decresceu mais do que cresceu o número de empregados no setor privado. Pode ser que o número de empregados no setor privado tenha subido ou mesmo tenha descido menos que o número de empregados no setor público.

RESPOSTA: "A".

848. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2014)
 Comparando-se uma palavra de quatro letras distintas com as palavras BIFE, FEIA, FOME, BAFO, MATE e PEMA observa-se que

BIFE	não tem letras em comum com ela.
FEIA	tem uma única letra em comum com ela, mas que não está na mesma posição.
FOME	tem uma única letra em comum com ela, mas não está na mesma posição.
BAFO	tem exatamente duas letras em comum com ela, e essas duas letras estão nas mesmas posições na palavra procurada.
MATE	tem exatamente duas letras em comum com ela, e essas duas letras estão nas mesmas posições na palavra procurada.
PEMA	tem exatamente duas letras em comum com ela, uma na mesma posição e a outra não.

De acordo com as informações dadas, é correto concluir que a palavra e o nome de

- A) uma ave.
- B) uma flor.
- C) uma fruta.
- D) um peixe.
- E) um mamífero.

I) De "BIFE" e "BAFO" temos que "A" e "O" são letras da palavra procurada e estão na posição correta. Assim, a palavra e do tipo

A O

II) De "FOME" conclui-se que "M" e "E" não estão na palavra e, de "MATE" conclui-se que T está na palavra e na posição correta. Desta forma, a palavra e do tipo

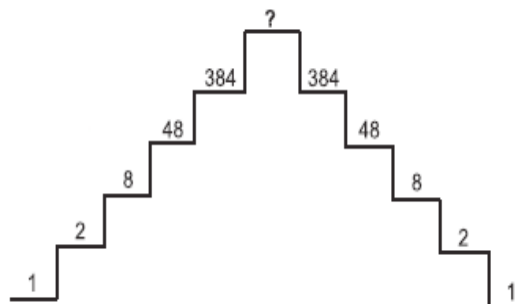
A T

III) De "PEMA" conclui-se que "P" está na palavra e na posição correta.

IV) Finalmente, a palavra procurada é "PATO", nome de uma ave.

RESPOSTA: "A".

849. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013)
 Os números colocados nos patamares da pirâmide seguem uma sequência lógica. O número que se deve colocar no topo dessa pirâmide é



- A) 768.
- B) 1 068.
- C) 3 072.
- D) 3 840.
- E) 4 831.

Observemos que:

1) Do primeiro para o segundo patamar, o valor foi multiplicado por 2.

2) Do segundo para o terceiro patamar, o valor foi multiplicado por 4.

3) Do terceiro para o quarto patamar, o valor foi multiplicado por 6.

4) Do quarto para o quinto patamar, o valor foi multiplicado por 8.

Admitindo-se que a lei de formação seja: "de um patamar para o seguinte, os valores são multiplicados, respectivamente, pelos termos da sequência (2, 4, 6, 8, 10, ...)", do quinto para o sexto patamar, devemos multiplicar o valor por 10.

Assim, o número do último patamar é $384 \cdot 10 = 3840$.

RESPOSTA: "D".

850. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) Sabe-se que todo o número inteiro n maior do que 1 admite pelo menos um divisor (ou fator) primo. Se n é primo, então tem somente dois divisores, a saber, 1 e n . Se n é uma potência de um primo p , ou seja, é da forma p^s , então 1, p , p^2 , ..., p^s são os divisores positivos de n . Segue-se daí que a soma dos números inteiros positivos menores do que 100, que têm exatamente três divisores positivos, é igual a:

- A) 25
B) 87
C) 112
D) 121169

Um número é considerado primo quando só pode ser dividido pelo número 1 e por ele mesmo.

No problema o avaliador informou que um número primo tem com certeza 3 divisores quando puder ser escrito da forma:

$$1 \text{ p } p^2$$

Onde p é um número primo.

Observe os seguintes números:

$$1 \ 2 \ 2^2 \ (4)$$

$$1 \ 3 \ 3^2 \ (9)$$

$$1 \ 5 \ 5^2 \ (25)$$

$$1 \ 7 \ 7^2 \ (49)$$

$$1 \ 11 \ 11^2 \ (121)$$

Veja que 4 têm apenas três divisores (1, 2 e ele mesmo) e o mesmo ocorre com os demais números 9, 25, 49 e 121 (mas este último já é maior que 100) portanto a soma dos números inteiros positivos menores do que 100, que têm exatamente três divisores positivos é dada por:

$$4 + 9 + 25 + 49 = 87.$$

RESPOSTA: "B".

851. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013)
Seja α o plano que contém a figura plana a seguir.



Após deslizar a figura pelo plano, isto é, realizar translação ou rotação da figura no plano, pode-se obter



C)

D)

E)



Ao rodar a figura em torno de seu ponto central de um ângulo de aproximadamente 240° , no sentido horário, obteremos a figura da RESPOSTA: C.

As figuras apresentadas nas outras RESPOSTA: s exigem que a figura dada seja tirada do plano.

RESPOSTA: "C".

852. (FATEC/SP - Professor Associado - FATEC/2013)
Considere as seguintes informações:

- O átomo de carbono tem o triplo do número de prótons que tem o átomo de hélio;
- o átomo de hidrogênio tem a metade do número de prótons que tem o átomo de hélio;
- o átomo de argônio tem o triplo do número de prótons que tem o átomo de carbono.

Com base nessas informações, conclui-se que a razão entre o número de prótons do átomo de argônio e o número de prótons do átomo de hidrogênio é, nesta ordem, igual a

- A) 3.
B) 6.
C) 9.
D) 12.
E) 18.

Se c , he , hi e a forem o número de prótons de um átomo de carbono, hélio, hidrogênio e argônio, respectivamente, então:

$$1) \quad c = 3h_e; h_i = \frac{1}{2}h_e; a=3c$$

$$2) \quad a = 3 \cdot c = 3 \cdot 3h_e = 3 \cdot 3 \cdot 2h_i = 18h_i$$

$$3) \quad a = 18h_i \Leftrightarrow \frac{a}{h_i} = 18$$

RESPOSTA: "E".

853. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) Um professor escolheu três alunos de sua turma para fazerem seminários sobre medidas de tendência central:

João, Carlos e Maria. A média aritmética, a mediana e a moda foram as medidas escolhidas pelo professor para serem os temas dos seminários. Cada um dos alunos abordou apenas uma das três medidas de tendência central, sendo que, ao final, cada uma delas foi tema de algum seminário.

Sabe-se que:

- Sobre a mediana, falou João ou Maria;
- Sobre a moda, falou Maria ou Carlos;
- Sobre a média aritmética, falou Carlos ou Maria;
- Ou João falou sobre a média aritmética, ou Carlos falou sobre a moda.

A média aritmética, a mediana e a moda foram, respectivamente, os temas dos seminários de

- A) Carlos, João e Maria
- B) Carlos, Maria e João
- C) Maria, João e Carlos
- D) Maria, Carlos e João
- E) João, Maria e Carlos

Como cada um dos alunos abordou apenas um tema, assim teremos que, tendo João abordado sobre mediana, por exemplo, não abordou outros assuntos.

Esta é a única forma que o "ou" possui a forma de "ou... ou", pois é exclusivo.

Vejam que Carlos e Maria se repetem na segunda e na terceira frases, logo se um falou sobre moda, o outro falou sobre média.

Assim Maria tem de ter falado sobre moda ou média, não falando sobre mediana.

Assim quem falou sobre mediana, pela primeira afirmação, foi João.

Com isto, pela última, Carlos falou sobre moda, pois João não falou sobre moda

Desta forma resta somente Maria ter falado sobre média aritmética

João: mediana

Carlos: moda

Maria: média aritmética

RESPOSTA: "C".

854. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) O agente secreto 0,7 resolve criar um sistema de códigos secretos que consiste em fazer cada letra do alfabeto corresponder a um número e, em seguida, tomar uma palavra, ou uma disposição qualquer de letras (tendo ou não significado), e multiplicar os valores de suas letras, obtendo, dessa forma, o código. O valor atribuído a uma letra será sempre o mesmo, onde quer que ela apareça.

Assim, ele encontrou os códigos para as seguintes palavras:

GEOGRAFIA = 56 e AGORA = 24.

Sabendo-se que o número que corresponde à letra F é o dobro do número atribuído à letra B, o código de IBGE é

- A) 7/6
- B) 7/4
- C) 7/2
- D) 8/3
- E) 8/5

O código está em MULTIPLICAÇÃO.

GEOGRAFIA é AGORA x IFGE

$24 \times IFGE = 56$

$IFGE = 56/24$, dividindo por 8 ambos os termos...

$IFGE = 7/3$

Mas F é o dobro de B, então teremos que

$1 \times 2B \times GE = 7/3$

Então IBGE = 7/6

RESPOSTA: "A".

855. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) Três homens, Ari, Beto e Ciro, e três mulheres, Laura, Marília e Patrícia, formam três casais (marido e mulher). Dentre as mulheres, há uma médica, uma professora e uma advogada. A mulher de Ari não se chama Patrícia e não é professora. Beto é casado com a advogada, e Ciro é casado com Laura.

As profissões de Laura, Marília e Patrícia são, respectivamente

- A) advogada, médica e professora
- B) advogada, professora e médica
- C) professora, médica e advogada
- D) professora, advogada e médica
- E) médica, professora e advogada

A mulher de Ari não se chama Patrícia e não é professora

A mulher de Ari será ou Laura ou Marília/ ou médica ou advogada

Beto é casado com a Advogada, logo Ari é casado com a médica.

Ciro é casado com Laura, logo Ari é casado com Marília.

Então a esposa de Ari é Marília e ela é médica.

Ciro é casado com Laura, então Beto é casado com Patrícia. Logo Patrícia é Advogada

Assim resta a Laura ser professora.

RESPOSTA: "C".

Atenção: Para responder às questões abaixo, considere as informações abaixo:

Uma corretora de seguros negocia cinco tipos de apólices de seguros denominadas I, II, III, IV e V. Nos primeiros vinte dias do mês, a corretora negociou 1.240 apólices. O Gráfico A mostra a participação, em porcentagem, de cada um dos tipos de apólice nesses 1.240 negócios. O Gráfico B mostra, em porcentagem, a meta de participação nos negócios a ser alcançada até o fim do mês por tipo de apólice. Sabe-se que a meta a ser atingida é a de negociação de 1.500 apólices no mês.

Gráfico A

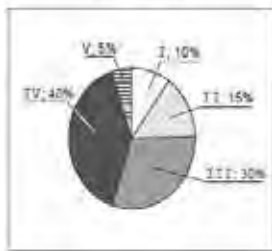
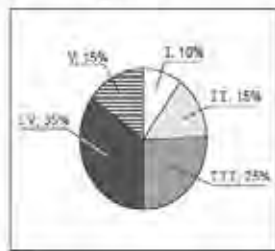


Gráfico B



856. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) O número de negociações, ainda necessárias, da apólice V, para alcançar exatamente a meta prevista para ela, é:

- A) 75.
- B) 163.
- C) 124.
- D) 62.
- E) 225.

A apólice V deve passar de 5% de 1240 para 15% de 1500, ou seja, deve aumentar:

$$0,15 \cdot 1500 - 0,05 \cdot 1240 = 225 - 62 = 163$$

RESPOSTA: "B".

857. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) O tipo de apólice que deve ser menos negociada, no tempo que ainda falta, para que a meta seja exatamente atingida, é a apólice:

- A) IV.
- B) II.
- C) III.
- D) I.
- E) V.

As quantidades negociadas de cada apólice para atingir a meta são dadas por:

$$\text{Apólice I: } 0,10 \cdot 1500 - 0,10 \cdot 1240 = 26$$

$$\text{Apólice II: } 0,15 \cdot 1500 - 0,15 \cdot 1240 = 39$$

$$\text{Apólice III: } 0,25 \cdot 1500 - 0,30 \cdot 1240 = 3$$

$$\text{Apólice IV: } 0,35 \cdot 1500 - 0,40 \cdot 1240 = 29$$

$$\text{Apólice V: } 0,15 \cdot 1500 - 0,05 \cdot 1240 = 163$$

Logo, apólice III é a que menos precisa ser negociada para atingir a meta.

RESPOSTA: "C".

858. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Considere que os preços de negociação das apólices sejam 1 unidade monetária para a apólice I, 2 unidades monetárias para a apólice II, 3 unidades monetárias para a apólice III, 4 unidades monetárias para a apólice IV e 5 unidades monetárias para a apólice V. Se a meta mensal de 1.500 negociações, com participação conforme descrito no gráfico B, for atingida, a participação da apólice IV na arrecadação total das negociações realizadas nesse mês, em porcentagem aproximada, é igual a:

- A) 48.
- B) 40.
- C) 35.
- D) 45.
- E) 42.

De acordo com o gráfico B, a meta é atingir 1500 apólices, de modo que a quantidade de cada tipo de apólice seja a seguinte:

$$\text{Apólice I: } 0,10 \cdot 1500 = 150$$

$$\text{Apólice II: } 0,15 \cdot 1500 = 225$$

$$\text{Apólice III: } 0,25 \cdot 1500 = 375$$

$$\text{Apólice IV: } 0,35 \cdot 1500 = 525$$

$$\text{Apólice V: } 0,15 \cdot 1500 = 225$$

Se cada unidade da apólice I, II, III, IV e V é negociada por 1 unidade monetária, 2 unidades monetárias, 3 unidades monetárias, 4 unidades monetárias e 5 unidades monetárias, respectivamente, então, o valor arrecadado em cada um dos tipos de apólice é dado por:

$$\text{Apólice I: } 150 \cdot 1 = 150 \text{ unidades monetárias}$$

$$\text{Apólice II: } 225 \cdot 2 = 450 \text{ unidades monetárias}$$

$$\text{Apólice III: } 375 \cdot 3 = 1125 \text{ unidades monetárias}$$

$$\text{Apólice IV: } 525 \cdot 4 = 2100 \text{ unidades monetárias}$$

$$\text{Apólice V: } 225 \cdot 5 = 1125 \text{ unidades monetárias}$$

Assim, o valor total arrecadado é igual a:

$$150 + 450 + 1125 + 2100 + 1125 = 4950 \text{ unidades monetárias}$$

Portanto, a participação da apólice IV nessa arrecadação é dada por:

$$\frac{2100}{4950} \cong 0,42 = 42\%$$

RESPOSTA: "E".

859. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) Ariovaldo escolheu um número natural de 5 algarismos e retirou dele um de seus algarismos, obtendo assim um número de 4 algarismos (por exemplo, se o número escolhido é 56.787 e o algarismo retirado é o 8, então o número obtido é 5.677).

A soma do número inicial de 5 algarismos, escolhido por Ariovaldo, com o de 4 algarismos, obtido retirando-se um dos algarismos do número escolhido, é 81.937. O algarismo retirado do número inicial de 5 algarismos foi o algarismo das

- A) dezenas de milhares
- B) unidades de milhares
- C) centenas
- D) dezenas
- E) unidades

Como a soma 81.937 é um número ímpar e para termos soma ímpar temos de ter Par + ímpar ou *ímpar* + par, só nos resta retirar o algarismo das unidades, pois se não o retirarmos, a unidade ficará a mesma. Se a unidade for par, continuará par no número de 4 algarismos e a soma será par. Assim também no caso de ímpar.

Desta forma, teremos de retirar o algarismo das unidades.

RESPOSTA: "E".

860. (Banco do Brasil – Assistente Técnico-Administrativo – FCC/2014) Em um argumento, as seguintes premissas são verdadeiras:

- Se o Brasil vencer o jogo, então a França não se classifica.
 - Se a França não se classificar, então a Itália se classifica.
 - Se a Itália se classificar, então a Polônia não se classifica.
 - A Polônia se classificou.
- Logo, pode-se afirmar corretamente que:**
- A) a Itália e a França se classificaram.
 - B) a Itália se classificou e o Brasil não venceu o jogo.
 - C) a França se classificou ou o Brasil venceu o jogo.
 - D) a França se classificou e o Brasil venceu o jogo.
 - E) a França se classificou se, e somente se, o Brasil venceu o jogo.

Vamos aplicar a propriedade contra positiva nas 3 primeiras proposições compostas, assim temos:

- Se a França se classifica então o Brasil não vence o jogo.
- Se a Itália não se classifica então a França se classifica.
- Se a Polônia se classifica então a Itália não se classifica.
- A Polônia se classificou.

Assim temos que como a Polônia se classificou (proposição 4) então a Itália não se classificou (proposição 3).

Como a Itália não se classificou então a França se classifica (proposição 2).

E finalmente como a França se classifica então o Brasil não vence o jogo (proposição 1).

Assim, temos as seguintes conclusões:

- 1 – Polônia se classificou.
- 2 – Itália não se classificou.
- 3 – França se classificou.
- 4 – Brasil não vence o jogo.

Aplicando as definições de conectivos temos:

- LETRA A – FALSA
- LETRA B – FALSA
- LETRA C – VERDADEIRA
- LETRA D – FALSA
- LETRA E – FALSA

RESPOSTA: "C".

861. (SEAP/DF - ANALISTA DE COMUNICAÇÃO – IA-DES/2013) Em uma eleição para prefeitos, o partido X venceu em todas as capitais com mais de 2 milhões de habitantes, exceto as do Nordeste.

Sabendo que esse partido venceu na capital Y, é correto afirmar:

- A) Nada se pode afirmar sobre o número de habitantes de Y ou sua localização.
- B) Y tem mais de 2 milhões de habitantes ou não está no Nordeste.
- C) Y tem mais de 2 milhões de habitantes e não está no Nordeste.
- D) Y tem mais de 2 milhões de habitantes.
- E) Y não está no Nordeste

No texto diz "... o partido X venceu em todas as capitais com mais de 2 milhões de habitantes, exceto as do Nordeste"

Há dupla interpretação:

Primeira: O partido X venceu em todas as capitais com mais de 2 milhões de habitantes, com exceção das capitais do Nordeste, pois nas capitais desta região com mais de 2 milhões de habitantes, tal fato não ocorreu.

Segunda: O partido X venceu em todas as capitais com mais de 2 milhões de habitantes, com exceção das capitais do Nordeste, pois nesta região, tal partido venceu em capitais com menos de 2 milhões de habitantes.

Desta forma, com esta dupla interpretação, teremos...

Primeira: A capital Y possui mais de 2 milhões de habitantes e não está no Nordeste, seria RESPOSTA: 03)

Segunda: A capital Y poderá ter menos de 2 milhões de habitantes, desde que esteja no Nordeste. Teríamos que "A capital Y tem mais de 2 milhões de habitantes OU está no Nordeste" – Não há RESPOSTA: .

Desta forma, a única RESPOSTA: mais plausível é a 01) Nada se pode afirmar sobre o número de habitantes de Y ou sua localização

RESPOSTA: "A".

862. (SEAP/DF - ANALISTA DE COMUNICAÇÃO – IA-DES/2013) Rodrigo, Alberto, Carlos e Teresa votaram na última eleição presidencial. Um deles votou no candidato X, Carlos votou em branco e os outros votaram no candidato Y. Um dos que votaram em Y é pernambucano, Teresa é goiana e os demais são um catarinense e um paulista.

Com base nessas informações, e sabendo-se que Rodrigo não é de Pernambuco, é correto afirmar:

- A) Alberto votou em Y.
- B) Rodrigo é paulista.
- C) Teresa votou em X.
- D) O catarinense é Carlos.
- E) Quem votou em X foi o catarinense.

	Cand	Local		Cand	Local
	X	Pern		X	Pern
Rodr	Y	Goian	Alber	Y	Goian
	Y	Catar		Y	Catar
	Branco	paulis		Branco	paulis

	Cand	Local		Cand	Local
	X	Pern		X	Pern
Carl	Y	Goian	Ters	Y	Goian
	Y	Catar		Y	Catar
	Branco	paulis		Branco	

Pelo quadro, como Carlos votou em branco, não será pernambucano, pois o pernambucano foi um dos que votaram em Y

Como Teresa é Goiana, não é Pernambucana

Como Rodrigo não é pernambucano, só restou Alberto ser Pernambucano.

Assim Alberto votou em Y

RESPOSTA: "A".

863. (TRE/SC – Analista – FAPEU/2014) Em um determinado país, toda família com renda inferior a \$100 e com crianças, ou que inclua gestantes e tenha renda de até \$150, tem direito a receber auxílio de um programa governamental.

Se certa família desse país não tiver direito a esse auxílio, isso significa que ela:

- A) não inclui nem crianças nem gestantes.
- B) tem renda superior a \$150 e não inclui nem crianças nem gestantes.
- C) tem renda superior a \$150 ou não inclui nem crianças nem gestantes.
- D) em renda inferior a \$100 mas não inclui crianças, ou tem renda inferior a \$150 mas não inclui gestantes.
- E) em renda superior a \$150, ou tem renda entre \$100 e \$150 mas não inclui gestantes, ou não tem crianças nem gestantes.

Receberá auxílio:

- 1) Renda inferior a \$100 e com crianças
- 2) Renda até \$150 com gestante.

Possibilidade para não receber auxílio:

- 1) Família com renda superior a \$150
- 2) Família com renda a partir de \$100 e não inclui gestantes.
- 3) Família com renda inferior a \$100 sem crianças

RESPOSTA: "E".

864. (TRE/SC – Analista – FAPEU/2014) O partido P somente iria lançar candidato próprio à prefeitura de Florianópolis se o político X aceitasse se candidatar, mas ele só se candidataria se recebesse o apoio do governador. Este, por sua vez, não daria seu apoio se P não se coligasse ao partido Q.

Com base nessa informação e sabendo-se que X não se candidatou, tudo o que se pode concluir é que:

- A) P não se coligou a Q
- B) X não recebeu o apoio do governador.
- C) P não lançou candidato próprio.
- D) P não lançou candidato próprio e X não recebeu o apoio do governador.
- E) P não lançou candidato próprio, X não recebeu o apoio do governador, e P não se coligou a Q

Vamos verificar a situação passo a passo:

"O partido P somente iria lançar candidato próprio à prefeitura de Florianópolis se o político X aceitasse se candidatar."

Se tivermos notícia que o partido P lançou candidato, já entendemos que o político X aceitou. Se o X não aceitar, não há como o partido P lançar candidato.

"ele – político X – só se candidataria se recebesse o apoio do governador".

Se tivermos notícia que o X se candidatou, sabemos que é porque teve apoio. Mas é possível ele ter apoio e não querer se candidatar. Então X não ser candidato não quer dizer que não teve apoio.

"Este – governador –, por sua vez, não daria seu apoio se P não se coligasse ao partido Q"

Se tivermos notícia que o governador apoiou é porque o partido P se coligou. Mas é possível o partido P se coligar e mesmo assim o governador não apoiar.

RESPOSTA: "C".

865. (TRT/BA – Técnico Judiciário - FCC/2013) A "Guerra dos Mil Dias" foi uma guerra civil que ocorreu na Colômbia, tendo começado no ano de 1899. Considerando que o conflito tenha durado exatamente 1000 dias, é possível concluir, apenas com as informações fornecidas, que seu término

- A) pode ter ocorrido no ano de 1902 ou de 1903.
- B) ocorreu, certamente, no ano de 1901.
- C) pode ter ocorrido no ano de 1901 ou de 1902.
- D) ocorreu, certamente, no ano de 1903.
- E) ocorreu, certamente, no ano de 1902.

Considerando todos os anos com 365 dias; 1000 dias resulta 2 anos e 9 meses de 365 dias cada ano. Caso começou em 1º janeiro de 1899, durou até setembro de 1901. Caso começou em 31 de dezembro de 1899, durou até agosto de 1902.

RESPOSTA: "C".

866. (TRT/BA – Técnico Judiciário - FCC/2013) Analisando a tabela de classificação do campeonato de futebol amador do bairro antes da realização da última rodada, o técnico do União concluiu que, caso seu time vencesse sua última partida ou o time do Camisa não ganhasse seu último jogo, então o União seria campeão. Sabendo que o União não se sagrou campeão, pode-se concluir que, necessariamente

A) a Camisa venceu seu jogo e o União empatou ou perdeu o seu.

B) o Camisa perdeu seu jogo e o União perdeu o seu.

C) o Camisa venceu seu jogo e o União venceu o seu.

D) o Camisa empatou seu jogo e o União empatou ou perdeu o seu.

E) o Camisa empatou seu jogo e o União venceu o seu.

Para se sagrar campeão, 3 coisas poderiam acontecer:

1) União vencer o último.

2) O time Camisa não ganhar.

3) União vencer o último e o time do Camisa não ganhar.

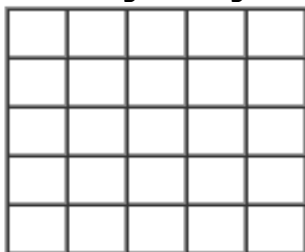
A única chance de ele não ser campeão é se não acontecesse essas três, que seria:

4) União não venceu o último e o time do camisa ganhou.

Para não vencer, pode ter sido: União perdeu ou empatou o último e o time do Camisa ganhou.

RESPOSTA: "A".

867. (TRT/BA – Técnico Judiciário - FCC/2013) Pretende-se pintar alguns dos 25 quadradinhos do quadrilado 5×5 mostrado na figura a seguir.



O número máximo de quadradinhos que poderão ser pintados de modo que quaisquer dos quadradinhos pintados nunca possuam um lado comum é igual a

A) 9

B) 10

C) 12

D) 13

E) 15

Para que não haja lado em comum, basta alternar os quadradinhos nas linhas, por exemplo.

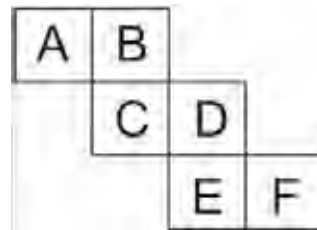
Linhas ímpares pintam-se o 1.º, 3.º e o 5.º quadrados.

Linhas pares pintam-se o 2.º e o 4.º quadrados

Totalizam 13 quadrados

RESPOSTA: "D".

868. (PC/PR- Delegado de Polícia - COPS/UEL/2013) Observe a figura a seguir.



Se essa figura representa a planificação de um cubo, então a face oposta à face D é dada por:

A) A

B) B

C) C

D) E

E) F

De acordo com a figura, a face D terá uma aresta comum com as faces B, C, E e F, mas será oposta à face A. Logo, a face A é oposta à face D.

RESPOSTA: "A".

869. (PC/PR- Delegado de Polícia - COPS/UEL/2013) Para exercitar as diversas habilidades que um soldado deve ter (memorização, respeito a comandos, equilíbrio, senso espacial, preparo físico), um comandante executa a seguinte prática: posiciona seus 5 soldados em fila, um ao lado do outro, numera-os de 1 a 5, informa que a comunicação entre eles deverá ser feita pela numeração, coloca uma venda em seus olhos e explica os 3 movimentos a serem executados (posição de descanso, posição de ataque e inversão de posição, que significa passar para a posição anterior àquela em que estavam). Isso posto, inicia os comandos:

i. Todos em posição de descanso.

ii. Soldados cuja numeração é par, em posição de ataque.

iii. Soldados cuja numeração é um múltiplo de 3, invertam sua posição.

iv. Soldados cuja numeração é um múltiplo de 4, invertam sua posição.

v. Soldados cuja numeração é um múltiplo de 5, invertam sua posição.

Após os cinco comandos, o comandante solicita a um dos soldados que responda quais deles se mantêm na posição de descanso. Assinale a RESPOSTA: que apresenta, corretamente, a RESPOSTA à pergunta do comandante.

A) 1 e 3

B) 1 e 4

C) 2 e 4

D) 2 e 5

E) 3 e 5

O soldado de número 1 manterá a posição de descanso, pois o número 1 não é par, nem múltiplo de 3, 4 ou 5.

O soldado de número 2 mudará a posição de descanso para a de ataque, pois 2 é um número par.

O soldado de número 3 mudará a posição de descanso para a de ataque, pois 3 não é par, mas é múltiplo de 3.

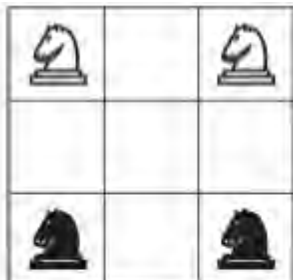
O soldado de número 4 manterá a posição de descanso, pois 4 é par e múltiplo de 4.

O soldado de número 5 mudará a posição de descanso para a de ataque, pois apesar de o número 5 não ser par, não ser múltiplo de 3 nem de 4, é múltiplo de 5.

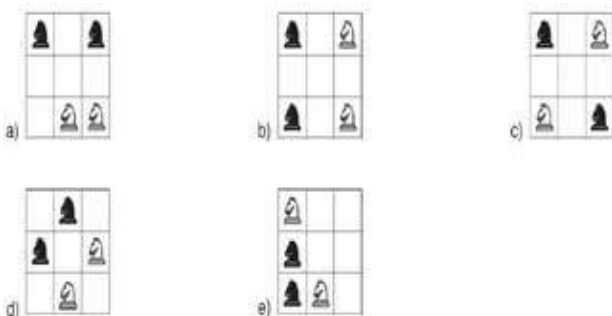
Portanto, apenas os soldados de números 1 e 4 manterão a posição de descanso.

RESPOSTA: "B".

870. (PC/PR- Delegado de Polícia - COPS/Uel/2013)
A figura, a seguir, mostra a configuração de um tabuleiro 3 x 3 com peças pretas e brancas.



O movimento de cada uma das peças parece a letra L, ou seja, 2 casas verticalmente e, em seguida, 1 casa horizontalmente; ou 2 casas horizontalmente e, em seguida, 1 casa verticalmente. Uma peça pode pular outra peça, mas não pode sair do tabuleiro, e as peças não podem se sobrepor. Seguindo essas orientações, movimente cada uma das peças desse tabuleiro uma única vez e, posteriormente, assinale a RESPOSTA: que apresenta uma configuração possível de ser obtida.



Considerando-se o movimento em L, uma possibilidade para os movimentos dos cavalos da figura seria: 10

RESPOSTA: "D".

871. (TRT 9ª Região – Técnico Judiciário – FCC/2013)
Uma senha formada por três letras distintas de nosso alfabeto possui exatamente duas letras em comum com cada uma das seguintes palavras: ARI, RIO e RUA. Em nenhum dos três casos, porém, uma das letras em comum ocupa a mesma posição na palavra e na senha. A primeira letra dessa senha é:

- A) R
- B) O
- C) L
- D) I
- E) A

Observe que nas palavras ARI, RIO e RUA, a letra R aparece em todas as palavras, as letras A e I aparecem, cada uma, duas vezes, e as letras O e U aparecem uma única vez. Para que uma senha de três letras distintas possua exatamente duas letras em comum com cada uma das palavras dadas, existem apenas duas opções possíveis: RIU ou ARO.

Entretanto, em nenhum dos três casos uma das letras em comum ocupa a mesma posição na palavra e na senha. Vamos analisar cada uma delas começando com a senha RIU e seus anagramas.

As opções de ordenação são:

RIU – duas das palavras têm letras em comum na mesma posição;

RUI – as três palavras têm letras em comum na mesma posição;

IRU – uma das palavras possui letra comum na mesma posição;

IUR – uma das palavras possui letra comum na mesma posição;

URI – uma das palavras possui letra comum na mesma posição;

UIR – uma das palavras possui letra comum na mesma posição.

Logo, a senha não pode ser RIU nem um anagrama, pois, neste caso, qualquer uma das possíveis senhas teria ao menos uma letra em comum com, no mínimo, uma das três palavras.

As opções de ordenação para a senha ARO são:

ARO – duas das palavras têm letras em comum na mesma posição;

AOR – uma das palavras tem letras em comum na mesma posição;

OAR – nenhuma palavra possui letra comum na mesma posição;

ORA – duas das palavras têm letras em comum na mesma posição;

RAO – duas das palavras têm letras em comum na mesma posição;

ROA – duas das palavras têm letras em comum na mesma posição.

A única possibilidade de senha que possua exatamente duas letras comuns às três palavras, mas não possua letra comum na mesma posição que qualquer uma das palavras é OAR. Logo, O é a primeira letra da senha.

RESPOSTA: "B".

872. (AL/PE - Analista Legislativo - FCC/2014) Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- A) 3.
- B) 2.
- C) 1.
- D) 0.
- E) 4.

1. nenhum deles (dos rótulos) *corresponde ao doce nela contido*.

2. o menor número de caixas que precisam ser abertas. Imaginem que temos 4 caixas, numeradas de 1 a 4. Na hora que abro a caixa 1 (1ª caixa aberta), vejo tem o doce que deveria estar na caixa 3.

Quando abro a caixa 3 (2ª **caixa aberta**), vejo que o doce é o que deveria estar na caixa 1.

Obrigatoriamente, as caixas 2 e 4 estão com os doces trocados (item 1) e, abrindo 2 caixas, descobri o conteúdo de todas elas!

PH, mas se na caixa 3 não está o doce da caixa 1? É outro valor.

Perfeito! Só que eu deixo de ter o menor número de caixas que precisam ser abertas (item 2).

RESPOSTA: "B".

873. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP - APOF - ESAF/2012) Num acampamento escolar com crianças que supostamente comem a mesma quantidade de comida por dia, havia comida suficiente para exatamente 60 dias. Passados 20 dias, chegaram inesperadamente mais vinte crianças que supostamente comiam a mesma quantidade de comida por dia que as que estavam acampadas e que ficaram 10 dias no local antes de seguirem viagem. Se, ao fim de 50 dias, a contar do início do acampamento, as crianças tiveram que ir embora porque a comida havia acabado, quantas eram elas?

- A) 20
- B) 60
- C) 30
- D) 120
- E) 10

Nessa questão temos o seguinte:

Sabemos que as 20 crianças que chegaram depois comeram durante 10 dias a comida do acampamento. Isso resultou na diminuição de 10 na duração do estoque. Com isso, podemos concluir que o acampamento possuía também 20 crianças.

RESPOSTA: "A".

874. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP - APOF - ESAF/2012) Em uma cidade, às 15 horas, a sombra de um poste de 10 metros de altura mede 20 metros e, às 16 horas do mesmo dia, a sombra deste mesmo poste mede 25 m. Por interpolação e extrapolação lineares, calcule quanto mediria a sombra de um poste de 20 metros, na mesma cidade, às 15h30min do mesmo dia.

- A) 20m
- B) 35m
- C) 65m
- D) 50m
- E) 45m

Nessa questão temos o seguinte:

Sombra do poste de 10m às 15h: 20m

Sombra do poste de 10m às 16h: 25m

Fazendo a extrapolação para um poste de 20m, temos:

Sombra do poste de 20m às 15h: 40m

Sombra do poste de 20m às 16h: 50m

Fazendo então a interpolação para o horário de 15:30,

temos:

Sombra do poste de 20m às 15:30: $(40 + 50)/2 = 45m$.

RESPOSTA: "E".

875. (TCU - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) Efetuando as multiplicações 2×2 , 4×4 , 6×6 , 8×8 , ..., obtemos uma sequência de números representada a seguir pelos seus quatro primeiros elementos: (4, 16, 36, 64, ...).

Seguindo a mesma lógica, o 1000º elemento dessa sequência será 4.000.000 e o 1001º elemento será 4.008.004. Dessa forma, o 1002º elemento será

- A) 4.016.008.
- B) 4.008.036.
- C) 4.016.036.
- D) 4.008.016.
- E) 4.016.016.

Temos multiplicação de números pares.

Logo, $a_n = 2n \cdot 2n$

$a_n = 2n^2$

$a_n = 4n^2$

Então temos:

$$a_{1002} = 4(1002)^2 = 4.1004004 = 4016016$$

RESPOSTA: "E".

876. (STJ - Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Com base nessas informações, julgue os itens a seguir relativos aos jovens internados nas unidades da FEBEM de São Paulo.

I - O número de jovens do sexo feminino é superior a 100.

II - A quantidade de jovens com 16 anos de idade supera a de jovens com 15 anos em mais de 100% desta.

III - O furto corresponde a mais de 10% do total do conjunto das "INFRACOES MAIS FREQUENTES" citadas.

IV - A expressão " 70% devem estar fora da FEBEM" , apresentada como "SOLUCAO", refere-se aos 73,4% responsáveis pelas " INFRACOES FREQUENTES" citadas.

V - De acordo com a " SOLUCAO" apresentada, o numero de jovens que podem ou devem permanecer na FEBEM e superior a 1.100.

A quantidade de itens certos e igual a:

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

O único item errado é:

IV - A expressão " 70% devem estar fora da FEBEM" , apresentada como "SOLUCAO", refere-se aos 73,4% responsáveis pelas " INFRACOES FREQUENTES" citadas.

73,4% representa a soma de todos os percentuais referentes aos delitos (infrações), tais como: Roubo, furto, tráfico de entorpecentes e homicídios. E, os 70% referem-se aos infratores que devem estar fora da FEBEM (não necessitam estar privados da liberdade porque cometeram pequenos delitos).

RESPOSTA: "D"

877. (TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Considere que a cesta básica tenha seu preço majorado a cada mês, de acordo com a inflação mensal. Se, em dois meses consecutivos, a inflação foi de 5% e 10%, então a cesta básica, nesse período, foi majorada em exatamente 15%. Julgue esta proposição.

Valor da cesta básica: "x" (ou 100% x)

Valor da cesta básica "x" após dois aumentos sucessivos de 5% e 10%:

$$X_{nova} = 100\% \cdot x \cdot (1 + 0,005) \cdot (1 + 0,10)$$

$$X_{nova} = 100\% \cdot x \cdot (1,005)(1,1)$$

$$X_{nova} = 100\% \cdot x \cdot 1,155$$

$$X_{nova} = 115,5\% \cdot x$$

Aumento dado na cesta básica, após dois reajustes da inflação:

$$115,5\% \cdot x - 100\% \cdot x = 15,5\%$$

Nesse período, a cesta básica foi majorada em 15,5%

Proposição ERRADA

878. (STJ - Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) A tabela acima apresenta dados sobre a produção e a venda de automóveis de três montadoras, no mês de abril. Sabendo-se que nesse mesmo mês as três montadoras venderam 79% dos 10.000 automóveis produzidos, o valor de y na tabela e igual a:

- A) 90;
- B) 80;
- C) 65;
- D) 50;
- E) 30.

Como o total de carros produzidos foi de 10.000 veículos, teremos:

$$3.500 + x + 2.500 = 10.000 \rightarrow x + 6.000 = 10.000$$

$x = 10.000 - 6.000 \rightarrow x = 4.000$ unidades produzidas pela montadora "B"

Sendo o total de unidades vendidas, de acordo com o texto, de 79% da produção total das três montadoras, teremos, então:

$$79\% \text{ de } 10.000 = 79/100 \cdot 10.000 = 7.900 \text{ unidades vendidas}$$

Com esse numero já determinado, então, podemos concluir que:

$$70\% \text{ de } 3.500 + 80\% \text{ de } 4.000 + y\% \text{ de } 2.500 = 7.900.$$

Ou seja:

$$(70/100 \cdot 3500) + (80/100 \cdot 4000) + (y/100 \cdot 2500) = 7900 \rightarrow 2450 + 3200 + 25y = 7900$$

$$25y = 2250 \rightarrow y = 90\%$$

RESPOSTA: "A".

(TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Em uma copa, estão armazenados copos de plástico pequenos para café e médios para água.

Julgue os itens que se seguem, a respeito desses copos. (questões de 879 a 883)

879. (TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Suponha que existem 6.530 copos para água e que o numero de copos para café e 70% maior que o numero de copos para água. Então existem menos de 11.100 copos pequenos nessa copa.

() CERTA () ERRADA

Desenvolvimento dos itens subsequentes:

x = copos pequenos

y = copos médios

z = copos café

Suponha que existem 6.530 copos para água e que o numero de copos para café e 70% maior que o numero de copos para água. Então existem menos de 11.100 copos pequenos nessa copa.

De acordo com o item, existem 6.530 copos para água, ou seja:

$$x + y = 6.530 \text{ copos de plástico para água}$$

Sendo o numero de copos para café 70% maior que o numero de copos para água, então teremos a seguinte relação.

$$z = 170\% \text{ o valor de } (x + y)$$

$$z = 170/100 \cdot 6.530 \rightarrow z = 11.101$$

Portanto, o item esta ERRADO, pois existem mais de 11.100 copos de plástico para café.

RESPOSTA: "ERRADA".

880. (TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Se a capacidade do copo pequeno é para 50 ml e a do copo médio e igual 4 vezes a capacidade do copo pequeno, então o volume do copo médio e igual 20 centilitros.

() CERTA () ERRADA

Para a capacidade de cada copo, teremos:
 Capacidade dos copos de plástico pequenos = 50 ml;
 Capacidade dos copos de plástico médios = $4 \times 50 \text{ ml} = 200 \text{ ml}$;
 Transformando 200 ml em centilitros, teremos 20 cl (centilitros)

RESPOSTA: "CERTA".

871. (TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Se em um dia foram usados 60 copos pequenos e o número de copos médios usados nesse mesmo dia é igual a $\frac{3}{5}$ do número de copos pequenos usados, então foram usados mais de 100 copos nesse dia.

() CERTA () ERRADA

Seja "y" a quantidade de copos médios usados.

A quantidade de copos médios usados nesse mesmo dia é igual a $\frac{3}{5}$ do número de copos pequenos usados, ou seja:

$$y = \frac{3}{5} \cdot 60 \rightarrow y = \frac{3}{5} \cdot 60 \rightarrow y = 36 \text{ copos médios}$$

Portanto, a quantidade de copos usados nesse dia, ou seja, o total de copos pequenos mais o total de copos médios será: $60 + 36 = 96$, ou seja, menor que 100 unidades.

RESPOSTA: "ERRADA".

882. (TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Considere que, em determinado dia, o número de copos médios usados foi igual a $\frac{3}{8}$ do número de copos pequenos usados. Se, nesse dia foram usados 66 copos, então o número de copos médios usados foi superior a 20.

() CERTA () ERRADA

Em um determinado dia, o número de copos médios, "y", usados é igual a $\frac{3}{8}$ do número de copos pequenos

"x". Matematicamente, teremos que:

$$y \cdot \frac{8}{3} = x \quad (1)$$

Se, nesse dia, foram usados 66 copos, então teremos que:

$$x + y = 66 \text{ copos} \quad (2)$$

Formando um sistema linear entre as relações (1) e (2), temos que:

$$y = \frac{3}{8}x \rightarrow \frac{y}{\frac{3}{8}} = \frac{x}{1} = k$$

C

$$\begin{cases} y = 3k \\ x = 8k \end{cases}$$

C

$$x + y = 66 \rightarrow 8k + 3k = 66 \rightarrow k = 6$$

C

$$\text{Logo, } x = 48 \text{ e } y = 18$$

RESPOSTA: "ERRADA".

883. (TRT 6ª Região - Técnico Judiciário - UnB/Cespe/2012) Suponha que, em determinado dia, o número de copos pequenos usados na parte da tarde foi igual a $\frac{1}{5}$ do número de copos pequenos usados na parte da manhã, e que o total de copos médios usados nesse dia foi igual a $\frac{4}{9}$ do total de copos pequenos usados. Se, nesse dia, foram usados 156 copos, então a diferença entre o número de copos pequenos usados e o de copos médios usados é igual a 60.

() CERTA () ERRADA

Inicialmente, chamaremos de:

x: número de copos pequenos utilizados na parte da manhã, de um certo dia;

z: número de copos pequenos utilizados na parte da tarde, nesse mesmo dia;

y: número de copos médios utilizados na parte da manhã, nesse mesmo dia;

w: número de copos médios utilizados na parte da tarde, nesse mesmo dia;

Montaremos as seguintes relações, de acordo com o enunciado do item, um sistema linear de equações que se seguem:

"o número de copos pequenos usados na parte da tarde foi igual a $\frac{1}{5}$ do número de copos pequenos usados na parte da manhã":

$$z = \frac{1}{5}x \rightarrow x = 5z \quad (1)$$

"o total de copos médios usados nesse dia foi igual a $\frac{4}{9}$ do total de copos pequenos usados":

$$y + w = \frac{4}{9}(x + z) \quad (2)$$

"Se, nesse dia, foram usados 156 copos":

$$x + z + y + w = 156 \quad (3)$$

Substituindo o valor de $[x = 5z]$ na relação (2), teremos:

$$y + w = \frac{4}{9}(x + z) \rightarrow y + w = \frac{8z}{3} \quad (4)$$

Substituindo (4) e (1) em (3)

$$x + z + y + w = 156 \rightarrow z = \frac{468}{26} = 18$$

$$x = 90$$

$$y + w = 48$$

Portanto, a diferença entre o total de copos utilizados pela manhã ("x + z") pelo numero total de copos utilizados a tarde ("y + w") será de:

$$(x + z) - (y + w) = (90 + 18) - (48) = 108 - 48 = 60$$

RESPOSTA: "CERTA".

884. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) Julgue a proposição a seguir.

Se for dado um desconto de 8% sobre o preço de venda de um produto de valor igual a R\$ 1250,00 então o valor a ser pago por esse produto será superior a R\$ 1100,00.

() CERTA () ERRADA

Com o exposto neste item, podemos afirmar que:

(PV): preço inicial de venda do produto - R\$ 1.250,00

(D): desconto a ser dado ao produto sobre seu preço de venda - 8% de R\$ 1.250,00, ou 8% de R\$ 1.250,00 = $8/100 \cdot 1250 = 10000/100 = 100$

(PV): preço final de venda do produto já com o referido desconto acima:

$$R\$ 1.250,00 - R\$ 100,00 = R\$ 1150,00$$

Como o item afirma que este preço final de venda do produto será superior a R\$ 1.100,00.

RESPOSTA: "CERTA".

O Rio e seus Números

Rio da integração nacional, o São Francisco, descoberto em 1502, tem esse título por ser o caminho de ligação do Sudeste e do Centro-Oeste com o Nordeste. Desde a sua nascente, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até a sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, ele percorre 2.700 km. O rio São Francisco recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78, na esquerda. A produção de água de sua bacia concentra-se nos cerrados do Brasil Central e em Minas Gerais. O Velho Chico — como carinhosamente o rio também é chamado — banha os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Sua bacia hidrográfica também envolve parte do estado de Goiás e o Distrito Federal. Os índices pluviométricos da bacia do São Francisco variam entre sua nascente e sua foz. A pluviometria média vai de 1.900 ml na área da Serra da Canastra a 350 ml no semiárido nordestino. Por sua vez, os índices de evaporação variam inversamente e crescem de acordo com a distância da nascente: vão de 500 ml anuais, na cabeceira, a 2.200 ml anuais em Petrolina - PE.

Depois de movimentarem os gigantescos geradores das hidrelétricas de Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó, Xingó e Sobradinho, as águas do São Francisco correm para o mar. Atualmente, 95% do volume médio liberado pela barragem de Sobradinho — 1.850 m³ por segundo — são despejados na foz e apenas 5% são consumidos no Vale do São Francisco. Nos anos chuvosos, a vazão de Sobradinho chega a ultrapassar 15.000 m³ por segundo, e todo esse excedente também vai para o mar.

(TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) A partir do texto acima, julgue os itens a seguir. (questões de 885 a 888)

885. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) O Suponha que seja possível navegar pelo rio São Francisco, desde sua nascente até a foz, em uma embarcação que desenvolva uma velocidade de 50 km/h. Nesse caso, viajando sem parar, seriam necessários mais de dois dias para percorrer todo o rio São Francisco.

() CERTA () ERRADA

De acordo com o 1º parágrafo - "(...) Desde a sua nascente, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até a sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, ele percorre 2.700 km". A extensão do rio São Francisco é de 2.700 km de sua nascente até a foz. Percorrendo-o com uma velocidade constante de 50 km/h, o tempo necessário para atravessá-lo será de:

50 km são percorridos em 1h

2.700 km serão percorridos em x h

$$50x = 2700$$

$$x = 2700/50$$

$$x = 54 \text{ horas}$$

Ou seja, o tempo necessário para atravessá-lo é superior a dois dias (48 horas).

RESPOSTA: "CERTA".

886. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) Mais de 45% dos afluentes do rio São Francisco secam nos períodos de seca.

() CERTA () ERRADA

De acordo com o 2º parágrafo, dos 168 afluentes do rio São Francisco, 99 são perenes (que duram muitos anos; eternos; incessantes; o mesmo que perenais), e 168 - 99 = 69 afluentes podem secar no período da seca, o que representa, em termos percentuais:

$$69/168 = 0,4107 \text{ ou } 41,07\% \text{ do total de 168 afluentes.}$$

RESPOSTA: "ERRADA".

887. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) Infere-se do texto que mais de 50% dos afluentes perenes do rio São Francisco ficam na sua margem direita.

() CERTA () ERRADA

Pelo 2º paragrafo - "O rio São Francisco recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78, na esquerda".

Infere-se apenas que do total dos afluentes do rio São Francisco (168 afluentes), 90 estão na sua margem direita e 78, na esquerda; lembrando que $90 + 78 = 168$. Ou seja, sobre número que representa os rios perenes (90 afluentes) nada podemos afirmar em qual margem encontram-se esses afluentes.

RESPOSTA: "ERRADA".

888. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2012) O Considerando dois afluentes quaisquer, a distancia entre os pontos em que eles desembocam no rio São Francisco e sempre superior a 17 km.

() CERTA () ERRADA

Supondo que os 168 afluentes que cedem suas águas ao rio São Francisco nos 2.700 km de sua extensão fossem espaçados igualmente entre si no ponto em que desemboca no rio São Francisco. A distância entre dois afluentes consecutivos quaisquer seria de, vejamos um exemplo: para 5 afluentes consecutivos, teríamos 4 distancias entre eles, então vejamos:

Assim, para 168 afluentes, teremos 167 distancias consecutivas entre dois afluentes. Portanto, em 2.700 km de extensão, teremos:

$$(2700 \text{ km}) / (167 \text{ afluentes}) \approx 16,167 \text{ km}$$

Como o item afirma que, dois afluentes quaisquer teriam uma distância superior a 17 km, mesmo não sendo afluentes consecutivos, no ponto que desembocam.

RESPOSTA: "ERRADA".

889. (TCE/SE – Técnico de Controle Externo – FCC/2012) O robô A percorre um segmento de reta com medida par, em metros, em 20 segundos cada metro; um segmento de reta com medida ímpar, em metros, é percorrido em 30 segundos cada metro. O robô B percorre em 20 segundos cada metro os segmentos de medida ímpar, em metros. Os segmentos de medida par, em metros, o robô B percorre em 30 segundos.

Um percurso com segmentos de reta de 2 metros, 3 metros, 4 metros, 7 metros, 4 metros e 3 metros será percorrido pelo robô mais rápido, neste percurso, com uma vantagem, em segundos, igual a

- A) 10
- B) 20
- C) 30
- D) 35
- E) 40

A forma mais rápida de resolver a questão é começar fazendo a soma do total das distâncias pares e ímpares:

Vamos chamar de DSP a soma dos segmentos pares e de DSI a soma dos segmentos ímpares, assim temos:

$$DSP = 2 + 4 + 4 = 10$$

$$DSI = 3 + 7 + 3 = 13$$

Agora considerando a informação de que DSI é maior que DSP podemos concluir que o robô B, que é mais rápido nos segmentos ímpares, percorrerá o percurso em menor tempo.

A velocidade com que o robô A percorre os segmentos pares é igual à velocidade com que o robô B percorre os segmentos ímpares e vice-versa, dessa forma podemos concluir que se a distância dos segmentos ímpares fosse igual à distância dos segmentos pares os dois robôs percorreriam o percurso no mesmo tempo. Assim, podemos concluir que a forma mais rápida de calcular a diferença de tempo entre um robô e outro consiste em calcular a diferença entre DSI e DSP:

$$DSI - DSP = 3$$

E depois considerar que nessa distância de três metros o robô A é 10 segundos mais lento por metro, ou seja, a diferença total de tempo é igual a:

$$\text{Diferença de tempo} = (DSI - DSP) * (30 - 20)$$

Sendo 30 o tempo que o robô A leva para percorrer o trecho ímpar e 20 o tempo que o robô B leva para percorrer o trecho ímpar.

$$\text{Diferença de tempo} = 3 * 10 = 30$$

RESPOSTA: "C".

890. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) A figura abaixo mostra quatro cilindros que rolam uns contra os outros, sem deslizamento. Sabe-se que os diâmetros de A e D medem 4 e 8 centímetros respectivamente; o diâmetro de B é quatro vezes o diâmetro de C; a soma dos diâmetros de A e D é a metade do diâmetro de B; e a velocidade de A é 180 rotações por minuto (r.p.m.). A velocidade de D, em r.p.m., é:

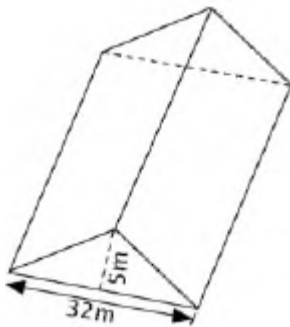
- A) 60;
- B) 90;
- C) 120;
- D) 180;
- E) 360.

Se os cilindros A e D somam 12 centímetros e o cilindro B tem o dobro desta soma, tem-se que B possui 24 centímetros de diâmetro. Logo, o cilindro C possui um quarto de 24 centímetros, ou seja, 6 centímetros. Quando um cilindro é maior que o anterior, deve-se dividir a velocidade deste pela razão. Quando um cilindro é menor que o anterior, deve-se multiplicar a velocidade deste pela razão.

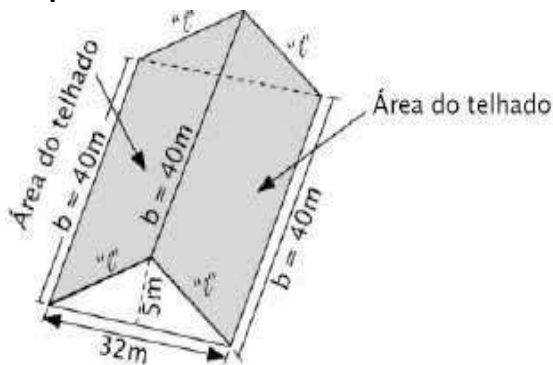
Cilindro	Diâmetro (cm)	Razão	Velocidade (RPM)
A	4		180
B	24	A/6	30
C	6	B=4C	120
D	8	0,75C	90

RESPOSTA: "B".

891. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Uma empresa pretende construir um depósito de material em forma de um paralelepípedo, cuja base retangular tem 40 m de comprimento. A base e a altura das tesouras do telhado do depósito tem, respectivamente, 32 m e 5 m, conforme ilustra a figura ao lado. Considerando as informações acima e a figura apresentada, é correto afirmar que a área do telhado a ser coberta, em m², é:

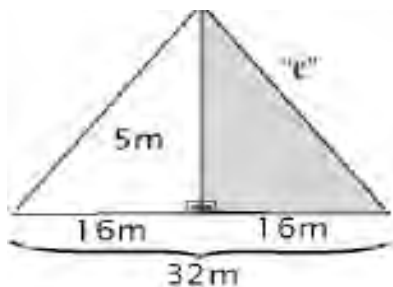


- A) inferior a 900;
B) superior a 900 e inferior a 1.000;
C) superior a 1.000 e inferior a 1.100;
D) superior a 1.100 e inferior a 1.200;
E) superior a 1.200.



Área do telhado = $2 \times (b \times l)$

Calculo do lado ("l") de um dos dois retângulos que compõem o telhado:



Aplicando o Teorema de Pitágoras em um dos triângulos retângulos formados pelas 2 tesouras, temos:

$$L^2 = 5^2 + 16^2 \quad L^2 = 25 + 256 \quad L^2 = 281 \quad L = L = 16,76 \text{ m}$$

$$L = 2 \times 40 \times 16,76 = 1.340,8 \text{ M}^2$$

RESPOSTA: "E".

892. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Dadas as matrizes $A = \begin{pmatrix} 2 & 3 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}$ e $B = \begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}$, calcule o determinante do produto A.B.

- A) 8
B) 12
C) 9
D) 15
E) 6

Ao multiplicarmos uma matriz quadrada A de ordem 2 por outra matriz quadrada B, também de ordem 2, o resultado obtido será uma terceira matriz quadrada C, de mesma ordem:

$$C = A.B \Rightarrow \underbrace{\begin{pmatrix} c_{11} & c_{12} \\ c_{21} & c_{22} \end{pmatrix}}_{\text{matriz C}} = \underbrace{\begin{pmatrix} 2 & 3 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}}_{\text{matriz A}} \times \underbrace{\begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}}_{\text{matriz B}}$$

onde, c_{11} , c_{12} , c_{21} e c_{22} são os elementos da matriz C formados pela multiplicação entre as linhas da matriz A pelas colunas da matriz B.

$$A = \begin{pmatrix} 2 & 3 \\ 1 & 3 \end{pmatrix} \quad B = \begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}$$

$$c_{11} = 2.2 + 3.1 = 7$$

$$c_{12} = 2.4 + 3.1 = 17$$

$$c_{21} = 1.2 + 3.1 = 5$$

$$c_{22} = 1.4 + 3.3 = 13$$

$$C = \begin{pmatrix} 7 & 17 \\ 5 & 13 \end{pmatrix}$$

O determinante é o valor numérico de uma matriz de ordem quadrada. No caso de uma matriz de ordem 2, tem-se que o determinante é calculado pela "diferença entre os produtos dos elementos que se encontram, respectivamente, nas diagonais principais e secundárias":

$$C = \begin{pmatrix} 7 & 17 \\ 5 & 13 \end{pmatrix} \Rightarrow \det(C) = 7 \times 13 - 5 \times 17 \Rightarrow \det(C) = 91 - 85 \Rightarrow \det(C) = 6$$

RESPOSTA: "E".

LIVRO DE QUESTÕES

893. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Dado o sistema de equações lineares

$$\begin{cases} 2x + 3y - 4z = 3 \\ x - y + 5z = 6 \\ x + 2y + 3z = 7 \end{cases}$$

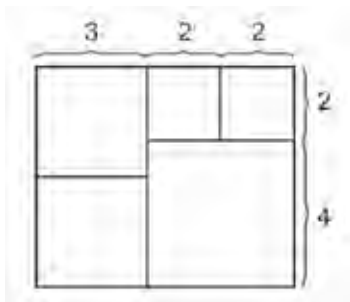
O valor de $x + y + z$ é igual a

- A) 8
- B) 16
- C) 4
- D) 12
- E) 14

$$\begin{aligned} &\begin{cases} 2x + 3y - 4z = 3 \\ x - y + 5z = 6 \\ x + 2y + 3z = 7 \end{cases} \\ &\Rightarrow (4x + 4y + 4z = 16) : 4 \Rightarrow x + y + z = 4 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "E".

894. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) O carpinteiro José teve de dividir (sem sobras) uma placa retangular de dimensões 7 dm por 6 dm, em quadrados de lados expressos por um número inteiro de décimetros, de modo a obter o menor número de quadrados possível. Depois de vários ensaios, ele conseguiu resolver o problema, obtendo apenas 5 quadrados, cuja solução está indicada na Figura abaixo, com as medidas em décimetros.



Agora José tem de resolver o mesmo problema, porém no caso do retângulo de dimensões 6 dm por 5 dm. Nesse caso, o menor número de quadrados obtidos será

- A) 12
- B) 9
- C) 6
- D) 5
- E) 4

Questão de percepção mesmo. Raciocínio lógico puro. Segue desenho



RESPOSTA: "D".

895. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) Renato vai preencher cada quadrado da fila abaixo com um número, de forma que a soma de quaisquer três números consecutivos na fila (vizinhos) sempre seja 2.014.



O número que Renato terá de colocar no lugar de **N** é

- A) 287
- B) 745
- C) 982
- D) 1.012
- E) 1.032

Suponha soma 10 em três consecutivos.

5, 2, 3, 5, 2, 3. Veja que o "trio" se repete.

Veja que o 745 está no lugar do 5 no exemplo e o 287 está no lugar do 2 no exemplo.

Logo o trio é $745 + 287 + X = 2014$

$X = 2014 - 745 - 287$

$X = 982$

Tendo como base o exemplo dado, teremos

745, 287, 982, 745, 287, 982...

O N está na 11ª posição.

O 745 assume a 1ª, 4ª, 7ª, 10ª posição

287 assume a 2ª, 5ª, 8ª, 11ª posição. Será 287.

RESPOSTA: "A".

896. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) – Depois de ter comprado 15 livros de mesmo preço unitário, Paulo verificou que sobraram R\$ 38,00 em sua posse, e faltaram R\$ 47,00 para comprar outro livro desse mesmo preço unitário. O valor que Paulo tinha inicialmente para comprar seus livros era, em R\$, de:

- A) 1.225,00.
- B) 1.305,00.
- C) 1.360,00.
- D) 1.313,00.
- E) 1.228,00.

Sejam V o valor que Paulo dispunha para comprar os livros e x o preço unitário do livro. Se comprando 15 livros sobraram 38 reais, então:

$$V = 15x + 38$$

Se comprando 16 livros faltaram 47 reais, então:

$$V = 16x - 47$$

Igualando as equações, temos:

$$16x - 47 = 15x + 38$$

$$16x - 15x = 38 + 47$$

$$x = 85$$

Se cada livro custava 85 reais, para encontrar o valor que Paulo dispunha basta substituir x por 85 em qualquer uma das equações anteriores. Substituindo na primeira, por exemplo, temos:

$$V = 15x + 38$$

$$V = 15 \cdot 85 + 38$$

$$V = 1313$$

Portanto, Paulo possuía 1313 reais.

RESPOSTA: "D".

897. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) Renato aplicou R\$ 1.800,00 em ações e, no primeiro dia, perdeu $\frac{1}{2}$ do valor aplicado. No segundo dia Renato ganhou $\frac{4}{5}$ do valor que havia sobrado no primeiro dia, e no terceiro dia perdeu $\frac{4}{9}$ do valor que havia sobrado no dia anterior. Ao final do terceiro dia de aplicação, Renato tinha, em R\$,

A) 820,00.

B) 810,00.

C) 800,00.

D) 900,00.

E) 1.200,00.

Início: 1800

1º dia: Perdeu , ou seja, sobrou $1800 - 900 = 900$

2º dia: Ganhou , ou seja, ficou com $900 + 720 = 1620$

3º dia: Perdeu , ou seja, ficou com $1620 - 720 = 900$

Logo, ao final do terceiro dia Renato ficou com 900 reais.

RESPOSTA: "D".

898. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) Nos quatro primeiros dias úteis de uma semana o gerente de uma agência bancária atendeu 19, 15, 17 e 21 clientes. No quinto dia útil dessa semana esse gerente atendeu n clientes. Se a média do número diário de clientes atendidos por esse gerente nos cinco dias úteis dessa semana foi 19, a mediana foi:

A) 19.

B) 18.

C) 20.

D) 23.

E) 21.

A média aritmética de 5 números é igual à soma dos 5 números dividida por 5. Assim, se a média aritmética dos números 19, 15, 17, 21 e n é igual a 19, então:

$$95 = 72 + n$$

$$95 - 72 = n$$

$$n = 23$$

Ordenando o conjunto dos cinco números, temos:

(15, 17, 19, 21, 23)

Em um conjunto com cinco números (ímpar), a mediana é igual ao termo central do conjunto ordenado, ou seja, a mediana é igual a 19.

RESPOSTA: "A".

899. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) Certo capital foi aplicado por um ano à taxa de juros de 6,59% a.a. Se no mesmo período a inflação foi de 4,5%, a taxa real de juros ao ano dessa aplicação foi, em %, de:

A) 2,2.

B) 1,9.

C) 2,0.

D) 2,1.

E) 1,8.

Se a taxa anual nominal foi de 6,59% e a taxa anual de inflação foi de 4,5%, então a taxa anual real i é dada por:

$$i = \frac{1 + 0,0659}{1 + 0,045} - 1$$

$$i = \frac{1,0659}{1,045} - 1$$

$$i = 1,02 - 1$$

$$i = 0,02 = 2\% \text{ a.a.}$$

Logo, a taxa anual real foi de 2%.

RESPOSTA: "C".

900. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) Um empréstimo de R\$ 800.000,00 deve ser devolvido em 5 prestações semestrais pelo Sistema de Amortizações Constantes (SAC) à taxa de 4% ao semestre. O quadro demonstrativo abaixo contém, em cada instante do tempo (semestre), informações sobre o saldo devedor (SD), a amortização (A), o juro (J) e a prestação (P) referentes a esse empréstimo. Observe que o quadro apresenta dois valores ilegíveis:

Semestre	SD (em R\$)	A (em R\$)	J (em R\$)	P (em R\$)
0	800.000,00	-	-	-
1	640.000,00	160.000,00	32.000,00	192.000,00
2	480.000,00	160.000,00	25.600,00	185.600,00
3	320.000,00	160.000,00	19.200,00	179.200,00
4	160.000,00	160.000,00	12.800,00	172.800,00
5	-	160.000,00	#####	#####

Se o quadro estivesse com todos os valores legíveis, o valor correto da prestação P, no último campo à direita, na linha correspondente ao semestre 5, da tabela, seria de:

- A) 167.500,00.
- B) 166.400,00.
- C) 162.600,00.
- D) 168.100,00.
- E) 170.300,00.

Em qualquer regime de capitalização o valor da prestação é igual à soma do valor da parcela de amortização com o valor da parcela de juro:

$$P_5 = a_5 + J_5$$

O valor da quinta parcela de juros é calculado sobre o saldo devedor do período imediatamente anterior. Como a taxa semestral de juros é igual a 4% e o saldo devedor após o pagamento da 4ª prestação é igual a 160.000 reais, temos:

$$J_5 = 0,04 \cdot 160000 = 6400$$

Substituindo J5 por 6400 e, ainda, observando que as amortizações são constantes e iguais a 160000 (SAC), temos:

$$P_5 = 160000 + 6400$$

$$P_5 = 166400$$

Portanto, o valor da última prestação é igual a 166.400 reais.

RESPOSTA: "B".

901. (Banco do Brasil – Assistente Técnico-Administrativo – FCC/2014) Sabendo-se que $\log x$ representa o logaritmo de x na base 10, calcule o valor da expressão $\log 20 + \log 5$.

- A) 5
- B) 4
- C) 1
- D) 2
- E) 3

Ao calcular o valor da expressão $\log 20 + \log 5$ temos:
 $\log 20 + \log 5 = \log(2 \cdot 10) + \log 5 = \log 2 + \log 10 + \log 5$
 $5 = \log 2 + \log 5 + \log 10 =$

$$= \log(2 \cdot 5) + \log 10 = \log 10 + \log 10 = 2 \cdot \log 10$$

Aplicando a definição temos $\log 10 = 1$ e então $2 \cdot \log 10 = 2$

RESPOSTA: "D".

902. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Certo capital foi aplicado por um ano à taxa de juros de 6,59% a.a. Se no mesmo período a inflação foi de 4,5%, a taxa real de juros ao ano dessa aplicação foi, em %, de:

- A) 2,2.
- B) 1,9.
- C) 2,0.
- D) 2,1.
- E) 1,8.

Se a taxa anual nominal foi de 6,59% e a taxa anual de inflação foi de 4,5%, então a taxa anual real i é dada por:

$$i = \frac{1 + 0,0659}{1 + 0,045} - 1$$

$$i = \frac{1,0659}{1,045} - 1$$

$$i = 1,02 - 1$$

$$i = 0,02 = 2\% \text{ a.a.}$$

Logo, a taxa anual real foi de 2%.

RESPOSTA: "C".

903. (Banco do Brasil – Assistente Técnico-Administrativo – FCC/2014) Em uma progressão aritmética, tem-se $a_3 + a_6 = 29$ e $2a_5 + a_1 = 23$. Calcule a soma dos 200 primeiros termos dessa progressão aritmética.

- A) 60.500
- B) 60.700
- C) 60.600
- D) 60.400
- E) 60.800

$$a_3 + a_6 = 29 \text{ e } a_2 + a_5 = 23.$$

Aplicando a definição na primeira equação temos:

$$a_3 + a_6 = 29$$

$$a_1 + 2r + a_1 + 5r = 29$$

$$2a_1 + 7r = 29$$

Agora aplicando na segunda equação temos:

$$a_2 + a_5 = 23$$

$$a_1 + r + a_1 + 4r = 23$$

$$2a_1 + 5r = 23$$

Montando um sistema com as equações restantes temos:

$$2a_1 + 7r = 29$$

$$2a_1 + 5r = 23$$

Subtraindo uma da outra temos $2r = 6$ e logo $r = 3$.

Agora que sabemos que $r = 3$ vamos substituir o valor na primeira equação e descobrir o valor de a_1 .

$$2a_1 + 7r = 29$$

$$2a_1 + 7 \cdot 3 = 29$$

$$2a_1 = 8$$

$$a_1 = 4.$$

Finalmente nossa PA é $(4, 7, 10, \dots)$ ou seja, os múltiplos de 3. Temos então que o elemento que ocupa a posição "200" nessa sequência é:

$$a_n = a_1 + (n - 1) r$$

$$a_{200} = a_1 + (200 - 1) \cdot 3$$

$$a_{200} = 4 + (199) \cdot 3$$

$$a_{200} = 601$$

Assim, temos que somar a PA (3,6,9,12,15,....,600)

Aplicando a fórmula da soma dos termos temos:

RESPOSTA: "A".

904. (Banco do Brasil – Assistente Técnico-Administrativo – FCC/2014) O lucro da empresa de Ana, Beto e Carina é dividido em partes diretamente proporcionais aos capitais que eles empregaram. Sabendo-se que o lucro de um determinado mês foi de 60 mil reais e que os capitais empregados por Ana, Beto e Carina foram, respectivamente, 40 mil reais, 50 mil reais e 30 mil reais, calcule a parte do lucro que coube a Beto.

- A) 20 mil reais
- B) 15 mil reais
- C) 23 mil reais
- D) 25 mil reais
- E) 18 mil reais

Como temos que dividir 60000 reais em partes proporcionais entre Ana, Beto e Carina então temos:

$$A + B + C = 60000$$

Como é uma divisão em partes DIRETAMENTE proporcionais ao investimento inicial então temos:

$$A = 40x$$

$$B = 50x$$

$$C = 30x$$

Substituindo na equação inicial temos:

$$A + B + C = 60000$$

$$40x + 50x + 30x = 60000$$

$$120x = 60000$$

$$X = 500$$

Agora para calcularmos o valor que cabe a Beto temos:

$$B = 50x$$

$$B = 50.500 = R\$25000$$

RESPOSTA: "D".

905. (Banco do Brasil – Assistente Técnico-Administrativo – FCC/2014) Em 18 horas, 2 servidores analisam 15 processos. Trabalhando no mesmo ritmo, o número de servidores necessários para analisar 10 processos em 6 horas é igual a

- A) 4.
- B) 6.
- C) 5.
- D) 3.
- E) 7.

18 horas 2 servidores 15 processos

6 horas x servidores 10 processos

Se aumentar o número de servidores então eles conseguirão analisar MAIS processos em MENOS tempo.

Assim, montando a equação temos:

$$2/x = 15/10.6/18$$

$$2/x = 90/180$$

$$2/x = 1/2$$

$$x = 4 \text{ servidores.}$$

RESPOSTA: "A".

906. (SEAP/DF - ANALISTA DE COMUNICAÇÃO – IA-DES/2013) Uma pesquisa de intenções de voto determinou que certo candidato teria entre 25% e 29% dos votos, enquanto outra previu que ele ficaria com pelo menos 31% dos votos. Uma nova pesquisa disse que ele poderia obter no máximo 27% dos votos, outra que ele teria de 27% a 32%, e uma última que ele receberia entre 26% e 30%.

Sabendo-se que, dessas 5 pesquisas, apenas 3 acertaram o resultado e desconsiderando valores não inteiros, o melhor que se pode afirmar sobre a votação desse candidato é que ele recebeu

- A) 28% ou 29% dos votos
- B) de 28% a 30% dos votos
- C) entre 26% e 28% dos votos
- D) 26%, 28% ou 29% dos votos
- E) 26%, 27% ou 29% dos votos

No contexto da questão entende-se que o vocábulo "entre... e..." engloba os extremos.

Assim teremos

Pesquisas:

A – entre 25 e 29% : 25%, 26%, 27%, 28% ou 29%

B – no mínimo 31%: 31%, 32%, 33%,

C – até 27%: ... 24%, 25%, 26% ou 27%

D – de 27% a 32%: 27%, 28%, 29%, 30%, 31% ou 32%

E – entre 26% e 30%: 26%, 27%, 28%, 29% ou 30%

Somente 3 acertaram...

Vamos ver os percentuais:

25% – 2 pesquisas neste percentual

26% – 3 pesquisas neste percentual – ok

27% – 4 pesquisas neste percentual

28% – 3 pesquisas neste percentual – ok

29% – 3 pesquisas neste percentual – ok

30% – 2 pesquisas neste percentual

31% – 2 pesquisas neste percentual

32% – 2 pesquisas neste percentual

RESPOSTA: "D".

907. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Um empréstimo de R\$ 800.000,00 deve ser devolvido em 5 prestações semestrais pelo Sistema de Amortizações Constantes (SAC) à taxa de 4% ao semestre. O quadro demonstrativo abaixo contém, em cada instante do tempo (semestre), informações sobre o saldo devedor (SD), a amortização (A), o juro (J) e a prestação (P) referentes a esse empréstimo. Observe que o quadro apresenta dois valores ilegíveis:

LIVRO DE QUESTÕES

Semestre	SD (em R\$)	A (em R\$)	J (em R\$)	P (em R\$)
0	800.000,00	—	—	—
1	640.000,00	160.000,00	32.000,00	192.000,00
2	480.000,00	160.000,00	25.600,00	185.600,00
3	320.000,00	160.000,00	19.200,00	179.200,00
4	160.000,00	160.000,00	12.800,00	172.800,00
5	—	160.000,00	#####	#####

Se o quadro estivesse com todos os valores legíveis, o valor correto da prestação P, no último campo à direita, na linha correspondente ao semestre 5, da tabela, seria de:

- A) 167.500,00.
- B) 166.400,00.
- C) 162.600,00.
- D) 168.100,00.
- E) 170.300,00.

Em qualquer regime de capitalização o valor da prestação é igual à soma do valor da parcela de amortização com o valor da parcela de juro:

$$P_5 = a_5 + J_5$$

O valor da quinta parcela de juros é calculado sobre o saldo devedor do período imediatamente anterior. Como a taxa semestral de juros é igual a 4% e o saldo devedor após o pagamento da 4ª prestação é igual a 160.000 reais, temos:

$$J_5 = 0,04 \cdot 160000 = 6400$$

Substituindo J_5 por 6400 e, ainda, observando que as amortizações são constantes e iguais a 160000 (SAC), temos:

$$P_5 = 160000 + 6400$$

$$P_5 = 166400$$

Portanto, o valor da última prestação é igual a 166.400 reais.

RESPOSTA: "B".

908. (TRT/BA – Técnico Judiciário - FCC/2013) A diretoria de uma empresa decidiu realizar um torneio de futebol anual com a participação de seus quatro departamentos. De acordo com as regras, em cada edição do torneio, o departamento campeão receberá um troféu de posse transitória que, no ano seguinte, voltará a ser colocado em disputa. O primeiro departamento que vencer cinco edições do torneio ficará com a posse definitiva do troféu, devendo ser confeccionado um novo troféu para o próximo ano. O número de edições do torneio que serão disputadas até que um dos departamentos fique com a posse definitiva do troféu será, no máximo, igual a

- A) 21
- B) 20
- C) 17
- D) 16
- E) 5

Pensando no máximo de edições para que 4 departamentos façam competição onde um deles ganhe 5 vezes, temos que pensar na maior alternância possível.

Exemplo: Departamentos A, B, C e D

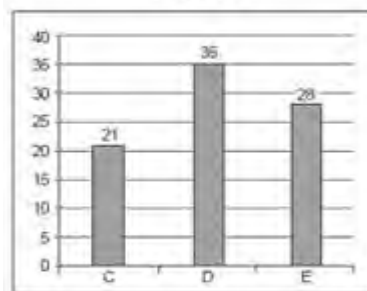
A B C D - A B C D - A B C D - A B C D - A = 17

RESPOSTA: "C".

Atenção: Para responder às questões seguintes, considere as informações abaixo:

O supervisor de uma agência bancária obteve dois gráficos que mostravam o número de atendimentos realizados por funcionários. O Gráfico I mostra o número de atendimentos realizados pelos funcionários A e B, durante 2 horas e meia, e o Gráfico II mostra o número de atendimentos realizados pelos funcionários C, D e E, durante 3 horas e meia.

Gráfico I
Gráfico II



909. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Observando os dois gráficos, o supervisor desses funcionários calculou o número de atendimentos, por hora, que cada um deles executou. O número de atendimentos, por hora, que o funcionário B realizou a mais que o funcionário C é:

- A) 3.
- B) 10.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 4.

Por hora, o funcionário B realizou $25/2,5 = 10$ atendimentos.

Por hora, o funcionário C realizou $21/3,5 = 6$ atendimentos.

Logo, por hora, o funcionário B realizou $10 - 6 = 4$ atendimentos a mais do que o funcionário C.

RESPOSTA: "E".

910. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Preocupado com o horário de maior movimento, que se dá entre meio dia e uma e meia da tarde, o supervisor colocou esses cinco funcionários trabalhando simultaneamente nesse período. A partir das informações dos gráficos referentes ao ritmo de trabalho por hora dos funcionários, o número de atendimentos total que os cinco funcionários fariam nesse período é:

- A) 57.
- B) 19.
- C) 38.
- D) 45.
- E) 10.

Em uma hora e meia de trabalho cada um dos funcionários faria o seguinte número de atendimentos:

$$A: 1,5 \cdot \frac{10}{2,5} = 6$$

$$B: 1,5 \cdot \frac{25}{2,5} = 15$$

$$C: 1,5 \cdot \frac{21}{3,5} = 9$$

$$D: 1,5 \cdot \frac{35}{3,5} = 15$$

$$E: 1,5 \cdot \frac{28}{3,5} = 12$$

Logo, em uma hora e meia, os cinco funcionários fariam, juntos:

$$6 + 15 + 9 + 15 + 12 = 57 \text{ atendimentos}$$

RESPOSTA: "A".

911. (TRT/BA – Técnico Judiciário - FCC/2013) Observando os resultados das multiplicações indicadas a seguir, pode-se identificar um padrão.

$11 \times 11 = 121$
 $101 \times 101 = 10201$
 $1001 \times 1001 = 1002001$
 $111 \times 111 = 12321$
 $101101 \times 10101 = 102030201$
 $1001001 \times 1001001 = 1002003002001$

De acordo com esse padrão, o resultado da multiplicação 1010101×1010101 é igual a

- A) 1002003004003002001
- B) 1234321
- C) 102343201
- D) 10023032001
- E) 1020304030201

Trata-se do produto como representado na segunda linha. Será 1020304030201, porque na segunda linha o número central é a quantidade de números 1 que aparecem em cada termo da multiplicação.

RESPOSTA: "E".

(Polícia Civil/DF – Agente de Polícia - CESPE/2013) Considerando que 300 pessoas tenham sido selecionadas para trabalhar em locais de apoio na próxima copa do mundo e que 175 dessas pessoas seja do sexo masculino, julgue os seguintes itens. (questões de 910 a 912)

912. (Polícia Civil/DF – Agente de Polícia - CESPE/2013) É impossível dividir as 300 pessoas em grupos de modo que todos os grupos tenham a mesma quantidade de mulheres e homens.

() CERTA () ERRADA

300 pessoas, sendo 175 do sexo masculino e 125 do sexo feminino

Fazendo o máximo divisor comum entre 175 e 125 obtemos

175, 125 divididos por 5

35, 25 divididos por 5

7, 5

O máximo divisor comum é 25.

Então dá para dividir os grupos tendo cada um 7 homens e 5 mulheres. "todos os grupos com a mesma quantidade de mulheres e a mesma quantidade de homens." Note-se que foi repetida "a mesma quantidade".

Se interpretássemos a afirmação como homens e mulheres na mesma quantidade, seria impossível, mas na interpretação acima é possível.

RESPOSTA: "ERRADA".

913. (Polícia Civil/DF – Agente de Polícia - CESPE/2013) Considere que 50 locais de apoio sejam espalhados pela cidade.

() CERTA () ERRADA

Considere ainda que cada um deles necessite, para funcionar corretamente, de 3 pessoas trabalhando por dia, independentemente do sexo. Nessa situação, se todas as pessoas selecionadas forem designadas para esses locais de apoio e se cada uma delas intercalar um dia de trabalho com um dia de folga ou vice-versa, então os postos funcionarão da forma desejada.

Um dia de folga e um dia de trabalho resulta em 150 pessoas por dia.

$$150/50 \text{ locais} = 3 \text{ pessoas por local.}$$

RESPOSTA: "CERTA".

914. (Polícia Civil/DF – Agente de Polícia - CESPE/2013) Se, em um dia de jogo, funcionarem 24 postos de apoio e se cada posto necessitar de 6 mulheres e 6 homens, então a quantidade de pessoas selecionadas será suficiente.

() CERTA () ERRADA

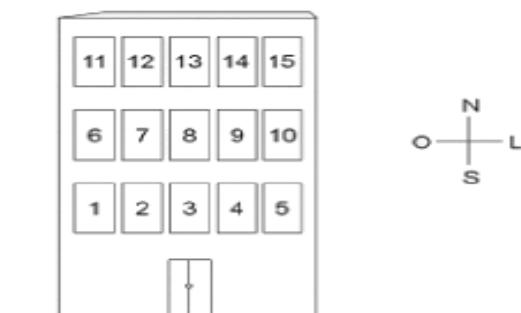
$6 \times 24 = 144$. Apenas será suficiente o número de homens.

RESPOSTA: "ERRADA".

915. (TRT - Analista Judiciário – FCC/2012) A figura mostra a localização dos apartamentos de um edifício de três pavimentos que tem apenas alguns deles ocupados:

Sabe-se que:

- Maria não tem vizinhos no seu andar, e seu apartamento localiza-se o mais a leste possível;
- Tais mora no mesmo andar de Renato, e dois apartamentos a separam do dele;
- Renato mora em um apartamento no segundo andar exatamente abaixo do de Maria;
- Paulo e Guilherme moram no andar mais baixo, não são vizinhos e não moram abaixo de um apartamento ocupado.
- No segundo andar estão ocupados apenas dois apartamentos.



Se Guilherme mora a sudoeste de Tais, o apartamento de Paulo pode ser:

- A) 1 ou 3
- B) 1 ou 4
- C) 3 ou 4
- D) 3 ou 5
- E) 4 ou 5

Maria não tem vizinhos no seu andar, e seu apartamento localiza-se o mais a leste possível. Logo Maria mora no apartamento 15, 10 ou 5.

Renato mora em um apartamento no segundo andar. Logo Maria não mora no segundo andar exatamente abaixo do de Maria. Logo Maria mora no apartamento 15 e Renato no 10.

Tais mora no mesmo andar de Renato e dois apartamentos a separam do dele. Logo Tais mora no segundo andar no apartamento 7.

Paulo e Guilherme moram no andar mais baixo, não são vizinhos e não moram abaixo de um apartamento ocupado. Logo eles não moram no apartamento 5 e 2, então um deles mora no 3 ou 4, e o outro está o 1.

Guilherme mora a sudoeste de Tais. Logo Guilherme mora no apartamento 1.

RESPOSTA: "C".

(Polícia Civil/DF – Agente de Polícia - CESPE/2013) Considere que a empresa X tenha disponibilizado um aparelho celular a um empregado que viajou em missão de 30 dias corridos. O custo do minuto de cada ligação, para qualquer telefone, é de R\$ 0,15. Nessa situação, considerando que a empresa tenha estabelecido limite de R\$ 200,00 e que, depois de ultrapassado esse limite, o empregado arcará com as despesas, julgue os itens a seguir.

Limite de R\$200,00

Valor de R\$0,15/minuto

Tempo: 30 dias corridos

(Questões 916 a 919)

916. Nos primeiros 10 dias, o tempo total das ligações do empregado tiver sido de 15 h, então, sem pagar adicional, ele disporá de mais de um terço do limite estabelecido pela empresa.

() CERTA () ERRADA

15 horas = $15 \times 60 = 900$ minutos

$900 \times 0,15 = 9 \times 15 = 135$ reais

Restam $200 - 135 = 65$ reais

Um terço de 200 será $200/3 = \text{aprox. } 67$ reais.

Resta menos de um terço.

RESPOSTA: "ERRADA".

917. Se, ao final da missão, o empregado pagar R\$ 70,00 pelas ligações excedentes, então, em média, suas ligações terão sido de uma hora por dia.

() CERTA () ERRADA

Pagando 70 reais pelas ligações excedentes, totalizam R\$270,00 na conta

$270 / 0,15 = 1800$ minutos / $60 = 30$ horas em 30 dias = 1h/dia

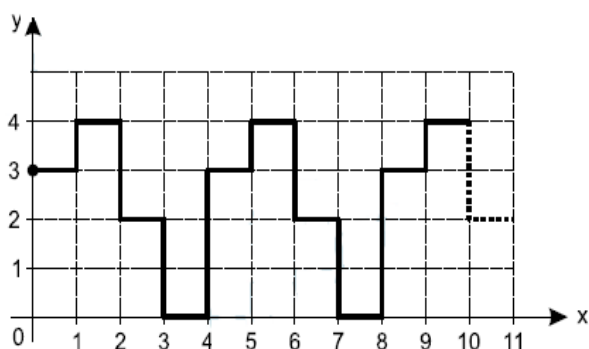
RESPOSTA: "CERTA".

918. Se, ao final da missão, o tempo total de suas ligações for de 20 h, o empregado não pagará excedente.

() CERTA () ERRADA

$20h \times 60 = 1200$ minutos $\times 0,15 = 180$ reais

RESPOSTA: "CERTA".

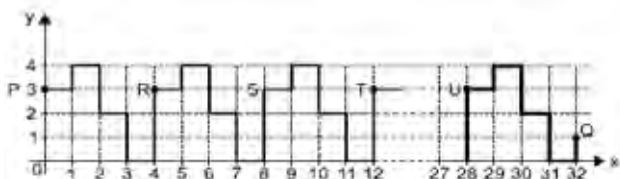


Na figura, a linha poligonal é formada por segmentos de reta

- Que são paralelos aos eixos coordenados e
- Cujas extremidades tem coordenadas inteiras não negativas.

Sabendo que o comprimento da linha poligonal, do ponto P até o ponto Q, é igual a 94 cm, as coordenadas do ponto Q são

- A) (25; 2)
B) (28; 1)
C) (32; 1)
D) (33; 1)
E) (34; 2)

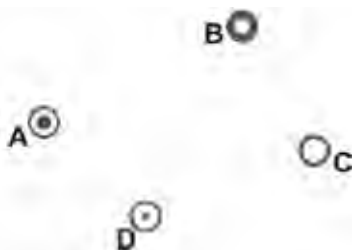


Observemos que do ponto P ao R (onde o ciclo recomeça), do R ao S, do S ao T, etc. existem sempre 12 segmentos. Cada ciclo ocupa quatro unidades do eixo das abscissas (do 0 ao 4, do 4 ao 8, do 8 a 12, ...).

Como $96 = 12 \times 7 + 10$ e $7 \times 4 = 28$, até o ponto U(28; 3) teremos 84 unidades. Dez unidades adiante chega-se ao ponto Q(32; 1).

RESPOSTA: "C".

922. (PC/PR - Delegado de Polícia - COPS/Uel/2013)
Em uma comunidade há 4 pontos estratégicos: A, B, C e D, conforme figura a seguir.



Existem 8 caminhos ligando os pontos A e B, 6 caminhos ligando os pontos B e C, 3 caminhos ligando os pontos C e D e 4 caminhos ligando os pontos D e A. Com base nesse contexto, assinale a RESPOSTA: que apresenta, corretamente, a quantidade de caminhos que ligam os pontos A e C.

- A) 48
B) 50
C) 60
D) 196
E) 576

Supondo que os caminhos possam ser percorridos em qualquer sentido e sejam de comprimento mínimo, existem duas opções para sair de A e chegar em C: passando ou por B, ou por D.

Passando por B, para cada uma das 8 opções de escolha de A até B, existem 6 caminhos de B até C. Logo, pelo princípio multiplicativo, existem:

8 . 6 = 48 caminhos passando por B

Passando por D, para cada uma das 4 opções de escolha de A até D, existem 3 caminhos de D até C. Logo, pelo princípio multiplicativo, existem:

4 . 3 = 12 caminhos passando por D

Como é possível ir ou por B, ou por D, utilizando o princípio aditivo, existem:

48 + 12 = 60 caminhos de A até C

RESPOSTA: "C".

923. (PC/PR - Delegado de Polícia - COPS/Uel/2013)
No país dos Números, as calculadoras são diferentes. A operação numérica mais utilizada é *. Quando digitamos na calculadora $x * y$, a conta efetuada é $x * y = x \times y + 2 \times x$, em que x e y pertencentes ao conjunto dos números reais R, e as operações $\times$ e $+$ são as usuais de IR. Com essas considerações, assinale a RESPOSTA: que apresenta, corretamente, o resultado da operação $x * y$, com $x = 3$ e $y = -1$.

- A) -3
B) -1
C) 0
D) 1
E) 3

De acordo com a operação definida, temos:

$$x * y = x \cdot y + 2 \cdot x$$

$$x * y = x \cdot (y + 2)$$

Para $x = 3$ e $y = -1$, temos:

$$x * y = 3 \cdot (-1 + 2)$$

$$x * y = 3 \cdot (1)$$

$$x * y = 3$$

RESPOSTA: "E".

924. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2013)
Victor ganhou uma caixa com N bombons. Desses bombons, ele come um e dá metade dos bombons que sobraram para Pedro. Dos bombons que recebeu, Pedro come um e dá metade dos bombons que sobraram para Ana. Dos bombons que recebeu, Ana come um e dá metade dos bombons que sobraram para Beatriz.

Sabendo-se que Beatriz recebeu dois bombons, então a soma dos algarismos de N é

- A) 5.
- B) 6.
- C) 7.
- D) 8.
- E) 9.

Se a caixa de bombons tinha inicialmente N bombons, então:

1) Após Victor comer um bombom e dar a metade do que sobrou para Pedro, este recebeu $\frac{N-1}{2}$ bombons.

2) Após Pedro comer um bombom e dar a metade do que sobrou para Ana, esta recebeu

$$\frac{\frac{N-1}{2} - 1}{2} = \frac{N-3}{4} \text{ bombons}$$

3) Após Ana comer um bombom e dar a metade do que sobrou para Beatriz, esta (Beatriz no caso) recebeu

$$\frac{\frac{(N-3)}{4} - 1}{2} = 2 \text{ bombons}$$

$$\text{Assim, } \frac{N-7}{8} = 2 \rightarrow N = 23 \text{ e } 2 + 3 = 5$$

RESPOSTA: "A".

925. (TRT 9ª Região – Técnico Judiciário – FCC/2013)
No mês de dezembro de certo ano, cada funcionário de uma certa empresa recebeu um prêmio de R\$ 320,00 para cada mês do ano em que tivesse acumulado mais de uma função, além de um abono de Natal no valor de R\$ 1.250,00. Sobre o valor do prêmio e do abono, foram descontados 15% referentes a impostos. Paula, funcionária dessa empresa, acumulou, durante 4 meses daquele ano, as funções de secretária e telefonista. Nos demais meses, ela não acumulou funções. Dessa forma, uma expressão numérica que representa corretamente o valor, em reais, que Paula recebeu naquele mês de dezembro, referente ao prêmio e ao abono, é:

- A) $0,85 \times [(1250 + 4) \times 320]$
- B) $(0,85 \times 1250) + (4 \times 320)$
- C) $(4 \times 320 + 1250) - 0,15$
- D) $(0,15 \times 1250) + (4 \times 320)$
- E) $0,85 \times (1250 + 4 \times 320)$

O desconto de 15% sobre o valor recebido indica que cada funcionário receberá 85% do valor do prêmio e do abono.

Paula acumulou mais de uma função em 4 meses, recebendo, em cada um deles, 320 reais, além do abono de 1250 reais. Logo, uma expressão numérica que representa a quantia que Paula deverá ganhar é dada por:

$$0,85 \cdot (1250 + 4 \cdot 320)$$

RESPOSTA: "E".

926. (TRT 9ª Região – Técnico Judiciário – FCC/2013)
Em um tribunal, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a:

- A) 28
- B) 34
- C) 51
- D) 56
- E) 68

Em 8 horas, cada juiz do nível I analisará 8 processos. Como são 2 juízes, serão analisados $2 \cdot 8 = 16$ processos.

Em 8 horas, cada juiz do nível II analisará 4 processos. Como são 5 juízes, serão analisados $5 \cdot 4 = 20$ processos.

Em 8 horas, cada juiz do nível III analisará 2 processos. Como são 10 juízes, serão analisados $10 \cdot 2 = 20$ processos.

Logo, a quantidade total de processos analisados, considerando-se todos os juízes dos três níveis é igual a:

$$16 + 20 + 20 = 56$$

RESPOSTA: "D".

927. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2014)
Uma fábrica de painéis opera com um custo fixo mensal de R\$ 9 800,00 e um custo variável por painel de R\$ 45,00. Cada painel é vendido por R\$ 65,00. Seja x a quantidade que deve ser produzida e vendida mensalmente para que o lucro mensal seja igual a 20% da receita.

A soma dos algarismos de x é:

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5
- E) 6

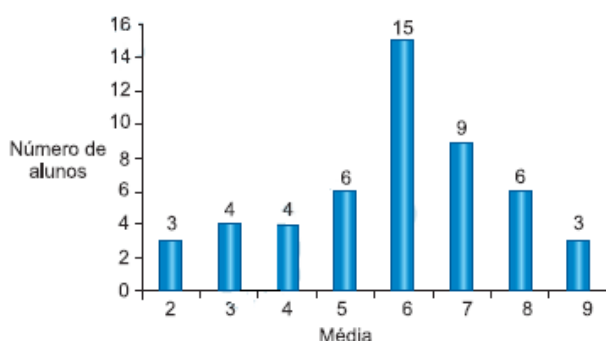
Seja x a quantidade de painéis produzidos e vendidos mensalmente, tem-se:

I) O custo de produção, em reais, é $9800 + 45x$

- II) A receita obtida, em reais, com a venda é $65x$
 III) O lucro, em reais, é $65x - (9800 + 45x)$
 III) $65x - (9800 + 45x) = 20\% \cdot 65x \Leftrightarrow$
 $\Leftrightarrow 65x - 9800 - 45x = 13x \Leftrightarrow$
 $\Leftrightarrow 7x = 9800 \Leftrightarrow x = 1400$
 IV) A soma dos algarismos de x é $1 + 4 + 0 + 0 = 5$

RESPOSTA: "D".

928. (Administração – VESTIBULAR - FGV/2014) A média mínima para um aluno ser aprovado em certa disciplina de uma escola é 6. A distribuição de frequências das médias dos alunos de uma classe, nessa disciplina, é dada abaixo:



A porcentagem de alunos aprovados foi:

- A) 62%
 B) 63%
 C) 64%
 D) 65%
 E) 66%

O número total, de alunos em certa disciplina, nessa escola, é $3 + 4 + 4 + 6 + 15 + 9 + 6 + 3 = 50$

Desse total o número dos que obtiveram média maior ou igual a 6 é $15 + 9 + 6 + 3 = 33$

A porcentagem de alunos aprovados é $\frac{33}{50} = \frac{66}{100} = 66\%$

RESPOSTA: "E".

929. (MPE/TO – Analista - CESPE/2012) Os organizadores de uma festa previram que o público do evento seria de, pelo menos, 1.000 pessoas e que o número de homens presentes estaria entre 60% e 80% do número de mulheres presentes. Para que tal previsão esteja errada, basta que o número de

- A) homens presentes na festa seja igual a 360.
 B) homens presentes na festa seja igual a 500.
 C) homens presentes na festa seja igual a 1.000.
 D) mulheres presentes na festa seja igual a 650.
 E) mulheres presentes na festa seja igual a 1.000.

Considerando a quantidade mínima de pessoas na festa (1000) e a quantidade mínima de homens (60% do número de mulheres), a quantidade (h) de homens e (m) de mulheres são tais que:

$$\begin{cases} h + m = 1000 \\ h = 60\% \end{cases}$$

C

$$0,6m + m = 1000C$$

$$h = 0,6mC$$

$$m = 625C$$

$$h = 375$$

Assim, a quantidade mínima de homens na festa é 375.

A previsão estará errada se o número de homens presentes na festa for igual a 360, pois $360 < 375$.

A quantidade máxima não pode ser estabelecida, pois não se conhece o número real de público.

RESPOSTA: "A".

930. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2014) Em um jogo de tabuleiro, para cada jogada são lançados dois dados, um branco e outro vermelho. Os dados são honestos, tem a forma de tetraedro regular e com um único número em cada face.

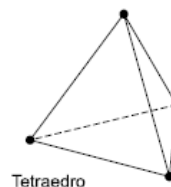
O dado branco tem as faces numeradas por: - 1, 0, 1 e 2.

O dado vermelho tem as faces numeradas por: - 2, - 1, 0 e 1.

O jogador lança os dados e observa a face em que cada um deles se apoia, isto é, a que está voltada para baixo.

Pelas regras do jogo, o jogador avança ou retrocede, no tabuleiro, quando o produto dos números obtidos nos dados for positivo ou negativo, respectivamente.

Em uma jogada, o número de modos distintos em que os resultados dos dados levam a um retrocesso é



- a) 4.
 b) 5.
 c) 6.
 d) 7.
 e) 8.

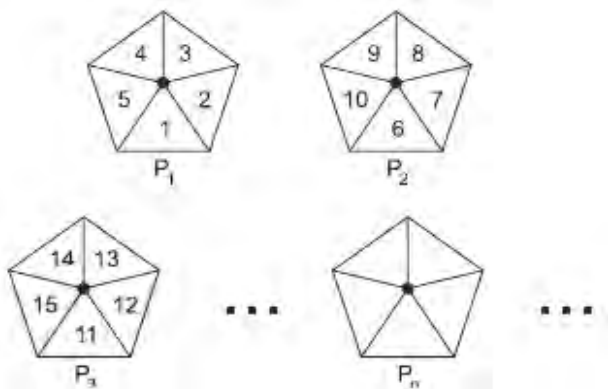
Os possíveis resultados (produtos) obtidos no lançamento dos dois dados estão na tabela a seguir:

Branco / vermelho	-1	0	1	2
-2	2	0	-2	-4
-1	1	0	-1	-2
0	0	0	0	0
1	-1	0	1	2

Dos 16 casos possíveis, o número de modos distintos em que os resultados dos dados levam a um retrocesso, corresponde ao número de produtos negativos, num total de cinco.

RESPOSTA: "B".

931. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2013)
Considere a sequência de pentágonos, formada de acordo com um determinado critério.



O número 6 652 pertence ao pentágono P_n , em que n é natural não nulo. Assim sendo, n é divisível por

- A) 2.
- B) 3.
- C) 5.
- D) 7.
- E) 11.

Notando que os maiores números no interior de cada pentágono (5, 10, 15,...) formam uma progressão aritmética de razão 5, temos:

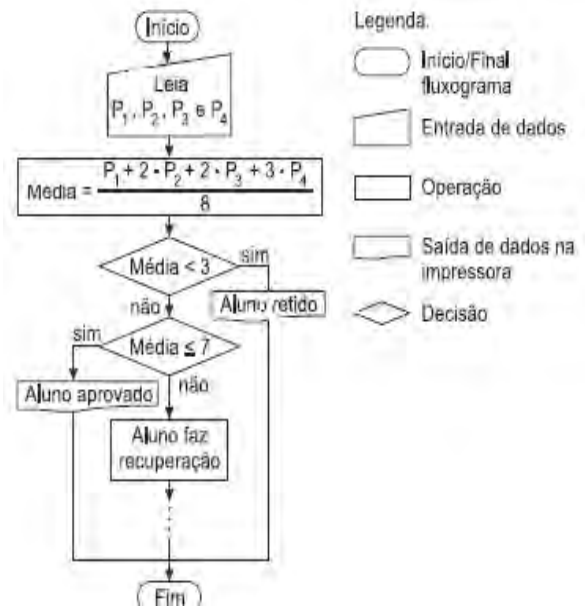
$$6650 = 5 + (n - 1) \cdot 5$$

$$n = 1330$$

Logo, o número 6652 pertence ao pentágono P_{1331} , e 1331 é divisível por 11.

RESPOSTA: "E".

932. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2013)
O fluxograma a seguir apresenta parte dos procedimentos seguidos por um professor para determinar a situação dos alunos após o fechamento das notas do 4º bimestre.



Considere um aluno que, ao longo do ano letivo, obteve as seguintes notas bimestrais:

P_1	P_2	P_3	P_4
9,0	8,0	7,0	5,0

De acordo com o fluxograma no fechamento das notas do 4º bimestre, esse aluno obteve média

- A) 2,90 e está retido.
- B) 5,50 e fará recuperação.
- C) 6,75 e fará recuperação.
- D) 7,25 e está aprovado.

Sendo 9,0, 8,0, 7,0 e 5,0 as notas bimestrais do aluno, sua média ponderada será:

$$média = \frac{9 + 2 \cdot 8 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 5}{8} = 6,75$$

Como $3 < 6,75 < 7$, o aluno fará recuperação.

RESPOSTA: "C".

933. (TRT 9ª Região – Técnico Judiciário – FCC/2013)
Em uma repartição pública em que 64% dos funcionários têm salário superior a R\$ 7.000,00, 60% dos funcionários têm curso superior e 40% possuem apenas formação de ensino médio. Dentre os servidores com nível superior, 80% ganham mais do que R\$ 7.000,00. Dessa forma, dentre os funcionários que têm somente formação de Ensino Médio, aqueles que recebem salário maior do que R\$ 7.000,00 correspondem a:

- A) 48%
- B) 44%
- C) 40%
- D) 50%
- E) 56%

Sem perda de generalidade, vamos considerar que na repartição trabalham 100 servidores. Se 60% de todos os servidores possuem curso superior, então 60 servidores possuem curso superior. Se 80% desses 60 servidores, ganham mais que 7000 reais, temos:

$$0,80 \cdot 60 = 48$$

Assim, 48 servidores têm curso superior e ganham mais que 7000 reais.

Por outro lado, 64% de todos os servidores, ou seja, 64 servidores ganham mais que 7000 reais. A diferença entre a quantidade total de servidores que ganham mais que 7000 reais (64) e a quantidade de servidores que possuem nível superior e ganham mais que 7000 reais (48) é igual à quantidade de servidores que possuem somente formação de Ensino Médio e ganham mais que 7000 reais, ou seja:

$$64 - 48 = 16$$

Considerando-se o universo dos servidores que possuem somente a formação do Ensino Médio (40 servidores), o percentual dos que ganham mais que 7000 reais é dado por:

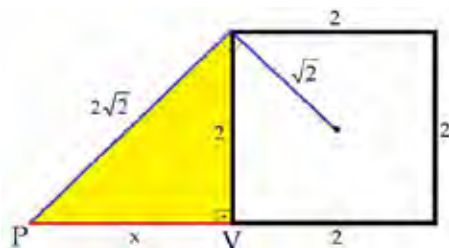
$$16/40 = 0,40 = 40\%$$

RESPOSTA: "C".

934. (TRT 9ª Região – Técnico Judiciário – FCC/2013)
Em um terreno plano, uma formiga encontra-se, inicialmente, no centro de um quadrado cujos lados medem 2 metros. Ela caminha, em linha reta, até um dos vértices (cantos) do quadrado. Em seguida, a formiga gira 90 graus e recomeça a caminhar, também em linha reta, até percorrer o dobro da distância que havia percorrido no primeiro movimento, parando no ponto P. Se V é o vértice do quadrado que se encontra mais próximo do ponto P, então a distância, em metros, entre os pontos P e V é:

- A) igual a 1.
- B) um número entre 1 e 2.
- C) igual a 2.
- D) um número entre 2 e 4.
- E) igual a 4.

Observe uma possível ilustração sobre a trajetória da formiga:



Utilizando o teorema de Pitágoras no triângulo destacado, temos:

$$\begin{aligned} 8 &= 4 + x^2 \\ 8 - 4 &= x^2 \\ 4 &= x^2 \\ 2 &= x \quad (x > 0) \end{aligned}$$

Utilizando simetria também poderíamos concluir que a medida da distância do ponto P ao ponto V nada mais é do que a medida do lado do quadrado.

RESPOSTA: "C".

935. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2013)
Em uma sequência numérica, sabe-se que:

- o 1o. termo é igual a 10;
- o 5o. termo é igual a 31;
- a soma do 1o., do 2o. e do 3o. termos é igual a 45;
- a soma do 2o., do 3o. e do 4o. termos é igual a 60; e
- a soma do 3o., do 4o. e do 5o. termos é igual a 75.

Nessas condições, o produto do 2º pelo 4º termo dessa sequência é

- A) 300.
- B) 304.
- C) 325.
- D) 400.
- E) 475.

Seja $(a_1; a_2; a_3; a_4; a_5)$ a tal sequência numérica.

Das informações dadas, temos:

$$\begin{cases} a_1 = 10 \\ a_5 = 31 \\ a_1 + a_2 + a_3 = 45 \\ a_2 + a_3 + a_4 = 60 \\ a_3 + a_4 + a_5 = 75 \end{cases} \Leftrightarrow \begin{cases} a_1 = 10 \\ a_5 = 31 \\ a_2 + a_3 = 35 \\ a_2 + a_3 + a_4 = 60 \\ a_3 + a_4 = 44 \end{cases} \Leftrightarrow \begin{cases} a_1 = 10 \\ a_5 = 31 \\ a_2 = 16 \\ a_3 = 19 \\ a_4 = 25 \end{cases}$$

$$\text{Dessa forma, } a_2 \cdot a_4 = 16 \cdot 25 = 400$$

RESPOSTA: "D".

936. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Depois de ter comprado 15 livros de mesmo preço unitário, Paulo verificou que sobraram R\$ 38,00 em sua posse, e faltaram R\$ 47,00 para comprar outro livro desse mesmo preço unitário. O valor que Paulo tinha inicialmente para comprar seus livros era, em R\$, de:

- A) 1.225,00.
- B) 1.305,00.
- C) 1.360,00.
- D) 1.313,00.
- E) 1.228,00.

Sejam V o valor que Paulo dispunha para comprar os livros e x o preço unitário do livro. Se comprando 15 livros sobraram 38 reais, então:

$$V = 15x + 38$$

Se comprando 16 livros faltaram 47 reais, então:

$$V = 16x - 47$$

Igualando as equações, temos:

$$16x - 47 = 15x + 38$$

$$16x - 15x = 38 + 47$$

$$x = 85$$

Se cada livro custava 85 reais, para encontrar o valor que Paulo dispunha basta substituir x por 85 em qualquer uma das equações anteriores. Substituindo na primeira, por exemplo, temos:

$$V = 15x + 38$$

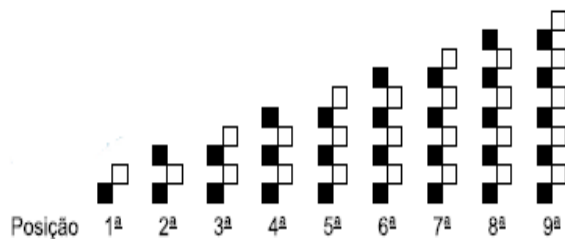
$$V = 15 \cdot 85 + 38$$

$$V = 1313$$

Portanto, Paulo possuía 1313 reais.

RESPOSTA: "D".

937. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2014)
Considere a sequência formada por figuras compostas por quadradinhos nas cores cinza e preta dispostos de acordo com um determinado critério.



Admitindo o mesmo padrão de formação das figuras, o número de quadradinhos pretos da figura que ocupa a 96ª posição é

- A) 45.
- B) 47.
- C) 49.
- D) 50.
- E) 52.

I) Primeiramente observemos que a quantidade de quadradinhos em cada posição são termos da progressão aritmética (2; 3; 4; ...) cujo termo

$$a_{96} = a_1 + (96 - 1) \cdot 1 = 2 + 95 = 97$$

II) Quando a quantidade de quadrados for par o número de quadrados cinzas e pretos são iguais, e quando for ímpar existe um quadrado preto a mais que a quantidade de quadrados cinzas.

Assim, na 96ª figura existem 49 quadrados pretos e 48 quadrados cinzas, totalizando 97 quadrados.

RESPOSTA: "C".

938. (Administração - VESTIBULAR - FGV/2014)
Três sócios A, B e C resolvem abrir uma sociedade com um capital de R\$100.000,00. B entrou com uma quantia igual ao dobro da de A, e a diferença entre a quantia de C e a de A foi R\$ 60 000,00.

O valor absoluto da diferença entre as quantias de A e B foi:

- A) R\$ 10 000,00
- B) R\$ 15 000,00
- C) R\$ 20 000,00
- D) R\$ 25 000,00
- E) R\$ 30 000,00

Sejam a , b e c as quantias, em reais, dos sócios A, B e C, respectivamente.

$$\begin{cases} a + b + c = 100000 \\ b = 2a \\ c - a = 60000 \end{cases} \leftrightarrow \begin{cases} a + b + c = 100000 \\ b = 2a \\ c = a + 60000 \end{cases}$$

$$a + 2a + (a + 60000) = 100000C$$

$$4a = 40000C$$

$$a = 10000, b = 20000, c = 70000$$

Logo, os sócios A, B e C entraram com quantias de R\$ 10 000,00, R\$ 20 000,00 e R\$ 70 000,00, respectivamente, e o valor absoluto da diferença entre as quantias de A e B é R\$ 10 000,00 – R\$ 20 000,00 = R\$ 10 000,00

RESPOSTA: "A".

939. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Renato aplicou R\$ 1.800,00 em ações e, no primeiro dia, perdeu 1/2 do valor aplicado. No segundo dia Renato ganhou 4/5 do valor que havia sobrado no primeiro dia, e no terceiro dia perdeu 4/9 do valor que havia sobrado no dia anterior. Ao final do terceiro dia de aplicação, Renato tinha, em R\$,

- A) 820,00.
- B) 810,00.
- C) 800,00.
- D) 900,00.
- E) 1.200,00.

Início: 1800

1º dia: Perdeu, ou seja, sobrou $1800 - 900 = 900$

2º dia: Ganhou, ou seja, ficou com $900 + 720 = 1620$

3º dia: Perdeu, ou seja, ficou com $1620 - 720 = 900$

Logo, ao final do terceiro dia Renato ficou com 900 reais.

RESPOSTA: "D".

940. (FATEC - Professor Assistente - FATEC/2013)
João possui apenas moedas de 10 e 25 centavos, que juntas formam um total de R\$ 1,95. Assim sendo, pode-se afirmar corretamente que João tem

- A) mais moedas de 10 do que de 25 centavos.
 B) no máximo 15 moedas dos dois tipos.
 C) no máximo 7 moedas de 10 centavos.
 D) no mínimo 5 moedas de 25 centavos.
 E) no mínimo 9 moedas dos dois tipos.

Sendo d e v , respectivamente, o número de moedas de dez e o número de moedas de vinte e cinco centavos que João possui, com d e v , obviamente naturais, temos:

$$0,10 \cdot d + 0,25 \cdot v = 1,95 \quad 2d + 5v = 39$$

A tabela a seguir mostra todas as soluções naturais dessa equação.

v	D	Total de moedas
1	17	18
3	12	15
5	7	12
7	2	9

Assim, a quantidade mínima de moedas que João possui é 9.

RESPOSTA: "E".

941. (Banco do Brasil – Escriturário – FCC/2013) Nos quatro primeiros dias úteis de uma semana o gerente de uma agência bancária atendeu 19, 15, 17 e 21 clientes. No quinto dia útil dessa semana esse gerente atendeu n clientes. Se a média do número diário de clientes atendidos por esse gerente nos cinco dias úteis dessa semana foi 19, a mediana foi:

- A) 19.
 B) 18.
 C) 20.
 D) 23.
 E) 21.

A média aritmética de 5 números é igual à soma dos 5 números dividida por 5. Assim, se a média aritmética dos números 19, 15, 17, 21 e n é igual a 19, então:

$$19 = \frac{19 + 15 + 17 + 21 + n}{5}$$

$$\begin{aligned} 95 &= 72 + n \\ 95 - 72 &= n \\ n &= 23 \end{aligned}$$

Ordenando o conjunto dos cinco números, temos:
 (15, 17, 19, 21, 23)

Em um conjunto com cinco números (ímpar), a mediana é igual ao termo central do conjunto ordenado, ou seja, a mediana é igual a 19.

RESPOSTA: "A".

942. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP – APOF – ESAF/2012) A e B são os lados de um retângulo I. Ao se aumentar o lado A em 20% e reduzir-se o lado B em 20% obtém-se o retângulo II. Se, ao invés disso, se aumentar o lado B em 20% e diminuir-se o lado A em 20%, tem-se o retângulo III. Pode-se afirmar que:

- A) os três retângulos têm a mesma área.
 B) o retângulo III tem a maior área.
 C) o retângulo II tem a maior área.
 D) o retângulo I tem a maior área.
 E) os retângulos II e III têm uma área igual, maior que a do retângulo I.

Nessa questão temos o seguinte:

Retângulo I: área = $A \cdot B$

Retângulo II: área = $(1,2 \cdot A) \cdot (0,8 \cdot B) = 0,96 \cdot A \cdot B$

Retângulo III: área = $(0,8 \cdot A) \cdot (1,2 \cdot B) = 0,96 \cdot A \cdot B$

RESPOSTA: "D".

943. (Economia – VESTIBULAR - FGV/2012) Dois veículos partem simultaneamente de um ponto P de uma pista circular, porém em direções opostas. Um deles corre ao ritmo de 5 metros por segundo, e o outro, ao ritmo de 9 metros por segundo. Se os veículos param quando se encontrarem pela primeira vez no ponto P, o número de vezes que eles terão se encontrado durante o percurso, sem contar os encontros da partida e da chegada, é igual a

- A) 45.
 B) 44.
 C) 25.
 D) 17.
 E) 13.

Sejam:

d o comprimento da pista, em metros;

t o tempo, em segundos, entre um encontro e o encontro seguinte;

$P_0; P_1; P_2; \dots; P_m$, com $m \in \mathbb{N}^*$, os pontos de encontro entre os dois veículos, sendo P_0 e P_m o ponto P, e n , com $n \in \mathbb{N}^*$, o número de voltas que o veículo mais lento completa até que ambos se encontrem novamente em P. temos:

$$1) d = 5t + 9t = 14t$$

2) Como a distância percorrida pelo veículo mais lento entre P_i e P_{i+1} , com $i \in \{0; 1; 2; \dots; m-1\}$ é sempre $5t$, até encontrarem-se novamente em P esse veículo andou $5tm$ e girou n voltas.

$$\text{Assim } 5tm = 14t \cdot n \Rightarrow m = \frac{14n}{5}$$

Os menores valores inteiros não-nulos que satisfazem tal equação são $n = 5$ e $m = 14$.

3) Assim, após o ponto de partida é no décimo quarto encontro que eles estarão novamente no ponto P.

Portanto, sem contar os encontros de partida e chegada houve treze encontros.

RESPOSTA: "E".

944. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP – APOF – ESAF/2012) Suponha que um carro perde por ano 20% de seu valor em relação ao ano anterior, uma moto perde por ano 30% de seu valor em relação ao ano anterior e uma bicicleta perde por ano 10% de seu valor em relação ao ano anterior. Além disso, suponha que o carro custa o dobro de uma moto e uma moto o dobro de uma bicicleta. Sendo assim, ao final de 5 anos:

- A) nenhum dos 3 valerá nada.
- B) o carro valerá mais que a moto e a moto valerá mais que a bicicleta.
- C) apenas a bicicleta valerá algo.
- D) a bicicleta valerá mais que o carro.
- E) a bicicleta valerá mais que a moto.

Vamos organizar as informações:

Ano 0:

Valor da bicicleta: X

Valor da moto: 2X

Valor da carro: 4X

Ano 1:

Valor da bicicleta: $X - 0,1X = 0,9X$

Valor da moto: $2X - 0,3 \cdot 2X = 2X - 0,6X = 1,4X$

Valor da carro: $4X - 0,2 \cdot 4X = 4X - 0,8X = 3,2X$

Ano 2:

Valor da bicicleta: $0,9X - 0,1 \cdot 0,9X = 0,9X - 0,09X = 0,81X$

Valor da moto: $1,4X - 0,3 \cdot 1,4X = 1,4X - 0,42X = 0,98X$

Valor da carro: $3,2X - 0,2 \cdot 3,2X = 3,2X - 0,64X = 2,56X$

Ano 3:

Valor da bicicleta: $0,81X - 0,1 \cdot 0,81X = 0,81X - 0,081X = 0,729X$

Valor da moto: $0,98X - 0,3 \cdot 0,98X = 0,98X - 0,294X = 0,686X$

Valor da carro: $2,56X - 0,2 \cdot 2,56X = 2,56X - 0,512X = 2,048X$

Aqui já podemos parar de calcular. Analisando as RESPOSTAS, vemos que a única possível é a letra "E". Vejamos:

a) nenhum dos 3 valerá nada. -> Essa RESPOSTA: é impossível pois todos três terão algum valor, já que a cada ano eles perdem uma porcentagem do valor do ano anterior.

b) o carro valerá mais que a moto e a moto valerá mais que a bicicleta.

Essa RESPOSTA: também é impossível, pois vimos que no ano 3 a bicicleta já vale mais que a moto.

c) apenas a bicicleta valerá algo.

Essa RESPOSTA: é impossível, pois todos três terão algum valor, já que a cada ano eles perdem uma porcentagem do valor do ano anterior.

d) a bicicleta valerá mais que o carro.

Poderíamos até ficar em dúvida em relação a esta RESPOSTA: , porém vemos que a letra "E" logo abaixo está correta e, portanto é a RESPOSTA da questão.

e) a bicicleta valerá mais que a moto.

Vemos no ano 3 que o valor da bicicleta já é maior que o valor da moto.

Poderíamos também escrever as equações dos três veículos:

Bicicleta: $X(1-0,1)^n$

Moto: $2X(1-0,3)^n$

Carro: $4X(1-0,2)^n$

Onde n é o ano em que se quer saber o valor do automóvel

Calculando o valor de cada um para o ano 5 temos:

Bicicleta: $X(1-0,1)^5 = X \cdot (0,9)^5 = X \cdot (0,81 \cdot 0,729) = 0,59049X$

Moto: $2X(1-0,3)^5 = 2X \cdot (0,7)^5 = 2X \cdot (0,49 \cdot 0,343) = 2X \cdot (0,16807) = 0,33614X$

Carro: $4X(1-0,2)^5 = 4X \cdot (0,8)^5 = 4X \cdot (0,64 \cdot 0,512) = 4X \cdot (0,32768) = 1,31072X$

RESPOSTA: "E".

945. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP – APOF – ESAF/2012) Assinale a opção verdadeira.

A) 3 = 4 e 3 + 4 = 9

B) Se 3 = 3, então 3 + 4 = 9

C) Se 3 = 4, então 3 + 4 = 9

D) 3 = 4 ou 3 + 4 = 9

E) 3 = 3 se e somente se 3 + 4 = 9

Nessa questão, devemos analisar cada RESPOSTA.

a) 3 = 4 e 3 + 4 = 9; Reescrevendo: $F \wedge F$ que possui valor lógico falso.

b) Se 3 = 3, então 3 + 4 = 9; Reescrevendo: $V \wedge F$ que possui valor lógico falso.

c) Se 3 = 4, então 3 + 4 = 9; Reescrevendo: FF que possui valor lógico verdadeiro.

d) 3 = 4 ou 3 + 4 = 9; Reescrevendo: $F \vee F$ que possui valor lógico falso.

e) 3 = 3 se e somente se 3 + 4 = 9; Reescrevendo: $V \wedge F$ que possui valor lógico falso.

RESPOSTA: "C".

946. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP – APOF – ESAF/2012) O determinante de uma matriz 3X3 é igual a x. Se multiplicarmos os três elementos da 1a linha por 2 e os três elementos da 2a coluna por -1, o determinante será:

A) -x2

B) -2x

C) 4x2

D) x2

E) -2x2

Nessa questão devemos aplicar a seguinte propriedade dos determinantes:

Multiplicando-se (ou dividindo-se) os elementos de uma fila por um número, o determinante fica multiplicado (ou dividido) por esse número.

Entende-se por fila qualquer linha ou coluna de uma matriz.

Resolvendo a questão, temos que:

$\det = 2 \cdot (-1) \cdot X = -2X$;

RESPOSTA: "B".

947. (Economia – VESTIBULAR - FGV/2012) Na cantina de um colégio, o preço de 3 chicletes, 7 balas e 1 refrigerante é R\$ 3,15. Mudando-se as quantidades para 4 chicletes, 10 balas e 1 refrigerante, o preço, nessa cantina, passa para R\$ 4,20. O preço, em reais, de 1 chiclete, 1 bala e 1 refrigerante nessa mesma cantina, é igual a

- A) 1,70.
- B) 1,65.
- C) 1,20.
- D) 1,05.
- E) 0,95.

Sejam c , b e r , respectivamente os preços de um chiclete, uma bala e um refrigerante, temos

$$\begin{cases} 3c + 7b + r = 3,15 \\ 4c + 10b + r = 4,20 \end{cases} \Leftrightarrow \begin{cases} 9c + 21b + 3r = 9,45 \\ 8c + 20b + 2r = 8,40 \end{cases}$$

Fazendo (I) – (II), membro a membro, temos:

$$c + b + r = 1,05$$

Dessa forma, o preço de um chiclete, uma bala e um refrigerante é igual a R\$ 1,05.

RESPOSTA: "D".

948. (Receita Federal do Brasil – Analista Tributário - ESAF/2012) Uma esfera foi liberada no ponto A de uma rampa. Sabendo-se que o ponto A está a 2 metros do solo e que o caminho percorrido pela esfera é exatamente a hipotenusa do triângulo retângulo da figura abaixo, determinar a distância que a esfera percorreu até atingir o solo no ponto B.



- A) 5 metros
- B) 3 metros
- C) 4 metros
- D) 6 metros
- E) 7 metros

Sejam o triângulo ABC, retângulo em C, então, os lados AC e BC serão os catetos desse triângulo retângulo e, AB, sua hipotenusa. Para determinarmos a distância que a esfera percorreu até atingir o solo, devemos determinar o comprimento AB desse triângulo retângulo, ou seja, sua hipotenusa. Sendo dado o ângulo de 30° referente ao vértice B, logo chamaremos o lado AC de cateto oposto a esse ângulo de 30° . Assim, utilizando-se da relação do seno desse ângulo, tem-se:

$$\sin 30^\circ = \frac{\text{cateto oposto}}{\text{hipotenusa}}$$

É sabido que $\sin 30^\circ = 0,5$ e que, o cateto oposto a esse ângulo, (lado AC) vale 2 m, logo, teremos, para o lado AB:

$$\sin 30^\circ = \frac{\text{cateto oposto}}{\text{hipotenusa}} \rightarrow 0,5 = \frac{2}{AB} \rightarrow AB = \frac{2}{0,5} \rightarrow AB = 4\text{m}$$

RESPOSTA: "C".

949. (Receita Federal do Brasil – Analista Tributário - ESAF/2012) Dada a matriz $A = \begin{pmatrix} 2 & 1 \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$, o determinante de é igual a:

- A) 20.
- B) 28.
- C) 32.
- D) 30.
- E) 25.

Para determinarmos a potência de uma matriz quadrada, utilizamos dos seguintes passos:

1º passo: achar o determinante da matriz quadrada de ordem 2.

$$\det A = \begin{vmatrix} 2 & 1 \\ 0 & 1 \end{vmatrix} = 2 \cdot 1 - 1 \cdot 0 = 2$$

2º passo: elevar a 5ª potência o determinante encontrado.

$$\det(A^5) = 2^5 = 32$$

RESPOSTA: "E".

950. (Receita Federal do Brasil – Analista Tributário - ESAF/2012) O Ministério da Fazenda pretende selecionar ao acaso 3 analistas para executar um trabalho na área de tributos. Esses 3 analistas serão selecionados de um grupo composto por 6 homens e 4 mulheres. A probabilidade de os 3 analistas serem do mesmo sexo é igual a

- A) 40%.
- B) 50%.
- C) 30%.
- D) 20%.
- E) 60%.

A probabilidade a ser encontrada será expressa por: $P(HHH)$ ou $P(MMM)$. Se o grupo é composto por um total de 10 analistas (espaço amostral), sendo 6 homens e 4 mulheres, então teremos a seguinte possibilidade:

P(HHH)

$$= \frac{6}{10} \cdot \frac{5}{9} \cdot \frac{4}{8} + \frac{4}{10} \cdot \frac{3}{9} \cdot \frac{2}{8} = \frac{120}{72} + \frac{24}{720} = \frac{2}{10} = 20\%$$

RESPOSTA: "D".

951. (Receita Federal do Brasil – Analista Tributário - ESAF/2012) Para construir 120 m² de um muro em 2 dias, são necessários 6 pedreiros. Trabalhando no mesmo ritmo, o número de pedreiros necessários para construir 210 m² desse mesmo muro em 3 dias é igual a:

- A) 2.
B) 4.
C) 3.
D) 5.
E) 7.

1º passo: organizar as grandezas semelhantes em colunas, denotando o significado de cada uma delas.

Serviço	tempo (dias)	funcionários
120 m ²	2	6
210 m ²	3	x

2º passo: verificar se as demais grandezas, em relação à grandeza onde se encontra a variável "x", se são diretamente ou inversamente proporcionais as mesmas.

Inicialmente, devemos observar que a grandeza que se encontra a variável "x" é o tempo.

- serviço x tempo: grandezas diretamente proporcionais já que, aumentando-se a quantidade de serviço, aumentará o tempo de trabalho.

- operários x tempo: grandezas inversamente proporcionais já que, aumentando-se o tempo de serviço, diminuirá a quantidade de funcionários.

3º passo: simplificar se possível, os valores das grandezas que se encontram em uma mesma coluna, ambos por um mesmo valor.

Serviço	tempo (dias)	Funcionários
120 m ²	(/30) 2	6
210 m ²	(/30) 3	x

Após as simplificações

Serviço	tempo (dias)	funcionários
4 m ²	2	6
7 m ²	3	x

4º passo: utilizar qualquer método resolutivo.

$$x = 6 \cdot \frac{2.7}{3.4} \rightarrow x = 7 \text{ funcionários}$$

RESPOSTA: "E".

(IBAMA – Analista Ambiental - CESPE/UnB/2012)

Um órgão de controle, ao aplicar sanções contra empresas petroleiras cujas atividades resultem em agressão ao meio ambiente, determina o valor da multa, em reais, de modo proporcional ao volume de petróleo derramado, em barris, ao tempo de duração do derramamento, em semanas, e à área da região afetada, em quilômetros quadrados. Assim, se determinada empresa petroleira deixar vaziar, por três semanas, quatro mil barris de petróleo bruto, causando a contaminação de 950 km² de superfície marítima, será, em decorrência disso, multada em R\$ 5.000.000,00. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

952. (IBAMA – Analista Ambiental - CESPE/UnB/2012) Considere que, após acidente com um navio petroleiro, que resultou no derramamento de dezenove mil barris de petróleo, afetando uma área de 120 km², os técnicos da empresa à qual esse navio pertence tenham levado uma semana para conter o derramamento. Nessa situação, a multa a ser aplicada pelo órgão de controle será superior a R\$ 900.000,00.

() CERTA () ERRADA

Inicialmente, determinaremos a constante de proporcionalidade. É sabido que, o valor da multa, em reais, é diretamente proporcional ao volume de petróleo derramado, em barris, ao tempo de duração do derramamento, em semanas, e à área da região afetada, ou seja:

$$\frac{\text{valor da multa}}{\text{volume} \cdot \text{tempo} \cdot \text{área}}$$

Se determinada empresa petroleira deixar vaziar, por 3 semanas, 4 mil barris de petróleo bruto, causando a contaminação de 950 km² de superfície marítima, será, em decorrência disso, multada em R\$ 5.000.000,00. Portanto, teremos:

$$k = \frac{5000000}{4000 \cdot 3 \cdot 950} = \frac{50}{114} = (\text{constante ou coeficiente de proporcionalidade})$$

Determinando o valor da multa, que resultou no derramamento de dezenove mil barris de petróleo, afetando uma área de 120 km², com uma semana de derramamento foi de:

$$\frac{x}{19000 \cdot 1 \cdot 120} = k = \frac{50}{114} \rightarrow x = 1000000$$

Portanto, um valor superior a R\$ 900.000,00.

RESPOSTA: "CERTA".

953. Caso, depois de estancado um vazamento, o petróleo derramado avance por uma área correspondente a 10% da área inicialmente afetada, o valor da multa recebida pela empresa aumentará 10% em relação ao valor que seria estabelecido no momento do estancamento.

() CERTA () ERRADA

Consideraremos o seguinte valor da multa inicial:

Aumentando a área em 10%, teremos: $A_f = (100\% + 10\%) \cdot A_i$ ou $A_f = 110\% \cdot A_i$

$$\text{valor final da multa} = \frac{50 \cdot V \cdot t \cdot 1,1A}{114} \rightarrow \text{valor final} = 110\% \cdot \text{valor inicial}$$

RESPOSTA: "CERTA".

Sabendo que o governo federal ofereceu aos servidores públicos uma proposta de reajuste salarial de 15,8% parcelado em três vezes, com a primeira parcela para 2013 e as demais para os anos seguintes, julgue os itens a seguir.

954. (IBAMA – Analista Ambiental - CESPE/UnB/2012) Um servidor federal com salário de R\$ 10.000,00 em 2012, passará a receber, em 2015, após a concessão da última parcela de reajuste, salário inferior a R\$ 11.500,00.

() CERTA () ERRADA

Sendo o reajuste total é 15,8% então teremos um fator de correção de $100\% + 15,8\% = 115,8\%$ (1,158). Para o cálculo do novo salário, em 2015, multiplicaremos esse fator decimal de correção, pelo valor atual (de 2012) do seu salário que é de R\$ 10.000,00, assim, teremos:

$$1,158 \times \text{R\$ } 10.000,00 = \text{R\$ } 11.580,00$$

Valor esse, superior a R\$ 11.500,00

RESPOSTA: "ERRADA".

955. (VALEC – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FEMPERJ/2012) Numa vila, para cada morador do sexo feminino há dois do sexo masculino. Assim, essa vila pode ter a seguinte quantidade de moradores:

- A) 48
- B) 50
- C) 52
- D) 56
- E) 62

A proporção mencionada no texto é de 2 para 1 (2 : 1), ou seja, para certo quantitativo de pessoas dessa vila teremos que dividir esse total por "3" e tomar 2 partes para os homens e 1 parte para as mulheres, logo, a única quantidade que é múltiplo de 3 é o valor 48 da RESPOSTA: (A).

RESPOSTA: "A".

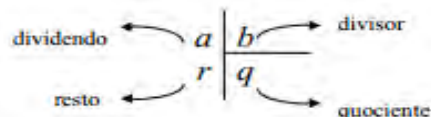
956. (TCE/PA - Assessor Técnico de informática - AOCP/2012) No conjunto dos números naturais, considere um número n, que dividido por 21, tem quociente igual a 3 e deixa resto 11. Qual é o valor de n?

- A) 66.
- B) 74.
- C) 76.
- D) 80.
- E) 82.

Pelo algoritmo da divisão de números naturais, tem-se:

Sejam a, b ∈ N com b ≠ 0. Então, existem e são únicos os números naturais q e r tais que:

$$a = b \cdot q + r, \text{ onde } 0 \leq r < b$$



Teremos:

$$n \div 21 = 3 \text{ , logo: } n = \underbrace{21}_{a} \cdot \underbrace{3}_{b} + \underbrace{11}_{r}$$

$$n = 63 + 11 \rightarrow n = 74$$

RESPOSTA: "B".

957. (BRDE – ANALISTA DE SISTEMAS - AOCP/2012) Em relação aos conjuntos: A = {1, 2}, B = {1, 2, 3} e C = {1, 2, 3, 4}, assinale a RESPOSTA: correta.

- A) $A \subset B \subset C$
- B) $A \not\subset B \subset C$
- C) $A \in B \notin C$
- D) $A \in B \in C$
- E) $A \in B \subset C$

Podemos observar que os elementos do conjunto A (1; 2) estão contidos no conjunto B (1; 2; 3), ou seja, o conjunto A está contido no conjunto B (" $A \subset B$ "). E, por conseguinte, os elementos do conjunto B (1; 2; 3) estão contidos no conjunto C (1; 2; 3; 4), ou seja, o conjunto B está contido no conjunto C. Se $A \subset B \subset C \subset C$, então $A \subset C$. Assim, teremos:

$$A \subset B \subset C$$

RESPOSTA: "A".

958. (BRDE - ANALISTA DE SISTEMAS - AOCP/2012) Seja A e B conjuntos quaisquer, assinale a RESPOSTA: INCORRETA.

- A) $A \subset (A \cap B) \text{ e } B \subset (A \cap B)$.
- B) $A \cap \emptyset = A \text{ e } A \cap \emptyset = \emptyset$.
- C) $(A \cap B) \subset A$.
- D) $A \cap (B \cap A) = A$.
- E) $A \subset B \text{ (A } \cap B) = A$.

A única RESPOSTA: incorreta é a E, pois, consideraremos os seguintes conjuntos:

$$\begin{cases} A = \{1; 2; 3\} \\ B = \{1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8\} \end{cases}$$

Logo, podemos observar que o conjunto "A" está contido no conjunto "B", ou seja, simbolicamente, " $A \subset B$ ".

Agora, devemos provar que $A \subset B \leftrightarrow (A \cap B) = A$.

$$A \cup B = \{1;2;3\} \cup \{1;2;3;4;5;6;7;8\} = \{1;2;3;4;5;6;7;8\}$$

RESPOSTA: "E".

959. (BRDE - ANALISTA DE SISTEMAS - AOCP/2012)

Uma sala de aula com trinta alunos, combinou de comprar um presente para a professora, mas cinco alunos não pagaram, aumentando R\$ 6,00 para cada um dos outros alunos. Então, quanto custou o presente para a professora?

- A) R\$ 1.000,00
- B) R\$ 900,00
- C) R\$ 850,00
- D) R\$ 800,00
- E) R\$ 750,00

Chamaremos de "x" o valor contribuído por cada um dos 30 alunos para a compra do presente para a professora. Nesse caso se 30 alunos comprassem o presente, eles teriam pagado uma quantia de: "30x".

Porém, como 5 alunos não participaram dessa contribuição, então, o presente foi comprado por, apenas, 25 alunos (30 - 5) o que acarretou num acréscimo individual de R\$ 6,00 para cada um dos que contribuíram, custando o presente, nessas condições, uma valor de: "25(x + 6)".

Sabendo-se que o valor do presente não sofreu variação em seu valor, então, tem-se a seguinte relação: $30x = 25(x + 6)$

$$30x = 25(x + 6) \rightarrow 30x - 25x = 150 \rightarrow x = 30$$

Portanto, o valor pago por aqueles que compraram o presente foi de:

$$\text{Valor pago: } 25(x + 6) = 25.(30 + 6) = 25.36 = \text{R\$ } 900,00.$$

RESPOSTA: "B".

(PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, em 2013, dados a respeito da violência contra a mulher no país. Com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, o instituto apresentou uma estimativa de mulheres mortas em razão de violência doméstica.

Alguns dos dados apresentados nesse estudo são os seguintes:

- mais da metade das vítimas eram mulheres jovens, ou seja, mulheres com idade entre 20 e 39 anos: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% na faixa etária de 30 a 39 anos;
- 61% das vítimas eram mulheres negras;
- grande parte das vítimas tinha baixa escolaridade: 48% cursaram até o 8º ano.

Com base nessas informações e considerando que V seja o conjunto formado por todas as mulheres incluídas no estudo do IPEA; $A \subset V$, o conjunto das vítimas jovens; $B \subset V$, o conjunto das vítimas negras; e $C \subset V$, o conjunto das vítimas de baixa escolaridade — vítimas que cursaram até o 8º ano —, julgue os itens que se seguem.

960. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se $V \setminus C$ for o conjunto complementar de C em V, então $(V \setminus C) \cap A$ será um conjunto não vazio.

() CERTA () ERRADA

O conjunto complementar de C em V ($V \setminus C$) equivale a $V - C$. Logo, $(V \setminus C) \cap A$ será um conjunto não-vazio, pois existirão mulheres que pertencerão, simultaneamente, aos dois conjuntos: $(V - C)$ e A.

Considerando:

$$V = 100\%$$

$$A = 31\% + 23\% = 54\%,$$

$$B = 61\%, \text{ e}$$

$$C = 48\%$$

$$V - C = 100\% - 48\% = 52\%$$

$A \cup (V - C) = 52\% + 54\% = 106\%$, o que prova que existem elementos em comum, logo a intersecção entre esses conjuntos não poderá ser o conjunto vazio.

RESPOSTA: "CERTA".

961. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se 15% das vítimas forem mulheres negras e com baixa escolaridade, então $V = B \cup C$.

() CERTA () ERRADA

$$n(B \cup C) = n(B) + n(C) - n(B \cap C), \text{ sendo:}$$

$$\begin{cases} n(B) = 61\% \\ n(C) = 48\% \\ n(B \cap C) = 15\% \end{cases}$$

$$\text{Se } V = 100\%, \text{ então } V(B \cup C), \text{ pois } 100\% \neq 94\%.$$

RESPOSTA: "ERRADA".

962. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se $V \setminus A$ for o conjunto complementar de A em V, então 46% das vítimas pertencerão a $V \setminus A$.

() CERTA () ERRADA

$$(V \setminus A) = V - A = 100\% - 54\% = 46\%.$$

RESPOSTA: "CERTA".

(PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Considere que a empresa X tenha disponibilizado um aparelho celular a um empregado que viajou em missão de 30 dias corridos. O custo do minuto de cada ligação, para qualquer telefone, é de R\$ 0,15. Nessa situação, considerando que a empresa tenha estabelecido limite de R\$ 200,00 e que, após ultrapassado esse limite, o empregado arcará com as despesas, julgue os itens a seguir.

963. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se, ao final da missão, o tempo total de suas ligações for de 20 h, o empregado não pagará excedente.

() CERTA () ERRADA

Tem-se que 20 horas equivale a 20×60 minutos = 1200 minutos. Se 1 minuto custa R\$ 0,15, então 1200 minutos custarão: $1200 \times R\$ 0,15 = R\$ 180,00$. Se o limite estabelecido foi de R\$ 200,00, logo, esse empregado não ultrapassou o limite estabelecido.

RESPOSTA: "CERTA".

964. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se, nos primeiros 10 dias, o tempo total das ligações do empregado tiver sido de 15 h, então, sem pagar adicional, ele disporá de mais de um terço do limite estabelecido pela empresa.

() CERTA () ERRADA

Tem-se que 15 horas equivale a 15×60 minutos = 900 minutos. Portanto, nesses 10 dias iniciais, o empregado já gastou o equivalente a: $900 \times R\$ 0,15 = R\$ 135,00$. Sendo de R\$ 200,00 o limite estabelecido, então o empregado ainda dispõe de R\$ 65,00, o que representa uma fração do total de R\$ 200,00, de:

$$\frac{65}{200} > \frac{1}{3} \rightarrow \text{colocando na mesma base temos } \frac{39}{120} > \frac{40}{120}$$

Portanto, ele disporá de MENOS de um terço do limite estabelecido pela empresa.

RESPOSTA: "ERRADA".

965. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se, ao final da missão, o empregado pagar R\$ 70,00 pelas ligações excedentes, então, em média, suas ligações terão sido de uma hora por dia.

() CERTA () ERRADA

Se o empregado pagou R\$ 70,00 de ligações excedentes, então o total de gastos nesse mês foi, pagos pela empresa X, foi de: $R\$ 200,00 + R\$ 70,00 = R\$ 270,00$. Se 1 minuto custa R\$ 0,15, logo, 1 hora custará R\$ 0,1560 minutos = R\$ 9,00:

Assim, o total de horas desse empregado foi de:

$$\frac{270}{9} = 30 \text{ horas/mes}$$

Portanto, esse empregado, utilizou o celular da empresa, uma hora por dia.

RESPOSTA: "CERTA".

966. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Considere que, em uma nova missão, o preço das ligações tenha passado a depender da localidade, mesma cidade ou cidade distinta da de origem da ligação, e do tipo de telefone para o qual a ligação tenha sido feita, celular, fixo ou rádio. As tabelas abaixo mostram quantas ligações de cada tipo foram feitas e o valor de cada uma:

	celular	fixo	rádio
mesma cidade	6	3	1
cidade	7	1	3

Tabela I: número de ligações realizadas por tipo de telefone

	mesma cidade	cidade
Celular	0,2	0,5
Fixo	0,15	0,3
rádio	0,2	0,2

Tabela II: preço de cada ligação, em reais

Nessas condições, se $A = \begin{bmatrix} 6 & 3 & 1 \\ 7 & 1 & 3 \end{bmatrix}$ for a matriz formada

pelos dados da tabela I, e $B = \begin{bmatrix} 0,2 & 0,5 \\ 0,15 & 0,3 \\ 0,2 & 0,2 \end{bmatrix}$ for a matriz

formada pelos dados da tabela II, então a soma de todas as entradas da matriz $A \times B$ será igual ao valor total das ligações efetuadas. Julgue este item.

O valor total das ligações será dado pela seguinte relação entre os valores das tabelas acima:

Mesma cidade: Celular: $6 \times 0,20 = R\$ 1,20$

Fixo: $3 \times 0,15 = R\$ 0,45$

Rádio: $1 \times 0,20 = R\$ 0,20$

Total = $R\$ 1,20 + R\$ 0,45 + R\$ 0,20 = R\$ 1,85$

Cidade distinta: Celular: $7 \times 0,50 = R\$ 3,50$

Fixo: $1 \times 0,30 = R\$ 0,30$

Rádio: $3 \times 0,20 = R\$ 0,60$

Total = $R\$ 3,50 + R\$ 0,30 + R\$ 0,60 = R\$ 4,40$

Total entre as cidades: R\$ 1,85 + R\$ 4,40 = R\$ 6,25
Fazendo o produto $A \times B$, entre as matrizes, teremos:

$$\begin{bmatrix} 6 & 3 & 1 \\ 7 & 1 & 3 \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} 0,2 & 0,5 \\ 0,15 & 0,3 \\ 0,2 & 0,2 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 6,0,2 + 3,0,15 + 1,0,2 & 6,0,5 + 3,0,3 + 1,0,2 \\ 7,0,2 + 1,0,15 + 3,0,2 & 7,0,5 + 1,0,3 + 3,0,2 \end{bmatrix}$$

$$= \begin{bmatrix} 1,85 & 4,4 \\ 2,15 & 4,4 \end{bmatrix}$$

Portanto, o total a ser pago corresponde, somente, à soma dos valores encontrados na 1ª linha (R\$ 1,85 + R\$ 4,40) da matriz resultante ou a matriz produto de $A \times B$, e não de todas as entradas da matriz $A \times B$. Logo, esse item está ERRADO.

967. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL - CONSULPAN/2012) Um torneio de judô é disputado por 10 atletas e deve ter apenas um campeão. Em cada luta não pode haver empate e aquele que perder três vezes deve ser eliminado da competição. Qual o número máximo de lutas necessário para se conhecer o campeão?

- A) 27
- B) 28
- C) 29
- D) 30
- E) 31

Podemos pensar o seguinte: Se temos 10 atletas e só um pode ser o campeão, 9 têm que ser eliminados e um não. Então esses 9 têm que perder 3 lutas cada um. Isso só pode acontecer se ocorrerem no mínimo:

$$9 \cdot 3 = 27 \text{ lutas}$$

Mas o campeão pode perder no máximo 2 lutas sem ser eliminado, então podemos ter mais duas lutas além das 27.

$$27 + 2 = 29 \text{ lutas.}$$

Basta saber se é possível acontecer isso. Bom, imagine que o campeão comece a lutar com todos. quando ele ganha 3 lutas o adversário é eliminado. Então ele elimina 8 adversários, ou seja 24 lutas. Aí só falta ele eliminar um, mas ele pode perder 2 lutas para este e tem que ganhar 3. São 5 lutas. Mais as outras 24 lutas, dá 29.

RESPOSTA: "C".

968. (TJM-SP - Analista de Sistemas - VUNESP/2012) Considere o conjunto A dos múltiplos inteiros de 5, entre 100 e 1000, formados de algarismos distintos. Seja B subconjunto de formado pelos números cuja soma dos valores de seus algarismos é 9. Então, a soma do menor número ímpar de B com o maior número par de B é:

- A) 835.
- B) 855.
- C) 915.
- D) 925.
- E) 945.

O menor número ímpar de B é 135 (1 + 3 + 5 = 9) e o maior número par de B é 810 (8 + 1 + 0 = 9).

Portanto, a soma pedida é 135 + 810 = 945.

RESPOSTA: "E".

969. (TRT/6ª Região - Técnico Judiciário – FCC/2012) O encarregado dos varredores de rua de uma determinada cidade começou um dia de serviço com novidade: quem tem menos de 25 anos vai varrer uma certa quantidade de metros de rua hoje; quem tem de 25 até 45 anos varre três quartos do que varrem esses mais jovens; aqueles com mais de 45 anos varrem dois quintos do que varrem aqueles que têm de 25 a 45 anos; e, para terminar, os que têm de 25 até 45 anos varrerão hoje, cada um, 210 metros. O grupo de varredores era formado por dois rapazes de 22 anos, 3 homens de 30 e um senhor de 48 anos. Todos trabalharam segundo o plano estabelecido pelo encarregado. E, dessa maneira, o total em metros varridos nesse dia, por esses varredores, foi:

- A) 1.584
- B) 1.274
- C) 1.132
- D) 1.029
- E) 952

Chamemos de x a quantidade varrida pela turma que tem menos de 25 anos. Então, a quantidade do pessoal que tem de 25 a 45 é, segundo o enunciado, 3/4 de x. Como foi dado que esse pessoal de 25 a 45 anos varrerá 210m, temos que:

$$3/4 \cdot x = 210$$

$$x = 280$$

Além disso, foi dado que o pessoal mais velho (mais de 45 anos) varrerá 2/5 dos que varrem aqueles que têm de 25 a 45 anos, ou seja, 2/5 de 210, o que é igual a 84m. Assim, temos:

Menos de 25: 280

De 25 a 45: 210

Mais de 45: 84

Agora é calcular de acordo com as idades das pessoas:
 $2 \times 280 + 3 \times 210 + 84 = 1.274\text{m.}$

RESPOSTA: B.

970. (Polícia Federal - Agente da Polícia Federal – CESPE/2012) Em fevereiro de 2012, quatro irmãos, todos nascidos em janeiro, respectivamente no ano de 1999, 1995, 1993 e 1989, se reuniram para abrir o testamento do pai que havia morrido pouco antes. Estavam ansiosos para repartir a herança de R\$ 85.215,00. O texto do testamento dizia que a herança seria destinada apenas para os filhos cuja idade, em anos completos e na data da leitura do testamento, fosse um número divisor do valor da herança. Os filhos que satisfizessem essa condição deveriam dividir igualmente o valor herdado. O que cada filho herdeiro recebeu foi:

- A) R\$ 85.215,00
B) R\$ 42.607,50
C) R\$ 28.405,00
D) R\$ 21.303,00
E) R\$ 0,00

1º filho: 13 anos
2º filho: 17 anos
3º filho: 19 anos
4º filho: 23 anos

Desses valores, apenas o 13, o 19 e o 23 são divisores de 85.215. Logo, a quantia deverá ser dividida por três:
 $85.215,00 \div 3 = R\$ 28.405,00$

RESPOSTA: "C".

971. (Câmara Municipal do Rio de Janeiro - Analista Legislativo - FJG/2014) Observe a tabela-verdade a seguir.

P	Q	~QP
V	V	F
V	F	X
F	V	Y
F	F	z

Os valores lógicos que devem substituir x, y e z são, respectivamente:

- A) V, F e F
B) F, V e V
C) F, F e F
D) V, V e F

Na coluna Q os valores serão invertidos, pois a questão pede o não Q. Porém, a coluna P não modificará. No bicondicional só será V se os valores lógicos forem iguais (o que acontecerá na segunda e terceira linha).

F V = F
V V = V
F F = V
V F = F

RESPOSTA: "D".

972. (METRÔ/SP – Agente de segurança - FCC/2013) Suponha que às 5h30min de certo dia, dois trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo partiram simultaneamente de um mesmo terminal T e seguiram por linhas diferentes. Considerando que a cada 78 minutos da partida um dos trens retorna a T, enquanto que o outro o faz a cada 84 minutos, então, nesse dia, ambos se encontraram novamente em T às:

- A) 19h42min.
B) 21h48min.
C) 21h36min.
D) 23h42min.
E) 23h48min.

O próximo encontro se dará após um tempo que corresponde ao m.m.c. de 78 e 84.

Calculando o m.m.c.(78;84) encontramos 1.092, ou seja, o encontro ocorrerá após 1.092 minutos. Mas 1.092 equivale a 18h 12min. Como o 1º encontro se deu às 5h 30min, o próximo será às 23h 42min.

RESPOSTA: "D".

973. (Chesf – Administração - CESPE/UNB/2012) Um capital acrescido dos seus juros simples de 21 meses soma R\$ 7.050,00. O mesmo capital diminuído dos seus juros simples de 13 meses reduz-se a R\$5.350,00. O valor desse capital é:

- A) Inferior a R\$ 5. 600,00.
B) Superior a R\$ 5. 600,00 e inferior a R\$ 5. 750,00.
C) Superior a R\$ 5. 750,00 e inferior a R\$ 5. 900,00.
D) Superior a R\$ 5. 900,00 e inferior a R\$ 6. 100,00.
E) Superior a R\$ 6. 100,00.

O tempo decorrido entre as duas informações do problema é de 34 meses e a diferença dos valores, para o mesmo período, é de R\$ 1. 700,00, o que significa que o rendimento mensal é de

$$\frac{1700}{34} = 50$$

Aplicando esse resultado em qualquer um dos montantes informados, teremos:

R\$ 7. 050,00 é o resultado (montante) da aplicação do capital (C) por 21 meses (t), com rendimento de R\$ 50,00 ao mês.

$$\begin{aligned} M &= C + J \\ 7050 &= C + 21 \times 50 \\ 7050 &= C + 1050 \\ C &= 7050 - 1050 \\ C &= 6000 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "D".

974. (SEFAZ/SP- Agente Fiscal de Rendas – FCC/2013) Em toda a sua carreira, um tenista já disputou N partidas, tendo vencido 70% delas. Considere que esse tenista ainda vá disputar, antes de se aposentar, mais X partidas, e que vença todas elas. Para que o seu percentual de vitórias ao terminar sua carreira suba para 90%, X deverá ser igual a:

- a) 1 N.
b) 1,2 N.
c) 1,3 N.
d) 1,5 N.
e) 2 N.

Antes: disputadas=N
Vencidas=0,7 N
Depois: disputadas=N+x
Vencidas=0,7N+x

Então temos,

$$\frac{0,7N + x}{N + x} = 0,9 \rightarrow 0,1x = 0,2N \rightarrow x = 2N$$

RESPOSTA: "E".

975. (TRE/PI - TÉCNICO - FCC/2013) No mês de outubro, o salário de um servidor público foi 60% maior do que o salário do mês anterior, por ele ter recebido um prêmio especial de produtividade. Em novembro, o valor voltou ao normal, igual ao mês de setembro. Em relação ao mês de outubro, o salário de novembro desse servidor foi:

- A) 27,5% menor
- B) 30,0% menor
- C) 37,5% menor
- D) 40,0% menor
- E) 60,0% menor

Admitindo um salário de R\$ 100,00 /em setembro, teríamos:

SETEMBRO: 100,00

OUTUBRO: 160,00

NOVEMBRO: 100,00

Observe, assim, que em relação a outubro, houve uma queda de 60,00. Em termos percentuais, temos:

$$\text{Queda} = 60,00 / 160,00 = 0,375 = 37,5\%$$

RESPOSTA: "C".

976. (METRÔ/SP – Agente de segurança - FCC/2013) A soma de três números inteiros positivos é igual ao maior número inteiro de 5 algarismos distintos. Se adicionarmos a cada um dos números o maior número inteiro de 3 algarismos, a nova soma será igual a:

- A) 102 996
- B) 102 960
- C) 102 876
- D) 101 726
- E) 101 762

$a + b + c = 98.765$ (este é o maior número inteiro de 5 algarismos distintos)

Somando a cada um destes valores a, b e c, o maior inteiro de três algarismos, a nova soma seria:

$$a + 999 + b + 999 + c + 999 = a + b + c + 3 \times 999 = 98.765 + 2.997 = 101.762$$

RESPOSTA: "E".

977. (METRÔ/SP – Agente de segurança - FCC/2013) Sabe-se que na divisão de um número inteiro e positivo por 13 o quociente obtido é igual ao resto. Assim sendo, o maior número que satisfaz essa condição é tal que a soma de seus algarismos é igual a:

- A) 16
- B) 5
- C) 14
- D) 13
- E) 12

Seja o número inteiro positivo N. Se dividimos N por 13, encontramos um quociente igual ao resto, temos que:

$$N = 13.q + q$$

$$N = 14.q$$

Ora, para encontrarmos o maior número N que satisfaz tal condição, precisamos imaginar o maior valor para q. Como a divisão é por 13, o maior valor para o resto é 12. Portanto:

$$N = 14 \times 12 = 168$$

Logo, a soma dos algarismos é igual a $1 + 6 + 8 = 15$

RESPOSTA: "B".

978. (PROVA INSS – TÉCNICO – FCC/2012) Em dezembro, uma loja de carros aumentou o preço do veículo A em 10% e o do veículo B em 15%, o que fez com que ambos fossem colocados a venda pelo mesmo preço nesse mês. Em janeiro houve redução de 20% sobre o preço de A e de 10% sobre o preço de B, ambos de dezembro, o que fez com que o preço B, em janeiro, superasse o de A em:

- A) 13,5%
- B) 13%
- C) 12,5%
- D) 12%
- E) 11,5%

Chamaremos de x o preço do veículo A e de y o preço do veículo B. Em dezembro, o veículo A teve um aumento de 10% sobre o preço atual x.

Portanto, o novo preço de A é $(x + 10\%.x) = 1,1x$. O veículo B teve um aumento de 15% sobre o preço y.

Logo, o novo preço de B é $(y + 15\%.y) = 1,15y$.

Esses dois aumentos nos veículos proporcionou uma igualdade nos seus valores. Com isso, podemos afirmar que $1,1x = 1,15y$.

Em janeiro, houve uma redução de 20% e 10% nos veículos A e B, respectivamente, sobre seus novos preços.

Então: O veículo A valerá 80% do valor de dezembro, ou seja, $(80\%.1,1x) = 0,88x$. E o veículo B valerá 90% do valor de dezembro, ou seja, $(90\%.1,15y) = 1,035y$. Para saber o que o veículo B fez para superar o valor ao veículo A, basta fazer a razão (divisão) do valor final do veículo B e do valor final do veículo A. Vejamos:

$$\frac{1,035y}{0,88x} = \frac{1,035y}{0,88 \cdot \frac{1,15y}{1,1}} = \frac{1,035y}{\frac{1,012y}{1,1}} = \frac{1,035y}{1} \cdot \frac{1,1}{1,012y} = \frac{1,1385y}{1,012y} = 1,125$$

Logo, o valor do veículo B é 0,125 ou 12,5% maior do que o valor do veículo A.

RESPOSTA: "C".

979. (TRT 11ª Região – Analista Judiciário – FCC/2012) Em uma sala com 200 pessoas, 90% são homens. Após alguns homens se retirarem, tendo permanecido todas as mulheres, elas passaram a representar 20% do grupo. A quantidade de homens que saíram da sala é igual a:

- a) 20
- b) 40
- c) 80
- d) 90
- e) 100

Veja que o enunciado fala de homens e mulheres em uma sala. Mas a pergunta final é feita sobre a quantidade de homens (quantos saíram da sala).

Portanto, o primeiro passo é descobrir quantos homens há na sala para que possamos encontrar a RESPOSTA desejada.

$$\text{Homens na sala: } \frac{90}{100} \cdot 200 = 180$$

Alguns homens saíram da sala (X homens), fazendo com que 80% das pessoas na sala sejam de homens, (pois as mulheres passaram a representar 20% do total). Daí, como tinha 180 homens, vão embora alguns, fazendo com que os que fiquem correspondam a 80% do total que restou (200 menos os homens que saíram). Veja:

$$\begin{array}{r} 180 - x = \frac{80}{100} \cdot (200 - x) \\ C \\ 1800 - 10x = 1600 - 8x \\ \hline 200 = 2x \\ C \\ x = 100 \end{array}$$

RESPOSTA: "E".

980. (CBTU - Analista de Gestão – CONSULPLAN/2014) Numa caixa há vários ovos entre caipira e de granja. Se, na retirada de um ovo, a probabilidade de que o mesmo seja caipira é 40% e a diferença entre os dois tipos de ovos é igual a 6, então o número total de ovos que existem nessa cesta corresponde a :

- A) 2 dúzias
- B) 3 dúzias.
- C) 1 dúzia e meia.
- D) 2 dúzias e meia.

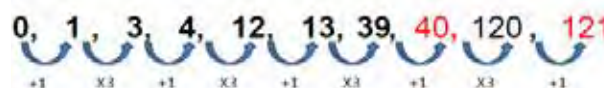
$$\begin{array}{l} \text{Probabilidade: } 60\% + 40\% = 100\% \\ \text{A diferença entre os 2 é } G - C = 6 \\ G - C = 6 \\ 60x/100 - 40x/100 = 6 \\ 6x/10 - 4x/10 = 6 \\ 6x - 4x = 60 \\ 2x = 60 \end{array}$$

$$\begin{array}{l} x = 60/2 \\ x = 30 \\ 1 \text{ dúzia} = 12 \\ 2 \text{ dúzia e } 1/2 = 30 \end{array}$$

RESPOSTA: "D".

981. (AI/SP - Agente Legislativo de Serviços Técnicos e Administrativos AL – FCC/2013) Considere que os termos da sucessão (0, 1, 3, 4, 12, 13, ...) obedecem a uma lei de formação. Somando o oitavo e o décimo termos dessa sucessão obtém-se um número compreendido entre:

- A) 150 e 170
- B) 130 e 150
- C) 110 e 130
- D) 90 e 110
- E) 70 e 90

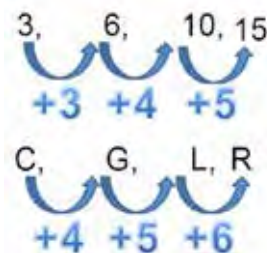


Somando o oitavo com o décimo $40 + 121 = 161$

RESPOSTA: "A".

982. (TRF/1ª REGIÃO – Técnico Judiciário – FCC/2013) Assinale a RESPOSTA: que completa a série seguinte: C3, 6G, L10,...

- A) C4
- B) 13M
- C) 9I
- D) 15R
- E) 6Y



RESPOSTA: "D".

983. (TRF/1ª REGIÃO – Técnico Judiciário – FCC/2013) Assinale a RESPOSTA: que completa a série seguinte: 9, 16, 25, 36,...

- A) 45
- B) 49
- C) 61
- D) 63
- E) 72

$$3^2, 4^2, 5^2, 6^2, 7^2$$

RESPOSTA: "B".

984. (BAHIAGÁS – Técnico de Processos Organizacionais – FCC/2012) Observe a sequência que foi criada com uma lógica matemática:

7; 29; quarenta;
8; 11; vinte;
3; 31; trinta;
5; 73; oitenta;
6; 52;

A palavra que completa o espaço é:

- A) noventa.
- B) sessenta.
- C) trinta.
- D) vinte.
- E) dez.

Observe que: a dezena mais próxima de 7+ 29 é quarenta; A dezena mais próxima de 8+11 é vinte; A dezena mais próxima de 3+ 31 é trinta; A dezena mais próxima de 5+ 73 é oitenta; A dezena mais próxima de 6 + 52; sessenta.

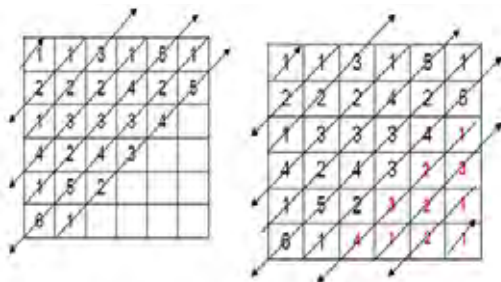
RESPOSTA: "B".

985. (TCE/SP – Auxiliar da Fiscalização Financeira – FCC/2013) Considere que os números inteiros e positivos que aparecem no quadro abaixo foram dispostos segundo determinado critério.

Completando corretamente esse quadro de acordo com tal critério, a soma dos números que estão faltando é

- A) maior que 19.
- B) 19.
- C) 16
- D) 14.
- E) Menor que 14.

Basta acompanhar as setas...



$$1+2+3+4+1+2+3+1+2+1=20$$

RESPOSTA: "A".

986. (AL/SP – Agente Legislativo de Serviços Técnicos e Administrativos – FCC/2012) Três Agentes Administrativos da Assembleia Legislativa de São Paulo, Artur, Bento e Cinira, foram incumbidos de arquivar um lote de documentos e, antes da execução dessa tarefa, fizeram as seguintes afirmações sobre a quantidade de documentos que ele continha:

Artur: O número de documentos do lote é maior que 50 e menor que 75.

Bento: O número de documentos do lote é maior que 60 e menor que 80.

Cinira: O número de documentos do lote é maior que 70 e menor que 100.

Considerando que as três afirmações estão corretas, a soma das possíveis quantidades de documentos que esse lote pode conter é um número compreendido entre:

- A) 260 e 280
- B) 280 e 300
- C) 300 e 320
- D) 320 e 340
- E) 340 e 360

Artur: O número de documentos do lote é maior que 50 e menor que 75.

Bento: O número de documentos do lote é maior que 60 e menor que 80.

Cinira: O número de documentos do lote é maior que 70 e menor que 100.

O número de documentos pertence ao conjunto {71, 72, 73, 74}.

A soma desses possíveis valores é 290.

RESPOSTA: "B".

987. (TRT/PA – Analista Judiciário - FCC/2012) Seis sacolas contêm 18, 19, 21, 23, 25 e 34 bolas, respectivamente. As bolas de uma das sacolas são todas pretas, e as demais bolas de todas as outras sacolas são brancas. Tânia pegou três sacolas, e Ruy outras duas sacolas, sendo que a sacola que sobrou foi a das bolas pretas. Se o total de bolas das sacolas de Tânia é o dobro do total de bolas das sacolas de Ruy, o número de bolas pretas nas seis sacolas é igual a:

- A) 18.
- B) 19.
- C) 21.
- D) 23.
- E) 25.

Considere que Rui possui r bolas, Tânia possui t bolas e que sejam p bolas pretas. Como o total de bolas é $18+19+21+23+25+34=140$, então:

$$r + t + p = 140$$

Sabemos ainda que: $t = 2r$

Substituindo a segunda equação na primeira temos:

$$r + 2r + p = 140$$

$$C$$

$$3r = 140 - p$$

$$C$$

$$r = \frac{140 - p}{3}$$

Como r é um número inteiro, então $140-p$ deve ser múltiplo de três.

Testando todas as possibilidades, concluímos que a única RESPOSTA que resulte em r inteiro e múltiplo de 3 é 23.

RESPOSTA: "D".

988. (TRF 4ª Região – Analista Judiciário – FCC/2012)
Suponha que, sistematicamente, três grandes instituições – X, Y e Z – realizam concursos para preenchimento de vagas: X de 1,5 em 1,5 anos, Y de 2 em 2 anos e Z de 3 em 3 anos. Considerando que em janeiro de 2006 as três realizaram concursos, é correto concluir que uma nova coincidência ocorrerá em:

- A) julho de 2015.
- B) Junho de 2014.
- C) Julho de 2013.
- D) Janeiro de 2012.
- E) Fevereiro de 2011.

Temos uma questão típica de Mínimo Múltiplo Comum – MMC: Lembre-se de que a ideia de múltiplo é de repetição, pois os múltiplos de um número qualquer é o produto deste número por todos os números do conjunto dos naturais. Do enunciado, tem-se:

* X realiza concurso de 1,5 em 1,5 anos, ou seja, a cada 18 meses;
* Y realiza concurso de 2 em 2 anos, ou seja, a cada 24 meses;
* Z realiza concurso de 3 em 3 anos, ou seja, a cada 36 meses;

Logo,

$$\begin{array}{r|l} 18, 24, 36 & 2 \\ 9, 12, 18 & 2 \\ 9, 6, 9 & 2 \\ 9, 3, 9 & 3 \\ 3, 1, 3 & 3 \\ 1, 1, 1 & 3 \end{array} \quad \begin{array}{l} 2 \\ 2 \\ 2 \\ 3 \\ 3 \\ 3 \end{array}$$

$$2^3 \times 3^2 = 8 \times 9 = 72$$

Transformando meses em anos e logo em seguida somando-se o resultado encontrado ao ano em questão, temos:

$$\begin{array}{c} 72 \quad \underline{12} \quad \Rightarrow \quad 6 + 2006 = 2012 \\ (0) \quad 6 \quad \quad \quad \uparrow \\ \quad \quad \quad \text{ANO DADO} \end{array}$$

RESPOSTA: "D".

989. (DNOCS - Agente Administrativo – FCC/2013)
Suponha que 8 máquinas de terraplanagem, todas com a mesma capacidade operacional, sejam capazes de nivelar uma superfície de 8 000 metros quadrados em 8 dias, se funcionarem ininterruptamente 8 horas por dia. Nas mesmas condições, quantos metros quadrados poderiam ser nivelados por 16 daquelas máquinas, em 16 dias de trabalho e 16 horas por dia de funcionamento ininterrupto?

- A) 16 000
- B) 20 000
- C) 64 000
- D) 78 000
- E) 84 000

Trata-se de uma questão de regra de três composta: o candidato deve ser prático, rápido e coerente no desenvolvimento da questão.

- 1) Perceba as grandezas envolvidas e retire-as;
- 2) Retire os dados relativos às grandezas, monte uma tabela;
- 3) Fixe uma seta começando do valor desconhecido e compare todas as outras grandezas com esta – se são diretamente ou inversamente proporcionais;
- 4) Encontre o valor desconhecido, que será igual ao número que está junto a ele, multiplicado pelos que estão no início das setas e dividido por quem estão no final.

Grandezas	Máquinas	Superfícies (m²)	Dias	Horas
Dados	$\uparrow \frac{8}{16}$	$= \uparrow \frac{8000}{x}$	$= \uparrow \frac{8}{16}$	$= \uparrow \frac{8}{16}$

$$x = \frac{8000 \cdot 16 \cdot 16 \cdot 16}{8 \cdot 8 \cdot 8} = 64000 \text{ m}^2$$

RESPOSTA: "C".

990. (CODERN – Assistente Técnico administrativo - CONSULPLAN/2012) O volume de uma caixa d'água é de $2,760 \text{ m}^3$. Se a água nela contida está ocupando os $3/5$ de sua capacidade, quantos litros de água devem ser colocados nessa caixa para enchê-la completamente?

- A) 331,2
- B) 1104
- C) 165,6
- D) 110,4
- E) 55,2

Se $1 \text{ m}^3 = 1000$ litros, logo $2760 \text{ m}^3 = 2760$ litros.

Para completar a caixa d'água faltam $2/5$. Se cada parte desta vale 2760 dividido por 5 que é igual a 552 litros. Portanto, pra completar a caixa d'água faltam 1104 litros.

RESPOSTA: "B".

991. (TRT 15ª SUPERIOR – Analista - FCC/2013) Do total de projetos que estavam em um arquivo, sabe-se que:

- 2/5 deveriam ser analisados e 4/7 referiam-se ao atendimento ao público interno.

Com essa informação, é correto concluir que o total de projetos existentes nesse arquivo NUNCA poderia ser um número compreendido entre:

- A) 10 e 50.
- B) 60 e 100.
- C) 110 e 160.
- D) 150 e 170.
- E) 180 e 220.

Veja que a quantidade de projetos deve ser divisível por 5 e por 7, ou seja, deve ser divisível por 35. Agora note que o gabarito oferece intervalos, e pede aquele que NÃO poderia ser tal número, ou seja, aquele intervalo que NÃO contém um múltiplo de 35. Finalmente, observe que a amplitude do intervalo 150 e 170 é inferior aos 35, e, portanto, nunca poderia conter um múltiplo de 35.

RESPOSTA: "D".

992. (TRT 24ª Região – Técnico Judiciário - FCC/2012) De um curso sobre Legislação Trabalhista, sabe-se que participaram menos de 250 pessoas e que, destas, o número de mulheres estava para o de homens na razão de 3 para 5, respectivamente. Considerando que a quantidade de participantes foi a maior possível, de quantas unidades o número de homens excedia o de mulheres?

- A) 50.
- B) 55.
- C) 57.
- D) 60.
- E) 62.

Temos que: $\frac{m}{h} = \frac{3}{5}$. Isso significa que, dividindo-se a quantidade de pessoas em 8 partes, 3 delas seriam de mulheres e 5 partes seriam de homens. Portanto, o total de pessoas deve ser um número divisível por 8, inferior a 250 e o maior possível. Esse número é 248, que dividido por 8 resulta em 31 (cada parte). Temos, então, $31 \times 3 = 93$ mulheres e $31 \times 5 = 155$ homens. A diferença, portanto vale $155 - 93 = 62$.

RESPOSTA: "E".

993. (TRT 4ª - Analista - FCC/2012) Considere que Asdrúbal tem um automóvel que, em média, percorre 14 quilômetros de estrada com 1 litro de gasolina. Certo dia, após ter percorrido 245 quilômetros de uma rodovia, Asdrúbal observou que o ponteiro do marcador de gasolina, que anteriormente indicava a ocupação de 5/8 da capacidade do tanque, passara a indicar uma ocupação de 1/3. Nessas condições, é correto afirmar que a capacidade do tanque de gasolina desse automóvel, em litros, é:

- A) 50
- B) 52
- C) 55
- D) 60
- E) 65

Para percorrer 245km, ele precisou de $245/14 = 17,5$ litros de gasolina. Essa quantidade corresponde à diferença de volumes no marcador, ou seja:

Considerando x a capacidade do tanque, temos:

$$\begin{array}{r} \frac{5}{8}x - \frac{1}{3}x = 17,5 \\ C \\ 15x - 8x = 420 \\ \hline 7x = 420 \\ x = 60 \end{array}$$

RESPOSTA: "D".

994. (TRT 24ª – Analista - FCC/2012) Todos os 72 funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul deverão ser divididos em grupos, a fim de se submeterem a exames médicos de rotina. Sabe-se que:

- o número de funcionários do sexo feminino é igual a 80% do número dos do sexo masculino;
- cada grupo deverá ser composto por pessoas de um mesmo sexo;
- todos os grupos deverão ter o mesmo número de funcionários;
- o total de grupos deve ser o menor possível;
- a equipe médica responsável pelos exames atenderá a um único grupo por dia.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- A) No total, serão formados 10 grupos.
- B) Cada grupo formado será composto de 6 funcionários.
- C) Serão necessários 9 dias para atender a todos os grupos.
- D) Para atender aos grupos de funcionários do sexo feminino serão usados 5 dias.
- E) Para atender aos grupos de funcionários do sexo masculino serão usados 6 dias.

Inicialmente, precisamos calcular a quantidade de homens e mulheres. Acompanhe:

$$H + M = 72 \text{ e } M = 0,8H$$

$$H + 0,8H = 72 \rightarrow 1,8H = 72 \rightarrow H = 40 \text{ e } M = 32$$

Agora, para que a quantidade de grupos seja a menor possível, devemos ter o máximo de pessoas em cada grupo. Portanto, teremos que encontrar o M.D.C. de 40 e 32.

Calculando o M.D.C.(40;32) encontramos 8. Assim, teremos $40/8 = 5$ grupos de homens e $32/8 = 4$ grupos de mulheres, cada grupo com 8 pessoas, e um total de $5 + 4 = 9$ grupos. Como o atendimento será de 1 grupo por dia, serão necessários 9 dias.

RESPOSTA: "C".

995. (TRT 24ª – Técnico Judiciário - FCC/2012) Indagado sobre o número de processos que havia arquivado certo dia, um Técnico Judiciário, que gostava muito de Matemática, respondeu:

– O número de processos que arqueei é igual a 12,252 – 10,252. Chamando X o total de processos que ele arquivou, então é correto afirmar que:

- A) $X < 20$.
- B) $20 < X < 30$.
- C) $30 < X < 38$.
- D) $38 < X < 42$.
- E) $X > 42$.

Observe que a expressão pode ser fatorada assim:

$$(12,25^2 - 10,25^2) = (12,25 + 10,25)(12,25 - 10,25) = 22,5 \cdot 2 = 45$$

RESPOSTA: "E".

996. (PRODEGE - Analista de Tecnologia da Informação – FUMARC/2012) Sendo Z o resultado da soma entre 0,555... + 1,444... Então, é falso afirmar que:

- A) Z é um número par.
- B) Z é um número primo.
- C) Z é um número irracional.
- D) a metade de Z é maior que zero.
- E) Z é um número par.

Precisamos transformar as dízimas em frações para facilitar a resolução:

$$0,555... = \frac{5}{9}$$

C

$$x = 1,444..$$

C

$$10x = 14,444 ...$$

C

$$10x - x = 14,444.. - 1,444..$$

C

$$9x = 13$$

C

$$x = \frac{13}{9}$$

C

$$Z = \frac{5}{9} + \frac{13}{9} + \frac{18}{9} = 2$$

RESPOSTA: "C".

997. (CEB – Advogado - Banca Exatus/2014) Fábio utilizou apenas os algarismos pares do sistema de numeração decimal para escrever todos os números possíveis com três algarismos distintos. A quantidade de números que Fábio conseguiu escrever é igual a:

- A) 48
- B) 60
- C) 100
- D) 125

A questão 2 sai pelo princípio multiplicativo.

Os números são 0,2,4,6,8 e devemos formar 3 números distintos.

No primeiro algarismo temos 4 opções (o zero fica fora), na segunda temos mais 4 opções (desta vez o zero conta, porém fica fora o número escolhido anteriormente) e consequentemente na terceira 3 opções.

4.4.3 multiplicando as possibilidades temos: $4 \cdot 4 \cdot 3 = 48$.

RESPOSTA: "A".

998. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP – APOF - ESAF/2012) Considere que numa cidade 40% da população adulta é fumante, 40% dos adultos fumantes são mulheres e 60% dos adultos não-fumantes são mulheres. Qual a probabilidade de uma pessoa adulta da cidade escolhida ao acaso ser uma mulher?

- A) 52%
- B) 48%
- C) 50%
- D) 44%
- E) 56%

Nessa questão temos seguinte:

40% da população adulta é fumante; logo, 60% da população adulta é não-fumante. 40% dos adultos fumantes são mulheres; ou seja, 40% de mulheres, de um total de 40% de adultos fumantes, o que resulta em 16% da população adulta é mulher e fumante.

60% dos adultos não-fumantes são mulheres; ou seja, 60% de mulheres, de um total de 60% de adultos não-fumantes, o que resulta em 36% da população adulta é mulher e não-fumante.

Portanto, do total da população adulta, 16% são mulheres fumantes e 36% são mulheres não fumantes, resultando em uma população adulta de 52% de mulheres. Com isso, a probabilidade de uma pessoa adulta da cidade escolhida ao acaso ser uma mulher é de 52%.

RESPOSTA: "A".

999. (SECRETARIA DA FAZENDA/SP – APOF - ESAF/2012) Considerando os dados da questão anterior, qual a porcentagem das mulheres adultas que são fumantes?

- A) 7/13
- B) 40%
- C) 4/13
- D) 60%
- E) 9/13

Utilizando as informações da questão anterior temos: Percentual de mulheres adultas do total de adultos: 52%.

Percentual de mulheres adultas fumantes do total de adultos: 16%.

Percentual de mulheres adultas fumantes do total de mulheres adultas: $16\% / 52\% = 4/13$.

RESPOSTA: "C".

1000. (AL/PE - Analista Legislativo - FCC/2014) João, Pedro e Luís têm x, y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- A) $x - y$.
- B) $z - y$.
- C) $x - y - z$.
- D) $x + y - z$.
- E) $z - x$.

Temos que associar cada um deles com seus valores.

1. Quando João diz a quem tem y reais que o outro tem x reais, podemos concluir que João não tem nem x nem y reais, ok? Logo, João tem z reais. Depois, quando Luís disse a quem tem x reais, então o próprio João não tem x reais. Conclusão: Luís tem y reais e, por exclusão, Pedro tem x reais.

Para finalizar, se Pedro é o que tem menos reais, ou seja, o menor dos 3 valores é x, o único cálculo que nos dá a GARANTIA de ser positivo é quando diminuimos z por x.

RESPOSTA: "E".

1001. (PC/SP - Oficial Administrativo - Vunesp/2014) A mais antiga das funções do Instituto Médico Legal (IML) é a necropsia. Num determinado período, do total de atendimentos do IML, 30% foram necropsias. Do restante dos atendimentos, todos feitos a indivíduos vivos, 14% procediam de acidentes no trânsito, correspondendo a 588. Pode-se concluir que o total de necropsias feitas pelo IML, nesse período, foi

- A) 2 500.
- B) 1 600.
- C) 2 200.
- D) 3 200.
- E) 1 800.

Total de atendimentos = x

70% x (restante)

14% 70% x = 588

$0,14 \cdot 0,7x = 588$

$0,098x = 588$

$x = 6000$ atendimentos

Logo, o total de necropsias será

$30\% \cdot 6000 = 1800$

RESPOSTA: "E".

1002. (PC/SP - Oficial Administrativo - Vunesp/2014) Em uma empresa com cinco funcionários, a soma dos dois menores salários é R\$ 4.000,00, e a soma dos três maiores salários é R\$ 12.000,00. Excluindo-se

o menor e o maior desses cinco salários, a média dos 3 restantes é R\$ 3.000,00, podendo-se concluir que a média aritmética entre o menor e o maior desses salários é igual a

- A) R\$ 3.500,00.
- B) R\$ 3.400,00.
- C) R\$ 3.050,00.
- D) R\$ 2.800,00.
- E) R\$ 2.500,00.

$a < b < c < d < e$

$a + b = 4000$

$e + d + c = 1200$

$\frac{b + c + d}{3} = 3000$

C

$b + c + d = 9000$

C

$(a + b) + (c + d + e) = 4000 + 12000 = 16000$

C

$a + 9000 + e = 1600$

C

$a + e = 7000$

C

$\frac{a + e}{2} = \frac{7000}{2} = 3500$

RESPOSTA: "A".

1003. (Economia - VESTIBULAR - FGV/2012) Aumentando a base de um triângulo em 10% e reduzindo a altura relativa a essa base em 10%, a área do triângulo

- A) aumenta em 1%.
- B) aumenta em 0,5%.
- C) diminui em 0,5%.
- D) diminui em 1%.
- E) não se altera.

Sejam b e h as medidas da base e da altura do triângulo inicial. Temos:

$$A_{\text{inicial}} = \frac{b \cdot h}{2}$$

C

$$A_{\text{final}} = \frac{1,1b \cdot 0,9h}{2} = \frac{0,99 \cdot b \cdot h}{2} = 99\% A_{\text{inicial}}$$

RESPOSTA: "D".

1004. (SESP/MT - Perito Oficial Criminal - FunCab/2014) Considerando verdadeira a proposição "todo churrasco é gostoso", assinale a RESPOSTA: verdadeira.

A) A proposição "algum churrasco é gostoso" é necessariamente verdadeira.

B) A proposição "nenhum churrasco é gostoso" é necessariamente verdadeira.

C) A proposição "algum churrasco é gostoso" é verdadeira ou falsa.

D) A proposição "algum churrasco não é gostoso" é necessariamente verdadeira.

E) A proposição "algum churrasco não é gostoso" é verdadeira ou falsa.

"todo churrasco é gostoso" é uma proposição universal afirmativa A

"nenhum churrasco é gostoso" é uma proposição universal negativa E

"algum churrasco é gostoso" é uma proposição tipo I

"algum churrasco não é gostoso" é uma proposição particular negativa O

Se a é Verdadeira a única que pode ser verdadeira é a tipo I "algum churrasco é gostoso"

RESPOSTA: "A".

1005. (Polícia Civil/SP - Investigador - VUNESP/2014) Um antropólogo estadunidense chega ao Brasil para aperfeiçoar seu conhecimento da língua portuguesa. Durante sua estadia em nosso país, ele fica muito intrigado com a frase "não vou fazer coisa nenhuma", bastante utilizada em nossa linguagem coloquial. A dúvida dele surge porque

A) a conjunção presente na frase evidencia seu significado.

B) o significado da frase não leva em conta a dupla negação.

C) a implicação presente na frase altera seu significado.

D) o significado da frase não leva em conta a disjunção.

E) a negação presente na frase evidencia seu significado.

$\sim(\sim p)$ é equivalente a p

Logo, uma dupla negação é equivalente a afirmar.

RESPOSTA: "B".

1006. (Polícia Civil/SP - Investigador - VUNESP/2014) João e Maria são professores da rede pública de ensino e gostam muito de conhecer novos lugares. Considerando a proposição "João e Maria viajam sempre durante as férias escolares", assinale a negação dessa proposição.

A) "João e Maria não viajam sempre durante as férias escolares".

B) "João e Maria viajam sempre durante o período letivo".

C) "João e Maria viajam algumas vezes durante as férias escolares".

D) "João e Maria viajam algumas vezes durante o período letivo".

E) "João e Maria não viajam sempre durante o período letivo".

"João e Maria viajam sempre durante as férias escolares" a negação será "João e Maria não viajam sempre durante as férias escolares"

RESPOSTA: "A".

1007. (Polícia Civil/SP - Investigador - VUNESP/2014) O princípio da não contradição, inicialmente formulado por Aristóteles (384-322 a.C.), permanece como um dos sustentáculos da lógica clássica. Uma proposição composta é contraditória quando

A) seu valor lógico é falso e todas as proposições simples que a constituem são falsas.

B) uma ou mais das proposições que a constituem decorre/ decorrem de premissas sempre falsas.

C) seu valor lógico é sempre falso, não importando o valor de suas proposições constituintes.

D) suas proposições constituintes não permitem inferir uma conclusão sempre verdadeira.

E) uma ou mais das proposições que a constituem possui/ possuem valor lógico indeterminável.

* Uma proposição composta é contraditória quando seu valor lógico é falso e todas as proposições simples que a constituem são falsas.

Não, pois as proposição simples não são necessariamente falsas.

* Uma ou mais das proposições que a constituem decorre/ decorrem de premissas sempre falsas.

Não importa o valor lógico das proposições simples constituintes.

* Seu valor lógico é sempre falso, não importando o valor de suas proposições constituintes - CORRETA

RESPOSTA: "C".

1008. (Polícia Civil/SP - Investigador - VUNESP/2014) Uma proposição composta é tautológica quando ela é verdadeira em todas as suas possíveis interpretações. Considerando essa definição, assinale a RESPOSTA: que apresenta uma tautologia.

A) $p \vee \neg q$

B) $p \wedge \neg p$

C) $\neg p \wedge q$

D) $p \vee \neg p$

E) $p \wedge \neg q$

Tautologia é uma proposição cujo valor lógico é sempre verdadeiro.

A única RESPOSTA: que o valor lógico é sempre verdadeiro é $p \vee \neg p$

RESPOSTA: "D".

1009. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2012) Se Viviane não dança, Márcia não canta. Logo,

A) Viviane dançar é condição suficiente para Márcia cantar.

B) Viviane não dançar é condição necessária para Márcia não cantar.

C) Viviane dançar é condição necessária para Márcia cantar.

D) Viviane não dançar é condição suficiente para Márcia cantar.

E) Viviane dançar é condição necessária para Márcia não cantar.

Inicialmente, reescreveremos a condicional dada na forma de condição suficiente e condição necessária:

"Se Viviane não dança, Márcia não canta"

1ª possibilidade: Viviane não dançar é condição suficiente para Márcia não cantar. Não há RESPOSTA: para essa possibilidade.

2ª possibilidade: Márcia não cantar é condição necessária para Viviane não dançar.. Não há RESPOSTA: para essa possibilidade.

Não havendo RESPOSTA: , modificaremos a condicional inicial, transformando-a em outra condicional equivalente, nesse caso utilizaremos o conceito da contrapositiva ou contra posição: $pq \sim q \sim p$

"Se Viviane não dança, Márcia não canta" "Se Márcia canta, Viviane dança"

Transformando, a condicional "Se Márcia canta, Viviane dança" na forma de condição suficiente e condição necessária, obteremos as seguintes possibilidades:

1ª possibilidade: Márcia cantar é condição suficiente para Viviane dançar. Não há RESPOSTA: para essa possibilidade.

2ª possibilidade: Viviane dançar é condição necessária para Márcia cantar.

RESPOSTA: "C".

1010. Menos de cinco assentos estavam ocupados quando o vereador Veron chegou à câmara municipal.

() Certo () Errado

Vamos considerar que, nessa câmara municipal, existam "x" assentos. Se ao iniciar uma sessão plenária nessa câmara municipal, apenas $\frac{1}{4}$ dos assentos destinados aos vereadores foram ocupados, então, inicialmente tem-se a seguinte quantidade de vereadores:

Com a chegada do vereador Veron, $\frac{1}{3}$ dos assentos passaram a ficar ocupados:

$$\frac{1}{4}x + 1 = \frac{1}{3}x \rightarrow \frac{12}{4}x + 12 = \frac{12}{3}x \rightarrow 4x - 3x = 12 \rightarrow x = 12 \text{ vereadores}$$

RESPOSTA: "CERTA".

INFORMÁTICA

1011. (POLÍCIA FEDERAL - PAPILOSCOPISTA DA POLÍCIA FEDERAL - CESPE/2012) - Acerca de conceitos de hardware, julgue o item seguinte. Diferentemente dos computadores pessoais ou PCs tradicionais, que são operados por meio de teclado e mouse, os tablets, computadores pessoais portáteis, dispõem de recurso touch-screen. Outra diferença entre esses dois tipos de computadores diz respeito ao fato de o tablet possuir firmwares, em vez de processadores, como o PC.

() Certo

() Errado

Firmwares não são hardwares, e sim códigos de programação existentes no próprio hardware, inclusos em chips de memória (ROM, PROM, EPROM, EEPROM, flash) durante sua fabricação. Sua natureza, na maioria das vezes, é não volátil, ou seja, não perde seus dados durante a ausência de energia elétrica, mas quando presentes em tipos de memória como PROM ou EPROM, podem ser atualizados.

Por esse motivo, os firmwares não substituem processadores inteiros.

A seguir, veja alguns modelos de tablets e observe a presença do processador em sua configuração:



Tablet Softronic PHASER KINNO 4GB Android 2.3.4
Tela 7 Polegadas

Características do Produto

Tablet 4GB - Softronic

APRESENTAÇÃO DO PRODUTO: Com o novo Phaserkinno Plus, você possui muito mais interatividade e rapidez na palma de suas mãos, graças ao seu poderoso processador A10 de 1.2 Ghz, ele consegue ser totalmente multi-tarefas para você que se desdobra em dez durante o seu dia a dia, podendo ler um livro, escutar suas músicas e continuar acompanhando sua vida em redes sociais e sincronizando e-mails. Tudo isso sem se preocupar com a lentidão do sistema. Para você que precisa estar conectado a todo o momento, o PhaserKinno Plus ainda oferece suporte a

modem externo. Ele conta com uma tela touchscreen capacitiva de 7 polegadas que permite uma maior sensibilidade e leveza ao tocar na tela de seu tablet, dispensando totalmente o uso das inconvenientes canelas stykus. Possui saída mini HDMI, para curtir seus vídeos favoritos da internet ou de seu computador, na sua televisão ou projetor, com entrada HDMI. Além de acompanhar um lindo case com teclado para utilização de tablet comparada com a de um notebook com grande performance.

- Modelo: PHASER KINNO.
- Capacidade: 4GB. Expansível para 32GB via Micro SD.
- Memória: 512MB.
- Tela: 7 Polegadas capacitiva, sensível ao toque.
- Câmera: frontal 2 megapixels.
- Conectividade: Wi-Fi - LAN 802.11b/g/n.
- **Processador: Allwinner A10 de 1.0~1.2 Ghz.**
- Sistema Operacional: Android 2.3.4.



Tablet Multilaser Diamond NB005 8GB Android 2.3
Tela 7 Polegadas
Wi-Fi HDMI

Informações técnicas

Marca: Multilaser

Capacidade :8 Gb. Memória expansível até 32 GB por cartão micro SD.

Processador: Boxchip 1.5 GHz.

Sistema Operacional: Android. 2.3.

TV e vídeo: Somente vídeo: Vídeos suportados - MKV (H.264HP), AVI, RM/BMVB, FLV e MPEG-1/2.

Tamanho da tela: 7 ". LCD Multi toque.

Resolução: 800 x 480.

Wi-Fi: Sim.

Resolução: 1.3 megapixels e filmadora digital.

Localização

Sensores: Sensor de gravidade: gira a tela conforme a posição do tablet.

Áudio Formatos suportados:

MP3, WMA, WAV, APE, AC3, FLAC e AAC.

Duração aproximada da bateria:

- 06 horas reproduzindo vídeo ou wi-fi ligado;

- 48 horas em standby.

Alimentação do Tablet:

Bateria recarregável.

RESPOSTA: "ERRADO".

1012. (UFFS - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – FEPESE/2012)- São componentes de hardware de um micro-computador:

- a. () Disco rígido, patch-panel, BIOS, firmware, mouse.
- b. () RJ-11, processador, memória RAM, placa de rede, pen-drive.
- c. () Memória ROM, placa de vídeo, BIOS, processador, placa mãe.
- d. () Memória RAM, Memória ROM, Disco rígido, processador, placa e rede.
- e. () Memória RAM, BIOS, Disco rígido, processador, placa de rede.

Já vimos a respeito de Memória RAM, Memória ROM, Disco Rígido e Processador.

Placa de rede é um hardware especificamente projetado para possibilitar a comunicação entre computadores.



Placa de rede

RESPOSTA: "D".

1013. (TRE - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) - Em relação a hardware e software, é correto afirmar:

- a) Para que um software aplicativo esteja pronto para execução no computador, ele deve estar carregado na memória flash.
- b) O fator determinante de diferenciação entre um processador sem memória cache e outro com esse recurso reside na velocidade de acesso à memória RAM.
- c) Processar e controlar as instruções executadas no computador é tarefa típica da unidade de aritmética e lógica.
- d) O pendrive é um dispositivo de armazenamento removível, dotado de memória flash e conector USB, que pode ser conectado em vários equipamentos eletrônicos.
- e) Dispositivos de alta velocidade, tais como discos rígidos e placas de vídeo, conectam-se diretamente ao processador.

O pendrive, por ser um dispositivo portátil, de grande poder de armazenamento e conector USB (Universal Serial Bus) que permite sua rápida aceitação em vários dispositivos de hardware, popularizou-se rapidamente. Hoje, encontramos pendrives de vários GBs, como 2, 4, 8, 16 e até 512GB.

A tecnologia USB está sendo largamente utilizada para padronizar entradas e conectores, possibilitando um mesmo tipo de conector para diversos tipos de equipamentos como mouses, teclados, impressoras e outros. Por esse motivo, os equipamentos atuais possuem uma grande quan-

tidade de conectores USB. Além disso, a tecnologia usada por esses conectores é a Plugand Play, onde basta conectar o dispositivo para que o sistema o reconheça precisando de poucos ou quase nenhum caminho de configuração para poder utilizá-lo.

O tipo de memória que o pendrive utiliza - memória flash - **é do tipo EEPROM (Electrically-Erasable Programmable Read-Only Memory), uma memória não volátil, ou seja, não depende da permanência de energia elétrica** para manter os dados, de leitura e gravação. Os chips de memória flash ocupam pouco espaço físico, mas grande poder de armazenamento.

Veja imagens de pendrives:



Tipos de pendrive

RESPOSTA: "D".

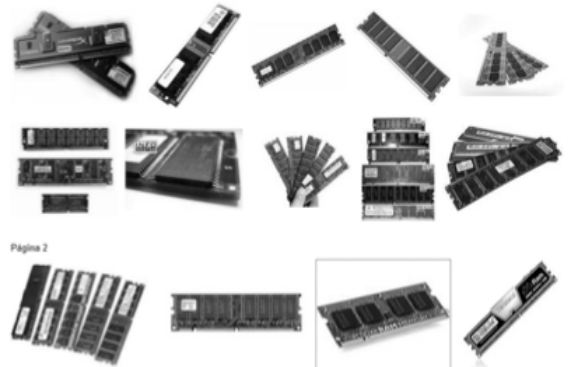
1014. (ANE - ANALISTA EDUCACIONAL – NÍVEL I – GRAU A – INSPETOR ESCOLAR – FCC/2012) - Marco Aurélio estava digitando um documento na sala dos professores da escola ABCD quando uma queda de energia fez com que o computador que usava desligasse.

Após o retorno da energia elétrica, Marco Aurélio ligou o computador e percebeu que havia perdido o documento digitado, pois não o havia gravado. Como tinha conhecimentos gerais sobre informática, concluiu que perdera o documento porque, enquanto estava digitando, ele estava armazenado em um dispositivo de hardware que perde seu conteúdo quando o computador desliga. O nome desse dispositivo é

- a) memória RAM.
- b) HD.
- c) memória ROM.
- d) pen drive.

RAM – Random Access Memory, ou Memória de Acesso Randômico, é um hardware considerado como memória primária, volátil. Ela mantém os dados armazenados enquanto estes estão à disposição das solicitações do processador, mantendo-os através de pulsos elétricos. As informações mantidas nesse tipo de memória são informações que estão em uso em um programa em execução, como no caso de textos que estão sendo digitados e não foram salvos no disco rígido ainda. Como as informações são mantidas por pulsos elétricos, caso haja falta de energia, seja pelo desligamento do computador, seja por uma queda brusca que cause o desligamento inesperado do equipamento, os dados presentes nesse tipo de memória serão perdidos.

Veja a seguir imagens ilustrativas da memória RAM.



Tipos de memória RAM

RESPOSTA: "A".

1015. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - Sobre os computadores é correto afirmar:

- a) O BIOS é um software armazenado em um chip de memória RAM fixado na placa mãe. Tem a função de armazenar o Sistema Operacional.
- b) A fonte de alimentação transforma a tensão elétrica que entra no computador, de 240 V para 110 V, pois os componentes internos suportam apenas a tensão de 110 V.
- c) Barramentos são circuitos integrados que fazem a transmissão física de dados de um dispositivo a outro.
- d) Quando o sistema de fornecimento de energia falha, um estabilizador comum tem como principal objetivo manter o abastecimento por meio de sua bateria até que a energia volte ou o computador seja desligado.
- e) Um bit representa um sinal elétrico de exatos 5 V que é interpretado pelos componentes de hardware do computador.

(A) BIOS é a sigla do termo Basic Input/Output System, ou Sistema Básico de Entrada/Saída. É um software gravado na memória não volátil ou memória ROM, que é a sigla para Read Only Memory, ou Memória de Somente Leitura, que não altera ou perde os dados com o desligamento ou ausência de energia do computador. Esse software não armazena o Sistema Operacional. É o primeiro software que é executado quando ligamos o computador.

(B) A fonte de alimentação do computador é um equipamento eletrônico, fixada ao gabinete e ligada aos conectores da placa mãe e alguns drives. Fornece energia aos demais componentes da máquina. Ela transforma a corrente elétrica alternada (que tem o sentido variável com o tempo) em uma corrente constante ao longo do tempo.

(C) Os barramentos são como vias de tráfego presentes na placa mãe, por onde sinais elétricos (representando dados) podem percorrer toda sua extensão se comunicando com todos os dispositivos.

(D)O estabilizador é um equipamento eletrônico externo ao gabinete do computador, onde os demais cabos de energia da máquina são ligados. Geralmente, o estabilizador é ligado diretamente na rede elétrica e tem a função de estabilizar a tensão desta para evitar danos ao equipamento devido às variações e picos de tensão.

(E)BIT é a sigla para BinaryDigit, ou Dígito Binário, que pode ser representado apenas pelo 0 ou pelo 1 (verdadeiro ou falso) que representam a menor unidade de informação transmitida na computação ou informática.

RESPOSTA: "C".

1016. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - O processador do computador (ou CPU) é uma das partes principais do hardware do computador e é responsável pelos cálculos, execução de tarefas e processamento de dados. Sobre processadores, considere:

I. Contém um conjunto restrito de células de memória chamados registradores que podem ser lidos e escritos muito mais rapidamente que em outros dispositivos de memória.

II. Em relação a sua arquitetura, se destacam os modelos RISC (ReducedInstruction Set Computer) e CISC (ComplexInstruction Set Computer).

III. Possuem um clock interno de sincronização que define a velocidade com que o processamento ocorre. Essa velocidade é medida em Hertz.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

O processador é um chip que executa instruções internas do computador (em geral, operações matemáticas e lógicas, leitura e gravação de informações). Todas as ações estão presentes na memória do computador e requisitadas pelo sistema. A velocidade do processador é medida em ciclos denominados clocks e sua unidade é expressa através de Hz.

Os registradores são unidades de memória que representam o meio mais caro e rápido de armazenamento de dados. Por isso são usados em pequenas quantidades nos processadores.

Quanto às arquiteturas RISC e CISC, podemos nos valer das palavras de Nicholas Carter, em seu livro *Arquitetura de Computadores*, editora Bookman:

... RISC são arquiteturas de carga-armazenamento, enquanto que a maior parte das arquiteturas CISC permite que outras operações também façam referência à memória.

Podemos citar também o autor Rogério Amigo De Oliveira, que em seu livro *Informática – Teoria e Questões de Concursos com Gabarito*, editora Campus, fala a respeito do clock, da seguinte maneira:

Em um computador, a velocidade do clock se refere ao número de pulsos por segundo gerados por um oscilador (dispositivo eletrônico que gera sinais), que determina o tempo necessário para o processador executar uma instrução. Assim para avaliar a performance de um processador, medimos a quantidade de pulsos gerados em 1 segundo e, para tanto, utilizamos uma unidade de medida de frequência, o Hertz.

RESPOSTA: "E".

1017. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - O armazenamento de informações em computadores é feito pela utilização de dispositivos chamados de memória, que as mantêm de forma volátil ou permanente. Entre esses dispositivos, está a memória RAM ou memória

- a) magnética.
- b) secundária.
- c) cache.
- d) principal.
- e) de armazenamento em massa.

A memória RAM, sigla de Random Access Memory, ou memória de acesso randômico, é um dispositivo eletrônico de armazenamento temporário de dados que permite a leitura e escrita, ou seja, as informações ocupam lugar nessa memória enquanto aguardam serem usadas pelo processador. Os dados da memória RAM são representados por pulsos elétricos e são descartados assim que o fornecimento de energia elétrica é interrompido, seja pelo desligamento do computador, ou por uma queda de energia. Por esse motivo, essas memórias também são chamadas de memórias voláteis. Devido a sua importância para o funcionamento do computador, a memória RAM é considerada um tipo de memória principal. Existem ainda outros tipos de memórias que são consideradas desse grupo, como a memória ROM, sigla de ReadOnlyMemory, ou memória de somente leitura, onde os dados são geralmente gravados na fábrica e não são perdidos em caso de ausência de energia. Por esse motivo, a memória ROM é considerada memória não volátil.

RESPOSTA: "D".

1018. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012)- Com relação aos fatores que podem levar ao travamento aleatório em um computador:

- I. Aquecimento excessivo do processador;**
- II. Defeito na memória RAM;**
- III. Inconstância na rede elétrica;**
- IV. Bateria da placamãe descarregada.**

Dentre os fatores listados anteriormente, estão corretos

- a) apenas I, III e IV.
- b) apenas II, III e IV.
- c) apenas I, II e III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas III e IV.

Dizemos que um computador está travado quando sua tela fica estática, impossibilitando abertura, fechamento ou execução de qualquer tarefa no computador. Um travamento aleatório é aquele que não ocorre sempre em um mesmo programa ou em determinado momento do trabalho do computador.

I – O processador é a peça do computador responsável pela execução lógica e aritmética das tarefas e operações de busca, leitura e gravação de dados do computador. A entrada e saída contínua de informações transformadas em linguagem de máquina e os registradores presentes no processador são todos mantidos por pulsos elétricos e o aquecimento é resultado da aceleração dos processadores. Processadores mais rápidos tendem a ser mais aquecidos. Por esse motivo os processadores são utilizados sob pastas térmicas e coolers, que são apropriados para cada tipo de processador. O aquecimento do processador pode causar travamentos e inclusive o desligamento inesperado da máquina.

II- A memória RAM é o hardware responsável pelo armazenamento temporário das informações que serão usadas pelo computador. Essas informações também são mantidas por pulsos elétricos, o que faz com que se percam caso haja a interrupção no fornecimento de energia. Vários erros no sistema são causados por defeitos na memória RAM como a "tela azul", a reinicialização inesperada do sistema e travamentos aleatórios. Um dos motivos desses travamentos ocorre quando o computador tenta gravar momentaneamente uma informação na RAM e não recebe permissão para essa tarefa devido a um defeito no local de locação da memória, ou quando a informação não consegue ser lida pelo processador.

III – Todo o funcionamento do computador é impulsionado pela eletricidade. Picos ou ausências dela causam defeitos em hardware, problemas no funcionamento correto dos procedimentos computacionais e podem ocasionar os travamentos aleatórios.

RESPOSTA: "C".

1019. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - São vários os fatores que causam a não detecção do HD pelo Setup. Assim sendo, todas as alternativas abaixo são responsáveis por esse defeito, EXCETO:

- a) HD com defeito físico
- b) Defeito na placamãe
- c) Defeito no cabo de alimentação do HD
- d) Defeito no cabo de dados do HD
- e) HD sem formatação

HD é a sigla para Hard Disk e representa o hardware responsável pelo armazenamento das informações de dados salvos pelo usuário, de programas instalados e até informações presentes em memória virtual para posterior uso em processamentos de informação.

O HD é ligado por um cabo flat ao conector IDE da placa mãe. Além dessa conexão, há também a conexão do cabo da fonte de alimentação de energia.

Se conectarmos um HD não formatado e ligarmos o computador, a mensagem de detecção ocorrerá normalmente, mas aparecerá outra mensagem que indica que não há sistema operacional instalado.

RESPOSTA: "E".

1020. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012)- Quando o computador começa a exibir a mensagem de erro "CMOS CHECKSUM FAILURE" após ser ligado, significa que o usuário deve realizar

- a) a substituição da RAM.
- b) a troca da bateria da placamãe.
- c) a formatação do HD.
- d) a inicialização do computador.
- e) a operação de Boot pelo CD.

CMOS é a sigla para Complementary Metal Oxide Semiconductor, uma tecnologia usada em semicondutores que requerem pouquíssima energia. O termo se popularizou com o significado de uma pequena área de armazenamento em que o sistema controla determinados parâmetros de hardware como, por exemplo, o tamanho do disco rígido, o número de portas seriais que o computador possui e assim por diante.

Checksum é um controlador de erro que funciona realizando soma e conferência de bits.

Failure significa falha.

Então, com a mensagem CMOS CHECKSUM FAILURE, nós temos a informação de que houve uma falha na checagem dos dados que o CMOS é responsável por armazenar. Esses dados são preservados pela bateria da placa mãe e por esse motivo sua troca pode resolver o problema.



Bateria de placa mãe

RESPOSTA: "B".

1021. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Assinale a alternativa correta, que especifica o tempo de reprodução de um CD, cuja capacidade de armazenamento é de 650 MB:

- a) 70 min
- b) 76 min
- c) 80 min
- d) 74 min
- e) 84 min

CD é a sigla para CompactDisc, que pode ser um CD -RCompactDiscRecordable) e CD-RW (CompactDiscRecordableRewritable), respectivamente gravado uma única vez e depois apenas lido e gravado e regravado.

A informação de quantos minutos a reprodução terá em um CD de 650 MB pode ser conseguida através dos seguintes dados:

$X = 150 \text{ KB por segundo}$

1Byte= 8 bits

1kiloByte (kb) = 1 024 Bytes

1megaByte(Mb) = 1 024 kb = 1 048 576 Bytes

1 gigaByte (Gb) = 1 024 Mb = 1 073 741 824 Bytes

1 teraByte (Tb) = 1 024 Gb = 1 099 511 627 776 Bytes

1 petaByte (Pb) = 1 024 Tb = 1 125 899 906 842 624 Bytes

Bytes

$650 \text{ MB} = 665600 \text{ kb}$

$665600/150=4437,33$ (dados gravados por segundo).

Um minuto tem 60 segundos, então, $4437,33/60=73,9555$ que, aproximando e devido à dízima periódica, será equivalente a 74 minutos.

RESPOSTA: "D".

1022. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012)- Todas as alternativas abaixo representam as partes de um disco rígido, EXCETO:

- a) placa controladora lógica;
- b) conectores internos padrão IDE;
- c) cabeças de leitura e gravação;
- d) platter;
- e) componentes internos de controle do atuador.

As imagens a seguir, retiradas do site www.infowester.com, permitem a comprovação das opções corretas.



HD indicando a placa lógica e o motor



HD indicando os discos, motor, atuador, cabeça de leitura e gravação e braço

IDE é a sigla para Intergrated Drive Electronics e trata-se dos conectores presentes na placa mãe para o encaixe do cabo flat que terá uma de suas extremidades ligadas ao HD ou a um drive de gravação de CD/DVD.



Conectores IDE em uma placa mãe

RESPOSTA: "B".

1023. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Qual das alternativas abaixo NÃO representa uma tecnologia relacionada ao padrão SATA?

- a) Staggered Spin-UP.
- b) Enhanced IDE.
- c) Hot Plug.
- d) Link Power Management.
- e) Native Command Queuing.

1. **SATA é a sigla** para Serial Advanced Technology Attachment. É o nome dado para uma tecnologia empregada em HDs, unidades óticas e outros dispositivos de armazenamento. Com essa tecnologia, a transmissão dos bits é em série.

2. As tecnologias relacionadas ao SATA são:

3. **Staggered Spin-Up:** entre outras funções, permite o trabalho com um dos discos do HD, independente de interferência com outros, e melhora a distribuição de energia entre os discos.

4. **Hot Plug:** recurso usado principalmente para HDs externos ou removíveis, que permite a conexão desse hardware com o computador ligado.

5. **Link Power Management:** interfere na gestão da energia elétrica, fazendo com que o HD receba energia conforme um dos seus estados: ativo, parcialmente ativo ou inativo.

6. **NativeCommandQueuing:** é uma tecnologia que permite ao HD organizar as solicitações de gravação ou leitura de dados numa ordem que faz com que as cabeças se movimentem o mínimo possível, aumentando (pelo menos teoricamente) o desempenho do dispositivo e sua vida útil.

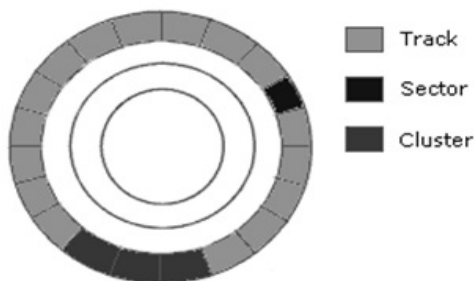
EnhancedIDE é a sigla para Enhanced Integrated Drive Electronics, que se trata de uma outra tecnologia para discos rígidos, que não faz parte das tecnologias SATA.

RESPOSTA: "B".

1024. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Qual das alternativas abaixo especifica a menor quantidade de informação que um sistema operacional consegue gerenciar em um disco rígido?

- a) cilindro.
- b) cluster.
- c) trilha.
- d) segmento.
- e) setor.

Um cluster é a menor parte do disco rígido reconhecida pelo sistema operacional, e pode ser formada por vários setores. Um cluster não armazena mais de um arquivo, mas se o tamanho do arquivo exceder o tamanho do cluster, ele será gravado em mais de um cluster.



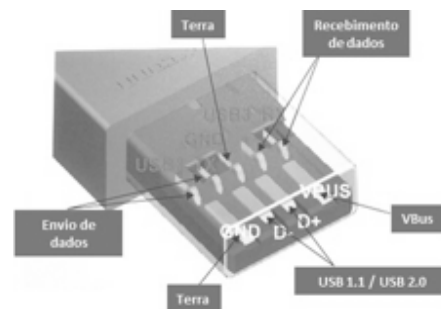
Esquema para demonstração de cluster

RESPOSTA: "B".

1025. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Em um computador o termo barramento refere-se aos contatos físicos que conduzem sinais entre o processador e qualquer dispositivo periférico. Assim sendo, assinale a alternativa que contém o padrão de barramento de dados que permite a conexão de vários periféricos externos ao computador, por meio de uma única interface e um único protocolo, eliminando a necessidade de instalação de placas externas:

- a) DDR
- b) PCI
- c) DIMM
- d) USB
- e) AGP

Conector USB, ou Universal Serial BUS, é um barramento com uma entrada (porta-conector) única para diversos tipos de periféricos como teclados, mouses, impressoras e outros. Além de simplificar a vida do usuário na hora de conectar os periféricos, esse padrão utiliza a tecnologia plug and play, que oferece suporte rápido para a configuração do software necessário para o funcionamento do hardware conectado, com poucos ou nenhum clique do usuário.



Detalhes do conector USB



Detalhes do barramento da placa de circuitos.

RESPOSTA: "D".

1026. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - A capacidade de armazenamento de um disco Blu-ray, geralmente, pode ser classificada em camada simples ou camada dupla. Assim sendo, qual das alternativas abaixo define, corretamente, a capacidade em Gigabytes de um disco Blu-ray de camada simples:

- a) 15GB
- b) 30GB
- c) 40GB
- d) 50GB
- e) 25GB

Blu-ray: vem se consagrando como o formato de disco óptico da nova geração para uso de vídeo de alta definição e grande volume de armazenamento de dados. O blu-ray utiliza o laser azul para leitura e gravação, o que permite armazenar mais dados que um DVD ou um CD. Os discos para esse formato são de BD, existindo os modelos BD-ROM, disco de somente leitura, o BR-R, disco gravável e o BD-RW disco regravável. Os discos BDs suportam camadas únicas 23,3 / 25 / 27 GB ou em camada dupla 46,6 / 50 / 54 GB.



Blu-ray camada simples, capacidade 25 GB.

RESPOSTA: "E".

1027. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) -Em relação aos componentes de um processador, analise as sentenças abaixo:

I. A Unidade de Controle é responsável por executar instruções lógicas;

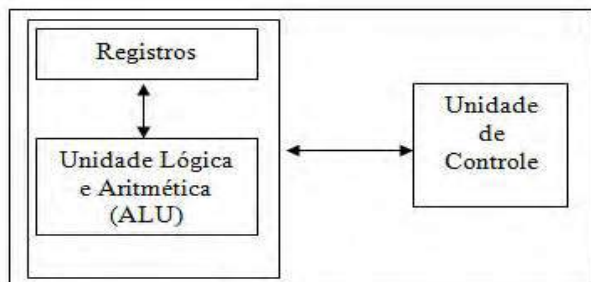
II. Registrador de Instrução registra a execução de uma instrução;

III. A Unidade de Gerenciamento de Memória é um dispositivo de hardware que transforma endereços físicos em virtuais.

Dentre os componentes listados anteriormente, então corretos

- a) apenas a sentença I
- b) apenas a sentença III
- c) apenas a sentença II
- d) apenas as sentenças I e II
- e) apenas as sentenças II e III

Veja o esquema a seguir que representa um processador:



Esquema das unidades do processador

Esse esquema demonstra a troca de informações entre a Unidade de controle e a Unidade lógica e aritmética.

As principais funções da Unidade de controle são:

- Controle de entrada de dados
- Interpretação de cada instrução de um programa
- Coordenação do armazenamento de informações
- Análise das instruções dos programas
- Controle de saída dos dados

Quando um programa solicita uma operação matemática ao computador, a unidade de controle entrega para a unidade de lógica e aritmética os dados envolvidos e a operação a ser utilizada. A unidade de aritmética e lógica executa o cálculo, e imediatamente devolve os dados para a unidade de controle.

RESPOSTA: "C".

1028. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Marque a alternativa correta, que define o tipo de memória, nos computadores atuais, cuja função é atender as demandas de velocidade do processador.

- a) cache.
- b) EEPROM.
- c) RAM.
- d) principal.
- e) ROM.

Esta memória é um atalho para o processador porque diminui o tempo de espera ocasionado pela busca de informações em memórias mais lentas. Nela são guardadas as últimas tarefas feitas no micro. Essa memória tem como característica principal ser de altíssima velocidade. Apesar de mais comum a utilização de 2 níveis de cache, os processadores atuais podem trabalhar vários níveis de cache, como por exemplo:

Cache (L1) – onde os dados são inicialmente procurados. Fica localizada no próprio processador.

Cache (L2) – normalmente encapsulada com o processador e operando na mesma frequência dele.

Cache (L3) – quando utilizada fica na CPU e serve como intermediária entre o cache L2 e a memória principal.

RESPOSTA: "A".

1029. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Qual das alternativas abaixo representa um componente básico do computador que a todo instante tem seu conteúdo alterado e descartado quando não está mais energizado?

- a) Memória USB Flash Drive.
- b) Memória ROM.
- c) HD.
- d) Memória RAM.
- e) Processador.

Memória RAM, que é uma das memórias principais do computador, conhecida pela sua capacidade de armazenamento temporário das informações que serão usadas pelo processador; mantém seu conteúdo por pulsos elétricos e por isso os perde quando há a interrupção de energia. Pelo mesmo motivo é conhecida como memória volátil.

RESPOSTA: "D".

1030. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - O barramento HyperTransport 3.0 é utilizado por processadores com soquete

- a) de 775 pinos.
- b) Socket A.
- c) AM3.
- d) de 482 pinos.
- e) Socket 7.

Soquete é o encaixe do processador na placa mãe.



Soquete AM3

Ele determina quantos pinos o processador deverá ter para ser usado em determinada placa mãe e corresponde ao número de vias de barramento que poderão ser acessados.

Esse tipo de soquete suporta o HyperTransport 3.0 que determina o barramento de troca de dados, que suporta frequências de funcionamento como 1,8 GHz, 2,0 GHz, 2,4 GHz e 2,6 GHz.

RESPOSTA: "C".

1031. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - A taxa de transferência de uma unidade de CD-ROM de quádrupla velocidade (4x) é de

- a) 600 Kbps.
- b) 150 Kbps.
- c) 300 Kbps.
- d) 900 Kbps.
- e) 1200 Kbps.

A resposta dessa questão baseia-se na seguinte função:
 $X = 150 \text{ KB por segundo}$

$$4 \times 150 \text{ kb} = 600 \text{ KB}$$

RESPOSTA: "A".

1032. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Para utilizar os recursos de som e vídeo em microcomputadores é preciso de

- a) um kit multimídia.
- b) um compact disk.
- c) uma placa de fax/modem.
- d) uma placa de rede.
- e) uma placa de SCSI.

Um kit multimídia envolve equipamentos como caixa de som, placa de som, microfone, gravador/leitor de DVD ou CD, dando o suporte de hardware necessário para o uso de recursos de som e vídeo em um microcomputador.

RESPOSTA: "A".

1033. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Uma impressora jato de tinta utiliza em seu processo de impressão o sistema cores

- a) HSB.
- b) RGB.
- c) YIQ.
- d) CMYK.
- e) DPI.

CMYK é a sigla para as cores ciano (Cyan), magenta (Magenta), amarelo (Yellow) e preto (black). Este esquema combina essas cores criando praticamente qualquer outra cor perceptível aos olhos humanos.



Imagem de uma impressora jato de tinta como esquema de cores CMYK.

RESPOSTA: "D".

1034. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Assinale a alternativa correta, que determina a quantidade mínima de memória necessária em uma placa de vídeo capaz de suportar a resolução de 800 x 600 em 24 bits.

- a) 960 000 bytes.
- b) 1 920 000 bytes.
- c) 2 400 000 bytes.
- d) 3 220 000 bytes.
- e) 1 440 000 bytes

A resolução para essa questão é matemática.
Se temos uma resolução de 800x600x24 bits, temos 11520000 bits
1 byte = 8 bits, então:
11520000 bits = (11520000/8) bytes = 1 440 000 bytes

RESPOSTA: "E".

1035. (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Sobre barramentos, analise:

I. SCSI e IDE são barramentos utilizados na comunicação entre a CPU e os adaptadores de vídeo;

II. FIREWIRE é um barramento que pode trabalhar com até 63 dispositivos ao mesmo tempo;

III. USB é um tipo de barramento que estendeu o conceito de Plug and Play para os periféricos externos ao computador;

IV. ISA e VESA são barramentos internos destinados, exclusivamente, para estabelecer a comunicação entre os diversos tipos de memória e a CPU.

É correto afirmar que

- a) apenas a II é verdadeira.
- b) apenas a III é verdadeira.
- c) apenas a IV é verdadeira.
- d) apenas a III e a IV são verdadeiras.
- e) apenas a II e a III são verdadeiras.

II - Firewire é um barramento externo, semelhante ao USB, mas mais veloz na transferência de dados, também conhecido como IEEE 1394.

Cada porta USB permite a conexão de até 127 periféricos e a porta Firewire permite a conexão de até 63 periféricos.

III - Conector USB, ou Universal Serial BUS, é um barramento com uma entrada (porta-conector) única para diversos tipos de periféricos como teclados, mouses, impressoras e outros.

RESPOSTA: "E".

1036. (TRE/SP - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - Durante a operação de um computador, caso ocorra interrupção do fornecimento de energia elétrica e o computador seja desligado, os dados em utilização que serão perdidos estão armazenados

- a) no disco rígido e memória RAM.
- b) em dispositivos removidos com segurança.
- c) no disco rígido.
- d) na memória RAM.
- e) no disco rígido decorrentes de atividades dos programas que estavam em execução.

Os dados de programas em execução são armazenados temporariamente na memória RAM para aguardar às solicitações do processador. A memória RAM é mantida por pulsos elétricos e falta de energia elétrica, seja qual for o motivo, faz com que ela perca os dados que nela estiverem alocados.

RESPOSTA: "D".

1037. (TRE/SP - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - Para que o computador de uma residência possa se conectar à Internet, utilizando a rede telefônica fixa, é indispensável o uso de um hardware chamado

- a) hub.
- b) modem.
- c) access point.
- d) adaptador 3G.
- e) switch.

O modem é uma peça de computador capaz de conectar uma linha telefônica ao computador, modular e demodular dados para que esses sejam interpretados pelo computador e pela estrutura física da rede. Esse tipo de conexão é chamado conexão discada ou dial up.

RESPOSTA: "B".

1038. (TRE/SP - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - O sistema operacional de um computador consiste em um

a) conjunto de procedimentos programados, armazenados na CMOS, que é ativado tão logo o computador seja ligado.

b) conjunto de procedimentos programados, armazenados na BIOS, que é ativado tão logo o computador seja ligado.

c) conjunto de dispositivos de hardware para prover gerenciamento e controle de uso dos componentes de hardware, software e firmware.

d) hardware de gerenciamento que serve de interface entre os recursos disponíveis para uso do computador e o usuário, sem que este tenha que se preocupar com aspectos técnicos do software.

e) software de gerenciamento, que serve de interface entre os recursos disponíveis para uso do computador e o usuário, sem que este tenha que se preocupar com aspectos técnicos do hardware.

O sistema operacional é uma espécie de gerente executivo, ou seja, aquela parte de um sistema de computador que administra todos os componentes de hardware e de software. Em termos mais específicos, o sistema operacional controla cada arquivo, dispositivo, seção de memória principal e nanossegundo de tempo de processamento. Controla quem pode utilizar o sistema e de que maneira.

Portanto, quando o usuário envia um comando, o sistema operacional deve garantir que esse comando seja executado ou, caso isso não seja possível, providenciar uma mensagem que explique ao usuário o que aconteceu. Isso não significa necessariamente que o sistema operacional executa o comando ou envia a mensagem de erro – mas que ele controla as partes do sistema que o fazem.

(FORTE: INTRODUÇÃO A OS SISTEMAS OPERACIONAIS - POR IDA M FLYNN)

RESPOSTA: "E".

1039. (BRDE – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – AOCP/2012) - Qual é o tipo de memória RAM que é uma memória estática, que tem baixo consumo de energia e é extremamente rápida?

- a) SSDRAM
- b) SRAM
- c) SDRAM
- d) DRAM
- e) EPRAM

SRAM é a sigla para StaticRandom - Access Memory, ou seja, memória estática de acesso randômico. É o tipo de memória usada como cache L1 e L2, que tem uma performance que permite a troca de informações entre elas e o processador de forma que este perca menos desempenho. É considerada uma memória estática, pois os dados ficam armazenados nela, desde que sua alimentação de energia externa seja mantida, sem a necessidade de refresh (atualização contínua) como é o caso de outros tipos de memória, pelo fato de usar vários transistores por bit.

RESPOSTA: "B".

1040. (DETRAN/RJ - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EXATUS/2012) - O processo de transferência de dados entre memória virtual e memória RAM, conforme necessidade de uso, é conhecido por:

- a) Cache.
- b) Swapping.
- c) FIFO.
- d) Pipeline.

A palavra swapping quer dizer troca, permuta, e no que se refere à memória, significa a troca de informações entre memória virtual e memória RAM. Memória virtual é um arquivo gravado no HD do computador que armazena os dados acessados com frequência para diminuir o tempo de localização desses dados em uma reutilização. A memória RAM (RandomAccessMemory) é uma peça física de computador, encaixada à placa mãe, que faz o armazenamento de outras informações, deixando-as para uso do processador.

Podemos imaginar o sistema de memória de um computador como um escritório com muitos arquivos:



A figura acima representa:

1 – Processador: é a peça que executa comandos, instruções, operações lógicas e aritméticas.

2 – Cache L1: uma pequena porção de memória SRAM, inserida no processador para trocar informações rapidamente com ele.

3 – Cache L2: uma pequena porção de memória SRAM, presente próxima ao processador, que troca informações rapidamente com ele, mas em velocidade menor que a L1.

4 – Memória RAM: armazena uma quantidade maior de informações, mas fica mais distante do processador. No acesso a essa memória, o processador tem grande perda de desempenho.

5 – Memória virtual: fica no HD, sendo uma parte reservada para esta trabalhar como extensão da memória RAM, guardando muitas informações que não poderiam estar presentes nela.

6 – HD: guarda todos os dados do nosso computador.

Com esse esquema podemos notar que, quanto maior a unidade de armazenamento, menor a velocidade de acesso do processador às informações. A memória RAM e a virtual guardam dados que serão usados pelo processador.

RESPOSTA: "B".

1041. (PC/AL - DELEGADO DE POLÍCIA - CESPE – 2012) - A respeito de conceitos básicos relacionados à informática e dos modos de utilização das tecnologias de informação, julgue os itens que se seguem. A memória RAM (Random Access Memory) permite apenas a leitura de dados, pois é gravada pelos fabricantes, não podendo ser alterada.

- () Certo
- () Errado

A memória RAM armazena dados que serão usados pelo processador, por exemplo, durante a execução de um programa. Esses dados ficam alocados na memória RAM enquanto estiverem recebendo pulsos elétricos. Quando há a interrupção do fornecimento de energia, os dados armazenados temporariamente nela são perdidos. Dizemos que a RAM é uma memória de leitura e gravação, pois os dados são armazenados nela (gravação) e usados pelo processador (leitura). A descrição do enunciado seria apropriada para a memória ROM, sigla que se refere à memória de somente leitura.

RESPOSTA: "ERRADO".

1042. (TRE/RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADOR – CESPE/2012) - Com relação à memória na arquitetura de computadores, julgue os itens que se seguem. Há dois tipos de memória RAM, de acesso aleatório: o estático, mais rápido e caro; e o dinâmico, mais barato, porém não tão rápido. Dessa forma, a RAM estática é usada como memória cache enquanto a dinâmica é usada como memória principal.

- () Certo
- () Errado

A memória RAM estática é conhecida como SRAM (StaticRandom - AcessMemory) e a RAM dinâmica é a DRAM (DynamicRandom - AcessMemory). A SRAM é usada como memória cache L1 e L2, por exemplo. A L1 é uma pequena porção de memória, presente junto ao processador para guardar informações acessadas constantemente por ele e manter o desempenho. A L2 é encontrada próxima ao processador, para guardar outro conjunto de informações que sejam rapidamente acessadas, mas já há uma perda de velocidade. A RAM dinâmica possui apenas um transistor por bit e precisa ser constantemente refrescada, ou seja, atualizada. Seus dados são mantidos por pulsos elétricos. Está presente nos pentes de memória, fixados à placa mãe.

RESPOSTA: "CERTO".

1043. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - O armazenamento de informações em computadores é feito pela utilização de dispositivos chamados de memória, que as mantêm de forma volátil ou permanente. Entre esses dispositivos, está a memória RAM ou memória

- a) magnética.
- b) secundária.
- c) cache.
- d) principal.
- e) de armazenamento em massa.

A memória RAM é conhecida como memória principal. O processador aloca informações nessa memória por endereçamento, fazendo seu uso e gerenciamento de forma não sequencial, ou seja, de forma randômica. Existem outros tipos de memória como a cache, a virtual, mas o trabalho delas é otimizar o trabalho entre a RAM e o processador. A memória RAM é como uma ponte para o acesso do processador aos dados desejáveis que estão no HD.

RESPOSTA: "D".

1044. (TRE/RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADOR – CESPE/2012) - Com relação aos aplicativos de produtividade em sistemas operacionais Linux e Windows, julgue os próximos itens. Entre os requisitos de sistema do Google Chrome estão: 100 MB de espaço livre em disco e 128 MB de memória RAM.

- () Certo
- () Errado

Requisitos do sistema Chrome

O Google Chrome, conforme informações do suporte online, está disponível para Windows, Mac e Linux. Para obter o melhor desempenho, recomendamos os seguintes requisitos de sistema:

	Requisitos do Windows	Requisitos do Mac	Requisitos do Linux
Sistema operacional	Windows XP Service Pack 2+ Windows Vista Windows 7 Windows 8	Mac OS X 10.6 ou posterior	Ubuntu 12.04+ Debian 7++ OpenSUSE 12.2++ Fedora Linux 17+
Processador	Intel Pentium 4 ou posterior	Intel	Intel Pentium 3/Athlon 64 ou posterior
Espaço livre em disco	100 MB		
RAM	128 MB		

RESPOSTA: "CERTO".

1045. (PETROBRÁS - ANALISTA DE SISTEMAS JÚNIOR - ENGENHARIA DE SOFTWARE – 2012 – CESGRANRIO/2012) - Qual característica NÃO se refere à memória cache de processadores?

- a) Tem o objetivo de reduzir o tempo de acesso à memória principal.
- b) Os dados nela armazenados são cópias de parte da memória principal.
- c) É implementada pelo sistema operacional como suporte do hardware.
- d) Pode ser inserida diretamente no chip do processador.
- e) É comumente encontrada em processadores RISC.

A memória cache é uma peça física de computador, implantada junto ou próximo ao processador para aumentar seu desempenho. Não é implementada pelo sistema operacional.

RESPOSTA: "C".

1046. (MI - NÍVEL SUPERIOR - CONHECIMENTOS GERAIS – ESAF/2012) - A memória cache

- a) é usada para maximizar a disparidade existente entre a velocidade do processador e a velocidade de leitura e gravação de dados.
- b) é uma memória volátil de alta velocidade, porém com pequena capacidade de armazenamento.
- c) armazena a maioria do conteúdo da memória principal.
- d) é uma memória volátil de baixa velocidade, porém com grande capacidade de armazenamento.
- e) é usada para eliminar a disparidade existente entre a quantidade de dados armazenados na memória principal e na memória secundária.

São consideradas memórias voláteis as que perdem seus dados quando há a interrupção de energia elétrica. A memória cache é um tipo de memória chamado SRAM, conhecida por permitir a troca de informações a uma grande velocidade com o processador, mas tornar-se instável quando inserida em grande quantidade junto a ele. O custo desse tipo de memória é considerado elevado diante dos outros tipos de memória, mas é muito veloz, se comparada com a DRAM.

RESPOSTA: "B".

1047. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADOR – FCC/2012) - Em relação à memória cache do processador (*cache memory*), analise:

I. A memória cache é uma memória rápida que armazena partes da memória principal, para fornecer um rápido acesso às informações mais utilizadas.

II. Quando o processador necessita efetuar a leitura de alguma região de memória, ele primeiramente verifica se a informação referente a essa área se encontra na memória *cache*.

III. Alguns processadores implementam o *Trace Cache*, que é um tipo de memória cache que armazena instruções já decodificadas, prontas para serem processadas.

É correto o que consta em

- a) II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.



O enunciado da questão é verdadeiro e nos traz muita informação. Para ilustrar, temos a figura acima, que mostra o processador e sua proximidade com as respectivas memórias L1, L2 e RAM. Observe que a figura mostra que a quantidade de L1 pode variar, mas ela é, em tamanho, menor que a L2, e estas, menores que a RAM. Quanto menor a quantidade de memória e maior sua proximidade com o processador, mais rápida esta se torna, mas menor é a quantidade de informação que oferece.

RESPOSTA: "C".

1048. (TSE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS – CONSULPLAN/2012) - Sobre as memórias utilizadas nos microcomputadores, existe uma, denominada cache, referenciada como L2 e capacidade típica de 2 MB. A memória cache executa a seguinte função

a) agiliza o processamento, operando entre a memória RAM e a CPU.

b) executa a verificação de hardware, por ocasião do boot da máquina.

c) grava as configurações de setup de forma permanente, por meio da BIOS.

d) realiza o mecanismo de memória virtual, como uma extensão do disco rígido.

A cache pode conter informações que estariam na memória RAM e tornariam seu acesso pelo processador mais lento. Com estas informações alocadas na cache, não há tanta perda de desempenho do processador, cada vez que precisa acessá-las.

RESPOSTA: "A".

1049. (BRDE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - AOCB – 2012) - Com relação à volatilidade das memórias do computador, marque (V) para as memórias voláteis e (N) para as não voláteis e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

- () RAM
- () ROM
- () SRAM
- () EPROM
- () Cache
- () DRAM

- a) V – N – V – N – V – V.
- b) N – V – N – V – N – N.
- c) N – N – V – N – N – V.
- d) V – V – V – V – N – V.
- e) V – N – N – N – V – V.

Memória volátil é aquela que mantém seus dados alocados enquanto estiver recebendo alimentação elétrica. Quando o computador é desligado, os dados que estão presentes na memória volátil são perdidos. Exemplo: memória RAM.

Uma memória não volátil é aquela que, mesmo com o computador desligado, mantém seus dados para uso quando o computador for novamente utilizado. Exemplo: HD.

(V) RAM (*RandomAccessMemory*)

Memória que aloca informações para o uso do processador, acessada por endereçamento e que mantém seus dados enquanto for alimentada por pulsos elétricos. É uma memória de leitura e gravação.

(N) ROM (*Read-OnlyMemory*)

Memória não volátil, traz seus dados gravados de fábrica e mantém esses dados mesmo com perda de energia.

(V) SRAM (*Static Random Access Memory*)

É o tipo de memória usada para a cache.

(N) EPROM (*Erasable Programmable Read-Only Memory*)

As memórias do tipo EPROM podem ser regravadas em um processo especial.

(V) Cache

Podemos chamá-las de SRAM.

(V) DRAM (*Dynamic Random – Access Memory*)

É uma memória de leitura e gravação, presente em pentes de memória fixados na placa mãe do computador. Seus dados são mantidos por pulsos elétricos.

RESPOSTA: "A".

1050. (TRE/RJ - Técnico Judiciário - Operação de Computador – CESPE/2012) - Com relação à memória na arquitetura de computadores, julgue os itens que se seguem. As memórias RAM dinâmicas perdem seu conteúdo depois de determinado tempo. Dessa forma, precisam ser refrescadas, isto é, acessadas, para evitar perda de informação — essa ação é realizada de forma transparente ao usuário, pelo sistema de memória.

() Certo

() Errado

A memória RAM (*RandomAccessMemory*) pode ser estática ou dinâmica. Quando a RAM é dinâmica, ganha a sigla DRAM(*DynamicRandom – AccessMemory*) que, como o nome sugere, requer um acesso dinâmico para manter seus dados alocados.

A memória RAM dinâmica é conhecida como pente de memória e é da sua capacidade que falamos quando vemos a configuração de um computador. Por exemplo, meu computador tem 2GB RAM. Esse "pente de memória" possui um transistor e um capacitor. Esse capacitor que é responsável por manter as informações na memória. Como as informações na memória RAM são mantidas por pulsos elétricos, há a necessidade de ser constantemente refrescada, ou seja, atualizada. Consideramos que esse procedimento é transparente ao usuário, pois não há avisos ou paradas no sistema para que ocorra. Quando usamos um computador não notamos que a memória é atualizada milhares de vezes por segundo.



Pente de memória RAM

RESPOSTA: "CERTO".

1051. (UFBA - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO – UFBA/2012) - O pendrive serve para controlar as informações acessadas pela internet.

() Certo

() Errado

Um pendrive é um dispositivo móvel, portátil de armazenamento. Em analogia podemos dizer que é comparável ao antigo disquete, ao CD, DVD, ou outra unidade de armazenamento, mas lembrando que seus dados podem ser gravados e apagados. O pendrive é um hardware que possui um tipo especial de memória: a memória flash, que possui um custo relativamente reduzido, consome pouca energia e possibilita o armazenamento de uma grande quantidade de informações. Além desse tipo especial de memória, o pendrive possui o conector USB (Universal Serial Bus), que está presente em diversos tipos de equipamentos eletrônicos.

RESPOSTA: "ERRADO".

1052. (TRE/RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADOR – CESPE/2012) - Com relação aos barramentos de entrada e saída, julgue os itens seguintes. O barramento AGP impede, para a execução de operações complexas, o acesso à memória principal diretamente.

() Certo

() Errado

A sigla AGP vem de AcceleratedGraphicsPort, ou seja, Porta Gráfica Acelerada e foi criada especialmente para dar suporte à velocidade gráfica cada vez mais crescente das placas de vídeo. Com referência ao uso que faz da memória principal, a alocação realizada pelo barramento AGP é dinâmico, permite um uso eficiente da memória de imagem (frame buffer) e um melhor gerenciamento da memória.

RESPOSTA: "ERRADO".

1053. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADOR – FCC/2012) - O barramento AGP (*AcceleratedGraphicsPort*) é utilizado para conectar uma placa de aceleração gráfica para o processamento de imagens. Uma das vantagens desse barramento é a grande capacidade de transferência de dados, chegando a transmitir mais de 2MB por segundo a um clock de

a) 133 MHz.

b) 33 MHz.

c) 2,2 GHz.

d) 100 GHz.

e) 66 MHz.

As placas de vídeo exigem uma alta velocidade de transferência no barramento para que as imagens não apareçam em quadros para o usuário. O barramento AGP (*AcceleratedGraphicsPort*), também conhecido com slot AGP, consiste em um encaixe fixado na placa mãe que promove velocidade na transferência e otimiza o gerenciamento de memória. Existem várias versões de barramento AGP (AGP 1X, AGP 2X, AGP 4X, AGP 8X), mas todos operam a 32 bits e 66 MHz.



Barramento AGP

RESPOSTA: "E".

1054. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - OPERAÇÃO DE COMPUTADOR – FCC/2012) - O barramento PCI Express (PCIe) foi desenvolvido para substituir os antigos barramentos PCI, bem como o AGP. Este barramento pode fornecer altas Taxas de transferência, e em sua versão 3.0 essa taxa é de até

- a) 12 GT/s.
- b) 10 GT/s.
- c) 4 GT/s.
- d) 2 GT/s.
- e) 8 GT/s.

O barramento PCI Express também pode ser chamado de PCIe ou PCI – EX. Foi desenvolvido para dar mais velocidade às placas que têm o encaixe próprio para o slot PCI e para substituir o AGP e traz uma proposta de transferência de dados de forma serial, ou seja, não são transmitidos vários bits ao mesmo tempo, por vários canais de transmissão, gerando problemas com interferência magnética e atraso de propagação, conforme ocorria no slot AGP ou PCI comum. Ele transmite os bits um a um, serialmente, por um único canal.

A taxa de transferência é representada pela sigla GT/s, ou seja, Gigatransfer por segundo, sendo que 1 GT/s significa 109 ou um bilhão de transferências por segundo.

O barramento PCI Express possui várias gerações, por exemplo: 1.1, 2.0, 3.0. A taxa de transferência da geração 3.0 é de 8GT/s, usa menos energia e é considerado mais barato do que suas versões anteriores.

RESPOSTA: "E".

1055. (UFBA - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – UFBA/2012) - USB é o barramento especialmente desenvolvido para placa de vídeo, que faz a comunicação entre a placamãe e a placa de vídeo.

- () Certo
- () Errado

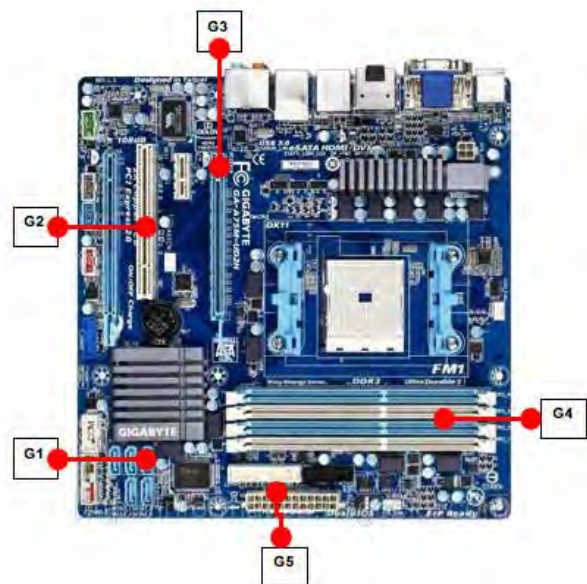
USB é a sigla para Universal Serial Bus e consiste em um conector que tem a missão de padronizar os diversos tipos que existem como serial, paralelo, PS2, evitando encaixes equivocados, padronizando interfaces e arquiteturas e trazendo outras tecnologias que tornem a conexão e utilização de periféricos rápidas e fáceis. A um conector USB podemos ligar impressora, mouse, scanner, webcam e outros periféricos.



USB

RESPOSTA: "ERRADO".

1056. (TSE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS –CONSULPLAN/2012) - Observe a placa mãe Gigabyte para microcomputadores versão *desktop*.



Placa mãe Gigabyte – GA–A75M-UD2H

Na versão OFFBOARD da placa mãe apresentada na figura, uma placa de vídeo deve ser instalada no slot identificado por

- a) G1.
- b) G2.
- c) G3.
- d) G4.

As placas mãe são o suporte para todas as outras peças do computador. Através delas sabemos quanto podemos expandir de memória, processador, placa de som, vídeo e outras.

Existem placas de vídeo onboard, que são aquelas onde os recursos de som, vídeo e rede, por exemplo, estão inseridos na própria placa mãe através de chipsets soldados nela. Nesses casos todos os outros recursos de som, vídeo e rede são usados da placa mãe, diminuindo seu desempenho.

As placas offboard são aquelas que possuem slots, ou seja, encaixes próprios para placas de expansão de som, vídeo, rede e outras. Dessa forma, há um barramento apropriado para trabalhar junto a essas placas que trazem diversos recursos para otimizar seu desempenho junto à placa mãe e demais hardwares instalados.

Dos slots marcados na imagem, o que está indicado como G3, mostra um slot PCI Express, que possui alta taxa de transferência e arquitetura desenvolvida para, entre outras funções, substituir o slot AGP que era preparado para trabalhar com placas de vídeo.

RESPOSTA: "C".

1057. (PROCON/RJ - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – CEPERJ/2012) - Atualmente existem microcomputadores, na versão desktop, que utilizam placamãe com componentes integrados, numa modalidade em que a placa de vídeo e de rede, por exemplo, não são instaladas em soquetes e, sim, fazem parte da própria placamãe, compartilhando memória da RAM existente, acarretando menor desempenho, se comparado à instalação em soquetes independentes. A modalidade que utiliza componentes integrados na própria placa mãe é conhecida pelo termo técnico:

- a) Chipset-shared
- b) Plug-and-play
- c) Balanced-line
- d) Offboard
- e) Onboard

Um computador desktop é um computador comum de mesa. A placa mãe é a peça fundamental da máquina, onde serão encaixadas todas as outras peças necessárias para seu funcionamento.

O termo onboard quer dizer "na placa" e referem-se às placas mãe que possuem vários chipsets soldados a ela que trazem funções específicas de vídeo, som e rede, por exemplo. Esses chipsets compartilham outros recursos da placa mãe para poderem desenvolver suas atividades, o que gera uma perda de desempenho da máquina. As placas mãe onboard são muito difundidas, visto seu baixo custo em relação às offboards.



Chipset de vídeo onboard

RESPOSTA: "E".

1058. (TRT - 12ª REGIÃO (SC) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FCC/2013) - Basicamente, o Windows trabalha com dois tipos de memória. O primeiro deles é a memória principal, também chamada de física. Ela é a quantidade de RAM instalada na máquina. Já a memória conhecida como virtual é uma espécie de memória auxiliar, usada pelo computador em alguns casos especiais. Essa memória é:

- a) um registrador da unidade central de processamento.
- b) uma área reservada na ROM do computador.
- c) um arquivo hospedado no disco rígido da máquina.
- d) uma área de acesso na BIOS (Basic Input/Output System).
- e) uma memória cache.

A memória RAM, ou memória principal, consiste em um hardware que é encaixado na placa mãe por um soquete específico. A memória virtual não é física, é configurável pelo sistema operacional e destina uma parte do HD para dar suporte à memória RAM, guardando as informações e passando a trabalhar como uma extensão dela.



Configuração de Memória Virtual – SO Windows

No Windows XP, por exemplo, podemos configurar a memória virtual pelo Painel de controle, em Configurações avançadas do sistema.

RESPOSTA: "C".

1059. (MPU - ANALISTA - BIBLIOTECONOMIA - CESPE/2013) - A respeito de informática para bibliotecas, julgue os itens subsequentes. A memória *cache* de um computador é um dispositivo de armazenamento rápido, assim como a memória ROM (*read-only memory*), sendo ambos esses dispositivos considerados áreas intermediárias de armazenamento.

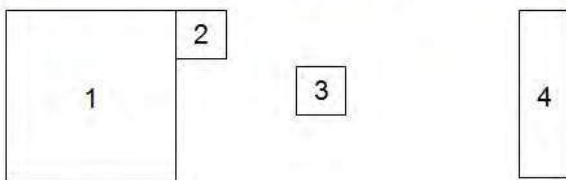
- () Certo
() Errado

A memória cache é uma pequena quantidade de memória presente junto ou próxima ao processador para trocar informações com ele rapidamente. É uma memória volátil, ou seja, perde suas informações na ausência de energia. É uma memória de leitura e gravação, um tipo de memória RAM estática que possui vários transistores para alocar os dados. A memória ROM, como o próprio nome diz, é uma memória de apenas leitura e não é volátil.

RESPOSTA: "ERRADO".

1060. (TRT 9ª REGIÃO (PR) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FCC/2013) - A maioria dos sistemas computacionais trabalha com técnicas para combinar uma pequena quantidade de memória rápida com uma grande quantidade de memória mais lenta para se obter um conjunto de memórias adequado a um custo razoável. A memória pequena e rápida é chamada A ideia básica é simples: as palavras de memória usadas com mais frequência são nela mantidas. Quando precisa de uma palavra, examina a memória rápida em primeiro lugar. Somente se a palavra não estiver ali é que ela recorre. As lacunas são corretas e respectivamente preenchidas com

- a) EPROM - o computador - à RAM.
b) RAM - o computador - ao HD.
c) cache - a CPU - à memória principal.
d) BIOS - a CPU - à memória principal.
e) RAM - o processador - ao HD.



Esquema Processador x memórias

O esquema simplificado acima mostra:

- 1 – Processador (CPU)
2 – Memória cache L1
3 – Memória cache L2
4 – Memória RAM

A memória cache pode ser encontrada junto ou próxima ao processador, desempenhando o trabalho de servir-lhe informações que frequentemente são acessadas. É uma memória SRAM, ou seja, uma memória estática de acesso aleatório que é verificada primeiramente pelo processador, justamente por manter sua velocidade, o que não é permitido se este tiver que buscar os dados necessários na memória RAM.

No esquema podemos verificar que, quanto mais próxima e menor é a memória, mais rápido será seu trabalho junto ao processador, porém, menor será a quantidade de informação alocada.

RESPOSTA: "C".

1061. (IPEM/RO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - FUNCAB/2013) - Os registradores utilizados pela CPU e pela memória para comunicação e transferência de informações são, respectivamente:

- a) Contador de Instruções (CI) e Registrador de Dados de Memória (RDM).
b) Registrador de Endereços de Memória (REM) e Contador de Instruções (CI).
c) Registrador de Dados de Memória (RDM) e Registrador de Endereços de Memória (REM).
d) Decodificador de Instruções (DI) e Contador de Instruções (CI).
e) Decodificador de Instruções (DI) e Registrador de Dados de Memória (RDM).

Os registradores são unidades de armazenamento voláteis dentro do processador. Os registradores utilizados nos procedimentos que envolvem a memória principal, ou seja, a memória RAM, são o RDM, que é o registrador de dados de memória (MBR – memory buffer register) e se comunica com a memória principal através do barramento de dados, e o REM – registrador de endereços da memória (MAR – memory address register) que se comunica com a memória principal através do barramento de endereços.

O RDM e o REM alocam informações transferidas da RAM para a Unidade Central de Processamento, mas o RDM guarda a informação que está sendo transferida da RAM para a UCP (leitura) ou da UCP para RAM (escrita). O REM guarda o endereço de acesso a uma posição de memória ao se iniciar a operação de leitura ou escrita. Em seguida, o endereço é encaminhado à área de controle da RAM para decodificação e localização da célula desejada.

RESPOSTA: "C".

1062. (TRT 15ª REGIÃO (CAMPINAS) - ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FCC/2013) - É a unidade que armazena a posição de memória que contém a instrução que o computador está executando em um determinado momento. Ela informa à ULA qual operação a executar, buscando a informação (da memória) que a ULA precisa para executá-la. O texto se refere à

- a) ISA - Unidade de Arquitetura Integrada.
- b) UCP - Unidade Central de Processamento.
- c) ALU - Unidade Aritmética e Lógica.
- d) UC - Unidade de Controle.
- e) PCI - Unidade de Controle de Periféricos.

ULA é a Unidade Lógica e Aritmética que fica dentro da Unidade Central de Processamento e é responsável por realizar operações matemáticas e operações lógicas como "E", "OU", "Não" e "Verdadeiro ou falso". Respectivamente, essas operações são conhecidas pelos nomes e sigla em Inglês: "AND", "NOT", "OR", "XOR".

A Unidade de Controle (UC) é um componente do processador responsável por gerar sinais elétricos que controlam outros componentes, como a ULA e os registradores. Armazena a posição de memória que contém a instrução que o computador está executando nesse momento. Envia sinais elétricos para a ULA informando qual operação executar (soma, divisão, AND, OR...), quais registradores fornecerão dados de entrada para ULA e qual será o registrador que armazenará o resultado da operação.

RESPOSTA: "D".

1063. (TRT 17ª REGIÃO (ES) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ENGENHARIA ELÉTRICA - CESPE/2013) - Com relação aos componentes, funcionamento e sistemas operacionais de microcomputadores, julgue os itens subsequentes.

As memórias DRAM são voláteis e com acessos síncronos em relação ao clock da placa mãe.

- () Certo
- () Errado

As memórias DRAM (Dynamic Random Access Memory) são dinâmicas, pois possuem apenas um transistor por célula, o que faz necessária a atualização constante da informação para que continue alocada. São voláteis, pois se houver perda de energia, os dados que estiverem nela serão perdidos. Mas os acessos não são síncronos em relação ao clock da placa mãe, pois a DRAM possui uma interface assíncrona.

O clock é um sinal que coordena as ações de dois ou mais circuitos eletrônicos. No caso da placa mãe também é conhecido como clock externo e é ditado pelo processador.

Uma interface síncrona é aquela onde a leitura ou escrita dos dados é sincronizada pelo clock do sistema ou do barramento. A DRAM é assíncrona, pois quando o processador faz uma solicitação à memória e espera que ela responda, essa resposta pode não ser feita no sinal do clock.

RESPOSTA: "ERRADO".

1064. (TRT 15ª REGIÃO (CAMPINAS) - ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FCC/2013) - Pode-se comparar a placamãe de um computador com uma cidade, onde os prédios seriam os componentes como processador, memória, placas e discos e os barramentos seriam

- a) os semáforos.
- b) as ruas e avenidas.
- c) as represas.
- d) os estacionamentos.
- e) os acostamentos.

Os barramentos são conexões que fazem a interligação de um componente com a placamãe. Como exemplos de peças que se conectam à placa-mãe pelos barramentos, podemos citar processador, memória, placa de som, vídeo, rede. Considerando o barramento de entrada e saída para nossa exemplificação, que é aquele onde conectamos dispositivos de entrada e saída como placas de som e vídeo, os dados percorrem as vias da placa, chegam ao barramento e são levados do computador ao usuário ou do usuário ao computador.

RESPOSTA: "E".

1065. (DPE/SP - AGENTE DE DEFENSORIA - ENGENHEIRO CIVIL - FCC/2013) - A placa-mãe é um dos componentes críticos dos computadores, pois definirá as limitações da máquina como um todo. Você deve prestar muita atenção em uma série de detalhes na hora de escolher sua motherboard. Assinale a alternativa correta sobre a placa-mãe.

a) Compatibilidade com pentes de memória: se não houver compatibilidade com o barramento DRR, é provável que dentro de poucos anos o componente fique estagnado, por não poder possibilitar mais upgrades.

b) Pinagem do processador: os processadores ganham a cada ano novas arquiteturas e por isso precisam de novos slots nas placas-mãe. Hoje os fabricantes de CPUs Intel e Asus usam o topo da tecnologia conhecida como Soquete 7.

c) Slots disponíveis para placas offboard: placas de vídeo offboard, placas de som e outros dispositivos exigem slots (geralmente APG, hoje raros são os dispositivos PCI-Express) disponíveis para a instalação. Sem eles, não há como fazer a comunicação entre placa offboard e o sistema operacional que o reconhecerá.

d) Chipset: se você não quiser instalar placas de vídeo offboard, deve ficar ainda mais atento para esse detalhe. O chipset é um conjunto de chips utilizado na placa-mãe que realizam diversas funções de hardware, como controle dos barramentos, controle e acesso à memória, processamento das informações gráficas on-board etc. As placas-mãe com chipset ATI e Intel são muito utilizadas.

e) USB: se antes as USB 1.0 eram ultrapassadas, agora os usuários devem tomar cuidado com as USB 2.1, não que elas estejam sendo abandonadas, mas é recomendado que já sejam escolhidas as placas-mãe com USB 3.1.

O termo offboard quer dizer fora da placa, ou seja, é um recurso que não está presente na placa mãe, mas pode ser incluído a ela através de um soquete específico. No caso de placas onboard, o contrário ocorre, ou seja, a maioria dos recursos do computador estão inseridos na placa mãe através de chips que realizam a maior parte da função de diversas placas e utilizam o restante dos recursos da própria placamãe.

RESPOSTA: "D".

1066. (AL/RN - TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO EM HARDWARE – FCC/2013) - A placa-mãe é responsável pela comunicação entre os componentes do computador. Sobre ela analise:

I. Como atualmente a maior parte dos dispositivos do micro são componentes onboard na placa-mãe, os fabricantes de placas acabaram tornando-se a principal fonte de drivers.

II. O componente básico da placa-mãe é o PCB, a placa de circuito impresso onde são soldados os demais componentes. Embora apenas duas faces sejam visíveis, o PCB da placa-mãe é composto por um total de 40 a 100 placas.

III. A maior parte dos componentes da placa, incluindo os resistores, MOSFETs e chips em geral utilizam solda de superfície, por isso é muito fácil substituí-los manualmente, basta saber quais são os componentes defeituosos.

IV. Os menores componentes da placa são os resistores e os capacitores cerâmicos. Eles são muito pequenos, medindo pouco menos de um milímetro quadrado e por isso são instalados de forma automatizada e com grande precisão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) IV.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III.

Os drives são programas especialmente desenvolvidos para fazer com que o hardware instalado, seja ele uma placa de som, vídeo ou outra, seja reconhecido pelo sistema operacional e funcione adequadamente. Nas placas onboard, os chips soldados a elas realizam a função de placas diversas. Quando compramos uma placa-mãe onboard, o CD de instalação da placa já traz os drives, ou seja, os programas de instalação de todos os chips que existem nela.

Os resistores e os componentes cerâmicos são componentes eletrônicos, como demonstra a imagem a seguir, e são os menores componentes da placa-mãe.



"Você pode diferenciar os resistores dos capacitores que aparecem na foto pela cor. Os resistores são escuros e possuem números decalcados, enquanto os capacitores são de uma cor clara. Estes pequenos capacitores são sólidos, compostos de um tipo de cerâmica. Eles são muito diferentes dos capacitores eletrolíticos (que veremos em detalhes a seguir) e possuem uma capacitância muito mais baixa".

RESPOSTA: "C".

1067. (AL/RN - TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO EM HARDWARE – FCC/2013) - Antes de instalar a placa-mãe dentro do gabinete, pode-se aproveitar também para instalar o processador, o cooler e os módulos de memória. Na instalação de um processador

a) é fácil e comum inverter a posição de contato, o que pode inutilizar o processador quando o micro for ligado.

b) convencional, se algum dos pinos forem entortados, o processador será inutilizado.

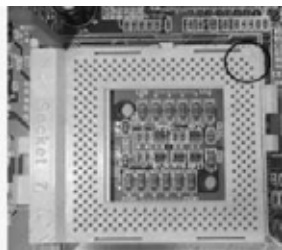
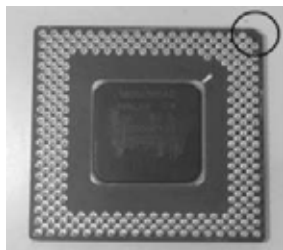
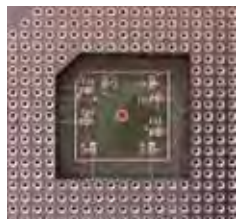
c) o ideal é simplesmente segurar o processador alguns milímetros acima do soquete e soltá-lo, deixando o resto por conta da gravidade.

d) o ideal é pressionar forte, mesmo que haja resistência ao encaixá-lo, pois qualquer folga pode ocasionar mau contato.

e) no sistema LGA (Land Grid Array), os pinos de encaixe foram retirados do soquete e movidos para o processador, o que requer mais cuidado.

O soquete do processador já vem com furos específicos e respectivos aos pinos dos processadores que podem ser utilizados nesta placa. Existem cantos chanfrados para impedir que a peça seja instalada inadequadamente. O ideal é que o processador se encaixe ao seu soquete sem que precise ser pressionado.

Observe as imagens a seguir para verificar essa conclusão:



RESPOSTA: "C".

1068. (AL/RN - TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO EM HARDWARE – FCC/2013) - Analise as ações a seguir:

I. Ligar um computador com a chave da fonte selecionada em 110 V, em uma tomada de 220 V.

II. Instalar placas com o computador ligado.

III. Ligar o computador com um processador Athlon sem o cooler e deixá-lo funcionando por algum tempo.

IV. Ligar o computador com um pente de memória mal encaixado.

Na maioria dos casos, não haverá maiores consequências (como a queima de componentes), na ação descrita APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) IV.
- e) II e IV.

Se um computador estiver ligado com seu pente de memória mal encaixado, o equipamento não corre muitos riscos de queima, mas também não funcionará e podem ser diversos os problemas causados por este erro, dependendo da circunstância. É muito comum que a placa-mãe emita sinais sonoros em sequência específica para informar que há um problema no pente de memória instalado nela.

RESPOSTA: "D".

1069. (TRT 1ª REGIÃO (RJ) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2013) - Maria estava interessada em comprar um computador e leu no jornal o seguinte anúncio:

PC com processador Intel Core i7 3,8 GHz, 8 GB de RAM, 1 TB de HD, Cache L3 de 8 MB, monitor LCD de 18,5", placa de rede de 10/100 Mbps. Estão inclusos o mouse, o teclado e as caixas de som.

Por apenas R\$1.349,10.

A definição de alguns dos termos presentes nessa configuração é apresentada a seguir:

I. É uma memória volátil para gravação e leitura que permite o acesso direto a qualquer um dos endereços disponíveis de forma bastante rápida.

II. É um sistema de armazenamento de alta capacidade que, por não ser volátil, é destinado ao armazenamento de arquivos e programas.

III. É normalmente o componente mais complexo e frequentemente o mais caro do computador. Apesar de realizar, dentre outras operações, os cálculos e comparações que levam à tomada de decisão, necessita de diversos outros componentes do computador para realizar suas funções.

Os itens I, II e III definem, respectivamente,

- a) RAM, HD e processador Intel Core i7.
- b) Cache L3, RAM e processador Intel Core i7.
- c) HD, RAM e Cache L3.
- d) HD, Cache L3 e RAM.
- e) RAM, placa de rede de 10/100 mbps e Core.

A memória RAM é a memória principal do computador, onde ficam alocados dados para uso do processador. É uma memória volátil, ou seja, perde seus dados se houver interrupção de energia elétrica, de leitura e gravação.

O HD é o disco rígido do computador, onde todos os programas e arquivos ficam armazenados e não se perdem quando há o desligamento correto do equipamento.

O processador possui a função de executar instruções e realizar operações lógicas e aritméticas.

RESPOSTA: "A".

1070. (AL/RN - TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO EM HARDWARE – FCC/2013) - As placas de som on-board são formadas por dois componentes distintos. O primeiro é o chipset de áudio propriamente dito, que é quase sempre incorporado diretamente ao chipset. Embora ele possa ser desativado e substituído por um chipset externo, esta não é uma solução popular entre os fabricantes de placas, já que aumenta os custos de produção. O segundo componente é o chip responsável por transformar o sinal digital enviado pelo chipset de áudio em sinal analógico, que é enviado às caixas de som. Este chip é conhecido como

- a) codec.
- b) bios.
- c) cmos.
- d) dual sound.
- e) pipeline.

Um codec codifica e decodifica arquivos de mídia. Codificar é alterar o formato original para que este possa ser entendido pelo computador e decodificar é voltar o arquivo ao seu estado normal para que possa ser entendido pelo usuário.

RESPOSTA: "A".

1071. (POLÍCIA FEDERAL - ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL - CESPE/2013) - A respeito de tipos de computadores e sua arquitetura de processador, julgue os itens subsequentes.

Um processador moderno de 32 bits pode ter mais de um núcleo por processador.

- () Certo
() Errado

Um bit (Binarydigit) é a menor unidade de medida da Informática e representa o código binário que pode armazenar o valor de 0 ou 1, significando muitas vezes verdadeiro ou falso ou ainda presença ou ausência. Quando falamos em bits do processador, nós nos referimos ao tamanho da palavra que ele consegue processar por vez. Se um processador é de 32 bits, ele pode manipular números de valor até 4.294.967.296 em uma única operação.

Os processadores com dois núcleos são denominados *dual core* e contam com dois núcleos distintos no mesmo circuito integrado, simulando a presença de dois processadores e podendo executar dois processos ao mesmo tempo. Com a criação dos processadores de 64 bits os de 32 bits com a tecnologia *dual core* não são tão comuns, mas ainda são encontrados.

RESPOSTA: "CERTO".

1072. (CPRM - ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS - BIBLIOTECOLOGIA - CESPE/2013) - A respeito de informática para bibliotecas, julgue os itens a seguir.

Unidade lógica e unidade de controle são componentes de um processador.

- () Certo
() Errado

Na arquitetura dos processadores estão presentes a Unidade Lógica e a Unidade de Controle, os Barramentos e os Registradores. Seguiremos com a descrição da Unidade Lógica e de Controle, visto que são abordadas na questão.

- Unidade lógica – A sigla que envolve a Unidade Lógica é ULA, referente à Unidade Lógica e Aritmética. Nesta unidade são realizadas instruções lógicas como E, OU, Não, Verdadeiro ou Falso e também operações aritméticas de soma, multiplicação e outras. Com a "ULA (Unidade Lógico-Aritmética), o processador pode executar operações matemáticas como adição, subtração, multiplicação e divisão e pode executar operações sofisticadas com números grandes em ponto flutuante".

- Unidade de Controle (UC) – Possui uma pequena quantidade de memória que guarda o endereço da memória que contém a próxima instrução a ser executada. Outra pequena quantidade de memória representa os registradores, que guardam as instruções que serão executadas pelo processador. A UC possui um circuito que decodifica instruções, verificando o que ela faz e quais os operadores envolvidos.

RESPOSTA: "CERTO".

1073. (TRT 12ª REGIÃO (SC) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FCC/2013) - O processador de um computador executa uma série de instruções de máquina que o instruem o que fazer. Sobre os processadores e seu funcionamento é INCORRETO afirmar que:

a) utilizando a ULA (Unidade Lógico-Aritmética), o processador pode executar operações matemáticas como adição, subtração, multiplicação e divisão e pode executar operações sofisticadas com números grandes em ponto flutuante.

b) um processador pode mover dados de um endereço de memória para outro, pode tomar decisões e desviar para um outro conjunto de instruções baseado nestas decisões.

c) o barramento de endereços envia e recebe dados da memória e o barramento de dados envia um endereço para a memória; estes barramentos possuem o mesmo número de bits.

d) uma linha RD (ReaD/Leitura) e WR (WRite/Escrita) diz à memória se ela deve gravar ou ler o conteúdo da posição de memória endereçada.

e) um sinal de clock fornece uma sequência de pulsos de relógio para o processador; um sinal de reset reinicia o contador do programa para zero (ou outro valor) e recomeça a execução do programa.

O barramento pode ser entendido como um conjunto de linhas e fios que interligam eletronicamente os dispositivos. Nos computadores, temos a ligação de memória e processador, por exemplo, pelos barramentos.

No Barramento de Endereço (*Address Bus*) circulam endereços de memória ou de dispositivos de entrada e saída que o processador necessita. Ele localiza a fonte e o destino dos dados.

No Barramento de dados (*Address Bus*) circulam as informações enviadas e recebidas pelo processador para a memória RAM ou para os dispositivos de entrada e saída. Os dados tanto são enviados quanto recebidos por este barramento.

RESPOSTA: "C".

1074. (POLÍCIA FEDERAL - ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL - CESPE/2013) - A respeito de tipos de computadores e sua arquitetura de processador, julgue os itens subsequentes.

Diferentemente de um processador de 32 bits, que não suporta programas feitos para 64 bits, um processador de 64 bits é capaz de executar programas de 32 bits e de 64 bits.

- () Certo
() Errado

Na Informática, a menor unidade de informação é o bit. O bit representa o valor 0 (zero) ou 1 (um) que significa também a ausência (0) ou presença (1) de energia. Todas as informações que o processador opera estão traduzidas para o código binário, ou seja, a linguagem de zero e um.

Quando um processador tem 32 bits ele consegue executar informações desse tamanho. Qualquer informação é transformada em código binário para ser trabalhada na máquina. Às vezes um dado, quando transformado em código binário, fica maior que 32 bits e é processado em partes pelo processador, sendo de 32 em 32 bits. É possível constatar que um processador de 32 bits não consegue executar um programa de 64 bits, pois só opera com 32 bits de cada vez. Mas se tivermos um processador de 64 bits, sabemos que ele pode executar um programa de 32 bits, pois sendo maior, sobra "espaço" quando colocamos algo de 32 bits em algo que caberia 64 bits.

RESPOSTA: "CERTO".

1075. (IPEM/RO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - FUNCAB - 2013) - O tipo de memória cache que não está inserida diretamente no chip do processador, mas sim em um invólucro (cartucho) ao lado do processador, sendo seu tamanho compreendido entre 512 KB e 12MB, é:

- a) Setup.
- b) Flash.
- c) L2.
- d) EPROM.
- e) BIOS

A memória cache é um tipo de dispositivo de armazenamento aplicado em pequena quantidade, em lugares específicos do computador. Considerada mais rápida que a memória RAM, mas mais cara e com restrições de uso devido a sua instabilidade, possui os mesmos princípios da memória principal: memória volátil de leitura e gravação. Armazena dados que são usados com maior frequência pelo processador para evitar que este perca sua velocidade de execução indo até a memória RAM buscar informações e passando a trabalhar no seu clock externo. Quando está presente junto ao processador, é chamada de cache L1, ou cache primário (level1) e quando está fora do processado, na situação proposta pelo enunciado, é chamada cache secundário (level 2).

RESPOSTA: "C".

1076. (SERPRO - ANALISTA - SUPORTE TÉCNICO - CESPE/2013) - A respeito das arquiteturas de hardware existentes em servidores, julgue os itens que se seguem.

Um mainframe possui múltiplas unidades de processamento, sendo cada unidade um processador comum, tipicamente Intel ou AMD.

- () Certo
- () Errado

Mainframes são computadores robustos com grande poder de processamento, capazes de trabalhar com milhares e milhares de instruções, dando suporte a vários terminais que podem estar conectados a ele.

O hardware do mainframe é específico para todo o suporte a terminais que oferece e, para não prejudicar o atendimento às solicitações e processamentos que ocorrem, possui vários processadores, que podem ser substituídos até mesmo com ele ligado.

RESPOSTA: "ERRADO".

1077. (TRT 17ª REGIÃO (ES) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CESPE/2013)



Considerando a figura acima, que ilustra um esquema básico de um computador, julgue os itens a seguir.

A memória é o dispositivo responsável pelas entradas e saídas de dados do computador

- () Certo
- () Errado

Memória: no caso exposto no enunciado, a memória é um dispositivo de armazenamento temporário que aloca os dados e programas a serem executados pelo processador.

Barramento: o barramento é por onde os dados percorrem da origem ao destino. A origem e o destino são dispositivos eletrônicos do computador, representados no esquema como Memória, Processador e Periféricos.

Processador: é o responsável pela execução dos dados e programas armazenados em memória. Ele que realiza as funções aritméticas e lógicas, aloca e busca informações na memória e conclui as tarefas.

Periféricos: são dispositivos de entrada e saída de dados. Por exemplo, o mouse é um dispositivo de entrada de dados, pois envia cliques do usuário ao computador. A impressora é um dispositivo de saída, pois imprime informações do computador para o usuário.

RESPOSTA: "ERRADO".

1078. (DPE/SP - OFICIAL DE DEFENSORIA PÚBLICA - FCC/2013) -

Nome	Data	Transistores	Microns	Velocidade do clock	Largura de dados	MIPS
Core i7	2008	731.000.000	45 nm	2,66 GHz 3,2 GHz	64 bits	76.000

Considere os dados acima relativos ao processador Intel Core i7 :

Sobre os dados apresentados, é correto afirmar que

a) 731.000.000 é o número de transistores no chip. O Core i7 atingiu o topo da tecnologia, chegando ao limite do número de transistores que podem ser gravados num chip de silício.

b) 45 nm é a largura, em microns, do menor fio do chip. Em termos comparativos, o fio de cabelo humano tem a espessura de 100 microns. A tendência agora é que os chips aumentem de tamanho para que se possa ultrapassar a marca de 800 milhões de transistores.

c) velocidade do clock é a taxa máxima do clock do chip. A velocidade do clock é limitada pela largura dos dados. Chips de 64 bits não conseguem ultrapassar os 3,2 GHz.

d) existe uma relação entre a velocidade do clock e o MIPS. A velocidade máxima do clock é uma função do processo de fabricação do chip. Os processadores como o i7 executam milhões de instruções por ciclo.

e) largura de dados é a largura da UCP. Uma UCP de 32 bits pode fazer operações aritméticas com dois números de 32 bits. Uma UCP de 32 bits teria que executar quatro instruções para somar dois números de 64 bits, enquanto que uma de 64 bits precisa de apenas duas instruções.

Core i7 é um processador Intel que possui as seguintes tecnologias:

- Hyperthreading: capaz de simular até oito CPUs lógicas.

- QPI (QuickPathInterconnect): traz o chip responsável pela comunicação entre o processador e a memória RAM; agora é "embutido" no próprio processador.

- "Turbo mode": aumenta a performance do processador quando um dos núcleos não está sendo usado, novas instruções para processamento multimídia foram adicionadas visando a aumentar consideravelmente o desempenho do processador em jogos e programas que exijam muito processamento gráfico.

Na tabela do enunciado temos:

- Nome: é o nome do processador.

- Ano: ano de lançamento do processador.

- Transistores: número de transistores do processador.

- Microns: é a largura, em microns, do menor fio do chip.

- Velocidade do clock: é o tempo que o processador executa uma instrução ou busca e envia os dados.

- Largura de dados: é o tamanho da informação que o processador consegue trabalhar por vez.

- MIPS: é a sigla para milhões de instruções por segundo.

Na tabela é possível perceber que há uma relação entre a velocidade do clock e o MIPS. A velocidade máxima do clock é uma função do processo de fabricação e dos atrasos internos. Também existe uma relação entre o nú-

mero de transistores e o MIPS. Por exemplo, o 8088 tinha um clock de 5 MHz, mas tinha MIPS de 0,33 (cerca de uma instrução para cada 15 ciclos do clock). Os processadores modernos executam milhões de instruções por ciclo. Essa melhoria está diretamente relacionada ao número de transistores no chip.

RESPOSTA: "D".

1079. (SERPRO - ANALISTA - SUPORTE TÉCNICO - CESPE/2013) - A respeito das arquiteturas de hardware existentes em servidores, julgue os itens que se seguem.

Processadores RISC e CISC diferem, fundamentalmente, no tamanho e na complexidade do conjunto de instruções.

() Certo

() Errado

RISC (*reduced instruction-set computer*) – é a arquitetura que considera que um reduzido subconjunto das combinações disponíveis era utilizado nos programas gerados manualmente ou automaticamente em linguagem de máquina, levando à conclusão de que, provavelmente, de 32 a 64 operações seriam suficientes (FOSTER, 1971) para executar as operações. As instruções dessa arquitetura levam aproximadamente o mesmo tempo para serem executadas. Os chips RISC são mais simples e mais baratos que o CISC e possuem um número de circuitos internos menor, o que permite que trabalhem em alta velocidade.

CISC (*complex instruction-set computer*) – é a arquitetura que considera um computador comum um conjunto complexo de instruções. O processador com esta arquitetura é capaz de executar centenas de instruções complexas diferentes. O CISC é capaz de executar centenas de instruções diferentes do RISC, mas poucas delas são usadas com frequência, por isso a tecnologia CISC foi implementada para trabalhar adequadamente.

RESPOSTA: "CERTO".

1080. (IPEM/RO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - FUNCAB/2013) - Nos microcomputadores, a quantidade de bits que é tratada em cada ciclo de processamento, independente do processador utilizado, é conhecida como:

a) byte.

b) campo.

c) registro.

d) palavra.

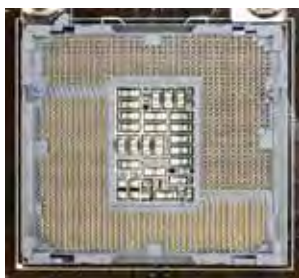
e) arquivo.

Quando dizemos que um processador é de 32 ou 64 bits, determinamos o tamanho da palavra que ele é capaz de processar. A palavra é determinada pelo tamanho de bits que é executado em conjunto pelo processador.

RESPOSTA: "D".

1081. (PC/RJ - PERITO CRIMINAL - ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO – IBFC/2013) - Complete a lacuna do texto a seguir com a resposta correta. Os equipamentos atuais utilizam processadores de alto desempenho como o i5 e o i7 da empresa Intel. O soquete _____ atende a demanda para os processadores Core i3, i5 e i7, além do Celeron G1101 e o Pentium série G6900.

- a) AM3.
- b) LGA1156
- c) número 7
- d) 370
- e) FM2.



Soquete LGA1156

Um soquete é o lugar adequado para se instalar processadores à placa-mãe do computador, como mostra a figura acima.

Cada soquete possui um número determinado de furos e partes específicas de bloqueio que tentam minimizar ou impedir a possível conexão inadequada de processadores impróprios a ele, pois são projetados para dar atendimento às necessidades específicas de um processador ou alguns processadores.

O soquete LGA1156 dá suporte ao uso dos processadores Core i3, i5 e i7, além do Celeron G1101 e o Pentium série G6900. Esta afirmativa pode ser observada no manual da placa-mãe do computador ou nas especificações técnicas de cada processador.

RESPOSTA: "B".

1082. (TJ/SP - MÉDICO JUDICIÁRIO - CLÍNICO GERAL – VUNESP/2013) - Observe os processadores da Intel listados a seguir:

- I. Intel® Core™ i3
- II. Intel® Core™ i5
- III. Intel® Core™ i7

Assinale a alternativa que traz V (verdadeiro) para o(s) processador(es) que possui(em) a característica Turbo Boost e F (falso) para aquele(s) que não a possui(em).

- a) I (V), II (F) e III (V).
- b) I (V), II (V) e III (V).
- c) I (V), II (F) e III (F).
- d) I (V), II (V) e III (F).
- e) I (F), II (V) e III (V).

Conforme informações do site oficial da Intel, a Tecnologia Intel® Turbo Boost1 oferece mais desempenho quando necessário nos sistemas baseados na quarta geração dos processadores Intel® Core™. A Tecnologia Intel® Turbo Boost 2.0 permite automaticamente que os núcleos do processador trabalhem mais rapidamente do que a frequência básica de operação quando estiverem operando abaixo dos limites especificados para energia, corrente e temperatura.

Famílias de processadores que suportam Tecnologia Intel® Turbo Boost?

Intel® Core™ i7 processadores para desktop e para portáteis

processador desktop Intel® Core™ i7 Extreme Edition

Processador para portáteis Intel® Core™ i7 Extreme Edition

Intel® Core™ i5 processadores para desktop e para portáteis

RESPOSTA: "E".

1083. (TRT 5ª REGIÃO (BA) - ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FCC/2013) - Os processadores possuem diversas características técnicas que os tornam diferentes entre si. Sobre eles é correto afirmar que atualmente

a) há uma memória super-rápida localizada dentro dos processadores chamada memória *cache*, que pode ser classificada em níveis como L1, L2 e L3, dependendo do processador.

b) um processador de 4 núcleos é, necessariamente, mais rápido do que um processador de 2 núcleos.

c) alguns processadores da Intel possuem um recurso chamado *double-threading*, que simula dois processadores por núcleo de processamento, todos com o mesmo desempenho de processadores reais.

d) um computador que utiliza um processador de clock mais elevado é, necessariamente, mais rápido que outro que utiliza um de clock mais baixo.

e) o clock interno, que representa o número de ciclos por milissegundo de um sinal de sincronismo usado dentro do processador, é medido na casa dos MHz (mega-hertz).

A memória cache é um dispositivo de armazenamento presente dentro do processador ou próxima a ele. Aloca dados frequentemente utilizados pelo processador para evitar que ele reduza drasticamente sua velocidade indo buscar as informações na memória RAM.

A cache L1 (level1) é a primeira a ser verificada pelo processador devido a sua velocidade e localização (dentro do processador), mas guarda uma quantidade reduzida de informações.

A L2 (level2) fica próxima ao processador e, em alguns poucos casos, dentro dele, próximo a L1; a troca de informações é mais lenta do que com a L1, mas, mesmo assim, continua mais veloz se comparada à comunicação processador x RAM. A cache L2 é mais lenta e mais barata que a L1, mas quando é colocada dentro do processador, aumenta seu custo.

A cache L3 (level3) está presente em processadores como (Core i5 e i7) e da AMD (Phenon X e Phenon II X), por exemplo.

RESPOSTA: "A".

1084. (PM/MG - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR - CRSP - PMMG/2013) - Marque a alternativa CORRETA. O processador é um chip que executa instruções internas do computador (em geral, operações matemáticas e lógicas, leitura e gravação de informações). Todas as ações estão presentes na memória do computador e requisitadas pelo sistema. A velocidade do processador é medida em ciclos denominados clocks e sua unidade é expressa através de:

- a) Hz.
- b) Tm.
- c) Lu.
- d) No.

O clock é um pulso alternado de sinais de tensão, gerado pelos circuitos de relógio (composto de um cristal oscilador e circuitos auxiliares).

Em um computador, todas as atividades necessitam de sincronização. O clock serve justamente para isso, ou seja, basicamente, atua como de sinal de sincronização. Quando os dispositivos do computador recebem o sinal de executar suas atividades, dá-se a esse acontecimento o nome de "pulso de clock". Em cada pulso, os dispositivos executam suas tarefas, param e vão para o próximo ciclo de clock.

A medição do clock é feita em hertz (Hz), a unidade padrão de medidas de frequência, que indica o número de oscilações ou ciclos que ocorrem dentro de uma determinada medida de tempo, no caso, segundos. Assim, se um processador trabalha a 800 Hz, por exemplo, significa que é capaz de lidar com 800 operações de ciclos de clock por segundo. Repare que, para fins práticos, a palavra kilohertz (KHz) é utilizada para indicar 1000 Hz, assim como o termo megahertz (MHz) é usado para indicar 1000 KHz (ou 1 milhão de hertz). De igual forma, gigahertz (GHz) é a denominação usada quando se tem 1000 MHz, e assim por diante. Com isso, se um processador tem, por exemplo, uma frequência de 800 MHz, significa que pode trabalhar com 800 milhões de ciclos por segundo.

As frequências com as quais os processadores trabalham são chamadas também de clock interno. Neste ponto, você certamente já deve ter entendido que é daí que vem expressões como Pentium 4 de 3,2 GHz, por exemplo. Mas os processadores também contam com o que chamamos de clock externo ou Front Side Bus (FSB) ou, ainda, barramento frontal.

O FSB existe porque, devido a limitações físicas, os processadores não podem se comunicar com a memória (mais precisamente, como a ponte norte - ou northbridge - do chipset, que contém o controlador da memória) usando a mesma velocidade do clock interno. Assim, quando essa comunicação é feita, o clock externo, de frequência mais baixa, é que é usado. Note que, para obter o clock interno, o processador usa uma multiplicação do clock exter-

no. Para entender melhor, suponha que um determinado processador tenha clock externo de 100 MHz. Como o seu fabricante indica que esse chip trabalha a 1,6 GHz (ou seja, tem clock interno de 1,6 GHz), seu clock externo é multiplicado por 16: $100 \times 16 = 1600$ MHz ou 1,6 GHz.

É importante deixar claro, no entanto, que se dois processadores diferentes - um da Intel e outro da AMD, por exemplo - tiverem clock interno de mesmo valor - 2,8 GHz, para exemplificar -, não significa que ambos trabalham à mesma velocidade. Cada processador tem um projeto distinto e conta com características que determinam o quão rápido é. Assim, um determinado processador pode levar, por exemplo, 2 ciclos de clock para executar uma instrução. Em outro processador, essa mesma instrução pode requerer 3 ciclos. Além disso, muitos processadores - especialmente os mais recentes - transferem 2 ou mais dados por ciclo de clock, dando a entender que um processador que faz, por exemplo, transferência de 2 dados por ciclo e que trabalha com clock externo de 133 MHz, o faz a 266 MHz. Por esses e outros motivos, é um erro considerar apenas o clock interno como parâmetro de comparação entre processadores diferentes.

RESPOSTA: "A".

1085. (SEFAZ/RJ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - FCC/2014) - Considere:

Para que um computador comece a operar quando é ligado ou reiniciado, por exemplo, precisa dispor de um programa para executar sua inicialização, denominado I. Este programa normalmente é armazenado em memória do tipo II dentro do hardware do computador, conhecida pelo termo III. Este programa deve alocar e carregar na memória IV do computador, o V do sistema operacional.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I, II, III e IV e V:

- a) POST - dinâmica - EEPROM - não volátil - BIOS.
- b) firmware - cache - BIOS - volátil - core.
- c) bootstrap - ROM - firmware - RAM - kernel.
- d) kernel - volátil - cache - principal - núcleo.
- e) boot.ini - estática - ROM - VRAM - boot.

- *Bootstrap*: programa de inicialização do computador, acionado quando este é ligado.

- ROM: sigla para *Read Only Memory* - é a memória não volátil de apenas leitura, fixada à placa-mãe, que já possui gravações de fábrica.

- *Firmware*: é o conjunto de instruções operacionais programadas diretamente no hardware de um equipamento eletrônico, presente na memória ROM.

- RAM: sigla para Random Access Memory, ou memória de acesso randômico. É uma memória volátil de leitura e gravação, também conhecida como memória principal do computador.

- *Kernel*: é o núcleo do sistema operacional. É a base da programação do sistema operacional, que faz com que o hardware seja utilizado pelo software.

RESPOSTA: "C".

LIVRO DE QUESTÕES

1086. (IBAMA - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) - A respeito dos conceitos fundamentais de informática, julgue os itens a seguir.

A velocidade de resposta do computador depende exclusivamente do *hardware* do equipamento em questão.

- () Certo
() Errado

O funcionamento adequado do computador depende de dois fatores que podem ser considerados essenciais:

- Hardware – que é a parte física do computador.
- Software – a parte lógica, ou seja, o sistema operacional e os outros softwares instalados.

Softwares e hardwares têm que ser compatíveis e estar de acordo com as especificações técnicas para que a velocidade da resposta do computador seja adequada. Por exemplo, se instalarmos um programa em um computador que já está com o HD cheio, ele demorará mais para responder. Se instalarmos duas versões do Microsoft Office, por exemplo, quando abrirmos uma das versões ou um arquivo criado em uma delas, ele demorará mais para responder.

RESPOSTA: "ERRADA".

1087. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FGV/2013) - Analise a citação a seguir.

"No ambiente de microinformática, um dispositivo utilizado na configuração de um microcomputador Intel i5, é caracterizado como um que emprega tecnologia SATA e possui capacidade de armazenamento de 500 GB."

A citação faz referência ao seguinte componente de hardware:

- a) disco óptico.
b) zipdrive.
c) pendrive.
d) disco rígido.

A denominação do microcomputador da questão é referenciada pelo processador Intel i5. É comum dizermos o tipo do computador que temos pelo processador que possui. A tecnologia SATA (serial ATA) é empregada na conexão do HD à placa-mãe, com um cabo serial, possibilitando a transmissão dos dados de forma serial.

RESPOSTA: "D".

1088. (BANCO DO BRASIL - ESCRITURÁRIO - 2013 - FCC/2013) - Paulo possui R\$3.500,00 para comprar um computador para uso pessoal. Ele deseja um computador atual, novo e com configurações padrão de mercado. Ao fazer uma pesquisa pela Internet observou, nas configurações dos componentes de *hardware*, os seguintes parâmetros: 3.3 GHz, 4 MB, 2 TB, 100 Mbps e 64 bits.

De acordo com as informações acima,

- a) 2 TB é a quantidade de memória RAM
b) 3.3 GHz é a velocidade do processador.
c) 100 Mbps é a velocidade do *chipset*
d) 4 MB é a capacidade do HD.
e) 64 bits é a capacidade da memória ROM.

As unidades de medida ou armazenamento apresentadas na questão são:

- TB = Terabyte - corresponde ao tamanho do HD.
- GHz = Gigahertz - é a frequência do processador.
- Mbps = Megabyte por segundo - é a velocidade de transmissão da placa de rede.
- MB = Megabyte - capacidade da memória RAM.
- bits = bits - nesse caso específico, refere-se ao tamanho da palavra que pode ser executada pelo processador.

RESPOSTA: "B".

1089. (COPEL - OFICIAL DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA - APRENDIZ - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO/2013) - A coluna da esquerda apresenta tipos de cabos para dispositivos de um sistema de informação e a da direita, a denominação correspondente. Numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

1 -		() Cabo USB
2 -		() Cabo de Rede RJ45
3 -		() Cabo VGA
4 -		() Cabo Serial

Assinale a sequência correta.

- a) 1, 2, 3, 4
b) 2, 1, 4, 3
c) 4, 1, 2, 3
d) 2, 1, 3, 4

Essa resposta requer conhecimento dos cabos utilizados na conexão dos periféricos, dos seus respectivos encaixes, conectores e nomenclaturas.

Imagem	Descrição
1	Cabo de rede par trançado RJ45
2	Cabo USB.
3	Cabo serial.
4	Cabo VGA.

RESPOSTA: "B".

1090. (DPE/SP - OFICIAL DE DEFENSORIA PÚBLICA – FCC/2013) -

Classificação dos Dispositivos de Armazenamento	Dispositivos de Armazenamento
1. Memória principal.	a. HD (Hard Disk)
2. Memória secundária	b. CD
3. Volátil.	c. Blu-ray
4. Não volátil	d. DVD
5. Magnético.	e. SSD (Solid State Disk)
6. Óptico	f. Pen drive
7. Eletrônico	g. Cartão flash
8. Removível	h. Fita magnética
9. Não removível	i. RAM
	j. ROM

Considere a tabela acima.

Assinale a alternativa que traz classificações dos dispositivos que sejam todas corretas:

- a) 1-i; 3-c; 4-j; 5-h; 8-g.
 b) 2-e; 4-e; 6-f; 8-h; 9-j.
 c) 2-a; 2-b; 3-e; 4-g; 7-f.
 d) 4-j; 5-h; 6-c; 7-d; 9-i.
 e) 3-i; 4-h; 6-b; 7-f; 8-d.

3-i – Volátil x RAM – A memória volátil é aquela que precisa de atualização constante para manter suas informações e as perde quando há ausência de energia. A memória RAM é uma memória volátil de leitura e gravação.

4-h – Não volátil x Fita magnética – A memória não volátil é aquela que mantém suas informações mesmo após a interrupção do fornecimento de energia elétrica. Após sua gravação, os dados da fita magnética não precisam ser mantidos com pulsos elétricos.

6-b – Óptico x CD – A gravação de um CD (Compact Disc) é realizada pelo gravador de CD que possui um leitor/gravador óptico.

7-f – Eletrônico x pen drive – O pen drive é um dispositivo eletrônico portátil de armazenamento.

8-d – Removível x DVD – Existem várias unidades de disco removível como o CD, pendrive, DVD. Isto quer dizer que o disco ou unidade de armazenamento pode ser retirada do computador sem prejudicar seu funcionamento e sem a necessidade de desligar o equipamento.

RESPOSTA: “E”.

1091. (PC/SP - PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP/2013) - Considere os itens a seguir:

- I. Clock do processador
 II. Memória RAM
 III. Espaço livre no disco rígido

Com relação aos itens apresentados, assinale a alternativa que contém os requisitos mínimos necessários do computador para se instalar e executar o MS-Windows 7, versão 64 bits.

- a) I. 1GHz; II. 2GB; III. 20GB.
 b) I. 3GHz; II. 1GB; III. 16GB.
 c) I. 2GHz; II. 2GB; III. 36GB.
 d) I. 2GHz; II. 1GB; III. 24GB.
 e) I. 1GHz; II. 1GB; III. 16GB.

Conforme informações do site oficial da Microsoft, se quiser executar o Windows 7 no seu PC, você vai precisar de:

- Processador de 1 gigahertz (GHz) ou superior de 32 bits (x86) ou 64 bits (x64)
- 1 gigabyte (GB) de RAM (32 bits) ou 2 GB de RAM (64 bits)
- 16 GB de espaço em disco disponível (32 bits) ou 20 GB (64 bits)
- Dispositivo gráfico DirectX 9 com driver WDDM 1.0 ou superior

Requisitos adicionais para usar determinados recursos:

- Acesso à Internet (taxas podem ser aplicadas)
 - Dependendo da resolução, a reprodução de vídeo pode exigir mais memória e hardware gráfico mais avançado
 - Alguns jogos e programas podem exigir uma placa de vídeo compatível com DirectX 10 ou superior para melhor desempenho
 - Para alguns recursos do Windows Media Center, um sintonizador de TV e hardware adicional podem ser necessários
 - O Windows Touch e Tablet PCs exigem hardware específico
 - O Grupo Doméstico exige uma rede e PCs com o Windows 7
 - A autorização de DVD/CD requer uma unidade ótica compatível
 - O BitLocker exige Trusted Platform Module (TPM) 1.2
 - O BitLocker To Go exige uma unidade flash USB
 - O Modo Windows XP requer mais 1 GB de RAM e mais 15 GB de espaço disponível no disco rígido.
 - Música e sons requerem saída de áudio
- A funcionalidade do produto e os gráficos podem variar com base na configuração do seu sistema. Alguns recursos podem exigir hardware avançado ou adicional.

PCs com processadores de vários núcleos:

O Windows 7 foi projetado para trabalhar com os processadores modernos com vários núcleos. Todas as versões de 32 bits do Windows 7 têm suporte a até 32 núcleos de processador. As versões de 64 bits tem suporte a até 256 núcleos de processador.

PCs com vários processadores (CPUs):

Servidores comerciais, estações de trabalho e outros PCs de alto desempenho podem ter mais de um processador físico. As edições Professional, Enterprise e Ultimate do Windows 7 aceitam dois processadores físicos, proporcionando o melhor desempenho para esses computadores. As edições Starter, Home Basic e Home Premium do Windows 7 reconhecem apenas um único processador físico.

RESPOSTA: “A”.

1092. (FBN - ASSISTENTE TÉCNICO - ADMINISTRATIVO - FGV/2013) - Na integração de dispositivos a um microcomputador, existem as seguintes categorias:

- **Categoria I: dispositivos que só funcionam na entrada de dados para processamento;**
- **Categoria II: dispositivos empregados somente na saída enquanto a categoria;**
- **Categoria III: dispositivos que atuam na entrada ou na saída de dados, dependendo do momento em que são utilizados.**

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, exemplos de dispositivos das categorias I, II e III.

- a) Blu-ray, impressora matricial e zipdrive
- b) Scanner, impressora laserjet e joystick.
- c) Mouse óptico, impressora deskjet e pendrive.
- d) DVD/RW, impressora térmica e plotter.

Um dispositivo de entrada é aquele que permite que os dados sejam levados para dentro do computador como, por exemplo:

- scanner: digitaliza documentos físicos para que sejam transferidos em forma de arquivos para o computador.
- mouse: através de cliques do usuário, envia comandos para o computador.

Um dispositivo de saída é aquele que faz o oposto, ou seja, passa para o usuário o resultado final do processamento do computador, como por exemplo:

- monitor: mostra para o usuário todos os procedimentos do computador de uma forma que possa ser vista e entendida.

- impressora: após os procedimentos realizados pelo computador para preparar a impressão, os arquivos são impressos da forma que os entendemos.

Um dispositivo que funciona como entrada e saída é aquele que pode fornecer ou receber dados do computador. O pendrive é considerado assim, pois podemos gravar dados que estão no computador nele (saída), ou salvar no computador dados que estão nele (entrada).

RESPOSTA: "C".

1093. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FGV/2013) - Impressoras multifuncionais são largamente utilizadas, devido à facilidade de uso e à versatilidade que possuem. Nesse contexto, as impressoras multifuncionais 3x1 executam as funções dos seguintes equipamentos:

- a) **plotter, roteador e switch.**
- b) **plotter, impressora e switch.**
- c) **scanner, roteador e fotocopiadora.**
- d) **scanner, impressora e fotocopiadora.**

Basta acessar os sites de compras e vendas para verificar sobre as impressoras multifuncionais. Elas realizam várias funções e, entre elas, as funções de scanner, impressora e fotocopiadora estão presentes em todas elas.

Veja a descrição de alguns produtos considerados impressoras multifuncionais:

1. **Multifuncional HP Deskjet 1516**
2. **Imprima, faça cópias e digitalize usando a InkAdvantage**

Você consegue digitalizar, copiar e imprimir seus arquivos e imagens usando a Multifuncional **Deskjet InkAdvantage 1516**, da HP, com baixo custo e com ótima qualidade.

A instalação da **impressora** é fácil de ser feita, por isto o usuário consegue utilizar o produto assim que recebe, seja em casa ou no escritório a multifuncional HP foi projetada para tornar as suas tarefas mais simples.

Você precisa de pouco espaço para colocar a compacta **Deskjet InkAdvantage HP**, e ainda consome pouca energia, devido a sua qualificação ENERGY STAR®. Digitalize documentos nos formatos JPEG, TIFF, PDF, BMP, PNG.

Com a Multifuncional HP Deskjet InkAdvantage você pode **imprimir** folhas coloridas ou em preto/branco.

Multifuncional Canon PixmaMG3210 com Wi-Fi - Impressora, Copiadora e Scanner

Características do produto:

Função impressora - Sim

Função copiadora - Sim

Função scanner - Sim

Função fax - Não

Função telefone - Não

Visor LCD - Não

Conexão s/ fio (wireless) - Sim

Características Gerais

IMPRESSORA

Características de Impressão

Impressão frente e verso automática, Correção de Fotos II, Impressão Sem Margens8, Impressão do Calendário, Impressão de Documentos e Fotos, Impressão Completa de Fotos a Partir de Vídeos em HD, Efeitos Filtros Diversos, Impressão a Partir de Dispositivos Móveis e Modo silencioso.

Velocidade de Impressão

Fotos 10 x 15cm sem margens: Aprox. 44 seg. ESAT: Cor: 5,0 ipm / Preto 9,2 ipm.

Número Bicos Injetores

Preto: 640 / Cor: 1,152 / Total: 1,792

Tamanho Picolitro (Cores)

Jato de tinta, 4 tintas com gotas mínimas de 2pl e cartuchos FINE

Resolução de Impressão

Cores: máx de 4800 x 1200 dpi

Preto: máx de 600 x 600 dpi

Tamanho Papel

Bandeja dianteira: A4, B5, A5, Carta, Ofício, Envelopes (DL, COM10), 4"x6" (10 x 15cm), 5" x 7" (13 x 18cm), 8" x 10" (20 x 25cm).

Capacidade Bandejas de Papel (Papel Sulfite)

Bandeja dianteira: Máx 100 páginas / Máx. 10 páginas (10 folhas papel tamanho ofício).

COPIADORA

Características Cópia

Cópia Sem Margens, Ajuste para Caber Numa Página Sem Margens, Múltiplas Cópias 1-9 /20.

Velocidade de Cópia

FCOT: Cores: 20 segundos

Múltiplas Cópias

Máx. de 99 cópias

SCANNER

Funções de Digitalização

Correção Automática de Documentos, Modo de Digitalização Automático e PushScan.

Elemento de Digitalização

Sensor por Contato de Imagem (CIS).

Resolução Scanner

1200 x 2400 dpi (Óptica), 19,200 x 19,200 dpi (Interpolada).

Profundidade de Cores Máxima

48-bit interna/24-bit externa.

Tamanho Máximo Documento

Cama Plana: A4 (210 x 297 mm)/Carta.

RESPOSTA: "D".

1094. (PC/PA - ESCRITURÁRIO – INVESTIGADOR – UEPA/2013) - A gerência de dispositivos de entrada e saída é uma tarefa realizada:

- a) pela BIOS
- b) pelo Sistema Operacional
- c) por programas específicos instalados na máquina
- d) pela memória RAM
- e) pelo próprio dispositivo

O sistema operacional é um programa especial de computador. Ele gerencia os processos, gerencia a memória, define o sistema de arquivos e gerencia a entrada e saída de dados.

RESPOSTA: "B".

1095. (TJ/DF - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE/2013) - Acerca de redes de computadores e segurança da informação, julgue os itens subsequentes.

Nobreak é um equipamento que mantém, durante determinado tempo, em caso de falta de energia elétrica na rede, o funcionamento de computadores que a ele estiverem conectados.

- () Certo
- () Errado

Os nobreaks possuem vantagem sobre os estabilizadores pelo fato de armazenar energia elétrica e funcionar com autonomia durante alguns minutos para que o computador ou equipamento ligado a ele não seja desligado bruscamente ou de maneira incorreta em uma repentina falta de energia elétrica.

Entre as características dos nobreaks, em muitos deles estão presentes: **várias tomadas, recarga automática da bateria, proteção para** linha telefônica, fax, Internet.

Características Gerais

Ideal para

Proteger computadores, estações de trabalho (desktops), pequenos e médios servidores, PABX, equipamentos de conexão de rede e sistemas de telecomunicação. A linha de No Breaks Yup-e impede a perda de dados e os tempos de paralisação.

Aplicações

- Computadores, Monitores e Impressoras
- Estações de trabalho (desktops)
- Pequenos e Médios Servidores
- Equipamentos de conexão de rede
- Equipamentos de telefonia e telecomunicações: PABX, FAX, Rádios de comunicação

Principais Características

- Microprocessado (tecnologia RISC/FLASH)
- Forma de onda senoidal por aproximação (PWM – controle de largura e amplitude)
- Regulação automática de voltagem (AVR) LineInteractive
- Indicadores de funcionamento pela rede e baterias
- Alarme audiovisual intermitente para queda de rede e final do tempo de autonomia
- Gerenciamento inteligente das baterias, com recarga automática
- Proteção eletrônica contra sub e sobretensão
- Proteção contra curto-circuito e sobrecarga
- Diagnóstico de alerta avançado (autoteste de partida)
- Supressão de surtos, picos e filtragem de ruído (filtro de linha interno)
- Circuito desmagnetizador
- Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL)
- DC Start – Permite ser ligado na ausência de rede elétrica
- Proteção contra descarga total das baterias
- Proteção telefônica fax/modem, em conformidade com a Norma UIT K-20
- Tensão nominal de entrada: 115V/220V
- Tensão nominal de saída 115V
- Frequência de entrada 60Hz +/- 5Hz
- Tecla com função mute (permite anular o alarme sonoro)
- Battery Backup - Troca de bateria pelo usuário
- Possui estabilizador e filtro de linha
- Chave liga / desliga temporizada para evitar o acionamento acidental ou involuntário

Autonomia: 30 minutos

RESPOSTA: "CERTO".

1096. (SEEDUC - DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE ENSINO- CEPUERJ/2013) - Texto para as Questões 86 e 87: Um profissional está em uma reunião com diretores de escolas da rede pública estadual de ensino, na qual fará uma apresentação sobre uma nova norma que deverá ser cumprida por estes a partir daquele momento. Carrega consigo um *pendrive* contendo, dentre outras coisas, o arquivo do *MS Power Point* com os *slides* desua apresentação e um documento do *MS Word* que contém um relatório que deverá ser exibido e detalhado aos presentes. Após conectar seu dispositivo removível ao computador disponível na sala, que possui o *MS Windows 7* instalado, e abrir a janela do *Windows Explorer* para navegar entre as pastas disponíveis no mesmo, percebe que os arquivos estão ordenados pelos respectivos nomes. Como ele não se recorda do nome exato dos arquivos que preparou para a reunião, apenas as suas extensões, configura a exibição da janela para que esta seja ordenada pelos tipos dos arquivos. Dessa forma, o profissional consegue, então, localizar o que procurava e pode, enfim, iniciar a reunião.

1097. (SEEDUC - DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE ENSINO- CEPUERJ/2013) - No cenário descrito acima, segundo a função que desempenham, *pendrive* e dispositivo removível podem ser considerados:

- a) iguais, pois todo dispositivo removível é um *pendrive*
- b) iguais, pois todo *pendrive* é um dispositivo removível
- c) diferentes, pois o dispositivo removível mencionado é o computador
- d) diferentes, pois dispositivos removíveis são *scanners* e impressoras, não *pendrives*
- e) diferentes, pois *pendrive* não é um dispositivo removível, mas sim um dispositivo USB

Existem vários tipos de dispositivos removíveis como celulares e câmeras digitais, que podem ser conectados ao computador com ele ligado, usando um conector USB e desconectados mesmo com o sistema ainda em funcionamento. Diante do exposto, vemos que nem todo dispositivo removível é um *pendrive*, mas todo *pendrive* é um dispositivo removível.

RESPOSTA: "B".

1098. (ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL - ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FUMARC/2013) - Todas as afirmativas sobre os componentes fundamentais de um computador estão corretas, EXCETO:

- a) Memória Principal é o componente interno à UCP, responsável pelo armazenamento de dados.
- b) Barramento é o caminho físico pelo qual os dados são transferidos entre os componentes do sistema de computação.
- c) Unidade Central de Processamento (UCP) é o componente responsável pela manipulação direta ou indireta dos dados.
- d) Unidade Lógica e Aritmética (ULA) é o componente da UCP responsável por realizar as operações aritméticas lógicas.

A memória principal do computador também é conhecida como memória primária ou memória RAM (Random Access Memory – Memória de Acesso Aleatório). Consiste em uma placa de circuito impresso com contatos metálicos que permite a conexão e encaixe na placa-mãe do computador, conforme mostra a figura a seguir.



Pente de memória RAM sendo encaixado

Resposta: "A".



Pendrive

RESPOSTA: "B".

1099. (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – TÉCNICO DE GETÃO ADMINISTRATIVA – ADMINISTRADOR - FGV/2013)- A figura a seguir mostra um tipo de memória RAM.



Atualmente, essas memórias são do tipo:

- a) SCSI.
- b) DDR.
- c) HDMI.
- d) AGP.
- e) SATA.

Através de conhecimentos práticos de hardware e das siglas usadas na informática é possível verificar a resposta para esta questão.

SCSI (Small Computer System Interface) é um tipo de conector usado para vários tipos de hardwares, inclusive periféricos e HDs.

DDR (Double Data Rate) consiste na tecnologia presente em pentes de memória RAM, podendo ser encontrada em várias versões, como DDR1, DDR2 e DDR3.

HDMI (High-DefinitionMultimidia Interface) é uma tecnologia para transmissão de áudio e vídeo que oferece uma interface multimídia de alta definição.

AGP (AcceleratedGraphicPort) é um conector soldado à placa-mãe, apropriado para placas de vídeo.

SATA (Serial Advanced Technology Attachment) é uma tecnologia para transferência de dados presente em vários HDs, que possui conector e cabo específicos.

RESPOSTA: "B".

1100. (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – TÉCNICO DE GETÃO ADMINISTRATIVA – ADMINISTRADOR - FGV/2013) - Atualmente, as telas sensíveis ao toque, comuns em smartphones e tablets, dispensam o uso do mouse e do teclado.

Essas telas são denominadas

- a) free screen.
- b) diplay screen.
- c) pressure screen.
- d) bubble screen.
- e) touch screen.

A tela sensível ao toque(touchscreen) é um display eletrônico visual que pode detectar a presença e localização de um toque dentro da área de exibição, por meio de pressão. O termo refere-se geralmente ao toque no visor do dispositivo com o dedo ou a mão, que também podem reconhecer objetos, como uma caneta.



Monitor com tecnologia *touchscreen*

RESPOSTA: "E".

1101. (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – TÉCNICO DE GETÃO ADMINISTRATIVA – ADMINISTRADOR FGV/2013) - A imagem a seguir mostra um tipo de barramento utilizado na conexão dos diversos tipos de periféricos, como impressoras, mouse sem fio e pendrives.



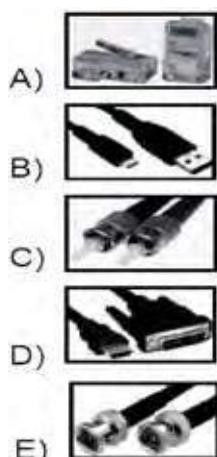
Esse barramento é conhecido pela sigla

- a) USB.
- b) OS/2.
- c) PCI-E.
- d) RJ-11.
- e) RJ-45.

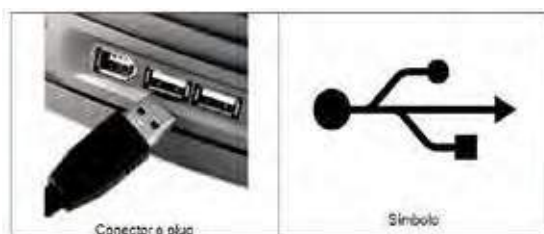
USB (Universal Serial Bus) é uma tecnologia de conectores *plug and play* que aceitam a conexão de vários dispositivos eletrônicos como *mouses*, *pendrives*, teclados, impressoras e outros.

RESPOSTA: "A".

1102. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNÇÃO GRATIFICADA - COORDENADOR DAS COORDENAÇÕES DAS DIRETORIAS REGIONAIS PEDAGÓGICAS - CEPERJ/2013) - Atualmente, pendrives e impressoras são integradas à configuração de micro-computadores por meio da conexão USB. Afigura que ilustra esse tipo de conector está indicada na seguinte alternativa:



O conector USB é característico. Veja na figura a seguir a interface de seu conector, de seu plug e também o símbolo que o representa.



RESPOSTA: "B".

1103. (UFOP/MG - ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS – UFOP/2013) - A transferência de arquivos para o computador (ou a troca de arquivos entre o computador e dispositivos) pode ser feita por vários meios. As figuras a seguir representam uma porta padrão para a conexão (de tipo de conectividade, que permite que o conteúdo dos dispositivos habilitados seja adicionado ao computador (como os telefones celulares, por exemplo).

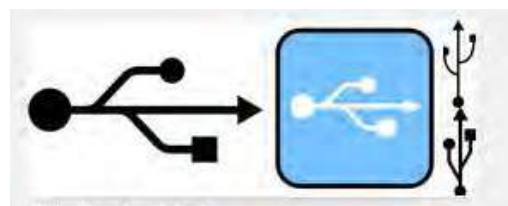
Assinale a alternativa que apresenta a denominação da porta e conectividade dessas imagens



- a) Porta TCP/IP e Conectividade I
- b) Porta COM e Conectividade I
- c) Porta USB e Conectividade Bluetooth
- d) Porta USB e Conectividade Firewall

É comum a representação de dispositivos eletrônicos por símbolos que permitem sua identificação.

Quando usamos um computador que possui portas USB, notamos a presença de símbolos como os dispostos a seguir que as caracterizam:



Representação simbólica USB

Quando utilizamos o recurso de conectividade Bluetooth, por exemplo, vemos seu ícone durante o uso e a configuração.



Marca registrada Bluetooth

RESPOSTA: "C".

1104. (TRT 1ª REGIÃO (RJ) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA – FCC/2013) - Paulo trabalha como Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho e no dia-a-dia executa um conjunto de tarefas que utilizam os recursos computacionais de hardware e software:

- Processador Intel Atom Dual Core D525 com Clock Speed de 1.8 GHz, L2 Cache de 1 MB, 64-bits;
- 4 GB de memória DDR3 (2x2 GB);
- HD de 400 GB;
- Leitor e gravador CD/DVD;
- Placa mãe IPX525-D3;
- Placa de vídeo integrada 384 MB;
- Placa de som integrada;
- Placa de rede 10/100;
- 6 Portas USB;
- Teclado, mouse e caixas de som padrão;
- Fonte de alimentação de 250 W;
- Voltagem suportada de 110/220;
- Consumo de energia de 10 Kw/h;
- Monitor LED 15.6";

Nesses computadores estão instalados os seguintes softwares:

- Windows 7 Professional em português;
- Microsoft Office 2010 Professional em português;
- Mozilla Firefox;
- Internet Explorer.

Dentre os trabalhos realizados por Paulo no dia-a-dia estão:

- Edição de contratos, emissão de pareceres e confecção de atas de reunião;

- Realização de tarefas relacionadas à administração patrimonial, orçamentária, financeira, de recursos humanos, de materiais e geração de gráficos demonstrativos;

- Apresentação em slides dos resultados de demonstrativos de pautas de treinamentos e reuniões;

- Criação, compartilhamento e gerenciamento de pastas e arquivos em diversas unidades de disco como HDs, CDs, DVSs e pendrives;

- Navegação na Internet/Intranet e uso de mecanismos de busca;

- Acesso e gerenciamento de sua conta de e-mail corporativo.

A comunicação interna no Tribunal se dá principalmente por meio de uma intranet que utiliza a infraestrutura de rede existente. Nela os funcionários do Tribunal podem acessar um conjunto de serviços que inclui consultas ao holerite e informações relacionadas a férias, plano de saúde, etc. Além desses serviços a intranet ainda é utilizada para agilizar a troca de informações e notícias do Tribunal. A troca de informações entre esse servidor e os computadores pelos funcionários ocorre baseada em um conjunto de regras e padrões de conectividade utilizados também na Internet.

A impressão de documentos e conteúdos diversos disponíveis na intranet é permitida por meio de um conjunto de impressoras compartilhadas na rede interna. Para se conectar a diversas outras instituições públicas, a intranet do Tribunal está conectada à Internet.

De acordo com o texto, a placa de rede do computador de Paulo tem velocidade de transmissão de 10/100. Isso significa que a transmissão de dados pela rede entre o computador de Paulo e um computador servidor com placa de rede de mesma velocidade pode ser de até

- 100 megabits por segundo.
- 100 megabytes por segundo.
- 10 megabytes por segundo.
- 100 megabits por minuto.
- 1000 megabits por segundo.

As placas de rede 10/100 são placas para redes de arquitetura Ethernet. Uma arquitetura de rede dispõe detalhes sobre ela como, por exemplo, a taxa de transferência da placa de rede. O padrão da arquitetura Ethernet proposto pela questão é a Fast Ethernet, que é o mais utilizado.

As variações da arquitetura Ethernet são:

Padrão da Arquitetura	Velocidade da placa
Ethernet	10 Mbps
Fast Ethernet	100 Mbps
Gigabit Ethernet	1.000 Mbps

Uma placa de rede 10/100 consegue que a transmissão de dados seja de 10 ou 100 Mbps. Essa variação depende de algumas restrições da rede como, por exemplo, se as placas envolvidas na comunicação de dados são de 10 ou 100 Mbps.

Uma placa de rede de velocidade de 100 Mbps pode se comunicar com uma placa de 10 Mbps, mas a velocidade dessa comunicação será reduzida devido à limitação de velocidade da placa de 10 Mbps.

RESPOSTA: "A".

1105. (AL/RN - TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO EM HARDWARE – FCC/2013) - As principais tecnologias de memória utilizadas são DDR, DDR2 e DDR3. Os módulos de memória

a) DDR3 consomem 80% menos energia, se comparado aos módulos DDR2.

b) DDR2 podem ser encaixados facilmente em placas que suportem apenas os módulos DDR.

c) DDR3 trabalham com 1.5 V e utilizam alta taxa de transferência de dados.

d) DDR2 utilizam 2.5 V, duas vezes menos que os módulos DDR.

e) DDR utilizam 3.2 V, favorecendo o aquecimento da placa-mãe.

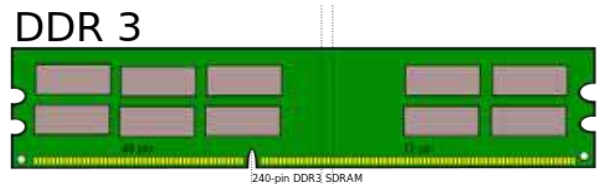


Imagem comparativa memória DDR

A memória DDR possui 240 pinos, ou seja, 240 contatos sendo 48 pinos, uma interrupção e 72 pinos, conforme a imagem acima. Ela é uma memória SDRAM, ou seja, uma memória de taxa dupla de transferência nível 3 de síncrona dinâmica de acesso aleatório, volátil e de leitura e gravação, fixada a um slot específico da placamãe. É resultante da evolução tecnológica de suas antecessoras – DDR e DDR2, por exemplo. A memória DDR3 consome cerca de 30% menos energia, se comparada aos módulos DDR2. Trabalha com tensão de 1.5V, menor que a 1.8V da DDR2 e os 2.5V da DDR.

RESPOSTA: "C".

1106. (TRT 17ª REGIÃO (ES) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ENGENHARIA ELÉTRICA – CESPE/2013) - Com relação aos componentes, funcionamento e sistemas operacionais de microcomputadores, julgue os itens subsequentes.

As memórias DDR (*double data rate*) são síncronas e transferem dados na subida e na descida do *clock*.

- () Certo
() Errado

Memórias DDR são fixadas à placa mãe através de slots apropriados. São peças de circuito impresso com contatos que alocam programas e dados temporariamente para uso do processador. A memória DDR recebeu esse nome, pois consegue transmitir duas palavras por ciclo do barramento.

Memórias síncronas possuem registradores com *clock* para sincronizar todas as entradas com o *clock* do sistema (FLOYD, 2007).

O *clock* é o tempo que as informações levam para percorrer da origem ao destino, ou seja, a frequência do barramento.

RESPOSTA: "CERTO".

Utilize a figura abaixo para responder às questões de números 97 e 98.



1107. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ - AGENTE DE APOIO MANUTENÇÃO E SUPORTE DE INFORMÁTICA - FCC/2013) - Hoje em dia há diversos modelos de placas-mãe que disponibilizam portas onboard para diversos dispositivos. Na figura, os itens de 1 a 5 identificam, respectivamente:

	1	2	3	4	5
A	portas S/PDIF óptica	portas S/PDIF óptica	porta eSATA	saída de som 5.1	porta FireWire
B	portas eSATA	saída de som 5.1	porta S/PDIF óptica	porta S/PDIF coaxial	porta FireWire
C	portas FireWire	portas eSATA	saída de som 5.1	porta S/PDIF óptica	porta S/PDIF coaxial
D	saída de som 5.1	portas eSATA	porta FireWire	porta S/PDIF coaxial	porta S/PDIF óptica
E	portas S/PDIF óptica	portas FireWire	porta eSATA	porta S/PDIF óptica	saída de som 5.1

- Saídas de som são portas para conexão de periféricos como caixas de som.



Caixa de som

- Portas e SATA são portas com conexão SATA externas, ou seja, é possível conectar um HD SATA por esta porta sem abrir o computador.



HD e SATA

- Porta *firewire* é um tipo de conexão semelhante a USB, mas com velocidade superior, usada em dispositivos como câmeras digitais e *camcorders*.



Câmera digital *firewire*

- Porta S/PDIF coaxial são utilizadas para conexão de aparelhos de CD ou amplificadores de som.



Amplificador DAC-V1

- Porta S/PDIF óptica pode ser utilizada para conectar um aparelho de som.



RESPOSTA: "D".

1108. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - AGENTE DE APOIO MANUTENÇÃO E SUPORTE DE INFORMÁTICA – FCC/2013) - Com relação aos itens da placa-mãe *onboard* mostrados na figura, considere:

I. Uma porta e SATA permite que o usuário conecte um HD SATA diretamente nesta porta (como se colocasse o HD dentro do gabinete).

II. As saídas do som *onboard* 5.1 possibilitam a instalação de um sistema de áudio *home theater*.

III. Uma porta *firewire*, tecnicamente conhecida como IEEE 1394, é uma porta de comunicação de dispositivos de baixa taxa de transferência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II.

Os HDs e SATA são dispositivos externos que podem ser conectados ao computador com o sistema ligado, sem prejuízo das informações ou do hardware.

O home theater é um sistema de som que pode ser utilizado com aparelhos de TV e computadores.

RESPOSTA: "C".

1109. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - AGENTE DE APOIO MANUTENÇÃO E SUPORTE DE INFORMÁTICA – FCC/2013) - Este slot de expansão trabalha com comunicação em série, diferente de outros que se comunicam paralelamente. A comunicação em série aparentemente parece ser mais lenta, mas, pelo contrário, é muito superior à paralela porque o sistema trabalha em altas frequências. Em uma comunicação em paralelo, se for utilizada uma frequência muito alta, o desempenho piorará em função do campo magnético que é formado. Na comunicação em série isso não acontece porque o número de vias é bem menor. Este slot tem uma frequência padrão de 2500 MHz contra os 33 MHz do slot em sua versão tradicional.

O texto se refere ao slot

- a) VLB – VESA Local Bus.
- b) PCI – Express.
- c) AGP – Accelerated Graphics Port.
- d) PCI – Peripheral Component Interconnect.
- e) ISA – Industry Standard Architecture.



Slots PCI Express

Um slot de expansão é um conector fixado à placa-mãe que possibilita o encaixe de placas de som, vídeo, rede e outras, expandindo as possibilidades presentes na placa-mãe. PCI Express, também conhecido pela sigla PCIe, são slots desenvolvidos para dar maior agilidade e aperfeiçoar as aplicações gráficas. Sua velocidade de transmissão, se comparada ao soquete PCI tradicional, pode ser de 1 até 32 vezes (usa de 1 a 32 caminhos de dados) mais rápida e ainda é mais rápida que o slot AGP que foi desenvolvido para dar suporte e agilidade a placas de vídeo 3D.

Pode receber e enviar dados em até 250MB/s em cada conexão serial, podendo usar uma ou várias conexões seriais, o que determina se é um PCI-Express x1 ou PCI-Express x16, como demonstrado na imagem acima.

RESPOSTA: "B".

1110. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - AGENTE DE APOIO MANUTENÇÃO E SUPORTE DE INFORMÁTICA – FCC/2013) - A partir da geração das placas-mãe para Pentium surgiram os bancos de memória DIMM – Dual In-line Memory Module. As gerações DIMM são DDR, DDR2 e DDR3. Considerando estas memórias, é INCORRETO afirmar:

a) Apesar das memórias DDR, DDR2 e DDR3 serem DDR e terem o mesmo comprimento são totalmente incompatíveis entre si.

b) As tensões de cada uma das memórias são diferentes: DDR = 2.5 V / 2.6 V, DDR2 = 1.8 V, DDR3 = 1.5 V.

c) A geração DIMM-DDR3 possui 240 vias e aceita memórias DDR3 com frequências de 800 MHz, 1066 MHz, 1333 MHz ou 1600 MHz.

d) Em computadores Pentium muitas placas-mãe vinham com banco SIMM e DIMM, mas o usuário poderia usar apenas uma das duas. Em novas gerações de computadores, a maior parte possui bancos de memória do tipo DIMM.

e) Uma placa-mãe, que possui somente banco de memória DIMM-DDR2 de 400 MHz, 533 MHz ou 667 MHz, aceita uma memória DDR2 de 800 MHz ou 1066 MHz e irá funcionar perfeitamente.

As memórias DDR não são totalmente incompatíveis entre si, mas não há como fazer o computador funcionar com 800 MHz ou 1066 MHz de memória, sendo que foi desenvolvido para trabalhar apenas com 400 MHz, 533 MHz ou 667 MHz, pois ele não estaria preparado para aceitar esta frequência em seu barramento.

RESPOSTA: "E".

1111. (BANCO DO BRASIL – ESCRITURÁRIO – CESGRANRIO/2012) - Os sistemas operacionais Linux, com suas interfaces gráficas cada vez mais estáveis e amigáveis para os usuários, utilizam, entre outros, a suíte de aplicativos para escritório

- a) Borland Office
- b) SecurityOffice
- c) LibreOffice
- d) Avira Premium for Office
- e) Labo Solutions for Office

LibreOffice é um conjunto de softwares aplicativos semelhante ao Microsoft Office e ao BrOffice.org. Possui programas para criar e editar textos, planilhas, apresentações, entre outros, com a vantagem de ser software livre e de código aberto.

Está disponível para download e instalação gratuitos, no site <http://pt-br.libreoffice.org/>.



Página inicial do LibreOffice.

RESPOSTA: "C".

1112. (TER - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - Sobre o Microsoft Windows XP, analise:

I. A configuração do idioma e do tipo de teclado é feita exclusivamente por meio do ícone de teclado no Painel de Controle.

II. Windows ProductActivation (WPA) é um recurso do Windows XP que atua como um meio de assegurar que uma cópia original esteja instalada em apenas uma máquina. Com esse recurso, toda a configuração de hardware do computador e o status de ativação do Windows ficam gravados e são enviados à Microsoft toda vez que o computador for ligado e estiver conectado à Internet.

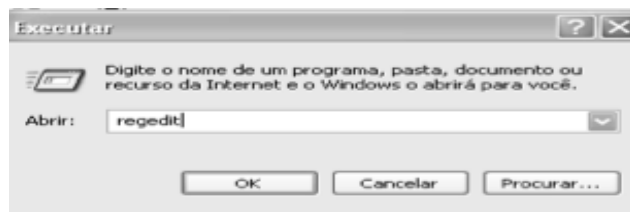
III. O Editor do Registro do Windows (regedit.exe) permite visualizar, pesquisar e alterar as configurações no registro do sistema, que contém informações sobre o funcionamento do computador.

IV. O ícone Opções Regionais e de Idioma do Painel de Controle permite selecionar o formato da moeda, data e número, porém, não permite outras configurações, como o tipo e idioma do teclado, resolução da tela etc.

Está correto o que consta em

- a) III, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

O registro do Windows pode ser acessado pelo caminho: Iniciar, Executar. Na linha de "Abrir", basta digitar regedit e clicar em OK.



Tela "Executar"

Pelo menu Ajuda, da janela do Editor de Registro do Windows, é possível obter as seguintes informações:

O Editor do Registro é uma ferramenta avançada para exibir e alterar as configurações no Registro do sistema, e que contém informações sobre como o computador deve funcionar. O Windows armazena suas informações de configuração em um banco de dados (o Registro) que está organizado em um formato de árvore. Embora o Editor do Registro permita que você inspecione e modifique o Registro, geralmente não é necessário fazê-lo. Alterações incorretas podem danificar o sistema. Um usuário avançado que esteja preparado para editar e restaurar o Registro pode usar o Editor do Registro com segurança para executar tarefas, como, por exemplo, eliminar entradas duplicadas ou excluir entradas de programas que foram desinstalados ou excluídos.

RESPOSTA: "A".

1113. (BANCO DO BRASIL – ESCRITURÁRIO - CESGRANRIO/2012) - Nos sistemas operacionais Microsoft Windows, como o Windows XP, a interação direta (não gráfica) entre o usuário e o sistema operacional na qual ele pode criar e editar arquivos de lotes é proporcionada pelo uso do

- a) teclado virtual
- b) windows update
- c) microsoft access
- d) prompt de comando
- e) windows movie maker

Arquivos de lotes são arquivos como os de extensão .bat, que contém comandos lineares que são executados em lotes ou grupos.

Para usar esses arquivos, no Windows XP, clique em Iniciar, Todos os Programas, Acessórios, Prompt de comando.

RESPOSTA: "D".

1114. (TRE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - No Microsoft Windows XP é possível indexar arquivos para agilizar sua pesquisa. Uma das maneiras de habilitar ou desabilitar este recurso é por meio dos atributos avançados do arquivo. Nessa tela de atributos avançados também é possível

a) alterar o arquivo utilizado para a abertura e edição deste arquivo.

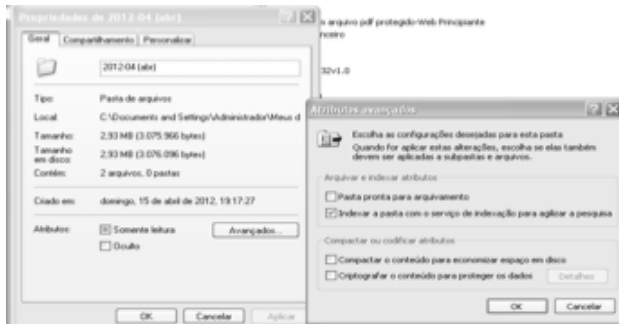
b) alterar as propriedades para os diversos níveis de segurança.

c) alterar os atributos de somente leitura e arquivo oculto.

d) criptografar o conteúdo para proteger os dados.

e) efetuar o compartilhamento do arquivo.

Para acessar o painel de atributos avançados do arquivo, entre no Windows Explorer e clique com o botão direito do mouse sobre a pasta ou arquivo que deseja indexar.



Propriedades e atributos de pasta

Em Propriedades, na guia Geral, clique no botão "Avançado". Será exibida a tela "Atributos avançados". Através dela podemos acionar a opção "Indexar a pasta com o serviço de indexação para agilizar a pesquisa", que especifica se o conteúdo do arquivo ou pasta selecionado será indexado para pesquisas mais rápidas. Quando o arquivo ou pasta estiver indexado, você poderá procurar um texto no arquivo ou na pasta e procurar propriedades, como a data, ou atributos do arquivo ou da pasta.

A indexação de uma pasta não indexa automaticamente arquivos e subpastas, a menos que você escolha indexar o conteúdo quando solicitado.

RESPOSTA: "D".

1115. (SEE – ANALISTA EDUCACIONAL – ANE – NÍVEL I – GRAU A – ATIVIDADES TÉCNICAS EM SER E ÓRGÃO CENTRAL - FCC/2012) - Para desinstalar corretamente a maioria dos softwares instalados no ambiente Windows é necessário

a) selecionar a pasta onde o software foi instalado e pressionar a tecla delete.

b) entrar no Painel de Controle e selecionar a opção adequada para desinstalar programas. O nome exato dessa opção depende da versão do Windows.

c) entrar no Painel de Controle e selecionar a opção Ferramentas Administrativas.

d) selecionar a opção Todos os Programas no menu Iniciar e em seguida a opção Desinstalar Programas.

No Windows XP, por exemplo, a opção encontra-se no caminho: Painel de Controle, Adicionar ou remover programas.



Painel de Controle, opção Adicionar ou remover programas

Essa opção oferece suporte para instalação ou remoção de programas de forma simples e confiável. Seu programa assistente auxilia com informações para que o usuário, com poucos cliques, realize a correta remoção ou instalação dos programas.

RESPOSTA: "B".

1116. (PREFEITURA DE CABROBÓ PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - Analise as afirmações abaixo:

I. Ao esvaziar a lixeira do Windows não será mais possível recuperar os arquivos que haviam sido deletados.

II. É possível realizar o backup dos arquivos do usuário, porém não é possível fazer o backup do sistema operacional.

III. No Windows 7 é possível fazer a gravação de dados em CDs e DVDs utilizando o Windows Explorer, sem a necessidade de um programa específico de gravação.

IV. Um computador com acesso à Internet pode ser usado para enviar spam, lançar ataques na internet e propagar infecções, sem que o dono do computador saiba de tal atividade.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas I, II e III são verdadeiras.
- b) Apenas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas II, III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas III e IV são verdadeiras.
- e) Apenas I e IV são verdadeiras.

III – Entre as novidades do Windows 7, está a gravação de CDs e DVDs como se usássemos os simples recursos de copiar e colar pastas e arquivos no Windows Explorer.

IV – Existem vírus de computador capazes de realizar as operações descritas.

RESPOSTA: "D".

1117. (PREFEITURA DE CABROBÓ PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - No Windows 7 (configuração padrão) em português, um caminho para acessar o comando "criar ponto de restauração" é:

a) Clicar no Botão Windows, em seguida clicar em Computador, escolher a opção Propriedades. Depois, clicar em Proteção do Sistema. Finalmente pressionar o botão Criar.

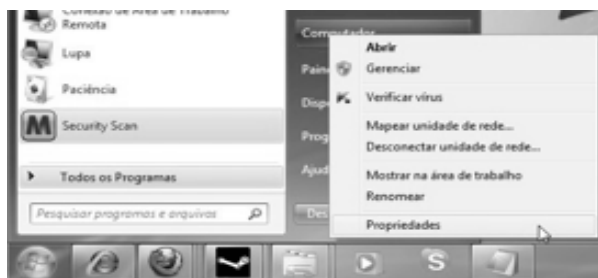
b) Clicar no Botão Windows e, clicar com o botão direito do mouse, em Computador, escolher a opção Proteção do Sistema. Finalmente pressionar o botão Criar.

c) Clicar no Botão Windows e, clicar com o botão direito do mouse, em Computador, escolher a opção Propriedades. Depois, clicar em Restauração do Sistema. Finalmente pressionar o botão Criar.

d) Clicar no Botão Windows, em seguida clicar em Computador, escolher a opção Propriedades. Depois, clicar em Restauração do Sistema. Finalmente pressionar o botão Criar.

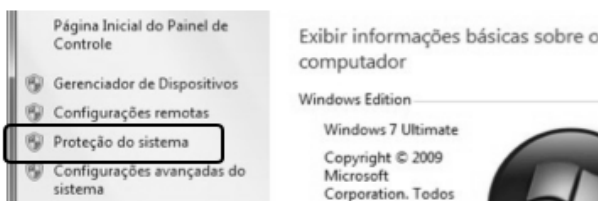
e) Clicar no Botão Windows e, clicar com o botão direito do mouse, em Computador, escolher a opção Propriedades. Depois, clicar em Proteção do Sistema. Finalmente pressionar o botão Criar.

O caminho proposto pela resposta correta está ilustrado a seguir:



Início do caminho proposto pela opção "E".

A janela "Exibir informações básicas sobre o computador" será aberta e, do lado esquerdo, opte pela opção "Proteção do sistema".



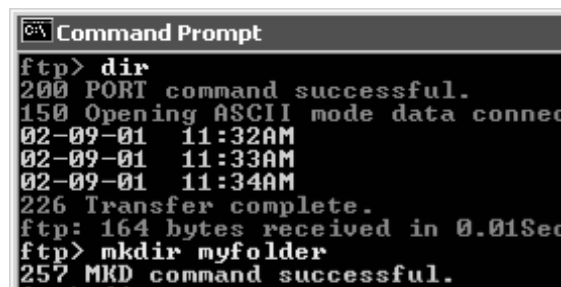
Proteção do sistema

RESPOSTA: "E".

1118. (PREFEITURA DE CABROBÓ PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - No Linux, o comando mkdir é utilizado para a manipulação de diretórios, especificamente para:

- a) excluir um diretório e todo o seu conteúdo.
- b) excluir um diretório (se estiver vazio).
- c) criar novos diretórios.
- d) voltar ao último diretório acessado
- e) entrar num diretório.

Mkdir é um comando utilizado na raiz do Linux para a criação de novos diretórios. Na imagem a seguir, no prompt FTP, foi criado o diretório chamado "myfolder".



Prompt "FTP"

RESPOSTA: "C".

1119. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO – ACAPLAM/2012) - O uso da combinação de teclas CTRL+ESC no Windows 7

- a) abre o Painel de Controle.
- b) exibe o menu Iniciar.
- c) chama a Ajuda e Suporte.
- d) exibe a Guia de Hardware.
- e) exibe a Guia de Segurança.

Ctrl + Esc são as teclas de atalho que, no Windows 7, abrem o menu Iniciar, que também pode ser aberto pela tecla do Windows.

RESPOSTA: "B".

1120. (PREF. ANGICOS-RN - AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO – ACAPLAM/2012) - Observe as seguintes afirmações feitas para ferramentas de desempenho do Windows 7:

I. As Informações e Ferramentas de Desempenho mostram detalhes dos níveis de desempenho de seu computador e oferecem dicas para aumentar o desempenho;

II. A Limpeza de Disco remove arquivos temporários, programas não utilizados e componentes do Windows que não são essenciais. Remover arquivos e programas não utilizados pode ajudar seu computador a funcionar mais rápido;

III. O Desfragmentador de Disco reduz a fragmentação ao organizar os arquivos relacionados no mesmo local. Isso reduz o tempo necessário para encontrar e recuperar arquivos;

IV. O Assistente de Compatibilidade de Programas verifica se algum programa é ferramenta do Windows 7.

São verdadeiras apenas as afirmações feitas nos itens:

- a) I a III.
- b) I e III.
- c) II a IV.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

Para abrir *Informações e Ferramentas de Desempenho*, clique no botão  em *Painel de Controle*, em *Sistema e Manutenção* e, depois, em *Informações e Ferramentas de Desempenho*. As opções presentes nesse ambiente ajudam a melhorar o desempenho do Windows 7.

Entre as tarefas presentes em *Informações e Ferramentas de Desempenho*, estão as *Ferramentas avançadas*, como o *Visualizador de Eventos* e o *Desfragmentador de Disco*.

O *Desfragmentador de disco* organiza as informações no disco rígido, desfragmentando o volume, tornando o computador mais rápido e eficiente.

(FONTE: [HTTP://WINDOWS.MICROSOFT.COM/PT-BR/WINDOWS-VISTA/WAYS-TO-IMPROVE-YOUR-COMPUTERS-PERFORMANCE](http://windows.microsoft.com/pt-br/windows-vista/ways-to-improve-your-computers-performance))

RESPOSTA: "A".

1121. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - O Sistema Operacional

a) é o software responsável pelo gerenciamento, funcionamento e execução de todos os programas.

b) é um software da categoria dos aplicativos, utilizado para a criação de textos, planilhas de cálculo, desenhos etc.

c) apesar de gerenciar a leitura e a gravação de arquivos, delega a função de localização de programas nas unidades de discos a softwares utilitários de terceiros.

d) Linux é um software proprietário, já o Windows, é o software livre mais utilizado nos computadores pessoais atualmente.

e) não está relacionado à evolução das CPUs, pois independem de componentes de hardware, já que são executados em um computador virtual (virtual machine).

(A)O Sistema Operacional é um *software* que permite a posterior instalação de outros programas, gerencia o uso do *hardware* do computador por esses programas e permite a configuração do *hardware* para que ele seja usado em toda a sua potencialidade.

Quando apenas montamos as peças do nosso computador e o ligamos pela primeira vez, serão exibidas algumas rotinas implementadas nos próprios chipsets das placas. Para que possamos utilizar todos os recursos da máquina, é necessária a instalação do Sistema Operacional.

Dois exemplos de Sistemas Operacionais são o Windows e o Linux.

(B)Softwares aplicativos só podem ser instalados após a instalação do Sistema Operacional. São programas de computador criados para atender a determinadas aplicações como as citadas (criação de textos, planilhas de cálculo, desenhos etc.)

(C)*Softwares* utilitários de terceiros são programas de computador desenvolvidos para desempenharem determinadas funções, semelhantes às dos softwares originais já encontrados no Sistema Operacional, como a limpeza de disco, realizada pelo utilitário de terceiros *CCleaner*. O Sistema Operacional não influencia na atividade ou programação desses programas.

(D)O Linux é um sistema operacional de código aberto, ou seja, seu código de programação está disponível para inclusões e alterações, ao contrário do Windows, que possui código fonte secreto.

(E)Os Sistemas Operacionais exigem requisitos de hardware para poderem funcionar adequadamente.

RESPOSTA: "A".

1122. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - Observe as seguintes afirmações referentes a bibliotecas no Windows 7:

I. Uma biblioteca reúne arquivos de diferentes locais e os exibe em uma única coleção, sem os mover de onde estão armazenados.

II. Quando não quiser mais monitorar uma pasta em uma biblioteca, você pode removê-la. Quando você remove uma pasta de uma biblioteca, a pasta e seu conteúdo não são excluídos do seu local original.

III. Os itens em uma biblioteca podem ser organizados de diferentes maneiras, usando o menu *Organizar por*, localizado no painel de bibliotecas (acima da lista de arquivos) de qualquer biblioteca aberta.

Quanto às afirmações feitas, pode-se deduzir que:

a) Apenas a I e a III são verdadeiras.

b) Nenhuma é verdadeira.

c) Apenas a I e a II são verdadeiras.

d) Todas são verdadeiras.

e) Apenas II e a III são verdadeiras.

As Bibliotecas – novo recurso do Windows 7 – tornam mais fácil localizar, trabalhar e organizar arquivos espalhados por seu PC ou pela rede. Uma biblioteca reúne suas coisas em um lugar – sem importar onde realmente elas estão armazenadas. O resultado? Você se torna mais produtivo.

Todas as alternativas são verdadeiras, segundo o site oficial do Microsoft Windows 7, que pode ser acessado a partir do link <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/Include-folders-in-a-library>.

RESPOSTA: "D".

1123. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - No Windows 7, se você selecionar uma mensagem de e-mail, um arquivo de texto ou uma imagem, poderá ver seu conteúdo sem abri-lo em um programa através do Painel de

- a) Visualização.
- b) Detalhes.
- c) Navegação.
- d) Ferramentas.
- e) Biblioteca.

O Painel de visualização do Windows 7 permite que você selecione o arquivo e veja uma miniatura dele, sem precisar abri-lo. Funciona para arquivos de vídeo, texto, imagens e outros. Para ativar essa função, abra o Explorador, selecione o arquivo ou pasta e clique em Organizar. No menu, clique em Paginação e em Painel de Visualização.

RESPOSTA: "A".

1124. (TRE - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2012) - No Windows Vista

a) uma janela maximizada só pode ter suas dimensões alteradas através do botão Restaurar, exibido no canto superior direito ou clicando duas vezes, rapidamente, na barra de título.

b) todas as janelas podem ser maximizadas e redimensionadas.

c) é possível alternar entre as duas últimas janelas ativas ou navegar através de todas as janelas abertas, usando conjuntamente as teclas Alt e Tab.

d) para fechar uma janela minimizada é necessário torná-la ativa, clicando no seu respectivo botão da barra de tarefas.

e) é possível, manualmente, organizar as janelas de várias maneiras na área de trabalho. Porém, podem ser organizadas automaticamente pelo Windows, apenas nas formas em cascata e lado a lado.

As teclas de atalho Alt+Tab exibem uma lista suspensa com os ícones dos programas abertos. Se deixarmos a tecla Alt pressionada e formos pressionando e soltando o Tab, os ícones serão selecionados um a um. Assim que soltarmos as duas teclas, o último ícone selecionado terá seu programa ou conteúdo visualizado na tela.



Opção acionada pelas teclas Alt+Tab

A figura acima mostra a opção das teclas Alt+Tab em ação. Essa combinação de teclas já executava essa função em outras versões do Windows, mas há uma novidade no Windows Vista: dá um preview da janela que você está prestes a mudar podendo reproduzir animações, e não apenas uma imagem parada.

RESPOSTA: "C".

1125. (TRE - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALISTA ENGENHARIA ELÉTRICA – FCC/2012) - Sobre sistemas operacionais é INCORRETO afirmar:

a) O sistema operacional é uma camada de *hardware* que separa as aplicações do *software* que elas acessam e fornece serviços que permitem que cada aplicação seja executada com segurança e efetividade.

b) Na maioria dos sistemas operacionais um usuário requisita ao computador que execute uma ação (por exemplo, imprimir um documento), e o sistema operacional gerencia o *software* e o *hardware* para produzir o resultado esperado.

c) Um usuário interage com o sistema operacional via uma ou mais aplicações de usuário e, muitas vezes, por meio de uma aplicação especial denominada *shell* ou interpretador de comandos.

d) Primordialmente, são gerenciadores de recursos – gerenciam *hardware* como processadores, memória, dispositivos de entrada/saída e dispositivos de comunicação.

e) O *software* que contém os componentes centrais do sistema operacional chama-se núcleo (*kernel*).

Sistema Operacional é um software específico que gerencia os demais softwares instalados no computador e o uso do hardware por esses programas. O Sistema Operacional é o primeiro programa a ser instalado. Antes dele, são executadas apenas rotinas presentes nos chips do próprio hardware.

Apenas após a instalação do Sistema Operacional podemos instalar outros programas como editores de texto, planilhas, navegadores de Internet e outros. O Sistema Operacional também permite a configuração do hardware para que ele seja usado na sua melhor qualidade e desempenho.

Os principais Sistemas Operacionais são o Windows e o Linux. O Windows é um sistema de código secreto e proprietário. É um software comercializável. Já o Linux é considerado um software de código fonte aberto. Suas linhas de programação podem ser acessadas, alteradas, salvas em outra versão, que pode ser então comercializada por um preço muito inferior ao do Windows.

RESPOSTA: "A".

1126 - (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - Em relação ao sistema operacional Windows,

a) pode-se colocar um atalho para qualquer programa, documentos ou impressora, desde que restrita aos limites da área de trabalho do Windows.

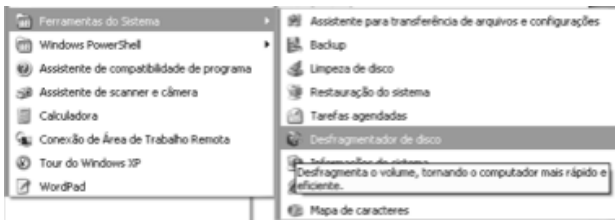
b) através da ferramenta Windows Explorer, modo de exibição do tipo Lista, mostra o nome, tamanho e a data de criação de cada arquivo.

c) o ScanDisk pode ser utilizado para procurar arquivos com vírus e reparaas áreas danificadas.

d) o desfragmentador de disco pode ser utilizado para reorganizar arquivos e espaços no disco rígido, a fim de que os programas sejam executados com maior rapidez.

e) a janela Painel de Controle permite indicar ao Windows que diferentes usuários podem personalizar suas configurações na área de trabalho.

Através da figura a seguir, veja a utilidade do desfragmentador de disco:



Caminho para chegar ao Desfragmentador de disco

Ele desfragmenta o volume, ou seja, reduz a fragmentação da unidade selecionada como, por exemplo, o HD, tornando-o mais rápido e eficiente.

O próprio Desfragmentador de disco informa-nos que é um utilitário do sistema para analisar volumes locais, além de localizar e consolidar arquivos e pastas fragmentados. Você também pode desfragmentar discos em uma linha de comando usando o comando defrag.

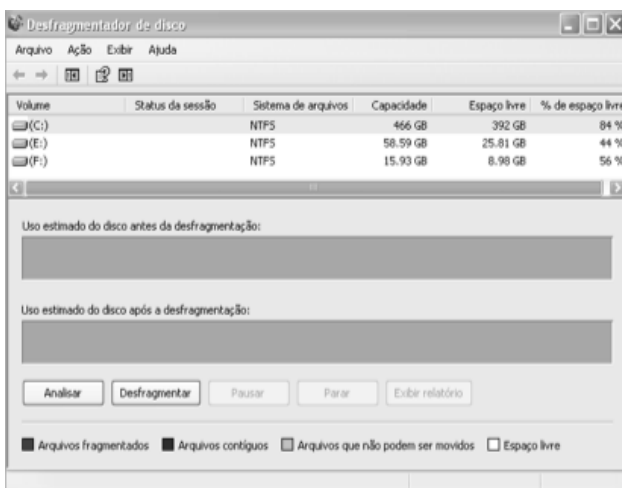


Imagem da tela do Desfragmentador de disco.

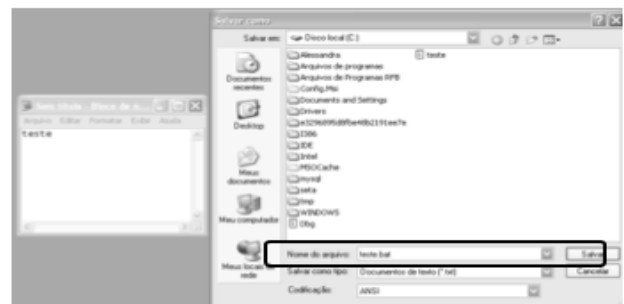
RESPOSTA: "D".

1127 - (PREFEITURA DE ANGICOS/RN - TÉCNICO MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR – ACAPLAM/2012) - No sistema operacional Windows, qual o comando que permite visualizar o conteúdo de um arquivo ".BAT" ?

- a) type
- b) cmd
- c) list
- d) into
- e) ipconfig

BAT é a extensão para arquivos que podem ser gerados em editores de texto simples como o Bloco de Notas do Windows, por exemplo, e automatizam as instruções nele contidas. Os arquivos salvos com essa extensão podem facilmente serem vírus de computador, causando problemas ao sistema.

Na figura a seguir, foi criado um texto no bloco de notas apenas com a palavra "teste". Quando esse arquivo foi salvo, a extensão especificada após o nome escolhido foi .bat. Se abrirmos o arquivo usando dois cliques sobre o seu ícone, ele executará o que está digitado. Como não há instrução, abrirá e fechará rapidamente a tela do prompt do Windows.



Salvando com o nome do arquivo com a extensão .bat

Bloco de notas com o texto digitado e imagem especificando o nome do arquivo com a extensão .bat.

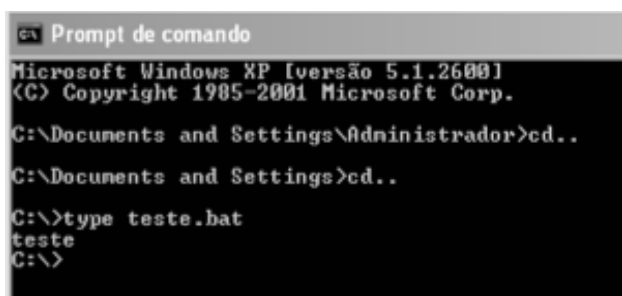


Exemplo do ícone salvo como teste.bat

Ícone após o texto ter sido salvo.

O comando que se usa para ler um arquivo e mostrá-lo na tela é o type.

Abra o prompt de comando e digite: typeteste.bat



Exemplo da tela com a execução do arquivo teste.bat

A palavra teste será mostrada na tela.

RESPOSTA: "A".

1128. (JUPEPE - ASSESSOR JURÍDICO – CONUPE/2012)- Suponha que uma unidade de disco de um computador onde foi instalado o sistema operacional Windows XP está com a sua capacidade esgotada e impede a instalação de novos aplicativos. Qual das seguintes ações, ao ser executada, é INCAPAZ de aumentar o espaço disponível na unidade de disco?

- Desfragmentar a unidade de disco.
- Reduzir o tamanho do arquivo de paginação.
- Remover componentes opcionais do Windows.
- Remover pontos de restauração do sistema antigo.
- Limpar a pasta de arquivos temporários da Internet.

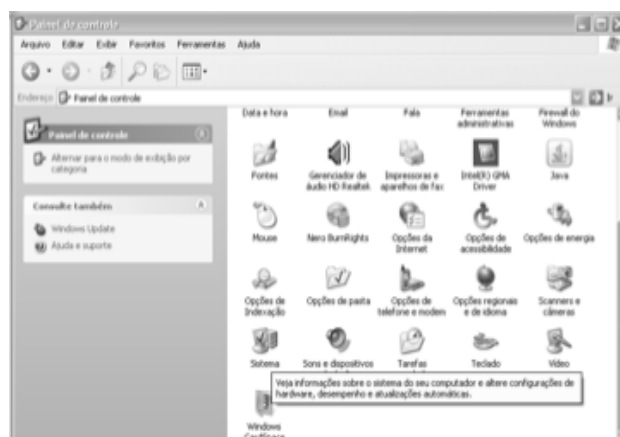
O Desfragmentador de disco organiza as informações no disco rígido, desfragmentando o volume, tornando o computador mais rápido e eficiente, mas não libera espaço em disco.

RESPOSTA: "A".

1129. (TJ/RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO SEM ESPECIALIDADE – FCC/2012)- No Microsoft Windows XP Profissional, para verificar a versão do Windows, os dados do processador e a quantidade de memória RAM do computador, clica-se com o botão direito do mouse na opção Meu Computador e seleciona-se a opção

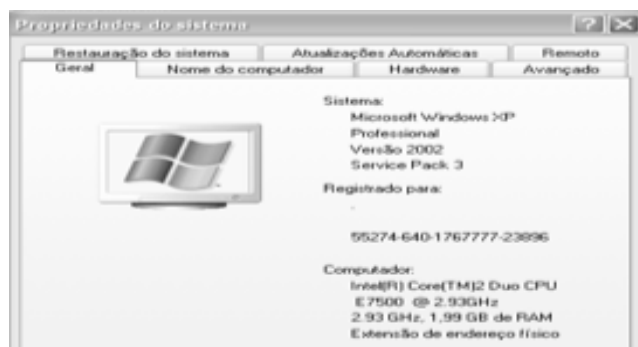
- Sistema.
- Pesquisar.
- Gerenciar.
- Propriedades.
- Explorar.

Para chegar ao local mencionado, clique no botão Iniciar, depois em Todos os Programas. Clique então em Meu computador, que fornece acesso às informações sobre unidades de disco, câmeras, scanners e outros dispositivos de hardware conectados ao computador. Na tela que será aberta, procure o ícone Painel de controle e, dentro dele, entre outros ícones, estará o ícone Sistema, como ilustra a figura a seguir:



Painel de controle, destacando o ícone Sistema

Clicando duas vezes sobre o ícone Sistema será possível visualizar a janela a seguir, que contém todas as informações descritas no enunciado.



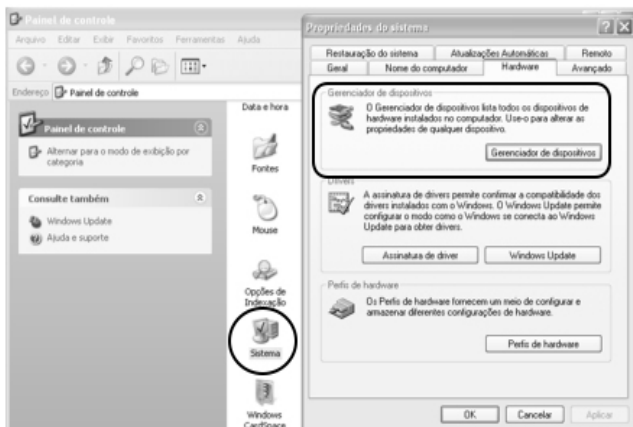
Tela Propriedades do sistema

RESPOSTA: "A".

1130. (FEPESE - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – UFFS/2012)- Com relação ao gerenciador de dispositivos, presente no sistema operacional Windows, é correto afirmar:

- é utilizado para instalar e/ou remover software aplicativo.
- foi descontinuado e não está mais presente na versão Windows 7.
- é utilizado para gerenciar os serviços do Windows, mas não os de terceiros.
- é utilizado para gerenciar drivers e software básico de periféricos e componentes.
- é utilizado para gerenciar os serviços do Windows e também de terceiros.

O Gerenciamento de dispositivos está no Painel de Controle, no ícone Sistema:



Detalhe do Gerenciador de dispositivos.

RESPOSTA: "D".

1131.(POLÍCIA FEDERAL - PERITO CRIMINAL FEDERAL - TI – CESPE/2013) -Julgue os itens a seguir, acerca do sistema operacional Windows.

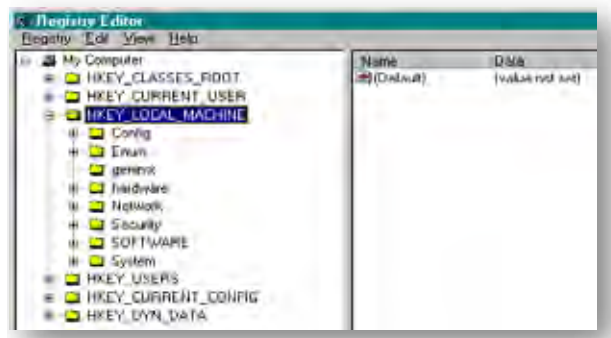
Registro do Windows é um banco de dados que contém informações sobre os programas instalados, configurações, perfis das contas de usuários e sobre o hardware do sistema.

- () Certo
() Errado

Segundo o site oficial da Microsoft, o sistema operacional Windows precisa manter o controle de informações sobre os usuários, hardware e software. No Windows 3.x, esta função foi realizada por arquivos especiais chamados de inicialização (INI). Arquivos.INI são arquivos de texto divididos em seções e palavras-chave. Seções são delimitadas por colchetes, e as palavras-chave são usadas para definir os valores dentro de cada seção.

Uma vez que o programa tinha sido configurado corretamente, o nome do último usuário e todas as opções especificadas pelo usuário podiam ser armazenadas no arquivo.INI e eram restauradas pelo sistema.

Para as versões do Windows que vieram após o 3.x, a Microsoft desenvolveu o Windows Registry 95. O registro é um banco de dados unificado para o sistema e pode ser comparado a arquivos.INI. Por exemplo, as seções entre colchetes no INI são semelhantes a chaves de Registro, e as palavras-chave são semelhantes aos valores de Registro. O Registro contém informações que vão desde o nome do último usuário aos componentes ActiveX disponíveis em seu computador.



Registro do Windows

RESPOSTA: "CERTO".

1132. (BHTRANS - PEDAGOGO - GESTÃO DE CONCURSOS/2013) -Qual das operações do Windows remove um arquivo indesejado?

- a) Criar.
b) Copiar.
c) Renomear.
d) Excluir

A operação "Excluir" pode ser utilizada de várias formas. Algumas delas são:

- Clicar uma vez sobre o arquivo para realizar sua seleção e pressionar a tecla "Delete" ou "Del".
- Clicar sobre o arquivo com o botão direito do mouse e depois com o esquerdo em "Excluir", como mostra a figura a seguir.



Excluir arquivos

- Clicar uma vez com o botão esquerdo do mouse sobre o arquivo e depois no Menu Arquivo – Excluir.

RESPOSTA: "D".

1133. (TJ/PB - JUIZ LEIGO – CESPE/2013) -Com relação ao ambiente Windows XP, assinale a opção correta.

a) No Windows XP, as opções de backup de dados incluem os tipos diferencial e incremental. No primeiro, são gravadas apenas as diferenças entre o último backup normal e o que está sendo feito atualmente; no segundo, não é necessário que seja feito o backup normal, pois, entre os dados do backup incremental incluem-se todos os backups diferenciais feitos anteriormente.

b) No Windows XP, áreas de trabalho, como discos locais, impressoras e pastas de arquivos, podem ser compartilhadas para serem acessadas por outros usuários e sistemas, por meio da opção Meus Locais de Rede.

c) O mapeamento de recursos ou unidades de rede do Windows XP permite que se obtenha a configuração dos parâmetros de acesso à rede, como, por exemplo, configuração de segurança e permissões de usuários.

d) O Windows XP opera, por padrão, com sistemas de arquivo dos tipos NTFS e FAT, mas, por questão de segurança avançada do sistema, não permite a partição ou formatação do disco rígido.

e) Arquivos enviados para a Lixeira do Windows XP são analisados pelo antivírus nativo do sistema, antes de serem armazenados temporariamente ou descartados.

A opção Meus locais de Rede pode ser acessada através do botão Iniciar, conforme demonstrado a seguir:



Meus locais de rede

Esta opção fornece informações sobre pastas e arquivos em outros computadores.

É possível adicionar um local de rede, ou seja, configurar um acesso a uma pasta de outro computador, por exemplo; exibir conexões de rede configuradas em um computador; configurar uma rede sem fio doméstica ou para pequena empresa; pesquisar o Active Directory e mostrar ícones de dispositivos UPnP em rede.

RESPOSTA: "B".

1134. (PM/DF - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR - COMBATENTE – FUNIVERSA/2013) - O aplicativo Windows Explorer permite, entre outras coisas, localizar e executar programas instalados no computador. Assinale a alternativa que apresenta o local (caminho) por meio do qual pode ser encontrado o aplicativo Windows Explorer no Windows XP em português.

- a) Iniciar / Painel de controle / Aplicativos
- b) Meu computador / Disco local (C:) / Aplicativos
- c) Iniciar / Todos os programas / Acessórios
- d) Meu computador / Arquivos de programas
- e) Iniciar / Executar / Aplicativos

O caminho indicado refere-se ao acessado pelo botão Iniciar, conforme a figura a seguir:



Caminho Windows Explorer

Também é possível acessá-lo pela tecla do Windows+E.

RESPOSTA: "C".

1135. (SERPRO - TÉCNICO - PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CESPE/2013) -Com referência à administração de sistemas operacionais, julgue os itens a seguir.

O MS-Windows, família popular e comercial de sistemas operacionais, criado pela Microsoft para computadores pessoais, sendo a versão mais recente o Windows 7.

- () Certo
- () Errado

Considerando que o ano de referência da questão é 2013, concluímos que está errada, pois estão disponíveis neste ano outras versões como o Windows 8.

RESPOSTA: "ERRADO".

1136. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - ANÁLISE DE SISTEMAS- CESPE/2013) -Acerca do ambiente Microsoft Windows 7, assinale a opção correta.

a) O Windows Defender é automaticamente executado quando o Windows 7 é ativado. Esse utilitário, que funciona como um firewall e também como um antivírus integrado, permite tanto limitar acessos indevidos de usuários à máquina do usuário quanto proteger o computador contra vírus e outros possíveis programas indesejados.

b) No Windows 7, a central de certificados lista mensagens importantes sobre configurações de segurança e manutenção que precisam da intervenção do usuário como, por exemplo, controles de programas antivírus, atualizações do sistema operacional e programas antimalware.

c) O gerenciador de dispositivos do Windows 7 permite fechar programas, processos e serviços que estejam sendo executados no computador. Ele permite também monitorar o desempenho de determinado dispositivo do computador.

d) O gerenciador de credenciais do Windows 7 permite armazenar credenciais como nomes de usuário e senhas que podem ser utilizados para efetuar login, automaticamente, em sites ou em outros computadores da rede. Essas credenciais são salvas, no computador do usuário, em pastas especiais denominadas cofres.

e) No Windows 7, o utilitário MS BitLocker permite indexar o conteúdo de pastas para realizar pesquisas mais rápidas no computador, a partir da criação de índices que são atualizados sempre que houver modificações no conteúdo ou localização dos arquivos.

Segundo o site oficial da Microsoft, o Gerenciador de Credenciais permite armazenar credenciais, como nomes de usuário e senhas que você utilizar para fazer login em sites ou em outros computadores da rede. Com o armazenamento de credenciais, o Windows pode fazer login automaticamente em sites ou outros computadores. As credenciais são salvas em pastas especiais no seu computador denominadas **cofres**. O Windows e programas (como navegadores da web) podem fornecer com segurança as credenciais nos cofres para outros computadores e sites. Para obter mais informações sobre como salvar credenciais em um cofre:

Credenciais são essenciais para a segurança de rede. Quando você se conecta a um computador remoto usando a Conexão de Área de Trabalho Remota, o sistema solicita que forneça antes suas credenciais. Em alguns casos, você pode salvá-las para que não precise fornecê-las toda vez que se conectar a um determinado computador remoto. É possível alterar ou excluir credenciais salvas (se necessário) ou usar credenciais completamente diferentes.

Salvando credenciais

É possível inserir o nome do computador e as informações de credenciais em um único local, a fim de facilitar o gerenciamento das conexões remotas.

Para salvar suas credenciais, siga estas etapas:

1. Para abrir Conexão de Área de Trabalho Remota, clique no botão **Iniciar**. Na caixa de pesquisa, digite **Conexão de Área de Trabalho Remota** e, na lista de resultados, clique em **Conexão de Área de Trabalho Remota**.

2. Na caixa **Computador**, digite o nome do computador remoto ao qual deseja se conectar, clique em **Opções**, marque a caixa de seleção **Permitir que eu salve credenciais** e clique em **Conectar**.

Será solicitado que você forneça suas credenciais, e a caixa de seleção **Lembrar minhas credenciais** será marcada automaticamente. Na próxima vez em que você se conectar àquele computador remoto, suas credenciais salvas serão usadas automaticamente. Para editar ou excluir credenciais salvas, clique em **editar** ou **excluir**.

RESPOSTA: "D".

1137. (CTA - TÉCNICO EM INFORMÁTICA- VUNESP/2013)-No sistema operacional Windows Vista, deseja-se descobrir o autor de um arquivo. Um recurso do Windows que pode ser utilizado para essa finalidade é denominado:

- a) Autoria
- b) Descritor
- c) Diretório
- d) Informações
- e) Propriedades.

Segundo o site oficial da Microsoft, propriedades são partes descritivas de informações que o ajudam a encontrar e organizar arquivos. As propriedades não estão incluídas no conteúdo real de um arquivo. Na verdade, elas fornecem informações sobre os arquivos. Além de marcas, propriedades personalizadas que podem conter qualquer texto que você escolher, seus arquivos incluem várias outras propriedades, incluindo Data de Modificação, Autor e Classificação.

As propriedades do arquivo são informações sobre um arquivo, como autor, a data que fez a última alteração no arquivo e quaisquer marcas descritivas que você tenha adicionado ao arquivo.

Para exibir as propriedades mais comuns

Você pode exibir as propriedades mais comuns associadas a um arquivo no painel Detalhes.

1. Abra a pasta que contém o arquivo cujas propriedades você deseja exibir.

2. Clique no arquivo para exibir suas propriedades no painel Detalhes na parte inferior da janela da pasta.

RESPOSTA: "E".

1138. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - ANÁLISE DE SISTEMAS – CESPE/2013) - A respeito do sistema operacional Windows 7, assinale a opção correta.

a) A **Prevenção de Execução de Dados (DEP)** é um recurso de segurança, um firewall interno, voltado para a proteção de programas e aplicativos de sistemas. Tal diretiva de segurança, quando ativada, evita, por exemplo, que os arquivos da pasta System ou System32 sejam acessados remotamente e alterados, danificando, assim, recursos essenciais do Windows.

b) No firewall do Windows 7, é possível configurar como será o tratamento de respostas unicast para as mensagens de saída de difusão ou multicast, sendo possível, também, bloquear as respostas unicast enviadas por outros computadores.

c) A configuração do Windows 7 não permite que usuários façam login sem antes pressionar CTRL+ALT+Delete. Isso ocorre por questão de segurança, pois evita que um invasor instale um programa cavalo de troia que se faça passar por uma caixa de diálogo de login padrão do Windows, para capturar a senha do usuário.

d) O Windows Defender agrega todos os recursos e funcionalidades de um programa antivírus, com a vantagem de ser nativo do sistema operacional, o que o permite monitorar, em tempo real ou por demanda, todos os softwares suspeitos a partir da Central de Ações do Windows 7 Professional.

e) A partir de um ponto de restauração do sistema, é possível verificar quais arquivos serão removidos ou adicionados quando o computador de um usuário for restaurado, uma vez que esse ponto representa um estado armazenado dos arquivos do sistema do computador. Para cada conta ou usuário, é possível criar apenas um ponto de restauração.

Vamos entender o que é:

Firewall

Segundo informações do site oficial da Microsoft, é um software ou um hardware que verifica informações provenientes da Internet ou de uma rede e as bloqueia ou permite que elas cheguem ao seu computador, dependendo das configurações do firewall.

Um firewall pode ajudar a impedir que hackers ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso ao seu computador através de uma rede ou da Internet. Um firewall também pode ajudar a impedir o computador de enviar software mal-intencionado para outros computadores.

1. Unicast

Unicast é uma ligação de um para um - entre o cliente e o servidor. Unicast utiliza métodos de entrega IP, tais como serviços de informação Internet (TCP, Transmission Control Protocol) e protocolo de datagrama de utilizador (UDP), que consistem em protocolos baseados na sessão.

Multicast

Multicast é uma verdadeira difusão. A origem de multicast depende de routers de capacidade multicast para reencaminhar os pacotes para todas as sub-redes do cliente tem clientes à escuta.

Várias opções que podem ser configuradas para cada perfil:

- Estado Firewall: (Set on / off do firewall do Windows).
- Conexões de entrada: (bloco, bloquear todas as conexões, ou permitir)
- Conexões de saída: (permitir ou bloquear).
- Exibir notificações: (sim ou não, se deve ou não notificar quando um programa é bloqueado).
- Permitir resposta unicast: (sim ou não, para multicast ou broadcast traffic)
- Aplicar regras de firewall locais: (sim ou não, criado pelo administrador local, além de regras de firewall de Diretiva de Grupo).
- Permitir regras de segurança de conexão locais: (sim ou não, criado por administradores locais, além de regras de segurança de conexão de Diretiva de Grupo).

RESPOSTA: "B".

1139. (MPE/AC - ANALISTA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FMP-RS/2013) -Com relação ao Firewall do Windows assinale a alternativa correta.

a) O Firewall do Windows executa as mesmas tarefas de um antivírus, sendo equivalente a este, porém já vem embutido no Windows.

b) O Firewall do Windows, entre outras funções, protege as portas e janelas contra a invasão de intrusos e deve trabalhar junto com um programa antivírus para adequada proteção.

c) O Firewall do Windows, entre outras funções, protege as portas e janelas contra a invasão de intrusos e não necessita trabalhar junto com um programa antivírus para adequada proteção.

d) O Firewall do Windows difere de um antivírus porque, enquanto o primeiro protege contra qualquer vírus que se instale no computador, o segundo protege as portas e janelas contra invasão de intrusos.

e) O Firewall do Windows pode ser dispensado se for usado o Windows Defender (também chamado de Windows Spyware em algumas versões).

O Firewall é um software ou hardware que faz defesas quanto às tentativas de acesso externo ao computador, tanto pela Internet quanto por máquinas de uma rede. Por esse motivo, dizemos que ele protege as portas e janelas, que seriam os possíveis caminhos de entrada e saída do computador. Um programa antivírus funciona como um centro de vacinas. Nele são encontrados códigos especiais que reparam danos causados por vírus de computador, removem-nos ou os colocam em quarentena. Como o firewall e o antivírus têm objetivos de proteção, mas com funcionalidades distintas, ambos são necessários para a proteção do computador.

RESPOSTA: "B".

1140. (PC/SP - INVESTIGADOR POLICIAL – VUNESP/2013) - A área de transferência do MS-Windows 7, na sua configuração padrão,

- a) consegue armazenar arquivos inteiros, mas não pastas.
- b) trabalha com um bloco de informações por vez, ou seja, o conteúdo anterior será sempre substituído pelo novo conteúdo.
- c) é visualizada após a execução do comando cli-brd.exe.
- d) consegue armazenar apenas pastas que não contêm subpastas.
- e) armazena qualquer tipo de informação, exceto som; exemplos: arquivos com extensão MP3.

Quando copiamos ou recortamos um conteúdo no Windows, seja ele pasta ou arquivo, este é levado para a área de transferência, que consiste em espaços na memória do computador, usados para esta finalidade em determinado momento. Conforme os conteúdos vão sendo usados, a área da memória que alocava o conteúdo é reutilizada. Dessa forma, o que estava anteriormente na área de transferência é substituído pelo novo conteúdo copiado ou recortado pelo usuário.

RESPOSTA: "B".

1141. (CODATA - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO - FINANÇAS FUNCAB/2013) - Sobre a cópia de arquivos no Windows Explorer, é correto afirmar:

- a) Ao copiar um arquivo, a cópia é salva na pasta Cópias, proprietária do ambiente Windows.
- b) A cópia de arquivos somente pode ser feita para a mesma unidade de armazenamento.
- c) O processo de cópia no disco é diferente do processo de cópia num local de rede.
- d) Se algum programa estiver com um arquivo aberto, esse arquivo não poderá ser copiado.
- e) Mais de um arquivo pode ser copiado por vez.

Se estivermos no Windows Explorer, com os recursos das teclas de função CTRL ou SHIFT, ou pressionando o botão esquerdo do mouse e arrastando para selecionar os arquivos, podemos, respectivamente, selecionar vários arquivos e executar os comandos de cópia ou recorte.

RESPOSTA: "E".

1142. (MPE/CE - ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO - FCC/2013) - Sobre manipulação de arquivos no Windows 7 em português, é correto afirmar que,

- a) para mostrar tipos diferentes de informações sobre cada arquivo de uma janela, basta clicar no botão Classificar na barra de ferramentas da janela e escolher o modo de exibição desejado.
- b) quando você exclui um arquivo do disco rígido, ele é apagado permanentemente e não pode ser posteriormente recuperado caso tenha sido excluído por engano.

c) para excluir um arquivo de um pendrive, basta clicar com o botão direito do mouse sobre ele e selecionar a opção Enviar para a lixeira.

d) se um arquivo for arrastado entre duas pastas que estão no mesmo disco rígido, ele será compartilhado entre todos os usuários que possuem acesso a essas pastas.

e) se um arquivo for arrastado de uma pasta do disco rígido para uma mídia removível, como um pendrive, ele será copiado.

Para arrastar um arquivo é necessário clicar uma vez sobre ele com o botão esquerdo do mouse e, com este botão pressionado, mover o mouse até a indicação do local desejado.

Quando este procedimento é realizado em um arquivo no mesmo disco, ele é recortado para a pasta de origem, ou seja, é removido do local onde estava e movido para o novo local.

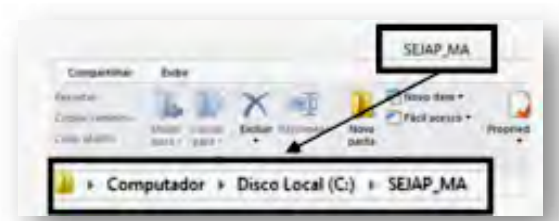
Quando o mesmo procedimento é realizado em discos ou unidades de armazenamento distintas, será realizada uma cópia e o arquivo original será mantido.

RESPOSTA: "E".

1143. (SEGE/MA - AGENTE PENITENCIÁRIO – FGV/2013) - Ao usar o Windows Explorer como ambiente gráfico nos sistemas operacionais Windows XP BR, um agente penitenciário acessou a pasta C:SEJAP_MA e executou o atalho de teclado Ctrl + A, com a finalidade de

- a) Classificar em ordem alfabética todos os arquivos armazenados na pasta C:SEJAP_MA.
- b) Mover os arquivos armazenados na pasta C:SEJAP_MA.
- c) Transferir os arquivos armazenados na pasta C:SEJAP_MA para a Lixeira.
- d) Selecionar todos os arquivos armazenados na pasta C:SEJAP_MA.
- e) Deletar todos os arquivos armazenados na pasta C:SEJAP_MA.

O enunciado diz que existe uma pasta chamada SEJAP_MA, presente na unidade C, como demonstrado na figura a seguir. Veja que o caminho proposto é mostrado na barra de endereço do Windows Explorer.



Caminho da pasta

Teclas de atalho consistem no acionamento de teclas que, juntas, realizam uma função ou comando que seria executado pelo mouse.

As teclas de atalho CTRL+A selecionam todos os arquivos e pastas presentes dentro de uma determinada pasta.

RESPOSTA: "D".

1144. (TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) - O Mozilla, que é um software nativo do Linux, não pode ser executado no ambiente Windows.

- () Certo
() Errado

O Mozilla é um browser, ou seja, um software aplicativo para navegação na Internet. Seria considerado nativo se já fosse instalado junto com o Sistema Operacional. No entanto, esse aplicativo pode ser baixado pela Internet e instalado não só no Linux, mas também no Windows, após a instalação do Sistema Operacional. Por este motivo ele não é considerado nativo.

RESPOSTA: "ERRADO".

1145. (CODEMIG - AGENTE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – FUNDEP/2013) - O aplicativo do Windows 7 considerado uma boa alternativa para um usuário sem um processador de textos instalado é:

- a) a calculadora.
b) o editor de Caracteres Particulares.
c) o winText.
d) o wordPad.

WordPad é o nome do programa editor de textos nativo do Windows. Esse editor de textos já é instalado, na instalação padrão, junto com o Windows. Quanto mais recente a versão desse Sistema Operacional, mais recursos estarão presentes no WordPad, onde é possível criar e editar arquivos de textos, realizando várias tarefas e formatações.

RESPOSTA: "D".

1146. (PC/BA - DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE/2013) - Os sistemas Windows e Linux se assemelham na possibilidade de uso de interface de linha de comandos: o comando dir, no Windows, pode produzir listagem de arquivos em pasta ou diretório, assim como o comando ls, no Linux.

- () Certo
() Errado

Ambos os Sistemas Operacionais possuem suas interfaces gráficas ativas em diversas versões, mas os comandos via teclado ainda são possíveis e utilizados no modo texto. A questão está correta, pois o comando dir e o ls realizam a mesma função nos seus respectivos SOs.

RESPOSTA: "CERTO".

1147. (COREN/MA - AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO – IDECAN/2013) - No Sistema Operacional Windows, uma das grandes facilidades apresentadas são os atalhos, que auxiliam diversos aplicativos. Ao acionar as teclas Windows + E, qual o aplicativo será aberto?

- a) Outlook Express
b) Internet Explorer
c) Windows Explorer
d) Meus Documentos
e) Meus Locais de Rede

As teclas de atalho são junções de teclas ou teclas específicas que, quando pressionadas, executam comandos que substituem os cliques do mouse. Por exemplo, no Windows 7, para abrir o Windows Explorer, o caminho seria:

- Clicar no botão iniciar
- Clicar em Todos os Programas
- Clicar em Acessórios
- Clicar em Windows Explorer

Outro caminho seria clicar no seu ícone, que fica na Barra de Tarefas.

Usando as teclas de atalho, o Windows Explorer pode ser facilmente aberto pressionando a tecla Windows+E.

RESPOSTA: "C".

1148. (INSS - ANALISTA - TERAPIA OCUPACIONAL – FUNRIO/2013) - No gerenciador de arquivos Windows Explorer do sistema operacional Windows 7, versão em português brasileiro, com sua configuração padrão, quais atributos de arquivos da Pasta Documentos são mostrados, com a opção do menu Exibir selecionado como Detalhes?

- a) Nome – Extensão do Arquivo – Versão – Tamanho
b) Ícone – Autor – Data de criação – Tamanho
c) Nome – Data de Modificação – Tipo – Tamanho
d) Ícone – Nome – Extensão do Arquivo – Tamanho
e) Nome – Autor – Data de Modificação – Tamanho

O enunciado diz respeito às formas de organização na exibição dos arquivos no Windows Explorer, que podem ser Ícones Extra Grandes, Ícones Grandes, Ícones Médios, Ícones Pequenos, Lista, Detalhes, Lado a Lado e Conteúdo, conforme mostra a figura a seguir:



Organizar ícones

No modo de exibição Detalhe, que é o solicitado na questão, a exibição mostraria o arquivo com as seguintes propriedades: nome, data de modificação, tipo e tamanho, conforme segue:



Modo de Exibição Detalhe

RESPOSTA: "C".

1149. (TRE/MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE – CESPE/2013) - Com relação ao sistema operacional Windows e à figura a seguir, que mostra uma janela padrão do Windows, assinale a opção correta.



- É possível selecionar simultaneamente os dois ícones contidos na pasta Arquivos, aplicando-se um clique com o botão direito no ícone Lista de Compras ou no ícone Tabelas
- Ao se aplicar um clique duplo no ícone, o arquivo associado a esse ícone  Tabelas será aberto.
- O arquivo denominado tem um tamanho superior a 10 milhões de bytes.
- Ao se aplicar um clique simples sobre o ícone Tabela será aberto o arquivo denominado tabela, associado a esse ícone.
- Ao se clicar o botão  os dois ícones contidos na janela serão selecionados, e, ao se pressionar a tecla Delete no teclado, os dois arquivos associados a esses ícones serão movidos para a lixeira.

Os ícones Lista de Compras e Tabela representam arquivos gravados dentro da pasta Arquivos. Na configuração padrão do Windows, para que qualquer arquivo seja aberto, basta clicar sobre ele duas vezes com o botão esquerdo do mouse.

RESPOSTA: "B".

1150. (AL/MA - ASSISTENTE LEGISLATIVO - AGENTE LEGISLATIVO – FGV/2013) - No Windows Explorer/Windows XP, pressionar o ícone  por meio do ponteiro do mouse, resulta no fechamento de janela. Essa ação também pode ser executada por meio do seguinte atalho de teclado:

- a) Alt + F3.
- b) Alt + F4.
- c) Alt + F5.
- d) Alt + F6.
- e) Alt + F7.

As teclas de atalho são junções de teclas que executam uma determinada função, substituindo os cliques do mouse. Em várias versões do Windows, para se fechar uma janela através das teclas de atalho, podemos usar Alt+F4.

RESPOSTA: "B".

1151.(CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS – CESPE/2013) - No ambiente Windows, a ferramenta Windows Explorer é utilizada para navegação no sistema de arquivos. No Linux, essa função é exercida pela ferramenta Nautilus. A diferença entre elas é que, ao contrário do Windows Explorer, o Nautilus não possui recurso que permite alternar para o modo navegador.

- () Certo
() Errado

Ambas as ferramentas, Windows Explorer e Nautilus, possibilitam as mesmas funções descritas na questão.

RESPOSTA: "ERRADO".

1152. (SERPRO - ANALISTA - SUPORTE TÉCNICO – CESPE/2013) - Acerca do sistema operacional MS-Windows, julgue os itens a seguir.

- O DeviceStage, um recurso criado a partir do Windows Vista, mostra somente o status dos dispositivos, não permitindo sincronizar dados e mídias entre o Windows e um aparelho de telefonesmartphone, por exemplo.

- () Certo
() Errado

Segundo o site oficial da Microsoft, pense no DeviceStage como uma home page para o seu hardware: Quando você conecta algo ao seu PC, você verá um menu com as principais tarefas para o tipo de dispositivo. Um multifuncional, por exemplo, mostrará opções para imprimir e digitalizar. Nas versões anteriores do Windows, eles frequentemente ficavam em menus separados.

Ele facilita o trabalho com impressoras, câmeras, telefones celulares, players de música e outros dispositivos.

RESPOSTA: "ERRADO".

1153. (TRT 17ª REGIÃO (ES) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - CESPE/2013) - Julgue os próximos itens, relativos a redes de computadores e segurança da informação.

Consta, na maioria das versões do sistema operacional Windows, uma ferramenta para realização de backup do sistema.

- () Certo
() Errado

Backups são cópias de segurança realizados para manter uma "segunda via" dos arquivos importantes para nosso uso.

Várias versões do Windows apresentam assistentes de backup, que auxiliam o usuário a realizar corretamente essa cópia e restaurá-la depois.

Por exemplo, para fazer backup dos arquivos no Windows 7:

1. Para abrir Backup e Restauração, clique no botão Iniciar,  em Painel de Controle, em Sistema e Manutenção e em Backup e Restauração.

2. Siga um destes procedimentos:

- Se você nunca usou o Backup do Windows, clique em Configurar backup e depois siga as etapas no assistente.  Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

- Se você já criou um backup antes, pode aguardar o backup agendado regularmente ou criar um novo backup manualmente, clicando em Fazer backup agora.  Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

RESPOSTA: "CERTO".

1154. (DPE/SC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FEPESE/2013) -São todos itens do Gerenciamento do computador (Botão direito sobre Computador; Gerenciar) do Windows 7 Profissional em português:

a) Sistema; Gerenciador de dispositivos; Gerenciamento de disco.

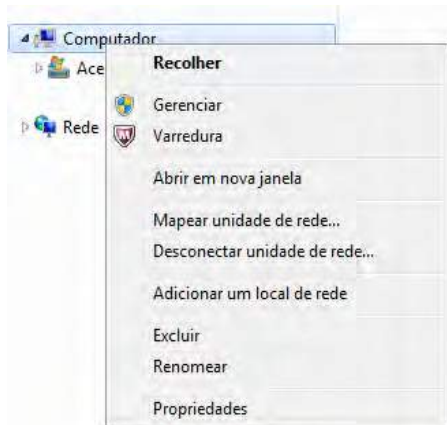
b) Desempenho; Dispositivos e impressoras; Firewall do Windows.

c) Usuários e grupos locais; Opções da Internet; Opções de energia.

d) Pastas compartilhadas; Serviços; Visualizador de eventos.

e) Agendador de tarefas; Aplicativos; Dispositivos e impressoras.

Estando no Windows Explorer, quando clicamos com o botão direito do mouse sobre o ícone Computador temos, entre outras opções, o item Gerenciar.



Acessando este item, abre-se uma janela com diversas opções. Entre elas, encontramos Pastas compartilhadas; Serviços; Visualizador de eventos, como mostra a figura a seguir:



Gerenciamento do computador

RESPOSTA: "D".

1155. (COBRA TECNOLOGIA S-A (BB) - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPP/2013) - No Windows XP para monitorar o desempenho do computador ou fechar um programa que não está respondendo, devemos acessar o:

a) Windows Update.

b) Desfragmentador de Disco.

c) Painel de Controle.

d) Gerenciador de Tarefas.

Segundo o site oficial da Microsoft, o Gerenciador de Tarefas mostra a você os programas, os processos e os serviços que estão sendo executados no computador. Você pode usá-lo para monitorar o desempenho do computador ou para fechar um programa que não está respondendo.

Para abrir o Gerenciador de Tarefas, clique com o botão direito do mouse na barra de tarefas e clique em Iniciar Gerenciador de Tarefas.

RESPOSTA: "D".

1156. (TRT 17ª REGIÃO (ES) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO– CESPE/2013) - Acerca do sistema operacional Windows 7 Professional, julgue os itens que se seguem.

O FAT64bits é o tipo de sistema de arquivos que o Windows 7 Professional adota por padrão.

() Certo

() Errado

Segundo o site oficial da Microsoft, um sistema de arquivos é a estrutura usada pelo computador para organizar dados em um disco rígido. Se você está instalando um novo disco rígido, é necessário particionar e formatar esse disco usando um sistema de arquivos antes de começar a

armazenar dados ou programas. No Windows, as três opções de sistemas de arquivos disponíveis são NTFS, FAT32 e o antigo e raramente usado FAT (também conhecido como FAT16).

RESPOSTA: "ERRADO".

1157. (CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS-CESPE/2013) - A respeito de organização e de gerenciamento de informações, arquivos e pastas e programas nos sistemas operacionais Windows Linux, julgue os itens a seguir.

No sistema operacional Windows, é necessário instalar software específico para a execução de backup.

- () Certo
() Errado

As ferramentas de backup estão presentes na maior parte das versões do Sistema Operacional Windows. Um backup é uma cópia de segurança de arquivos que o usuário julga importantes para mantê-los a salvo, caso haja algum problema que impeça o uso dos arquivos de origem.

Para realizar o backup de arquivos pelo Windows 7, por exemplo, podemos:

1. Clicar no botão Iniciar,  em Painel de Controle, em Sistema e Manutenção e em Backup e Restauração.

2. Siga um destes procedimentos:

- Se você nunca usou o Backup do Windows, clique em Configurar backup e depois siga as etapas no assistente.  Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

- Se você já criou um backup antes, pode aguardar o backup agendado regularmente ou criar um novo backup manualmente, clicando em Fazer backup agora.  Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

RESPOSTA: "ERRADO".

1158. (IPEM/RO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - FUNCAB/2013) - No sistema operacional Windows, o erro de falha geral de proteção (GPS) foi solucionado por meio do(a):

- a) gerência da área de memória superior.
b) uso do sistema de arquivos FAT16.
c) multitarefa cooperativa.
d) gerência da área de memória convencional.
e) multitarefa preemptiva.

Um erro de falha geral de proteção também é conhecido como as mensagens de erro fatal que ocorriam frequentemente em determinadas versões do Windows. Esses erros geralmente estavam associados a problemas no procedimento de alocação de memória. Quando um programa, inclusive o Sistema Operacional, está em execução, ele

precisa ocupar espaços na memória que são endereçados a ele. Quando um outro programa ocupa esse espaço podem ocorrer erros que ocasionam diversos problemas como impossibilidade de continuar executando o programa ou perda de dados. A multitarefa preemptiva isola a área da memória ocupada pelos programas dando maior estabilidade ao sistema.

RESPOSTA: "E".

1159. (BHTRANS - PEDAGOGO - GESTÃO DE CONCURSOS/2013) - Qual a opção do painel de controle do Windows 7 que se deve escolher para remover um software aplicativo?

- a) Gerenciador de aplicativos.
b) Programas e recursos.
c) Programas do usuário.
d) Windows Update.

Para que um programa seja removido corretamente do Windows é aconselhável usar o recurso "Programas e recursos". Para fazer isso você deve seguir estes passos:

1. Clique no Iniciar botão para abrir o Menu Iniciar. O botão Iniciar parecido com este: 

2. Quando o Menu Iniciar abrir, clique no Controlar Painel opção de menu.

3. Quando a janela do Painel de Controle abrir, clique no Desinstalar um programa.

Esse procedimento removerá o programa de todos os caminhos para o qual ele foi enviado durante a instalação como: Menu Iniciar, Área de Trabalho, Registro do Windows.

RESPOSTA: "B".

1160. (AL/MA - ASSISTENTE LEGISLATIVO - AGENTE LEGISLATIVO - FGV/2013) - O ícone  no Word 2010 BR para Windows tem por objetivo

- a) inserir um símbolo especial no texto digitado.
b) formatar nota de rodapé.
c) salvar o texto digitado.
d) sublinhar o texto selecionado.
e) aplicar sombreamento a um parágrafo ou texto.

Este ícone é encontrado na Guia Início, Grupo Fonte e representa o comando para sublinhar o texto selecionado, que também pode ser acionado pelas teclas de atalho Ctrl+S.

RESPOSTA: "E".

1161. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) - A respeito da organização de arquivos e pastas, julgue os itens subsequentes.

Por padrão, a lixeira do Windows 7 ocupa uma área correspondente a 10% do espaço em disco rígido do computador.

- () Certo
() Errado

Para verificar o espaço reservado para a Lixeira, clique sobre ela com o botão direito do mouse e depois em Propriedade. Nesta janela é possível ver e alterar o tamanho desse espaço. No Windows 7 esse tamanho depende da capacidade do HD. A porcentagem de 10% é de ocupação do HD onde o Windows está instalado e não do computador todo. Se o computador possuir mais de um HD, a lixeira não ocupará espaço no HD secundário, apenas no primário.

RESPOSTA: "ERRADO".

1162. (CRA/SC – ADVOGADO – IESES/2013) - Aprimorado para o sistema operacional Microsoft Windows 7 e disponível nas edições Ultimate e Enterprise, esse recurso protege tudo, de documentos a senhas, criptografando toda a unidade na qual o Windows e seus dados estão. Quando o recurso é ativado, qualquer arquivo salvo na unidade é criptografado automaticamente. Assinale a única alternativa que corresponde a esse recurso do Windows 7:

- a) System Recovery.
- b) Secure Startup.
- c) Bitlocker.
- d) Cloud Computing.

Segundo o site oficial da Microsoft, aprimorado para o Windows 7 e disponível nas edições Ultimate e Enterprise, o BitLocker protege tudo, de documentos a senhas, criptografando toda a unidade na qual o Windows e seus dados estão. Quando o BitLocker é ativado, qualquer arquivo salvo na unidade é criptografado automaticamente.

BitLocker To Go – um novo recurso do Windows 7 – permite o bloqueio de dispositivos de armazenamento portátil facilmente deixados em lugares errados, como unidades flash USB e discos rígidos externos.

RESPOSTA: "C".

1163. (SERPRO - ANALISTA - SUPORTE TÉCNICO – CESPE/2013) -Acerca do sistema operacional MS-Windows, julgue os itens a seguir.

Se os clientes que utilizavam o Windows XP e o Internet Explorer 6 para acessar o website interno de determinada empresa criado há alguns anos, passarem a utilizar o sistema Windows 7, então a ferramenta mais adequada para verificar se o website da empresa funcionará adequadamente no novo sistema operacional é o Windows AIK (automated installation kit).

- () Certo
- () Errado

O Windows AIK é um kit de instalação automatizada que ajuda a instalar, personalizar e implantar programas do Sistema Operacional Windows 7 e Server.

RESPOSTA: "ERRADO".

1164. (CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS – CESPE/2013) -A respeito de organização e de gerenciamento de informações, arquivos e pastas e programas nos sistemas operacionais Windows Linux, julgue os itens a seguir.

Tanto no Windows quanto no Linux, a representação de arquivos e da estrutura da árvore de diretórios é fixa e denominada NTFS.

- () Certo
- () Errado

NTFS (New Technology File System) é um sistema de arquivos que surgiu com o Windows NT. O Linux suporta diferentes tipos de sistemas de arquivos como o ReiserFS, Swap e VFat.

RESPOSTA: "ERRADO".

1165. (PC/BA - DELEGADO DE POLÍCIA- CESPE/2013) - Considerando aspectos gerais de informática, julgue os itens subsequentes.

O formato ODT, utilizado em plataformas de edição de textos do BROffice, é nativamente adotado na plataforma de edição de textos do Windows.

- () Certo
- () Errado

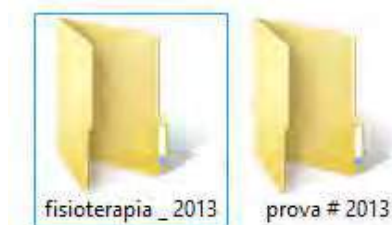
A extensão .odt é encontrada em arquivos de textos criados no aplicativo Writer, do BROffice. O editor de texto nativo do Windows é o WordPad que salva seus arquivos, por padrão, mas podendo ser alterado, na extensão .txt.

RESPOSTA: "ERRADO".

1166. (CREFITO 2ª REGIÃO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CEPUERJ/2013) - São considerados dois nomes válidos para nomeação de pastas de acordo com as regras definidas na configuração padrão do sistema operacional Windows 7 :

- a) prova / 2013 e fisioterapia : 2013
- b) prova - 2013 e fisioterapia * 2013
- c) prova & 2013 e fisioterapia | 2013
- d) prova # 2013 e fisioterapia _ 2013

Os nomes de arquivo ou pasta não podem conter nenhum dos seguintes caracteres: \ / : * ? " < > |.



Pastas nomeadas com conforme resposta correta.

RESPOSTA: "D".

1167. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ/PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) Qual das alternativas abaixo NÃO é um formato de sistemas de arquivos?

- a) FAT-16.
- b) FAT32.
- c) exFAT.
- d) NTFS.
- e) DHCP.

É através dos sistemas de arquivo que o Sistema Operacional gerencia o acesso ao disco rígido. Dos sistemas propostos nas alternativas, vemos que apenas o DHCP não representa um sistema de arquivos, afinal, DHCP é a sigla para Dynamic Host Configuration Protocol, um protocolo de configuração dinâmica de terminais em uma rede de computadores.

RESPOSTA: "E".

1168. (MPU - ANALISTA - DIREITO– CESPE/2013) - Na situação mostrada na figura:



Que reproduz parte de uma janela do sistema operacional Windows, ao clicar a opção Windows Update, o usuário terá acesso ao banco de dados do sistema operacional Windows que apresenta as pastas e subpastas com os arquivos de programas desse sistema operacional.

- () Certo
- () Errado

O Windows Update é a central de atualização do Windows. Com ele podemos verificar se existem atualizações do Windows disponíveis para download, iniciar atualizações, ativar ou desativar atualizações automáticas e exibir o histórico de atualizações do Sistema Operacional.

RESPOSTA: "ERRADO".

1169. (ELETROBRÁS - PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - ENGENHARIA ELÉTRICA - BIO-RIO/2013) - No Microsoft Windows 7, utilizar o atalho de teclado Alt+Tab, ou seja, pressionar simultaneamente as teclas ALT e TAB, tem função de:

- a) desligar o computador;
- b) transferir a imagem ativa para um projetor;
- c) alternar entre janelas abertas;
- d) executar o Prompt de comandos;
- e) botar o computador em modo de espera.

Quando temos várias janelas abertas podemos alternar entre elas com as teclas de atalho Alt+Tab. Ao pressionarmos esse conjunto de teclas na primeira vez, serão mostradas na tela as miniaturas das janelas abertas. Depois, para percorrermos a lista até aquela que desejamos tornar ativa, mantemos o Alt pressionado e pressionamos e soltamos o tab.



Alt+Tab

RESPOSTA "C".

1170. (COPEL - PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO – UFMT/2013) - Quando, no Windows 7, é utilizada a tecla de atalho Ctrl + C (tecla Ctrl mais tecla C) sobre um texto selecionado, o conteúdo desse texto vai para:

- a) Área de Transferência.
- b) Arquivo de texto.
- c) Área de Trabalho.
- d) Pasta de Documentos.

A área de transferência é uma área da memória do computador para onde são levados os conteúdos recortados ou copiados. As teclas de atalho Ctrl+C executam o comando copiar, que leva à área de transferência uma cópia do trecho selecionado em um texto.

RESPOSTA: "A".

1171. (COPEL - PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO – UFMT/2013) - Um usuário de um computador com o Windows 7 em Português alterou o Plano de Fundo da Área de Trabalho. Qual sequência de passos foi utilizada?

a) Clicar com o botão direito do mouse em uma área livre da área de trabalho, clicar a opção Personalizar, depois Plano de Fundo da Área de Trabalho, selecionar a opção desejada e clicar no botão Salvar as Alterações.

b) Clicar no Botão Iniciar, clicar a opção Computador, depois Plano de Fundo da Área de Trabalho e selecionar a opção desejada.

c) Clicar no Botão Iniciar, clicar a opção Imagens, depois Plano de Fundo da Área de Trabalho e clicar no botão Salvar as Alterações.

d) Clicar com o botão esquerdo do mouse em Iniciar, clicar a opção Documentos, depois Imagens e Plano de Fundo da Área de Trabalho.

O caminho descrito no item A, leva o usuário às configurações descritas na questão. A Área de Trabalho é a primeira tela no modo gráfico que temos interação no Windows.

RESPOSTA: "A".

1172. (PC/BA - ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE/2013) - Considerando conceitos básicos de informática e aspectos relacionados à segurança da informação, julgue os itens a seguir.

Os comandos tar e gzip são utilizados para gerar pacotes de backup nas plataformas Windows e Linux.

- () Certo
() Errado

O comando tar é utilizado no Linux para juntar vários arquivos em um só, mas não diminui o tamanho do arquivo ou realiza o seu backup. O comando gzip realiza a compactação, ou seja, a diminuição do arquivo, também em ambiente Linux.

RESPOSTA: "ERRADA".

1173. (DPE/SP - OFICIAL DE DEFENSORIA PÚBLICA – FCC/2013) - No Windows 7 em português, as pastas Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos estão reunidas em uma única seção chamada

- a) Documentos Pessoais.
b) Bibliotecas.
c) Minhas Pastas.
d) Meu Computador.
e) Favoritos.

As pastas descritas na questão ficam dispostas dentro da pasta Bibliotecas. Isso pode ser comprovado acessando o Windows Explorer.



Pasta Bibliotecas – Windows 7

RESPOSTA: "B".

1174. (UFU/MG - AUXILIAR ADMINISTRATIVO - UFU-MG/2013) - Considere as afirmativas a seguir sobre o Microsoft Windows 7 em português.

I. Em geral, as janelas do Microsoft Windows 7 apresentam três botões no canto superior esquerdo, cujas funcionalidades são: minimizar, maximizar e fechar.

II. O Microsoft Windows 7 é uma ferramenta denominada Sistema Operacional. Suas funcionalidades incluem o gerenciamento de arquivos salvos no computador, a configuração de impressoras e a interação com todos os dispositivos de hardware disponíveis no computador.

III. O Microsoft Windows 7 é totalmente imune aos vírus de computadores.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas III.
b) Apenas I e III.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II.

Os botões minimizar, maximizar e fechar estão presentes no canto superior direito da janela. As funções descritas no item II são funções de um Sistema Operacional, mas o Windows 7 não é imune a vírus.

RESPOSTA: "D".

1675. (CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS– CESPE/2013) - No sistema operacional Windows 8, há a possibilidade de integrar-se à denominada nuvem de computadores que fazem parte da Internet.

- () Certo
() Errado

Quando falamos em computação na nuvem nós nos referimos a arquivos e softwares que podem ser trabalhados na Internet. No caso do Windows 8, temos o Sky Drive, por exemplo, que permite salvar nos servidores da Internet vídeos, fotos, arquivos. Além de realizar o armazenamento dos arquivos, com o Sky Drive é possível compartilhá-los com outros usuários, o que o transforma em uma poderosa ferramenta de colaboração.

RESPOSTA: "CERTO".

1176. (DPE/SC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FEPESE/2013) - São todos recursos da aba de Ferramentas da tela de Propriedades de Disco Local (botão direito sobre o disco local; Propriedades) do Windows 7 Profissional em português.

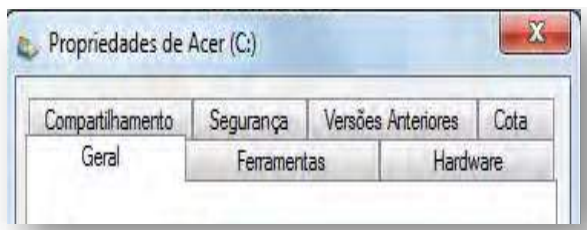
- a) segurança; scandisk; desfragmentação
b) compartilhamento; hardware; segurança
c) scandisk; backup; restauração de dados
d) backup; restauração de dados; segurança
e) verificação de erros; desfragmentação; backup

Clicando com o botão direito do mouse sobre o disco local, conforme demonstrado na figura a seguir, podemos acessar o menu Propriedades.



Propriedades

Com ele, abrimos a janela Propriedades do disco local, que apresenta as abas: Geral, Ferramentas, Hardware, Compartilhamento, Segurança, Versões Anteriores e Cota, conforme a figura a seguir:



Propriedades

Na aba Ferramentas, encontramos a Verificação de Erros, Desfragmentação e Backup.



Recursos da aba de Ferramentas da tela de Propriedades de Disco Local

RESPOSTA: "E".

1177.(COBRA TECNOLOGIA S-A (BB) - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPP/2013) - No Windows o pequeno símbolo gráfico utilizado, por exemplo, para representar um software ou um atalho para um arquivo específico, é conhecido como:

- a) Programa.
- b) Aplicativo.
- c) Ícone.
- d) Paint.

Os ícones são representações gráficas que representam arquivos, pastas, atalhos, programas. Veja os exemplos de ícones a seguir:



Ícones

RESPOSTA: "C".

1178. (FBN - ASSISTENTE TÉCNICO - ADMINISTRATIVO – FGV/2013) - No sistema operacional Windows 7, a tecla Windows é representada pela imagem a seguir.



Tecla Windows

O acionamento dessa tecla corresponde à execução do atalho de teclado Ctrl + Esc e tem por significado

- a) exibir na tela do monitor de vídeo a janela do Windows Explorer.
- b) alterar a resolução de vídeo de 800 X 600 para 1280X 1024 pixels.
- c) mostrar uma janela pop-up equivalente ao acionamento do botão Iniciar.
- d) classificar em ordem crescente os ícones mostrados na área de trabalho.

No Windows 7 e em outras versões, quando a tecla do Windows (referente à imagem) é pressionada o menu iniciar é exibido. A mesma função dessa tecla pode ser desempenhada pelas teclas de atalho Ctrl+Esc, conforme enunciado.

RESPOSTA: "C".

1179. (AL/MA - ASSISTENTE LEGISLATIVO - AGENTE LEGISLATIVO – FGV/2013) - Um funcionário da Assembleia Legislativa acessou o Windows Explorer e selecionou FOTO.JPG na pasta IMAGENS. Em seguida, pressionou a tecla DELETE, excluindo o arquivo de forma indevida. Tendo permanecido com a janela do Windows Explorer aberta, para retornar com o arquivo FOTO.JPG para a pasta IMAGENS, ele deve executar o seguinte atalho de teclado:

- a) Ctrl + W
- b) Ctrl + R
- c) Ctrl + E
- d) Ctrl + X
- e) Ctrl + Z

As teclas de atalho são conjuntos de teclas que, quando acionadas, realizam comandos que poderiam ser realizados pelo mouse. As teclas de atalho Ctrl+Z representam a ação de desfazer, ou seja, voltar a uma ação anterior à realizada naquele momento.

RESPOSTA: "E".

1180. (MPU - ANALISTA - DIREITO- CESPE/2013) - Na situação mostrada na figura:



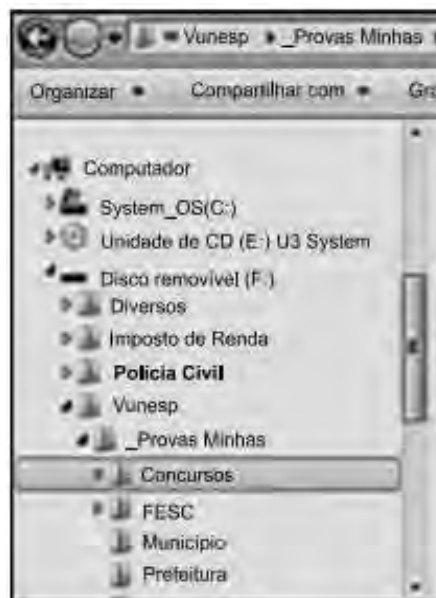
Que reproduz parte de uma janela do sistema operacional Windows, a opção Catálogo do Windows possibilita que o usuário acesse informações a respeito dos discos disponíveis localmente e na rede, bem como das opções de computação em nuvem.

- () Certo
- () Errado

O menu mostrado na imagem corresponde ao Menu Iniciar do Windows XP. O Catálogo do Windows mostra os produtos que são compatíveis com o Windows XP. Com ele é possível verificar se um software ou um hardware são compatíveis com esse Sistema Operacional.

RESPOSTA: "ERRADO".

1181. (PC/SP - AGENTE DE POLÍCIA- VUNESP/2013) - Analise a janela do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração original, apresentada parcialmente na figura a seguir.



Com relação à janela, assinale a alternativa correta.

- a) Existem três discos rígidos no computador.
- b) FESC é um arquivo.
- c) Município é uma pasta que não possui subpastas.
- d) O Disco removível está contido na Unidade de CD (E:) U3 System.
- e) Polícia Civil é uma pasta contida no disco rígido do Computador

A questão exige a observação da estrutura hierárquica apresentada na figura, conhecimento de estrutura e organização de pastas, conceitos sobre pastas, arquivos e unidades de armazenamento.

O disco local indicado pela figura está nomeado como System_OS. Ele é a área C: do computador. É possível verificar que na unidade de CD, ou seja, a área E:, está um CD chamado U3 System, mas não é uma unidade de disco removível.

A unidade de disco removível é a área F:. Nesta área estão as pastas Diversos, Imposto de Renda, Polícia Civil e Vunesp.

A pasta Vunesp possui a subpasta _Provas Minhas. Pela hierarquia apresentada na figura, notamos que a subpasta _Provas Minhas possui outras subpastas: Concursos (que não possui subpastas) e FESC, que tem as subpastas Município e Prefeitura.

As subpastas são pastas dentro de pastas. Por esse motivo vemos que Município é uma pasta que não possui subpastas.

RESPOSTA: "C".

1182. (CREFITO 2ª REGIÃO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CEPUERJ/2013) - Um usuário do Windows 7 configuração padrão idioma padrão Português do Brasil, usando a ferramenta Windows Explorer, seleciona um arquivo de texto dentro da pasta “Meus Documentos” e depois usa a opção recortar. Com essa sequência de ações, o usuário pretende:

- a) dividir o arquivo em partes
- b) copiar o arquivo em outra pasta
- c) mover o arquivo para outra pasta
- d) criar uma nova cópia do arquivo dentro da pasta “Meus Documentos”

O comando recortar pode ser acionado com as teclas de atalho Ctrl+X ou pelos botões de comando para esta função, que são representados geralmente pelo ícone de uma tesoura. O nome da função recortar faz analogia com a ação recortar tradicional. Por exemplo, quando recortamos uma figura de uma revista, nós a removemos para colocá-la em outro lugar. No computador é a mesma ação: removemos o conteúdo recortado do seu local de origem para colocá-lo em outro lugar.

RESPOSTA: “C”.

1183. (PREFEITURA DE CABROBÓ/PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - Considerando-se o Windows 7 (configuração padrão) em português. No Windows Explorer para exibir as extensões dos arquivos devemos:

- a) acessar o menu Ferramentas, clicar em Opções de pastas, depois clicar na guia Modo de exibição e então desmarcar Ocultar as extensões dos tipos de arquivos conhecidos.
- b) acessar o menu Ferramentas, clicar em Modo de exibição e então desmarcar Ocultar as extensões dos tipos de arquivos conhecidos.
- c) acessar o menu Exibir, clicar em Opções de pastas, depois clicar na guia Modo de exibição e então desmarcar Ocultar as extensões dos tipos de arquivos conhecidos.
- d) acessar o menu Exibir, clicar em Modo de exibição e então desmarcar Ocultar as extensões dos tipos de arquivos conhecidos.
- e) acessar o menu Exibir, clicar em Opções de pastas e então desmarcar Ocultar as extensões dos tipos de arquivos conhecidos.

O caminho sugerido pela resposta, leva-nos à guia Modo de exibição, onde é possível configurar a forma como serão mostrados e quais arquivos serão visíveis na tela do nosso computador.

Veja a representação dessa opção pela figura a seguir:



Modo de exibição de pastas – Ocultar as extensões dos tipos de arquivos conhecidos.

RESPOSTA: “A”.

1184. (POLÍCIA FEDERAL - ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE/2013) - Acerca de organização, processos e gerenciamento de informações, julgue os itens que se seguem.

Considere que um usuário de login joao_jose esteja usando o Windows Explorer para navegar no sistema de arquivos de um computador com ambiente Windows 7. Considere ainda que, enquanto um conjunto de arquivos e pastas é apresentado, o usuário observe, na barra de ferramentas do Windows Explorer, as seguintes informações: Bibliotecas > Documentos > Projetos. Nessa situação, é mais provável que tais arquivos e pastas estejam contidos no diretório C:\Bibliotecas\Documentos\Projetos ou no diretório C:\Users\joao_jose\Documents\Projetos.

- () Certo
- () Errado

Quando um usuário entra no sistema com seu login e senha, são recarregadas, entre outras coisas, suas preferências de configuração, pastas e arquivos. As ações que forem desenvolvidas com o login de um usuário serão mantidas para este usuário e salvas em seu nome.

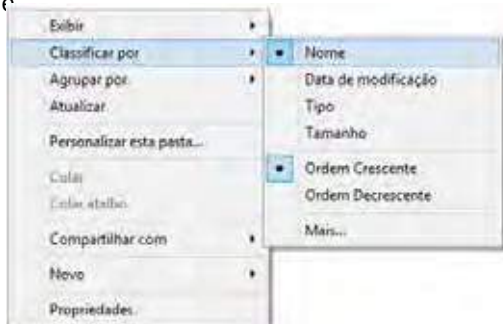
RESPOSTA: “ERRADO”.

1185. (IBAMA - ANALISTA AMBIENTAL - TEMA 2 – CESPE/2013) - Com relação a aplicativos diversos atualmente utilizados, como os dedicados à edição de textos e planilhas, à geração de material escrito e à programação multimídia, julgue os próximos itens.

No Windows Explorer, para se agrupar documentos de uma forma organizada, com os arquivos em ordem alfabética, deve-se criar uma pasta cujo nome se inicie com um asterisco e, em seguida, colar todos os arquivos dentro dessa nova pasta.

- () Certo
() Errado

Para realizar a organização em ordem alfabética de pastas e subpastas, podemos abrir a pasta que desejamos organizar, clicar com o botão direito do mouse em uma área vazia da pasta, e com o esquerdo clicar em Classificar -> Nome



Organizar documentos

RESPOSTA: "ERRADO".

1186. (COPEL - PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO – UFMT/2013) - Um usuário do Windows 7, ao se ausentar do computador por um período curto de tempo, deseja que ninguém tenha acesso às suas informações. Qual tecla de atalho pode garantir essa condição?

- a) Bandeira Windows + E
b) Ctrl + Alt + seta para baixo
c) Bandeira Windows + L
d) Ctrl + B

Bandeira Windows, ou tecla do Windows é aquela que possui a figura do Windows impressa, como na imagem a seguir:

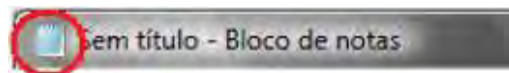


Tecla Windows

Esta tecla serve para exibir o Menu Iniciar ou, usada em conjunto com outras teclas, realizar diversas funções. Usada como tecla de atalho, juntamente com a tecla L, o computador é bloqueado.

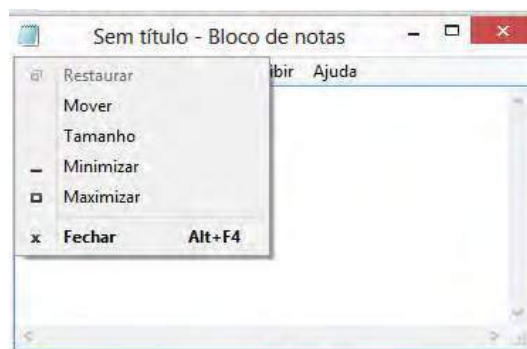
RESPOSTA: "C".

1187. (IF/MG - AUXILIAR ADMINISTRATIVO - IF -MG/2013) - Na imagem abaixo está identificado dentro do círculo um elemento de janela do Windows Seven, qual o nome deste elemento?



- a) Botão minimizar
b) Barra de título
c) Botão restaurar
d) Menu de controle
e) Barra de menus

O menu de controle exibe os menus para restaurar, mover, alterar o tamanho, minimizar, maximizar ou fechar a janela do aplicativo.



Menu de controle

RESPOSTA: "D".

1188. (PC/DF - ESCRIVÃO DE POLÍCIA– CESPE/2013) - Com relação ao sistema operacional Windows, à edição de texto e à navegação na Internet, julgue os itens seguintes.

No Windows 8, o modo de suspensão, por meio do qual é possível manter o computador em estado de baixo consumo de energia, possibilita o retorno rápido ao ponto do trabalho, sem apresentar risco de perda de dados.

- () Certo
() Errado

O modo de suspensão faz com que o computador use pouca energia, seja inicializado rapidamente e volte de imediato ao ponto em que estava. Caso o computador seja um notebook, o Windows salva automaticamente o trabalho, caso haja risco de ocorrer o esgotamento da energia da bateria.

RESPOSTA: "CERTO".

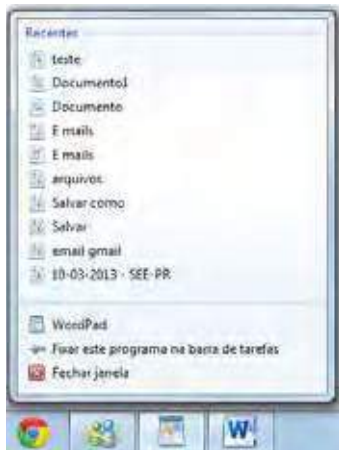
1189. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) - Julgue os itens a seguir, relacionados ao sistema operacional Windows 7.

O Windows 7 disponibiliza listas de atalho como recurso que permite o acesso direto a sítios, músicas, documentos ou fotos. O conteúdo dessas listas está diretamente relacionado com o programa ao qual elas estão associadas.

- () Certo
() Errado

Com a lista de atalhos podemos fixar arquivos e programas frequentemente utilizados para um acesso mais rápido e prático. Uma forma de fixar um programa é abri-lo, pressionar o botão esquerdo do mouse sobre seu ícone na barra de tarefas e arrastar em direção à Área de Trabalho.

A lista de atalho será exibida conforme figura a seguir:



Fixar programas e arquivos

Para concluir, clicamos em "Fixar este programa na barra de tarefas", se desejarmos que o ícone do programa fique visível constantemente nesta barra ou, caso desejarmos que um arquivo fique fixo na lista de atalho, posicionamos o mouse sobre seu nome e clicamos uma vez com o botão esquerdo para fixar.

RESPOSTA: "CERTO".

1190. (FUNDUNESP - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA - VUNESP/2013) -No MS-Windows 7 Home Premium, em sua configuração original, o recurso que permite minimizar rapidamente todas as janelas abertas na área de trabalho, exceto aquela que o usuário deseja manter aberta, é

- a) Snap.
b) Shake.
c) Peek.
d) Aero.
e) Gadget.

Segundo site oficial da Microsoft, oShake, parte da experiência de área de trabalho do Aero, é um recurso das edições Home Premium, Professional, Ultimate e Enterprise do Windows 7. Com o Shake é possível minimizar rapidamente todas as janelas abertas, exceto a que você está sacudindo. Esse recurso pode economizar tempo se você desejar se concentrar em uma única janela sem minimizar todas as outras janelas abertas de uma vez. Em seguida, você pode restaurar todas essas janelas sacudindo a janela aberta novamente.

RESPOSTA: "B".

1191.(SERGIPE GÁS S.A. - ANALISTA DE MARKETING - FCC/ 2013)- Um sistema operacional é formado por um conjunto de programas cuja função é gerenciar os recursos do sistema computacional, fornecendo uma interface entre o computador e o usuário.

Quando o computador é ligado ocorre o carregamento do Sistema Operacional, que está normalmente ...I..., para ...II... .

Completa corretamente as lacunas I e II, respectivamente,

- a) no HD - a memória RAM
b) na memória Cache - a memória RAM
c) em CD - a memória ROM
d) em DVD - na memória Cache
e) no disco rígido - a memória Cache

As únicas respostas que podem ser levadas em consideração são a "A" e a "E", visto que todo software instalado na máquina fica no HD. O HD, também chamado de disco rígido, consiste em um dispositivo de armazenamento, não volátil e de leitura e gravação. Quando a instalação do sistema operacional (SO) está sendo realizada é necessário definir em qual disco rígido ou em qual das suas partições será gravado. Quando ligamos o computador é feita a contagem e checagem de memória RAM e é nela que as partes específicas do SO são carregadas para utilização e funcionamento.

RESPOSTA: "A".

1192. (CPRM - ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) -Acerca dos navegadores de Internet e suas ferramentas auxiliares, julgue os itens a seguir.

No Windows 7, o Internet Explorer permite a configuração do uso de proxy, oferece suporte à linguagem Java e permite a instalação de plug-ins para uso de flash.

- () Certo
() Errado

Segundo site oficial da Microsoft, as configurações de proxy são utilizadas para informar ao Internet Explorer o endereço de rede de um servidor intermediário (conhecido como servidor proxy) usado entre o navegador e a Internet

em algumas redes. Mudar as configurações de proxy é algo que normalmente você só precisa fazer se está se conectando à Internet por uma rede corporativa. Por padrão, o Internet Explorer detecta as configurações de proxy de maneira automática. No entanto, talvez seja necessário definir um proxy manualmente com informações fornecidas pelo administrador da rede.

Para alterar as configurações do servidor Proxy:

1. Para abrir o Internet Explorer, clique no botão Iniciar . Na caixa de pesquisa, digite Internet Explorer e, na lista de resultados, clique em Internet Explorer.

2. Clique no botão Ferramentas e em Opções da Internet.

3. Clique na guia Conexões e, depois, em Configurações da LAN.

4. Marque a caixa de seleção Usar um servidor proxy para a rede local.

5. Na caixa Endereço, digite o endereço do servidor proxy.

6. Na caixa Porta, digite o número da porta.

7. Caso a sua rede exija endereços de proxy separados para diferentes serviços, como HTTP, HTTPS ou FTP, clique no botão Avançado e digite os endereços de proxy individuais que deverão ser usados.

8. Quando terminar de fazer as alterações, clique em OK até retornar ao Internet Explorer.

A linguagem Java é uma linguagem de programação utilizada para desenvolver programas em ambiente web, por exemplo.

Plugin é um programa que permite a utilização de vários recursos no navegador, como o ActiveX, por exemplo.

A configuração de javascript ou plugins pode ser realizada através de Ferramentas, Opções da Internet, na guia Segurança, conforme demonstrado pela figura a seguir:



Configurações de segurança

RESPOSTA: "CERTO".

1193. (CREFITO 2ª REGIÃO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CEPUERJ/2013) - Um usuário na área de trabalho (desktop) do Windows 7, configuração padrão idioma padrão Português do Brasil, deseja acionar o recurso de ajuda do sistema operacional. Tal operação é possível através do atalho de teclado:

- a) F1
- b) Shift + O
- c) CTRL + A
- d) ALT + Barra de Espaços

As teclas de atalho desempenham funções que substituem os cliques do mouse. Podem ser conjuntos de teclas ou apenas teclas especiais que são conhecidas como teclas de função.

A tecla F1, quando pressionada, realiza a função de abrir a ajuda do Windows, sendo desnecessários vários cliques para acionar o mesmo recurso.

RESPOSTA: "A".

1194. (TRT 17ª REGIÃO (ES) - ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CESPE/2013) - Com relação ao Windows 7, julgue os próximos itens.

O Windows 7 Professional de 32 bits instalado sem customizações é um sistema operacional adequado para suportar a operação de um computador com 8 GB de memória RAM.

- () Certo
- () Errado

Antes de instalarmos qualquer sistema operacional é necessário verificar os requisitos do sistema, que mostram a lista do hardware necessário para que o programa funcione adequadamente.

Se quiser executar o Windows 7 no seu PC, você vai precisar de:

Processador de 1 gigahertz (GHz) ou superior de 32 bits (x86) ou 64 bits (x64)

1 gigabyte (GB) de RAM (32 bits) ou 2 GB de RAM (64 bits)

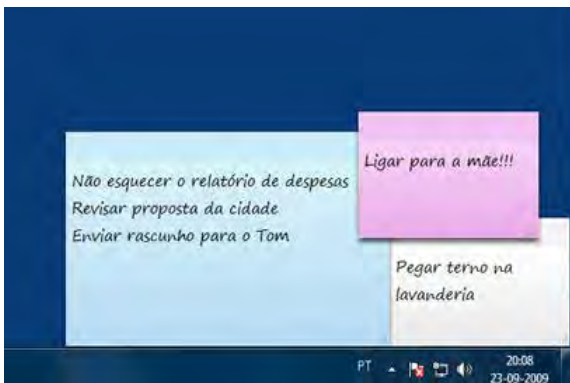
16 GB de espaço em disco disponível (32 bits) ou 20 GB (64 bits)

Dispositivo gráfico DirectX 9 com driver WDDM 1.0 ou superior

RESPOSTA: "ERRADO".

1195. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP/2013) - O MS-Windows 7, em sua versão original, possui vários programas úteis para o usuário, dentre eles as Notas Autoadesivas. Esse recurso é encontrado na seguinte opção a partir do botão Iniciar:

- a) Windows Explorer.
- b) Painel de Controle.
- c) Acessórios.
- d) Computador.
- e) Documentos.



Notas Autoadesivas

Como é possível visualizar pela imagem acima, as notas autoadesivas funcionam como post-its de papel, que colamos com recados em diversos lugares, geralmente para nos lembrarmos de alguma tarefa ou passarmos algum recado. Este recurso está presente nas versões Home Premium, Profissional, Ultimate e Grandes empresas.

RESPOSTA: "C".

1196. (SUDECO-AGENTEADMINISTRATIVO-FUNCAB/2013) - Sobre o controle de acesso no Linux, o comando que permite mudar a senha de acesso de um usuário é:

- a) **logout.**
- b) **passwd.**
- c) **rlogin.**
- d) **slogin.**
- e) **ssh.**

Você pode utilizar o comando **passwd** para alterar a sua senha, e como administrador do sistema, você pode alterar a senha da conta root ou de outros usuários no seu sistema Linux. A sintaxe é a seguinte:

```
passwd
passwd{NOME-DO-USUÁRIO}
```

RESPOSTA: "B".

1197. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) - Julgue os itens a seguir, relacionados ao sistema operacional Windows 7.

O Windows 7 está disponível nas edições Home Premium, Professional, Ultimate e Enterprise. Dessas opções, apenas as duas primeiras contêm o recurso peek, que permite a visualização de documentos a partir de janelas abertas na área de trabalho.

- () Certo
- () Errado

O recurso peek aplica-se a estas edições do Windows 7: Home Premium, Profissional, Ultimate e Grandes empresas. Com ele é possível enxergar através de outras janelas abertas na área de trabalho, conforme a figura a seguir demonstra:



Peek

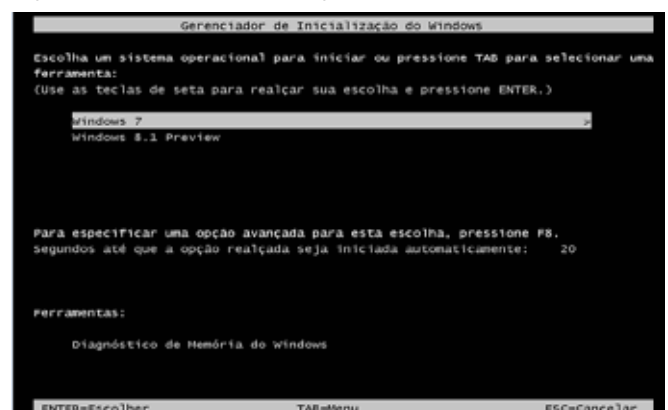
RESPOSTA: "ERRADO".

1198. (DEPEN - AGENTE PENITENCIÁRIO - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) - Acerca do sistema operacional Windows e de redes de computadores, julgue os itens a seguir.

Os computadores atuais permitem a instalação de mais de um sistema operacional, sendo possível ao usuário escolher, toda vez que iniciar o computador, entre o Windows e outro sistema operacional que esteja instalado.

- () Certo
- () Errado

A afirmativa do enunciado está correta e também é conhecida como inicialização múltipla. Quando temos mais de um SO instalado no computador, na sua inicialização vemos a lista com os seus nomes e podemos optar sobre qual usar naquele momento. Na imagem a seguir, temos os SOs Windows 7 e Windows 8.1 Preview. Esta tela será mostrada durante alguns segundos e, caso o usuário não faça sua escolha, a inicialização será automática.



Gerenciador de Inicialização do Windows

RESPOSTA: "CERTO".

1199. (SUDECO - CONTADOR – FUNCAB/2013) - Num microcomputador com sistema operacional Linux, todos os arquivos que apresentarem seus nomes começando com um ponto são considerados:

- a) De Sistema.
- b) Case-sensitives.
- c) Ocultos.
- d) De dados.
- e) Executáveis.

Arquivos ocultos não aparecem em listagens normais de diretórios, deve ser usado o comando ls-a para também listar arquivos ocultos. Para ter a propriedade de arquivo oculto, o seu nome deve ser precedido de um ponto.

RESPOSTA: "C".

1200. (BNDES - PROFISSIONAL BÁSICO - ANÁLISE DE SISTEMAS - SUPORTE – CESGRANRIO/2013) - Distribuído também com o RedHat Enterprise Linux 5, o servidor HTTP Apache é um dos serviços mais seguros e estáveis de várias distribuições do Linux. Porém, os administradores de sistemas Linux devem ser cautelosos no uso de algumas de suas funções. Nesse sentido, um administrador Linux deve, por precaução,

a) criar links simbólicos para a raiz dos documentos do servidor Web, através da diretiva FollowSymLinks, provendo links simbólicos para o diretório raiz.

b) conceder permissões de gravação (write) para usuários diferentes de root, em diretórios que contenham scripts ou scripts CGI (Common Gateway Interface).

c) habilitar a diretiva UserDir, para possibilitar aos usuários navegarem por seus diretórios no servidor de forma segura e inibir a confirmação de presença de contas de usuários no sistema.

d) remover a diretiva IncludesNoExec, que é habilitada por padrão, para inibir o atacante de executar comandos no sistema.

e) remover a diretiva Indexes, que é habilitada por padrão, para evitar a navegação de visitantes pelos arquivos no servidor.

A diretiva Indexes é habilitada por default e permite que terceiros visualizem os arquivos do seu servidor. Sua exclusão evita que o Apache liste conteúdo de subdiretórios dentro de um diretório de Internet. Por exemplo: http://nome_dominio/diretorio/.

RESPOSTA: "E".

1201. (PC/RJ - PERITO CRIMINAL - ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO – IBFC/2013) - No Linux o usuário possui vários dados técnicos no sistema. Essas informações permitem ao Linux controlar o acesso dos usuários e o que eles podem fazer depois de obter a permissão de acesso. O Linux gerencia os usuários e os grupos através de números conhecidos como:

- a) UID e UPG.
- b) GID e UPG.
- c) UID e GID.
- d) GID e PID.
- e) UPG e PID

UID é a sigla para UserID, usada principalmente para direcionar as permissões de acesso a arquivos.

GID é a sigla para GroupID, define permissões e é interligado ao "/etc/group", que armazena todos os grupos.

RESPOSTA: "C".

1202. (ANVISA - ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 5 – CETRO/2013) -Sabendo que o Samba permite a integração do sistema Linux no ambiente de rede da Microsoft, analise as assertivas abaixo.

I. O servidor Samba é um software livre que permite associar os atributos de arquivos do Windows aos bits "execute" do Linux.

II. O Samba pode ser integrado num domínio "Active Directory".

III. Para cada conta de usuário Windows definida no Samba, deve existir uma conta Linux equivalente.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III
- e) II, apenas.

Segundo o site infowester, o Samba é um "software servidor" para Linux (e outros sistemas baseados em Unix) que permite o gerenciamento e compartilhamento de recursos em redes formadas por computadores com o Windows. Assim, é possível usar o Linux como servidor de arquivos, servidor de impressão, entre outros, como se a rede utilizasse servidores Windows (NT, 2000, XP, Server 2003).

RESPOSTA: "D".

1203. (TRT 10ª REGIÃO (DF e TO) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CESPE/2013) -Acerca dos diretórios-padrão em sistemas Linux, julgue os próximos itens.

Em todas as instalações do Linux, o /boot funciona como um sistema de arquivo próprio, sem formatação básica, que armazena o kernel do Linux.

- () Certo
- () Errado

O /boot contém arquivos necessários para a inicialização do computador que carrega o sistema operacional. Kernel é considerado o núcleo do SO, encarregado de interligar hardware e software.

RESPOSTA: "ERRADO".

1204. (EBSERH - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SISTEMAS OPERACIONAIS-IADES/2013) - WWW é a sigla de *World Wide Web* (Teia de Alcance Mundial). O servidor WWW, implementado pelo programa Apache, no Linux/Unix, é quem recebe as conexões. Assinale a alternativa que apresenta o comando, responsável pela iniciação do Apache2, no Linux Debian.

- a) `/etc/apache2/init`
- b) `servicehttpd start`
- c) `/etc/apache2/magic`
- d) `/etc/bin/apache2 start`
- e) `/etc/init.d/apache2 start`

Os scripts executáveis que iniciam os serviços de sistema ficam todos dentro da pasta `/etc/init.d/`. Os scripts que estão nesta pasta chamam os executáveis dos servidores, fazem as verificações necessárias e, em seguida, inicializam-nos ou os encerram. "apache2 start" responsável pela iniciação do Apache2.

RESPOSTA: "E".

1205. (DPE/SP - AGENTE DE DEFENSORIA - ENGENHEIRO DE REDES - FCC - 2013) - O administrador de um servidor, com sistema operacional *Linux*, deseja configurar uma nova interface de rede instalada no servidor. Para isso ele deve verificar se o *driver* de dispositivo da nova interface está disponível no sistema operacional. Por padrão, os *drivers* de dispositivo no sistema operacional *Linux* são instalados no diretório

- a) `/bin`.
- b) `/etc`.
- c) `/lib`.
- d) `/dev`.
- e) `/sys`.

No Linux o diretório `/dev` contém os drivers instalados no sistema

RESPOSTA: "D".

1206. (SERPRO - TÉCNICO - PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CESPE/2013) - Com referência à administração de sistemas operacionais, julgue os itens a seguir.

De maneira geral, o Linux é composto por programas normais e um *kernel*. O *kernel* é considerado o núcleo do sistema operacional e o principal componente de sistemas Linux.

- () Certo
- () Errado

A palavra *kernel* significa núcleo e, na Informática, consiste nos códigos de programação em linguagem de máquina que, efetivamente, fazem com que o *hardware* do computador execute os comandos do *software*.

RESPOSTA: "CERTO"

1207. (CBM/CE - PRIMEIRO-TENENTE - CESPE/2014) - No que se refere aos ambientes Windows e Linux, julgue os itens que se seguem:

No diretório `/dev` do Linux, constam os arquivos de configuração do sistema utilizados para desenvolver alterações do ambiente gráfico.

- () Certo
- () Errado

`/dev`: controles/arquivos para todos os dispositivos de entrada e saída. Contém os drives instalados no sistema.

RESPOSTA: "ERRADO".

1208. (TRF 3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - INFORMÁTICA - BANCO DE DADOS - FCC/2014) - A utilização de ferramentas CASE para modelagem de dados é muito importante para a qualidade do modelo, bem como para garantir uma documentação atualizada e maior facilidade de manutenção de sistemas em produção. Existem no mercado várias ferramentas CASE para este propósito, entre comerciais e gratuitas como as citadas abaixo:

I. É uma ferramenta gratuita e de código aberto para modelagem de dados que trabalha com o modelo lógico, desenvolvida pela fabFORCE sob a licença GNU GPL. É um *software* multiplataforma (Windows e Linux) implementado em Delphi/Kylix. Além de permitir a modelagem, criação e manutenção de bancos de dados, esta ferramenta possibilita também a engenharia reversa, gerando o modelo de dados a partir de um banco existente, e ainda possibilita o sincronismo entre o modelo e o banco. Foi construída originalmente para oferecer suporte ao MySQL, porém também suporta outros SGBDs como Oracle, SQL Server, SQLite e outros que permitam acesso via ODBC.

II. É uma ferramenta desenvolvida pela empresa Popkin Software. Tem a vantagem de ser uma ferramenta flexível para a empresa que trabalha com a Análise Estruturada de Sistemas. Tem como característica importante o fato de ser uma ferramenta *workgroup*, ou seja, é possível compartilhar um mesmo projeto entre diversos analistas de desenvolvimento. Em um único repositório são colocadas todas as informações do projeto. Os projetos podem ser agrupados por sistemas e subsistemas; existe uma enciclopédia do SA correspondente a cada um deles. Essas enciclopédias ficam armazenadas na rede de acordo com as áreas de trabalho dos analistas.

III. É uma ferramenta CASE para modelagem de dados relacional e dimensional, que permite a construção de modelos de dados lógicos e modelos de dados físicos, comercializada pela CA (Computer Associates). Permite ao usuário trabalhar com três tipos de modelos de dados: somente lógico (*LogicalOnly*), somente físico (*PhysicalOnly*) ou lógico e físico (*Logical/Physical*). Antes da versão 4, todo modelo de dados tinha, obrigatoriamente, o modelo lógico e o modelo físico juntos, ou

seja, o modelo sempre era do tipo *Logical/Physical*. Em versão recente, foi incluído o recurso de derivação de modelos que permite gerar um modelo de dados a partir de outro. Também oferece o recurso de sincronização entre os modelos de dados (*SyncwithModelSource*).

As ferramentas CASE I, II e III são, respectivamente:

a) I - System Architect
II - Erwin
III - DBDesigner

b) I - DBDesigner
II - Erwin
III - System Architect

c) I - Erwin
II - System Architect
III - DBDesigner

d) I - Erwin
II - DBDesigner
III - System Architect

e) I - DBDesigner
II - System Architect
III - Erwin

I. DBDesigner- É uma ferramenta gratuita e de código aberto para modelagem de dados que trabalha com o modelo lógico, desenvolvida pela fabFORCE sob a licença GNU GPL. É um *software* multiplataforma (Windows e Linux) implementado em Delphi/Kylix. Além de permitir a modelagem, criação e manutenção de bancos de dados, esta ferramenta possibilita também a engenharia reversa, gerando o modelo de dados a partir de um banco existente, e ainda possibilita o sincronismo entre o modelo e o banco. Foi construída originalmente para oferecer suporte ao MySQL, porém também suporta outros SGBDs como Oracle, SQL Server, SQLite e outros que permitam acesso via ODBC.

II. System Architect - É uma ferramenta desenvolvida pela empresa Popkin Software. Tem a vantagem de ser uma ferramenta flexível para a empresa que trabalha com a Análise Estruturada de Sistemas. Tem como característica importante o fato de ser uma ferramenta *workgroup*, ou seja, é possível compartilhar um mesmo projeto entre diversos analistas de desenvolvimento. Em um único repositório são colocadas todas as informações do projeto. Os projetos podem ser agrupados por sistemas e subsistemas; existe uma enciclopédia do SA correspondente a cada um deles. Essas enciclopédias ficam armazenadas na rede de acordo com as áreas de trabalho dos analistas.

III. Erwin - É uma ferramenta CASE para modelagem de dados relacional e dimensional, que permite a construção de modelos de dados lógicos e modelos de dados físicos, comercializada pela CA (Computer Associates). Permite ao usuário trabalhar com três tipos de modelos de dados: somente lógico (*LogicalOnly*), somente físico (*Physi-*

calOnly) ou lógico e físico (*Logical/Physical*). Antes da versão 4, todo modelo de dados tinha, obrigatoriamente, o modelo lógico e o modelo físico juntos, ou seja, o modelo sempre era do tipo *Logical/Physical*. Em versão recente, foi incluído o recurso de derivação de modelos que permite gerar um modelo de dados a partir de outro. Também oferece o recurso de sincronização entre os modelos de dados (*SyncwithModelSource*).

RESPOSTA: "E".

1209. (PC/SP-ESCRIVÃO DE POLÍCIA - VUNESP/2014) - No sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, deseja-se organizar os arquivos de maior interesse, de modo que eles possam ser vistos a partir de um único local. O recurso que pode ser utilizado para essa finalidade é a(o):

- a) Organizador de Arquivos.
- b) Barra de Tarefas.
- c) Biblioteca.
- d) Barra de Arquivos.
- e) Barra de Ferramentas.

Segundo o site oficial da Microsoft, as Bibliotecas – novo recurso do Windows 7 – tornam mais fácil localizar, trabalhar e organizar arquivos espalhados por seu PC ou pela rede. Uma biblioteca reúne suas coisas em um lugar – sem importar onde realmente elas estão armazenadas.

Digamos que você esteja montando um álbum de família a partir de instantâneos armazenados em um disco rígido externo, no PC do seu cônjuge e no seu laptop do trabalho. Antes, procurar fotos específicas seria uma chatice. No Windows 7, você simplesmente cria uma biblioteca, fornece um nome a ela (como "Fotos da Família") e informa ao Windows em que pastas distantes sua nova biblioteca deve incluir. Suas fotos ainda estão fisicamente localizadas em três locais diferentes – mas agora elas são exibidas em uma única janela.

RESPOSTA: "C".

1210. (CBM/CE - PRIMEIRO-TENENTE - CESPE/2014) - No que se refere aos ambientes Windows e Linux, julgue os itens que se seguem.

No sistema operacional Windows, a tecla SHIFT pode ser utilizada para selecionar uma sequência de objetos de uma lista.

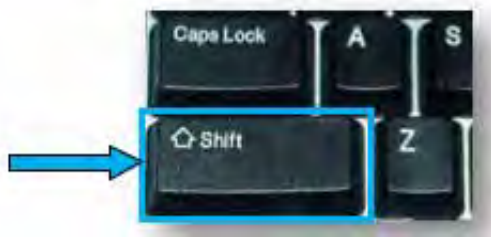
- () Certo
- () Errado

Supondo que estejamos visualizando o conteúdo da pasta Teste no Windows Explorer ou no Nautilus e desejamos selecionar todos os arquivos dessa pasta, entre outras opções, podemos:

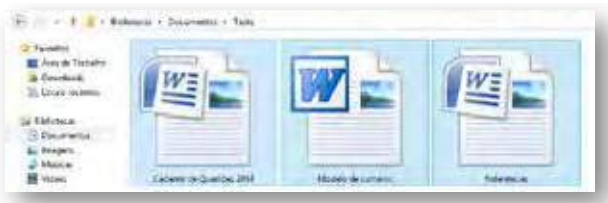
- 1 - Clicar no primeiro arquivo da pasta.
- 2 - Pressionar a tecla Shift.
- 3 - Clicar no último arquivo.

LIVRO DE QUESTÕES

Todos os arquivos serão selecionados dentro da pasta.



Tecla Shift



Seleção de vários arquivos com a tecla Shift

RESPOSTA: "CERTO".

1211. (BANCO DO BRASIL - ESCRITURÁRIO BANCO DO BRASIL – CESGRANRIO/2012) - No Microsoft Word versão 2007, para alinhar um texto selecionado tanto à margem direita quanto à margem esquerda, acrescentando espaço extra entre as palavras, conforme seja necessário, pode-se utilizar o atalho de teclado

- a) Ctrl + e
- b) Ctrl + j
- c) Ctrl + d
- d) Alt + a
- e) Alt + b

Ctrl+j são teclas de atalho para o comando justificar que alinha o texto às margens esquerda e direita, distribuindo os espaços se necessário.

Essas teclas têm a mesma função do clique no ícone Justificar da Barra de Ferramentas de Formatação:



Alinhamento Justificado.

RESPOSTA: "B".

1212. (PREFEITURA DE CABROBÓ/PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - No Microsoft Word 2007 em português (configuração padrão), para que, em um mesmo documento, exista uma determinada página com orientação Retrato, e a página seguinte possua orientação Paisagem, devemos criar entre elas uma quebra de:

- a) página.
- b) orientação.
- c) seção.
- d) formatação.
- e) coluna.

As quebras permitem interromper as formatações adotadas em um documento até o ponto determinado, para que possam ser usadas outras formatações em trechos distintos.



Guia Layout da Página – Opção Quebras.

Pela figura acima, vemos que as quebras podem ser inseridas através da Guia "Layout de Página". Podemos observar ainda que a Quebra de Seção "Próxima Página" permite iniciar uma nova seção na página seguinte, o que tem relação ao proposto pelo enunciado.

Na figura a seguir, podemos observar o efeito da aplicação da Quebra de Seção "Próxima Página", seguida da configuração da Orientação do papel para "Paisagem", na segunda folha do documento.



Imagem após Quebra de Seção para Próxima Página.

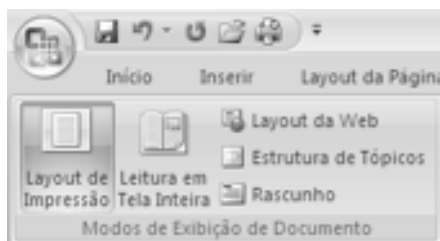
RESPOSTA: "C".

1213. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - No Microsoft Word 2010, são modos de exibição, exceto o

- a) Estrutura de itens.
- b) Layout de impressão.
- c) Leitura em Tela Inteira.
- d) Layout de Web.
- e) Rascunho.

LIVRO DE QUESTÕES

Os modos de exibição representam a forma como a tela do aplicativo Word é mostrada para o usuário. Como no Word 2007, os modos de exibição na versão 2010 continuam as mesmas, conforme a imagem.



Detalhe Layout de Impressão.

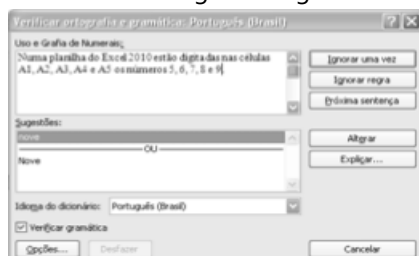
Observe que não existe a opção "Estrutura de itens" na guia "Modos de Exibição de Documento".

RESPOSTA: "A".

1214. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - No Microsoft Word 2010, a tecla de função F7 abre:

- a) Localizar e substituir palavra do texto.
- b) Opções do Word.
- c) Ajuda Especial ao usuário 2010.
- d) Referência cruzada.
- e) Verificar ortografia e gramática.

Pressionando a tecla F7 no teclado, a janela "Verificar ortografia e gramática" é prontamente apresentada na tela. Veja a tela desse recurso na figura a seguir:



Janela "Verificar Ortografia e Gramática".

Em outras versões do Microsoft Word, como a 2007, por exemplo, a tecla de atalho F7 abre o mesmo recurso.

RESPOSTA: "E".

1215. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - Para inserir uma equação no Word 2010 usando o teclado deve-se pressionar

- a) ALT+[
- b) ALT+=
- c) SHIFT+=
- d) CTRL+=
- e) CTRL+[

As teclas Alt, Shift e Ctrl são consideradas teclas de comando. Associadas com outras teclas realizam ações que substituem, muitas vezes, vários cliques do mouse.

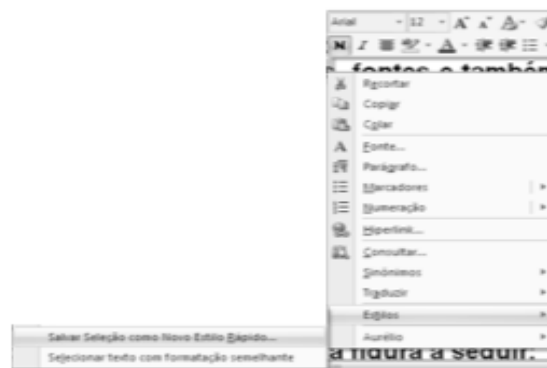
Segundo o site oficial do Microsoft Office, para inserir uma equação usando o teclado, pressione ALT+= e digite a equação.

RESPOSTA: "B".

1216. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - No Microsoft Word 2007, é possível formatar e dar a um documento inteiro uma aparência profissional e moderna. O recurso que possui um conjunto de opções de formatação, cores, fontes e também um conjunto de efeitos é chamado de:

- a) Estilo Rápido.
- b) Tema.
- c) Hipertexto.
- d) Sumários.
- e) Automação e Programação.

O Estilo Rápido permite apenas salvar formatações escolhidas na barra de formatação Mini, conforme a figura a seguir:



Estilo – Salvar como Novo Estilo Rápido.

(B) É possível formatar, com rapidez e facilidade, um documento inteiro para dar a ele uma aparência profissional e moderna, aplicando um tema (tema: um conjunto de elementos de design unificados para fornecer uma aparência ao documento usando cores, fontes e elementos gráficos) de documento. Um tema de documento é um conjunto de opções de formatação que inclui um conjunto de cores do tema, um conjunto de fontes do tema (incluindo fontes do texto do cabeçalho e do corpo) e um conjunto de efeitos do tema (incluindo efeitos de linha e preenchimento).

Programas como o Microsoft Office Word, Excel e o PowerPoint fornecem vários temas predefinidos de documento, mas você também pode criar seu próprio tema, personalizando um tema de documento existente e salvando-o como um tema de documento personalizado. Os temas de documento são compartilhados entre os programas do Office para que todos os documentos possam ter a mesma aparência uniforme.

Você pode alterar o tema do documento que é aplicado por padrão nos programas do Office, como Word, Excel e PowerPoint, selecionando outro tema de documento predefinido ou personalizado. Temas de documentos aplicados afetam imediatamente os estilos (estilo: uma combinação de características de formatação, como fonte, tamanho da fonte e recuo, nomeado e armazenado como um conjunto. Quando você aplica um estilo, todas as instruções de formatação desse estilo são aplicadas ao mesmo tempo.) que podem ser usados no documento.

Siga um destes procedimentos:

No Word, na guia Layout da Página, no grupo Temas, clique em Temas:



Temas.

(C) Hipertextos são documentos que podem conter imagens, sons, vídeos, links e outros recursos, como as páginas de sites da Internet.

(D) Sumários servem para criar índices em um documento.

(E) Automação e Programação no Word são recursos que auxiliam a gerenciar dados comerciais dinamicamente em uma biblioteca de documentos, por exemplo.

RESPOSTA: "B".

1217. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - No Microsoft Word 2007, o comando utilizado para comunicar que o documento que será compartilhado é uma versão concluída de um arquivo, evitando dessa forma que revisores ou leitores façam alterações acidentais no documento é chamado de:

- a) Gerenciar Revisão.
- b) Compartilhamento Protegido.
- c) Bloquear Revisão.
- d) Marcar como Final.
- e) Assistente de Compartilhamento.

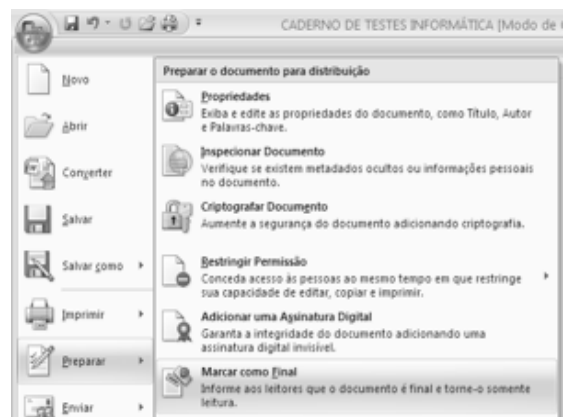
Antes de compartilhar uma cópia eletrônica de um documento do Microsoft Office com outras pessoas, é possível usar o comando Marcar como Final para tornar o documento somente leitura e impedir alterações no documento. Quando um documento é marcado como final, a digitação, comandos de edição e marcas de revisão são desabilitadas ou desativadas e o documento torna-se somente leitura. Além disso, a propriedade Status do documento é definida como Final. O comando Marcar como Final ajuda você a comunicar que está compartilhando uma versão completa de um documento. Também ajuda a impedir que revisores ou leitores façam alterações inadvertidamente no documento.

O comando Marcar como Final não é um recurso seguro. Qualquer um que receber uma cópia eletrônica de um documento que tenha sido marcado como final poderá editar esse documento removendo o status Marcar como Final do documento.

Documentos que foram marcados como final em um programa do Microsoft Office System 2007 não serão somente leitura se forem abertos em versões mais antigas dos programas Microsoft Office.

Para marcar documento como final, siga os seguintes passos:

1. Abra o documento.
2. Clique no Botão Microsoft Office , aponte para Preparar e, em seguida, clique em Marcar com Final. Veja a figura a seguir:



Marcar como final.

OBS.: Essas informações podem ser verificadas no menu ajuda do Word ou na página oficial do programa Microsoft Office.

RESPOSTA: "D".

1218. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - No Microsoft Word 2007, as margens da página são o espaço em branco em volta das bordas da página. Para assegurar que o texto não seja ocultado em caso de encadernação do documento, é possível utilizar na configuração do layout de página uma opção que adiciona espaço extra à margem lateral ou superior de um documento, chamada de margem de

- a) brochura.
- b) medianiz.
- c) espaçamento.
- d) recuo.
- e) encadernação.

O Microsoft Word oferece várias opções de margens da página. Você pode usar as margens de página padrão (padrão: uma configuração predefinida. Você pode aceitar as configurações de opção padrão ou alterá-las de acordo com suas preferências.) ou pode especificar suas próprias margens.

Adicionar margens para encadernação: Use uma margem de medianiz para adicionar espaço extra à margem lateral ou superior de um documento que você planeja encadernar. A margem de medianiz garante que o texto não seja obscurecido pela encadernação.



Exemplificação Medianiz.

1.Margens de medianiz para encadernação.

2.Margens de espelho para páginas opostas

OBS.: Essas informações podem ser verificadas no menu ajuda do Word ou na página oficial do programa Microsoft Office.

RESPOSTA: "B".



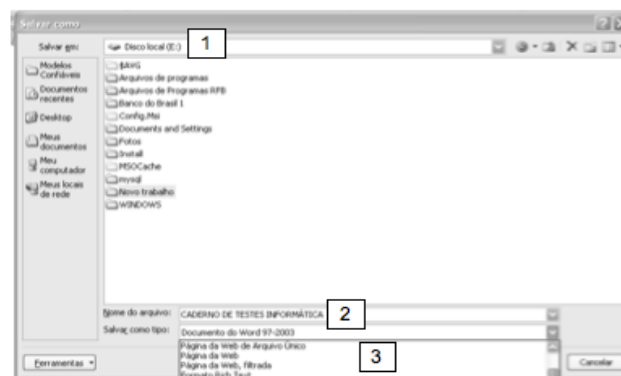
Figura do enunciado.

Considerando a janela do Word 2003 ilustrada acima, que contém um documento em edição, e os conceitos básicos de informática, julgue as questões de 209 até 212.

1219. (SEAD/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - O Word 2003 permite que o documento em edição seja salvo em arquivo com tipo denominado página da Web, podendo dessa forma ser disponibilizado na Internet ou em uma intranet.

- () Certo
() Errado

Quando estamos em um texto em edição e clicamos no menu Arquivo, Salvar, ou Arquivo, Salvar como é aberta uma janela semelhante a da figura a seguir:



Janela para salvar o documento em edição.

Nessa janela, conforme os números indicadores presentes na imagem, temos:

1.Local onde o documento será salvo.

2.Nome do arquivo que será gravado.

3."Salvar como tipo", possibilita salvarmos um mesmo documento em vários formatos diferentes, permitindo assim que esse arquivo seja visualizado em aplicativos diferentes. No Word 2003, entre as opções presentes na lista da opção "Salvar como tipo", está presente a opção "página da Web", que possibilita que um arquivo criado no Microsoft Word seja visualizado em navegadores da Web como o Internet Explorer e outros.

RESPOSTA: "CERTO".

1220. (SEAD/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - O Word 2003 disponibiliza recurso que permite a inserção de uma planilha Excel 2003 previamente criada no documento em edição mantendo-se vínculo com essa planilha, de forma que, ao se alterar informações na planilha Excel essas informações sejam automaticamente atualizadas no documento Word.

- () Certo
() Errado

Essa possibilidade está presente na Barra de Ferramentas Padrão, como mostrado na figura a seguir:



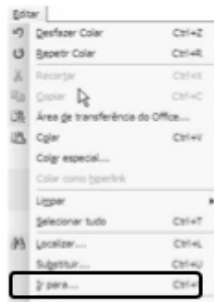
Barra de Ferramentas Padrão – ícone Planilha do Excel.

RESPOSTA: "CERTO".

1221. (SEAD/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - O submenu Enviar para, do menu Editar, disponibiliza a função Backup que permite criar um backup do arquivo utilizado para armazenar o documento em edição.

- () Certo
() Errado

Veja a imagem do Menu Editar, do Microsoft Word 2003:



Menu Editar – Ir para.

Entre suas opções, temos o “Ir para...” e não “Enviar”, como sugerido no enunciado.

RESPOSTA: “ERRADO”.

1222. (SEAD/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - O texto e a figura mostrados na janela do Word 2003 ilustrada acima podem ter sido copiados de um sítio da Internet.

- () Certo
() Errado

Existem sites da Internet especializados na busca de informações que incluem imagens. Por exemplo, o site www.google.com.br. Nele existem opções que permitem pesquisas a textos, imagens, livros e outras informações. Na tela a seguir, temos a figura do www.google.com.br, sendo usada na opção de busca de imagens:



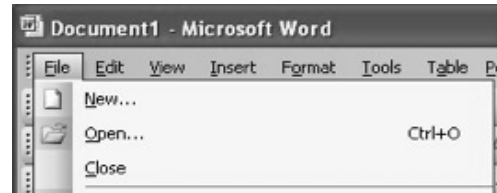
Detalhe site de busca, com pesquisa por imagens.

RESPOSTA: “CERTO”.

1223. (PREFEITURA DE CABROBÓ/PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - No Microsoft Word 2007 em português (configuração padrão), o atalho usado para criar um arquivo novo é:

- a) CTRL+N.
b) CTRL+O.
c) CTRL+A.
d) CTRL+B.
e) CTRL+V.

Segundo o site oficial do Microsoft Office, para se criar um arquivo novo no Word 2007 pelas teclas de atalho, basta pressionar a tecla de comando CTRL + O. Em versões anteriores, essas teclas de atalho já eram usadas, como é possível visualizar no menu File (arquivo) da versão 2003:



Detalhe tecla de atalho Ctrl+O.

RESPOSTA: “B”.

1224. (BANCO DO BRASIL - ESCRITURÁRIO- CESGRANRIO/2012) - No Microsoft Word versão 2007, a guia Referências oferece, por padrão, o comando

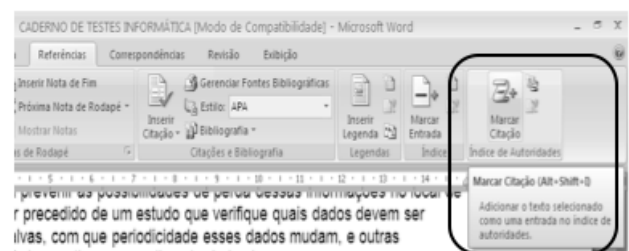
a) Visualizar Resultados, cuja finalidade é substituir os campos de mesclagem do documento pelos dados reais da lista de destinatários.

b) Definir Idioma, cuja finalidade é definir o idioma usado para verificar a ortografia e a gramática do texto selecionado.

c) Linhas de Grade, cuja finalidade é ativar linhas de grade para servir como referência no alinhamento dos objetos do documento.

d) Controlar Alterações, cuja finalidade é controlar as alterações feitas no documento, incluindo inserções, exclusões e alterações de formatação.

e) Marcar Citação, cuja finalidade é adicionar o texto selecionado como uma entrada no índice de autoridades.



Marcar Criação.

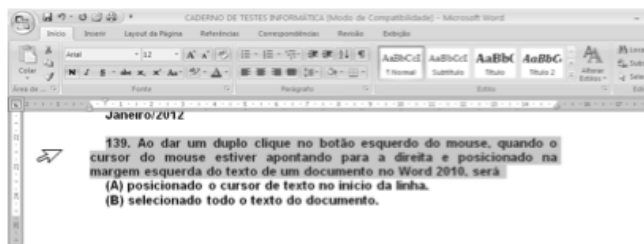
Esse enunciado trata da guia Referências do comando “Marcar Citação”, que está destacado na figura acima. Esse comando também pode ser acionado pelas teclas de atalho Alt+Shift+I, e realiza a adição do texto selecionado como uma entrada no Índice de Autoridades.

RESPOSTA: “E”.

1225. (TRT ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - Ao dar um duplo clique no botão esquerdo do mouse, quando o cursor do mouse estiver apontando para a direita e posicionado na margem esquerda do texto de um documento no Word 2010, será

- a) posicionado o cursor de texto no início da linha.
- b) selecionado todo o texto do documento.
- c) selecionada a primeira palavra da linha.
- d) selecionado todo o parágrafo.
- e) selecionada toda a linha.

A margem esquerda de um documento do Microsoft Word funciona como uma barra de seleção. Quando o mouse estiver parado na Barra de Seleção, a ponta de sua seta ficará voltada para a direita, como ilustrado na figura a seguir:



Cursor selecionando o parágrafo.

Para que todo o parágrafo da imagem fosse selecionado, bastou clicar duas vezes na Barra de Seleção, como disposto na letra "D", das opções de resposta.

RESPOSTA: "D".

1226. (PREF. GRAVATAÍ/RS - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – MCONCURSOS/2012) - Utilizando o editor de texto, Microsoft Word 2010, qual das opções abaixo NÃO ativa a verificação de ortografia e gramática?

- a) Tecla F7
- b) Botão direito sobre a área sublinhada e clicar em Verificar Ortografia.
- c) Teclas ALT+F7
- d) Clicar na faixa de opção, Revisão, e na barra de ferramentas clicar na opção Ortografia e Gramática.
- e) CTRL+O

As teclas de atalho CTRL+O são responsáveis por abrir um novo documento no Word.

RESPOSTA: "E".

1227. (PREF. GRAVATAÍ/RS - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – MCONCURSOS/2012) - Qual dos itens abaixo indica a forma de acessar o endereço de um hiperlink em um documento Microsoft Word 2010?

- a) Pressiona a tecla CapsLock e clique sobre o hiperlink.
- b) Pressiona a Home e clique sobre o hiperlink.
- c) Pressiona CTRL e clique sobre o hiperlink.
- d) Clique com o mouse sobre o hiperlink.
- e) Pressiona ALT e clique sobre o hiperlink.

Quando realizamos a ação de pressionar a tecla Ctrl e clicar sobre o hiperlink, o mouse vira o ícone de uma mão (ou o que estiver configurado para hiperlinks) e o link é aberto no navegador de Internet configurado como padrão no seu computador.

RESPOSTA: "C".

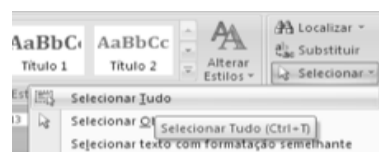
1228. (FEPESE - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – UFFS/2012) - Muitas vezes os documentos de texto ocupam um grande número de páginas.

O atalho de teclado do MS Word 2007, em português, para selecionar todo o texto de um documento é:

- a) Ctrl + T
- b) Ctrl + Alt + T
- c) Ctrl + Shift + T
- d) Ctrl + Alt + F
- e) Alt + T

As teclas de atalho Ctrl+T selecionam todo o conteúdo do texto, mesmo que ele ocupe várias páginas.

É possível confirmar essa informação através da imagem a seguir:



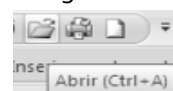
Detalhe das teclas de atalho Ctrl+T.

RESPOSTA: "A".

1229. (FEPESE - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – UFFS/2012) - Os atalhos de teclado do MS Word 2007 em português, para abrir um documento já salvo e para iniciar um novo documento, são, respectivamente:

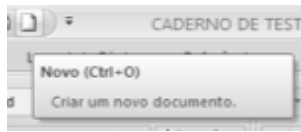
- a) Alt + A e Alt + O
- b) Ctrl + A e Ctrl + N
- c) Ctrl + A e Ctrl + O
- d) Ctrl + O e Ctrl + A
- e) Ctrl + T e Ctrl + A

A informação sobre essas teclas de atalho podem ser conferidas nas imagens a seguir:



Visualização teclas de atalho Ctrl+A.

Imagem para abrir um documento existente.



Visualização teclas de atalho Ctrl+O.

Imagem para criar novo documento.

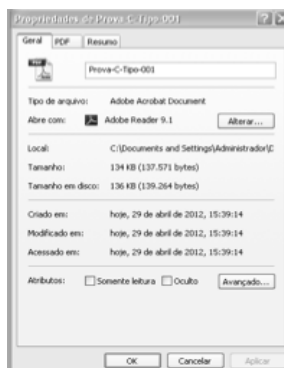
RESPOSTA: "C".

1230. (SEE/MG - ANALISTA EDUCACIONAL – ANE – NÍVEL I – GRAU A – ATIVIDADES TÉCNICAS EM SER E ÓRGÃO CENTRAL DA SEE – FCC/2012) - É um formato de arquivo, desenvolvido pela empresa Adobe Systems, para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do hardware e do sistema operacional usado para criá-los. É possível gerar arquivos nesse formato a partir de vários softwares como o Microsoft Word, Excel, PowerPoint, BrOfficeImpress etc.

O texto fala do formato

- a) SWF.
- b) PDF.
- c) DOC.
- d) XLS.

PDF é a sigla para PortableDocumentFormat, que representa a extensão de arquivo criado pelo Adobe Reader, por exemplo, desenvolvido pela empresa Adobe Systems em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do hardware e do sistema operacional usados para criá-los. Um arquivo PDF pode descrever documentos que contenham texto, gráficos e imagens num formato independente de dispositivo e resolução, mas para ser criado pelos programas Word, Excel, Power Point ou BrOfficeImpress, dependendo de suas versões, é necessária a instalação de softwares aplicativos especiais para essa função.



Propriedades do arquivo prova

A janela acima mostra as propriedades de um arquivo gerado pelo Adobe Reader, do tipo pdf.

RESPOSTA: "B".

1231. (SEE/MG - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – AS-CONPREV/2012) - Num documento com 800 páginas, é preciso imprimir as páginas 1, 8, 15 e as páginas que estão no intervalo entre 200 e 650. Que informação deve ser passada na opção "Intervalo de Páginas" da janela Imprimir, para que sejam impressas as páginas indicadas acima, de uma só vez?

- a) 1,8,15,200...650
- b) 1;8;15;200-650
- c) 1,8,15 e 200 até 650
- d) 1;8;15;200 até 650
- e) 1,8,15,200-650

Pela figura a seguir podemos notar que intervalos de páginas devem ser separados por "," (ponto e vírgula). Usamos ";" quando queremos imprimir uma página e outra, por exemplo, as páginas 1 e 8 e 15. Para imprimir um intervalo sequencial, usamos o "-" (hífen), ou seja, na resposta, a impressão será também, do intervalo de 200 até 650.



Intervalo de páginas.

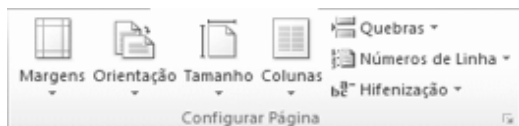
RESPOSTA: "B".

1232. (SEE/MG - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC/2012) - João está concluindo um curso de pós-graduação e resolveu iniciar sua monografia utilizando o Microsoft Word2010. Ao criar um novo documento, adicionou cinco páginas vazias (por meio de ações de quebra de página) para criar posteriormente a capa, sumário e outras partes iniciais. Na sexta página, iniciará a introdução do trabalho. De acordo com as recomendações da Universidade, João deverá iniciar a numeração das páginas a partir da Introdução, ou seja, da sexta página do documento. Para isso, João deve

- a) adicionar uma quebra de seção imediatamente antes da página em que começará a numeração.
- b) concluir que a única maneira de realizar a tarefa será criar dois documentos, um para as cinco primeiras páginas e outro para o restante da monografia.
- c) clicar na guia Inserir, na opção Número da Página e na opção Numeração Personalizada.
- d) clicar na guia Inserir, na opção Quebras e na opção Quebra de Página com Numeração.
- e) inserir o rodapé com o cursor posicionado na sexta página e adicionar uma numeração de página personalizada por meio do menu Design.

Quebra de sessão permite que sejam interrompidas as formatações automáticas do documento em uma determinada página e a partir desse momento outras formatações podem ser adotadas como padrão.

Para inserir uma quebra de seção, clique em **Layout de Página**, em **Quebras** e na quebra de seção que você quer adicionar.



Detalhes opção Quebra de Página.

No caso de João, o ideal é que seja uma quebra de seção **Próxima Página para iniciar a numeração de páginas a partir da nova página**.

RESPOSTA: "A".

1233. (TRE/SP - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE OPERACIONAL DE COMPUTADORES – FCC/2012) - A hifenização insere hifens em palavras que são muito longas para caberem até o fim da linha. O BrOffice Writer pode pesquisar o documento e sugerir uma hifenização que pode ser aceita ou não. Para hifenizar automaticamente os parágrafos atuais ou selecionados, é necessário clicar no menu

a) Ferramentas, na opção Hifenização e, na janela que se abre, selecionar a opção Hifenização Automática.

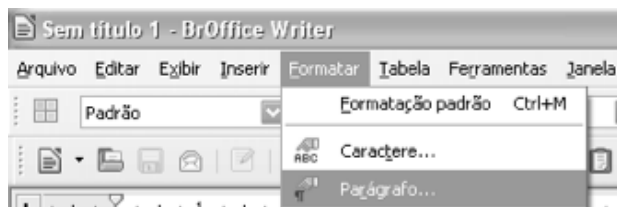
b) Inserir, na opção Parágrafo e, na janela que se abre, selecionar a opção Hifenização Automática.

c) Formatar, na opção Hifenização e, na janela que se abre, selecionar a opção Hifenizar Parágrafo.

d) Ferramentas, na opção Opções de Hifenização e, em seguida, na opção Hifenização Automática.

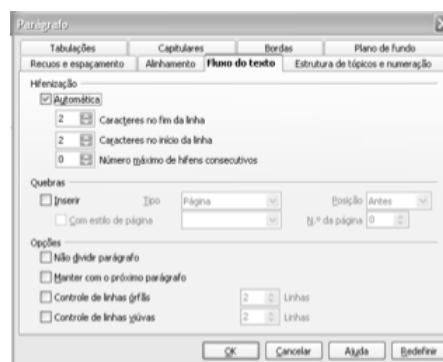
e) Formatar, na opção Parágrafo e, em seguida, na guia Fluxo de Texto, na divisão hifenização, clicar na opção Automática.

O caminho proposto pela alternativa E leva-nos às seguintes telas:



Menu Formatar BrOffice.org Writer.

Primeiro, clicamos no menu Formatar e logo depois em Parágrafo.



Guia fluxo de texto.

Depois, na janela de configuração de parágrafos, clicamos na guia Fluxo de texto. Em hifenização, encontramos a opção Automática, que pode ser selecionada para hifenizar automaticamente os parágrafos atuais ou selecionados.

RESPOSTA: "E".



Figura do enunciado.

Com a figura acima, responda às questões de 224 até 226.

1234. (FUNESA/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - As informações apresentadas são suficientes para se concluir corretamente que o texto mostrado no documento em edição está justificado com recuo à direita de 13 cm.

- () Certo
() Errado

Para sabermos qual a formatação utilizada em um texto, temos que observar a Barra de Ferramentas de Formatação, e também a régua. As que estão presentes na imagem são as seguintes:



Barra de Ferramentas de Formatação



Régua

As informações que elas nos trazem são as seguintes:

Tipo de fonte: Verdana

Tamanho da fonte: 8,5

Não há recuo marcado na régua ou alinhamento de texto selecionado que nos permitam deduzir outras configurações utilizadas.

RESPOSTA: "ERRADO".

1235. (FUNESA/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - Ao se selecionar o título "A Secretaria" e clicar a ferramenta  , esse título será sublinhado.

() Certo

() Errado

Para sublinhar um texto, primeiro o selecionamos, depois usamos as teclas de atalho CTRL+S, ou clicamos no ícone  , na Barra de Ferramentas de Formatação, ou clicamos no Menu Formatar, Fonte, e escolhemos a opção sublinhado.

RESPOSTA: "ERRADO".

1236. (FUNESA/SE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II GESTÃO DE PESSOAL – CESPE/2012) - Ao se clicar a ferramenta , terá início a correção ortográfica e gramatical do documento em edição.

() Certo

() Errado

Para acionar esse recurso através do menu Ferramentas, clique em Opções e clique na guia Ortografia e Gramática.

A correção ortográfica e gramatical também pode ser acionada pelo ícone presente na Barra de Ferramentas Padrão.

Para usar o corretor ortográfico:

Na Barra de Ferramentas Padrão, clique no comando "Ortografia e Gramática";



Detalhe ortografia e gramática.

No espaço "Sugestões" serão apresentadas as prováveis alterações que você poderá fazer em seu texto.

Se a regra apresentada em "Sugestões" não for correta para seu contexto, clique em Ignorar uma vez. Isso fará com que a palavra localizada continue a mesma.

Caso em nenhum lugar de seu texto esta regra se aplique, clique em Ignorar regra.

Para prosseguir, clique em Próxima sentença.

Caso em "Sugestões" haja um item que você queira trocar pelo que está em seu texto, clique na palavra desejada e depois em "Alterar".

RESPOSTA: "ERRADO".

1237. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – UFFS/2012) - Relacione a aplicação apropriada da suíte de aplicações de escritório LibreOffice (Coluna 1) a cada uma das tarefas relacionadas na coluna 2, segundo o manual de uso destes aplicativos.

Coluna 1 Aplicações

1. Writer

2. Calc

3. Impress

Coluna 2 Tarefas

(2) Realizar cálculos de soma e média de um conjunto de valores, de forma automática.

(1) Redigir cartas.

(1) Criar índices de forma automática.

(3) Exibir um conjunto de slides em uma apresentação.

(2) Gerar gráficos de barras, do tipo pizza, ou de área a partir de um conjunto de dados.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

a) 1 – 2 – 2 – 3 – 1

b) 2 – 1 – 1 – 3 – 2

c) 2 – 1 – 3 – 1 – 2

d) 3 – 2 – 2 – 1 – 3

e) 3 – 1 – 3 – 2 – 1

2 - O Calc é um programa composto de planilhas de cálculo, criadas por linhas e colunas para especificar localizações e fazer referências relativas e absolutas às células. Dessa forma, podemos aplicar fórmulas como soma e média, mostradas na figura a seguir:

A4				=	=SOMA(A2:A3)
	A	B	C		
1	Soma	Média			
2		10	30		
3		20	40		
4		30	35		
5					

Detalhe soma no Calc.

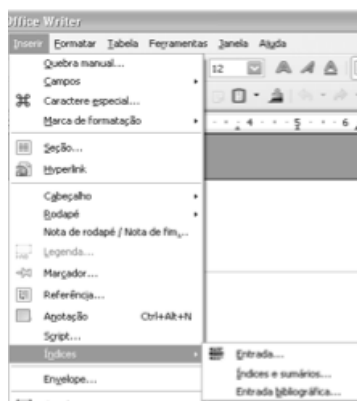
LIVRO DE QUESTÕES

B4		f_{Σ}	Σ	=	=MÉDIA(B2:B3)
	A	B	C		
1	Soma	Média			
2		10	30		
3		20	40		
4		30	35		
5					

Detalhe média no Calc.

1 - O Writer é um programa criado para trabalhar com textos como cartas, envelopes, ofícios, memorandos e outros tipos de documentos.

1 - Nos documentos criados no Writer podemos inserir índices, sumários e entradas bibliográficas, como ilustrado pela próxima imagem.



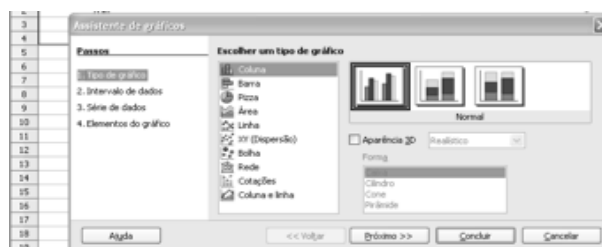
Menu Inserir – Writer.

3 – O Impress é um programa próprio para criação de apresentações de slides.



Detalhe da janela do BrOfficeImpress.

2 – Com o Calc, após determinar uma seleção de células que contenham números, é possível criar vários tipos de gráficos para representar visualmente os dados selecionados.



Detalhe criação de gráficos.

RESPOSTA: "B".

1238. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALISTA ENGENHARIA ELÉTRICA – FCC/2012) - No BrOffice Writer, para apagar de uma só vez a palavra à esquerda do cursor utiliza-se

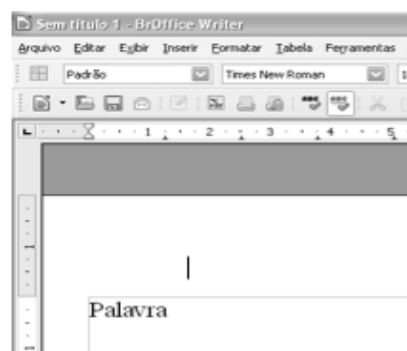
a) <Shift> + <Seta para esquerda>.

b) <BackSpace>.

c) .

d) <Ctrl> + .

e) <Ctrl> + <BackSpace>.



Detalhe cursor à esquerda.

Na imagem acima, vemos o cursor do mouse após a Palavra digitada no BrOffice Writer. O enunciado pergunta-nos qual das opções de teclas de atalho seria capaz de apagar de uma única vez a Palavra, nessa situação.

Se nesse momento de edição do texto pressionássemos juntas as teclas CTRL + BACKSPACE, a Palavra seria apagada imediatamente.

RESPOSTA: "E".

1239. (POLÍCIA FEDERAL - PAPILOSCOPISTA - CES-PE/2012) - A respeito de softwares para edição de textos, planilhas e apresentações, julgue os próximos itens.

O BrOffice 3, que reúne, entre outros softwares livres de escritório, o editor de texto Writer, a planilha eletrônica Calc e o editor de apresentação Impress, é compatível com as plataformas computacionais Microsoft Windows, Linux e MacOS-X.

() Certo

() Errado

Segundo seu site oficial, a origem do BrOffice.org remonta a meados da década de 90, quando a empresa alemã Star Division criou um pacote de escritório chamado StarOffice e começou a distribuí-lo gratuitamente para as plataformas Windows e Linux.

Em 1999, a Star Division foi adquirida pela empresa americana Sun Microsystems. Logo após lançar o StarOffice 5.2, em 13 de Outubro de 2000, a Sun Microsystems doou parte do código fonte do StarOffice para a comunidade de código aberto, tornando-se colaboradora e patrocinadora principal do recém-lançado projeto OpenOffice.org. A iniciativa ganhou o apoio de diversas organizações do mundo tecnológico como Novell, RedHat, Debian, Intel, Mandriva, além das importantes contribuições de desenvolvedores independentes, ONGs e agências governamentais. Essa comunidade, formada por programadores e usuários do mundo inteiro, é quem desenvolve o pacote desde então. Todos fazendo com que o OpenOffice.org não seja apenas uma alternativa livre em suítes de produtividade, mas a melhor e a mais avançada solução de automação de escritórios. Além, é claro, de uma formidável comunidade colaborativa.

Durante todo esse tempo, são quase 50 milhões de downloads contabilizados, dos mais de 40 idiomas diferentes nos quais o OpenOffice.org está disponível. Ao ser disponibilizado sobre as plataformas GNU/Linux, Windows, Sun Solaris e Mac OS X (X11), entre outras, o OpenOffice.org rompeu a barreira da conectividade, integrando usuários dos mais variados perfis e estabelecendo o Software Livre como uma alternativa concreta no até então invariável mercado de aplicativos para usuários finais.

RESPOSTA: "CERTO".

1240. (FEPESE - REVISOR DE TEXTO – UFFS/2012) - A extensão padrão (default) dos arquivos produzidos utilizando a suíte de aplicações de escritório LibreOffice, para a produção de apresentações, documentos de texto e planilhas, respectivamente, é:

- a) pptx; docx;.xlsx
- b) ppt; doc; xls
- c) odp; odt; ods
- d) odt; ods; odp
- e) odpx; odtx; odsx

Como o LibreOffice passa a ser o BrOffice no Brasil, vamos confirmar as extensões pelo conjunto dos programas do BrOffice.

A extensão para apresentações, conforme pode ser confirmado pela figura a seguir, é odp:



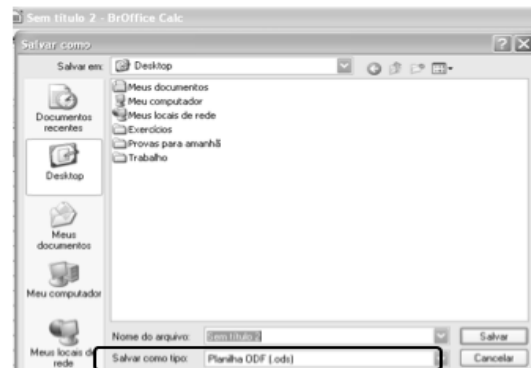
Extensão .odp.

A extensão para textos, conforme pode ser confirmado pela figura a seguir, é odt:



Extensão .odt.

E a extensão para planilhas, conforme figura a seguir, é ods:



Extensão .ods.

RESPOSTA: "C".

1241. (SEGE/MA - AGENTE PENITENCIÁRIO – FGV/2013) - Nas versões mais recentes do MS Word BR para Windows, o atalho de teclado Ctrl + B é executado com o objetivo de

- a) Visualizar a página a ser impressa.
- b) Alterar a fonte de um parágrafo.
- c) Substituir uma palavra no texto.
- d) Aplicar negrito a uma frase.
- e) Salvar o arquivo digitado.

As teclas de atalho são comandos realizados no teclado que substituem os cliques do mouse. Se mantivermos a tecla Ctrl pressionada e pressionarmos o B, será executado o comando salvar, equivalente ao clique no ícone salvar:



Teclas de atalho Ctrl+B

RESPOSTA: "E".

1242. (SEDUC/RO - PROFESSOR - HISTÓRIA - FUN-CAB/2013) - No Microsoft Office Word, a tecla "End":

- a) encerra o aplicativo Word.
- b) fecha o documento.
- c) posiciona o cursor no final da linha.
- d) posiciona o cursor no final da página.
- e) posiciona o cursor no final do documento.



Tecla End

Existem várias teclas que nos auxiliam na locomoção quando digitamos, editamos ou vemos um texto no Microsoft Word, como as teclas mostradas na imagem acima.

Quando temos uma linha de texto e o cursor do mouse está posicionado em outro local que não seja o final dessa linha, podemos usar a tecla "End" para que ele seja movido diretamente após o último caractere da linha.

RESPOSTA: "C".

1243. (COBRA TECNOLOGIA S-A (BB) - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPP/2013) - No Word 2007 as tabelas dentro de outras tabelas são chamadas de tabelas:

- a) Alinhadas.
- b) Aninhadas.
- c) Cruzadas.
- d) Lineares.

Tabelas dentro de outras tabelas são chamadas de tabelas aninhadas e são normalmente usadas para desenvolver páginas da Web. Se você pensar em uma página da Web como uma grande tabela que segura outras tabelas, com texto e gráficos dentro de células de tabela diferentes, você poderá organizar as diferentes partes de sua página.

É possível inserir uma tabela aninhada clicando em uma célula e, em seguida, usando qualquer um dos métodos para inserir uma tabela, ou desenhar uma tabela no local que deseja a tabela aninhada.

Fonte: Ajuda do Microsoft Word.

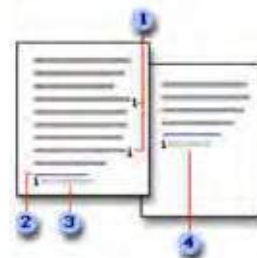
Resposta: "B".

1244. (PM/SC - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR – IOBV/2013) - O atalho para inserir uma nota de rodapé em um documento do Word 2007 é:

- a) Alt + Ctrl + Y
- b) Alt + Ctrl + F
- c) Alt + Ctrl + M
- d) Ctrl + U

As notas de rodapé e notas de fim são usadas nos documentos impressos para explicar e comentar o texto de um documento ou fornecer referências sobre ele. Você poderá usar notas de rodapé para fazer comentários detalhados e notas de fim para fazer citações de fontes.

Uma nota de rodapé ou nota de fim consiste em duas partes vinculadas — a marca de referência da nota (marca de referência de nota: um número, um caractere ou uma combinação de caracteres que indica que existem informações adicionais em uma nota de rodapé ou nota de fim.) e o texto correspondente da nota.



Nota de Fim e Marca de Referência

1 - Marcas de referência de notas de rodapé e notas de fim

2 - Linha do separador

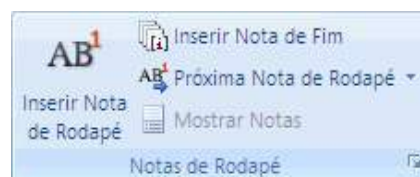
3 - Texto da nota de rodapé

4 - Texto da nota de fim

Para inserir uma nota de rodapé:

 No modo de exibição de Layout de Impressão (modo de exibição de layout de impressão: um modo de exibição de um documento ou outro objeto da forma como ele aparecerá quando for impresso. Por exemplo, itens como cabeçalhos, notas de rodapé, colunas e caixas de texto aparecem em suas posições reais.), clique no local em que deseja inserir a marca de referência de nota.

 Na guia **Referências**, no grupo **Notas de Rodapé**, clique em **Inserir Nota de Rodapé** ou **Inserir Nota de Fim**.



Grupo Notas de Rodapé

Atalho do teclado Para inserir uma nota de rodapé subsequente, pressione CTRL+ALT+F. Para inserir uma nota de fim subsequente, pressione CTRL+ALT+D.

Por padrão, o Word coloca as notas de rodapé no final de cada página e as notas de fim no final do documento.

RESPOSTA: "B".

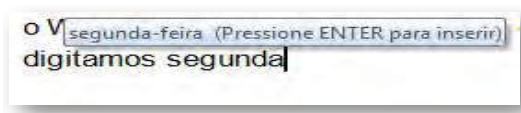
1245. (CODATA - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO - FINANÇAS – FUNCAB/2013) - No Microsoft Office Word 2007, há três recursos que alteram o texto enquanto alguém digita:

- a) **AutoFormatação, AutoCorreção e AutoCompletar.**
- b) **AutoFormatação, Correção Ortográfica e Ajuste.**
- c) **AutoCorreção, Digitação Dinâmica e Ajuste.**
- d) **AutoCompletar, Digitação Rápida e Ajuste.**
- e) **AutoFormatação, Ajuste e AutoCompletar.**

Autoformatação: é o recurso do Microsoft Word que altera automaticamente o texto quando digitado. Por exemplo, quando digitamos "1/2" e pressionamos a barra de espaço, a fração automaticamente é colocada no seu modo correto no texto, ou seja, "½".

Autocorreção: é a correção automática de palavras digitadas de forma incorreta, realizada pelo Word. Por exemplo, quando digitamos "pao" e pressionamos a barra de espaço, a palavra é automaticamente corrigida para "pão".

Autocompletar: ocorre automaticamente, quando estamos digitando uma palavra e o Word propõe a palavra completa que será colocada no texto. Por exemplo, quando digitamos "segunda" e aparece sobre a palavra a opção "segunda-feira", como na figura a seguir:



Autocompletar

RESPOSTA: "A".

1246. (TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) -



Tendo como referência a figura acima, que exibe um gráfico contido em um texto em edição no Word, julgue os itens a seguir.

Mesmo após salvar o arquivo Documento2 no Word, será possível abri-lo no software Writer.

- () Certo
- () Errado

Para favorecer a visualização, o gráfico da questão foi reconstruído, sem prejuízos ao entendimento e conclusão. Observe:



Quando salvamos um arquivo nas diferentes versões do Word, o nome escolhido pelo usuário para este arquivo é precedido de uma extensão composta por um ponto e três ou quatro letras. Essa extensão possibilita saber em qual programa foi criado e em qual poderá ser aberto.

Quando criamos um documento no Word 2003, ele é salvo com a extensão padrão .doc. Quando salvamos no Word 2010, a extensão é .docx. Quando salvamos no Writer, a extensão é .odt.

Os documentos salvos no Writer com a extensão padrão não podem ser abertos no Word. Nas imagens a seguir, salvamos um arquivo no Writer com sua extensão padrão, na Área de Trabalho do computador e tentaremos abri-lo no Word:



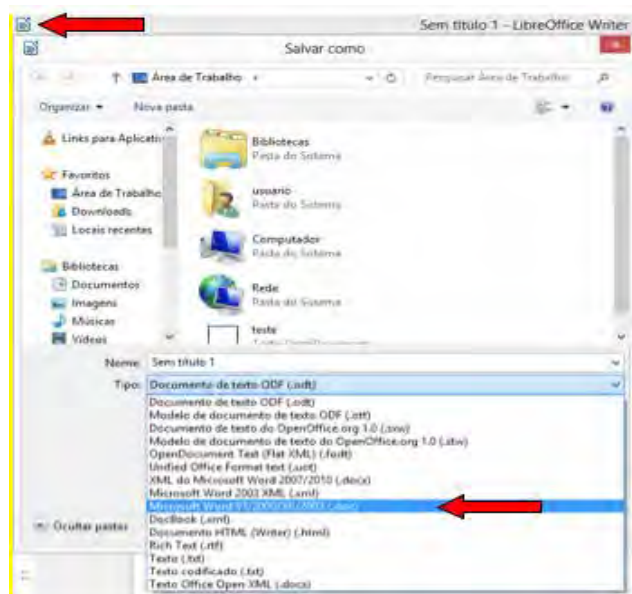
Abrir arquivo teste do Writer no Word



Mensagem de erro

LIVRO DE QUESTÕES

Veja que não foi possível abrir o arquivo teste.odt no Word, porém quando criamos um arquivo no Writer podemos alterar sua extensão padrão para que seja possível utilizar o mesmo arquivo nos dois programas:



Alterando o tipo de arquivo padrão no Writer

Dessa forma será possível abrir o documento tanto no Writer como no Word.

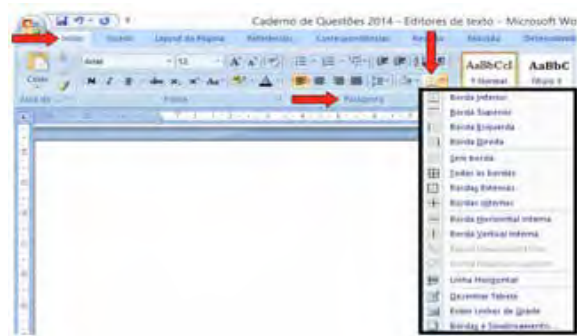
Documentos salvos no Word são abertos no Writer normalmente, visto que este aceita a extensão .doc.

RESPOSTA: "CERTO".

1247. (SANEPAR - ANALISTA DE INFORMÁTICA - ANALISTA SUP. TÉCNICO PLATAFORMA BAIXA – COPS/2013) - Sobre os símbolos utilizados para a formatação de Bordas e Tabelas no Word 2007, assinale a alternativa correta.

- a)  Corresponde à opção Todas as Bordas.
- b)  Corresponde à opção Calendário.
- c)  Corresponde à opção Calculadora.
- d)  Corresponde à opção Criar Relatório.
- e)  Corresponde à opção Linha Horizontal.

A questão refere-se ao botão de comando de Bordas presente na Guia Início, no grupo Parágrafo, conforme mostrado a seguir:



Guia Início, grupo Parágrafo

Ampliando a imagem, vemos suas respectivas finalidades no menu:



Menu Bordas- Grupo Parágrafo

RESPOSTA: "E".

1248. (ELETROBRÁS - PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - ENGENHARIA ELÉTRICA - BIO-RIO/2013) - No Microsoft Word as teclas de atalho CTRL+X, CTRL+C e CTRL+V têm respectivamente as seguintes funções:

- a) aplicar negrito, itálico e sublinhado;
- b) formatar letra, linha e parágrafo;
- c) inserir, localizar, substituir;
- d) recortar, copiar, colar;
- e) alinhar à esquerda, alinhar centralizado, alinhar à direita

Ícone (Botão de Ação)	Nome/Finalidade	Tecla de Atalho
	Recortar: retira a seleção do documento e a leva para a Área de Transferência.	Ctrl+X
	Copiar: leva à Área de Transferência uma cópia do conteúdo selecionado no texto.	Ctrl+C
	Colar: cola no texto o conteúdo presente na Área de Transferência.	Ctrl+V

RESPOSTA: "D".

1249. (TJ/PB - JUIZ LEIGO - CESPE – 2013) - Acerca dos comandos e funcionalidades do programa Microsoft Word, assinale a opção correta.

- a) O corretor ortográfico do Word oferece uma opção de revisão por meio da qual é possível comparar um documento com suas versões anteriores e buscar alterações do uso de um termo ao longo dessas versões.

b) Os recursos de tabulação do Word podem ser utilizados tanto mediante ajustes diretamente nas réguas existentes nas partes superior e esquerda da tela quanto por meio do botão TAB do teclado.

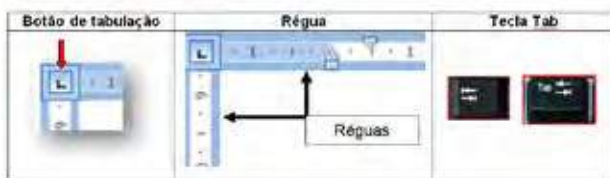
c) No Word, a inserção de tabela com fórmula só é possível mediante vínculo com uma planilha do Excel.

d) O Word permite a elaboração de formulários de, no máximo, vinte campos, a serem preenchidos de acordo com parâmetros que podem ser definidos conforme o tipo de conteúdo do campo.

e) O Word disponibiliza ferramentas de revisão de texto que permitem a adição de comentários que, editados no rodapé ou cabeçalho dos documentos, podem ser expostos ou ocultos ao leitor.

O recurso de tabulação oferece um método de alinhamento diferenciado aos parágrafos de forma a deixá-los organizados sem a necessidade de usar uma tabela.

Isso é possível através do botão de tabulação, presente no canto superior esquerdo da régua e como auxílio da tecla TAB.



Botão de tabulação/Régua/Tecla Tab

Os tipos de tabulação presentes no botão de tabulação são:

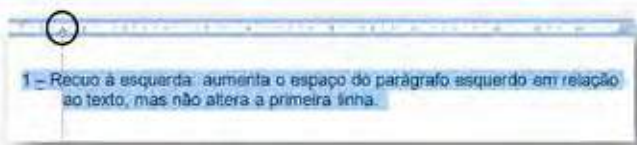
- Esquerdo
- Centralizado
- Direito
- Decimal
- Recuo da Primeira Linha
- Recuo Deslocado

Na própria régua ficam presentes os seguintes recursos:



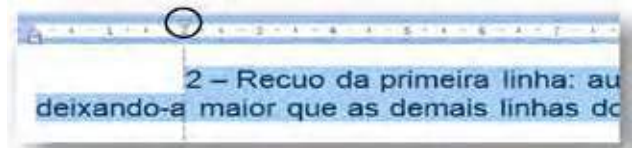
Régua

1 – Recuo à esquerda: aumenta o espaço do parágrafo esquerdo em relação ao texto, mas não altera a primeira linha. Para isto, basta pressionar o botão esquerdo do mouse sobre o recuo esquerdo e arrastá-lo sobre a régua até o ponto desejado.



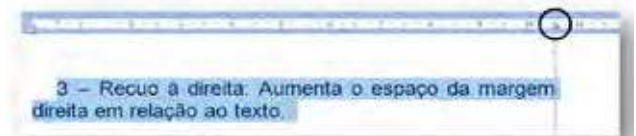
Recuo à esquerda.

2 – Recuo da primeira linha: aumenta a margem da primeira linha deixando-a maior que as demais linhas do parágrafo.



Recuo da primeira linha.

3 – Recuo à direita: Aumenta o espaço da margem direita em relação ao texto.



Recuo à direita

Quando aplicamos à régua uma tabulação, ela fica marcada no ponto que desejarmos. Escolhemos a tabulação no botão de tabulação apenas clicando sobre ele até que seja mostrada a opção desejada e depois clicamos na régua:



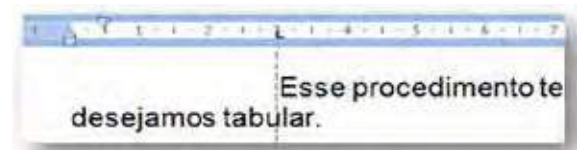
Escolhendo e aplicando a tabulação

1 – Escolhemos o tipo de tabulação.

2 – Clicamos na régua.

Esse procedimento tem que ser feito no parágrafo que desejamos tabular.

Quando a tecla TAB for pressionada, o alinhamento do parágrafo será feito até o ponto determinado na régua:



Tabulação "Esquerdo"

RESPOSTA: "B".

1250. (PC/PA - ESCRITURÁRIO - INVESTIGADOR - UEPA/2013) - Ao clicarmos simultaneamente as teclas de atalho Ctrl+Ono Microsoft Word, ocorre que:

- a) o texto do documento atual é selecionado.
- b) abre uma janela com opções para a impressão do documento.
- c) abre um documento em branco.
- d) abre uma janela para salvar o documento com um outro nome.
- e) coloca em negrito a palavra próxima do cursor.

Os atalhos de teclado consistem em teclas que são pressionadas juntas ou sozinhas que realizam um comando. Entre as várias funções de teclas de atalho no Word, temos:

Trabalhando com documentos e páginas da Web:
- Criar, exibir e salvar documentos

Para fazer isso	Pressione
Cria um novo documento do mesmo tipo do atual ou do mais recente.	CTRL+O
Abre um documento.	CTRL+A
Fecha um documento.	CTRL+W
Divide a janela do documento.	ALT+CTRL+S
Remove a divisão da janela do documento.	ALT+SHIFT+C
Salva um documento.	CTRL+B

RESPOSTA: "C".

1251. (UFU/MG - AUXILIAR ADMINISTRATIVO - UFUMG/2013) - Em relação ao Microsoft Word 2007 em português, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Dentre os recursos para a formatação de parágrafos, há a possibilidade de alinhamento de texto à direita, à esquerda, centralizado e justificado. Além disso, é possível inserir recuo à esquerda e(ou) à direita dos parágrafos

b) O Microsoft Word 2007 possui uma ferramenta de verificação ortográfica que auxilia na correção de erros de digitação.

c) É possível inserir tabelas em documentos elaborados no Microsoft Word 2007. Estas tabelas são organizadas em linhas e colunas.

d) Em um mesmo documento do Microsoft Word 2007, é permitido utilizar diferentes tamanhos e cores de fonte. Porém, é permitido utilizar apenas um tipo de fonte em todo o documento, por exemplo, Arial ou Times New Roman.

Em um mesmo documento do Word é possível utilizar vários tipos de formatação. No Word 2007 podemos acessar opções de formatação de fonte na guia Início, nos grupos Fonte, Parágrafo e Estilo, por exemplo. A aplicação de tipos de fontes diferentes é possível através da guia Início, grupo Fonte, Fonte (Ctrl+Shift+F), conforme figura a seguir:



Alterar tipo de Fonte



Tipos de Fonte

Veja o trecho do texto a seguir. Ele apresenta vários tipos de fonte em um mesmo documento:

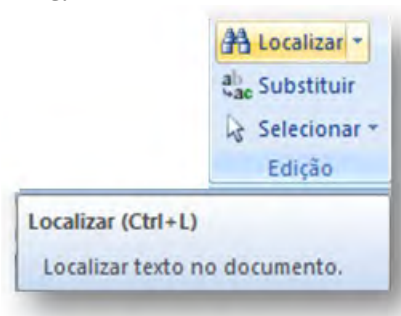
Em um mesmo documento do **Microsoft Word 2007**, é permitido utilizar **DIFERENTES** tamanhos e cores de fonte e tipos de fonte em **todo** o documento, por exemplo, Arial ou Times New Roman.

Documento com vários tipos de fonte

RESPOSTA: "D".

1252. (TJ/SP - ADVOGADO - VUNESP/2013) - A tecla de atalho que aciona a opção para procurar texto num documento que está sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão, é:

- a) CTRL + L
- b) CTRL + J.
- c) CTRL + B
- d) CTRL + A.
- e) CTRL + C.



Localizar

A figura acima mostra o botão de comando do recurso Localizar. Ele se encontra na Guia Página Inicial, grupo Edição, do Microsoft Word 2010. O atalho de teclado (teclas de atalho) que podem abrir essa opção são Ctrl+L.

RESPOSTA: "A".

1253. (CREFITO 2ª REGIÃO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CEPUERJ/2013) - No aplicativo Microsoft Office Word 2010 (configuração padrão) idioma padrão Português do Brasil, o atalho CTRL + X é utilizado para:

- a) colar
- b) copiar
- c) recortar
- d) selecionar tudo

As teclas de atalho ou atalhos de teclado podem não ser os mesmos em programas diferentes, mas, geralmente, quando se trata de uma mesma família de programas e até de programas similares, é mantida a mesma função para um conjunto de teclas ou para uma tecla de função para favorecer a prática e utilização dos programas.

Por exemplo:

1) Ctrl+L no Word abre o recurso Localizar, mas se usarmos o mesmo atalho de teclado para o Adobe Reader, abriremos o modo de visualização em tela cheia.

2) Ctrl+X em todas as versões de Word recortam o trecho selecionado no documento, transferindo seu conteúdo para a Área de Transferência.

RESPOSTA: "C".

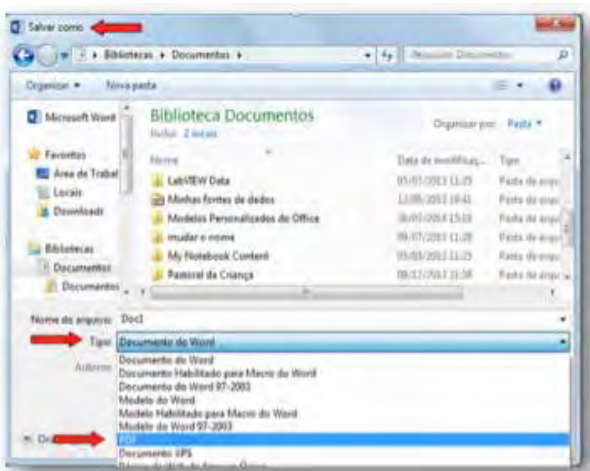
1254. (PC/DF-ESCRIVÃO DE POLÍCIA-CESPE/2013)
- Com relação ao sistema operacional Windows, à edição de texto e à navegação na Internet, julgue os itens seguintes.

Para se editar um documento em formato PDF no Word 2013, é necessário que o documento seja composto exclusivamente de texto.

- () Certo
() Errado

PDF é a extensão de arquivos que podem ser lidos no Adobe Reader. A conversão do documento do formato .docx, que é a extensão de arquivos no Word 2013, para a extensão .pdf, do programa Adobe Reader, auxilia na proteção e integridade do documento e na sua visualização em computadores diferentes.

No Word 2013 é possível salvar um arquivo com a extensão .pdf, pela Guia Arquivo, Salvar como, conforme mostra a figura a seguir, mesmo que ele seja composto por texto e imagens:



Salvar como arquivo PDF

RESPOSTA: "ERRADO".

1255. (BHTRANS - PEDAGOGO - GESTÃO DE CONCURSOS/2013) - Diante das possibilidades de formatações de parágrafos no MS Word 2010, assinale a alternativa que está INCORRETA.

- a) Alinhar parágrafo à direita.
b) Alinhar texto à esquerda.
c) Centralizar.
d) Justificar.

As opções de alinhamento de texto são:



- 1 – Alinhar texto à esquerda (Ctrl+Q).
2 – Centralizar (Ctrl+E).
3 – Alinhar texto à direita.
4 – Justificar (Ctrl+J).

A alternativa "A" está incorreta, pois o nome correto é alinhar texto e não alinhar parágrafo.

RESPOSTA: "A".

1256. (TJ/RS-OFICIALESCREVENTE-FAURGS/2013)
- Considerando o texto a seguir, adaptado do site do Tribunal de Justiça do RS e digitado no processador de textos Writer (LibreOffice).

Jurisprudencia:

A Jurisprudencia tem como atividade o fornecimento de cópias dos acórdãos e decisões do Tribunal de Justiça e a realização de pesquisa na base de dados jurisprudencial. O acervo da jurisprudencia é formado por acórdãos e decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça do Estado desde 1965.

A partir de dezembro de 2000, por Ato da Presidência os acórdãos passaram a ter o inteiro teor publicado no site do Tribunal de Justiça na Internet. A Jurisprudencia é responsável também pela publicação do Boletim de Ementas e pela Revista de Jurisprudência do Tribunal do Estado.

(Fonte: Adaptado do site do Tribunal de Justiça
([HTTP://www.tjrs.jus.br/](http://www.tjrs.jus.br/)))

Decidiu-se usar o recurso "Localizar e substituir" para a correção da palavra *jurisprudência*. Para tanto, preencheu-se a tela como segue.



Quantas palavras foram substituídas no texto após pressionar o botão "Substituir todos"?

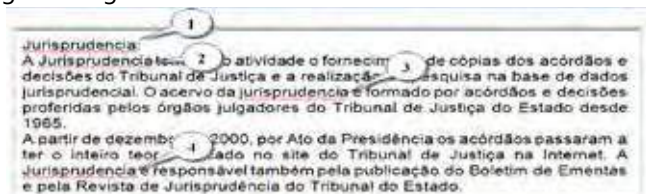
- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

A questão procura quais palavras serão detectadas como incorretas ou estranhas ao Word, considerando a configuração da figura, que mostra a janela (1) Localizar e substituir, pronta para localizar a palavra digitada na linha (2) Procurar por, considerando (3) somente palavras inteiras.



Indicação da questão

Considerando estas configurações, serão localizadas quatro ocorrências da palavra jurisprudência, conforme figura a seguir:



Ocorrências encontradas no texto

RESPOSTA: "C".

1257. (PC/GO - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL - UEG/2013) - O LibreOffice Writer é um editor de textos de código livre. A edição de documentos de textos pode ser agilizada com a utilização de teclas de atalho. Dentre esses recursos do Writer, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, tem-se que:

a) ao pressionar simultaneamente as teclas Ctrl e S (Ctrl + S) o sistema salva o documento em edição.

b) é possível ao usuário inserir novos atalhos a partir do menu Ferramentas, escolhendo na guia Avançado o item Teclado.

c) para abrir um novo documento devem-se pressionar simultaneamente as teclas Ctrl e A (Ctrl + A).

d) para se localizar uma palavra ou frase em um documento de texto utiliza-se o atalho Ctrl e L (Ctrl + L).

Pelo trecho mostrado do menu Arquivo do LibreOffice Writer da figura a seguir, é possível verificar que as teclas de atalho usadas para salvar, ou seja, gravar um documento, são Ctrl+S.



Ctrl+S para Salvar

RESPOSTA: "A".

1258. (TJ/RS - OFICIAL ESCRIVENTE - FAURGS/2013) - No pacote LibreOffice, os aplicativos Calc e Writer gravam seus arquivos com uma extensão default própria, que pode ser alterada a qualquer tempo. Assinale a alternativa que apresenta as extensões originais da instalação padrão para o Calc e o Writer, respectivamente.

- a) ods e odt
- b) ods e doc
- c) odt e ods
- d) xls e doc
- e) xls e odt

A extensão de um arquivo mostra em que programa ele foi criado e em quais poderá ser aberto e editado.

Uma forma fácil de saber qual a extensão que um determinado programa salva os arquivos criados nele, é ir até a opção de salvar como... e observar o tipo de arquivo marcado como default.

Encontramos nos programas abordados pela questão, respectivamente, .ods e .odt:



RESPOSTA: "A".

1259. (STF - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA – CESPE/2013)- Acerca de sistema operacional e do ambiente Microsoft Office 2010, julgue os itens a seguir.

No Word 2010, as informações de um documento podem ser protegidas/desprotegidas, por meio de senha, de modo a restringir/permitir a determinados usuários os processos de formatação e de edição do texto. Por meio dessa opção, é possível atribuir funções específicas apenas aos usuários aos quais foi concedida permissão.

- () Certo
() Errado

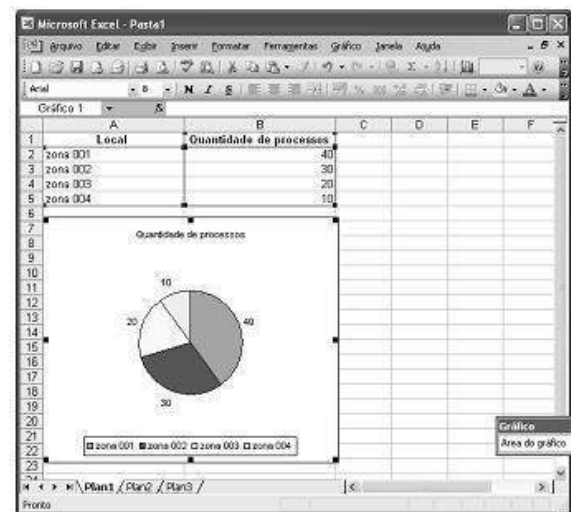
Na guia Revisão, grupo Proteger, botão de comando Restringir edição é possível limitar formatação a uma seleção de estilos e permitir apenas determinado tipo de edição no documento.

Na guia Arquivo, Informações é possível proteger o documento com os recursos:

- Marcar como Final – que torna o documento apenas como leitura.
- Criptografar com Senha – torna necessário o uso de senha para abrir o arquivo.
- Restringir Edição – controla quais tipos de alterações as pessoas podem fazer no documento.
- Restringir Permissão por Pessoa – concede acesso às pessoas e as impede de editar, copiar ou imprimir.
- Adicionar uma Assinatura Digital – garante a integridade do documento adicionando uma assinatura digital invisível.

RESPOSTA: "CERTO".

1260. (TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) - ANALISTA JUDICIÁRIO - CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) –



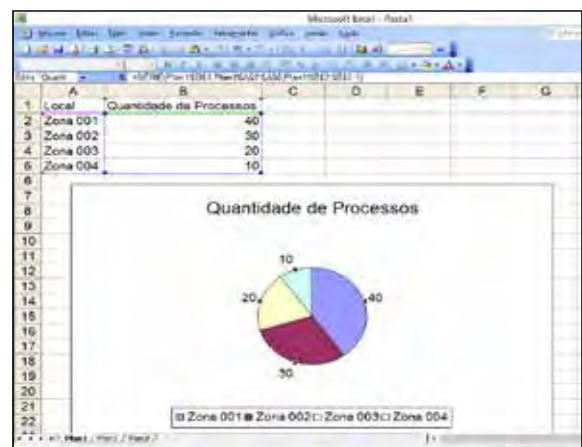
Com base na figura acima, que ilustra uma planilha em edição no

Excel, a partir da qual foi gerado o gráfico mostrado, julgue os itens que se seguem.

O gráfico em questão pode ser colado em um relatório editado no Writer do BrOffice sem que haja perda de dados.

- () Certo
() Errado

O gráfico foi recriado para uma melhor visualização, sem prejuízos ao entendimento e resposta à questão.



Recriação da imagem da questão

A questão consiste em saber se o gráfico criado no Excel pode ser colado e editado no Writer. Criamos o gráfico acima, copiamos e o colamos no Writer sem nenhum prejuízo às informações:



Gráfico colado do Excel para o Writer

RESPOSTA: "CERTO".

1261. (PC/GO - AGENTE DE POLÍCIA – UEG/2013) - Para que o LibreOffice Writer, versão 3.6.3.2, na configuração padrão em português, possa verificar corretamente a ortografia e a gramática, o editor deverá ser configurado adequadamente. Sobre esses recursos, tem-se que

a) o editor permite a verificação ortográfica ao se digitar o texto, ou, quando necessário, a partir do menu Formatar, submenu Estilos e Formatação.

b) a configuração de idioma pode ser feita a partir do menu Ferramentas, submenu Opções, no item Configurações de Idioma, onde é possível indicar o idioma padrão do documento.

c) o recurso de verificação ortográfica poderá ser ativado a partir do ícone  da barra de ferramentas ou a partir do menu Editar, submenu Correção Gramatical.

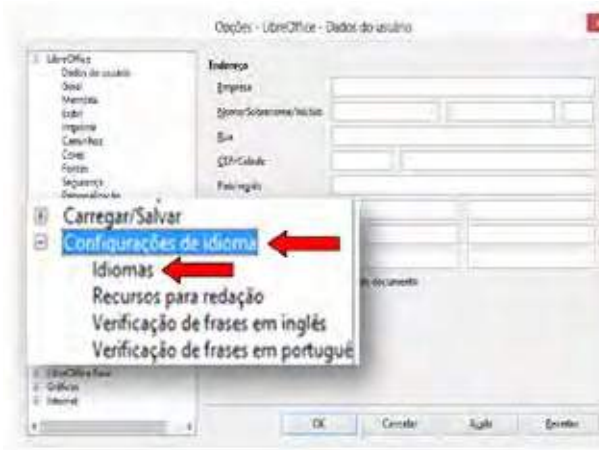
d) o recurso de Autoverificação ortográfica poderá ser ativado a partir do ícone  da barra de ferramentas ou a partir do menu Editar, submenu AutoTexto.

Fazendo o caminho proposto na alternativa "B" da questão, temos:



Ferramentas – Opções

Este caminho abrirá a seguinte tela, onde, no item Configurações de Idioma, é possível indicar o idioma padrão do documento:



Configurações de Idioma - Idioma

RESPOSTA: "B".

1262. (PC/GO - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – UEG/2013) - No LibreOffice Writer, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, o usuário pode adicionar com rapidez marcadores ou números às linhas de texto existentes, ou o editor pode automaticamente criar listas à medida que o usuário digita. Sobre esse recurso, nota-se o seguinte:

a) em listas com vários níveis de endentação deve-se respeitar o padrão adotado para o maior nível, ou seja, os subitens de um item numerado também deverão ser do tipo numérico.

b) para ativar ou desativar o recurso de marcadores o usuário pode fazer uso do ícone  disponível na barra de ferramentas ou mesmo utilizar a tecla de atalho F11.

c) para se criar mais de uma lista enumerada em um mesmo documento e reiniciar a numeração automaticamente é necessário inserir uma quebra de seção.

d) para ativar ou desativar o recurso de numeração automática o usuário pode fazer uso do ícone  disponível na barra de ferramentas ou mesmo utilizar a tecla de atalho F12.

Veja algumas teclas de atalho do LibreOffice Writer:

F2	Ativar numeração
Ctrl+F12	Insere ou edita a tabela
Shift+F12	Ativa marcadores
Ctrl+Shift+F12	Desativa Numeração / Marcadores

RESPOSTA "D".

1263. (TJ/DF - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE/2013) - Com relação ao ambiente Windows e a aplicativos de edição de textos e de navegação na Internet, julgue os itens seguintes.

O aplicativo Writer, do BrOffice, utilizado para a edição de textos, não permite a realização de cálculos com valores numéricos, por exemplo, cálculos com valores em uma tabela inserida no documento em edição.

- () Certo
() Errado

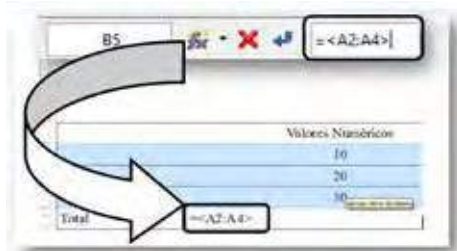
No BrOffice ou LibreOffice Writer, considerando que tenha

mos uma tabela com valores que precisam ser somados, podemos acessar o menu Tabela, e o submenu Fórmula, como indicado na figura a seguir:



Menu Tabela - Fórmula

Nesse exemplo, consideremos que antes de acessar os menus propostos na figura acima, tenhamos clicado na célula onde desejamos inserir a fórmula que calcule o total. Depois desses passos, aparecerá a barra de Fórmula e poderemos selecionar os números que estão envolvidos na somatória:



Execução da Fórmula

Após estes procedimentos, quando a tecla Enter for pressionada, o total da soma dos números selecionados será exibido na tabela.

RESPOSTA: "ERRADO".

1264. (SERPRO - ANALISTA - ADVOCACIA - CESPE/2013) - Acerca de sistema operacional Linux e BrOffice, julgue os itens a seguir.

Em um documento elaborado no Writer do BrOffice, é possível criar colunas, inserir gráficos e definir bordas.

- () Certo
() Errado

Pela figura a seguir sabemos que é possível inserir Tabelas e Gráficos. Toda tabela é composta por colunas e linhas e ambas podem ser formatadas, inseridas ou excluídas no Writer.



Inserir Gráfico / Tabelas

A formatação de bordas em uma tabela é possível através do recurso mostrado na figura a seguir:



Bordas

RESPOSTA: "CERTO".

1265. (PC/PR - DELEGADO DE POLÍCIA - COPS - UEL/2013) - Em relação ao programa Writer do BrOffice, associe a coluna da esquerda à coluna da direita.

- (I)
- (II)
- (III)
- (IV)
- (V)

- (A) Estilo.
- (B) Cor da Fonte.
- (C) Diminuir Recuo.
- (D) Negrito.
- (E) Ortografia e Gramática.

LIVRO DE QUESTÕES

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-B, II-D, III-E, IV-A, V-C.
- b) I-B, II-E, III-A, IV-D, V-C.
- c) I-D, II-A, III-B, IV-C, V-E.
- d) I-D, II-E, III-A, IV-B, V-C.
- e) I-E, II-D, III-C, IV-A, V-B.

Os recursos da questão estão presentes nas barras de ferramentas Padrão e de Formatação do BrOffice:



Barras de Ferramentas Padrão e de Formatação

A questão exige conhecimento prático para saber os nomes de cada um dos botões e associá-los a seus respectivos ícones.

Quando pausamos o mouse sobre cada um dos botões das barras é exibido seu nome logo abaixo. Cada ícone é desenvolvido para tornar sua função intuitiva pelo usuário, representando graficamente o que desempenha. Dessa forma, é possível concluir:

Ícone	Nome
	Negrito
	Ortografia e Gramática
	Estilo
	Cor da Fonte
	Diminuir Recuo

Ícones e nomes

RESPOSTA: "D".

1266. (IPEM/RO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – FUNCAB/2013) - No BrOffice Writer, são tipos de tabulações permitidas na formatação de parágrafos, EXCETO:

- a) à esquerda.
- b) centralizada.
- c) à direita.
- d) justificada.
- e) decimal.

A presente questão exige atenção para que não sejam levados em consideração os tipos de alinhamento presentes no BrOffice Writer, que são: Esquerda-Direita-Centralizada-Justificada.

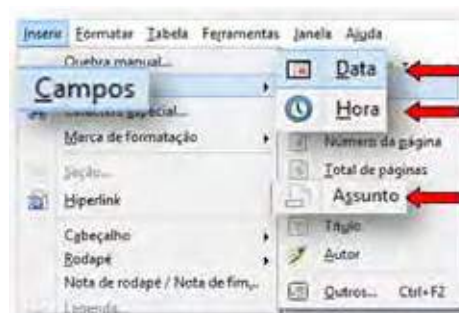
As tabulações existentes são: Esquerda-Direita-Centralizada-Decimal.

RESPOSTA: "D".

1267. (EEAR - SARGENTO - SISTEMA DE INFORMAÇÃO – AERONÁUTICA/2013) - O BrOffice.org - Writer permite que você insira campos no seu documento de texto. Para tal, o usuário foi até a barra de menus e clicou em Inserir > Campos. Das alternativas abaixo, marque a opção que corresponde a três campos possíveis de serem inseridos, de acordo com a lista que será aberta.

- a) data; hora; assunto
- b) título; autor; descrição
- c) hora; autor; objeto
- d) título; assunto; menu

Essa questão exige conhecimento prático como a maioria das questões sobre Informática. São muito comuns questões sobre teclas de atalho, ícones e menus. Acessando o menu Inserir – Campo, temos diversas opções. Entre elas, verifique as presentes na alternativa "A".



Inserir Campo

RESPOSTA: "A".

1268. (SUDECO - AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNCAB/2013) - Observe abaixo o texto extraído do site da SUDECO:

"Sudeco e Famasul discutem estratégias para o Desenvolvimento da INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA-doCentro-Oeste."

No BrOffice Writer, a tecla ou combinação de teclas de atalho que permite copiar a expressão em destaque no texto é:

- a) C
- b) F2
- c) CTRL+ X
- d) CTRL+ V
- e) CTRL+C

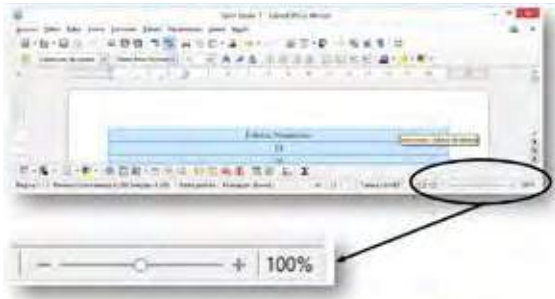
As teclas de atalho com a função de copiar são Ctrl + C. Da mesma forma, no Windows e em diversos programas, essas teclas de atalho desempenham a mesma função.

RESPOSTA: "E".

1269. (DETRAN/RJ - ASSISTENTE TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL – MAKIYAMA/2013) - Dentre as alternativas abaixo, qual apresenta um recurso presente na Barra de Status do BrOffice.org Writer 3.0?

- a) Visualização de livro
- b) Tamanho da fonte
- c) Linha à mão Livre
- d) Controle manual do zoom
- e) Inserir nota de fim diretamente

O recurso do Zoom permite aproximar ou afastar o documento na tela, facilitando sua visualização. O controle manual do zoom consiste em um ponteiro que pode ser aumentado ou diminuído pelo mouse, pressionando sobre ele o botão esquerdo e arrastando para aumentar ou diminuir. Esse recurso está presente na Barra de Status do BrOffice.org Writer, assim como em diversos outros softwares aplicativos, como o próprio Word.



Zoom

RESPOSTA: "D".

1270. (EBSERH - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – IBFC/2013) - Relacione abaixo os aplicativos da Microsoft (primeira linha) com os respectivos aplicativos correspondentes do LibreOffice (segunda linha):

(A) MS-Word (B) MS-Excel (C) MS-Power Point (D) MS-Access

(E) Base (F) Impress (G) Writer (H) Calc

- a) AG - BH - CF - DE
- b) AE - BF - CG - DH
- c) AG - BE - CF - DH
- d) AF - BH - CG - DE

O LibreOffice é um pacote de softwares aplicativos desenvolvido por uma organização de software livre, especialmente para dar opção gratuita aos usuários de computadores que precisam desempenhar funções disponíveis no pacote Microsoft Office, permitindo automatizar diversas funções de escritório, apenas através da compra desse produto.

Pacote LibreOffice:

- Writer: editor de texto.
- Calc: editor de planilhas eletrônicas.
- Impress: editora de apresentações de slides.
- Base: editor de banco de dados.

Pacote Microsoft Office:

- Word: editor de texto.
- Excel: editor de planilhas eletrônicas.
- Power Point: editor de apresentações de slides.
- Access: editor de bancos de dados.

RESPOSTA: "A".

1271. (CBM/CE - PRIMEIRO-TENENTE – CESPE/2014) - No que se refere aos ambientes Windows e Linux, julgue os itens que se seguem:

Em um texto em edição no Word, os parágrafos podem apresentar diferentes formatações. Para tanto, a quebra de linha ou de parágrafo deve ser feita por meio da tecla .

- () Certo
- () Errado

Uma quebra de linha seria a interrupção de uma linha para começar outra, e uma quebra de parágrafo é a interrupção do parágrafo para iniciar outro. As quebras propostas na questão podem ser feitas apenas pelo uso da tecla "Enter", como propõe.

RESPOSTA: "CERTO".

1272. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP/2014) - Um usuário do MS-Word 2010 editou um documento e identificou a necessidade de aumentar o tamanho da fonte de uma palavra do texto, visando dar-lhe maior destaque. Uma forma de realizar essa tarefa, estando a palavra selecionada, é clicar no seguinte botão:

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

No Word 2010 o referido recurso encontra-se na guia "Página Inicial", no grupo "Fonte". Uma das formas de aumentar o tamanho da fonte é selecioná-la e clicar no botão de comando "Aumentar fonte". O mesmo efeito pode ser produzido pelas teclas de atalho Ctrl+>, ou pelo combo box Tamanho da Fonte, presente no mesmo grupo. Conheça os botões de comando envolvidos neste comentário:

Botão de comando	Nome
	Aumentar fonte
	Tamanho da fonte

Aumentar fonte/Tamanho da fonte

RESPOSTA: "C".

1273. (CRA/SC - ADVOGADO – IESES/2013) - Após a leitura a seguir sobre o editor de texto Microsoft Word 2007, identifique a afirmação correta:

I. Para criar tabelas no Microsoft Word 2007 deve-se utilizar os seguintes comandos da faixa de opções: Guia Inserir – Grupo Tabela – Tabela – Definir o número de Tabelas desejadas.

II. O estilo de parágrafo padrão normalmente usado quando se inicia um novo documento Word baseia-se no modelo Normal.dotm.

III. No Word 2007, o recurso "Orientação" existente na opção de menu "Layout de páginas" permite alternar as páginas entre os layouts Retrato e Paisagem.

IV. Os cabeçalhos e rodapés, no Word 2007 são duas áreas que se repetem em todo o documento para compartilhar uma informação necessária. Esse recurso é possível acessando o menu Exibir e escolhendo a opção CABEÇALHO E RODAPÉ.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

Apenas assertivas II, III e IV estão corretas, pois:

II - Normal.dotm: quando iniciamos um novo documento, automaticamente já usamos um modelo padrão salvo no Word, que possui formatação de fonte, parágrafo e outras. Esse modelo pode ser verificado no grupo Estilo e possui as seguintes formatações: fonte Times New Roman, 12 pt; parágrafo com alinhamento à esquerda; espaçamento entre linhas simples; quebra de linha e de página controle de linhas órfãs/viúvas, não hifenizar; estilo rápido.

III – Recurso Orientação: ele está presente na guia "Layout da Página", conforme figura a seguir:



Orientação

IV –Em versões anteriores, o recurso de Cabeçalho e Rodapé encontrava-se no menu Exibir. Nas versões mais atuais, inclusive na 2007, é possível inserir o Cabeçalho e o Rodapé pela guia Inserir, clicando nos botões de comando Cabeçalho ou Rodapé.

No gabarito desta questão está marcado como correto a alternativa "C", pois o item I não é possível estar correto, pois o que se escolhe no Inserir, Tabela, não é o número de tabelas, mas sim quantas colunas e linhas esta apresentará.

Essa questão possui este detalhe de alerta: os botões de comando Cabeçalho e Rodapé, no Word 2007, encontram-se na guia Inserir, e não na Exibir, que não está presente nesta versão do programa.

RESPOSTA: "C".

1274. (DPE/SC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FEPESE/2013) - Durante a digitação de um documento para requisitar material de expediente ao almoxarifado, utilizando o MS Word versão 2010 em português, deseja-se incluir a informação de 3 produtos diferentes, indicando a quantidade a ser enviada, o departamento solicitante e a pessoa responsável pelo recebimento, no formato de colunas. Note que o documento contém outras informações como justificativa, projeto objeto de uso do material, data e espaço para assinatura, todas digitadas na formatação de página e parágrafo original do MS Word.

Assinale a alternativa que indica o recurso do MS Word cujo uso é recomendado pela Microsoft para realizar essa tarefa.

- a) Guia Inserir ► Tabela
- b) Guia Inserir ► Formas
- c) Guia Inserir ► Indicador
- d) Guia Layout da Página ► Colunas
- e) Guia Layout da Página ► Dividir página

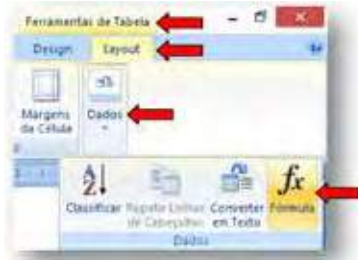
A questão traz que o usuário decidiu fazer determinado trabalho no Word usando tabelas. Para inserir uma tabela no Word 2010, podemos acionar a guia Inserir, botão de comando Tabela, conforme a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1275. (FUB - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO – CESPE/2013) - Julgue os próximos itens, relativos aos softwares Word e Excel do pacote Microsoft Office. Em uma tabela criada no Word que contenha, por exemplo, as quantidades de vagas ofertadas e de vagas ocupadas em cada um de quatro setores de uma empresa, podem-se utilizar recursos do próprio Word para obter os totais gerais de vagas oferecidas e de vagas ocupadas, sem que seja necessário recorrer ao Excel para isso.

- () Certo
- () Errado

O Word possui a função de soma dos valores de uma tabela que, em versões como a 2007, só aparecerá quando estivermos editando a tabela. Com o cursor dentro da tabela, indicando o local onde se deseja que fique a fórmula, clicamos em Layout, Fórmula, conforme demonstrado pela figura a seguir:



Fórmula

Uma fórmula executa um cálculo simples, como AVERAGE, SUM ou COUNT. Após clicar no caminho indicado, na tela que será apresentada, escolhemos alguns parâmetros como o formato do número e a função que será usada.

RESPOSTA: "CERTO".

1276. (MINC - TÉCNICO EM CONTABILIDADE - FUNIVERSA/2013) - O aplicativo Microsoft Word possui o recurso de teclas de atalho que simplifica operações de edição de textos. Ao se pressionar, simultaneamente, as teclas "Shift" + "F3" em um texto editado com o Microsoft Word,

- a) o documento que se está editando é salvo na pasta Meus Documentos do computador.
- b) a última ação de edição é desfeita, retornando o texto ao estado anterior ao dessa ação.
- c) as letras da palavra ou do texto selecionado alternam entre maiúsculas e minúsculas.
- d) a parte selecionada do texto muda para o estilo de fonte negrito.
- e) a parte selecionada do texto muda para o estilo de fonte itálico.

As teclas de atalho Shift+F3 permitem utilizar o recurso Maiúsculas e Minúsculas, que alteram o texto selecionado para MAIÚSCULAS, minúsculas ou outros casos comuns de maiúsculo/minúsculo. As possibilidades de alteração são:

- Primeira letra da sentença em maiúscula – deixa apenas a primeira letra do parágrafo/sentença em maiúscula, como ocorre nesta linha.
- minúscula – só funciona quando as letras selecionadas estão todas em MAIÚSCULA, pois assim é possível transformá-las em minúscula.
- MAIÚSCULA – só fica ativa quando as letras selecionadas são todas em minúscula, assim pode alterar seu formato para MAIÚSCULA.
- ALTERAR MAIÚSCULA/minÚSCULA – nesse caso, as letras invertem sua forma. Se estiverem digitadas em MAIÚSCULA, serão convertidas em minúsculas e se estiverem em minúsculas, serão alteradas para MAIÚSCULAS.

Na versão 2007, por exemplo, esse recurso pode ser acessado pela guia Início, grupo Fonte, Maiúsculas e Minúsculas.

RESPOSTA: "C".

1277. (PC/SP - AGENTE DE POLÍCIA - VUNESP/2013) - A lista a seguir foi digitada no MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

- a. MS-Windows 7
- b. MS-Word 2010
- c. MS-Excel 2010
- d. MS-PowerPoint 2010
- e. Correio Eletrônico
- f. Internet

Assinale a alternativa que contém a opção do grupo Parágrafo, pertencente ao menu Página Inicial, que possibilitou a formatação da lista com os identificadores a, b, c, d, e, f.

a) Numeração:

b) Classificar:

c) Marcadores:

d) Vários Níveis:

e) Espaçamento de Linha e Parágrafo:

Uma lista numerada pode ter números ou letras indicando cada item que a compõe. Esse recurso está presente no botão de comando Numeração, presente na guia Página Inicial, grupo Parágrafo. Após digitar e selecionar a lista, por exemplo, podemos clicar na seta do "Numeração" e escolher diferentes formatos de numeração, na sua Biblioteca de Numeração.

RESPOSTA: "A".

1278. (CPRM - PESQUISADOR EM GEOCIÊNCIAS - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) - Julgue o item subsequente, acerca da edição de arquivos e formatos suportados pelo Microsoft Word 2007 e versões superiores.

Arquivos de imagens, tais como png, jpg e gif, podem ser inseridos em arquivos do tipo doc ou docx — no caso de versões mais recentes do Word.

- () Certo
- () Errado

PNG, JPG e GIF são extensões de arquivos de imagens que:

- PNG **Portable Network Graphics**—possui recursos como animação, fundo transparente e compressão sem perda de qualidade, mesmo com salvamentos constantes do arquivo.

- JPG **Joint Pictures Expert Group**— ideal para fotografias e imagens que apresentam grande variação gradual de cores.

- GIF **Graphics Interchange Format**— antecessor ao PNG, possui recursos semelhantes, mas com a restrição de apenas 256 cores.

- DOC – Extensão dos arquivos criados no Microsoft Word até a versão 2007.

- DOCX - Extensão dos arquivos criados no Microsoft Word a partir da versão 2007.

No Microsoft Word 2007 podemos inserir arquivos de imagem com as três extensões apresentadas na questão.

RESPOSTA: "CERTO".

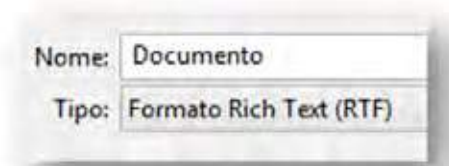
1279. (CPRM - ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS - CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) - Julgue o item subsequente, acerca da edição de arquivos e formatos suportados pelo Microsoft Word 2007 e versões superiores.

O formato RTF, apesar de ser propriedade do aplicativo BrOffice, é suportado pelo Microsoft Word sem o uso de acentos e de codificação utf -8.

() Certo

() Errado

A extensão RTF é encontrada em arquivos de texto simples como os criados no Word Pad:



Arquivo tipo RTF

Então, não são propriedades do BrOffice, mas podem ser abertos normalmente no Word.

RESPOSTA: "ERRADO".

1280. (PGE/BA - ANALISTA DE PROCURADORIA - ÁREA DE APOIO CALCULISTA—FCC/2013) - Um Analista da Procuradoria utiliza o Microsoft Word 2003 para editar os seus documentos. Como a formatação dos documentos é sempre igual, ele deseja salvar um documento exemplo como modelo. Por padrão, a extensão dos arquivos de modelo de documento do Word 2003 é

a) doc

b) tmp

c) txt

d) dot

e) rtf

É uma questão que exige cuidado na interpretação, pois logo imaginamos que todo documento salvo no Word será .doc.

Segundo site oficial da Microsoft, no Microsoft Word 2010, você pode criar um modelo salvando um documento como um arquivo .dotx, .dot ou um .dotm (um tipo de arquivo .dotm permite habilitar macros no arquivo).

Um modelo é um tipo de documento que cria uma cópia de si mesmo quando você o abre.

Por exemplo, um plano de negócio é um documento comum escrito no Word. Em vez de criar a estrutura do plano de negócio desde o início, é possível usar um modelo com layout de página, fontes, margens e estilos predefinidos. Tudo o que você precisa fazer é abrir um modelo e preencher o texto e as informações que são específicas do seu documento. Quando você salva o documento como um arquivo .docx ou .docm, ele é salvo separadamente do modelo que serviu de base para o documento.

Em um modelo, você pode fornecer seções recomendadas ou texto necessário para que outras pessoas usem, bem como controles de conteúdo, como uma lista suspensa predefinida ou um logotipo especial. É possível adicionar proteção a uma seção de um modelo ou aplicar uma senha ao modelo para ajudar a proteger o conteúdo do mesmo contra alterações.

No entanto, arquivos que serão usados como modelos possuem a extensão .dot (até a versão 2003) e .dotx (a partir da versão 2007).

RESPOSTA: "D".

1281. (PGE/BA - ANALISTA DE PROCURADORIA - ÁREA DE APOIO CALCULISTA – FCC/2013) - Durante a edição de um texto no Microsoft Word 2003, as ações e o uso dos recursos do aplicativo podem ser realizados por meio das opções de menu ou por meio da Barra de Ferramentas. Outra forma, mais rápida, é por meio das teclas de atalho que, a partir do pressionar da combinação de teclas, permitem efetivar as mesmas funções. Por exemplo, para selecionar todo o conteúdo de um documento em edição no Word 2003, utiliza-se a combinação das teclas

a) Alt+Z

b) Ctrl+A

c) Shift+Z

d) Alt+N

e) Ctrl+T

CTRL+A = Seleciona todas as pAstas/Arquivos

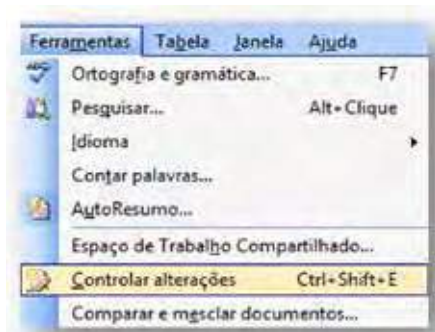
CTRL+T = Seleciona Tudo no texto

RESPOSTA: "E".

1282. (PGE/BA - ANALISTA DE PROCURADORIA - ÁREA DE APOIO CALCULISTA – FCC/2013) - O Microsoft Word 2003 possui o recurso denominado Controlar alterações que facilita a atividade de revisar documentos preservando ou destacando as alterações realizadas. Considerando as opções do Menu do Word 2003, o recurso Controlar alterações pode ser acessado pela opção

- a) Arquivo.
- b) Ferramentas.
- c) Editar.
- d) Janela.
- e) Formatar.

O Word 2003 organiza seus comandos em menus, ou seja, listas de opções. A opção "Controlar alterações" é encontrada no menu "Ferramentas", conforme mostrado na figura a seguir. Observe que este recurso também pode ser acionado pelas teclas de atalho Ctrl+Shift+E e permite realizar revisões, comentários e aceitar ou rejeitar revisões de terceiros.



Controlar alterações

RESPOSTA: "B".

1283. (MPE/ES - AGENTE TÉCNICO - ADMINISTRADOR – VUNESP/2013) - O texto a seguir mostra um documento sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Tinha uma pedras no meio do caminho.

E dois cachoros ao lado da pedra.

Assinale a alternativa correta em relação aos recursos de verificação ortográfica e gramatical do MS-Word 2010 aplicados aos trechos "uma pedras" e "cachoros".

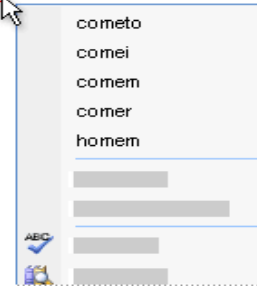
- a) O trecho "uma pedras" será marcado em vermelho. E o trecho "cachoros" será marcado em verde.
- b) Ambos os trechos serão marcados em verde.
- c) O trecho "uma pedras" será marcado em verde. E o trecho "cachoros" será marcado em vermelho.
- d) Ambos os trechos serão marcados em vermelho.
- e) O trecho "uma pedras" será marcado em vermelho por ser um erro de ortografia.

Segundo site oficial da Microsoft, o programa do Microsoft Office pode sinalizar palavras grafadas incorretamente enquanto você trabalha, assim é mais fácil vê-las, como no exemplo a seguir.

As vezes eu comet erros.

Você pode clicar com o botão direito do mouse na palavra incorreta para ver as correções sugeridas.

As vezes eu comet erros.



Dependendo do programa do Microsoft Office em uso, clicar na palavra com o botão direito pode oferecer outras opções, como incluir a palavra no seu dicionário personalizado.

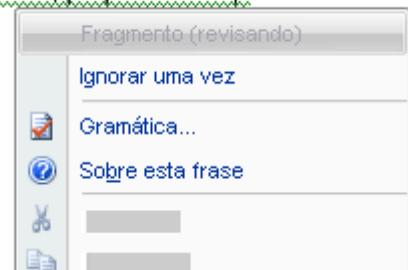
Como funciona a verificação gramatical automática (somente no Outlook e no Word)

Depois que você habilitar a verificação gramatical automática, o Word e o Outlook sinalizam erros de gramática e estilo enquanto você trabalha nos documentos do Word e em itens abertos do Outlook (exceto Anotações), como mostrado no exemplo a seguir.

Gramática por que proble...

Você pode clicar com o botão direito do mouse no erro para mais opções.

Gramática Por que problema aqui?



No menu que aparece, pode haver uma sugestão de correção. Você também pode decidir ignorar o erro ou clicar em **Sobre esta Sentença** para ver por que o programa considera o texto um erro.

Fonte: Ajuda do Microsoft Word 2007.

RESPOSTA: "C".

1284. (IDECI - ADVOGADO – IBFC/2013) - Quanto à impressão de documentos no Microsoft Word 2007, assinalar (F) Falso ou (V) Verdadeiro nas afirmações abaixo:

() No Microsoft Word 2007 existe somente a opção 'Impressão Rápida' para o processo de impressão de documentos

() Para exibir a caixa de diálogo 'Impressão Rápida' deve-se pressionar CTRL+R.

- a) V - V.
b) V - F.
c) F - V.
d) F - F

O recurso de Impressão Rápida pode ser encontrado na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, porém não é o único tipo de impressão oferecido no Word 2007, pois clicando no botão do Office, temos no menu a opção Imprimir, que oferece, entre outras opções:



Imprimir

- **Imprimir:** Apresenta a possibilidade de seleção de impressoras diferentes da que está configurada como padrão, o número de cópias e outras opções de impressão antes de imprimir o documento.

- **Impressão Rápida:** Envia o documento direto para a impressora configurada como padrão.

As teclas de atalho para exibir a caixa de diálogo Imprimir são CTRL+P.

Para imprimir sem usar a caixa de diálogo Imprimir, clique no Botão Microsoft Office , aponte para a seta ao lado de Imprimir e clique em Impressão Rápida.

RESPOSTA: "D".

1285. (FUB - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO - CESPE/2013) - Julgue os próximos itens, relativos aos softwares Word e Excel do pacote Microsoft Office. O Word não permite, por exemplo, cortar partes nem aplicar efeitos de sombra em imagens selecionadas, pois esse editor de textos não é dotado de recursos para esse tipo de tratamento de imagens.

- () Certo
() Errado

Quando inserimos uma imagem no Word (exemplificaremos com a versão 2007), a guia Ferramentas de Imagem é exibida e podemos, entre outros recursos, utilizar o "Cortar", que corta a imagem para remover as partes não desejadas e os "Efeitos de Imagem", que aplica um efeito visual à imagem como sombra, brilho, reflexo ou rotação 3D.

RESPOSTA: "ERRADO".

1286. (BANCO DO BRASIL - ESCRITURÁRIO - FCC/2013) - A lista a seguir foi criada selecionando-se todo o fragmento de texto do Código de Ética do Banco do Brasil, digitado no Microsoft Word 2010 (em português), e clicando-se na ferramenta Lista de Vários Níveis na guia Página Inicial, conforme abaixo:

1. Clientes
2. Oferecemos produtos, serviços e informações para o atendimento das necessidades de clientes de cada segmento de mercado, com inovação, qualidade e segurança.
3. Oferecemos tratamento digno e cortês, respeitando os interesses e os direitos do consumidor.
4. Oferecemos orientações e informações claras, confiáveis e oportunas, para permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios.
5. Estimulamos a comunicação dos clientes com a Empresa e consideramos suas manifestações no desenvolvimento e melhoria das soluções em produtos, serviços e relacionamento.

6. Asseguramos o sigilo das informações bancárias, ressalvados os casos previstos em lei.

Em seguida, selecionou-se apenas o bloco de texto referente aos itens de 2 a 6 e utilizou-se um comando que fez com que a lista fosse apresentada da seguinte forma:

1. Clientes
 - 1.1. Oferecemos produtos, serviços e informações para o atendimento das necessidades de clientes de cada segmento de mercado, com inovação, qualidade e segurança.
 - 1.2. Oferecemos tratamento digno e cortês, respeitando os interesses e os direitos do consumidor.
 - 1.3. Oferecemos orientações e informações claras, confiáveis e oportunas, para permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios.
 - 1.4. Estimulamos a comunicação dos clientes com a Empresa e consideramos suas manifestações no desenvolvimento e melhoria das soluções em produtos, serviços e relacionamento.
 - 1.5. Asseguramos o sigilo das informações bancárias, ressalvados os casos previstos em lei.
- O comando utilizado, para obter o segundo formato de lista, foi:
- a) pressionou-se a tecla Enter.
 - b) selecionou-se Organizar Lista, na guia Página Inicial.
 - c) selecionou-se Criar sublista, na guia Formatar.
 - d) selecionou-se Alterar Estilos, na guia Exibição.
 - e) pressionou-se a tecla Tab.

Uma lista pode conter vários níveis criando uma aparência hierárquica e deixando clara a associação entre os itens.

Entre as formas de se criar uma lista de níveis diferentes, é:

- 1 – Digitar o texto e selecioná-lo.
 - 2 – Clicar, na guia Início, no grupo Parágrafo, em Lista de vários níveis e selecionar o modelo na Biblioteca de Listas.
 - 3 – Selecionar os itens da lista que devem ser subitens do que se encontra imediatamente superior a eles.
 - 4 – Pressionar a tecla TAB até que o nível da lista seja o adequado.
- Veja a lista a seguir:
1. Chocolate
 - 1.1. Branco
 - 1.1.1. Lacta
 - 1.1.2. Nestlé
 - 1.2. Ao leite
 - 1.3. Meio amargo
- Esta lista possui o primeiro nível (1), o segundo nível (1.1., 1.2., 1.3.) e o terceiro nível (1.1.1., 1.1.2.).

RESPOSTA: "E".

1287. (ANP - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) - Em relação a conceitos de informática, julgue os itens seguintes. É possível vincular ao Word 2010 uma planilha eletrônica originalmente desenvolvida no Excel.

- () Certo
() Errado

Quando você quiser criar um vínculo dinâmico entre o conteúdo do seu documento e o conteúdo de uma pasta de trabalho do Microsoft Office Excel, insira o conteúdo como um objeto. Ao contrário do que ocorre quando você cola o conteúdo (como ao pressionar CTRL+V), ao inseri-lo como um objeto vinculado ou incorporado, você pode trabalhar com ele no programa original.

Segundo site oficial da Microsoft, para inserir um objeto vinculado ou um objeto incorporado a partir de um arquivo do Excel:

1. Abra o documento do Word e a planilha do Excel que contém os dados a partir dos quais você deseja criar um objeto vinculado ou um objeto incorporado.
2. Alterne para o Excel e, em seguida, selecione toda a planilha, um intervalo de células ou o gráfico que deseja.
3. Pressione CTRL+C.
4. Alterne para o documento do Word e clique no local que você deseja que as informações sejam exibidas.
5. Na guia **Página Inicial**, no grupo **Área de Transferência**, clique na seta abaixo de **Colar** e, em seguida, clique em **Colar Especial**.



6. Na lista **Como**, selecione **objeto do Microsoft Office Excel**.

7. Clique em **Colar** para inserir um objeto incorporado ou clique em **Colar vínculo** para inserir um vínculo ao objeto.

RESPOSTA: "CERTO".

1288. (ANP - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) - Em relação a conceitos de informática, julgue os itens seguintes. A recente versão do navegador Internet Explorer possibilita o encaminhamento de e-mail diretamente pelo aplicativo Outlook Express e a inserção, no aplicativo Word, de resultados de pesquisa da Internet selecionados, sem a necessidade de sair da tela de navegação.

- () Certo
() Errado

As tarefas mencionadas na questão não podem ser realizadas sem a abertura dos respectivos aplicativos e, conseqüentemente, a necessidade de sair da tela de navegação.

RESPOSTA: "ERRADO".

1289. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – FGV/2013) - No Word 2007 BR, os ícones  e  são empregados, respectivamente, com os objetivos de

- a) aumentar fonte e aplicar subscrito.
- b) aumentar fonte e aplicar sobrescrito.
- c) reduzir fonte e aplicar sobrescrito.
- d) reduzir fonte e aplicar subscrito.

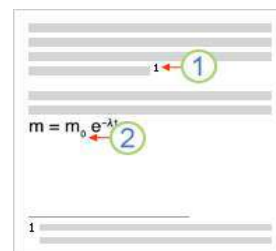


Após selecionar o trecho desejado do texto, clicando no botão de comando Aumentar fonte (Ctrl+>), o tamanho da fonte será aumentado de 2 em 2, conforme escala do Tamanho da Fonte.

Por exemplo, se tiver um texto com tamanho de fonte 12, clicando uma vez no Aumentar fonte, ele irá para 14. Caso clique novamente, irá para 16 e assim por diante.



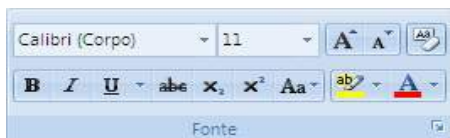
Sobrescrito e subscrito referem-se aos números posicionados levemente acima ou abaixo do texto na linha. Por exemplo, uma referência de número de nota de rodapé ou nota final é um exemplo de uma fórmula científica e sobrescrito que pode usar texto sobrescrito.



1. Superscript (Sobrescrito)
2. Subscript (Subscrito)

Fazer com que o texto fique sobrescrito ou subscrito

1. Selecione o texto que você deseja formatar com sobrescrito ou subscrito.
2. Execute um destes procedimentos:



- Na guia **Início**, no grupo **Fonte**, clique em **Sobrescrito**. Ou pressione CTRL+SHIFT+=.
- Na guia **Início**, no grupo **Fonte**, clique em **Subscrito**. Ou pressione CTRL+=.

RESPOSTA: "A".

1290. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FGV/2013) - No Word 2007 BR, o alinhamento justificado é aplicado a um parágrafo, por meio do acionamento do mouse no seguinte ícone:

- a)
- b)
- c)
- d)

Justificar um texto é: alinhar o texto às margens esquerda e direita, adicionando espaço extra entre as palavras conforme necessário, promovendo uma aparência organizada nas laterais esquerda e direita da página. As teclas de atalho para alinhamento justificado são Ctrl+J.

RESPOSTA: "D".

1291. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - I II E III - FGV/2013) - No Word 2007 BR a execução de um atalho de teclado resulta na exibição de uma janela de diálogo que tem por objetivo permitir substituição de uma palavra por outra, enquanto um outro atalho é usado tendo por significado colar.

Esses atalhos de teclado são, respectivamente,

- a) Ctrl + U e Ctrl + V
- b) Ctrl + S e Ctrl + C
- c) Ctrl + S e Ctrl + V
- d) Ctrl + U e Ctrl + C

Ctrl+U = Substituir

Ctrl+V= Colar.

Ctrl+S = Sublinhado simples.

Ctrl+C= Copiar.

RESPOSTA: "A".

1292. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- I II E III - FGV/2013) - No Microsoft Office Word 2007, macro é uma série de comandos e instruções agrupadas em um único comando para realizar uma tarefa automaticamente.

Assinale a alternativa que indica o atalho de teclado que ativa esse recurso.

- a) Alt + F10
- b) Alt + F8
- c) Alt + F6
- d) Alt + F4



Exibir macros

As teclas de atalho representam formas rápidas de realizar comandos que seriam feitos pelo mouse. Para exibir macros, o atalho de teclado é Alt+F8.

RESPOSTA: "B".

1293. (FBN - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - FGV/2013)-Observe o ícone Word 2007 BR a seguir.



O ícone acima é utilizado com a finalidade de

- a) modificar o nível de recuo do parágrafo.
- b) alterar o espaçamento entre as linhas do texto.
- c) converter o texto para o formato padrão modificar.
- d) classificar o texto selecionado em ordem alfabética.

Os ícones são criados de forma que representem graficamente o comando que executam. O abordado pela questão mostra linhas com setas ao lado indicando o seu afastamento, representando o recurso do "Espaçamento entre linhas" que altera o espaço vazio existente entre as linhas do texto.

RESPOSTA: "B".

1294. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CARGOS 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – CESPE/2013) - Acerca do ambiente Microsoft Office 2010, julgue o próximo item. No Word 2010, por meio do recurso de compartilhamento de documento, diferentes usuários podem editar um mesmo documento, ao mesmo tempo, mantendo a sincronia das alterações efetuadas.

- () Certo
() Errado

Segundo site oficial do Microsoft Office, o Microsoft Word 2010 torna mais fácil colaborar e navegar por documentos longos. Para proporcionar mais impacto, novos recursos concentram-se no refinamento do documento concluído. Com essa nova versão, você pode acessar a riqueza e familiaridade do Word no navegador e no celular.

Trabalhar no Word em qualquer lugar

No Word 2010, você tem o poder e a familiaridade do Word onde precisar. Você pode exibir, navegar e editar documentos do Word no navegador e no celular sem comprometer a riqueza do documento.

Word Mobile 2010 para Windows Phone 7

Se você tiver um telefone Windows Phone 7, poderá usar o Microsoft Office Mobile 2010 para trabalhar com seus arquivos de qualquer lugar — seja no trabalho, em casa ou remotamente. O Word Mobile 2010 faz parte do Office Mobile e já está no seu Windows Phone 7 no hub do Office; portanto, não é necessário baixar ou instalar nada para começar.

A colaboração de documentos é um elemento crucial para trabalhar em equipe de modo eficaz na sua empresa. A combinação do SharePoint 2010 com o Office 2010 oferece uma variedade de opções de métodos de colaboração de documentos, seja para coautoria de uma planilha ou para circulação de um plano de negócios em um fluxo de trabalho. Entender como você pode colaborar em documentos é fundamental para fazer a melhor escolha para as suas necessidades e melhorar sua produtividade como um profissional da informação.

Resumo dos produtos de coautoria

Vários produtos do Office 2010 e dos Office Web Apps permitem que vários autores editem documentos ao mesmo tempo. Para cada produto, a funcionalidade de coautoria é bem semelhante. Entretanto, há algumas diferenças de design que oferecem suporte a diferentes métodos de colaboração e cenários pretendidos.

RESPOSTA: "CERTO".

1295. (DPE/SC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FEPESE/2013) - Um dos requisitos do MS Word 2010 em português do Brasil para inserir Sumários de forma automática é formatar os títulos dos capítulos e subtítulos (entradas do Sumário) utilizando:

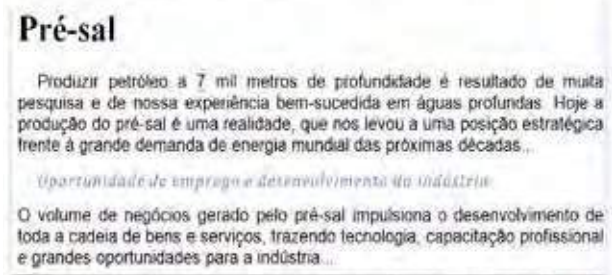
- a) Estilos de referências.
b) Estilos de títulos e subtítulos.
c) Parágrafos com espaçamento duplo.
d) Fontes de títulos e subtítulos.
e) Fontes de referências.

Quando formatamos determinados pontos do texto com estilo de título e subtítulo é como criarmos um vínculo que diz ao Word que esses textos são especiais, ou seja, são títulos e subtítulos. No sumário, o que é levado em consideração são justamente os títulos e subtítulos.

Por exemplo, no texto a seguir, a palavra "Pré-sal" foi selecionada e aplicado sobre ela o Estilo Título e "Oportunidade de emprego e desenvolvimento da indústria" foi formatado com o Estilo Subtítulo:



Estilo: título e subtítulo



Texto retirado de: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>

Após a aplicação dos estilos, clicando na guia Referências, botão de comando Sumário, aparecerão várias opções de sumário para serem escolhidas. Clicando em uma delas, automaticamente o texto formatado com o estilo Título 1, Título 2 e assim por diante, fará parte do sumário:



Sumário

RESPOSTA: "B".

1296. (CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE/2013) - Julgue os itens seguintes, acerca do ambiente Windows e do Microsoft Office 2010.

No Word 2010, na guia Revisão, é possível acionar os grupos Revisão de Texto e Controlar Alterações, que apresenta uma série de atributos de controle de alterações de um documento, como a revisão ortográfica e gramatical e o realce das alterações realizadas no documento, em suas diferentes versões.

- () Certo
() Errado

Entre as guias do Microsoft Word 2010, temos a "Revisão", que possui os grupos: "Revisão de texto", "Idioma", "Comentários", "Controle", "Alterações", "Comparar" e "Proteger".

No grupo "Revisão de texto", entre os botões de comando presentes, está o "Ortografia e gramática". No grupo "Controle", temos o botão "Controlar Alterações" e o "Mostrar Marcações" que, quando clicado, mostra, entre outras, a opção "Realçar Atualizações".

RESPOSTA: "CERTO".

1297. (DPE/SC- ANALISTA TÉCNICO – FEPESE/2013) - Com relação ao modo de exibição estrutura de tópicos do MS Word versão 2010 em português, é correto afirmar:

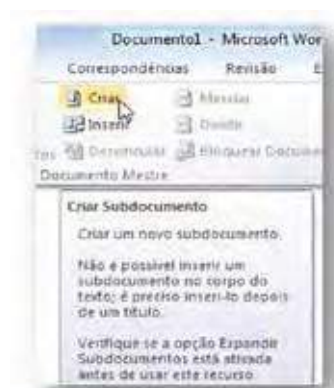
1. Exibe o documento ordenado por títulos e subtítulos com seus respectivos níveis.
2. Permite a criação de subdocumentos vinculados ao documento mestre.
3. Permite inserir documentos externos e vinculá-los ao documento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) É correta apenas a afirmativa 2.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

1. Quando acionamos o Modo Estrutura de Tópicos do Word, o documento é ordenado por títulos e subtítulos com seus respectivos níveis.

2. Na guia "Estrutura de Tópicos", grupo "Documento Mestre", é possível criar um subdocumento, conforme mostra a figura a seguir:



Subdocumento

3. Na guia Estrutura de Tópicos, grupo Documento Mestre, é possível inserir documentos externos e vinculá-los ao documento, conforme figura a seguir:



Inserir

RESPOSTA: "E".

1298. (DPE/SC- ANALISTA TÉCNICO – FEPESE/2013) - Os atalhos do teclado do MS Word, MS Excel e MS PowerPoint, todos na versão 2010 em português do Brasil, para refazer e desfazer uma ação, respectivamente, quando possível, são:

- a) Ctrl + Q e Ctrl + Z
- b) Ctrl + U e Ctrl + Z
- c) Ctrl + Y e Ctrl + Z
- d) Ctrl + Z e Ctrl + Q
- e) Ctrl + Z e Ctrl + Y

Ctrl+Y = refazer.

Ctrl+Z = desfazer.

RESPOSTA: "C".

1299. (SERGIPE GÁS S.A. - ADMINISTRADOR – FCC/2013) - O chefe de Ana pediu que ela digitasse um texto em duas colunas, com informações acerca de como evitar acidentes de trabalho. Ana iniciou um novo documento em branco utilizando o Microsoft Word 2010 (em português) e, na sequência, utilizou os comandos para configurar o documento em duas colunas de mesmo tamanho. Em seguida, digitou todo o

texto na coluna da esquerda. Ao concluir a digitação, para que o texto não ficasse apenas nessa coluna, resolveu quebrar o texto a partir do cursor, de forma que, do ponto em que o cursor se encontrava em diante, o texto pudesse iniciar na coluna da direita. Para realizar essa ação, Ana posicionou o cursor no ponto a partir do qual o texto devia ser quebrado e clicou na aba

a) Inserir e, em seguida, na opção Quebra de Colunas a partir do Cursor.

b) Inserir, em seguida na opção Quebras e, por último, na opção Coluna.

c) Página Inicial e, em seguida, na opção Quebra de Colunas.

d) Layout da Página, em seguida na opção Quebras e, por último, na opção Coluna.

e) Formatar, em seguida na opção Colunas e, por último, na opção Quebras.

Na guia "Layout da Página", botão de comando "Quebras" é possível encontrar a quebra de Coluna que indica que o texto, após a quebra, será iniciado em outra coluna.



Quebra de coluna

RESPOSTA: "D".

1300. (SERGIPE GÁS S.A. - ADMINISTRADOR – FCC/2013) - Pedro utiliza em seu computador o Windows 7 Professional (em português). Possui o hábito de salvar todos os arquivos recebidos por e-mail na área de trabalho com o objetivo de facilitar o acesso a esses arquivos, o que torna essa área bastante poluída visualmente, já que ele não costuma agrupar os arquivos em pastas. Certo dia, Pedro resolveu organizar os arquivos criando pastas na área de trabalho. Começou criando uma pasta para guardar documentos criados por meio do Microsoft Word. Para criar a pasta desejada na área de trabalho, Pedro clicou

a) no botão Iniciar, selecionou a opção Documentos e, em seguida, clicou na opção Pasta.

b) com o botão direito do mouse em uma área livre da área de trabalho, selecionou a opção Novo e, em seguida, clicou na opção Pasta.

c) no botão Iniciar, selecionou a opção Meu Computador e, em seguida, clicou na opção Nova Pasta.

d) na opção Meu Computador, presente na área de trabalho, em seguida, clicou na opção Novo e, na janela que se abriu, clicou na opção Pasta.

e) na opção Meu Computador, presente na área de trabalho, em seguida, clicou na opção Criar Nova Pasta de Trabalho.

Clicando com o botão direito do mouse em uma área livre da área de trabalho, aparecerá um menu suspenso com várias opções, entre elas a opção Novo que, quando acionada, mostra a opção Pasta. As teclas de atalho para criação de novas pastas é Ctrl+Shift+N.

RESPOSTA: "B".

1301. (SERGIPE GÁS S.A. - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - RH – FCC/2013) - Paulo utiliza em seu trabalho o editor de texto Microsoft Word 2010 (em português) para produzir os documentos da empresa. Certo dia Paulo digitou um documento contendo 7 páginas de texto, porém, precisou imprimir apenas as páginas 1, 3, 5, 6 e 7. Para imprimir apenas essas páginas, Paulo clicou no Menu Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Intervalo Personalizado. Em seguida, no campo Páginas, digitou

a) 1,3,5-7 e clicou no botão Imprimir.

b) 1;3-5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.

c) 1?3,5-7 e clicou no botão Imprimir.

d) 1+3,5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.

e) 1,3,5;7 e clicou no botão Imprimir.

A questão fala sobre as opções de intervalo de impressão que são exibidas quando clicamos na opção Arquivo, Imprimir.



Imprimir

Quando desejamos páginas não sequenciais, usamos vírgula para separar as páginas: 1,3.

Quando há um intervalo de páginas consecutivas, por exemplo, de 5 a 7, podemos separar as páginas apenas por um traço: 5-7.

RESPOSTA: "A".

1302. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP/2013) - A tabela a seguir será convertida em texto pelo MS-Word 2010, na sua configuração padrão:

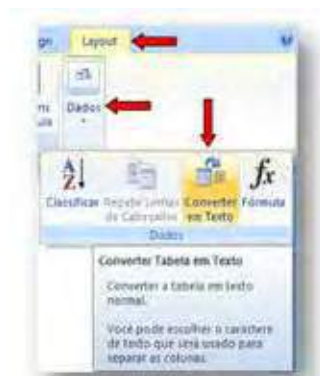
Aluno	Matéria	Nota
Kate Perry	Química	6,5
Britney Spears	Física	8,0
Rihanna	Biologia	5,5

LIVRO DE QUESTÕES

Na conversão mencionada, será utilizada a opção de separar texto com tabulação. Assim, assinale a alternativa com a quantidade de linhas de texto resultante.

- a) 4.
- b) 10.
- c) 12.
- d) 1.
- e) 3.

Para converter uma tabela em texto, devemos acionar a guia Ferramentas da Tabela, Layout, Converter em Texto.



Converter em Texto

A conversão pode separar o texto por marcas de parágrafo, tabulações, ponto-e-vírgula ou outro caractere selecionado pelo usuário e tende a preservar ao máximo a estrutura do texto, ou seja, se temos 4 linhas na tabela, a conversão gerará 4 linhas de texto. No entanto, a preservação da estrutura original da tabela pode não ser garantida quando a opção marcas de parágrafo for selecionada.

Veja o resultado da conversão da nossa tabela em texto, com a configuração padrão:

Aluno	Matéria	Nota
Kate Perry	Química	6,5
Britney Spears	Física	8,0
Rihanna	Biologia	5,5

RESPOSTA: "A".

1303. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP/2013) - Um usuário do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, digitou o seguinte texto em uma página em branco:

Polícia Civil do Estado de São Paulo

Assinale a alternativa que contém somente palavras com aplicação de efeitos na fonte.

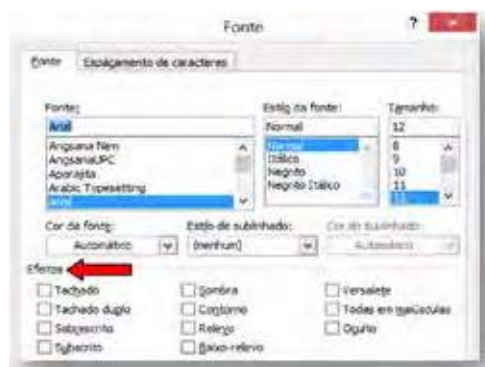
- a) Estado e Paulo.
- b) Civil, Estado, São e Paulo.
- c) Polícia, Estado e Paulo.
- d) Polícia, do e de.
- e) Civil e São.

Os efeitos de fonte são encontrados na guia Página Inicial, grupo Fonte, botão mostrar caixa de diálogo Fonte, conforme figura a seguir:



Mostrar a caixa de diálogo Fonte

Feito este caminho, teremos a caixa de diálogo a seguir, onde encontramos os efeitos: Tachado, Tachado duplo, Sobrescrito, Subscrito, Sombra, Contorno, Relevo, Baixo-relevo, Versalete, Todas em Maiúsculas, Oculto.



Fonte

Olhando para o texto proposto na questão e comparando com as opções de Efeitos, temos que:

- Sobrescrito: eleva levemente a palavra selecionada acima da linha do texto.
- Tachado: aplica um traço horizontal no meio da palavra selecionada.

RESPOSTA: "E".

1304. (TELEBRAS-NÍVEL MÉDIO-CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE/2013) - Acerca de edição de textos, planilhas e apresentações, julgue os itens que se seguem.

No Microsoft Word, a funcionalidade de inserir numeração automática é um recurso utilizado para enumerar os parágrafos de um texto ou as linhas de uma tabela, de maneira automática e sequencial.

- () Certo
- () Errado

O recurso numeração é encontrado na guia Inserir, grupo Parágrafo e insere números sequenciais e automáticos a uma lista.

RESPOSTA: "CERTO".

1305. (CODATA - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO - FINANÇAS – FUNCAB/2013) - Considere que o espaçamento entre linhas de um parágrafo num documento criado no Microsoft Office Word 2007 seja “1,5 linha”. Isso significa que o espaçamento entre as linhas do parágrafo é:

- a) 1,5 pontos.
- b) uma vez e meia maior que o espaçamento de linha simples.
- c) uma vez e meia menor que o espaçamento de linha simples.
- d) pelo menos 1,5 pontos.
- e) até 1,5 pontos.

O espaçamento entre linhas é o espaço vazio que as separa. Quando o espaço é 1,0, significa a maior fonte que houver na linha poderá ser visualizada adequadamente e ainda terá um espaço vazio entre ela e a linha de cima.

Quando o espaçamento é 1,5, significa que ele será uma vez e meia maior que o espaçamento de linha simples.

RESPOSTA: “B”.

1306. (PC/SP - PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP/2013) - Assinale a alternativa que contém o tipo de quebra indicado pelo ícone, encontrado no menu Layout da Página do MS-Word 2010.

- a) Próxima Página.
- b) Página.
- c) Quebra Automática de Texto.
- d) Coluna.
- e) Contínuo.

A quebra de coluna faz com que um texto, após a quebra, seja levado para a próxima coluna. Pode ser executada pelo atalho de teclado CTRL+SHIFT+ENTER.

RESPOSTA: “D”.

1307. (SABESP - ADVOGADO - FCC/2014) - Marcos possui o seguinte texto digitado no Microsoft Word 2010, em português:

Nome-Salário
Ana Maria-R\$1590,00
Paulo César-R\$5.460,89
Mauro Gomes-R\$2.890,78

Deseja utilizar um procedimento para transformar o texto acima na tabela:

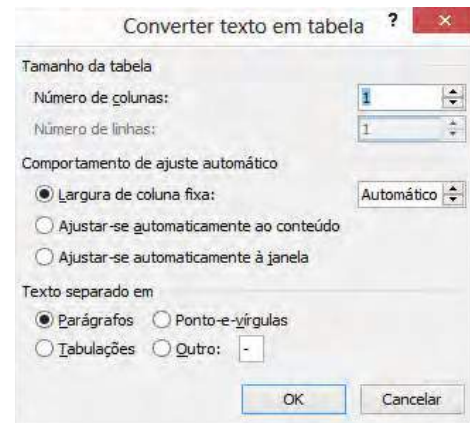
Nome	Salário
Ana Maria	R\$ 1590.00
Paulo César	R\$ 5.460.89
Mauro Gomes	R\$ 2.890.78

Para isto, selecionou o texto, clicou na guia Inserir, selecionou a opção Tabela e clicou na opção Na janela que se abriu, no campo Número de colunas do grupo Tamanho da tabela, selecionou 2. No grupo Comportamento de ajuste automático selecionou a opção Ajustar-se automaticamente ao conteúdo. No grupo Texto separado em, selecionou Outro e digitou no campo à direita o valor – (hífen). Para concluir, clicou no botão OK.

Preencher corretamente a lacuna acima:

- a) Transformar.
- b) Tabelas Rápidas.
- c) Converter Texto em Tabela.
- d) Desenhar Tabela.
- e) Ferramenta de Tabela.

Converter um texto em tabela é possível através do recurso “Converter Texto em Tabela”, presente na guia Inserir, grupo Tabelas.



Converter

RESPOSTA: “C”.

1308. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP/2014) - No MD-Word 2010, por padrão, ao se clicar no botão Imagem, acessível por meio da guia Inserir, grupo Ilustrações, abre-se:

- a) uma janela para que o arquivo de imagem possa ser selecionado, a partir do computador ou da rede.
- b) o aplicativo Paint possibilita a edição de uma imagem que será transportada do Paint para o Word.
- c) a janela de edição no próprio aplicativo, para que se possa editar uma figura.
- d) um menu de figuras geométricas predefinidas, presentes no computador.
- e) uma biblioteca para a escolha de um símbolo predefinido, presente no computador.

É aberta a janela Inserir Imagem após clicarmos no botão de comando Imagem, do grupo Ilustrações. Por ela conseguimos buscar no computador ou em outro dispositivo de armazenamento a imagem desejada.

RESPOSTA: “A”

1309. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA - VUNESP/2014) - Os documentos editados no MS-Word 2010 podem ser melhor formatados quando se inserem quebras no texto. No caso das quebras de seção, alguns dos tipos permitidos são:

- a) Página, Coluna e Documento.
- b) Próxima Página, Página Par e Página Ímpar.
- c) Início do Texto, Fim do Texto e Meio do Texto.
- d) Contínuo, Alternado e Aleatório.
- e) Tabela, Caixa de Texto e Quebra Automática.

As quebras podem ser inseridas pela guia Layout da Página, grupo Configurar Página. Os tipos de quebra existentes são: página, coluna, quebra automática de texto, próxima página, contínuo, página par e página ímpar.

RESPOSTA: "B".

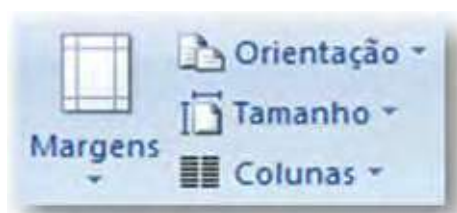
1310. (PC/SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA - VUNESP/2014) - No MS-Word 2010, na guia Layout da Página, existe o grupo Configurar Página, onde podem ser visualizados os seguintes botões:



Os nomes dos recursos relacionados com esses botões, da esquerda para a direita, são, respectivamente,

- a) Mostrar Régua, Reduzir uma Página e Dimensões.
- b) Cabeçalho & Rodapé, Zoom Out e 100%.
- c) Régua, Próxima Página e Margens.
- d) Uma Página, Duas Páginas e Largura da Página.
- e) Margens, Orientação e Tamanho.

Pela figura a seguir, que retrata o caminho proposto pela questão, observamos os nomes dos ícones, respectivamente: Margens, Orientação e Tamanho.



Configurar Página

RESPOSTA: "E".

1311. (JUPEPE - JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO - ANALISTA DE REGISTRO EMPRESARIAL - ASSESSOR JURÍDICO - UPENET/2012) - No Microsoft Excel, a opção "Colar especial" permite que seja colada, especificamente, apenas uma característica das células de origem. Qual das alternativas abaixo descreve uma característica que NÃO pode ser escolhida pelo usuário na opção "Colar especial"?

- A) Fórmulas.
- B) Valores.
- C) Largura da coluna.
- D) Altura da linha.
- E) Formatação.

Segundo site oficial da Microsoft, a caixa de diálogo Colar Especial pode ser usada para copiar itens completos de uma planilha do Microsoft Office Excel e colá-los na mesma planilha ou em outra planilha do Excel, utilizando somente os atributos específicos dos dados copiados ou uma operação matemática que deseja aplicar aos dados copiados.

Pode ser atributo do colar especial

Tudo Cola todo o conteúdo e a formatação das células dos dados copiados.

Fórmulas Cola somente as fórmulas dos dados copiados conforme inseridas na barra de fórmulas.

Valores Cola somente os valores dos dados copiados conforme exibidos nas células.

Formatos Cola a formatação da célula dos dados copiados.

Comentários Cola somente os comentários anexados à célula copiada.

Validação Cola regras de validação de dados das células copiadas para a área de colagem.

Todos usando tema de Origem Cola todo o conteúdo na formatação do tema do documento que é aplicado aos dados copiados.

Tudo, exceto bordas Cola todo o conteúdo e a formatação das células aplicados à célula copiada, exceto bordas.

Larguras de colunas Cola a largura de uma coluna copiada, intervalo de colunas em outra coluna ou intervalo de colunas.

Fórmulas e formatos de número Cola somente fórmulas e todas as opções de formatação de número das células copiadas.

Valores e formatos de número Cola somente valores e todas as opções de formatação de número das células copiadas.

RESPOSTA: "D".

1312. (BANCO DO BRASIL - ESCRITURÁRIO - CESGRANRIO/2012) - O aplicativo Excel da Microsoft, em suas diversas versões, inclui quatro diferentes tipos de operadores de cálculo, que são aritmético, de comparação, de concatenação de texto e de

- (A) classe
- (B) gráfico
- (C) lista
- (D) referência
- (E) soma

Segundo o site oficial do Microsoft Office:

Os operadores especificam o tipo de cálculo que você deseja efetuar nos elementos de uma fórmula. O Microsoft Excel inclui quatro tipos diferentes de operadores de cálculo: aritméticos, de comparação, de texto e de referência.

LIVRO DE QUESTÕES

Operadores aritméticos Para efetuar operações matemáticas básicas, como adição, subtração ou multiplicação, combinar números e produzir resultados numéricos, use estes operadores aritméticos.

OPERADOR ARITMÉTICO	SIGNIFICADO (EXEMPLO)
+ (sinal de mais)	Adição (3+3)
- (sinal de menos)	Subtração(3-1) Negação (-1)
* (asterisco)	Multiplicação (3*3)
/ (sinal de divisão)	Divisão (3/3)
% (sinal de porcentagem)	Porcentagem (20%)
^ (acento circunflexo)	Exponenciação (3^2)

Operadores de comparação Você pode comparar dois valores com os operadores a seguir. Quando dois valores são comparados usando esses operadores, o resultado é um valor lógico, VERDADEIRO ou FALSO.

OPERADOR DE COMPARAÇÃO	SIGNIFICADO (EXEMPLO)
= (sinal de igual)	Igual a (A1=B1)
> (sinal de maior que)	Maior que (A1>B1)
< (sinal de menor que)	Menor que (A1<B1)
>= (sinal de maior ou igual a)	Maior ou igual a (A1>=B1)
<= (sinal de menor ou igual a)	Menor ou igual a (A1<=B1)
<> (sinal de diferente de)	Diferente de (A1<>B1)

Operador de concatenação de texto Use o <E> comercial (&) para associar, ou concatenar, uma ou mais sequências de caracteres de texto para produzir um único texto.

OPERADOR DE TEXTO	SIGNIFICADO (EXEMPLO)
& (E comercial)	Conecta, ou concatena, dois valores para produzir um valor de texto contínuo (“mal”&”sucedido”)

Operadores de referência Combine intervalos de células para cálculos com estes operadores.

OPERADOR DE REFERÊNCIA	SIGNIFICADO (EXEMPLO)
: (dois-pontos)	Operador de intervalo, que produz uma referência para todas as células entre duas referências, incluindo as duas referências (B5:B15)
, (vírgula)	Operador de união, que combina diversas referências em uma referência (SOMA(B5:B15,D5:D15))
(espaço)	Operador de interseção, que produz sobre referência a células comuns a duas referências (B7:D7 C6:C8)

RESPOSTA: “D”.

1313. (TRE - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE OPERACIONAL DE COMPUTADORES – FCC/2012) - Em relação ao Excel, considere:

	A	B	C	D	E
1	Nível	Qtde	Id	Valor	Total
2	Superior	8	A		
3	Superior	8	B		
4	Médio	5	B		

Planilha do enunciado

Se as células D2, D3, D4 e E2 contiverem as fórmulas conforme exibidas abaixo:

D2: =SE(\$A2="Superior";(\$B2*10);(\$B2*5))

D3: =SE(\$A3="Superior";(\$B3*10);(\$B3*5))

D4: =SE(\$A4="Superior";(\$B4*10);(\$B4*5))

E2: =(SOMASE(\$C2:\$C4;"=B";\$D2:\$D4))

Os valores que serão exibidos em D2, D3, D4 e E2 são, respectivamente,

(A) 60, 70, 80 e 150.

(B) 70, 75, 75 e 145.

(C) 75, 25, 50 e 150.

(D) 80, 80, 25 e 105.

(E) 60, 80, 20 e 100.

A figura a seguir mostra a planilha do Excel com as fórmulas propostas pelo enunciado e os resultados das fórmulas:

	A	B	C	D	E
1	Nível	Qtde	Id	Valor	Total
2	Superior	8	A	=SE(\$A2="Superior";(\$B2*10);(\$B2*5))	
3	Superior	8	B	=SE(\$A3="Superior";(\$B3*10);(\$B3*5))	
4	Médio	5	B	=SE(\$A4="Superior";(\$B4*10);(\$B4*5))	=SOMASE(\$C2:\$C4;"=B";\$D2:\$D4)
5	PLANILHA COM OS RESULTADOS DAS FÓRMULAS				
6	Nível	Qtde	Id	Valor	Total
7	Superior	8	A	80	
8	Superior	8	B	80	
9	Médio	5	B	25	105

Planilha com detalhamento das fórmulas

Os valores obtidos como resultados das fórmulas são os representados na alternativa "D". Passaremos agora para a explicação de cada uma das fórmulas para que possamos entender como o Excel chegou a esses resultados:

D2: =SE(\$A2="Superior";(\$B2*10);(\$B2*5))

A lógica dessa fórmula é a seguinte: Se o texto que estiver na célula A2 for igual a "Superior", então o valor de B2 será multiplicado por 10. Caso contrário, será multiplicado por 5.

D3: =SE(\$A3="Superior";(\$B3*10);(\$B3*5))

A lógica dessa fórmula é a seguinte: Se o texto que estiver na célula A3 for igual a "Superior", então o valor de B3 será multiplicado por 10. Caso contrário, será multiplicado por 5.

D4: =SE(\$A4="Superior";(\$B4*10);(\$B4*5))

A lógica dessa fórmula é a seguinte: Se o texto que estiver na célula A4 for igual a "Superior", então o valor de B4 será multiplicado por 10. Caso contrário, será multiplicado por 5.

E2: =(SOMASE(\$C2:\$C4;"=B";\$D2:\$D4))

A lógica dessa função é a seguinte: Serão somados os valores do intervalo de D2 até D4, das células referentes à letra "B", no intervalo de C2 até C4.

A função somase adiciona as células especificadas por um determinado critério. Veja as informações recolhidas do Assistente do Microsoft Excel:

Sintaxe

SOMASE(intervalo;critérios;intervalo_soma)

Intervalo é o intervalo de células que se deseja calcular por critérios. As células em cada intervalo deverão ser números e nomes, matrizes ou referências que contêm números. Os espaços em branco e os valores de texto são ignorados.

Critérios são os critérios na forma de um número, expressão ou texto que define quais células serão adicionadas. Por exemplo, os critérios podem ser expressos como 32, «32», «>32» ou «maçãs».

Intervalo_soma são as células reais a serem adicionadas se as células correspondentes no intervalo coincidirem com os critérios. Se intervalo_soma for omitido, as células no intervalo serão avaliadas pelos critérios e adicionadas se corresponderem aos mesmos.

RESPOSTA: 'D'.

1314. (TRE - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE OPERACIONAL DE COMPUTADORES – FCC/2012) - Em relação às opções do item de menu Filtros no Excel 2003 e às opções do item de menu Filtros no BrOfficeCalc 3.2, é correto afirmar que

(A) as opções Autofiltro, Filtro padrão e Filtro avançado estão presentes apenas no Excel.

(B) as opções Autofiltro, Filtro padrão e Filtro avançado estão presentes apenas no Calc.

(C) apenas o Calc apresenta a opção Mostrar todos.

(D) ambos apresentam a opção Mostrar todos.

(E) ambos apresentam as opções Autofiltro, Filtro padrão e Filtro avançado.

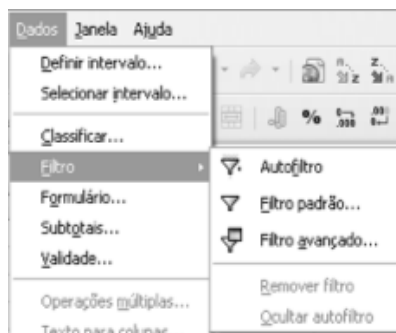
Até mesmo na versão mais atual do Microsoft Excel, as opções da alternativa "B" são inexistentes, como podemos observar na figura a seguir:



Guia dados Microsoft Excel

No entanto, podemos comprovar que essas opções existem no BrOfficeCalc, observando o Menu Dados, conforme a figura a seguir:

LIVRO DE QUESTÕES



Menu dados BrOffice.org Calc

RESPOSTA: "B".

1315. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - A combinação de teclas que permite, no Excel 2010, aplicar contorno às células selecionadas é

- A) CTRL+SHIFT+&
- B) CTRL+SHIFT+D
- C) CTRL+ALT+&
- D) SHIFT+ALT+D
- E) SHIFT+TAB+C

Teclas de atalho são combinações de teclas que, usadas em conjunto, desempenham determinada função de forma rápida. Na imagem a seguir, podemos ver o resultado das teclas de atalho CTRL+SHIFT+&, que devem ser pressionadas ao mesmo tempo para que esse efeito ocorra.

	A	B	C	D	E	F
1						
2						
3						
4						
5						
6						

Demonstração do efeito das teclas de atalho

As teclas às quais nos referimos são:



RESPOSTA: "A".

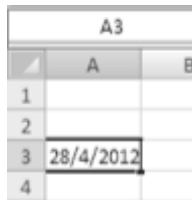
1316. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012)- No Excel 2010, a inserção da data atual em uma célula pode ser feita com a combinação de teclas CTRL+

- A) : (dois pontos)
- B) , (vírgula)
- C) \ (barra invertida)
- D) ; (ponto e vírgula)
- E) . (ponto)

LIVRO DE QUESTÕES

Segundo a ajuda do Microsoft Excel, para inserir a data atual em uma célula através de teclas de atalho, selecione uma célula e pressione CTRL+;

Na figura a seguir, podemos ver o resultado dessa combinação de teclas:



Demonstração da função das teclas de atalho

RESPOSTA: "D".

1317. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - No Excel 2010, os operadores * (asterisco), & (E comercial), % (porcentagem), : (dois pontos), ^ (acento circunflexo) e a , (vírgula) são, respectivamente, operadores do tipo:

- A) Aritmético, concatenação de texto, referência, aritmético, aritmético e referência.
- B) Aritmético, aritmético, concatenação de texto, referência, aritmético e referência.
- C) Aritmético, concatenação de texto, aritmético, referência, aritmético e referência.
- D) Aritmético, concatenação de texto, aritmético, referência, referência e aritmético.
- E) Referência, aritmético, concatenação de texto, aritmético, referência e aritmético.

Segundo o site oficial do Microsoft Office,

Operadores aritméticos são utilizados para operações matemáticas básicas, como adição, subtração ou multiplicação, combinar números e produzir resultados numéricos;

Concatenação de texto, concatena, ou seja, junta uma ou mais sequências de caracteres de texto para produzir um único texto;

Referência: combina intervalos de células para cálculos com operadores.

A seguir, veremos uma tabela montada com os operadores do enunciado, que nos permite chegar à conclusão da resposta correta:

Operador	Significado	Exemplo
* (asterisco)	Multiplicação	3*3
& (E comercial)	Conecta, ou concatena, dois valores para produzir um valor de texto contínuo	("North"&"wind")
% (sinal de porcentagem)	Porcentagem	20%
: (dois-pontos)	Operador de intervalo, que produz uma referência para todas as células entre duas referências, incluindo as duas referências	B5:B15
^ (acento circunflexo)	Exponenciação	3^2
, (vírgula)	Operador de união, que combina diversas referências em uma referência	SOMA(B5:B15,D5:D15)

RESPOSTA: "C".

1318. (PREF. ANGICOS/RN - AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ACAPLAM/2012) - Numa planilha do Excel 2010 estão digitadas nas células A1, A2, A3, A4 e A5 os números 5, 6, 7, 8 e 9.

Caso na célula B1 seja digitado a fórmula $=\$A1$ e caso a célula B1 seja copiada para as células B2, B3, B4 e B5, o resultado da fórmula $=SOMA(A1:A5) - SOMA(B2:B4)$ dará como resultado o valor

- A) 11.
- B) 15.
- C) 9.
- D) 14.
- E) 5.

Para ilustrar esse enunciado, observe as figuras a seguir:

	A	B	C	D
1	5	5		
2	6	6		
3	7	7		
4	8	8		
5	9	9		
6				
7	14			

	A	B	C	D	E	F	G
1	5	5					
2	6	6					
3	7	7					
4	8	8					
5	9	9					
6							
7	14						
8							

Figuras com detalhamento das fórmulas

A primeira imagem ilustra a planilha com os valores digitados, conforme descrito no enunciado e a fórmula $=\$A1$, que foi copiada para as células B2 até B5. Vamos comentar essa fórmula: o sinal de "=" (igual) é requisito obrigatório para que o Excel entenda os caracteres digitados como uma fórmula e não como um texto, por exemplo. O sinal \$ faz referência absoluta à coluna A, que será mantida na cópia para as demais células. Vale lembrar que a letra A representa a coluna A e o número 1 representa a linha 1, que teve sua sequência criada, pois não houve a inserção do sinal \$ para que se mantivesse a mesma linha. Assim, a fórmula original $=\$A1$ tornou-se, respectivamente, na demais células, $=\$A2$, $=\$A3$, $=\$A4$, $=\$A5$. Essas fórmulas apenas dizem que o conteúdo das células onde estão inseridas será igual aos conteúdos das células A1, A2, A3, A4 e A5.

Na célula A7, como podemos observar na segunda imagem, foi digitada a fórmula proposta no enunciado ($=SOMA(A1:A5) - SOMA(B2:B4)$) que soma os valores de A1 até A5 e subtrai da soma das células de B2 até B4.

	A	B
1	5	5
2	6	6
3	7	7
4	8	8
5	9	9
6		

Detalhe da aplicação da fórmula

A soma da primeira sequência é igual a 35, e da segunda sequência é igual a 21, então, $35 - 21 = 14$.

RESPOSTA: "D".

1319. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - A planilha a seguir foi criada no Microsoft Excel 2007, em português.

	A	B
1	Valor do bem	Comissão
2	R\$ 120.000,00	R\$ 2.800,00
3	R\$ 900.000,00	R\$ 45.000,00
4	R\$ 280.000,00	R\$ 7.500,00
5	R\$ 200.000,00	R\$ 5.000,00
6	Total de Comissão	R\$ 52.500,00

Planilha do enunciado

A função digitada na célula B6 para somar as comissões para valores de bens acima de R\$200.000,00 é

- (A) $=SOMASE(A2:A5;">200000";B2:B5)$
- (B) $=SE(A2:A5;">200000";B2:B5)$
- (C) $=SE(A2:A5>200000;B2+B5)$
- (D) $=SOMASE(A2>200000;B2=B2+)$
- (E) $=SOMA(A2:A5;">200000";B2:B5)$

(A) Toda função do Excel deve ser iniciada pelo sinal de "=" (igual) para que seja indicado ao programa que se trata de uma função e não apenas de um conjunto de caracteres. Após o sinal de igual, encontra-se o nome da função usada, que no caso é a função "somase", responsável por adicionar as células especificadas por um determinado critério ou condição.

A sintaxe da função é $=SOMASE(intervalo, critérios, [intervalo_soma])$.

A função escrita na opção "A" diz que será somado o intervalo entre as células A2 até A5, as comissões dos valores maiores que 200.000. Na função em questão, os valores somados foram R\$45.000,00 e R\$7.500,00, que representam as comissões dos valores dos bens superiores a 200.000.

(B) A função SE exige um teste lógico que seja uma comparação, por exemplo, entre valores que sejam maiores, menores, diferentes, iguais, maiores ou iguais, menores ou iguais. Para o resultado positivo desse teste lógico será dado um resultado e para o valor negativo, outro resultado. O teste lógico, os valores se verdadeiros e os valores se falsos, são separados por ";" (ponto e vírgula).

LIVRO DE QUESTÕES

(C) Semelhante à opção "B", a função SE não seria responsável pelo valor encontrado na planilha. Além disso, na opção "C" faltam as aspas e ponto e vírgula que separariam os critérios da função.

(D) A estrutura da função está inadequada. Não segue a sintaxe apropriada.

(E) A função SOMA somaria os valores de um intervalo definido, como por exemplo, A2 até A5, mas a estrutura da função não permite gerar nenhum resultado. Existe erro na estrutura da função.

RESPOSTA: "A".

1320. (TCE/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – FCC/2012) - Sobre as operações disponíveis no Microsoft Excel 2007 é correto afirmar:

(A) A filtragem de informações em uma planilha possibilita encontrar valores rapidamente. É possível filtrar apenas uma coluna de dados em toda a planilha.

(B) Para mudar o local onde o gráfico será posicionado, basta clicar com o botão direito na área do gráfico e selecionar a opção Formatar Eixo.

(C) Dados que estejam organizados somente em uma coluna ou linha em uma planilha podem ser representados em um gráfico de pizza. Os gráficos de pizza mostram o tamanho de itens em uma série de dados, proporcional à soma dos itens.

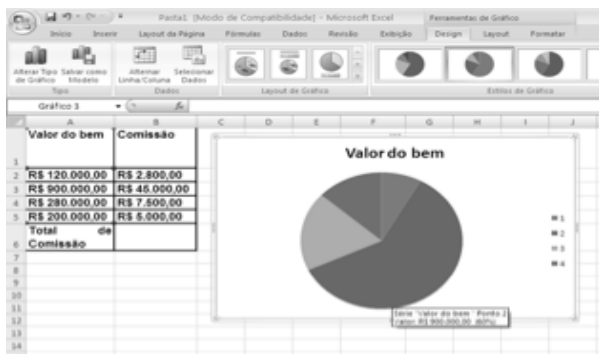
(D) Para aplicar a formatação condicional que usa uma escala de cores para diferenciar valores altos, médios e baixos, na guia Página Inicial, no grupo Estilos, clica-se na seta abaixo de Formatar e, em seguida, em Realçar Regras das Células.

(E) Para salvar uma planilha com senha, na caixa de diálogo Salvar Como, seleciona-se a opção Ferramentas e, em seguida, a opção Criptografia.

(A) A filtragem de dados realmente permite a localização de informações rapidamente, mas pode ser aplicada em várias colunas ao mesmo tempo.

(B) A opção "Formatar Eixo" permite a edição dos eixos "x" e "y", em um gráfico de colunas, por exemplo.

(C) A resposta diz exatamente o que o Gráfico de Pizza faz. Ele não é usado para representar mais de uma coluna, como no exemplo a seguir:

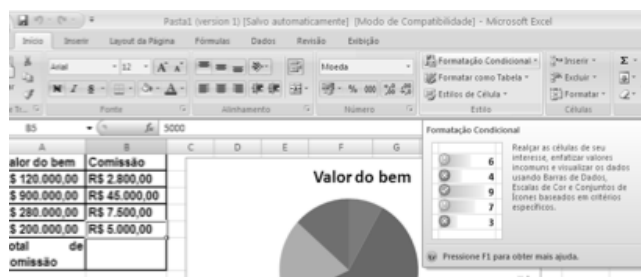


Detalhe de criação de gráfico de pizza

Os gráficos de pizza exibem a contribuição de cada valor em relação a um total. São usados quando os valores podem ser somados ou quando há apenas uma série de dados e todos os valores são positivos.

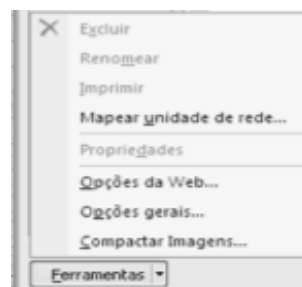
Podemos verificar que o Valor do Bem representado por R\$900.000,00, representa 60% do total dos valores envolvidos.

(D) Para aplicar a formatação condicional que usa uma escala de cores para diferenciar valores altos, médios e baixos, na guia Página Inicial, no grupo Estilos, devemos usar o item "Formatação Condicional", presente nesse grupo, como na figura a seguir:



Formatação Condicional

(E) Para salvar um arquivo com senha, o caminho correto seria: Salvar Como, botão "Ferramentas" e "Opções Gerais", como demonstrado na figura a seguir:



Botão Ferramentas

RESPOSTA: "C".

1321. (CODATA - TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO - FINANÇAS – FUNCAB/2013) - Observe a planilha abaixo criada no Microsoft Office Excel 2007.

	A	B
	Item	Valor
1		
2	Escola	700,00
3	Curso de Inglês	180,00
4	Transporte	120,00
5	Luz	150,00
6	IPU	87,00

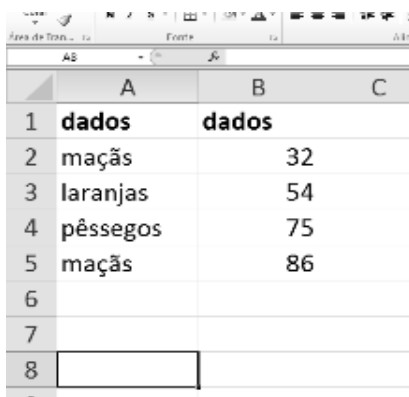
Para alinhar, à direita, os valores da coluna B:

- a) clicar no ícone .
- b) clicar no ícone .
- c) utilizar a combinação de teclas CTRL+D.
- d) utilizar a função Formatar Células e selecionar a opção "Número".
- e) duplo-clicar na coluna B.

Para alinhar um texto de uma coluna à direita é necessário selecionar a coluna ou parte da coluna que se deseja alinhar, depois basta clicar no ícone , Alinhar texto à Direita.

RESPOSTA: "A".

1322. (PREFEITURA DE CABROBÓ/PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - A figura abaixo é parte de uma planilha do Microsoft Excel versão 2007 (configuração padrão). Na célula A8 será digitado =CONT.SE(A2:A5;A2), qual será o valor apresentado nessa célula após teclar ENTER?



	A	B	C
1	dados	dados	
2	maçãs	32	
3	laranjas	54	
4	pêssegos	75	
5	maçãs	86	
6			
7			
8			

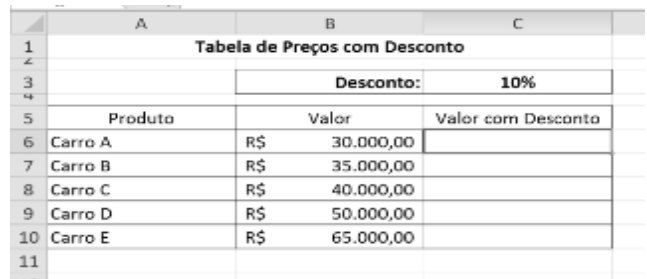
Planilha do enunciado

- a) 2.
- b) 4.
- c) 32.
- d) 118.
- e) 129

A função cont.se conta os valores de uma célula, dependendo da satisfação de uma condição. No caso da função =cont.se(A2:A5;A2), a condição para que as células sejam contadas é que no intervalo de A2 até A5, os valores, que nesse caso serão textos, sejam iguais ao que está digitado em A2, ou seja, serão contadas apenas quantas maçãs existem na planilha. Podemos ainda interpretar que serão contadas quantas vezes a palavra maçãs aparece na sequência de A2:A5. Então o resultado para essa função será 2.

RESPOSTA: "A".

1323. (PREFEITURA DE CABROBÓ/PE - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ASCONPREV/2012) - O Microsoft Excel (considere a versão 2007 em sua configuração padrão) é muito utilizado devido a sua facilidade de uso. Uma delas é permitir que uma fórmula possa ser escrita apenas uma vez e copiada para outras células da planilha, alterando as referências de célula contidas na fórmula. Qual das alternativas apresenta uma fórmula que deverá ser escrita em "C6" para calcular o "valor com desconto" e que poderá ser copiada corretamente para o intervalo de células "C7" a "C10" da figura a seguir:



	A	B	C
1	Tabela de Preços com Desconto		
3		Desconto:	10%
5	Produto	Valor	Valor com Desconto
6	Carro A	R\$ 30.000,00	
7	Carro B	R\$ 35.000,00	
8	Carro C	R\$ 40.000,00	
9	Carro D	R\$ 50.000,00	
10	Carro E	R\$ 65.000,00	
11			

Figura da planilha do enunciado.

- a) =B6-B6*C3.
- b) =B6-B6*\$C3.
- c) =B6-B6*C3\$.
- d) =B6-B6*\$C3\$.
- e) =B6-B6*C\$3.

A resposta corretatraz em sua fórmula a seguinte lógica: o valor de B6 (que na planilha é representado por R\$30.000,00) será retirado do resultado de B6*C3. Em C3 temos 10%. Sendo assim, serão calculados 10% do valor de R\$30.000,00 e o resultado será retirado do valor de R\$30.000,00 que está na célula B6.

Copiando a fórmula para as demais células, a sequência criada será, respectivamente:

- =B7-B7*C\$3
- =B8-B8*C\$3
- =B9-B9*C\$3
- =B10-B10*C\$3

É possível perceber que não foi criada sequência para "C\$3", pois o sinal "\$", antes do número 3 (que representa a linha 3), faz com que seja usada a referência absoluta da célula C3. Da forma como está, ele impede que, ao copiar a fórmula para as outras células, a sequência da linha seja criada.

RESPOSTA: "E".

1324. (TRE - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA- FCC/2012) - Em relação ao BrOffice.org 3.1, considere:

I. Em um arquivo aberto no Writer quando o cursor está em qualquer linha de qualquer parágrafo, ao se pressionar a tecla Home ele irá se posicionar no início do texto.

II. Em uma planilha do Calc, se a célula E8, que contém a fórmula $=(\$D\$2+SOMA(C3:C7))/\$D\1 , for copiada para a célula F9, através de Ctrl+C e Ctrl+V, a célula F9 conterá a fórmula $=(\$D\$2+SOMA(D4:D8))/\$D\1 .

III. No Writer as ações das teclas F7, Ctrl+F12 e Ctrl+F4 correspondem, respectivamente, verificar ortografia, inserir tabela e fechar documento.

IV. No Calc a fórmula $=SOMA(A1:B2;B4)$ irá executar a soma de A1, B2 e B4.

Está correto o que se afirma, SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

II – Para ilustrar a alternativa II, veja a figura a seguir:

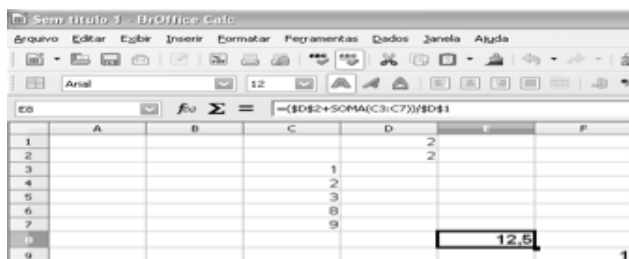
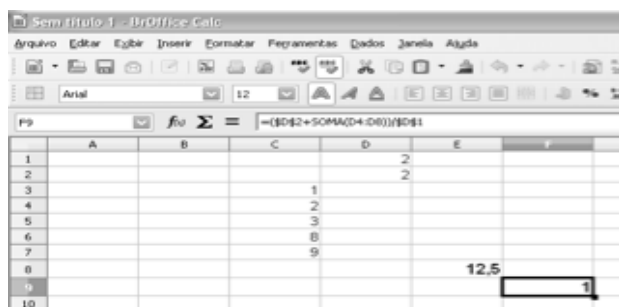


Ilustração da fórmula do enunciado

Nela, digitamos valores aleatórios na sequência de células de C3 até C7 e D1 até D2, que são as células envolvidas na primeira fórmula proposta pela alternativa II. Observe a linha de entrada, a fórmula digitada e a célula E8. Depois, clicamos em E8 e copiamos essa célula, através das teclas de atalho CTRL+C, e colamos com o CTRL + V na célula F9, onde, na figura, aparece o número 1.

Veja na imagem a seguir o resultado desses procedimentos na célula F9:



Aplicação das teclas de atalho na célula F9

O conteúdo copiado na célula F9 ficou igual ao da segunda fórmula proposta pela alternativa II, pois a função $=(\$D\$2+SOMA(D4:D8))/\$D\1 , onde:

= o sinal de igual é o parâmetro que indica o início de uma fórmula ou função;

\$D – dessa forma, fazemos uma referência absoluta à coluna D. Mesmo que a fórmula seja copiada, a coluna D será mantida, e não mudará automaticamente para a coluna E, F ou G, pois está precedida do sinal \$.

\$2 – faz uma referência absoluta à linha 2. Por estar precedida do sinal \$ a linha será mantida na fórmula, mesmo que copiada para outras células.

SOMA (D4:D8) – essa parte da fórmula está somando os valores do intervalo das células de D4 até D8. Dessa forma, o conteúdo da célula D2 será somado ao resultado dessa soma.

/ esse é o sinal de divisão para o Calc. Indica, na fórmula, que a soma da célula D2 com o resultado da soma do intervalo de D4 até D8 será dividido

\$D\$1 – nesse caso, estamos indicando com o sinal \$ que D1 não terá sua sequência automática criada quando essa fórmula for copiada para outras células. O resultado da fórmula, até o momento, será dividido pelo valor que estiver na célula D1.

III -F7 – corresponde às teclas de atalho para acionar a ferramenta de ortografia, como podemos observar pela imagem a seguir:



Detalhamento da tecla de atalho F7

CTRL + F12 – corresponde às teclas de atalho para acionar inserir uma tabela, como podemos observar pela imagem a seguir:



Detalhamento tecla de atalho Ctrl+F12

CTRL + F4 – corresponde às teclas de atalho que executam a ação de fechar o documento aberto, sem fechar o programa Writer.

RESPOSTA: "D".

1325. (PREF. GRAVATAÍ/RS - TÉCNICO EM INFORMÁTICA – MCONCURSOS/2012) - Utilizando Microsoft Excel 2010 em um documento que possui duas planilhas, Abertura e Fechamento. A célula C5 da planilha Abertura deve fazer referência à célula J10 da planilha Fechamento, as duas têm que ficar com o mesmo valor. Na célula C5 da planilha Abertura, qual deverá ser o conteúdo da célula, para obter este efeito?

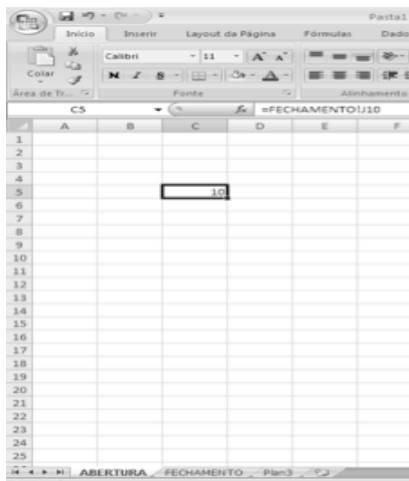
- a) =Fechamento@J10
- b) =Fechamento#J10
- c) =Fechamento!J10
- d) =Fechamento=J10
- e) =Fechamento!@J10

O sinal de igual indica o início de uma fórmula ou função.

Fechamento! – é o nome da planilha Fechamento que, como foi introduzido na fórmula, recebe o sinal de ! após o seu nome.

J10 – é a célula da planilha Fechamento.

Veja na imagem:



Detalhe da fórmula e das planilhas Abertura e Fechamento

São duas planilhas (Abertura e Fechamento). O valor que aparece na célula C5 é resultado da fórmula que buscou esse valor na planilha Fechamento.

RESPOSTA: "C".

1326. (FEPESE - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – UFFS/2012) - O MS Excel pode trabalhar com planilhas que contenham um número grande de linhas e/ou colunas. O atalho de teclado que posiciona o cursor sempre na última célula de uma tabela MS Excel 2007, de forma rápida, é:

- a. (X) Ctrl + End
- b. () Ctrl + Alt
- c. () Ctrl + Alt + End
- d. () Ctrl + Alt + PgDn
- e. () Ctrl + Shift + PgDn

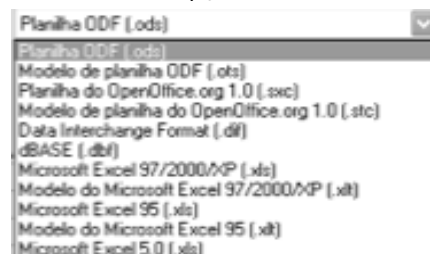
As teclas de atalho CTRL+END movem a seleção para a última célula de uma tabela.

RESPOSTA: "A".

1327. (FEPESE - TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA INFORMÁTICA – UFFS/2012) - São extensões de arquivos de planilhas Excel e/ou Calc:

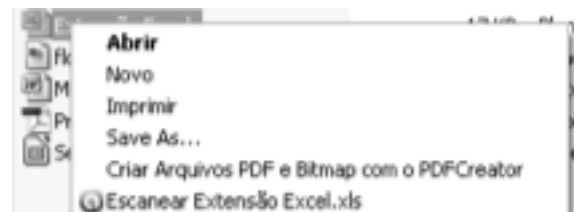
- a. () odt, ods, xls
- b. () odp, ods, xlsx
- c. () ods, odt, odp
- d. () ods, ots, xls
- e. () xls, xlsx, otp

Ods e ots são opções de extensões do Calc. Quando vamos salvar um arquivo pelo Menu Arquivo, Salvar como, podemos observar essas opções na lista "Salvar como tipo".



Salvar como tipo – Calc

Xls é a extensão padrão do Excel, como podemos comprovar com a figura a seguir:



Visualização da extensão .xls

RESPOSTA: "D".

1328. (DPE/SC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FEPESE/2013) - Dado um empréstimo bancário, sabe-se o valor do empréstimo desejado e também o valor da parcela mensal que se pode pagar, assim como a quantidade de parcelas, mas desconhece-se a taxa de juros.

Assinale a alternativa que indica a função ou o recurso do MS Excel que pode ser utilizado para determinar a taxa de juros que deve ser aplicada neste cenário.

Observe que não são necessários conhecimentos de matemática financeira para resolver o problema. Demanda-se conhecer a função ou o recurso do Excel que possibilita encontrar uma variável desconhecida quando já se conhece o resultado.

- a) VPL
- b) Corresp
- c) Atingir Meta
- d) PROCV
- e) PROCH

LIVRO DE QUESTÕES

Segundo a ajuda do Microsoft Excel, se você conhece o resultado que deseja de uma fórmula, mas não o valor de entrada da fórmula necessário para obter o resultado, use o recurso Atingir Meta. Por exemplo, use Atingir Meta para alterar a taxa de juros na célula B3 de forma incremental até que o valor do pagamento em B4 seja igual a R\$900,00.

O valor da célula B4 é o resultado da fórmula $PGTO(B3/12;B2;B1)$.

	A	B
1	Valor do empréstimo	R\$100.000
2	Prazo em meses	180
3	Taxa de juros	7,02%
4	Pagamento	(R\$900,00)

A meta é determinar a taxa de juros da célula B3 com base no pagamento da célula B4.

1. Na guia **Dados**, no grupo **Ferramentas de Dados**, clique em **Teste de Hipóteses** e, em seguida, clique em **Atingir Meta**.
2. Na caixa **Definir célula**, insira a referência para a célula que contém a fórmula (fórmula: uma sequência de valores, referências de células, nomes, funções ou operadores em uma célula que juntos produzem um novo valor. Uma fórmula sempre começa com um sinal de igual (=) que você deseja resolver. (No exemplo, essa é a célula B4).
3. Na caixa **Para valor**, digite o resultado desejado. (No exemplo, esse valor é -900).
4. Na caixa **Por alteração**, insira a referência para a célula que contém o volume que deseja ajustar. (No exemplo, essa é a célula B3).

RESPOSTA: "C".

1329. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CESPE/2013) - Acerca do ambiente Microsoft Office 2010, julgue os próximos itens.

No Excel 2010, o recurso Web App permite o acesso a pastas de trabalho por meio de um navegador da Internet. Com esse recurso, é possível compartilhar planilhas eletrônicas, independentemente da versão do Excel instalada no computador do usuário.

- () Certo
() Errado

O recurso Web App trabalha com computação na nuvem, ou seja, os arquivos são carregados para a Internet e podem ser compartilhados e receberem a colaboração de outros usuários.

As planilhas carregadas para o Excel Web App serão editadas e visualizadas pelo navegador de Internet, tornando-se independentes da versão em que foram criadas. Vale lembrar que o WebApp é um recurso do pacote Office Web App e não do Excel.

RESPOSTA: "CERTO".

1330. (MI - ENGENHEIRO CIVIL - CESPE /2013)

	A	B	C	D	E
	Serviços	Unidades	Quantidades	Valor	Valor medido
1			executadas	Unitário	
2	Demolição de piso existente	m ²	200,00	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
3	Execução de contrapiso	m ²	150,00	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
4	Assentamento de piso cerâmico	m ²	100,00	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
5	Pintura de paredes	m ²	180,00	R\$ 20,00	R\$ 3.600,00
6			Total medido		R\$ 10.850,00

A tabela acima, elaborada em planilha Excel, ilustra um boletim de medição. Com relação ao Excel e com base nessa tabela, julgue os itens subsequentes.

Ao se inserir uma nova coluna entre as colunas C e D, automaticamente, os dados da coluna E serão deslocados para a coluna F, ficando inalterados os valores medidos.

- () Certo
() Errado

Se selecionarmos a coluna

Inserir coluna

A resposta ao exercício pode ser obtida clicando como botão direito do mouse após selecionar a coluna C e depois clicando com o esquerdo em Inserir. Dessa forma, será criada uma coluna em branco no lugar selecionado e todas as outras colunas após a que foi selecionada serão movidas para a direita, fazendo com que os dados da coluna E sejam deslocados para a coluna F, ficando inalterados os valores medidos.

RESPOSTA: "CERTO".

1331. (SEDUC/RO - PROFESSOR - HISTÓRIA - FUN-CAB/2013) - Observe abaixo a imagem parcial da exportação da receita arrecada em janeiro de 2013 do site do estado de Rondônia para o Microsoft Office Excel.

LIVRO DE QUESTÕES

	A	B	C	D
1	Elemento	Receita	Acumulado	Acumulado
2			Mês	Ano
3		Impostos, Taxas e Contribuições		
4	1.0.0.0.00.00	de	16683319,87	16683319,87
5	1.1.0.0.00.00	Impostos	16600426,75	16600426,75
6	1.1.2.0.00.00	Impostos Sobre Patrimônio E A	672747,98	672747,98
7	1.1.2.1.00.00	Impostos Sobre Patrimônio E A	672747,98	672747,98
8	1.1.2.1.02.00	Proventos Ir Retido Nas Fontes	22736,77	22736,77
9	1.1.2.1.02.03	Trabalho	22736,77	22736,77

Sobre a formatação da planilha acima, é **INCORRETO** afirmar:

- Foi feito um merge nas células A1,A2, B1 e B2.
- As células Elemento e Receita estão alinhadas no centro, tanto na horizontal quanto na vertical.
- Para exibir os valores com separação de milhar utilize .
- A fórmula = SOMA(D3:D8) retornará o total de Acumulado Mês para as células exibidas nessa extração parcial.
- Para esconder as colunas A e B basta utilizar a função Ocultar.

É importante observar que a questão solicita o apontamento da sentença INCORRETA. Neste caso o ícone  "Diminuir casas decimais" é apontado como "Separador de milhar", que é representado corretamente pelo ícone: .

RESPOSTA: "C".

1332. (MI - ENGENHEIRO CIVIL- CESPE/2013) -

	A	B	C	D	E
	Serviços	Unidades	Quantidades	Valor	Valor medido
1			executadas	Unitário	
2	Demolição de piso existente	m²	200,00	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
3	Execução de contrapiso	m²	150,00	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
4	Assentamento de piso cerâmico	m²	100,00	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
5	Pintura de paredes	m²	180,00	R\$ 20,00	R\$ 3.600,00
6			Total medido		R\$ 10.850,00

A tabela acima, elaborada em planilha Excel, ilustra um boletim de medição. Com relação ao Excel e com base nessa tabela, julgue os itens subsecutivos.

O valor contido na célula E6 pode ter sido obtido, corretamente, por meio da fórmula =SOMA(E1:E5).

- () Certo
() Errado

	A	B	C	D	E
	Serviços	Unidades	Quantidades	Valor	Valor medido
1			executadas	Unitário	
2	Demolição de piso existente	m²	200,00	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
3	Execução de contrapiso	m²	150,00	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
4	Assentamento de piso cerâmico	m²	100,00	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
5	Pintura de paredes	m²	180,00	R\$ 20,00	R\$ 3.600,00
6			Total medido		R\$ 10.850,00

Célula E6

O valor de E6 é a soma de todos os valores medidos da planilha, que iniciam em E2 e terminam em E5. A função utilizada em casos como este pode ser a função SOMA, que realiza a somatória dos valores numéricos selecionados na planilha.

Sua sintaxe é a seguinte:

= SOMA (núm1;núm2...)



Sintaxe função soma

1 – Sinal de igual que antecede toda fórmula/função no Excel. É o parâmetro que faz com que o programa considere como uma fórmula o que está após o sinal de igual e não considere que os argumentos sejam apenas um texto normal.

2 – Nome da função. O nome da função pode ser comparado a um código encapsulado, ou seja, quando o Excel se depara com o nome de uma função (desde que antecedido pelo sinal de igual) executará os procedimentos exigidos por ela.

3 – Abertura de parênteses. Após o sinal de igual e o nome da função, os argumentos que farão parte dela ficarão entre parênteses.

4 – Argumentos da função. No caso específico da função que responde à questão, serão os números que deverão ser somados. Em geral, evita-se colocar os números propriamente ditos, mas faz-se referência às células que os contêm.

A função do exercício proposto ficaria:

= Soma(E1:E5)

Os dois pontos (:) que separam E1 de E5 significam que os argumentos da função serão de E1 até E5. Mesmo considerando que em E1 há letras e não números para serem somados, o Excel 2007 considerará apenas os números na soma, evitando qualquer tipo de erro.

RESPOSTA: "CERTO".

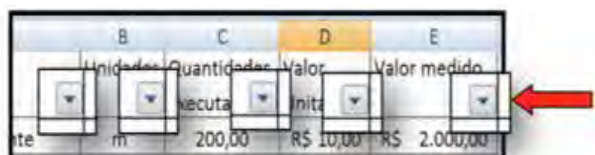
1333. (MI - ENGENHEIRO CIVIL – CESPE/2013) -

Serviços	Unidades	Quantidades executadas	Valor Unitário	Valor medido
1 Demolição de piso existente	m ²	200,00	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
2 Execução de contrapiso	m ²	150,00	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
4 Assentamento de piso cerâmico	m ²	100,00	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
5 Pintura de paredes	m ²	180,00	R\$ 20,00	R\$ 3.600,00
6	Total medido			R\$ 10.850,00

A tabela acima, elaborada em planilha Excel, ilustra um boletim de medição. Com relação ao Excel e com base nessa tabela, julgue os itens subsecutivos.

O símbolo que aparece no canto inferior direito de cada célula da linha 1 representa fórmulas vinculadas a cada coluna

- () Certo
() Errado



Símbolo mencionado na questão

O símbolo abordado na questão é um dropdown, ou seja, uma seta que aponta para baixo, no canto direito inferior de cada célula da linha 1.

Este símbolo indica e faz parte do recurso Filtro, encontrado, na versão 2007, na guia Início, grupo Edição, conforme mostra a figura a seguir:



Filtro

O filtro habilita ou desabilita a filtragem das células selecionadas.

Quando a filtragem estiver ativada, clicando na seta do cabeçalho da coluna é possível escolher um filtro para a coluna, ou seja, uma forma de selecionar, em uma lista de itens, apenas aqueles que são necessários no momento. O filtro ajuda a localizar mais facilmente os dados solicitados conforme um parâmetro.

RESPOSTA: "ERRADO".

1334. (BANESTES - ASSISTENTE SECURITÁRIO – CONSULPLAN/2013) -Na ferramenta Microsoft Office Excel 2003 (configuração padrão), quando o tamanho da informação em uma coluna não estiver sendo suficiente para exibir toda a informação, poderão ser realizados alguns ajustes. São procedimentos que podem ser realizados para aumentar o tamanho de uma coluna no Excel, EXCETO:

- a) Utilização do autoajuste.
b) Definição da largura exata.
c) Definição da largura padrão.
d) Definição da largura mediana.
e) Com o cursor sob a divisão de duas colunas, clicar com o botão esquerdo do mouse e arrastar para a direita, soltando-o quando atingir o tamanho desejado.

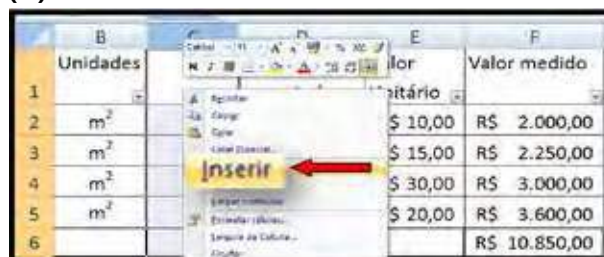
Tanto no Excel 2003 quanto em outras versões as colunas podem ser ajustadas pressionando o botão esquerdo do mouse na linha separadora das colunas, no cabeçalho das colunas, e arrastando-o até a medida desejada, clicando duas vezes sobre a linha separadora das colunas, no cabeçalho das colunas, para que a medida seja suficiente para o maior texto da coluna, utilizando o AutoAjuste da largura da coluna, definindo a largura exata e a largura padrão. Enfim, não há a definição de largura da mediana para as colunas.

RESPOSTA: "D".

1335. (MJ - ENGENHEIRO CIVIL - CESPE/2013) - A respeito dos programas Word e Excel, julgue os itens seguintes.

No Excel, ao inserir-se uma coluna entre outras duas colunas associadas por fórmulas, o conteúdo da coluna com os resultados das fórmulas é alterado.

- () Certo
() Errado



Inserir coluna

Quando inserimos uma coluna entre outras já existentes e que contenham fórmulas, essas fórmulas automaticamente farão referência aos dados que deram origem a elas, não causando prejuízos ao resultado.

Tomaremos a tabela a seguir como exemplo:

	A	B	C
1	10	20	=soma(A1:B1)

Exemplo de função

A função da figura acima traz-nos a soma dos valores 10 e 20 que estão, respectivamente, nas células A1 e B1.

Inserindo uma coluna entre os argumentos e a função não haverá qualquer prejuízo ao resultado, visto que a função continuará fazendo referência às células A1 e B1.

	A	B	C	D
1	10	20		30

Inserir coluna

Caso a nova coluna seja inserida antes da coluna A, como no caso a seguir, ainda assim não ocorrerá prejuízo ao resultado, visto que o Excel, automaticamente, alterará a fórmula para = Soma(B1:C1), como de mostra a figura a seguir:

	A	B	C	D
1		10	20	30

Valor inalterado

RESPOSTA: "ERRADO".

1336. (UFBA - CONTADOR – UFBA/2013) - Considere que, em uma planilha Excel, haja números nas células A1, A2, B1 e B2 e a expressão "=A1+A2" (sem as aspas) na célula A3.

Se um usuário, utilizando o Excel sobre um sistema Windows, usar a combinação de teclas Ctrl+C na célula A3 e a combinação de teclas Ctrl+V na célula B3, essa última conterá também a soma de A1 e A2.

- () Certo
() Errado

A questão propõe:

	A	B
1	10	
2	20	
3	30	0

Planilha segundo questão

Uma soma realizada na célula A3, com referência às células A1 e A2. Quando a célula A3 é copiada para B3, a fórmula automaticamente é alterada para B1 e B2, ficando como demonstrado na imagem. Esse fato ocorre porque o padrão das fórmulas do Excel é trabalhar com referência absoluta, ou seja, fazer referência à célula em questão e não ao valor, a não ser que se trabalhe com os números na fórmula.

RESPOSTA: "ERRADO"

1337. (PC/DF - AGENTE DE POLÍCIA – CESPE/2013) –

	A	B	C	D	E
1		preço unitário (em Reais)	quantidade	preço total	
2	mesas		800	2	
3	cadeiras		100	8	
4					
5					
6					

A figura acima mostra uma janela do Excel 2010, com uma planilha em processo de edição. Essa planilha hipotética contém os preços unitários de cadeiras e mesas, assim como a quantidade de itens a serem adquiridos de cada um desses móveis. Com relação a essa planilha e ao Excel 2010, julgue o item seguinte

Para se inserir na célula D2 o preço total das duas mesas e na célula D3, o preço total das oito cadeiras, é suficiente realizar a seguinte sequência de ações: clicar a célula D2; digitar =B2*C2 e, em seguida, teclar Enter; clicar a célula D2 com o botão direito do mouse e, na lista de opções que surge em decorrência dessa ação, clicar a opção Copiar; clicar a célula D3; pressionar e manter pressionada a tecla Ctrl e, em seguida, acionar a tecla V

- () Certo
() Errado

A questão sugere:

	A	B	C	D
1		preço unitário (em Reais)	quantidade	preço total
2	mesas		800	2 =B2*C2
3	cadeiras		100	8 =B3*C3

Aplicação das fórmulas da questão

O valor de B2 é o preço unitário das mesas = R800,00.
O valor de C2 é a quantidade de mesas = 2.

Se multiplicarmos B2*C2, teremos o preço unitário das mesas multiplicado pela quantidade, ou seja, 800*2.

Quando copiamos uma célula com fórmula, automaticamente os parâmetros da fórmula farão referência a suas células e serão atualizadas, ficando como no exemplo da imagem acima.

RESPOSTA: "CERTO".

1338. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - CONHECIMENTOS BÁSICOS - CARGOS 1 E 3 – CESPE/2013) -



Considerando a figura acima, que apresenta uma planilha do Excel a partir de qual se gerou um gráfico, assinale a opção correta.

- a) O gráfico pode ser copiado para um arquivo do Word sem que haja necessidade de se copiar a planilha.
- b) A média de eleitores pode ser calculada corretamente a partir da fórmula $=B3+B4+B5+B6+B7/5$.
- c) O arquivo Pasta1 poderá ser compartilhado em um grupo de discussão ou em uma rede social sem perda de dados, desde que a planilha fique separada do gráfico, em outra página da planilha ou em outro arquivo.
- d) Caso as legendas ao lado do gráfico sejam excluídas, os nomes correspondentes às zonas eleitorais serão automaticamente excluídos os conteúdos das células A3 a A7.
- e) O arquivo Pasta1 pode ser aberto por um programa do BrOffice, desde que seja salvo no formato PPT.

Se copiarmos o gráfico da planilha do Excel e colarmos no Word, não haverá perda dos dados, pois há uma integração entre os programas do pacote do Microsoft Office.

RESPOSTA: "A".

1339. (TRE/MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE – CESPE/2013) -

	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3
Linha 1	18	10	8
Linha 2	9	11	13
Linha 3	14	15	21

Com relação ao aplicativo Microsoft Excel e à figura acima, que mostra uma planilha em edição nesse aplicativo, assinale a opção correta.

- a) Ao se clicar a célula D3, e, em seguida, se pressionar a tecla "Delete" o conteúdo da célula D3 será apagado, e o conteúdo da célula D4 será movido para a célula D3.
- b) Os números 18 e 24 aparecerão, respectivamente, nas células E2 e E3, ao final da seguinte sequência de ações: clicar a célula E2; digitar $=C2+D2$ e teclar "Enter" clicar novamente a célula E2, clicar o botão ; clicar a célula E3; clicar .

c) Ao se aplicar um clique simples na célula B1 e um clique duplo na célula D1, será selecionado um grupo de células formado pelas células B1, C1 e D1.

d) O procedimento sucessivo de se clicar a célula E2, digitar a sequência de caracteres $=B2+C2+D2/3$ e teclar "Enter" fará que seja exibido na célula E2 o número 12, ou seja, a média aritmética das células B2, C2 e D2.

e) Ao se selecionar as células B3, C3 e D3 e se clicar, em seguida, o botão , aparecerá uma caixa de diálogo com diversos tipos de fonte, que permitirão ao usuário redefinir as fontes usadas nas células selecionadas.

O valor da célula C2 é 10 e da célula D2 é 8. A fórmula $=C2+D2$ realiza a soma dos dois valores e mostra o resultado na célula E2, abordada na questão. A continuidade da questão traz o procedimento de copiar o conteúdo de uma célula que contém uma fórmula (E2) e colar em outra célula (E3). Quando isso ocorre, a célula que recebe a cópia terá uma fórmula alterada para a referência de suas células. Dessa forma, a fórmula que ficará em E3 será $=C3+D3$, somando os valores 11 e 13, tendo como resultado o número 24.

RESPOSTA: "B".

1340. (BANCO DO BRASIL - ESCRITURÁRIO – FCC/2013) – O Microsoft Excel 2010 (em português) possui diversas funções que permitem executar cálculos financeiros. A maioria dessas funções aceita argumentos similares como prazo de investimento, pagamentos periódicos, período, taxa de juros, valor presente etc. Uma dessas funções é a NPER, que calcula o número de períodos de um investimento de acordo com pagamentos constantes e periódicos e uma taxa de juros constante.

Baseando-se nas informações acima, considere um financiamento no valor de R\$3.377,00, a uma taxa de 12% ao ano. Considere a disponibilidade de apenas R\$300,00 por mês para pagar este financiamento.

Dados	Descrição
R\$ 3.377,00	Valor do financiado (Valor Presente)
R\$ 300,00	Pagamento efetuado a cada mês (período)
12%	Taxa de juros anual
	Número de meses (período) necessário para pagar o financiamento.
12,00	

O resultado presente na célula A5 (configurado para ser mostrado com duas casas decimais) é o número de meses necessários para pagar o financiamento, resultante da aplicação da função NPER. Baseando-se nos dados apresentados, a função utilizada na célula A5 é:

- a) $=NPER(A4/12;-A3;A2)$
- b) $=NPER(A4/12;A3;A2)$
- c) $=NPER(A4;-A3;A2)$
- d) $=NPER(A4/12;A2;-A3)$
- e) $=NPER(A4/12;A2;A3)$

Verificaremos a seguinte função: =NPER(A4/12;-A3;A2)
NPER retorna o número de períodos de um investimento com base em pagamentos constantes periódicos e uma taxa de juros constante.

A sintaxe dessa função é NPER(taxa;pgto;vp;[vf];[tipo]), sendo que:

- Taxa é a taxa de juros por período.
- Pgto é o pagamento feito em cada período; não pode mudar durante a vigência da anuidade. Geralmente, pgto contém o capital e os juros, mas nenhuma outra tarifa ou taxas.
- Vp é o valor presente ou atual de uma série de pagamentos futuros.
- Vf é o valor futuro, ou o saldo, que você deseja obter depois do último pagamento. Se vf for omitido, será considerado 0 (o valor futuro de um empréstimo, por exemplo, é 0).
- Tipo é o número 0 ou 1 e indica as datas de vencimento.

Definir tipo para	Se os vencimentos forem
0 ou omitido	No final do período
1	No início do período

Tipo

Comparando com a questão temos que:

A4/12 = é o valor da taxa dividido pelos 12 meses do ano, visto que são 12% de juro anual.

-A3 = é o valor de R\$300,00 pagos mensalmente.

A2 = é o valor total do financiamento.

RESPOSTA: "A".

1341. (TRT 1ª REGIÃO (RJ) - ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS – FCC/2013) - Alexis digitou a planilha abaixo no Microsoft Excel 2010 em português.

	A	B	C	D
1	Funcionário	Departamento	Cargo	Salário
2	Ana Paula de Souza	Financeiro	Gerente	R\$ 10.567,00
3	Maria Cristina Teodoro	Vendas	Gerente	R\$ 8.762,00
4	André Ribeiro Peixoto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.456,58
5	Marcos Alves da Silva	Financeiro	Analista	R\$ 2.998,67
6	Narcisa de Abreu Gato	Vendas	Vendedor	R\$ 2.300,00
7	Paulo Rogério Nauto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.050,00
8	Mônica Franco Martins	Vendas	Vendedor	R\$ 1.981,58

Seu chefe solicitou que ele imprimisse apenas os dados dos funcionários com cargo de Auxiliar e que trabalham no Departamento Financeiro. Alexis adotou os procedimentos necessários e foi impresso o conteúdo abaixo.

A	B	C	D
Funcionário	Departamento	Cargo	Salário
André Ribeiro Peixoto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.456,58
Paulo Rogério Nauto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.050,00

Para realizar o procedimento e atender à solicitação de seu chefe, Alexis

a) selecionou as colunas A, B, C e D das linhas 1, 4 e 7, clicou na guia Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Seleção. Na caixa de diálogo que se abriu, selecionou a opção Impressão sequencial e clicou no botão Imprimir.

b) clicou na guia Arquivo e na opção Imprimir. Na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Seleção. Na caixa de diálogo que se abriu, clicou no botão Selecionar células e selecionou nas linhas 1, 4 e 7 as colunas A, B, C e D.

c) selecionou as células preenchidas da planilha e habilitou a filtragem de células selecionadas. Em seguida, clicou na ferramenta Classificar e Filtrar da guia Página Inicial e selecionou a opção Formatar Filtro. Na caixa de diálogo exibida, na coluna B, onde estão os departamentos, deixou selecionada apenas a opção Financeiro. Na coluna C, onde estão os cargos, deixou selecionado apenas a opção Auxiliar. Para finalizar, clicou no botão Enviar para a Impressora.

d) selecionou as colunas A, B, C e D das linhas 1, 4 e 7, copiou as células selecionadas, iniciou uma nova planilha e colou as células copiadas nessa planilha. Em seguida, fez a formatação necessária para deixar as células como na planilha original, clicou na guia Arquivo e na opção Imprimir. Na divisão Impressão, selecionou a opção Imprimir Células.

e) selecionou as células preenchidas da planilha e habilitou a filtragem de células selecionadas. Em seguida, clicou na seta do cabeçalho da coluna B onde estão os departamentos e deixou selecionado apenas o campo Financeiro. Depois, clicou na seta do cabeçalho da coluna C onde estão os cargos e deixou selecionado apenas o campo Auxiliar. Na sequência, selecionou todas as células resultantes da filtragem e clicou na guia Arquivo e na opção Imprimir. Na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Seleção.

A filtragem de dados permite a seleção de itens de uma planilha que atendam as necessidades de uma determinada pesquisa.

Na planilha mostrada inicialmente na questão, temos vários funcionários, departamentos, cargos e salários. A necessidade apresentada é mostrar apenas os funcionários do departamento Financeiro que ocupam o cargo de Auxiliar. Para facilitar essa localização e visualização, aplicamos o recurso Filtro, que consiste em selecionar os dados da planilha, clicar no Filtro (na versão 2007, fica na guia Início, grupo Edição, Classificar e Filtrar – Filtro) e determinar quais os parâmetros de filtragem. No caso específico foi selecionar o Departamento, que se encontra na coluna B. Quando clicamos no ícone do Filtro, aparecem todas as opções possíveis da coluna e, no exemplo, apareceriam todos os Departamentos (Financeiro e Vendas). Foi selecionado o Financeiro, para atender a questão. Depois foi selecionado o cargo de Auxiliar, clicando na coluna C.

RESPOSTA: "E".

1342. (TRT 1ª REGIÃO (RJ) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) - A planilha abaixo foi criada utilizando-se o Microsoft Excel 2010 (em português).

	A	B	C	D	E
				Número de períodos (em meses)	
1		Capital	Taxa de Juros		Montante
2	Credor A	R\$ 1.000,00	8%	2	
3	Credor A	R\$ 7.350,00	2,75%	24	
4	Credor A	R\$ 2.440,00	0,95%	9	

A linha 2 mostra uma dívida de R\$1.000,00 (célula B2) com um Credor A (célula A2) que deve ser paga em 2 meses (célula D2) com uma taxa de juros de 8% ao mês (célula C2) pelo regime de juros simples. A fórmula correta que deve ser digitada na célula E2 para calcular o montante que será pago é

- a) $= (B2 + B2) * C2 * D2$
 b) $= B2 + B2 * C2 / D2$
 c) $= B2 * C2 * D2$
 d) $= B2 * (1 + (C2 * D2))$
 e) $= D2 * (1 + (B2 * C2))$

Temos na célula A2 uma dívida de R\$1.000,00 a juros simples de 8% para ser quitada em dois meses.

Os juros dos dois meses seriam 16% ($8\% * 2$). 16% de R\$1.000,00 é igual a R\$160,00. Então o valor do resultado de E2 terá que ser igual a R\$1.160,00.

Conhecendo a lógica e entendendo o que tem que ser feito, basta transformar em fórmula:

B2 = é igual ao valor do empréstimo, ou seja, R\$1.000,00.

C2 = é a taxa de juros de 8%.

D2 = é a quantidade de meses.

Das fórmulas apresentadas, a que satisfaz a questão é $= B2 * (1 + (C2 * D2))$.

Trocamos os argumentos para verificar sua correção:

$$\begin{aligned}
 &= 1.000,00 * (1 + (8\% * 2)) \\
 &= 1.000,00 * (1 + (16\%)) \\
 &= 1.000,00 * (116,00\%) \\
 &= 1.160,00
 \end{aligned}$$

RESPOSTA: "D".

1343. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - FGV/2013) - Observe a figura abaixo, que representa a planilha criada no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4		Nome	Word	Excel	Powerpoint	Média	Conceito
5	12981	Antonio	9,73	7,65	8,02	8,47	MB
6	12982	Claudia	3,57	4	3,96	3,84	I
7	12983	Denise	6,92	5,83	6,52	6,42	B
8	12984	Melquiades	7,85	6,13	6,57	6,85	B

Na planilha, foram realizados os procedimentos a seguir.

• Os dados contidos nas células de A4 a E8 foram digitados;

• Em F5 foi inserida uma expressão para determinar a média aritmética entre as células de C5 a E5. Expressões semelhantes foram inseridas em F6, F7 e F8;

• Em G5 foi inserida uma expressão que mostra o conceito "MB" se a média em F5 é maior ou igual a 7, "B" se é menor que 7 e maior ou igual a 4 e "I" se menor que 4. Expressões semelhantes foram inseridas em G6, G7 e G8.

A expressão inserida em G5 foi:

- a) $= SE(F5 <= 7; "MB"; SE(F5 > 4; "B"; "I"))$
 b) $= SE(F5 <= 7; "MB"; SE(F5 > 4; "I"; "B"))$
 c) $= SE(F5 >= 7; "MB"; SE(F5 < 4; "B"; "I"))$
 d) $= SE(F5 >= 7; "MB"; SE(F5 < 4; "I"; "B"))$

Analisaremos em partes:

- Os dados contidos nas células de A4 a E8 foram digitados

Os dados mencionados referem-se às matrículas, nomes e notas e não há indício de aplicação de fórmula ou função para isto.

- Em F5 foi inserida uma expressão para determinar a média aritmética entre as células de C5 a E5. Expressões semelhantes foram inseridas em F6, F7 e F8

Em F5 temos a média das 3 notas do aluno Antonio, referente às notas que obteve em Word, Excel e Powerpoint, respectivamente nas células C5, D5 e E5, que pode ter sido feita de duas formas:

$$= (C5 + D5 + E5) / 3$$

Ou

$$= \text{Média}(C5:E5)$$

- Em G5 foi inserida uma expressão que mostra o conceito "MB" se a média em F5 é maior ou igual a 7, "B" se é menor que 7 e maior ou igual a 4 e "I" se menor que 4. Expressões semelhantes foram inseridas em G6, G7 e G8.

A função utilizada para se obter um valor lógico pode ser a função SE.

Sua sintaxe é a seguinte:

$$= SE(\text{teste_lógico}; [\text{valor_se_verdadeiro}]; [\text{valor_se_falso}])$$

Sendo que:

= SE (- indica o início de quase todas as funções, que precisam, indispensavelmente, do sinal de igual, seu nome e a abertura do parêntese.

teste_lógico – pode ser entendido como a comparação que se deseja fazer. Nele estão envolvidos os sinais de:

= quando uma célula pode ser igual ao valor de outra, por exemplo;

> quando uma célula pode ter o valor maior que outro, por exemplo;

< quando uma célula pode ter o valor menor que outro, por exemplo;

<> quando uma célula pode ter o valor diferente de outro, por exemplo;

Ainda podemos usar os sinais:

>= maior ou igual;

LIVRO DE QUESTÕES

<= menor ou igual.

valor_se_verdadeiro – é o valor, mensagem ou fórmula que deve aparecer na célula caso a comparação seja verdadeira.

valor_se_falso – é o valor, mensagem ou fórmula que deve aparecer na célula, caso a comparação seja falsa.

Quando o valor_se_verdadeiro e o valor_se_falso forem palavras, devem vir entre "" (aspas duplas).

No caso da nossa questão temos:

=SE(F5>= 7; "MB"; SE(F5<4; "I"; "B"))

Interpretando a função ela nos diz:

Se a média for maior ou igual a 7, aparecerá MB na célula. Se a média for menor que 4, aparecerá I, se não, aparecerá B.

Temos duas vezes o valor_verdadeiro, pois queremos que apareça MB se for maior ou igual a 7 e I se for menor que 4. Se não for nem um, nem outro, a função mostrará o valor_falso, que é B.

RESPOSTA: "D".

1344. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - I II E III – FGV/2013) - Observe a figura a seguir, que representa uma planilha criada no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D	E
1	BIBLIOTECA NACIONAL				
2					
3		45			
4		75			
5		25			
6		35			
7		15			
8					
9				75	

Na planilha, em D9 foi inserida uma expressão que indica o maior número entre todos no intervalo de B3 a B7. Assinale a alternativa que indica as expressões que foram inseridas em D9.

- a) =MAIOR(B3:B7) e =MÁXIMO(B3:B7;1)
- b) =MAIOR(B3:B7;1) e =MÁXIMO(B3:B7)
- c) =MAIOR(B3&B7;1) e =MÁXIMO(B3& B7)
- d) =MAIOR(B3&B7) e =MÁXIMO(B3&B7; 1)

	A	B	C	D	E
1	BIBLIOTECA NACIONAL				
2					
3		45			
4		75			
5		25			
6		35			
7		15			
8					
9				75	

Função Maior

A função Maior retorna o maior valor k-ésimo de um conjunto de dados. Você pode usar esta função para selecionar um valor de acordo com a sua posição relativa. Por exemplo, você pode usar MAIOR para obter o primeiro, o segundo e o terceiro resultados.

Matriz é a matriz ou intervalo de dados cujo maior valor k-ésimo você deseja determinar.

K é a posição (do maior) na matriz ou intervalo de célula de dados a ser fornecida.

	A	B	C	D	E	F
1	BIBLIOTECA NACIONAL					
2						
3		45				
4		75				
5		25				
6		35				
7		15				
8						
9				75		

Função Máximo

Retorna o valor máximo de um conjunto de valores. Núm1, núm2,... são de 1 a 255 números cujo valor máximo você deseja saber.

RESPOSTA: "B".

1345. (FBN - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - I II E III – FGV/2013) - Observe a figura a seguir, que representa uma planilha criada no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D	E
1	BIBLIOTECA NACIONAL				
2	Acervo Bibliográfico				
3					
4		Tipo	Autor	Título	Qtde
5	1	Livro	ANSI	Informática Básica	8
6	2	Periódico	IEEE	Redes de Computadores	3
7	3	Periódico	IEEE	Internet	23
8	4	Livro	ISSO	Arquitetura de Computadores	2
9					
10		Totais			
11		Livros	10		
12		Periódicos	16		

Para determinar os valores mostrados em C11 e C12 foi empregada a função SOMASE, que adiciona os valores da coluna E se o conteúdo da coluna B for "Livro" ou "Periódico", além do conceito de referência absoluta.

Nesse contexto, a expressão inserida em C11 foi:

- a) =SOMASE(#B#5:#B#8;B12;#E#5:#E#8)
- b) =SOMASE(@B@5:@B@8;B12;@E@5:@E@8)
- c) =SOMASE(&B&5:&B&8;B11;&E&5:&E&8)
- d) =SOMASE(\$B\$5:\$B\$8;B 11;\$E\$5:\$E\$8)

	A	B	C	D	E
1	BIBLIOTECA NACIONAL				
2	Acervo Bibliográfico				
3					
4		Tipo	Autor	Título	Qtde
5	1	Livro	ANSI	Informática Básica	8
6	2	Periódico	IEEE	Redes de Computadores	3
7	3	Periódico	IEEE	Internet	23
8	4	Livro	ISSO	Arquitetura de Computadores	2
9					
10		Totais			
11		Livros	10		
12		Periódicos	16		

Função SOMASE

A função SOMASE é uma função lógica que realiza uma soma se as condições forem atendidas. Na questão, serão somadas separadamente as quantidades de livros e periódicos. Para isso, a função associará na coluna das quantidades àquelas que se referem aos livros e passará o resultado. Em outra função, verificará as quantidades dos periódicos e os somará.

Sintaxe

SOMASE(intervalo;critérios;intervalo_soma)

Intervalo é o intervalo de células que se deseja calcular por critérios. As células em cada intervalo deverão ser números e nomes, matrizes ou referências que contêm números. Os espaços em branco e os valores de texto são ignorados.

Crítérios são os critérios na forma de um número, expressão ou texto que define quais células serão adicionadas. Por exemplo, os critérios podem ser expressos como 32, «32», «>32» ou «maçãs».

Intervalo_soma são as células reais a serem adicionadas se as células correspondentes no intervalo coincidirem com os critérios. Se intervalo_soma for omitido, as células no intervalo serão avaliadas pelos critérios e adicionadas se corresponderem aos mesmos.

Na função, vemos também o símbolo \$ (referência absoluta) que serve para fixar a posição da fórmula na planilha.

RESPOSTA: "D".

1346. (COBRA TECNOLOGIA S-A (BB) - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPP/ 2013) -No Excel 2007, se for atribuído o texto "RUI barbosa" para a célula C1, o resultado da fórmula =MAIÚSCULA(C1) será:

- a) Rui Barbosa.
- b) rui barbosa.
- c) RUI BARBOSA.
- d) rui BARBOSA.

A função MAIÚSCULA (texto) converte a sequência de caracteres de texto em maiúsculas.

RESPOSTA: "C".

DIREITO CONSTITUCIONAL

1347. (TRT/17ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios fundamentais: "Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil".

Extraem-se do art. 1º, da Constituição Federal os fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a soberania (inciso I), a cidadania (inciso II), a dignidade da pessoa humana (inciso III), *os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa* (inciso IV), e o pluralismo político (inciso V).

Diante disso, a alternativa deve se assinalada como correta, pois, de fato, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.

RESPOSTA: "CORRETA".

1348. (TRF/4ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2014) A dignidade da pessoa humana, no âmbito da Constituição Brasileira de 1988, deve ser entendida como:

- A) Uma exemplificação do princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade reconhecida pela Constituição.
- B) Um direito individual garantido somente aos brasileiros natos.
- C) Uma decorrência do princípio constitucional da soberania do Estado Brasileiro.
- D) Um direito social decorrente de convenção internacional ratificada pelo Estado Brasileiro.
- E) Um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil.

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme consta no art. 1º, III, da Constituição da República.

Deve ser assinalado, portanto, o item "E".

RESPOSTA: "E".

1349. (TRT/3ª REGIÃO - JUIZ - TRT/3ª REGIÃO/2013) Na literalidade da Constituição de 1988, não se inclui entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- C) Promover a dignidade da pessoa humana.
- D) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- E) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Os *objetivos fundamentais* da República Federativa do Brasil constam no art. 3º, da Constituição Federal, que prevê: construir uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I), garantir o desenvolvimento nacional (inciso II), erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (inciso III), e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (inciso IV).

A dignidade a pessoa humana, por sua vez, tem previsão no art. 1º, da CF, que estabelece os *fundamentos* da República.

Assim, pela literalidade dos dispositivos *supracitados*, deve ser assinalada a alternativa "C".

RESPOSTA: "C".

1350. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Julgue o item que se segue relativo aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF): "É fundamento da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária".

Conforme consta no art. 3º, I, do Texto Maior, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária constitui-se um dos *objetivos fundamentais* da República Federativa do Brasil.

Os fundamentos, por sua vez, estão estampados no art. 1º, CF.

Diante disso, a alternativa deve ser assinalada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1351. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que segue: "A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político".

A alternativa está correta, pois todos os princípios relacionados no enunciado da questão estão previstos no art. 4º, em seus dez incisos, da Constituição da República, que estabelece os princípios a serem observados nas relações internacionais.

RESPOSTA: "CORRETA".

1352. (MS - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Considerando as disposições constitucionais a respeito dos princípios fundamentais, julgue o item a seguir: "Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 73/2013, são considerados Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas".

A Emenda Constitucional nº 73/2013 acrescentou o §11 ao art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criando os Tribunais Regionais Federais da 6ª (sede em Curitiba), 7ª (sede em Belo Horizonte), 8ª (sede em Salvador) e 9ª (sede em Manaus) Regiões.

Assim, referida emenda não tornou o Tribunal de Contas um dos Poderes da União, pois não alterou o art. 2º, que estabelece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Consoante um *posicionamento tradicional*, o TCU integra o Poder Legislativo, por auxiliar o Congresso Nacional no controle externo da fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades das administrações direta e indireta (art. 71, *caput*, CF).

Com fundamento na explanação acima, a alternativa deve ser assinalada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1353. (TJ/SC - JUIZ - TJ/SC/2013) Com base nas proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a prevalência dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

II. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

III. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; garantir o desenvolvimento nacional; construir uma sociedade livre, justa e solidária.

IV. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios a independência nacional; a dignidade da pessoa humana; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a concessão de asilo político.

A) Todas as proposições estão corretas.

B) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

C) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

D) Somente as proposições II e III estão corretas.

E) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

O item "I" está incorreto. A prevalência dos direitos humanos não é um dos fundamentos previstos no art. 1º, da Lei Fundamental, mas sim um dos princípios da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, conforme consta no art. 4º, II, CF.

O item "II" está certo. O enunciado da alternativa está amparado pelo texto do art. 4º, parágrafo único, da Constituição da República.

O item "III" está correto, com fundamento no art. 3º, CF, que prevê, em seus quatro incisos, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

O item "IV" está equivocado. Os princípios que regem a República Federativa do Brasil estão expressos no art. 4º, da Constituição da República. Neste rol não se encontra a dignidade da pessoa humana, que na verdade se trata de um dos fundamentos da República brasileira (art. 1º, III, CF).

Sendo assim, estando corretos apenas os itens "II" e "III", deve ser assinalada a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1354. (MP/SC - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MPE/SC/2013) Dentre os princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais podem ser citados: a concessão de asilo político; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; a defesa da paz; a não intervenção e a autodeterminação dos povos.

Dispõe a Constituição da República que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político (art. 4º e incisos, CF).

Diante disso, a alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1355. (TRT/10ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Acerca dos princípios fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir: "Embora a Federação seja um dos princípios fundamentais da CF, nada impede que o direito de secessão seja introduzido no ordenamento jurídico brasileiro por meio de emenda constitucional".

Nos termos do art. 60, §4º, I, da Constituição da República, a forma federativa de Estado não pode ser abolida no ordenamento jurídico pátrio, constituindo verdadeira cláusula pétrea, inalterável por meio de emenda constitucional. Assim, não é possível a extinção do pacto federativo, muito menos a possibilidade de secessão, ou seja, separação dos entes políticos.

Diante da constatação de que não há, no Brasil, o direito de secessão, a afirmação errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1356. (SEPLAG/RJ - ANALISTA EXECUTIVO - CEPERJ/2013) A Constituição brasileira de 1988 estabeleceu um imenso rol de princípios fundamentais, dentre os quais o que se relaciona à forma de governo é o:

- A) Federalista.
- B) Republicano
- C) Democrático
- D) Soberano
- E) Popular

A Constituição Federal, em seu primeiro artigo, evidência que a forma de governo adotada no Brasil é a republicana, que foi confirmada por plebiscito, nos termos do art. 2º do ADCT.

Sobre este assunto, é importante anotar brevemente algumas considerações sobre a organização do Estado: quanto à *forma de governo*, pode ser adotada a republicana, quando o poder é exercício em nome do povo e visando seus interesses, ou a monarquia, na qual o poder fica concentrado nas mãos de poucas pessoas; quanto ao *sistema de governo*, pode ser adotado o presidencialismo, em que o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, ou o parlamentarismo, quando a chefia de Estado e a chefia de Governo são exercidas por pessoas diferentes; por fim, quanto à *forma de Estado*, poderá ser adotado o federalismo, onde há unidades dotadas de autonomia política, ou a forma unitária, em que o Estado é constituído de um governo único, conduzido por uma só pessoa.

Feitas estas considerações, registre-se que o Brasil adota a forma *republicana* de governo, o sistema *presidencialista* de governo e a forma *federativa* de Estado.

Diante disso, deve ser assinalada a alternativa "B" como correta.

RESPOSTA: "B".

1357. (SEPLAG/RJ - ANALISTA EXECUTIVO - CEPERJ/2013) A Constituição de 1988 é muito criticada por ter previsto a prestação de inúmeros serviços e a previsão de incontáveis direitos e garantias, individuais e coletivos, criando justas expectativas para os cidadãos, mas encontrando limitações orçamentárias na maior parte dos entes públicos. Alguns doutrinadores defendem que nesse tema deve ser aplicada a reserva do possível. Dentre os princípios constitucionais fundamentais relativos à prestação positiva do Estado está o seguinte princípio:

- A) Integração regional
- B) Defesa da paz
- C) Convivência justa
- D) Não intervenção
- E) Livre organização

A alternativa "A" deve ser assinalada como correta, pois o princípio da integração regional gera uma prestação positiva, um dever de agir para o Estado brasileiro em prol do desenvolvimento harmônico e proporcional de todas as regiões do país.

As alternativas "B", "C", "D" e "E" estão erradas, tendo em vista que a defesa da paz, convivência justa, não intervenção e livre organização são prestações negativas do Estado, isto é, exigem apenas um "*deixar fluir*" estatal como medidas inerentes a seus respeitos.

RESPOSTA: "A".

1358. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir: "O mecanismo denominado sistema de freios e contrapesos é aplicado, por exemplo, no caso da nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuição do Presidente da República e dependente da aprovação pelo Senado Federal".

A alternativa está correta. De acordo com o art. 101, CF, o STF compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre brasileiros natos (art. 12, §3º, IV, CF), com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Ademais, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que o nome indicado pelo Presidente da República deverá ser aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal. Após a aprovação do Senado, o Presidente da República poderá fazer a nomeação do Ministro.

Na hipótese trazida pela questão, incide o sistema de freios e contrapesos, que é um mecanismo de controle recíproco entre os Poderes, pois a nomeação do nome indicado pelo Presidente da República como Ministro do STF depende de aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

RESPOSTA: "CORRETA".

1359. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir: "Decorre do princípio constitucional fundamental da independência e harmonia entre os poderes a impossibilidade de que um poder exerça função típica de outro, não podendo, por exemplo, o Poder Judiciário exercer a função administrativa".

No Brasil vigora o princípio da separação de poderes. Contudo, esta separação não deve se dar de forma absoluta, mas de forma flexível, por meio da qual cada um dos poderes estatais exerce a sua função típica, bem como as funções típicas dos demais poderes desde que haja expressa previsão constitucional neste sentido. Assim, ao Legislativo compete legislar e fiscalizar de forma típica, bem como julgar e administrar de forma atípica; o Executivo, por sua vez, tem a função típica de administrar, e as funções atípicas de legislar e julgar; por fim, o Judiciário tem competência para julgar, de forma típica, bem como legislar e administrar, quando no exercício das funções atípicas.

Diante disso, a alternativa deve ser assinalada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1400. (PC/BA - INVESTIGADOR DE POLÍCIA - CESPE/2013) Considerando os princípios fundamentais da CF, julgue o item que se segue: "A eleição periódica dos detentores do poder político e a responsabilidade política do chefe do Poder Executivo são características do princípio republicano".

No Estado em que se adota a forma republicana de governo há a concentração do poder nas mãos de pessoas eleitas periodicamente, que deverão representar os interesses da coletividade. Além disso, na República, os detentores do poder exercem as suas funções com responsabilidade, respondendo pelos excessos cometidos.

Nestes termos, a alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1401. (MP/RO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE - FUNCAB/2012) Segundo a Constituição Federal, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- A) A cidadania.
- B) A dignidade da pessoa humana.
- C) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) Garantir o desenvolvimento nacional.
- E) A soberania.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão previstos no art. 3º, da Constituição, de onde se extrai a garantia do desenvolvimento nacional (inciso II), o que torna correta a letra "D".

As alternativas "A", "B", "C" e "E" são, na verdade, os fundamentos da República brasileira, juntamente com o pluralismo político, previsto no art. 1º, do Texto Maior.

RESPOSTA: "D".

1402. (TJM/MG - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUMARC/2013) A Constituição Federal brasileira, no seu rol de direitos individuais, garante o direito de propriedade que deverá atender a sua função social. Além de previsão de mecanismos que a protejam, enumera algumas situações de intervenção do Estado na propriedade privada. No que diz respeito ao direito de propriedade, constitucionalmente tutelado, é possível afirmar corretamente:

A) A Constituição Federal prevê hipótese de expropriação sem qualquer indenização ao proprietário de glebas.

B) Aos autores pertence o privilégio temporário para utilização de sua obra, transmissível aos herdeiros, pelo tempo que lei complementar fixar.

C) A desapropriação poderá ocorrer por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, tendo como requisitos constitucionais indenizatórios inafastáveis a justeza, a anterioridade e o pagamento em dinheiro.

D) A lei assegurará aos autores de inventos industriais o direito exclusivo de sua utilização, publicação ou reprodução, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas, imagem, moral e voz humanas e a outros signos distintivos, tendo em vista a função social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

A alternativa "A" está correta. Nos termos do art. 243, da Lei Fundamental, com redação dada pela EC nº 81/2014, as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, *sem qualquer indenização ao proprietário* e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Ademais, a título de complemento, o parágrafo único do aludido dispositivo, também com redação dada pela EC nº 81/2014, prevê que todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

A alternativa "B" está errada. Os autores possuem o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar (art. 5º, XXVII, CF). Nota-se que a constituição não estabelece que o tempo será fixado em lei complementar.

A alternativa "C" está equivocada. De acordo com o art. 5º, XXIV, CF, a desapropriação será por necessidade ou utilidade, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, *ressalvados os casos previstos na Constituição*, ou seja, os requisitos da desapropriação *poderão ser afastados* por força de previsão constitucional (p. ex., arts. 182, §4º, III e 184, CF).

A alternativa "D" está incorreta. Os autores de inventos industriais possuem *privilegio temporário* para a utilização do invento (art. 5º, XXIX, CF).

RESPOSTA: "A".

1403. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO XII - FGV/2013) A Constituição declara que todos podem reunir-se em local aberto ao público. Algumas condições para que as reuniões se realizem são apresentadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) Os participantes não portem armas.
- B) A reunião seja autorizada pela autoridade competente.
- C) A reunião não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- D) Os participantes reúnam-se pacificamente.

O Texto Maior determina que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (art. 5º, XVI, CF).

Nestes termos, a alternativa "B" deve ser assinalada, pois é o único requisito que não está previsto na norma descrita acima.

RESPOSTA: "B".

1404. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Roberval, brasileiro, ficou viúvo, pois sua esposa Amália, holandesa e que não tinha filhos, faleceu na Escócia durante um passeio turístico, cujo ascendente paterno, Arquimedes, reside na Espanha e sua ascendente materna, Hilda, reside na França. Amália era proprietária de três imóveis no Brasil e, segundo a Constituição Federal, a sucessão dos seus bens será regulada, no caso, pela lei:

- A) Francesa em benefício de Roberval, pois prevalece o domicílio de Hilda.
- B) Holandesa em benefício de Roberval, mesmo lhe sendo mais favorável a lei brasileira.
- C) Escocesa em benefício de Roberval, pois prevalece o local do óbito.
- D) Espanhola em benefício de Roberval, pois prevalece o domicílio de Arquimedes.
- E) Brasileira em benefício de Roberval, sempre que não lhe seja mais favorável a lei pessoal de Amália.

Consoante o art. 5º, XXXI, CF, a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus". Em mesmo sentido, o art. 10, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Isto posto, a alternativa que guarda perfilamento com o dispositivo constitucional é a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1405. (TJ/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Lúcio, Amélia e Tito, respectivamente, pai, mãe e filho, são lavradores na pequena cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, e sozinhos, sem a ajuda de funcionários, cultivam soja na sua pequena propriedade rural, assim definida em lei. Lúcio investiu todas as suas economias pessoais na compra de uma máquina específica para ajudar a sua família na colheita da soja, acreditando que seria farta e que a máquina lhes traria um excelente resultado econômico. Porém, ocorreu uma geada que estragou toda a plantação, deixando Lúcio sem condições de saldar seus débitos vencidos decorrentes da atividade produtiva, sendo processado judicialmente. Nesse caso, a referida pequena propriedade rural:

- A) Será penhorada, porém o Juiz limitará a penhora à parte de propriedade de Lúcio, pois Amélia e Tito não compraram a máquina.
- B) É penhorável sempre porque deve garantir o pagamento integral das dívidas decorrentes da atividade produtiva, independentemente da existência de outros bens.
- C) Será penhorada desde que não existam outros bens penhoráveis.
- D) Será penhorada, mas, segundo a Constituição Federal, o Juiz dará a prévia oportunidade a Lúcio de pagar as dívidas em trinta e seis meses sem juros.
- E) É impenhorável, face a vedação constitucional.

A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento (art. 5º, XXVI, CF).

Assim, em face da vedação constitucional, a propriedade de Lúcio, Amélia e Tito é impenhorável, o que torna correta a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1406. (TRE/PR - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012)
A Constituição da República assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas:

A) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

B) A obtenção de certidões em repartições públicas e estabelecimentos privados, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

C) O registro civil de nascimento, a certidão de casamento e a certidão de óbito.

D) As ações de *habeas corpus*, *habeas data* e o mandado de segurança.

E) A prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

Conforme o art. 5º, XXXIV, da Lei Fundamental, assegura-se a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (alínea "a"), bem como a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (alínea "b"). A alternativa "A" está correta, por tratar desta situação prevista na alínea "a".

A alternativa "B" está errada, pois, como visto no parágrafo acima, o direito à obtenção gratuita de certidões somente vale para repartições públicas, mas não para estabelecimentos privados.

A alternativa "C" está incorreta, pois, conforme o inciso LXXVI, alíneas "a" e "b", do art. 5º, da Constituição, apenas o registro civil de nascimento e a certidão de óbito são gratuitos para os reconhecidamente pobres na forma da lei. Quanto à gratuidade da certidão de casamento, o parágrafo único, do art. 1512, do Código Civil, prevê que a habilitação para o casamento, o registro e a *primeira certidão* serão isentos de selos, emolumentos e custas, *apenas para as pessoas cuja pobreza for declarada*, sob as penas da lei.

A alternativa "D" está errada, pois o art. 5º, LXXVI, CF prevê a gratuidade apenas das ações de *habeas corpus* e *habeas data*.

Por fim, o que torna incorreta a alternativa "E" é o fato de que o Estado somente prestará assistência jurídica integral e gratuita *aos que comprovarem insuficiência de recursos* (art. 5º, LXXIV, CF).

RESPOSTA: "A".

1407. (TRE/PR - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Considere as seguintes afirmações a respeito dos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição da República:

I. Não haverá penas de morte ou de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.

II. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

III. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

IV. As associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

Está correto o que se afirma apenas em:

A) I e II.

B) I e III.

C) II e III.

D) II e IV.

E) III e IV.

O item "I" está errado, pois, apesar de somente se permitir a pena de morte no Brasil em caso de guerra declarada (art. 5º, XLVII, "a", CF), as penas de caráter perpétuo não são admitidas em hipótese alguma, com ou sem guerra (art. 5º, XLVII, "b").

O item "II" está correto, por reproduzir a essência do que está previsto no art. 5º, V, da Constituição Federal, a saber, a disposição de que é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

O item "III" está certo: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, CF).

O item "IV" está incorreto. Exige-se decisão judicial transitada em julgado apenas para se dissolver compulsoriamente as associações. Para suspender suas atividades não há essa exigência (art. 5º, XIX, CF).

Sendo assim, corretos os itens "II" e "III", convém assinalar a alternativa "C".

RESPOSTA: "C".

1408. (TRE/PR - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Ao disciplinar a liberdade de associação, a Constituição da República:

A) Assegura autonomia para criação e organização de associações, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, ressalvada a exigência, para partidos políticos, de que haja vinculação entre candidaturas nacionais, estaduais e municipais.

B) Veda a possibilidade de a associação ter caráter paramilitar, prevendo, especificamente em relação a partidos políticos, a proibição de se utilizarem de organizações dessa natureza.

C) Estabelece que a criação de associações independe de autorização, ressalva feita às cooperativas e aos partidos políticos, cabendo a estes registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral da capital do Estado em que estiverem sediados.

D) Proíbe às associações, em geral, o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras e aos partidos políticos, em especial, a vinculação ou subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

E) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado, salvo disposição contrária dos atos constitutivos, especialmente em relação aos partidos políticos, conforme previsão constitucional expressa.

A alternativa "A" está errada, pois, de fato, a Constituição Federal, em seu art. 5º, XVIII, afirma que a criação de associações e cooperativas (na forma de lei) independe de autorização e que é vedada a interferência estatal em seu funcionamento. No entanto, o que torna a alternativa incorreta é o fato de que, após a Emenda Constitucional nº 52/2006, que determinou a redação do parágrafo primeiro, do art. 17, da Constituição Federal, não mais se exige a chamada "verticalização".

A alternativa "B" está correta. Tanto as associações (art. 5º, XVII, CF) como os partidos políticos (art. 17, §4º, CF) não podem ter ou utilizar-se de caráter paramilitar.

A alternativa "C" não está correta. A criação de cooperativas depende de lei que regulamente a autorização para seu início de atividades e funcionamento. Ademais, os partidos políticos se submetem a duplo registro: na forma da lei civil, bem como na forma do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (e não no Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que estiverem sediados, como afirma a assertiva).

A alternativa "D" está errada, pois, apesar do art. 17, II, CF vedar que partidos políticos recebam recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a estes se subordinem, às associações não é expressamente proibido o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.

A alternativa "E" está errada, pois a única coisa que a Constituição Federal prevê é que ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado, independentemente de disposição contrária dos atos constitutivos (art. 5º, XX, CF). O mesmo vale para os partidos políticos.

RESPOSTA: "B".

1409. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Roberto, artista plástico, retratou em quadro a realidade de determinada comunidade carente do país. Segundo a Constituição Federal, Roberto poderá exibir sua obra de arte:

A) Mediante prévia autorização do Poder Judiciário de onde estiver localizada a comunidade retratada.

B) Mediante prévio preenchimento de requerimento de inscrição e de exibição no cadastro nacional de obras de arte.

C) Mediante prévia autorização do Poder Executivo de onde estiver localizada a comunidade retratada.

D) Mediante prévia autorização do Poder Legislativo de onde estiver localizada a comunidade retratada.

E) Independentemente de censura e de licença da autoridade pública.

Conforme o art. 5º, IX, da Constituição Federal, é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, *independentemente de censura ou licença*. Por esse motivo, convém assinalar a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1410. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Em relação à liberdade de crença, estabelece a Constituição que:

A) O Estado brasileiro, por ser laico, não pode prestar assistência religiosa em entidades de internação coletiva.

B) Uma pessoa perderá direitos políticos caso alegue motivo de crença religiosa para se livrar do cumprimento de obrigação a todos imposta e se oponha a cumprir prestação alternativa.

C) A garantia do livre exercício dos cultos religiosos não abrange a proteção do estrangeiro por motivos de segurança nacional.

D) As igrejas, para professarem seus cultos, dependem de autorização administrativa, a qual será negada a instituições que utilizam práticas de curandeirismo.

E) As igrejas, para serem proprietárias de bens imóveis, devem adquirir personalidade jurídica que as equipare às fundações.

Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei (art. 5º, VIII, CF). Por esse motivo, se uma pessoa recusa-se a cumprir a obrigação a todos imposta por razão religiosa/filosófica/política, e também se recusa a cumprir a prestação alternativa, esta pessoa terá seus direitos políticos suspensos, nos termos do art. 15, IV, da Constituição Federal. Com isso, está correta a alternativa "B".

A alternativa "A" está errada, pois, apesar de ser o Estado brasileiro laico, nos moldes do art. 19, I, da Constituição Federal, isso não obsta, conforme o art. 5º, VII, CF, que se preste assistência religiosa em entidades civis e militares de internação coletiva.

A alternativa "C" está incorreta, pois a proteção ao livre exercício de cultos religiosos, consagrada constitucionalmente no art. 5º, VI, engloba, também, estrangeiros. É dizer: tal proteção não distingue brasileiros natos, naturalizados, portugueses equiparados e demais estrangeiros, bem como apátridas.

A alternativa "D" está errada, pois o art. 19, I, da Constituição veda que a União, os Estados e os Municípios estabeleçam cultos religiosos ou igrejas, subvencione-os ou *embarace seu funcionamento*. Os atos de curandeirismo deverão ser posteriormente apurados, nos termos das leis civil e penal. Ademais, o parágrafo primeiro, do art. 44, do Código Civil, preceitua que são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes o reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

A alternativa "E" está errada, pois as igrejas não têm de possuir personalidade jurídica que as equipare às fundações para serem proprietárias de bens imóveis. Nos termos do art. 44, IV, do Código Civil, as organizações religiosas têm personalidade jurídica própria, que é de "pessoa jurídica de direito privado".

RESPOSTA: "B".

1411. (TJ/PE - OFICIAL DE JUSTIÇA - FCC/2012) Herculano, condômino, desgostoso com os atos de arbitrariedade praticados pelo síndico em exercício do edifício onde reside, resolveu manifestar suas críticas por meio de cartas dirigidas aos demais condôminos. Com medo de sofrer represálias do síndico, Herculano não se identificou nas cartas, reservando-se ao anonimato. Nesse caso, segundo a Constituição Federal:

A) Não é livre a manifestação do pensamento, pois é inviolável o sigilo da correspondência.

B) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.

C) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

D) Não é livre a manifestação do pensamento, pois é inviolável a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.

E) Não é livre a manifestação do pensamento, pois ninguém será privado de direitos por motivo de crença política.

A liberdade de expressão é livre, embora seja vedado o anonimato. É o que consta do quarto inciso, do art. 5º, da Constituição Federal.

Correta, pois, a alternativa "C".

RESPOSTA: "C".

1412. (TRT/11ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) César, chefe de um determinado grupo armado civil, ordenou que seus comparsas controlassem uma determinada comunidade de pessoas carentes, agindo contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. De acordo com a Constituição Federal tal ato constitui crime:

A) Inafiançável e insuscetível de anistia ou graça, sujeito à pena de restrição da liberdade.

B) Insuscetível de graça ou anistia, apenas, sujeito à pena de restrição da liberdade.

C) Inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão.

D) Imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão.

E) Inafiançável e imprescritível.

A ação de grupos armados, sejam eles civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, constitui crime inafiançável e imprescritível, segundo o inciso XLIV, do art. 5º, da Lei Fundamental. Assim, se o ato de César é inafiançável e imprescritível, há se marcar como acertada a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1413. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais:

A) Dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.

B) Ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.

C) Poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.

D) Estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.

E) Deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (art. 5º, XVI, CF). Eis a consagração da "liberdade de reunião".

Desta forma, correta é a alternativa "C": a passeata sobre o meio ambiente poderá ser realizada, desde que isso não frustre outra manifestação anteriormente convocada, e, também, desde que a autoridade competente seja previamente comunicada a fim de possa se organizar quanto a questões de trânsito e segurança, *p. ex.*

RESPOSTA: "C".

1414. (PGE/RO - PROCURADOR - PGE/RO/2011) Dentre as características da perspectiva objetiva dos direitos fundamentais, compreende-se:

A) O conjunto de metas traçadas com fins diretos de ações positivas dos poderes públicos, com o fim de outorgar-lhes eficácia dirigente.

B) A representação dos interesses individuais sob a ótica negativa perante o Poder Público.

C) Ter sempre a natureza princípio, nunca de regra.

D) Impossibilitar a agregação do ponto de vista axiológico da comunidade em sua interpretação.

E) Não há dimensão objetiva na esfera dos direitos fundamentais, os quais têm como característica defender de forma singular o espaço de liberdade individual.

A perspectiva objetiva dos direitos fundamentais, que tanto pode ter natureza de regra, valor ou princípio, representa, essencialmente, a superação da ideia de abstenção do Estado como vigia, até então, apenas para

os direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos. O entendimento atual é o de que todos os direitos fundamentais requerem uma conduta ativa do Estado, seja garantindo-os por meio de políticas públicas, seja se comprometendo a concretizá-los no prazo mais breve possível mediante a adoção de metas bem planejadas. Por este motivo, correta é a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1415. (TCE/RS - OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue: "É um direito individual fundamental a livre expressão da atividade científica, independentemente de licença".

O art. 5º, IX, da Constituição da República prevê o direito individual de liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Com fundamento no artigo acima mencionado, a afirmação deve ser entendida como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1416. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CETRO/2013) Com relação aos direitos e garantias fundamentais assegurados aos brasileiros e estrangeiros residentes no país pelo artigo 5º da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

I. É garantido o livre exercício de culto religioso estabelecido por entidades religiosas ou mesmo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. Em não se frustrando outra reunião anteriormente convocada, é assegurado o direito de reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, não havendo necessidade de autorização do Poder Público, apenas aviso prévio.

III. A lei assegurará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

IV. Serão admitidas, em processo judicial, as provas obtidas por meios ilícitos somente quando, mesmo que complementares, forem determinantes ao mérito.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I e IV, apenas.

O item "I" está errado. De fato, é garantido o livre exercício de culto religioso estabelecido por entidades religiosas. Contudo, é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (art. 19, I, CF).

O item "II" está certo, por força da previsão contida no art. 5º, XVI, CF, que dispõe que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

O item "III" está correto. A alternativa consta expressamente no art. 5º, XXXVI, CF: a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

O item "IV" está equivocado, pois o art. 5º, LVI, da Constituição é categórico em estabelecer que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Corretos os itens "II" e "III", portanto, convém assinalar a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1417. (DPE/AM - DEFENSOR PÚBLICO - FCC/2013) De acordo com a jurisprudência atualmente predominante no Supremo Tribunal Federal, um tratado internacional de direitos humanos, ratificado na forma do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal, possui força normativa equivalente à de norma:

- A) Formalmente constitucional.
- B) Legal ordinária.
- C) Legal complementar.
- D) Supralegal e infraconstitucional.
- E) Regulamentar.

Desde o RE nº 466.343 (Supremo Tribunal Federal, Pleno. Rel.: Min. Cezar Peluso. DJ. 03.12.2008), o Supremo Tribunal Federal acena para uma tripla hierarquia dos tratados internacionais no ordenamento pátrio: se versar sobre direitos humanos, e for aprovado pelo quórum de Emenda Constitucional, o "status" do Tratado Internacional será de Emenda Constitucional (art. 5º, §3º, CF); se versar sobre direitos humanos, mas não for aprovado pelo quórum de Emenda Constitucional, o "status" do Tratado Internacional será de norma *supralegal*, isto é, abaixo da Constituição, mas acima do ordenamento *infraconstitucional*; se não versar sobre direitos humanos, o Tratado Internacional terá o "status" de lei ordinária.

RESPOSTA: "D".

1418. (MP/SE - ANALISTA - FCC/2013) Após 30 anos do cometimento de crime praticado por grupo civil armado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático foram os autores finalmente identificados, tendo sido proposta a ação penal em face dos criminosos. Nesse caso:

A) Não poderá ser decretada a prescrição, uma vez que constituiu crime imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

B) Não poderá ser decretada a prescrição, uma vez que constituiu crime imprescritível, além da tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

C) Não poderá ser decretada a prescrição, uma vez que constituiu crime imprescritível, além do terrorismo, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

D) Poderá ser acolhida a prescrição caso esteja configurada, uma vez que, em razão do princípio da segurança jurídica, não há crime imprescritível.

E) Poderá ser acolhida a prescrição caso configurada, uma vez que apenas o terrorismo e a tortura são crimes imprescritíveis.

A alternativa "A" está correta. Estabelece o art. 5º, XLIV, da Lei Fundamental que constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

As alternativas "B" e "C" estão erradas, pois a tortura e o terrorismo não são crimes imprescritíveis (art. 5º, XLIII, CF).

As alternativas "D" e "E" estão equivocadas. Conforme já mencionado na explicação da alternativa "A" o crime em tela é imprescritível (art. 5, XLIV, CF).

RESPOSTA: "A".

1419. (TRT/6ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - FCC/2013) A Constituição da República prevê, como mecanismo atrelado ao cumprimento da função social da propriedade, a:

A) Impossibilidade absoluta de desapropriação da pequena e média propriedade rural, para fins de reforma agrária.

B) Desapropriação para fins de reforma agrária, mediante indenização em títulos da dívida pública, de glebas em que localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

C) Instituição de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, sucessivamente a parcelamento ou edificação compulsórios.

D) Usucapião de área urbana de até cinquenta hectares, por quem a possua, ininterruptamente e sem oposição, por cinco anos.

E) Requisição de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

A alternativa "C" está correta. O art. 182, §4º, da Constituição, faculta ao Poder Público municipal, respeitados os requisitos previstos no artigo, exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios (inciso I); imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo (inciso II); desapropriação (inciso III).

A alternativa "A" está errada. A impossibilidade de desapropriação de pequena e média propriedade rural para fins de reforma agrária não é absoluta, tendo em vista que poderá ser desapropriada quando o indivíduo tiver outra propriedade (art. 185, I, CF).

A alternativa "B" está incorreta, pois as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas são expropriadas sem qualquer indenização ao proprietário (art. 243, *caput*, CF, com redação dada pela EC nº 81/2014).

A alternativa "D" está equivocada. Nos termos do art. 191, da Constituição, aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, *em zona rural*, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. A alternativa está errada, pois traz situação de usucapião de *área urbana*, diferente do que prevê o artigo descrito. Além disso, a usucapião de área urbana está regulada pela art. 183, da CF, e prevê que a área deverá ser de *até duzentos e cinquenta metros quadrados*.

A alternativa "E" é falsa, pois a hipótese prevista na alternativa não tem relação com a função social da propriedade, mas sim com o interesse público.

RESPOSTA: "C".

1420. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF: "Aos que comprovem insuficiência de recursos é assegurada a gratuidade na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado".

O enunciado da questão está correto, nos termos do art. 5º, LXXIV, do Texto Maior: o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. A título de complemento, tal atribuição competirá à Defensoria Pública, nos moldes do art. 134, *caput*, da Lei Fundamental, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 80/2014.

RESPOSTA: "CORRETA".

1421. (TJ/SP - ADVOGADO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta a respeito da inviolabilidade domiciliar:

A) Não ofende o princípio constitucional da inviolabilidade do domicílio o simples ingresso de funcionário de concessionária de serviço público, sem consulta ao morador, para coletar dados de leitura de hidrômetro em quintal de residência.

B) O Supremo Tribunal Federal consagrou entendimento de que a Comissão Parlamentar de Inquérito, agindo por autoridade própria, tem legitimidade para expedir ordem judicial para invadir domicílio, desde que durante o dia.

C) A Constituição Federal autoriza a prisão em flagrante como exceção à inviolabilidade domiciliar, prescindindo de mandado judicial, qualquer que seja sua natureza.

D) O sigilo profissional, constitucionalmente garantido, afasta a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.

E) A proteção do domicílio tem amplo espectro, abrangendo, inclusive, o local onde a pessoa exerce sua profissão, mas não inclui local habitado de forma temporária, como por exemplo, quarto de hotel.

A alternativa "C" está certa. A exceção trazida pelo enunciado da alternativa está amparada pelo art. 5º, XI, CF.

As alternativas "A" e "B" estão incorretas. O Texto Maior é categórico em afirmar que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial (art. 5º, XI, CF). Assim, o ingresso em domicílio sem o consentimento do morador apenas é permitido nos casos elencados no artigo descrito. Ademais, mais especificamente no que atine à letra "B", urge lembrar que não se trata de poder atribuído às Comissões Parlamentares de Inquérito, por estar a inviolabilidade de domicílio dentro da chamada "*reserva de jurisdição*".

A alternativa "D" está equivocada. É plenamente possível o cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia, quando presentes os indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, observados os requisitos elencados no art. 7º, §6º, da Lei nº 8.906/94.

A alternativa "E" está errada. A doutrina e a jurisprudência pacificamente entendem que a expressão "*casa*", contida no art. 5º, XI, da Constituição, deve compreender não só o domicílio, mas também locais como escritório, garagens ou quartos de hotéis, desde que haja nestes *habitats* intento de fixação e santuário, ainda que transitórios.

RESPOSTA: "C".

1422. (MP/ES - PROMOTOR DE JUSTIÇA - VUNESP/2013) Com relação à liberdade de associação, assinale a alternativa que está expressamente de acordo com o texto constitucional:

A) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

B) É plena a liberdade de associação, para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar.

C) A criação de associações e a de cooperativas depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, a não ser por meio de convenção coletiva.

E) As entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para exigir contribuição de trabalhadores não filiados, mas que sejam da categoria por elas representada.

A alternativa "A" está correta, nos termos do art. 5º, XIX, da Lei Fundamental.

A alternativa "B" está errada. É vedada a associação de caráter paramilitar (art. 5º, XVII, CF).

A alternativa "C" está incorreta, pois a criação de associações e a de cooperativas independe de autorização (art. 5º, XVIII, CF).

A alternativa "D" está falsa. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, sem exceções (art. 5º, XX, CF).

A alternativa "E" não está certa. A contribuição de que trata o art. 8º, IV, da Constituição não pode ser exigida do empregado não filiado, conforme entendimento firmado pelo STF na súmula nº 666. Esta proibição deriva do direito constitucional da livre associação (art. 5º, XX, CF).

RESPOSTA: "A".

1423. (POLÍCIA FEDERAL - ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL - CESPE/2013) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF): "Considere que a Polícia Federal tenha recebido denúncia anônima a respeito de suposta prática delituosa inserida em seu âmbito de investigação. Nessa situação o órgão não poderá investigar, visto que a CF veda expressamente o anonimato e a consequente deflagração da persecução penal com fundamento na referida denúncia anônima".

Nada obstante a denúncia anônima não possa, por si só, dar início a uma investigação, é possível que se analise a veracidade de seu conteúdo e, a partir daí, sejam desencadeados todos os atos inerentes a um procedimento administrativo investigatório. Em outras palavras: apesar de não ter a denúncia anônima condão de desencadear uma investigação, as análises preliminares de sua veracidade podem dar ensejo a futuras atividades averiguadoras se for o caso (Supremo Tribunal Federal, 2ª T. HC nº 106.664. Rel.: Min. Celso de Mello. DJ. 27.08.2013. Também, o Superior Tribunal de Justiça, 5ª T. HC nº 227.307. Rel.: Min. Marilza Maynard (convoc.). DJ. 16.05.2013).

RESPOSTA: "ERRADA".

1424. (MS - ENGENHEIRO CIVIL - CESPE/2013) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue: "O direito de herança no Brasil é garantido pela Constituição Federal de 1988".

A garantia do direito de herança está expressamente previsto no artigo 5º, XXX, da Constituição da República. Com este fundamento, a alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1425. (TJ/SC - JUIZ - TJ/SC/2013) De acordo com a redação do art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

A) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à dignidade da pessoa humana e à propriedade.

B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

C) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, dependendo apenas de autorização da autoridade competente.

D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

E) A lei considerará crime inafiançável e imprescritível a prática da tortura, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

A alternativa "D" está correta, pois é o que se extrai literalmente do art. 5º, XXVI, CF.

A alternativa "A" está errada. Nos termos do *caput* do art. 5º, da Constituição é garantida aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, a dignidade da pessoa humana não está expressamente prevista no art. 5º, o que torna a alternativa errada.

A alternativa "B" está incorreta por mesclar o direito de crença religiosa e de convicção filosófica ou política (art. 5º, VIII, CF), com a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX, CF).

A alternativa "C" está equivocada. O direito de reunião independe de autorização da autoridade competente (art. 5º, XVI, CF).

A alternativa "E" não está certa, pois o crime de tortura é *prescritível* (art. 5º, XLIII).

RESPOSTA: "D".

1426. (MP/AC - ANALISTA - FMP/RS/2013) Considerando-se os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

A) Por ser republicana, a Constituição veda a assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.

B) Conforme a Constituição, o direito de resposta, proporcional ao agravo, exclui que se aplique cumulativamente o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem.

C) Na Constituição, é ampla a liberdade de associação, inclusive para fins paramilitares.

D) Conforme a Constituição, é assegurado ao indivíduo o direito a receber dos órgãos públicos apenas informações de seu interesse particular. Têm direito a informações de interesse coletivo apenas entidades representativas de grupos, classes ou categorias de pessoas.

E) Conforme a Constituição, é proibida a aplicação de pena de morte, exceto em caso de guerra declarada.

A alternativa "E" está certa. Nos termos do art. 5º, XLVII, "a", da Constituição é vedada a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada (art. 84, XIX, CF).

A alternativa "A" está equivocada. É assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva (art. 5º, VII, CF).

A alternativa "B" não está certa. O direito de resposta, proporcional ao agravo, não exclui o direito de indenização por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, V, CF).

A alternativa "C" é falsa. O inciso XVII, do art. 5º, da Constituição veda expressamente a associação de caráter paramilitar.

A alternativa "D" está incorreta. A Constituição garante que além de informação de interesse particular, *todos* têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral (art. 5º, XXXIII, CF).

RESPOSTA: "E".

1427. (MP/SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/SP/2011) O pluralismo de ideias, a relevância pública, a vedação à formação de monopólio ou oligopólio direto ou indireto, o caráter intergeracional e a prioridade absoluta são, respectivamente, características constitucionais:

A) Do direito à educação, do direito à saúde, dos direitos à comunicação social, dos direitos da criança e do adolescente e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

B) Dos direitos à comunicação social, dos direitos da criança e do adolescente, do direito à educação, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do direito à saúde.

C) Do direito à educação, dos direitos à comunicação social, do direito à saúde, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e dos direitos da criança e do adolescente.

D) Do direito à educação, do direito à saúde, dos direitos à comunicação social, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e dos direitos da criança e do adolescente.

E) Dos direitos à comunicação social, dos direitos da criança e do adolescente, do direito à saúde, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do direito à educação.

O pluralismo de ideias é princípio relativo ao direito social à educação previsto no art. 206, III, da Constituição Federal.

Já o art. 197, da Lei Fundamental, dispõe que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Ademais, o art. 220, §5º, CF, prevê que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

Também, o caráter intergeracional do direito ao meio ambiente se observa no art. 225, *caput*, da Constituição, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Por fim, a prioridade absoluta é assegurada à criança e ao adolescente no art. 227, *caput*, CF, pelo qual é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Correta, pois, a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1428. (TRT/19ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) Conforme previsto no artigo 7º da Constituição Federal, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento em creches e pré-escolas até:

- A) 6 (seis) anos de idade.
- B) 5 (cinco) anos de idade.
- C) 7 (sete) anos de idade.
- D) 8 (oito) anos de idade.
- E) 9 (nove) anos de idade.

Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, inclui-se, no art. 7º, XXV, CF, a assistência gratuita aos filhos e dependentes *desde o nascimento até cinco anos de idade em creche e pré-escola*. Há se tomar muito cuidado com este dispositivo constitucional, em razão de sua modificação pela EC nº 53/2006: anteriormente esta assistência era até os seis anos.

A alternativa a ser assinalada, desta maneira, é a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1429. (TCE/RO - PROCURADOR - FCC/2010) Em demandas judiciais brasileiras, a reserva do possível é alegada pela Administração Pública como uma limitação para a efetivação de direitos fundamentais de ordem social. Este conceito, todavia, é interpretado, na atual jurisprudência do STF com o seguinte sentido:

A) A efetivação de direitos sociais está condicionada ao rol de direitos fundamentais de natureza prestacional que uma determinada Constituição positiva em dado momento histórico; assim, pretensões sociais que não estão previstas no texto constitucional não podem ser judicialmente cobradas do Estado.

B) Normas constitucionais que preveem direitos sociais dependem de complementação legislativa para produzir efeitos e, pelo fato de o Poder Judiciário não estar legitimado a obrigar o Poder Legislativo a elaborar a norma, resta à Administração Pública implementar políticas sociais no limite da disponibilidade normativa já positivada.

C) Em Estados que adotam o federalismo, como é o caso do Brasil, as políticas públicas na área social dependem de ações promovidas pela União em conjunto com as demais unidades federadas; assim, se não houver a participação de um determinado Estado-Membro ou Município na execução da política pública, a demanda por direitos sociais não será plenamente atendida.

D) Apesar de muitos direitos sociais estarem positivados na Constituição, a falta de recursos orçamentários para a prestação de políticas públicas nesta área é uma barreira intransponível que impede a efetivação das normas constitucionais.

E) A falta de recursos orçamentários para a execução de direitos sociais previstos no texto constitucional é um óbice, mas não pode ser um limite que nulifique o atendimento dessa demanda, já que as normas constitucionais consubstanciam direitos exigíveis e não simplesmente promessas dependentes do alvedrio do administrador.

A reserva do possível representa um óbice financeiro à implementação, pelo Estado, de políticas públicas em geral, sobretudo aquelas pertinentes a direitos sociais, cujo custo de efetivação é mais dispendioso. Tal óbice financeiro se reflete na alegação, pelo Estado, de que seu orçamento é incapaz de atender a tudo que se lhe pleiteia judicialmente, e conciliar isso com os planos e metas que já devem ser regularmente cumpridos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Assim, a fim de evitar que normas constitucionais se revelem promessas vazias, causando um fenômeno de descrença constitucional, o STF até admite a tese da reserva do possível em nosso ordenamento, *desde que ela não impeça, por completo, a efetivação destas normas constitucionais*.

Isto posto, a alternativa a ser assinalada é a letra "E", que mais se coaduna com a explicação acima explanada.

RESPOSTA: "E".

1430. (DPU - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2010) Julgue o item a seguir: "Os direitos sociais previstos na Constituição, por estarem submetidos ao princípio da reserva do possível, não podem ser caracterizados como verdadeiros direitos subjetivos, mas, sim, como normas programáticas. Dessa forma, esses direitos devem ser tutelados pelo poder público, quando este, em sua análise discricionária, julgar favoráveis as condições econômicas e administrativas".

Os direitos sociais são direitos subjetivos por excelência, entendendo-se por direitos subjetivos a possibilidade de que o cidadão que deles necessite os invoque judicialmente.

A reserva do possível é admitida no ordenamento pátrio de forma bastante restritiva, somente se a utilizando quando o sopesamento entre as forças constitucionais se revelar bastante equivalente. Assim, entre saber se o Estado deve implementar o direito social à educação, *p. ex.*, ou atender pedido judicial de fornecimento de medicamentos, por haver grande valia entre saúde e educação, é perfeitamente alegável a reserva do possível para que o Estado se recuse a atender a algum dos pedidos. Ela só não é alegável se, *p. ex.*, se pede-se o fornecimento de medicamentos, e, em troca, o Estado se recusa a fornecê-los porque necessita gastar vultosas quantias com um estádio de futebol.

Desta forma, não há se falar em discricionariedade incondicionada do Estado, mas sim numa *discricionariedade condicionada à eficácia da medida que está sendo implementada em detrimento da que está sendo deixada à bancarrota*. Por isso a restrição excessiva, pelos tribunais pátrios, à adoção da reserva do possível.

Isto posto, a afirmação está errada, por ser incorreto falar que os direitos sociais estão condicionados à reserva do possível.

RESPOSTA: "ERRADA".

1431. (TCE/RS - OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue: "A CF veda a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais que os executam".

A alternativa está correta, pois reflete o disposto no art. 7º, XXXII, CF, que proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, seja para trabalhador urbano ou rural.

RESPOSTA: "CORRETA".

1432. (TRT/18ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) Priscila trabalha como empregada doméstica na residência de Paula na cidade de Goiânia desde o ano de 2009. A empregadora deixou de pagar, no último ano de 2012, verbas decorrentes de férias. Neste caso, nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988, Priscila terá ação, quanto aos créditos resultantes da sua relação de trabalho, com prazo prescricional de:

A) Cinco anos, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.

B) Três anos independentemente da extinção do contrato de trabalho.

C) Três anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

D) Cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

E) Dez anos, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.

Nos termos do art. 7º, XXIX, CF, é direito do trabalhador, dentre outros elencados pela própria Constituição, propor ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (redação dada pela EC nº 28/2000).

Significa dizer que durante a vigência do contrato de trabalho, o empregado poderá promover ação para requerer os créditos trabalhistas relativos aos últimos cinco anos deste contrato. Da mesma forma, com a sua extinção, o empregado também poderá requerer os créditos dos últimos cinco anos, contudo deverá observar o prazo de dois anos para ingressar com a demanda. Desse modo, caso, *p. ex.*, o empregado, após a extinção do contrato, proponha ação trabalhista no último dia do prazo de dois anos, apenas poderá requerer os créditos relativos aos três anos finais do contrato de trabalho.

Por esta razão, a alternativa correta é a letra "D".

RESPOSTA: "D".

1433. (MPOG - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNRIO/2013) São direitos sociais, estabelecidos pela Constituição Federal:

I. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa;

IV. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos;

V. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos fins de semana.

Com relação às afirmativas acima, deve-se reconhecer como corretas apenas as opções:

A) IV e V.

B) III e V.

C) I e IV.

D) II e III.

E) I e II.

O item "I" da questão está correto. É o que se extrai do art. 7º, VIII, CF.

O item "II" está certo. É vedada a redução do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, CF).

O item "III" está equivocado. Apenas será considerado crime a retenção *dolosa* do salário (art. 7º, X, CF).

O item "IV" está errado. Conforme dispõe o art. 7º, XXXIII, CF, é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de *dezesesseis* anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de *quatorze* anos.

O item "V" está incorreto. O repouso semanal remunerado deve ser preferencialmente aos *domingos* (art. 7º, XV, CF).

Como apenas os itens "I" e "II" estão corretos, há se assinalar a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1434. (TRT/15ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - TRT/15ª REGIÃO/2013) Uma das características do constitucionalismo social é a integração de normas trabalhistas ao texto constitucional. No que se refere ao Brasil, a atual Constituição não expressa que:

A) É proibida a distinção entre trabalho manual, técnico; e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

B) A relação de emprego é protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

C) O seguro-desemprego é devido em caso de desemprego involuntário.

D) O direito ao fundo, de garantia do tempo de serviço não é devido em caso de pedido de demissão.

E) A garantia de salário, nunca inferior ao salário mínimo, é devido para os empregados que percebem remuneração variável.

As alternativas "A", "B", "C" e "E" estão corretas, pois encontram respaldo no art. 7º, I, II, VII e XXXII, CF, respectivamente.

Em contrapartida, a alternativa "D" está errada, e por isso deve ser assinalada. Nos termos do artigo 7º, III, CF, o fundo de garantia do tempo de serviço é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, sendo que o pedido de demissão não é capaz de lhe retirar este direito, por falta de previsão constitucional expressa.

RESPOSTA: "D".

1435. (TRT/15ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - TRT/15ª REGIÃO/2013) A atual Constituição brasileira, no que se refere aos direitos dos trabalhadores, enuncia, literalmente:

A) Participação nos lucros não possui natureza salarial.

B) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo individual ou convenção coletiva de trabalho.

C) Proibição de trabalho noturno, insalubre, penoso e perigoso a menores de 18 anos de idade.

D) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento, à do normal.

E) Seguro social contra acidentes de trabalho a cargo do empregador, mediante contribuição adicional.

A alternativa "D" está certa. É o que se extrai do art. 7º, XVI, CF.

A alternativa "A" está incorreta. A alternativa não representa a *literalidade* do art. 7º, XI, CF, conforme solicitou a questão. De acordo com o artigo constitucional o trabalhador tem direito a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

A alternativa "B" está errada. De fato a duração do trabalho normal não deve ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. Contudo, a Lei Fundamental é expressa em determinar que a faculdade de realizar a compensação de horário e a redução da jornada está condicionada a realização de acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XIII, CF), não sendo possível por meio de acordo individual de trabalho.

A alternativa "C" está equivocada. Aos menores de 18 anos a CF expressamente veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre (art. 7º, XXXIII, CF). Assim, não se encontra neste rol a vedação ao trabalho penoso, conforme se extrai da alternativa.

A alternativa "E" está errada. O seguro contra acidente de trabalho fica, de fato, a cargo do empregador. Entretanto, não há exigência de pagamento de contribuição adicional (art. 7º, XXVIII, CF).

Diante disso, a alternativa a ser assinalada é a letra "D".

RESPOSTA: "D".

1436. (TRT/9ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) Considere as seguintes empresas:

I. Empresa Água Rosa Ltda.: ramo alimentício; 100 empregados.

II. Empresa Água Branca Ltda.: ramo de roupas infantis; 150 empregados.

III. Empresa Água Azul: ramo de calçados; 210 empregados.

IV. Empresa Água Cristalina: ramo de brinquedos; 250 empregados.

De acordo com a Constituição Federal, considerando somente o que está nela previsto, é assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores nas empresas indicadas em:

A) I e II, apenas.

B) III e IV, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, II e III e IV.

E) IV, apenas.

De acordo com o art. 11, CF, nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregados.

Das hipóteses apresentadas nos itens acima, apenas as empresas Água Azul e Água Cristalina possuem mais de duzentos empregados. Destaque-se que a CF não faz distinção com relação ao ramo de atuação da empresa, mas apenas com relação à quantidade de empregados.

Em razão disso, a alternativa correta é a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1437. (TRT/9ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Com relação à associação profissional ou sindical, considere:

I. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

II. O aposentado filiado não tem direito de ser votado nas organizações sindicais.

III. O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais.

Segundo as normas preconizadas pela Constituição Federal brasileira, é correto o que se afirma apenas em:

- A) III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I.
- E) I e III.

O item "I" está correto. É obrigatória a participação dos sindicados nas negociações coletivas de trabalho (art. 8º, VI, CF).

O item "II" está errado. De acordo com o art. 8º, VII, CF, o aposentado filiado tem direito de ser votado nas organizações sindicais.

O item "III" está certo. O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais (art. 8º, VII, CF).

A alternativa "E", portanto, deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "E".

1438. (PC/ES - DELEGADO DE POLÍCIA - FUNCAB/2013) São direitos sociais preceituados na Constituição de 1988:

A) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

B) A educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

C) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

D) O direito de herança, a intimidade, a privacidade, a informação dos órgãos públicos.

E) A livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens.

A alternativa "A" elenca os direitos sociais expressamente previstos no art. 6º, CF, que foi modificado pelas Emendas Constitucionais nº 64/2010 (que trouxe a alimentação) e nº 29/2000 (que trouxe a moradia). Deste modo, a atual redação do dispositivo consagra como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

As alternativas "B", "C", "D" e "E", não representam a literalidade do artigo acima mencionado, por isso estão incorretos.

Neste caso deve ser assinalada como correta a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1439. (TRT/8ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - TRT/8ª REGIÃO/2013) A respeito das associações sindicais, é correto dizer:

A) É obrigatória a participação das entidades sindicais nas negociações coletivas de trabalho.

B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, ou por motivo de força maior.

C) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

D) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida livremente pelos trabalhadores ou empregadores interessados.

E) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A alternativa "E" está certa. A alternativa reflete literalmente o disposto no art. 8º, I, CF.

A alternativa "A" está errada. De acordo com o art. 8º, VI, CF, é obrigatória a participação dos *sindicatos* nas negociações coletivas de trabalho.

A alternativa "B" está equivocada. A Lei Maior não prevê hipótese de dispensa de empregado sindicalizado "por motivo de força maior" (art. 8º, VIII, CF), como diz a parte final da assertiva.

A alternativa "C" não está certa. O art. 8º, III, CF, estabelece que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Nota-se, portanto, que o dispositivo não faz menção à defesa dos direitos e interesses difusos.

A alternativa "D" está errada. A definição da base territorial não será realizada livremente pelos trabalhadores ou empregadores interessados, pois o Texto Maior determina que não poderá ser inferior à área de um Município, nos termos do art. 8º, II, CF ("Princípio da Unidade Sindical").

RESPOSTA: "E".

1440. (CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Com relação à classificação das Constituições, aos direitos e garantias fundamentais e à organização político-administrativa, julgue o item a seguir: "Nas negociações coletivas de trabalho, é obrigatória a participação dos sindicatos".

O enunciado da questão se amolda perfeitamente ao contido no art. 8º, VI, CF, que determina que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

A alternativa deve ser assinalada como correta, portanto.

RESPOSTA: "CORRETA".

1441. (TRT/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) Tendo em vista a disciplina da Constituição Federal a respeito do direito de greve, considere as seguintes assertivas:

I. É vedado, em qualquer hipótese, o exercício do direito de greve pelo empregado público.

II. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

III. O exercício válido e regular do direito de greve por toda e qualquer categoria profissional depende de prévia previsão em lei que o autorize.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) II.
- E) III.

O item "I" é falso. O *caput* do art. 9º, CF, estabelece, de forma genérica, que é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. Já o art. 37, do Texto Maior, que é aplicado especificamente ao empregado público dispõe, em seu inciso VII, que o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

O item "II" está correto. O item encontra-se expressamente previsto no art. 9º, §1º, CF.

O item "III" está errado. O exercício de direito de greve previsto no art. 9º, *não* depende de prévia autorização por lei. Como se não bastasse, a algumas categorias profissionais o direito de greve é vedado (art. 142, §3º, IV, CF).

Assim, se somente o item "II" está correto, deve ser marcada a letra "D".

RESPOSTA: "D".

1442. (TRT/18ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - FCC/2012) Segundo a literalidade constitucional, o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores urbanos e rurais e às da sua família, dentre as quais:

- A) Saúde, previdência social e turismo.
- B) Educação, saúde e turismo.
- C) Lazer, vestuário e felicidade.
- D) Moradia, alimentação e felicidade.
- E) Higiene, vestuário e transporte.

O art. 7º, IV, da Constituição Federal, estabelece que o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, deverá ser capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

As alternativas "A", "B", "C" e "D" estão incorretas, pois o mencionado artigo não elenca o turismo e a felicidade.

Por consequência, está correta a alternativa "E". A higiene, o vestuário e o transporte são necessidades vitais básicas previstas na constituição (art. 7º, IV, CF).

RESPOSTA: "E".

1443. (DPE/MS - DEFENSOR PÚBLICO - VUNESP/2012) Tendo em vista o disposto na Carta Magna brasileira, assinale a alternativa que contempla corretamente os direitos sociais garantidos aos trabalhadores:

A) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

B) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; proteção em face da automação, na forma da lei.

C) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

D) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador, nos termos da lei.

A alternativa "B" está certa. Os direitos sociais elencados na alternativa encontram amparo no art. 7º, incisos XIII e XXVII, CF.

A alternativa "A" está errada. Nos termos do art. 7º, XI, a participação nos lucros, ou resultados, é *desvinculada* da remuneração.

A alternativa "C" está equivocada. O acréscimo na remuneração do serviço extraordinário é de, no mínimo, *cinquenta* por cento à do normal (art. 7º, XVI, CF).

A alternativa "D" está incorreta. O salário-família *somente* é pago em razão do *dependente do trabalhador de baixa renda* nos termos da lei (art. 7º, XII, CF).

RESPOSTA: "B".

1444. (DPE/PR - DEFENSOR PÚBLICO - FCC/2012)

A Defensoria Pública recebe a demanda de algumas mães que têm filhos pequenos em creches municipais que fecham, todos os anos, em janeiro e julho e que enfrentam sérias dificuldades para cuidar de seus filhos nessa época do ano sem deixar de trabalhar. Ao analisar a situação conclui-se que:

A) O fato do serviço não estar disponível apenas nos meses de janeiro e julho não ofende diretamente a Constituição e deve ser interpretado em conjunto com o direito constitucional de educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

B) Não pode haver interrupção do serviço, pois é dever do Estado garantir a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, bem como é direito social das trabalhadoras assistência gratuita aos filhos desde o nascimento em creches e pré-escolas.

C) A Constituição garante expressamente o dever do Estado de prover educação básica, obrigatória e gratuita apenas dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. A existência de creches e pré-escolas que atendam desde o nascimento é liberalidade do Poder Público.

D) Haveria um conflito aparente de normas constitucionais, pois se de um lado há o direito de creche como um direito social dos trabalhadores, de outro há o direito de todos à educação básica, obrigatória e gratuita apenas a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

E) A interpretação sistemática da Constituição resolve a situação já que é dever constitucional dos pais assistir, criar e educar os filhos menores. O Estado providencia educação básica, obrigatória e gratuita a partir dos 4 (quatro) anos de idade e os pais exercem em janeiro e julho seu dever sem colaboração direta do Poder Público.

A alternativa "B" está correta. O art. 7º, XXV, CF estabelece que é direito social do trabalhador ter assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (ver, ainda, o art. 208, IV, CF).

Além disso, é importante lembrar que a situação apresentada na questão trata-se de *serviço público essencial*, que não deve ser interrompido durante as férias escolares de janeiro, nem no recesso no mês de julho, por se tratar de serviço imprescindível às famílias que necessitam permanecer trabalhando, sem dispor de tempo e recursos para amparar seus filhos neste período.

Diante desses argumentos, as alternativas "A", "C", "D" e "E" estão incorretas.

Por consequência, a alternativa "B" deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "B".

14459. (TRE/RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2012) Julgue o item a seguir: "A alimentação tem, no ordenamento jurídico nacional, o estatuto de direito fundamental, o que obriga o Estado a garantir a segurança alimentar de toda a população".

O direito social à alimentação está previsto no art. 6º, da Constituição Federal, e foi introduzido recentemente pela Emenda Constitucional nº 64/2010.

Sobre o direito à alimentação deve ser destacado, ainda, o Decreto nº 7.272/10 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Do referido decreto constata-se no seu art. 2º que foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como *assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional*.

Por meio dessas disposições, é correto afirmar que o direito à alimentação tem estatuto de direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, que obriga o Estado a garantir a segurança alimentar em todo território nacional.

A afirmação contida no enunciado está correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1446. (TJ/GO - JUIZ - FCC/2012) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) A relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

B) O seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

C) A irredutibilidade do salário, salvo o disposto em lei, convenção ou acordo coletivo.

D) A remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.

E) A proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa ou dolosa.

A alternativa "A" está correta. É o que determina o art. 7º, I, CF.

A alternativa "B" está errada. De acordo com o art. 7º, II, CF, apenas o desemprego involuntário é amparado pelo seguro-desemprego.

A alternativa "C" está incorreta. Prevê, o art. 7º, VI, CF, a irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo, apenas.

A alternativa "D" está equivocada. A remuneração do trabalho noturno deverá ser superior à do diurno (art. 7º, IX, CF).

Por fim, a alternativa "E" é falsa. Apenas a retenção *dolosa* do salário constitui crime (art. 7º, X, CF).

RESPOSTA: "A".

1417. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO XII - FGV/2013) João, 29 anos de idade, brasileiro naturalizado desde 1992, decidiu se candidatar, nas eleições de 2010, ao cargo de Deputado Federal, em determinado ente federativo. Eleito, e após ter tomado posse, foi escolhido para Presidir a Câmara dos Deputados. Com base na hipótese acima, assinale a afirmativa correta:

A) João não poderia ter-se candidatado ao cargo de Deputado Federal, uma vez que esse é um cargo privativo de brasileiro nato.

B) João não poderia ser Deputado Federal, mas poderia ingressar na carreira diplomática em que não é exigido o requisito de ser brasileiro nato.

C) João poderia ter-se candidatado ao cargo de Deputado Federal, bem como ser eleito, entretanto, não poderia ter sido escolhido Presidente da Câmara dos Deputados, eis que esse cargo deve ser exercido por brasileiro nato.

D) João não poderia ter-se candidatado ao cargo de Deputado Federal, mas poderia ter se candidatado ao cargo de Senador da República, mesmo sendo brasileiro naturalizado.

Nos termos do art. 14, §3º, inciso I, da Constituição Federal, é um dos requisitos para elegibilidade, dentre outros, a nacionalidade brasileira, seja nato ou naturalizado, salvo hipótese de cargo privativo de brasileiro nato. Assim, é perfeitamente possível que João se candidate e seja eleito para o cargo de Deputado Federal, por não se tratar de cargo privativo de brasileiro nato.

Por outro lado, dispõe o art. 12, §3º, inciso II, da CF, que o cargo de *Presidente da Câmara dos Deputados* é privativo de brasileiro nato pelo critério da linha sucessória da Presidência da República (há se lembrar que o cargo de Presidente e Vice da República são privativos de brasileiros natos).

Da análise destes dispositivos, conclui-se que a alternativa "C" está correta.

RESPOSTA: "C".

1448. (STF - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) A respeito dos direitos fundamentais, julgue o seguinte item: "De acordo com o STF, uma vez concedida a naturalização pelo ministro de Estado da Justiça, a revisão desse ato somente pode ser feita mediante processo judicial, e não administrativamente".

Nos termos do entendimento manifestado pelo STF, conforme revela o inciso I, do §4º, do art. 12 da Constituição Federal, o Ministro de Estado da Justiça não tem competência para rever ato de naturalização. (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. RMS 27840, Rel.: Min. Ricardo Lewandowski, publicado em 27.08.2013).

Assim, extrai-se do julgado acima transcrito que o cancelamento da naturalização, por força do art. 12, §4º, I, da CF, somente deve ocorrer por meio de sentença judicial (o procedimento é previsto na Lei nº 818/49).

Todas estas afirmativas demonstram a questão correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1449. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Péricles, português residente há mais de um ano ininterrupto no Brasil e com idoneidade moral, Pompeu, grego naturalizado brasileiro, Cipriano, inglês residente no Brasil há quinze anos ininterruptos e sem condenação criminal, Alexandre, nascido no Brasil e filho de pais franceses a serviço da França, e Tibério, nascido na Bélgica e filho de pai brasileiro a serviço da República Federativa do Brasil, foram cogitados para ocupar cargo de Ministro de Estado da Defesa do Brasil. Nesse caso, segundo a Constituição Federal, o cargo só poderá ser ocupado por:

A) Tibério.

B) Pompeu.

C) Cipriano.

D) Péricles.

E) Alexandre.

Péricles, português residente há mais de um ano ininterrupto no Brasil e com idoneidade moral, pode requerer nacionalidade brasileira, por força do art. 12, II, "a", CF. Por ser oriundo de país de língua portuguesa, o decurso temporal lhe é facilitado para apenas um ano.

Pompeu é grego naturalizado brasileiro. Já Cipriano é inglês residente no Brasil há quinze anos ininterruptos e sem condenação criminal, o que lhe dá direito de requerer a nacionalidade brasileira (art. 15, II, "b", CF).

Alexandre não é brasileiro, pois, embora nascido no Brasil, é filho de pais franceses a serviço da França, o que lhe retira a condição de brasileiro nato por força da parte final, da alínea "a", do inciso I, do art. 12, CF.

Tibério, por fim, é brasileiro nato, pois, apesar de nascido na Bélgica, seu pai estava a serviço do Brasil, o que lhe confere a nacionalidade brasileira por força do art. 12, I, "b", CF.

O cargo de Ministro de Estado da Defesa, com supedâneo no art. 12, §3º, VII, da Constituição, é privativo de brasileiro nato.

Assim sendo, dentre os sujeitos elencados acima, o único brasileiro que poderá ocupar tal cargo é Tibério, por ser brasileiro nato, isto é, nascido na Bélgica, mas filho de pai brasileiro a serviço do Brasil.

Por tal motivo, há se assinalar a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1450. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Em relação aos brasileiros natos, é correto afirmar que o texto constitucional:

A) Adotou apenas o critério do local de nascimento para determinação da nacionalidade.

B) Estabeleceu um rol aberto com as hipóteses para aquisição da nacionalidade, o qual poderá ser ampliado por lei complementar.

C) Proíbe que sejam extraditados, ainda que haja comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

D) Adotou apenas o critério do parentesco sanguíneo para determinação da nacionalidade.

E) Reserva-lhes o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa "A" está errada, pois a Constituição da República não adotou apenas o critério do local de nascimento para determinação da nacionalidade. O critério sanguíneo está presente, também (ex.: se nascido no estrangeiro, filho de pai ou mãe brasileira que esteja a serviço da República Federativa do Brasil). Adotou-se, pois, "*critério misto*".

A alternativa "B" não está correta, pois o rol para aquisição de nacionalidade não é aberto, mas sim taxativo, de forma que somente Emenda Constitucional pode alterá-lo.

A alternativa "D" não está certa, pois a Constituição Federal adotou um critério misto para aferição de nacionalidade, baseado tanto no local em que se nasce, como no parentesco sanguíneo. Assim, se o filho de um estrangeiro que não esteja a serviço de seu país nasça no Brasil, p. ex., será considerado brasileiro nato ainda que não possua qualquer vínculo consanguíneo com este país.

A alternativa "E" está errada, pois o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça não é privativo de brasileiro nato. Conforme o art. 12, §3º, da Constituição, somente o são os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República (inciso I); de Presidente da Câmara dos Deputados (inciso II); de Presidente do Senado Federal (inciso III); de Ministro do Supremo Tribunal Federal (inciso IV); da carreira diplomática (inciso V); de oficial das Forças Armadas (inciso VI); e de Ministro de Estado da Defesa (inciso VII).

Sendo assim, correta é a alternativa "C", pois sob hipótese alguma um brasileiro *nato* poderá ser extraditado. Agora, se um brasileiro *naturalizado* tiver praticado crime comum antes da naturalização, ou, após a naturalização, tiver comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes, esta pode ser cancelada e promover-se-á sua extradição (art. 5º, LI, CF).

RESPOSTA: "C".

1451. (TJ/PE - OFICIAL DE JUSTIÇA - FCC/2012)
John, inglês, menor impúbere, nascido na Inglaterra, foi registrado na repartição inglesa, filho de pai inglês e de mãe brasileira, será considerado:

A) Brasileiro nato, se vier a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

B) Sempre brasileiro naturalizado, a qualquer tempo porque foi registrado na repartição inglesa.

C) Sempre brasileiro nato, pois, independentemente de residir na Inglaterra, é filho de mãe brasileira.

D) Brasileiro naturalizado, desde que venha a residir no Brasil e requisite, em qualquer idade, a nacionalidade brasileira.

E) Brasileiro nato, desde que, enquanto menor, mesmo residindo na Inglaterra, sua mãe protocole no Supremo Tribunal Federal a requisição da sua nacionalidade brasileira.

John é filho menor impúbere de pai inglês e mãe brasileira, que nasceu na Inglaterra e lá foi registrado. Para que ele seja brasileiro nato, por força do art. 12, I, "c", da Constituição, John precisa ser registrado em repartição brasileira competente no local em que se encontra, ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. Enquanto isso não ocorrer, pois, John não é um cidadão brasileiro, mas inglês. Por tal razão, a única alternativa acertada é a letra "A".

RESPOSTA: "A".

1452. (OAB - EXAME DA ORDEM UNIFICADO 2 - FGV/2011) No que tange ao direito de nacionalidade, assinale a alternativa correta:

A) O brasileiro nato não pode perder a nacionalidade.

B) O filho de pais alemães que estão no Brasil a serviço de empresa privada alemã será brasileiro nato caso venha a nascer no Brasil.

C) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado pela prática de crime comum após a naturalização.

D) O brasileiro nato somente poderá ser extraditado no caso de envolvimento com o tráfico de entorpecentes.

A alternativa "A" está errada, pois o brasileiro nato pode, sim, perder a nacionalidade. O que ele não pode é ser extraditado sendo brasileiro nato. Agora, mesmo brasileiro nato, pode perder a nacionalidade brasileira se adquirir outra nacionalidade (salvo nos casos de reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis). Eis o teor do art. 12, §4º, II, "a" e "b", da Constituição.

A alternativa "C" está errada, pois brasileiro naturalizado não pode ser extraditado, salvo pela prática de crime comum cometido antes da naturalização, ou comprovado envolvimento com tráfico de entorpecentes após a naturalização, casos em que a naturalização brasileira será cancelada (art. 5º, LI, CF).

A alternativa "D" está errada, pois o brasileiro nato não pode ser extraditado em hipótese alguma. Basta a leitura do art. 5º, LI, da Constituição, para chegar a essa conclusão.

A alternativa correta, pois, é a letra "B". Se um filho de pais alemães que estão no Brasil a serviço de empresa privada aqui nasce, esta criança será considerada brasileira nata. Somente se o pai ou a mãe dessa criança estivesse a serviço da Alemanha é que essa criança não adquiriria a nacionalidade do Brasil. Neste sentido, o art. 12, I, "a", da Constituição, é claro: são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

RESPOSTA: "B".

1453. (TCE/SP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2011) Paulo, brasileiro nato, é jogador de futebol e atua em um determinado clube da Itália. Como condição de permanência no País onde atua e manutenção do exercício de sua atividade profissional, a Itália impõe a Paulo a sua naturalização. Nesse caso, Paulo:

A) Não terá declarada a perda da nacionalidade brasileira.

B) Terá declarada a suspensão da nacionalidade brasileira até o momento em que ele regressar ao Brasil e optar novamente pela nacionalidade brasileira.

C) Perderá automaticamente a nacionalidade brasileira, mas poderá solicitar a sua reaquisição ao Ministro da Justiça, quando retornar ao Brasil.

D) Terá declarada a perda da nacionalidade brasileira.

E) Terá declarada a suspensão da nacionalidade brasileira enquanto não cancelar a naturalização italiana.

Em regra, adquirir outra nacionalidade importa a perda da brasileira, salvo nos casos de reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira (art. 12, §4º, II, "a", CF), ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis (art. 12, §4º, II, "b", CF). O caso de Paulo, jogador de futebol que atua na Itália, se encaixa nesta segunda situação, e, neste caso, Paulo não perderá sua nacionalidade brasileira.

Convém assinalar, pois, a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1454. (TJ/ES - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2011) A respeito dos princípios e dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir: "Um brasileiro naturalizado pode exercer o cargo de Coronel da Polícia Militar de um Estado-membro".

A afirmação está correta. A vedação constitucional do art. 12, §3º, VI, CF é apenas para o oficial das Forças Armadas, isto é, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Não se obsta, desta maneira, que um brasileiro naturalizado exerça o cargo de coronel da polícia militar de um Estado-membro.

RESPOSTA: "CORRETA".

1455. (TJ/SP - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - VUNESP/2011) Sobre nacionalidade, é incorreto dizer:

A) Fora dos casos previstos na Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.

B) São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

C) São brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira na forma da lei.

D) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais no Brasil, até atingirem a maioridade.

A alternativa "A" está correta, tendo em vista que o art. 19 da Constituição veda, em seu inciso III, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criem distinções entre brasileiros ou preferências entre si. Também, o parágrafo segundo, do art. 12, CF, veda que a lei estabeleça distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

Desta maneira, lei *infraconstitucional* não pode estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados, apenas à Constituição competindo fazer isso, como o faz, *p. ex.*, quando estabelece cargos privativos de brasileiro nato (art. 12, §3º, CF), ou quando determina que a empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, *caput*, CF).

A alternativa "B" está certa, pois, ainda que filhos de pais estrangeiros, serão brasileiros natos os aqui nascidos, desde que os pais não esteja a serviço de seu país (art. 12, I, "a", CF).

A alternativa "C" está correta, por tratar da chamada "nacionalidade secundária".

A alternativa "D", por fim, está totalmente equivocada. Serão brasileiros natos, em verdade, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, *desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira* (art. 12, I, "c", CF).

RESPOSTA: "D".

1456. (TRT/23ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2011) Homero obteve a cidadania brasileira, após processo de naturalização, porém seu país de origem, Jamaica, requereu ao Brasil sua extradição por crime comum. Segundo a Constituição Federal, sua extradição só será concedida no caso:

A) De crime de opinião praticado antes do processo de naturalização.

B) De crime político praticado antes do processo de naturalização.

C) Do delito ter sido praticado antes da naturalização.

D) De crime político praticado depois do processo de naturalização.

E) De crime de opinião praticado depois do processo de naturalização.

O Brasil não extradita ninguém por crime político ou de opinião (art. 5º, LIII, CF). Assim, as alternativas "A", "B", "D", e "E" estão todas equivocadas.

Resta correta, pois, a alternativa "C". Como regra absoluta, brasileiros natos não são extraditados. Como regra relativa, brasileiros naturalizados não são extraditados. Com efeito, a extradição de brasileiro naturalizado somente se dá se houver a prática de crime comum antes da naturalização, ou se, mesmo depois da naturalização, o agente se envolver comprovadamente com tráfico ilícito de entorpecentes, casos estes em que a naturalização será cancelada e será declarada a perda da nacionalidade brasileira. Eis o teor do art. 5º, LI, da Lei Fundamental.

RESPOSTA: "C".

1457. (MPU - TÉCNICO - CESPE/2013) Considerando as regras do direito constitucional, julgue o item a seguir: "Considere que Gabriel, brasileiro nato, ao retornar para o Brasil após ter residido alguns anos nos Estados Unidos da América (EUA), tenha descoberto que fora condenado criminalmente pela justiça americana por tráfico ilícito de entorpecentes. Nessa situação hipotética, Gabriel poderá ser extraditado mediante pedido formal dos EUA".

Não há hipótese de extradição de brasileiro nato, nos termos do art. 5º, LI, da CF, o que torna o enunciado errado.

É importante que não se confunda a hipótese de extradição de brasileiro naturalizado que tiver envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes mesmo após sua naturalização, que, neste caso, terá a naturalização cancelada e promovida à sua extradição. Por outro lado, no que se refere ao brasileiro nato, a vedação de extradição é regra absoluta.

RESPOSTA: "ERRADA".

1458. (TJ/SP - JUIZ - VUNESP/2013) É (São) cargo(s) eletivo(s) privativo(s) de brasileiros:

A) Natos ou naturalizados o cargo de Presidente do Senado Federal.

B) Natos ou naturalizados o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

C) Natos o cargo de Presidente das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal).

D) Natos os cargos de Deputado Federal e de Senador da República.

A alternativa "C" está correta. Os cargos de Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são privativos de brasileiros natos.

Em decorrência disso, é possível concluir que as alternativas "A" e "B" estão erradas (art. 12, §3º, II e III, CF).

A alternativa "D" está incorreta. Um dos requisitos para a elegibilidade é que o candidato tenha a nacionalidade brasileira, independente de ser nato ou naturalizado (art. 14, §3º, I, CF).

RESPOSTA: "C".

1459. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) Julgue o item subsequente, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF: "Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

Dispõe o art. 12, I, "c", CF, alterado pela Emenda Constitucional nº 54/2007, que serão brasileiros *natos* os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (critério sanguíneo + registro) ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (nacionalidade potestativa).

Assim, na hipótese trazida pela questão, serão considerados *brasileiros natos* e não naturalizados, conforme sugeriu o enunciado.

Diante disso, a questão deve ser assinalada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1460. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF: "O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante".

A questão está errada. O Texto Maior veda expressamente a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião (art. 5º, LII, CF). Também, o art. 77, VII, da Lei nº 6.815/80 ("Estatuto do Estrangeiro").

RESPOSTA: "ERRADA".

1461. (TRT/18ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Patrícia e Pedro são brasileiros natos e casados há seis anos. Patrícia está grávida de sete meses. Pedro, Ministro de Estado do Governo Federal, tem uma reunião de trabalho na ONU, com duração de uma semana, em Nova York, e leva sua esposa Patrícia para lhe acompanhar nesta viagem. Durante a viagem, programada para o período de 20 dias, Patrícia é internada às pressas em um hospital de Nova York onde acaba realizando o parto. O filho do casal, Pedro, nasce com saúde e prematuro em Nova York. Neste caso, segundo a Constituição Federal de 1988, Pedro será considerado brasileiro nato:

A) Desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

B) Independentemente de qualquer ato de registro em repartição brasileira competente ou residência posterior na República Federativa do Brasil.

C) Desde que seja registrado em repartição brasileira competente e venha a residir na República Federativa do Brasil, optando, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

D) Desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil antes de completada a maioridade e, alcançada esta, opte pela nacionalidade brasileira.

E) Desde que seja registrado em repartição brasileira competente e venha a residir na República Federativa do Brasil antes de completada a maioridade e, alcançada esta, opte pela nacionalidade brasileira.

Nos termos do art. 12, I, "b", CF, serão considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. Este é o critério denominado de *ius sanguinis*.

Diante disso, a alternativa correta é a letra "B". Extrai-se da questão que Patrícia e Pedro estavam em viagem em Nova York, sendo que Pedro, Ministro de Estado do Governo Federal, estava a serviço do Brasil. Assim, mesmo que o filho de Patrícia e Pedro tenha nascido em Nova York, ele será considerado brasileiro nato, de acordo com o art. 12, I, "b", CF.

As alternativas "A", "C", "D" e "E" estão erradas. O filho de Patrícia e Pedro será considerado brasileiro nato, pelo critério sanguíneo, independente de ser registrado em repartição brasileira competente ou de optar pela nacionalidade brasileira.

RESPOSTA: "B".

1462. (TJ/SC - JUIZ - TJ/SC/2013) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil e sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

II. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

III. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

IV. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

A) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

B) Somente as proposições I e III estão corretas.

C) Somente as proposições II e IV estão corretas.

D) Somente as proposições I e IV estão corretas.

E) Somente as proposições III e IV estão corretas.

O item "I" está incorreto. A alternativa uniu duas hipóteses distintas de atribuição de nacionalidade. Neste sentido dispõe o art. 12, I, CF que será brasileiro nato os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil (alínea "b"); bem como os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (alínea "c"). Assim, se um dos pais brasileiros estiver a serviço do Brasil, não é necessário o registro em repartição brasileira competente ou de opção pela nacionalidade, após atingir a maioridade.

O item "II" está errado. O art. 12, II, "b", CF, determina que o prazo é de *quinze* anos ininterruptos, na hipótese de naturalização extraordinária (ou quinquenária).

O item "III" está correto. A alternativa traz a literalidade do §1º, do art. 12, CF.

O item "IV" está certo. O item está de acordo com o estabelecido no art. 12, §4º, II, alíneas "a" e "b", do Texto Maior.

Deve ser assinalada, dessa forma, a alternativa "E" (apenas os itens "III" e "IV" estão corretos).

RESPOSTA: "E".

1463. (AL/PB - ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO - FCC/2013) Marta, filha de mãe e pai argentinos, nasceu no Brasil quando os mesmos passavam férias na cidade do Rio de Janeiro. Glaide, filha de mãe brasileira e pai americano, nasceu em Orlando, quando a sua mãe, a serviço da República Federativa do Brasil apresentava palestra sobre Direitos Humanos. Hernandez, filho de pai brasileiro e mãe uruguaia, nasceu em Montevideu quando seu pai, a serviço da República Federativa do Brasil, laborava nos portos do referido local. Nestes casos, segundo a Constituição Federal brasileira:

A) Apenas Glaide e Hernandez são brasileiros natos.

B) Apenas Marta e Glaide são brasileiras natas.

C) Marta, Glaide e Hernandez são brasileiros natos.

D) Apenas Marta e Hernandez são brasileiros natos.

E) Apenas Glaide é brasileira nata.

De acordo com a Lei Fundamental, art. 12, inciso I, são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (alínea "a"); os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil (alínea "b").

Diante desse panorama, é possível afirmar que Marta, Glaide e Hernandez são brasileiros natos.

Marta nasceu em solo brasileiro e é filha de pais estrangeiros que não estavam a serviço do país estrangeiro: Marta é brasileira nata, portanto, nos termos do art. 12, I, "a", CF. Glaide nasceu em Orlando, local onde a mãe brasileira estava a serviço do Brasil: nestes termos Glaide é brasileira nata por força do art. 12, I, "b", CF. Por fim, Hernandez nasceu em Montevidéu, onde o pai brasileiro estava a serviço do Brasil, o que o torna brasileiro nato, com fundamento no art. 12, I, "b", CF.

A alternativa correta é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1464. (TJ/DF - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013)
Com relação ao Estado federal brasileiro, julgue o item a seguir: "São símbolos do Estado federal brasileiro a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, podendo os Estados-membros, o Distrito Federal (DF) e os Municípios adotar símbolos próprios".

A alternativa está correta. O art. 13, §§1º e 2º da Constituição da República estabelece que a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais são símbolos do Estado brasileiro, sendo que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

RESPOSTA: "CORRETA".

1465. (DPE/RR - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2013)
No que se refere aos direitos à nacionalidade e aos direitos políticos, assinale a opção correta:

A) A CF dotou o analfabeto de capacidade eleitoral ativa e passiva.

B) Assim como os líderes da maioria e da minoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os cidadãos que integram o Conselho da República deverão ser brasileiros natos.

C) A perda da nacionalidade decorrente de aquisição voluntária de outra nacionalidade pode atingir tanto brasileiros natos quanto naturalizados e independerá de ação judicial, já que se concretiza no âmbito de procedimento meramente administrativo.

D) Se o extraditando tiver filho brasileiro, não será admitida a sua extradição.

E) Se o indivíduo sofrer condenação penal decorrente de conduta culposa, sem pena privativa de liberdade, transitada em julgado, não terá seus direitos políticos suspensos.

A alternativa "C" está correta. De acordo com a Constituição Federal, tanto o brasileiro nato quanto o naturalizado que adquirir voluntariamente outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira, salvo as exceções previstas no art. 12, §4º, II, "a" e "b", CF. Além disso, a perda da nacionalidade em razão de aquisição de outra nacionalidade se dá por procedimento administrativo, por meio de decreto do Presidente da República, nos termos do art. 23, da Lei nº 818/49.

A alternativa "A" está equivocada. De fato o analfabeto possui capacidade eleitoral ativa, ou seja, o direito de votar, embora isso lhe seja optativo (art. 14, §1º, II, "a", CF). Por outro lado, o analfabeto não possui capacidade eleitoral passiva, de modo que ele não tem o direito de eleger-se para um cargo político, sendo inelegível nos termos do art. 14, §4º, CF.

A alternativa "B" está errada. Em verdade o Texto Maior estabelece que os cargos de *Presidente* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são privativos de brasileiros natos (art. 12, §3º, CF). Anote-se que está correta, entretanto, a afirmação de que os cidadãos integrantes do Conselho da República deverão brasileiros natos (art. 89, VII, CF).

A alternativa "D" está incorreta. Nos termos do art. 5º, II, CF, poderá ser extraditado o estrangeiro e o brasileiro naturalizado em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins, na forma da lei. Assim, o fato de ter filho brasileiro não impede a extradição. Além disso, sobre a hipótese de extradição nos termos da alternativa, o STF já sedimentou o entendimento por meio da Súmula nº 421, no sentido de que não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileiro ou ter filho brasileiro.

A alternativa "E" é falsa. O indivíduo com condenação penal transitada em julgada, independentemente se for decorrente de conduta culposa e sem pena privativa de liberdade, *terá* os direitos políticos suspensos, enquanto durarem os efeitos da condenação (art. 15, III, CF).

A alternativa a ser assinalada é a de letra "C".

RESPOSTA: "C".

1466. (TRT/10ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) **Acerca da Constituição e dos direitos e garantias, julgue o item a seguir à luz da norma constitucional e da interpretação doutrinária sobre a matéria: "No Brasil, a nacionalidade originária é fixada com base no critério do *ius solis*, excluído o *ius sanguinis*".**

A alternativa está errada, pois a Constituição da República não adotou apenas o critério do local de nascimento (*ius solis*) para determinação da nacionalidade (art. 12, I, "a", CF). O critério sanguíneo (*ius sanguinis*) também foi utilizado pela Lei Fundamental (art. 12, I, "b" e "c", CF), como, *p. ex.*, o nascido no estrangeiro, filho de pai ou mãe brasileira que esteja a serviço da República Federativa do Brasil. Adotou-se, dessa forma, o "*critério misto*".

RESPOSTA: "ERRADA".

1467. (CNJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013)
Julgue o item seguinte, referente à teoria constitucional: "Os estrangeiros somente não gozarão dos mesmos direitos assegurados aos brasileiros quando a própria Constituição autorizar a distinção, tendo-se presente o princípio de que a lei não deve distinguir entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis".

Apenas a Constituição Federal pode elencar diferenças entre brasileiros e estrangeiros. Nestes termos, o *caput* do art. 5º, CF, assegura diversos direitos inerentes aos brasileiros e aos estrangeiros, estabelecendo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

A alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1468. (SEGER/ES - ANALISTA EXECUTIVO - CESPE/2013) Com base nos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta:

A) Cidadão japonês que resida no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e não possua condenação criminal estará apto a solicitar a naturalização brasileira.

B) Francês naturalizado brasileiro não pode ocupar o cargo de desembargador de tribunal de justiça, por expressa vedação constitucional.

C) A CF não admite hipótese de perda de nacionalidade no caso de brasileiro nato.

D) A condição de brasileiro naturalizado pode ser cancelada, pelo ministro da justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, desde que sejam observadas a ampla defesa e o contraditório.

E) Nascido em território brasileiro, o filho de embaixador italiano será considerado de brasileiro nato.

A alternativa "A" está correta. Com fundamento no art. 12, II, "b", CF, será considerado brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira (*naturalização extraordinária ou quinquenária*). Assim, o cidadão japonês descrito na alternativa completa os requisitos elencados na constituição.

A alternativa "B" está errada. Não há qualquer vedação com relação a brasileiro naturalizado ocupar cargo de desembargador de tribunal de justiça.

A alternativa "C" está equivocada. A Constituição estabelece no art. 12, §4º, II, as hipóteses de perda de nacionalidade que se aplicam ao brasileiro nato. É importante frisar que não se pode confundir esta situação com a de extradição de brasileiro nato, que é expressamente vedada pela CF (art. 5º, LI, CF).

A alternativa "D" está incorreta. O cancelamento da nacionalidade em razão de atividade nociva ao interesse nacional deve ser realizado por meio de sentença judicial (art. 12, §4º, I, CF), cujo procedimento é previsto na Lei nº 818/49.

A alternativa "E" esta errada. Na hipótese trazida pela questão trata-se de filho de estrangeiro a serviço da Itália que nasceu no Brasil. Diante disso não será considerado brasileiro nato por força do art. 12, I, "a", CF.

Deve ser assinalada, portanto, a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1469. (TRT/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) Segundo a Constituição Federal, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro:

A) Nato que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

B) Nato que adquirir outra nacionalidade, ainda que em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

C) Nato que residir em outro país por mais de trinta anos sem interrupção e lá for condenado a cumprir pena de reclusão.

D) Naturalizado que adquirir outra nacionalidade, ainda que em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

E) Que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

As hipóteses de perda da nacionalidade estão expressamente previstas no art. 12, §4º, da Constituição Federal. No rol de possibilidades encontra-se a alternativa "E" literalmente prevista no art. 12, §4º, I, CF, o que torna a alternativa correta.

A alternativa "A" está errada, pois o brasileiro nato não poderá ter o cancelamento da naturalização por atividade nociva ao interesse nacional. Trata-se de hipótese prevista apenas para os brasileiros naturalizados.

As alternativas "B", "C" e "D" não estão certas. As hipóteses elencadas nas alternativas não estão amparadas pelo art. 12, §4º, CF.

A alternativa que deve ser assinalada, portanto, é a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1470. (TRT/22ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2010) A nacionalidade que se adquire por vontade própria, após o nascimento, e em regra pela naturalização, é classificada como:

A) Relativa.

B) Originária.

C) Primária.

D) Absoluta.

E) Secundária.

A doutrina classifica a nacionalidade em duas espécies: *nacionalidade primária*, também denominada de originária, que se adquire logo no nascimento, de forma involuntária; *nacionalidade secundária*, que é adquirida após o nascimento, por um ato de vontade do indivíduo, que se concretiza, em regra, pela naturalização.

Diante dessa explanação, constata-se que a alternativa correta é a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1471. (DETRAN/ES - ADVOGADO - CESPE/2010)

Julgue o item seguinte: "O indivíduo cuja naturalização for cancelada por sentença transitada em julgado volta à condição de estrangeiro, não podendo mais alistar-se como eleitor nem eleger-se em razão da perda da nacionalidade brasileira".

A alternativa deve ser assinalada como correta. Conforme se extrai do art. 14, §§2º e 3º, I, CF, é requisito para o exercício da capacidade eleitoral ativa (votar) e passiva (ser votado) a nacionalidade brasileira. Assim, aquele que perde a nacionalidade não possui mais o sufrágio ativo e passivo.

RESPOSTA: "CORRETA".

1472. (FUNASA - TODOS OS CARGOS - CESPE/2013)

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte, com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF): "Plebiscito e referendo são formas de exercício direto da soberania popular e expressam os contornos do regime democrático brasileiro, o qual possui tanto elementos de uma democracia direta quanto de uma democracia representativa".

O plebiscito e o referendo são meios de participação popular (democracia direta), expressamente previstos no art. 14, incisos I e II, da Constituição, que caracterizam formas de exercício da soberania popular. Isto porque, a vontade da população é expressada diretamente pelos cidadãos, por meio de consulta, seja anterior (plebiscito) ou posterior (referendo) ao ato legislativo. Sua regulamentação se dá pela Lei nº 9.709/98.

Sobre estes institutos é importante destacar que compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar referendo e convocar plebiscito.

Além disso, é princípio fundamental o contido no art. 1º, parágrafo único, da Constituição, que dispõe que todo o poder emana do povo, que o exerce por *meio de representantes eleitos* ou *diretamente*, nos termos desta Constituição.

Nestes termos, a afirmação está correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1473. (TRE/PR - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012)

Um Deputado Estadual do Paraná, no exercício de seu segundo mandato consecutivo, com 31 anos de idade completados em novembro de 2011, casado com Senadora eleita por aquele Estado, pretende concorrer, nas eleições gerais de 2014, a um dos seguintes cargos: Senador, Deputado Federal, Governador do Estado ou Deputado Estadual. Nessa hipótese, consideradas as condições de elegibilidade estabelecidas na Constituição da República, poderia o interessado concorrer a:

A) Qualquer dos cargos referidos.

B) Deputado Federal, Governador do Estado ou Deputado Estadual, apenas.

C) Senador ou Deputado Federal, apenas.

D) Deputado Federal, apenas, desde que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

E) Deputado Estadual, apenas, desde que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

Para responder a tal questão, duas informações merecem ser sobrelevadas: a primeira, quanto às idades mínimas para o exercício de cargos públicos; a segunda, quanto aos casos de inelegibilidades decorrentes do parentesco.

Quanto às idades mínimas, a Constituição Federal exige, no inciso VI, do parágrafo terceiro, do art. 14, trinta e cinco anos para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Senador da República (alínea "a"); trinta anos para Governador de Estado e do Distrito Federal, e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal (alínea "b"); vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, Prefeito e Juiz de Paz (alínea "c"); e dezoito anos para Vereador (alínea "d").

Quanto à inelegibilidade decorrente do parentesco, o art. 14, §7º, CF, afirma serem inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

No caso tratado na questão, há um Deputado Estadual que concorre à reeleição, sendo este casado com uma Senadora. A inelegibilidade decorrente do parentesco somente se aplicaria se o Deputado ainda não fosse titular de mandato eletivo e candidato à reeleição, de forma que, em não sendo esta hipótese, poderia este Deputado concorrer a qualquer dos cargos de que trata a questão.

A impossibilidade, contudo, reside na sua idade, a saber, trinta e um anos (nas eleições de 2014 terá, no máximo, 34 anos). Com tal idade, ele pode concorrer a Deputado Federal (21 anos), Deputado Estadual (21 anos) e Governador de Estado (30 anos), mas não para o cargo de Senador, cuja idade mínima exigida é de 35 anos.

Por este motivo, convém assinalar a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1474. (TRE/PR - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)

Brasileiro naturalizado, de 21 anos de idade, servidor público da administração direta federal há três anos, pretende candidatar-se a Prefeito do Município em que possui domicílio. Nessa hipótese:

A) Se investido no mandato, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo que ocupa na administração direta, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

B) Não pode candidatar-se a Prefeito, pois, para cargos de chefia do Poder Executivo, a Constituição exige, como condição de elegibilidade, que o candidato seja brasileiro nato.

C) Preenche as condições de elegibilidade quanto à nacionalidade e idade mínima e, se investido no mandato, será afastado do cargo que ocupa na administração federal, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

D) Pode candidatar-se a Vereador, mas não a Prefeito, em função da idade mínima para tanto requerida, exigindo a Constituição, em qualquer hipótese, afastamento do cargo que ocupa na administração para exercício do mandato eletivo.

E) Por ser servidor público estável, incorrerá em ato de improbidade administrativa ao candidatar-se, o que acarretará a suspensão de seus direitos políticos e a perda do cargo que ocupa na administração federal.

O indivíduo preenche o requisito de idade para concorrer às eleições para Prefeito, afinal, tem vinte e um anos, como exige o art. 14, §4º, VI, "c", da Constituição Federal. Como se não bastasse, o fato de ser brasileiro naturalizado não constitui impeditivo ao seu intento eleitoral, afinal, o cargo de Prefeito não é privativo de brasileiros natos.

Ademais, como este cidadão é servidor público da administração direta federal há três anos (pressupõe-se que já seja estável, nos moldes do art. 41, *caput*, da Constituição), o art. 38, II, da Constituição, preceitua que, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, se for investido *no cargo de Prefeito*, será afastado do cargo, emprego ou função que ocupa, *sendo-lhe facultado optar pela remuneração*.

Assim, a alternativa que melhor reflete o que se acabou se explicar é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1475. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Átila, que não é titular de mandato eletivo e nem é candidato à reeleição, é filho adotivo de Eulália, Governadora do Estado de São Paulo em exercício, e deseja concorrer ao cargo de Prefeito do Município de São Paulo. Segundo a Constituição Federal, Átila, em regra, é:

A) Elegível, desde que esteja filiado ao mesmo partido político de Eulália.

B) Elegível, desde que esteja filiado a partido político distinto de Eulália.

C) Elegível, desde que autorizado previamente pelo Tribunal Regional Eleitoral.

D) Elegível, desde que sua candidatura seja previamente autorizada por Eulália.

E) Inelegível.

Átila é inelegível em razão de parentesco, conforme previsão no art. 14, §7º, da Constituição Federal. Por tal dispositivo, são inelegíveis, *no território de jurisdição do titular*, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau *ou por adoção*, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, ou de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, *salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição*.

No presente caso, Átila é parente de Eulália (é filho adotivo dela); Eulália é Governadora do Estado de São Paulo; e Átila não é titular de mandato eletivo nem é candidato à reeleição. Sendo assim, no território de jurisdição de Eulália, que é o Estado de São Paulo, Átila não pode concorrer a qualquer mandato. Assim, Átila não pode ser candidatar a Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito, ou Governador ou Vice Governador pelo Estado de São Paulo.

Ele poderia, *p. ex.*, concorrer a cargo de Prefeito de Minas Gerais, ou a cargo de Governador do Rio de Janeiro, que não são afetados ao território de circunscrição de Eulália, que é o Estado de São Paulo.

Por essa razão, convém assinalar a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1476. (TCE/AP - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Um Governador de Estado, ainda no início do exercício de seu mandato, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República. Para que possa concorrer às eleições e, caso seja vitorioso, assumir o novo cargo, deverá ser brasileiro nato:

A) E afastar-se temporariamente de seu atual mandato até seis meses antes do pleito.

B) Ou naturalizado e descompatibilizar-se em relação a seu atual mandato até seis meses antes do pleito.

C) Ou naturalizado e renunciar a seu atual mandato até três meses antes do pleito.

D) E renunciar a seu atual mandato até seis meses antes do pleito.

E) E afastar-se temporariamente de seu atual mandato até três meses antes do pleito.

O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, e os Prefeitos, para concorrerem a outros cargos, deverão renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito (art. 14, §6º, CF). Some-se a isso o fato de que o cargo de Presidente da República é privativo de brasileiro nato, por força do art. 12, §3º, da Constituição.

Munido de tais informações, há se assinalar a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1477. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) O alistamento eleitoral é facultativo para os:

A) Estrangeiros.

B) Maiores de sessenta e cinco anos.

C) Conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

D) Analfabetos.

E) Maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito e menores de setenta anos (art. 14, §1º, I, CF), mas facultativos para os analfabetos (art. 14, §1º, II, "a"), para os maiores de setenta anos (art. 14, §1º, II, "b"), e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos (art. 14, §1º, II, "c").

Já os conscritos (durante o período militar obrigatório) e os estrangeiros não podem alistar-se como eleitores, consoante preceitua o parágrafo segundo, do art. 14, da Constituição da República.

Correta, pois, a alternativa "D", que trata uma situação em que o alistamento eleitoral é, de fato, facultativo.

RESPOSTA: "D".

1478. (TJ/PE - OFICIAL DE JUSTIÇA - FCC/2012) Epitácio, na condição de conscrito, durante o serviço militar obrigatório:

A) Pode se eleger ao cargo de Governador, se tiver no mínimo trinta e cinco anos de idade.

B) Não pode alistar-se como eleitor.

C) Se não for analfabeto, pode alistar-se como eleitor.

D) Pode candidatar-se para Deputado Federal, se tiver no mínimo vinte e cinco anos de idade.

E) Se for filiado à partido político, pode alistar-se como eleitor.

Os conscritos, durante o período militar obrigatório, não podem alistar-se como eleitor, consoante preceitua o parágrafo segundo, do art. 14, da Constituição da República.

Por tal razão, a alternativa correta é a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1479. (TRT/11ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Willian, inglês, maior de trinta e cinco anos de idade, no pleno exercício dos direitos políticos na Inglaterra, residente na Capital do Estado do Acre há cinco anos e filiado a determinado partido político, deseja concorrer as eleições no Brasil. Na forma da Constituição Federal, Willian:

A) não tem condição de elegibilidade.

B) poderá concorrer aos cargos de Vereador e de Deputado Estadual.

C) poderá concorrer aos cargos de Vereador, de Deputado Estadual e de Governador.

D) poderá concorrer ao cargo de Senador e de Deputado Federal.

E) poderá concorrer ao cargo de Vereador, apenas.

O parágrafo terceiro, do art. 14, da Constituição, preceitua que são condições de inelegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira (inciso I); o pleno exercício dos direitos políticos (inciso II); o alistamento eleitoral (inciso III); o domicílio eleitoral na circunscrição (inciso IV); a filiação partidária (inciso V); e a observância de certas idades mínimas (inciso VI).

William, por não ter nacionalidade brasileira, não possui a condição de elegibilidade mencionada no inciso I, do parágrafo terceiro, do art. 14, CF, o que o torna, portanto, inelegível, e faz com que se deva assinalar como correta a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1480. (TRT/11ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) No que concerne aos direitos políticos, nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988:

A) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até seis meses da data de sua vigência.

B) Se o cidadão Pietro tiver cancelada a naturalização por sentença transitada em julgado, os seus direitos políticos serão cassados.

C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

D) Moisés, Prefeito de um determinado município de Estado brasileiro, no primeiro mandato, é filho do Governador do mesmo Estado, mas poderá se candidatar normalmente à reeleição nas próximas eleições, inexistindo qualquer vedação legal.

E) O militar alistável é elegível e, se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

A alternativa "A" está errada. A lei que alterar o processo eleitoral, diz o art. 16, da Constituição Federal, entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a eleição que ocorra até *um ano da data de sua vigência* (e não "seis meses", como diz a assertiva).

A alternativa "B" está errada, pois, conforme o art. 15, *caput*, da Constituição, é vedada a cassação de direitos políticos. Caso Pietro tenha cancelada sua naturalização por sentença transitada em julgado, é hipótese de perda dos direitos políticos (art. 15, I, CF).

A alternativa "C" está errada. Com efeito, o mandato eleitoral poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias (e não "trinta dias", como diz a assertiva), contados da diplomação (art. 14, §10, CF).

A alternativa "E" está incorreta. O militar alistável é elegível, e, se contar *menos* de dez anos de serviço, deverá se afastar da atividade (art. 14, §8º, I, CF); se contar com mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade (art. 14, §8º, II, CF).

Correta, desta maneira, é a alternativa "D". Pelo art. 14, §7º, da Constituição da República, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, *salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição*.

Assim, como Moisés já é Prefeito do Município, mesmo que filho do Governador do Estado em que se situa o Município, poderá se candidatar à reeleição, não havendo, portanto, no presente caso, inelegibilidade relativa decorrente do parentesco.

RESPOSTA: "D".

1481. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que:

A) Os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.

B) O Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

D) A soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.

E) A elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.

A alternativa "A" está correta, pois, embora o voto seja facultativo para os analfabetos (art. 14, §1º, II, "a", CF), são estes inelegíveis por força do parágrafo quarto, do art. 14, da Constituição Federal.

A alternativa "B" está equivocada. Consoante o parágrafo quinto, do art. 14, da Constituição, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 16/1997, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Assim, se o Presidente da República quiser concorrer à reeleição, não precisa renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, conforme exige o parágrafo sexto, do art. 14, CF. Tal exigência se dá somente se o Presidente da República quiser concorrer a outro cargo, como Governador de Estado, *p. ex.*

A alternativa "C" não está correta, pois o prazo para impugnar o mandato eletivo perante a Justiça Eleitoral é contado da diplomação (art. 14, §10, CF), e não "da posse", como diz a assertiva. Ademais, se trata de prazo de quinze dias.

A alternativa "D" está errada. O art. 14, *caput*, da Constituição Federal afirma que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito (inciso I); referendo (inciso II); e iniciativa popular (inciso III).

A alternativa "E" está errada, pois, conforme os incisos do parágrafo terceiro, do art. 14, da Constituição da República, apesar de serem condições de elegibilidade a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, e a filiação partidária, as idades mínimas variam conforme o cargo, e, para o cargo de Governador de Estado, esta idade mínima é de trinta anos (a idade mínima de trinta e cinco anos, de que trata a assertiva, é exigida para os cargos de Presidente da República, Vice-Presidente da República e Senador).

RESPOSTA: "A".

1482. (TJ/RJ - JUIZ - VUNESP/2011) Dentre as condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, encontra-se o requisito da idade para concorrer aos cargos públicos eletivos. Nesse sentido, a idade mínima para a elegibilidade aos cargos de Presidente da República, Governador e Deputado Estadual é, respectivamente, de:

A) Trinta anos; vinte e um anos e dezoito anos.

B) Trinta anos; trinta anos e vinte e um anos.

C) Trinta e cinco anos; trinta anos e vinte e um anos.

D) Trinta e cinco anos; trinta e cinco anos e vinte e um anos.

A idade mínima para a elegibilidade ao cargo de Presidente da República é de trinta e cinco anos (art. 14, §3º, VI, "a", CF); para o cargo de Governador Estadual é de trinta anos (art. 14, §3º, VI, "b", CF); e, para o cargo de Deputado Estadual é de vinte e um anos (art. 14, §3º, VI, "c" CF). Assim, correta é a alternativa "C".

RESPOSTA: "C".

1483. (OAB - EXAME DA ORDEM UNIFICADO 1 - FGV/2011) Os direitos políticos não podem ser cassados. Podem, no entanto, sofrer perda ou suspensão à luz das normas constitucionais pelo seguinte fundamento:

A) Condenação cível sem trânsito em julgado.

B) Incapacidade civil relativa, declarada judicialmente.

C) Cancelamento de naturalização por decisão administrativa.

D) Improbidade administrativa.

O art. 15 da Lei Fundamental dispõe que é vedada a cassação de direitos políticos. Entretanto, se admite sua perda ou suspensão nos seguintes casos: cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado (inciso I); incapacidade civil absoluta (inciso II); condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos (inciso III); recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (inciso IV); e improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º (inciso V).

Isto posto, a única alternativa que contempla uma das hipóteses aqui mencionadas é a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1484. (TRE/PR - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Considere as seguintes afirmações sobre as normas constitucionais relativas à criação e ao funcionamento de partidos políticos:

I. Os partidos políticos deverão observar preceitos estabelecidos na Constituição, dentre os quais, os de possuírem caráter nacional e prestarem contas à Justiça Eleitoral.

II. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

III. Embora assegure aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, a Constituição prevê que seus estatutos devem estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.**
- B) II, apenas.**
- C) III, apenas.**
- D) I e II, apenas.**
- E) I, II e III.**

O item "I" está correto. Conforme o art. 17, da Lei Fundamental, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: *caráter nacional* (inciso I), proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes (inciso II), *prestação de contas à Justiça Eleitoral* (inciso III), e funcionamento parlamentar de acordo com a lei (inciso IV).

O item "II" está certo. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei (art. 17, §3º, CF).

O item "III" está certo, pois o §1º, do art. 17, CF, dispõe que é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e finalidade partidária.

Desta maneira, por estarem corretos os três itens, a alternativa a ser assinalada é a "E".

RESPOSTA: "E".

1485. (TRE/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Determinado partido político deseja se utilizar de organização paramilitar no combate ao nepotismo e à corrupção, cuja utilização, segundo a Constituição Federal, é:

- A) Lícita, mediante prévia consulta popular através de plebiscito.**
- B) Lícita, mediante prévio registro no Superior Tribunal Eleitoral.**

C) Lícita, mediante prévia autorização do Senado Federal.

D) Vedada.

E) Lícita, mediante prévia autorização das Forças Armadas.

É vedada a utilização, pelos partidos políticos, de organização paramilitar. Eis o teor do quarto parágrafo, do art. 17, da Constituição, que torna correta a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1486. (TRE/SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PONTUA/2011) Analise os itens abaixo:

I. Os partidos políticos poderão receber recursos financeiros de entidades estrangeiras, desde que prestem contas regularmente à Justiça Eleitoral brasileira.

II. A criação ou fusão de partidos políticos depende de prévia autorização do Congresso Nacional.

III. Compete privativamente à Justiça Eleitoral prescrever normas de disciplina e fidelidade partidárias.

Está(ão) correto(s):

- A) Apenas os itens II e III.**
- B) Apenas os itens I e III.**
- C) Apenas o item I.**
- D) Nenhum dos itens.**

O item "I" está errado. Proíbe-se o recebimento, pelos partidos políticos, de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes (art. 17, II, CF).

O item "II" também está errado, tendo em vista que, conforme o *caput*, primeira parte, do art. 17, da CF, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

O item "III", por fim, é equivocado. Aos partidos políticos compete prever, em seus estatutos, normas de disciplina e fidelidade partidária.

Por estarem equivocadas todas as alternativas, há se assinalar a letra "D".

RESPOSTA: "D".

1487. (TJ/SP - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - VUNESP/2011) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos:

- A) No Registro Público competente.**
- B) Na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.**
- C) No Tribunal Superior Eleitoral.**
- D) No Registro Civil das Pessoas Jurídicas.**

Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (art. 17, §2º, da Constituição).

RESPOSTA: "C".

1488. (ANS - ATIVIDADE TÉC. DE SUPORTE - FUNCAB/2013) Das alternativas abaixo, qual faz uma afirmação correta sobre os direitos políticos?

A) A capacidade eleitoral ativa consiste na possibilidade do cidadão pleitear determinados mandatos políticos, mediante eleição popular, desde que preenchidos certos requisitos.

B) A aquisição dos direitos políticos é feita mediante alistamento, que é condição de elegibilidade. Assim, a qualificação de uma pessoa, perante o órgão da justiça eleitoral, inscrevendo-se como eleitora, garante-lhe o direito de votar.

C) O Presidente da República pode autorizar referendo e convocar plebiscitos.

D) O referendo consiste em uma consulta prévia, que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser, posteriormente, discutida pelo Congresso Nacional.

E) Os analfabetos são inalistáveis e não possuem a capacidade eleitoral passiva.

A alternativa "B" está certa. O alistamento representa o direito de ser eleitor, o que garante o direito de votar. Além disso, o alistamento é condição obrigatória para adquirir a elegibilidade, ou seja, o direito de ser eleito.

A alternativa "A" está incorreta. A capacidade eleitoral ativa representa o direito de se alistar como eleitor, de votar, seja nas eleições, seja nos plebiscitos ou referendos.

A alternativa "C" está equivocada. A competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, XV, CF).

A alternativa "D" está errada, pois o conceito trazido pelo enunciado se refere a plebiscito, e não referendo. No referendo, a consulta é realizada posteriormente ao ato legislativo/administrativo, caracterizando uma ratificação ou rejeição do projeto.

A alternativa "E" não está certa. De acordo com o art. 14, §1º, II, "a", da Constituição, os analfabetos possuem alistamento eleitoral e voto facultativos, ou seja, poderão adquirir o direito de votar, sendo, portanto, *alistáveis*. No que se refere à capacidade eleitoral passiva, de fato o analfabeto não poderá ser elegível, com fundamento no art. 14, §4º, CF.

RESPOSTA: "B".

1489. (MPT - PROCURADOR - MPT/2013) A Constituição da República veda a cassação de direitos políticos, porém permite sua perda ou suspensão em algumas hipóteses, dentre elas:

I. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

II. Incapacidade civil absoluta.

III. Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

IV. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII, da Constituição.

V. Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º, da Constituição.

Estão corretas:

A) Apenas as assertivas II, III e V.

B) Apenas as assertivas I, III e IV.

C) Apenas as assertivas II e V.

D) Todas as assertivas.

E) Não respondida.

Nos termos do art. 15, da Constituição da República, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado (inciso I); incapacidade civil absoluta (inciso II); condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos (inciso III); recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (inciso IV); e improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º (inciso V).

Diante disso, todos os itens trazidos pela questão estão amparados pelo artigo acima transcrito, devendo, portanto, ser assinalada a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1490. (TJ/SP - ADVOGADO - VUNESP/2013) Considere as seguintes pessoas, suas respectivas condições e pretensões políticas:

I. João da Silva, brasileiro nato, 20 anos de idade, quer candidatar-se ao cargo de Vereador.

II. Maria Patriota, brasileira naturalizada, 29 anos de idade, pretende candidatar-se ao cargo de Deputado Federal.

III. Pedro da Mata, 17 anos de idade, brasileiro naturalizado, residente e domiciliado no Brasil, conscrito, quer alistar-se como eleitor.

Com base nessas informações, considerando que nenhum outro impedimento existe para os casos descritos, e considerando, ainda, o disposto na Constituição Federal sobre direitos políticos, é correto afirmar que:

A) João da Silva poderá candidatar-se ao cargo de Vereador, enquanto Maria Patriota não, por ser naturalizada, e Pedro da Mata apresenta dois impedimentos constitucionais à sua pretensão: o fato de ser naturalizado e de ser conscrito.

B) Todos eles estão aptos a suas pretensões políticas, visto que nenhum deles apresenta qualquer impedimento constitucional.

C) João da Silva está apto a candidatar-se ao cargo pretendido, mas Maria Patriota não possui a idade mínima exigida para o cargo, e Pedro da Mata está impedido de alistar-se como eleitor por ser conscrito.

D) João da Silva não pode se candidatar a Vereador, em razão de não possuir a idade mínima como condição de elegibilidade, e o mesmo ocorre com Maria Patriota, que também não possui a idade mínima para candidatar-se a Deputada Federal, enquanto nada impede que Pedro da Mata possa alistar-se como eleitor.

E) João da Silva e Maria Patriota poderão regularmente candidatar-se aos respectivos cargos políticos, mas Pedro da Mata não poderá alistar-se como eleitor por ser conscrito.

A questão exige o conhecimento sobre os requisitos necessários para ocupar os cargos de Vereador e de Deputado Federal, bem como os requisitos para o alistamento eleitoral.

Extraí-se da Lei Fundamental, no art. 14, §3º, I, que são condições de elegibilidade a nacionalidade brasileira, ou seja, tanto o brasileiro nato como o naturalizado poderão ser eleitos no Brasil (exceção feita para cargos privativos de brasileiros natos). Além disso, com relação especificamente ao cargo de Vereador, é necessário que o candidato tenha no mínimo dezoito anos, e para o cargo de Deputado Federal, é imprescindível que se tenha vinte e um anos.

De acordo com o enunciado da questão João pretende se candidatar ao cargo de vereador, sendo brasileiro nato, e com 20 anos de idade. Nestas condições, poderá ser eleito como Vereador, conforme pretendido.

Maria, por sua vez, é brasileira naturalizada, com 29 anos, e pretende se candidatar ao cargo de Deputada federal. Conforme já exposto acima, Maria também preenche todos os requisitos para ocupar o cargo pretendido.

Já com relação ao alistamento eleitoral a Constituição é categórica em determinar que os estrangeiros e os conscritos (durante o período de serviço militar obrigatório), não poderão se alistar (art. 14, §2º, CF).

Conforme se extrai da questão, Pedro, com 17 anos de idade, brasileiro naturalizado, conscrito, pretendia se alistar como eleitor. Diante desse panorama, Pedro não pode se alistar, tendo em vista que é conscrito.

Por todo o exposto, a alternativa a ser assinalada é a letra "E", pois João e Maria reúnem as condições para candidatarem-se para os cargos pretendidos, mas Pedro não preenche os requisitos para se alistar como eleitor por ser conscrito.

RESPOSTA: "E".

1491. (MP/SC - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/SC/2013) Julgue o seguinte item: "De acordo com a Magna Carta, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição".

São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição (art. 14, §7º, CF).

Com este fundamento a afirmação deve ser considerada errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1492. (AL/PB - ANALISTA LEGISLATIVO - FCC/2013) Considere a seguinte situação hipotética: Márcia é Governadora do Estado da Paraíba e Diana é Prefeita da cidade de Teixeira. Ambas pretendem concorrer ao cargo de Presidente da República. Neste caso:

A) Há impedimento legal para concorrerem ao cargo específico de Presidente da República, sendo vedada a renúncia de seus respectivos cargos pela carta magna.

B) Ambas devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

C) Diana deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito e Márcia até um ano antes do pleito.

D) Ambas devem renunciar aos respectivos mandatos até doze meses antes do pleito.

E) Diana deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito e Márcia até três meses antes do pleito.

O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, e os Prefeitos, para concorrerem a outros cargos, deverão renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito (art. 14, §6º, CF).

Diante disso, Márcia e Diana, ocupantes de cargos eletivos do Poder Executivo, respectivamente Governadora e Prefeita, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito do cargo de Presidente da República.

Nestes termos, deve ser assinalada a alternativa "B" como correta.

RESPOSTA: "B".

1493. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) No que se refere aos direitos políticos, assinale a opção correta:

A) A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser proposta na justiça eleitoral no prazo de quinze dias da diplomação, independentemente de provas iniciais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude cometida.

B) A atual CF permite candidaturas avulsas para a presidência da República, facultando aos candidatos dirigirem-se diretamente aos eleitores sem a necessidade de filiação partidária.

C) Uma das condições para concorrer em pleitos eleitorais é o prévio alistamento eleitoral.

D) O plebiscito e o referendo são formas de exercício indireto da soberania popular. A participação popular, em ambos os casos, faz-se posteriormente à promulgação da lei.

E) É condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador de estado.

A alternativa "C" está certa. O alistamento eleitoral é uma das condições de elegibilidade, de acordo com o art. 14, §3º, III, do Texto Constitucional.

A alternativa "A" está incorreta. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, *instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude* (art. 14, §10, CF).

A alternativa "B" está equivocada. A filiação partidária é uma das condições de elegibilidade, nos termos do art. 14, §3º, V, da Constituição, sendo vedadas, portanto, as candidaturas avulsas.

A alternativa "D" está errada. O plebiscito e o referendo são meios de participação popular, expressamente previstos no art. 14, incisos I e II, da Constituição, que caracterizam formas de exercício da soberania popular. Isto porque, a vontade da população é expressada diretamente pelos cidadãos, por meio de consulta, seja anterior (plebiscito) ou posterior (referendo) ao ato legislativo.

A alternativa "E" não está certa. Para concorrer ao cargo de Governador de Estado é necessário que se tenha no mínimo trinta anos de idade (art. 14, §3º, VI, "a", CF).

RESPOSTA: "C".

1494. (TRE/MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013)

Ricardo, pai adotivo de Sérgio, irmão de Tiago e casado com Sara, governador de Estado e reeleito para um segundo mandato, visando a candidatar-se para o mandato de Senador pelo mesmo estado, renunciou ao mandato de Governador sete meses antes das eleições legislativas, razão por que Alberto, Vice-governador, assumiu o cargo de Governador. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta e com base no que dispõe a CF:

A) Sérgio, por não ser filho biológico de Ricardo, pode candidatar-se para suceder seu pai no cargo de Governador de Estado.

B) Se eleito para o mandato de Senador, Ricardo não poderá, nas eleições seguintes, candidatar-se novamente ao cargo de Governador de Estado, porque já o exerceu por dois mandatos consecutivos.

C) Ricardo ao renunciar ao mandato de Governador para desincompatibilizar-se, afastou a inelegibilidade relativa por motivos funcionais.

D) Alberto não poderá candidatar-se à reeleição para o cargo de Governador de Estado.

E) Sara, por ser mulher de Ricardo, é absolutamente inelegível para todo e qualquer cargo político.

Inicialmente deve ser registrado que o art. 14, §6º, da Constituição aduz que para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos *até seis meses antes do pleito*.

Além disso, registre-se que são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição (art. 14, §7º, CF).

De acordo com o enunciado, Ricardo é Governador de Estado e pretende se candidatar ao cargo de Senador, por isto renunciou ao mandato de governador *sete meses antes das eleições*.

Diante disso, deve ser assinalada a alternativa "C", que está amparada pelas normas descritas acima, já que, tendo em vista que Ricardo renunciou sete meses antes do pleito, afastou a inelegibilidade para o cargo de Senador.

RESPOSTA: "C".

1495. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013)

Considere que Paulo, Prefeito Municipal, tenha sido reeleito para um segundo mandato em 2012. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta:

A) Infere-se da situação, em face da exigência constitucional de desincompatibilização, que, para candidatar-se à reeleição em 2012, Paulo deve ter renunciado ao seu primeiro mandato pelo período de até seis meses antes das eleições.

B) Paulo poderá candidatar-se a vereador do mesmo município, em 2016, desde que se desincompatibilize do cargo, renunciando ao segundo mandato de prefeito até seis meses antes do pleito.

C) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), Paulo estará impedido, de maneira absoluta, de exercer um terceiro mandato em seu município, seja ele sucessivo ou não.

D) Nas próximas eleições, em 2016, Paulo poderá candidatar-se a vice-prefeito do mesmo município.

E) Caso renuncie ao mandato para o qual foi reeleito, Paulo poderá candidatar-se à prefeitura do mesmo município nas próximas eleições, em 2016.

A alternativa "B" está certa. Para concorrer a outro cargo o prefeito deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito (art. 14, §6º, CF).

A alternativa "A" está errada, pois o Prefeito Municipal somente deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito quando desejar concorrer a *outro cargo* (art. 14, §6º, CF).

A alternativa "C" está incorreta. Nos termos do art. 14, §5º, da Constituição, o Prefeito e quem o houver sucedido, ou substituído no curso do mandato, poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Entretanto, não há qualquer vedação de eleição para períodos não subsequentes. Assim, é permitido o exercício de um terceiro mandato do cargo de prefeito, desde que não sejam todos subsequentes, já que a Constituição autoriza apenas uma reeleição subsequente. Sobre o assunto, é importante registrar ainda que o STF não admite a figura do "prefeito itinerante", proibindo, assim, o exercício do terceiro mandato consecutivo de prefeito, mesmo que seja em municípios distintos (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. AC 2821 MC-AgR, Rel.: Min. Luiz Fux, DJ 12.12.2013).

A alternativa "D" está errada, pois a permissão para concorrer ao cargo de Vice-Prefeito poderá ensejar o exercício de três mandatos subsequentes de Prefeito (já que o Vice-Prefeito pode vir a assumir o cargo de Prefeito), o que é expressamente proibido pela Lei Fundamental (art. 14, §5º, CF).

A alternativa "E" não está certa. É vedada a reeleição para três mandatos de Prefeito de modo consecutivo (art. 14, §5º, CF), não havendo previsão constitucional que autorize a reeleição se ocorrer a renúncia ao final do segundo mandato.

RESPOSTA: "B".

1496. (TRT/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) De acordo com a Constituição Federal, um brasileiro naturalizado, analfabeto, com 21 anos de idade e residente no Brasil:

- A) Não é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, sendo, ainda, inelegível.
- B) É obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, embora não possa candidatar-se a deputado federal.
- C) É obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, embora seja inelegível.
- D) Não é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, podendo, no entanto, candidatar-se a deputado estadual.
- E) É obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, podendo candidatar-se a vereador.

Dispõe a Lei Fundamental, em seu art. 14, §1º, que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos (inciso I); e *facultativo para* (inciso II) os *analfabetos* (alínea "a"), os maiores de setenta anos (alínea "b") e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos (alínea "c").

Além disso, de acordo com o art. 14, §4º, da Constituição Federal, são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Diante desse panorama a alternativa "A" deve ser assinalada, pois o alistamento do analfabeto é facultativo, sendo este inelegível, contudo.

RESPOSTA: "A".

1497. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO X - FGV/2013) Apesar da existência de vários partidos políticos por força de questões regionais, conjunturais e do vínculo da fidelidade partidária, é comum a cada ano o surgimento de novas agremiações no cenário nacional. Quanto ao funcionamento dos partidos políticos, à luz das normas constitucionais, assinale a afirmativa correta:

- A) Podem receber recursos financeiros de governo estrangeiro.
- B) Devem prestar as contas partidárias perante Conselho Especial.
- C) Podem ter caráter regional, representando pelo menos duas regiões.
- D) Têm acesso gratuito ao rádio e à televisão nos limites legais.

A alternativa "A" está incorreta. É proibido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro ou de subordinação a estes pelos partidos políticos, de acordo com o art. 17, II, CF.

A alternativa "B" está equivocada, pois os partidos políticos devem prestar contas à Justiça Eleitoral (art. 17, III, CF).

A alternativa "C" está errada. Os partidos políticos devem ser caráter nacional, representando todo o Estado brasileiro (art. 17, I, CF).

A alternativa "D" está correta. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei (art. 17, §3º, CF).

RESPOSTA: "D".

1498. (MP/SC - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/SC/2013) Julgue o seguinte item: "Pela disciplina constitucional do Brasil, os partidos políticos somente podem receber recursos financeiros de entidades estrangeiras se, regularmente constituídos e sem pendências com a Justiça Eleitoral, obtiverem aprovação do correlato plano de investimentos junto ao Tribunal Superior Eleitoral".

A questão deve ser assinalada como errada, pois é expressamente vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, sem qualquer exceção, com fundamento no art. 17, II, da Constituição.

RESPOSTA: "ERRADA".

1499. (PGE/BA - ANALISTA DE PROCURADORIA - FCC/2013) Ao enunciar a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, a Constituição Federal determina expressamente que o exercício desse direito deve resguardar determinados bens ou valores constitucionais. Encontra-se, entre eles:

- A) O pluripartidarismo, a soberania nacional e a separação dos poderes.
- B) A forma federativa de Estado, os direitos fundamentais da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- C) O pluralismo político, a forma federativa de Estado e a redução das desigualdades regionais e sociais.
- D) A soberania nacional, os direitos fundamentais da pessoa humana e a forma federativa de Estado.
- E) O pluripartidarismo, a soberania nacional e o regime democrático.

Extrai-se do art. 17, *caput*, da Lei Fundamental, que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a *soberania nacional*, o *regime democrático*, o *pluripartidarismo*, e os direitos fundamentais da pessoa humana, observados os preceitos estabelecidos nos quatro incisos do referido artigo.

Diante disso, apenas a alternativa "E" se mostra acertada, pois está devidamente amparada pela norma acima transcrita.

RESPOSTA: "E".

1500. (PGE/AM - PROCURADOR - FCC/2010) Considerando a disciplina constitucional da matéria, é correto dizer que os partidos políticos:

A) Não se sujeitam à prestação de contas à Justiça Eleitoral, em razão de sua autonomia financeira.

B) Podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

C) Adquirem personalidade jurídica independentemente de registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

D) Devem ter sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

E) Podem assumir caráter regional.

A alternativa "C" está correta. De fato a constituição dos partidos políticos se dá com o registro no Serviço de Registro Civil de Pessoas jurídicas, nos termos da lei civil, momento em que adquire personalidade jurídica. O registro dos estatutos dos partidos políticos perante o TSE, embora seja um requisito imprescindível, não representa o momento da aquisição da personalidade jurídica, mas sim uma formalidade que deverá ser observada obrigatoriamente.

A alternativa "A" está errada. Os partidos políticos devem prestar contas à Justiça Eleitoral, conforme determina o art. 17, III, da Constituição.

A alternativa "B" está incorreta. Os partidos políticos são proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, nos termos 17, II, da Lei Fundamental.

A alternativa "D" não está certa. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento (art. 17, §1º, primeira parte, CF).

A alternativa "E" está equivocada. De acordo com o art. 17, I, da Constituição, os partidos políticos devem assumir caráter nacional.

RESPOSTA: "C".

1501. (SEFAZ/RJ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - FCC/2014) Considere as proposições abaixo, relacionadas ao tema das competências no Federalismo brasileiro:

I. A União tem competência legislativa privativa em matéria de nacionalidade, cidadania e naturalização, mas os Estados poderão legislar sobre questões específicas relacionadas a estes temas mediante autorização por lei complementar.

II. A competência da União para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico não pode ser delegada aos Estados, ao Distrito Federal e tampouco aos Municípios.

III. A competência legislativa da União em matéria de educação, cultura, ensino e desporto está limitada ao estabelecimento de normas gerais.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e III.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e III, apenas.

E) II e III, apenas.

O item "I" está certo. É competência privativa da União legislar sobre nacionalidade, cidadania e naturalização (art. 22, XIII, CF). Contudo, os estados-membros poderão ser autorizados, por lei complementar, a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas a estes temas (art. 22, parágrafo único, CF).

O item "II" está correto, nos termos do art. 21, VI, da Constituição da República, que prevê a competência exclusiva da União para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

O item "III" está certo. O art. 24, IX, estabelece que é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto, sendo que a competência da União se limita a estabelecer normas gerais sobre o assunto (art. 21, §1º, CF).

Diante do explanado, deve ser assinalada a alternativa "A", já que todos os itens estão corretos.

RESPOSTA: "A".

1502. (FUNASA - TODOS OS CARGOS - CESPE/2013) Julgue o item que se segue, a respeito da organização político-administrativa e da administração pública: "Nos termos da CF, os territórios federais não são considerados entes federativos, isto é, não gozam de autonomia política, mas integram a União e possuem natureza de mera autarquia".

Sobre o assunto a Constituição Federal é categórica em estabelecer que os Territórios federais integram a União (art. 18, §2º, CF). Além disso, o *caput* do art. 18, CF, relaciona os entes políticos da República Federativa do Brasil que são classificados como autônomos, dentre os quais não estão elencados os Territórios federais, pois não são dotados de autonomia.

Neste sentido, é pacífico o entendimento de que os territórios federais são, na verdade, forma de descentralização da União, sendo classificados de autarquias.

Assim, a questão deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1503. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO XII - FGV/2013) A Constituição da República de 1988 adotou elementos de federalismo cooperativo e de federalismo dual na repartição de competências entre os entes federados, distribuindo competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Assim sendo, a respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição, assinale a afirmativa correta:

A) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, competindo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes.

B) É vedado aos Estados criar códigos tributários próprios, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e tributário.

C) É vedado à União decretar intervenção federal em Município localizado em território federal quando este não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.

D) Em relação às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados, havendo norma federal e estadual divergentes, deve prevalecer a norma federal, que serve de fundamento de validade à norma estadual.

A alternativa "A" está correta, pois encontra amparo no art. 23, VI, da Constituição Federal, que prevê a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Ademais, o parágrafo único do art. 23, prevê que leis complementares fixarão normas para a cooperação entre os entes federativos, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

A alternativa "B" está errada. O art. 24, I, CF, aduz que a competência para legislar sobre direito tributário e financeiro é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

A alternativa "C" está incorreta. É *permitida* a intervenção da União em municípios localizados em Território Federal quando não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 35, III, CF).

A alternativa "D" está equivocada. O art. 24, §4º, da Lei Fundamental dispõe que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. Além disso, extrai-se que em caso de inexistência de lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (art. 24, §3º, CF). Nestes termos, resta evidente que a norma federal *não serve de fundamento de validade* à norma estadual, pois esta pode existir sem que aquela seja editada. Ademais, não há se falar em qualquer hierarquia entre leis federais, estaduais e municipais, pois todas retiram seu fundamento de validade diretamente da Constituição Federal.

RESPOSTA: "A".

1504. (TRT/15ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Lei federal que autorizasse os Estados a legislar sobre aspectos específicos de procedimentos em matéria processual seria:

A) Incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, podendo os Estados até mesmo exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de inexistência de lei federal sobre normas gerais na matéria.

B) Compatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, a quem compete delegá-la, nesses moldes, aos Estados.

C) Compatível com a Constituição da República, desde que a autorização se dê por lei complementar, espécie normativa exigida para esse fim em relação às matérias de competência legislativa privativa da União.

D) Incompatível com a Constituição da República, por se tratar de competência legislativa privativa da União, que não admite delegação aos Estados.

E) Incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria inserida na competência legislativa residual dos Estados, não se confundindo com matéria processual, esta sim de competência legislativa privativa da União.

A alternativa "A" está correta. A competência de legislar sobre procedimentos em matéria processual é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 24, XI, CF). Sobre este tema, cabe à União estabelecer apenas normas gerais em relação a este assunto (art. 24, §1º, CF). Inexistindo normas gerais editadas pela União, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (art. 24, §3º, CF).

As alternativas "B", "C", "D" e "E" estão erradas, pois não se trata de competência legislativa privativa da União, nem de competência legislativa residual dos estados, mas sim de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XI, CF).

RESPOSTA: "A".

1505. (TRT/11ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Ferdinando, dono de embarcação, tem por hábito navegar em lagos, estando submetido à legislação do regime de navegação lacustre que é de competência:

A) Privativa dos Estados.

B) Privativa da União.

C) Concorrente dos Municípios e dos Estados, apenas.

D) Privativa dos Municípios.

E) Concorrente dos Municípios, dos Estados e da União.

Compete *privativamente* à União legislar sobre regime dos portos, *navegação lacustre*, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial (art. 22, X, CF).

Neste sentido, correta é a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1506. (PG/DF - ANALISTA JURÍDICO - IADES/2011)
Quanto à competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a doutrina diferencia três espécies de atuação normativa: a plena, a complementar e a supletiva. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

A) Nas matérias de competência legislativa concorrente, a União, ao legislar, pode apresentar comandos gerais válidos para todos e comandos específicos válidos apenas para os órgãos públicos federais e estaduais.

B) A Constituição brasileira aceita, em algumas matérias, que os Estados legislem concorrentemente à União, e que a lei estadual assuma a função complementar ou, em casos mais restritos, a função supletiva para todo o território nacional.

C) A Constituição brasileira aceita que os Municípios complementem a legislação federal e a estadual, desde que a lei municipal assuma a função legislativa suplementar.

D) As matérias elencadas como de competência legislativa privativa da União, diante da inatividade desse ente federativo, podem ser reguladas livremente por leis estaduais para as suas respectivas circunscrições.

E) A revogação de lei federal superveniente que tenha suspenso a eficácia de lei estadual, em matéria de competência legislativa concorrente, não implica em nenhuma hipótese a retomada da eficácia da lei estadual.

Consoante o parágrafo primeiro, do art. 24, da Constituição, no âmbito da legislação concorrente a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais. Isso não retira, contudo, a competência suplementar dos Estados (art. 24, §2º, CF).

Ademais, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades (art. 24, §3º, CF). A superveniência de lei federal sobre normas gerais, no entanto, suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário (art. 24, §4º, CF).

Por fim, a Constituição assegura aos Municípios, no seu art. 30, a competência para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Então, a regra é a seguinte: a União tem a competência plena, os Estados têm a competência complementar da União, e os Municípios têm a competência suplementar da União e dos Estados.

Isto posto, a alternativa que guarda perfilhamento com o que acabou de ser explicado é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1507. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
O Governador do Estado do Pará teve a ideia de subdividir esse Estado em mais dois Estados, cuja subdivisão só poderá ocorrer mediante aprovação:

A) Do Presidente da República, ouvidos os Ministros da Justiça, da Casa Civil e do Planejamento.

B) Da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

C) Da maioria absoluta dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, após referendo popular.

D) Em dois turnos de votações na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com aprovação de no mínimo dois terços dos Deputados Estaduais em ambos os turnos de votação.

E) Das Câmaras Municipais por maioria absoluta, cujos Municípios sejam afetados pela subdivisão do Estado.

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar (art. 18, §3º, CF). A alternativa que reproduz o contido no comando constitucional é a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1508. (TJ/PE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Ataulfo e Valmir, Prefeitos de dois Municípios vizinhos, visando ao desenvolvimento econômico da região, tiveram a ideia de fundi-los num único Município. Porém, segundo a Constituição Federal, para que tal fusão ocorra é necessário, dentre outros requisitos:

A) Parecer prévio da Assembleia Legislativa do Estado e aprovação do Governador do Estado.

B) Parecer prévio de ambas as Procuradorias dos Municípios envolvidos e aprovações das Câmaras Municipais.

C) Consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.

D) Opinião prévia dos sindicatos sediados em ambos os Municípios envolvidos com o fim de resguardar os interesses dos trabalhadores.

E) Reunião no prazo de sessenta dias, com as entidades religiosas e públicas de ambos os Municípios para definir o nome do único Município, após a fusão ter sido aprovada pelas Câmaras Municipais.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (art. 18, §4º, CF). A alternativa que reproduz o contido no comando constitucional é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1509. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil:

A) O Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.

B) Os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.

C) A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.

D) Os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.

E) O Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

A alternativa "A" está equivocada, apesar de ser correta a afirmação de que o Distrito Federal não pode ser dividido em Municípios, em observância ao art. 32, *caput*, da Lei Fundamental. Primeiro, porque não é o Distrito Federal a capital do país, mas sim Brasília, conforme prevê o art. 18, §1º, CF. Ou seja, o Distrito Federal é mais que Brasília. Segundo, porque o Distrito Federal, como ente federativo, possui, sim, autonomia, bastando para tal conclusão observar o art. 18, *caput*, CF, segundo o qual a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.

A alternativa "B" está errada, pois, em verdade, os Territórios federais (no momento não há nenhum Território federal no Brasil) integram a União, e não os Estados-membros, como diz a assertiva. Eis o conteúdo do art. 18, §2º, da Constituição Federal.

A alternativa "C" está incorreta, pois os Territórios não integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. O art. 18, *caput*, da Constituição da República não mencionou os Territórios como ente federativo.

A alternativa "D" está errada, tendo em vista que, conforme o art. 18, §3º, da Constituição, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais.

A alternativa correta, portanto, é a letra "E", tendo em vista que, com embasamento no art. 32, *caput* e seu parágrafo primeiro, ambos da Constituição Federal, o Distrito Federal rege-se por Lei Orgânica (votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa), e suas competências legislativas são aquelas reservadas aos Estados e Municípios.

RESPOSTA: "E".

1510. (TCE/SP - PROCURADOR - FCC/2011) Nos termos da Constituição da República, incluem-se entre os bens dos Estados-membros da federação:

A) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

B) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

C) Os potenciais de energia hidráulica que se encontrem em seu domínio territorial.

D) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, encontrados em áreas dentro de seu território.

E) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos dentro de seu domínio territorial.

A alternativa "A" está correta. As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União, são bens dos Estados, por força do art. 26, I, da Constituição Federal.

A alternativa "B" está errada, pois, por força do art. 20, V, CF, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva pertencem à União.

A alternativa "C" está errada, pois, por força do art. 20, VIII, CF, os potenciais de energia hidráulica pertencem à União.

A alternativa "D" está errada, pois, por força do art. 20, IX, CF, os recursos minerais (inclusive os do subsolo) pertencem à União.

A alternativa "E", por fim, está errada, pois, por força do art. 20, X, CF, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos pertencem à União.

RESPOSTA: "A".

1511. (CNPQ - ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CESPE/2011) Considerando os preceitos contidos na Constituição Federal, julgue o seguinte item: "Consideram-se terras da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações, das construções militares e das vias federais de comunicação, bem como indispensáveis à preservação ambiental, e as áreas de fronteiras".

De fato, por força do art. 20, II, CF, são terras da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações, das construções militares, das vias federais de comunicação, bem como as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.

Agora, quanto às áreas de fronteiras, consoante o parágrafo segundo, do art. 20, CF, a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, é considerada fundamental para a defesa do território, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei. Por isso está errada a afirmação: as áreas de fronteiras serão reguladas por lei, não sendo enquadradas pura e simplesmente como bens da União.

RESPOSTA: "ERRADA".

1512. (TCE/SP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2011) Para composição da Câmara Municipal de um determinado Município do Estado de Sergipe, com 20 mil habitantes, será observado o limite máximo de:

- A) 09 Vereadores.
- B) 11 Vereadores.
- C) 13 Vereadores.
- D) 15 Vereadores.
- E) 17 Vereadores.

Para Municípios que possuam entre 15.000 e 30.000 habitantes, a Constituição Federal prevê o número de onze Vereadores, em seu art. 29, IV, "b". Por isso, correta é a alternativa "B".

Seriam nove Vereadores (conforme a alternativa "A") se o Município tivesse até 15.000 habitantes; seriam treze Vereadores (conforme a alternativa "C") se o Município tivesse mais de 30.000 até 50.000 habitantes; seriam quinze Vereadores (conforme a alternativa "D") se o Município tivesse mais de 50.000 até 80.000 habitantes; e, seriam dezessete Vereadores (conforme a alternativa "E") se o Município tivesse mais de 80.000 até 120.000 habitantes.

RESPOSTA: "B".

1513. (TRE/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2011) A fiscalização do Município será exercida:

- A) Pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- B) Pela Assembleia Legislativa do Estado mediante controle externo.
- C) Pelo Poder Judiciário do Estado, competindo ao juízo local exercer o controle interno.
- D) Pela Procuradoria Geral da República mediante controle externo.
- E) Pelo Tribunal de Contas da União mediante controle externo.

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei (art. 31, caput, CF). A alternativa que melhor reflete este comando constitucional é a letra "A".

RESPOSTA: "A".

1514. (TCM/BA - PROCURADOR ESPECIAL DE CONTAS - FCC/2011) Ao fixar limites máximos de despesa do Poder Legislativo municipal, a Constituição da República prevê que:

- A) A Câmara municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, sob pena de crime de responsabilidade de seu Presidente.
- B) Os percentuais estabelecidos referem-se ao somatório da receita municipal e das transferências relativas ao produto da arrecadação de impostos da União devidas aos Municípios.
- C) O total da despesa, para fim de apuração desses limites, deve incluir os subsídios dos Vereadores e os gastos com inativos.

D) Os percentuais estabelecidos referem-se a um somatório que deve incluir a transferência de setenta por cento da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores, quando o ouro for definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

E) O repasse ao Legislativo municipal não realizado até o dia quinze de cada mês ou, ainda que observado o prazo, o envio a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária, constitui crime de responsabilidade do Prefeito.

A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores (art. 29, §1º, CF). Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao parágrafo primeiro do art. 29 (art. 29, §3º, CF). Por esta razão, correta é a alternativa "A".

A alternativa "B" está errada, pois os percentuais estabelecidos no art. 29-A, CF são relativos ao somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no art. 153, §5º e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

A alternativa "C" está errada, pois o total das despesas, para fins de apuração dos limites, deve incluir os subsídios dos Vereadores, *mas excluir os gastos com inativos* (art. 29-A, caput, CF).

A alternativa "D" está errada, pois somente contempla a hipótese prevista no art. 153, §5º, nada falando, contudo, das hipóteses de repasses aos Municípios contidas nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal.

A alternativa "E" está errada, pois o Prefeito incorre em crime de responsabilidade se não enviar o repasse *até o dia vinte de cada mês* (e não até o dia quinze, como consta da assertiva) (art. 29-A, §2º, II, CF), ou se enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária (art. 29-A, §2º, III, CF).

RESPOSTA: "A".

1515. (TCE/AP - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) O Distrito Federal, conforme a Constituição Federal:

- A) Elege Deputados Distritais para a Assembleia Legislativa e possui uma Constituição Distrital.
- B) Elege dois Senadores e não pode dividir-se em Municípios.
- C) Rege-se por uma lei orgânica e elege Governador e Vice-Governador.
- D) Exerce competências legislativas reservadas à União, aos Estados e aos Municípios e elege Deputados Federais.
- E) Possui uma Constituição Distrital e não pode dividir-se em Municípios.

A alternativa "A" está errada, pois apesar de eleger Deputados Distritais (art. 32, §2º, CF), o Distrito Federal não possui uma Constituição Distrital, mas sim uma Lei Orgânica (art. 32, caput, CF).

A alternativa "B" está errada, pois o Distrito Federal elege três Senadores, tal como os demais Estados da federação (apesar de não ser o Distrito Federal, vale lembrar, um Estado da Federação).

A alternativa "D" está errada, pois o Distrito Federal exerce competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios, apenas (art. 32, §1º, CF), e não aquelas reservadas à União.

A alternativa "E" está errada, pois, como já dito, não possui o Distrito Federal uma "Constituição Distrital", mas sim uma Lei Orgânica (art. 32, *caput*, CF).

Sendo assim, correta é alternativa "C": o Distrito Federal rege-se por Lei Orgânica (art. 32, *caput*, CF), e elege Governador e Vice-Governador (art. 32, §2º, CF).

RESPOSTA: "C".

1516. (SEPLAG/DF - AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS - FUNIVERSA/2011) O Distrito Federal, previsto na Constituição Federal como ente político, possui algumas particularidades em relação aos demais Estados-membros e Municípios. Assinale a alternativa correta em relação às competências do Distrito Federal na Constituição Federal vigente:

A) Entre as competências do Distrito Federal, está a de criar juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

B) Mediante leis complementares da União, dos estados e do Distrito Federal, cuja iniciativa é facultada aos respectivos procuradores-gerais, estabelecer-se-ão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas relativamente a seus membros.

C) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e a do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

D) Os municípios e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

E) O Distrito Federal deverá criar ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa "C" está correta, por reproduzir o teor do previsto no parágrafo primeiro, do art. 134, da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 45/2004), a saber, a informação de que lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

RESPOSTA: "C".

1517. (PGE/AM - PROCURADOR - FCC/2010) De acordo com a Constituição Federal, os Territórios:

A) Gozam de autonomia política, uma vez que elegem seu próprio governador.

B) Integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, juntamente com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição.

C) Podem integrar a União ou os Estados, conforme dispuser a lei complementar que os criar.

D) Gozam de autonomia organizacional, uma vez que lhes cabe instituir sua própria lei orgânica.

E) Podem ser subdivididos em Municípios.

A alternativa "A" está errada. Os Territórios não elegem seu próprio Governador, o qual será nomeado na forma da Constituição Federal *desde que tenham mais de cem mil habitantes* (art. 33, §3º, da Lei Maior).

A alternativa "B" não está certa. Seguindo-se a cabeça do art. 18, da Constituição, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Os Territórios federais não são entes autônomos da federação.

A alternativa "C" está incorreta. Os Territórios federais integram a União, tão somente, consoante o parágrafo segundo, do art. 18, da Constituição da República.

A alternativa "D" está errada. Os Territórios não têm lei orgânica nem autonomia organizacional. É a conclusão que se pode extrair do art. 33, *caput*, CF, segundo o qual "a lei" (não se fala em momento algum em "lei orgânica") disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios.

A única alternativa correta, pois, é a "E", segundo a qual os Territórios podem ser divididos em Municípios. É o que dispõe o parágrafo primeiro, do art. 33, CF.

RESPOSTA: "E".

1518. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Os Estados-Membros da Federação Brasileira:

A) Possuem competência remanescente.

B) Regem-se por lei orgânica.

C) Podem emitir moeda no caso de guerra declarada.

D) Não podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

E) Possuem como bens as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras.

É correto dizer que a competência dos Estados é remanescente (por isso a alternativa "A" merece ser assinalada). A Constituição prevê as competências da União e dos Municípios, enquanto, para os Estados, apenas dispõe no art. 25, §1º que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

A alternativa "B" está incorreta. Apenas os Municípios e o Distrito Federal regem-se por Lei Orgânica. Os Estados podem editar suas próprias Constituições Estaduais, consoante o art. 25, *caput*, da Lei Fundamental.

A alternativa "C" está equivocada, pois a competência executiva para emissão de moeda é exclusiva da União (art. 21, VII, CF).

A alternativa "D" está incorreta. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (art. 25, §3º, da Constituição da República).

A alternativa "E" está errada, pois as terras devolutas indispensáveis às defesas das fronteiras são bens da União, consoante a primeira parte, do segundo inciso, do art. 20, da Constituição pátria.

RESPOSTA: "A".

1519. (TCE/AP - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Os Estados-Membros da Federação podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais. A afirmação apresentada, segundo a disciplina constitucional relacionada à organização político-administrativa, é:

A) Correta, exigindo-se para tanto a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

B) Incorreta, na medida em que fere o direito de secessão, o qual é um princípio da manutenção do vínculo federativo.

C) Parcialmente correta, já que os Estados-Membros da Federação não podem incorporar-se entre si, pois esta situação fere o equilíbrio da representação dos Estados no Senado Federal.

D) Correta, desde que as alterações na estrutura político-administrativa brasileira respeitem um intervalo quinquenal.

E) Parcialmente correta, pois os Estados-Membros da Federação não podem formar Territórios Federais, já que estes não são dotados de autonomia, e, por isso, não se compatibilizam com a estrutura administrativa dos Estados-Membros.

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios federais, *mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar*. Eis o teor do parágrafo terceiro, do art. 18, da Constituição Federal, que torna correta a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1520. (PGE/RO - PROCURADOR - PGE/RO/2011) Dentre os bens pertencentes ao Estado, incluem-se:

A) As cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos e pré-históricos.

B) As ilhas fluviais e lacustres em seu território.

C) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, da forma da lei, as decorrentes de obras da União.

D) Os potenciais de energia elétrica.

E) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva de seu território.

A alternativa "A" está errada. As cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União (art. 20, X, CF).

A alternativa "B" não está correta. A ilhas fluviais e lacustres pertencem à União (art. 20, IV, CF). Somente serão dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União (art. 26, III, CF).

A alternativa "D" está incorreta. Os potenciais de energia elétrica são bens da União (art. 20, VIII, CF).

A alternativa "E" está errada. Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva são bens da União (art. 20, V, CF).

A alternativa "C", por fim, é a correta. As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, da forma da lei, as decorrentes de obras da União, são bens dos Estados (art. 26, I, CF).

RESPOSTA: "C".

1521. (TRT/8ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Assinale a opção correta a respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, em especial do estabelecido pela CF quanto à repartição de competências constitucionais entre a União, os estados e os municípios:

A) As competências federativas, em se tratando de matérias relevantes para o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, serão compartilhadas entre todos os entes da Federação.

B) Os estados podem editar leis que regulem o transporte de trabalhadores, uma vez que a competência para legislar sobre trânsito e transporte é concorrente.

C) É competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

D) A competência da União para legislar acerca de matérias de interesse nacional é privativa, não podendo ser delegada a estados e municípios.

E) A União e os estados-membros possuem competências expressas estabelecidas no texto da CF e os municípios possuem apenas competência residual.

A alternativa "A" está correta. De acordo com o Texto Constitucional é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as matérias relevantes para o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, sendo que leis complementares fixarão normas para a cooperação entre os entes políticos (art. 23, parágrafo único, CF).

A alternativa "B" está errada. É competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, CF). Além disso, as normas relacionadas a direito do trabalho também são de competência privativa da União (art. 22, I, CF).

A alternativa "C" está incorreta. Compete exclusivamente à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho (art. 21, XXIV, CF).

A alternativa "D" está equivocada. As matérias de competência privativa da União, elencadas no art. 22, da Constituição Federal, podem ser tratadas pelos estados-membros, por meio de autorização em lei complementar, que editará norma sobre questões específicas (art. 22, parágrafo único, CF).

A alternativa "E" não está certa. A competência residual fica por conta dos *Estados* (e não dos Municípios), na CF, por força do art. 25, §1º: são reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.

RESPOSTA: "A".

1522. (TRT/8ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Acerca da organização político-administrativa brasileira, assinale a opção correta:

A) Os municípios, em simetria com os estados, possuem governos próprios autônomos e desempenham as funções dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

B) É comum a competência da União, dos estados e do DF para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, não se incluindo entre os detentores dessa competência os municípios, por falta de previsão constitucional.

C) A repartição de competências, prevista na CF, pode ser classificada em dois grupos: competência material ou não legislativa, e competência legislativa.

D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados e o DF, mas excetua os municípios e territórios federais devido ao fato de estes não possuírem Constituição própria.

E) No âmbito da competência legislativa concorrente, não poderão os estados-membros editar leis estaduais com normas específicas enquanto a União não editar normas gerais acerca da matéria.

A alternativa "C" está certa. A Constituição prevê competência não legislativa ou material exclusiva (art. 21, CF) ou comum (art. 23, CF), bem como a competência legislativa privativa (art. 22, CF) ou concorrente (art. 24, CF).

A alternativa "A" está incorreta. Não há nas competências de âmbito municipal o desempenho de função judiciária, mas apenas as funções executiva e legislativa.

A alternativa "B" está errada. A competência de estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos *Municípios* (art. 23, XII, CF).

A alternativa "D" está equivocada, com fundamento no art. 18, CF, que inclui a União, os Estados, o Distrito Federal e os *Municípios* na organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

A alternativa "E" está errada. A Constituição dispõe que inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados-membros exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (art. 24, §3º, CF).

RESPOSTA: "C".

1523. (TCE/RO - AGENTE ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Acerca da organização do Estado e da organização do poder estabelecida na CF, julgue o seguinte item: "Brasília está localizada no Distrito Federal, mas não se confunde com ele. A capital federal não possui autonomia. De acordo com a CF, a autonomia é uma característica do Distrito Federal, dos municípios, dos estados-membros e da União".

De acordo com o art. 18, §1º, da Constituição da República, Brasília é a Capital Federal. Sobre este assunto, deve ser destacado que Brasília é uma cidade que está localizada no Distrito Federal, que, por sua vez, não pode ser dividido em municípios (art. 32, CF). Registre, neste ponto, que é correto afirmar que todo município é uma cidade, mas o contrário não é verdadeiro, pois nem toda cidade é um município, como é o caso de Brasília.

De fato, a Capital Federal, Brasília, não possui autonomia, pois a Lei Fundamental taxativamente estabelece que apenas a União, os estados, o Distrito Federal (*que não se confunde com Brasília*) e os municípios possuem autonomia.

Diante disso, a alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1524. (MP/DFT - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/DFT/2013) É ilegítimo o exercício da competência federativa suplementar ou supletiva do Estado para:

A) Criar varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas.

B) Instituir embargo de divergência contra decisão de turma recursal da respectiva unidade da Federação.

C) Legislar sobre a revisão de proventos e pensões relativamente ao seu próprio pessoal.

D) Obrigar os médicos públicos e particulares, no âmbito do respectivo território, a notificarem a Secretaria de Saúde sobre ocorrência de certos tipos de patologias.

E) Autorizar o Poder Executivo a apreender e desemplacar veículos de transporte coletivo de passageiros encontrados em situação irregular.

A alternativa "B" deve ser assinalada, pois reflete uma situação incorreta. A competência para instituir embargos de divergência se refere a competência para legislar sobre direito processual, que está no âmbito da competência privativa da União (art. 22, I, CF). É importante destacar que esta competência não pode ser confundida com a competência concorrente para legislar sobre procedimento em matéria processual (art. 24, XI, CF).

A alternativa "A" está certa. De acordo com o entendimento firmado pelo STF a criação de varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas se insere na competência legislativa concorrente para versar sobre procedimentos em matéria processual (art. 24, XI, CF) (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 4414, Rel. Min. Luiz Fux, DJ. 14.06.2013).

A alternativa "C" está correta, sendo amparada pelo art. 24, XII, CF.

A alternativa "D" é verdadeira. Sobre o assunto o STF já firmou o entendimento de que a hipótese encontra respaldo no art. 24, XII, da Constituição da República que estabelece que a defesa da saúde é de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 2875, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ. 19.06.2008).

A alternativa "E" está correta, com fundamento na decisão do STF que julgou constitucional lei estadual que autoriza o Poder Executivo a apreender e desemplacar veículo de transporte coletivo de passageiros encontrados em situação irregular, porque a norma legal insere-se no poder de política do Estado (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 2751, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ. 24.02.2006).

RESPOSTA: "B".

1525. (MPT - PROCURADOR - MPT/2013) A respeito do princípio da autonomia federativa é incorreto afirmar que:

A) Os Estados e Municípios podem estabelecer, mediante lei própria, o regime jurídico de seus servidores.

B) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, a qual não exclui a competência suplementar dos Estados.

C) Os Estados podem estabelecer, por ato administrativo, a fusão de municípios.

D) Os municípios podem legislar sobre matéria tributária.

E) Não respondida.

A alternativa "C" está incorreta. De acordo com o art. 18, §4º, CF, a fusão de municípios será feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, devendo ser observados os demais requisitos estabelecidos no referido dispositivo constitucional.

A alternativa "A" está correta, com fundamento no art. 39, da Lei Fundamental.

A alternativa "B" está certa, pois reflete o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 24, CF.

A alternativa "D" está correta. O art. 24, I, do Texto Maior determina que é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre direito tributário. Além disso, o art. 30, I e II, CF, estabelece que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Por fim, a Constituição da República prevê, no art. 156, os impostos que poderão ser instituídos pelos Municípios. Assim, os Municípios podem, sim, legislar sobre matéria tributária.

RESPOSTA: "C".

1526. (PC/BA - ESCRIVÃO DE POLÍCIA - CESPE/2013) Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o próximo item: "Recusar fé aos documentos públicos inclui-se entre as vedações constitucionais de natureza federativa".

A Constituição Federal estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos (art. 19, II, CF). Significa dizer que os documentos públicos são presumidamente idôneos. Sobre este assunto é importante destacar que as vedações contidas no art. 19, da Lei Fundamental visam concretizar o pacto e os princípios federativos.

Diante disso, a alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1527. (MPU - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Julgue o item seguinte, a respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro: "Na CF, são enumeradas as competências legislativas da União, dos Estados e do DF, sendo reservadas aos Municípios as competências de caráter residual".

A competência residual fica por conta dos *Estados* (e não dos Municípios), na CF, por força do art. 25, §1º: são reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.

RESPOSTA: "ERRADA".

1528. (AL/PB - PROCURADOR - FCC/2013) Em relação à repartição constitucional em matéria de competência legislativa, é correto afirmar:

A) Os Municípios possuem competência privativa taxativamente prevista na Constituição Federal.

B) Os Estados poderão delegar sua competência privativa aos Municípios, desde que seja por lei complementar e se refira a ponto específico dentro de uma das matérias de sua competência privativa.

C) A União possui competência privativa taxativamente prevista pela Constituição Federal.

D) A União poderá delegar sua competência legislativa privativa aos Estados e Municípios, desde que seja por lei complementar e se refira a ponto específico dentro de uma das matérias de sua competência privativa.

E) Os Estados possuem competência privativa taxativamente prevista na Constituição Federal.

A alternativa "C" está correta, nos termos do art. 22, da Constituição da República, que prevê taxativamente as matérias de competência privativa da União.

A alternativa "A" está errada, pois nada obstante o art. 30, CF traga as competências dos Municípios, este rol pode ser ampliado pelas Constituições dos Estados bem como pelas próprias Leis Orgânicas, desde que, obviamente, se trate de assuntos de interesse local.

A alternativa "B" está incorreta. Além de não haver previsão constitucional para a hipótese trazida pela alternativa, há se lembrar que as situações de competência dos Estados, apesar de residuais (art. 25, §1º, CF), devem dizer respeito a assuntos de interesse regional, algo incompatível com as matérias locais sobre as quais os Municípios estão autorizados a legislar.

A alternativa "D" está equivocada. De acordo com o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União. Assim, a União não pode delegar sua competência legislativa privativa aos Municípios, por falta de previsão constitucional.

A alternativa "E" está errada, pois na Constituição Federal a competência dos Estados é residual (art. 25, §1º, CF).

RESPOSTA: "C".

1529. (TRT/5ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - CESPE/2013) Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta:

A) No que se refere à repartição de competências, a CF adotou exclusivamente a técnica da repartição horizontal.

B) Como o federalismo estabelecido na CF é assimétrico, é conferido aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, como entes federativos, o direito de secessão.

C) Com o objetivo de erradicar a pobreza, podem os estados e os municípios criar, com base no critério geográfico, distinções entre brasileiros.

D) A inspeção do trabalho pode ser executada pelos municípios, já que a CF estabeleceu, em relação a essa matéria, a competência material comum.

E) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, limitando-se a União a estabelecer normas gerais que podem ser suplementadas pelos estados, pelo Distrito Federal e, no que couber, pelos municípios.

A alternativa "A" está incorreta. Sobre a classificação do modelo de repartição de competência, há o modelo horizontal e o modelo vertical. No modelo horizontal, não há concorrência entre os entes políticos, inexistindo, dessa forma, qualquer relação de subordinação, pois cada um exerce a competência nos termos estabelecidos pela Constituição. Este modelo é adotado *predominantemente* (e não exclusivamente) no Brasil, nos termos dos arts. 21, 22, 23, 25 e 30, CF. Por outro lado, há o modelo vertical, onde a competência é compartilhada entre os entes políticos, existindo, diante disso, uma relação de subordinação. Este modelo também é encontrado na Lei Fundamental, que estabelece a competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, prevista no art. 24. Assim, a CF adotou ambos os modelos de repartição de competência.

A alternativa "B" está errada. Não há, no Brasil, o direito de secessão. De acordo com o art. 18, da Constituição Federal os entes políticos da República Federativa do Brasil são autônomos. Além disso, a presente Constituição adotou a forma federativa de Estado, que possui o *status* de cláusula pétrea (art. 60, §4º, I, CF), o que veda a extinção do pacto federativo e qualquer possibilidade de secessão, ou seja, a separação dos entes políticos. Significa dizer que os entes políticos cedem sua soberania ao órgão central, que é o Estado Federal.

A alternativa "C" está equivocada. A Constituição Federal é categórica em determinar que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si (art. 19, III, CF).

A alternativa "D" é falsa. A inspeção do trabalho é competência exclusiva da União (art. 21, XXIV, CF).

Por último, a alternativa "E" está certa. É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre educação, sendo que a União se limita a estabelecer normas gerais, que serão suplementadas pelos Estados, pelo Distrito Federal (art. 24, IX, §§1º e 2º, CF), bem como pelos Municípios, no que couber (art. 30, II, CF).

RESPOSTA: "E".

1530. (MP/AC - ANALISTA - FMP/RS/2013) Quanto à organização estatal da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

A) A Constituição Federal de 1988 veda a criação de novos territórios federais.

B) A Constituição Federal de 1988 atribui aos municípios situados no território do Distrito Federal as mesmas competências aos municípios situados no território dos Estados-Membros.

C) Conforme a Constituição Federal de 1988, é permitida a criação de novos territórios federais, os quais terão o status político-administrativo de ente federativo.

D) A Constituição Federal de 1988 atribui ao Distrito Federal o status de ente federativo, assegurando-lhe inclusive a competência para organizar o seu próprio Poder Judiciário, seu próprio Ministério Público, bem como sua própria polícia civil e militar.

E) A República Federativa do Brasil é um Estado laico.

A alternativa "A" está equivocada. É permitida a criação de novos Territórios federais, nos termos do art. 18, §2º, CF (lembrando que, atualmente, não há nenhum Território federal).

A alternativa "B" está errada. Não há municípios situados no Distrito Federal, por expressa vedação do art. 32, *caput*, CF.

A alternativa "C" está incorreta. Os Territórios federais, quando criados, não terão *status* de ente federativo, mas sim de *autarquia*, por caracterizar uma descentralização administrativa da União, nos termos do art. 18, §2º, CF, que estabelece que os Territórios federais integram a União.

A alternativa "D" está errada. É competência exclusiva da União (art. 21, CF) organizar e manter o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal (inciso XIII), bem como organizar e manter a polícia civil e militar do Distrito Federal (inciso XIV).

A alternativa "E" está certa. O Brasil é considerado um Estado laico, não confessional, o que justifica a inexistência de qualquer religião oficial adotada pelo governo (art. 19, I, CF) como já ocorreu, na história, com a religião católica apostólica romana na Constituição imperial de 1824.

RESPOSTA: "E".

1531. (MP/SC - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/SC/2013) Julgue o seguinte item: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, agrário e urbanístico".

A questão está incorreta, pois a competência para legislar sobre direito agrário é privativa da União, nos termos do art. 22, I, CF.

As demais matérias (direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico) são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, I, CF).

RESPOSTA: "ERRADA".

1532. (TRT/10ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Julgue o item seguinte, relativo à organização político-administrativa e à administração pública, considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e a interpretação doutrinária sobre a matéria: "Os municípios e os estados-membros da Federação brasileira são dotados de personalidade de direito internacional".

Ao contrário do que se afirma na questão, os Municípios e os Estados da Federação brasileira possuem natureza de *pessoa jurídica de direito público interno*, e não de direito internacional. Apenas a República Federativa do Brasil possui personalidade de direito público internacional.

Diante disso, o correto é afirmar que os Municípios e os Estados possuem personalidade de direito *interno*, o que torna a questão errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1533. (SEGER/ES - ANALISTA EXECUTIVO - CESPE/2013) Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro estabelecida constitucionalmente, assinale a opção correta:

A) Os estados possuem competência legislativa suplementar em matéria de direito civil, observadas as normas gerais estabelecidas pela União.

B) No âmbito da competência residual, são reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas pela CF.

C) A competência privativa para intervir nos municípios é da União, inclusive em relação à falta de prestação de contas.

D) A norma jurídica fundamental no âmbito estadual é a lei orgânica.

E) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem aos estados-membros.

A alternativa "B" está certa, nos termos do art. 25, §1º, da Constituição da República, que dispõe que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

A alternativa "A" está incorreta. A União possui competência privativa para legislar sobre direito civil (art. 22, I, CF), que *poderá* ser delegada aos Estados, por meio de lei complementar, para legislar sobre questões específicas dessa matéria (art. 22, parágrafo único, CF).

A alternativa "C" está errada. Não existe intervenção federal nos Municípios situados nos Estados-membros, mas apenas nos Municípios localizados em Território federal. A competência privativa para intervir nos Municípios é dos respectivos Estados a que estão vinculados (art. 35, CF).

A alternativa "D" está equivocada. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem (art. 25, *caput*, CF). Assim, a norma jurídica fundamental no âmbito estadual é a Constituição dos Estados. A Lei Orgânica existe nos Municípios e no Distrito Federal.

A alternativa "E" está errada. São bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo (art. 20, IX, CF).

RESPOSTA: "B".

1534. (DNIT - TÉCNICO DE SUPORTE EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - ESAF/2013) Em relação à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, é correto afirmar que:

A) Estão entre as matérias de competência legislativa privativa da União desapropriação, registros públicos, propaganda comercial, juntas comerciais e proteção à infância e à juventude.

B) São bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

C) Estão entre as matérias de competência legislativa concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios orçamento, procedimento em matéria processual, desapropriação e trânsito e transporte.

D) Compete aos Municípios e ao Distrito Federal explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

E) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências reservadas aos Estados e aos Municípios, inclusive organizar e manter o seu Ministério Público e o seu Poder Judiciário.

A alternativa "B" está certa. A alternativa representa a literalidade do art. 26, I, da Constituição da República.

A alternativa "A" está equivocada. A competência para legislar sobre juntas comerciais e proteção à infância e à juventude é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, III e XV, CF).

A alternativa "C" está incorreta. As matérias sobre desapropriação e trânsito e transporte são de competência privativa da União (art. 22, II e XI, CF).

A alternativa "D" é falsa. Cabe aos *Estados* explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei (art. 25, §2º, CF).

A alternativa "E" está errada. De fato ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios (art. 32, §1º, CF). Contudo, a competência para organizar e manter o Ministério Público e o Poder Judiciário do Distrito Federal é exclusivamente da União (art. 21, XIII, CF).

RESPOSTA: "B".

1535. (MP/RJ - PROMOTOR DE JUSTIÇA - FUJB/2012) A regra constitucional que admite o desmembramento de Estados depende da aprovação da população diretamente interessada, entendida como tal a população:

A) Tanto da área desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente, mediante referendo.

B) Da área desmembrada do Estado-membro, mediante referendo.

C) Da área desmembrada do Estado-membro, mediante referendo, bem como de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.

D) Tanto da área desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente, mediante plebiscito, bem como de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.

E) Da área desmembrada do Estado-membro, mediante plebiscito, bem como de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.

A alternativa "D" está certa. De acordo com o posicionamento firmado pelo STF a expressão "*população diretamente interessada*" deve ser interpretada no sentido de abranger tanto a população da área desmembrada como da área remanescente (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 2650, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ. 16.11.2011). Ademais, de acordo com o art. 18, §3º, CF, a participação popular deve ocorrer por meio de plebiscito, bem como aprovação do Congresso Nacional por lei complementar.

As alternativas "A", "B", e "C" estão incorretas, pois a participação da população diretamente interessada será realizada por meio de *plebiscito*, e não de referendo (art. 18, §3º, CF).

A alternativa "E" está errada. Conforme já mencionado na explicação da alternativa "D", a expressão "*população diretamente interessada*" deve ser interpretada no sentido de abranger tanto a população da área desmembrada como da área remanescente.

RESPOSTA: "D".

1536. (TRT/1ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - FCC/2012) Determinado Estado-Membro da Federação aprova lei estadual com o seguinte teor: "Fica proibida a prática de revista íntima em funcionários nos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços com sede ou filiais neste Estado". À luz da Constituição Federal, a lei estadual em questão:

A) Pode dispor plenamente sobre revista íntima, por se tratar de norma que visa à proteção de direitos individuais.

B) Não pode dispor sobre revista íntima, por se tratar de norma relacionada a direito do trabalho, de competência privativa da União, a menos que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.

C) Pode dispor sobre revista íntima apenas para suplementar norma geral editada pela União, pelo fato de versar sobre matéria que integra uma competência legislativa concorrente.

D) Não pode dispor sobre revista íntima, a qual deve ser regulada por lei municipal, na medida em que os costumes locais devem ser considerados no tratamento da matéria.

E) Pode dispor sobre revista íntima apenas para proibir sua prática, como medida de eficácia à Constituição Federal que determina serem invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas.

A alternativa "B" está certa. De acordo com o art. 22, I, CF, compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho. Além disso, o parágrafo único do mencionado dispositivo dispõe que esta competência poderá ser delegada aos estados, mediante lei complementar, que legislará sobre questões específicas.

RESPOSTA: "B".

1537. (RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - ESAF/2012) A Constituição Federal permite a criação de novos Estados. No que diz respeito a esse tema (criação de Estados), é correto afirmar que:

A) É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes à despesa com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública.

B) O Congresso Nacional deve se manifestar através de Lei Ordinária, aprovando a proposta.

C) A população diretamente interessada deve se manifestar, aprovando a proposição na hipótese de a Assembleia Estadual discordar da proposta.

D) O Tribunal de Justiça do novo Estado poderá funcionar com desembargadores do Tribunal de Justiça dos Estados limítrofes, pelo prazo máximo de dois anos, até que se organize o Tribunal do novo Estado.

E) O primeiro Governador do novo Estado será indicado pelo Presidente da República, com mandato de no máximo dois anos, prazo em que devem estar concluídas as primeiras eleições gerais estaduais.

A alternativa "A" está certa, conforme se extrai da literalidade do art. 234, da Constituição da República.

A alternativa "B" está incorreta. De acordo com o art. 18, §3º, CF, a formação de novos Estados depende de aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

A alternativa "C" está errada. Em primeiro lugar deve ser destacado que a participação da população diretamente interessada ocorre antes da participação do Poder Legislativo, por meio de plebiscito. Assim, no caso de criação de novos Estados, o Congresso Nacional apenas se manifestará caso haja aprovação da população (art. 18, §3º, CF).

A alternativa "D" está equivocada. A Constituição Federal dispõe, em seu art. 235, V, que nos dez primeiros anos de criação de estado os primeiros desembargadores serão nomeados pelo governador eleito, escolhidos da seguinte forma: cinco dentre os magistrados com mais de trinta e cinco anos de idade, em exercício na área do novo estado ou do estado originário (alínea "a"); dois dentre promotores, nas mesmas condições, e advogados de comprovada idoneidade e saber jurídico, com dez anos, no mínimo, de exercício profissional, obedecido o procedimento fixado na Constituição Federal (alínea "b").

A alternativa "E" está incorreta, pois se extrai do art. 235, V, da Constituição, que o governador será eleito, e não nomeado.

RESPOSTA: "A".

1538. (DPE/TO - ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO - COPESE/UFT/2012) Marque a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988:

A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, os Territórios e as Autarquias, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

B) Os Territórios Federais não integram a União e sua extinção depende de Lei ordinária Estadual.

C) A Constituição Federal possibilita a transformação de Territórios em Estados-membros e a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios.

D) De acordo com a Constituição Federal, na organização político-administrativa os entes federativos são dotados de soberania e de autonomia.

A alternativa "C" está certa. A possibilidade de transformação dos Territórios em Estados está prevista no art. 18, §2º, CF. Da mesma forma, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios está regulado pelo art. 18, §4º, CF.

A alternativa "A" está incorreta, pois o art. 18, *caput*, CF, dispõe que apenas a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão compreendidos na organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. As autarquias e os Territórios, que também possuem natureza jurídica de autarquias, integram a União, e por isso não possuem autonomia.

A alternativa "B" está errada. Os Territórios federais integram a União e sua reintegração ao Estado de origem será regulada em *lei complementar* (art. 18, §2º, CF).

A alternativa "D" está equivocada. Os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) apenas são dotados de autonomia, nos termos do art. 18, *caput*, da Lei Fundamental. Frise-se que somente a República Federativa do Brasil é dotada de soberania.

RESPOSTA: "C".

1539. (TJ/PR - ASSESSOR JURÍDICO - TJ/PR/2012) Sobre as disposições constitucionais acerca da organização do Estado, considere as seguintes afirmativas:

1. Legislar sobre trânsito e transporte é de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

2. Apenas a União poderá legislar sobre procedimentos em matéria processual.

3. Nas hipóteses de legislação concorrente, a União deverá restringir-se ao estabelecimento de normas gerais, sob pena de extrapolar a sua competência.

4. Legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.**
- B) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.**
- C) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.**
- D) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.**

O item "1" está errado. Competência privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, CF).

O item "2" está equivocado. A competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XI, CF).

O item "3" está certo. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais (art. 24, §1º, CF).

O item "4" está incorreto, por se tratar de competência privativa da União (art. 22, XXVII, CF).

Diante disso, deve ser assinalada a alternativa "A", pois apenas o item "3" é verdadeiro.

RESPOSTA: "A".

1540. (TJ/BA - JUIZ - CESPE/2012) A respeito da organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, assinale a opção correta:

A) É permitido à União autorizar, por meio de lei complementar, os Estados, o DF e os Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias que são de sua competência legislativa privativa.

B) A eleição do prefeito e do vice-prefeito realiza-se no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato daqueles que estão em exercício nesses cargos, devendo haver segundo turno, nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores, no caso de nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação.

C) Embora Brasília seja a sede político-administrativa dos poderes da República e das representações estrangeiras, a CF define que a capital da República Federativa do Brasil é, formalmente, o DF.

D) Os Estados podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com o fim de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Dessas formas de organização administrativa, apenas as regiões metropolitanas, constituídas de um conjunto de Municípios que se unem em torno de um Município-polo, dispõem de personalidade jurídica.

E) A CF, ao contrário do que dispõe acerca da divisão territorial dos Estados-membros, veda a divisão de Territórios e do DF em Municípios.

A alternativa "B" está certa. É o que consta no art. 29, II, da Constituição Federal.

A alternativa "A" está errada. Nos termos do art. 22, parágrafo único, CF, a competência privativa da União pode ser delegada apenas aos Estados, por meio de lei complementar, para legislar sobre questões específicas.

A alternativa "C" está incorreta. A Constituição da República é categórica em determinar que Brasília é a Capital Federal (art. 18, §1º, CF).

A alternativa "D" está equivocada. De acordo com o art. 25, §3º, CF, Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Sobre a temática, é importante consignar que a região metropolitana não é dotada de personalidade jurídica.

A alternativa "E" não está certa. É permitida a divisão dos Territórios em Municípios (art. 33, §1º, CF). Por outro lado, é vedada a divisão do Distrito Federal em Municípios (art. 32, *caput*, CF).

RESPOSTA: "B".

1541. (TCE/AP - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Se um Estado-Membro da Federação brasileira deixar de pagar precatórios decorrentes de decisão transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça, poderá sofrer intervenção federal, por meio de:

A) Solicitação do Supremo Tribunal Federal, para reorganizar as finanças do Estado-Membro inadimplente.

B) Representação do Procurador-Geral da República, provida pelo Supremo Tribunal Federal, por desrespeito a princípios sensíveis.

C) Solicitação, ao Supremo Tribunal Federal, de qualquer cidadão que tenha sido prejudicado pelo inadimplemento do respectivo Estado-Membro.

D) Representação do Procurador-Geral da República, provida pelo Superior Tribunal de Justiça, para garantir a execução de lei federal.

E) Requisição do Superior Tribunal de Justiça, para prover a execução de decisão judicial.

Conforme o art. 34, da Magna Carta pátria, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para manter a integridade nacional (inciso I); para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra (inciso II); para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (inciso III); para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação (inciso IV); para reorganizar as finanças da unidade da Federação que (inciso V) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior (alínea "a"), que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei (alínea "b"); para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial (inciso VI); para assegurar a observância dos princípios constitucionais (inciso VII) da forma republicana, sistema representativo e regime democrático (alínea "a"), dos direitos da pessoa humana (alínea "b"), da autonomia municipal (alínea "c"), da prestação de contas da administração pública, direta e indireta (alínea "d"), e da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde (alínea "e").

Isto posto, o art. 36, CF preceitua que a decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral (inciso II), a depender do órgão competente e da matéria impugnada.

Assim, se um Estado-Membro da Federação brasileira deixar de pagar precatórios decorrentes de decisão transitada em julgado no *Superior Tribunal de Justiça*, poderá sofrer intervenção federal, por meio de requisição do próprio STJ, nos moldes do art. 36, II, CF, o que torna correta a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1542. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) Considere a seguinte Ementa: *Intervenção federal. Representação do Procurador-Geral da República. Distrito Federal. Alegação da existência de largo esquema de corrupção. Envolvimento do ex-governador, deputados distritais e suplentes. Comprometimento das funções governamentais no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo. Fatos graves objeto de inquérito em curso no Superior Tribunal de Justiça. Ofensa aos princípios inscritos no art. 34, inc. VII, "a", da CF. Adoção, porém, pelas autoridades competentes, de providências legais eficazes para debelar a crise institucional. Situação histórica consequentemente superada à data do julgamento. Desnecessidade reconhecida à intervenção, enquanto medida extrema e excepcional. Pedido julgado improcedente.* A análise da referida ementa leva à conclusão de que se trata de uma:

A) Intervenção federal espontânea, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

B) Intervenção federal espontânea, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.

C) Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, por afronta a princípios sensíveis da Constituição.

D) Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, por afronta a princípios sensíveis da Constituição.

E) Intervenção federal decorrente de ação de executoriedade de decisão judicial, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, por descumprimento de ordem judicial.

A ementa trazida no enunciado da questão trata da chamada "ação direta de inconstitucionalidade interventiva", prevista no art. 36, III, da Lei Fundamental, que somente pode ser manejada pelo Procurador-Geral da República em caso da inobservância de qualquer dos "princípios constitucionais sensíveis" tratados nas alíneas do inciso VII, do art. 34, da Constituição.

Isto posto, correta está a alternativa "C".

RESPOSTA: "C".

1543. (AL/ES - PROCURADOR - CESPE/2011) No que concerne à intervenção federal e à intervenção dos estados nos municípios, assinale a opção correta:

A) Quando a intervenção do estado-membro no município tiver por fundamento a não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, é dispensada a apreciação do decreto pela assembleia legislativa.

B) O STF pode exercer o controle de constitucionalidade do decreto de intervenção editado pelo governador do estado no âmbito de recurso extraordinário, por ser o recurso extraordinário instrumento cabível quando há o deferimento pelo tribunal de justiça do pedido de intervenção estadual em município.

C) O Presidente da República pode decretar de ofício a intervenção federal, nas hipóteses previstas na CF em rol exemplificativo.

D) Quando o STF julga procedente a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, o presidente da República tem a obrigação de decretar a intervenção no ente federado, não lhe restando margem de discricionariedade.

E) Considerando a natureza política do ato, o decreto de intervenção editado pelo presidente da República não pode ser objeto de controle de constitucionalidade.

Como regra, a intervenção é um ato político, fundado na Constituição da República, que consiste na ingerência de uma entidade federada nos negócios políticos de outra entidade igualmente federada.

Ademais, a intervenção pode ser da União nos Estados e no Distrito Federal, e dos Estados nos Municípios. A União não intervirá diretamente nos Municípios, salvo se estes Municípios estiverem localizados em Territórios federais.

Com efeito, a intervenção pode ser decretada *de ofício* pelo Presidente da República, por não depender de nenhum ato de provocação (é o que acontece nas hipóteses dos incisos I, II, III, e V, do art. 34, da Constituição), ou *provocada*, quando depende de certas condições (é o que acontece nas hipóteses dos incisos IV, VI, e VII, da Constituição).

Quando o STF julga procedente a ação direta de inconstitucionalidade interventiva manejada pelo Procurador-Geral da República (art. 36, III, CF) em caso de afronta ao art. 34, VII, CF ou de recusa à execução de lei federal, o entendimento é que o Presidente da República tem a obrigação de decretar esta intervenção, já que, neste caso, não se trata de ato puramente político, mas de ato que envolve a apreciação judicial do motivo ensejador do decreto interventivo. Por isso está correta a alternativa "D".

A alternativa "A" está equivocada. Quando a intervenção do Estado no Município tiver por fundamento a não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, o decreto deve ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de vinte e quatro horas (primeiro parágrafo, do art. 36, da Constituição da República).

A alternativa "B" está errada. O STF não pode, caso de trate de ato puramente político, exercer o controle de constitucionalidade do decreto de intervenção editado pelo Governador do Estado, pois não cabe ao Supremo interferir nesta margem de discricionariedade deste agente político.

A alternativa "C" está totalmente incorreta. Primeiro, porque as hipóteses de intervenção não estão previstas em rol exemplificativo, mas em rol exaustivo. Em segundo lugar, porque a decretação de intervenção *de ofício*, pelo Presidente da República, não se dá em todos os casos, mas somente naqueles previstos nos incisos I, II, III, e V, do art. 34, da Constituição pátria.

A alternativa "E", por fim, também é incorreta. Considerando a natureza política do ato, o decreto de intervenção editado pelo presidente da República somente pode ser objeto de controle de constitucionalidade quando não se tratar de ato puramente político, isto é, quando for hipótese de *intervenção provocada*.

RESPOSTA: "D".

1544. (TCE/SP - PROCURADOR - FCC/2011) No início da década de 1990, instalou-se polêmica entre os Estados de Rondônia e Acre quanto às suas delimitações territoriais, estabelecidas pelo artigo 12, §5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição brasileira de 1988. A polêmica deu-se em função da manutenção de autoridades vinculadas ao Governo do Estado do Acre em região que o Estado de Rondônia alegava ter passado a seu domínio territorial. O Estado de Rondônia impetrou, então, mandado de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal, pleiteando, dentre outros pedidos, que se determinasse ao Presidente da República que decretasse intervenção federal no Estado do Acre. Ao final, o tribunal denegou a segurança pretendida, nesse quesito (MS 21.041, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, publ. DJ de 13-3-1992). Nessa hipótese:

A) O mandado de segurança é inviável, pois não se pode pretender utilizar o expediente da intervenção federal para repelir invasão de uma unidade da Federação em território de outra.

B) A segurança pleiteada poderia ter sido deferida desde que o mandado de segurança houvesse sido impetrado pelo Presidente da República, autoridade legitimada pela Constituição a decretar a intervenção federal.

C) O pedido de intervenção federal perante o Supremo Tribunal Federal seria admissível, mas o mandado de segurança não seria o meio hábil para tanto, por inexistir direito líquido e certo à decretação de intervenção federal.

D) A decretação de intervenção federal pelo Presidente da República seria possível, por se tratar de situação prevista na Constituição da República, devendo o decreto respectivo ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, independentemente de representação ao Supremo Tribunal Federal.

E) O Procurador-Geral da República poderia ter solicitado ao Supremo Tribunal Federal que recebesse o mandado de segurança como representação sua, caso em que a Corte requisitaria ao Presidente da República a decretação de intervenção federal.

Dentre as hipóteses que autorizam a intervenção da União nos Estados, está aquela com fito de repelir invasão estrangeira *ou de uma unidade da federação em outra* (art. 34, II, CF). Neste caso, por força do parágrafo primeiro, do art. 36, da Lei Fundamental, o decreto interventivo deve ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas (somente se dispensa a apreciação do decreto interventivo pelo Congresso Nacional ou, se for intervenção estadual, pela Assembleia Legislativa dos Estados, nos casos dos incisos VI e VII, do art. 34, e do inciso IV, do art. 35, CF).

Isto posto, correta a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1545. (TJ/SP - JUIZ - VUNESP/2013) O Estado intervirá em seus Municípios para:

A) Assegurar a observância da Constituição Estadual, nos termos da ação dirigida e acolhida pelo Tribunal de Justiça, passível de revisão por meio de Recurso Extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.

B) Assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, mediante representação provida pelo Tribunal de Justiça com essa finalidade.

C) Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

D) Reorganizar as finanças municipais.

A alternativa "B" está correta, pois é a única alternativa que se encontra prevista no art. 35, da Constituição, especificamente no inciso IV, de onde se extrai que o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

RESPOSTA: "B".

1546. (MP/SE - ANALISTA - FCC/2013) Um Município de Sergipe descumpriu ordem judicial transitada em julgado emanada de Juiz Federal de primeiro grau, fazendo com que a parte prejudicada pretenda provocar o decreto de intervenção, federal ou estadual no Município, a fim de que a ordem judicial seja finalmente cumprida. Nesse caso, à luz do disposto na Constituição Federal, poderá ser decretada a intervenção:

A) Federal no município, caso a medida seja requisitada ao Presidente da República pelo Superior Tribunal de Justiça.

B) Estadual no município, caso o Superior Tribunal de Justiça requirite a intervenção ao Governador do Estado.

C) Estadual no município, caso o Supremo Tribunal Federal requirite a intervenção ao Governador do Estado.

D) Federal no município, caso a medida seja requisitada ao Presidente da República pelo Supremo Tribunal Federal.

E) Estadual no município, caso o Tribunal de Justiça do Estado dê provimento à representação para prover a execução da ordem judicial.

Em primeiro lugar, deve ser registrado que apenas o Estado-membro pode intervir em seus Municípios. Para o caso hipotético trazido pela questão, a intervenção ocorrerá por provimento do Tribunal de Justiça, para prover a execução da ordem judicial, nos termos do art. 35, IV, CF.

Nestes termos, está correta a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1547. (JUCESC - ADVOGADO - FEPESE/2013) Assinale a alternativa correta acerca da Intervenção, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

A) A Constituição Federal veda a intervenção da União nos Municípios.

B) O decreto de intervenção deverá ser submetido ao Poder Legislativo competente, no prazo de quarenta e oito horas.

C) O provimento, pelo Tribunal de Justiça, da representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual autoriza a União a intervir nos Municípios localizados em Território Federal.

D) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional, o decreto será apreciado, em regime extraordinário, na primeira sessão legislativa subsequente aos fatos.

E) Excepcionalmente, o Estado poderá requisitar ao Supremo Tribunal Federal autorização para intervir na União para assegurar a forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

A alternativa "C" está correta. A União poderá intervir nos Municípios localizados em Território federal, de acordo com o *caput* do art. 35, CF (por consequência, a alternativa "A" está errada, nos termos do art. 35, *caput*, da Constituição).

A alternativa "B" está errada, pois o decreto de intervenção será submetido à apreciação do Poder Legislativo competente no prazo de vinte e quatro horas (art. 36, §1º, CF).

A alternativa "D" está incorreta. Caso não esteja funcionando o Poder Legislativo competente, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de vinte e quatro horas (art. 36, §2º, CF).

A alternativa "E" é falsa. Não há previsão constitucional de intervenção de Estado-membro na União. As hipóteses de intervenção são: *federal*, que se dá com a intervenção da União nos Estados, Distrito Federal (art. 34) e nos Municípios localizados em território federal (art. 35); *estadual*, com a intervenção dos Estados em seus Municípios (art. 35).

RESPOSTA: "C".

1548. (TJ/PE - JUIZ - FCC/2013) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, entre outras hipóteses:

A) O Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

B) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos e privados de saúde.

C) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por pelo menos três anos consecutivos, a dívida fundada.

D) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei complementar.

E) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A alternativa "A" está errada, pois quem deve dar provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, no caso de intervenção estadual, é o respectivo Tribunal de Justiça (art. 35, IV, CF).

A alternativa "B" está incorreta. Caberá intervenção estadual caso não tenha sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde (art. 35, III, CF).

A alternativa "C" é falsa. O art. 35, I, da Constituição prevê o prazo de *dois anos* consecutivos, e não três, como mencionado na alternativa.

A alternativa "D" não está correta. Nos termos do art. 35, II, haverá intervenção caso as contas não forem prestadas, na forma da *lei*, apenas, não havendo menção à lei complementar.

A alternativa "E" está correta. A alternativa encontra-se prevista no art. 35, III, da Constituição, que dispõe que haverá intervenção nos Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

RESPOSTA: "E".

1549. (DPE/SE - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2012) Acerca da organização do Estado e da intervenção na CF, assinale a opção correta:

A) Os estados-membros da Federação, além de autônomos, são soberanos, possuindo direito de secessão.

B) A intervenção da União em estado, para assegurar a observância dos chamados princípios constitucionais sensíveis, depende do provimento, pelo STF, de representação interventiva ajuizada pelo procurador-geral da República.

C) A União pode intervir no município que deixar de prestar as devidas contas, na forma da lei, em caso de inércia do estado em que este se situe.

D) O DF pode intervir nos municípios situados em seu entorno.

E) A intervenção federal decorre da hierarquia existente entre a União, os estados, o DF e os municípios.

A alternativa "B" está correta, nos termos do art. 34, VII, e art. 36, III, ambos da Constituição Federal, que determinam que a União não intervirá nos estados nem no Distrito Federal, exceto para assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis, dependendo, neste caso, de provimento, pelo STF, de representação do Procurador-Geral da República.

A alternativa "A" está errada. De acordo com o art. 18, da Constituição Federal os entes políticos da República Federativa do Brasil são autônomos. Além disso, a presente Constituição adotou a forma federativa de Estado, que possui o *status* de cláusula pétrea (art. 60, §4º, I, CF), o que veda a extinção do pacto federativo e qualquer possibilidade de secessão, ou seja, a separação dos entes políticos. Significa dizer que os entes políticos cedem sua soberania ao órgão central, que é o Estado Federal.

A alternativa "C" está incorreta. Nos termos da Lei Fundamental, é vedada a intervenção da União nos Municípios localizados em Estados-membros. A União somente pode intervir em Municípios localizados em Território federal (art. 35, *caput*, CF).

A alternativa "D" não está certa. Não há previsão constitucional de intervenção do Distrito Federal em Municípios. Além disso, deve ser ressaltado que é vedada a divisão do Distrito Federal em Municípios (art. 32, *caput*, CF).

A alternativa "E" está equivocada. Isto porque, não existe hierarquia entre os entes federativos.

RESPOSTA: "B".

1550. (DPE/SC - DEFENSOR PÚBLICO - FEPESE/2012)
Dentro de um Estado-membro da Federação, grupos criminosos tornam-se cada vez mais influentes. Com o tempo, passam mesmo a controlar, na prática, vastas áreas de um município específico. Promovem sistematicamente, então, grandes massacres, logrando eliminar 90% do efetivo da Guarda Municipal. Nessa situação, seria possível, em tese:

A) Uma intervenção estadual espontânea no município, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

B) Uma intervenção federal espontânea no estado-membro, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

C) Uma intervenção federal espontânea no município, para pôr termo a grave comprometimento da ordem administrativa.

D) A decretação pelo Governador, do estado de defesa, afetando apenas o município em que os massacres estivessem ocorrendo.

E) A decretação, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, do estado de sítio, afetando apenas o município em que os massacres estivessem ocorrendo.

A alternativa "B" está certa. Dispõe o art. 34, III, CF, que a União intervirá nos Estados visando pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

A alternativa "A" está equivocada. Não há esta hipótese de intervenção estadual (art. 35, CF).

A alternativa "C" está errada. É vedada a intervenção federal em Município localizado em Estado-membro (art. 35, *caput*, CF). Além disso, não há hipótese de intervenção decorrente de grave comprometimento da ordem administrativa (art. 34 e 35, CF).

As alternativas "D" e "E" não estão corretas. A situação descrita na questão não se enquadra nas hipóteses de estado de defesa (art. 136, CF) e estado de sítio (art. 137, CF).

RESPOSTA: "B".

1551. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Considerando que José, Armando, Pedro, Adalberto e Paulo ocupam, respectivamente, os cargos de Advogado, de Deputado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Vereador e de Governador de Estado, no tocante à Administração Pública, e em conformidade com o teor do texto constitucional, em regra, o subsídio de Alexandre, Promotor de Justiça, está limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, do subsídio de:

A) Paulo.

B) Armando.

C) José.

D) Pedro.

E) Adalberto.

Dispõe o inciso XI, do art. 37, CF, que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza não podendo exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco décimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Segundo o enunciado, José é advogado; Armando é Deputado Federal; Pedro é Ministro do Supremo Tribunal Federal; Adalberto é vereador; Paulo é Governador do Estado; e Alexandre é Promotor de Justiça.

Como se vê do mencionado inciso XI, no âmbito dos Estados a limitação é pertinente a 90,25% dos vencimentos do Ministro do STF, o que se aplica, também, ao Ministério Público. Sendo assim, os vencimentos de Alexandre, Promotor de Justiça, condicionam-se aos de Pedro, Ministro do STF.

RESPOSTA: "D"

1552. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Considere as seguintes afirmações sobre o exercício de cargos, empregos e funções públicas na Administração Pública brasileira:

I. Cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, ressalvados os casos em que a Constituição da República exige a nacionalidade brasileira originária para esse fim.

II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III. A não observância do prazo de validade de concurso público, conforme previsto na Constituição, acarreta a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

À luz da disciplina constitucional da matéria, está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Está certo o item "I". O inciso primeiro, do art. 37, CF, preceitua que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, *assim como aos estrangeiros, na forma da lei*. É óbvio, contudo, que em alguns casos a Constituição da República exige a nacionalidade brasileira para que se ocupem certos cargos, como no caso do art. 14, §3º, da Lei Fundamental, que traz os cargos privativos de brasileiros natos.

O item "II" está correto, em observância ao segundo inciso, do art. 37, da Constituição Federal, segundo o qual a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

O item "III" também está correto. O inciso II, do art. 37, CF, fala sobre a maneira de provimento de cargos públicos, e o inciso III, do mesmo dispositivo, dispõe que o prazo de validade do concurso público será de até dois

anos, prorrogável uma vez, por igual período. Por sua vez, o parágrafo segundo, do art. 37, afirma que a não observância destes incisos II e III implica na nulidade do ato e na punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Assim, corretos todos os itens, convém assinalar a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1553. (TJ/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Aos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo correto afirmar que o tempo de contribuição estadual e o tempo de serviço correspondente serão contados, respectivamente, para efeitos de:

- A) Nomeação a cargo de comissão e promoção.
- B) Aposentadoria e de disponibilidade.
- C) Promoção e de aumento de vencimentos.
- D) Afastamento e de designação à função de comissão.
- E) Aumento de vencimentos e de nomeação a cargo de comissão.

Com supedâneo no art. 40, *caput*, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, aos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados (e também da União, dos Municípios e do Distrito Federal, incluídas suas autarquias e fundações) é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Ato contínuo, o nono parágrafo, do aludido dispositivo constitucional (com redação dada pela EC nº 20/98), dispõe que o *tempo de contribuição* federal, estadual ou municipal será contado para efeito de *aposentadoria* e o *tempo de serviço* correspondente para efeito *disponibilidade*, o que torna correta a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1554. (TJ/PE - OFICIAL DE JUSTIÇA - FCC/2012)
Afrânio completou três anos de efetivo exercício de cargo público, preenchido em virtude de concurso público, porém, como condição para a aquisição da estabilidade, conforme previsto na Constituição Federal:

- A) Poderá ser submetido à avaliação psicológica por perito oficial, bimestralmente, na forma de lei ordinária, após prestar a prova objetiva de conhecimentos específicos, nos moldes do concurso público, que será aplicada, em conjunto com os demais interessados na obtenção da estabilidade, pelo chefe da repartição pública.

B) Prestará prova objetiva de conhecimentos específicos, semestralmente, nos moldes do concurso público, que será aplicada, em conjunto com outros interessados na obtenção da estabilidade, pelo chefe da repartição pública, na hipótese de exercer atividade de risco.

C) Prestará prova dissertativa de conhecimentos específicos, trimestralmente, nos moldes do concurso público, que será aplicada, em conjunto com outros interessados na obtenção da estabilidade, por comissão formada por três integrantes examinadores, na hipótese de exercer atividade sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

D) Será submetido, obrigatoriamente, à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

E) Poderá passar, a critério da chefia, por procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar e assegurada ampla defesa, aplicada na repartição pública em conjunto com outros interessados na obtenção da estabilidade.

Pelo art. 41, *caput*, da Constituição Federal, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em concurso público.

Mas, pelo quarto parágrafo do mesmo dispositivo, acrescido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, como condição para a aquisição da estabilidade é *obrigatória* a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Veja-se, pois, que Afrânio obrigatoriamente terá de passar por tal avaliação especial, mesmo após ter completado três anos de serviço público. O preceituado pela Constituição não deixa margem para discricionariedade administrativa, o que torna correta a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1555. (TRT/11ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Sara, Professora titular de cargo efetivo no Estado de São Paulo, completou simultaneamente cinquenta e um anos de idade, e vinte e três anos de serviço público dedicado às funções de Magistério no ensino médio e fundamental. Permanecendo no cargo, Sara poderá requerer a aposentadoria com proventos integrais quando completar:

- A) Cinquenta e dois anos de idade.
- B) Cinquenta e três anos de idade.
- C) Cinquenta e oito anos de idade.
- D) Cinquenta e nove anos de idade.
- E) Sessenta anos de idade.

A aposentadoria dos servidores públicos de que trata o art. 40, *caput*, da Constituição Federal, é possível, dentre outras hipóteses, voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as condições de sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e

cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição se mulher (art. 40, §1º, III, "a", CF), e sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (art. 40, §1º, III, "b", CF).

Os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que trata o art. 40, §1º, III, "a", da Constituição serão reduzidos em cinco anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio (art. 40, §5º, da Constituição).

Na questão em resolução, Sara, professora titular de cargo efetivo no Estado de São Paulo, completou simultaneamente cinquenta e um anos de idade, e vinte e três anos de serviço público dedicado às funções de magistério no ensino médio e fundamental.

Veja-se que Sara já tem cinquenta e um anos de idade (um ano a mais que os cinquenta anos de idade que o parágrafo quinto, do art. 40, da Constituição lhe exige). Todavia, Sara tem apenas vinte e três anos de contribuição, ou seja, dois anos a menos dos vinte e cinco anos que lhe exige o parágrafo quinto, do art. 40, da Constituição, de modo, pois, que Sara terá de trabalhar por mais dois anos para cumprir com o tempo de contribuição.

Assim, se Sara tem hoje cinquenta e um anos de idade, terá completados os requisitos de idade e contribuição aos cinquenta e três anos de idade, razão pela qual há se assinalar a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1556. (PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE/MT - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - FUNCAB/2011) A respeito dos servidores públicos, prevê a Constituição Federal:

A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

B) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

D) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedada a contratação de estrangeiros.

Com base no art. 37, XIII, da Constituição da República, é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Por tal razão, acertada é a letra "B".

A alternativa "A" está errada, pois, em verdade, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo (art. 37, XII, CF).

A alternativa "C" não está correta, pois, ao contrário, os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público *não* serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores (art. 37, XIV, CF).

A alternativa "D" está incorreta, tendo em vista que o prazo de validade do concurso público será de até *dois anos*, prorrogável uma vez por igual período (art. 37, III, CF).

A alternativa "E" está errada, pois, em verdade, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, *assim como aos estrangeiros, na forma da lei* (art. 37, I, CF).

RESPOSTA: "B".

1557. (TRE/PE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) Tibério, servidor público estável, foi demitido, cujo cargo de diretor foi ocupado por Pilatos, também servidor público estável, que ocupava cargo de auxiliar na mesma repartição pública. A demissão de Tibério foi invalidada por sentença judicial e, conforme previsto na Constituição Federal, por consequência será:

A) Reintegrado ao cargo de diretor e Pilatos será reconduzido ao seu cargo de origem que se encontra vago, sem direito à indenização.

B) Diretamente conduzido ao cargo de origem de Pilatos, que se encontra vago.

C) Posto em disponibilidade porque seu cargo está ocupado por Pilatos e não pode ser rebaixado de função.

D) Promovido de cargo à título de compensação por ter sido demitido.

E) Avaliado previamente por psicólogo, que emitirá laudo sobre os efeitos da demissão e se tem condições ou não de voltar ao trabalho público.

Consoante o parágrafo segundo, do art. 41, da Constituição Federal, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Isto posto, a alternativa que melhor representa uma das hipóteses neste dispositivo prevista é a letra "A".

RESPOSTA: "A".

1558. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/ES - PROCURADOR - CESPE/2011) Muito embora vise à contratação de agente público, torna-se dispensável o concurso público ou o processo seletivo simplificado para:

A) A contratação dos agentes das paraestatais.

B) A contratação de servidor autárquico.

C) A contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidades decorrentes de calamidade pública.

D) A contratação de servidor pelo regime trabalhista.

E) O contrato de locação de serviços realizado com dispensa de licitação.

Em regra, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II, CF). A lei estabelecerá, todavia, os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, CF).

Neste diapasão, a Lei nº 8.745/93 disciplina os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e, em seu art. 3º, §1º, com redação dada pela Lei nº 12.314/10, prevê que a contratação para atender às necessidades decorrentes de *calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo*.

Por tal motivo, há se assinalar a alternativa "C".

RESPOSTA: "C".

1559. (PREFEITURA DE SANTA MADALENA/RJ - ADVOGADO - CONSULPLAN/2010) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os atos de improbidade administrativa importarão:

A) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

B) A perda dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

C) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a interdição para licitar com a Administração Pública.

D) A perda dos direitos políticos, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário e a interdição para licitar com a Administração Pública.

E) A suspensão dos direitos políticos, o ressarcimento ao erário, a suspensão da função pública e a indisponibilidade de bens.

Conforme o art. 37, §4º, da Constituição da República, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Por este motivo, correta é a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1560. (TCE/RS - AUDITOR PÚBLICO EXTERNO - FMP/RS/2011) Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, leia as afirmativas:

I. O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública pode fazer tudo aquilo que está previsto em lei e em atos administrativos de caráter normativo.

II. A Administração Pública, em todos os níveis, deve obedecer ao princípio da impessoalidade, não podendo agir com o objetivo de prejudicar ou beneficiar indevidamente os cidadãos.

III. Os atos administrativos discricionários, pelas suas características peculiares, não estão submetidos ao princípio da motivação.

IV. Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, muito embora não estejam previstos no artigo 37, "caput", da Constituição Federal, devem ser utilizados no controle dos atos administrativos.

V. O princípio da eficiência é importante princípio constitucional que regula a atividade da Administração Pública, mas não pode importar violação do princípio da legalidade, sob pena de comprometer o Estado de Direito.

Assinale a única alternativa correta:

- A) As assertivas I e II estão corretas.
- B) As assertivas II, IV e V estão corretas.
- C) As assertivas III e IV estão corretas.
- D) Somente a assertiva IV está correta.
- E) Somente a assertiva V está correta.

O item "I" está errado. O princípio da legalidade, um dos axiomas previstos no *caput*, do art. 37, da Constituição da República, apenas estabelece que a Administração Pública pode fazer tudo aquilo que está previsto em lei (nada se fala acerca de atos administrativos de caráter normativo).

O item "II" está certo. Pelo princípio da impessoalidade, a Administração Pública, em todos os níveis, não pode agir com o objetivo de prejudicar ou beneficiar indevidamente os cidadãos.

O item "III" está incorreto. Mesmo os atos administrativos discricionários estão submetidos ao princípio da motivação. Todo ato praticado pela Administração Pública deve ser fundamentado, como regra, e os atos discricionários não escapam a este imperativo.

O item "IV" está correto. Muito embora não estejam previstos no art. 37, *caput*, da Constituição, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé devem ser utilizados no controle dos atos administrativos. Isto porque, convém lembrar que os princípios vigentes para a Administração Pública não se exaurem nos consagrados na cabeça, do art. 37, da Lei Fundamental.

O item "V" está certo. O princípio da eficiência, acrescido ao *caput* do art. 37, CF pela Emenda Constitucional nº 19/98, é importante axioma regulador da atividade da Administração Pública, mas não pode importar violação do princípio da legalidade, sob pena de comprometer o Estado de Direito. Se quer dizer, com isso, que o princípio da legalidade não pode ser esquecido em nome da efetivação dos atos administrativos. Em outras palavras, se está a falar de "eficiência dentro da legalidade".

Assim, corretos os itens "II", "IV", e "V", há se assinalar a alternativa "B".

RESPOSTA: "B"

1561. (MP/CE - PROMOTOR DE JUSTIÇA - FCC/2011) Considere as seguintes afirmações a respeito da disciplina constitucional do controle da Administração Pública:

I. O controle externo da Administração Pública, na esfera federal, compete ao Congresso Nacional, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual a Constituição da República atribui competências próprias de fiscalização, bem como para aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.

II. A ação popular e o direito de petição são instrumentos de que dispõe qualquer cidadão para desencadear o controle de atos da Administração que, respectivamente, sejam ofensivos à moralidade administrativa ou configurem abuso de poder.

III. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

O item "I" está correto. O controle externo da Administração Pública, na esfera federal, compete ao Congresso Nacional, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual a Constituição da República atribui competências próprias de fiscalização, bem como para aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário (art. 71, VIII, da Constituição Federal).

O item "II" está certo. A ação popular, prevista no art. 5º, LXXIII, CF, e o direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, "a", CF, são instrumentos de que dispõe qualquer cidadão para desencadear o controle de atos da Administração que sejam ofensivos à moralidade administrativa (para isso se utiliza a ação popular) ou configurem abuso de poder (para isso se faz valer o direito de petição).

O item "III", por fim, também está correto. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (art. 52, V, CF).

Deste modo, corretos os itens "I", "II", e "III", há se assinalar a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1562. (TCE/RS - OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) À luz da CF, julgue o item subsequente, acerca da organização do Estado: "Os vencimentos dos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário".

Nos termos do art. 37, XII, CF, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Judiciário não poderão ser superiores aos pagos *pelo Poder Executivo*, o que demonstra o erro do enunciado da questão.

RESPOSTA: "ERRADA".

1563. (ANS - ATIVIDADE TÉC. DE SUPORTE - FUNCAB/2013) Quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar que:

A) O princípio da legalidade administrativa permite ao administrador público a realização de tudo que a lei não proíba.

B) Pelo princípio da moralidade administrativa, não basta ao administrador o cumprimento da legalidade estrita, devendo ele, no exercício da sua função pública, respeitar os princípios éticos da razoabilidade e justiça.

C) Pelo princípio da impessoalidade, as realizações administrativo-governamentais são do agente político e não da entidade pública em nome da qual o agente atuou.

D) A publicidade dos atos administrativos não poderá ser excepcionada, quando, assim, o interesse público determinar.

E) A possibilidade da perda do cargo pelo servidor público, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei Complementar, assegurada ampla defesa não tem relação como princípio da eficiência.

A alternativa "B" está certa. O princípio da moralidade aplicado no âmbito da Administração Pública possui conteúdo jurídico, bem como previsão em diversos dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro. Sobre este princípio, determina a Lei nº 9.784/99, em seu art. 2º, parágrafo único, IV, que a atuação da Administração Pública deve seguir padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

A alternativa "A" está errada. O princípio da legalidade, previstos no *caput*, do art. 37, da Constituição da República, estabelece que a Administração Pública pode fazer apenas aquilo que está previsto em lei. Esta disposição se difere da regra aplicada ao particular, que pode fazer tudo aqui que a não lei proíbe (art. 5º, II, CF).

A alternativa "C" está equivocada. O princípio da impessoalidade possui duas vertentes: a primeira delas se relaciona com a finalidade do ato, já que a Administração Pública, em todos os níveis, não pode agir com o objetivo de prejudicar ou beneficiar indevidamente os cidadãos; além disso, este princípio deve ser analisado sob a ótica da teoria do órgão, ou seja, o Estado atua por meio do agente público que apenas manifesta a vontade estatal, por isso, quem atua não é o agente, mas sim o Poder Público.

A alternativa "D" está incorreta. Em princípio, todos os atos administrativos deverão ser públicos. Contudo, esta regra admite exceções elencadas pelo próprio Texto Maior (art. 5º, XXXIII, XIV, LX, CF).

A alternativa "E" está errada. O princípio da eficiência foi acrescentado no *caput* do art. 37, pela Emenda Constitucional nº 19/98, que visa controlar os resultados na atuação do Poder Público. Assim, o princípio em questão

tem relação direta com o desempenho das atribuições do servidor público, que poderá perder o cargo caso tenha um resultado insatisfatório na avaliação periódica de desempenho (art. 41, §1º, III, CF).

RESPOSTA: "B".

1564. (EBSERH - ADVOGADO - IBFC/2013) O §1º do artigo 41, da Constituição da República, ao dispor que "o servidor público estável só perderá o cargo (...)", estabelece a necessidade de se observar o procedimento de avaliação periódica de desempenho, que será instituído mediante:

A) Resolução.

B) Decreto.

C) Lei federal.

D) Lei complementar.

De acordo com o art. 41, §1º, III, CF, o servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, *na forma da lei complementar*, assegurada ampla defesa.

Está correta, portanto, a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1565. (TRT/18ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Paulo é médico cirurgião e trabalha, devidamente concursado, para a Prefeitura de Goiânia, ocupando um cargo público em determinado Hospital. Paulo, neste ano de 2013, resolve prestar concurso para o cargo de médico do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Autarquia Federal. Neste caso, se aprovado no concurso, Paulo:

A) Poderá acumular os cargos, mas deverá optar obrigatoriamente pela remuneração de um dos cargos.

B) Não poderá acumular os cargos, pois o segundo cargo será exercido em Autarquia Federal.

C) Poderá acumular os cargos, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários.

D) Não poderá acumular os cargos, pois a Constituição Federal veda a acumulação de cargos públicos, com exceção de dois cargos de professor.

E) Poderá acumular ambos os cargos, havendo compatibilidade de horários.

Dispõe o art. 37, XVI, CF, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI do mesmo dispositivo, a de dois cargos de professor (alínea "a"), de um cargo de professor com outro, técnico ou científico (alínea "b"), de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (alínea "c").

A alternativa "E" está correta, pois se enquadra na exceção elencada no art. 37, XVI, "c", CF.

RESPOSTA: "E".

1566. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue: “Conforme o STF, a responsabilidade civil das empresas prestadoras de serviço público é objetiva, mesmo em relação a terceiros não usuários do serviço público”.

De acordo com o atual posicionamento firmado pelo STF a responsabilidade civil das empresas prestadoras de serviço público (não se aplica às empresas prestadoras de atividade privada) é objetiva, perante terceiros usuários ou não do serviço público (Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. ARE 721818 AgR, Rel.: Min. Cármen Lúcia, DJe-029 13.02.2013).

Dessa forma, a assertiva está correta.

RESPOSTA: “CORRETA”.

1567. (PM/PI - CABO - NUCEPE/2013) São princípios de obediência obrigatória pela Administração Pública, previstos expressamente no artigo 37 da nossa Constituição Federal:

A) Moralidade, impessoalidade, razoabilidade, motivação e legalidade.

B) Eficiência, legalidade, publicidade, impessoalidade e moralidade.

C) Publicidade, legalidade, motivação, eficiência e razoabilidade.

D) Legalidade, eficiência, razoabilidade, supremacia do interesse público e impessoalidade.

E) Impessoalidade, publicidade, supremacia do interesse público, eficiência e motivação.

A questão trata dos princípios expressamente elencados no *caput*, do art. 37, CF: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Por esta razão, deve ser assinalada a alternativa “B”.

RESPOSTA: “B”.

1568. (DPE/DF - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2013) Considerando as disposições constitucionais acerca da administração pública e de seus servidores, julgue o item a seguir: “Servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional eleito vereador poderá acumular o exercício de seu cargo público com o do mandato. Entretanto, sendo ele eleito para os demais cargos eletivos, deverá ficar afastado de seu cargo, emprego ou função pública”.

A Constituição Federal estabelece que o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional pode acumular o mandato de vereador quando houve compatibilidade de horários, recebendo, inclusive, as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo (art. 38, III, CF). Por outro lado, a Lei Fundamental veda a acumulação do servidor público com os demais cargos eletivos, devendo ser afastado do cargo, emprego ou função (art. 38, I e II, CF).

Nestes termos, a assertiva está correta.

RESPOSTA: “CORRETA”.

1569. (TJ/RS - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - TJ/RS/2013) Assinale a alternativa incorreta:

A) A moralidade, como princípio da Administração Pública, e como requisito de validade dos atos administrativos, tem a sua fonte por excelência no sistema de direito, sobretudo no ordenamento jurídico-constitucional.

B) A quebra da moralidade administrativa se caracteriza pela desarmonia entre a expressão formal do ato e a sua expressão real, criada e derivada de impulsos subjetivos viciados quanto aos motivos, ou à causa, ou à finalidade da atuação administrativa.

C) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da moralidade e da eficiência.

D) O Princípio Constitucional de Moralidade Administrativa não se estende aos atos praticados por entes de natureza privada que exercem função pública.

A alternativa “D” está incorreta e por isso deve ser assinalada. Os entes integrantes da Administração Pública indireta, que possuem natureza privada, devem observar todos os princípios de direito administrativo, por força do art. 37, *caput*, CF.

As alternativas “A” e “B” estão certas. O princípio da moralidade administrativa é requisito de validade dos atos administrativos, estando previsto em diversos dispositivos constitucionais, em especial no art. 37, *caput*, CF. Além disso, deve ser constatado que o princípio da moralidade possui conteúdo jurídico, o que impede uma interpretação subjetiva do princípio em tela.

A alternativa “C” está correta. É o que se extrai do *caput* do art. 37, da Constituição.

RESPOSTA: “D”.

1570. (MP/SC - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/SC/2013) Julgue o seguinte item: “Servidores concursados, nomeados para cargos de provimento efetivo, estáveis após três anos de efetivo exercício de suas funções, somente perderão o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

A questão está incorreta, pois a sentença judicial com trânsito em julgado não é a única hipótese de perda do cargo do servidor público estável.

De acordo com o art. 41, §1º, da CF, perderá o cargo o servidor público estável, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (inciso I); mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa (inciso II); mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Além dessas hipóteses, é importante registrar ainda que o servidor estável poderá perder o cargo visando à contenção de gastos do poder público, conforme se extrai do art. 169, §4º, CF.

RESPOSTA: “ERRADA”.

1571. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO XII - FGV/2013) O Deputado Federal "Y" foi objeto de extensa investigação, e diversas reportagens jornalísticas indicaram sua participação em fraudes contra a previdência social. Além disso, inquéritos da polícia chegaram a fortes indícios de diversas práticas criminosas por uma quadrilha por ele liderada. O Ministério Público ofereceu denúncia contra sete acusados, incluindo o parlamentar. Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta:

A) Os deputados federais não podem ser presos em hipótese alguma, pois são invioláveis, na forma prevista na Constituição da República.

B) O processo criminal contra o deputado federal deverá tramitar perante o Superior Tribunal de Justiça e tem procedimento especial previsto em lei.

C) O tribunal competente, recebida denúncia contra o deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, dará ciência à Câmara dos Deputados, que poderá sustar o andamento da ação por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, até a decisão final.

D) Os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa; não sendo concedida a licença, ficará suspensa a prescrição, até o fim do mandato.

A alternativa "C" está correta. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (art. 53, §3º, CF).

A alternativa "A" está equivocada. Apesar de serem os Deputados e Senadores invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos, poderão ser presos, mesmo após a expedição do diploma, quando em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão (art. 53, *caput* e §2º, CF).

A alternativa "B" está errada. De acordo com o art. 53, §1º, da Constituição, os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o *Supremo Tribunal Federal*. Além disso, não há qualquer previsão a respeito de procedimento especial.

A alternativa "D" está incorreta. A Constituição Federal, em sua redação original, previa que os membros do Congresso Nacional não poderiam ser processados criminalmente sem a prévia licença de sua casa ("regra da improcessabilidade"). Após a edição da Emenda Constitucional nº 35/01, não há previsão constitucional no sentido de que se exija prévia licença da Casa respectiva para processar criminalmente os membros do Congresso Nacional, o que torna incorreta a alternativa.

RESPOSTA: "C".

1572. (SEFAZ/RJ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - FCC/2014) Alterar a Constituição da República, para que uma parte dos Deputados Federais seja eleita por outro sistema que não o proporcional:

A) É possível, mediante proposta de emenda constitucional discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, aprovada pela obtenção, em ambos, de três quintos dos votos dos respectivos membros.

B) É possível, mediante proposta de emenda constitucional a ser discutida e votada no Congresso Nacional, em sessão unicameral, aprovada pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

C) Não é possível, pois a referida alteração deve ser feita por meio da manifestação do Poder Constituinte Originário.

D) É possível, mediante a aprovação de projeto de lei complementar pelo voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em um só turno de discussão e votação.

E) É possível, mediante a aprovação de decreto legislativo baseado em proposta de iniciativa popular subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

A questão trata da possibilidade de *alteração* da Constituição da República, conforme consta no enunciado. Sobre este assunto, é evidente que a Constituição somente poderá ser alterada por meio de Emenda Constitucional, sendo que a proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, §2º, CF).

Nestes termos, tendo em vista que a hipótese descrita no enunciado da questão não se encontra no rol de matérias vedadas pelo art. 60, §4º, CF, deve ser considerada correta a alternativa "A".

Em consequência, está incorreta a alternativa "B", pois a sessão para a votação da proposta de emenda não será unicameral, devendo, em verdade, ser votada em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional (art. 60, §2º, CF).

A alternativa "C" está equivocada, pois, como já afirmado, é possível a alteração proposta pelo enunciado da questão.

Da mesma forma, as alternativas "D" e "E" devem ser consideradas incorretas, pois dispõem que a Constituição será alterada por meio de lei complementar e decreto legislativo, o que está errado, já que a Lei Fundamental apenas pode ser alteração por emenda constitucional.

RESPOSTA: "A".

1573. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) A Câmara dos Deputados decide instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar suposto desvio de verbas públicas. Ao

iniciar seus trabalhos, solicita a oitiva de acusados e testemunhas, decreta a indisponibilidade de bens de um determinado Ministro de Estado e solicita às empresas de telefonia a lista dos números de telefones para os quais o referido Ministro teria entrado em contato no período sob investigação. Em relação às prerrogativas da CPI, é correto afirmar:

A) A Câmara dos Deputados não pode, isoladamente, formar uma CPI, já que, pela dimensão da tarefa investigativa que realiza, precisa atuar em conjunto com o Senado Federal.

B) Para assegurar eficiência no andamento de suas investigações, a CPI tem poderes para decretar a indisponibilidade de bens de acusados, independentemente de ordem judicial.

C) Caso a CPI apure que há responsabilidades civis e penais do Ministro de Estado, poderá aplicar-lhe a pena de perdimento de bens e a inabilitação para o exercício de função pública por oito anos.

D) A CPI tem poderes para solicitar a quebra do sigilo dos dados telefônicos do acusado, diretamente às empresas de telefonia, independentemente de ordem judicial, por essa medida afetar apenas o sigilo de dados, e não propriamente o sigilo das comunicações telefônicas.

E) Ministros de Estado não podem ser investigados por CPI, por ocuparem cargo público notório no Poder Executivo, situação que afrontaria o princípio da separação de poderes.

A alternativa "D" está certa, pois uma coisa é a interceptação de conversas telefônicas (matéria sujeita à "reserva de jurisdição"), e outra é a quebra de dados telefônicos.

A interceptação consiste na captação, por um terceiro, das conversas entre duas ou mais pessoas, sem o conhecimento destes, e tem sua disciplina regulada pela Lei nº 9.296/96. Neste prumo, convém falar que somente a autoridade judicial pode determinar a interceptação, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial (durante as investigações), ou a requerimento do Ministério Público (durante as investigações, bem como na já no próprio processo). Eis o teor do art. 3º, da Lei nº 9.296/96. Comissão Parlamentar de Inquérito não pode, pois, determinar a realização de interceptação telefônica, pois trata-se de matéria pertinente à chamada "reserva de jurisdição", isto é, questões que somente podem ser determinadas pela autoridade judicial.

Já a quebra do sigilo telefônico pode ser determinada por CPI, pois não consiste na obtenção do teor das conversas, mas sim nos telefonemas que foram feitos, bem como suas durações, num certo lapso temporal.

A alternativa "A" está errada. Com base no parágrafo terceiro, do art. 58, da Constituição Federal, é possível a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito apenas na Câmara dos Deputados, apenas no Senado Federal, ou de forma mista, nas duas Casas Legislativas federais do país. Basta o requerimento de um terço dos membros da Casa (se a Comissão for mista precisa da adesão de um terço de cada Casa), para a apuração de fato determinado, e com prazo certo de duração.

A alternativa "B" está errada, pois a decretação de indisponibilidade de bens é matéria enquadrada na chamada "reserva de jurisdição".

A alternativa "C" está equivocada. Comissão Parlamentar de Inquérito não impõe pena, mas apenas encaminha suas conclusões ao Ministério Público, se for o caso, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (parte final, do parágrafo terceiro, do art. 58, da Lei Fundamental).

A alternativa "E" está incorreta. Membros dos Três Poderes podem ser investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sem que isso represente afronta à separação constitucional de funções.

RESPOSTA: "D".

1574. (PG/DF - TÉCNICO JURÍDICO - IADES/2011) A harmonia entre as funções estatais foi uma das cláusulas eleitas pela Constituinte como inalteráveis pelo processo de emenda constitucional. Nesse sentido, uma das funções mais importantes que dizem respeito ao Legislativo é a de fiscalização. Dentre os modos de realizá-la, o Parlamento utiliza-se das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI. Acerca da disciplina desse instituto, assinale a alternativa incorreta:

A) As CPIs, além de outras formas previstas nos Regimentos Internos das Casas Legislativas, têm poderes de investigação que são próprios dos Membros do Poder Judiciário.

B) As CPIs têm poder para determinar, se for necessário, a conduta coercitiva de testemunhas, sem a intervenção judicial.

C) As CPIs podem, sem necessitar de prévio consentimento judicial, determinar, desde que fundamentadamente, e para o objeto diretamente relacionado com a matéria investigada, buscas no domicílio do investigado.

D) As CPIs podem, sem necessitar de prévia autorização judicial, determinar, inclusive, a quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados, neste último, incluído o telefônico.

E) A esposa do investigado, ao faltar com a verdade no seu testemunho perante uma CPI, não é passível de incorrer em crime de falso testemunho, tendo somente o investigado o que se denomina direito de mentir.

A alternativa "C" é a incorreta (a qual merece, portanto, ser assinalada). A busca domiciliar é matéria que se enquadra dentro da "reserva de jurisdição", isto é, somente a autoridade judicial pode determinar a entrada num domicílio por agente persecutório. Aliás, além dela, também a determinação de interceptações telefônicas, a decretação de prisão (que não em flagrante, que já pode ser efetuada, naturalmente, por qualquer do povo) e o sigilo imposto ao processo se inserem em tal cláusula constitucional.

Isto posto, as alternativas "A", "B", "D" e "E" estão corretas. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes investigatórios típicos das autoridades judiciais, ressalvadas as questões resguardadas à "reserva de jurisdição" que já foram mencionadas no parágrafo anterior.

RESPOSTA: "C".

1575. (TCM/BA - PROCURADOR ESPECIAL DE CONTAS - FCC/2011) Considere as seguintes afirmações a respeito da disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito:

I. As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle político, à disposição das minorias presentes nos órgãos legislativos, podendo ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.

II. Os poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito não compreendem a decretação de prisão em caráter cautelar ou a realização de busca e apreensão no domicílio dos investigados, na medida em que essas ações estão protegidas pela cláusula de reserva jurisdicional.

III. A exigência constitucional de que as comissões parlamentares de inquérito sejam criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo impede que tenham objeto genérico e duração indeterminada.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.**
- B) II, apenas.**
- C) I e II, apenas.**
- D) I e III, apenas.**
- E) I, II e III.**

O item "I" está correto. Em primeiro lugar, de fato, as Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos de controle político, pois se destinam a averiguar, principalmente, questões envolvendo os três Poderes. Em segundo lugar, a exemplo do que ocorre no direito português e no direito alemão, são instrumento de controle à disposição das minorias políticas (dependem da adesão de apenas um terço da Casa Legislativa). E, em terceiro lugar, as Comissões Parlamentares tanto podem ser instauradas no âmbito do Senado Federal, como no âmbito da Câmara dos Deputados, como podem ser "Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito", isto é, instauradas em conjunto pelas duas Casas legislativas federais (caso em que é preciso a adesão de um terço dos parlamentares de cada Casa).

O item "II" está correto. A decretação de busca domiciliar e prisão cautelar entra no rol de matérias sujeitas à "reserva de jurisdição".

O item "III", por fim, também está certo. Não se quer que as Comissões Parlamentares de Inquérito sejam criadas "às cegas", já que elas representam uma função atípica das Casas legislativas, a saber, a função investigatória. Assim, é preciso que o fato seja certo, e que o prazo de sua duração seja determinado (mesmo para evitar que sejam as Comissões utilizadas como instrumento de ameaça política).

Assim, corretos todos os itens, convém assinalar a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1576. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) O Senado Federal tem competência privativa para:

A) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

B) Dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.

C) Nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, o Presidente e os Diretores do Banco Central, após aprovação pelo Presidente da República.

D) Aprovar o estado de defesa, de sítio e a intervenção federal.

E) Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

O Senado tem competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República (art. 52, III, "b", CF). Por esse motivo, acertada é a alternativa "A".

A alternativa "B" está errada, pois a disposição sobre transferência temporária da sede do Governo Federal é de competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República (art. 48, VII, CF).

A alternativa "C" está incorreta, pois a competência para nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, o Presidente e os Diretores do Banco Central é do Presidente da República, após ouvido o Senado Federal (art. 84, XIV, CF).

A alternativa "D" está errada, pois a competência para aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, e para autorizar ou estado de sítio (ou suspender qualquer dessas medidas) é exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, IV, CF).

A alternativa "E", por fim, está errada, pois o ato de permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente é ato autorizado pelo Presidente da República, após a chancela do Congresso Nacional (art. 49, II, CF).

RESPOSTA: "A".

1577. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Os Deputados Federais:

A) Julgam processo de *impeachment* contra o Presidente da República.

B) São eleitos por suas bases estaduais, na medida em que devem representar os interesses federativos de seus Estados-Membros no Congresso Nacional.

C) Elegem-se pelo sistema majoritário com dois suplentes.

D) Possuem mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos para um único período subsequente.

E) Não perderão o mandato se forem investidos no cargo de Ministro do Estado.

A alternativa "E" está correta. Se investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária, o Deputado Federal (também o Senador) não perderá o mandato (art. 56, I, CF).

A alternativa "A" está errada. Compete à Câmara dos Deputados, apenas, admitir a acusação contra o Presidente da República, por dois terços de seus membros. O julgamento competirá ao Supremo Tribunal Federal (nos crimes comuns) e ao Senado (nos crimes de responsabilidade). É o que consta do art. 86, *caput*, da Lei Fundamental.

A alternativa "B" está equivocada. Os Deputados Federais, apesar de eleitos por suas bases estaduais, não representam os interesses dos Estados-membros no Congresso Nacional, mas sim do povo dos Estados-membros pelos quais foram eleitos. Quem defende os interesses dos Estados são os Senadores da República. Por isso o número de Senadores é invariável por Estado (três), enquanto o número de Deputados Federais varia de acordo com o contingente populacional de cada Estado. Tais informações podem ser extraídas do art. 45, *caput*, e do art. 46, *caput*, ambos da Constituição Federal.

A alternativa "C" não está certa. Quem se elege pelo sistema majoritário, com dois suplentes, são os Senadores da República (art. 46, §3º, CF). Os Deputados Federais são eleitos pelo sistema proporcional (art. 45, *caput*, CF).

A alternativa "D" não está correta. Apesar de serem eleitos para legislatura de quatro anos, não há limites de reeleições aos Deputados Federais.

RESPOSTA: "E".

1578. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) Em relação às imunidades parlamentares, a Constituição Federal estabelece que:

A) A prerrogativa dos Deputados e Senadores não serem violados civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos, no exercício da função, é denominada imunidade material.

B) As imunidades de Deputados e Senadores são automaticamente restringidas durante a intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio.

C) As imunidades formais e materiais de Deputados e Senadores somente podem ser alegadas no exercício da função e no recinto do Congresso Nacional.

D) A impossibilidade de Deputados e Senadores serem presos, desde a expedição do diploma, salvo em flagrante de crime inafiançável, é um desmembramento da imunidade material.

E) A instauração de processo contra Deputados e Senadores, pelo Supremo Tribunal Federal, depende de autorização prévia da Casa à qual pertence o parlamentar.

A alternativa "A" está correta. A imunidade material é a inviolabilidade, civil e penal, dos Deputados e Senadores, por suas opiniões, palavras e votos (tal imunidade somente alcança as manifestações dos parlamentares que guardarem nexos com o exercício de suas funções). Ela está consagrada no *caput* do art. 53, da Constituição Federal.

A alternativa "B" está errada. Consoante o parágrafo oitavo, do art. 53, da Carta Magna pátria, as imunidades de Deputados e Senadores subsistirão durante o Estado de Sítio (e, logo, durante o menos gravoso Estado de Defesa), só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, *nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida*. Veja-se que, dentro do recinto do Congresso Nacional, não há se falar em suspensão das imunidades durante os Estados de Sítio e de Defesa.

A alternativa "C" está incorreta. As imunidades formais e materiais de Deputados e Senadores podem ser alegadas no exercício da função em todo o território nacional.

A alternativa "D" está errada. A impossibilidade de Deputados e Senadores serem presos, desde a expedição do diploma, salvo em flagrante de crime inafiançável, é um desdobramento da *imunidade formal*.

Não menos equivocada, por fim, é a alternativa "E". Até a Emenda Constitucional nº 35/2001, exigia-se a autorização da Casa legislativa respectiva para processar e julgar o parlamentar. Agora, nos termos do terceiro parágrafo, do art. 53, da Constituição, recebida a denúncia contra o Senador ou o Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. Ou seja, após a mencionada Emenda Constitucional, primeiro começa a ação penal, depois a Casa legislativa opta por sustá-la (um detalhe que merece ser sobrelevado é que esse procedimento somente se verifica para crime ocorrido após a diplomação. Antes da diplomação, o Supremo Tribunal poderá processar e julgar independentemente de possibilidade de sustação do processo pela Casa legislativa a que pertence o parlamentar).

RESPOSTA: "A".

1579. (TCE/PR - ANALISTA DE CONTROLE - FCC/2011) A Câmara dos Deputados tem competência privativa para:

A) Exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

B) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

C) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

D) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

E) Determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.

Segundo o art. 51, da Lei da República, compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado (inciso I); proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa (inciso II); elaborar seu regimento interno (inciso III); dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (inciso IV); e eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII (inciso V).

Das alternativas constantes do enunciado da questão, a única que contempla uma hipótese acima elencada é a assertiva prevista na letra "D".

RESPOSTA: "D".

1580. (TRE/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2011)
A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento:

A) Das determinações do Presidente da República.

B) De seus pressupostos constitucionais.

C) Do parecer do Ministério da Justiça.

D) Dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

E) Dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento *de seus pressupostos constitucionais* (art. 62, §5º, CF).

Por isso, há se assinalar a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1581. (TRE/SC - ANALISTA JUDICIÁRIO - PONTUA/2011) Considerando-se as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre o Poder Legislativo da União, assinale a alternativa correta:

A) A partir da diplomação pela Justiça Eleitoral, Deputados Federais e Senadores não poderão ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

B) A proibição de prisão de Deputados Federais e Senadores, salvo em flagrante de crime inafiançável, é aplicável a partir da expedição do diploma pela Justiça Eleitoral.

C) Na hipótese de vacância e não havendo suplente, será realizada eleição para preencher a vaga, de Deputado Federal ou Senador, se faltarem mais de 24 meses para o término do mandato.

D) A prerrogativa de foro em matéria criminal junto ao Supremo Tribunal Federal para Deputados Federais e Senadores é aplicável a partir da posse no respectivo cargo.

A alternativa "B" está certa. A proibição de prisão de Deputados Federais e Senadores, salvo em flagrante de crime inafiançável, é aplicável a partir *da expedição do diploma pela Justiça Eleitoral* (art. 53, §2º, da Constituição da República).

A alternativa "A" está incorreta. A partir *da posse* (e não "da diplomação", como diz a assertiva) pela Justiça Eleitoral, Deputados Federais e Senadores não poderão ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo (art. 54, II, "d", CF).

A alternativa "C" está errada. Na hipótese de vacância e não havendo suplente, será realizada eleição para preencher a vaga, de Deputado Federal ou Senador, *se faltarem mais de quinze meses* (e não "vinte e quatro meses", como diz a assertiva) para o término do mandato (art. 56, §2º, CF).

A alternativa "D", por fim, não está certa. A prerrogativa de foro em matéria criminal junto ao Supremo Tribunal Federal para Deputados Federais e Senadores é aplicável *a partir da expedição do diploma* (e não "da posse no respectivo cargo", como diz a assertiva), conforme o primeiro parágrafo, do art. 53, da Constituição.

RESPOSTA: "B".

1582. (AL/ES - TÉCNICO LEGISLATIVO - CESPE/2011)
Tendo como referência a Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta acerca da teoria geral do processo legislativo:

A) Apenas o Poder Legislativo possui competência para deflagrar o processo legislativo.

B) O processo legislativo compreende a elaboração de leis ordinárias, de leis complementares, de leis delegadas, de resoluções administrativas dos tribunais, bem como dos decretos regulamentares.

C) O processo legislativo é o conjunto de atos e atividades destinados à elaboração de normas jurídicas.

D) A CF estabelece diversas formas de elaboração das leis ordinárias, podendo o Poder Legislativo optar por qualquer delas.

E) Para a elaboração de suas próprias normas, os estados e os municípios podem se valer de processo legislativo próprio, diferente do modelo preconizado pela CF.

A alternativa "A" está errada, pois, apesar de ser função típica do Poder Legislativo a elaboração de leis, não há óbice às funções atípicas dos Poderes Executivo e Judiciário de também legislar. Basta analisar o art. 69 da Constituição, *p. ex.*, que elenca como competentes para leis ordinárias e complementares membros dos três Poderes.

A alternativa "B" está errada, tendo-se em vista que, com supedâneo no art. 59, CF, o processo legislativo compreende a elaboração de Emendas Constitucionais (inciso I); leis complementares (inciso II); leis ordinárias (inciso III); leis delegadas (inciso IV); medidas provisórias (inciso V); decretos legislativos (inciso VI); e resoluções (inciso VII).

A alternativa "D" está errada. O procedimento legislativo que dará ensejo a uma lei ordinária pode ser *ordinário* (tipicamente utilizado) ou *sumário* (quando o Presidente da República solicitar urgência na apreciação de projetos de sua iniciativa). A escolha por um ou outro procedimento não é de livre arbítrio do Poder Legislativo.

A alternativa "E" está errada. Os Estados e Municípios, para elaboração de suas leis, não podem adotar modelo próprio, devendo se valer do mesmo processo legislativo previsto na Constituição Federal. Trata-se do chamado "Princípio da Simetria", haja vista serem as normas atinentes a processo legislativo de observância obrigatória.

Resta correta, pois, a alternativa "C", segundo a qual o processo legislativo serve para criar normas jurídicas, sejam elas regras ou princípios.

RESPOSTA: "C".

1583. (AL/ES - TÉCNICO LEGISLATIVO - CESPE/2011)
A respeito de processo legislativo, assinale a opção correta:

A) Iniciativa de lei é a prerrogativa concedida aos parlamentares e também a qualquer cidadão ou entidade de classe para apresentar projetos de lei nas casas legislativas.

B) A deliberação parlamentar consiste na ampla discussão e votação sobre a matéria do projeto de lei apresentado, que pode ser aprovado ou rejeitado pelo Poder Legislativo.

C) O chefe do Poder Executivo analisa o projeto de lei ordinária aprovado ou rejeitado, podendo, então, vetá-lo ou sancioná-lo.

D) A promulgação consiste em tornar pública a existência da lei aos seus destinatários, por meio de sua inserção no Diário Oficial.

E) O processo legislativo ordinário destina-se à elaboração de leis ordinárias, de leis complementares e de leis delegadas.

A alternativa "A" está errada. Além dos agentes mencionados na assertiva, há também outros legitimados, como o Presidente da República, o Presidente da República, STF e Tribunais Superiores.

A alternativa "C" não está correta. Somente os projetos de lei aprovados são encaminhados ao chefe do Poder Executivo para juízo de sanção ou veto.

A alternativa "D" está equivocada. O ato de tornar pública a existência da lei aos seus destinatários, por meio de sua inserção no Diário Oficial, é denominado "publicação". A "promulgação", diferentemente, é a declaração oficial de que a lei existe, é autêntica, e está pronta para ser executada.

A alternativa "E" não está certa. O procedimento legislativo ordinário é aquele previsto para a elaboração de lei ordinária, apenas.

Isto posto, a alternativa correta é a letra "B", segundo a qual a deliberação parlamentar consiste na ampla discussão e votação sobre a matéria do projeto de lei apresentado, que pode ser aprovado ou rejeitado pelo Poder Legislativo.

RESPOSTA: "B".

1584. (AL/ES - TÉCNICO LEGISLATIVO - CESPE/2011)
A respeito das espécies normativas, assinale a opção correta:

A) Os decretos legislativos são espécies normativas emanadas da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

B) As leis delegadas são elaboradas pelo presidente da República ou pelo presidente do Congresso Nacional, após autorização do Poder Legislativo.

C) As leis complementares são hierarquicamente superiores às leis ordinárias.

D) As medidas provisórias terão força de lei após sua apreciação e conversão pelo Congresso Nacional.

E) As leis ordinárias necessitam de quórum especial para aprovação.

A alternativa "A" está correta. Os decretos legislativos são espécies normativas emanadas da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

A alternativa "B" é incorreta, pois, em verdade, as leis delegadas são elaboradas tão somente pelo Presidente da República, *cuja solicitação de delegação deve ser feita ao Congresso Nacional* (art. 68, *caput*, CF).

A alternativa "C" está errada. Não existe qualquer hierarquia entre lei complementar e lei ordinária. Essa questão, inclusive, já foi tema bastante divergente, mas, atualmente, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça afirmam não haver qualquer hierarquia entre estas duas espécies normativas (ambas retiram seu fundamento de validade diretamente da Constituição Federal). As únicas diferenças são o *quórum* de votação (lei complementar exige maioria absoluta), bem como o fato de que as matérias que a Constituição Federal quer que sejam tratadas por lei complementar são "*matérias reservadas*".

A alternativa "D" está equivocada. As medidas provisórias têm força de lei desde sua edição, pelo Presidente da República (art. 62, *caput*, CF).

A alternativa "E" está incorreta, pois não se exige *quórum* especial de aprovação para lei ordinária. Deve haver maioria relativa para lei ordinária, isto é, mais de cinquenta por cento dos presentes na votação respeitado o *quórum* de instalação que é de maioria absoluta (já para lei complementar, o *quórum* de aprovação é de maioria absoluta, conforme o art. 69, CF, isto é, mais de cinquenta por cento dos membros da Casa legislativa).

RESPOSTA: "A".

1585. (AL/ES - TÉCNICO LEGISLATIVO - CESPE/2011)

Assinale a opção correta acerca de técnica legislativa:

A) A lei não precisa indicar expressamente o prazo da *vacatio legis*, tendo em vista que este é igual para todas as normas, não havendo possibilidade de alteração desse prazo.

B) Como regra, os projetos de leis não podem sofrer emendas ou alterações ao longo do processo legislativo.

C) O regime de urgência é determinado pelo presidente do Congresso Nacional e restringe-se aos projetos de lei de grande repercussão social.

D) A ementa, que é a síntese do conteúdo da lei, deve ser concebida de modo a que, a partir da sua leitura, seja possível a rápida identificação do tema tratado pela respectiva lei.

E) A mesma lei pode tratar de vários objetos, ainda que não haja afinidade, pertinência ou conexão entre eles.

A alternativa "A" está equivocada, pois o art. 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê que, salvo disposição contrária, a lei começa vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. Isto significa que tanto pode se prever um prazo menor ou um prazo maior de quarenta e cinco dias, como pode ser previsto que a lei tenha vigência imediata a partir de sua publicação.

A alternativa "B" não está correta. É perfeitamente possível que os projetos de lei sofram alterações/emendas durante o processo legislativo. Isso faz parte da chamada "deliberação dos parlamentares". Tal dado tanto é verdade que o art. 65, da Constituição, prevê que o projeto de lei aprovado por uma Casa *será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação*, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Mas, conforme o parágrafo único, do mesmo dispositivo, *sendo o projeto emendado*, voltará à Casa iniciadora.

A alternativa "C" está incorreta. Quem solicita urgência para apreciação (procedimento legislativo sumário) é o Presidente da República para apreciação dos projetos de sua iniciativa (art. 64, §1º, CF).

A alternativa "E" está errada. Uma mesma lei *não* pode tratar de vários objetos. É preciso que uma lei tenha pertinência temática, iniciando e, se possível, esgotando, *um único assunto*.

Isto posto, está correta a alternativa "D". A ementa, que é a síntese do conteúdo da lei, deve ser concebida de modo a que, a partir da sua leitura, seja possível a rápida identificação do tema tratado pela respectiva lei. Eis a essência do art. 5º, da Lei Complementar nº 95/1998 (que é a lei complementar que disciplina os procedimentos de elaboração de leis).

RESPOSTA: "D".

1586. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)

Será objeto de deliberação em cada Casa do Congresso Nacional a proposta de Emenda à Constituição formulada por César, Presidente da República, tendente a abolir:

A) A exigência de submeter de imediato ao Congresso Nacional a medida provisória que adotar no caso de relevância e urgência.

B) A forma federativa de Estado.

C) O voto direto, secreto, universal e periódico.

D) A separação dos Poderes.

E) Os direitos e garantias individuais.

Conforme o parágrafo quarto, do art. 60, da Constituição, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado (inciso I); o voto direto, secreto, universal e periódico (inciso II); a separação dos Poderes (inciso III); e os direitos e garantias individuais (inciso IV).

Sendo assim, das alternativas acima, a única que não trata de matéria de alteração vedada constitucionalmente é aquela constante da letra "A".

RESPOSTA: "A".

1587. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO 2 - FGV/2011) A iniciativa popular é uma das formas de exercício da soberania previstas na Constituição da República. O projeto de lei resultante de iniciativa popular deve:

A) Ser dirigido à Mesa do Congresso Nacional.

B) Ser subscrito por, no mínimo, 2% do eleitorado nacional.

C) Ser subscrito por eleitores de cinco Estados da Federação.

D) Dispor sobre matéria de lei ordinária.

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuídos pelo menos por cinco Estados, como não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (art. 61, §2º, CF). A Lei nº 9.709/98, em seu art. 13, bem como o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ajudam a disciplinar a questão.

Sendo assim, a alternativa "A" está errada, pois o projeto de lei não é apresentado à Mesa do Congresso Nacional, mas à Câmara dos Deputados; a alternativa "B" está errada, pois o projeto de lei deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, e não dois por cento como trata a assertiva; e a alternativa "D" está incorreta, pois o projeto de lei pode dispor tanto sobre matéria de lei ordinária como matéria de lei complementar.

Resta correta, neste diapasão, a alternativa "C", que exige a subscrição de eleitores de cinco Estados da Federação.

RESPOSTA: "C".

1588. (TCE/RS - OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) A respeito da organização dos poderes da República Federativa do Brasil, julgue o próximo item: "Tanto deputados federais quanto senadores não poderão manter contratos com empresas concessionárias de serviços públicos após a diplomação, devendo encerrar contratos previamente acordados".

Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço pública, *salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes* (art. 54, I, "a", CF), também denominado de contrato de adesão, como, *p. ex.*, contrato de abertura de conta em banco, contrato para prestação de serviço de telecomunicação, contrato com companhia aérea.

Assim, há exceções para a proibição de manter contratos com empresas concessionárias de serviços públicos após a diplomação, o que torna a afirmação errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1589. (TCE/RO - AGENTE ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Acerca da organização do Estado e da organização do poder estabelecida na CF, julgue o seguinte item: "Cada estado-membro e o Distrito Federal possuem três senadores. Os senadores são eleitos pelo sistema majoritário e gozam de imunidade material e formal. Somente brasileiro nato poderá ser presidente do Senado Federal. É da competência privativa do Senado Federal escolher dois terços dos membros do TCU".

Cada Estado-membro e o Distrito Federal elegerão três Senadores, eleitos segundo o princípio majoritário (art. 46, *caput*, CF) para mandato de oito anos (art. 46, §1º, CF), e gozam de imunidade material e formal (art. 53, CF). O cargo de presidente do Senado Federal é privativo de brasileiro nato (art. 12, §3º, III, CF).

Todas as informações trazidas acima estão de acordo com o enunciado da questão. Contudo, o erro está na parte final, pois a competência para escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União é exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, XIII, CF), e não privativa do Senado Federal.

Diante disso, a afirmação está errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1590. (TRT/18ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Xisto é eleito Senador de um determinado Estado Brasileiro. No ano de 2012, Xisto passa a ser investigado por crime de corrupção passiva cometido após a sua diplomação e acaba sendo denunciado pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal. Neste caso, o Supremo Tribunal Federal:

A) Dará ciência, após receber a denúncia, ao Senado Federal que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal, sustação esta que interrompe a prescrição, cujo prazo somente voltará a correr com o término do mandato de Xisto.

B) Deverá solicitar licença formal ao Senado Federal para que o Senador Xisto possa ser processado, licença esta que será deferida com voto da maioria absoluta dos membros do Senado Federal em sessão secreta.

C) Dará ciência, após receber a denúncia, ao Senado Federal que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de um terço de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal, sustação esta que interrompe a prescrição, cujo prazo somente voltará a correr com o término do mandato de Xisto.

D) Deverá solicitar licença formal ao Senado Federal para que o Senador Xisto possa ser processado, licença esta que será deferida com voto da maioria simples dos membros do Senado Federal em sessão secreta.

E) Dará ciência, após receber a denúncia, ao Senado Federal que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal, sustação esta que suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (art. 53, §3º, CF), sendo que a sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato (art. 53, §5º, CF).

Com este fundamento, a alternativa correta é a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1591. (MS - ANALISTA TÉCNICO - CESPE/2013) Julgue o item a seguir: "No âmbito federal brasileiro, o Poder Legislativo é bicameral, ao passo que, no âmbito estadual, distrital e municipal, consagra-se o unicameralismo".

A afirmação está correta, pois no âmbito federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto por duas Casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal (art. 44, *caput*, CF).

Já no âmbito estadual, distrital e municipal, a representação do Poder Legislativo é feita por apenas uma casa: Assembleia Legislativa, nos Estados; Câmara Legislativa, no Distrito Federal; e Câmara Municipal, nos Municípios.

RESPOSTA: "CORRETA".

1592. (DPE/DF - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2013)
Com relação ao Poder Legislativo, julgue o item subsequente: "Uma CPI poderá ser instalada mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, não se exigindo que o requerimento seja submetido à deliberação plenária da Casa".

A afirmação está em consonância com o entendimento jurisprudencial fixado pelo Supremo Tribunal Federal, que deliberou no sentido de que a Constituição assegura a criação da CPI pelo requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou um terço dos membros do Senado Federal (art. 58, §3º, CF), não se exigindo a deliberação do plenário da casa (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 3619, Rel. Min. Eros Grau, DJ 20.04.2007).

RESPOSTA: "CORRETA".

1593. (DPE/DF - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2013)
Com relação ao Poder Legislativo, julgue o item subsequente: "Na CF, é expressamente estabelecido que cada legislatura tenha a duração de quatro anos".

De acordo com o art. 44, parágrafo único, da Constituição, cada legislatura terá a duração de quatro anos, o que torna a afirmação correta.

Sobre o assunto, é importante não confundir a *legislatura* com a *sessão legislativa*, que é o período anual de reunião do Congresso Nacional, que será realizada do dia 2 de fevereiro ao dia 17 de julho e do dia 1º de agosto ao dia 22 de dezembro (art. 57, *caput*, CF).

Da mesma forma, não se pode confundir a legislatura com o período de duração do mandato dos parlamentares. Isto porque, o mandato dos Deputados é semelhante ao período de legislatura, ou seja, tem duração de quatro anos. Por outro lado, o mandato dos Senadores tem a duração de oito anos (são eleitos para duas legislaturas), e sua representação nos Estados-membros e no Distrito Federal se renova de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços (art. 46, §§ 1º e 2º, CF).

RESPOSTA: "CORRETA".

1594. (PM/SC - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR - IOBV/2013) Considerando o Capítulo referente ao Poder Legislativo disposto na Constituição Federal vigente, assinale a correta:

A) Os Deputados e Senadores são invioláveis na esfera civil e violáveis penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

B) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

C) Cabe ao Congresso Nacional, independente da sanção do Presidente da República, a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.

D) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, independará de prévia licença da Casa respectiva.

A alternativa "B" está certa. O enunciado da alternativa reflete a literalidade do texto contido no segundo parágrafo, do art. 53, da Constituição da República.

A alternativa "A" está errada. Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos (art. 53, *caput*, CF).

A alternativa "C" está equivocada. A fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas é de competência do Congresso Nacional, mas *depende* de sanção do Presidente da República (art. 48, III, CF).

A alternativa "D" está incorreta. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, *dependará* de prévia licença da Casa respectiva, nos termos do art. 53, §7º, da Lei Fundamental.

RESPOSTA: "B".

1595. (PC/BA - DELEGADO DE POLÍCIA - CESPE/2013)
A respeito do Poder Legislativo, julgue o próximo item: "Aos suplentes de senadores e deputados federais são garantidas as mesmas prerrogativas dos titulares, ainda que aqueles não estejam em exercício".

A alternativa está errada, pois os suplentes de Senadores e Deputados apenas usufruem dos direitos, vantagens e prerrogativas do titular *quando estiverem em pleno exercício*. Significa dizer que as prerrogativas do cargo somente são aplicadas a quem esteja exercendo o mandato, seja titular ou suplente.

RESPOSTA: "ERRADA".

1596. (TJ/SC - JUIZ - TJ/SC/2013) Sobre o Poder Legislativo, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

II. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, dentre as quais a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal.

III. É da competência exclusiva do Congresso Nacional escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas da União.

IV. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- C) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- E) Somente as proposições II e IV estão corretas.

O item "I" está incorreto apenas no que toca ao sistema adotado para a eleição de Deputados: para estes vale o *sistema proporcional*, e não o majoritário (art. 45, *caput* e §1º, CF).

O item "II" está certo. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, e, dentre outras, sobre a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal (art. 48, IX, CF).

O item "III" está equivocado. É competência exclusiva do Congresso Nacional escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União (art. 49, XIII, CF).

O item "IV" está correto. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado (art. 52, I, CF).

Estando corretos apenas os itens "II" e "IV", deve ser assinalada a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1597. (TRT/5ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - CESPE/2013) Em relação ao Poder Legislativo, assinale a opção correta:

- A) Os parlamentares integrantes da Câmara dos Deputados são eleitos pelo sistema majoritário.
- B) As propostas de emenda à Constituição devem ser sancionadas pelo presidente da República, ressalvados os casos de sua iniciativa exclusiva.
- C) Decreto do presidente da República que viole os limites legais pode ser objeto do controle político repressivo de constitucionalidade pelo Congresso Nacional.
- D) Ao Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar e integrante do Poder Legislativo, compete julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- E) O presidente da República detém competência para vetar, por razões de inconstitucionalidade, determinada palavra contida em projeto de lei.

A alternativa "C" está certa. De acordo com o art. 49, V, CF, é de competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Neste panorama, a violação dos limites legais pelo Presidente admite o controle político repressivo.

A alternativa "A" está errada. De acordo com o art. 45, *caput*, CF, os deputados são eleitos pelo sistema proporcional.

A alternativa "B" está equivocada. O processo de elaboração das emendas à constituição está previsto no art. 60 da Constituição, de onde se extrai que a proposta será discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, §2º, CF), sendo que, após a aprovação, a emenda será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem (art. 60, §3º, CF). Não há, portanto, no processo de edição da emenda à Constituição, a participação do Presidente da República por meio de sanção ou veto.

A alternativa "D" está incorreta. A função do Tribunal de Contas da União é *apreciar* as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento (art. 71, I, CF). A função de julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente é de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, IX, CF).

A alternativa "E" está errada. De acordo com o segundo parágrafo do art. 66, da Constituição, o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. Significa dizer que o veto não pode recair apenas sobre uma palavra, pois poderia mudar completamente o sentido do texto, o que é proibido pelo Texto Constitucional.

RESPOSTA: "C".

1598. (MP/MS - ANALISTA - FGV/2013) De acordo com a Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional, autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do país, quando a ausência exceder o período de:

- A) Dez dias.
- B) Quinze dias.
- C) Vinte dias.
- D) Vinte e cinco dias.
- E) Trinta dias.

A alternativa "B" é a resposta correta, nos termos do art. 49, III, CF, que determina que é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias. Trata-se, inclusive, se norma de observância obrigatória para as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas.

RESPOSTA: "B".

1599. (CNJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013)
Julgue o seguinte item: "Quando um deputado federal emite sua opinião no âmbito do Congresso Nacional, ele estará inviolável, civil e penalmente, estando isento de ser enquadrado em crime de opinião. No entanto, se as palavras forem proferidas fora do Congresso Nacional, haverá a necessidade de se perquirir o vínculo de suas opiniões com a atividade política para que seja mantida a inviolabilidade".

De acordo com o art. 53, *caput*, da Constituição, os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Trata da imunidade material, que é assegurada sempre que o parlamentar estiver no exercício de suas funções, seja dentro ou fora da respectiva Casa, visando garantir a liberdade de manifestação e a independente dos parlamentares.

Diante disso, a afirmação está correta, pois a imunidade material é mantida sempre que se verifique nexos entre a manifestação do parlamentar e o desenvolvimento de sua função.

RESPOSTA: "CORRETA".

1600. (TJ/PE - JUIZ - FCC/2013) Perderá o mandato o Deputado ou Senador, perda essa que será declarada pela Mesa da Casa respectiva, assegurada ampla defesa:

A) Que, desde a posse, patrocinar causa em que seja interessada empresa concessionária de serviço público.

B) Que, desde a posse, tornar-se titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

C) Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

D) Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.

E) Que, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, em autarquia.

As hipóteses de perda do mandato do Deputado ou Senador estão previstas no art. 55, da Constituição, que dispõe que perderá o mandato o Deputado ou Senador que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 54 (inciso I); cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar (inciso II); que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada (inciso III); que perder ou tiver suspensos os direitos políticos (inciso IV); quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição (inciso V); ou que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado (inciso VI).

Além disso, de acordo com o terceiro parágrafo do art. 55, da Constituição, a perda do mandato em razão do parlamentar deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada (inciso III) será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Nestes termos, apenas a alternativa "D" está correta.

RESPOSTA: "D".

1601. (TRF/2ª REGIÃO - JUIZ FEDERAL - CESPE/2013)
A respeito das disposições constitucionais sobre o processo legislativo, assinale a opção correta.

A) O presidente da República não poderá reeditar, na mesma sessão legislativa, a medida provisória que tenha sido expressamente rejeitada. Ele poderá fazê-lo, porém, se a medida provisória tiver sofrido rejeição tácita ou implícita, que se caracteriza quando o Congresso Nacional não a examina dentro do prazo de cento e vinte dias previsto no texto constitucional.

B) Compete às assembleias legislativas estaduais, por autoridade própria, dispor, mediante decretos legislativos, sobre a iniciativa popular de lei no âmbito dos respectivos estados.

C) Nos casos em que o presidente da República, transcorrido o prazo de quinze dias úteis do recebimento de projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, não se manifestar expressamente no sentido de sancionar ou de vetar o projeto, ocorrerá a sanção tácita, que terá como fase seguinte a promulgação da lei.

D) As resoluções são atos normativos destinados a regular assunto de competência exclusiva do Congresso Nacional, incumbindo-lhes, prioritariamente, referendar atos emanados do presidente da República.

E) A iniciativa para apresentação de proposta de emenda à CF por deputado ou senador depende da manifestação de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A alternativa "A" está errada. De acordo com o disposto no art. 62, §10, da Constituição Federal, é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

A alternativa "B" está incorreta. A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual (art. 27, §4º, CF).

A alternativa "C" está certa. Após a conclusão da votação nas casas do Congresso Nacional, o projeto de lei deverá ser enviado ao Presidente da República, que irá vetá-lo ou sancioná-lo (art. 66, *caput*, CF). Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção (art. 66, §3º, CF).

A alternativa "D" está equivocada. As resoluções destinam-se a regular assuntos de interesse interno do Congresso Nacional. Como exemplo, tem-se a forma pela qual ocorre a delegação, ao Presidente da República, para a elaboração de leis. Sobre as leis delegadas, registre-se que não será objeto de delegação, dentre outros, os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 68, *caput* e §2º, CF). Diante disso, o conceito apresentado na questão não define as resoluções.

A alternativa "E" está errada. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de *um terço*, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (art. 60, I, CF).

RESPOSTA: "C".

1602. (TRT/6ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - FCC/2013) Em fevereiro de 2013, foi apresentada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) à Câmara dos Deputados, objetivando modificar "a forma e os requisitos de investidura dos Ministros do Supremo Tribunal Federal". Do relatório de conferência de assinaturas respectivo, extrai-se que referida PEC foi subscrita por 166 dos 513 Deputados Federais. Nessa hipótese, a PEC em questão:

A) Não atende à exigência constitucional relativa à apresentação de propostas de emenda à Constituição por iniciativa de membros das Casas do Congresso Nacional.

B) Possui vício de iniciativa, uma vez que a matéria relativa à organização do Poder Judiciário é de iniciativa exclusiva dos órgãos daquele Poder e, nesse caso específico, do Supremo Tribunal Federal.

C) Deveria iniciar seu trâmite pelo Senado Federal, uma vez que apenas propostas de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores têm início na Câmara dos Deputados.

D) Versa sobre matéria vedada à atuação do poder de reforma constitucional, por implicar ofensa ao princípio da separação de poderes.

E) Reúne condições de admissibilidade quanto à matéria e à iniciativa para proposição, devendo ser submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

A alternativa "A" está certa. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta (art. 60, *caput*, CF) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I); do Presidente da República (inciso II); e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (inciso III). No caso trazido pela questão, a referida PEC deveria ter sido subscrita por, no mínimo, 171 deputados federais.

RESPOSTA: "A".

1603. (TJ/SP - ADVOGADO - VUNESP/2013) Considerando o processo legislativo pátrio, assinale a alternativa correta a respeito das leis complementares:

A) É vedada a delegação legislativa de matéria reservada à lei complementar, mas não há impedimento que essa mesma matéria seja objeto de medida provisória.

B) Exigem quorum de maioria absoluta de ambas as Casas Legislativas para sua aprovação, mas dispensam a sanção do Chefe do Executivo, uma vez que são promulgadas pelo Poder Legislativo.

C) A Constituição autoriza, com base no princípio do Estado democrático de Direito, que qualquer matéria seja objeto de iniciativa popular de lei complementar.

D) Sua função precípua é de complementariedade, não tendo por escopo interpretar a Constituição ou qualquer de suas normas.

E) Projeto de lei complementar da iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores deve ser apresentado, primeiramente, perante o Senado Federal.

A alternativa "A" está errada. Não será objeto de delegação a matéria reservada à lei complementar (art. 68, §1º, CF). Da mesma forma, é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada à lei complementar (art. 62, §1º, III, CF).

A alternativa "B" não está certa. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta (art. 69, CF). O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar (art. 65, CF). Registre-se, por fim, que a casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará (art. 66, CF).

A alternativa "C" está incorreta. Não há autorização expressa na Constituição de que qualquer matéria poderá ser objeto de iniciativa popular de lei complementar. Além disso, não poderá ser objeto de iniciativa popular as matérias de iniciativa reservada (*p. ex.*, art. 93, CF).

A alternativa "E" está equivocada. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados (art. 64, CF).

A alternativa "D" está certa. As leis complementares regulam matérias expressamente reservadas pela Constituição, sendo que sua função é complementar o ordenamento jurídico.

RESPOSTA: "D".

1604. (MP/PR - PROMOTOR SUBSTITUTO - MP/PR/2013) Assinale a alternativa incorreta:

A) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

B) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

C) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

D) Sem que se possa rotular de interferência do Judiciário sobre a atividade legislativa, é doutrinariamente admissível (e encontra precedentes na jurisprudência do STF) o controle jurisdicional da observância de restrições que o constituinte originário impôs ao poder constituído, no tocante a emendas constitucionais.

E) Ressalvadas as expressas vedações constitucionais, que proíbem a deliberação sobre propostas de emendas constitucionais que objetivem abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação de poderes e os direitos e garantias individuais, todos os demais pontos da Constituição podem ser emendados.

A alternativa "A" está certa. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (art. 60, §5º, CF).

A alternativa "B" está correta. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta (art. 60, CF) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I); do Presidente da República (inciso II); e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (inciso III).

A alternativa "C" é verdadeira. A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, §2º, CF).

A alternativa "D" está certa, pois trata do controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal.

A alternativa "E" está equivocada. O erro da questão está relacionado ao fato de que, além das cláusulas pétreas expressas (art. 60, §4º, CF), que estão transcritas no enunciado da alternativa, há ainda as *cláusulas pétreas implícitas*, que também não poderão ser abolidas. Assim, além dos pontos previstos no art. 60, §4º, CF, há ainda cláusulas implícitas que não podem ser emendadas. É o caso, *p. ex.*, dos princípios constitucionais sensíveis, previstos no art. 34, VII, CF.

RESPOSTA: "E".

1605. (MPU - ANALISTA - CESPE/2013) Acerca do processo legislativo, julgue o seguinte item: "Promulgação é ato que incide sobre projeto de lei, transformando-o em lei e certificando a inovação do ordenamento jurídico".

A afirmação está incorreta, pois a promulgação é ato que recai sobre a lei, propriamente dita, e não sobre o projeto de lei. A promulgação é o ato pelo qual se atesta a validade e a existência da lei.

Sobre a temática, deve ser anotado que no momento em que o projeto de lei é sancionado pelo Presidente de República (ou houver a rejeição do veto pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores em sessão conjunta) o projeto se transforma em lei.

RESPOSTA: "ERRADA".

1606. (TRF/2ª REGIÃO - JUIZ FEDERAL - CESPE/2011) A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública federal e das competências do TCU, assinale a opção correta:

A) Quando o TCU detectar irregularidades ou abusos na execução de contratos firmados pela administração pública federal, o Senado Federal poderá determinar-lhes a imediata sustação, além de poder imputar débito ou multa aos responsáveis.

B) A fiscalização exercida pelo Congresso Nacional sobre a administração pública federal, no que diz respeito aos aspectos financeiros, não alcança as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

C) Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

D) É competência exclusiva do Congresso Nacional julgar as contas prestadas pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.

E) Cabe à comissão mista de deputados e senadores, com exclusividade, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

A alternativa "C" está correta. O enunciado da alternativa encontra amparo no art. 71, VIII, da Constituição.

A alternativa "A" está errada, pois conforme se extrai do art. 71, §1º, CF, no caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo *Congresso Nacional*, que solicitará, imediatamente, ao *Poder Executivo* as medidas cabíveis.

A alternativa "B" está incorreta. De acordo com o posicionamento firmado pelo STF incidirá a fiscalização do TCU sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. MS 25092, Rel.: Min. Carlos Velloso, DJ. 17.03.2006).

A alternativa "D" está errada. Nos termos do art. 71, II, do Texto Maior, o controle externo da administração pública será exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete a função descrita na alternativa "D". Assim, a atribuição descrita acima não é exclusiva do Congresso Nacional, pois ele é auxiliado pelo Tribunal de Contas que também julgará as contas prestadas, conforme consta no artigo mencionado anteriormente.

A alternativa "E" está equivocada. É de competência da comissão mista permanente emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República (art. 166, §1º, I, CF). Contudo, esta competência *não é exclusiva*, pois também é exercida pelo Tribunal de Contas da União (art. 71, I, CF).

RESPOSTA: "C".

1607. (TSE - ANALISTA JUDICIÁRIO - CONSULPLAN/2012) Sobre o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle e fiscalização externos, é correto afirmar que:

A) Os Ministros do TCU têm as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

B) Os Ministros do TCU são nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, a partir de uma lista com cinco nomes elaborada pelo Tribunal.

C) A Constituição determina que o TCU seja integrado por onze Ministros, tenha sede no Distrito Federal, com quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território nacional.

D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, devem dar ciência ao TCU, sob pena de responsabilidade solidária.

A alternativa "D" está certa, conforme art. 74, §1º, CF.

A alternativa "A" não está correta. Os ministros do TCU terão as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do *Superior Tribunal de Justiça* (art. 73, § 3º, CF).

A alternativa "B" está equivocada. A Constituição da República, no art. 73, §2º, determina que os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos da seguinte forma: um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento (inciso I); dois terços pelo Congresso Nacional (inciso II).

A alternativa "C" está errada. O TCU é integrado por *nove* Ministros, com sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

RESPOSTA: "D".

1608. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) Considerando que Anastácio, Santiago, Eric, Roberto e Pompeu ocupam respectivamente os cargos de Senador, Advogado, Defensor Público, Juiz de Tribunal Regional Federal e Prefeito Municipal, é certo que Péricles na qualidade de auditor do Tribunal de Contas da União, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as do cargo de:

A) Anastácio.

B) Santiago.

C) Eric.

D) Pompeu.

E) Roberto.

O art. 73, §4º, da Constituição determina que o auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

De acordo com o enunciado da questão, Anastácio é senador, Santiago é advogado, Eric é defensor público, Roberto é juiz de TRF e Pompeu é Prefeito Municipal. Diante desse quadro, resta claro que Péricles terá as mesmas garantias e impedimentos de Roberto, juiz de TRF.

A alternativa correta, portanto, é a letra "E".

RESPOSTA: "E".

1609. (TCE/AP - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) De acordo com a Constituição Federal, o controle interno exercido no âmbito de cada Poder, alcança:

A) Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e, entre outras finalidades, a aplicação dos recursos públicos por entidades privadas.

B) Controle da legalidade, eficácia e eficiência da atuação administrativa, afastados os atos de mera execução orçamentária e gestão patrimonial.

C) Avaliação das metas previstas no Plano Plurianual, bem como dos atos de execução orçamentária, afastados os relativos a operações de crédito e garantias.

D) Exclusivamente o controle de legalidade dos atos da Administração direta e indireta.

E) Exclusivamente o controle de execução orçamentária e gestão patrimonial, no que diz respeito à legalidade e economicidade.

A alternativa "A" está correta e se fundamenta no art. 74, I e II, da CF, que estabelece, dentre outras finalidades do controle interno de cada poder, as finalidades contidas na letra "A" da questão.

As alternativas "B", "C", "D" e "E" não encontram amparo no art. 74 da Constituição Federal, e por isso devem ser consideradas erradas.

RESPOSTA: "A".

1610. (MS - ANALISTA TÉCNICO - CESPE/2013) No que diz respeito aos poderes do Estado e às funções essenciais da justiça, julgue o próximo item: **"Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas apresentadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo federal".**

A alternativa está incorreta, pois ao TCU compete apenas emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, nos termos do art. 71, I, CF.

Consta que compete ao *Congresso Nacional* julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República (art. 49, IX, CF).

RESPOSTA: "ERRADA".

1611. (SEFAZ/RJ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - FCC/2014) Suponha que o Presidente da República esteja obstruindo o livre exercício das atividades do Congresso Nacional. Neste caso:

A) A União poderá sofrer intervenção federal mediante requisição do Senado Federal.

B) A União poderá sofrer intervenção federal por solicitação do Congresso Nacional.

C) O Presidente da República poderá ser submetido a julgamento, perante o Senado Federal, por crime de responsabilidade.

D) A União poderá sofrer intervenção federal mediante provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

E) O Presidente da República poderá ser submetido a julgamento, perante o Supremo Tribunal Federal, por crime de responsabilidade.

As alternativas "A", "B" e "D" estão incorretas. Sobre a intervenção, registre-se que não há na Constituição Federal hipótese de intervenção federal sobre a União. Assim, nem os Estados-membros, muito menos os Municípios poderão intervir na União, o que torna as alternativas completamente equivocadas.

A alternativa "E" está errada, pois compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade (art. 52, I, CF).

A alternativa "C" está correta. O art. 85, II, da Constituição Federal determina que é crime de responsabilidade o ato do Presidente da República, dentre outros, que atente contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

RESPOSTA: "C".

1612. (TJ/SP - JUIZ - VUNESP/2013) Ato Normativo do Presidente da República que exorbita dos limites de delegação legislativa:

A) Autoriza o Congresso Nacional a revogar todo o Ato Normativo do Poder Executivo, por meio de uma Resolução.

B) Legitima o Presidente do Senado Federal a propor ação direta de inconstitucionalidade.

C) Autoriza o Congresso Nacional a sustar a parte do Ato Normativo do Poder Executivo que exorbitou dos limites de delegação legislativa, por meio de Decreto Legislativo.

D) Legitima a Mesa do Congresso Nacional a propor ação direta de inconstitucionalidade.

Dispõe o art. 49, V, da Lei Fundamental que compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Diante disso, deve ser assinalada a alternativa "C", pois é a única alternativa que está amparada pela Constituição Federal.

RESPOSTA: "C".

1613. (TCE/RS - OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) A respeito da organização dos poderes da República Federativa do Brasil, julgue o próximo item: **"Se o presidente da República atentar contra decisões judiciais poderá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, exigida a prévia autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados".**

Extrai-se do art. 85, VII, da Constituição da República que o ato do Presidente da República que atente contra decisões judiciais constitui crime de responsabilidade.

Nesta situação, compete à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República (art. 51, I, CF), que será julgado pelo *Senado Federal* (art. 52, I, CF).

Diante disso, a alternativa deve ser marcada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1614. (TRE/MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Em relação ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

A) Para ocupar o cargo de ministro de Estado, o cidadão deve ter, no mínimo, trinta anos de idade e estar no exercício de seus direitos políticos.

B) Não cabe aos ministros de Estado referendar os atos e decretos assinados pelo presidente da República.

C) O presidente da República tem autonomia para vetar artigo de projeto de lei por razões de inconstitucionalidade.

D) A CF autoriza a criação ou a extinção de órgãos públicos por meio de decreto presidencial.

E) A nomeação do procurador-geral da República pelo presidente da República independe de prévia aprovação do Senado Federal.

A alternativa "A" está errada. Os ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos (art. 87, *caput*, CF).

A alternativa "B" está incorreta. De acordo com a parte final do art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições, referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.

A alternativa "D" está equivocada. As competências privativas do Presidente da República estão previstas no art. 84 e seus incisos, de onde se extrai que o Presidente poderá dispor, mediante decreto, sobre extinção de *funções ou cargos* públicos, quando vagos. Assim, não há autorização de criação ou extinção de órgãos públicos por meio de decreto presidencial.

A alternativa "E" não está certa. A nomeação do Procurador-Geral da República necessita de prévia aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal (art. 128, §1º, CF).

A alternativa "C" está correta. Trata-se do denominado veto jurídico, que está amparado pelo art. 66, §1º, CF, de onde se extrai que se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

RESPOSTA: "C".

1615. (EBSERH - ADVOGADO - IBFC/2013) A Constituição da República estabelece que o Conselho da República e o Conselho Nacional de Defesa são igualmente competentes para se pronunciarem sobre:

- A) Declaração de guerra e celebração da paz.
- B) Intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- C) As questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- D) Concessão de indulto, podendo ouvir, se necessário, os órgãos competentes.

De acordo com o art. 90, I, da Constituição Federal, compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. Da mesma forma, nos termos do art. 91, §1º, II, CF, o Conselho de Defesa Nacional possui competência para opinar sobre a decretação de estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.

Diante do exposto, deve ser assinalada a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1616. (DEPEN - ESPECIALISTA - CESPE/2013) No que se refere a atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir: "Compete privativamente ao presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional".

A afirmação está correta. Aduz o art. 84, VIII, da Constituição que compete privativamente ao Presidente da República, dentre outras atribuições, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

RESPOSTA: "CORRETA".

1617. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir: "Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei".

O art. 84 da Constituição Federal elenca um rol de competências privativas do Presidente da República, sendo que nesta lista, extrai-se a competência para conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei (inciso XII).

Por este motivo, a questão deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1618. (TJ/SC - JUIZ - TJ/SC/2013) Assinale a alternativa incorreta:

A) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional. Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

B) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

C) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

D) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

E) O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dentre eles participam seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

Nos termos do art. 78, *caput* e parágrafo único, da Lei Fundamental, o Presidente e o Vice-Presidente tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, sendo que se, decorridos *dez dias* da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago. Assim, a alternativa "A" está errada, pois o prazo é de *dez dias* e não de quinze, como consta na alternativa.

A alternativa "B" está certa. O enunciado da alternativa está amparado pelo texto do art. 81, *caput* e §1º, da Constituição, que determina que vagando os cargos de

Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

A alternativa "C" está correta. De acordo com o art. 84, VI, alínea "b", CF, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

A alternativa "D" está correta. O Presidente da República é julgado perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, e perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, desde que previamente admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados (art. 86, *caput*, CF).

A alternativa "E" está certa. A composição do Conselho da República está prevista no art. 89 da Constituição, sendo que a participação dos seis cidadãos brasileiros natos, nos moldes mencionados na alternativa, está estabelecida no inciso VII.

RESPOSTA: "A".

1619. (TRF/2ª REGIÃO - JUIZ FEDERAL - CESPE/2013)
Assinale a opção correta acerca do Poder Executivo na ordem constitucional brasileira:

A) O Conselho da República é órgão superior de consulta do presidente da República, e dele participam, além dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria em ambas as casas legislativas, o ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, de livre nomeação pelo chefe do Poder Executivo.

B) Compete ao Conselho da República opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, de decretação do estado de defesa e do estado de sítio.

C) Tanto as funções de chefe de Estado como as de chefe de governo integram o rol de competências privativas do presidente da República.

D) A CF determina que, ficando vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República nos dois primeiros anos de mandato, o STF declarará a vacância de ambos os cargos e investirá na função de presidente o sucessor, para em seguida serem convocadas eleições.

E) Os ministros de Estado serão sempre julgados pelo STF, seja nos crimes comuns, seja nos crimes de responsabilidade.

A alternativa "A" está errada apenas no que se refere à nomeação dos seis cidadãos brasileiros natos. Isto porque, de acordo com o art. 89, VII, CF, os seis cidadãos brasileiros natos deverão ter mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução. Além deles, também participarão do Conselho da República o Vice-Presidente da República, os presidentes

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os líderes das majorias e minorias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e o Ministro de Justiça (art. 89, CF).

A alternativa "B" está incorreta. Compete ao *Conselho de Defesa Nacional* opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da Constituição, e opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal (art. 91, §1º, I e II, CF).

A alternativa "C" está certa. Em primeiro lugar deve ser esclarecido que a função de chefe de Estado é a de representar o país na ordem internacional, perante outras nações, e a de chefe de Governo é a atuação política interna do país. A Constituição da República elenca, no art. 84, as competências privativas do Presidente da República, de onde se extrai funções de chefe de Estado (*p. ex.*, incisos VII e VIII), e competências de chefe de Governo (*p. ex.*, incisos I ao VI). Diante disso, é correto afirmar que as duas funções integram o rol de competências privativas do presidente da República.

A alternativa "D" está incorreta. Sobre a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, a Constituição estabelece que será feita nova eleição noventa dias depois de aberta a última vaga (art. 81, *caput*, CF). Caso a vacância ocorra nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei (art. 81, §1º, CF). Assim, a hipótese apresentada na alternativa não está amparada pela Lei Fundamental.

A alternativa "E" está equivocada. Em regra, os Ministros de Estado são processados e julgados originariamente pelo Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "c", CF). Entretanto, há a hipótese de ser processado e julgado perante o Senado Federal, caso o Ministro de Estado tenha praticado crime de responsabilidade conexo aos crimes de responsabilidade praticado pelo Presidente ou Vice-Presidente da República.

RESPOSTA: "C".

1620. (PGE/RO - PROCURADOR - PGE/RO/2011)
Compete ao Conselho da República:

A) Opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.

B) Pronunciar-se sobre estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal.

C) Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

D) Opinar sobre a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

E) Estudar iniciativas para garantir a independência nacional e defesa do Estado democrático.

Com supedâneo no art. 90, da Lei Fundamental, compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio (inciso I), bem como sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas (inciso II). Assim, a alternativa que reproduz uma dessas competências é a letra "B", que trata da situação prevista no primeiro inciso, do art. 90, CF.

RESPOSTA: "B".

1621. (TRE/PE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011)
O Ministro do Planejamento participa como membro nato do Conselho:

- A) Dos Municípios, que se reúne trimestralmente no Congresso Nacional.
- B) Da República.
- C) Nacional de Justiça.
- D) Dos Estados, que se reúne bimestralmente no Congresso Nacional.
- E) De Defesa Nacional.

O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos o Vice-Presidente da República (inciso I); o Presidente da Câmara dos Deputados (inciso II); o Presidente do Senado Federal (inciso III); o Ministro da Justiça (inciso IV); o Ministro de Estado da Defesa (inciso V); o Ministro das Relações Exteriores (inciso VI); o *Ministro do Planejamento* (inciso VII); e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (inciso VIII).

Assim, se o Ministro do Planejamento participa do Conselho de Defesa Nacional, correta é a alternativa "E", portanto.

RESPOSTA: "E".

1622. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Atos do Presidente da República que contrariem a probidade na administração e o descumprimento das decisões judiciais, dentre outros, são considerados:

- A) Respectivamente crimes de responsabilidade e infrações penais comuns.
- B) Infrações penais comuns, apenas.
- C) Respectivamente infrações penais comuns e crimes de responsabilidade.
- D) Crimes de responsabilidade, apenas.
- E) Infrações penais comuns e crimes políticos.

Conforme o art. 85, da Constituição pátria, *são crimes de responsabilidade* os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a existência da União (inciso I); o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação (inciso II); o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais (inciso III); a segurança interna do país (inciso IV); *a probidade na administração* (inciso V); a lei orçamentária (inciso VI); e *a cumprimento das leis e das decisões judiciais* (inciso VII).

Veja-se, pois, que se um ato presidencial contraria a probidade na administração ou importe descumprimento de decisão judicial, configurado fica a prática de crime de responsabilidade, o que torna correta a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1623. (TCE/AP - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) O Presidente da República:

- A) Exerce a função de chefe de governo, mas não a de chefe de Estado.
- B) Toma posse em sessão da Câmara dos Deputados, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição.
- C) Tem competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes.
- D) Edita medidas provisórias, com força de lei.
- E) Nomeia Ministros de Estado, após a escolha ser aprovada pelo Congresso Nacional.

A alternativa "A" está errada. No Brasil, o Presidente da República cumula as funções de chefe de governo e de Estado (art. 84, II, CF).

A alternativa "B" está equivocada. A posse do Presidente da República e de seu Vice ocorrerá em sessão *do Congresso Nacional*, consoante o art. 78, *caput*, CF (e não "em sessão da Câmara dos Deputados", como diz a assertiva).

A alternativa "C" está errada. Dentre as atribuições do Presidente da República não está elencada a competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes. Tal competência é privativa do Senado Federal (art. 52, XV, CF).

A alternativa "E" não está certa. A escolha (e a exoneração) de Ministro de Estado independe de aprovação pelo Congresso Nacional (art. 84, I, CF).

Acertada, pois, é a alternativa "D". Editar medida provisória, com força de lei, nos termos do art. 62, CF, é uma das atribuições presidenciais previstas no art. 84, XXVI, da Constituição da República.

RESPOSTA: "D".

1624. (TRT/11ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) É lícito ao Presidente da República, delegar ao Ministro de Estado, a atribuição de:

- A) Exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- B) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos e celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- C) Dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, e sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- D) Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

E) Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional, conferir condecorações e distinções honoríficas e enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Consoante o art. 84, VI, "a", da Constituição Federal, uma das atribuições do Presidente da República é dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Nesta frequência, o parágrafo único, do art. 84, CF, prevê que o Presidente da República poderá delegar as atribuições previstas neste inciso VI, bem como aquelas previstas nos incisos XII e XXV, primeira parte, do art. 84, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Por fim, o art. 87, parágrafo único, IV, da Constituição, diz que compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições, praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Isto posto, das cinco alternativas mencionadas acima, a única delas que contempla hipótese em que é possível delegação de funções, pelo Presidente da República a Ministro de Estado, é aquela prevista na letra "C", a qual deve, pois, ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "C".

1625. (AL/ES - PROCURADOR - CESPE/2011) Com referência ao Poder Executivo nas esferas federal e estadual, assinale a opção correta:

A) Nos crimes comuns, os Governadores somente poderão ser processados penalmente mediante autorização da assembleia legislativa, competente para exercer o controle político prévio a qualquer acusação penal deduzida contra o chefe do Poder Executivo, compreendendo-se na locução crimes comuns todas as infrações penais, inclusive as de natureza meramente contravencional.

B) No procedimento aplicável aos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República, o juízo positivo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados não obriga o Senado Federal a processar e julgar o chefe do Poder Executivo.

C) Na hipótese de crime comum praticado pelo Presidente da República, uma vez autorizado o início da ação penal pela Câmara dos Deputados, o STF será obrigado a receber a denúncia ou queixa-crime.

D) Se, na hipótese de configuração de segundo turno nas eleições presidenciais, sobrevier impedimento legal de candidato, aquele que seria o seu vice-presidente concorrerá no segundo turno.

E) Será constitucional lei estadual que estabeleça a necessidade de licença prévia da assembleia legislativa para que o governador possa ausentar-se do país por qualquer prazo.

A alternativa "B" está errada. No procedimento aplicável aos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República, o juízo positivo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados *obriga* o Senado Federal a processar e julgar o chefe do Poder Executivo.

A alternativa "C" é incorreta. Na hipótese de crime comum praticado pelo Presidente da República, uma vez autorizado o início da ação penal pela Câmara dos Deputados, o STF não será obrigado a receber a denúncia ou queixa-crime, se observar que falta alguma condição de prosseguimento da ação penal. Trata-se de um juízo jurídico, e não político, como no caso de crime de responsabilidade.

A alternativa "D" não está correta. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, *convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação* (art. 77, §4º, CF).

A alternativa "E" está incorreta. O Presidente da República e seu Vice não poderão se ausentar do país, sem licença do Congresso Nacional, por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo (art. 83, CF). Isso significa, em primeiro lugar, que, num prazo menor que esse, não é preciso licença do Congresso Nacional; e, em segundo lugar, que por ser esta norma de observância obrigatória, o Princípio da Simetria impede que as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais/Distrital prevejam de maneira diferente (ex.: não pode uma Constituição Estadual prever que, se o Governador de Estado tiver de se ausentar do país por mais de oito dias, será preciso autorização da Assembleia Legislativa).

A alternativa "A", por fim, está correta. Tal como a Constituição Federal exige a autorização da Câmara dos Deputados para que o Presidente da República seja processado e julgado (art. 86, *caput*, CF), também as Constituições Estaduais afirmam que, nos crimes comuns, os Governadores somente poderão ser processados penalmente mediante autorização da Assembleia Legislativa, competente para exercer o controle político prévio a qualquer acusação penal deduzida contra o chefe do Poder Executivo, compreendendo-se na locução crimes comuns todas as infrações penais, inclusive as de natureza meramente contravencional.

Essa é uma questão, desde já vale frisar, alvo de inúmeras críticas doutrinárias. Diz-se que a exigência de autorização da Câmara dos Deputados para o caso do Presidente da República não é norma de observância obrigatória, e, portanto, não deveriam as Constituições Estaduais reproduzir este teor adaptando-o ao Governador de Estado e às Assembleias Legislativas. Todavia, o STF tem entendido pela constitucionalidade deste art. 86.

RESPOSTA: "A".

1626. (TRT/18ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Considere as seguintes situações hipotéticas:

I. A Presidente da República delegou o provimento de um cargo público ao Ministro da Fazenda.

II. A Presidente da República delegou a concessão de indulto ao Ministro da Justiça.

III. A Presidente da República delegou ao Ministro da Casa Civil a disposição, mediante decreto, da organização e funcionamento da Administração federal, sem implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

IV. A Presidente da República delegou a extinção de um cargo público ao Procurador-Geral da República.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, agiu corretamente a Presidente da República nas hipóteses indicadas apenas em:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II, III e IV.
- D) III e IV.
- E) I, II e III.

O item "I" está correto, pois a competência privativa do Presidente da República para prover os cargos públicos federais pode ser delegada aos Ministros de Estado (Ministro da Fazenda, no caso trazido pela questão), ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União (art. 84, XXV, parágrafo único, CF).

O item "II" está certo. A atribuição privativa do Presidente da República para conceder indulto pode ser delegada para os Ministros de Estado (Ministro da Justiça, no caso trazido pela questão), ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União (art. 84, XII, parágrafo único, CF).

O item "III" está correto. O Presidente da República pode delegar aos Ministros de Estado (Ministro da Casa Civil, nos termos da questão), ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União a atribuição para dispor, mediante decreto, da organização e funcionamento da Administração federal, sem implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, "a" parágrafo único, CF).

O item "IV" está equivocado. Dispõe o artigo 84, XXV, CF, que compete privativamente ao Presidente da República prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei. Além disso, de acordo com o parágrafo único do art. 84, somente a primeira parte do inciso XXV, ou seja, somente a atribuição de *prover* os cargos públicos federais, é que pode ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

Estando corretos apenas os itens "I", "II" e "III", deve ser assinalado a alternativa "E".

RESPOSTA: "E".

1627. (MPOG - TODOS OS CARGOS - CESPE/2013) Julgue o item seguinte: "Os Ministros de Estado poderão prover os cargos públicos de sua pasta, desde que o presidente da República delegue a competência para tanto".

A questão está correta, nos termos do art. 84, XXV, parágrafo único, da Constituição. A competência privativa do Presidente da República para prover os cargos públicos federais pode ser delegada aos Ministros de Estado.

RESPOSTA: "CORRETA".

1628. (MS - ANALISTA TÉCNICO - CESPE/2013) Julgue o item seguinte: "A acumulação das funções de chefe de Estado e de chefe de governo pelo presidente da República é uma das características do sistema presidencialista de governo adotado pela República Federativa do Brasil".

Sobre a chefia de Estado e a de Governo deve ser esclarecido que a primeira é a função de representar o país na ordem internacional, perante outras nações, e a segunda é a atuação política interna do país.

Em decorrência da adoção do sistema presidencialista pelo Estado brasileiro, as funções acima descritas são cumuladas na pessoa do Presidente da República. Neste sentido, a atuação do Presidente da República é extraída do art. 84, da Constituição, de onde se verifica as funções de chefe de Estado (*p. ex.*, incisos VII e VIII), e competências de chefe de Governo (*p. ex.*, incisos I ao VI).

Diante dessa análise, a alternativa deve ser considerada correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1629. (IBAMA - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Julgue o item seguinte, relativo ao Poder Executivo: "O presidente da República poderá delegar ao vice-presidente a atribuição de vetar projetos de lei".

A competência para vetar projetos de lei, total ou parcialmente, é uma atribuição privativa do Presidente da República, nos termos do art. 84, V, da Constituição.

No que se refere à possibilidade de delegação das competências privativas do Presidente, verifica-se no parágrafo único do art. 84, CF, que esta hipótese somente é permitida em três situações, previstas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, do art. 84, sendo que, dentre elas, não consta a permissão para delegar a atribuição para vetar projetos de lei.

Além disso, as atribuições do Presidente da República apenas podem ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

Nestes termos, a afirmação está errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1630. (IBAMA - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Julgue o item seguinte, relativo ao Poder Executivo: "O vice-presidente da República não poderá se ausentar do país por período superior a quinze dias, sem licença do Congresso Nacional".

De acordo com a Constituição Federal, art. 83, tanto o Presidente como o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Nestes termos, a alternativa deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1631. (AL/PB - PROCURADOR - FCC/2013) Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do mandato, assumirá temporariamente o Presidente:

A) Da Câmara dos Deputados e a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

B) Da Câmara dos Deputados e a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

C) Do Congresso Nacional e a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

D) Do Senado Federal e a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

E) Do Congresso Nacional e a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Dispõe o art. 80, da Constituição que em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Mais adiante, aduz o art. 81, §1º, CF, que em caso de vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Em consonância com os dispositivos acima transcritos, a única alternativa correta é a letra "A".

RESPOSTA: "A".

1632. (TRT/5ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - CESPE/2013) Acerca do Poder Executivo, assinale a opção correta:

A) Estados e municípios podem legislar sobre a relação de emprego de trabalhadores domésticos, dado que a matéria é de competência concorrente dos três entes federativos.

B) No presidencialismo adotado no Brasil, sistema de governo previsto na CF, a chefia de Estado e a chefia de governo não coincidem.

C) Emenda constitucional introduziu na CF previsão de edição, pelo presidente da República, de decretos autônomos que disponham sobre a criação ou a extinção de cargos e órgãos públicos.

D) Conforme previsto na CF, a responsabilidade penal do presidente da República é relativa, já que ele não pode ser responsabilizado penalmente, na vigência do seu mandato, por atos estranhos ao exercício de suas funções.

E) Em caso de relevância e urgência, pode o presidente da República editar medida provisória para regulamentar matéria relacionada a direitos e deveres dos juízes do trabalho.

A alternativa "A" está errada. A competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União (art. 22, I, CF).

A alternativa "B" está incorreta, pois no sistema presidencialista adotado no Brasil as funções de chefe de Estado e chefe de governo são cumuladas na pessoa do Presidente da República (art. 84, II, CF).

A alternativa "C" está equivocada. Sobre o assunto constata-se que a Emenda Constitucional nº 32/2001 alterou o art. 84, VI, para incluir as alíneas "a" e "b". De acordo com o mencionado dispositivo compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, bem como dispor sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

A alternativa "E" não está certa. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, a carreira e a garantia de seus membros (art. 62, §1º, I, "c", CF).

A alternativa "D" está correta. De acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o art. 86, §4º, CF, que determina que o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, trata-se de imunidade temporária à persecução penal. Isto porque, a Lei Fundamental não estabelece que o chefe de Estado não é responsável por crimes praticados no exercício das funções, mas sim que não poderá ser responsabilizado enquanto durar o mandato (Supremo Tribunal Federal. Plenário. HC 83.154, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ. 21.11.2003).

RESPOSTA: "D".

1633. (TJ/DF - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Considerando as disposições constitucionais a respeito do Poder Executivo, julgue o item seguinte: "A perda de mandato do presidente e do vice-presidente da República somente ocorrerá nas hipóteses de cassação, em virtude de decisão do Senado, por crime de responsabilidade, ou de declaração de vacância feita pelo Congresso Nacional".

A afirmação está errada, pois as hipóteses previstas no enunciado não são as únicas que possibilitam a perda de mandato.

A hipótese de perda do cargo decorrente de condenação proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, em razão de crime de responsabilidade praticado pelo Presidente e o Vice-Presidente da República está prevista no art. 52, parágrafo único da Constituição.

Além desta situação, há a possibilidade de perda do mandato do Presidente e de Vice-Presidente em razão de condenação emanada do Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns cometidas pelo presidente e o vice-presidente quando no exercício de suas funções (art. 102, I, "b", CF).

Sobre a possibilidade de condenação do Presidente e do Vice-Presidente da República por crimes de responsabilidade ou comum, é importante ressaltar que a Câmara dos Deputados deve autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo (art. 51, I, CF).

A terceira situação que autoriza a perda do mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República é a declaração de vacância, caso não assumam o cargo no prazo de dez dias da data fixada para a posse (art. 78, parágrafo único, CF).

Por último, há ainda a possibilidade de perda do cargo em razão de ausência do país por período superior a quinze dias, pelo Presidente e Vice-Presidente, sem licença do Congresso Nacional (art. 83, CF).

RESPOSTA: "ERRADA".

1634. (TRT/9ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Dentre as atribuições privativas do Presidente da República, poderá ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações, a atribuição de:

A) Prover os cargos públicos federais, na forma da lei.

B) Nomear o Advogado-Geral da União, nos casos previstos na Constituição Federal brasileira.

C) Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

D) Nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição Federal brasileira.

E) Celebrar a paz com o referendo do Congresso Nacional, em caso de ter sido declarada guerra.

No que se refere às competências privativas do Presidente da República passíveis de delegação verifica-se que o parágrafo único do art. 84, da Constituição, possibilita a delegação de três atribuições aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

Assim, de acordo com o dispositivo mencionado acima, podem ser delegadas, as atribuições de dispor, mediante decreto, sobre (inciso VI) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (alínea a); extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos (alínea b); conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei (inciso XII); prover os cargos públicos federais, na forma da lei (inciso XXV, primeira parte).

Nestes termos, a alternativa correta é a letra "A", pois está amparada pelo art. 84, parágrafo único, CF.

RESPOSTA: "A".

1635. (TRT/9ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) A Constituição Federal, precisamente no artigo 84, prevê as competências privativas do Presidente da República. O mesmo dispositivo, no entanto, permite a delegação de algumas destas atribuições, desde que observados os limites traçados nas respectivas delegações. As autoridades públicas que poderão atuar por delegação do Presidente da República são:

A) O Presidente do Congresso Nacional, o Advogado-Geral da União e o Ministro-Chefe da Casa Civil.

B) O Presidente do Congresso Nacional e o Advogado-Geral da União.

C) O Defensor-Geral da União e o Procurador-Geral da República.

D) Os Ministros de Estado e o Presidente do Congresso Nacional.

E) Os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.

A alternativa "E" está certa, pois de acordo com o parágrafo único do art. 84, o Presidente da República poderá delegar as atribuições previstas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Em razão deste fundamento, as letras "A", "B", "C" e "D" estão erradas.

RESPOSTA: "E".

1636. (MP/MS - ANALISTA - FGV/2013) O Presidente da República, durante entrevista coletiva, agrediu, com socos e pontapés, um jornalista que fez uma pergunta relativa à ocorrência de desvio de recursos em obras públicas federais, conduta atribuída a um dos Ministros de Estado, filiado ao mesmo partido político do Presidente. Nesse caso:

A) Será necessário aguardar o final do mandato presidencial para dar início à persecução penal.

B) O Presidente da República somente poderá ser submetido a julgamento após autorização do Senado Federal.

C) O Supremo Tribunal Federal é o órgão competente para proceder ao julgamento do Presidente.

D) A agressão ao jornalista configura crime de responsabilidade do Presidente da República.

E) O Presidente da República tem imunidade em relação à prática dos crimes comuns.

A alternativa "C" deve ser assinalada como correta. De acordo com o art. 102, I, "a", CF, compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República.

A alternativa "A" está errada. Com fundamento no art. 86, §4º, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Ao contrário do que prevê o artigo descrito, o ato praticado pelo Presidente da República foi realizado no exercício de suas funções, ou seja, durante entrevista coletiva, sobre assunto relativo às suas funções. Assim, a persecução penal não ficará suspensa.

A alternativa "B" está equivocada. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República (art. 51, I, CF).

A alternativa "D" não está certa. A agressão descrita no enunciado da questão trata-se de lesão corporal, que se configura infração penal comum, diverso do crime de responsabilidade previsto no art. 85, CF.

A alternativa "E" está incorreta. A constituição prevê, em seu art. 86, §4º, CF, que o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Interpretando este dispositivo, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento de que se trata de imunidade temporária à persecução penal. Isto porque, a Lei Fundamental não estabelece que o chefe de Estado não é responsável por crimes praticados no exercício das funções, mas sim que não poderá ser responsabilizado enquanto durar o mandato (Supremo Tribunal Federal. Plenário. HC 83.154, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ. 21.11.2003).

RESPOSTA: "C".

1637. (PC/GO - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL - UEG/2013) A noção de responsabilidade da autoridade pública se constrói historicamente, indo da irresponsabilidade total à regulamentação específica, com atribuições de responsabilidades com caráter constitucional. A Constituição Federal Brasileira prevê normas especiais para responsabilização do Presidente da República, garantindo-lhe imunidades formais. Em razão dessas normas, o Presidente da República:

A) Poderá ser processado por crime comum ou de responsabilidade após juízo de admissibilidade do Congresso Nacional.

B) Poderá ser processado por crime comum ou de responsabilidade após juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.

C) Não poderá ser processado por crime de responsabilidade no exercício de sua função.

D) Não poderá ser processado por crime comum no exercício de sua função.

Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República (art. 51, I, CF).

Assim, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade (art. 86, *caput*, CF).

Com este fundamento, a única alternativa correta é a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1638. (SEPLAG/RJ - ANALISTA EXECUTIVO - CEPERJ/2013) Na organização do Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, o Ministro de Estado deve ser escolhido dentre:

A) Brasileiros natos ou estrangeiros maiores de vinte e um anos de idade.

B) Brasileiros natos ou estrangeiros autorizados a exercer atividades políticas no Brasil.

C) Brasileiros natos ou naturalizados maiores de vinte e um anos de idade.

D) Brasileiros naturalizados maiores de vinte e um anos de idade, desde que ocupem cargos públicos efetivos.

E) Brasileiros natos maiores de vinte e um anos de idade no exercício dos direitos políticos.

Dispõe o art. 87, *caput*, da Lei Fundamental que os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos. Assim, em regra, não há exigência de que o cargo seja ocupado por brasileiro nato ou naturalizado, apenas se referindo que a escolha deverá ser feitas dentre brasileiros.

Contudo, deve ser ressaltada a escolha de Ministro de Estado de Defesa, que é cargo ocupado privativamente por brasileiro nato, nos termos do art. 12, §3º, VII, CF.

A alternativa correta, portanto, é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1639. (SEPLAG/RJ - ANALISTA EXECUTIVO - CEPERJ/2013) Nos termos da Constituição atuam diversos Conselhos, que são órgãos integrantes de determinado Poder da República. Dentre eles, o órgão de consulta do Presidente da República é:

A) Conselho Nacional de Justiça.

B) Conselho Nacional do Ministério Público.

C) Conselho da República.

D) Conselho de Comunicação Social.

E) Conselho Monetário Nacional.

São órgãos de consulta do Presidente da República, o *Conselho da República* (art. 89, *caput*, CF) e o *Conselho de Defesa Nacional*, nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático (art. 91, *caput*, CF).

A alternativa correta é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1640. (TRE/MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) A respeito de Poder Executivo brasileiro, assinale a opção correta:

A) O poder regulamentar é inerente e privativo ao chefe do Poder Executivo.

B) A eleição do presidente da República, simultaneamente com a do vice-presidente, é feita mediante voto direto e secreto, pelo sistema de representação proporcional, sendo realizada nos estados, nos territórios e no Distrito Federal.

C) A prática de crimes comuns e de responsabilidade pelo presidente da República enseja o processo e o julgamento pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.

D) O cidadão português equiparado ao brasileiro naturalizado não poderá ser ministro de estado.

E) A concessão de indulto e a comutação de penas são atividades privativas do presidente da República, não podendo ser delegadas.

A alternativa "A" está certa. O exercício do poder regulamentar está previsto no art. 84, IV, da Constituição, que dispõe sobre a competência privativa do Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis. Significa dizer que a atribuição de editar atos administrativos normativos é de competência privativa do chefe do Poder Executivo.

A alternativa "B" está incorreta. A eleição do Presidente da República é feita pelo sistema majoritário, devendo ser alcançada a maioria absoluta dos votos para ser considerado eleito. Registre-se, portanto, que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente (art. 77, caput, CF). Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos. (art. 77, §2º, CF).

A alternativa "C" está equivocada. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o *Supremo Tribunal Federal*, nas infrações penais comuns, ou perante o *Senado Federal*, nos crimes de responsabilidade (art. 86, caput, CF).

A alternativa "D" está errada. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição (art. 12, §1º, CF). Assim, o cidadão português equiparado ao brasileiro naturalizado poderá ocupar o cargo de ministro de Estado. A única exceção é quanto ao Ministro de Estado de Defesa, que é cargo privativo de brasileiro nato (art. 12, §3º, VII, CF).

A alternativa "E" não está certa. A atribuição privativa do Presidente da República para conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, poderá ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações (art. 84, XII, parágrafo único, CF).

RESPOSTA: "A".

1641. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO XII - FGV/2013) Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta competência(s) do Superior Tribunal de Justiça:

A) Processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato do Comandante da Marinha.

B) Julgar as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

C) Julgar e processar, originariamente, litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Territórios.

D) Julgar, mediante recurso, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

A alternativa "A" está certa, pois a função prevista na alternativa está amparada pelo art. 105, I, "b", da Constituição da República, que estabelece que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato do Comandante da Marinha.

As alternativas "B" e "C" estão erradas. É competência do *Supremo Tribunal Federal* processar e julgar, originariamente (art. 102, I, CF), as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público (alínea "r") e o litígio entre Estados estrangeiros ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território (alínea "e").

A alternativa "D" está incorreta. Compete ao *Supremo Tribunal Federal* julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, "d", CF).

RESPOSTA: "A".

1642. (TRT/17ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/ 2013) Com relação ao Supremo Tribunal Federal (STF) e às ouvidorias de justiça, julgue os item que se segue: "A Constituição Federal (CF) determina a criação, por iniciativa dos tribunais de todo o país, de ouvidorias de justiça com competência para receber reclamações e denúncias de qualquer pessoa interessada, desde que dirigida contra órgãos ou serviços auxiliares do Poder Judiciário, excluídos os juízes individualmente considerados".

De acordo com o Texto Maior, a União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, CF).

Com este fundamento, os juízes individualmente considerados não estão excluídos, podendo ser dirigidas reclamações também contra os membros do Poder Judiciário, o que torna a afirmação incorreta.

RESPOSTA: "ERRADA".

1643. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO XII - FGV/2013) Ana Beatriz procura um escritório de advocacia, informando que a Universidade Pública do Estado XYZ instituiu, mediante decreto do Governador, uma taxa da matrícula no valor de R\$ 100,00 (cem) reais, para estudantes que possuam renda familiar superior a 10 (dez) salários mínimos, com a finalidade de utilizar esse recurso para subsidiar a moradia de alunos de baixa renda, procedentes de Municípios distantes. Diante da indagação de Ana Beatriz sobre a constitucionalidade da cobrança, assinale a afirmativa correta:

A) A cobrança é constitucional, pois se trata de uma política pública de redução das desigualdades.

B) A cobrança é constitucional em razão do princípio da autonomia universitária, previsto na Constituição da República.

C) A cobrança é inconstitucional, uma vez que a taxa de matrícula deveria ser instituída por lei.

D) A cobrança é inconstitucional, uma vez que viola o imperativo de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A Constituição Federal determina que o ensino será ministrado com base no princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (art. 206, IV, CF), dentre outros princípios.

Sobre a temática deve ser registrado que o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 12, fixando o entendimento de que a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

Diante dessa explicação, a única alternativa correta é a letra "D".

RESPOSTA: "D".

1644. (STF - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013)
Com relação ao tratamento constitucional dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item subsequente: "A justiça federal comum possui competência para processar e julgar as causas em que sociedades de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho".

Aduz o art. 109, I, da Constituição, que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

Assim, as causas em que participem as sociedades de economia mista federal não serão de competência da justiça federal, mas sim da justiça comum.

Diante disso, a afirmação está incorreta.

RESPOSTA: "ERRADA".

1645. (STF - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013)
Com relação ao tratamento constitucional dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item subsequente: "De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

Extraí-se da Súmula Vinculante nº 14 que é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Assim, tendo em vista que a questão guarda consonância com o entendimento fixado pelo STF, deve ser assinalada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1646. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Tales, Ministro de Estado, e Igor, chefe de missão diplomática de caráter permanente, cometeram, respectivamente, infração penal comum e crime de responsabilidade. Nesses casos serão processados e julgados:

A) Originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.

B) Originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

C) Por meio de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

D) Por meio de recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça.

E) Por meio de recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

Tales, Ministro de Estado, e Igor, chefe de missão diplomática permanente, serão julgados no Supremo Tribunal Federal pelas práticas de crime comum e de responsabilidade, respectivamente, por força do art. 102, I, "c", CF, segundo o qual compete ao STF processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade os *Ministros de Estado* e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (ressalvado o disposto no art. 52, I), os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os *chefes de missão diplomática de caráter permanente*.

Por tal motivo, correta é a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1647. (TJ/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
A causa decidida, em última instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, será julgada pelo:

A) Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário.

B) Superior Tribunal de Justiça em recurso ordinário.

C) Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

D) Supremo Tribunal Federal em recurso ordinário.

E) Tribunal Regional Federal competente.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (art. 105, III, "a", CF).

Sendo assim, correta é a alternativa "C", já que a decisão emanada em última instância pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco contraria lei federal.

RESPOSTA: "C".

1648. (TRE/CE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012)
Considerando que Jaime, Luís, Gustavo, Jorge e João ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça será presidido por:

- A) Jaime e, nas suas ausências e impedimentos, por João.
- B) Luís e, nas suas ausências e impedimentos, por Jorge.
- C) Jorge.
- D) Gustavo.
- E) Jaime.

Com supedâneo no art. 103-B, CF, trazido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, o Conselho Nacional de Justiça é composto de quinze membros com mandato de dois anos (admitida uma recondução), sendo o Presidente do STF (inciso I); um Ministro do STJ, indicado pelo respectivo tribunal (inciso II); um Ministro do TST, indicado pelo respectivo tribunal (inciso III); um Desembargador do Tribunal de Justiça, indicado pelo STF (inciso IV); um juiz estadual, indicado pelo STF (inciso V); um juiz do TRF, indicado pelo STJ (inciso VI); um juiz federal, indicado pelo STJ (inciso VII); um juiz do TRT, indicado pelo TST (inciso VIII); um juiz do trabalho, indicado pelo TST (inciso IX); um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República (inciso X); um membro do Ministério Público Estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual (inciso XI); dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (inciso XII); e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal (inciso XIII).

Ademais, conforme o parágrafo primeiro, do art. 103-B, o CNJ será presidido pelo Presidente do STF, e, na sua ausência/impedimento, pelo Vice-Presidente do STF.

No enunciado em lume, Jaime é Presidente da República; Luís é Presidente do STF; Gustavo é Procurador-Geral da República; Jorge é Vice-Presidente do STF; e João é Presidente da Câmara dos Deputados.

Assim, seguindo-se o parágrafo primeiro do art. 103-B, quem preside o CNJ é Luís, Presidente do STF, e, na ausência/impossibilidade deste, Jorge, Vice-Presidente do STF. Por esse motivo, correta é a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1649. (DPE/MA - DEFENSOR PÚBLICO - CESPE/2011)
Em relação ao CNJ, assinale a opção correta:

- A) Compete ao STF julgar, em recurso ordinário, as ações ajuizadas contra o CNJ.
- B) Ao CNJ cabe fiscalizar, reexaminar e suspender os efeitos decorrentes de atos de conteúdo jurisdicional emanados de magistrados e tribunais estaduais e federais.

C) O CNJ não integra nenhum dos três poderes da República, constituindo órgão autônomo cuja função é exercer o controle externo do Poder Judiciário.

D) Compete ao STF julgar os membros do CNJ nos casos de crimes de responsabilidade.

E) Cabe ao CNJ, conforme previsão na CF, a deliberação acerca da conduta de presidente de tribunal que, por ato comissivo ou omissivo, retarde ou tente frustrar a liquidação regular de precatório.

A alternativa "A" está errada. Com efeito, compete, sim, ao Supremo Tribunal Federal julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público, mas em sede de competência originária, e não recurso ordinário como diz a assertiva (art. 102, I, "r", CF).

A alternativa "B" está errada. O CNJ não se debruça, em regra, sobre os atos jurisdicionais emanados por juízes e tribunais, mas sim sobre os atos administrativos e financeiros do Poder Judiciário, bem como sobre o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (art. 103-B, §4º, CF).

A alternativa "C" está errada, pois o CNJ integra, sim, a estrutura do Poder Judiciário, cabendo-lhe fiscalizar internamente tal Poder (art. 92, I-A, CF). Inclusive, o parágrafo quarto, do art. 103-B, CF, dispõe que compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

A alternativa "D" está errada, pois, embasado pelo art. 52, II, CF, ao Senado Federal compete (e não ao STF, como diz a assertiva) processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade.

A alternativa "E" está correta (e por isso merece ser assinalada), por reproduzir o teor do art. 100, §7º, da Constituição, o qual afirma que o Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios, incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

RESPOSTA: "E".

1650. (PC/MG - DELEGADO DE POLÍCIA - PC/MG/2011) É função do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça:

A) Receber e conhecer dos conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre os Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

B) Receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários, além de proceder às inspeções e correições em geral.

C) Receber e conhecer dos conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal.

D) Receber e conhecer dos conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunais e juízes a ele não vinculados.

Com base no parágrafo quinto, do art. 103-B, da Constituição Federal, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor, e ficará excluído da distribuição de processos no tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as de *receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários* (inciso I); exercer funções executivas do Conselho, de *inspeção e de correição geral* (inciso II); e requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios (inciso III).

Assim, a única das alternativas que contém uma das hipóteses aqui previstas é a letra "B".

RESPOSTA: "B".

1651. (TRT/23ª REGIÃO - JUIZ - TRT/23ª REGIÃO/2011) Em relação às regras constitucionais pertinentes às prerrogativas da Fazenda Pública nas execuções em seu desfavor, marque a alternativa que corresponde a uma afirmação falsa:

A) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para obrigações definidas como de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

B) Quanto aos valores das obrigações de pequeno valor, às quais não se aplica o regime de expedição de precatórios, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

C) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

D) Caso tenha havido o regular contraditório na fase de execução, não há regra que determine, antes da expedição dos precatórios, oportunizar à Fazenda Pública devedora manifestar-se para informar sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas na Constituição Federal para fins de compensação sob pena de perda de direito do abatimento, eis que já terá tido oportunidade de informar a respeito no prazo para opor embargos à execução.

E) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

A alternativa "A" está correta. Consoante o parágrafo segundo, do art. 100, da Constituição, os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham sessenta anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para obrigações definidas como de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

A alternativa "B" está certa. Com supedâneo nos parágrafos terceiro e quarto, do art. 100, da Constituição, quanto aos valores das obrigações de pequeno valor, às quais não se aplica o regime de expedição de precatórios, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

A alternativa "C" está correta. Segundo o parágrafo sexto, do art. 100, CF, as dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

A alternativa "E" está certa. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até primeiro de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente (art. 100, §5º, CF).

A alternativa "D", por fim, é a equivocada. Em relação à possibilidade de a Fazenda Pública devedora manifestar-se para informar sobre os débitos que preenchem as condições estabelecidas na Constituição Federal para fins de compensação sob pena de perda de direito do abatimento, há, sim, regra que determine, antes da expedição dos precatórios, essa oportunidade de manifestação, e ela está no décimo parágrafo, do art. 100, CF.

RESPOSTA: "D".

1652. (TRT/3ª REGIÃO - 2012 - TRT/3ª REGIÃO/2012) Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A Justiça Desportiva é órgão do Poder Judiciário do Brasil.

II. A Justiça Comum se divide em Justiça Federal e Estadual. A Justiça do Trabalho, que é uma das chamadas Justiças Especiais, tem competência para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores e tomadores de serviço pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

III. A Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvados os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer Tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal, os quais são de competência do Supremo Tribunal Federal.

IV. São órgãos da Justiça do Trabalho: (I) o Tribunal Superior do Trabalho; (II) os Tribunais Regionais do Trabalho; (III) os Juízes de Trabalho e (IV) os Juízes de Direito, investidos na jurisdição trabalhista, nas comarcas não abrangidas pela jurisdição de varas do trabalho, com recurso para o respectivo Tribunal.

V. O direito de greve do servidor público não foi ainda regulamentado por lei específica, mas o Supremo Tribunal Federal, em sede de mandado de injunção, supriu a omissão legislativa, determinando aplicação aos servidores públicos, no que couber, da lei de greve relativa aos empregados em geral, ou seja, a Lei nº 7783-89.

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- D) Somente as afirmativas III e V estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

O item "I" está equivocado. O art. 92, da Constituição, elenca como órgãos do Poder Judiciário pátrio o Supremo Tribunal Federal (inciso I); o Conselho Nacional de Justiça (inciso I-A); o Superior Tribunal de Justiça (inciso II); os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (inciso III); os Tribunais e Juízes do Trabalho (inciso IV); os Tribunais e Juízes Eleitorais (inciso V); os Tribunais e Juízes Militares (inciso VI); e os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios (inciso VII). Veja-se que a justiça desportiva não está elencada neste rol.

O item "II" está errado por um pequeno detalhe. De fato, a Justiça Comum se divide em Justiça Federal e Estadual. Também, de fato, a Justiça do Trabalho, que é uma das chamadas Justiças Especiais, tem competência para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (art. 114, VII, CF). O erro reside no fato de que a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos *tomadores de serviços* pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, como diz a assertiva.

O item "III" está correto. A Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvados os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer Tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal, os quais são de competência do Supremo Tribunal Federal (art. 114, V, CF).

O item "IV" está errado. São órgãos da Justiça do Trabalho, conforme o art. 111, da Lei Fundamental, o Tribunal Superior do Trabalho (inciso I); os Tribunais Regionais do Trabalho (inciso II); e os Juízes de Trabalho (inciso III). Nada se fala acerca dos Juízes de Direito, que integram a Justiça Estadual.

O item "V", por fim, está certo. O direito de greve do servidor público, previsto no art. 37, II, da Constituição, não foi ainda regulamentado por lei específica como o exige o mencionado dispositivo constitucional. Mas o Supremo Tribunal Federal, em sede de mandado de injunção (MI nº 712), supriu a omissão legislativa, determinando aplicação aos servidores públicos, no que couber, da lei de greve relativa aos empregados em geral, ou seja, a Lei nº 7.783/89.

Neste diapasão, corretos os itens "III" e "V", convém assinalar a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1653. (TJ/PE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Sobre os Tribunais e Juízes dos Estados, é incorreto afirmar que:

A) O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

B) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

C) A instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão, cabe aos Estados.

D) O Tribunal de Justiça deverá funcionar de forma centralizada, proibida a constituição de Câmaras regionais.

E) Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

A alternativa "A" está correta. O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários (art. 125, §7º, CF).

A alternativa "B" está correta. A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça (art. 125, §1º, CF).

A alternativa "C" está certa. Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão (art. 125, §2º, CF).

A alternativa "E" está certa. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporrá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias (art. 126, *caput*, CF).

A alternativa "D", neste diapasão, é a incorreta. Em verdade, o Tribunal de Justiça *poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo* (art. 125, §6º, CF).

RESPOSTA: "D".

1654. (PC/AP - DELEGADO DE POLÍCIA - FGV/2010)
Com relação ao tema *Poder Judiciário* analise as afirmativas a seguir:

I. Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

II. A competência dos tribunais estaduais será definida na Constituição Federal, sendo apenas a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

III. O Tribunal de Justiça não poderá constituir câmaras regionais, devendo funcionar de forma centralizada, a fim de assegurar igualdade de acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Assinale:

A) Se somente a afirmativa I estiver correta.

B) Se somente a afirmativa II estiver correta.

C) Se somente a afirmativa III estiver correta.

D) Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

O item "I" está correto. Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças (art. 125, §4º, CF).

O item "II" está errado. Em verdade, a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado (e não "na Constituição Federal", como diz a assertiva), sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

O item "III" está equivocado, por fim. O Tribunal de Justiça *poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo* (art. 125, §6º, CF).

Isto posto, se somente o primeiro item está certo, há se assinalar a alternativa "A".

RESPOSTA: "A".

1655. (TCE/AP - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) Os juízes federais:

A) Julgam as causas em que a União é interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, inclusive as de falência e de acidentes de trabalho.

B) Gozam das garantias da estabilidade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, após um ano de efetivo exercício.

C) Podem exercer advocacia no juízo do qual tenham se afastado em virtude de aposentadoria, desde que decorridos três anos do afastamento.

D) Julgam os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado e dos Tribunais de Contas da União.

E) Podem exercer atividade político-partidária, nas hipóteses previstas em lei.

A alternativa "A" está incorreta. Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, *exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho*, consoante disposto no primeiro inciso, do art. 109, da Constituição da República.

A alternativa "B" não está certa. Enquanto as garantias da inamovibilidade e da irredutibilidade são, em regra, automáticas, o gozo da garantia da estabilidade no primeiro grau só vem após *dois anos* de efetivo exercício.

A letra "C" está certa. Aos juízes é vedado, por força do art. 95, parágrafo único, V, CF, exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Assim, passados três anos, torna-se possível o exercício da advocacia.

A alternativa "D" está equivocada. O mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado é apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, "b", CF), e contra ato de Ministro do Tribunal de Contas da União é apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "d", CF).

A alternativa "E" não está correta, pois aos juízes é vedado o exercício de atividade político-partidária, por força do art. 95, parágrafo único, III, da Constituição pátria.

RESPOSTA: "C".

1656. (MP/MG - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/MG/2010) A súmula vinculante tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas frente aos ditames Constitucionais, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica. O Supremo Tribunal Federal, por meio delas, superou diversas dessas controvérsias, podendo-se afirmar que:

A) A cobrança de taxa de matrícula nas Universidades Públicas viola o princípio da gratuidade do ensino público disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

B) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis ultrapassa a capacidade do ente público de instituir o referido tributo, ainda que em razão de efetiva ou potencial prestação de serviços públicos específicos, conforme disposto no artigo 145, II, da Constituição Federal.

C) Tipifica crime material contra a ordem tributária a omissão de informações, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias, antes do lançamento definitivo do tributo.

D) Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, mesmo quando a ANATEL seja apenas assistente ou oponente.

E) Todas estão incorretas.

A alternativa "A" está correta, por reproduzir o teor da Súmula Vinculante nº 12, segundo a qual a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal.

A alternativa "B" está errada, por distorcer o que diz a Súmula Vinculante nº 19, segundo a qual a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o art. 145, II, da Constituição Federal.

A alternativa "C" está errada, por dizer exatamente o oposto da Súmula Vinculante nº 24, segundo a qual não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

A alternativa "D" não está correta, pois, em verdade, a Súmula Vinculante nº 27 dispõe que compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente. Significa que, se a ANATEL for litisconsorte passiva necessária, assistente ou oponente, a competência passa a ser da Justiça Federal.

A alternativa "E" não está correta, por afirmar que todas as alternativas estão erradas, sendo que, em verdade, já se disse alhures que a alternativa "A" está correta. Assim, convém assinalar a letra "A".

RESPOSTA: "A".

1657. (TJ/SP - JUIZ - VUNESP/2013) A promoção na carreira da magistratura, de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, nos termos do Inciso II, e alíneas, do art. 93 da Constituição Federal:

A) Está escorada em dispositivos autoaplicáveis, pois a exigência de edição de lei complementar para estabelecer o Estatuto da Magistratura não impede a imediata utilização dos preceitos constitucionais básicos que regem o Poder Judiciário e a magistratura.

B) Está escorada em dispositivos que reclamam a obediência à Lei Orgânica da Magistratura, LOMAN, para que tenham eficácia imediata.

C) Esses dispositivos referem-se aos critérios de promoção e de remoção dos Juízes Estaduais.

D) Esses dispositivos referem-se aos critérios de promoção e de remoção dos Juízes Federais.

A alternativa "A" está certa. De acordo com o entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, as normas e princípios descritos no art. 93, CF, independe da promulgação do Estatuto da Magistratura, tendo em vista que possuem plena e integral eficácia (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Pleno. ADI 189, Rel. Min. Celso de Mello, DJ. 22.5.1992). Assim, o disposto no art. 93, CF, é autoaplicável.

A alternativa "B" está incorreta. Os preceitos contidos no art. 93, CF, possuem plena e integral eficácia.

As alternativas "C" e "D" estão incorretas, tendo em vista que os critérios de promoção e de remoção não são matérias relacionadas apenas aos juízes estaduais ou aos juízes federais individualmente, mas sim a toda classe dos magistrados.

RESPOSTA: "A".

1658. (TRT/8ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Assinale a opção correta a respeito do Poder Judiciário:

A) Salvo autorização do CNJ, o juiz titular terá de residir na respectiva comarca.

B) Deverão ser motivadas e tomadas em sessão pública as decisões administrativas dos tribunais, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

C) Os servidores dos tribunais receberão delegação para a prática de atos de mero expediente, contudo referidas práticas só possuirão caráter decisório se a delegação for expressa nesse sentido.

D) A CF estabelece que as custas e emolumentos serão destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades da administração pública em geral.

E) O CNJ é um órgão de natureza judicial, com sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional.

A alternativa "B" está certa. O art. 93, X, da Constituição, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, determina que as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

A alternativa "A" está incorreta. O juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal, nos termos do art. 93, VII, CF.

A alternativa "C" está errada. A Constituição expressamente determina que a delegação de atos de administração e atos de mero expediente deve recair sobre atos sem caráter decisório (art. 93, XIV, CF), o que torna a alternativa incorreta.

A alternativa "D" está equivocada. As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça (art. 98, §2º, CF).

A alternativa "E" não está certa. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão integrante do Poder Judiciário, *de natureza administrativa*, com sede na Capital Federal (art. 92, I-A, §§ 1º e 2º, CF).

RESPOSTA: "B".

1659. (DEPEN - ESPECIALISTA - CESPE/2013) A propósito do Poder Judiciário, julgue o próximo item: "Apesar de competir ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, o texto constitucional não reconhece esse órgão como integrante do Poder Judiciário".

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão integrante do Poder Judiciário, nos termos do art. 92, I-A, CF, competindo-lhe, dentre outras funções, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (art. 103-B, §4º, CF).

Nestes termos, a afirmação está errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1660. (TRF/3ª REGIÃO - JUIZ FEDERAL - TRF/3ª REGIÃO/2013) A respeito da competência federal para processar e julgar, não é correto afirmar que:

A) Na comarca que não seja sede de vara do juízo federal, a lei poderá permitir que algumas causas da competência originária dos juízes federais sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual, garantindo-se, nesses casos, que os recursos cabíveis sejam para o Tribunal de Justiça na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

B) Sempre que uma comarca não seja sede de vara do juízo federal, as causas em que for parte instituição de previdência social e segurado serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

C) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, serão da competência da Justiça Federal.

D) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País, assim como as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional, serão da competência de juiz federal.

E) Serão julgados perante a Justiça Federal os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça

Militar e da Justiça Eleitoral; os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; assim como, as causas relativas a direitos humanos, quando assim for decidido pelo Superior Tribunal de Justiça em incidente de deslocamento de competência.

A alternativa "A" está errada. Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual (art. 109, §3º, CF). Nesta situação o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau (art. 109, §4º, CF). Esta sistemática aplicada nas ações previdenciárias também é aplicada para as execuções fiscais.

A alternativa "B" está correta, pelo mesmo fundamento exposto na explicação da alternativa "A".

A alternativa "C" está certa. Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, I, CF).

A alternativa "D" está certa, nos termos do art. 109, II e III, CF, que determina que é da competência dos juízes federais processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País, bem como as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

A alternativa "E" está correta, pois está amparada pelo art. 109, incisos IV, V e V-A, da Constituição.

RESPOSTA: "A".

1661. (STM - JUIZ - CESPE/2013) Assinale a opção correta de acordo com as disposições da CF e a jurisprudência do STF:

A) Militar da reserva pode ser nomeado ministro do STM.

B) São considerados órgãos da justiça militar apenas o STM e os tribunais militares instituídos por lei.

C) Somente a indicação dos ministros civis do STM deve ser submetida à aprovação do Senado Federal.

D) O STM submete-se ao controle exercido pelo CNJ.

E) Os ministros civis do STM serão escolhidos pelo presidente da República entre brasileiros com mais de trinta anos, sendo três, por escolha paritária, entre juízes auditores e membros do MPM, e dois entre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

A alternativa "D" está correta. De acordo com o art. 92, VI, da Constituição, os Tribunais e Juízes Militares são órgãos do Poder Judiciário. Mais adiante, extrai-se do Texto Maior, especificamente no art. 103-B, §4º, que ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Assim, sendo o Superior Tribunal Militar um órgão integrante do Poder Judiciário, submete-se ao controle exercido pelo Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa "A" está incorreta, nos termos do *caput* do art. 123, que determina que o Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, *todos da ativa* e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

A alternativa "B" está errada. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei (art. 122, CF).

A alternativa "C" não está certa. Todos os nomes indicados para Ministros do Superior Tribunal Militar devem ser submetida à aprovação do Senado Federal, antes da nomeação pelo Presidente da República (art. 123, *caput*, CF).

A alternativa "E" está equivocada. Os Ministros civis do Superior Tribunal Militar serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de *trinta e cinco anos* (art. 123, parágrafo único, CF) sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional (inciso I) e dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar (inciso II).

RESPOSTA: "D".

1662. (TRE/MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Assinale a opção correta no que concerne à justiça eleitoral:

A) As decisões dos tribunais regionais eleitorais são irrecorríveis, salvo as que anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos.

B) Os tribunais regionais eleitorais não possuem competência para julgar mandado de injunção.

C) Os juízes dos tribunais eleitorais podem atuar pelo prazo máximo de dois anos.

D) As juntas eleitorais, por exercerem função administrativa, não integram a justiça eleitoral.

E) O presidente da República nomeará para compor o Tribunal Superior Eleitoral, após indicação do STF, dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

A alternativa "A" está errada. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando (art. 121, §4º) forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei (inciso I); ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais

(inciso II); versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais (inciso III); anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais (inciso IV); ou denegarem "habeas-corpus", mandado de segurança, "habeas-data" ou mandado de injunção (inciso V). Assim, as decisões dos TREs poderão ser recorridas nas hipóteses elencadas acima.

A alternativa "B" está incorreta. O art. 121, §4º, V, CF, dispõe que caberá recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que denegarem mandado de injunção. Diante disso, resta evidente que os TREs possuem competência para julgar mandado de injunção.

A alternativa "C" está equivocada. Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, *servirão por dois anos, no mínimo*, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria (art. 121, §2º, CF).

A alternativa "D" está errada, pois as juntas eleitorais são órgãos integrantes da Justiça Eleitoral (art. 118, IV, CF).

A alternativa "E" está certa. De acordo com o art. 119, da Constituição, o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, sendo que dois deles serão nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA: "E".

1663. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Assinale a opção correta a respeito dos tribunais eleitorais:

A) Dois membros dos TREs devem ser nomeados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo tribunal de justiça.

B) Somente haverá TRE nas capitais em que haja, no mínimo, um milhão de eleitores.

C) Os presidentes dos TREs devem ser eleitos por votação dos servidores do tribunal e dos advogados militantes no respectivo estado.

D) O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) compõe-se de sete ministros eleitos por voto secreto entre os membros dos tribunais regionais eleitorais (TREs).

E) As decisões dos TREs são irrecorríveis, em qualquer hipótese.

A alternativa "A" está certa. De acordo com o art. 119, CF, o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, sendo que dois deles serão nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

A alternativa "B" está incorreta. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal (art. 120, CF).

A alternativa "C" está errada. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores (art. 120, §2º, CF).

A alternativa "D" está equivocada. De acordo com o art. 119, da Constituição, o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto (inciso I): três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal (alínea "a"); dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça (alínea "b"); e por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal (inciso II).

A alternativa "E" não está certa, pois há hipóteses que admitem o cabimento do recurso contra as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, nos termos do art. 121, §4º, CF, quais sejam: forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei (inciso I); ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais (inciso II); versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais (inciso III); anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais (inciso IV); ou denegarem "habeas-corpus", mandado de segurança, "habeas-data" ou mandado de injunção (inciso V).

RESPOSTA: "A".

1664. (TRT/8ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) Acerca do Poder Judiciário, notadamente a respeito dos tribunais e dos juízes do trabalho, assinale a opção correta:

A) Entre as competências da justiça do trabalho está a de processar e julgar as ações de indenização por danos morais decorrentes de relação de trabalho.

B) Os tribunais regionais do trabalho são órgãos unos, dentro da respectiva jurisdição, e não podem descentralizar o seu funcionamento.

C) São órgãos da justiça do trabalho, nos termos da CF, o TST, os TRTs, as juntas de conciliação e as varas do trabalho.

D) Onde não houver varas da justiça do trabalho, as atribuições em matérias trabalhistas serão exercidas por juiz federal, com recurso para o respectivo tribunal regional federal.

E) Compete à justiça do trabalho julgar as causas entre o poder público e servidores estatutários.

A alternativa "A" está correta. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho (art. 114, VI, CF).

A alternativa "B" está incorreta. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo (art. 115, §2º, CF).

A alternativa "C" está errada. Dispõe o art. 111, da Constituição que são órgãos da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.

A alternativa "D" está incorreta. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho (art. 112, CF).

A alternativa "E" não está certa. O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que o disposto no art. 114, I, CF, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Pleno. ADI 3395 MC, Rel. Min. Cezar Peluso. DJ 10.11.2006).

RESPOSTA: "A".

1665. (TRT/18ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) Sobre os Tribunais e Juízes do Trabalho, é incorreto afirmar:

A) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

B) Os Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho que comporão o Tribunal Superior do Trabalho são oriundos da magistratura da carreira e indicados pelo Presidente da República.

C) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

D) Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

E) Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

A alternativa "B" está errada. De acordo com o art. 111-A, II, da Constituição, os juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, que integram o Tribunal Superior do Trabalho, são oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

A alternativa "A" está certa, nos termos do disposto no art. 114, §3º, do Texto Fundamental, que determina que em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

A alternativa "C" está certa, tendo em vista que está amparada pelo art. 112, da Lei Fundamental, segundo o qual a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

A alternativa "D" está correta. O contido no enunciado da alternativa está expressamente previsto no art. 114, §2º, CF, que dispõe que recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

A alternativa "E" está certa, pois de fato os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, de acordo com o art. 115, §2º, da Constituição.

RESPOSTA: "B".

1666. (PGE/BA - ASSISTENTE DE PROCURADORIA - FCC/2013) A defesa da Constituição compete precipuamente:

- A) Ao Presidente da República.
- B) Às Forças Armadas.
- C) Ao Supremo Tribunal Federal.
- D) Ao Congresso Nacional.
- E) Aos Ministros de Estado.

O Texto Constitucional é expresso em determinar que a guarda da Constituição é uma incumbência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102.

Diante disso, a alternativa correta é a letra "C".

RESPOSTA: "C".

1667. (TJ/RS - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - TJ/RS/2013) Assinale a alternativa correta:

A) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por qualquer interessado, desde que haja pertinência temática com sua atividade profissional.

B) Compete ao Conselho Nacional de justiça receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais.

C) Compete ao Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça receber as reclamações e denúncias relativas aos magistrados e aos serviços judiciários, desde que o reclamante esteja efetivamente registrado no cadastro do respectivo Conselho.

D) O ato administrativo que contrariar o conteúdo de súmula vinculante poderá ser anulado mediante reclamação ao Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa "B" está certa. O contido na alternativa está amparado pelo texto no art. 103-B, §4º, III, primeira parte, da Constituição Federal, de onde se extrai que compete ao Conselho Nacional de Justiça receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais.

A alternativa "A" está incorreta. Conforme consta no art. 103-A, §2º, da Constituição, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade. Ademais, a Lei nº 11.417/2006 ajuda a disciplinar a questão.

A alternativa "C" está errada. O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, receber as reclamações e denúncias, *de qualquer interessado*, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários (art. 103-B, §5º, I, CF).

A alternativa "D" está equivocada. Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao *Supremo Tribunal Federal* (art. 103-A, §3º, CF).

RESPOSTA: "B".

1668. (BNDES - PROFISSIONAL BÁSICO - CESGRANRIO/2013) Contra uma sentença que deixa de aplicar uma súmula vinculante cabe:

- A) Recurso de agravo à instância superior.
- B) Recurso de apelação ao STF.
- C) ADPF incidental ao STF.
- D) Reclamação ao STF.
- E) Reclamação ao CNJ.

Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso (art. 103-A, §3º, CF).

Com este fundamento, deve ser assinada a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1669. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE/2013) No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir: "Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os estados ou o DF".

A competência para processar e julgar originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território é do *Supremo Tribunal Federal*, conforme consta no art. 102, I, "e", da Constituição.

Assim, a alternativa deve ser assinalada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1670. (TRT/9ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Considere as seguintes situações hipotéticas: Matias, membro do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, praticou crime comum. Fabiolo, Governador do Estado do Paraná, também praticou crime comum. De acordo com a Constituição Federal brasileira, em regra, terá competência para processar e julgar, originariamente, Matias e Fabiolo, o:

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Tribunal Regional Federal competente.

De acordo com o enunciado da questão, Matias é membro do TRT e Fabiolo é Governador, sendo que ambos teriam praticado crime comum. Sobre este tema, extrai-se da Constituição, no art. 105, I, "a", que tanto o membro do TRT, quanto o Governador, quando praticarem crimes comuns, serão processados e julgados, originariamente, perante o Superior Tribunal de Justiça.

Com fulcro na exposição acima, deve ser assinalada a alternativa "B".

RESPOSTA: "B".

1671. (TRT/6ª REGIÃO - JUIZ DO TRABALHO - FCC/2013) Nos termos da Constituição da República, o Procurador-Geral da República:

A) Nomeia os Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios, a partir de lista tripartite formada dentre integrantes das carreiras respectivas, na forma da lei.

B) Deve ser escolhido dentre membros da carreira, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, para um mandato de três anos, permitida a recondução.

C) É nomeado pelo Presidente da República, após arguição pública e aprovação, por voto secreto, da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

D) Pode ser destituído, antes do término de seu mandato, por iniciativa do Presidente da República, mediante aprovação prévia da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

E) Exerce a chefia do Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e os Ministérios Públicos dos Estados.

A alternativa "D" está certa. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal (art. 128, §2º, CF).

A alternativa "A" está incorreta. As nomeações dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios serão feitas pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista tripartite formada dentre integrantes das carreiras respectivas.

A alternativa "B" está errada. O mandato do Procurador-Geral da República é de dois anos, permitida a recondução (art. 128, §1º, CF).

A alternativa "C" está equivocada. Dispõe a Constituição Federal que a nomeação do Procurador-Geral da República será feita pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do *Senado Federal* (art. 128, §1º, CF).

A alternativa "E" não está certa. De fato a chefia do Ministério Público da União é exercida pelo Procurador-Geral da República (art. 128, §1º, CF). Contudo, o MPU é integrado pelos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios (art. 128, I, e alíneas, CF). Assim, os Ministérios Públicos dos Estados não integram o MPU, o que torna a afirmação incorreta.

RESPOSTA: "D".

1672. (TCE/RO - AGENTE ADMINISTRATIVO - CESPE/2013) Considerando o disposto na CF a respeito do Ministério Público e da magistratura, julgue o item a seguir: "O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, mas não abrange o Ministério Público junto ao TCU nem o Ministério Público do Trabalho".

De acordo com o art. 128, da Constituição Federal, o Ministério Público abrange o *Ministério Público da União* (inciso I), que compreende o Ministério Público Federal (alínea "a"); o Ministério Público do Trabalho (alínea "b"); o Ministério Público Militar (alínea "c"); o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (alínea "d"). Além disso, extrai do mesmo dispositivo que o Ministério Público abrange também os *Ministérios Públicos dos Estados* (inciso II).

Assim, conclui-se pela simples leitura da norma que o Ministério Público do Trabalho é abrangido pelo Ministério Público da União.

Diante disso, a alternativa deve ser assinalada como errada.

RESPOSTA: "ERRADA".

1673. (MP/DFT - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/DFT/2013) Com relação ao Ministério Público, assinale a opção incorreta:

A) Não tem, entre suas atribuições, legitimidade para aforar ação civil pública com o fim de impugnar a cobrança e pleitear a restituição de IPTU pago indevidamente.

B) O Ministério Público estadual não tem competência para ajuizar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal. A instituição se faz representar, nessa circunstância, pelo Procurador-Geral da República.

C) Apesar de o Ministério Público ser uno, é possível a ocorrência de conflito positivo e negativo de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual, solucionável pelo Supremo Tribunal Federal.

D) O Procurador-Geral da República é destituível por iniciativa do Presidente da República, desde que haja autorização concedida pela maioria absoluta do Senado Federal.

E) É interditado à lei ordinária regular a destituição dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

A alternativa "B" está incorreta. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento, por maioria de votos, para reconhecer a legitimidade ativa autônoma do Ministério Público estadual para propor reclamação perante a Corte (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Rcl 7358, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ. 02.06.2011).

A alternativa "A" está certa. O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública visando à restituição de IPTU pago indevidamente, uma vez que não se trata de relação de consumo firmada ente o Poder Público e o contribuinte. Sobre o assunto o STF já firmou este posicionamento (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. RE 195.056, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ. 30.05.2003).

A alternativa "C" está correta. O STF sedimentou o entendimento de que, com fundamento no art. 102, I, "f", da Constituição da República, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar conflito entre órgãos de Ministérios Públicos diversos (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ACO 1136, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ. 19.08.2011).

A alternativa "D" está correta. A alternativa encontra respaldo no art. 128, §2º, CF.

A alternativa "E" está certa. Dispõe o art. 128, §4º, da Constituição da República que os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da *lei complementar* respectiva.

RESPOSTA: "B".

1674. (TJ/SP - ADVOGADO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta sobre a advocacia pública:

A) A instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, é a Procuradoria-Geral da República.

B) As atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo cabem à Defensoria Pública da União.

C) Aos procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante o Conselho Nacional do Ministério Público.

D) Competem aos Procuradores do Estado e do Distrito Federal a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

E) O Advogado-Geral da União será nomeado pelo Presidente da República dentre membros da carreira, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

A alternativa "D" está certa. A alternativa está amparada pelo art. 132, parte final, da Lei Fundamental, que dispõe que os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

A alternativa "A" está equivocada. Dispõe o art. 131, *caput*, da Constituição da República que a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, é a *Advocacia-Geral da União*.

A alternativa "B" está errada. Cabem à *Advocacia-Geral da União* as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131, *caput*, CF).

A alternativa "C" não está certa. Para adquirirem a estabilidade os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal realizarão avaliação de desempenho perante os *órgãos próprios*.

A alternativa "E" está incorreta. O Advogado-Geral da União não será escolhido dentre os membros da carreira, mas sim dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, conforme consta do art. 131, §1º, da CF.

RESPOSTA: "D".

1675. (MP/PR - PROMOTOR SUBSTITUTO - MP/PR/2013) Considerando o rol de competências do Conselho Nacional do Ministério Público expressamente previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

A) Avocar processos disciplinares ainda em curso perante as Corregedorias dos Ministérios Públicos dos Estados.

B) Rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de membros do Ministério Público julgados há menos de um ano, não apenas para o controle formal da legalidade, mas para decidir o mérito do processo disciplinar de forma diversa.

C) Determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios proporcionais ao tempo de serviço, bem como aplicar a pena de cassação da aposentadoria ou de disponibilidade, desde que ouvido o Conselho Superior do Ministério Público respectivo e assegurada ampla defesa.

D) Zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

E) Zelar pela observância dos princípios constitucionais da administração pública e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

A alternativa "A" está correta. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, dentre outras atribuições avocar processos disciplinares ainda em curso perante as Corregedorias dos Ministérios Públicos dos estados (art. 130-A, §2º, III, CF).

A alternativa "B" está certa. A competência descrita na alternativa está prevista no art. 130-A, §2º, IV, CF, que dispõe que cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

A alternativa "C" está incorreta. Com fundamento no art. 130-A, §2º, III, do Texto Maior não há a exigência de oitiva do Conselho Superior do Ministério Público para determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria, sendo assegurada a ampla defesa.

A alternativa "D" está correta. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, de acordo com o art. 130-A, §2º, I, CF.

A alternativa "E" está certa. A afirmação contida na assertiva está amparada pelo art. 130-A, §2º, II, da Constituição da República.

RESPOSTA: "C".

1676. (PC/PA - DELEGADO DE POLÍCIA - UEPA/2013) Assinale a alternativa correta acerca do regramento constitucional das funções essenciais à justiça:

A) O Chefe do Poder Executivo elaborará a proposta orçamentária do Ministério Público dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

B) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, livremente nomeado pelo Presidente da República, o qual poderá destituir-lo a qualquer tempo, ad nutum.

C) Os membros do Ministério Público poderão exercer a advocacia, desde que não optem pelo regime de exclusividade no momento do ingresso na carreira, sendo-lhes vedado litigar contra a unidade federada a que se vinculam.

D) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

E) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

A alternativa "D" está certa, conforme se extrai do art. 132 da Constituição da República, que representa a literalidade do contido na alternativa em comento.

A alternativa "A" está incorreta. O §3º, do art. 127, da Lei Fundamental estabelece que o *Ministério Público* elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

A alternativa "B" está equivocada. Registre-se que a nomeação do Procurador-Geral da República de fato é realizada pelo Presidente da República, contudo depende de prévia aprovação da maioria absoluta dos membros do Senado Federal (art. 128, §1º, CF). Além disso, a destituição não ocorre *ad nutum*, pois também depende de prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal (art. 128, §2º, CF).

A alternativa "C" não está certa. É vedado o exercício da advocacia aos membros do Ministério Público (art. 128, §5º, II, "b", CF).

A alternativa "E" está errada. A estabilidade dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é adquirida após *três anos* de efetivo exercício (art. 132, parágrafo único, CF).

RESPOSTA: "D".

1677. (TRT/9ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2013) Considere as assertivas concernentes ao Ministério Público:

I. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

III. Constitui vedação ao membro do Ministério Público, dentre outras, exercer a advocacia.

IV. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma apenas em:

- A) III e IV.
- B) I, II e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.
- E) I e II.

O item "I" está correto, pois representa a literalidade do art. 127, §1º, da Constituição da República, que estabelece que a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

O item "II" está errado, tendo em vista que é *permitida* a recondução, nos termos do art. 128, §1º, CF.

O item "III" está certo. As vedações aos membros do Ministério Público estão previstas constitucionalmente no art. 128, §5º, II, CF, dentre elas está o exercício da advocacia (alínea "b").

O item "IV" está correto, com fundamento no art. 130-A, *caput*, da Constituição da República, que prevê a composição do Conselho Nacional do Ministério Público por quatorze membros nomeados pelo Presidente da República.

Diante desse panorama, considerando que apenas os itens "I", "III" e "IV" estão corretos, deve ser assinalada a alternativa "D".

RESPOSTA: "D".

1678. (TRT/10ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) A respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente: "A CF considera, de modo expresso, que o advogado é indispensável à administração da justiça".

De acordo com o art. 133, da Constituição Federal o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Com este fundamento, a questão deve ser marcada como correta.

RESPOSTA: "CORRETA".

1679. (DPE/AM - DEFENSOR PÚBLICO - FCC/2013) Considerando a disciplina da Defensoria Pública na Constituição Federal, analise as afirmações abaixo:

I. O Defensor Público, após dois anos de efetivo exercício, torna-se estável e apenas perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

II. Lei complementar estadual pode autorizar que o Defensor Público exerça advocacia fora de suas atribuições institucionais.

III. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV. Lei Estadual pode determinar que a Defensoria integre determinada Secretaria de Estado, ficando o Defensor Geral sujeito ao poder hierárquico do Secretário de Estado.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III e IV.
- D) III.
- E) II.

O item "I" está incorreto, pois a estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício (art. 41, CF).

O item "II" está errado. A Constituição Federal é categórica ao vedar o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais (art. 134, §1º, CF).

O item "III" está correto, tendo em vista que reflete o disposto no art. 134, §2º, CF.

O item "IV" está incorreto. Conforme dispõe o art. 134, §2º, da Constituição da República, às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa. Assim, lei estadual que integre a Defensoria a determinada Secretaria de Estado, ficando o Defensor Geral sujeito ao poder hierárquico do Secretário de Estado é inconstitucional, pois fere a autonomia funcional e administrativa assegurada pela Constituição Federal.

A alternativa a ser assinalada é a letra "D", já que apenas o item "III" está correto.

RESPOSTA: "D".

1680. (TRE/MS - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013) À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta no tocante ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça:

A) Pelo critério do quinto constitucional, promotores de justiça podem ser escolhidos para compor tribunal regional eleitoral (TRE).

B) Compete à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial da União, bem como a realização de atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

C) À defensoria pública, que é instituição essencial ao Estado democrático de direito, compete realizar a assistência jurídica integral e gratuita para todos os cidadãos brasileiros independentemente da situação financeira de cada um.

D) O Conselho Nacional de Justiça não integra o Poder Judiciário, pois exerce função meramente administrativa.

E) O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos das populações indígenas.

A alternativa "A" não está certa. A composição dos Tribunais Regionais Eleitorais está definida no art. 120, §1º, da Constituição Federal, sendo que este dispositivo não prevê a escolha de promotores de justiça para compor o TRE. Ademais, o art. 94, CF não traz a figura do quinto constitucional para o âmbito da justiça especializada eleitoral.

A alternativa "B" está incorreta. A Advocacia-Geral da União representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico *apenas* do Poder Executivo.

A alternativa "C" está errada. A assistência jurídica realizada pela Defensoria Pública é oferecida *apenas aos necessitados*, na forma do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (art. 134, *caput*, CF, com redação dada pela EC nº 80/2014).

A alternativa "D" está equivocada. O Conselho Nacional de Justiça, apesar de exercer função administrativa, é órgão integrante do Poder Judiciário (art. 92, I-A, CF).

A alternativa "E" está correta. É função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, V, CF).

RESPOSTA: "E".

1681. (TRT/15ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2013) Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da Defensoria Pública como função essencial à Justiça:

I. A Defensoria Pública é instituição à qual incumbe, por expressa determinação constitucional, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

II. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e admitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais apenas nas hipóteses estabelecidas em lei.

III. Às Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação às regras de encaminhamento da proposta previstas na Constituição em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

O item "I" está correto, conforme se extrai do art. 134, *caput*, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 80/2014, o qual determina que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

O item "II" está incorreto, pois é vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, nos termos do art. 134, §1º, CF.

O item "III" está certo. A alternativa está amparada pela art. 134, §2º, da Constituição da República.

Estando corretos apenas os itens "I" e "III", deve ser assinalada a letra "D".

RESPOSTA: "D".

1682. (TCE/RS - AUDITOR PÚBLICO EXTERNO - FMP/RS/2011) Assinale a alternativa correta. Uma nova Constituição revoga a Constituição anterior, mas as leis e os atos normativos compatíveis com a nova Constituição continuam em vigor. Na teoria constitucional, esse fenômeno denomina-se:

- A) Repristinação constitucional.
- B) Reconstitucionalização do direito.
- C) Recepção.
- D) Mutação constitucional.
- E) Revalidação constitucional.

Com a revogação da Constituição anterior, o direito *infraconstitucional* existente à época e que dela extraía o seu fundamento de validade pode se deparar diante de duas situações: ser recepcionado pela nova Constituição, ou, caso contrário, ser revogado por ela (será recepcionado quando, em conformidade material com a Constituição, recebe dela o seu novo fundamento de validade).

Isto posto, a "recepção" nada mais é que o recebimento, pela Constituição nova, de lei elaborada à época de Constituição anterior.

Convém assinalar a alternativa "C", cujo enunciado reflete o que se acabou de explicar.

RESPOSTA: "C"

DIREITO ADMINISTRATIVO

1683 - (TJ/DF - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – CESPE/2014) Em relação ao regime jurídico-administrativo e aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a opção correta

A) É obrigatória a observância do princípio da publicidade nos processos administrativos, mediante a divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive os relacionados ao direito à intimidade.

B) A presunção de legitimidade dos atos administrativos, que impõe aos particulares o ônus de provar eventuais vícios existentes em tais atos, decorre do regime jurídico-administrativo aplicável à administração pública

C) É obrigatória a observância do princípio da publicidade nos processos administrativos, mediante a divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive os relacionados ao direito à intimidade.

D) A violação do princípio da moralidade administrativa não pode ser fundamento exclusivo para o controle judicial realizado por meio de ação popular.

E) Para que determinada conduta seja caracterizada como ato de improbidade administrativa violadora do princípio da impessoalidade, é necessária a comprovação do respectivo dano ao erário.

O regime jurídico-administrativo aplicável à Administração Pública é um regramento de direito público, sendo aplicável aos órgãos e entidades vinculadas e que compõe a administração pública e ainda à atuação dos agentes administrativos em geral.

Tem seu embasamento na concepção de existência de **poderes especiais** passíveis de ser exercidos pela administração pública, por meio de seus órgãos e entidades, e exteriorizados por meio de seus agentes, que por sua vez é controlado ou limitado por imposições também especiais à atuação da administração pública, não existentes nas relações de direito privado.

Justamente pela aplicabilidade do regime jurídico-administrativo com cláusulas e prerrogativas especiais conferidas à Administração Pública decorre a presunção de legitimidade dos atos administrativos, assim entendido como ou atributo ou característica do ato em si.

Assim, uma vez praticado o ato administrativo, ele se presume legítimo e, em princípio, apto para produzir os efeitos que lhe são inerentes, cabendo então ao administrado a prova de eventual vício do ato, caso pretenda ver afastada a sua aplicação, dessa maneira verificamos que o Estado, diante da presunção de legitimidade, não precisa comprovar a regularidade dos seus atos.

Dessa maneira, mesmo quando revestido de vícios, o ato administrativo, até sua futura revogação ou anulação, tem eficácia plena desde o momento de sua edição, produzindo regularmente seus efeitos, podendo inclusive ser executado compulsoriamente, em virtude das consequências do regime jurídico-administrativo.

RESPOSTA: "B".

1684 - (TER/PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011) Parte superior do formulário) "Um dos princípios da Administração Pública exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. A função administrativa já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros" (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro).

O conceito refere-se ao princípio da

- A) impessoalidade.
- B) eficiência.
- C) legalidade.
- D) moralidade.
- E) publicidade.

Diante do enunciado podemos destacar algumas expressões que nos ajudarão a resolver o problema proposto, quais sejam: "*atividade administrativa exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional*" e ainda "*exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório...*"

Pois bem, estamos diante das características do **Princípio da Eficiência**, que em seu conceito temos a imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços.

Pelo Princípio da Eficiência, a Administração Pública tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública, devendo ser prestada com perfeição e satisfação dos usuários.

RESPOSTA "B".

1685 - (TRT – 19ª REGIÃO/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) Determinada empresa do ramo farmacêutico, responsável pela importação de importante fármaco necessário ao tratamento de grave doença, formulou pedido de retificação de sua declaração de importação, não obtendo resposta da Administração pública. Em razão disso, ingressou com ação na Justiça, obtendo ganho de causa. Em síntese, considerou o Judiciário que a Administração pública não pode se esquivar de dar um pronto retorno ao particular, sob pena inclusive de danos irreversíveis à própria população. O caso narrado evidencia violação ao princípio da:

- A) publicidade.
- B) eficiência.
- C) impessoalidade.
- D) motivação.
- E) proporcionalidade.

Pelas disposições prevista na Constituição Federal acerca do princípio da eficiência, temos a imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços.

O administrador deve procurar a solução que melhor atenda aos interesses da coletividade, aproveitando ao máximo os recursos públicos, evitando dessa forma desperdícios.

Tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública.

Dessa forma, caso ocorra omissão do Poder Público em atender de forma eficiente os anseios da coletividade, poderá, desde que provocado, ocorrer a intervenção do Poder Judiciário, com fundamento de descumprimento de norma constitucional, com a conseqüente imposição de responsabilidade do Estado por sua omissão.

RESPOSTA: "B".

1686 - (UNICAMP – PROCURADOR – VUNESP/2014)
Princípio constitucional de direito administrativo, relacionado à finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa, fazendo com que a Administração Pública não possa atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, é o princípio da

- A) **legalidade.**
- B) **impressoalidade.**
- C) **moralidade.**
- D) **publicidade.**
- E) **eficiência.**

A Administração Pública tem que manter uma posição de neutralidade em relação aos seus administrados, não podendo prejudicar nem mesmo privilegiar quem quer que seja. Dessa forma a Administração pública deve servir a todos, sem distinção ou aversões pessoais ou partidárias, buscando sempre atender ao interesse público.

Impede o princípio da impessoalidade que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais do agente público ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente e impessoal, com tratamento igualitário a todos os administrados, nos termos que define a Lei e o interesse público.

Ressalta-se ainda que o princípio da impessoalidade possui estreita relação com o também princípio constitucional da isonomia, ou igualdade, sendo dessa forma vedadas perseguições ou benesses pessoais.

RESPOSTA: "B".

1687 - (TER/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)
No que concerne às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que:

- A) **o costume não é considerado fonte do Direito Administrativo.**
- B) **uma das características da jurisprudência é o seu universalismo, ou seja, enquanto a doutrina tende a nacionalizar-se, a jurisprudência tende a universalizar-se.**

C) **embora não influa na elaboração das leis, a doutrina exerce papel fundamental apenas nas decisões contenciosas, ordenando, assim, o próprio Direito Administrativo.**

D) **tanto a Constituição Federal como a lei em sentido estrito constituem fontes primárias do Direito Administrativo.**

E) **tendo em vista a relevância jurídica da jurisprudência, ela sempre obriga a Administração Pública.**

Para a resolução de tal questão, é importante ter o conhecimento das fontes do Direito Administrativo, ou seja, o embasamento de sua origem, e assim, encontramos no ordenamento jurídico brasileiro as seguintes fontes:

- Lei
- Doutrina
- Jurisprudência
- Costumes
- Regulamentos Administrativos.

A lei é norma imposta pelo Estado, é a fonte primordial e primária do direito administrativo brasileiro, tem em vista a rigidez de nosso ordenamento jurídico, e a necessidade da codificação de maneira expressa. Importante esclarecer que o direito administrativo brasileiro não se encontra codificado em somente um corpo de lei, como ocorre em outras facetas do direito brasileiro, como o Código Civil, Código Tributário, entre outros, **o que temos sobre regras administrativas estão articuladas, em regra gerais, na Constituição Federal de 1988, e ainda em uma infinidade de leis esparsas, constituindo-se como fontes primárias do Direito Administrativo**, o que, por consequência, resulta em certa dificuldade de uma sistematização deste importante ramo do direito brasileiro.

A doutrina é a lição dos mestres e estudiosos do direito, podendo ser entendida como um conjunto de teses, construções teóricas, opiniões dos doutores e dos estudiosos do Direito Administrativo, resultante de atividade intelectual, formulando princípios norteadores para a continuidade e aprofundamento dos estudos e teorias do Direito Administrativo, constituindo-se como fonte secundária, com a atribuição de influenciar a elaboração de novas leis e também o julgamento das lides de natureza administrativa.

A Jurisprudência é a interpretação da legislação vigente dada pelos Tribunais, verificadas a partir de reiteradas decisões judiciais em um mesmo sentido, solidificando o entendimento majoritário dos tribunais superiores.

Os costumes são o conjunto de regras e comportamentos sociais não escritas, observadas e obedecidas de modo semelhante e uniforme pela sociedade, são as práticas habituais consideradas obrigatórias, que o juiz pode aplicar na falta de lei regulamentando determinado assunto, e os Princípios Gerais do Direito são critérios maiores, às vezes até não escritos percebidos pela lógica ou pela indução.

Regulamentos são atos normativos do Poder Executivo, dotados de generalidade, impessoalidade, imperatividade e inovação. Produzidos mediante exercício do poder regulamentar (ou função estatal regulamentar), as formas mais comuns de regulamentos são os decretos regulamentares,

mas também podem tomar forma de resolução e outras modalidades, podendo desdobrar preceitos constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida e atos legislativos primários (leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções).

RESPOSTA "D".

1688 - (TER/SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – PONTUA/2011)

Os Princípios básicos da Administração Pública e do Direito Administrativo constituem regras de observância permanente e obrigatória ao Administrador. Podemos afirmar:

I. É dever do Administrador Público atuar segundo a lei, proibida sua atuação contra-lem e extralegem – princípio da legalidade ou legalidade estrita.

II. A Administração Pública está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica, em atendimento ao princípio da autotutela.

III. A Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá apenas aos princípios de observância obrigatória: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

IV. Segundo o princípio da finalidade, o administrador público não pode praticar nenhum ato que se desvie da finalidade de satisfazer o interesse público em detrimento de interesses privados.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Apenas o item I.
- B) Apenas o item III.
- C) Apenas os itens I, II e III.
- D) Apenas os itens I, II e IV.

Conforme podemos verificar, somente a afirmativa III está incorreta, pois, não existe o Princípio Administrativo da "moralidade" como sugestiona o elaborador da questão, e, em uma tentativa de ludibriar o candidato menos atento, inseriu juntamente com os demais princípios administrativos básicos e obrigatórios na atividade administrativa, tal invenção, tentando confundir com o **princípio da moralidade**.

O correto é que são os princípios básicos da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

RESPOSTA "D".

1689 - (TRT - 16ª REGIÃO/MA – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) O Diretor Jurídico de uma autarquia estadual nomeou sua companheira, Cláudia, para o exercício de cargo em comissão na mesma entidade. O Presidente da autarquia, ao descobrir o episódio, determinou a imediata demissão de Cláudia, sob pena de caracterizar grave violação a um dos princípios básicos da Administração pública. Trata-se do princípio da

- A) **presunção de legitimidade.**
- B) **publicidade.**
- C) **motivação.**
- D) **supremacia do interesse privado sobre o público.**
- E) **impessoalidade.**

Impede o princípio da impessoalidade que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais do agente público ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente e impessoal.

Por tal princípio temos que a Administração Pública tem que manter uma posição de neutralidade em relação aos seus administrados, não podendo prejudicar nem mesmo privilegiar quem quer que seja. Dessa forma a Administração pública deve servir a todos, sem distinção ou aversões pessoais ou partidárias, buscando sempre atender ao interesse público.

Ressalta-se ainda que o princípio da impessoalidade possui estreita relação com o também princípio constitucional da isonomia, ou igualdade, sendo dessa forma vedadas perseguições ou benesses pessoais.

Parte inferior do formulário

RESPOSTA: "E".

1690 - (PM/RO – SARGENTO – PM/2014) Segundo o Direito Administrativo Brasileiro, julgue os itens subsequentes.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

- () CERTO
- () ERRADO

A Administração Pública é a atividade do Estado exercida pelos seus órgãos encarregados do desempenho das atribuições públicas. Em outras palavras é o conjunto de órgãos e funções instituídos e necessários para a obtenção dos objetivos do governo, ou seja, o atendimento dos anseios sociais.

A atividade administrativa, em qualquer dos poderes ou esferas, obedece aos *princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*, como impõe a norma fundamental do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assim dispõe em seu *caput*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte".

RESPOSTA: "CERTO".

1691 - (PG/DF - ANALISTA JURÍDICO – IADES/2011)

Prescreve o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

A) O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, adstrita aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena de invalidade do ato. Assim, se a lei nada dispuser, não poderá a Administração agir, salvo em situações excepcionais. Ainda que se trate de ato discricionário, há de se observar o referido princípio.

B) Segundo a doutrina majoritária e decisão hodierna do STF, o rol de princípios previstos no artigo 37, *caput*, do texto constitucional é taxativo, ou seja, a Administração Pública, em razão da legalidade e taxatividade não poderá nortear-se por outros princípios que não os previamente estabelecidos no referido dispositivo.

C) A Constituição Federal de 1988 no artigo 37, § 1º, dispõe sobre a forma de como deve ser feita a publicidade dos atos estatais estabelecendo que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

D) O princípio da eficiência foi inserido positivamente na Constituição Federal via emenda constitucional.

E) O STF reiteradamente tem proclamado o dever de submissão da Administração Pública ao princípio da moralidade. Como exemplo, cita-se o julgado em que o Pretório Excelso entendeu pela vedação ao nepotismo na Administração, não se exigindo edição de lei formal a esse respeito, por decorrer diretamente de princípios constitucionais estabelecidos, sobretudo o da moralidade da Administração.

Sempre com atenção ao que exige o enunciado da questão, diante das alternativas apresentadas, o elaborador da questão exige que seja marcada a **alternativa incorreta**.

A alternativa "b" está errada, pois o artigo 37 "*caput*" da Constituição Federal nos apresenta os Princípios Básicos da Administração Pública, sendo considerados princípios explícitos na Constituição Federal, e isso não significa que serão os únicos exigidos durante a atividade administrativa.

A atividade administrativa deve ser sempre pautada pelos princípios básicos constantes expressamente no "*caput*" do artigo 37 da Constituição Federal, e ainda deve obediência aos demais princípios decorrentes deste, como exemplo:

- Princípio da Supremacia do Interesse Público: Tal Princípio, muito embora não se encontre expresso no enunciado do texto constitucional é de suma importância para a atividade administrativa, tendo em vista que, em decorrência do regime democrático adotado pelo Brasil, bem como o seu sistema representativo, temos que toda a atuação do Poder Público seja consubstanciada pelo interesse público e coletivo.

- Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público: Em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público são vedados ao administrador da coisa pública qualquer ato que implique em renúncia a direitos da administração, ou que de maneira injustificada e excessiva onerem a sociedade.

- Princípio da Autotutela: A Administração Pública pode corrigir de ofício seus próprios atos, revogando os irregulares e inoportunos e anulando os manifestamente ilegais, respeitado o direito adquirido e indenizando os prejudicados, cuja atuação tem a característica de autocontrole de seus atos, verificando o mérito do ato administrativo e ainda sua legalidade; entre outros mais existentes na prática da atividade administrativa.

RESPOSTA: "B".

1692 - (DPE/RJ - TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA – FGV/2014) Os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram o modo de agir da Administração Pública. Entre os princípios da Administração Pública, destaca-se:

A) impessoalidade, que diz que a pena não passará da pessoa do condenado e que os sucessores responderão pelos débitos do falecido apenas nos limites da herança.

B) moralidade, segundo o qual, no caso de aparente colisão, se deve analisar no caso concreto qual direito fundamental deve prevalecer, através da técnica da ponderação de interesses.

C) autotutela, segundo o qual qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito não será excluída da apreciação do Poder Judiciário, razão pela qual os atos da Administração Pública também estão sujeitos ao controle judicial.

D) publicidade, que prevê que a ampla publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou eleitoral.

E) continuidade dos serviços públicos, excetuado quando se permite a paralisação temporária da atividade, como no caso de necessidade de reparos técnicos.

O serviço público deve ser prestado de maneira contínua o que significa dizer que não é passível de interrupção. Isto ocorre justamente pela própria importância de que o serviço público se reveste diante dos anseios da coletividade.

É o princípio que orienta sobre a impossibilidade de paralisação, ou interrupção dos serviços públicos, e o pleno direito dos administrados a que não seja suspenso ou interrompido, pois se entende que a continuidade dos serviços públicos é essencial a comunidade, não podendo assim sofrer interrupções.

Entretanto, objetivando o atendimento ao Princípio Constitucional da Eficiência, é lícito à Administração Pública efetuar a paralisação temporária de suas atividades públicas, mediante prévio aviso aos usuários dos serviços públicos, para que sejam efetuadas melhorias no atendimento mediante reparos técnicos.

RESPOSTA: "E".

1693 - (DPE/AM – DEFENSOR PÚBLICO – INSTITUTO CIDADES/2011)

Afirma-se, a respeito do princípio da eficiência da Administração Pública, que ele foi inserido na atual Constituição Federal com o intuito de:

- A) estabelecer um modelo gerencial de Administração
- B) fazer prevalecer o modelo burocrático de Administração
- C) valorizar a organização hierárquica.
- D) fazer prevalecer a valorização da rigidez da forma.
- E) restringir a participação popular de gestão.

A intenção do legislador constitucional de inserir o Princípio da Eficiência dentre os demais princípios básicos da Administração Pública, expressos na Constituição Federal em seu artigo 37 "caput", foi justamente de implantar um modelo de gerência dos recursos públicos, tornando a atividade administrativa mais eficiente, mais célere, mais econômica, com melhor gestão do dinheiro público, fazendo prevalecer a forma mais simples e eficaz da execução dos serviços públicos, estabelecendo de fato um modelo gerencial de Administração Pública.

RESPOSTA: "A".

1694 - (TJ/CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014)
Com relação aos princípios que fundamentam a administração pública, assinale a opção correta.

- A) A publicidade marca o início da produção dos efeitos do ato administrativo e, em determinados casos, obriga ao administrado seu cumprimento.
- B) Pelo princípio da autotutela, a administração pode, a qualquer tempo, anular os atos eivados de vício de ilegalidade.
- C) O regime jurídico-administrativo compreende o conjunto de regras e princípios que norteia a atuação do poder público e o coloca numa posição privilegiada.
- D) A necessidade da continuidade do serviço público é demonstrada, no texto constitucional, quando assegura ao servidor público o exercício irrestrito do direito de greve.
- E) O princípio da motivação dos atos administrativos, que impõe ao administrador o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato, não possui fundamento constitucional.

O regime jurídico-administrativo é o conjunto de normas, regras e princípios de direito público, que norteiam a atuação administrativa do Estado executada por órgãos e entidades vinculadas e que compõe o Poder Público, e ainda norteia à atuação dos agentes administrativos em geral.

Tem seu embasamento na concepção de existência de **poderes especiais** passíveis de ser exercidos pela Administração Pública, por meio de seus órgãos e entidades, e exteriorizados por meio de seus agentes, que por sua vez é controlado ou limitado por imposições também especiais à atuação da Administração Pública, não existentes nas relações de direito privado.

RESPOSTA: "C".

1695 - (TJ/RR – TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2012)
Julgue os itens a seguir, que versam sobre organização administrativa.

Administração pública, em sentido objetivo ou material, consiste no conjunto de órgãos, agentes e pessoas jurídicas instituídas para a consecução dos objetivos do governo.

- () CERTO
- () ERRADO

A Administração Pública sob o aspecto material ou objetivo representa nada mais do que o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa.

Assim, temos que o conceito adota como referência a atividade propriamente dita, o que é de fato realizado, e não quem as realizou.

A afirmativa da questão dispõe sobre o conceito de Administração Pública em seu aspecto formal e subjetivo, no qual leva em conta o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o nosso ordenamento jurídico identifica como administração pública, não importando a atividade que exerça.

RESPOSTA: "ERRADO".

1696 - (UFAL – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – COPEVE-UFAL/2011)

Acerca dos princípios do Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- A) O princípio da eficiência preconiza que a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, qualidade e rendimento funcional.
- B) O princípio da publicidade impõe a presença do nome do gestor público nos atos e obras do Poder Público.
- C) O princípio da autotutela é relacionado ao controle que a administração pública exerce sobre seus próprios atos, por meio do qual ela anula os atos ilegais, inconvenientes e inoportunos.
- D) O princípio da segurança jurídica possibilita, nos processos administrativos, a aplicação retroativa por parte da Administração Pública de nova interpretação.
- E) O princípio da moralidade administrativa é extraído dos critérios pessoais do administrador público.

Dentre as alternativas apresentadas na questão, a que está perfeitamente de acordo com o real significado é a alternativa "A", pois estamos diante dos atributos conferi-

dos ao **Princípio da Eficiência**, que preza pela imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços, além da execução dos serviços públicos com presteza, qualidade e rendimento funcional satisfatório.

Pelo Princípio da Eficiência, a Administração Pública tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública, devendo ser prestada com perfeição e satisfação dos usuários.

RESPOSTA "A".

1697 - (TRE/AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)

A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:

- A) **razoabilidade e legalidade.**
- B) **eficiência e publicidade.**
- C) **publicidade e proporcionalidade.**
- D) **motivação e eficiência.**
- E) **impessoalidade e moralidade.**

O agente público ao utilizar-se de maneira incorreta dos meios oficiais de publicação para realizar promoção pessoal atenta claramente contra os princípios da Impessoalidade e Moralidade.

Pelo Princípio da Impessoalidade impede que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais, seja do próprio agente público, ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente e impessoal, não sendo lícito ao agente público utilizar-se da máquina pública para se autopromover.

Ademais, pelo Princípio da Moralidade, trata especificamente da moral administrativa, onde se refere à ideia de probidade e boa-fé, sendo que a falta da moral comum impõe, nos atos administrativos a presença coercitiva e obrigatória da moral administrativa, que se constitui de um conjunto de regras e normas de conduta impostas ao administrador da coisa pública.

Assim o legislador constituinte utilizando-se dos conceitos da Moral e dos Costumes uma fonte subsidiária do Direito positivo, como forma de impor à Administração Pública, por meio de juízo de valor, um comportamento obrigatoriamente ético e moral no exercício de suas atribuições administrativas, através do pressuposto da moralidade.

Assim, no caso hipotético descrito no enunciado da questão, o administrador público ao subutilizar os meios de publicidade oficiais para realizar promoção pessoal, além de atentar contra o princípio da impessoalidade, ataca a boa-fé administrativa e a probidade, sendo assim um ato imoral, caracterizando ofensa ao princípio da Moralidade.

RESPOSTA: "E".

1698 - (TRE/PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012)
A eficiência, na lição de Hely Lopes Meirelles, é um dever que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2003. p. 102).

Infere-se que o princípio da eficiência

A) passou a se sobrepor aos demais princípios que regem a administração pública, após ter sua previsão inserida em nível constitucional.

B) deve ser aplicado apenas quanto ao modo de atuação do agente público, não podendo incidir quando se trata de organizar e estruturar a administração pública.

C) deve nortear a atuação da administração pública e a organização de sua estrutura, somando-se aos demais princípios impostos àquela e não se sobrepondo aos mesmos, especialmente ao da legalidade.

D) autoriza a atuação da administração pública dissonante de previsão legal quando for possível comprovar que assim serão alcançados melhores resultados na prestação do serviço público.

E) traduz valor material absoluto, de modo que alcançou status jurídico supra constitucional, autorizando a preterição dos demais princípios que norteiam a administração pública, a fim de alcançar os melhores resultados.

Diante do Princípio Constitucional da Eficiência, temos a imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços, com modelo atual de administração gerencial.

Tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da Administração Pública.

O administrador deve procurar a solução que melhor atenda aos interesses da coletividade, aproveitando ao máximo os recursos públicos, evitando dessa forma desperdícios, cuja atuação administrativa será considerada perfeita quando estiver em conformidade com os demais princípios constitucionais, não se sobrepondo a nenhum deles, mas principalmente ao Princípio da Legalidade, diante das normas positivas em que se fundamenta nosso ordenamento jurídico.

RESPOSTA: "C".

1699 - (Polícia Federal – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE/2014) Considerando que o DPF é órgão responsável por exercer as funções de polícia judiciária da União, julgue os itens a seguir.

O DPF, em razão do exercício das atribuições de polícia judiciária, não se submete ao princípio da publicidade, sendo garantido sigilo aos atos praticados pelo órgão.

- () CERTO
() ERRADO

Pelo Princípio expresso constitucionalmente da Publicidade, temos que a administração pública tem o dever de oferecer transparência de todos os atos que praticar, e de todas as informações que estejam armazenadas em seus bancos de dados referentes aos administrados.

Portanto, se a Administração Pública tem atuação na defesa e busca aos interesses coletivos, todas as informações e atos praticados devem ser acessíveis aos cidadãos.

Por tal razão, os atos públicos devem ter divulgação oficial como requisito de sua eficácia, salvo as exceções previstas em lei, onde o sigilo deve ser mantido e preservado.

Dessa forma, o Departamento da Polícia Federal, mesmo sendo órgão com atribuições de polícia judiciária deverá publicar todos os atos administrativos que praticar, excetuando as informações e investigações que a Lei garantir o sigilo.

RESPOSTA: "ERRADO".

1700 - (TRT - 15ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) Os princípios que regem a Administração pública podem ser expressos ou implícitos. A propósito deles é possível afirmar que:

A) moralidade, legalidade, publicidade e impessoalidade são princípios expressos, assim como a eficiência, hierarquicamente superior aos demais.

B) supremacia do interesse público não consta como princípio expresso, mas informa a atuação da Administração pública assim como os demais princípios, tais como eficiência, legalidade e moralidade.

C) os princípios da moralidade, legalidade, supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público são expressos e, como tal, hierarquicamente superiores aos implícitos.

D) eficiência, moralidade, legalidade, impessoalidade e indisponibilidade do interesse público são princípios expressos e, como tal, hierarquicamente superiores aos implícitos.

E) do interesse público são princípios implícitos, mas de igual hierarquia aos princípios expressos.

Além dos Princípios de Direito Administrativo previstos na Constituição Federal, a doutrina administrativa adota diversos outros princípios que norteiam o Direito Administrativo e a atividade administrativa, dentre eles, destacamos o princípio da Supremacia do Interesse Público.

Tal Princípio, muito embora não se encontre expresso no enunciado do texto constitucional é de suma importância para a atividade administrativa, tendo em vista que, em decorrência do regime democrático adotado pelo Brasil, bem como o seu sistema representativo, temos que toda a atuação do Poder Público seja consubstanciada pelo interesse público e coletivo.

Assim, para que o Estado possa atingir a finalidade principal que lhe foi imposta pelo ordenamento jurídico, qual seja, o interesse público, é assegurado a administração pública uma série de prerrogativas, não existente no direito privado, para que se alcance a vontade comum da coletividade.

Neste sentido, importante salientar breve conceito elaborado pelo Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Esta posição privilegiada encarna os benefícios que a ordem jurídica confere a fim de assegurar conveniente proteção aos interesses públicos instrumentando os órgãos que os representam para um bom, fácil, expedito e resguardado desempenho de sua missão. Traduz-se em privilégios que lhes são atribuídos. Os efeitos desta posição são de diversa ordem e manifestam-se em diferentes campos."

Celso Antônio Bandeira de Mello, afirma ainda que, no campo da Administração Pública, deste princípio do Direito Administrativo decorrem os seguintes sub-princípios subordinados:

- *Posição privilegiada do órgão encarregado de zelar pelo interesse público e de exprimi-lo, nas relações com os particulares;*

- *Posição de supremacia do órgão nas mesmas relações;*

- *Restrições ou sujeições especiais no desempenho da atividade de natureza pública.*

Por tal Princípio do Direito administrativo, temos que o Poder Público se encontra em franca situação de autoridade, superioridade e de comando perante os particulares, prerrogativa esta que possibilita e instrumentaliza a gerência do interesse coletivo, quando postos em confronto.

Esta posição de supremacia é bem explanada pelo renomado Jurista Oswaldo Aranha Bandeira Mello:

"A manifestação da vontade do Estado, internamente, se faz, de regra, de forma unilateral, tendo em vista o interesse Estatal, como expressão do interesse do todo social, em contraposição a outra pessoa por ela atingida ou com ela relacionada. E, mesmo quando as situações jurídicas se formam acaso por acordo entre partes de posição hierárquica diferente, isto é, entre o Estado e outras entidades administrativas menores e particulares, o regime jurídico a que se sujeitam é de caráter estatutário. Portanto, a autonomia da vontade só existe na formação do ato jurídico. Porém, os direitos e deveres relativos à situação jurídica dela resultante, a sua natureza e extensão são regulamentados por ato unilateral do Estado, jamais criadas por disposições criadas pelas partes. Ocorrem, através de processos técnicos de imposição autoritária da sua vontade, nos quais se estabelecem as normas adequadas e se conferem os poderes próprios para atingir o fim estatal que é a realização do bem comum. É a ordem natural do direito interno, nas relações com outras entidades menores ou com particulares."

Dessa forma, pelo princípio da Supremacia do Interesse Público, os direitos e interesses coletivos devem se sobressair sobre os direitos particulares dos administrados, pois decorre deste princípio que, na hipótese de haver um conflito entre o interesse público e os interesses de particulares, é evidente e lógico que a vontade comum e o interesse coletivo deve prevalecer, respeitados os princípios do devido processo legal, e do direito adquirido.

RESPOSTA: "B".

1701 - (TRT – 1ª REGIÃO (RJ) – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011)

Análise as seguintes proposições, extraídas dos ensinamentos dos respectivos Juristas José dos Santos Carvalho Filho e Celso Antônio Bandeira de Mello:

I. O núcleo desse princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.

II. No texto constitucional há algumas referências a aplicações concretas deste princípio, como por exemplo, no art. 37, II, ao exigir que o ingresso no cargo, função ou emprego público depende de concurso, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade.

As assertivas I e II tratam, respectivamente, dos seguintes princípios da Administração Pública:

- A) moralidade e legalidade.
- B) eficiência e impessoalidade.
- C) legalidade e publicidade.
- D) eficiência e legalidade.
- E) legalidade e moralidade.

Na primeira afirmativa verificamos a presença de diversas características que compõem o Princípio da Eficiência, tais como: *procura de produtividade e economicidade; exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público; a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.*

Quando o Administrador público atua na esfera administrativa adotando em suas condutas tais diretrizes, certamente estará gerindo a coisa pública de maneira eficiente, respeitando o dinheiro público e ainda respeitando os direitos dos usuários dos serviços públicos.

Na segunda afirmativa, destacamos o trecho: *para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade.*

A Administração Pública, pelo Princípio da Impessoalidade, deve tratar todos os administrados de maneira igualitária, sem distinções e sem perseguições, e a realização de concurso público para preenchimento de cargos, funções ou empregos públicos, é o principal exemplo de impessoalidade administrativa, visto que a administração pública não escolhe quem irá compor os quadros funcionais de sua estrutura administrativa, sendo que o candidato mais preparado para ocupar tais cargos, ou funções será contratado pela Administração Pública, independente se é inimigo ou amigo do Administrador Público.

RESPOSTA: "B".

1702 - (TER/SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012)

De acordo com a Constituição Federal, constituem princípios aplicáveis à Administração Pública os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios aplicam-se às entidades

A) de direito público, excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de competição no mercado.

B) de direito público e privado, exceto o princípio da eficiência que é dirigido às entidades da Administração indireta que atuam em regime de competição no mercado.

C) integrantes da Administração Pública direta e indireta e às entidades privadas que recebam recursos ou subvenção pública.

D) integrantes da Administração Pública direta e indireta, independentemente da natureza pública ou privada da entidade.

E) públicas ou privadas, prestadoras de serviço público, ainda que não integrantes da Administração Pública.

Conforme expressamente garante o Artigo 37 *caput* da Constituição Federal, dispõe que tanto a Administração Pública Direta, bem como Indireta de qualquer dos Poderes, seja da União, dos Estados, do Distrito Federal e ainda dos Municípios deverá obediência aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Assim, a Constituição Federal, dada a importância de tais princípios, obriga e vincula o cumprimento de tais normas e diretrizes para toda a esfera pública, não excluindo qualquer órgão, ente federativo ou entidade pública da aplicabilidade dos princípios elencados no artigo constitucional.

RESPOSTA: "D".

1703 - (CESPE/MS – ANALISTA TÉCNICO – CESPE/2013) Acerca de Estado, governo e administração, julgue os itens a seguir.

A administração é o aparelhamento do Estado preordenado à realização dos seus serviços, com vistas à satisfação das necessidades coletivas.

- () CERTO
- () ERRADO

A Administração Pública é o aparelhamento estatal destinado ao desenvolvimento das atividades do Estado, devidamente organizada para a execução de atividades públicas que objetivem a satisfação das necessidades coletivas, exercida pelos seus órgãos encarregados do desempenho das atribuições públicas.

Em outras palavras é o conjunto de órgãos e funções instituídos e necessários para a obtenção dos objetivos do governo, ou seja, o atendimento dos anseios sociais.

RESPOSTA: "CERTO".

1704 - (TRT – 4ª REGIÃO/RS - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)

O conteúdo do princípio constitucional da legalidade,

A) **não exclui a possibilidade de atividade discricionária pela Administração Pública, desde que observados os limites da lei, quando esta deixa alguma margem para a Administração agir conforme os critérios de conveniência e oportunidade.**

B) **impede o exercício do poder discricionário pela Administração, haja vista que esse princípio está voltado para a prática dos atos administrativos vinculados, punitivos e regulamentares.**

C) **autoriza o exercício do poder discricionário pelo administrador público, com ampla liberdade de escolha quanto ao destinatário do ato, independentemente de previsão normativa.**

D) **impede a realização de atos administrativos decorrentes do exercício do poder discricionário, por ser este o poder que a lei admite ultrapassar os seus parâmetros para atender satisfatoriamente o interesse público.**

E) **traça os limites da atuação da Administração Pública quando pratica atos discricionários externos, mas deixa ao administrador público ampla liberdade de atuação para os atos vinculados internos.**

Antes de analisarmos a alternativa correta, imperiosa é a necessidade de conceituarmos a expressão *atividade discricionária*.

Na atuação de atividade discricionária, somente o Administrador Público, em contato direto com a realidade local, possui as condições de bem apreciar os motivos decorrentes de oportunidade e conveniência da prática de determinados atos. Isto ocorre pelo fato da impossibilidade jurídica do legislador em descrever em lei todas as situações possíveis da atividade administrativa, dada a multiplicidade e diversidade dos fatos que pedem pronta solução ao Poder público.

Assim, quando a lei autoriza confere liberdade ao Administrador Público em adotar a melhor solução, diante da oportunidade e conveniência, para as situações da rotina administrativa, esta liberdade deve estar pautada pelo Princípio da Legalidade, pois a liberdade conferida ao administrador não significa que o mesmo pode praticar todo e qualquer ato que desejar, mas sim, escolher entre os atos lícitos e legais para a sua decisão.

RESPOSTA "A".

1705 - (PC/TO – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – AROEIRA/2014) A Administração Pública deve sempre buscar o resultado que melhor atenda ao interesse público com o menor dispêndio possível de tempo e recursos. Essa afirmação enuncia qual princípio da Administração Pública?

- A) Legalidade
- B) Moralidade
- C) Eficiência
- D) Publicidade

Por meio do Princípio da Eficiência, temos a imposição legal exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços.

Tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública.

O administrador deve procurar a solução que melhor atenda aos interesses da coletividade, aproveitando ao máximo os recursos públicos, evitando dessa forma desperdícios.

RESPOSTA: "C".

1706 - (TJ/CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014) Assinale a opção que explicita o princípio da administração pública na situação em que um administrador público pratica ato administrativo com finalidade pública, de modo que tal finalidade é unicamente aquela que a norma de direito indica como objetivo do ato.

- A) **impessoalidade**
- B) **segurança jurídica**
- C) **eficiência**
- D) **moralidade**
- E) **razoabilidade**

A Administração Pública tem que manter uma posição de neutralidade em relação aos seus administrados, não podendo prejudicar nem mesmo privilegiar quem quer que seja.

Dessa forma a Administração Pública deve servir a todos, sem distinção ou aversões pessoais ou partidárias, buscando sempre atender ao interesse público.

Nos termos do que prescreve o princípio constitucional da impessoalidade, a Administração Pública, na edição de ato administrativo, possui o dever legal atuar de acordo com a finalidade pública e anseios sociais, de modo que tal finalidade é unicamente aquela que a norma de direito indica como o próprio objetivo do ato.

Impede o princípio da impessoalidade que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais do agente público ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente, impessoal e atendendo as necessidades públicas.

Ressalta-se ainda que o princípio da impessoalidade possui estreita relação com o também princípio constitucional da isonomia, ou igualdade, sendo dessa forma vedadas perseguições ou benesses pessoais.

RESPOSTA: "A".

1707 - (TRT – 23ª REGIÃO/MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011)

O Jurista Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta o seguinte conceito para um dos princípios básicos da Administração Pública: De acordo com ele, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. (...) *Compreendem-se em seu âmbito, como é evidente, os chamados princípios da lealdade e boa-fé.*

Trata-se do princípio da:

- A) **motivação.**
- B) **eficiência.**
- C) **legalidade.**
- D) **razoabilidade.**
- E) **moralidade.**

O Princípio da Moralidade vem expresso na Constituição Federal no *caput* do artigo 37, que trata especificamente da moral administrativa, onde se refere à ideia de probidade, lealdade e boa-fé.

A partir da Constituição de 1988, a moralidade passou ao status de princípio constitucional, dessa maneira pode-se dizer que um ato imoral é também um ato inconstitucional.

A falta da moral comum impõe, nos atos administrativos a presença coercitiva e obrigatória da moral administrativa, que se constitui de um conjunto de regras e normas de conduta impostas ao administrador da coisa pública.

Assim o legislador constituinte utilizando-se dos conceitos da Moral e dos Costumes uma fonte subsidiária do Direito positivo, como forma de impor à Administração Pública, por meio de juízo de valor, um comportamento obrigatoriamente ético e moral no exercício de suas atribuições administrativas, através do pressuposto da moralidade.

A noção de moral administrativa não está vinculada às convicções íntimas e pessoais do agente público, mas sim a noção de atuação adequada e ética perante a coletividade, durante a gerência da coisa pública.

RESPOSTA: "E".

1708 - (TJ/CE – Técnico Judiciário – CESPE/2014)
Com relação aos princípios que fundamentam a administração pública, assinale a opção correta.

A) **A publicidade marca o início da produção dos efeitos do ato administrativo e, em determinados casos, obriga ao administrado seu cumprimento.**

B) **Pelo princípio da autotutela, a administração pode, a qualquer tempo, anular os atos eivados de vício de ilegalidade.**

C) **O regime jurídico-administrativo compreende o conjunto de regras e princípios que norteia a atuação do poder público e o coloca numa posição privilegiada**

D) **A necessidade da continuidade do serviço público é demonstrada, no texto constitucional, quando assegura ao servidor público o exercício irrestrito do direito de greve.**

E) **O princípio da motivação dos atos administrativos, que impõe ao administrador o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato, não possui fundamento constitucional.**

O regime jurídico-administrativo é um regramento de direito público, sendo aplicável aos órgãos e entidades vinculadas e que compõe a administração pública e ainda à atuação dos agentes administrativos em geral.

Trata-se de um conjunto de normas, regras, diretrizes e princípios especialmente de direito público que conduz a atuação administrativa do Poder Público, conferindo ao mesmo prerrogativas públicas especiais que o coloca em situação de supremacia em relação aos administrados.

Tem seu embasamento na concepção de existência de poderes especiais passíveis de ser exercidos pela administração pública, por meio de seus órgãos e entidades, e exteriorizados por meio de seus agentes, que por sua vez é controlado ou limitado por imposições também especiais à atuação da administração pública, não existentes nas relações de direito privado.

RESPOSTA: "C".

1709 - (STM – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2011)
Com relação à estrutura e à organização administrativa e aos princípios fundamentais da administração pública, julgue os itens a seguir.

O princípio da razoabilidade refere-se à obrigatoriedade da administração pública em divulgar a fundamentação de suas decisões por meio de procedimento específico.

- () CERTO
- () ERRADO

A Administração Pública, durante o exercício da atividade administrativa deve agir com bom senso, de modo razoável e proporcional à situação fática que se apresenta.

Conforme dispõe o jurista administrativo Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra *Curso de Direito Administrativo*, assim define o Princípio da Razoabilidade:

"Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar e, claro que não serão inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto, jurisdicionalmente inválidas – , as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção almejada."

A legislação proporciona ao Administrador Público margem de liberdade para atuar durante a execução da atividade administrativa, ficando limitada pelo Princípio da Razoabilidade, evitando a Administração o cometimento de condutas desarrazoadas para as situações que se apresentarem, evitando ainda a arbitrariedade administrativa, sendo certo que a carência de observância a tal Princípio configura em abuso de poder.

RESPOSTA: "ERRADO".

1710 - (TJ/MA – JUIZ – CESPE/2013) Consoante aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

A) De acordo com o princípio da publicidade, toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei.

B) Dado o princípio da legalidade, deve o administrador público pautar sua conduta por preceitos éticos.

C) A obrigação de a administração pública ser impessoal decorre do princípio da moralidade.

D) A eficiência constitui princípio administrativo previsto na CF.

A Administração Pública é a atividade do Estado exercida pelos seus órgãos encarregados do desempenho das atribuições públicas. Em outras palavras é o conjunto de órgãos e funções instituídos e necessários para a obtenção dos objetivos do governo, ou seja, o atendimento dos anseios sociais.

A atividade administrativa, em qualquer dos poderes ou esferas, obedece aos *princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*, como impõe a norma fundamental do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assim dispõe em seu caput:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte".*

RESPOSTA: "D".

1711 - (DPE/RR – DEFENSOR PÚBLICO – CESPE/2013) Considerando os princípios aplicáveis à administração pública e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

A) Se um servidor administrativo estadual tiver um pedido administrativo negado pela administração pública, a admissibilidade de recurso administrativo que vier a ser oferecido por esse servidor estará condicionada ao depósito prévio da taxa recursal.

B) O princípio da legalidade administrativa impõe que a administração pública fundamente a sua atuação no direito, razão por que, para se realizar exame psicotécnico em concurso público, é necessária prévia autorização em ato normativo do chefe do Poder Executivo.

C) Caso o presidente de autarquia estadual pretenda nomear seu sobrinho para o cargo de diretor administrativo dessa entidade, não haverá óbice jurídico para a nomeação, já que a vedação ao nepotismo depende da edição de lei formal.

D) O princípio da publicidade exige que a administração pública dê ampla divulgação dos seus atos, inclusive fornecendo, gratuitamente, certidões para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações de interesse pessoal quando solicitadas.

E) O STF entende, com base no princípio da ampla defesa, que, em processo administrativo disciplinar, é obrigatório que a defesa técnica seja promovida por advogado.

Pelo princípio constitucional da *publicidade*, temos que a administração tem o dever de oferecer transparência de todos os atos que praticar, e de todas as informações que estejam armazenadas em seus bancos de dados referentes aos administrados, fornecendo para tanto, de forma gratuita, certidões e atestados requeridos por interessados, como forma de defesa e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Portanto, se a Administração Pública tem atuação na defesa e busca aos interesses coletivos, todas as informações e atos praticados devem ser acessíveis aos cidadãos.

Por tal razão, os atos públicos devem ter ampla divulgação oficial como requisito de sua eficácia, salvo as exceções previstas em lei, onde o sigilo deve ser mantido e preservado.

RESPOSTA: "D".

1712 - (MI - ANALISTA TÉCNICO – CESPE/2013) Com relação a Estado, governo e administração pública, julgue os itens seguintes.

Em sentido objetivo, a expressão administração pública denota a própria atividade administrativa exercida pelo Estado.

() CERTO

() ERRADO

A Administração Pública sob o aspecto material, objetivo ou funcional representa nada mais do que o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa.

De maneira usual, são apontadas como próprias da administração pública em sentido material as seguintes atividades:

- Serviço Público: prestações concretas que representem utilidades ou comodidades materiais para a população em geral;

- Polícia Administrativa: são as atividades de restrições ou condicionamentos impostos ao exercício de atividades privadas em benefício do interesse coletivo;

- Fomento: incentivo a iniciativa privada de utilidade pública;

- Intervenção: é toda a atividade de intervenção do Estado no setor privado.

Assim, temos que o conceito adota como referência a atividade propriamente dita, o que é de fato realizado, e não quem as realizou.

RESPOSTA: "CERTO".

1713 - (TRF/1ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Considerando a disciplina constante da legislação federal sobre as agências reguladoras e as agências executivas, assinale a opção correta.

A) No exercício de seu poder normativo, as agências reguladoras exercem função de natureza legislativa, particularmente no que se refere ao estabelecimento de normas relacionadas aos seus objetivos institucionais.

B) A qualificação de uma autarquia ou fundação pública como agência executiva deve ser feita por ato do titular do ministério em cuja área de competência esteja enquadrada sua principal atividade.

C) Um dos requisitos necessários à qualificação de uma autarquia ou fundação pública como agência executiva é a celebração de contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor ao qual se acha vinculada.

D) As relações de trabalho nas agências reguladoras são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista correlata, em regime de emprego público.

E) As agências reguladoras e as agências executivas integram a administração pública indireta, tendo apenas as agências reguladoras a natureza de autarquia de regime especial.

A Lei Federal nº 9.649/98 dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, conferindo possibilidade jurídica ao Poder Executivo, em ato do Presidente da República qualificar como Agência Executiva autarquias e fundações, desde que cumprido alguns requisitos estabelecidos no artigo 51 da mencionada Lei Federal, senão vejamos:

"Art. 51. O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos:

I - ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento;

*II - ter celebrado **Contrato de Gestão** com o respectivo Ministério supervisor."*

Assim, nos termos legais, temos que autarquias e fundações públicas poderão, a critério do Poder Executivo, serem qualificadas como Agências Executivas, desde que tenham celebrado contrato de gestão junto ao respectivo Ministério supervisor.

RESPOSTA: "C".

1714 - (AL-AM – ANALISTA – ISAE/2011) - Com relação à estrutura da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. **Pertencem à Administração Pública indireta as seguintes entidades: sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações públicas.**

II. **As entidades paraestatais compõem a Administração Pública direta.**

III. **As entidades que compõem a Administração Pública indireta possuem personalidade jurídica própria.**

Assinale:

A) se somente a afirmativa I estiver correta.

B) se somente a afirmativa II estiver correta.

C) se somente a afirmativa III estiver correta.

D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

Somente a afirmativa II não está de acordo com o que dispõe a Lei e a Doutrina Administrativa, visto que, as entidades paraestatais não compõem a Administração Direta, visto que trata-se de uma forma de descentralização da atividade administrativa.

Embora não exista consenso na doutrina administrativa sobre Entidades Paraestatais, adotamos o entendimento de que se enquadram no conceito exclusivamente pessoas privadas, sem fins lucrativos, que exercem atividades de interesse coletivo, mas não exclusivas da Administração Pública, recebendo para tanto, contrapartida do poder público para seu regular funcionamento.

As entidades paraestatais pertencem ao chamado "terceiro setor", que podem ser definidos com aquele composto por entidades privadas da sociedade civil organizada, que atuam na prestação de serviços públicos de relevante interesse social, por iniciativa exclusivamente privada, sem fins lucrativos, porém incentivadas pelo Estado.

RESPOSTA "E".

1715 - (TRT - 18ª Região/GO - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2013) As autarquias integram a Administração indireta. São pessoas:

A) políticas, com personalidade jurídica própria e têm poder de criar suas próprias normas.

B) jurídicas de direito público, cuja criação e indicação dos fins e atividades é autorizada por lei, autônomas e não sujeitas à tutela da Administração direta.

C) jurídicas de direito semi-público, porque sujeitas ao regime jurídico de direito público, excepcionada a aplicação da lei de licitações.

D) políticas, com personalidade jurídica própria, criadas por lei, com autonomia e capacidade de auto administração, não sujeitas, portanto, ao poder de tutela da Administração.

E) jurídicas de direito público, criadas por lei, com capacidade de auto administração, mas sujeitas ao poder de tutela do ente que as criou.

Nos termos do que dispõe o Decreto-Lei 200/67 que define a entidade administrativa pertencente à Administração Indireta denominada Autarquia, temos:

"Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

Doutrinariamente temos que as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, o que significa dizer que tem praticamente as mesmas prerrogativas e sujeições da administração direta.

O seu regime jurídico pouco se diferencia do estabelecido para os órgãos da Administração Direta, aparecendo, perante terceiros, como a própria Administração Pública. Difere da União, Estados e Municípios (pessoas públicas políticas) por não ter capacidade política, ou seja, o poder de criar o próprio direito, é pessoa pública administrativa, porque tem apenas o **poder de auto-administração**, nos limites estabelecidos em lei, **sujeitas ao Poder de Tutela do ente que a criou**.

Desta forma, temos que a autarquia é um tipo de administração indireta e está diretamente relacionada à administração central, visto que não pode legislar em relação a si, mas deve obedecer à legislação da administração à qual está subordinada.

É ainda importante destacar que as autarquias possuem bens e receita próprios, assim, não se confundem com bens de propriedade da Administração direta à qual estão vinculadas. Igualmente, são responsáveis por seus próprios atos, não envolvendo a Administração central, exceto no exercício da responsabilidade subsidiária.

RESPOSTA: "E".

1716- (PGE/MT – PROCURADOR – FCC/2011) - O regime jurídico aplicável às entidades integrantes da Administração indireta

A) sujeita todas as entidades, independentemente da natureza pública ou privada, aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

B) é integralmente público, para autarquias, fundações e empresas públicas, e privado para sociedades de economia mista.

C) é sempre público, independentemente da natureza da entidade.

D) é sempre privado, independentemente da natureza da entidade.

E) é o mesmo das empresas privadas, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, exceto em relação à legislação trabalhista.

Muito embora as entidades da Administração Indireta seja considerada uma forma de descentralização da atividade administrativa, continua a manter vínculo com os órgãos da Administração Direta, sendo o conjunto de pessoas jurídicas que possuem a competência para o exercício de atividades administrativas.

São compostas por entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada, estando todas elas sujeitas aos princípios aplicáveis à Administração Pública, independentemente de sua natureza jurídica.

RESPOSTA: "A".

1717 - (TCE/PR – ANALISTA DE CONTROLE ÁREA JURÍDICA – FCC 2011). Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as

A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.

B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.

C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.

E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.

Sociedades de economia mista é uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade. Criada para a prestação de serviços públicos ou para a exploração de atividades econômicas.

A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado, com atuação no mercado privado, mas sempre com obediência aos princípios norteadores da Administração Pública.

Tem seu conceito legal no artigo 5º, inciso III do Decreto-Lei nº 200/67, que assim dispõe:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

RESPOSTA "C" .

1718 - (TER/PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IA-DES/2014) A respeito da organização administrativa no âmbito federal, assinale a alternativa correta.

A) São consideradas pessoas federativas ou entidades políticas apenas a União e os Estados.

B) As pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, assim como os órgãos da Administração direta, não poderão adquirir direitos e contrair obrigações na ordem jurídica.

C) Conforme disciplinado na lei, compõem a Administração indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista.

D) As autarquias federais, a exemplo do INSS, possuem personalidade jurídica de direito privado.

E) As empresas públicas, atuantes na atividade econômica do Estado, diferentemente das sociedades de economia mista, são formalmente pessoas jurídicas de direito público.

O Decreto-Lei nº 200/67 regulamenta a organização da Administração Pública em âmbito Federal assim dispõe em seu artigo 4º, inciso II:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

...

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;*
- b) Empresas Públicas;*
- c) Sociedades de Economia Mista.*
- d) fundações públicas.*

RESPOSTA: "C".

1719 - (PG/DF – ANALISTA JURÍDICO – IADES/2011)
- Considerando os conceitos dos entes que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

A) Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para auxiliar a Administração Pública a executar atividades típicas.

B) Fundação Pública é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto do Presidente da República, constituindo a personificação jurídica de um patrimônio, para executar atividades típicas da Administração.

C) Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por decreto do Presidente da República, destinadas à prestação de serviços industriais ou atividades econômicas em que o Estado tenha interesse próprio.

D) Sociedade de Economia Mista é uma pessoa jurídica de direito público, autorizada para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital pertence em sua maioria ao poder público.

E) Serviços Sociais Autônomos são pessoas jurídicas de direito público, para prestar serviços de interesse social ou de utilidade pública, não podendo arrecadar contribuições para fiscais.

A Autarquia é a forma de realização de serviço autônomo, devidamente criada por lei específica, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Trata-se de pessoa jurídica de direito público, ou seja, possui praticamente as mesmas prerrogativas e sujeições da administração direta.

O seu regime jurídico pouco se diferencia do estabelecido para os órgãos da Administração Direta, aparecendo, perante terceiros, como a própria Administração Pública, entretanto, difere da União, dos Estados e dos Municípios (pessoas públicas políticas) por não ter capacidade política, ou seja, o poder de criar o próprio direito, é pessoa pública administrativa, porque tem apenas o poder de auto-administração, nos limites estabelecidos em lei, com objetivo de auxiliar a atividade administrativa desenvolvida pela Administração Direta.

RESPOSTA: "A".

1720 - (TJ/MA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES/2011) - De acordo com o Decreto-lei nº 200, de 25.2.1967, que dispôs sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, corresponde a:

- a) fundação pública**
- b) empresa pública**
- c) sociedade de economia mista**
- d) autarquia**

As Empresas Públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

Nos termos do artigo 5º inciso II do Decreto 200/67, temos a seguinte disposição acerca das empresas públicas:

"Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito."

RESPOSTA "B".

1721 - (TJ/RJ – JUIZ – VUNESP/2013) Na Administração Pública Indireta,

A) as autarquias e as fundações governamentais poderão possuir personalidade jurídica de direito público ou privado.

B) não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresa pública.

C) as sociedades de economia mista só têm foro na justiça federal quando a união intervém como assistente ou oponente.

D) somente a União poderá criar, por meio de lei, Agências Reguladoras.

Nos termos do que dispõe o Decreto-Lei 200/67, que regulamenta a organização da Administração Pública Federal, em seu artigo 5º, inciso III, temos:

"Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

(...)

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta. "

Por ser Pessoa Jurídica de Direito Privado, mas submetida ao regime jurídico-administrativo (Direito Público), muitos associam como prerrogativa das Sociedades de Economia Mista privilégios fiscais e foro privilegiado, o que não é correto.

Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Trata-se de uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e **não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado, exceto quando atuar na Justiça Federal e a União intervir como assistente ou oponente na lide.**

Entretanto, oportuno esclarecer que, neste caso, a Sociedade de Economia Mista somente se aproveita de uma prerrogativa da União, ou seja, caso a União não interfira na lide da Justiça Federal em que Sociedade de Economia Mista faça parte, esta não terá qualquer tipo de privilégio.

O Estado poderá ter uma participação majoritária ou minoritária; entretanto, mais da metade das ações com direito a voto devem pertencer ao Estado. A sociedade de economia mista é do gênero de sociedade anônima, e seus funcionários são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

RESPOSTA: "C".

1722 - (TJ/SP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – CRITÉRIO REMOÇÃO VUNESP/2011) Sobre a administração indireta, é correto afirmar que:

A) as sociedades de economia mista e as fundações públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não precisam respeitar o princípio da publicidade.

B) as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista são de competência da Justiça Federal.

C) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

D) a fundação, por desempenhar atividade no âmbito social, não está sujeita ao controle administrativo ou tutela por parte da administração direta, sendo, por isso, dotada de autoadministração.

Para melhor compreensão sobre Autarquia, é de suma importância verificar o conceito formulado nos termos do artigo 5º, inciso I, do Decreto 200/67, que dispõe sobre a organização administrativa da Administração Federal, se não vejamos o texto legal:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Desta forma, temos que a autarquia é um tipo de administração indireta e está diretamente relacionada à administração central, visto que não pode legislar em relação a si, mas deve obedecer à legislação da administração à qual está subordinada, sendo possível sofrer controle administrativo de seu exercício, nos limites e termos da lei.

É ainda importante destacar que as autarquias possuem bens e receita próprios, assim, não se confundem com bens de propriedade da Administração direta à qual estão vinculadas, além de sua capacidade de autoadministração. Igualmente, são responsáveis por seus próprios atos, não envolvendo a Administração central, exceto no exercício da responsabilidade subsidiária.

RESPOSTA "C".

1723 - (TRF – 4ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – TRF - 4ª REGIÃO/2012) Em relação às agências reguladoras, assinale a alternativa correta.

A) A natureza de autarquia especial, conferida à agência reguladora pela lei de criação, assegura-lhe autonomia administrativa e financeira, bem como a não sujeição à supervisão presidencial ou ministerial.

B) A indicação de seus dirigentes pelo Poder Executivo é por prazo indeterminado, podendo a lei de criação prever condições para a perda da função.

C) Há previsão legal de impedimento ao ex-dirigente para o exercício de atividade ou a prestação de qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.

D) Os seus Conselheiros e os seus Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia ou de condenação judicial transitada em julgado.

E) Em razão de sua autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, não estão submetidas ao controle do Tribunal de Contas.

Com a nova maneira de administração pública, no sentido de descentralização e transferência da execução de determinadas atividades e serviços públicos para o setor privado, reservado ao Estado a regulamentação, controle e fiscalização de tais atividades, surgiu a necessidade de criar, no interior da estrutura administrativa, agências especializadas e destinadas para tal fim, atendendo o interesse da coletividade e acima de tudo, do usuário do serviço público executado pela iniciativa privada.

Tais instituições são denominadas *Agências Reguladoras* e foram instituídas na forma de autarquia sob regime especial, com a finalidade de assegurar sua autoridade e autonomia administrativa.

São exemplos de Agências Reguladoras: ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica); ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações); ANP (Agência Nacional do Petróleo), entre outras.

Assim, a Lei Federal nº 9.986/2000, dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, estabelecendo normas de contratação e regime jurídico trabalhista.

O artigo 8º da mencionada lei, prevê o impedimento para o exercício de ex-direigente de Agência Reguladora de atividade ou prestação de serviço no setor regulado pela respectiva Agência.

"Art. 8º O ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato."

RESPOSTA: "C".

1724 - (PC/ES - PERITO PAPILOSCÓPICO - CESPE/2011) - Julgue os itens a seguir, acerca da classificação dos órgãos da administração pública.

As fundações públicas são entidades integrantes da administração direta, e suas respectivas áreas de atuação devem enquadrar-se nas áreas previstas em lei ordinária.

() CERTO

() ERRADO

Fundação Pública é a entidade pertencente da Administração Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

As *fundações públicas* são organizações dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, criadas para um fim específico de interesse coletivo, como educação, cultura e pesquisa, sempre merecedoras de um amparo legal. As fundações públicas são autônomas administrativamente, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, mesmo que sob a forma de prestação de serviços.

RESPOSTA: "ERRADA".

1725 - (PREVIC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CESPE/2011) - No que se refere a direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta criadas por lei sob a forma de sociedades anônimas com o objetivo de explorar atividade econômica ou prestar determinado serviço público.

() CERTO

() ERRADO

As Empresas Públicas é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, e não exclusivamente em forma de sociedade anônima.

Sendo considerada como pessoa jurídica de direito privado, cuja administração fica sob responsabilidade exclusivamente pelo Poder Público, instituído por um ente estatal, com a finalidade definida em lei específica e sendo de propriedade única do Estado.

RESPOSTA: "ERRADO".

1726 - (AL/RN - ANALISTA LEGISLATIVO - FCC/2013) Considere as seguintes assertivas:

I. A desconcentração está relacionada ao tema "hierarquia".

II. Na desconcentração, há uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

III. Quando, por exemplo, o poder público (União, Estados e Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público, como a autarquia, e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público, ocorre a chamada desconcentração.

IV. Quando, por exemplo, a execução do serviço público é transferida para um particular, por meio de concessão ou permissão, ocorre a chamada descentralização.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) II.

B) II, III e IV.

C) I e III.

D) I, II e IV.

E) III e IV.

Somente a afirmativa III está incorreta, tendo em vista que nos casos de atribuição de titularidade e execução de determinado serviço público, atribuído as autarquias temos a ocorrência da técnica de organização administrativa denominada *descentralização*.

Ocorre a chamada *descentralização administrativa* quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta.

Assim, dizemos que a atividade administrativa do Estado é descentralizada quando é exercida por pessoas distintas do Estado, sendo que há transferência de competência para a execução do serviço público que lhe são pertinentes para seus auxiliares.

A descentralização é efetivada por meio de *outorga* quando o estado cria, por meio de lei, uma entidade ou pessoa jurídica, e a ela lhe transfere determinado serviço público.

De outro modo, a descentralização é efetivada por meio de *delegação* quando a Administração Pública transfere, mediante contrato administrativo (concessão ou permissão de serviços públicos), ou por meio de ato unilateral (autorização de serviços públicos), a execução do serviço.

RESPOSTA: "D".

1727 - (TER/ES – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE /2011) - Com relação aos agentes públicos, julgue os itens seguintes.

Considere que João pretenda ingressar como empregado na PETROBRAS, sociedade de economia mista, integrante da administração indireta da União. Nessa situação, João não precisa ser previamente aprovado em concurso público, visto que o regime jurídico dessa empresa é o celetista.

- () CERTO
() ERRADO

Muito embora a Sociedade de Economia Mista seja um regime contratual de seus funcionários, trata-se de uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado. O Estado poderá ter uma participação majoritária ou minoritária; entretanto, mais da metade das ações com direito a voto devem pertencer ao Estado. A sociedade de economia mista é do gênero de sociedade anônima, e seus funcionários são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Assim, pelo fato de ter a participação do estatal, nos termos da Constituição Federal, não é possível o ingresso nos cargos públicos a não ser pela realização de concurso público, visto que está submetida as normas e princípios da Administração Pública.

RESPOSTA: "ERRADO".

1728 - (TRF – 5ª REGIÃO - JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Assinale a opção correta, considerando a execução de serviços públicos por OSs e OSCIPs, em regime de parceria com o poder público.

A) Denomina-se contrato de gestão o instrumento passível de ser firmado entre o poder público e as OSCIPs destinado à formação de vínculo de cooperação para o fomento e a execução de atividades de interesse público.

B) As empresas que tenham interesse em obter o qualificativo de OSs devem estar em funcionamento a pelo menos dois anos e dedicar-se a uma das seguintes atividades: ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

C) Para se qualificarem como OSCIPs, as pessoas jurídicas interessadas devem ser regidas por estatutos cujas normas disponham expressamente sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e universalização do serviço.

D) Uma OS pode qualificar-se como OSCIP, desde que não tenha fins lucrativos, ao passo que uma OSCIP não é passível de qualificação como OS.

E) Para serem consideradas OSs ou OSCIPs, as instituições não devem ter fins lucrativos, ou seja, não podem distribuir entre os seus sócios, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, os quais devem ser aplicados integralmente na consecução de seu objeto social.

Antes de analisarmos a questão, é de suma importância apresentarmos algumas definições:

Organizações Sociais (OS) - As Organizações Sociais não são especificamente de uma nova categoria de pessoa jurídica, mas sim, uma qualificação especial, uma espécie de título jurídico concedido de modo discricionário pela Administração Pública a determinadas entidades de regime privado, sem fins lucrativos, que atendam certas exigências previstas em lei.

Não são integrantes da administração direta ou indireta, são entidades da iniciativa privada, que, **sem fins lucrativos**, associam-se ao Estado, recebendo auxílio e fomento para que possa ser realizadas atividades de interesse coletivo.

As Organizações Sociais não são de legatárias de serviço público, assim, não exercem atividades públicas de titularidade exclusiva do Estado, mas sim atividades privadas, em seu próprio nome, com incentivos do Poder Público.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Tais organizações, devidamente criadas pela Lei 9.790/1999, posteriormente regulamentada pelo Decreto 3.100/1999, podem atuar em diversas áreas, desde que seja de interesse social e coletivo, e sempre **sem qualquer finalidade de obtenção de lucro**. Dessa maneira, não podem exercer atividade exclusiva do Estado, uma vez que são pessoas privadas e não integrantes da Administração Pública.

O regime estabelecido para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público é bem semelhante com o que ficou estabelecido para as Organizações Sociais. Ambas as formas de organização, trata-se de pessoas privadas, sem objetivo lucrativo, que exercem atividades de cunho social e recebem para tanto uma qualificação do Poder Público.

Assim, temos que, apesar de exercerem funções diferentes no atendimento do interesse coletivo, tanto as OS como as OSCIP não possuem objetivo de auferir lucro, são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

Neste sentido a Lei Federal 9.790/99 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP, lei esta que se aplica no que couber as OS, dispõe em seu artigo 1º, § 1º a definição da expressão “sem fins lucrativos”, senão vejamos:

“Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.”

Assim, tanto as OS como as OSCIP possuem característica semelhante quanto a sua ausência de auferir lucros durante a execução dos serviços, sendo o disposto no mencionado artigo aplicável a ambas pessoas jurídicas de direito privado.

CORRETA “E”.

1729 - (TER/ES – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2011) - Acerca de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

A desconcentração mantém os poderes e as atribuições na titularidade de um mesmo sujeito de direito, ao passo que a descentralização os transfere para outro sujeito de direito distinto e autônomo, elevando o número de sujeitos titulares de poderes públicos.

- () CERTO
() ERRADO

A desconcentração é o fenômeno, ou forma de organização administrativa, de distribuição interna de competências. Diferentemente da descentralização, que envolve sempre mais de uma pessoa jurídica de direito público, a **desconcentração** ocorre exclusivamente dentro da estrutura de uma mesma pessoa jurídica.

Enquanto que ocorre a chamada **descentralização** administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta. Assim, dizemos que a atividade administrativa do Estado é descentralizada quando é exercida por pessoas distintas do Estado, sendo que há transferência de competência para a execução do serviço público que lhe são pertinentes para seus auxiliares.

RESPOSTA: “CERTO”.

1730 - (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - ANALISTA LEGISLATIVO - FJG – RIO/2014) As pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos, são denominadas:

- A) sociedades de economia mista
B) empresas públicas
C) agências executivas
D) autarquias especiais

De acordo com o enunciado da questão, temos a definição da entidade administrativa denominada *empresa pública*.

Nos termos do que dispõe o Decreto-Lei nº 200/67 que dispõe sobre a organização administrativa em âmbito federal, verifica-se no artigo 5º, inciso II:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

“(...) II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.”

As empresas públicas são consideradas como pessoa jurídica de direito privado, cuja administração fica sob responsabilidade exclusivamente pelo Poder Público, instituído por um ente estatal, com a finalidade definida em lei específica e sendo de propriedade única do Estado.

A finalidade pode ser de atividade econômica ou de prestação de serviços públicos. Trata-se de pessoa jurídica que tem sua criação autorizada por lei, como instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de direito privado mas submetida a certas regras decorrente da finalidade pública, constituídas sob qualquer das formas admitidas em direito, cujo capital seja formado por capital formado unicamente e exclusivamente por recursos públicos de pessoa de administração direta ou indireta. Pode ser Federal, municipal ou estadual.

RESPOSTA: “B”.

1731 - (TRF - 2ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) A administração indireta compreende, além de outras entidades, as empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais têm personalidade jurídica de direito

- A) público e privado, respectivamente, criadas por lei de iniciativa do Poder Executivo.
B) privado, instituídas mediante autorização de lei específica.
C) público e independem de lei complementar para suas instituições.

D) privado e público, respectivamente, sendo instituídas mediante lei específica.

E) público, criadas por ato específico e privativo do chefe do Poder Executivo.

As Sociedades de Economia Mista, integrante da Administração Indireta, vinculada à Administração Pública Central, possui sua regulamentação no Decreto-Lei nº 200/67, em seu artigo 5º, inciso III, que assim estabelece:

"Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

(...)

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta."

A partir da definição legal sobre Sociedade de Economia Mista, temos que são entidades dotadas de **personalidade jurídica de direito privado**, criada por lei específica para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Trata-se de uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico. A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado. O Estado poderá ter uma participação majoritária ou minoritária; entretanto, mais da metade das ações com direito a voto devem pertencer ao Estado.

A sociedade de economia mista é do gênero de sociedade anônima, e seus funcionários são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

RESPOSTA "B".

1732 - (TJ/SP – ADVOGADO – VUNESP/2013) Nos termos da Lei n.º 11.107/2005, o Consórcio Público.

A) será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

B) não poderá firmar convênio nem receber subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.

C) não poderá constituir pessoa jurídica de direito privado, sendo seus objetivos determinados pelos entes da Federação que se consorciarem.

D) não poderá constituir associação pública, mas se autoriza a emissão de documentos de cobrança e a arrecadação de tarifas.

E) será constituído por meio de termo de cooperação, celebrado previamente ao contrato, contendo os objetivos de todos os cooperados.

A Lei Federal nº 11.107/2005 dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum.

Para tanto, nos termos legais, os consórcios públicos somente serão constituídos por contrato cuja celebração dependerá de anterior subscrição entre as partes de protocolo de intenções.

Esta é a norma constante no artigo 3º da mencionada Lei, que assim garante:

"Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções."

RESPOSTA: "A".

1733 - (MMA – ANALISTA AMBIENTAL – CESPE/2011) - Acerca de direito administrativo e constitucional, julgue o item abaixo.

No âmbito da União, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos respectivos ministérios, enquanto a administração indireta é exercida por entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

() CERTO

() ERRADO

Nos termos do artigo 4º e seus incisos, do Decreto 200/67, temos o conceito de Administração Direta e Administração Indireta, senão vejamos o texto legal:

"Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria";

Assim, a afirmativa está completamente de acordo com o que dispõe a lei sobre a organização da Administração Federal, por meio de da Administração Direta e Indireta.

RESPOSTA "CORRETA".

1734 - (TRF – 1ª REGIÃO – JUIZ – CESPE/2011) - Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

A) O STF entende que a imunidade tributária recíproca dos entes políticos, prevista na CF, não é extensiva às autarquias.

B) As sociedades de economia mista somente têm foro na justiça federal quando a União intervém como assistente ou oponente, competindo à justiça federal, e não à justiça comum, decidir acerca da existência de interesse que justifique a presença da União no processo.

C) Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista estão sujeitos ao teto remuneratório estabelecido para a administração pública, mesmo quando tais entidades não recebem recursos da fazenda pública para custeio em geral ou gasto com pessoal.

D) De acordo com o entendimento do STJ, o servidor da administração pública federal direta que tenha prestado serviços a empresa pública ou a sociedade de economia mista tem direito ao cômputo do tempo de serviço prestado nas referidas entidades para todos os fins, inclusive para a percepção de adicional de tempo de serviço.

E) Os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista podem ser contestados por meio de mandado de segurança.

É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Trata-se de uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e **não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado**, e assim, somente terá foro na Justiça Federal quando a União tiver participação no processo judicial.

O Estado poderá ter uma participação majoritária ou minoritária, entretanto, mais da metade das ações com direito a voto devem pertencer ao Estado. A sociedade de economia mista é do gênero de sociedade anônima, e seus funcionários são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

RESPOSTA “B”.

1735 - (TER/TO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)
Os órgãos públicos

A) confundem-se com as pessoas físicas, porque congregam funções que estas vão exercer.

B) são singulares quando constituídos por um único centro de atribuições, sem subdivisões internas, como ocorre com as seções integradas em órgãos maiores.

C) não são parte integrante da estrutura da Administração Pública.

D) não têm personalidade jurídica própria.

E) são compostos quando constituídos por vários agentes, sendo exemplo, o Tribunal de Impostos e Taxas.

Em outras palavras, os órgãos públicos são unidades integrantes da estrutura administrativa de uma mesma pessoa jurídica nas quais são agrupadas as competências a serem exercidas por meio de seus agentes públicos, ou

seja, são simples conjuntos de competência, sem personalidade jurídica própria, resultados de uma técnica de organização administrativa conhecida como “*desconcentração*”

Os órgãos públicos formam a estrutura do Estado, mas não têm personalidade jurídica, uma vez que são apenas parte de uma estrutura maior, essa sim detentora de personalidade.

RESPOSTA: “D”.

1736 - (TRF – 1ª REGIÃO – JUIZ – CESPE/2011) - No que concerne à administração pública, julgue os itens a seguir.

Embora, em regra, os órgãos públicos não tenham personalidade jurídica, a alguns órgãos é conferida a denominada capacidade processual, estando eles autorizados por lei a defender em juízo, em nome próprio, determinados interesses ou prerrogativas.

() CERTO

() ERRADO

Muito embora os órgãos públicos não tenham personalidade jurídica própria, haja vista que são apenas unidades de competência integrante da estrutura administrativa ao qual está vinculado, é conferida há alguns órgãos públicos, em caráter excepcional, a capacidade e autonomia processual, objetivando defender seus objetivos em juízo, também conhecida como capacidade postulatória.

Importante esclarecer que tal capacidade postulatória é atribuída a determinados órgãos públicos para resolverem judicialmente certos tipos de litígio.

Entretanto, esta capacidade processual somente é aceita em relação aos órgãos mais elevados do Poder Público, de *status* constitucional, atuando na defesa de suas prerrogativas e esferas de competência.

A regra geral, para os conflitos entre órgãos comuns da Administração Pública deve ser solucionado internamente e ser processado pelos órgãos a que são subordinados na escala hierárquica.

RESPOSTA: “CERTO”.

55 - (TER/ES – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2011)
Inseridos na estrutura do Estado, os órgãos públicos

A) são centros de competência que congregam atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

B) representam juridicamente a pessoa jurídica que integram, mas não possuem capacidade processual.

C) são dotados de personalidade jurídica própria, razão pela qual mantêm relações funcionais entre si e com terceiros.

D) compostos são unidades de ação constituídas por um só centro de competência, que exerce funções auxiliares diversificadas.

E) autônomos são os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, que se subordinam hierarquicamente.

Os Órgãos Públicos são unidades estatais com atribuições específicas dentro da organização da Administração Pública.

É composto por agentes públicos que dirigem e compõem o órgão, voltado para o cumprimento de uma atividade a ser desenvolvida pelo Estado.

Em outras palavras, os órgãos públicos são unidades integrantes da estrutura administrativa de uma mesma pessoa jurídica nas quais são agrupadas as competências a serem exercidas por meio de seus agentes públicos, ou seja, são simples conjuntos de competência, sem personalidade jurídica própria, resultados de uma técnica de organização administrativa conhecida como “desconcentração”

Os órgãos públicos formam a estrutura do Estado, mas são despersonalizados, uma vez que são apenas parte de uma estrutura maior, essa sim detentora de personalidade.

Como parte da estrutura superior, o órgão público não tem vontade própria, limitando-se a cumprir suas finalidades dentro da competência funcional que lhes foi determinada decorrente da organização estatal.

RESPOSTA “A”.

1737 - (TER/ES – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2011) É correto afirmar que os órgãos públicos, a exemplo dos Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais

- A) têm relação interorgânica e não interpessoal ou intersubjetiva.
- B) se distinguem do Estado, por serem autônomas.
- C) são pessoas, sujeitos de direitos e obrigações.
- D) não têm personalidade jurídica.
- E) têm relação de representação com a vontade do agente público.

Os Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais representam grande importância na divisão de competências dentro da estrutura organizacional do Estado, possuem atribuições específicas além de ser responsável por dar andamento na vontade da Administração Pública, exteriorizando os atos necessários para o atendimento dos interesses coletivos.

Entretanto, apesar de serem unidades de grande relevância na gestão pública, não passam de órgãos públicos, ou seja, unidades integrantes da estrutura administrativa de uma mesma pessoa jurídica nas quais são agrupadas as competências a serem exercidas por meio de seus agentes públicos, sem qualquer personalidade jurídica.

Alias a despersonalização dos órgãos públicos é uma das principais características dessas unidades de competência.

RESPOSTA: “D”.

1738 - (EMBRATUR – TÉCNICO ESPECIALIZADO II – FUNIVERSA/2011) No tocante ao conceito e ao objeto do direito administrativo, julgue os próximos itens.

O direito administrativo, como ramo autônomo, tem como finalidade disciplinar as relações entre as diversas pessoas e órgãos do Estado, bem como entre este e os administrados.

- () CERTO
- () ERRADO

O ramo do direito público tem como objetivo principal a regulamentação dos interesses da coletividade como um todo, objetivando disciplinar as relações entre a sociedade e o Estado, bem como definir o regramento das relações das entidades e órgãos estatais entre si.

Neste ramo do direito, temos a prevalência dos interesses públicos e coletivos sobre os interesses particulares, quando o Estado atua na defesa dos interesses públicos, coloca-se em grau de superioridade diante dos interesses de privados, sempre devendo obediência a lei e respeitadas às garantias individuais consagradas pelo ordenamento jurídico vigente.

O ramo do Direito Administrativo visa assim, estabelecer as funções principais da Administração Pública, regulamentando e organizando sua estrutura administrativa com órgãos e entidades, bem como seus agentes públicos, além de disciplinar as relações entre a Administração Pública e seus administrados.

RESPOSTA: “CERTO”.

1739 - (EMBRATUR – TÉCNICO ESPECIALIZADO II – FUNIVERSA/2011) - Com base no Decreto-Lei n.º 200/1967, que estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada à administração federal a execução amplamente descentralizada das suas atividades.
- B) As atividades da administração federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.
- C) Autarquia é todo serviço autônomo, autorizado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- D) As entidades da administração indireta estão habilitadas a prestarem informações, diretamente, ao Congresso Nacional, quando este as solicitarem.
- E) No que se refere à administração indireta, a supervisão ministerial visa assegurar, essencialmente: a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade, a harmonia com a política e a programação do governo no setor de atuação da entidade, a eficiência administrativa e a dependência administrativa, operacional e financeira da entidade.

Nos termos do artigo 6º do Decreto Federal 200/67, temos o rol dos princípios específico e fundamentais para a organização da Administração Federal, senão vejamos:

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecem aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V - Controle.

RESPOSTA "B".

1740 - (ANAC – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) - A respeito da administração direta e indireta, julgue os itens que se seguem.

A ANAC, uma agência reguladora, recebe essa qualificação por força de contrato de gestão celebrado com órgão da administração a que se subordina, para melhoria da eficiência e redução de custos.

() CERTO

() ERRADO

A ANAC trata-se de uma Agência Reguladora. Com a nova maneira de administração pública, no sentido de transferência da execução de determinadas atividades e serviços públicos pelo setor privado, reservado ao Estado a regulamentação, controle e fiscalização de tais atividades, surgiu a necessidade de criar, na estrutura administrativa, agências especializadas e destinadas para tal fim, atendendo o interesse da coletividade e acima de tudo, do usuário do serviço público executado pela iniciativa privada.

Tais instituições são denominadas *Agências Reguladoras* e foram instituídas na forma de autarquia sob regime especial, com a finalidade de assegurar sua autoridade e autonomia administrativa.

As Agências Reguladoras são criadas através de Leis e tem natureza de Autarquia com regime jurídico especial. Consistem em autarquias com poderes especiais, integrantes da administração pública indireta, que se dispõem a **fiscalizar e regular as atividades de serviços públicos executados por empresas privadas**, mediante prévia concessão, permissão ou autorização.

RESPOSTA: "ERRADO".

1741 - (NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – ADVOGADO – FCC/2011). No que concerne às agências executivas, é correto afirmar que:

A) tais agências não possuem autonomia de gestão, porém a lei assegura a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para que possam cumprir suas metas e objetivos institucionais.

B) trata-se de entidade preexistente, que receberá a qualificação de agência executiva através de ato do Ministro de Estado a que estiver vinculada.

C) agência executiva é a qualificação dada somente às autarquias, desde que cumpridas as exigências legais para tanto.

D) a qualificação da entidade como agência executiva permite que ela usufrua de determinadas vantagens previstas em lei, como, por exemplo, o aumento dos percentuais de dispensa de licitação, previsto na Lei no 8666/93.

E) para a qualificação em agência executiva, é necessário o cumprimento de apenas um desses requisitos: ter plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento ou ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

Para resolver a presente questão temos que ter em mente o conceito básico de *Agências Executivas*, que é a qualificação dada à autarquia, fundação pública ou órgão da administração direta que celebre *contrato de gestão* com o próprio ente político com o qual está vinculado. Atuam no setor onde predominam atividades que por sua natureza não podem ser delegadas a instituições não estatais, como fiscalização, exercício do poder de polícia, regulação, fomento, segurança interna etc.

Assim, diante de tal definição, verificamos na Lei 8.666/93, no artigo 24, parágrafo único o seguinte:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas."

Dessa forma, em se tratando de Agências Executivas observamos que o percentual para a dispensa de licitação aumenta de 10% (conforme previsão dos incisos I e II do referido artigo) para 20%, nos termos do parágrafo único, conferindo vantagem para as Agências Executivas, conferindo dessa maneira vantagem para as Agências Executivas.

RESPOSTA "D".

1742 - (TCE/AP – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO APOIO ADMINISTRATIVO JURÍDICO – FCC/2012). O Decreto-Lei 200/67 constituiu um marco na reforma administrativa e estabeleceu como premissa para o exercício das atividades da Administração Pública federal a descentralização, que deveria ser posta em prática

A) dentro da Administração federal, mediante a distinção dos níveis de direção dos de execução; da Administração federal para as unidades federadas, mediante convênio, e para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

B) mediante delegação ampla de competências, na forma prevista em regulamento e desvinculada da supervisão ministerial.

C) com a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações, afastando a anterior descentralização feita por meio de concessão de serviços à iniciativa privada.

D) mediante, principalmente, a transferência de competências executivas e legislativas aos Estados e Municípios para o exercício de atividades de interesse comum e criação de sociedades de economia mista para exploração de atividade econômica.

E) por intermédio, principalmente, da criação de entidades de direito privado para a prestação de serviços públicos e exercício de atividade econômica, ligadas à União por contrato de concessão.

O Decreto 200/67 dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelecendo diretrizes para a Reforma Administrativa, e para tanto, ficou estabelecido sobre a necessidade da descentralização da execução das atividades da Administração Federal, localizada dentro do Diploma Legal no Capítulo III, e artigos que seguem.

Dessa maneira temos no artigo 10 e incisos, do referido Decreto o seguinte:

*"Art. 10. A execução das atividades da **Administração Federal** deverá **ser amplamente descentralizada**.*

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

a) **dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;**

b) **da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;**

c) **da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões."**

RESPOSTA "A".

1743 - (SEFAZ/ES - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - CESPE/2013) Sobre as autarquias, e incorreto afirmar:

- A) Possuem personalidade jurídica pública
- B) São criadas por lei.
- C) Têm como privilégio o processo especial de execução
- D) Possuem capacidade política.
- E) Sujeitam-se a controle administrativo.

As Autarquias executam serviço autônomo, são criadas por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Trata-se de pessoa jurídica de direito público, o que significa dizer que tem praticamente as mesmas prerrogativas e sujeições da administração direta.

O seu regime jurídico pouco se diferencia do estabelecido para os órgãos da Administração Direta, aparecendo, perante terceiros, como a própria Administração Pública. Difere da União, Estados e Municípios (pessoas públicas políticas) por **não ter capacidade política**, ou seja, o poder de criar o próprio direito, é pessoa pública administrativa, porque tem apenas o poder de auto-administração, nos limites estabelecidos em lei.

RESPOSTA: "D".

1744 - (PC/AL - DELEGADO DE POLÍCIA - CESPE/2012) A respeito da administração pública, julgue os itens seguintes.

As empresas públicas prestadoras de serviços públicos, como não objetivam atividade econômica, possuem personalidade jurídica de direito público.

- () CERTO
- () ERRADO

Trata-se da entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, **criado por lei para a exploração de atividade econômica** que o Estado seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, nos termos do que dispõe o Decreto-Lei 200/67:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

*"(...) II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, **criado por lei para a exploração de atividade econômica** que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito."*

Sendo considerada como pessoa jurídica de direito privado, cuja administração fica sob responsabilidade exclusivamente pelo Poder Público, instituído por um ente estatal, com a finalidade definida em lei específica e sendo de propriedade única do Estado. A **finalidade pode ser de atividade econômica** ou de prestação de serviços públicos.

RESPOSTA: "ERRADO".

1745 - (POLÍCIA FEDERAL - DELEGADO DE POLÍCIA - CESPE/2013) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que pode tanto executar atividade econômica própria da iniciativa privada quanto prestar serviço público.

- () CERTO
- () ERRADO

A Sociedade de Economia Mista é uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

Entretanto, cumpre ressaltar que a Sociedade de Economia Mista é pessoa jurídica de direito privado componente da Administração Indireta, ou seja, possui vínculos com a Administração Central.

Assim, durante a execução de suas atividades, a Sociedade de Economia Mista objetiva a obtenção de lucro, por ter finalidade econômica, mas por estar vinculada à Administração Direta possui o objetivo de atendimento ao interesse público e coletivo, inclusive na prestação de serviço públicos.

Quando a Sociedade de Economia Mista atua na prestação de serviços públicos, via de regra, tais serviços não são gratuitos à população, sendo lícito e autorizado por lei a cobrança de taxas e tarifas.

RESPOSTA: "CERTO".

1746 - (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/2013) A respeito da organização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da natureza dos atos praticados por seus agentes, julgue os itens que se seguem.

Por ser órgão do Ministério da Justiça, a PRF é órgão do Poder Executivo, integrante da administração direta.

- () CERTO
() ERRADO

A Administração Direita é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais foi atribuída competência para o exercício, de maneira centralizada, de atividades administrativas.

É composta por órgãos ligados diretamente ao poder central, seja na esfera federal, estadual, municipal ou distrital.

Assim, temos que a Polícia Rodoviária Federal, por ser órgão do Poder Executivo, vinculado diretamente ao Ministério da Justiça, é componente da Administração Direta.

RESPOSTA: "CERTO".

1747 - (SEFAZ/ES - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/2013) Em determinada secretaria de governo, as ações voltadas ao desenvolvimento de planos para capacitação dos servidores eram realizadas de forma esporádica, inexistindo setor específico para tal finalidade. A fim de dar maior concretude a uma política de prestação de serviço público de qualidade naquela secretaria, criou-se um departamento de capacitação dos servidores.

Nessa situação hipotética, a criação do referido departamento é considerada.

- A) desconcentração administrativa.
B) centralização administrativa.
C) descentralização administrativa.
D) medida gerencial interna.
E) concentração administrativa.

A desconcentração é o fenômeno, ou forma de organização administrativa, de distribuição interna de competências.

Diferentemente da descentralização, que envolve sempre mais de uma pessoa jurídica de direito público, a **desconcentração** ocorre exclusivamente dentro da estrutura de uma mesma pessoa jurídica.

Trata-se, a desconcentração, de mera técnica administrativa de distribuição interna de competências de uma pessoa jurídica.

Ocorre desconcentração administrativa quando uma pessoa política ou uma entidade da administração indireta distribui competências no âmbito de sua própria estrutura com a finalidade de conferir mais agilidade e eficiência a prestação dos serviços.

RESPOSTA: "A".

1748 - (TRF – 1ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) - NÃO é considerada característica da sociedade de economia mista:

- A) a criação independente de lei específica autorizadora.
B) a personalidade jurídica de direito privado.
C) a sujeição a controle estatal.
D) a vinculação obrigatória aos fins definidos em lei.
E) o desempenho de atividade de natureza econômica.

Nos termos do artigo 5º, inciso III, do Decreto 200/67, temos que:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

*"III - **Sociedade de Economia Mista** - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta."*

Dessa maneira, temos que para a criação de uma Sociedade de Economia Mista, é necessário lei específica, sendo que a sua criação depende de lei.

RESPOSTA: "A".

1749 - (TJ/CE - TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014) No que se refere à administração direta e à indireta, à centralizada e à descentralizada, assinale a opção correta.

- A) Trata-se de administração indireta quando o Estado, a fim de obter maior celeridade e eficiência, exerce algumas de suas atividades de forma desconcentrada.
B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são integrantes da administração indireta, independentemente de prestarem serviço público ou de exercerem atividade econômica de natureza empresarial.

C) Toda pessoa integrante da administração indireta está vinculada a determinado órgão da administração direta, fato que decorre do princípio da especificidade.

D) Em virtude do princípio da separação dos poderes, a administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, o qual é incumbido da atividade administrativa em geral.

E) A criação de empresa pública e de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa, porém, o mesmo não ocorre às suas subsidiárias.

Nos exatos termos do que dispõe o Decreto-Lei nº 200/67, tanto as Sociedades de Economia Mista quanto as Empresas Públicas são entidades administrativas integrantes da Administração Indireta, por expressa determinação legal:

Art. 4º A Administração Federal compreende:
 "(...) II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- (...)
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista."

O ordenamento jurídico assim determina independente das finalidades e objetivos que levaram o Poder Público a promover a sua criação.

Ademais, as Empresas Públicas possuem a finalidade de exercício em atividade econômica ou de prestação de serviços públicos. Da mesma forma que as Sociedades de Economia Mista, não sendo desqualificadas como entidades pertencentes da Administração Indireta pelas atividades econômicas/empresariais ou serviços públicos que prestar.

RESPOSTA: "B".

1750 - (CAMARA/SJC - ANALISTA LEGISLATIVO VUNESP/2014) Pessoa jurídica de direito privado; atividades gerais "de caráter econômico" ou prestação de serviço público; lei autoriza sua instituição, a qual se dá a partir da inscrição do ato constitutivo ou do estatuto no registro civil; assume somente a forma de sociedade anônima, regida por estatuto social.

Essas são todas características das

- A) autarquias.
- B) empresas públicas.
- C) fundações.
- D) sociedades de economia mista.
- E) agências reguladoras.

As características descritas no enunciado da questão são pertencentes as Sociedades de Economia Mista, nos termos do que dispõe o Decreto-Lei nº 200/67 que regulamenta as entidades administrativas que compõe à Administração Indireta:

"Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta."

Trata-se de uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico. A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado.

RESPOSTA: "D".

1751 - (EMGEPRON - ADVOGADO - BIO-RIO/2014 -) Nos termos da Lei federal no. 9.649/98 que regulamenta a organização administrativa federal pode ser qualificada como agência executiva:

- A) autarquia
- B) empresa pública
- C) sociedade de economia mista
- D) entidade parceira

Conforme mencionado no enunciado da questão, a Lei Federal nº 9.649/98 regulamenta a organização administrativa em âmbito federal, e dentre outras providências dispõe sobre a possibilidade jurídica conferida ao Poder Executivo em qualificar somente as autarquias e as fundações, desde que cumpridos os requisitos legais.

Art. 51. O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos:

- "I - ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento;
- II - ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor."

Dessa forma, nos termos legais, verifica-se que somente poderão ser qualificadas como Agências Executivas as entidades administrativas pertencentes à Administração Indireta criadas sob a forma de autarquias e fundações.

RESPOSTA: "A".

1752 - (ANS - ATIVIDADE TÉC. DE SUPORTE - FUN-CAB/2013) Sobre Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- A) As agências reguladoras são constituídas na forma de sociedade de economia mista.
- B) A Agência Nacional de Saúde é uma empresa pública.
- C) As autarquias tem personalidade jurídica de direito privado.
- D) É vedada a criação de autarquias em âmbito municipal.
- E) A criação das autarquias é manifestação do fenômeno da descentralização administrativa

Ocorre a chamada descentralização administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta.

Assim, dizemos que a atividade administrativa do Estado é descentralizada quando é exercida por pessoas distintas do Estado, sendo que há transferência de competência para a execução do serviço público que lhe são pertinentes para seus auxiliares.

A descentralização é efetivada por meio de *outorga* quando o estado cria, por meio de lei, uma entidade ou pessoa jurídica, e a ela lhe transfere determinado serviço público.

De outro modo, a descentralização é efetivada por meio de *delegação* quando a Administração Pública transfere, mediante contrato administrativo (concessão ou permissão de serviços públicos), ou por meio de ato unilateral (autorização de serviços públicos), a execução do serviço.

Como forma de descentralização da execução da atividade administrativa, temos o exemplo das Autarquias, que é pessoa jurídica de direito público, com praticamente as mesmas prerrogativas e sujeições da administração direta. O seu regime jurídico pouco se diferencia do estabelecido para os órgãos da Administração Direta, aparecendo, perante terceiros, como a própria Administração Pública. Difere da União, Estados e Municípios (pessoas públicas políticas) por não ter capacidade política, ou seja, o poder de criar o próprio direito, é pessoa pública administrativa, porque tem apenas o poder de auto-administração e execução descentralizada das atividades administrativas, nos limites estabelecidos em lei.

RESPOSTA: "E".

1753- (DEPEN - AGENTE PENITENCIÁRIO – CESPE/2013) No que se refere à organização administrativa, julgue os próximos itens.

As fundações públicas poderão ser criadas para exercerem atividades de fins lucrativos.

- () CERTO
() ERRADO

As Fundações Públicas possui conceito legal definido pelo Decreto-Lei nº 200/67 que assim estabelece:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

"IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes."

Conforme se verifica, uma das principais características e peculiaridades das Fundações Públicas é que não possuem fins lucrativos.

RESPOSTA: "ERRADO".

1754 - (TRT - 18ª Região/GO - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) A criação de empresas estatais e de autarquias é expressão de

- A) desconcentração na organização administrativa, na medida em que configura delegação a outros órgãos públicos de competências administrativas.**
B) desconcentração, na medida em que transfere a titularidade de serviços e competências para órgãos que não integram a organização administrativa.

C) descentralização, na medida em que permite a execução de competências estatais por entes regu-larmente criados para tanto, embora não dotados de personalidade jurídica própria.

D) descentralização, na medida em que permite a transferência da titularidade de serviços estatais para outros entes, ainda que não integrem a Administração direta do Estado.

E) descentralização ou desconcentração, na medida em que consistem na transferência de competências estatais para outros entes, dotados de personalidade jurídica própria e integrantes da Administração direta do Estado.

Ocorre a descentralização administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta.

Assim, dizemos que a atividade administrativa do Estado é descentralizada quando é exercida por pessoas distintas do Estado, podendo ser públicas ou privadas, sendo que há transferência de competência para a execução do serviço público que lhe são pertinentes para seus auxiliares.

A descentralização é efetivada por meio de *outorga* quando o estado cria, por meio de lei, uma entidade ou pessoa jurídica, e a ela lhe transfere determinado serviço público.

De outro modo, a descentralização é efetivada por meio de *delegação* quando a Administração Pública transfere, mediante contrato administrativo (concessão ou permissão de serviços públicos), ou por meio de ato unilateral (autorização de serviços públicos), a execução do serviço, sendo dessa forma é admitida a descentralização dos serviços públicos cuja execução poderá ser executada por empresas privadas, nos limites e condições previstas em Lei.

RESPOSTA: "D".

1755 - (TRT - 23ª REGIÃO/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) - NÃO é característica da sociedade de economia mista:

- A) criação autorizada por lei.**
B) personalidade jurídica de direito privado.
C) derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público.
D) estruturação sob qualquer forma societária admitida em direito.
E) desempenho de atividade econômica.

As Sociedades de Economia Mista são as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, não admitindo qualquer forma societária, mas sim **sob a forma de sociedade anônima**, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

RESPOSTA "D".

1756 - (MC - ATIVIDADE TÉCNICA DE SUPORTE – CESPE/2013) Com relação à organização administrativa, julgue os itens subsecutivos.

Fundação pública é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

☐ CERTO

☐ ERRADO

As Fundações Públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

As *fundações públicas* são criadas para um fim específico de interesse coletivo, como educação, cultura e pesquisa, sempre merecedoras de um amparo legal. As fundações públicas são autônomas administrativamente, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, mesmo que sob a forma de prestação de serviços.

RESPOSTA: "ERRADO".

1757 - (SMA/RJ – Contador - FJG – RIO/2013) Aplicam-se as regras da Consolidação das Leis Trabalhistas à relação de um servidor público com a seguinte pessoa jurídica:

- A) **fundação pública**
- B) **autarquia**
- C) **sociedade de economia mista**
- D) **agência reguladora**

A Administração Indireta é o conjunto de pessoas jurídicas – desprovidas de autonomia política – que, vinculadas à Administração Direta, têm a competência para o exercício, de maneira descentralizada, de atividades administrativas. São compostas por entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada. São exemplos as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Dentre as entidades administrativas acima descritas destacamos a Sociedade de Economia Mista, devidamente instituída por meio do Decreto-Lei nº 200/67 que assim estabelece:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

(...)

III - *Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.*

Trata-se de uma sociedade na qual há colaboração entre o Estado e particulares ambos reunindo e unificando recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico. A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado e não se beneficia de isenções fiscais ou de foro privilegiado.

O Estado poderá ter uma participação majoritária ou minoritária; entretanto, mais da metade das ações com direito a voto devem pertencer ao Estado.

A sociedade de economia mista é do gênero de sociedade anônima, e seus funcionários são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

RESPOSTA: "C".

1758 - (IBAMA – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) No que concerne à administração pública, julgue os itens a seguir.

Mesmo estando no exercício do poder disciplinar, a autoridade competente não pode impor penalidade administrativa ao agente público sem o devido processo administrativo.

☐ CERTO

☐ ERRADO

A imposição de penalidade administrativa a agente público sempre deve ser precedida de competente processo administrativo, não podendo a Administração Pública revestir-se do Poder Disciplinar, que lhe é inerente, para aplicar punição sem a observância de tal procedimento.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, assim garante:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Assim, nos termos da Constituição Federal, para que o agente público possa ser punido por eventual cometimento de infração administrativa, antes de ser aplicada as penalidades previstas em lei, deve respeitar o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, assegurado todo os meios recursais.

RESPOSTA: "CERTO".

1759 - (OAB – EXAME DE ORDEM UNIFICADO – FGV/2012) É correto afirmar que o poder de polícia, conferindo a possibilidade de o Estado limitar o exercício da liberdade ou das faculdades de proprietário, em prol do interesse público,

A) gera a possibilidade de cobrança de preço público.

B) se instrumentaliza sempre, e apenas, por meio de alvará de autorização.

C) para atingir os seus objetivos maiores, afasta a razoabilidade, em prol da predominância do interesse público.

D) deve ser exercido nos limites da lei, gerando a possibilidade de cobrança de taxa.

Em que pese à prerrogativa do Poder Público atuar nos termos do Poder de Polícia, o mesmo deve sempre obediência ao que dispõe a lei, com observância obrigatória ao que estabelece o Princípio Constitucional da Legalidade.

Dessa maneira, toda atuação administrativa deve estar pautada nos termos e limites legais.

Ademais, em pleno gozo das atribuições e prerrogativas administrativas, conferidas por meio do Poder de Polícia, a Administração Pública pode limitar o exercício de direitos dos particulares, em benefício da coletividade e atendendo o interesse público, inclusive recaindo sobre o direito de propriedade, e uma das maneiras de exercitar tal poder administrativo, é a imposição de taxas bem como sua cobrança.

RESPOSTA: "D".

1760 - (TCE/RO – CONTADOR – ESPE/2013) a respeito dos atos e agentes administrativos e dos poderes da administração. Por meio do poder regulamentar, a administração pública poderá complementar e alterar a lei a fim de permitir a sua efetiva aplicação.

☐ CERTO

☐ ERRADO

O Poder Regulamentar é o poder inerente e privativo do Chefe do Poder Executivo, indelegável a qualquer subordinado, trata-se do poder atribuído ao chefe do Poder Executivo para editar atos, com o objetivo de dar fiel cumprimento às leis.

Temos por regulamento como ato normativo, expedido através de decreto, com o fim de explicar o modo e a forma de execução da lei, ou prover situações não disciplinadas em lei.

Importante destacar que o regulamento não tem a capacidade e a competência de inovar o direito previsto em lei, não cria obrigações, apenas explica e detalha o direito, e, sobretudo, uniformiza procedimentos necessários para o cumprimento e execução da lei.

RESPOSTA: "ERRADO".

1761 - (TST – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Exemplifica adequadamente o exercício de poder disciplinar por agente da administração a

A) interdição de restaurante por razão de saúde pública.

B) prisão de criminoso efetuada por policial, mediante o devido mandado judicial

C) aplicação de penalidade administrativa a servidor público que descumpra seus deveres funcionais.

D) aplicação de multa de trânsito.

E) emissão de ordem a ser cumprida pelos agentes subordinados.

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente não só as infrações funcionais dos servidores, sendo indispensável à apuração regular da falta, mas também as infrações de todas as pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

O poder disciplinar é exercido como faculdade punitiva interna da Administração Pública e por isso mesmo só abrange as infrações relacionadas com o serviço público.

Cumpra ressaltar que a atuação do Poder Disciplinar deve obedecer necessariamente aos princípios informativos e constitucionais da Administração, entre eles o princípio da legalidade e o princípio da motivação, aos quais se anexa ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

RESPOSTA: "C".

1762 - (TRT - 20ª REGIÃO/SE – JUIZ DO TRABALHO – FCC/2012) A respeito dos poderes da Administração, é correto afirmar que o poder

a) de polícia constitui atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente, entre outros, à segurança e à tranquilidade pública.

b) hierárquico fundamenta a avocação, pela Administração direta, de matérias inseridas na competência das autarquias a ela vinculadas.

c) regulamentar autoriza a edição, pelo Chefe do Executivo, de normas complementares à lei, admitindo-se o regulamento autônomo para matéria de organização administrativa, incluindo a criação de órgãos e de cargos públicos.

d) de polícia é exercido pelo Poder Executivo, por intermédio da autoridade competente, mediante a edição de normas gerais criando obrigações para toda a coletividade, disciplinadoras de atividades individuais, concernentes, entre outros, à segurança, à higiene, à ordem e aos costumes.

e) hierárquico, também denominado disciplinar, corresponde ao poder conferido aos agentes públicos para emitir ordens a seus subordinados e aplicar as sanções disciplinares não expressamente previstas em lei.

Pelo Poder de Polícia, temos que se trata do poder deferido ao Estado, necessário ao estabelecimento das medidas que a ordem, a saúde e a moralidade pública exigem. O princípio norteador da aplicação do Poder de Polícia é a predominância do interesse público sobre o interesse privado.

O Poder de Polícia resume-se na prerrogativa conferida a Administração Pública para, na forma e nos limites legais, condicionar ou restringir o uso de bens, exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com o objetivo de proteger os interesses gerais da coletividade, devendo garantir a segurança e a tranquilidade pública.

RESPOSTA: "A".

1763 - (TER/RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2012) A respeito dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

O poder de polícia deriva do poder hierárquico. Os chefes de repartição, por exemplo, utilizam-se do poder de polícia para fiscalizar os seus subordinados.

☐ CERTO

☐ ERRADO

Na atribuição dos agentes públicos, cujo exercício está pautado em fiscalizar os subordinados, não é necessário à invocação do Poder de Polícia para legitimar a atuação fiscalizadora.

Isto porque, o Poder Hierárquico caracterizam-se pelo **poder de comando** de agentes administrativos superiores sobre seus subordinados, contendo a **prerrogativa de ordenar, fiscalizar, rever, delegar tarefas a seus subordinados**.

Tais poderes decorrem única e exclusivamente do Poder Hierárquico, visto que tem aplicabilidade dentro da estrutura administrativa, recaindo apenas aos agentes públicos, enquanto, pelo Poder de Polícia, sua atuação coercitiva e fiscalizadora do Estado ocorre no âmbito externo da Administração Pública, atingindo exclusivamente os administrados.

RESPOSTA: "ERRADO".

1764 - (TRE-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2012) A respeito dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

O poder de polícia, que decorre da discricionariedade de que caracteriza a administração pública, é limitado pelo princípio da razoabilidade ou proporcionalidade.

() CERTO

() ERRADO

É certo que o Poder Público, em sua atribuição de garantir a coletividade segurança, tranquilidade e bem estar social, limita e restringe direitos dos particulares objetivando o interesse público, entretanto, tal poder é limitado por meio do princípio administrativo da razoabilidade e proporcionalidade.

Por tal princípio, a Administração Pública deve agir com bom senso, de modo razoável e proporcional, não extrapolando os seus poderes para alcançar o fim almejado, não pode a Administração Pública atuar de modo excessivo e desproporcional, sendo certo que caso haja comprovação de que o Poder público atuou de maneira excessiva, podemos ter como consequência a caracterização da figura do *abuso de poder*.

RESPOSTA: "CERTO".

1765 - (TJ/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2012) Assinale a opção correta com relação aos poderes hierárquico e disciplinar e suas manifestações.

A) As delegações administrativas emanam do poder hierárquico, não podendo, por isso, ser recusadas pelo subordinado, que pode, contudo, subdelegá-las livremente a seu próprio subordinado.

B) Toda punição disciplinar por delito funcional acarreta condenação criminal.

C) No âmbito do Poder Legislativo, o poder hierárquico manifesta-se mediante a distribuição de competências entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

D) O poder disciplinar da administração pública autoriza-lhe a apurar infrações e a aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, assim como aos invasores de terras públicas.

E) A aplicação de pena disciplinar tem, para o superior hierárquico, o caráter de um poder-dever, uma vez que a condescendência na punição é considerada crime contra a administração pública.

Muito embora a expressão poder administrativo pareça apenas uma faculdade de atuação da Administração Pública, o fato é que os poderes administrativos envolvem não uma mera faculdade de agir, mas sim um dever de atuar diante das situações apresentadas ao Poder Público.

Trata-se, portanto, de um poder-dever, no sentido de que a Administração Pública deve agir, na medida em que os poderes conferidos ao Estado são irrenunciáveis. Entende-se dessa maneira a noção de deveres administrativos oriundos da obrigação do Poder Público em atuar, utilizando-se dos poderes e prerrogativas atribuídos mediante lei.

Dessa maneira, o superior hierárquico, que possui poderes de fiscalização e de aplicação de penas administrativas, quando se depara com uma situação em que lhe é exigido atuação nos limites legais, o mesmo possui o poder-dever de atuar, sob pena de cometimento de crime, visto que não atuou nos limites de suas atribuições, deixando de praticar ato que lhe competia em virtude do cargo público que ocupa.

RESPOSTA: "E"

1766 - (TJ/AL – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CESPE/2012) No tocante aos poderes da administração e ao uso e abuso do poder, assinale a opção correta.

A) O poder regulamentar da administração pública manifesta-se por meio de atos de natureza normativa, instituidores de direito novo de forma ampla e genérica, com efeitos gerais e abstratos, expedidos em virtude de competência própria dos órgãos estatais.

B) Decorrem do poder de polícia da administração pública os atos que se destinam à limitação dos interesses individuais em favor do interesse público, sendo a autoexecutoriedade a principal característica de todas as medidas de polícia.

C) Segundo a doutrina, o abuso de poder, que pode assumir duas formas, comissiva ou omissiva, efetiva-se quando a autoridade competente, ao praticar ou omitir ato administrativo, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas, circunstâncias em que o ato do agente somente poderá ser revisto pelo Poder Judiciário.

D) A prerrogativa de que dispõe a administração pública para não só ordenar e coordenar, mas também para corrigir as atividades de seus órgãos e agentes resulta do poder hierárquico, cujo exercício limita-se ao controle de legalidade.

E) A administração, no exercício do poder disciplinar, apura infrações e aplica penalidades aos servidores e particulares sujeitos à disciplina administrativa, por meio do procedimento legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente **não só as infrações funcionais dos servidores**, sendo indispensável à apuração regular da falta, **mas também as infrações de todas as pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.**

O poder disciplinar é exercido como faculdade punitiva interna da Administração Pública e por isso mesmo só abrange as infrações relacionadas com o serviço público, e, em se tratando de servidor público, as penalidades disciplinares vêm definidas dos respectivos Estatutos.

Cumprir ressaltar que a atuação do Poder Disciplinar deve obedecer necessariamente aos princípios informativos e constitucionais da Administração, entre eles o princípio da legalidade e o princípio da motivação, aos quais se anexa ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

RESPOSTA: "E".

1767 - (MPE/AP – TÉCNICO MINISTERIAL – FCC/2012) Determinado órgão público, utilizando-se do poder hierárquico, avocou atribuições de seu órgão subordinado, atribuições estas de competência exclusiva deste último. A avocação, no caso narrado,

A) não é possível, uma vez que ela não é consequência do poder hierárquico.

B) não é possível, tendo em vista que se tratam de atribuições de competência exclusiva do órgão subordinado.

C) é possível, todavia, é decorrência do poder disciplinar e não hierárquico da Administração Pública.

D) é possível, ou seja, válida para qualquer tipo de atribuição, sendo prática corriqueira da Administração Pública no uso de seu poder hierárquico.

E) não é possível quanto aos órgãos públicos, por isso não poderia ter sido realizada, ao contrário do que narrou o enunciado.

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação.

Importante esclarecer que *hierarquia* caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos, sempre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica. Assim, podemos verificar a presença da hierarquia entre órgãos e agentes na esfera interna da Administração Direta do Poder Executivo, ou então hierarquia entre órgãos e agentes internamente de uma fundação pública.

Ademais, a questão exige do candidato o conhecimento sobre o instituto jurídico denominado **AVOCAÇÃO**.

Pois bem, avocação é o meio através do qual um órgão superior atrai para si a competência para cumprir determinado ato atribuído a outro órgão inferior, e somente será permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes e devidamente motivados e justificados.

Entretanto, no exercício da atividade administrativa, os órgãos públicos possuem competência para atuação e algumas competências são inerentes aos órgãos públicos, ou seja, trata-se de competência exclusiva, independente se é órgão superior ou inferior hierarquicamente.

Assim, nos casos em que se verificar a existência de competência exclusiva, é impossível aplicar a avocação.

RESPOSTA: "B".

1768 - (TJ/RR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2012) Caracteriza desvio de finalidade, espécie de abuso de poder, a conduta do agente que, embora dentro de sua competência, se afasta do interesse público, que deve nortear todo o desempenho administrativo, para alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.

() CERTO

() ERRADO

O exercício ilegítimo das prerrogativas conferidas pelo ordenamento jurídico à Administração Pública caracteriza de modo genérico, o denominado *abuso de poder*.

Dessa maneira, o abuso de poder ocorre diante de uma ilegitimidade, ou, diante de uma ilegalidade, cometida por agente público no exercício de suas funções administrativas, o que nos autoriza a concluir que o abuso de poder é uma conduta ilegal cometida pelo agente público, e, portanto, toda atuação fundamentada em abuso de poder é ilegal.

O abuso de poder pode ocorrer na modalidade **desvio de finalidade**, ocorre quando a atuação do agente é pautada dentro dos seus limites de competência, mas contraria a finalidade que determinou ou autorizou a sua atuação.

RESPOSTA: "CERTO".

1769 - (TJ/RR – ADMINISTRADOR – CESPE/2012) Define-se poder discricionário como o poder que o direito concede à administração para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, estando a administração, no exercício desse poder, imune à apreciação do Poder Judiciário.

() CERTO

() ERRADO

Temos pelo Poder Discricionário aquele mediante o qual o administrador tem a liberdade de praticar a ação administrativa, escolhendo por parâmetros de conveniência, necessidade, oportunidade e conteúdo do ato, mas dentro dos limites impostos pela lei.

A conveniência se identifica quando o ato interessa, convém ou satisfaz ao interesse público. Há oportunidade quando o ato é praticado no momento adequado à satisfação do interesse público. São juízos subjetivos do agente competente que levam a autoridade a decidir, nos termos da lei, que se incumbe de indicar quando é possível essa atuação.

O Poder Discricionário tem como base a autorização legal conferida ao administrador público decida, nos limites da lei, sobre a conveniência e oportunidade da prática do ato discricionário, bem como de escolher seu conteúdo, sendo passível de análise sobre o *mérito administrativo*.

A discricionariedade atribuída à Administração trata-se efetivamente de uma prerrogativa, um poder conferida pela lei à Administração, entretanto, **não remete ao livre arbítrio para o exercício de suas atribuições, cabendo, contudo, à Administração a análise livre da conveniência e da oportunidade para a prática de qualquer ato, obedecidas as regras vinculativas definidas pelo direito positivo, ou seja, a Lei.**

A discricionariedade encontra limites na lei, nos princípios gerais de direito e nos preceitos de moralidade administrativa, **não ficando imune a apreciação e controle do Poder Judiciário**, visto que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, que assim garante: *"A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito."*

Dessa forma, quando o ato administrativo, mesmo que praticado revestido nas prerrogativas conferidas pelo Poder Discricionário lesar ou ameaçar direito de terceiros, será levada a apreciação do Poder Judiciário.

Ademais, como a discricionariedade encontra limites na lei, quando atua fora de tais limites o Poder Judiciário, desde que provocado, poderá analisar a questão sob o aspecto legal, não adentrando no mérito administrativo.

RESPOSTA: "ERRADO".

1770 - (TJ/RR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2012)
Acerca dos poderes administrativos e do uso e abuso do poder, julgue os itens subsecutivos.

Como fator que decorre do poder hierárquico, a relação de subordinação tem caráter interno e se estabelece entre órgãos de uma mesma pessoa administrativa; a vinculação, ao contrário, possui caráter externo e resulta do poder de supervisão que os órgãos detêm sobre as entidades a eles vinculadas, como, por exemplo, o que uma secretaria de estado exerce sobre uma autarquia.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação.

Importante esclarecer que *hierarquia* caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos, sempre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica. Assim, podemos verificar a presença da hierarquia entre órgãos e agentes na esfera interna da Administração Direta do Poder Executivo, ou então hierarquia entre órgãos e agentes internamente de uma fundação pública.

No caso do Poder Hierárquico por vinculação, temos a explicação do renomado jurista administrativo Hely Lopes Meirelles, que afirma que

"a subordinação é decorrente do poder hierárquico e admite todos os meios de controle do superior sobre o inferior. A vinculação é resultante do poder de supervisão ministerial sobre a entidade vinculada e é exercida no limites que a lei estabelece, sem retirar a autonomia do ente supervisionado."

RESPOSTA: "CERTO".

1771 - (MPU – TÉCNICO – CESPE/2013) No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Considere que Daniel, funcionário público, tenha sido suspenso por decisão da autoridade competente após regular processo administrativo disciplinar que apurou denúncia de que ele havia praticado irregularidades no exercício do cargo. Nessa situação, a autoridade competente agiu no exercício do poder de polícia da administração, a qual pode impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

Na situação descrita no enunciado da questão, a autoridade competente agiu conforme prescreve o Poder Disciplinar, que decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre todos aqueles que se vinculam à Administração.

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente as infrações funcionais dos servidores, sendo indispensável à apuração regular da falta, devendo obediência necessariamente aos princípios informativos e constitucionais da Administração, entre eles o princípio da legalidade e o princípio da motivação, aos quais se anexa ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

RESPOSTA: "ERRADO".

1772 - (TJ/PR – ASSESSOR JURÍDICO – TJ-PR 2012)
No que diz respeito ao poder de polícia da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) As manifestações impositivas da Administração Pública são sinônimas do exercício do poder de polícia administrativa.

B) O poder expressável através da atividade de polícia administrativa é o que resulta de sua qualidade de executora das leis administrativas.

C) Incluem-se no campo da polícia administrativa os atos que atingem os usuários de um serviço público, a ele admitidos, quando concernentes àquele especial tratamento.

D) O poder de tutela sobre as autarquias, os relativos aos servidores públicos ou aos concessionários de serviço público são expressões exatas do espectro de aplicação do poder de polícia.

A partir da Constituição Federal e das leis em nosso ordenamento jurídico, foi conferido uma série de direitos aos cidadãos, que por sua vez, tem o seu pleno exercício vinculado com o bem estar social.

Assim, é por meio do Poder de Polícia que a Administração limita o exercício dos direitos individuais e coletivos com o objetivo de assegurar a ordem pública, em outras palavras, pelo poder de polícia, a administração pública faz valer o que estabelece as leis e normas administrativas, restringindo e limitando o direito de particulares, quando necessário, para o restabelecimento da ordem pública, estabelecendo assim um nível aceitável de convivência social, esse poder também pode ser denominado de polícia administrativa.

RESPOSTA: "B".

1773 - (CBM/DF – OFICIAL BOMBEIRO MILITAR COMPLEMENTAR – CESPE/2011) No que se refere aos poderes da administração pública, julgue os itens que se seguem.

O denominado poder de polícia da administração pública tanto pode ser discricionário quanto vinculado.

() CERTO

() ERRADO

Para melhor compreensão sobre a questão, é necessário conceituar brevemente Poder Discricionário e Vinculado.

Temos pelo Poder Discricionário aquele mediante o qual o administrador tem a liberdade de praticar a ação administrativa, escolhendo por parâmetros de conveniência, necessidade, oportunidade e conteúdo do ato, mas dentro dos limites impostos pela lei.

A conveniência se identifica quando o ato interessa, convém ou satisfaz ao interesse público. Há oportunidade quando o ato é praticado no momento adequado à satisfação do interesse público. São juízos subjetivos do agente competente que levam a autoridade a decidir, nos termos da lei, que se incumbe de indicar quando é possível essa atuação.

O conhecido Poder Vinculado é aquele de que dispõe a administração pública para a prática de atos administrativos em que é mínima ou então inexistente a possibilidade de atuação do administrador público, em outras palavras é o poder de que ela se utiliza quando esta diante de uma situação em que a lei previamente já vinculou uma única forma de atuação.

Assim, superada a fase conceitual, o Poder de Polícia pode ocorrer diante da discricionariedade e da vinculação administrativa, visto que há situações em que o Administrador Público poderá livremente escolher sobre a adoção de medidas de polícia administrativa ou não, analisando a conveniência e a oportunidade de limitar ou restringir direitos particulares, enquanto é possível ainda que ocorra situações em que a lei vincula a atuação de polícia administrativa, obrigando o administrador público a adotar a medida restritiva prevista em lei.

RESPOSTA: "CERTO".

1774 - (PROCON/RJ – ADVOGADO – CEPERJ/2012) Administração Pública organiza-se de forma escalonada. Quando determinado órgão detém a possibilidade de avocação de processos administrativos, encontra-se diante do poder:

A) eficiente

B) moralizador

C) hierárquico

D) razoável

E) regulamentar

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação, objetivando melhor organização administrativa em sua estrutura interna, havendo a possibilidade de avocação de competência, sendo o meio através do qual um órgão superior atrai para si a competência para cumprir determinado ato atribuído a outro órgão inferior, e somente será permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes e devidamente motivados e justificados, observado a hierarquia existente entre os órgãos.

RESPOSTA: "C".

1775- (TRT – 6ª REGIÃO/PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) O conceito moderno de poder de polícia o define como a atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Em relação ao poder de polícia administrativa, é correto afirmar que

A) é exclusivo da autoridade superior do ente público competente para a fiscalização.

B) compreende a adoção de medidas repressivas para aplicação da lei ao caso concreto.

C) incide subsidiariamente à polícia judiciária, inclusive para coibir a prática de ilícito penal.

D) cria obrigações e limitações aos direitos individuais quando a lei não tiver disposto a respeito.

E) impõe apenas obrigações de fazer, na medida em que não pode impor abstenções e proibições aos administrados.

O Poder de Polícia é um poder de vigilância, cujo objetivo maior é o bem-estar social, impedindo que os abusos dos direitos pessoais possam ameaçar os direitos e interesses gerais da coletividade.

Decorre, portanto do Poder de Polícia, a aplicação de sanções para fazer cumprir a aplicação da lei ao caso concreto, e assim, diversas são as sanções e medidas repressivas passíveis de aplicação aos administrados, previstas nas mais variadas e esparsas leis administrativas, que podem ser aplicadas no âmbito da atividade de polícia administrativa.

Importante esclarecer que o poder de polícia administrativa incide sobre atividades e sobre bens, não diretamente sobre os cidadãos, haja vista que não existem sanções aplicadas decorrentes do poder de polícia administrativa que impliquem em restrição ao direito de liberdade das pessoas como detenção e prisão.

RESPOSTA: "B".

1776 - (TRT – 6ª REGIÃO/PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) O poder regulamentar cabe ao chefe do Poder Executivo e compreende a edição de normas complementares à lei, para sua fiel execução. Constitui forma de expressão do poder

- A) normativo.
- B) hierárquico.
- C) discricionário.
- D) de polícia.
- E) disciplinar.

O Poder Regulamentar é o poder inerente e privativo do Chefe do Poder Executivo, indelegável a qualquer subordinado, trata-se do poder atribuído ao chefe do Poder Executivo para editar atos, com o objetivo de dar fiel cumprimento às leis.

Temos por regulamento como **ato normativo**, expedido através de decreto, com o fim de explicar o modo e a forma de execução da lei, ou prover situações não disciplinadas em lei, importante destacar que o regulamento não tem a capacidade e a competência de inovar o direito previsto em lei, não cria obrigações, apenas explica e detalha o direito, e sobretudo, uniformiza procedimentos necessários para o cumprimento e execução da lei.

RESPOSTA: "A".

1777 - (TRT - 6ª REGIÃO/PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) A interdição de estabelecimento comercial privado por autoridade administrativa constitui exemplo do exercício do poder

- A) disciplinar.
- B) regulamentar.
- C) normativo.
- D) hierárquico.
- E) de polícia.

O enunciado da questão traz a situação hipotética de interdição de um estabelecimento comercial provocado por meio de ato administrativo, decorrente do **Poder de Polícia**.

Tal situação configura-se em restrição de direitos, limitação do exercício dos direitos individuais, objetivando o restabelecimento da ordem pública, da saúde coletiva e do bem estar social.

O Poder de Polícia resume-se na prerrogativa conferida a Administração Pública para, na forma e nos limites legais, condiciona ou restringe o uso de bens, exercício de direitos e a **prática de atividades privadas**, com o objetivo de proteger os interesses gerais da coletividade.

Decorre, portanto do Poder de Polícia, a aplicação de sanções para fazer cumprir suas determinações, fundamentadas na lei, e assim, diversas são as sanções passíveis de aplicação, previstas nas mais variadas e esparsas leis administrativas, que podem ser aplicadas no âmbito da atividade de polícia administrativa.

Assim, várias são as sanções decorrentes do poder de polícia, tais como: multa administrativa; demolição de construções irregulares; apreensão de mercadorias com entrada irregular no território nacional; **interdição de estabelecimento comerciais que estão em desacordo com a lei**; embargos administrativos a obras, entre outras.

RESPOSTA: "E".

1778 - (TER/AC - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) Acerca dos poderes e deveres do administrador público, é correto afirmar que

(A) o dever de prestar contas aplica-se apenas aos ocupantes de cargos eletivos e aos agentes da administração direta que tenham sob sua guarda bens ou valores públicos.

(B) o agente público, mesmo quando despido da função ou fora do exercício do cargo, pode usar da autoridade pública para sobrepor-se aos demais cidadãos.

(C) o poder tem, para o agente público, o significado de dever para com a comunidade e para com os indivíduos, no sentido de que, quem o detém está sempre na obrigação de exercitá-lo.

(D) o dever de eficiência exige que o administrador público, no desempenho de suas atividades, atue com ética, honestidade e boa-fé.

(E) o dever de probidade traduz-se na exigência de elevado padrão de qualidade na atividade administrativa.

A Administração é dotada de poderes ou prerrogativas instrumentais que garantem o efetivo desempenho de suas atribuições que lhe são legalmente definidas.

Os poderes administrativos são o conjunto de prerrogativas que a Administração Pública possui para alcançar os fins almejados pelo Estado, tais poderes são inerentes à Administração Pública para que esta possa proteger o interesse público. Encerram prerrogativas de autoridade, as quais, por isso mesmo, só podem ser exercidas nos limites da lei.

Muito embora a expressão poder pareça apenas uma faculdade de atuação da Administração Pública, o fato é que os poderes administrativos envolvem não uma mera faculdade de agir, mas sim um dever de atuar diante das situações apresentadas ao Poder Público.

Trata-se, portanto, de um poder-dever, no sentido de que a Administração Pública deve agir, na medida em que os poderes conferidos ao Estado são irrenunciáveis. Entende-se dessa maneira a noção de deveres administrativos oriundos da obrigação do Poder Público em atuar, utilizando-se dos poderes e prerrogativas atribuídos mediante lei.

O dever de agir está ligado à própria noção de prerrogativas públicas garantidas ao Estado, que enseja, por consequência, outros deveres: dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas, dever de dar continuidade nos serviços públicos, entre outros.

RESPOSTA: "C".

1779 - (SEFAZ-ES – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/2013) Em relação aos poderes e deveres do administrador público, assinale a opção correta.

A) Embora o abuso de poder não esteja sujeito à apreciação judicial, a conduta considerada abusiva poderá ser submetida à revisão administrativa.

B) A prerrogativa da administração de impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial, decorre diretamente do seu poder hierárquico.

C) Nos termos da legislação vigente, o poder de polícia é exercido pela polícia civil, no âmbito dos estados, e pela Polícia Federal, no âmbito da União.

D) Os poderes administrativos são uma faculdade atribuída ao administrador público para agir em benefício da sociedade.

E) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.

O exercício ilegítimo das prerrogativas conferidas pelo ordenamento jurídico à Administração Pública caracteriza de modo genérico, o denominado *abuso de poder*.

Importante destacar que é plenamente possível o abuso de poder assumir tanto a forma comissiva, quanto à omissiva, ou seja, o abuso tanto pode ocorrer devido a uma ação ilegal do agente público, quanto de uma omissão considerada ilegal.

O abuso de poder pode ocorrer de duas maneiras, quais sejam: *excesso de poder* ou *desvio de poder*.

- Excesso de Poder: Ocorre quando o agente público atua fora dos limites de sua competência, ou seja, o agente público não tinha a competência funcional prevista em lei para executar a atividade administrativa.

- Desvio de Poder: Ocorre quando a atuação do agente é pautada dentro dos seus limites de competência, mas contraria a finalidade administrativa que determinou ou autorizou a sua atuação, que é justamente o interesse coletivo.

RESPOSTA: "E".

1780 - (PC/DF – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE/2013) Acerca do que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa e dos poderes da administração, julgue o item que se segue.

Decorre do poder disciplinar a prerrogativa de aplicação de penalidade ao servidor pelo critério da verdade sabida, sem a necessidade de instauração de processo administrativo, desde que o administrador tenha conhecimento da infração e acesso a provas que atestem a sua veracidade.

() CERTO
() ERRADO

A afirmativa apresenta diversas irregularidades, visto que, muito embora o Poder Disciplinar possua prerrogativa para aplicação de penalidade ao servidor, é necessário para tanto a instauração de procedimento administrativo, em busca da verdade real dos fatos.

Cumpra ressaltar que a atuação do Poder Disciplinar deve obedecer necessariamente aos princípios informativos e constitucionais da Administração, entre eles o princípio da legalidade e o princípio da motivação, aos quais se anexa ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

RESPOSTA: "ERRADO".

1781 - (ANS – ATIVIDADE TÉC. DE SUPORTE – FUN-CAB/2013) Um superior hierárquico aplica uma pena de suspensão ao servidor público que cometeu uma infração. Isso é a expressão do poder:

- A) vinculado
- B) de polícia.
- C) discricionário.
- D) regulamentar.
- E) disciplinar.

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente as infrações funcionais dos servidores, sendo indispensável à apuração regular da falta, bem como definir a autoria e a materialidade da infração administrativa.

O Poder Disciplinar não pode ser confundido com o Poder Hierárquico, porém a ele está vinculado e é correlato.

Pelo descumprimento do poder hierárquico o subalterno pode ser punido administrativa ou judicialmente. É assim a aplicação do poder disciplinar, a faculdade do hierarca de punir administrativamente o subalterno, dentro dos limites legais.

Também não se confunde com o poder punitivo do Estado, que é realizado através do Poder Judiciário e é aplicado com finalidade social, visando à repressão de crimes e contravenções devidamente tipificados nas leis penais.

RESPOSTA: "E".

1782 - (TCE/SE – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO COORD. JURÍDICA – FCC 2011). Agente da Prefeitura do Município de Aracaju, tendo constatado que um bar na cidade funcionava sem alvará nem *habite-se*, e em claro desacordo com determinadas normas exigidas pela municipalidade no tocante a tratamento acústico e acessibilidade do estabelecimento, resolve aplicar multa. Trata-se, no presente caso, de modo de manifestação de poder da Administração conhecido na doutrina como poder

- A) hierárquico.
- B) regulamentar.
- C) disciplinar.
- D) de polícia.
- E) de autoridade.

O enunciado da questão traz a situação hipotética de aplicação de multa pela Administração Pública local, em um bar, em virtude da ausência de documentos obrigatórios, estando em desacordo com normas exigidas pela municipalidade onde se localiza o estabelecimento comercial, efetuada por meio de ato administrativo, decorrente do **Poder de Polícia**.

Tal situação configura-se em imposição de sanção administrativa, objetivando o restabelecimento da ordem pública, da saúde coletiva e do bem estar social.

O Poder de Polícia resume-se na prerrogativa conferida a Administração Pública para, na forma e nos limites legais, condicionar ou restringe o uso de bens, exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com o objetivo de proteger os interesses gerais da coletividade.

Decorre, portanto do Poder de Polícia, a aplicação de sanções para fazer cumprir suas determinações, fundamentadas na lei, e assim, diversas são as sanções passíveis de aplicação, previstas nas mais variadas e esparsas leis administrativas, que podem ser aplicadas no âmbito da atividade de polícia administrativa.

Assim, várias são as sanções decorrentes do poder de polícia, tais como: **multa administrativa**; demolição de construções irregulares; apreensão de mercadorias com entrada irregular no território nacional; interdição de estabelecimento comerciais que estão em desacordo com a lei; embargos administrativos a obras, entre outras.

RESPOSTA: "D".

1783 - (TER/MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Assinale a opção correta acerca dos atos administrativos e dos poderes da administração pública.

A) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.

B) O ato administrativo ilegal praticado por agente administrativo corrupto produz efeitos normalmente, pois traz em si o atributo da presunção, ainda que relativa, de legitimidade.

C) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.

D) A admissão é ato administrativo discricionário pelo qual a administração faculta ao interessado a inclusão em estabelecimento do governo para a utilização de um serviço público.

E) O poder regulamentar é prerrogativa de direito público conferida à administração pública de exercer função normativa para complementar as leis criadas pelo Poder Legislativo, podendo inclusive alterá-las de forma a permitir a sua efetiva aplicação.

Entende-se por atributos as qualidades ou características dos atos administrativos, uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições de observância obrigatória para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Assim, dentre os atributos dos atos administrativos, destacamos o atributo Presunção de Legitimidade.

A presunção de legitimidade, ou legalidade, é a única característica presente em todos os atos administrativos.

Assim, uma vez praticado o ato administrativo, ele se presume legítimo e, em princípio, apto para produzir os efeitos que lhe são inerentes, cabendo então ao administrador a prova de eventual vício do ato, caso pretenda ver afastada a sua aplicação, dessa maneira verificamos que o Estado, diante da presunção de legitimidade, não precisa comprovar a regularidade dos seus atos.

Dessa maneira, mesmo quando revestido de vícios e ilegalidades, o ato administrativo, até sua futura revogação ou anulação, tem eficácia plena desde o momento de sua edição, produzindo regularmente seus efeitos, podendo inclusive ser executado compulsoriamente.

RESPOSTA: "B".

1784 - (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IA-DES/2014) A esfera administrativa é ordenada em razão dos poderes distribuídos entre os agentes administrativos. A respeito dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

A) Desvio de poder e excesso de poder possuem a mesma definição no âmbito administrativo.

B) Pelo poder de polícia, a Administração poderá punir particular com o qual mantém contrato administrativo, na hipótese em que não execute o objeto contratado.

C) A omissão, pelo agente público, diante de uma lei que determina a prática de um ato, constitui-se nítido caso de desvio de poder.

D) Poder de polícia originário é aquele executado pelas pessoas administrativas integrantes da Administração direta e indireta.

E) Os servidores públicos têm o dever de acatar e cumprir as ordens de seus superiores hierárquicos, salvo quando essas forem manifestamente ilegais.

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação.

Importante esclarecer que *hierarquia* caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos, sempre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

Assim, podemos verificar a presença da hierarquia entre órgãos e agentes na esfera interna da Administração Direta do Poder Executivo, ou então hierarquia entre órgãos e agentes internamente de uma fundação pública.

Caracterizam-se pelo poder de comando de agentes administrativos superiores sobre seus subordinados, contendo a prerrogativa de ordenar, fiscalizar, rever, delegar tarefas a seus subordinados.

Entretanto, muito embora a hierarquia administrativa confira prerrogativa de comando e ordem, os subordinados não devem ser punidos por descumprimento de ordem manifestamente ilegal, ou seja, os superiores hierárquicos não devem utilizar-se do poder hierárquico para ordenar aos seus subordinados ordens manifestamente ilegais, cuja recusa de cumprimento não acarreta em sanção administrativa.

RESPOSTA: "E".

1785 - (SMA/RJ – AGENTE DE FAZENDA – FJG – RIO/2013) Conforme a doutrina, no exercício de polícia administrativa, a Administração pode tomar providências que modifiquem imediatamente a ordem jurídica, impondo desde logo obrigações aos particulares, com vistas ao interesse coletivo. Tal se dá por força da seguinte característica:

- A) **vinculação**
- B) **legalidade**
- C) **discricionariedade**
- D) **autoexecutoriedade**

O Poder de Polícia Administrativa tem o objetivo principal da manutenção da ordem pública em geral, atuando em situações em que é possível a prevenção de possíveis cometimentos de infrações legais, entretanto, poderá atuar tanto preventivamente como de forma repressiva, porém, em ambos os casos, a atuação da Polícia Administrativa tem a finalidade de evitar e impedir comportamentos dos indivíduos que possam causar prejuízos para a sociedade.

O Poder de Polícia Administrativa visa à proteção específica de valores sociais, vedando a práticas de condutas que possam ameaçar a segurança pública, a ordem pública, a tranquilidade e bem estar social, saúde e higiene coletiva, a moralidade pública, entre outras.

Diante de tamanha atribuição e Poder-Dever agir em busca da manutenção dos interesses coletivos, é atributo do Poder de Polícia a **Autoexecutoriedade**, que constitui prerrogativa aos atos emanados a característica autoexecutória imediatamente a partir de sua edição, isso ocorre porque as decisões administrativas trazem em si a força necessária para a sua auto execução.

A autoexecutoriedade dos atos administrativos fundamenta-se na natureza pública da atividade administrativa, em razão desta, atendendo o interesse público, assim, a faculdade de revestimento do ato administrativo pela característica da autoexecução de seus próprios atos se manifesta principalmente pela supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

Os atos autoexecutórios do Poder de Polícia são aqueles que podem ser materialmente implementados pela administração, de maneira direta, inclusive mediante o uso de força, caso seja necessário, sem que a Administração Pública precise de uma autorização judicial prévia.

RESPOSTA: "D".

1786 - (TRF – 1ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) No que diz respeito ao poder de polícia administrativa, assinale a opção correta.

A) No Código Tributário Nacional, é apresentada a definição legal de poder de polícia, cujo exercício constitui um dos fatos geradores da taxa.

B) O poder público não tem interesse de agir para a propositura de ações cominatórias que objetivem impor ao particular atos de poder de polícia.

C) A discricionariedade, um dos atributos do poder de polícia, jamais se caracteriza como ato vinculado.

D) Evidencia-se o atributo da autoexecutoriedade na execução das multas impostas em decorrência do poder de polícia.

E) O poder de polícia pode ser originário ou delegado, caracterizando-se este último por atos de execução que admitem a imposição de taxas.

O ramo do Direito Administrativo é uma das ciências jurídicas mais complexas de nosso ordenamento, tendo em vista que suas normas e princípios não estão codificadas em um único diploma legal, ou Código, sendo vinculado a outros ramos do Direito Público (Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Internacional, entre outros), além das diversas legislações esparsas que regulamentam a matéria, e é justamente essa a dificuldade do estudante de Direito no ramo do Direito Administrativo, cujo conhecimento da matéria se relaciona com outros ramos jurídicos.

O conceito legal de Poder de Polícia vem expresso no Código Tributário Nacional, em seu artigo 78, que assim estabelece:

Art. 78 - Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Assim, é por meio do Poder de Polícia que a Administração limita o exercício dos direitos individuais e coletivos com o objetivo de assegurar a ordem pública, estabelecendo assim um nível aceitável de convivência social, esse poder também pode ser denominado de polícia administrativa.

É o poder deferido ao Estado, necessário ao estabelecimento das medidas que a ordem, a saúde e a moralidade pública exigem. O princípio norteador da aplicação do Poder de Polícia é a predominância do interesse público sobre o interesse privado.

O Poder de Polícia resume-se na prerrogativa conferida a Administração Pública para, na forma e nos limites legais, condicionar ou restringir o uso de bens, exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com o objetivo de proteger os interesses gerais da coletividade.

RESPOSTA: "A".

1787 - (PC/TO – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – AROEIRA/2014) Determinado servidor público se apresentava rotineiramente atrasado para o serviço. Diante disso, seu superior instaurou processo administrativo para apurar a situação e, comprovada a impontualidade, após o exercício do contraditório e ampla defesa, aplicou-lhe uma sanção administrativa. A situação descrita constitui manifestação do poder

- A) disciplinar
- B) discricionário.
- C) revisor.
- D) regulamentar.

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente não só as infrações funcionais dos servidores, sendo indispensável à apuração regular da falta, mas também as infrações de todas as pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

Decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre todos aqueles que se vinculam à Administração.

O Poder Disciplinar não pode ser confundido ainda com o Poder Hierárquico, porém a ele está vinculado e é correlato. Pelo descumprimento do poder hierárquico o subalterno pode ser punido administrativa ou judicialmente. É assim a aplicação do poder disciplinar, a faculdade do hierarca de punir administrativamente o subalterno, dentro dos limites legais, dessa faculdade de punir verifica-se a existência, mesmo que mínima, da discricionariedade administrativa, pois há análise de conveniência e oportunidade.

Também não se confunde com o poder punitivo do Estado, que é realizado através do Poder Judiciário e é aplicado com finalidade social, visando à repressão de crimes e contravenções devidamente tipificados nas leis penais.

O poder disciplinar é exercido como faculdade punitiva interna da Administração Pública e por isso mesmo só abrange as infrações relacionadas com o serviço público.

RESPOSTA: "A".

1788 - (TC/DF – ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CESPE/2014) Considere que, durante uma fiscalização, fiscais do DF tenham encontrado alimentos com prazo de validade expirado na geladeira de um restaurante. Diante da ocorrência, lavraram auto de infração, aplicaram multa e apreenderam esses alimentos. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsecutivos.

A aplicação de multa ao estabelecimento comercial decorre do poder disciplinar da administração pública.

- () CERTO
- () ERRADO

É por meio do Poder de Polícia que a Administração limita o exercício dos direitos individuais e coletivos com o objetivo de assegurar a ordem pública, estabelecendo assim um nível aceitável de convivência social, esse poder também pode ser denominado de polícia administrativa.

É o poder deferido ao Estado, necessário ao estabelecimento das medidas que a ordem, a saúde pública e a moralidade administrativa exigem, autorizando inclusive a aplicação de multa administrativa como forma coercitiva de fazer valer efetivamente tal Poder perante os administrados.

Decorre, portanto do Poder de Polícia, a aplicação de sanções para fazer cumprir suas determinações, fundamentadas na lei, e assim, diversas são as sanções passíveis de aplicação, previstas nas mais variadas e esparsas leis administrativas, que podem ser aplicadas no âmbito da atividade de polícia administrativa.

RESPOSTA: "ERRADO".

1789 - (PM/RO – SARGENTO – PM-RO/2014) Segundo o Direito Administrativo Brasileiro, julgue os itens subseqüentes.

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

- () CERTO
- () ERRADO

O Poder de Polícia é um poder de vigilância, cujo objetivo maior é o bem-estar social, impedindo que os abusos dos direitos pessoais possam ameaçar os direitos e interesses gerais da coletividade.

O princípio norteador da aplicação do Poder de Polícia é a predominância do interesse público sobre o interesse privado. O Poder de Polícia resume-se na prerrogativa conferida a Administração Pública para, na forma e nos limites legais, condiciona ou restringe o uso de bens, exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com o objetivo de proteger os interesses gerais da coletividade.

RESPOSTA: "CERTO".

1790 - (TRT – 18ª REGIÃO/GO – JUIZ DO TRABALHO – FCC/2014) É tradicional a distinção entre polícia judiciária e polícia administrativa. Dentre os critérios que permitem distinguir as duas modalidades de exercício do poder estatal por agentes públicos, é correto afirmar que a polícia judiciária

- A) age somente repressivamente e a polícia administrativa age somente preventivamente.
- B) age sempre de maneira vinculada e a polícia administrativa atua sempre de maneira discricionária.
- C) é privativa de corporações especializadas e a polícia administrativa é exercida por vários órgãos administrativos.

D) é exercida com autoexecutoriedade e a polícia administrativa é exercida com coercibilidade.

E) atua exclusivamente com base no princípio da tipicidade e a polícia administrativa atua exclusivamente com base no princípio da atipicidade.

A Polícia Administrativa é regida pelas normas do Direito Administrativo, sendo considerada infração administrativa a não observância aos preceitos normativos constantes das normas e regulamentos administrativos, enquanto que a polícia judiciária é regulamentada pelas normas do Direito Penal e Processual Penal.

A atividade de polícia administrativa é executada pelos órgãos e agentes públicos escalonados e mantidos pela Administração Pública, a polícia judiciária por sua vez tem suas atividades executadas privativamente por organizações especializadas no combate e repressão a prática criminosa, ou seja, pela Polícia Civil e Polícia Militar.

As penalidades no caso da polícia administrativa incidem exclusivamente em produtos e serviços, enquanto as penalidades previstas para a atuação da polícia judiciária recaem sobre pessoas, podendo em alguns casos ocorrer em face de apreensão de produtos, desde que sejam de origem criminosa.

RESPOSTA: "C".

1791 - (RIOPREVIDÊNCIA – ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO – CEPERJ/2014) Nos termos das normas constitucionais federais sobre tributação, as taxas podem decorrer:

- A) de melhorias relacionadas a obras públicas
- B) da mesma base de cálculo própria dos impostos
- C) do poder de polícia estatal
- D) de critérios pessoais
- E) da tributação de renda das pessoas

O ramo do Direito Administrativo é uma das ciências jurídicas mais complexas de nosso ordenamento, tendo em vista que suas normas e princípios não estão codificadas em um único diploma legal, ou Código, sendo vinculado a outros ramos do Direito Público (Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Internacional, entre outros), além das diversas legislações esparsas que regulamentam a matéria, e é justamente essa a dificuldade do estudante de Direito no ramo do Direito Administrativo, cujo conhecimento da matéria se relaciona com outros ramos jurídicos.

O conceito legal de Poder de Polícia vem expresso no Código Tributário Nacional, em seu artigo 78, que assim estabelece:

Art. 78 - *Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.*

Parágrafo único. *Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.*

Assim, é por meio do Poder de Polícia que a Administração limita o exercício dos direitos individuais e coletivos com o objetivo de assegurar a ordem pública, inclusive a ordem tributária, estabelecendo assim um nível aceitável de convivência social, esse poder também pode ser denominado de polícia administrativa, ou estatal.

RESPOSTA: "C".

1792 - (OAB – XIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – FGV/2014) José da Silva é o chefe do Departamento de Pessoal de uma Secretaria de Estado. Recentemente, José da Silva avocou a análise de determinada matéria, constante de processo administrativo inicialmente distribuído a João de Souza, seu subordinado, ao perceber que a questão era por demais complexa e não vinha sendo tratada com prioridade por aquele servidor.

Ao assim agir, José da Silva fez uso

- A) do poder hierárquico.
- B) do poder disciplinar.
- C) do poder discricionário.
- D) da teoria dos motivos determinantes.

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação.

Caracterizam-se pelo poder de comando de agentes administrativos superiores sobre seus subordinados, contendo a prerrogativa de ordenar, fiscalizar, rever, delegar tarefas a seus subordinados.

É o poder que dispõe o Executivo para distribuir e organizar as funções de seus agentes e órgãos, estabelecendo relação de subordinação entre seus servidores, tal subordinação, vale destacar, é de caráter interno, somente é aplicável dentro da própria Administração Pública.

A hierarquia estabelece uma ordem de importância gerando forma às relações de coordenação e de subordinação entre os agentes públicos, adquirindo assim uma relação de subordinação escalonada objetivando a ordem das atividades administrativas.

RESPOSTA: "A".

1793 - (CAMARA/SJC – ANALISTA LEGISLATIVO – VUNESP/2014) São atributos do poder de polícia:

- A) legitimidade e moralidade.
- B) legalidade e imperatividade.
- C) discricionariedade e autoexecutoriedade.
- D) vinculação e coercibilidade.
- E) positividade e proporcionalidade.

A doutrina administrativa majoritária elenca as principais características do Poder de Polícia, assim entendido como atributos de tal Poder, dentre os quais destacamos:

Discrecionalidade: Os atos discricionários são aqueles que a Administração Pública pode praticar com certa liberdade de escolha e decisão, sempre dentro dos termos e limites legais, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e conveniência administrativa.

Dessa maneira, na edição de um ato discricionário, a legislação outorga ao agente público certa margem de liberdade de escolha, diante da avaliação de oportunidade e conveniência da prática do ato.

Autoexecutoriedade: Constitui prerrogativa aos atos emanados por força do poder de polícia a característica autoexecutoria imediatamente a partir de sua edição, isso ocorre porque as decisões administrativas trazem em si a força necessária para a sua auto execução.

Os atos autoexecutórios do Poder de Polícia são aqueles que podem ser materialmente implementados pela administração, de maneira direta, inclusive mediante o uso de força, caso seja necessário, sem que a Administração Pública precise de uma autorização judicial prévia.

A autoexecutoriedade dos atos administrativos fundamenta-se na natureza pública da atividade administrativa, em razão desta, atendendo o interesse público, assim, a faculdade de revestimento do ato administrativo pela característica da autoexecução de seus próprios atos se manifesta principalmente pela supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

RESPOSTA: "C".

1794 - (MTE – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE/2014) O administrador público que age fora dos limites de sua competência atua com desvio de poder.

- () CERTO
() ERRADO

O exercício ilegítimo das prerrogativas conferidas pelo ordenamento jurídico à Administração Pública caracteriza de modo genérico, o denominado *abuso de poder*.

Dessa maneira, o abuso de poder ocorre diante de uma ilegitimidade, ou, diante de uma ilegalidade, cometida por agente público no exercício de suas funções administrativas, o que nos autoriza a concluir que o abuso de poder é uma conduta ilegal cometida pelo agente público, e, portanto, toda atuação fundamentada em abuso de poder é ilegal.

A modalidade de abuso de poder denominada "Desvio de Poder" ocorre quando a atuação do agente é pautada dentro dos seus limites de competência, mas contraria a finalidade administrativa que determinou ou autorizou a sua atuação.

RESPOSTA: "ERRADO".

1795 - (TRT – 3ª REGIÃO/MG - JUIZ DO TRABALHO – TRT 3R/2014) Quanto aos poderes administrativos é correto afirmar:

A) O poder de polícia é uma faculdade punitiva da Administração que abrange exclusivamente as infrações administrativas.

B) O poder discricionário legitima ao administrador público a liberdade de escolha, da conveniência, da oportunidade e do conteúdo do ato.

C) O poder vinculado não impõe ao agente público qualquer restrição aos preceitos legais, dando-lhe liberdade de ação.

D) O poder hierárquico tem como objetivo ordenar, controlar, coordenar e corrigir as atividades administrativas nos âmbitos interno e externo da administração pública.

E) O poder regulamentar é um imperativo posto para todos os chefes do Executivo, em todas as instâncias e esferas, para explicitar e dar correta interpretação da lei.

Temos pelo Poder Discricionário aquele mediante o qual o administrador tem a liberdade de praticar a ação administrativa, escolhendo por parâmetros de conveniência, necessidade, oportunidade e conteúdo do ato, mas dentro dos limites impostos pela lei.

A conveniência se identifica quando o ato interessa, convém ou satisfaz ao interesse público. Há oportunidade quando o ato é praticado no momento adequado à satisfação do interesse público. São juízos subjetivos do agente competente que levam a autoridade a decidir, nos termos da lei, que se incumbe de indicar quando é possível essa atuação.

O Poder Discricionário tem como base a autorização legal conferida ao administrador público decida, nos limites da lei, sobre a conveniência e oportunidade da prática do ato discricionário, bem como de escolher seu conteúdo, sendo passível de análise sobre o *mérito administrativo*.

A discricionariedade atribuída à Administração trata-se efetivamente de uma prerrogativa, um poder conferido pela lei à Administração, entretanto, não remete ao livre arbítrio para o exercício de suas atribuições, cabendo, contudo, à Administração a análise livre da conveniência e da oportunidade para a prática de qualquer ato, obedecidas as regras vinculativas definidas pelo direito positivo. A discricionariedade encontra limites na lei, nos princípios gerais de direito e nos preceitos de moralidade administrativa.

RESPOSTA: "B".

1796 - (SUFRAMA – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE/2014) A legislação concede à administração poderes extraordinários, necessários para que o Estado alcance os seus fins. Em relação aos poderes da administração pública, julgue os itens seguintes.

Poder regulamentar é o poder que a administração possui de editar leis, medidas provisórias, decretos e demais atos normativos para disciplinar a atividade dos particulares.

- () CERTO
() ERRADO

O Poder Regulamentar é o poder inerente e privativo do Chefe do Poder Executivo, indelegável a qualquer subordinado, trata-se do poder atribuído ao chefe do Poder Executivo para editar atos, com o objetivo de dar fiel cumprimento às leis, e não o poder de editar leis e medidas provisórias, cuja atribuição pertence ao Poder Legislativo.

Temos por regulamento como ato normativo, expedido através de decreto, com o fim de explicar o modo e a forma de execução da lei, ou prover situações não disciplinadas em lei, importante destacar que o regulamento não tem a capacidade e a competência de inovar o direito previsto em lei, não cria obrigações, apenas explica e detalha o direito, e, sobretudo, uniformiza procedimentos necessários para o cumprimento e execução da lei.

O regulamento, portanto, constitui-se em um conjunto de normas que orientam a execução de uma determinada matéria.

Diante de tais conceitos podemos concluir que o regulamento é a explicitação da lei em forma de decreto executivo, não se inscrevendo como tal os decretos autônomos, até porque não há em nosso ordenamento jurídico o instituto dos regulamentos autônomo com força de lei, cuja competência de edição fica sob a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

RESPOSTA: "ERRADO".

1797 - (PM/CE – OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR – CESPE/2014) Julgue os itens seguintes, a respeito do poder disciplinar e dos atos administrativos. O poder disciplinar fundamenta tanto a aplicação de sanções às pessoas que tenham vínculo com a administração, caso dos servidores públicos, como às que, não estando sujeitas à disciplina interna da administração, cometam infrações que atentem contra o interesse coletivo.

() CERTO

() ERRADO

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente não só as infrações funcionais dos servidores, sendo indispensável à apuração regular da falta, mas também as infrações de todas as pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

Decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre todos aqueles que se vinculam à Administração.

O Poder Disciplinar não pode ser confundido ainda com o Poder Hierárquico, porém a ele está vinculado e é correlato. Pelo descumprimento do poder hierárquico o subalterno pode ser punido administrativa ou judicialmente. É assim a aplicação do poder disciplinar, a faculdade do hierarca de punir administrativamente o subalterno, dentro dos limites legais, dessa faculdade de punir verifica-se a existência, mesmo que mínima, da discricionariedade administrativa, pois há análise de conveniência e oportunidade.

Também não se confunde com o poder punitivo do Estado, que é realizado através do Poder Judiciário e é aplicado com finalidade social, visando à repressão de crimes e contravenções devidamente tipificados nas leis penais.

O poder disciplinar é exercido como faculdade punitiva interna da Administração Pública e por isso mesmo só abrange as infrações relacionadas com o serviço público.

RESPOSTA: "ERRADO".

1798 - (PC/ES - PERITO EM TELECOMUNICAÇÃO - FUNCAB/2013) O poder interno que permite à Administração Pública estruturar de forma graduada as funções de seus órgãos e agentes, estabelecendo relação de subordinação entre os diferentes servidores da estrutura administrativa é denominado poder:

- A) discricionário.
- B) disciplinar.
- C) constituinte.
- D) hierárquico.
- E) regulamentar.

O Poder Hierárquico é o poder que dispõe o Executivo para distribuir e organizar as funções de seus agentes e órgãos, estabelecendo relação de subordinação entre seus servidores, tal subordinação, vale destacar, é de caráter interno, somente é aplicável dentro da própria Administração Pública.

A hierarquia estabelece uma ordem de importância gerando forma às relações de coordenação e de subordinação entre os agentes públicos, adquirindo assim uma relação de subordinação escalonada objetivando a ordem das atividades administrativas.

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação.

Caracterizam-se pelo poder de comando de agentes administrativos superiores sobre seus subordinados, contendo a prerrogativa de ordenar, fiscalizar, rever, delegar tarefas a seus subordinados.

RESPOSTA: "D".

1799 - (Prefeitura de Cuiabá/MT – PROCURADOR MUNICIPAL – FCC/2014) Acerca do poder normativo da Administração Pública, é correto afirmar:

- A) Os chamados regulamentos executivos não existem no Direito Brasileiro, que somente admite os chamados regulamentos autorizados ou delegados.
- B) É exercido por meio de decretos regulamentares, resoluções, portarias e outros atos dotados de natureza normativa primária.
- C) Não se confunde com o poder regulamentar, pois ambos têm natureza jurídica distinta.
- D) Compete ao Congresso Nacional sustar atos normativos dos demais Poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- E) Nem toda lei depende de regulamento para ser executada, mas toda e qualquer lei pode ser regulamentada se o Executivo julgar conveniente fazê-lo.

O Poder Regulamentar é o poder inerente e privativo do Chefe do Poder Executivo, indelegável a qualquer subordinado, trata-se do poder atribuído ao chefe do Poder Executivo para editar atos, com o objetivo de dar fiel cumprimento às leis.

O regulamento é a explicitação da lei em forma de decreto executivo, não se inscrevendo como tal os decretos autônomos, até porque não há em nosso ordenamento jurídico o instituto dos regulamentos autônomo com força de lei, cuja competência de edição fica sob a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

É certo que algumas leis, por seu processo de elaboração e edição, por si só já possuem força suficiente para ser cumprida em sua integralidade, não necessitando de ato normativo que a regule. Entretanto, por meio do Poder Regulamentar, é lícito ao Poder Executivo editar ato normativo que entender necessário em toda e qualquer lei.

RESPOSTA: "E".

1800 - (TRT – 15ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) A possibilidade de autoridade superior de órgão da Administração direta revogar ou anular atos praticados por seus subordinados, nos termos da lei, é exteriorização do poder.

- A) de Tutela.
- B) Hierárquico.
- C) Disciplinar.
- D) Regulamentar.
- E) Normativo.

O Poder Hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e a atuação de seus agentes, estabelecendo assim a relação de subordinação.

Caracterizam-se pelo poder de comando de agentes administrativos superiores sobre seus subordinados, contendo a prerrogativa de ordenar, fiscalizar, controlar, rever, delegar tarefas, revogar ou anular atos administrativos executados por seus subordinados.

A hierarquia estabelece uma ordem de importância gerando forma às relações de coordenação e de subordinação entre os agentes públicos, adquirindo assim uma relação de subordinação escalonada objetivando a ordem das atividades administrativas.

RESPOSTA: "B".

1801 - (PC/RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC/2013) Um particular celebrou contrato administrativo com o Estado para a prestação de determinado serviço público, porém, vem descumprindo reiteradamente as obrigações contratuais que assumiu com a Administração Pública. No caso em tela, a Administração poderá punir as infrações administrativas cometidas pelo particular com fundamento no denominado:

- A) Poder de Polícia.
- B) Poder de Império.
- C) Poder Hierárquico.
- D) Poder Disciplinar.
- E) Poder Discricionário.

O Poder Disciplinar é o poder de punir internamente não só as infrações funcionais dos servidores, sendo indispensável à apuração regular da falta, mas também as infrações de todas as pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

Decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre todos aqueles que se vinculam à Administração.

Assim, os efeitos decorrentes do Poder Disciplinar atingem tantos os servidores públicos, bem como aos particulares que se submetem ao regramento público, como, por exemplo, a formalização e celebração de Contrato Administrativo.

Cumpramos ressaltar que a atuação do Poder Disciplinar deve obedecer necessariamente aos princípios informativos e constitucionais da Administração, entre eles o princípio da legalidade e o princípio da motivação, aos quais se anexa ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

RESPOSTA: "D".

1802 - (MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA – BFC/2013) O diretor de uma unidade administrativa, ao fiscalizar os atos praticados pelos seus subordinados, com a finalidade de constatar a regularidade do exercício das atribuições de cada servidor, exerce o poder:

- A) Disciplinar.
- B) Hierárquico.
- C) Normativo.
- D) De polícia.
- E) Regulamentar.

O Poder Hierárquico é o poder que dispõe o Executivo para distribuir e organizar as funções de seus agentes e órgãos, estabelecendo relação de subordinação entre seus servidores, tal subordinação, vale destacar, é de caráter interno, somente é aplicável dentro da própria Administração Pública.

A hierarquia estabelece uma ordem de importância gerando forma às relações de coordenação e de subordinação entre os agentes públicos, adquirindo assim uma relação de subordinação escalonada objetivando a ordem das atividades administrativas.

Caracterizam-se pelo poder de comando de agentes administrativos superiores sobre seus subordinados, contendo a prerrogativa de ordenar, fiscalizar, rever, delegar tarefas a seus subordinados.

RESPOSTA: "B".

1803 - (POLÍCIA FEDERAL - AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE/2014) Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos administrativos e poderes da administração.

O poder para a instauração de processo administrativo disciplinar e aplicação da respectiva penalidade decorre do poder de polícia da administração.

- () CERTO
- () ERRADO

O Poder Disciplinar é o poder de tanto para a instauração de processo administrativo bem como de punir internamente as infrações funcionais dos servidores. Decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre todos aqueles que se vinculam à Administração.

O poder disciplinar é exercido como faculdade punitiva interna da Administração Pública e por isso mesmo só abrange as infrações relacionadas com o serviço público.

Em se tratando de servidor público, as penalidades disciplinares vêm definidas dos respectivos Estatutos.

Cumprir ressaltar que a atuação do Poder Disciplinar deve obedecer necessariamente aos princípios informativos e constitucionais da Administração, entre eles o princípio da legalidade e o princípio da motivação, aos quais se anexa ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

Tais atribuições são atribuídas ao Poder Disciplinar e não ao Poder de Polícia como sugere a afirmativa da questão.

RESPOSTA: "ERRADO".

1804 - (TJ/MG – JUIZ – GESTÃO DE CONCURSOS/2014) Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o conceito de atos administrativos.

A) É a manifestação de vontade do Estado, por seus representantes, no exercício regular de suas funções, ou por qualquer pessoa que detenha fração de poder reconhecido pelo Estado, tendo como finalidade imediata, criar, reconhecer, modificar ou extinguir situações jurídicas subjetivas em matéria administrativa.

B) Ato administrativo é o que resulta da manifestação que o administrador público imprime na exteriorização da sua administração, com a expedição de regulamentos para o cumprimento da lei.

C) Ato administrativo é aquele praticado no exercício da função administrativa, seja ele editado pelos órgãos administrativos do poder executivo, seja do legislativo ou do judiciário.

D) Ato administrativo é manifestação exteriorizada do administrador público visando materializar a vontade estatal.

Atos administrativos são espécies do gênero "ato jurídico", ou seja, são manifestações humanas, voluntárias, unilaterais e destinadas diretamente à produção de efeitos no mundo jurídico.

Segundo o conceito formulado por Hely Lopes Meirelles, temos que:

"ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria".

Para Maria Sylvia Di Pietro, ato administrativo pode ser definido como:

"a declaração do Estado ou de quem o represente, produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Judiciário".

Dessa forma, temos que é por meio do ato administrativo que a função administrativa se concretiza, sendo toda a exteriorização da vontade do Estado, executada pelos agentes públicos, objetivando alcançar o interesse coletivo.

Portanto, ato administrativo é a manifestação ou declaração de vontade da Administração Pública, editada pelo Poder Público, através de seus agentes, no exercício concreto da função administrativa que exerce, ou de quem lhe faça às vezes, sob as regras de direito público, com a finalidade de criar, modificar, reconhecer ou extinguir situações jurídicas atinentes ao direito administrativo, com fundamento na preservação e alcance dos interesses da coletividade.

RESPOSTA: "A".

1805 - (TER/PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) A literatura jurídica apresenta mais de um conceito para o ato jurídico, variando os critérios de acordo com as definições escolhidas. Afastando-se a conceituação meramente subjetiva, pode-se identificar, como componente da definição de ato administrativo, a característica de

A) somente poder ser editado por órgão integrante do Poder Executivo.

B) abranger atos legislativos, mesmo os proferidos pelo Poder Executivo.

C) poder ser editado por órgão integrante do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

D) sujeitar-se à regime jurídico administrativo próprio, não se submetendo à lei.

E) não admitir qualquer controle judicial.

Atos administrativos são espécies do gênero "ato jurídico", ou seja, são manifestações humanas, voluntárias, unilaterais e destinadas diretamente à produção de efeitos no mundo jurídico.

Segundo o conceito formulado por Hely Lopes Meirelles, temos que:

"ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria".

Assim, temos que o ato administrativo é a manifestação estatal, revestida pelo Direito Público. Portanto, ato administrativo é a manifestação ou declaração do Estado, editada pelo Poder Público, através de seus agentes, no exercício concreto da função administrativa que exerce, ou de quem lhe faça às vezes, sob as regras de direito público.

Assim, é considerado ato administrativo a manifestação da vontade editada pelos Poderes Judicial e Legislativo, assim como do Poder Executivo, por serem representantes do Poder Público, e regido por normas de Direito Público e submetidos ao regime jurídico-administrativo.

RESPOSTA: "C".

1806 - (ANATEL - ANALISTA ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são requisitos de validade de um ato administrativo.

- () CERTO
() ERRADO

A doutrina administrativa é pacífica em apontar cinco requisitos básicos, ou elementos dos atos administrativos: *competência, finalidade, forma, motivo e objeto*.

Além, naturalmente, dos requisitos gerais de todos os atos jurídicos perfeitos, como agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não proibida em lei.

Trata-se de requisitos fundamentais para a validade do ato administrativo, pois o ato que forem editados ou praticados em desacordo com o que a lei estabeleça para cada requisito, será, via de regra, um ato nulo.

RESPOSTA: "CORRETA".

1807 - (TRT - 3ª Região/MG - JUIZ DO TRABALHO - TRT 3R/2014) São atributos do ato administrativo:

- A) Presunção de legitimidade e imperatividade.
B) Autoexecutoriedade e legitimidade.
C) Publicidade e notoriedade.
D) Presunção de eficiência e publicidade.
E) Punibilidade e autenticidade

Entende-se por atributos as qualidades ou características dos atos administrativos, uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições de observância obrigatória para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Entende-se por atributos as qualidades ou características dos atos administrativos, uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições de observância obrigatória para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Os atributos dos atos administrativos citados pelos principais autores são: presunção de legitimidade; imperatividade; autoexecutoriedade e tipicidade.

No caso das alternativas da questão temos evidenciado os atributos da Presunção de Legitimidade e Imperatividade.

- Presunção de Legitimidade: Uma vez praticado o ato administrativo, ele se presume legítimo e, em princípio, apto para produzir os efeitos que lhe são inerentes, cabendo então ao administrado a prova de eventual vício do ato, caso pretenda ver afastada a sua aplicação, dessa maneira verificamos que o Estado, diante da presunção de legitimidade, não precisa comprovar a regularidade dos seus atos.

- Imperatividade: Pelo atributo da imperatividade do ato administrativo, temos a possibilidade de a administração pública, de maneira unilateral, criar obrigações para os administrados, ou então impor-lhes restrições.

RESPOSTA: "A".

1808 - (ANATEL - ANALISTA ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

A anulação de ato administrativo será aplicada ao ato que, mesmo válido, legítimo, perfeito, venha a se tornar inconveniente, inoportuno ou desnecessário.

- () CERTO
() ERRADO

Anulação ocorre quando um ato administrativo estiver **eivado de vícios**, relativos a legalidade ou legitimidade, assim não se trata de um ato válido, legítimo ou perfeito.

Pode a Administração anulá-lo de ofício ou por provocação de terceiro, ou então pode o judiciário anulá-lo também, entretanto não pode agir de ofício, deve aguardar provação.

Seu controle de legitimidade ou legalidade deverá ocorrer em sua forma, nunca em relação ao mérito do ato administrativo, ou seja, o controle exercido sobre o ato não ocorrerá em sua conveniência ou oportunidade.

Um vício de legalidade ou legitimidade pode ser sanável ou insanável. Assim, quando se verificar que trata-se de um vício insanável, a anulação do ato deve ser obrigatória, entretanto, quando se tratar de um vício sanável, o ato pode ser anulado ou convalidado, de acordo com a discricionariedade imposta à Administração Pública, que irá efetuar um juízo de oportunidade e conveniência da manutenção dos efeitos do ato administrativo.

RESPOSTA: "ERRADA".

1809 - (TRE/PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011) Analise o seguinte atributo do ato administrativo:

O atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados. Para cada finalidade que a Administração pretende alcançar existe um ato definido em lei. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Direito Administrativo)

Trata-se de

- A) Presunção de Legitimidade.
B) Tipicidade.
C) Imperatividade.
D) Autoexecutoriedade.
E) Presunção de Veracidade.

Entende-se por atributos dos atos administrativos as qualidades ou características dos atos administrativos, uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições que devem obrigatoriamente ser observadas para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Visando a segurança jurídica aos administrados, o atributo da tipicidade garante que o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente.

RESPOSTA: "B".

1810 - (PC/AL – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE/2012) Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

O fato administrativo é conceituado como a materialização da função administrativa.

- () CERTO
() ERRADO

Fato administrativo, como fato jurídico, é toda operação material, de efeito prático, do agente público autorizado e devidamente investido na função pública, atendendo os interesses da Administração, em consequência de ato administrativo realizado anteriormente.

É uma **atividade material** no exercício da função administrativa que visa efeitos práticos para a Administração. É o ato material de pura execução e, em satisfação de um dever jurídico traduz o exercício da função administrativa.

Assim o fato é a exteriorização do ato administrativo, vinculado à execução deste. São fatos administrativos todas as ações materiais da Administração, que tenham como objetivo a realização e execução material de um ato anterior.

RESPOSTA: "CERTO".

1811 - (PC/AL – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE/2012) Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

Considere que o prefeito de um município tenha determinado a desapropriação de uma fazenda de seu adversário político, como forma de retaliação. Nesse caso, fica configurado o desvio de finalidade do ato.

- () CERTO
() ERRADO

Quando o agente público pratica ato objetivando fim diverso daquele previsto, ou seja, o interesse coletivo, ocorre um desvio de finalidade ou desvio de poder.

Ocorre ainda desvio de poder quando a autoridade, muito embora competente, faz uso do poder discricionário para fim diverso do pretendido ou autorizado em lei.

A finalidade do ato administrativo pode ser feito ou viciado, ocorre o desvio de poder, que desvia a finalidade do ato administrativo, quando o administrador, subtraindo-se dos fins legais, faz o uso do poder de que se encontra investido para a prática de atos diversos dos permitidos em lei.

Assim, no caso hipotético proposta na questão, quando o Administrador Público, em pleno gozo das prerrogativas administrativas, determina a desapropriação de uma propriedade, simplesmente pelo fato do dono da área ser um adversário político, com caráter de retaliação, fica claro o abuso de poder, caracterizando como vício do ato administrativo pelo **desvio de finalidade**.

RESPOSTA: "CERTO".

1812 - (TCE/SP – Procurador – FCC/2011) O ato administrativo distingue-se dos atos de direito privado por, dentre outras razões, ser dotado de alguns atributos específicos, tais como

A) autodeterminação, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.

B) autoexecutoriedade, que autoriza a execução de algumas medidas coercitivas legalmente previstas diretamente pela Administração.

C) presunção de legalidade, que permite a inversão do ônus da prova, de modo a caber ao particular a prova dos fatos que aduz como verdadeiros.

D) imperatividade, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.

E) presunção de veracidade, que enseja a presunção de conformidade do ato com a lei, afastando a possibilidade de dilação probatória sobre a questão fática.

Entende-se por atributos dos atos administrativos as qualidades ou características dos atos administrativos, uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições que devem obrigatoriamente ser observadas para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Alguns atos administrativos possuem força executória imediatamente a partir de sua edição, isso ocorre porque as decisões administrativas trazem em si a força necessária para a sua auto execução.

Os atos autoexecutórios são aqueles que podem ser materialmente implementados pela administração, de maneira direta, inclusive mediante o uso de força, caso seja necessário, sem que a Administração Pública precise de uma autorização judicial prévia.

A autoexecutoriedade dos atos administrativos fundamenta-se na natureza pública da atividade administrativa, em razão desta, atendendo o interesse público, assim, a faculdade de revestimento do ato administrativo pela característica da autoexecução de seus próprios atos se manifesta principalmente pela supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

RESPOSTA: "B".

1813 - (TRT – 17ª REGIÃO/ES – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

O ato praticado com vício de competência não admite convalidação.

- () CERTO
() ERRADO

Temos como regra geral que, os atos administrativos quando eivados de vícios de legalidade ou legitimidade devem ser anulados. Entretanto, algumas hipóteses de vícios de legalidade dão origem a atos administrativos meramente anuláveis, ou seja, atos que, a critério da Administração Pública poderão ser anulados ou então convalidados.

Desta forma, convalidar um ato administrativo é corrigi-lo ou regularizá-lo, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem mesmo prejuízo a terceiro, assim, verificados as condições acima, os atos que apresentarem defeitos sanáveis, ou passíveis de correção, poderão ser convalidados pela Própria Administração Pública.

Temos, portanto, que para a possibilidade de convalidação de ato administrativo, é necessário atender as seguintes condições:

- O defeito seja sanável;
- O ato convalidado não poderá acarretar lesão ao interesse público;
- O ato convalidado não poderá acarretar prejuízos a terceiros.

Por **defeitos sanáveis** temos aqueles cujos **vícios são relativos à competência** quanto à pessoa que editou o ato, desde que não se trate de hipótese de competência exclusiva, e ainda quando ocorrer vício quanto à forma, desde que a lei não considere a forma um elemento do ato essencial à validade do mesmo.

A convalidação pode incidir sobre atos vinculados e atos discricionários, pois não se trata de controle de mérito, mas sim de legalidade e legitimidade, relativos a vícios do ato administrativo **sanável**, cuja análise recai sobre os elementos de competência e forma, pois, caso a análise fosse feita sobre os elementos de motivo ou objeto, o controle seria no mérito administrativo do ato.

RESPOSTA: "ERRADO".

1814 - (TRT – 15ª REGIÃO – JUIZ DO TRABALHO – TRT 15R /2011) São considerados atributos dos atos administrativos os seguintes, exceto:

- A) **finalidade;**
- B) **presunção de legitimidade;**
- C) **autoexecutoriedade;**
- D) **imperatividade;**
- E) **tipicidade**

A alternativa "**finalidade**" não se trata de um atributo do ato administrativo mas sim como um requisito, ou elemento fundamental e obrigatório para a validade de qualquer ato administrativo.

Ao editar determinado ato administrativo, o Poder Público deve perseguir o interesse público e coletivo, sendo este o objetivo principal que a Administração Pública pretende alcançar com a prática do ato administrativo.

Dessa maneira a **finalidade do ato** deve ser sempre o interesse da coletividade e a finalidade específica prevista em lei para aquele ato da administração.

Sendo requisito de validade do ato, é nulo qualquer ato praticado visando exclusivamente o interesse privado, ou seja, o desatendimento a qualquer das finalidades do ato administrativo configura vício insanável, com a obrigatoriedade anulação do ato. O vício de finalidade é denominado pela doutrina como desvio de poder, configurando em uma das modalidades do abuso de poder.

RESPOSTA "A".

1815 - (PREFEITURA DE RECIFE/PE – PROCURADOR – FCC/2014) A chamada teoria dos motivos determinantes sustenta que

A) **quando motivado o ato administrativo, ainda que discricionário, sua validade fica condicionada aos motivos apresentados pela Administração.**

B) **ainda que produzido o ato administrativo por pessoa competente, sua validade fica condicionada à existência de motivos de interesse público.**

C) **quando o ato administrativo implicar constrição de direitos individuais, a Administração deve demonstrar o caráter imprescindível da sua adoção, em detrimento de outro ato menos oneroso ao particular.**

D) **ainda que em determinados casos a lei tenha deixado certa margem de discricionariedade à Administração, os motivos dos atos administrativos serão sempre vinculados à finalidade pública.**

E) **quando servidor público for flagrado reincidindo em falta grave, deverá ser afastado, sem direito de defesa.**

O Motivo é a causa imediata do ato administrativo, é a situação fática, ou jurídica, que determina ou possibilita a atuação administrativa, razão pela qual todo ato administrativo deve ser motivado, dessa forma o motivo é elemento integrante do ato.

Diante da possibilidade legal de controle externo do ato administrativo (exercido pelo Poder Judiciário e Poder Legislativo) analisando a legalidade e legitimidade dos atos, a doutrina administrativa formulou a **teoria dos motivos determinantes**, que vincula e condiciona a realização do ato administrativo com os motivos que o originaram, sendo certo que o ato deve ser praticado por agente competente e de acordo com as determinações legais.

A teoria dos motivos determinantes vincula a existência e a pertinência dos motivos (fáticos e legais) à efetiva realização do ato, demonstrando os motivos que declarou como causa determinante a prática do ato.

Dessa maneira, caso seja comprovada a não ocorrência do motivo ou a situação declarada como determinante para a prática do ato, ou então a inadequação entre a situação ocorrida e o motivo descrito na lei, o ato será nulo.

RESPOSTA: "A".

1816 - (TCE/AM - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - FCC/2012) O ato administrativo vinculado

A) **pode ser objeto de controle judicial, quanto aos aspectos de legalidade, conveniência e oportunidade.**

B) **pode ser revogado pela Administração, por razões de conveniência e oportunidade, ressalvados os direitos adquiridos e assegurada a apreciação judicial.**

C) **possui todos os elementos definidos em lei e pode ser objeto de controle de legalidade pelo Judiciário e pela própria Administração.**

D) **possui objeto, competência e finalidade definidos em lei, cabendo à Administração a avaliação dos aspectos de conveniência e oportunidade para sua edição.**

E) **pode ser objeto de controle pelo Poder Judiciário em relação aos elementos definidos em lei, constituindo prerrogativa exclusiva da Administração a sua revogação por razões de conveniência e oportunidade.**

Os atos vinculados são os que a Administração Pública pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão, tendo em vista que a lei previamente determinou a única medida possível de ser adotada sempre que se configure a situação objetiva descrita em lei.

Dessa maneira, na edição de um ato vinculado a administração Pública não dispõe de nenhuma margem de decisão, sendo que o comportamento a ser adotado pelo Administrador está regulamentado em lei.

É certo que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluído da apreciação judicial, nos termos do artigo 5º, inciso XXXV, que assim garante: *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"*

Assim, temos que o ato administrativo vinculado pode sofrer controle de legalidade, tanto pela Administração Pública, como pelo Poder Judiciário, que analisarão eventuais vícios de legalidade.

RESPOSTA: "C".

1817 - (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – ANALISTA LEGISLATIVO – FJG RIO/2014) A invalidação ou anulação do ato administrativo pode ser conceituada como:

A) a forma de desfazimento do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, e que pode ser realizada tanto pelo Poder Judiciário como pela Administração Pública

B) a forma de desfazimento do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, e que apenas pode ser realizada pela Administração Pública

C) a forma de desfazimento do ato administrativo, em virtude da existência de vício de legalidade, e que pode ser realizada tanto pelo Poder Judiciário como pela Administração Pública

D) a forma de desfazimento do ato administrativo, em virtude da existência de vício de legalidade, e que apenas pode ser realizada pelo Poder Judiciário

O ato administrativo vigente permanecerá produzindo seus efeitos no mundo jurídico até que algo capaz de alterar essa condição ocorra.

A invalidação ou anulação do ato administrativo é a forma de desfazimento do ato e ocorre quando um ato administrativo estiver revestido de vícios, relativos à legalidade ou legitimidade.

Assim que os vícios forem identificado pela própria Administração Pública, esta poderá anulá-lo de ofício. É possível ainda que algum cidadão identifique os vícios e ilegalidades do ato administrativo e comunique a Administração Pública, que poderá anulá-lo.

A anulação do ato administrativo quando estiver com vícios de ilegalidade ou ilegitimidade poderá ocorrer ainda por decisão fundamentada do Poder Judiciário. Entretanto, o Poder Judiciário não poderá atuar de ofício, deverá aguardar a impetração de medida judicial por qualquer interessado na anulação do ato.

A anulação age retroativamente, ou seja, todos os efeitos provocados pelo ato anulado também são nulos, daí surge o denominado efeito *"ex tunc"*, que significa dizer justamente que, com a anulação, os efeitos do ato retroage desde a sua origem.

RESPOSTA: "C".

1818 - (NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – ADVOGADO – FCC/2011) Dentre outros, são exemplos de atos administrativos insuscetíveis de revogação:

A) licença para exercer profissão regulamentada em lei; certidão administrativa de dados funcionais de servidor público.

B) ato de concessão de aposentadoria, mesmo que ainda não preenchido o lapso temporal para a fruição do benefício; ato de adjudicação na licitação quando já celebrado o respectivo contrato.

C) edital de licitação na modalidade tomada de preços; atestado médico emitido por servidor público médico do trabalho.

D) ato que declara a inexigibilidade de licitação; autorização para uso de bem público.

E) autorização para porte de arma; ato que defere férias a servidor, ainda que este não tenha gozado de tais férias.

A revogação de ato administrativo ocorre no momento em que um ato (válido, legítimo e perfeito) emanado pela Administração Pública torna-se inconveniente e inoportuno ao interesse público.

O ato administrativo não possuía qualquer vício ou ilegalidade, simplesmente não atende mais aos pressupostos de conveniência e oportunidade.

Entretanto, tal poder de revogar os próprios atos conferidos à Administração Pública não é ilimitado, assim alguns atos administrativos não podem ser revogados, ou seja, atos irrevogáveis, quais sejam:

- os atos consumados, que já exauriram seus efeitos;
- os atos vinculados, pois nesse o administrador não tem escolha na prática do ato;
- os atos que geram direitos adquiridos;
- os atos que integram um procedimento administrativo;
- os meros atos administrativos (certidões, pareceres, atestados, licença, etc.).

Diante das considerações acima expostas, voltamos a resolução da questão em análise, a alternativa (A) está correta, tendo em vista que **licença para exercer profissão regulamentada em lei** dessa forma, o ato de emitir licença para exercício de atividade profissional se trata de mero ato administrativo, que é irrevogável, além do mais o ato administrativo gerou direito adquirido ao cidadão, que no caso em tela foi adquirido pela lei que regulamentou o exercício da profissão, dessa forma não podendo ser revogado. A outra situação da alternativa é **certidão administrativa de dados funcionais de servidor público**, tal ato administrativo também é irrevogável, tendo em vista que a emissão de certidão pela Administração Pública se trata de mero ato administrativo.

RESPOSTA "A".

1819 - (TRF – 3ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2014) Pietra, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, praticou ato administrativo válido, porém discricionário, no entanto, cinco dias após a prática do ato, revogou-o, motivada por razões de conveniência e oportunidade. A propósito do tema,

A) a revogação não se dá por razões de conveniência e oportunidade.

B) o ato discricionário não comporta revogação.

C) se o ato já exauriu seus efeitos, não pode ser revogado.

D) a revogação opera efeitos retroativos.

E) a revogação pode se dar tanto pela Administração pública (Poder Executivo), quanto pelo Poder Judiciário, que, nesse caso, ocorre apenas em situações excepcionais.

Os atos discricionários são aqueles que a Administração Pública pode praticar com certa liberdade de escolha e decisão, sempre dentro dos termos e limites legais, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e de conveniência administrativa.

A revogação de atos administrativos discricionários também poderá ocorrer por razões de oportunidade e conveniência da Administração Pública, atendido o interesse coletivo.

Entretanto, o cerne da questão reside no fato do ato administrativo que já esgotou por completo os seus regulares efeitos.

No caso em tela, temos que independente do prazo de vigência do ato administrativo, se o mesmo já exauriu totalmente os seus efeitos, o mesmo não poderá ser revogado, tendo em vista que a extinção do ato administrativo somente é possível quando o ato administrativo ainda está produzindo efeitos jurídicos.

Caso o ato administrativo já tenha se esgotado, ou seja, seus efeitos já foram concluídos, atingindo todos os seus objetivos, não há possibilidade de revogação do ato.

Quando um ato administrativo é revogado, os seus efeitos não mais atingem os seus destinatários, entretanto, quando o ato já atingiu sua plenitude, não é possível revogá-lo.

RESPOSTA: "C".

1820 - (PM/RO – SARGENTO – PM/2014) Segundo o Direito Administrativo Brasileiro, julgue os itens subsequentes.

Será vinculado o ato administrativo quando suportado em regramento que não atinge todos os aspectos da atuação administrativa; deixando a lei certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, segundo critérios de oportunidade e conveniência.

() CERTO

() ERRADO

Os atos vinculados são os que a Administração Pública pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão, tendo em vista que a lei previamente determinou a única medida possível de ser adotada sempre que se configure a situação objetiva descrita em lei.

Dessa maneira, na edição de um ato vinculado a administração Pública não dispõe de nenhuma margem de decisão, sendo que o comportamento a ser adotado pelo Administrador está regulamentado em lei.

RESPOSTA: "ERRADO".

1821 - (TCE/SE – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – FCC/2011) Com base em entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal a respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que:

A) a Administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.

B) a revogação de atos administrativos pela própria Administração produz efeitos retroativos à data em que estes foram emitidos.

C) atos retirados do mundo jurídico pela Administração, por motivo de conveniência e oportunidade, não poderão ser apreciados judicialmente.

D) a revogação de atos administrativos pelo Poder Judiciário deve ater-se à análise dos aspectos de conveniência e oportunidade destes.

E) a revogação de atos administrativos pela própria Administração enseja o respeito aos direitos adquiridos.

A revogação de atos administrativos, quando realizado pela própria Administração Pública, ocorre por razões de conveniência e oportunidade, visando o interesse público.

Assim, temos o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, em seu enunciado nº 473, o seguinte: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Assim, diante do entendimento do Supremo Tribunal Federal, temos que quando ocorre a revogação de um ato administrativo, deve-se sempre verificar e respeitar o já direito adquirido a partir da edição do ato.

RESPOSTA "E".

1822 - (TER/SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) A revogação de um ato administrativo

A) é prerrogativa da Administração, de caráter discricionário, consistente na extinção de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade.

B) constitui atuação vinculada da Administração, na medida em que, em face da indisponibilidade do interesse público, a Administração está obrigada a revogar atos maculados por vício de oportunidade.

C) pode ser declarada tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, quando identificado que o ato se tornou inconveniente ou inoportuno do ponto de vista do interesse público.

D) somente pode ser procedida por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato, de ofício ou por provocação do interessado, vedada a sua prática pelo Poder Judiciário.

E) constitui prerrogativa da Administração, quando fundada em razões de conveniência e oportunidade, e do Poder Judiciário, quando identificado vício relativo à motivação, competência ou forma.

A revogação é modalidade de extinção de ato administrativo que ocorre por razões de **oportunidade e conveniência** da Administração Pública, atendido o interesse coletivo.

A Administração Pública pode revogar um ato quando entender que, embora se trate de um ato válido, que atenda a todas as prescrições legais, não atende adequadamente ao interesse público no caso concreto.

Assim, temos que a revogação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, por motivos de oportunidade e conveniência (discricionariedade administrativa), tornou-se inoportuno ou inconveniente a sua manutenção.

Importante esclarecer que a medida de revogação de ato administrativo é ato exclusivo e privativo da Administração Pública que praticou o ato revogado. Assim, o Poder Judiciário em hipótese alguma poderá revogar um ato administrativo editado pelo Poder Executivo ou Poder Legislativo. Tal imposição decorre do Princípio da Autotutela do Estado em revogar seus próprios atos, de acordo com sua vontade.

RESPOSTA: "A".

1823 - (TRE/PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012)

Quando se está diante de uma situação concreta que enseja a edição de um ato administrativo vinculado, significa que ao particular titular do interesse jurídico em questão cabe.

A) exigir da autoridade, judicialmente se for necessário, a edição do ato determinado, desde que tenha preenchido os requisitos legais para tanto.

B) a prerrogativa da autoexecutoriedade, na medida em que pode dispensar a edição concreta do ato, presumindo sua existência.

C) apenas aguardar a edição do ato, não podendo ingressar com nenhuma medida judicial para tanto, uma vez que o Poder Judiciário não pode suprir a vontade da administração.

D) ajuizar ação judicial de perdas e danos, exclusivamente, uma vez que o Poder Judiciário não pode suprir a vontade da administração.

E) requerer administrativamente a edição do ato, sob pena de ajuizamento de ação judicial para suprir o juízo de conveniência e oportunidade da administração pública.

Os atos vinculados são aqueles que a Administração Pública pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão, tendo em vista que a lei previamente determinou a única medida possível de ser adotada sempre que se configure a situação objetiva descrita em lei.

Dessa maneira, na edição de um ato vinculado a Administração Pública não dispõe de nenhuma margem de decisão, sendo que o comportamento a ser adotado pelo Administrador está regulamentado em lei.

Assim, caso estejamos diante de vinculação da atividade administrativa aos estritos termos da lei, todo e qualquer cidadão poderá exigir da autoridade administrativa a edição de determinado ato, desde que tenha preenchido os requisitos previstos em lei, sendo possível ingresso de medida judicial para garantir que a Lei seja efetivamente cumprida.

Tal obrigatoriedade decorre intimamente do Princípio da Legalidade, tendo em vista que a Administração Pública só poderá ser exercida quando estiver em conformidade com a Lei.

RESPOSTA: "A".

1824 - (TRE-PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012)

Os atos administrativos são dotados de atributos peculiares. Dentre eles, destaca-se a autoexecutoriedade, que se traduz

A) no atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a todos.

B) no dever da administração de praticar os atos previamente previstos em lei para cada situação concreta.

C) no poder da administração pública de decidir pela validade ou não de determinado ato.

D) no poder da administração atestar, unilateralmente, se determinado ato administrativo foi executado conforme a lei.

E) na possibilidade da própria administração pública colocar determinado ato administrativo em execução, independentemente de prévia manifestação do Poder Judiciário.

Entende-se por atributos as qualidades ou características que revestem os atos administrativo, variando de acordo com a finalidade do ato em si.

Dentre os atributos dos atos administrativos, a autoexecutoriedade se traduz força executória imediata do ato administrativo, logo a partir de sua edição, isso ocorre porque as decisões administrativas trazem em si a força necessária para a sua auto execução.

A autoexecutoriedade dos atos administrativos fundamenta-se na natureza pública da atividade administrativa, cujo principal objetivo é o atendimento ao interesse público.

Assim, a faculdade de revestimento do ato administrativo pela característica da autoexecução de seus atos se manifesta principalmente pela supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

Os atos autoexecutórios são aqueles que podem ser materialmente implementados pela administração, de maneira direta, inclusive mediante o uso de força, caso seja necessário, sem que a Administração Pública precise de uma autorização judicial prévia.

RESPOSTA "E".

1825 - (TJ/PE – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – FCC/2013) Como consequência decorrente dos vícios, os atos administrativos podem ser

A) nulos, sendo, no entanto, passíveis de convalidação, com base na discricionariedade da Administração.

B) anuláveis, passíveis de convalidação diante de vício de forma.

C) anuláveis, passíveis de convalidação por vício quanto ao motivo declarado.

D) nulos, passíveis de convalidação quando se tratar de vício de competência, ainda que exclusiva.

E) anuláveis, quando se tratar vício de finalidade, desde que a finalidade praticada também tenha sido pública.

A Teoria das Nulidades dos Atos Administrativos formulado pela Doutrina Administrativa contempla diversos vícios relativos aos requisitos básicos dos atos administrativos.

Alguns desses vícios acarretam a nulidade do ato, tornando-o sem efeito. Noutro modo, há outros vícios que são anuláveis, de acordo com a discricionariedade administrativa e a possibilidade de convalidação do ato, quando verificada a possibilidade jurídica de sanar os vícios existentes.

Temos como regra geral que, os atos administrativos quando revestidos de vícios de legalidade ou legitimidade devem ser anulados.

Entretanto, algumas hipóteses de vícios de legalidade dão origem a atos administrativos meramente anuláveis, ou seja, atos que, a critério da Administração Pública poderão ser anulados ou então convalidados.

Desta forma, convalidar um ato administrativo é corrigi-lo ou regularizá-lo, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem mesmo prejuízo a terceiro, assim, verificados as condições acima, os atos que apresentarem defeitos sanáveis, ou passíveis de correção, poderão ser convalidados pela Própria Administração Pública.

Temos, portanto, que para a possibilidade de convalidação de ato administrativo, é necessário atender as seguintes condições:

- O defeito seja sanável;
- O ato convalidado não poderá acarretar lesão ao interesse público;
- O ato convalidado não poderá acarretar prejuízos a terceiros.

Por defeitos sanáveis temos aqueles cujos vícios são relativos à competência quanto à pessoa que editou o ato, desde que não se trate de hipótese de competência exclusiva, e ainda quando ocorrer vício quanto à forma, desde que a lei não considere a forma um elemento do ato essencial à validade do mesmo.

RESPOSTAS "B".

1826 - (TJ/RJ – JUIZ – VUNESP/2013) A Administração Pública

A) pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada a apreciação judicial.

B) pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

C) não pode declarar, em hipótese alguma, a nulidade dos seus próprios atos.

D) não pode anular seus atos; somente é autorizada a revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, ressalvada a apreciação judicial.

O ato administrativo vigente permanecerá produzindo seus efeitos no mundo jurídico até que algo capaz de alterar essa condição ocorra.

Uma vez publicado e eivado de vícios, terá plena vigência e deverá ser cumprido, em atendimento ao atributo da presunção de legitimidade, até o momento em que ocorra formalmente a sua extinção, por meio da Anulação ou Revogação do Ato Administrativo.

O desfazimento do ato administrativo poderá ser resultante do reconhecimento de sua ilegitimidade, de vícios em sua formação, ou então poderá ser declarada a falta de necessidade de sua validade.

A **Anulação** do ato administrativo ocorre quando um ato administrativo estiver revestido de vícios, relativos à legalidade ou legitimidade.

Assim que os vícios forem identificado pela própria Administração Pública, esta poderá anulá-lo de ofício. É possível ainda que algum cidadão identifique os vícios e ilegalidades do ato administrativo e comunique a Administração Pública, que poderá anulá-lo.

Neste sentido o Supremo Tribunal Federal (STF) editou a Súmula 473 que assim garante:

"Súmula 473 – STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

A anulação do ato administrativo quando estiver com vícios de ilegalidade ou ilegitimidade poderá ocorrer ainda por decisão fundamentada do Poder Judiciário. Entretanto, o Poder Judiciário não poderá atuar de ofício, deverá aguardar a impetração de medida judicial por qualquer interessado na anulação do ato.

Assim, a alternativa correta leva em consideração o posicionamento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA "A".

1827 - (TRF/2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Sob o tema da classificação dos atos administrativos, apesar de serem todos resultantes da manifestação unilateral da vontade da Administração Pública, o denominado "ato administrativo composto" difere dos demais, por ser

A) o que necessita, para a sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades para gerar efeitos.

B) aquele cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas a sua edição ou a produção de seus efeitos depende de outro ato que o aprove.

C) o ato que decorre da manifestação de vontade de apenas um órgão, unipessoal ou colegiado, não dependendo de manifestação de outro órgão para produzir efeitos.

D) o que tem a sua origem na manifestação de vontade de pelo menos dois órgãos, porém, para produzir os seus efeitos, deve ter a aprovação por órgão hierarquicamente superior.

E) originário da manifestação de vontade de pelo menos duas autoridades superiores da Administração Pública, mas seus efeitos ficam condicionados à aprovação por decreto de execução ou regulamentar.

Ato administrativo composto é aquele cujo conteúdo resulta de manifestação de **um só órgão, mas a sua edição ou a produção de seus regulares efeitos dependem de outro ato que o aprove.**

A atribuição desse outro ato é simplesmente instrumental, visando a autorizar a prática do ato principal, ou então conferir eficácia a este.

Ressalta-se que o ato acessório ou instrumental em nada altera o conteúdo do ato principal.

RESPOSTA: "B".

1828 - (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Constitui atributo dos atos administrativos:

A) Presunção de legitimidade, o que afasta possibilidade de apreciação judicial, salvo para os atos vinculados.

B) Autoexecutoriedade, que autoriza a Administração a colocar o ato em execução, empregando meios diretos e indiretos de coerção, na forma prevista em lei.

C) Exigibilidade, que autoriza a Administração a utilizar meios coercitivos para o seu cumprimento nos termos da lei, sempre com a intervenção do Poder Judiciário.

D) Tipicidade, que impede a Administração de praticar atos de natureza discricionária.

E) Presunção de veracidade, que afasta a possibilidade de revogação, salvo por vício de legalidade.

Os atos administrativos são revestidos por atributos. Entende-se por atributos as qualidades dos atos administrativos, uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições de observância obrigatória para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Um dos principais atributos dos atos administrativos é a Autoexecutoriedade que fundamenta-se na natureza pública da atividade administrativa, cujo principal objetivo é o atendimento ao interesse público. Assim, a faculdade de revestimento do ato administrativo pela característica da autoexecução de seus atos se manifesta principalmente pela supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

O ato administrativo possui força executória imediatamente a partir de sua edição, isso ocorre porque as decisões administrativas trazem em si a força necessária para a sua auto execução.

Os atos autoexecutórios são aqueles que podem ser materialmente implementados pela Administração, de maneira direta, inclusive mediante o uso de força e coerção, caso seja necessário, sem que a Administração Pública precise de uma autorização judicial prévia.

RESPOSTA "B".

1829 - (TRF – 2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Os atos administrativos, espécie do gênero "ato jurídico", ao serem editados, devem observar os requisitos de validade, enquanto que os atributos constituem qualidades ou características inerentes a esses atos. Portanto, dentre outros, são requisitos e atributos dos atos administrativos, respectivamente,

I. finalidade e competência; imperatividade e tipicidade.

II. presunção de legitimidade e finalidade; forma e auto-executoriedade.

III. forma e motivo; presunção de legitimidade e imperatividade.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em:

- A) III.**
- B) II.**
- C) II e III.**
- D) I e III.**
- E) I e II.**

A doutrina administrativa é pacífica em apontar cinco **requisitos básicos de validade**, ou elementos dos atos administrativos: **competência, finalidade, forma, motivo e objeto.**

Trata-se de requisitos fundamentais para a validade do ato administrativo, pois o ato que for editado ou praticado em desacordo com o que o ordenamento jurídico estabelece para cada requisito, será, via de regra, um ato nulo.

Uma vez que requisitos dos atos administrativos constituem condições de observância obrigatória para a sua validade, os atributos podem ser entendidos como as características dos atos administrativos.

Entende-se por atributos as qualidades ou características dos atos administrativos, os **atributos dos atos administrativos** citados pelos principais autores são: **presunção de legitimidade; imperatividade; autoexecutoriedade e tipicidade**.

Assim, as afirmativas I e III contêm requisitos e atributos dos atos administrativos respectivamente.

RESPOSTA "D".

1830 - (CEFET/RJ – AUDITOR – CESGRANRIO/2014)
Os atos administrativos podem ser classificados de diversas formas. Assim, quando se indica que o ato administrativo de desapropriação representa a onipotência do Estado e o seu poder de coerção, está-se fazendo referência ao ato de:

- A) gestão
- B) expediente
- C) império
- D) internalização
- E) alienação

A Imperatividade é característica de alguns atos administrativos em que sejam identificados o poder de império do Estado.

Pelo atributo da imperatividade do ato administrativo, temos a possibilidade de a Administração Pública, de maneira unilateral, criar obrigações para os administrados, ou então impor-lhes restrições.

Importante esclarecer que nem todos os atos administrativos são revestidos de imperatividade, mas, da mesma forma que ocorre relativamente à presunção de legitimidade, os atos acobertados pela imperatividade podem, em princípio, ser imediatamente impostos aos particulares a partir de sua edição de forma coercitiva.

RESPOSTA: "C".

1831 - (TC/DF – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CESPE/2014) No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

Ato administrativo de manifesto conteúdo discriminatório editado por ministério poderá ser invalidado, com efeitos retroativos, tanto pela administração como pelo Poder Judiciário, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.

- () CERTO
- () ERRADO

O ato administrativo vigente permanecerá produzindo seus efeitos no mundo jurídico até que algo capaz de alterar essa condição ocorra.

O desfazimento do ato administrativo poderá ser resultante do reconhecimento de sua ilegitimidade, de vícios em sua formação, ou então poderá ser declarada a falta de necessidade de sua validade.

Neste sentido o Supremo Tribunal Federal (STF) editou a Súmula 473 que assim garante: *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Especificamente à Anulação, esta ocorre quando um ato administrativo estiver eivado de vícios, relativos à legalidade ou legitimidade.

Assim que os vícios forem identificado pela própria Administração Pública, esta poderá anulá-lo de ofício. É possível ainda que algum cidadão identifique os vícios e ilegalidades do ato administrativo e comunique a Administração Pública, que poderá anulá-lo.

A anulação do ato administrativo quando estiver com vícios de ilegalidade ou ilegitimidade poderá ocorrer ainda por decisão fundamentada do Poder Judiciário. Entretanto, o Poder Judiciário não poderá atuar de ofício, deverá aguardar a impetração de medida judicial por qualquer interessado na anulação do ato.

A anulação age retroativamente, ou seja, todos os efeitos provocados pelo ato anulado também são nulos, daí surge o denominado efeito *"ex tunc"*, que significa dizer justamente que, com a anulação, os efeitos do ato retroage desde a sua origem, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.

RESPOSTA: "CERTO".

1832 - (TC/DF – ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CESPE/2014) Considere que, durante uma fiscalização, fiscais do DF tenham encontrado alimentos com prazo de validade expirado na geladeira de um restaurante. Diante da ocorrência, lavraram auto de infração, aplicaram multa e apreenderam esses alimentos. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsecutivos.

Se a aplicação da multa for indevida, a administração tem o poder de anulá-la, de ofício, independentemente de provocação do interessado.

- () CERTO
- () ERRADO

Ocorre a Anulação quando um ato administrativo estiver revestido de vícios, relativos à legalidade ou legitimidade.

A Anulação poderá ocorrer de duas formas:

- De Ofício: Assim que os vícios forem identificado pela própria Administração Pública, esta poderá anulá-lo de ofício, independentemente de provocação do interessado, tendo em vista o Poder de Autotutela conferido ao Poder Público.

- Provocada: Quando o cidadão identifique os vícios e ilegalidades do ato administrativo e comunique a Administração Pública, que poderá anulá-lo.

RESPOSTA: "CERTO".

1833 - (PM/RO – SARGENTO – PM/RO – 2014) A competência é um dos elementos do ato administrativo, significando o resultado que a administração quer alcançar com a prática do ato. Em sentido amplo, corresponde à consecução de um interesse público.

- () CERTO
() ERRADO

O elemento da *Competência* pode ser definido como o poder legal conferido ao agente público para o desempenho regular e específico das atribuições de seu cargo.

A "competência" é a condição primeira de validade do ato administrativo, onde deve haver uma análise sobre a incidência ou não da capacidade específica e legalmente definida para a prática do ato.

Importante observar que a noção de competência do agente, na esfera do Direito Administrativo, alcança, além do agente, também o órgão do Estado que ele representa.

Dessa forma, conclui-se que *competência* é prerrogativa do Estado, exercitada por seus agentes, respeitada a hierarquia e distribuição constitucional de atribuições.

A competência é um elemento, ou requisito, sempre vinculado, ou seja, não há possibilidade de escolha na determinação da competência para a prática de um ato, tendo em vista que tal vinculação decorre de lei.

A afirmativa da questão se refere ao elemento da finalidade.

RESPOSTA: "ERRADO".

1834 - (MPE/SC – ANALISTA – FEPESE/2014) O ato administrativo:

- A) Deve ser sempre vinculado.
B) Inválido não comporta convalidação
C) Discricionário não admite controle externo
D) Tem a autoexecutoriedade como elemento essencial.
E) Pode ser revogado por ter se tornado inconveniente ou inoportuno.

O ato administrativo vigente permanecerá produzindo seus efeitos no mundo jurídico até que algo capaz de alterar essa condição ocorra.

O desfazimento do ato administrativo poderá ser resultante do reconhecimento de sua ilegitimidade, de vícios em sua formação, ou então poderá ser declarada a falta de necessidade de sua validade.

A Revogação é modalidade de extinção de ato administrativo que ocorre por razões de oportunidade e conveniência da Administração Pública, atendido o interesse coletivo.

A Administração Pública pode revogar um ato quando entender que, embora se trate de um ato válido, que atenda a todas as prescrições legais, não atende adequadamente ao interesse público no caso concreto.

Assim, temos que a revogação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, por motivos de oportunidade e conveniência (discricionariedade administrativa), tornou-se inoportuno ou inconveniente a sua manutenção.

RESPOSTA: "E".

1835 - (RIOPREVIDÊNCIA - ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO – CEPERJ/2014) Pedro é prefeito do município Y e verifica que a praça principal sob sua administração está ocupada por vendedores que atuam sem a devida autorização do poder público. Diante de inúmeras reclamações dos munícipes, aciona a Secretaria responsável pela gestão dos bens públicos que, editando ato proibindo o comércio no local, determina à Guarda Municipal a desocupação da praça. Essa atuação decorre da característica do ato administrativo denominada:

- A) publicidade
B) centralidade
C) autoexecutoriedade
D) motivação
E) funcionalidade

O ato administrativo a ser analisado na presente questão é: "determina à Guarda Municipal a desocupação da praça."

O ato administrativo possui força executória imediatamente a partir de sua edição, isso ocorre porque as decisões administrativas trazem em si a força necessária para a sua auto execução.

A autoexecutoriedade dos atos administrativos fundamenta-se na natureza pública da atividade administrativa, cujo principal objetivo é o atendimento ao interesse público.

Assim, a faculdade de revestimento do ato administrativo pela característica da autoexecução de seus atos se manifesta principalmente pela supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

Os atos autoexecutórios são aqueles que podem ser materialmente implementados pela administração, de maneira direta, inclusive mediante o uso de força, caso seja necessário, sem que a Administração Pública precise de uma autorização judicial prévia.

RESPOSTA: "C".

1836 - (PC/SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP/2014) O ato administrativo

- A) pode ser revogado com fundamento em razões de conveniência e oportunidade, desde que observados os efeitos *ex tunc* dessa extinção do ato.
B) tem na presunção de legitimidade a autorização para imediata execução e permanece em vigor até prova em contrário.

C) é revogável pelo Poder Judiciário que é apto a fazer o controle de legalidade, sem ingressar em seu mérito administrativo.

D) de Secretário de Segurança Pública que determina remoção ex officio do Delegado de Polícia, sem motivação, não se sujeita ao controle de juridicidade por conter alta carga de discricionariedade em seu teor.

E) tem como requisitos a presunção de legitimidade, a autoexecutoriedade, a imperatividade e a exigibilidade.

A presunção de legitimidade, ou legalidade, é a única característica presente em todos os atos administrativos.

Assim, uma vez praticado o ato administrativo, ele se presume legítimo e, em princípio, apto para produzir os efeitos que lhe são inerentes, cabendo então ao administrado a prova de eventual vício do ato, caso pretenda ver afastada a sua aplicação, dessa maneira verificamos que o Estado, diante da presunção de legitimidade, não precisa comprovar a regularidade dos seus atos, pois se presumem legítimos até prova em contrário.

Dessa maneira, mesmo quando eivado de vícios, o ato administrativo, até sua futura revogação ou anulação, tem eficácia plena desde o momento de sua edição, produzindo regularmente seus efeitos, podendo inclusive ser executado compulsoriamente.

RESPOSTA: "B".

1837 - (TJ/MG – JUIZ – GESTÃO DE CONCURSOS/2014) Assinale a alternativa que revela CORRETAMENTE o ato administrativo composto.

A) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.

B) É o que resulta da manifestação de um órgão colegiado.

C) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação ao outro que edita o ato principal.

D) É o que resulta de manifestação de vontades homogênicas, ainda que de entidades públicas distintas.

Ato administrativo composto é aquele cujo conteúdo resulta de manifestação de dois ou mais órgãos, sendo a atribuição desse outro órgão é simplesmente instrumental, visando a autorizar a prática do ato principal, ou então conferir eficácia a este. Ressalta-se que o ato acessório ou instrumental em nada altera o conteúdo do ato principal.

RESPOSTA: "C".

1838 - (DPE/RJ – TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - FGV/2014) De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são elementos ou requisitos do ato administrativo;

A) agente, conteúdo, forma, prazo e objetivo.

B) agente, motivação, conteúdo, prazo e finalidade.

C) competência, objeto, forma, motivo e finalidade.

D) competência, objetivo, publicação, forma e motivação.

E) parte, objeto, forma, fundamentação e publicação.

Os elementos do ato administrativo são requisitos fundamentais para a validade do ato administrativo, pois o ato que for editado ou praticado em desacordo com o que o ordenamento jurídico estabeleça para cada requisito, será, via de regra, um ato nulo.

A doutrina administrativa é pacífica em apontar cinco requisitos básicos, ou elementos dos atos administrativos: *competência, objeto, forma, motivo e finalidade*.

RESPOSTA: "C".

1839 - (CAMARA/SJC – ANALISTA LEGISLATIVO – VUNESP/2014) Assinale a alternativa que contempla um exemplo de ato administrativo da espécie de atos enunciativos.

A) Autorização.

B) Licença.

C) Aprovação.

D) Permissão.

E) Parecer.

Os atos enunciativos, são todos aqueles em que a Administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, constantes de registros, processos e arquivos públicos, sendo sempre, por isso, vinculados quanto ao motivo e ao conteúdo.

Segundo Hely Lopes de Meirelles temos que:

"aos atos enunciativos embora não contenham uma norma de atuação, nem ordenem a atividade administrativa interna, nem estabeleçam uma relação negocial entre o Poder Público e o particular, enunciam, porém, uma situação existente, sem qualquer manifestação de vontade da Administração".

Não há, no ato enunciativo, o estabelecimento de uma relação jurídica, justamente por não conter uma manifestação de vontade do Poder Público, mas sim enunciando um fato já existente.

São atos enunciativos: a certidão; o atestado e o **parecer**.

RESPOSTA: "E".

1840 - (MTE – CONTADOR – CESPE/2014) A respeito da organização administrativa e dos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

Caso seja fornecida certidão, a pedido de particular, por servidor público do quadro do MTE, é correto afirmar que tal ato administrativo possui presunção de veracidade e, caso o particular entenda ser falso o fato narrado na certidão, inverte-se o ônus da prova e cabe a ele provar, perante o Poder Judiciário, a ausência de veracidade do fato narrado na certidão.

() CERTO

() ERRADO

As declarações emanadas dos servidores estatais, substanciadas em certidões exaradas em razão de seu ofício, revestem-se essencialmente em função da fé pública de que gozam tais agentes públicos de presunção úris tantum (presunção relativa que admite prova em contrário) de legitimidade e de veracidade, prevalecendo, sempre, aquilo que nelas se achar atestado, até que se produza prova idônea e inequívoca em sentido contrário, o qual será incumbido aquele que desconfiar das declarações constantes na Certidão.

RESPOSTA: "CERTO".

1841 - (TRT – 3ª REGIÃO/MG - JUIZ DO TRABALHO TRT 3R/2014) Quanto ao motivo do ato administrativo é correto afirmar:

- A) Ele é a própria motivação do ato.
- B) Ele é relevante para a eficácia do ato.
- C) Ele é um atributo e não o elemento do ato.
- D) Ele é o próprio mérito do ato
- E) Ele é vinculado às razões de fato e de direito que servem de fundamento ao ato.

O elemento ou requisito "Motivo" dos atos administrativos nada mais é do que a causa imediata do ato administrativo, é a situação fática, ou jurídica, que determina ou possibilita a atuação administrativa, razão pela qual todo ato administrativo deve ser motivado.

O motivo do ato administrativo não se traduz apenas como um elemento, mas também como um pressuposto objetivo do ato em si, pois o motivo que deu origem ao Ato Administrativo tornou-se regra jurídico-administrativa obrigatória.

Diante da possibilidade legal de controle externo do ato administrativo (exercido pelo Poder Judiciário e Poder Legislativo) analisando a legalidade e legitimidade dos atos, a doutrina administrativa formulou a **teoria dos motivos determinantes**, que vincula a realização do ato administrativo com os motivos que o originaram, sendo certo que o ato deve ser praticado por agente competente e de acordo com as determinações legais.

A teoria dos motivos determinantes vincula a existência e a pertinência dos motivos (fáticos e legais) à efetiva realização do ato, demonstrando os motivos que declarou como causa determinante a prática do ato.

Dessa maneira, caso seja comprovada a não ocorrência do motivo ou a situação declarada como determinante para a prática do ato, ou então a inadequação entre a situação ocorrida e o motivo descrito na lei, o ato será nulo.

RESPOSTA: "E".

1842 - (EMPLASA - ANALISTA JURÍDICO – VUNESP/2014) Atos vinculados;

- A) são aqueles para os quais a lei estabelece requisitos e condições de sua realização e impõem à Administração o dever de motivá-los.
- B) podem desatender às disposições legais ou regulamentares se houver decisão judicial dizendo sobre a conveniência e oportunidade.

C) encontram fundamento e justificativa na complexidade e variedade dos problemas que o Poder Público tem que solucionar a cada caso e para os quais a lei, por mais casuística que seja, não poderia prever todas as soluções.

D) são aqueles que permitem à Administração assegurar de modo eficaz os meios realizadores do fim a que se propõe o Poder Público.

E) são instrumentos legais que permitem ao administrador fazer o que entender conveniente à coletividade.

Os atos vinculados são os que a Administração Pública pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão, tendo em vista que a lei previamente determinou a única medida possível de ser adotada sempre que se configure a situação objetiva descrita em lei.

Dessa maneira, na edição de um ato vinculado a administração Pública não dispõe de nenhuma margem de decisão, sendo que o comportamento a ser adotado pelo Administrador está regulamentado em lei, impondo que o comportamento adotado pela Administração Pública seja obrigatoriamente o que dispõe a Lei, com o dever da Administração Pública de motivar o ato editado.

RESPOSTA: "A".

1843 - (FUNASA – TODOS OS CARGOS – CESPE/2013) Julgue os itens a seguir com relação aos atos administrativos, ao processo administrativo e aos poderes administrativos.

Se a FUNASA desejar alugar um edifício de apartamentos para acomodar novos servidores, o contrato de locação, em razão do evidente interesse público, será considerado ato administrativo, mesmo que o contrato seja regido pelo direito privado.

() CERTO

() ERRADO

São conhecidos na doutrina como "*atos da administração*", os atos praticados pela Administração Pública sob o amparo do direito privado.

Neste caso, a Administração Pública é igualada ao particular, ambas sob o regime jurídico de direito privado. Para os atos da Administração temos os exemplos: permuta, compra e venda de imóvel, locação, doação, etc.

Para a Prof.^a Maria Silva Zanella Di Pietro que assim afirma sobre os atos privados praticados pela Administração Pública:

"Eu opto por um conceito restrito e, por isso, que não têm natureza de ato administrativo, propriamente dito, os atos de direito privado, praticados pela Administração Pública, porque eles não estão sujeitos ao regime jurídico tipicamente administrativo. Eles se submetem ao direito privado e apenas parcialmente ao direito público."

Assim, muito embora a Administração Pública possa praticar atos privados, os mesmos **não são considerados como atos administrativos**, visto que os atos administrativos estão sob o amparo do direito público, enquanto que

os atos da administração (atos privados praticados pela Administração Pública) são regidos pelas normas de direito privado, se igualando, neste caso, a Administração Pública aos particulares.

RESPOSTA: "ERRADO".

1844 - (MJ - ANALISTA TÉCNICO – CESPE/2013) Julgue os itens subsequentes, referentes aos atos administrativos.

Ato vinculado é aquele analisado apenas sob o aspecto da legalidade; o ato discricionário, por sua vez, é analisado sob o aspecto não só da legalidade, mas também do mérito.

- () CERTO
() ERRADO

Os atos vinculados são os que a Administração Pública pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão, tendo em vista que a lei previamente determinou a única medida possível de ser adotada sempre que se configure a situação objetiva descrita em lei, devendo ser analisado tão somente pelo aspecto da legalidade do ato em si.

Os atos discricionários são aqueles que a Administração Pública pode praticar com certa liberdade de escolha e decisão, sempre dentro dos termos e limites legais, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e conveniência administrativa, cuja análise deve recair tanto no aspecto de legalidade, mas também sobre o mérito do ato administrativo.

Dessa maneira, na edição de um ato vinculado a administração Pública não dispõe de nenhuma margem de decisão, sendo que o comportamento a ser adotado pelo Administrador está regulamentado em lei, enquanto na edição de um ato discricionário, a legislação outorga ao agente público determinada margem de liberdade de escolha, diante da avaliação de oportunidade e conveniência da prática do ato.

RESPOSTA: "CERTO".

1845 - (STF – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Com relação a dispositivos da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

Em se tratando de processo administrativo disciplinar, a autoridade instauradora pode, como medida cautelar e para que não haja interferências na apuração da irregularidade, decretar o afastamento do servidor investigado, sem prejuízo da remuneração.

- () CERTO
() ERRADO

O afastamento temporário e preventivo de servidor que está sob investigação administrativa para apuração de infração funcional poderá ocorrer, desde que não ultrapasse o período legalmente previsto, sem prejuízo de sua remuneração.

Essa é a norma constante na Lei 8.112/90, que assim determina:

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

RESPOSTA: "CERTO".

1846 - (TRT - 15ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) Ao entrar em exercício, todo servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, período em que será avaliado para o desempenho do cargo sob os fatores da assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Durante o estágio probatório poderá ser concedida ao servidor a licença

- A) para capacitação.
B) por prêmio de assiduidade.
C) para atividade política.
D) para tratar de interesses particulares.
E) para desempenho de mandato classista.

Nos termos do artigo 41 da Constituição Federal, temos que transcorrido o lapso temporal de **03 (três) anos de exercício subsequentes à nomeação do servidor público**, este goza de estabilidade, sendo certo que para sua aquisição é necessária e obrigatória a efetiva avaliação especial de desempenho, por uma comissão formada especialmente para tal fim.

Assim, para que o servidor público esteja apto a gozar de sua estabilidade é necessário o preenchimento de quatro requisitos cumulativos:

- aprovação em concurso público;
- nomeação para cargo público efetivo;
- três anos de efetivo exercício no cargo público, e;
- aprovação em avaliação especial de desempenho julgada por comissão instituída para tal finalidade.

A estabilidade de servidor público é o direito de não ser desligado de suas ocupações públicas, senão em virtude de sentença judicial transitada em julgado e realização de processo administrativo, observado a garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório, desde que cumpridas as exigências previstas em lei e aprovação em estágio probatório.

Para a concessão das licenças e afastamentos previstos em lei, ao servidor ainda em estágio probatório será permitida a concessão respeitadas as seguintes normas legais:

Art. 20. (...)

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - para o serviço militar;

IV - para atividade política;

V - para capacitação;

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para desempenho de mandato classista.

RESPOSTA: "C".

1847 - (TRE-PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)

Considere as seguintes assertivas a respeito da Ajuda de Custo e das Diárias:

I. À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de um ano, contado do óbito.

II. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a seis meses.

III. Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

IV. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que consta APENAS em

A) II e IV.

B) I, II e III.

X) I, III e IV.

Δ) I e IV.

E) II e III.

Dentre as afirmações apresentadas na questão, apenas a afirmativa II está errada, visto que em seu conteúdo garante que: "II - A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, **não podendo exceder a importância correspondente a seis meses**".

Entretanto, ao analisar o que dispõe o artigo 54 da Lei 8.112/90, verificamos o seguinte texto legal:

Art. 54. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, **não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses**.

Dessa maneira, temos que para o cálculo da ajuda de custo, será adotada como base de cálculo a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a 03 (três) meses.

RESPOSTA "C".

1848 - (TRT - 5ª REGIÃO/BA – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2013) A investidura em cargo público ocorre com a posse e dependerá de prévia inspeção médica oficial. Todavia, nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, somente haverá posse nos casos de provimento de cargo por

A) nomeação.

B) promoção.

C) readaptação.

D) reintegração.

E) recondução.

A posse ocorrerá mediante assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

Nos termos do que dispõe o artigo 13, § 4º da Lei Federal nº 8.112/90, a posse somente ocorrerá nos casos de provimento por nomeação:

Art. 13

(...)

§ 4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

RESPOSTA: "A".

1849 - (TRT – 5ª REGIÃO/BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) Um servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA foi trabalhar em outra localidade para acompanhar cônjuge, também servidor público civil, que foi deslocado no interesse da Administração. Esse ato é denominado

A) remoção.

B) transferência.

X) redistribuição.

Δ) readaptação.

E) disponibilidade.

O ato denominado remoção pressupõe o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

A situação hipotética descrita no enunciado da questão está devidamente prevista no artigo 36, inciso III, alínea "a", que assim estabelece:

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

(...)

III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

RESPOSTA: "A".

1850 - (TRT - 8ª REGIÃO/PA E AP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2013) No que tange às licenças e aos afastamentos disciplinados pela Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

A) Um dos requisitos necessários para a autorização de afastamento de servidor público, para estudo no exterior, destinado à realização de programa de doutorado, consiste na exigência de que o servidor titular de cargo efetivo esteja no respectivo órgão há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório.

B) O servidor público federal investido em mandato de deputado federal será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

C) A licença para capacitação concedida dentro de noventa dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

D) O estágio probatório deve ser interrompido durante a licença para atividade política e será reiniciado a partir do término do impedimento.

E) É assegurado ao servidor o direito a licença, sem prejuízo da remuneração, para o desempenho de mandato classista.

A possibilidade jurídica de afastamento de servidor para estudo ou missão oficial em país estrangeiro obedecerá obrigatoriamente alguns requisitos previstos na Lei 8.112/90.

Dentre os requisitos legais, destacamos a norma prevista no artigo 95, §1º da Lei já mencionada:

Art. 95. O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º A ausência não excederá a 4 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

RESPOSTA: "A".

1851- (TRE/SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – PONTUA/2011). São formas de provimento de cargo público, exceto:

- A) promoção.**
- B) aproveitamento.**
- C) recondução.**
- D) transferência.**
- E) reversão.**

As formas de provimento em cargos públicos está elencada no artigo 8º da Lei 8.112/90, que assim dispõe:

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;*
- II - promoção;*
- III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)*
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)*
- V - readaptação;*
- VI - reversão;*
- VII - aproveitamento;*
- VIII - reintegração;*
- IX - recondução.*

Como se pode verificar, a transferência não está elencada no rol do artigo 8º da Lei 8.112/90, como forma de provimento em cargos públicos, sendo importante destacar que a **transferência** vinha prevista no artigo 23 da mencionada Lei, entretanto, teve seu conteúdo revogado por força da Lei nº 9.527/97.

RESPOSTA: "D".

1852 - (TRE/SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO - PONTUA/2011) São formas de provimento de cargo público:

I. A posse.

II. Nomeação.

III. Reversão.

IV. Preenchimento dos requisitos básicos para investidura.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Apenas o item III.**
- B) Apenas o item II.**
- C) Apenas os itens I e IV**
- D) Apenas os itens II e III.**

As formas de provimento em cargos públicos está elencada no artigo 8º da Lei 8.112/90, que assim dispõe:

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

V - readaptação;

VI - reversão;

VII - aproveitamento;

VIII - reintegração;

IX - recondução.

Como se pode verificar, a **posse** e o **preenchimento dos requisitos básicos para investidura** não estão elencados no rol do artigo 8º da Lei 8.112/90, como forma de provimento em cargos públicos.

RESPOSTA "D".

1853 - (TCE-SP – PROCURADOR – FCC/2011) A responsabilização do servidor público pode se dar no âmbito civil, penal e administrativo. Em relação a referida responsabilização, é correto afirmar:

A) O ilícito administrativo é dotado da mesma tipicidade do ilícito penal, uma vez que demanda expressa previsão legal da conduta punível para sua caracterização

B) A caracterização do ilícito penal demanda a comprovação da existência de dolo ou culpa, enquanto na esfera civil se admite a responsabilização objetiva do servidor.

C) A caracterização do ilícito civil prescinde da comprovação do nexo de causalidade entre a ação ou omissão do servidor e o dano verificado.

D) Uma mesma conduta do servidor público pode configurar ilícito administrativo e ilícito penal, mas o processo administrativo disciplinar somente se inicia após a conclusão do processo crime, caso tenha restado comprovada a autoria.

E) A caracterização do ilícito administrativo prescinde da comprovação da tipicidade do ilícito penal, porque o fato punível na esfera administrativa pode não constituir crime.

Para que o servidor público possa ser responsabilizado pelo cometimento de ilícito administrativo, não é necessário a sua comprovação e condenação na esfera penal, haja vista que é possível que a infração seja meramente administrativa e não sendo tipificada na lei criminal.

Ademais, conforme se verifica no artigo 125 da lei 8.112/90, temos a disposição de independência entre as esferas legais, senão vejamos:

*Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo **independentes entre si**.*

Dessa maneira, como há independência entre a aplicação das sanções nas esferas civis, penais e administrativas, é possível que o servidor seja punido na esfera administrativa, sem que tenha cometido crime punível na esfera penal ou então tenha sanção aplicável na esfera civil.

RESPOSTA: "E".

1854 - (TRT – 12ª Região/SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) Gertrudes é servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e, no exercício de seu cargo, opõe resistência injustificada ao andamento de um processo. Após regular processo administrativo, Gertrudes é punida no ano de 2012 com pena de advertência. Neste ano de 2012, a referida funcionária pratica nova falta funcional e novamente opõe resistência injustificada ao andamento de alguns processos. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.112/90, Gertrudes, após regular processo administrativo, será apenas com:

- A) suspensão, que não poderá exceder 60 dias.**
- B) suspensão, que não poderá exceder 90 dias.**
- C) repreensão.**
- D) advertência, pela última vez.**
- E) demissão.**

A Lei Federal nº 8.112/90 determina que em caso de reincidência de infração administrativa punível com pena de advertência, deverá a autoridade administrativa, após o término do procedimento administrativo ou sindicância que apurou a autoria e a materialidade da infração, aplicar a pena de suspensão do servidor público federal por período não superior a 90 (noventa) dias.

Esta é a norma prevista no artigo 130 do mencionado diploma legal que assim estabelece:

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

RESPOSTA: "B".

1855 - (TRT – 12ª Região/SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) Segundo a Lei nº 8.112/90, especificamente no que concerne ao regime jurídico dos servidores públicos da União, é INCORRETO:

A) Para as pessoas portadoras de deficiência serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso público para provimento de cargo com atribuições compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

B) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

C) A posse, em regra, ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento

D) Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

E) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos previstos em lei.

A Constituição Federal prevê que é amplo o acesso aos cargos e empregos públicos aos brasileiros que cumpram os requisitos previstos em lei, assim como aos estrangeiros (pois há cargos públicos que somente poderão ser preenchidos por brasileiros natos ou naturalizados), mediante a realização e aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, exceto para a contratação de cargo de provimento em comissão, os quais são livres a nomeação e a exoneração, de acordo com a conveniência e oportunidade verificada pela Autoridade Administrativa.

A obrigatoriedade de concurso público é somente para a primeira investidura em cargo ou emprego público, isto é, para o ingresso em cargo isolado ou no cargo inicial da carreira, nas entidades estatais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas paraestatais.

O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público propiciando igualdade de oportunidade a todos os interessados no ingresso da carreira pública, desde que atendam aos requisitos da lei, consoante determina a Constituição Federal.

Após a realização do concurso segue-se o provimento do cargo, através da nomeação do candidato aprovado.

Importante ressaltar que a exigência de aprovação prévia em concurso público implica a classificação dos candidatos e nomeação na ordem dessa classificação, haja vista que não basta, pois, estar aprovado em concurso para ter direito à investidura, visto que é necessária também é que esteja classificado e na posição correspondente às vagas existentes, durante o período de validade do concurso, que pode ser de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período uma única vez.

O concurso público deve ser realizado com observância ao tratamento impessoal e igualitário aos interessados e concorrentes do certame. Cumpre ressaltar que o concurso público deve ser provas ou provas e títulos, ou seja, não basta para a aprovação do candidato a cargos efetivos ou empregos públicos a análise baseada exclusivamente em títulos ou currículos, mas sim precedidos da realização de provas, objetivando aferir o melhor e mais preparado candidato postulante de cargo ou emprego público.

As entidades estatais são livres para organizar seu pessoal para o melhor atendimento dos serviços e cargos, mas a organização deve ser fundamentada em lei, prevendo as devidas competências e observâncias das normas constitucionais pertinentes ao funcionalismo público.

A Lei 8.112/90 dispõe sobre os requisitos básicos para a investidura em cargo público, assegurando aos portadores de deficiência, reservando para tanto até 20% do total de vagas oferecidas no concurso.

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

(...)

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Observa-se que o enunciado da questão exige do candidato a escolha da alternativa INCORRETA.

RESPOSTA: "A".

1856 - (TRE/SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – PONTUA/2011) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, por período designado na lei, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I. Assiduidade.
- II. Responsabilidade.
- III. Investimento em formação profissionalizante.
- IV. Disciplina.

Está(ão) INCORRETO(S):

- A) Apenas o item II.
- B) Apenas o item III.
- C) Apenas os itens I e IV.
- D) Apenas os itens II e III

O artigo 20 da Lei 8.112/90 define os fatores avaliados e observados durante o período de estágio probatório, conforme se pode verificar a seguir a íntegra do texto legal:

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (vide EMC nº 19)

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V- responsabilidade.

Dessa maneira, verificamos que não consta no rol de fatores apresentados no artigo 20 da Lei 8.112/90 o que propõe o item III da questão "Investimento em formação profissionalizante", sendo tal afirmação errada.

Não é exigência da referida questão, mas é importante mencionar que o prazo do estágio probatório sofreu alteração, por força da Emenda Constitucional nº 19/98, não sendo mais de 24 meses, sendo imprescindível estudar as alterações introduzidas na Constituição Federal por meio da referida Emenda.

RESPOSTA: "B".

1857 - (TRE-SC – Técnico Judiciário – PONTUA/2011) Ao servidor em estágio probatório poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos, abaixo relacionados:

I. Licença por motivo de doença em pessoa da família.

II. Licença para serviço militar.

III. Licença para desempenho de mandato classista.

IV. Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

Está INCORRETO:

- A) Apenas o item II
- B) Apenas o item IV.
- C) Apenas o item I.
- D) Apenas o item III.

O artigo 20, § 4º da Lei 8.112/90, dispõe sobre a possibilidade de afastamento de servidor público em período de estágio probatório, senão vejamos:

"§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal".

O Desempenho de Mandato Classista, descrito no item III da questão é motivo para a concessão de licença para o servidor público, entretanto, está excluído, nos termos do artigo 20, §4º da Lei 8.112/90, sendo que tal possibilidade de afastamento não está a disposição do servidor público ainda em estágio probatório.

A autorização legal de concessão de licença para o desempenho de mandato classista está prevista no artigo 81, inciso VII da Lei 8.112/90, ficando excluída a sua possibilidade de concessão para os servidores em estágio probatório.

RESPOSTA: "D".

1858 - (TRT - 10ª REGIÃO/DF E TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2013) De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe a respeito do regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue os itens seguintes.

Havendo conveniência para o serviço, a pena de suspensão pode ser convertida em multa correspondente à metade por dia do vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer no desempenho de suas atribuições.

() CERTO

() ERRADO

Nos termos do que dispõe o artigo 130 da Lei Federal nº 8.112/90, temos que a suspensão é a penalidade aplicada em caso de reincidência de irregularidades administrativas punidas com advertência além das demais violações e proibições que não sejam punidas com demissão, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Assim, a pena de suspensão afastará o servidor das atividades públicas pelo prazo estipulado pela autoridade administrativa, entretanto, é possível que a pena de suspensão seja convertida em multa, quando tal providência se mostrar conveniente à Administração Pública.

Esta é a norma prevista no artigo 130, § 2º da Lei Federal nº 8.112/90, que assim estabelece:

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

(...)

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

RESPOSTA: "CORRETA".

1859 - (TRF – 3ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) Claudio, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, foi colocado em disponibilidade em face da extinção do órgão no qual estava lotado. Posteriormente, o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinou o imediato provimento, por Cláudio, de vaga aberta junto a outro órgão da Administração pública federal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, referida situação caracteriza

A) aproveitamento, cabível desde que se trate de cargo com vencimentos e atribuições compatíveis com o anteriormente ocupado pelo servidor.

B) recondução, obrigatória apenas se o servidor estiver em disponibilidade há menos de 5 (cinco) anos.

C) reintegração, somente obrigatória em se tratando de órgão sucessor do extinto nas respectivas atribuições.

D) reversão, facultativa para o servidor, que poderá optar por permanecer em disponibilidade, recebendo 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos.

E) redistribuição, obrigatória para o servidor, independentemente dos vencimentos do novo cargo.

O servidor colocado, pela Administração Pública, em disponibilidade tem o direito de obrigatoriamente retornar as atividades administrativas em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis com o cargo anteriormente ocupado.

Esta é a norma legal do artigo 30 da lei Federal nº 8.112/90, que assim estabelece:

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

RESPOSTA: "A".

1860 - (TRF – 3ª REGIÃO – Técnico Judiciário – FCC/2014) Pedro Henrique, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, participava, concomitantemente ao exercício da função pública, da administração de sociedade privada. Instaurado processo disciplinar para apuração da potencial falta administrativa, Pedro Henrique, de acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, poderá sofrer pena de

A) advertência, com a correspondente anotação em seu prontuário e determinação de cessação da atividade privada.

B) suspensão, que não pode exceder 30 dias, passível de conversão em multa.

C) suspensão, que não pode exceder 60 dias, vedada conversão em multa.

D) demissão, salvo se atuava na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

E) demissão, que incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal.

No caso descrito no enunciado da questão, temos um servidor público que exerce atividade administrativa e ao mesmo tempo atua na administração de sociedade privada.

Nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.112/90, no artigo 117, inciso X, temos a proibição legal ao servidor público participar de gerência ou administração de sociedade privada, com exceção se for na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Artigo 117 – ao servidor é proibido:

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

Caso o servidor público atue na gerência ou administração de empresa privada, e não seja na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, o mesmo incorrerá em infração administrativa punível com pena disciplinar prevista em Lei.

Neste aspecto, a punição prevista para o descumprimento da proibição prevista no artigo 117, inciso X da Lei 8.112/90, vem estabelecida no artigo 132, inciso XIII do mesmo diploma legal e assim dispõe:

*Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:
(...)*

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Assim, caso o servidor público atue concomitantemente na esfera pública e como administrador de sociedade privada, o mesmo será punido com pena de demissão, salvo se for na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

RESPOSTA: "D".

1861 - (TRE/MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CES-PE/2013) Acerca dos requisitos para a investidura em cargo público, assinale a opção correta.

A) As universidades podem prover seus cargos com professores estrangeiros.

B) A idade mínima para a investidura em cargo público é dezoito anos.

C) A investidura em o cargo público é concretizada com a publicação da nomeação no Diário Oficial.

D) Vinte por cento das vagas de todos os concursos públicos devem ser reservadas aos portadores de deficiência, vedada qualquer alegação de incompatibilidade entre a deficiência e o cargo.

E) Para ser investido em cargo público, o candidato deve ter, ao menos, o ensino fundamental completo.

Nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.112/90, são requisitos básicos para a investidura em cargo públicos:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

Outrossim, é permitido pela mencionada Lei a contratação por universidades e instituições de pesquisas científica e tecnológica de professores estrangeiros, conforme se verifica no artigo 5º, § 3º, senão vejamos:

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

RESPOSTA: "A".

1862 - (TRE/PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IA-DES/2014) Considere hipoteticamente que Maria, servidora pública federal, foi citada no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD), regido pela Lei nº 8.112/1990. Com base nessa situação, assinale a alternativa que indica um procedimento que, no seu rito ordinário, é previsto após o referido momento processual.

A) Interrogatório de Maria.

B) Inquirição de testemunhas.

C) Publicação do ato que constituir a comissão processante.

D) Indiciação de Maria.

E) Apresentação de defesa escrita de Maria.

No caso descrito no enunciado da questão, temos que uma servidora pública está sendo submetida à Processo Administrativo Disciplinar, ainda em trâmite pela Autoridade Administrativa.

De acordo com o que dispõe a Lei 8.112/90, em seu artigo 161, temos que após tipificada a infração disciplinar, o servidor será indiciado, com a conseqüente especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

Após a indicição do servidor, o mesmo será **citado**, por mandado expedido pela autoridade administrativa designado para presidir a comissão processante, **para apresentar defesa escrita**, no prazo de 10 (dez dias).

Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

RESPOSTA: "E".

1863 - (TRT – 20ª REGIÃO/SE - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) A licença por motivo de doença em pessoa da família, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses, dentre outras, na seguinte condição, por até

A) 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração

B) 100 dias, consecutivos ou não, sem remuneração

C) 120 dias, consecutivos, mantida a remuneração do servidor.

D) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

E) 90 dias, consecutivos, mantida a remuneração do servidor.

A alternativa está de acordo com o que garante o artigo 83, § 2º, inciso I da Lei 8.112/90, que assim dispõe:

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

(...)

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor;

RESPOSTA: "D".

1864 - (MDIC – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE/2014) No que se refere aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

Considere que um servidor vinculado à administração unicamente por cargo em comissão cometa uma infração para a qual a Lei n.º 8.112/1990 preveja a sanção de suspensão. Nesse caso, se comprovadas a autoria e a materialidade da irregularidade, o servidor sofrerá a penalidade de destituição do cargo em comissão.

() CERTO

() ERRADO

O servidor com provimento em cargo em comissão também está sujeito as normas constantes na Lei Federal nº 8.112/90, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

O artigo 135 da mencionada legislação federal determina que ocorrerá a destituição de cargo em comissão, devidamente exercido por não ocupante de cargo com provimento efetivo, na hipótese de infração administrativa punível nos termos da Lei 8.112/90 com as penalidades de suspensão e demissão.

Art. 135. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

RESPOSTA: "CERTO".

1865 - (TRT – 19ª Região (AL) – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) Lara, servidora pública federal do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, está ansiosa para receber sua gratificação natalina, a fim de comprar presentes para seus familiares e quitar alguns débitos que ainda possui. A propósito da gratificação narrada e nos termos da Lei nº 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

A) a gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

B) a gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

C) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

D) a gratificação natalina será considerada para o cálculo de toda e qualquer vantagem pecuniária.

E) o servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Entretanto, nos termos do que dispõe o artigo 66 da Lei Federal nº 8.112/90, a gratificação natalina **não** será considerada para fins de cálculo de qualquer vantagem pecuniária:

Art. 66. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Importante lembrar que o enunciado da questão exige a alternativa incorreta.

RESPOSTA: "D".

1866 - (TRT – 15ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2013) João Carlos era funcionário público titular de cargo efetivo. Em determinada ocasião imputaram-lhe a prática de infração de natureza grave, que após regular processo administrativo, acabou ensejando sua demissão. Posteriormente João Carlos conseguiu reunir provas para demonstrar que as acusações eram falsas. Pretende assim, ingressar em juízo, munido dessas provas para pleitear, com fundamento na Lei no 8.112/90, sua.

A) reversão ao cargo, com efeitos retroativos quanto ao recebimento de vantagens e provimentos.

B) recondução ao cargo anteriormente ocupado, com direitos e vantagens atrasados.

C) reintegração ao cargo, cumulado com pedido de recebimento dos vencimentos e vantagens do período.

D) recondução ao cargo, vedado qualquer efeito retroativo à decisão.

E) reintegração ao cargo, vedado o recebimento de acréscimos e vantagens.

A partir do momento em que o servidor demitido conseguir modificar decisão administrativa por meio de sentença judicial demonstrando sua inocência no cometimento de infração administrativa a ele erroneamente imputada, o mesmo deverá ter sua reintegração ao cargo garantida.

Esta é a norma prevista constitucionalmente no artigo 41, § 2º, que assim garante:

Art. 41 (...)

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Assim, nos exatos termos do que dispõe a Lei 8.112/90 pertinente ao tema, é garantido ao servidor reintegrado as suas funções administrativas o recebimento dos vencimentos e vantagens do período em que ficou fora de seu cargo em virtude de decisão administrativa.

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

RESPOSTA: "C".

1867 - (TRF – 2ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Sobre os ditames disciplinares previstos na Lei 8112/90, quando um servidor apresenta quadro de inassiduidade habitual, as penalidades previstas na legislação estatutária determinam a aplicação de:

- A) advertência;
- B) disponibilidade
- X) demissão;
- Δ) suspensão de até 15 dias;
- E) suspensão de até 30 dias.

Será aplicada a pena administrativa de demissão ao servidor público que apresenta quadro de inassiduidade habitual, nos termos do artigo 132, inciso III da Lei 8.112/90, senão vejamos o que dispõe o referido artigo em seu texto legal:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: (...)

III - inassiduidade habitual;

RESPOSTA: "C".

1868 - (TJ/PR - JUIZ - TJ-PR/2011) Sobre a norma que se extrai do art. 37, inciso II, da Constituição da República, assinale a única opção CORRETA:

- a) É uma norma discricionária.
- b) É uma norma dispositiva.
- c) É uma norma vinculante.
- d) É uma norma facultativa.

Para que seja possível a resolução da questão, é imprescindível saber o que dispõe o artigo 37, inciso II da Constituição Federal, vejamos:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Em Direito Administrativo chamamos de norma vinculante o dispositivo normativo que vincula o administrador público a adotar a providência nos termos exatos fixados em lei.

Assim, a Administração pública não tem escolha sobre as providências a ser adotadas em caso de aplicabilidade de norma vinculante, visto que o próprio dispositivo legal já cuidou de determinar a única medida possível a ser adotada.

Dessa maneira, vemos no artigo 37, inciso II da Constituição Federal que o legislador constituinte não deixou margem de liberdade para a Administração Pública quando necessitar contratar servidores públicos, visto que vinculou a atividade administrativa às únicas alternativas: a aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos ou então, é permitido a dispensa do certame quando o cargo se tratar de comissão de livre nomeação e exoneração.

RESPOSTA "C".

1869 - (TST – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) É requisito básico para investidura nos cargos públicos em geral:

- A) nacionalidade brasileira ou estrangeira.
- B) nível de escolaridade mínimo igual ou equivalente a ensino universitário.
- C) idade mínima de vinte e um anos.
- D) aptidão física e mental.
- E) aprovação em concurso público de provas e títulos.

Nos termos do artigo 5º da Lei 8.112/90, temos elencados o rol de requisitos básicos para a viabilização de investidura em cargo público:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;*
- II - o gozo dos direitos políticos;*
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;*
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;*
- V - a idade mínima de dezoito anos;*
- VI - aptidão física e mental.**

Assim, conforme se verifica na questão proposta, a única exigência prevista em lei constante das alternativas é a *aptidão física e mental*.

RESPOSTA "D".

1870 - (TRE-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2012) A respeito dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

Cargos públicos são núcleos de encargos de trabalho permanentes a serem preenchidos por agentes contratados para desempenhá-los sob relação trabalhista.

- () CERTO
() ERRADO

Nos ensinamentos do professor e jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, temos que cargos públicos *"são as mais simples e indivisíveis unidades de competência a serem expressadas por um agente, prevista em número certo, com denominações próprias, retribuídas por pessoas jurídicas de Direito Público e criadas por lei"*.

Ademais, importante esclarecer que aqueles que são titulares de cargos públicos, foram previamente aprovados em concurso de prova ou provas e títulos, (dispensada no caso de cargo em comissão com livre nomeação e exoneração), são submetidos ao regime estatutário, sendo considerados servidores públicos efetivos ou comissionados, não havendo possibilidade jurídica de contratação de cargos públicos por meio do regime trabalhista.

RESPOSTA: "ERRADO".

1871 - (TRT – 23ª REGIÃO/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) Maria, servidora pública estável, retornará ao cargo anteriormente ocupado tendo em vista sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo. José, também servidor público estável, retornará ao cargo anteriormente ocupado, em razão de reintegração do anterior ocupante. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o retorno de tais servidores denomina-se, respectivamente,

- A) recondução e aproveitamento.
B) recondução e recondução.
C) reversão e recondução.
D) reintegração e recondução.
E) readaptação e reintegração.

Verifica-se que na situação hipotética apresentada pelo examinador da questão afirma que ambos os servidores públicos são estáveis em seus cargos, e ainda destaca-se que ambos retornaram para o cargo de origem, ou anteriormente ocupado.

A partir de tais ressalvas, estamos diante do mecanismo administrativo da RECONDUÇÃO, em ambos os casos, entretanto, o retorno se deu por motivos diferentes.

Vamos ao conceito de Recondução, que nada mais é do que o retorno do servidor estável ao cargo que anteriormente ocupava.

O artigo 29, e seus incisos, da Lei 8.112/90, dispõe sobre os motivos de recondução de servidor público estável, senão vejamos:

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

RESPOSTA: "B".

1872 - (Polícia Federal - ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE/2013) Com relação ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

A posse de um candidato aprovado em concurso público somente poderá ocorrer pessoalmente

- () CERTO
() ERRADO

A investidura em cargo público ocorrerá com a posse. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

O artigo 13, § 3º da Lei 8.112/90, autoriza a assinatura do termo de posse por meio de procuração, quando o servidor investido no cargo estiver impossibilitado de fazê-lo dentro do prazo legal, não sendo obrigatória a presença do candidato aprovado.

Art. 13.

(...)

§ 3o A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

RESPOSTA: "ERRADO".

1873 - (IBAMA – ANALISTA ADMINISTRATIVO – CESPE/2013) De acordo com o estatuto do servidor público federal, julgue os itens subsecutivos.

Ao servidor público é vedado promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

- () CERTO
() ERRADO

A Lei 8.112/90 impõe ao servidor público federal algumas hipóteses proibidas, passíveis de punição disciplinar por se configurar em infração administrativa.

O artigo 117 do referido diploma legal assim dispõe:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

(...)

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

RESPOSTA: "CERTO".

1874 - (IBAMA – ANALISTA ADMINISTRATIVO – CESPE/2013) De acordo com o estatuto do servidor público federal, julgue os itens subsecutivos.

A inabilitação em estágio probatório e o abandono do cargo por mais de trinta dias consecutivos são situações que acarretam a exoneração do servidor ocupante de cargo efetivo.

- () CERTO
() ERRADO

A inabilitação de servidor público federal em estágio probatório acarreta sua **exoneração**, nos termos do que dispõe o artigo 20, § 2º da Lei Federal nº 8.112/90:

Art. 20 (...)

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será **exonerado** ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

Entretanto, o servidor público federal que abandonar o cargo por mais de trinta dias consecutivos será punido com a sua **demissão**, conforme determina o artigo 132, inciso II do mesmo diploma legal:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:
(...)

II - abandono de cargo;

RESPOSTA: "ERRADO".

1875 - (FUB – ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CESPE/2011) Com base na Lei nº 8.112/1990, julgue os itens:

A conversão da penalidade de suspensão em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, poderá ocorrer na hipótese de o servidor permanecer obrigatoriamente na repartição e quando houver conveniência para a prestação do serviço.

- () CERTO
() ERRADO

A afirmativa do exercício está correta, pois trata da possibilidade da conversão da pena de suspensão aplicada a servidor público que cometeu infração administrativa em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, desde que tal situação seja conveniente ao serviço público, devendo ainda o servidor obrigado a permanecer em suas atribuições.

Tal situação está prevista no artigo 130, § 2º da Lei 8.112/90, que assim dispõe:

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, **ias consecutivos em razão de casamento, falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.**

II. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, independente de compensação de horário.

III. Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independente de compensação de horário.

IV. Estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga.

Está INCORRETO

- A) Apenas o item II.
B) Apenas o item III.
C) Apenas o item IV.
D) Apenas o item I.

Na afirmação do item II, consta a possibilidade de servidor estudante possui horário especial, desde que comprovada a incompatibilidade de horário, sem prejuízo do cargo, **e independente de compensação de horário.**

Pois bem, o erro da alternativa é exatamente quando trata da compensação de horário, visto que, de acordo com o que estabelece o artigo 98, § 1º da Lei 8.112/90 afirma exatamente o contrario, exigindo a compensação de horário para o servidor estudante com incompatibilidade de horário, senão vejamos:

Art. 98. Será concedido **horário especial ao servidor estudante**, quando comprovada a **incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição**, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, **será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.**

RESPOSTA: "A".

1876 - (TRF – 2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo a responsabilidade

A) civil, penal e administrativa autônomas, e a absolvição em uma dessas áreas não exclui a responsabilidade em qualquer outra.

B) civil e administrativa afastadas, dependendo da amplitude da absolvição criminal decorrente de insuficiência de provas.

C) civil afastada na hipótese de ocorrer a absolvição administrativa em face da inexistência do fato e de sua autoria.

D) criminal afastada no caso de absolvição civil e administrativa decorrente de insuficiência de provas.

E) administrativa afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

O servidor público no exercício de suas atribuições pode ser responsabilizado, pela prática de ato ilícito, nas esferas administrativa, civil ou penal. A administração pode aplicar a sanção de forma cumulativa, ou seja, o mesmo ato pode ser punido por uma sanção civil, penal e administrativa.

Responsabilidade Civil – o servidor público é obrigado a reparar o dano causado à administração pública ou a terceiro, em decorrência de sua conduta dolosa ou culposa, praticada de forma omissiva ou comissiva, mediante o direito de regresso.

Essa responsabilidade é subjetiva, ao contrário da responsabilidade da administração que é objetiva.

Responsabilidade penal – decorre da conduta ilícita praticada pelo servidor público que a lei penal tipifica como infração penal.

Os principais crimes contra a administração estão previstos artigos 312 a 326 do Código Penal Brasileiro.

Responsabilidade administrativa – quando o servidor pratica um ilícito administrativo, bem como o desatendimento de deveres funcionais. Essas práticas ilícitas poderão redundar na responsabilidade administrativa do servidor, que após apuração por meio de sindicância e processo administrativo, sendo culpado, será punido com uma das seguintes medidas disciplinares:

- a) advertência – faltas de menor gravidade;
- b) suspensão – se houver reincidência da falta punida com advertência;
- c) demissão – aplicada quando o servidor cometer falta grave;
- d) cassação de aposentadoria ou disponibilidade – aplicada ao servidor aposentado, que, quando em atividade, praticou falta grave;
- e) destituição de cargo em comissão ou função comissionada – também em virtude do cometimento de falta grave.

Cumpra esclarecer que o servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, de forma autônoma e independente, entretanto, a responsabilidade administrativa do servidor deverá ser afastada pela autoridade administrativa em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou da autoria.

Esta é a norma estabelecida no artigo 126 da Lei Federal nº 8.112/90, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, conforme segue:

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

RESPOSTA: "A".

1877 - (TRF - 3ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2014) Considere os seguintes atos:

- I. Inquirição de testemunhas.**
- II. Interrogatório do servidor acusado.**
- III. Apresentação de defesa escrita.**
- IV. Indiciação do servidor.**

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, as fases do processo administrativo disciplinar ocorrem na ordem descrita em:

- A) II, I, III e IV.**
- B) I, II, IV e III.**
- C) II, I, IV e III.**
- D) I, II, III e IV.**
- E) IV, II, III e I.**

Os atos administrativos elencados no enunciado da questão se referem aos procedimentos adotados na fase de inquérito administrativo, adotado para apurar eventual irregularidade ou ilícito administrativo cometido durante o exercício da atividade administrativa, bem como definir a autoria do ilícito administrativo.

Pois bem, para a resolução da questão é necessário nos reportarmos aos dispositivos legais que dispõem sobre o Inquérito Administrativo, previsto na Lei Federal nº 8.112/90, nos artigos 153 e seguintes.

Seguindo a ordem cronológica das fases do Inquérito temos inicialmente a inquirição das testemunhas:

Art. 157. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Após a inquirição das testemunhas, temos a fase do interrogatório pessoal do servidor público acusado:

Art. 159. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 157 e 158.

Ato contínuo, concluída a etapa de interrogatório do acusado, e, constatado a ocorrência do ilícito administrativo bem como a sua autoria, com a tipificação da infração disciplinar, nos termos legais, o servidor é indiciado:

Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

Concluindo as etapas do Inquérito Administrativo, após a indicição do servidor acusado, lhe será ofertado o prazo de 10 dias para apresentar sua defesa por escrito, nos termos do artigo 161, § 1º da Lei Federal nº 8.112/90.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe a vista do processo na repartição.

RESPOSTA: "B".

1878 - (TRF – 2ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Em matéria de vacância é certo que

- A) a exoneração de cargo em comissão dar-se-á apenas a juízo da autoridade competente.**
- B) o servidor será exonerado de ofício quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.**
- C) o servidor que, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo legal, será suspenso por quinze dias, não implicando em vacância.**
- D) a readaptação é forma de provimento de cargo público, mas não forma de vacância.**
- E) a exoneração de cargo público sempre decorre de pedido, enquanto que a dispensa de função de confiança sempre de ofício.**

A Lei Federal nº 8.112/90 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Assim, nos termos do que dispõe o artigo 20 da mencionada Lei, o servidor, ao entrar em exercício, será nomeado para o cargo de provimento efetivo, ficando sujeito e condicionado a estágio probatório, sendo avaliada a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

Não satisfeito os fatores e critério de avaliação do servidor durante o período de estágio probatório, o mesmo não será aprovado, devendo ser exonerado por ato exclusivo da Administração Pública, nos termos do que dispõe o Artigo, 20, § 2º da Lei 8.112/90:

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

Assim, o servidor não aprovado em estágio probatório por não satisfazer as condições que atestem sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, o mesmo será exonerado de ofício pelo Poder Público.

RESPOSTA: "B".

1879 - (TCE/SP – PROCURADOR – FCC/2011) Ana Maria, servidora pública, foi suspensa de suas atividades no ano de 2003. Angélica, sua colega de trabalho, sofreu penalidade de advertência um ano antes. Sabendo-se que as duas não cometeram nenhuma outra infração, é correto afirmar que

- A) as duas servidoras tiveram os registros das penalidades cancelados em 2008.**
- B) Ana Maria teve de esperar cinco anos de efetivo exercício para ver seu registro cancelado.**
- C) os registros das penalidades não poderão ser cancelados.**
- D) Angélica não teve a sua penalidade registrada.**
- E) Ana Maria e Angélica tiveram de aguardar, respectivamente, três e cinco anos de efetivo exercício até que o registro delas fosse cancelado.**

Antes de analisar a questão, importante ressaltar as informações do enunciado, dessa maneira destacamos a informação de que "Ana Maria, servidora pública, foi suspensa de suas atividades..." e ainda "Angélica, sua colega de trabalho, sofreu penalidade de advertência".

Nos termos do artigo 131 da lei 8.112/90, temos que a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 03 anos, enquanto a penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso do prazo de 05 anos, desde que o servidor não cometa nova infração disciplinar.

Vejamos o texto legal do artigo 131 da Lei 8.112/90:

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Assim, caso Ana Maria não cometa mais nenhuma infração disciplinar, ela terá o registro de sua suspensão cancelado após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício.

RESPOSTA: "B".

1880 - (TRF – 5ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Segundo a Lei nº 8.112/1990, o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente. Sobre o tema, é correto afirmar:

- A) poderá participar de Comissão de sindicância ou de inquérito parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral de terceiro grau.**
- B) o presidente da Comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.**
- C) a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, não podendo a indicação recair em um de seus membros.**
- D) as reuniões e as audiências da Comissão não terão caráter reservado.**
- E) a Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, não se aplicando, em qualquer hipótese, o sigilo na sua atuação.**

A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Conforme disciplina a Lei Federal nº 8.112/90, o processo disciplinar será conduzido por uma comissão, que exercerá suas atividades de forma independente e imparcial, sendo assegurado o sigilo necessário para o esclarecimento dos fatos.

Nos termos do que dispôs o artigo 143 da mencionada Lei, o presidente da comissão deverá ser, obrigatoriamente, ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ao do indiciado, além de outras exigências, vejamos:

Art. 149. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

RESPOSTA: "B".

1881 - (TRF – 5ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Nos termos da Lei nº 8.112/1990, quanto ao processo administrativo disciplinar, está correto o que se afirma em:

- A) Da sindicância pode resultar na aplicação da penalidade da suspensão de até trinta dias.
- B) O processo disciplinar será facultativo nos casos de destituição de cargo em comissão.
- C) O prazo para conclusão da sindicância não poderá exceder a noventa dias.
- D) Ao término da sindicância, apenas a advertência é a penalidade possível.
- E) Com a sindicância, pode haver a imediata demissão de um servidor a bem do serviço público.

A Sindicância é o procedimento administrativo disciplinar sumário de natureza inquisitorial (não possui contraditório) que tem como objetivo apurar a existência de fatos irregulares na Administração e determinar os responsáveis.

Trata-se de procedimento que se assemelha a um inquérito policial porque tem natureza investigativa e deverá servir de base para a instauração de processo administrativo disciplinar.

Nos termos do artigo 145 da Lei Federal nº 8.112/90, temos:

Art. 145. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

RESPOSTA: "A".

1882 - (TRF – 2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que

- A) jamais poderão ser alterados.
- B) em regra, poderão ser alterados unilateralmente, apenas pela Administração Pública.

C) não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

D) poderão ser alterados apenas de forma bilateral.

E) em regra, poderão ser alterados unilateralmente, apenas pelo administrado.

É por meio da posse que marca o início dos direitos e deveres funcionais, como, também, geram as restrições, impedimentos e incompatibilidades para o desempenho de outros cargos, funções ou mandatos.

Importante salientar que sem a posse o provimento não se completa, nem pode haver exercício da função pública.

Por isso mesmo, a nomeação regular só pode ser desfeita pela Administração antes de ocorrer à posse do nomeado, sendo certo que uma vez assinado o respectivo termo de posse, não poderá o seu conteúdo ser alterado pela Administração Pública ou pelo cidadão recém empossado no cargo público, exceto os atos de ofício devidamente previsto em Lei.

Esta é a norma prevista no artigo 13 da Lei Federal nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

Com a posse, o cargo fica provido e não poderá ser ocupado por outrem, mas o provimento só se completa com a entrada em exercício do nomeado. Se este não o faz na data prevista, a nomeação e, assim, consequentemente, a posse tornam-se ineficazes, devendo assim ser declarada, pela autoridade competente, a vacância do cargo.

RESPOSTA: "C".

1883 - (IF/SP – ADMINISTRADOR – GESTÃO DE CONCURSOS/2014) Nos termos da Lei nº 8.112/90, o provimento por recondução ocorre na seguinte hipótese:

A) O servidor aposentado por invalidez retorna à atividade em face da declaração, por junta médica oficial, da insubsistência dos motivos da aposentadoria.

B) O servidor é investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação que tenha sofrido em sua capacidade física.

C) O servidor é investido no cargo anteriormente ocupado quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

D) O servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado em razão de ter sido inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo.

Nos termos do artigo 41 da Constituição Federal, temos que transcorrido o lapso temporal de 03 (três) anos de exercício subsequentes à nomeação do servidor público, este goza de estabilidade, sendo certo que para sua aquisição é necessária e obrigatória a efetiva avaliação especial de desempenho, por uma comissão formada especialmente para tal fim.

Especificamente para a situação jurídica da recondução, temos a seguinte norma legal prevista na Lei 8.112/90:

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

De acordo com o texto legal, a recondução é a forma de provimento em cargo público, quando o servidor estável pleiteia vaga em outro cargo, mas que por ter sido inabilitado em estágio probatório no novo cargo, retorna ao seu cargo de origem.

RESPOSTA: "D".

1884 - (MF – ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESAF/2014) Assinale a opção que contenha a infração não apenada com demissão, nos termos da Lei n. 8.112/90.

- A) Abandono de cargo.
- B) Insubordinação grave em serviço.
- C) Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- D) Inassiduidade habitual.
- E) Oposição de resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

As penalizações aplicáveis aos servidores públicos estão elencados no artigo 132 da Lei Federal nº 8.112/90, que dispõe de rol expresso e taxativo com as hipóteses de infração administrativa puníveis com **demissão**:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Como se verifica, quanto ao enunciado da questão, somente a hipótese descrita na alternativa "e" não corresponde a infração punível com demissão.

RESPOSTA: "E".

1885 - (CEFET-MG – JORNALISTA – CEFET-MG/2014) De acordo com a Lei 8.112/90, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, denomina-se

- A) reversão.
- B) recondução.
- C) readaptação.
- D) reintegração.
- E) reaproveitamento.

O enunciado da questão está de acordo com o que dispõe o artigo 28 da Lei 8.112/90, que estabelece e define a reintegração de servidor no serviço público:

"Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens."

RESPOSTA: "D".

1886 - (MJ – Analista Técnico – CESPE/2013) Acerca dos agentes públicos, julgue os itens que se seguem.

Se um servidor público federal tiver realizado despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo, ele terá direito ao recebimento de indenização de transporte, que se incorporará ao seu vencimento

- () CERTO
- () ERRADO

Nos termos legais haja a previsão de indenização referente as despesas efetuadas por servidor com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução dos serviços externos, por força de atribuições inerentes ao cargo que ocupa, nos termos do artigo 60 da Lei Federal nº 8.112/90.

Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Entretanto, conforme estabelecido no artigo 49, § 1º do mesmo diploma legal, as verbas com natureza indenizatória não se incorporarão ao vencimento ou provento.

Art. 49. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais.

§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

RESPOSTA: "ERRADO".

1887 - (MJ – ANALISTA TÉCNICO – CESPE/2013) Acerca dos agentes públicos, julgue os itens que se seguem.

Um servidor público federal foi demitido após o devido processo administrativo. Contra o ato de demissão ele ajuizou ação judicial, na qual obteve decisão favorável à sua reintegração no cargo, em decorrência da nulidade do ato de demissão. Nessa situação, o servidor reintegrado não terá direito ao tempo de serviço, aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagos no período de afastamento.

☐ CERTO

☐ ERRADO

Nos casos em que o servidor demitido conseguir modificar decisão administrativa por meio de sentença judicial demonstrando sua inocência no cometimento de infração administrativa a ele erroneamente imputada, o mesmo deverá ter sua reintegração ao cargo garantida.

Esta é a norma prevista constitucionalmente no artigo 41, § 2º, que assim garante:

CF/88: Art. 41 (...)

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Assim, nos exatos termos do que dispõe a Lei 8.112/90 pertinente ao tema, é garantido ao servidor reintegrado as suas funções administrativas o recebimento dos vencimentos e vantagens do período em que ficou fora de seu cargo em virtude de decisão administrativa.

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

RESPOSTA: "ERRADO".

1888 - (DEPEN – ESPECIALISTA – CESPE/ 2013) Considerando que os servidores públicos, em razão da especificidade das funções que exercem, estão submetidos a regime jurídico diferenciado daquele dos demais trabalhadores, julgue os próximos itens.

É assegurado ao servidor público federal o direito a licença, sem prejuízo da remuneração, para o desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria.

☐ CERTO

☐ ERRADO

O garantia ao servidor público federal a concessão de licença para o desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria é previsto em lei, constitui direito assegurado ao servidor previsto em Lei.

Entretanto, tal licença não será remunerada, conforme estabelece o artigo 92 da Lei 8.112/90, que assim dispõe:

*Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à **licença sem remuneração** para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, **sindicato representativo da categoria** ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites:*

RESPOSTA: "ERRADO".

1889. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/2013) No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

O servidor público federal investido em mandato eletivo municipal somente será afastado do cargo se não houver compatibilidade de horário, sendo-lhe facultado, em caso de afastamento, optar pela sua remuneração.

☐ CERTO

☐ ERRADO

A afirmativa a ser analisada da presente questão merece cuidado e atenção do candidato.

Isto porque em âmbito municipal é possível o exercício de mandato tanto de prefeito como de vereador.

A norma legal para servidor público federal investido em mandato de Prefeito obrigatoriamente exige o afastamento do cargo, com a faculdade de optar pela sua remuneração, isso porque não há compatibilidade de horário em nenhuma hipótese.

Entretanto, no caso de servidor investido em mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração; ou, não havendo compatibilidade, o servidor deverá ser afastado do cargo, optando pela sua remuneração.

Esta é a norma impositiva prevista no Artigo 94, inciso II e III e seus parágrafos da Lei 8.112/90.

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

(...)

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Como a afirmativa não determina de forma clara de qual das duas possibilidades de mandato eletivo municipal, objetivando confundir o candidato, a afirmativa está errada.

RESPOSTA: "ERRADO".

1890 - (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/2013) No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

Não é possível a aplicação de penalidade a servidor inativo, ainda que a infração funcional tenha sido praticada anteriormente à sua aposentadoria.

☐ CERTO

☐ ERRADO

O texto legal determina que o servidor inativo continua respondendo por eventual infração administrativa cometida durante o período que o mesmo estava em atividade funcional, sendo plenamente possível a incidência de punição ao servidor já aposentado, tal como a cassação de sua aposentadoria.

O artigo 134 da Lei Federal nº 8.112/90, determina a punição a servidor inativo:

Art. 134. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

RESPOSTA: "ERRADO".

1891 - (TRT - 10ª REGIÃO/DF e TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2013) De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe a respeito do regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue os itens seguintes.

A acumulação lícita de cargos públicos por parte do servidor é condicionada à demonstração de compatibilidade de horários.

☐ CERTO

☐ ERRADO

Objetivando evitar abusos, e com finalidade de moralizar as atividades estatais, o legislador constituinte cuidou em estabelecer vedações à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, tanto na esfera da

Administração Direta como na Administração indireta e a ela correlatas, conforme dispõe o artigo 37, em seus incisos XVI e XVII, excetuando-se as ressalvas expressas na Carta Magna que admite excepcionalmente as acumulações remuneradas, desde sejam compatíveis entre si nos horários e obedecidos o teto remuneratório.

Para tanto a Constituição Federal arrolou expressamente os cargos passíveis de acumulação remunerada, quais são:

- Dois cargos de professor;

- De um cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, e;

- De dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

É ainda possível a acumulação remunerada de cargos constante do texto constitucional, sendo permitido acumular nos casos de servidor eleito a vereador (art. 38, III); permissão para juízes de direito cumulativamente exercerem o magistério (art. 95, parágrafo único) e ainda permissão para que os membros do Ministério Público possam exercer cumulativamente o magistério (artigo 128, § 5º, inciso II, "d").

Estas são forma lícitas de acumulação, entretanto, mesmo nas acumulações lícitas ficam condicionadas à compatibilidade de horários.

Caso seja lícita a acumulação, mas os horários de prestação dos serviços não forem compatíveis entre si, a acumulação não será possível.

RESPOSTA: "CERTO".

1892 - (TER/PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) No curso do processo disciplinar, a autoridade poderá determinar, com fundamento na Lei nº 8.112/90,

A) a disponibilidade do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo.

B) o afastamento do servidor, a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade.

C) a suspensão do servidor, com prejuízo de sua remuneração, que poderá ser paga caso a decisão seja favorável ao servidor.

D) a transferência do servidor para outra unidade, a fim de que não interfira na apuração dos fatos.

E) o licenciamento do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo, caso não se trate de infração de natureza grave.

Durante a investigação e apuração administrativa de infração disciplinar cometida por servidor público, poderá a autoridade administrativa, com fundamento no artigo 147 da Lei Federal nº 8.112/90, determinar, cautelarmente, o afastamento temporários do servidor, com o objetivo de preservar o tramite processual sem interferências ou influências do servidor investigado.

Cumprido ressaltar que o afastamento é temporário, não podendo ser superior a 60 (sessenta) dias prorrogável por igual prazo uma única vez, devendo o servidor retornar a exercer suas atividades, mesmo que ainda não concluído o processo administrativo.

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

RESPOSTA: "B".

1893 - (TRE-MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CES-PE/2013) Com base na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

A) O afastamento do servidor por motivo de doença profissional é considerado como efetivo exercício.

B) A licença-prêmio por assiduidade será concedida apenas aos servidores aprovados no estágio probatório.

C) O servidor público convocado para o serviço militar obrigatório deverá, para que não fique configurado o abandono de cargo, requerer licença para tratar de assuntos particulares, devendo retornar ao serviço no prazo máximo de trinta dias após o término do período do serviço obrigatório.

D) O servidor pode ausentar-se do serviço por dois dias para votar em outro estado da Federação.

E) Ao servidor estudante será concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, independentemente de compensação de horário.

A doença-profissional é aquela se manifesta em decorrência das atividades profissionais exercidas pelo servidor público. Nestes casos é direito do servidor público requerer licença para tratamento de saúde.

Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, cujo afastamento não deverá ser descontado do tempo de efetivo do servidor.

Esta é a norma prevista no artigo 102, inciso VII, alínea d da Lei 8.112/90, que assim estabelece:

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

(...)

VIII - licença:

(...)

d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

Dessa maneira, sempre que o servidor se licenciar por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, o período em que ficar afastado será computado como tempo de efetivo exercício.

RESPOSTA: "A".

1894 - (TJ/RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – TJ/RS – 2013) Assinale a alternativa correta.

A) O princípio da continuidade do serviço público determina que sua prestação deve ocorrer de maneira adequada e regular, sendo que os essenciais devem ser ininterruptos.

B) Serviço público significa toda atividade prestada pelo Estado para a satisfação concreta dos interesses da Administração Pública.

C) O princípio da flexibilidade dos meios aos fins estabelece que o serviço público pode ser interrompido em caso de greve.

D) Pelo princípio da isonomia, os usuários de serviço público não podem receber tratamento diferenciado, ainda que isso seja necessário para determinada prestação específica.

O serviço público essencial deve ser prestado de maneira contínua o que significa dizer que não é passível de interrupção, dado a sua importância no bem estar social. Isto ocorre justamente pela própria importância de que o serviço público se reveste diante dos anseios da coletividade.

O Princípio da Continuidade é o princípio que orienta sobre a impossibilidade de paralisação, ou interrupção dos serviços públicos, e o pleno direito dos administrados a que não seja suspenso ou interrompido, pois se entende que a continuidade dos serviços públicos é essencial a comunidade, não podendo assim sofrer interrupções.

Diante de tal princípio temos o desdobramento de outros de suma importância para o "serviço público", quais são: qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade.

Assim, não basta que o serviço seja contínuo, mas também que seja de qualidade, devendo ser prestado pela Administração Pública, ou seus delegatários, de maneira adequada, regular e eficiente atingindo exatamente as necessidades públicas.

RESPOSTA: "A".

1895 - (TCE/SE – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – FCC/2011). A retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão por motivo de interesse público dá-se doutrinariamente o nome de

A) reversão.

B) encampação.

C) assunção.

D) caducidade.

E) desconstituição.

A *encampação* é uma das formas de extinção das concessões antes do término de seu prazo contratado (vide artigo 35, III da Lei 8.987/95).

O artigo 37 da Lei 8.987/95 conceitua o instituto da encampação nos contratos administrativos de concessão de serviços públicos, senão vejamos:

"Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior."

Dessa forma temos que se trata da retomada coercitiva dos serviços pelo poder concedente, motivado pelo interesse público, mediante lei que autorize a encampação e o pagamento prévio de indenização, tendo em vista que o concessionário não concorreu para o término do seu contrato.

RESPOSTA "B".

1896 - (TJ/DF - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E REGISTROS – CESPE/2014) No tocante aos serviços públicos, assinale a opção correta.

A) A delegação de serviço público a particular por meio de permissão pode ser feita por dispensa de licitação, desde que a título precário

B) São características da concessão de serviço público: licitação por meio de concorrência; exclusividade de concessão a pessoas jurídicas ou consórcios; e rescisão contratual unilateral.

C) Os serviços notariais e de registro, embora públicos, são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público mediante concessão, devendo ser precedidos de licitação.

D) A educação e a saúde são serviços públicos de titularidade não exclusiva do Estado, livres à iniciativa privada e submetidos ao controle inerente ao poder administrativo de polícia.

E) A aplicação de sanções, proibições e limitações a bens e atividades de particulares insere-se no conceito de serviço público

Ao Estado compete a execução exclusiva de alguns serviços públicos, denominado *Serviços Próprios do Estado*.

Os Serviços Próprios do Estado são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (Ex.: segurança, polícia, higiene e etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados, utilizando na prestação dos serviços o seu próprio aparato de agentes, instrumentos, mecanismos e materiais.

Estes Serviços Próprios do Estado não podem ser delegados a particulares. Tais serviços, por sua essencialidade, geralmente são gratuitos ou de baixa remuneração.

Entretanto, há alguns serviços que, embora públicos podem ser prestados concorrentemente com o Estado na forma privada.

Dentre eles estão a Saúde e a Educação, que são serviços públicos, constituindo um dever estatal sua prestação gratuita e disponível a todos, mas que a iniciativa privada poderá prestar e explorar economicamente mediante o pagamento de valor pecuniário, dentro dos limites legais, devidamente regulados e fiscalizados pelo Poder Público.

No caso da Educação o Ministério da Educação e o MEC poderão intervir no ensino privado e a saúde privada (médicos particulares e planos de saúde) será controlada pelo Ministério da Saúde, evitando abusos e controlando a atividade prestada aos usuários de tais serviços.

RESPOSTA: "D".

1897 - (TCE/SE – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – FCC/2011). A concessão administrativa

A) pressupõe a Administração pública como usuária direta ou indireta dos serviços prestados.

B) é expressamente prevista na lei geral de concessão de serviços públicos.

C) veda a contraprestação pecuniária por parte do Estado.

D) é definida como o contrato celebrado por dois ou mais entes federativos visando à gestão associada de serviços públicos.

E) envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

A presente questão trata de maneira sutil da modalidade de Concessão denominada *Parcerias Público-Privadas*, que poderão ser classificadas em Patrocinadas ou Administrativas.

As diferenças entre as modalidades de Parcerias Público-Privadas podem ser encontradas na Lei 11.079/94, mais precisamente em seu artigo 2º, que assim dispõe:

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Assim, a concessão administrativa pressupõe a Administração Pública como usuária direta ou indireta dos serviços prestados pela concessionária.

RESPOSTA "A".

1898 - (TCE/AP – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – FCC/2012). O Estado concedeu a particular exploração de rodovia, mediante procedimento licitatório no qual se sagrou vencedor o licitante que ofereceu o maior valor pela outorga da concessão, paga em parcelas anuais (ônus de outorga), tendo o Poder Concedente fixado a tarifa (pedágio) no momento da assinatura do contrato e assegurado, contratualmente, o seu reajuste anual. No curso da concessão, o Estado decidiu reduzir o valor do pedágio, alegando que o mesmo estaria onerando demasiadamente os usuários. A conduta do Estado é

A) legítima, em face do poder de alteração unilateral dos contratos administrativos, desde que limitada ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

B) legítima, apenas se comprovar que o fluxo de veículos excedeu as projeções de demanda realizadas no momento da licitação, gerando ganhos injustificados para o concessionário.

C) legítima, desde que restabeleça o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que pode ser feito pela redução do ônus de outorga.

D) ilegítima, em face da imutabilidade da equação econômico-financeira e da garantia de rentabilidade assegurada nos contratos de concessão (taxa interna de retorno).

E) legítima, independentemente da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tendo em vista que a concessão pressupõe a exploração do serviço por conta e risco do concessionário.

Nos contratos de concessão firmados com a Administração Pública, principalmente quando há a exploração de tarifa pelo concessionário, deve o Poder Público fixar parâmetros de reajuste a fim de não onerar demasiadamente o contribuinte.

Dessa forma, a lei 8.987/95, em seu artigo 9º, trata sobre as tarifas cobradas pelas concessionárias pela realização do serviço público, assim dispõe:

“Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.”

Assim, temos que é legítima a conduta do Estado no caso em tela, tendo em vista que a Administração Pública tem o poder de adotar medidas visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em seus contratos administrativos, visando sempre o interesse público.

RESPOSTA “C”.

1899 - (TRT – 20ª REGIÃO/SE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011) O serviço público não é passível de interrupção ou suspensão afetando o direito de seus usuários, pela própria importância que ele se apresenta, devendo ser colocado à disposição do usuário com qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade. Trata-se do princípio fundamental dos serviços públicos denominado

- A) impessoalidade.
- B) mutabilidade.
- C) continuidade.
- D) igualdade.
- E) universalidade.

O serviço público deve ser prestado de maneira contínua, o que significa dizer que não é passível de interrupção. Isto ocorre justamente pela própria importância de que o serviço público se reveste diante dos anseios da coletividade.

É o princípio que orienta sobre a impossibilidade de paralisação, ou interrupção dos serviços públicos, e o pleno direito dos administrados a que não seja suspenso ou interrompido, pois entende-se que a continuidade dos serviços públicos é essencial a comunidade, não podendo assim sofrer interrupções.

RESPOSTA “C”.

1900 - (TRT - 17ª Região/ES - Analista Judiciário – CESPE/2013) Julgue os itens a seguir, com relação aos serviços públicos.

O contrato de concessão de serviço público poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, sem intervenção judicial, no caso de inadimplemento contratual pelo poder concedente, por período ininterrupto de noventa dias.

- () CERTO
- () ERRADO

Quando o Estado transfere a execução de determinado serviço público a particulares, tal formalização é efetuada mediante a celebração de administrativo, precedido de licitação pública.

Pois bem, com a celebração do contrato administrativo, estabelecidas as cláusulas contratuais, tanto a Administração Pública como a Empresa Privada se vincularão as cláusulas contratuais pactuadas.

Dentre as cláusulas contratuais, temos aquela que diz respeito a remuneração recebida pela concessionária do serviço público pela execução das atividades administrativas.

Em caso de inadimplemento contratual por período ininterrupto de noventa dias pelo poder concedente, é lícito à concessionária, requerer, sem intervenção judicial, a rescisão contratual.

Tal possibilidade decorre de Lei, mais precisamente da Lei Federal nº 8.666/93 que regulamenta as Licitações Públicas e os Contratos Administrativos, senão vejamos:

Art. 78. *Constituem motivo para rescisão do contrato:*

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

RESPOSTA: "CERTO".

1901 - (TJ/ES – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2011) No que se refere aos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

Os serviços públicos devem ser prestados ao usuário com a observância do requisito da generalidade, o que significa dizer que, satisfeitas as condições para sua obtenção, eles devem ser oferecidos sem qualquer discriminação a quem os solicite.

() CERTO

() ERRADO

Constituição Federal diz que todos são iguais perante a lei e desta forma não podemos ser tratados de forma injusta e desigual, assim, não se pode restringir o acesso aos benefícios dos serviços públicos para os sujeitos que se encontrarem em igualdade de condições.

Diante de tal princípio temos o desdobramento de dois aspectos da Igualdade dos Usuários de Serviços públicos:

- A Universalidade que significa dizer que o serviço público deve ser prestado em benefício de todos os sujeitos que se encontram em equivalente situação.

- A Neutralidade, que significa dizer que é impossível dar qualquer tipo de privilégios que forem incompatíveis com o princípio da isonomia. Logo são "impossíveis" vantagens individuais fundadas em raça, sexo, credo religioso, time de futebol e etc.

RESPOSTA: "CERTO".

1902 - (MDIC - ANALISTA TÉCNICO – CESPE/2014) A respeito de responsabilidade civil do Estado, dos serviços públicos e da organização administrativa, julgue os próximos itens.

O serviço de uso de linha telefônica é um típico exemplo de serviço singular, visto que sua utilização é mensurável por cada usuário, embora sua prestação se destine à coletividade

() CERTO

() ERRADO

Muito embora a utilização de linha telefônica constitua um serviço público colocado a disposição de toda a coletividade, tal serviço é caracterizado por sua natureza "*uti singuli*", que pressupõe a utilização pelos cidadãos de tal serviço de maneira individual, singular, facultativa e mensurável por cada usuário, com destinatários específicos e determinados.

RESPOSTA: "CERTO".

1903 - (SEFAZ/RJ - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – FCC/2014) A Administração celebrou contrato pelo qual ela própria é usuária direta de um serviço. Esse contrato, com valor de R\$ 30 milhões, prevê prazo de prestação de serviços de 8 anos. O serviço em questão consiste em fornecimento de mão de obra, não havendo nenhum aspecto de execução de obra. Nos termos da Lei nº 11.079/2004, que trata das parcerias público-privadas, esse contrato:

A) não é enquadrável nas espécies de concessão de que trata, pela conjugação dos elementos prazo e valor.

B) é enquadrado como concessão administrativa.

C) é enquadrado como concessão patrocinada.

D) não é enquadrável nas espécies de concessão de que trata, pois tem por objeto exclusivamente fornecimento de mão de obra.

E) não é enquadrável nas espécies de concessão de que trata, pois não inclui nenhum aspecto de execução de obra.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram instituídas em nosso ordenamento jurídico por meio da Lei 11.079/2004, incorporando conceitos já contemplados pela experiência internacional e garante que as parcerias público-privadas sejam um instrumento eficaz na viabilização de projetos fundamentais para o crescimento nacional e que sejam fundamentadas na atuação administrativa de forma transparente e de acordo com as regras de responsabilidade fiscal.

Entende-se como parceria público-privada a formalização de um contrato de prestação de serviços de médio e longo prazo firmado pela Administração Pública com a iniciativa privada, cujo valor não seja inferior a vinte milhões de reais, sendo vedada a celebração de contratos que tenham por objeto única e exclusivamente o fornecimento de mão de obra, equipamentos ou execução de obra pública.

Nos termos do que dispõe a mencionada Lei, temos as hipóteses em que é vedada a celebração de contrato de parceria Público-Privada, senão vejamos:

Art. 2ª-Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

(...)

§ 4ª-É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como *objeto único o fornecimento de mão-de-obra*, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

RESPOSTA: "D".

1904 - (ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CESPE/2011) Julgue os próximos itens, a respeito do serviço público e do contrato administrativo.

O princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual o serviço público não pode ser interrompido, é aplicável ao exercício da função pública, mas não aos contratos administrativos.

- () CERTO
() ERRADO

É aplicável inclusive aos contratos administrativos o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, pois qualquer problema que ocorra durante a execução do contrato administrativo deverá ser solucionado sem que os serviços públicos paralise, pois os administrados não podem suportar os ônus que as cláusulas contratuais estipulam.

É o princípio que orienta sobre a impossibilidade de paralisação, ou interrupção dos serviços públicos, inclusive no quanto a execução dos contratos administrativos, além do pleno direito dos administrados a que não seja suspenso ou interrompido, pois entende-se que a continuidade dos serviços públicos é essencial a comunidade, não podendo assim sofrer interrupções.

RESPOSTA: "ERRADA".

1905 - (ANEEL - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CESPE/2011) Julgue os próximos itens, a respeito do serviço público e do contrato administrativo.

Os serviços prestados por pessoas jurídicas em regime de concessão ou permissão, ainda que para satisfazer as necessidades coletivas, não são considerados serviços públicos, já que não são prestados diretamente pelo Estado.

- () CERTO
() ERRADO

O fato de o Poder Público ser titular de serviços públicos, ou seja, ser o sujeito que detém a responsabilidade de zelar pela sua prestação, não significa que deva ser obrigatoriamente prestá-los por si só de maneira exclusiva, sendo que na grande maioria das vezes, estará a Administração Pública obrigada a disciplinar e promover a prestação, bem como efetuar a fiscalização sobre a forma que esta sendo executado o serviço público.

Dessa maneira, tanto poderá a administração pública, por meios próprios prestar os serviços públicos, como poderá promover-lhes a prestação conferindo a entidades externas a administração seu cumprimento e execução, sendo considerada também como serviço público quando a sua execução é realizada por terceiros, não sendo obrigatória para a classificação dos serviços públicos que sua realização e execução seja efetuada pelo Poder Público.

RESPOSTA: "ERRADA".

1906 - (PM/CE - OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR – CESPE/2014) Acerca dos contratos administrativos e dos serviços públicos, julgue os itens subsequentes. Os serviços de energia domiciliar e os serviços de uso de linha telefônica são considerados serviços *uti universi*, pois são prestados à coletividade de forma indistinta e a grupamentos indeterminados de indivíduos.

- () CERTO
() ERRADO

A questão é facilmente resolvida desde que o candidato possua o conhecimento sobre o significado da expressão em latim "*uti singuli*".

A doutrina afirma que tal expressão refere-se a coisa ou a pessoa considerada individualmente.

Totalmente oposto do que sugere a afirmativa da questão, os serviços públicos com natureza "*uti singuli*" são aqueles que possuem usuários e destinatários **específicos e determinados**, sendo que sua utilização ocorre de forma particular e mensurável para cada usuário dos serviços públicos.

São sempre serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, devendo o usuário efetuar o pagamento de taxa ou tarifa referente à quantidade utilizada.

RESPOSTA: "ERRADO".

1907 - (TRT - 23ª REGIÃO/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2011) No que se refere à autorização de serviço público, é correto afirmar:

A) Trata-se de ato precário, podendo, portanto, ser revogado a qualquer momento, por motivo de interesse público.

B) Trata-se de ato unilateral, sempre vinculado, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público de sua titularidade, para que o particular o execute predominantemente em seu próprio benefício.

C) O serviço é executado em nome do autorizatório, por sua conta e risco, sem fiscalização do Poder Público.

D) Trata-se de ato unilateral, discricionário, porém não precário, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público, para que o particular o execute predominantemente em benefício do Poder Público.

E) Trata-se de ato que depende de licitação, pois há viabilidade de competição.

A autorização de serviços públicos é o ato administrativo discricionário por meio do qual é delegada a um particular, sempre em caráter precário, a prestação de serviços públicos que não exija alto grau de complexidade e especialização técnica, nem mesmo a comprovação do particular autorizado a execução dos serviços, possuir grande aporte de capital financeiro.

Cumpra esclarecer que a autorização, mesmo sendo precária não possui prazo determinado para seu encerramento, entretanto, dado seu caráter eminentemente precário poderá ser revogado a qualquer tempo, de acordo com motivos de interesse público, sem que dessa revogação decorra a necessidade de indenização.

RESPOSTA "A".

1908 - (CAIXA - NÍVEL SUPERIOR - CESPE/2014)
Julgue os itens a seguir, referentes a serviços públicos, concessões, permissões e autorizações públicas.

Ao conceder serviço público, o poder público concedente só transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular do serviço concedido, o que lhe permite dele dispor de acordo com o interesse público

- () CERTO
 () ERRADO

Não se pode confundir a titularidade do serviço com a titularidade da prestação dos serviços públicos, sendo certo que se trata de realidades e significados totalmente distintos.

O fato de o Poder Público ser titular de serviços públicos, ou seja, ser o sujeito que detém a responsabilidade de zelar pela sua prestação, não significa que deva ser obrigatoriamente prestá-los por si só de maneira exclusiva, sendo que na grande maioria das vezes, estará a Administração pública obrigada a disciplinar e promover a prestação, bem como efetuar a fiscalização sobre a forma que esta sendo executado o serviço público.

Dessa maneira, tanto poderá a administração pública, por meios próprios prestar os serviços públicos, como poderá promover-lhes a prestação conferindo a entidades externas a administração seu cumprimento e execução.

RESPOSTA: "CERTO".

1909 - (TRT - 23ª REGIÃO/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2011) O Jurista José dos Santos Carvalho Filho apresenta o seguinte conceito para um dos princípios dos serviços públicos: *Significa de um lado, que os serviços públicos devem ser prestados com a maior amplitude possível, vale dizer, deve beneficiar o maior número de indivíduos. Mas é preciso dar relevo também ao outro sentido, que é o de serem eles prestados, sem discriminação entre os beneficiários, quando tenham estes as mesmas condições técnicas e jurídicas para a fruição. Trata-se do princípio da*

- A) modicidade.
 B) continuidade.
 C) eficiência.
 D) generalidade.
 E) atualidade.

Decorrente do Princípio da Generalidade, temos que a Administração Pública não pode restringir o acesso aos benefícios dos serviços públicos para os sujeitos que se encontrarem em igualdade de condições.

Os serviços públicos devem ser prestados de maneira ampla, capaz de atender toda a generalidade dos beneficiários e usuários do serviço colocados a disposição da coletividade, não sendo cabível discriminações entre os beneficiários.

RESPOSTA "D".

1910 - (TJ/PR - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IBFC/2014) Quanto às concessões e permissões de serviço público, leia atentamente as afirmativas abaixo e assinale a incorreta.

A) No âmbito da Lei 8987/1995, o concessionário será remunerado pela tarifa paga pelo usuário do serviço público, fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, não sendo possível a criação de tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

B) Por meio das concessões não há transferência da titularidade do serviço público privativo, mas apenas a outorga de sua execução aos particulares, que os exercem por sua conta e risco, nas hipóteses autorizadas por lei.

C) De acordo com a Lei 8987/1995, no caso de extinção da concessão retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, nos termos do edital e do contrato, com a imediata assunção do serviço pelo poder concedente.

D) A permissão de serviços públicos é feita a título precário, a pessoas físicas ou jurídicas que demonstrem capacidade por seu desempenho, por sua conta e risco, formalizada mediante contrato de adesão, conforme prevê a Lei 8987/1995.

A Lei Federal nº 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos cuja autorização legal está prevista no artigo 175 da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Conforme disposição legal, a tarifa cobrada pela prestação de serviço público destinada a remuneração da empresa concessionária será fixada utilizando-se os parâmetros do preço da proposta vencedora da licitação, nos termos do artigo 9º da Lei 8.987/95, que assim dispõe:

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

Ademais, nos termos do diploma legal mencionado, o artigo 13 autoriza a adoção de diferenciação de tarifa em função das características técnicas e dos custos específicos resultantes do atendimento aos distintos segmentos de usuários

Art. 13. As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Importante ficar atento as exigências do enunciado da questão que requer a alternativa incorreta.

RESPOSTA: "A".

1911 - (CAIXA - NÍVEL SUPERIOR - CESPE/2014)
Julgue os itens a seguir, referentes a serviços públicos, concessões, permissões e autorizações públicas.

A autorização de serviço público consiste em ato unilateral, discricionário e precário, por meio do qual se delega um serviço público a um autorizatário, que o explorará, predominantemente, em benefício próprio.

() CERTO

() ERRADO

A Autorização de serviços públicos coloca-se ao lado da concessão e da permissão de serviços públicos como forma de transferência de execução dos serviços públicos.

Destina-se a serviços muito simples, de alcance limitado, ou a trabalhos de emergência, e a hipóteses transitórias e especiais, podendo ainda ser utilizado para as situações em que o serviço seja prestado a usuários específicos e res- tritos.

Assim, temos que a autorização de serviços públicos é o ato administrativo discricionário por meio do qual é delegada a um particular, sempre em caráter precário, a prestação de serviços públicos que não exija alto grau de complexidade e especialização técnica, nem mesmo a comprovação do particular autorizado a execução dos ser- viços possuir grande aporte de capital financeiro.

Para a contratação por meio do instituto da autorização de serviços públicos, não há licitação, para tanto, os servi- ços públicos autorizados estão sujeitos a modificação ou revogação de sua execução, por meio de ato discricionário da delegação, cuja denominação é *termo de autorização*.

Isto ocorre em virtude da precariedade que reveste o ato administrativo que autorizou a delegação do serviço ao particular. Cumpre esclarecer que a autorização, mesmo sendo precária não possui prazo determinado para seu en- cerramento, e em via de regra, não é passível de indeniza- ção por decorrente de sua revogação.

RESPOSTA: "CERTO".

1912 - (TRT - 2ª REGIÃO/SP - ANALISTA JUDICIÁ- RIO – FCC/2014) Os serviços públicos podem ser pres- tados direta ou indiretamente pelo Poder Público, res- peitadas a titularidade e competência previstas na le- gislação pertinente. Dentre a possibilidade de execução indireta do serviço público por determinado ente está a outorga de:

A) permissão de serviço público, contrato que delega ao privado execução do serviço público e, caso também tenha transferido a titularidade, permite o exercício do poder de polícia antes competência do Po- der Público.

B) permissão de serviço público, cuja natureza contratual permite a delegação de titularidade e execu- ção das atribuições típicas do ente político.

C) concessão de serviço público, contrato que es- tabelece as atribuições e condições da prestação do ser- viço, cabendo ao contratado o desempenho adequado do mesmo e a responsabilidade pelo risco do negócio.

D) concessão de serviço público, ato que transfere ao privado a competência para o adequado desempe- nho das atribuições, responsabilizando-se o Poder Pú- blico, no entanto, integralmente pelo risco do negócio.

E) autorização de serviço público, contrato que delega ao privado execução do serviço público e, caso também tenha transferido a titularidade, permite o exercício do poder de polícia antes competência do po- der público.

A Concessão de serviços públicos é a delegação de serviços públicos feita pelo poder concedente mediante li- citação na modalidade concorrência à pessoa que demons- tre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Assim, é delegado ao vencedor da licitação na moda- lidade de concorrência pública a prestação de serviços pú- blicos, que geralmente ocorre no tocante à concessão da execução de serviços públicos.

Importante esclarecer o conceito de Poder Conceden- te, assim entendido como a União, o Estado, o DF ou Mu- nicípio, em cuja competência se encontre o serviço públi- co, assim a titularidade continua sendo sua somente será transferida a execução dos serviços públicos à concessio- nária.

Nos ensinamentos do jurista Hely Lopes Meirelles, te- mos que:

"Pela concessão, o poder concedente não transfere a propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública. Delega, apenas, a execução do serviço, nos limites e condições legais ou con- tratuais, sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do concedente."

Para o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, concei- tuando o instituto da concessão de serviço público, ensina que:

"É o instituto através do qual o Estado atribuiu o exercí- cio de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta em risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob ga- rantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, re- munerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço".

Neste sentido, verifica-se que a concessão é mecanis- mo de delegação de direito público, pois, as suas cláusulas contratuais são editadas pelo Poder Público, que poderá a qualquer tempo modificá-las de forma unilateral, tendo em vista que não há que se falar em igualdade entre as partes contratantes em atenção ao princípio da soberania do Estado.

RESPOSTA: "C".

1913 - (FUB – SECRETÁRIO EXECUTIVO – CESPE/2011) Acerca de direito administrativo, julgue os itens subsecutivos.

A concessão de serviços do poder público a entidades privadas não pode ser extinta pelo Estado, ao qual compete, tão somente, o poder de fiscalização.

- () CERTO
() ERRADO

De acordo com os ensinamentos do jurista administrativo Hely Lopes Meirelles, temos que *“pela concessão, o poder concedente não transfere a propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública. Delega, apenas, a execução do serviço, nos limites e condições legais ou contratuais, sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do concedente.”*

Neste sentido, verifica-se que a concessão é mecanismo de delegação de direito público, pois, as suas cláusulas contratuais são editadas pelo Poder Público, que poderá a qualquer tempo modificá-las de forma unilateral, tendo em vista que não há que se falar em igualdade entre as partes contratantes em atenção ao princípio da soberania do Estado.

O que ocorre com os contratos de concessão de serviços públicos é que são vinculados ao processo licitatório, assim, as suas cláusulas devem atender obrigatoriamente o que estiver estipulado no edital de abertura da licitação.

Por se tratar de um contrato administrativo, o contrato de concessão tem como objeto o bem público, a utilidade pública e ainda o interesse da coletividade, que se explica facilmente, pelo fato do destinatário da realização do serviço é justamente o cidadão, e isto por si só já justifica a possibilidade do Poder Concedente (Administração Pública), extinguir ou revogar o contrato administrativo de concessão, seja por interesse público, ou em caráter de penalidade ao concessionário por descumprimento de cláusulas contratuais. Importante esclarecer que, quando há revogação ou extinção do contrato administrativo, quando o concessionário não der causa, é cabível apuração de valores indenizatórios.

RESPOSTA: “ERRADA”.

1914 - (TJ/PR – JUIZ – UFPR/2013) Considerando o disposto na Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Segundo a referida lei, “a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão”.

B) Segundo a referida lei, “o poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo”.

C) Segundo a referida lei, declarada a intervenção na concessão, “o poder concedente poderá, sendo o caso, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades”.

D) Segundo a referida lei, “extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato”.

Antes de adentrarmos ao mérito da questão, é importante lembrar que o enunciado da questão exige a alternativa INCORRETA.

Nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.987/95, o poder concedente poderá intervir na concessão, com o objetivo de assegurar a adequação na prestação dos serviços e garantia do fiel cumprimento das normas contratuais.

Para tanto, uma vez declarada a intervenção, o poder concedente **DEVERÁ** instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas da medida e apurar eventual responsabilidade.

Tal imposição legal, conferindo obrigatoriedade de atuação do Poder Concedente está previsto na mencionada lei, no artigo 33, que assim estabelece:

*Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente **deverá**, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.*

RESPOSTA: “C”.

1915 - (TRT - 14ª Região/RO e AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) A permissão de serviço público

A) tem por objeto a execução de serviço público, razão pela qual a titularidade do serviço fica com o permissionário.

B) é formalizada mediante contrato de adesão, precário e revogável unilateralmente pelo poder concedente.

C) pressupõe que o serviço seja executado pelo permissionário, todavia, a responsabilidade por sua execução pertence a ele e ao poder concedente.

D) não pode ser alterada a qualquer momento pela Administração.

E) independe de licitação, ao contrário do que ocorre na concessão de serviço público.

É a delegação, a título precário, mediante licitação da prestação de serviços públicos feita pela Administração Pública, a pessoa que demonstre capacidade de desempenho por sua conta e risco.

A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, e será contratado sempre em caráter precário, com prazo determinado, revogável a qualquer tempo, de maneira unilateral pelo poder concedente, justamente pelo fato da precariedade que se reveste tal instituto.

Em virtude do caráter precário das permissões e de seu prazo determinado, os permissionários não gozam de prerrogativas garantidas por lei aos concessionários de serviço público, devendo portanto, seguir as normas e orientações dos Poder Público.

RESPOSTA “B”.

1916 - (TRE/TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011)

Um dos princípios concernentes aos serviços públicos denomina-se princípio da atualidade, que, em síntese, significa

- A) igualdade entre os usuários dos serviços contratados.
- B) modernidade das técnicas, melhoria e expansão do serviço.
- C) razoabilidade no valor atualizado das tarifas exigidas.
- D) continuidade na prestação do serviço público.
- E) bom tratamento para com o público usuário do serviço contratado.

Pelo Princípio da Atualidade, a Administração Pública tem o dever de manter os seus serviços atualizados, melhorando e expandindo os serviços que coloca a disposição da coletividade.

Tal princípio decorre intimamente do Princípio da Eficiência, visto que, quanto mais moderno e amplo os serviços públicos, mais eficiente a prestação destes serviços.

Uma das características principais do Princípio da Atualidade é a modernidade tecnológica das técnicas aplicadas nos produtos e prestação dos serviços públicos, objetivando sempre a excelência, economicidade e ampliação dos serviços colocados a disposição da sociedade, visando atender os anseios sociais.

RESPOSTA: "B".

1917 - (TRE/TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011)

Dentre as assertivas abaixo, assinale a que corretamente aponta uma característica da permissão de serviço público, que a distingue da concessão de serviço público.

- A) Seu objeto é a execução de serviço público, continuando a titularidade do serviço com o Poder Público.
- B) Remuneração tarifária.
- C) É formalizada por contrato administrativo.
- D) Pode ser feita à pessoa física.
- E) Depende de licitação.

Uma das características utilizadas para distinguir as Concessões das Permissões é que no instituto da permissão de serviços públicos admite-se a presença de pessoa física, além da pessoa jurídica, sendo que a legislação que regula a matéria não inclui a possibilidade de contratação pela permissão de consórcios, mas tão somente de serviços públicos.

RESPOSTA "D".

1918 - (METRÔ/DF – ADVOGADO – IADES/2014) No que se refere a serviços públicos, assinale a alternativa correta.

A) Dado o princípio da igualdade, os serviços públicos devem ser prestados de modo isonômico a todos os usuários, vedando-se, em qualquer caso, o estabelecimento de tarifas diferenciadas.

B) Os contratos de concessão de serviço público são precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses de contratação direta em razão de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

C) A concessão pode ser rescindida por meio da encampação, que é a retomada do serviço público pelo concedente, durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público, desde que haja lei autorizativa e após prévio pagamento de indenização ao concessionário.

D) A permissão de serviço público não exige prévia licitação, sendo formalizada por meio de contrato de adesão.

E) A subconcessão do serviço público é expressamente vedada pelo ordenamento jurídico.

De acordo com os ensinamentos do jurista administrativo Prof. Hely Lopes Meirelles, a encampação é da retomada coercitiva do serviço pelo poder concedente.

Ocorre durante o prazo da concessão e por motivo de interesse público. É vedado ao concessionário oposição ao ato, contudo, tem direito à indenização dos prejuízos efetivamente causados pelo ato de império do Poder Público, cujo parâmetro de cálculo está previsto em lei específica.

Trata-se de ato unilateral do poder concedente que termina o contrato antes do prazo por razões de conveniência e oportunidade do interesse público, hipótese em que o concessionário, inclusive, faz jus à prévia indenização.

RESPOSTA: "C".

1919 - (SEPLAG-MG - GESTOR DE TRANSPORTES E OBRAS – IBFC/2014) Indique a alternativa que apresenta um exemplo de serviço público "uti singuli":

- A) Energia domiciliar
- B) Pavimentação asfáltica.
- C) Prevenção de doenças.
- D) Iluminação pública

A questão é facilmente resolvida desde que o candidato possua o conhecimento sobre o significado da expressão em latim "*uti singuli*".

A doutrina e estudiosos afirmam que tal expressão significa refere-se a coisa ou a pessoa considerada individualmente.

Diante de tal definição, os serviços públicos com natureza "*uti singuli*" são aqueles que possuem usuários e destinatários específicos e determinados, sendo que sua utilização ocorre de forma particular e mensurável para cada usuário dos serviços públicos.

São sempre serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, devendo o usuário efetuar o pagamento de taxa ou tarifa referente à quantidade utilizada.

RESPOSTA: "A".

1920 - (AL/PE - ANALISTA LEGISLATIVO – FCC/2014)
O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

A) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.

B) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.

C) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.

D) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

E) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.

O fato de o Poder Público ser titular de serviços públicos, ou seja, ser o sujeito que detém a responsabilidade de zelar pela sua prestação, não significa que deva ser obrigatoriamente prestá-los por si só de maneira exclusiva, sendo que na grande maioria das vezes, estará a Administração pública obrigada a disciplinar e promover a prestação, bem como efetuar a fiscalização sobre a forma que esta sendo executado o serviço público.

Dessa maneira, tanto poderá a administração pública, por meios próprios prestar os serviços públicos, como poderá promover-lhes a prestação conferindo a entidades externas a administração seu cumprimento e execução.

Entidades externas podem ser assim entendidas como os particulares estranhos aos quadros da administração pública e ainda a administração indireta. Dessa forma, poderá o Poder Público conferir autorização, permissão ou concessão de serviços públicos, como formas de sua execução.

Quando o Estado transfere a execução de determinado serviço público a particulares, tal formalização é efetuada mediante a celebração de administrativo, precedido de licitação pública.

Pois bem, muito embora a execução do serviço público seja transferida ao particular, compete ao Estado a fiscalização e imposição de sanção administrativa no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais.

Assim, quando o particular no exercício de serviços públicos não corresponde as expectativas tanto do Estado quanto dos cidadãos (usuários dos serviços públicos) em razão de prestação de serviço deficiente ou inexecução dos serviços públicos, com base no Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos e na Supremacia do Interesse Coletivo, poderá a Administração Pública utilizar-se compulsoriamente de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada utilizados durante a execução do contrato administrativo, quando o contrato for rescindido unilateralmente pelo Poder Público, para garantir a continuidade do serviço público considerado essencial.

Tal possibilidade decorre de Lei, mais precisamente da Lei Federal nº 8.666/93 que regulamenta as Licitações Públicas e os Contratos Administrativos, senão vejamos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

(...)

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;

RESPOSTA: "A".

1921 - (AL/SP – AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2011)
Delegação da prestação do serviço público, mediante concorrência, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua responsabilidade e por prazo determinado são características do modelo de gestão dos serviços públicos denominado

A) associação.

B) permissão.

C) autorização.

D) concessão.

E) cooperação.

O instituto da Concessão trata-se da delegação de serviços públicos feita pelo poder concedente mediante licitação na modalidade concorrência à pessoa que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Assim, é delegado ao vencedor da licitação na modalidade de concorrência pública a prestação de serviços públicos, que geralmente ocorre no tocante a concessão da execução de serviços públicos.

Para o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, conceituando o instituto da concessão de serviço público, ensina que:

"é o instituto através do qual o Estado atribuiu o exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta em risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço".

Neste sentido, verifica-se que a concessão é mecanismo de delegação de direito público, pois, as suas cláusulas contratuais são editadas pelo Poder Público, que poderá a qualquer tempo modificá-las de forma unilateral, tendo em vista que não há que se falar em igualdade entre as partes contratantes em atenção ao princípio da soberania do Estado.

RESPOSTA "D".

1922 - (INSS – ENGENHEIRO CIVIL – CESPE/2011)
Acerca dos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

A permissão de serviço público depende sempre de licitação e contra ela cabe revogação pela administração pública a qualquer momento, por motivo de interesse público

- () CERTO
() ERRADO

Nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº 8.987/95, temos que:

Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Assim, conforme se verifica expressamente no texto legal, temos que a permissão de serviços públicos será sempre precedida de licitação pública, e dada sua precariedade, poderá ser revogada de maneira unilateral pelo Poder Concedente.

RESPOSTA: "CERTO".

1923 - (TRF/5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) O ato administrativo unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração faculta o desempenho de atividade material que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido, é denominado

- A) Licença.
B) Autorização.
C) Admissão.
D) Homologação.
E) Decreto.

A autorização é ato administrativo da espécie de **Atos negociais**, que são todos aqueles que contêm uma declaração de vontade da Administração apta a concretizar determinado negócio jurídico ou a deferir certa faculdade ao particular no desempenho de atividade material, cuja autorização administrativa é requisito essencial para funcionamento, nas condições impostas ou consentidas pelo Poder Público.

Muito embora apresentem interesses de ambas as partes, externando a manifestação de vontades entre a administração e o administrado, o ato administrativo negocial possui natureza unilateral, visto que são editados exclusivamente pela Administração Pública, sob as normas do direito público, assim, a vontade do destinatário não é relevante para a formação do ato negocial, visto que necessita apenas de provocação, e depois a aceitação da vontade externada pelo Poder Público.

RESPOSTA: "B".

1924 - (TJ/SP - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS VUNESP/2014) A respeito do serviço público, é correto afirmar:

A) há serviços públicos cuja titularidade é compartilhada com particulares por expressa determinação Constitucional, tal como a educação, saúde, previdência social e assistência social, quer dizer, mantém-se a natureza de serviços públicos mesmo quando ofertados por particulares; são os denominados serviços públicos não privativos do Estado.

B) a titularidade do serviço pode ser transferida a particulares, é a denominada privatização do serviço público

C) por outorga do serviço público, entende-se a alienação da atividade que ocorre em favor de particulares ou por meio de concurso público, na hipótese das atividades notariais e de registro, ou por licitação nos demais casos.

D) a titularidade do serviço é sempre do Estado, apenas a execução é que pode, nos casos permitidos ou determinados pela Constituição Federal, ser assumida por um particular

Não se pode confundir a titularidade do serviço com a titularidade da prestação dos serviços públicos, sendo certo que se trata de realidades e significados totalmente distintos.

O fato de o Poder Público ser titular de serviços públicos, ou seja, ser o sujeito que detém a responsabilidade de zelar pela sua prestação, não significa que deva ser obrigatoriamente prestá-los por si só de maneira exclusiva, sendo que na grande maioria das vezes, estará a Administração pública obrigada a disciplinar e promover a prestação, bem como efetuar a fiscalização sobre a forma que esta sendo executado o serviço público.

Dessa maneira, tanto poderá a administração pública, por meios próprios prestar os serviços públicos, como poderá promover-lhes a prestação conferindo a entidades externas a administração seu cumprimento e execução.

Entidades externas podem ser assim entendidas como os particulares estranhos aos quadros da administração pública e ainda a administração indireta. Dessa forma, poderá o Poder Público conferir autorização, permissão ou concessão de serviços públicos, como formas de sua execução, entretanto, a titularidade sempre será do Poder Público, que exercerá nos termos constitucionais, fiscalização mediante o seu poder de Autotutela.

RESPOSTA: "D".

1925 - (UFBA – ADVOGADO – IADES/2014) Com relação ao contrato de parceria público-privada, assinale a alternativa correta.

A) A contraprestação da Administração Pública não poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.

B) A concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987/95, poderá, de acordo com a Lei no 11.079/04, ser submetida ao regime de parceria público-privada quando, no decorrer da concessão, a Administração Pública remunerar o contratado a fim de subsidiar o valor da tarifa.

C) Na concessão administrativa, que constitui modalidade de concessão de serviço público, instituída como forma de parceria público-privada, conjuga-se a tarifa paga pelos usuários e a contraprestação pecuniária do concedente (parceiro público) ao concessionário (parceiro privado).

D) Constitui contrato de concessão, podendo ser na modalidade administrativa ou patrocinada.

E) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita mediante outorga de direitos sobre bens públicos afetados de uso comum do povo.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram instituídas em nosso ordenamento jurídico por meio da Lei 11.079/2004, incorporando conceitos já contemplados pela experiência internacional e garante que as parcerias público-privadas sejam um instrumento eficaz na viabilização de projetos fundamentais para o crescimento nacional e que sejam fundamentadas na atuação administrativa de forma transparente e de acordo com as regras de responsabilidade fiscal.

Entende-se como parceria público-privada a formalização de um contrato de prestação de serviços de médio e longo prazo firmado pela Administração Pública com a iniciativa privada, cujo valor não seja inferior a vinte milhões de reais, sendo vedada a celebração de contratos que tenham por objeto única e exclusivamente o fornecimento de mão de obra, equipamentos ou execução de obra pública.

Neste sentido a Lei mencionada assim estabelece sobre as formas de concessão por meio da Parceria Público-Privada:

*Art. 2ª-Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade **patrocinada** ou **administrativa**.*

*§ 1ª-**Concessão patrocinada** é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*

*§ 2ª-**Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

A lei confere a possibilidade de combinar a remuneração tarifária com o pagamento de contraprestações públicas e define Parcerias Público-Privadas como contrato administrativo de concessão de serviços públicos, na modalidade *patrocinada ou administrativa*.

Na concessão na modalidade patrocinada a remuneração do parceiro privado vai envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público.

A concessão na modalidade administrativa, por sua vez, envolve tão somente contraprestação pública, pois se aplica nos casos em que não houver possibilidade de cobrança de tarifa dos usuários.

RESPOSTA: "D".

1926 - (TC/DF - ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CESPE/2014) Julgue os itens a seguir, relativos à responsabilidade civil do Estado, aos serviços públicos e às organizações da sociedade civil de interesse público.

De acordo com o princípio da continuidade, os serviços públicos, compulsórios ou facultativos, devem ser prestados de forma contínua, não podendo ser interrompidos mesmo em casos de inadimplemento do usuário.

() CERTO

() ERRADO

Pelo Princípio da Continuidade do Serviço Público o serviço público deve ser prestado de maneira contínua, o que significa dizer que não é passível de interrupção.

Isto ocorre justamente pela própria importância de que o serviço público se reveste diante dos anseios da coletividade.

É o princípio que orienta sobre a impossibilidade de paralisação, ou interrupção dos serviços públicos, e o pleno direito dos administrados a que não seja suspenso ou interrompido, pois se entende que a continuidade dos serviços públicos é essencial a comunidade, não podendo assim sofrer interrupções.

Entretanto, tal princípio não é absoluto comportando algumas exceções, como no caso dos serviços facultativos, cuja importância à sociedade é reduzida, por não ser essencial a sobrevivência do cidadão.

Ademais, há outros serviços públicos que, embora possuam o caráter *público* é prestado mediante o pagamento de taxa ou tarifa decorrente do consumo suportado pelo usuário. Em caso de inadimplemento é lícito ao prestador do serviço público, após tentativas de recebimento voluntário, adotar as medidas que lei garante tais como suspensão dos serviços mediante prévio aviso.

RESPOSTA: "ERRADO".

1927 - (TJ/DF – JUIZ - TJ/2011) Considerando o disposto na Lei nº 8.987/95, assinale a afirmativa falsa:

A) É admitida a subconcessão, nos termos previsto no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente;

B) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão;

C) No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso somente aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos e econômicos da concessionária;

D) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecimento no contrato.

Nos termos do artigo 30 da Lei Federal nº 8.987/95, dispõe que além do poder conferido ao Concedente de fiscalização aos dados relativos a administração, contabilidade, recursos técnicos e econômicos, cabe ainda a fiscalização aos dados financeiros da concessionária.

“Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.”

RESPOSTA “C”.

1928 - (TRF/2ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESP/2013) Mediante lei sancionada em 2004, o Brasil adotou a PPP como instrumento para a viabilização de projetos fundamentais ao crescimento do país. Referida lei incorporou conceitos bem-sucedidos da experiência internacional, de modo a garantir que as PPPs sejam balizadas na atuação transparente da administração pública. Acerca desse instrumento de gestão pública, assinale a opção correta.

A) Embora a responsabilidade fiscal não seja uma diretriz expressa na legislação de PPP, o melhor entendimento doutrinário aponta para a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal à execução desse tipo de contrato administrativo.

B) Não se admite o emprego da arbitragem na hipótese de um município querer dirimir conflitos decorrentes de contrato de PPP.

C) Um estado da Federação, no âmbito de contrato de PPP para a realização de obras públicas nos seus municípios, estará impedido de ceder parte de seus créditos não tributários a título de contraprestação.

D) É expressamente vedada a uma sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto de uma PPP em determinado estado da Federação, constituir-se sob a forma de companhia aberta.

E) Caso um estado da Federação celebre contrato administrativo de PPP visando à concessão de serviços públicos, conforme legislação específica, e, além da tarifa a ser cobrada dos usuários, o contrato preveja contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, ter-se-á, nessa hipótese, um exemplo da chamada concessão patrocinada.

A Constituição Federal, em seu artigo 175, atribuiu ao Poder Pública a competência para a prestação dos serviços públicos, que poderá ser executada por si mesma, utilizando seu próprio aparato de instrumentos, mecanismos e pessoas, ou então por meio do regime de concessão ou permissão.

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

O Poder Público quando não executa os serviços públicos diretamente poderá, nos termos constitucionais, delegar tal competência a terceiros, por meio das concessões e permissões.

A Lei Federal nº 11.079/2004 institui no ordenamento jurídico a figura da concessão por meio das *Parcerias Público-Privadas*, que podem ser na modalidade patrocinada ou administrativa, conforme estabelece o artigo 2º da mencionada lei.

Art. 2º-Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º-Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º-Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Dessa forma, a modalidade de Parceria público-privada que estipula a cobrança de tarifa a ser cobrada pelos usuários e ainda contraprestação do parceiro público ao parceiro privado é a modalidade PATROCINADA.

Pela modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) patrocinada, o parceiro privado além de explorar economicamente os serviços colocados a disposição dos usuários, mediante tarifa, ainda recebe contraprestação pecuniária do Estado – parceiro público.

RESPOSTA: “E”.

1929 – (PC/GO - AGENTE DE POLÍCIA - UEG/2013) A concessão de serviço público é: ato administrativo discricionário e precário.

- A) **contrato administrativo que pode ser alterado unilateralmente pela Administração.**
- B) **contrato administrativo exclusivamente remunerado pela Administração.**
- C) **ato administrativo que não depende de prévia licitação.**

Concessão de serviços públicos é a delegação de serviços públicos feita pelo poder concedente mediante licitação na modalidade concorrência à pessoa que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Assim, é delegado ao vencedor da licitação na modalidade de concorrência pública a prestação de serviços públicos, que geralmente ocorre no tocante à concessão da execução de serviços públicos.

Importante esclarecer o conceito de Poder Concedente, assim entendido como a União, o Estado, o DF ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, assim a titularidade continua sendo sua somente será transferida a execução dos serviços públicos à concessionária.

Para o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, conceituando o instituto da concessão de serviço público, ensina que:

"É o instituto através do qual o Estado atribuiu o exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço".

Neste sentido, verifica-se que a concessão é mecanismo de delegação de direito público, pois, as suas cláusulas contratuais são editadas pelo Poder Público, que poderá a qualquer tempo modificá-las de **forma unilateral**, tendo em vista que não há que se falar em igualdade entre as partes contratantes em atenção ao princípio da soberania do Estado.

Entretanto, está presente, como em todo contrato, a bilateralidade, pois, ao aderir ao contrato de concessão, o concessionário integra a relação jurídica contratual, com declaração de vontade própria, mas aceitando os termos e condições impostas pela Administração Pública.

O que ocorre com os contratos de concessão de serviços públicos é que são vinculados ao processo licitatório, assim, as suas cláusulas devem atender obrigatoriamente o que estiver estipulado no edital de abertura da licitação. Por se tratar de um contrato administrativo, o contrato de concessão tem como objeto o bem público, a utilidade pública e ainda o interesse da coletividade, que se explica facilmente, pelo fato do destinatário da realização do serviço é justamente o cidadão.

RESPOSTA: "B".

1930 - (PGE/MT – PROCURADOR – FCC/2011) Os bens imóveis pertencentes à Administração Pública

- A) **são inalienáveis, quando de uso comum do povo e de uso especial, enquanto mantida a afetação ao serviço público.**
- B) **podem ser alienados mediante autorização legal prévia, exceto os bens dominicais.**
- C) **são impenhoráveis, exceto os de titularidade de autarquias e fundações.**
- D) **não podem ser objeto de subsequente afetação a serviço público, quando anteriormente de uso privado da Administração.**
- E) **podem ser objeto de utilização por particular, total ou parcial, desde que em caráter precário e a título oneroso.**

Inicialmente, é imprescindível saber o conceito do Instituto Jurídico Administrativo da *afetação*:

A afetação é o instrumento pelo qual se utiliza a Administração Pública para conferir ou atribuir ao bem público uma destinação específica, de outro modo, a desafetação consistem em retirar o bem público daquela destinação a ele anteriormente atribuída.

Dessa forma, se o bem público está revestido de afetação, é certo que possui uma destinação específica, assim, não pode este bem ser alienado.

Ademais, os bens públicos de uso comum são todas as coisas imóveis ou móveis destinados ao uso indiscriminado de toda a coletividade, também não são passíveis de alienação, haja vista que é destinado ao uso coletivo.

E ainda, os bens públicos de uso especial são aqueles que se destinam à execução das finalidades da Administração Pública, são bens com uma destinação especial, porque se destinam a instrumentalizar o serviço público, e dessa maneira, como é destinado a execução das finalidades públicas, também é inalienável.

RESPOSTA "A".

1931 - (TJ/DF – JUIZ – TJ/2011) Segundo a Constituição Federal, são bens da União:

- A) **Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;**
- B) **Os recursos naturais da plataforma continental, excluída a zona econômica;**
- C) **Os terrenos de marinha, sem os seus acréscimos;**
- D) **Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem apenas um Estado.**

Nos termos do artigo 20, em seu inciso I da Constituição Federal de 1988, assim garante:

*"Art. 20 - São Bens da União:
I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;"*

RESPOSTA "A".

1932 - (PM/AL – OFICIAL COMBATENTE DA POLÍCIA MILITAR – CESPE/2012) Um prédio pertencente ao patrimônio do estado de Alagoas, no qual esteja instalada uma delegacia da Polícia Civil desse estado, é um

A) bem público disponível, já que está à disposição da Polícia Civil.

B) bem prescritível porque somente a lei poderá desafetá-lo da referida atividade.

C) bem público de uso comum do povo, visto que nele se presta serviço público voltado a toda a população.

D) bem público de uso especial, visto que as atividades nele desenvolvidas são voltadas à prestação de um serviço público específico.

E) bem dominical, pois pertence ao patrimônio do Estado.

Bens de Uso Especial ou do Patrimônio Administrativo: Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução das finalidades da Administração Pública, são bens com uma destinação especial, porque se destinam a instrumentalizar o serviço público.

Assim, o prédio de propriedade do Estado onde esteja instalada repartição pública é de uso especial destinado exclusivamente a realização de atividades administrativas voltadas a prestação de serviço público.

RESPOSTA: "D".

1933 - (MPE/SP – PROMOTOR DE JUSTIÇA – MPE/2011) Os bens imóveis públicos, rurais ou urbanos,

A) sujeitam-se à prescrição aquisitiva, qualquer que seja sua área.

B) não podem ser adquiridos por usucapião.

C) estão sujeitos à usucapião *pro labore*.

D) atendida a função social da propriedade, podem ser usucapidos.

E) se urbanos, até 250 m², e rurais, até 50 ha, atendidos os requisitos temporal, de posse ininterrupta e sem oposição, sujeitam-se à prescrição aquisitiva.

A imprescritibilidade, no entendimento do jurista administrativo Hely Lopes Meirelles:

"decorre como consequência lógica de sua inalienabilidade originária. E é fácil demonstrar a assertiva: se os bens públicos são originalmente inalienáveis, segue-se que ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essa condição. Daí não ser possível a invocação de usucapião sobre eles".

Assim, temos que os bens públicos, seja qual for sua natureza (urbano ou rural), são imprescritíveis, ou seja, não são passíveis de aquisição mediante a utilização do instrumento jurídico da usucapião.

Dessa maneira, mesmo que o particular possua a posse mansa e pacífica de um bem público pelo lapso temporal necessário à sua aquisição mediante usucapião, ou melhor, a qualquer período que seja, este não adquirirá o direito de propriedade sobre esse bem público.

RESPOSTA "B".

1934 - (TRF - 2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Em face da classificação dos bens públicos, os bens de uso especial são

A) alienáveis, enquanto conservam a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

B) aqueles que não têm uma destinação pública definida, que podem ser usados pelo Estado para fazer renda.

C) aqueles destinados à utilização geral pelos indivíduos, que podem ser utilizados por todos em igualdade de condições.

D) aqueles que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

E) impenhoráveis, mas estão sujeitos a usucapião.

Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução das finalidades da Administração Pública na busca do interesse coletivo, são bens com uma destinação especial, porque se destinam a instrumentalizar o serviço público, são os bens que viabilizam a execução dos serviços administrativos.

São, por essa razão, bens de uso especial, e assim indisponíveis (ex: máquinas, veículos, aparelhos, utensílios, entre outros do mesmo gênero).

RESPOSTA "D".

1935 - (TRF - 2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Com relação aos bens municipais, julgue os itens seguintes.

A autorização de uso é ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual o município consente a prática de determinada atividade individual incidente sobre bem público. Não há forma nem requisitos especiais para sua efetivação, pois ela visa apenas atividades transitórias e irrelevantes para o poder público, bastando que se consubstancie em ato escrito, revogável sumariamente a qualquer tempo e sem ônus à administração.

() CERTO

() ERRADO

Autorização de Uso é ato unilateral, gratuito ou oneroso, independente de lei, discricionário e precário, sem forma especial, revogável precariamente pela Administração, e que não gera direitos para o administrado, utilizado para conceder autorização para a prática de determinada atividade individual que recaia sobre bem público.

Dada a sua precariedade que lhe é peculiar, a autorização de uso poderá ser revogada a qualquer tempo pela Administração Pública, por meio de ato unilateral, sem qualquer ônus para a Administração Pública, visto que é conferido gratuitamente ao particular.

RESPOSTA: "CORRETA".

1936 - (MI – NÍVEL SUPERIOR – ESAF/2012) Uma das características dos bens públicos é a sua imprescritibilidade, o que significa dizer que tais bens não podem

- A) ser alienados.
- B) ser usucapidos.
- C) ser penhorados.
- D) ter destinação para uso particular.
- E) ser objeto de ações por cobranças de dívidas.

A imprescritibilidade, no entendimento do jurista administrativo Hely Lopes Meirelles:

"Decorre como consequência lógica de sua inalienabilidade originária. É fácil demonstrar a assertiva: se os bens públicos são originalmente inalienáveis, segue-se que ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essa condição. Daí não ser possível a invocação de usucapião sobre eles".

Dessa maneira, mesmo que o particular possua a posse mansa e pacífica de um bem público pelo lapso temporal necessário à sua aquisição mediante usucapião, ou melhor, a qualquer período que seja este não adquirirá o direito de propriedade sobre esse bem.

A matéria está plenamente pacificada, de acordo com o entendimento sedimentado e sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, no enunciado 340 que assim dispõe: *"Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião".*

Ademais, a Constituição Federal vigente é expressa, em seus art. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, ao dispor que *"os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião"*.

Assim, temos que os bens públicos, seja qual for sua natureza, são imprescritíveis, ou seja, não são passíveis de aquisição mediante a utilização do instrumento jurídico da usucapião.

RESPOSTA: "B".

1937 - (TRF - 5ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Acerca dos bens e dos serviços públicos, julgue os itens seguintes.

Os bens públicos de uso especial, integrados no patrimônio de ente político e afetados à execução de um serviço público, são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

- () CERTO
- () ERRADO

A afetação é o instrumento pelo qual se utiliza o Poder Público para atribuir ao bem público uma destinação específica, de outro modo, a desafetação consiste em retirar o bem público daquela destinação a ele anteriormente atribuída.

A afetação de determinado bem ao uso público não se efetiva de maneira permanente, pois só se perdurará enquanto o bem público estiver revestido desta qualidade e cumprindo destinação específica, sendo que a Administração Pública possui o poder discricionário, para verificar se a afetação do bem é oportuna, conveniente e necessária, para o interesse público.

Dessa maneira, quando um bem público, revestido de tal peculiaridade, com atribuição de uso especial não poderá ser alienado, adquirido por terceiros por meio da usucapião e ainda não são passíveis de penhora para garantia de dívidas, dada a sua especialidade e finalidade específica.

RESPOSTA: "CORRETA".

1938 - (TRF - 5ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Um automóvel integrante da frota de veículos de uma autarquia federal, cuja utilização destina-se ao transporte rotineiro do expediente administrativo, é um bem público

- A) de uso comum do povo.
- B) de uso particular.
- C) de uso especial.
- D) desafetado.
- E) dominical.

Os bens públicos pertencentes à Administração Pública de uso especial são destinados especificamente para a instrumentalização da execução das atividades administrativas.

Assim, se um automóvel pertencente a frota estatal, tem destinação específica de transporte rotineiro de expediente administrativo, tal bem público é classificado com de uso especial.

RESPOSTA: "C".

1939 - (TRE/PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) Os bens de uso especial, se perderem essa natureza, pela desafetação,

- A) continuam indisponíveis, pois a característica da inalienabilidade desses bens será sempre absoluta.
- B) passam à categoria de bens de uso comum.
- C) tornam-se disponíveis, no entanto, somente podem ser objeto de alienação de uma entidade pública para outra.
- D) passam à categoria de bens dominicais, conservando, no entanto, a característica da inalienabilidade.
- E) tornam-se disponíveis, podendo ser alienados pelos métodos de direito privado.

Quando ocorre a desafetação, ou seja, quando é retirado pela Administração Pública a destinação específica do bem público anteriormente a ele atribuído, os bens tornam-se disponíveis para que a Administração Pública possa aliená-lo, isto porque este bem público não possui mais uma finalidade específica definida, tornando-se disponível.

RESPOSTA "E".

1940 - (OAB – EXAME DE ORDEM UNIFICADO – PRIMEIRA FASE CESPE/2013) Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- A) Por terem caráter tipicamente patrimonial, os bens de uso comum do povo podem ser alienados.
- B) Os bens dominicais são indisponíveis.
- C) A lei que institui normas para licitações e contratos da administração pública (Lei n.º 8.666/1993) define regras para a alienação dos bens públicos móveis e imóveis.
- D) Ocorre a desafetação quando um bem público passa a ter uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da administração.

Segundo a Lei 8.666/93 (Lei geral de Licitações), a alienação de bens imóveis depende de prévia avaliação, autorização legislativa no caso de bens de órgãos da Administração Direta e entidades autarquias e fundacionais, e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos casos previstos na referida Lei.

Ainda de acordo com o que dispõe a Lei 8.666/93, a alienação de bens móveis depende de prévia avaliação e licitação, dispensada esta nos casos de doação para fins e uso de interesse social, permuta entre órgãos e entidades da Administração Pública, venda de ações, de títulos e de bens produzidos ou comercializados por órgãos e entidades da Administração Pública em virtude de sua finalidades, ou materiais e equipamentos que não estejam sendo utilizados para outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

As regras de alienação de bens móveis e imóveis da Administração Pública é a Lei Geral de Licitações, Lei Federal nº 8.666/93, que em seu artigo 17 e seus incisos e parágrafos.

Objetivando complementar os estudos, segue um trecho do artigo 17 da Lei 8.666/93 a título de exemplo.

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência...

*...
II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação...*

Imprescindível a leitura atenta do que dispõe a íntegra do artigo 17 da Lei 8.666/93, para que possa ter conhecimento de todas as hipóteses de dispensa de licitação, e demais peculiaridades acerca da alienação de bens móveis e imóveis pela Administração Pública.

RESPOSTA "C".

1941 - (AL/SP – AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO ESPECIALIZADO – FCC/2011) Os bens públicos podem ser classificados de acordo com a sua destinação. São bens

- A) de uso comum do povo aqueles afetados a um determinado serviço ou finalidade pública, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.
- B) de uso especial apenas aqueles destinados ao particular por concessão ou permissão de uso.
- C) dominicais aqueles de domínio do Estado não afetados a uma finalidade pública.
- D) de uso especial aqueles destinados, por lei, a entidades integrantes da Administração indireta.
- E) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade, como, por exemplo, as praças e as vias públicas.

Os bens Dominiais ou Patrimoniais disponíveis são os bens próprios do Estado como objeto de direito real, podendo ser utilizados para qualquer fim público, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública, não aplicados nem ao uso comum, e tampouco ao uso especial.

São todos os bens sobre os quais a Administração Pública exerce os poderes inerentes de proprietário. Diferem-se dos outros pela possibilidade de serem utilizados para qualquer fim, de forma livre e disponível pela Administração Pública, dentro de uma finalidade pública, havendo ainda a possibilidade de serem alienados, com prévia autorização legislativa.

RESPOSTA "C".

1942 - (TRF - 5ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) No que se refere à classificação e ao regime jurídico dos bens públicos, às terras devolutas e aos terrenos de marinha, assinale a opção correta.

A) A CF garante a todos o direito de reunir-se pacificamente sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização do poder público, exigida para evitar frustrar reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

B) Consoante o disposto na CF, os bens públicos são passíveis de aquisição por meio de usucapião.

C) Em regra, as terras devolutas pertencem à União e são consideradas bens dominicais ou dominiais.

D) A locação de imóveis da União realiza-se mediante contrato, não estando sujeita às disposições de outras leis concernentes à locação, razão por que, em caso de não pagamento dos aluguéis nos prazos estipulados, a rescisão ocorre de pleno direito, podendo a União imitir-se sumariamente na posse da coisa locada, sem que o locatário tenha direito de purgar a mora.

E) A União pode lavrar auto de demarcação nos seus imóveis nos casos de regularização fundiária de interesse social e interesse público, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada.

Os bens imóveis da União como as terras devolutas e terrenos da marinha, tem sua destinação e utilização disciplinada pelo Decreto-Lei nº 9.760/46, ainda em vigência, dispondo sobre as normas aplicáveis aos bens imóveis da União.

Assim, a locação de bem imóvel da União, como forma de utilização do bem, está regulamentada no artigo 87 e seguintes do mencionado Decreto-Lei.

Art. 87. A locação de imóveis da União se fará mediante contrato, não ficando sujeita a disposições de outras leis concernentes à locação.

Art. 88. É proibida a sublocação do imóvel, no todo ou em parte, bem como a transferência de locação.

Art. 89. O contrato de locação poderá ser rescindido:

I – quando ocorrer infração do disposto no artigo anterior;

II – quando os alugueis não forem pagos nos prazos estipulados;

III – quando o imóvel for necessário a serviço público, e desde que não tenha a locação sido feita em condições especiais, aprovadas pelo Ministro da Fazenda;

IV – quando ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

§ 1º Nos casos previstos nos itens I e II, a rescisão dar-se-á de pleno direito, imitando-se a União sumariamente na posse da coisa locada.

Assim, por não seguir as normas gerais aplicáveis as pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado referente a locação de bens imóveis, poderá a União locar um imóvel que lhe pertença mediante contrato e caso ocorra a inadimplência dos alugueis, a União poderá promover a rescisão contratual de forma unilateral, podendo imitar-se sumariamente na posse do bem imóvel locado.

RESPOSTA “D”.

1943 - (TRF - 2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) As principais características que compõem o regime jurídico dos bens públicos são:

A) a necessidade de lei autorizando a penhora e a prescrição aquisitiva desses bens, desde que sejam bens dominicais.

B) o seu uso privativo mediante autorização, permissão ou concessão, independente da sua destinação.

C) a obrigatoriedade de prévia licitação para uso privado mediante concessão e permissão, mas apenas para os bens de uso especial.

D) a inalienabilidade, a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a não-onerosidade.

E) a possibilidade desses bens serem alienados mediante prévia licitação na modalidade concorrência, quando se tratar de bens de uso comum do povo.

Os bens públicos, no direito administrativo brasileiro, marcam-se por características e regimes jurídicos específicos, a seguir expostos:

Inalienabilidade: Por inalienabilidade entende-se não estarem os bens públicos disponíveis e sujeitos a alienação, ou seja, não podem ser transferidos do domínio público para o particular.

Entretanto, tal regra não é absoluta, pois, conforme estabelece o artigo 100 do Código Civil Brasileiro, temos que:

“Art. 100 - os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar”.

Via de regra, atualmente esta pacificado entre os doutrinadores administrativos a orientação pela qual somente são totalmente e absolutamente inalienáveis os bens que, por sua natureza, não possuem valor patrimonial, ou seja, os bens de uso comum do povo insuscetíveis de valoração patrimonial como os rios, praças, ruas, mares, etc.

Dessa maneira, os bens públicos dominiais, que são os bens públicos sem destinação específica podem ser objeto de alienação por parte do Poder Público, respeitado os requisitos legais para sua ocorrência.

Imprescritibilidade: A imprescritibilidade, no entendimento do jurista administrativo Hely Lopes Meirelles: *“Decorre como consequência lógica de sua inalienabilidade originária. E é fácil demonstrar a assertiva: se os bens públicos são originalmente inalienáveis, segue-se que ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essa condição. Daí não ser possível a invocação de usucapião sobre eles”.*

Assim, temos que os bens públicos, seja qual for sua natureza, são imprescritíveis, ou seja, não são passíveis de aquisição mediante a utilização do instrumento jurídico da usucapião.

Dessa maneira, mesmo que o particular possua a posse mansa e pacífica de um bem público pelo lapso temporal necessário à sua aquisição mediante usucapião, ou melhor, a qualquer período que seja este não adquirirá o direito de propriedade sobre esse bem.

A matéria está plenamente pacificada, de acordo com o entendimento sedimentado e sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, no enunciado 340 que assim dispõe: *“Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião”.*

Ademais, a Constituição Federal vigente é expressa, em seus art. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, ao dispor que *“os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”.*

Impenhorabilidade: A penhora é o instrumento jurídico de natureza constritiva que recai sobre o patrimônio do devedor, objetivando a satisfação do credor nos casos de não pagamento de dívida ou obrigação. Por tal instituto jurídico, temos que o bem constrito pela penhora pode ser compulsoriamente alienado a terceiros para a satisfação do débito ao credor.

De acordo com o art. 100, da Constituição Federal de 1988, há uma forma específica para satisfação de créditos contra o Poder Público inadimplente, não podendo ser praticados os bens públicos para que o credor neles se aproveite para ver quitado o débito. De acordo com a norma constitucional, os débitos contraídos pela Administração Pública e cobrados pelos seus credores serão pagos por meio do regime de **precatórios**.

Assim, os bens públicos são impenhoráveis, ou seja, não estão sujeitos ao instituto jurídico da penhora.

Não Onerabilidade dos Bens Público: Os bens públicos estão à disposição de toda a coletividade de forma gratuita, não sendo possível a cobrança de ônus pelo seu uso, exceto algumas exceções como o pagamento de pedágio para trafegar em algumas rodovias, onde sua possibilidade é prevista constitucionalmente.

RESPOSTA: "D".

1944 - (TRT – 18ª REGIÃO/GO - JUIZ DO TRABALHO – FCC/2014) No tocante ao regime legal dos bens das entidades pertencentes à Administração pública, é correto afirmar:

A) Os bens pertencentes a autarquia são impenhoráveis, mesmo para satisfação de obrigações decorrentes de contrato de trabalho regido pela Consolidação da Legislação Trabalhista.

B) Os bens pertencentes às entidades da Administração indireta são bens privados e, portanto, passíveis de penhora.

C) A imprescritibilidade é característica que se aplica tão somente aos bens públicos de uso comum e especial, não atingindo os bens dominicais.

D) Em face da não aplicação do art. 730 do Código de Processo Civil às lides trabalhistas, os bens públicos podem ser penhorados para satisfação de débitos reconhecidos pela Justiça Laboral.

E) A regra da imprescritibilidade dos bens públicos, por ter origem legal, não se aplica ao instituto da usucapião especial urbana, de status constitucional.

Segundo o entendimento do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, temos o conceito de domínio público, mais popularmente conhecido como *bens públicos*, entendido da seguinte maneira:

"Bens Públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, isto é, União, Estados, Distrito Federal, Municípios, respectivas autarquias e fundações de Direito Público (estas últimas, alias, não passam de autarquias designadas pela base estrutural que possuem), bem como os que, embora não pertencentes a tais pessoas estejam afetados à prestação de um serviço público".

Dessa forma temos que é considerado como bens públicos os bens pertencentes tanto as pessoas jurídicas de direito público integrantes da estrutura da Administração Direta (União, Estado, Municípios e Distrito Federal) bem como de suas respectivas autarquias e fundações igualmente de Direito Público

Os bens públicos, no direito administrativo brasileiro, marcam-se por características e regimes jurídicos, dentre eles destacamos a **impenhorabilidade**:

A penhora é o instrumento jurídico de natureza construtiva que recai sobre o patrimônio do devedor, objetivando a satisfação do credor nos casos de não pagamento de dívida ou obrigação. Por tal instituto jurídico, temos que o bem constrito pela penhora pode ser compulsoriamente alienado a terceiros para a satisfação do débito ao credor.

De acordo com o art. 100, da Constituição Federal de 1988, há uma forma específica para satisfação de créditos contra o Poder Público inadimplente, não podendo ser praticados os bens públicos para que o credor neles se aproveite para ver quitado o débito.

De acordo com a norma constitucional, os débitos contraídos pela Administração Pública e cobrados pelos seus credores serão pagos por meio do regime de **precatórios**, não se utilizando a penhora como forma de satisfação dos créditos do credor em face os bens públicos.

Assim, os bens públicos são impenhoráveis, ou seja, não estão sujeitos ao instituto jurídico da penhora.

Neste sentido é pacífico o entendimento dos Tribunais acerca do tema, conforme se verifica na ementa a seguir transcrita:

Ementa: ADMINISTRATIVO. PENHORA. BENS DE AUTARQUIAS. INADIMISSIBILIDADE. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. São impenhoráveis os bens das autarquias, consideradas pessoas jurídicas de direito público por definição legal, sendo público também seu capital. Segurança Concedida. (Mandado de Segurança nº 094.02.23128-5 – TRF 2ª Região)

Assim, independentemente da natureza da ação (cível, trabalhista, etc) não podem os créditos ser executados por meio de penhora de bens de autarquias, tendo em vista o seu regime jurídico de direito público, com aplicabilidade do que dispõe o texto constitucional e ainda a jurisprudência majoritária.

RESPOSTA: "A".

1945 - (SEPLAG/MG – GESTOR DE TRANSPORTES E OBRAS – IBFC/2014) Os logradouros públicos são considerados bens:

A) Domiciais

B) De uso especial.

C) De uso comum do povo.

D) Fungíveis.

Os bens de uso comum do povo são aqueles que se reconhece a toda coletividade de maneira indistinta e indiscriminada, em relação aos bens de uso comum, ou seja, aqueles que servem para serem utilizados indistintamente por quaisquer sujeitos, de modo igualitário e com urbanidade em relação aos demais usuários. Tal uso é livre a quaisquer sujeitos, independentemente de manifestação ou outorga administrativa.

Ao dizer-se que o uso é livre, temos caracterizado que ele independe de qualquer ato administrativo permissivo ou restritivo quanto à utilização e sua forma, como por exemplo os logradouros públicos.

RESPOSTA: "C".

1946 - (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/MG - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – FUMARC/2014) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

A) avaliação dos bens alienáveis; dispensa de comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; adoção do procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência.

B) avaliação dos bens alienáveis; comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; adoção do procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência ou leilão.

C) dispensa de avaliação dos bens alienáveis e/ou comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; adoção do procedimento licitatório sob a modalidade de concurso.

D) dispensa de avaliação dos bens alienáveis; comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; adoção do procedimento licitatório sob a modalidade de leilão.

A Administração Pública deve adotar algumas medidas previstas em lei antes de alienar bens públicos.

A alienação é o instrumento pelo qual se opera a transferência do domínio de uma pessoa para outra por meio da compra e venda. A alienação de bens públicos realizado pela Administração Pública está vinculada a existência de interesse público devidamente motivado e justificado, sendo precedida sempre de avaliação

Quando a legislação diz que os bens públicos são inalienáveis, significa dizer que isso ocorre somente enquanto os referidos bens são destinados ao uso comum do povo ou a fins administrativos especiais, ou seja, enquanto tiver afetação pública (destinação pública específica), como as praças, os materiais utilizados no serviço público, etc., realmente não podem ser alienados.

Assim, os Bens Públicos Desafetados, por meio de lei, poderão ser alienados como qualquer bem de particular, transformando-se em bens dominiais, de livre disposição e uso pela Administração Pública.

Segundo a Lei 8.666/93 (Lei geral de Licitações), a alienação de bens imóveis depende de prévia avaliação, autorização legislativa no caso de bens de órgãos da Administração Direta e entidades autarquias e fundacionais, e licitação na modalidade de concorrência ou leilão, dispensada esta nos casos previstos na referida Lei.

RESPOSTA: "B".

1947 - (EMPLASA – ANALISTA Jurídico – VUNESP/2014) Com relação à utilização de bem público de uso especial, assinale a alternativa correta.

A) É todo aquele que se disponibiliza à coletividade em geral, sem qualquer qualificação ou exigência para sua fruição.

B) Embora esteja à disposição de usuários anônimos e indeterminados, a Administração impõe restrições.

C) É todo aquele que, por um título individual, a Administração atribui a determinada pessoa para fruir com exclusividade e nas condições convencionadas.

D) É todo aquele em que a Administração desonera o particular de sua conservação e vigilância.

E) Todos têm o direito natural de utilizá-lo, sem qualquer encargo.

Os bens públicos de utilização especial é a forma a qual se reconhece a determinadas pessoas, a título individual, para usufruírem determinados bens, de maneira exclusiva, mediante contrato ou ato unilateral da Administração Pública, devendo as partes obediência ao que ficou pactuado.

RESPOSTA: "C".

1948 - (TRT - 6ª REGIÃO/PE – JUIZ DO TRABALHO – FCC/2013) Paulo, proprietário de terreno lindeiro a uma área abandonada de titularidade da União, passou a ocupar e exercer a vigilância da referida área, sem sofrer qualquer oposição da União. Considerando o regime jurídico dos bens públicos, Paulo.

A) não poderá usucapir a área, haja vista a impossibilidade de oneração dos bens públicos, que só pode ser afastada por lei específica.

B) poderá usucapir a área, observados os prazos e requisitos legais, desde que a mesma não esteja afetada a finalidade pública específica.

C) poderá usucapir a área, mediante o instituto da investitura, se comprovado que o terreno é inaproveitável.

D) não poderá usucapir a área, haja vista a imprescritibilidade dos bens públicos, seja qual for a sua natureza.

E) somente poderá usucapir a área se a mesma for remanescente de desapropriação ou de obra pública e não comportar, isoladamente, aproveitamento para edificação urbana.

A imprescritibilidade, no entendimento do jurista administrativo Hely Lopes Meirelles:

"Decorre como consequência lógica de sua inalienabilidade originária. E é fácil demonstrar a assertiva: se os bens públicos são originalmente inalienáveis, segue-se que ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essa condição. Daí não ser possível a invocação de usucapião sobre eles".

Assim, temos que os bens públicos, seja qual for sua natureza, são imprescritíveis, ou seja, não são passíveis de aquisição mediante a utilização do instrumento jurídico da usucapião.

Dessa maneira, mesmo que o particular possua a posse mansa e pacífica de um bem público pelo lapso temporal necessário à sua aquisição mediante usucapião, ou melhor, a qualquer período que seja este não adquirirá o direito de propriedade sobre esse bem.

A matéria está plenamente pacificada, de acordo com o entendimento sedimentado e sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, no enunciado 340 que assim dispõe:

"Súmula 340 – STF: Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião".

Ademais, a Constituição Federal vigente é expressa, em seus art. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, ao dispor que "os imóveis públicos **não** serão adquiridos por usucapião".

RESPOSTA: "D".

1949 - (EBSERH – ADVOGADO – IBFC/2013) Sobre os bens públicos, de acordo com a legislação, pode-se afirmar que:

A) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

B) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

C) São bens de uso especial, os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito real de cada uma dessas entidades.

D) Somente se admite o uso comum dos bens públicos, desde que seja gratuito, conforme for estabelecido legalmente pela entidade cuja administração pertencerem.

Tanto os bens públicos de uso comum do povo quanto os bens de uso especial são revestidos pelo ordenamento jurídico de uma destinação específica, não podendo ser alienados, em virtude de estarem "afetados".

Conforme estabelece o artigo 100 do Código Civil Brasileiro, temos que:

"Art. 100 - os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar".

A afetação é o instrumento pelo qual se utiliza a Administração Pública para conferir ou atribuir ao bem público uma destinação específica, de outro modo, a desafetação consistem em retirar o bem público daquela destinação a ele anteriormente atribuída.

A afetação de determinado bem ao uso público não se efetiva de maneira permanente, pois só se perdurará enquanto o bem público estiver revestido desta qualidade e cumprindo destinação específica, sendo que a Administração Pública possui o poder discricionário, para verificar se a afetação do bem é oportuna e conveniente para o interesse coletivo.

Importante esclarecer que os bens dominicais não apresentam nenhuma destinação pública específica, ou seja, não estão afetados. Dessa maneira, são os únicos bens públicos que não precisam ser desafetados para que possa ocorrer sua alienação.

RESPOSTA: "A".

1950 - (TJ-PR – JUIZ – UFPR/2013) Segundo a Constituição Federal, NÃO são bens dos Estados:

A) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

B) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.

C) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.

D) os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

A Constituição Federal estabelece de forma expressa e taxativa quais são os bens pertencentes aos Estados, conforme se verifica no artigo 26:

"Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União."

Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais inclusive o subsolo são bens públicos pertencentes à União, como estabelece a Constituição Federal em seu artigo 20, incisos VIII e IX, conforme segue:

"Art. 20. São bens da União:

(...)

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo"

RESPOSTA: "D".

1951 - (DPE/DF – DEFENSOR PÚBLICO – CESPE/2013) Acerca dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo unilateral, discricionário e precário, para o atendimento de interesse predominantemente do próprio particular.

() CERTO

() ERRADO

Autorização de Uso de bem público é caracterizado por ser ato unilateral, gratuito ou oneroso, independente de lei, discricionário, sem forma especial, revogável precariamente pela Administração, e que não gera direitos para o administrado.

RESPOSTA: "CERTO".

1952 - (DPE/DF – DEFENSOR PÚBLICO – CES-PE/2013) Sendo uma das características do regime jurídico dos bens públicos a inalienabilidade, é correto afirmar que, segundo o ordenamento jurídico brasileiro vigente, todos os bens públicos são absolutamente inalienáveis.

- () CERTO
() ERRADO

Os bens públicos, no direito administrativo brasileiro, marcam-se por características e regimes jurídicos específicos, e para a solução da questão destacamos a **inalienabilidade**:

Por inalienabilidade entende-se não estarem os bens públicos disponíveis e sujeitos a alienação, ou seja, não podem ser transferidos do domínio público para o particular.

Entretanto, tal regra não é absoluta, pois, conforme estabelece o artigo 100 do Código Civil Brasileiro, temos que:

“Art. 100 - os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar”.

Via de regra, atualmente esta pacificado entre os doutrinadores administrativos a orientação pela qual somente são totalmente e absolutamente inalienáveis os bens que, por sua natureza, não possuem valor patrimonial, ou seja, os bens de uso comum do povo e os de uso especial são insuscetíveis de valoração patrimonial como os rios, praças, ruas, mares, etc.

Dessa maneira, os bens públicos dominiais, que são os bens públicos sem destinação específica podem ser objeto de alienação por parte do Poder Público, respeitado os requisitos legais para sua ocorrência.

RESPOSTA: “ERRADO”.

1953 - (AL/PB – ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO – FCC/2013) Os bens públicos destinados a estabelecimento de administração federal e a serviço de autarquia da administração municipal são considerados bens

- A) de uso especial.
B) de uso comum do povo e bens de uso especial, respectivamente.
C) de uso especial e bens dominicais, respectivamente.
D) de uso comum do povo.
E) dominicais.

Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução das finalidades próprias da Administração Pública, são bens com uma destinação especial, porque se destinam a instrumentalizar e viabilizar a execução das atividades administrativas.

São, por essa razão, indisponíveis. Exemplos: máquinas, veículos, aparelhos, utensílios, entre outros do mesmo gênero destinados a estabelecimento da Administração Pública.

RESPOSTA: “A”.

1954 - (TJ/DF – ANALISTA JUDICIÁRIO – CES-PE/2013) No que se refere à disciplina acerca dos contratos administrativos e dos bens públicos, julgue os itens seguintes.

Consideram-se bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma delas, os quais se submetem a um regime de direito privado, pois a administração pública age, em relação a eles, como um proprietário privado.

- () CERTO
() ERRADO

Os *Bens Dominiais* ou também conhecidos pela doutrina *Patrimoniais Disponíveis* são os bens próprios do Estado como objeto de direito real, podendo ser utilizados para qualquer fim público, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública, não aplicados nem ao uso comum, e tampouco ao uso especial.

São todos os bens sobre os quais a Administração Pública exerce poderes inerentes de proprietário.

Diferem-se dos outros pela possibilidade de serem utilizados para qualquer fim, de forma livre e disponível pela Administração Pública, dentro de uma finalidade pública, havendo ainda a possibilidade de serem alienados, com prévia autorização legislativa.

RESPOSTA: “CERTO”.

1955 - (TJ/PE – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – FCC/2013) A Administração Pública pretende alienar um prédio onde funciona uma Secretaria de Estado, uma vez que apurou que o valor de mercado do imóvel aumentou demasiadamente nos últimos 10 (dez) anos. Instada a se manifestar, a consultoria jurídica da Administração opinou pela ilegalidade da conduta, em razão da afetação do bem público. A orientação do órgão jurídico consultivo da Administração está

- A) incorreta, na medida em que os bens públicos de uso comum do povo podem ser desafetados e alienados, observado o procedimento legal.
B) correta, pois o imóvel público está ocupado por um órgão da Administração, só sendo possível a alienação mediante autorização judicial.
C) incorreta, na medida em que o bem público de uso especial pode ser desafetado e alienado, nos termos da lei, cabendo à Administração a prévia transferência das atividades desenvolvidas no imóvel para outras instalações, adequadas para tanto.
D) correta, na medida em que se trata de bem de uso comum do povo, inalienável, imprescritível e impenhorável.
E) incorreta, pois o bem público em questão é da espécie dominical, sendo passível de ser alienado, na forma da lei, somente sendo necessária a desafetação caso a afetação tenha se dado por texto expresso de lei.

Nos exatos termos exigidos pelo enunciado da questão, a orientação jurídica hipotética está incorreta, tendo em vista que a **afetação** é o instrumento pelo qual se utiliza a Administração Pública para conferir ou atribuir ao bem público uma destinação específica, de outro modo, a **desafetação** consistem em retirar o bem público daquela destinação a ele anteriormente atribuída, possibilitando a alienação do bem público mencionado.

A afetação de determinado bem ao uso público não se efetiva de maneira permanente, pois só se perdurará enquanto o bem público estiver revestido desta qualidade e cumprindo destinação específica, sendo que a Administração Pública possui o poder discricionário, para verificar se a afetação do bem é oportuna e conveniente para o interesse coletivo, caso entenda a Administração que a afetação não é mais conveniente e oportuna, poderá, a seu critério promover a desafetação do bem e aliená-lo sem ilicitude.

RESPOSTA: "C".

1956 - (CNJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Julgue o item que se seguem, relativos às regras administrativas brasileiras.

A ocupação de bem público, ainda que dominical, não passa de mera detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público.

() CERTO
() ERRADO

O ordenamento jurídico reconhece a determinadas pessoas para usufruírem determinados bens, de maneira exclusiva, mediante contrato ou ato unilateral da Administração Pública, sem que isso resulte em algum direito possessório do bem público pelo particular.

Os bens públicos, no direito administrativo brasileiro, marcam-se por características e regimes jurídicos específicos, dentre eles destacamos a **imprescritibilidade**.

A imprescritibilidade, no entendimento do jurista administrativo Hely Lopes Meirelles: *"Decorre como consequência lógica de sua inalienabilidade originária. E é fácil demonstrar a assertiva: se os bens públicos são originalmente inalienáveis, segue-se que ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essa condição. Daí não ser possível a invocação de usucapião sobre eles"*.

Assim, temos que os bens públicos, seja qual for sua natureza, são imprescritíveis, ou seja, não são passíveis de aquisição mediante a utilização do instrumento jurídico da usucapião.

A matéria está plenamente pacificada, de acordo com o entendimento sedimentado e sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, no enunciado 340 que assim dispõe: *"Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião"*.

Ademais, a Constituição Federal vigente é expressa, em seus art. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, ao dispor que *"os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião"*.

Dessa maneira, mesmo que o particular possua a posse mansa e pacífica de um bem público pelo lapso temporal necessário à sua aquisição mediante usucapião, ou melhor, a qualquer período que seja, este não adquirirá o direito de propriedade sobre esse bem, configurando em mera detenção, sem qualquer outro direito possessório.

RESPOSTA: "CERTO".

1957 - (PC/AL – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE/2012) No tocante aos bens públicos, julgue os próximos itens.

Os terrenos de marinha são exemplos de bens dominicais.

() CERTO
() ERRADO

Bens Dominiais são os bens próprios do Poder Público como objeto de direito real, podendo ser utilizados para qualquer fim público, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública não aplicados nem ao uso comum, e tampouco ao uso especial.

Os terrenos de marinha são bens dominicais e consistem em faixas de terra de 33 metros de largura, contados horizontalmente a partir da linha da preamar média de 1831 para o interior das terras banhadas pelo mar (sejam continentais, costeiras ou de ilhas) ou pelos rios e lagos que sofram influência das marés, entendendo-se como tal a oscilação periódica em seu nível de águas, em qualquer época do ano, desde que não inferior a 5 centímetros, e decorrentes da ação das marés.

Mesmo sendo classificados pela doutrina como bens dominicais da União, é impossível não constatar que os terrenos de marinha e seus acrescidos têm grande importância ambiental, sendo por muitos doutrinadores entendido como um bem difuso.

RESPOSTA: "CERTO".

1958 - (TJ/RS – JUIZ – OFFICIUM/2012) A Constituição Federal considera o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Sobre a competência de o Poder Público preservá-lo e defendê-lo, considere as assertivas abaixo.

I - A competência executiva é comum aos três níveis de Governo.

II - A competência legislativa é privativa da União.

III - Aos Estados cabe suplementar a legislação federal.

Quais são corretas?

- A) Apenas I
- B) Apenas II
- C) Apenas III
- D) Apenas I e III
- E) I, II e III

Nos exatos termos constitucionais, verificamos no artigo 225 que:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

A partir de tal garantia constitucional o enunciado da questão exige a análise das três afirmativas que seguem, e assim analisaremos todas, para ao final chegarmos a alternativa correta:

I - A competência executiva é comum aos três níveis de Governo. Correto

Conforme estabelece o artigo 23, inciso VI, temos:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;"

II - A competência legislativa é privativa da União. Errado

Nos termos do que dispõe o artigo 24, inciso VI a competência de legislar sobre a matéria ora abordada não é exclusiva da União, senão vejamos:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;"

III - Aos Estados cabe suplementar a legislação federal. Correto

O artigo 24 em seu § 2º assim determina:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

RESPOSTA: "D".

1959 - (PC/RJ – DELEGADO DE POLÍCIA – FUN-CAB/2012) Uma viatura policial alocada ao depósito público como inservível se caracteriza como bem:

- A) de uso especial.
- B) dominical.
- C) de uso comum do povo.
- D) privado.
- E) afetado.

Bens Dominiais são os bens próprios do Estado como objeto de direito real, podendo ser utilizados para qualquer fim público, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública não aplicados nem ao uso comum, e tampouco ao uso especial.

São todos os bens sobre os quais a Administração Pública exerce os poderes inerentes de proprietário.

Diferem-se dos outros pela possibilidade de serem utilizados para qualquer fim, de forma livre e disponível pela Administração Pública, dentro de uma finalidade pública, havendo ainda a possibilidade de serem alienados, com prévia autorização legislativa.

O fato do veículo, que muito embora tenha sido utilizado para finalidades específicas, no caso do enunciado, o mesmo encontra-se alocado em depósito, considerado inservível, podendo a critério da Administração ser alienado sem qualquer ilegalidade, característica própria dos bens públicos dominicais.

RESPOSTA: "B".

1960 - (TJ/AL – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CES-PE/2012) No que concerne aos bens públicos, assinale a opção correta.

A) **Consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, sendo vedada qualquer disposição legal em sentido contrário.**

B) **O uso comum do bem público deve ser necessariamente gratuito e depende de autorização da entidade que o administre.**

C) **O prédio de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, onde funciona a sede do tribunal, é um bem público de uso especial.**

D) **À exceção dos bens dominicais e dos de uso comum do povo, os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.**

E) **São bens públicos de uso comum do povo os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.**

Bens de Uso Especial ou do Patrimônio Administrativo: Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução das finalidades da Administração Pública, são bens com uma destinação especial, porque se destinam a instrumentalizar o serviço público.

Assim, o prédio de propriedade do Tribunal de Justiça utilizado para sediar o Tribunal é destinado exclusivamente para a execução das atividades estatais, utilizado como instrumento para viabilizar a execução das finalidades da Administração Pública.

RESPOSTA: "C".

1961 - (PC/MG – DELEGADO DE POLÍCIA – PC-MG/2011) Sobre a Responsabilidade Civil do Estado é CORRETO afirmar, EXCETO:

A) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, causarem a terceiros.

B) Cabível ao Estado ajuizar ação de regresso em face do agente causador do dano, desde que tenha agido dolosamente, mostrando-se inviável à pretensão se a conduta foi meramente culposa.

C) O princípio da repartição dos encargos também constitui fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.

D) As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços delegados serão responsáveis pelos atos seus ou de seus prepostos, desde que haja vínculo jurídico de direito público entre o Estado e o delegatário.

Para que o Agente Público possa responder pelo dano a partir do Instituto do Direito de Regresso basta a apuração das responsabilidades de seu agente no cometimento do dano a terceiros, verificando a ocorrência de **dolo ou de culpa** para ensejar ação regressiva objetivando o ressarcimento dos valores.

RESPOSTA: "B".

1962 - (TER/PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011) José, preso provisório, atualmente detido em uma Cadeia Pública na cidade de Recife mata a golpes de arma branca um de seus oito companheiros de cela. Neste caso, o Estado de Pernambuco, em ação civil indenizatória movida pela viúva do falecido detento,

A) será responsabilizado com fundamento na responsabilidade subjetiva do Estado.

B) será responsabilizado apenas se houver comprovação da omissão dolosa dos agentes carcerários.

C) não será responsabilizado, uma vez que o dano foi causado por pessoa física que não faz parte dos quadros funcionais do Estado.

D) não será responsabilizado, na medida em que inexistente prova do nexo de causalidade entre a ação estatal e o evento danoso.

E) será responsabilizado, independentemente da comprovação de sua culpa, com base na responsabilidade objetiva do Estado.

A Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado por ação ou omissão de seus agentes públicos (ou delegatário de serviço público), que agindo nesta qualidade, praticou o ato gerador do dano.

Assim, o particular lesado, deverá ajuizar ação diretamente contra a Administração Pública, e não contra o agente público que praticou o ato lesivo, bastando ao particular comprovar em juízo a relação de causa e consequência entre a atuação lesiva da Administração Pública e o dano decorrente, bem como a valoração patrimonial do dano.

Dessa maneira, no caso hipotético apresentado pelo exercício, o Estado tem o dever de garantir a segurança de seus detentos, uma vez que cerceou o seu direito de ir e vir, deverá garantir a sua integridade física, sendo certo que houve falha na prestação dos serviços públicos, devendo o Estado, a partir da responsabilidade objetiva, responder por eventual ação civil indenizatória.

RESPOSTA: "E".

1963 - (TCE/SP – PROCURADOR – FCC/2011) A responsabilização do servidor público pode se dar no âmbito civil, penal e administrativo. Em relação a referida responsabilização, é correto afirmar:

A) O ilícito administrativo é dotado da mesma tipicidade do ilícito penal, uma vez que demanda expressa previsão legal da conduta punível para sua caracterização.

B) A caracterização do ilícito penal demanda a comprovação da existência de dolo ou culpa, enquanto na esfera civil se admite a responsabilização objetiva do servidor.

C) A caracterização do ilícito civil prescinde da comprovação do nexo de causalidade entre a ação ou omissão do servidor e o dano verificado.

D) Uma mesma conduta do servidor público pode configurar ilícito administrativo e ilícito penal, mas o processo administrativo disciplinar somente se inicia após a conclusão do processo crime, caso tenha restado comprovada a autoria.

E) A caracterização do ilícito administrativo prescinde da comprovação da tipicidade do ilícito penal, porque o fato punível na esfera administrativa pode não constituir crime.

Conforme afirma o enunciado do exercício, é correta a afirmação de que o Agente Público, no exercício de suas atribuições, poderá ser responsabilizado nas esferas cíveis, penais e administrativas.

Entretanto, apesar da possibilidade de ser responsabilizados nas três esferas do direito, não há relação de subordinação entre as decisões e os procedimentos a serem adotados na apuração das infrações, ou seja, as decisões proferidas nas diferentes esferas do direito são autônomas entre si.

Assim, é plenamente possível o agente público ser considerado responsável por uma infração administrativa, mesmo a infração não sendo considerada como ilícito penal, ou civil.

RESPOSTA: "E".

1964 - (TJ/PB – Juiz – CESPE/2011) Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A) Em face da prolação de sentença penal com equívoco do juiz, o ordenamento jurídico não permite a reparação dos eventuais prejuízos em ação contra o Estado, mas tão somente contra o próprio magistrado.

B) A teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado deve ser aplicada de modo absoluto, não sendo admitida hipótese de exclusão nem de abrandamento.

C) Mediante expressa determinação legal, o Estado poderá responder civilmente por danos causados a terceiros, ainda que sua atuação tenha ocorrido de modo regular e conforme com o direito.

D) Segundo o STF, os atos jurisdicionais típicos no âmbito cível ensejam a responsabilidade objetiva do Estado.

E) Na hipótese de conduta omissiva do Estado, incide a responsabilidade objetiva, bastando a comprovação do nexo causal entre a omissão e o prejuízo causado ao particular.

A Administração pública responde perante os usuários dos serviços públicos de forma **objetiva**, bastando a demonstração do nexo causal e o dano para surgir a obrigação de indenizar, não sendo necessária a demonstração de que houve culpa do agente público (ou delegatário de serviço público) na falha da execução de suas funções públicas, que originaram a lesão ao particular.

Para o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, o conceito de responsabilidade objetiva do Estado é

“a obrigação de indenizar que incumbe a alguém em razão de um procedimento lícito ou ilícito que produziu uma lesão na esfera juridicamente protegida de outrem. Para configurá-la basta, pois, a mera relação causal entre o comportamento e o dano”.

Diante de tais esclarecimentos, temos que a responsabilidade civil do Estado, bem como de seus prestadores de serviço público é **objetiva**, bastando para tanto a demonstração da relação de causa e efeito entre o serviço público e o dano, para gerar a obrigação de indenização.

RESPOSTA: “C”.

1965 - (TJ/CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014)
Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A) A demonstração da ocorrência do fato administrativo e do dano causado é suficiente para gerar ao Estado a obrigação de indenizar.

B) Os casos de ilícito omissivo impróprio são equiparáveis aos atos comissivos para efeito de responsabilidade civil do Estado.

C) A responsabilidade do agente público, causador do dano a particular, é subjetiva, devendo o Estado, ao ingressar com ação regressiva, comprovar a culpa do agente.

D) O Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar a terceiros, excetuados os casos dos agentes sem vínculo típico de trabalho e dos agentes colaboradores sem remuneração.

E) Entidade integrante da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica, responderá objetivamente pela reparação de danos a terceiros, com fundamento na teoria do risco administrativo.

Em se tratando de responsabilidade civil do Estado, temos que, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, inclusive constitucional, e os posicionamentos doutrinários majoritários, a Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado durante a execução de atividade administrativa.

Assim, é pacífico afirmar que a Responsabilidade do Estado é Objetiva, bastando para tanto a demonstração do nexo causal e o dano para surgir a obrigação do Estado em indenizar.

Entretanto, quando nos referirmos sobre a responsabilidade do agente público, esta não pode ser objetiva, visto que a ocorrência de **dolo ou culpa** do agente público na lesão experimentada pelo particular deve ser comprovada, ou seja, é necessária a comprovação de que o agente público agiu com dolo ou culpa para ser responsabilizado (**responsabilidade subjetiva do agente público**).

Cumprе ressaltar que o direito que a Administração Pública tem de ingressar com ação judicial visando à apuração das responsabilidades de seus agentes no cometimento do dano a terceiros, está condicionada a comprovação da ocorrência de dolo ou culpa do agente causados do dano.

Dai surge o *direito de regresso*, conferido ao Poder Público visando a apuração de dolo ou culpa de seus agente, que responde de forma subjetiva, gerando a possibilidade de ressarcimento de valores.

RESPOSTA: “C”.

1966 - (AL/ES – PROCURADOR – CESPE/2011) Um indivíduo se encontrava preso em penitenciária estadual, quando foi assassinado por um colega de cela. Nessa situação hipotética, o estado:

A) não poderá ser condenado a reparar os danos à família da vítima, pois o Estado não se responsabiliza por atos individuais de terceiros.

B) não poderá ser condenado a reparar os danos à família da vítima, porque o dano não foi causado por agente estatal.

C) poderá ser responsabilizado pelos danos à família da vítima, desde que seja provada culpa dos agentes penitenciários na fiscalização dos detentos.

D) não poderá ser condenado a reparar os danos à família da vítima, porque não houve vínculo causal entre o evento danoso e o comportamento estatal.

E) poderá ser condenado a reparar os danos à família da vítima, ante sua responsabilidade objetiva.

A Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado por ação ou omissão de seus agentes públicos (ou delegatário de serviço público), que agindo nesta qualidade, praticou o ato gerador do dano.

Assim, o particular lesado, deverá ajuizar ação diretamente contra a Administração Pública, e não contra o agente público que praticou o ato lesivo, bastando ao particular comprovar em juízo a relação de causa e consequência entre a atuação lesiva da Administração Pública e o dano decorrente, bem como a valoração patrimonial do dano.

Dessa maneira, no caso hipotético apresentado pelo exercício, o Estado tem o dever de garantir a segurança de seus detentos, uma vez que cerceou o seu direito de ir e vir, deverá garantir a sua integridade física, sendo certo que houve falha na prestação dos serviços públicos, devendo o Estado, a partir da responsabilidade objetiva, responder por eventual ação civil indenizatória.

RESPOSTA: "E".

1967 - (MPE/SP – PROMOTOR DE JUSTIÇA – MPE-SP/2012) - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,

A) assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo.

B) salvo comprovação de ausência de dolo ou culpa do responsável.

C) assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

D) salvo comprovação de ausência de dolo do responsável.

E) salvo comprovação de culpa da vítima.

A alternativa está de acordo com o que estabelece os preceitos constitucionais acerca do tema, pois de acordo com o que dispõe o artigo 37, § 6º da Constituição Federal, senão vejamos:

"Art. 37

(...)

§6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Neste sentido, estão enquadrados a Administração Pública em todas as suas vertentes, ou seja, toda a esfera administrativa está sujeita a responsabilidade objetiva pelos danos que causar a terceiros, seja a Administração Direta, Indireta, Concessionárias e/ou Permissionárias de Serviços Públicos, resguardado o direito que a Administração Pública possui de ingressar com ação judicial contra seus agentes, objetivando apurar infrações na prestação de serviço e ser ressarcida dos valores indenizatório pagos ao terceiro prejudicado.

RESPOSTA: "C".

1968 - (TRT - 2ª REGIÃO/SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) Os atos praticados pela Administração estão sujeitos a controle, exercido por diversos entes, em variados graus e medidas. O controle judicial possui amparo constitucional, abrangendo análise.

A) restritiva, considerando apenas os aspectos de legalidade referentes à forma dos atos, excluindo análise de violação ao princípio da moralidade e qualquer elemento do ato discricionário.

B) estritamente de legalidade, não abrangendo atos discricionários ou violação de outros princípios constitucionais.

C) eminentemente de legalidade, como, por exemplo, a conveniência e oportunidade dos motivos para a prática de determinado ato.

D) eminentemente de legalidade, podendo, no entanto, também apreciar aspectos técnicos dos atos discricionários.

E) abrangente, tanto dos aspectos de legalidade, quanto de moralidade e discricionariedade dos atos administrativos, sem distinção.

O reexame da ação da Administração Pública pelo Poder Judiciário limita-se à verificação da legalidade do ato, isto porque à Administração e só a ela compete a análise da oportunidade e da conveniência da ação administrativa, tendo em vista a prerrogativa pública conferida à Administração Pública por meio do Poder Discricionário.

Os atos discricionários são aqueles que a Administração Pública pode praticar com certa liberdade de escolha e decisão, sempre dentro dos termos e limites legais, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e conveniência administrativa.

Na edição de um ato discricionário, a legislação outorga ao agente público determinada margem de liberdade de escolha, diante da avaliação de oportunidade e conveniência da prática do ato.

É vedada ao Poder Judiciário a apreciação do ato administrativo quanto ao mérito, protegendo assim o poder discricionário que a Administração Pública goza, ficando assim restrita essa análise e apreciação somente quanto à sua conformidade com a lei, respeitando o princípio da legalidade.

RESPOSTA: "D".

1969 - (ANAC – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) - Julgue os itens que se seguem, a respeito do controle e responsabilização da administração.

O caso fortuito, como causa excludente da responsabilidade civil do Estado, consiste em acontecimento imprevisível, inevitável e completamente alheio à vontade das partes, razão por que não pode o dano daí decorrente ser imputado à administração.

() CERTO

() ERRADO

A responsabilidade objetiva do Estado poderá se apresentar na variante do risco integral. Esclarecemos que risco integral trata-se de mera variante da responsabilidade civil do Estado, sendo certo que o fundamento basilar da responsabilidade objetiva é o nexo causal.

Por Variante do Risco Integral temos que o Estado uma vez acionado em juízo responde por qualquer dano causado a terceiros ainda que não tenha sido o responsável direto por ele. Podendo o Poder Público em suas defesas alegar porventura a presença de excludentes ou atenuantes de responsabilidades, mas não argumentos que afastem ou diminuam suas responsabilidades, sendo certo que o dano fatalmente será imputado a Administração Pública, por falha na prestação dos serviços públicos.

RESPOSTA: "ERRADO".

1970 - (SABESP – ADVOGADO – FCC/2014) Analise a seguinte assertiva: *Desastres ocasionados por chuvas, tais como, enchentes, inundações e destruições, excluem a responsabilidade estatal.*

A assertiva em questão;

A) não está correta, pois inexistente excludente da responsabilidade estatal, sendo hipótese de responsabilidade subjetiva.

B) está correta, não comportando exceção.

C) não está correta, pois, em regra, o Estado responde diante de fatos decorrentes da natureza.

D) está correta, mas se for comprovado que o Estado omitiu-se no dever de realizar certos serviços, ele responderá pelos danos.

E) não está correta, pois o Estado sempre responde objetivamente.

Nos casos de responsabilidade objetiva, o Estado somente não será responsabilizado por danos causados a terceiros quando faltar à comprovação da relação de nexo de causalidade de sua atuação administrativa e o dano.

Nas palavras do jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, temos no caso de responsabilidade objetiva que o Estado somente exime-se:

"apenas se não produziu a lesão que lhe é imputada ou se a situação de risco inculcada a ele inexistiu ou foi sem relevo decisivo para a eclosão do dano. Fora daí responderá sempre. Em suma: realizados os pressupostos da responsabilidade objetiva, não há evasão possível."

Dessa maneira é apontada como causas da excludente ou atenuante de responsabilidade a força maior e/ou a culpa exclusiva da vítima.

A hipótese de ocorrência de força maior é o acontecimento imprevisível, não sendo imputável responsabilidade à Administração Pública quando não houver o nexo de causalidade entre o dano sofrido e o comportamento da Administração Pública.

Entretanto tal regra não é absoluta e comporta exceção, ou seja, mesmo que seja configurada a ocorrência de motivo de força maior, a Administração Pública poderá ser responsabilizada nos casos em que, juntamente com o motivo de força maior ocorrer omissão do Estado na prestação de serviços públicos.

Assim, conforme descrito no enunciado da questão, os casos de enchente em decorrência de grande volume de chuvas, caso se comprove que, muito embora o volume de chuva fosse elevado, não houve o correto escoamento da água nas galerias mantidas pela Administração, seja pela falta de limpeza das galerias ou simplesmente falta de sistema de drenagem (deficiência no serviço publicou) o Estado responderá pelos danos causados.

RESPOSTA: "D".

1971 - (FMP/RS – JUIZ – TJ-MT/2014) Com relação ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

A) No exercício do controle externo, é possível tanto a revogação quanto a invalidação dos atos administrativos.

B) No exercício de suas funções, a Administração Pública sujeita-se a controle por parte do Poder Legislativo e Poder Judiciário, além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos.

C) O controle exercido pelo Poder Legislativo está restrito às hipóteses previstas na Constituição Federal e somente pode ocorrer no âmbito da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

D) O controle exercido pelo Poder Judiciário deverá ser precedido do esgotamento das vias administrativas.

E) O controle exercido pelo Poder Judiciário tanto pode revogar quanto invalidar os atos administrativos; quanto aos efeitos, no primeiro caso, não retroage; no segundo, retroage.

É através do exercício das funções administrativas, ou, pela expedição de atos administrativos que o Estado, no uso de suas prerrogativas em face do indivíduo, estabelece a formação de relações jurídico-administrativas entre a Administração Pública e o Administrado.

Com a edição dos atos administrativos pela Administração Pública deve atender, além da manifestação da vontade, do objeto e da forma, ao motivo e ainda à finalidade, dentro de um contexto rígido de legitimidade e de legalidade.

Ao divergir com qualquer um dos princípios constitucionais, quais sejam: legalidade, moralidade, publicidade ou impessoalidade, o administrador público ofende o próprio Estado, além de violar direitos diversos do administrado. Observa-se então que, quando tais questões são levadas em juízo, em quase todas as ações são ajuizadas em face do administrador e não contra o Estado.

Por controle entende-se a faculdade atribuída a um Poder para exercer vigilância, garantida a faculdade de correção, sobre a conduta de outro, dentro dos limites previstos constitucionalmente.

No exercício do controle dos atos administrativos, temos três formas de controle:

O Controle Administrativo, ou também chamado de controle interno, tem como finalidade principal obter a harmonia e a padronização da ação administrativa, a eficácia dos serviços administrativos e, bem assim, a retidão e a competência dos funcionários que guarnecem a administração.

A auto-revisão do ato administrativo fundamenta-se na hierarquia que, como vínculo que subordina os demais órgãos administrativos, graduando a autoridade de cada um, deriva o poder de vigilância e o poder de direção, bem como o poder de revisão, pelos quais se garante a completa unidade de direção ao sistema administrativo.

Controle Judicial pode ser assim entendido como sinônimo de reexame ou revisão, ou seja, é a verificação, pelo Poder Judiciário, quando provocado, da legalidade dos atos praticados pela Administração Pública, devendo ser analisado a legalidade do ato em si e não os motivos que levaram a Administração Pública a editar o Ato.

O Controle Legislativo, integrante do sistema de controle externo (juntamente com o controle judicial), que é exercido sob os aspectos de correção e fiscalização, tendo em vista o interesse público.

O controle externo legislativo é desempenhado de forma direta e indireta. Será direto quando exercido pelo Congresso Nacional, em nível federal; pelas Assembleias Legislativas, nível estadual e distrital; e pelas Câmaras Municipais, em nível municipal.

Será legislativo indireto o controle exercitado pelos Tribunais de Contas, que funcionam como órgãos auxiliares de Poder Legislativo.

RESPOSTA: "B".

1972 - (ANAC – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012) - Julgue os itens que se seguem, a respeito do controle e responsabilização da administração.

O Judiciário pode adentrar o mérito do ato administrativo discricionário para examinar a ausência ou falsidade dos motivos que ensejaram a sua edição:

() CERTO

() ERRADO

Diante da possibilidade do Poder Judiciário efetuar controle de legalidade do ato administrativo a regra é que somente o direito e não o interesse do administrado poderá ser objeto da ação revisória do Poder Judiciário, ou seja, não pode o Poder Judiciário adentrar no mérito do ato administrativo para indagar a oportunidade e a conveniência, mas tão somente a legitimidade, isto é, a sua conformidade com a lei.

Entretanto, constitui requisito necessário para a validade do ato administrativo a sua motivação, sendo certo que o ato imotivado, ou motivado de maneira falsa, esta em desacordo com os preceitos legais no tocante a formação do ato administrativo.

Assim, o Poder Judiciário, objetivando realizar controle de legalidade do ato administrativo analisar o mérito do ato para verificar a legalidade dos motivos, bem como sua ausência, ou então eventual falsidade dos motivos que determinaram a realização do ato administrativo.

RESPOSTA: "CERTO".

1973 - (TRF – 1ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

A) O direito da vítima de pleitear indenização pela ação danosa do Estado, assim como o direito deste de ajuizar ação regressiva contra o agente público causador direto do dano, prescreve em cinco anos, contados da data do ato ou fato que tenha dado origem ao dano.

B) A regra da responsabilidade civil objetiva constante na CF alcança tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as de direito privado que prestam serviços públicos ou se dedicam à exploração de atividade econômica, bem como os concessionários e permissionários de serviços públicos.

C) Apenas os danos praticados por servidores públicos, sejam eles estatutários ou celetistas, dão ensejo à responsabilidade civil do Estado.

D) A ação de regresso deve ser ajuizada pelo Estado contra o agente causador do dano e, na sua falta, contra seus herdeiros ou sucessores, podendo ser intentada, também, mesmo após a exoneração, demissão, disponibilidade ou aposentadoria do agente responsável de seu cargo, emprego ou função.

E) A responsabilidade civil do Estado pode ser conceituada como a obrigação de recompor os danos causados a terceiros em razão de comportamento unilateral comissivo, material ou jurídico, de natureza ilegítima, que lhe seja imputável.

De acordo com o ordenamento jurídico vigente, inclusive constitucional, e os posicionamentos doutrinários majoritários, temos que a Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado por ação ou omissão de seus agentes públicos (ou delegatário de serviço público), que agindo nesta qualidade, praticou o ato gerador do dano.

Assim, o particular lesado, deverá ajuizar ação diretamente contra o Estado, e não especificamente contra o agente público que praticou o ato lesivo, bastando ao particular comprovar em juízo a relação de causa e consequência entre a atuação lesiva da Administração Pública e o dano decorrente, bem como a valoração patrimonial do dano.

Isto ocorre porque, diferentemente da responsabilidade civil subjetiva, a Administração pública responde perante os usuários dos serviços públicos de forma **objetiva**, bastando a demonstração do nexo causal e o dano para surgir a obrigação de indenizar, não sendo necessária a demonstração de que houve culpa do agente público (ou delegatário de serviço público) na falha da execução de suas funções públicas, que originaram a lesão ao particular.

Para o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, o conceito de responsabilidade objetiva do Estado é:

"...a obrigação de indenizar que incumbe a alguém em razão de um procedimento lícito ou ilícito que produziu uma lesão na esfera juridicamente protegida de outrem. Para configurá-la basta, pois, a mera relação causal entre o comportamento e o dano".

Entretanto, cumpre ressaltar o direito que a Administração Pública tem de ingressar com ação judicial visando a apuração das responsabilidades de seus agente no cometimento do dano a terceiros, daí surge o *direito de regresso*, assim entendido como o direito conferido ao Poder Público objetivando a apuração de apuração de dolo ou culpa de seus agentes públicos no exercício das atividades administrativas que acarretou o dano a terceiros, e a possibilidade jurídica de cobrança de ressarcimento de valores.

Há dois aspectos peculiares que ensejam o direito de regresso da Administração Pública contra seu agente:

- A Administração Pública para ingressar com ação regressiva contra seu agente, deverá comprovar previamente já ter sido condenada a indenizar o particular lesado, haja vista que seu direito regressivo é originário a partir de sentença final condenatória, sem possibilidades de reversão recursal.

- Ocorrência de dolo ou culpa do agente público na lesão experimentada pelo particular, ou seja, é necessária a comprovação de que o agente agiu com dolo ou culpa para ser responsabilizado (responsabilidade subjetiva do agente).

Em linhas gerais, temos que a Administração Pública, ou delegatária de execução dos serviços públicos, cujo agente praticou o ato lesivo, indeniza o particular independentemente de comprovação de dolo ou culpa do Poder Público, entretanto, o agente público somente será condenado a ressarcir a Administração Pública regressivamente se houver a comprovação de dolo ou culpa de sua parte, durante o exercício de suas funções públicas.

Cumpra ainda esclarecer que, uma vez apurado e configurado dolo ou culpa do agente público no dano de terceiros, o mesmo será compelido a restituir os valores ao Estado, sendo certo que tal obrigação vincula ainda os herdeiros (em caso de agente público falecido), que somente responderão nos limites da herança, ou seja, até o limite dos bens que receberam do agente falecido, em razão da herança, ou ainda agente público já exonerado, demitido ou fora dos quadros funcionais da Administração Pública, seja a que título for.

RESPOSTA: "D"

1974 - (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO – FGV/2013) Antônio, vítima em acidente automobilístico, foi atendido em hospital da rede pública do Município de Mar Azul e, por imperícia do médico que o assistiu, teve amputado um terço de sua perna direita. Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Antônio:

- A) o Município de Mar Azul e o médico, solidária e objetivamente.**
- B) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.**
- C) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, subsidiariamente.**
- D) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, solidária e subjetivamente.**

De acordo com o ordenamento jurídico vigente, inclusive constitucional, e os posicionamentos doutrinários majoritários, temos que a Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado por ação ou omissão de seus agentes públicos (ou delegatário de serviço público), que agindo nesta qualidade, praticou o ato gerador do dano.

Assim, o particular lesado, deverá ajuizar ação diretamente contra a Administração Pública, e não contra o agente público que praticou o ato lesivo, bastando ao particular comprovar em juízo a relação de causa e consequência entre a atuação lesiva da Administração Pública e o dano decorrente, bem como a valoração patrimonial do dano.

Isto ocorre porque, diferentemente da responsabilidade civil subjetiva, a Administração pública responde perante os usuários dos serviços públicos de forma **objetiva**, bastando a demonstração do nexo causal e o dano para surgir a obrigação de indenizar, não sendo necessária a demonstração de que houve culpa do agente público (ou delegatário de serviço público) na falha da execução de suas funções públicas, que originaram a lesão ao particular.

Diante de tais esclarecimentos, temos que a responsabilidade civil do Estado, bem como de seus prestadores de serviço público é **objetiva**, bastando para tanto a demonstração da relação de causa e efeito entre o serviço público e o dano, para gerar a obrigação de indenização.

Cumpra ressaltar o direito que a Administração Pública tem de ingressar com ação judicial visando a apuração das responsabilidades de seus agente no cometimento do dano a terceiros, daí surge o *direito de regresso* conferido ao Poder Público visando a verificação de dolo ou culpa de seus agente e possível ressarcimento de valores.

RESPOSTA: "B".

1975 - (TCE/MT – AUDITOR PÚBLICO EXTERNO – FMP-RS/2011) - Constituição Federal, no art. 37, § 6º, regula a responsabilidade civil do Estado. Por esse dispositivo afirma-se que é adotada a responsabilidade do Estado na modalidade

- A) do risco administrativo.**
- B) da irresponsabilidade do Estado.**
- C) do risco integral.**
- D) da responsabilidade com culpa.**
- E) civilista.**

Para melhor compreensão, o enunciado do exercício proposto exige o conhecimento do candidato aos termos do que dispõe o artigo 37, §6º da Constituição Federal, que assim garante:

"Art. 37
(...)

§6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Assim, a partir da análise do referido dispositivo constitucional podemos concluir que a Administração Pública responderá sempre de forma objetiva, respondendo pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

Está responsabilização decorre da variante do Risco Administrativo, pois, o Estado assume o risco de seus agentes em causar dano a terceiros, visto que tal risco é inerente a Administração Pública na busca do atendimento dos interesses coletivos, em outras palavras é a margem de risco que corre a Administração Pública na realização de suas atividades administrativas.

RESPOSTA: "A".

1976 - (FUB – SECRETÁRIO EXECUTIVO – CESPE/2012) Acerca de direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

O controle interno da administração pública é realizado pelo Poder Judiciário, com o apoio do Poder Legislativo; o controle externo está a cargo da Controladoria Geral da República.

☐ CERTO

☐ ERRADO

O controle interno da Administração Pública é denominado **Controle Administrativo**, tem como finalidade principal obter a harmonia e a padronização da ação administrativa, a eficácia dos serviços administrativos e, bem assim, a retidão e a competência dos funcionários que guarnecem a administração.

A auto-revisão do ato administrativo fundamenta-se na hierarquia que, como vínculo que subordina os demais órgãos administrativos, graduando a autoridade de cada um, deriva o poder de vigilância e o poder de direção, bem como o poder de revisão, pelos quais se garante a completa unidade de direção ao sistema administrativo.

Temos então que controle interno é aquele controle exercido pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, na esfera da própria Administração, assim, qualquer controle efetivo realizado pelo Poder Executivo sobre os seus serviços ou agentes é considerado interno, assim como o controle do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, por seus órgãos de Administração, sobre seus agentes e também sobre os atos administrativos praticados.

Assim, com o objetivo de serem observadas as normas fundamentais, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela deverão dar ciência imediata ao Tribunal de Contas respectivo, sob pena de responsabilidade solidária, sendo considerado parte legítima para a prática dos atos de denúncia, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

De outra forma, o Controle Externo da Administração Pública fica sob a responsabilidade dos Poderes Judiciários e Legislativos, cujo controle ocorre de fora para dentro da Administração Pública.

RESPOSTA: "ERRADO".

1977 - (PC/ES – PERITO CRIMINAL – CESPE/2011) Acerca do direito administrativo e do abuso de autoridade, julgue os itens a seguir. O direito administrativo, por ser um dos ramos do direito público, disciplina não somente a atividade administrativa do Poder Executivo, mas também a do Poder Legislativo e do Judiciário.

☐ CERTO

☐ ERRADO

O Direito administrativo, além de disciplinar a função administrativa do Estado, regulamenta ainda os limites de atuação dos Poderes Legislativos e Judiciário, porém, não ocorre quando se trata das funções principais de tais Poderes, mas regulamentando sua competência de atuação junto aos órgãos e entidades administrativas.

Ademais, no cerne dos Poderes Judiciários e Legislativos, além de suas atribuições específicas, encontram-se ainda as funções administrativa de tais Poderes, e aí sim o Direito Administrativo tem atuação.

RESPOSTA: "CERTO".

1978 - (TRE/ES – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2011) No que concerne ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

O recurso interposto fora do prazo não será conhecido, o que não impede que a administração reveja, de ofício, o ato ilegal.

☐ CERTO

☐ ERRADO

A revisão "*ex-officio*" pode ser entendida de maneira geral como a revisão espontânea exercida pela Administração sobre seus próprios atos, que decorre em virtude da hierarquia e da autotutela.

Diante da verificação de que o ato administrativo não atende aos requisitos prescritos em, ou em presença reconhecida da inconveniência ou da inoportunidade, a autoridade prolatora pode rever diretamente o ato ou ele pode ser revisto pelo agente de hierarquia superior, independentemente de provocação de parte interessada.

Independentemente do momento em foi interposto o recurso, a Administração Pública, por meio de sua prerrogativa de Autotutela, tem o poder de rever seus atos ilegais, de ofício, sem necessitar de provocação ou meios recursais.

RESPOSTA: "CORRETA".

1979 - (TRT – 8ª REGIÃO/PA E AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) O controle legislativo dos atos do Poder Executivo, em matéria contábil, financeira e orçamentária, é exercido pelo Poder Legislativo

A) por meio de seus auditores.

B) com autorização do Poder Judiciário.

C) com auxílio do Tribunal de Contas.

D) com auxílio do Ministério Público.

E) por meio de comissões parlamentares de inquérito.

O controle legislativo, integrante do sistema de controle externo, que muitos denominam *parlamentar* sem que vigore no país o regime parlamentarista, que é exercido sob os aspectos de correção e fiscalização, tendo em vista o interesse público.

O controle externo legislativo é desempenhado de forma direta e indireta. Será direto quando exercido pelo Congresso Nacional, em nível federal; pelas Assembleias Legislativas, nível estadual e distrital; e pelas Câmaras Municipais, em nível municipal.

Será legislativo indireto o controle exercitado pelos Tribunais de Contas, que funcionam como órgãos auxiliares de Poder Legislativo.

Os primeiros esboços da ideia da formação de um Tribunal de Contas surgiram com a observância da ineficiência dos parlamentos na função da fiscalização dos bens e gastos públicos, quando do surgimento das monarquias parlamentaristas.

Assim, verificou-se a necessidade de um Tribunal, auxiliando o exercício do Poder Legislativo de fiscalização e controle dos gastos públicos. Assim, os Tribunais de Contas da União, dos Estados e de alguns Municípios, atuam como órgãos auxiliares do Poder Legislativo, exercendo o controle externo, ou indireto, da Administração Pública, buscando em sua atuação a fiscalização da gestão financeira, orçamentária e patrimonial do Estado.

RESPOSTA: "C".

1980 - (PGM/RR – PROCURADOR MUNICIPAL – CESPE/2012) Julgue os itens que se seguem, relativos aos contratos administrativos.

Apesar de a decisão executória da administração pública dispensar a intervenção prévia do Poder Judiciário, não há impedimento para que ocorra o controle judicial após a realização do ato.

- () CERTO
() ERRADO

Controle judicial, pode ser assim entendido como sinônimo de reexame ou revisão, ou seja, é a verificação, pelo Poder Judiciário, quando provocado, da legalidade dos atos praticados pela Administração Pública, isto porque a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional.

Todo direito é protegido por uma ação e a Constituição Federal assegura aos administrados o direito de petição ao Poder Judiciário em defesa de direito ou contra ilegalidade ou ainda eventual abuso de poder, conforme garante o artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal.

O reexame da ação da Administração pelo Poder Judiciário limita-se à verificação da legalidade do ato, isto porque à Administração e só a ela compete a análise da oportunidade e da conveniência da ação administrativa, tal reexame ocorre mesmo quando decisão executória da Administração Pública já tenha sido adotada, se houver indícios de ilegalidade, e desde que provocado por terceiros.

RESPOSTA: "CERTO".

1981 - (TCE/PR – ANALISTA DE CONTROLE – FCC/2011). Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que

A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.

B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.

C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.

D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.

E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.

Assim como o Estado (Administração Pública), as Concessões de serviços públicos também tem *Responsabilidade objetiva* em relação aos danos que causar aos seus usuários e terceiros que se sentirem lesados diante da prestação de serviço público.

Dessa maneira temos que diante da Responsabilidade Objetiva, tanto o Estado como as Concessionárias e Permissionárias responderão independentemente de comprovação de culpa ou dolo no ato lesivo.

Entretanto essa responsabilidade será baseada no conceito de *Nexo de Causalidade*, que é a relação de causa e efeito entre o fato ocorrido e as consequências dela resultantes.

Assim, quando comprovado que houve nexo de causalidade, as concessionárias respondem sem necessitar de comprovação de dolo ou culpa, mas, se por outro lado não houver comprovação do nexo de causalidade ou a ocorrência de culpa exclusiva da vítima, essa responsabilidade é afastada.

RESPOSTA: "B".

1982 - (TCE/PR – ANALISTA DE CONTROLE – FCC 2011). A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:

A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.

B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.

C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.

D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.

E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.

A presente questão trata-se de *Controle dos Atos Administrativos*, e assim temos que saber duas classificações importantes dos atos administrativos, quais são:

- **Atos Vinculados:** é o ato onde o Administrador não tem liberdade para realizar um juízo de valor, tendo em vista que se encontra diante de uma situação que apresenta solução única e já prevista por lei.

- **Atos Discricionários:** é o ato onde o Administrador tem liberdade de verificar a conveniência e a oportunidade da edição de tal ato, levando em consideração o interesse público.

Diante da análise acima, passamos agora para o controle desses atos.

A Constituição Federal garante em seu artigo 5º, XXXV que: *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"*. Assim o Poder Judiciário poderá ser acionado sempre que houver lesão ou ameaça a direitos, seja em que esfera for.

Pois bem, temos que os atos discricionários a Administração Pública tem a prerrogativa de avaliar a oportunidade e a conveniência da edição de tal ato, mas sempre devem obediência a principal finalidade do Estado que é o interesse público.

Dessa forma, o Poder Judiciário, exercerá o controle do ato administrativo discricionário, seja quanto aos aspectos legais (Princípio da Legalidade) bem como arbitrariedades cometidas pelo Poder Público como desvio de sua finalidade ou ausência de motivação que determinou a edição do ato administrativo.

RESPOSTA: "E".

1983 - (TRF - 3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) O agente competente de um órgão público emitiu determinada licença requerida por um particular. Posteriormente, no mesmo exercício, em regular correição na repartição, identificou-se que o agente não observou que não foi preenchido um dos requisitos legais para aquela emissão. Em razão disso, a autoridade competente, sem prejuízo de outras possibilidades aqui não cotejadas,

A) poderá revogar a licença concedida, instaurando processo administrativo com observância da ampla defesa e do contraditório.

B) não poderá anular a licença emitida, em razão do direito adquirido do particular beneficiado com o ato

C) não poderá anular a licença emitida, tendo em vista que se trata de ato administrativo cujos efeitos já foram exauridos, não havendo motivação para a revisão do mesmo.

D) deverá anular a licença emitida, diante da ilegalidade verificada, garantindo, para tanto, a observância, em regular processo administrativo, do contraditório e da ampla defesa.

E) deverá ajuizar medida judicial cautelar para suspender a licença concedida e pleitear a anulação posterior em ação judicial autônoma.

Sempre que a Administração Pública verificar, por meio de seus agentes públicos, que algum ato administrativo está revestido de ilegalidade, ou carece de condições essenciais para validade do ato administrativo, deverá, por força do princípio da autotutela ou auto-correção, anular o ato administrativo em questão, respeitado sempre as garantias constitucionais.

A garantia de regular processo administrativo, contraditório e da ampla defesa é previsto constitucionalmente, não podendo haver descumprimento de tais normas, devendo a Administração Pública conferir ao interessado os meios de defesa de seus interesses.

Assim, nos termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal temos:

*LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes;*

RESPOSTA: "D".

1984 - (TRF/3ª REGIÃO - JUIZ FEDERAL - TRF - 3ª REGIÃO/2013) Assinale a alternativa correta:

a) Para qualificar um ato jurídico como sendo ato administrativo é insuficiente a noção de regime jurídico, mas fundamental a identificação do órgão de poder a que pertença o agente que o tenha expedido.

b) O exame da legalidade de um ato administrativo deve ser levado a efeito à luz das regras jurídicas em vigor, sendo útil, mas não indispensável, considerar também princípios jurídicos.

c) Ato administrativo só é dotado de executoriedade quando a lei expressamente o estabelece.

d) Ato administrativo expedido no exercício de competência discricionária é insusceptível de controle judicial, pois esse controle implicaria exame do mérito do ato, o que é vedado ao Judiciário fazer sob pena de ofensa ao princípio da independência entre os Poderes.

e) Todo e qualquer ato administrativo é susceptível de apreciação pelo Judiciário, não obstante a extensão do seu controle comporte limites em face de sua classificação.

O modelo atual de Estado de Direito instalado em nosso ordenamento jurídico vigente, impõe-se, de um lado a sujeição do Estado à ordem jurídica por ele mesmo estabelecida, decorrente do princípio da legalidade, e, de outro lado, o controle jurídico dessa sujeição, em busca da eliminação do exercício arbitrário.

Desta feita, diante da presença de um conflito de interesses entre a Administração e o administrado, ao Poder Judiciário, quando provocado, compete à solução do litígio, tendo lugar o conhecido *controle jurisdicional*. O controle jurisdicional somente ocorre quando houver provocação da parte interessada em presença de um fato concreto.

Todo direito é protegido por uma ação e a Constituição Federal assegura aos administrados o direito de petição ao Poder Judiciário em defesa de direito ou contra ilegalidade ou ainda eventual abuso de poder, conforme garante o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

O reexame da ação da Administração Pública, exteriorizada por meio do ato administrativo, será exercido pelo Poder Judiciário limita-se à verificação da legalidade do ato, isto porque à Administração e só a ela compete a análise da oportunidade e da conveniência da ação administrativa.

Assim, só o direito e não o interesse do administrado poderá ser objeto da ação revisória do Poder Judiciário.

Não pode o Poder Judiciário adentrar no mérito do ato administrativo para indagar a oportunidade e a conveniência, mas tão somente a legitimidade, isto é, a sua conformidade com a lei.

RESPOSTA: "E".

1985 - (TER/MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Determinada professora da rede pública de ensino recebeu ameaças de agressão por parte de um aluno e, mais de uma vez, alertou à direção da escola, que se manteve omissa. Nessa situação hipotética, caso se consumem as agressões, a indenização será devida

- A) pelo Estado, objetivamente.
- B) pelos pais do aluno e pelo Estado em decorrência do sistema de compensação de culpas.
- C) pelo Estado, desde que presentes os elementos que caracterizem a culpa.
- D) pelos pais do aluno e, subsidiariamente, pelo Estado.
- E) pelos pais do aluno, em virtude do poder familiar.

A Constituição Federal de 1988 não traz em seu texto legal nenhuma regra expressa relativa à responsabilidade civil do Estado por omissão administrativa, ficando sob os cuidados da doutrina e da jurisprudência enfrentar o tema.

No que tange a responsabilidade por omissão do Estado, o Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra *"Curso de Direito Administrativo"* assim entende sobre tal assunto:

"Se o Estado, devendo agir, por imposição legal, não agiu ou o fez deficientemente, comportando-se abaixo dos padrões legais que normalmente deveriam caracterizá-lo, responde por esta incúria, negligência ou deficiência, que traduzem um ilícito ensejador do dano não evitado quando, de direito, devia sê-lo".

Diante de tal lição, temos que o Estado somente responde na forma omissiva quando, ficar comprovado pelo lesado, que o dano somente ocorreu em virtude de falta de serviço público, serviço ineficiente ou culpa decorrente da omissão.

Entretanto, cumpre esclarecer que, quando se trata de responsabilidade do Estado por omissão, admite prova excludente de responsabilidade estatal. Para tanto, o Estado pode eximir-se de responsabilidade se provar que sua omissão foi escusável, ou seja, quando a Administração Pública adotou todas as medidas que lhe competia para evitar o dano, e mesmo assim o dano ocorreu.

Em outras palavras, mesmo que a atuação administrativa tenha ocorrido em sua totalidade, objetivando a prevenção do dano a terceiros, não tenha sido suficiente para evitar a situação danosa, ou então ficar comprovado que o dano ocorreu por culpa exclusiva da vítima, o Estado poderá ter sua responsabilidade excluída ou diminuída, dependendo de cada caso.

Para tal fenômeno a doutrina confere o instituto da Responsabilidade Civil Subjetiva na modalidade culpa administrativa, devendo a pessoa que sofreu o dano comprovar que houve culpa do Estado na falta da prestação dos serviços que deveriam ter sido prestados, provando ainda que essa omissão estatal foi a responsável direta pelo dano sofrido.

Assim, nos termos do enunciado da questão, o Estado somente poderá ser responsabilizado caso seja comprovado à ocorrência de culpa, adotando-se para tanto a responsabilidade subjetiva.

RESPOSTA: "C".

1986 - (TER/MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Assinale a opção correta com relação aos controles da administração pública.

- a) O controle judicial dos atos da administração não é apenas de legalidade, mas recai sempre sobre o mérito administrativo.
- b) O controle por subordinação é o exercido dentro da mesma administração, permitindo-se ao órgão de graduação superior fiscalizar órgão de menor hierarquia.
- c) Não pode o secretário estadual controlar a legalidade de ação administrativa praticada por autoridade estadual que tenha agido em desconformidade com norma jurídica válida, por ser tal competência privativa do Poder Judiciário.
- d) O controle administrativo é exercido apenas pelo Poder Executivo e objetiva fiscalizar ou rever condutas internas, sob os aspectos de conveniência e oportunidade para a administração.
- e) O controle legislativo não pode ser exercido sobre os entes integrantes da administração indireta.

É através do exercício das funções administrativas, ou, pela expedição de atos administrativos que o Estado, no uso de suas prerrogativas em face do indivíduo, estabelece a formação de relações jurídico-administrativas entre a Administração Pública e o Administrado.

Por controle entende-se a faculdade atribuída a um Poder para exercer vigilância, garantida a faculdade de correção, sobre a conduta de outro, dentro dos limites previstos constitucionalmente.

No sistema administrativo vigente em nosso ordenamento jurídico existem duas formas de controle do ato administrativo: Controle Interno e Controle Externo.

No Controle Interno temos a Administração como agente que emanou o ato e como agente controlador, com finalidade principal obter a harmonia e a padronização da ação administrativa, a eficácia dos serviços administrativos e, bem assim, a retidão e a competência dos funcionários que guarnecem a administração.

A auto-revisão do ato administrativo fundamenta-se na hierarquia que, como vínculo que subordina os demais órgãos administrativos, graduando a autoridade de cada um, deriva o poder de vigilância e o poder de direção, bem como o poder de revisão, pelos quais se garante a completa unidade de direção ao sistema administrativo.

Temos então que controle interno é aquele controle exercido pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, na esfera da própria Administração, assim, qualquer controle efetivo realizado pelo Poder Executivo sobre os seus serviços ou agentes é considerado interno.

Por sua vez, o Controle Externo é a forma de fiscalização ente os Poderes, ou seja, é a atribuição conferida ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo de controlar a atividade administrativa, dentro dos limites previstos em Lei, sem qualquer relação de subordinação, mas sim de fiscalização.

RESPOSTA: "B".

1987 - (TER/SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012)
Determinado cidadão sofreu danos em função de atendimento deficiente em unidade hospitalar pública. A responsabilidade civil da Administração pelos danos em questão

A) é de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa dos agentes.

B) é de natureza objetiva, cabendo direito de regresso em face dos agentes responsáveis, no caso de dolo ou culpa.

C) é de natureza subjetiva, demandando a comprovação da falha na prestação do serviço e culpa de agente público.

D) é afastada, caso comprovado dolo ou culpa exclusiva do agente público.

E) independe de comprovação de dolo ou culpa do agente e do nexo de causalidade entre o evento e o dano.

Denomina-se responsabilidade na esfera civil a obrigação imposta a uma pessoa de indenizar ou ressarcir os danos experimentados por alguém. A responsabilidade pode ser contratual ou extracontratual.

Quando estamos diante da responsabilidade civil contratual, a mesma segue os princípios gerais dos contratos, entretanto, a responsabilidade civil extracontratual baseia-se na culpa do agente causador do dano.

A responsabilidade civil patrimonial extracontratual decorre de atos que causem lesão patrimonial, dano moral, ou ambos. Via de regra, para a imputação de responsabilidade civil deve restar cabalmente demonstrada não só a ocorrência do dano, mas também a relação entre um ato e o dano, ou seja, é necessária a comprovação de que o dano é resultado de um ato praticado por determinado agente, este elo entre o ato, dano e o agente causador a doutrina jurídica nomeou de **nexo causal**, sendo utilizado como parâmetro para averiguar a culpa do agente que praticou o ato que resultou em dano.

Assim, comprovado a ocorrência do nexo causal, o grau de culpabilidade do agente que praticou o ato e a extensão do dano, esgota-se a responsabilidade civil com a correspondente indenização pela lesão causada.

Temos então, diante da introdução explanada, que a essa modalidade de responsabilidade civil, a qual exige a comprovação da culpa do agente para sua caracterização, o caráter subjetivo, ou seja, a responsabilidade civil subjetiva leva em consideração a conduta do agente causador do dano, exigindo que ele tenha atuado com culpa, para que ele possa ser responsabilizado e compelido ao pagamento de indenização correspondente a extensão do dano (patrimonial e/ou moral).

Entretanto, ao Poder Público não é aplicado este modelo de responsabilidade civil subjetiva, visto que, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, inclusive constitucional, e os posicionamentos doutrinários majoritários, temos que a Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado por ação ou omissão de seus agentes públicos (ou delegatário de serviço público), que agindo nesta qualidade, praticou o ato gerador do dano.

Assim, o particular lesado, deverá ajuizar ação diretamente contra a Administração Pública, e não contra o agente público que praticou o ato lesivo, bastando ao particular comprovar em juízo a relação de causa e consequência entre a atuação lesiva da Administração Pública e o dano decorrente, bem como a valoração patrimonial do dano.

Isto ocorre porque, diferentemente da responsabilidade civil subjetiva, a Administração pública responde perante os usuários dos serviços públicos de forma **objetiva**, bastando a demonstração do nexo causal e o dano para surgir a obrigação de indenizar, não sendo necessária a demonstração de que houve culpa do agente público (ou delegatário de serviço público) na falha da execução de suas funções públicas, que originaram a lesão ao particular.

A responsabilidade civil do Estado, bem como de seus prestadores de serviço público é **objetiva**, bastando para tanto a demonstração da relação de causa e efeito entre o serviço público e o dano, para gerar a obrigação de indenização.

Cumpramos ressaltar o direito que a Administração Pública tem de ingressar com ação judicial visando a apuração das responsabilidades de seus agente no cometimento do dano a terceiros, daí surge o *direito de regresso* conferido ao Poder Público visando a verificação de dolo ou culpa de seus agente e possível ressarcimento de valores.

Há dois aspectos peculiares que ensejam o direito de regresso da Administração Pública contra seu agente:

- A Administração Pública para ingressar com ação regressiva contra seu agente, deverá comprovar previamente já ter sido condenada a indenizar o particular lesado, haja vista que seu direito regressivo é originário a partir de sentença final condenatória, sem possibilidades de reversão recursal.

- Ocorrência de dolo ou culpa do agente público na lesão experimentada pelo particular, ou seja, é necessária a comprovação de que o agente agiu com dolo ou culpa para ser responsabilizado (responsabilidade subjetiva do agente).

Em linhas gerais, temos que a Administração Pública, ou delegatária de execução dos serviços públicos, cujo agente praticou o ato lesivo, indeniza o particular independentemente de comprovação de dolo ou culpa do Poder Público, entretanto, o agente público somente será condenado a ressarcir a Administração Pública regressivamente se houver a comprovação de dolo ou culpa de sua parte, durante o exercício de suas funções públicas.

RESPOSTA: "B"

1988 - (TJ/CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014)
Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

A) Controle legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar atos da administração pública sob os critérios jurídicos, políticos e financeiros.

B) O controle judicial incide sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder em que esteja sendo desempenhada, de modo a alcançar os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário.

C) O controle da administração pública contempla os instrumentos jurídicos de fiscalização da atuação dos agentes e órgãos públicos, não podendo haver controle sobre pessoas administrativas que compõem a administração indireta, uma vez que aquelas são entes independentes.

D) Um importante instrumento de controle administrativo é o direito de petição, que consiste na obrigatoriedade que têm os indivíduos de formular pretensões aos órgãos públicos quando verificarem uma irregularidade, sob pena de multa.

E) Coisa julgada administrativa é a situação jurídica pela qual determinada decisão firmada pela administração não mais pode ser modificada na via administrativa e judicial.

É através do exercício das funções administrativas, ou, pela expedição de atos administrativos que o Estado, no uso de suas prerrogativas em face do indivíduo, estabelece a formação de relações jurídico-administrativas entre a Administração Pública e o Administrado.

Com a edição dos atos administrativos pela Administração Pública deve atender, além da manifestação da vontade, do objeto e da forma, ao motivo e ainda à finalidade, dentro de um contexto rígido de legitimidade e de legalidade.

Ao divergir com qualquer um dos princípios constitucionais, quais sejam: legalidade, moralidade, publicidade ou impessoalidade, o administrador público ofende o próprio Estado, além de violar direitos diversos do administrado. Observa-se então que, quando tais questões são levadas em juízo, em quase todas as ações são ajuizadas em face do administrador e não contra o Estado.

Por controle entende-se a faculdade atribuída a um Poder para exercer vigilância, garantida a faculdade de correção, sobre a conduta de outro, dentro dos limites previstos constitucionalmente.

Controle judicial pode ser assim entendido como sinônimo de reexame ou revisão, ou seja, é a verificação, pelo Poder Judiciário, quando provocado, da legalidade dos atos praticados pelo Poder Público, isto porque a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional, nos termos estabelecidos constitucionalmente, sendo certo que toda lesão ou ameaça a direitos poderá ser apreciada pelo Poder Judiciário (artigo 5º, inciso XXXV – Constituição Federal), inclusive controlando suas próprias atividades, por meio de órgãos de corregedoria.

Para que haja a ocorrência do controle jurisdicional, através da propositura de uma ação, além da ilegalidade dos atos da Administração, há que existir, por parte de quem aciona o Poder Judiciário, legítimo interesse econômico ou moral e legitimidade, entendendo-se por interesse a possibilidade de haver benefício ou prejuízo como decorrência da ação da Administração e por legitimidade a conformidade com a lei.

Assim, em razão da atuação administrativa, no decorrer da execução de seus fins, podem ocorrer conflitos de interesses entre a Administração e o administrado que levem ao estabelecimento de incertezas e dúvidas a respeito da razão ou da justiça do ato praticado, o que demanda a necessidade de eleição de um árbitro alheio e parcial à relação jurídica.

Como já mencionado, a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXIV, alínea a, o seguinte:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

A Constituição Federal criou mecanismos de controle dos atos emanados pelo Poder Público, em todas as suas esferas, conferindo direito a todos os cidadãos de controlar a atividade do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, por meio de petições e requerimentos direcionadas ao próprio Poder Judiciário, que possui a atribuição principal de resolver e decidir as divergências levada ao seu conhecimento.

RESPOSTA: "B".

1989 - (TRF – 2ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012) Em decorrência das responsabilidades do servidor público, as sanções

A) civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

B) civis e administrativas, por serem independentes entre si, não poderão cumular-se.

C) administrativas e penais, por serem dependentes entre si, poderão cumular-se em qualquer situação.

D) administrativas, civis e penais não poderão cumular-se, eis que são dependentes.

E) de qualquer natureza, por serem dependentes umas das outras, e havendo identidade de provas, podem ser cumulativas.

O servidor público no exercício de suas atribuições pode ser responsabilizado, pela prática de ato ilícito, nas esferas administrativa, civil ou penal. A administração pode aplicar a sanção de **forma cumulativa**, ou seja, o mesmo ato pode ser punido por uma sanção civil, penal e administrativa, **sendo independente entre si**.

Esta é a norma prevista no artigo 125 da Lei Federal nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Responsabilidade Civil – o servidor público é obrigado a reparar o dano causado à administração pública ou a terceiro, em decorrência de sua conduta dolosa ou culposa, praticada de forma omissiva ou comissiva, mediante o direito de regresso.

Essa responsabilidade é subjetiva, ao contrário da responsabilidade da administração que é objetiva.

Responsabilidade penal – decorre da conduta ilícita praticada pelo servidor público que a lei penal tipifica como infração penal.

Os principais crimes contra a administração estão previstos artigos 312 a 326 do Código Penal Brasileiro.

Responsabilidade administrativa – quando o servidor pratica um ilícito administrativo, bem como o desatendimento de deveres funcionais. Essas práticas ilícitas poderão redundar na responsabilidade administrativa do servidor, que após apuração por meio de sindicância e processo administrativo, sendo culpado, será punido com uma das seguintes medidas disciplinares:

- a) advertência – faltas de menor gravidade;
- b) suspensão – se houver reincidência da falta punida com advertência;
- c) demissão – aplicada quando o servidor cometer falta grave;
- d) cassação de aposentadoria ou disponibilidade – aplicada ao servidor aposentado, que, quando em atividade, praticou falta grave;
- e) destituição de cargo em comissão ou função comissionada – também em virtude do cometimento de falta grave.

RESPOSTA: "A"

1990 - (MPE/SC – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FEPESE/2014) A Responsabilidade Civil do Estado quanto aos atos comissivos:

- A) Toma por base a culpa presumida.
- B) Não admite excludentes de imputação e nem de causalidade

C) Faculta o direito de regresso por parte do Estado.

D) Toma por base a teoria da responsabilidade objetiva.

E) Prescinde da comprovação do nexo causal já que tem por base a teoria do risco integral.

O Estado, por sua natureza jurídica, tem o poder-dever de agir em todas as hipóteses de anseios sociais, ou seja, o Estado é movido pela busca ao interesse coletivo.

É neste aspecto que reside à responsabilidade do Estado por ato comissivo, quando há efetiva atuação estatal e tal atuação se torna, em algum momento, lesiva ao direito de particulares.

Como mencionado, o Estado em sua busca ao atendimento aos interesses coletivos detém o monopólio da força estatal, ditando sua presença perante a coletividade, possuindo o dever de intervir na esfera de direitos individuais dos administrados, praticando atos em benefício de todos, os quais, em algum momento, podem acarretar em danos e prejuízos a indivíduos determinados.

Tais condutas, ou atos administrativos praticados pela Administração Pública na busca do atendimento ao interesse público, que eventualmente geram danos a terceiros, são chamados de *conduta comissiva legítima*.

É assim entendida como legítima, pois, a finalidade da atividade administrativa que causou dano a determinado indivíduo, somente foi praticado pela Administração Pública em virtude de necessidade imperiosa em atender necessidades da coletividade.

Durante a atividade estatal, temos ainda a atuação da administração pública fundada em ato ilícito. Nestes casos a doutrina classifica tal ato administrativo como *conduta comissiva ilegítima*. Muitas vezes o ato administrativo está revestido de ilegalidade ou ilegitimidade, o que poderá acarretar em danos aos terceiros.

Entretanto, o que temos no ordenamento jurídico brasileiro é que tanto as condutas comissivas legítimas como as ilegítimas, quando causarem prejuízos a terceiros, devem ser reparadas, **possuindo o Estado a responsabilidade objetiva** em indenizar e reparar os danos causados em virtude de sua ação administrativa, e por tal razão, não se torna necessário a demonstração de ação legítima ou ilegítima do Estado para se apurar a responsabilidade estatal.

RESPOSTA: "D".

1991 - (TJ/CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014) Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

A) Controle legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar atos da administração pública sob os critérios jurídicos, políticos e financeiros.

B) O controle judicial incide sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder em que esteja sendo desempenhada, de modo a alcançar os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário.

C) **O controle da administração pública contempla os instrumentos jurídicos de fiscalização da atuação dos agentes e órgãos públicos, não podendo haver controle sobre pessoas administrativas que compõem a administração indireta, uma vez que aquelas são entes independentes.**

D) **Um importante instrumento de controle administrativo é o direito de petição, que consiste na obrigatoriedade que têm os indivíduos de formular pretensões aos órgãos públicos quando verificarem uma irregularidade, sob pena de multa.**

E) **coisa julgada administrativa é a situação jurídica pela qual determinada decisão firmada pela administração não mais pode ser modificada na via administrativa e judicial.**

Controle Judicial pode ser assim entendido como sinônimo de reexame ou revisão, ou seja, é a verificação, pelo Poder Judiciário, quando provocado, da legalidade dos atos praticados pelo Estado, em qualquer de seus Poderes, ou seja, Poder Executivo, Poder Legislativo e até mesmo o próprio Poder Judiciário, isto porque a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida de forma exclusiva pelos juízes, em todo o território nacional.

Para que haja a ocorrência do controle jurisdicional, através da propositura de uma ação, além da ilegalidade dos atos estatais, há que existir, por parte de quem aciona o Poder Judiciário, legítimo interesse econômico ou moral além de legitimidade, entendendo-se por interesse a possibilidade de haver benefício ou prejuízo como decorrência da ação da Administração e por legitimidade a conformidade com a lei.

RESPOSTA: "B".

1992 - (DPE/RJ - TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA - FGV/2014) Os menores Alexandre e Antônio, representados por sua mãe, relatam à Defensoria Pública que seu pai André, de 30 anos, cumpria pena em estabelecimento prisional do Estado do Rio de Janeiro, quando foi morto por outros detentos por enforcamento. Adotando a teoria do risco administrativo, foi esclarecida a possibilidade de ajuizamento de ação, pleiteando, dentre outros, indenização compensatória por danos morais, em razão da responsabilidade civil do Estado. É correto concluir que, nesse caso, foi adotada a

A) responsabilidade civil objetiva do Estado, não havendo que se perquirir acerca do dolo ou culpa do Estado.

B) responsabilidade civil objetiva do Estado, havendo necessidade de comprovação do elemento subjetivo.

C) responsabilidade civil subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação da culpa do Estado, em razão da negligência do poder público.

D) responsabilidade civil subjetiva do Estado, sendo necessária a identificação do detento autor do homicídio.

E) responsabilidade civil objetiva do Estado, sendo imprescindível a identificação do autor do homicídio.

Denomina-se responsabilidade na esfera civil a obrigação imposta a uma pessoa de indenizar ou ressarcir os danos experimentados por alguém. A responsabilidade pode ser contratual ou extracontratual.

Ao Poder Público, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, inclusive constitucional, e demais posicionamentos doutrinários, temos que a Administração Pública possui o dever de indenizar aquele que for lesado por ação ou omissão de seus agentes públicos (ou delegatário de serviço público), que agindo nesta qualidade, praticou o ato gerador do dano, sem qualquer análise sobre eventual dolo ou culpa estatal.

Assim, o particular lesado, deverá ajuizar ação diretamente contra a Administração Pública, bastando ao particular comprovar em juízo a relação de causa e consequência entre a atuação lesiva da Administração Pública e o dano decorrente, bem como a valoração patrimonial do dano.

Isto ocorre porque, a Administração Pública responde perante os usuários dos serviços públicos de forma **objetiva**, bastando a demonstração do nexo causal e o dano para surgir a obrigação de indenizar, não sendo necessária a demonstração de que houve culpa do agente público (ou delegatário de serviço público) na falha da execução de suas funções públicas, que originaram a lesão ao particular.

RESPOSTA: "A".

1993 - (MTE - CONTADOR - CESPE /2014) Julgue os itens a seguir acerca da responsabilidade civil do Estado e do Regime Jurídico Administrativo.

A força maior, a culpa concorrente da vítima e a culpa de terceiro são consideradas causas excludentes da responsabilidade civil extracontratual objetiva do Estado.

- () CERTO
() ERRADO

Nos casos de responsabilidade objetiva, o Estado somente não será responsabilizado por danos causados a terceiros quando faltar à comprovação da relação de nexo de causalidade de sua atuação administrativa e o dano.

Como verificado, temos que para a comprovação da responsabilidade do Estado em reparar o dano reside na simples demonstração do dano e do nexo de causalidade.

Assim, temos que o nexo de causalidade é o fundamento principal (junto com o dano) para a imputação de responsabilidade ao Estado em reparar os danos causados, sendo certo que tal responsabilidade deixará de existir, ou então será atenuada quando a prestação do serviço público não for a causa do dano, ou na hipótese de não ser a única causa.

Dessa maneira é apontada como causas da excludente ou atenuante de responsabilidade a força maior e/ou a culpa **exclusiva** da vítima e os danos causados por terceiros.

RESPOSTA: "ERRADO".

1994 - (CGE/MA – AUDITOR – FGV/2014) Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- A) O Estado não tem direito de regresso em relação ao agente público que causou o dano a terceiros, ainda que o agente tenha agido com culpa.
- B) O fato exclusivo da vítima não afasta a responsabilidade objetiva do Estado.
- C) O Estado tem direito de regresso em relação ao agente público que causou o dano a terceiros somente quando este agiu com dolo.
- D) O Estado tem direito de regresso contra o agente causador do dano, quando este agiu com dolo ou culpa.
- E) A responsabilidade civil do Estado somente se verifica em fatos comissivos.

O ordenamento jurídico pátrio confere o direito que a Administração Pública tem de ingressar com ação judicial visando a apuração das responsabilidades de seus agente no cometimento do dano a terceiros, daí surge o *direito de regresso* conferido ao Poder Público visando a **verificação de dolo ou culpa de seus agente** e possível ressarcimento de valores.

Há dois aspectos peculiares que ensejam o direito de regresso da Administração Pública contra seu agente:

- A Administração Pública para ingressar com ação regressiva contra seu agente, deverá comprovar previamente já ter sido condenada a indenizar o particular lesado, haja vista que seu direito regressivo é originário a partir de sentença final condenatória, sem possibilidades de reversão recursal.

- Ocorrência de **dolo ou culpa** do agente público na lesão experimentada pelo particular, ou seja, é necessária a comprovação de que o agente agiu com dolo ou culpa para ser responsabilizado (responsabilidade subjetiva do agente).

Em linhas gerais, temos que a Administração Pública, ou delegatária de execução dos serviços públicos, cujo agente praticou o ato lesivo, indeniza o particular independentemente de comprovação de dolo ou culpa do Poder Público, entretanto, o agente público somente será condenado a ressarcir a Administração Pública regressivamente se houver a comprovação de dolo ou culpa de sua parte, durante o exercício de suas funções públicas.

RESPOSTA: "D".

1995 - (CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANALISTA LEGISLATIVO – CESPE/2014) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato de autoridade autárquica lesivo ao patrimônio público.

- () CERTO
- () ERRADO

Como forma de controle sobre os atos praticados pelo Poder Público, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXIII, criou mecanismo judicial para representar judicialmente objetivando anular ato lesivo ao patrimônio Público ou de entidade Estatal (Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas), além de desrespeito aos Princípios Administrativos que norteiam toda a atividade estatal.

Tal mecanismo é denominado Ação Popular, com regulação em Lei específica (Lei nº 4.717/65), além da previsão constitucional que assim garante:

CF/88 - Art. 5º (...)

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

RESPOSTA: "CERTO".

1996 - (CADE – NÍVEL SUPERIOR – CESPE/2014) Acerca do terceiro setor e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

No direito pátrio, as empresas privadas delegatárias de serviço público não se submetem à regra da responsabilidade civil objetiva do Estado

- () CERTO
- () ERRADO

Para o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, o conceito de responsabilidade objetiva do Estado é:

"a obrigação de indenizar que incumbe a alguém em razão de um procedimento lícito ou ilícito que produziu uma lesão na esfera juridicamente protegida de outrem. Para configurá-la basta, pois, a mera relação causal entre o comportamento e o dano".

Diante de tais esclarecimentos, temos que a responsabilidade civil do Estado, bem como de seus prestadores de serviço público é **objetiva**, bastando para tanto a demonstração da relação de causa e efeito entre o serviço público e o dano, para gerar a obrigação de indenização.

Dessa maneira não se cogita a ideia de que, aquele que sofreu danos, comprovar culpa ou dolo, quando figure no polo passivo, a administração pública, bastando para tanto a incidência do nexo de causalidade. É dessa maneira que garante o artigo 37, § 6º da Constituição Federal, senão vejamos:

CF/88 – Art. 37 (...)

§6º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Neste sentido, estão enquadrados a Administração Pública em todas as suas vertentes, ou seja, toda a esfera administrativa está sujeita a responsabilidade objetiva pelos danos que causar a terceiros, seja a Administração Direta, Indireta, Concessionárias e/ou Permissionárias de Serviços Públicos.

RESPOSTA: "ERRADO".

1997 - (POLÍCIA FEDERAL - AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE/2014) Considere que, durante uma operação policial, uma viatura do DPF colida com um carro de propriedade particular estacionado em via pública. Nessa situação, a administração responderá pelos danos causados ao veículo particular, ainda que se comprove que o motorista da viatura policial dirigia de forma diligente e prudente.

- () CERTO
() ERRADO

A Administração Pública responde perante os usuários dos serviços públicos de forma **objetiva**, bastando o particular lesado em virtude da atuação administrativa a demonstração do nexo causal e o dano sofrido para surgir a obrigação de indenizar, não sendo necessária a demonstração de que houve dolo ou culpa do agente público (ou delegatário de serviço público) na falha da execução de suas funções públicas, que originaram a lesão ao particular.

Pela Teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado, independentemente de dolo ou culpa do Estado, o mesmo responderá pelos danos que seus agentes público, durante a prestação de serviço público, ocasionar ao particular lesado.

RESPOSTA: "CERTO".

1998 - (TJ/MG - GESTÃO DE CONCURSOS – JUIZ – TJ/MG/2014) O direito brasileiro adota o sistema da unidade de jurisdição.

Assinale a alternativa que apresenta a definição CORRETA da competência do judiciário brasileiro, quando provocado, no exame do controle dos atos da administração pública.

- A) **Em razão do princípio constitucional que orienta que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (Art. 5º, XXXV da CF/88), poderá o juiz examinar, além do aspecto legal do ato, também o mérito administrativo, sem que isso importe em ofensa à independência dos poderes.**
B) **No exercício do controle jurisdicional do ato administrativo, o juiz deve analisar os critérios de conveniência e oportunidade na sua realização.**
C) **No controle jurisdicional do ato administrativo, deve o juiz, além de examinar a motivação e a finalidade, decidir sobre o mérito administrativo.**
D) **O controle judicial dos atos da administração pública é exclusivamente o da legalidade, não podendo o juiz, em qualquer hipótese, adentrar o mérito administrativo, apreciando a conveniência e oportunidade do ato.**

Controle judicial pode ser assim entendido como sinônimo de reexame ou revisão, ou seja, é a verificação, pelo Poder Judiciário, quando provocado, da legalidade dos atos praticados pela Administração Pública, isto porque a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida de forma unificada exercida pelo Poder Judiciário, em todo o território nacional.

O modelo de Estado de Direito impõe-se, de um lado a sujeição do Estado à ordem jurídica por ele mesmo estabelecida, decorrente do princípio da legalidade, e, de outro lado, o controle jurídico dessa sujeição, em busca da eliminação do árbitro.

Desta feita, diante da presença de um conflito de interesses entre a Administração e o administrado, ao Poder Judiciário, quando provocado, compete à solução do litígio, tendo lugar o conhecido *controle jurisdicional*.

O reexame da ação da Administração pelo Poder Judiciário limita-se à verificação da legalidade do ato, isto porque à Administração e só a ela compete a análise da oportunidade e da conveniência da ação administrativa.

Assim, só o direito e não o interesse do administrador poderá ser objeto da ação revisória do Poder Judiciário. Não pode o Poder Judiciário adentrar no mérito do ato administrativo para indagar a oportunidade e a conveniência, mas tão somente a legitimidade, isto é, a sua conformidade com a lei.

Apesar da disposição constitucional prevista no artigo 5º, inciso XXXV, que não exclui da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito, em presença da independência dos Poderes, regularmente definida no artigo 2º, da Constituição Federal, são impostas restrições legais à apreciação dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.

É vedada ao Poder Judiciário a apreciação do ato administrativo quanto ao mérito, protegendo assim o poder discricionário que a Administração Pública goza, ficando restrita essa análise e apreciação somente quanto à sua conformidade com a lei, respeitando o princípio da legalidade, sem adentrar as questões atinentes aos critérios de conveniência e oportunidade administrativa.

RESPOSTA: "D".

1999 - (IPEM/PE – ANALISTA – IPAD/2014) Não exclui a responsabilidade objetiva do Estado:

- A) **Dano causado por terceiro.**
B) **Dano causado pela natureza.**
C) **Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado que explorem atividade econômica.**
D) **Danos decorrentes de culpa da vítima.**
E) **Danos provocados por agente público de serviço na forma culposa.**

Nos casos de responsabilidade objetiva, o Estado somente não será responsabilizado por danos causados a terceiros quando faltar à comprovação da relação de nexo de causalidade de sua atuação administrativa e o dano.

Para a comprovação da responsabilidade do Estado em reparar o dano reside na simples demonstração do dano e do nexo de causalidade.

Assim, temos que o nexo de causalidade é o fundamento principal (junto com o dano) para a imputação de responsabilidade ao Estado em reparar os danos causados, sendo certo que tal responsabilidade deixará de existir, ou então será atenuada quando a prestação do serviço público não for a causa do dano, ou na hipótese de não ser a única causa.

Dessa maneira é apontada como causas da excludente ou atenuante de responsabilidade a força maior, a culpa exclusiva da vítima e os danos causados por terceiros.

Pela Teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado, independentemente de dolo ou culpa do Estado, ou de seus agentes públicos, o mesmo responderá pelos danos que seus agentes públicos, durante a prestação de serviço público, ocasionar ao particular lesado.

RESPOSTA: "E".

2000 - (FUNASA – TODOS OS CARGOS – CESPE/2013) Acerca de responsabilidade civil da administração pública e improbidade administrativa, julgue o item abaixo.

Considere que um cidadão tenha falecido ao colidir seu veículo com uma viatura da polícia militar devidamente estacionada no posto policial, e que exame laboratorial demonstrou que o indivíduo conduzia seu veículo sob o efeito de bebidas alcoólicas.

Nessa situação, o poder público será isento de responsabilidade, visto que houve participação total do lesado na ocorrência do dano.

☐ CERTO

☐ ERRADO

A doutrina administrativa, com base nos textos normativos apontam como uma das causas excludente de responsabilidade do Poder Público a **culpa exclusiva da vítima**.

No caso comprovado de culpa exclusiva da vítima o Estado não possui responsabilidade, pois não houve participação do Estado na ocorrência do evento danoso; entretanto, se a culpa for concorrente, temos possibilidade de causa atenuante da responsabilidade estatal, atribuindo parte da responsabilidade à vítima e outra parte à Administração Pública, o que não é o caso apresentado pela questão, visto que configurada ficou a culpa exclusiva da vítima e isenção do Estado em qualquer indenização.

RESPOSTA: "CERTO".

2001 – (MCT - Técnico – CESPE/2012) Com relação a licitação e controle e responsabilização da administração, julgue os itens subsequentes. A ação de regresso, em face de servidor que tenha tido conduta lesiva, independe da efetivação do pagamento, por parte da administração pública, por dano causado ao particular.

☐ CERTO

☐ ERRADO

O Direito que a Administração Pública tem de ingressar com ação judicial visando a apuração das responsabilidades de seus agente no cometimento do dano a terceiros, daí surge o *direito de regresso* conferido ao Poder Público visando a verificação de dolo ou culpa de seus agente e possível ressarcimento de valores.

Há dois aspectos peculiares que ensejam o direito de regresso da Administração Pública contra seu agente:

- A Administração Pública para ingressar com ação regressiva contra seu agente, deverá **comprovar previamente já ter sido condenada a indenizar o particular lesado**, haja vista que seu direito regressivo é originário a partir de sentença final condenatória, sem possibilidades de reversão recursal.

- Ocorrência de dolo ou culpa do agente público na lesão experimentada pelo particular, ou seja, é necessária a comprovação de que o agente agiu com dolo ou culpa para ser responsabilizado (responsabilidade subjetiva do agente).

Em linhas gerais, temos que a Administração Pública, ou delegatária de execução dos serviços públicos, cujo agente praticou o ato lesivo, indeniza o particular independentemente de comprovação de dolo ou culpa do Poder Público, entretanto, o agente público somente será condenado a ressarcir a Administração Pública regressivamente se houver a comprovação de dolo ou culpa de sua parte, durante o exercício de suas funções públicas.

RESPOSTA: "ERRADO".

2002 - (PM/GO - Cadete da Polícia Militar - UEG/2013) O instituto da requisição, modalidade de intervenção estatal na propriedade,

A) **pressupõe a prévia autorização judicial.**

B) **afasta a possibilidade de indenização.**

C) **incide sobre bens móveis, imóveis e serviços particulares.**

D) **é de natureza permanente.**

Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua o instituto da Requisição como sendo

"o ato pelo qual o Estado, em proveito de um interesse público, constitui alguém, de modo unilateral e autoexecutório, na obrigação de prestar-lhe um serviço ou ceder-lhe transitoriamente o uso de uma coisa 'in natura', obrigando-se a indenizar os prejuízos que tal medida efetivamente acarretar ao obrigado".

Assim a requisição será medida necessária quando o Estado, em virtude do atendimento dos interesses coletivos e sociais necessita de bens para o auxílio na solução de questões urgentes, imprevistas e transitórias, em casos excepcionais de calamidade pública oficialmente declarada, estado de sítio ou guerra.

Sendo o instrumento de intervenção do Estado apto a auxiliar o Poder Público em situações de perigo iminente, requisitando então **bens móveis e imóveis ou então serviços particulares** mediante o pagamento de indenização, caso haja ocorrência de dano ou prejuízo patrimonial aos particulares.

RESPOSTA: "C".

2003 - (TJ/RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – TJ/2013) Assinale a alternativa correta.

A) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação

B) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, é de competência exclusiva da União

C) A desapropriação por utilidade pública é de competência exclusiva da União.

D) O prazo de caducidade do decreto de utilidade pública é de 2 (dois) anos para que seja promovida a desapropriação.

Nos termos do que dispõe a Constituição Federal, temos que compete a União a desapropriação por interesse social com a finalidade da promoção de reforma agrária, de imóveis rurais que não estejam cumprindo regularmente a sua função social, mediante prévia e justa indenização ao proprietário do bem expropriado.

Esta é a norma prevista no artigo 184 da Carta Magna, que assim garante:

"Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei."

RESPOSTA "B".

2004 - (DPE/AM – DEFENSOR PÚBLICO – INSTITUTO CIDADES/2011) - Pode-se afirmar que são formas de intervenção do Estado na propriedade:

- a) concessão de serviços
- b) permissão de uso
- c) autorização de uso
- d) requisição
- e) permissão condicionada

Dentre as alternativa apresentadas pelo exercício, somente a Requisição configura-se em forma de intervenção do Estado na Propriedade.

As demais alternativas são formas de prestação de serviço público por particulares, onde a execução dos serviços são delegadas ao privados, sob a fiscalização do Poder Público.

RESPOSTA "D".

2005 - (TRF – 5ª REGIÃO – JUIZ – CESPE/2011) - Com base na CF e no Decreto-lei n.º 25/1937, assinale a opção correta a respeito de tombamento de bens.

A) Somente os bens privados constituem objeto de tombamento.

B) Os bens privados podem ser tombados a pedido do proprietário desde que a coisa se revista dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional.

C) O tombamento compulsório ocorre mediante determinação do presidente do IPHAN, com a anuência do particular proprietário do bem.

D) O ato de tombamento pode ser revogado, mas não anulado.

E) Estão autorizados a proceder ao tombamento de bens a União e os municípios, mas não os estados-membros da Federação.

Objetivando a proteção do patrimônio cultural brasileiro, temos a modalidade de intervenção da propriedade privada pelo Estado do Tombamento, cuja intervenção se dá no sentido de resguardar a memória nacional, protegendo bens históricos, artísticos, arqueológicos, culturais, científicos, turísticos e paisagísticos.

Assim, para que um bem privado possa ser tombado, é necessário que a coisa se revista dos requisitos fundamentais para que seja considerado patrimônio histórico e artístico nacional, que mereça ser protegido.

RESPOSTA "B".

2006 - (TRF – 1ª REGIÃO – JUIZ FEDERAL – CESPE/2013) Assinale a opção correta no que diz respeito às limitações administrativas, à requisição e ao tombamento como formas de intervenção do Estado na propriedade.

A) O tombamento, forma de intervenção do poder público na propriedade, pode incidir tanto sobre bens móveis quanto sobre bens imóveis.

B) Ainda que haja inconformismo e resistência do proprietário, o poder público poderá promover o tombamento de determinado bem, razão pela qual se diz que o tombamento é, quanto à constituição, um ato compulsório, visto que sua realização independe do consentimento do particular.

C) As limitações administrativas são determinações por meio das quais o Estado impõe ao proprietário obrigações de caráter positivo, que implicam o dever de fazer algo em prol do interesse público.

D) A passagem subterrânea, por determinado terreno particular, de dutos para o transporte de gás configura exemplo de limitação administrativa.

E) A requisição é modalidade de intervenção por meio da qual o Estado, em face de perigo iminente, utiliza serviços, mas não bens, de particulares.

Objetivando a proteção do patrimônio cultural brasileiro, temos a modalidade de intervenção da propriedade privada pelo Estado do Tombamento, cuja intervenção se dá no sentido de resguardar a memória nacional, protegendo bens históricos, artísticos, arqueológicos, culturais, científicos, turísticos e paisagísticos, conferindo proteção especial tanto aos bens móveis quanto aos bens imóveis, com a finalidade principal de resguardar a memória nacional, cultural e artístico.

O tombamento, no entendimento do professor Petrólio Braz é *"um procedimento administrativo de intervenção do estado na propriedade privada, limitativa do exercício dos direitos, destinada a preservar, sob regime especial, bens de valor histórico, artístico, paisagístico ou arqueológico, que se completa com a inscrição do bem no Livro do Tombo"*.

O tombamento de determinada propriedade privada é sempre resultado de vontade expressa da Administração Pública, manifestada mediante ato administrativo do chefe do Poder Executivo, sendo imprescindível para o ato de tombamento que seja observado o princípio do devido processo legal, assegurando ao proprietário o direito constitucional a ampla defesa e ao contraditório, com o intuito de oferecer ao proprietário do bem a oportunidade de comprovar que inexistente a relação entre sua propriedade a ser tombada com a proteção ao patrimônio nacional.

RESPOSTA "A".

2007 - (TJ/DF – JUIZ – TJ/2011) - Sobre o tema da Intervenção do Estado na Propriedade, é correto afirmar:

A) É da competência privativa da União legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

B) O tombamento não se sujeita a revogação e, no tocante à indenização, mesmo quando tiver alcance geral, cabe ressarcimento;

C) Na clássica formulação de Seabra Fagundes, acerca da chamada "tríplice justificação", para fins de desapropriação, haverá necessidade pública quando a utilização da propriedade for conveniente e vantajosa ao interesse público, mas não constituir imperativo irremovível;

D) São plenamente insuscetíveis de desapropriação o aspecto patrimonial do direito de autor, arquivos e documentos de valor histórico; bens de concessionárias de serviço público; bens de entidades religiosas; e bens públicos municipais, estaduais e distritais, pela União, e municipais, pelos Estados, precedidos de autorização legislativa.

A requisição é um ato unilateral da autoridade administrativa de requerer coisa ou solicitar providências em casos especiais de particulares.

Sendo o instrumento de intervenção do Estado apto a auxiliar o Poder Público em situações de perigo iminente, requisitando então bens móveis e imóveis ou então serviços particulares mediante o pagamento de indenização, caso haja ocorrência de dano ou prejuízo patrimonial aos particulares.

Tal autorização é prevista constitucionalmente, no artigo 5º, inciso XXV, que assim garante:

"no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

Dessa maneira, constata a situação de perigo ou que justifique a intervenção do Estado na propriedade privada por meio da Requisição, a medida será decretada de imediato, independente de autorização judicial, sendo ato administrativo autoexecutório.

Importante ainda ressaltar que a requisição pode ser civil ou militar, sendo de competência exclusiva da União em legislar sobre a matéria, sendo que a requisição militar terá a finalidade de manutenção e resguardo da segurança estatal interna e manutenção da soberania nacional, enquanto a requisição civil objetiva evitar danos à vida, à saúde, e aos bens da coletividade diante de inundações, catástrofes naturais, etc.

RESPOSTA "A".

2008 - (TCE/RS – AUDITOR PÚBLICO EXTERNO – FMP/2011) - Sobre a intervenção do estado na propriedade privada é correto afirmar-se que:

a) no tombamento verifica-se a perda da posse pelo proprietário.

b) a requisição não assegura indenização ao proprietário, o que se verifica somente quando há dolo do agente público.

c) a servidão administrativa é direito real público, mas não enseja a perda propriedade.

d) a desapropriação somente pode ter por objeto bens imóveis.

e) na desapropriação a indenização será sempre prévia, justa e em dinheiro.

Servidão administrativa é o direito real público que autoriza a Administração Pública a usar a propriedade particular para permitir a execução de obras e serviços públicos.

Hely Lopes Meirelles define servidão administrativa como sendo *"um ônus real de uso, imposto pela Administração à propriedade particular, para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário"*.

A servidão administrativa não retira do proprietário sua posse ou domínio do bem sobre o qual recai a servidão, mas tão somente trata-se de um ônus que recai sobre a propriedade privada em benefício de uma utilização pública. Assim, como não há transferência de propriedade do bem, a indenização somente será devida pela Administração Pública no caso de ocorrência de efetivo prejuízo material decorrente da servidão.

RESPOSTA "C".

2009 - (CORREIOS – ANALISTA DE CORREIOS – CESPE/2011) - A respeito das hipóteses de intervenção do Estado na propriedade e do controle administrativo, julgue os itens subsequentes. Ao contrário da desapropriação, a servidão administrativa decorrente de lei, de acordo ou de decisão judicial não gera, para a administração pública, o dever de indenizar o proprietário.

- () CERTO
() ERRADO

A servidão administrativa não é ato administrativo autoexecutório, haja vista que somente será constituída e posteriormente averbada no registro do imóvel mediante acordo entre o proprietário e a Administração pública, ou então, mediante sentença judicial declaratória.

A servidão administrativa não retira do proprietário sua posse ou domínio do bem sobre o qual recai a servidão, mas tão somente trata-se de um ônus que recai sobre a propriedade privada em benefício de uma utilização pública. Assim, como não há transferência de propriedade do bem, **a indenização somente será devida pela Administração Pública no caso de ocorrência de efetivo prejuízo material decorrente da servidão**, importante esclarecer que o dever de indenizar nasce a partir da constatação de que houve efetivo prejuízo em razão da intervenção do Estado na propriedade privada, e não decorrente de lei, acordo ou sentença judicial.

RESPOSTA: "ERRADA".

2010 - (TJ/AP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – FCC/2011) - Acerca dos modos de intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que a requisição

- a) é assunto de competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) gera o dever do Poder Público de indenização prévia, justa e em dinheiro em favor do proprietário.
- c) tal qual a desapropriação, implica, ao final, a aquisição da propriedade privada pelo Poder Público.
- d) não obriga o Poder Público a obter autorização judicial para uso de um bem privado.
- e) tem por escopo destinar ao assentamento de colonos as glebas até então exploradas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

A requisição é um ato unilateral da autoridade administrativa de requerer coisa ou solicitar providências em casos especiais de particulares, e simplesmente por ser um meio de Intervenção do Estado na propriedade privada em virtude de emergências e casos excepcionais é que não há necessidade da Administração Pública obter autorização judicial para efetivar a Requisição.

Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua o instituto da Requisição como sendo:

"o ato pelo qual o Estado, em proveito de um interesse público, constitui alguém, de modo unilateral e autoexecutório, na obrigação de prestar-lhe um serviço ou ceder-lhe transitoriamente o uso de uma coisa 'in natura', obrigando-se a indenizar os prejuízos que tal medida efetivamente acarretar ao obrigado".

Assim a requisição será medida necessária quando o Estado, em virtude do atendimento dos interesses coletivos e sociais necessita de bens para o auxílio na solução de questões urgentes, imprevistas e transitórias, em casos excepcionais de calamidade pública oficialmente declarada, estado de sítio ou guerra.

Sendo o instrumento de intervenção do Estado apto a auxiliar o Poder Público em situações de perigo iminente, requisitando então bens móveis e imóveis ou então serviços particulares mediante o pagamento de indenização, caso haja ocorrência de dano ou prejuízo patrimonial aos particulares.

RESPOSTA "D".

2011 - (TCE/SP – PROCURADOR – FCC/2011) - A União Federal pretende implantar um gasoduto subterrâneo para transporte da produção de gás de uma região para outra. O trajeto do gasoduto atinge parcialmente imóveis particulares e imóveis públicos. Para materialização da obra pretendida, que acarretará restrição parcial do aproveitamento dos imóveis, a União deverá

- A) desapropriar os imóveis de particulares e requisitar temporariamente os imóveis públicos.
- B) instituir servidão administrativa sobre as áreas, observadas as formalidades legais, inclusive para os imóveis públicos.
- C) instituir servidão administrativa sobre os imóveis particulares e desapropriar os imóveis públicos, que não podem ser objeto de servidão administrativa.
- D) requisitar administrativamente os imóveis públicos e desapropriar os imóveis particulares.
- E) adquirir as parcelas dos imóveis públicos atingidas pela obra e desapropriar o perímetro necessário dos imóveis particulares.

De acordo com o enunciado do exercício proposto, será necessário a utilização do subsolo para o transporte da produção de gás. Assim, será necessário a adoção da intervenção do Estado por meio da Servidão Administrativa.

Servidão administrativa é o direito real público que autoriza a Administração Pública a usar a propriedade particular para permitir a execução de obras e serviços públicos.

Tal mecanismo administrativo, em primeira análise, é muito semelhante à ocupação temporária, entretanto, na servidão administrativa, temos um ônus real que incide diretamente sobre determinado bem particular, com a finalidade de utilização pública.

Importante esclarecer que a servidão administrativa não retira do proprietário sua posse ou domínio do bem sobre o qual recai a servidão, mas tão somente trata-se de um ônus que recai sobre a propriedade privada em benefício de uma utilização pública.

Assim, como não há transferência de propriedade do bem, a indenização somente será devida pela Administração Pública no caso de ocorrência de efetivo prejuízo material decorrente da servidão.

RESPOSTA "B".

2012 - (MPE/SP – PROMOTOR DE JUSTIÇA – MPE/2011) - A intervenção do Estado na propriedade particular que acarreta a perda do domínio sobre o bem, além da desapropriação, é:

- A) o tombamento.
- B) a servidão administrativa.
- C) a requisição administrativa.
- D) a ocupação temporária.
- E) a limitação administrativa.

A Requisição Administrativa requisição é um ato unilateral da autoridade administrativa de requerer coisa ou solicitar providências em casos especiais de particulares, que poderá, de acordo com as necessidades públicas, acarretar a perda do domínio do particular sobre o bem.

Constata a situação de perigo ou que justifique a intervenção do Estado na propriedade privado por meio da Requisição, a medida será decretada de imediato, independente de autorização judicial, sendo ato administrativo autossuportável.

Tal autorização é prevista constitucionalmente, no artigo 5º, inciso XXV, que assim garante: *"no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano"*.

RESPOSTA "C".

2013 - (MPE/PR – PROMOTOR DE JUSTIÇA – MPE/2011) - Relativamente à desapropriação, é incorreto afirmar:

- A) As desapropriações podem se realizar por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social.
- B) Somente bens de natureza privada podem ser objeto de desapropriação, tendo em vista que os bens públicos são inalienáveis.
- C) São requisitos constitucionais para proceder-se a desapropriação a prévia e justa indenização em dinheiro, salvo dos casos de expropriação para reforma agrária e para urbanização, hipóteses em que a indenização pode ser paga com títulos da dívida agrária e da dívida pública municipal.

D) É entendimento predominante na doutrina e jurisprudência que a aquisição de propriedade pela desapropriação é originária.

E) Parte da doutrina e inúmeros julgados entendem que a retrocessão é um direito pessoal que proporciona ao expropriado tão somente perdas e danos, caso o expropriante não lhe ofereça o bem quando desistir de utilizá-lo num fim de interesse público.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, o instituto da desapropriação pode ser definido como

"o procedimento através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire, mediante indenização, fundado em um interesse público. Trata-se, portanto, de um sacrifício de direito imposto ao desapropriado".

Assim, temos em linhas gerais que o instituto da desapropriação trata-se de um procedimento administrativo, de direito público, pelo qual o Poder Público despoja a propriedade de terceiros para si, integrando o patrimônio público, por motivos relevantes de utilidade pública, interesse social e necessidade pública, mediante o pagamento prévio e justo de indenização pagável em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

Os bens de utilidade pública também são passíveis de desapropriação. Entretanto, há de se observar a existência hierárquica na qual a entidade de menor hierarquia não pode desapropriar bens da de menor grau hierárquico.

Dispõe o parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.365/41, que dispõe sobre a modalidade de intervenção do Estado na propriedade, por meio da desapropriação por utilidade pública, assim dispõe:

"Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios."

...
 § 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa."

Dessa maneira, é possível ocorrer a desapropriação de bens públicos, respeitadas as limitações legais, com a observância de que a entidade política hierarquicamente maior pode expropriar bens da entidade pública hierarquicamente menor, sendo inadmissível o inverso.

Há ainda a necessidade de autorização legislativa do Poder expropriante para que a referida desapropriação seja realizada, sendo que tal autorização legislativa não é proferida pela pessoa jurídica cujo patrimônio está sendo afetado, mas da pessoa jurídica expropriante.

RESPOSTA "B".

2014 - (ITAIPU BINACIONAL – ADVOGADO – UFPR/2011) - Entre os meios de intervenção do Poder Público na propriedade privada, encontra-se:

A) a requisição de coisas móveis e fungíveis, condicionada à prévia indenização e à ordem judicial.

B) a servidão administrativa, que, como ônus real de uso, deve ser previamente declarada por decisão judicial.

C) a desapropriação, que pode se consumir através de processo administrativo declaratório e executório, sem necessidade da ação judicial específica.

D) a desapropriação indireta, que ocorre quando a entidade da administração direta decreta a desapropriação, sendo o processo expropriatório desenvolvido por pessoa jurídica integrante da administração descentralizada.

E) a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, cuja competência é da União e dos estados, devendo ser realizada sobre imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia indenização em títulos da dívida agrária.

Celso Antônio Bandeira de Mello em seu o conceito sobre desapropriação:

"À luz do Direito Positivo brasileiro, desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirido para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e pagável em dinheiro, salvo certos imóveis urbanos ou rurais, em que, por estarem em desacordo com a função social legalmente caracterizadas para eles, a indenização far-se-á em títulos da dívida pública, resgatável em parcelas anuais e sucessivas, preservado seu valor real".

Para o jurista Pontes de Miranda, o conceito de desapropriação é definido como *"o ato de direito público mediante o qual o Estado transfere direito ou subtrai direito de outrem, a favor de si mesmo, ou de outrem, por necessidade pública, ou utilidade pública, ou por interesse social, ou simplesmente o extingue"*.

A desapropriação, assim entendido com um ato administrativo inicialmente considerado declaratório e em segundo momento executório, processa-se inicialmente dessa maneira, ou seja, na esfera da Administração Pública, sendo que seu início se dá com a fase administrativa, onde o Poder Público declara seu interesse na desapropriação e dá início às medidas objetivando a transferência do bem, propondo ao proprietário o valor que pretende pagar a título de indenização, e sendo este valor aceito pelo proprietário do imóvel, a desapropriação é concluída. Cumpre salientar que é muito rara a desapropriação se encerrar na fase administrativa, visto que na grande maioria dos casos há divergência quanto ao valor da indenização.

Na ausência de acordo o procedimento entra na sua fase judicial, onde o Poder Judiciário será provocado para solucionar a lide.

Importante esclarecer que compete ao Poder Judiciário examinar apenas a legalidade do ato administrativo da desapropriação e o valor a ser pago a justo título de indenização, ou seja, o ato expropriatório não necessita de ordem ou autorização judicial, ficando vedado a apreciação judicial sobre a utilidade pública, interesse coletivo ou social, ou qualquer outra decisão quanto ao mérito do ato administrativo.

RESPOSTA "C".

2015 - (MPE/PR – PROMOTOR DE JUSTIÇA – MPE/2011) A forma de intervenção do Estado na propriedade privada que se caracteriza pela utilização temporária, gratuita ou remunerada, de imóvel de propriedade particular, com a finalidade de atender ao interesse público é denominada:

A) ocupação temporária.

B) tombamento.

C) desapropriação.

D) limitação administrativa.

E) retrocessão.

A possibilidade de intervenção provisória do Estado na propriedade privada pelo mecanismo da ocupação temporária se dá quando o Poder Público utiliza-se de propriedade particular como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos.

Necessitando o Estado da utilização de bem particular para a execução e desenvolvimento de atividades de interesse coletivo, de maneira temporária e transitória, pode intervir e efetuar a ocupação temporária, sem que seja necessário para tanto a transferência da posse desse imóvel.

O mecanismo administrativo de intervenção do Estado na propriedade privada da ocupação temporária ocorre por meio de expedição de ato administrativo, que deverá constar, caso seja necessário, a justa indenização pela utilização do bem particular ocupado transitoriamente, sendo ato autoexecutório, não dependendo de apreciação ou autorização prévia do Poder Judiciário.

Via de regra, na ocupação temporária, a indenização é muitas vezes condicionada a ocorrência de algum dano ou prejuízo ao proprietário do bem imóvel, e inicialmente, não será devida a indenização pela utilização transitória, entretanto, caso haja algum prejuízo ao proprietário do bem, a indenização é devida.

RESPOSTA "A".

2016 - (MPE/TO – PROMOTOR DE JUSTIÇA – CESPE/2012) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito

A) revelar fato de que se tenha conhecimento em função do cargo ou função ocupada, que deveria permanecer em segredo.

B) receber, para si ou para outrem, bem móvel ou imóvel ou qualquer outra vantagem econômica a título de comissão, percentagem ou gratificações de quem tenha interesse direto ou indireto que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições de agente público.

C) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

D) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

E) deixar de atender o contribuinte de forma célere, cordata e imparcial.

A única alternativa que descreve ato de improbidade administrativa por causar enriquecimento ilícito é a alternativa "b".

Nos termos do artigo 9º, inciso I da Lei 8.429/92, é considerado ato de improbidade administrativa com consequente enriquecimento ilícito o agente público que recebe, para si ou para outrem, bem móvel ou imóvel, ou então qualquer outra vantagem econômica a título de comissão, percentagem ou então gratificação de que tenha interesse direto ou indireto que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições que exerce na Administração Pública.

Tal situação está prevista no artigo 9º, I, que assim dispõe:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

RESPOSTA: "B".

2017 - (TRT – 17ª REGIÃO/ES - ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/2013) Nas ações em que o objeto for ato de improbidade administrativa, não será possível a transação, o acordo ou a conciliação.

() CERTO

() ERRADO

As ações em que for objeto ato de improbidade administrativa seguirá rito próprio e específico, e dentre suas peculiaridades, não é admitido qualquer tipo de acordo, transação ou mesmo conciliação, nos termos do que estabelece o artigo 17, §1º da Lei 8.429/92:

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

RESPOSTA: "CERTO".

2018 - (TCE/PR – ANALISTA DE CONTROLE ÁREA JURÍDICA – FCC/2011). A Lei no 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os

A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.

B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.

C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.

D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.

E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

Em seu breve e simples conceito de agente público temos que é toda pessoa que presta um serviço público, sendo funcionário público ou não, sendo remunerado ou não, sendo o serviço temporário ou não. É todo aquele que exerce ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.

Entretanto, a Lei de Improbidade (Lei 8.429/92) tem aplicabilidade além das pessoas enquadradas como *agentes públicos*, conforme se pode concluir da análise do artigo 3º da referida legislação, que assim dispõe:

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Assim, temos que não são apenas os agentes públicos punidos na forma desta lei, mas também aos particulares que incorrerem em prática de ato de improbidade, ou dele se beneficie de forma direta ou até mesmo de forma indireta.

RESPOSTA "C".

[illegible]

VOCÊ FEDERAL

com a
NOVA
CONCURSOS

LANÇAMENTOS 2018



SAIBA MAIS

Atualização
GRÁTIS
quando sair
o Edital*

* Atualização em PDF